




ESTADO DO PARANÁ



Folha 1

Órgão Cadastro: SEED/NRE CSC		Protocolo:
Em: 10/11/2021 11:00		18.298.366-7
CNPJ Interessado: 80.881.790/0001-09		
Interessado 1: ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO JOSÉ BONIFÁCIO-EIEF		
Interessado 2: -		
Assunto: AREA DE ENSINO		Cidade: CEU AZUL / PR
Palavras-chave: PROPOSTA		
Nº/Ano: 218/2021		
Detalhamento: CÉU AZUL CSC-PPP CONCLUIDO		
Código TTD: -		

Para informações acesse: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/consultarProtocolo>



Secretaria Municipal de Educação

Céu Azul - Paraná



Ofício n.º 218/2021/SEMED

Céu Azul, 08 de novembro de 2021.

Assunto: Projeto Político Pedagógico

Ilma. Sra. Luciana Paulista da Silva
Chefe do Núcleo Regional de Educação de Cascavel
Cascavel – PR.

Encaminhamos para a conclusão do processo de atualização do Núcleo Regional de Educação de Cascavel, Setor de Estrutura e Funcionamento, o Projeto Político Pedagógico – PPP da Escola Municipal do Campo José Bonifácio – EIEF.

No aguardo, antecipamos agradecimentos e colocamo-nos ao dispor para esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Josiane Inês Hoger
Secretária Municipal de Educação
Dec. n.º 6.318/2021

Rua Professor Daniel Muraro, 1050 – Centro – Fone: (45) 3121-1089

CEP 85840-000 - Céu Azul - PR

E-mail: semedceu@gmail.com



Projeto Político Pedagógico

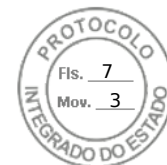
**CÉU AZUL
2020**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. IDENTIFICAÇÃO.....	9
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DA MANTENEDORA	9
1.2 CÓDIGOS.....	9
1.3 CÓDIGOS DA TURMA	9
1.4 CURSOS E MODALIDADE DE ENSINO OFERTADAS PELA INSTITUIÇÃO	9
1.5 ORGANIZAÇÃO DO TEMPO	10
1.5.1 – RECREIO INTERATIVO.....	10
1.5.2 – MATRIZ CURRICULAR	12
1.5.3 – CALENDÁRIO ESCOLAR.....	12
1.5.4 – PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR.....	12
1.6 NÚMERO DE TURMA E NÚMERO DE ESTUDANTES	13
1.7 QUADRO DE PROFISSIONAIS.....	13
2.ELEMENTOS SITUACIONAIS	16
2.1 HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	16
2.2 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR.....	18
2.3 - AMBIENTES PEDAGÓGICOS DISPONÍVEIS.....	20
2.4 - ACERVO BIBLIOGRÁFICO	22
2.5 - OBJETIVO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO	22
2.6 - PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO.....	22
2.7 - INSTÂNCIAS COLEGIADAS SUAS ATRIBUIÇÕES	23
2.7.1 – CONSELHO ESCOLAR.....	23
2.7.2 – ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS.....	25
2.7.3 – CONSELHO DE CLASSE	Erro! Indicador não definido.
2.8 - INDICADORES EDUCACIONAIS DE ACESSO, FLUXO, APRENDIZAGEM – DADOS DE 2018 ATÉ 2020	30
2.8.1 – INDICADORES EXTERNOS.....	30
2.8.2 – INDICADORES INTERNOS	33
2.9 - ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA DE 2018 ATÉ 2020	33
2.10 - MATERIAIS ESCOLARES.....	34
3.ELEMENTOS CONCEITUAIS	34
3.1 PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS, PSICOLÓGICOS, PEDAGÓGICOS E LEGAIS	34

3.1.1 - PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS	35
3.1.2- PRESSUPOSTOS PSICOLÓGICOS	42
3.1.3 PRESSUPOSTOS PEDAGÓGICOS	55
3.1.4 PRESSUPOSTOS LEGAIS.....	70
3.2- ESPECIFICIDADES OFERTADAS NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO - ESCOLA DO CAMPO.....	87
3.3- CONCEPÇÃO DE SUJEITO	90
3.4- CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE.....	93
3.5- CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO	94
3.6- CONCEPÇÃO DE PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	94
3.7- CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	104
3.8 CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	107
3.9- CONCEPÇÃO DE CUIDAR E EDUCAR	108
3.10- CONCEPÇÃO CURRÍCULO	109
3.11- CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA	111
3.12- CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL	112
4.ELEMENTOS OPERACIONAIS.....	114
4.1 - PREMISSAS DA ESCOLA.....	114
4.2 - ACOMPANHAMENTO/ORGANIZAÇÃO DA HORA ATIVIDADE	117
4.3- PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO ESTABELECIMENTO	117
4.4 - ARTICULAÇÃO/COMUNICAÇÃO E ENGAJAMENTO DAS FAMÍLIAS E DIFERENTES ESFERAS DA COMUNIDADE PARA A INTEGRAÇÃO DA ESCOLA COM A SUA REGIÃO DE ENTORNO	120
4.5 - ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE).....	120
4.5.1 – PROFESSOR DE APOIO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - PAEE	122
4.5.2 – PROFESSOR DE APOIO À COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA – PACA	123
4.6 - AVALIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS, EM ARTICULAÇÃO COM A PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR.....	123
4.7 - AÇÕES PARA MELHORIA DA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES A PARTIR DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS.....	124
4.8 - PROCESSOS DE AVALIAÇÃO, PROMOÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO.	125
4.9 - OFERTA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E/OU NÃO OBRIGATÓRIO.....	126
4.10 - ATIVIDADES/ PROGRAMAS QUE AMPLIAM A JORNADA ESCOLAR E NÃO ESTÃO NA MATRIZ CURRICULAR.....	127
4.11 - PROPOSTA DE PREVENÇÃO DA DISTORÇÃO IDADE/ANO-SÉRIE	128
4.12 - ATENDIMENTO DOMICILIAR.....	130
4.13 - PROPOSTA DE PREVENÇÃO E COMBATE À EVASÃO ESCOLAR.....	132

4.14 - LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA.....	132
4.15 - PROPOSTA DE TRANSIÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL PARA ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS) E ENTRE O ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)).....	132
4.16 - INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PARA ATENDIMENTO A ALUNOS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM	135
4.17 - DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS/ LEGISLAÇÕES OBRIGATÓRIAS NO CURRÍCULO.	136
4.17.1- DIREITOS DA CRIANÇA/ADOLESCÊNCIA/JOVEM	138
4.17.2 - DIREITOS HUMANOS	139
4.17.3 - RELAÇÕES ÉTNICO - RACIAIS, O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA	140
4.17.4 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	141
4.17.5 - ESTATUTO DO IDOSO	142
4.17.6- PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS	142
4.17.7- EDUCAÇÃO FISCAL/ EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA	143
4.17.8 - GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL.....	143
4.17.9 - COMBATE A VIOLÊNCIA	143
4.17.10 - EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO	144
4.17.11 - INCLUSÃO SOCIAL/SÍMBOLOS	145
4.17.12 - EXIBIÇÃO DE FILMES NACIONAIS.....	145
4.17.13 - EDUCAÇÃO ALIMENTAR	147
4.17.14 - SEGURANÇA E SAÚDE	148
4.17.15 - LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E CRENÇA	149
4.17.16 - PREVENÇÃO À GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	150
4.17.17 - SEXUALIDADE	151
4.17.18 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES.....	152
4.17.19 - HISTÓRIA DO PARANÁ	154
4.17.20 - HISTÓRICO DO MUNICÍPIO	157
4.18 - COMPOSIÇÃO E FUNÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR.....	159
5.AVALIAÇÃO.....	165
5.1 - PLANO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	165
5.2- PLANO DE AÇÃO	166
5.3 - AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	166
6.BIBLIOGRAFIA.....	167
7. ANEXOS	169



ANEXO 01: PROJETO RECREIO DIRIGIDO	169
ANEXO 02: MATRIZ CURRICULAR	171
ANEXO 03: CALENDÁRIO ESCOLAR	174
Anexo 04: QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE	176
<u>ANEXO 05 – FICHAS DE CONSELHO DE CLASSE</u>	Erro! Indicador não definido.
ANEXO 06: LISTA DE MATERIAL ESCOLAR.....	5
ANEXO 07: PROGRAMA MAIS CULTURA NA ESCOLA.....	9
ANEXO 08: PROJETO DE TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS.....	16
ANEXO 9: PROJETO DE TRANSIÇÃO DO 5º PARA O 6º ANO.....	20
ANEXO 10: PROJETO BULLYING	28
ANEXO 11: QUESTIONÁRIO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	34
ANEXO 12: PLANO DE AÇÃO.....	36
ANEXO 13: ATA DE APROVAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR	48
ANEXO 14: DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE DO CONSELHO ESCOLAR.....	49
ANEXO 15: DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE DA SEMED	50
ANEXO 16: PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR	3

INTRODUÇÃO

Este documento constitui o Projeto Político Pedagógico, configurando a proposta de possíveis melhorias da realidade educacional procurando atender aos objetivos do Currículo Básico para a Escola Pública Municipal.

O Projeto Pedagógico é entendido, como a própria organização do trabalho pedagógico da escola, o qual tem sido objeto de reflexão para professores, pesquisadores e instituições educacionais. Em busca da melhoria da qualidade do ensino, “visando neste contexto a organização do trabalho pedagógico da escola como um todo”.

A elaboração do presente projeto parte das metas que deverão ser cumpridas no plano pedagógico e administrativo, tendo como base a realidade e o contexto da instituição e antevendo assim, “um futuro diferente do presente”. Os princípios desta proposta são: a igualdade, a qualidade, a liberdade, a gestão democrática e a valorização do magistério. Toda a ação da comunidade escolar está, portanto, permeada pela intenção explícita de intervir no processo de aprendizagem, refletindo um compromisso coletivo, para a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo em seu meio.

A instituição de um plano pedagógico no contexto da escola deverá trazer para dentro do seu espaço o conjunto de reflexões em cujas bases estão a fundamentação da prática.

Nesse sentido, inicia pela descrição dos dados físicos e humanos da escola, apresentando os recursos e elementos disponíveis para a concretização das metas da instituição.

No capítulo das funções e atribuições encontram-se delimitadas todas as atividades que compete a cada membro da comunidade escolar pedagógica e administrativo da escola.

Os objetivos norteadores da Escola expressam o seu compromisso, no sentido de garantir a formação integral do indivíduo para nela agir de forma crítica e consciente.

Através da fundamentação teórica procurou-se dar autoridade filosófica ao discurso e à prática pedagógica da escola, esta compreende um estímulo à reflexão das atitudes do dia-a-dia, no sentido de propor um processo de avaliação de todo trabalho proposto e efetivado.

Os encaminhamentos metodológicos configuram a proposta de ensino em cada área do conhecimento, atentando para a concepção de educação que desenvolva a criatividade, criticidade e autonomia. Este capítulo está organizado abrangendo a avaliação e estabelece um conjunto de reflexões sobre os seus objetivos, bem como sobre a pertinência e relevância para a garantia e manutenção da qualidade da educação no desenvolvimento do ser humano. Pretende-se estabelecer a clareza e coerência na escolha dos instrumentos mais eficazes para sua real inserção no contexto da escola na Educação Infantil e no ensino fundamental de 9 anos.

A seguir, no conjunto desse trabalho estão enlaçadas as propostas e ações da escola, seguindo o projeto pedagógico deste.

Na conclusão deste projeto procurou-se expressar os anseios da concretização deste compromisso de escola na construção, transformação e mudança das visões de homem, de educação e de realidade.

Em consonância com a Constituição Federal, Art. 6º, que apresenta a conquista da cidadania plena, fruto de direitos e deveres, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996), estabelece uma reestruturação no Sistema Educacional Brasileiro, “tanto em relação à gestão e à organização, quanto à ação educativa, consagrando como princípios: “a liberdade, a autonomia, a flexibilidade e a democracia”

Segundo a LDB (Art. 1º caput) a Educação constitui-se pela abrangência dos diversos modos de formação do ser humano: “o trabalho, as manifestações culturais, o aprendizado na escola e na faculdade, entre outros”. Assim, pela referida Lei, “educação escolar deve estar relacionada ao mundo do trabalho e à vida em sociedade”. (Art. 1º, § 2º).

A preocupação fundamental do sistema de ensino está em melhorar a qualidade da educação pública para o desenvolvimento de nossos educandos, como sujeitos críticos e reflexivos diante de sua própria realidade social, desenvolvendo habilidades práticas para o trabalho e oportunizando a superação de modelos sociais, culturais e políticos já estabelecidos, visando a transformação do indivíduo e da sociedade.

Muitas vezes, os trabalhadores em educação pensam estar trabalhando apenas com teoria supostamente neutra. No entanto, essa teoria não se separa da prática, e só na prática encontra razão de ser. Segundo Vazquez 1968, a teoria em si não transforma o mundo, mas pode contribuir para sua transformação. Entre a teoria e a atividade prática

transformadora, insere-se um trabalho de educação de consciências, de organização dos meios materiais e de planos concretos de ação.

A educação é uma ação intencional, e assim sendo, é necessário fazer um planejamento metódico e rigoroso. Uma ação planejada de forma reflexiva e consciente pode possibilitar a ruptura com os padrões vigentes.

Educar é contribuir para consolidar o processo de humanização do homem. Humanizar-se é assimilar o coletivo social no individual, em seu caráter dialético de transformar-se, transformando a realidade (Currículo Básico 2007).

A construção de um projeto indica a direção ainda da sociedade que se quer produzir. Assim, à medida que compreendemos o tipo de organização social que queremos, podemos contribuir para sua transformação. Neste documento, utilizamo-nos de pressupostos teóricos que nortearão a prática pedagógica e que construirão a identidade da escola: através dos pressupostos filosóficos, psicológicos, legais e pedagógicos, os quais orientam a organização curricular do Oeste do Paraná.

Os pressupostos filosóficos dizem respeito à concepção de homem e de sociedade e à compreensão de educação, e são eles que definem a direção dos demais fundamentos; os psicológicos explicitam uma concepção de desenvolvimento humano e de aprendizagem; os pedagógicos expressam um modo de pensar e fazer da educação, para consolidar os pressupostos filosóficos. Os pressupostos legais referem-se às bases presentes na legislação educacional, que dão à operacionalização da proposta curricular.

A educação trabalha fundamentalmente com as ideias, não podendo descuidar dos pressupostos, das concepções e dos fundamentos teórico-metodológico que embasam a prática educacional.

Trata-se de lutar pela educação, mas não apenas por ela; trata-se de lutar também pela transformação da sociedade na qual ela está inserida.

Dentre os temas transversais relacionadas a esse componente curricular, cumpre destacar a educação em direitos humanos **Decreto nº 7.037/2009**, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/PC nº 01/2012, **LEI Nº 13.185/2015**. Fica instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (**Bullying**) em todo o território nacional, a educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (**Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008**, CNE/PC nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004), bem como, o processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Leis nº 8.842/1994 e 10.741/2003) e as áreas de saúde, sexualidade, vida familiar e social e diversidade cultural, asseguradas.

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DA MANTENEDORA

A Escola Municipal do Campo José Bonifácio - Educação Infantil e Ensino Fundamental/Anos Iniciais, localizada na Comunidade de Nova União – Zona Rural, Telefone (45) 3121 1060, Município de Céu Azul, Estado do Paraná, email: escolajb2010@hotmail.com. CNPJ: 80881790/0001-09.

É mantida pela Prefeitura Municipal de Céu Azul, situada na Avenida Nilo Umberto Deitos, número 1426, Centro, Município de Céu Azul, Estado do Paraná. Telefone (45) 3121 1000.

1.2 CÓDIGOS

Municipal: 530

Código do sere: 53

Código do INEP: 41075749

1.3 CÓDIGOS DA TURMA

Multiano: 2020

Multisseriada:

Educação Infantil: 2001

Ensino Fundamental 1º ano, 2º ano e 3ºano: 4025

Ensino Fundamental 4ºano e 5º ano: 4035

1.4 CURSOS E MODALIDADE DE ENSINO OFERTADAS PELA INSTITUIÇÃO

ETAPA- Pré escola	Etapa da educação Infantil	04 a 05 anos
CURSO	Etapa do Ensino Fundamental	1º, 2º e 3º anos
CURSO	Etapa do Ensino Fundamental	4º e 5º anos

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TEMPO

Etapa	Organização	Avaliação	Organização curricular
Educação Infantil (Pré- escola)	CRIANÇAS PEQUENAS Educação infantil 04 anos Educação infantil 05 anos	Trimestre (relatório descritivo)	- O eu, o outro e o nós. - Corpo, gestos e movimentos. -Traços, sons, cores e formas. -Escuta, fala, pensamento e imaginação. - Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.
Ensino Fundamental (Fase I)	1º ano, 2º ano, 3º ano	Trimestre (relatório descritivo)	Língua Português e Alfabetização, Arte, Educação Física, Ensino Religioso, Ciências, Geografia, História, Matemática
Ensino Fundamental (Fase I)	4º ano, 5º ano	Trimestral (nota)	Língua Português, Arte, Educação Física, Ensino Religioso, Ciências, Geografia, História, Matemática

1.5.1 – RECREIO INTERATIVO

O Recreio Interativo precisa ser compreendido como tempo e espaço possível para a interação com o outro e a manifestação de diferentes formas culturais de agir em contexto e produzir modos de vida. Mais do que outras atividades educacionais, é no recreio que as crianças, mesmo que sob certos aspectos agem de forma vigiada,

podem expressar-se de forma mais espontânea. No recreio estão em jogo acordos, conhecimentos, emoções, valores, crenças, formas de brincar.

O desenvolvimento da criança, ou seja, as modificações físicas e comportamentais se tornam cada vez mais visíveis, bem como, as diferenças individuais e um jeito de ser criança. Os recreios são momentos que podem se transformar em excelentes oportunidades para os educadores conhecerem melhor os educandos, assim como para exercerem a sua função educativa.

As atividades livres ou dirigidas, com o acompanhamento da equipe gestora, docentes e funcionários da escola durante esse período, possuem um enorme potencial educativo e devem ser consideradas pela escola na elaboração da sua Proposta Pedagógica. Os momentos de recreio livre são fundamentais para a expansão da criatividade, para o cultivo da interação dos alunos com as outras crianças e também com os adultos. O envolvimento de todos faz a diferença para criar um espaço participativo no qual as crianças se sintam pertencentes.

Na legislação, o recreio e os intervalos de aula são horas de efetivo trabalho escolar, conforme conceituou o CNE, no Parecer CEB nº 05/97 : O intervalo é o momento em que as crianças e os jovens têm mais liberdade na escola. É a hora que acontece a socialização e o momento em que os alunos decidem como organizar esse tempo e fazem suas próprias escolhas. Apesar de ser espontâneo, o planejamento do recreio pode melhorar o aproveitamento desse tempo e ampliar a segurança para os estudantes. Em relação ao controle da frequência, condição exigida pelo Parecer CNE/CEB nº 02/03 para que este período seja computado na carga horária legal, não há necessidade da instituição elaborar um livro de chamada específico, pois o recreio nada mais é do que um intervalo nas atividades letivas do turno, cuja frequência já está comprovada na presença do aluno na escola. Especificamente em relação ao recreio o Parecer CNE/CEB nº 02/03, assim se posiciona de forma altamente esclarecedora: “As atividades livres ou dirigidas, durante o período de recreio, possuem um enorme potencial educativo e devem ser consideradas pela escola na elaboração da sua Proposta Pedagógica. Os momentos de recreio livre são fundamentais para a expansão da criatividade, para o cultivo da intimidade dos alunos, mas de longe, o professor deve estar observando, anotando, pensando até em como aproveitar algo que aconteceu durante esses momentos para ser usado na contextualização de um conteúdo que vai trabalhar na próxima aula.” Nada impede que a instituição de ensino programe atividades dirigidas para o recreio, porém, é na liberdade de ação dos alunos

que serão observados seus comportamentos naturais e espontâneos, possibilitando um conhecimento mais verdadeiro de cada aluno.

Na nossa instituição de ensino o recreio é dividido em dois momentos primeiro o Pré I e no segundo momento o Pré II. Na saída para o intervalo os alunos são acompanhados até a cantina para pegarem o lanche, após o tempo destinado para a alimentação os alunos são encaminhados para o saguão da escola que contém os brinquedos e materiais para as brincadeiras. O recreio dirigido tem o acompanhamento da coordenadora, da diretora, dos professores que estão de hora atividade (que tem 4 horas seguidas de hora atividade no período) e demais funcionários da instituição, garantindo assim a assistência e acompanhamento das crianças. O projeto do recreio interativo encontra-se no Anexo 01.

1.5.2 – MATRIZ CURRICULAR

Presente em todas as instituições de ensino, as matrizes curriculares definem o dia a dia dos alunos. É um documento norteador da escola. É o ponto de partida de sua organização pedagógica. É a partir da matriz que se define que componentes curriculares serão ensinados na escola. A matriz curricular é parte integrante do Regimento e do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e sua organização deve ser realizada a partir das disposições dos artigos 26, 27, 35 e 36 LDB 9394/96 e da Resolução 02 de janeiro de 2012 (CNE). Pode ser ajustada no decorrer do curso, facilitando assim o aprendizado dos alunos com os conteúdos atuais. A matriz curricular encontra-se no Anexo 02.

1.5.3 – CALENDÁRIO ESCOLAR

Este estabelecimento segue o calendário elaborado conforme as instruções da Secretaria Municipal de Educação, sendo adaptado a realidade desta localidade e aprovado pelo Conselho Escolar, seguindo os (200) duzentos dias letivos conforme exigidos por lei. O calendário encontra-se no Anexo 03.

1.5.4 – PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

A proposta Pedagógica Curricular traz aos educandos os conteúdos essenciais para cada componente curricular dentro de seu determinado ano, seguindo uma organização que visa fortalecer o processo ensino/aprendizagem, proporcionando assim um leque de potencialidades com diferentes meios para desenvolvê-las. A Proposta Pedagógica Curricular desta Instituição encontra-se no Anexo 16.

1.6 NÚMERO DE TURMA E NÚMERO DE ESTUDANTES

O estabelecimento de ensino oferta no período vespertino:

- Educação Infantil: Infantil 04 e Infantil 05;
- Educação Infantil: Multiano;
- Ensino Fundamental: 1º ano ao 3º ano – Ciclo;
- Ensino Fundamental: 1º ano a 3º ano – Multiciclagem;
- Ensino Fundamental: 4º ano e 5º ano – Ano;
- Ensino Fundamental: 4º ano e 5º ano – Multisseriada.

Número de alunos por turma:

- Educação Infantil: Multiano – 24 alunos;
- Ensino Fundamental: 1º Ano – 04 alunos;
- Ensino Fundamental: 2º Ano – 15 alunos;
- Ensino Fundamental: 3º Ano – 07 alunos;
- Ensino Fundamental: 4º Ano – 09 alunos;
- Ensino Fundamental: 5º Ano – 07 alunos.

1.7 QUADRO DE PROFISSIONAIS

NOME	FUNÇÃO/ TURMA	TEMPO DE SERVIÇO	HABILITAÇÃO
Janete Secco Bedendo	Diretora	35 anos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Magistério ▪ Licenciatura Plena em História; Pós-graduação em:

			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Geografia e História; ▪ Gestão Educacional.
Vanderléia Aparecida Oliveira Nery	Coordenadora	8 anos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Magistério ▪ Pedagogia.
Luana Marchi dos Santos Müller	Professora 5º Ano	8 anos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Magistério ▪ Pedagogia; <p>Pós-graduação em:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Educação e Diversidade; ▪ Gestão Pública; ▪ Mestrado em Educação.
Andréia Carmem Baggio Vandrúsculo	Professora 4º Ano		<ul style="list-style-type: none"> • Magistério
Daniele Franchini de Lemos	Professora 2º Ano	8 anos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Magistério; ▪ Pedagogia; <p>Curso em:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Libras. <p>Pós – Graduação em:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Educação e Sociedade ▪ Gestão Escolar ▪ Educação Especial
Berenice de Fátima Maximowitz Gabiatti	Professora 1º Ano	32 anos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pedagogia <p>Pós – Graduação em:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Neuropsicopedagogia.
			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Magistério; ▪ Pedagogia; <p>Pós-graduação em:</p>

Elete Eger da Costa	Professora Educação Infantil	8 anos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Psicopedagogia; ▪ Educação Especial: Deficiência Intelectual e Múltiplas;
Rosane Pedroso	Professora de Musicalização do Pré e Ciências Do 4º ano	2 anos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pedagogia; <p>Pós-graduação em:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Psicopedagogia Institucional; ▪ Educação Especial e Inclusiva.
Adrielli Tessaro Conceição	Professora de Arte, História e História e Geografia e Ensino Religioso	1 ano	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Magistério.
Ivete da Silva Freire	Secretária		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Superior incompleto
Josiane Pomagerski	Ciência, Educação Física e Recreação	1 ano	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pedagogia <p>Pós-graduação em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Psicopedagogia institucional ▪ Educação Especial e Inclusiva
Maria Ivonete de Souza	Zeladora	24 anos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ensino Médio.
Leonice de Fátima Pereira	Zeladora Terceirizada	1 ano	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ensino Fundamental.
Solange Maria Leite	Cozinheira	1 ano	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ensino Fundamental

Pereira	Terceirizada		
---------	--------------	--	--

2.ELEMENTOS SITUACIONAIS

2.1 HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

A Escola Rural Municipal José Bonifácio foi criada pela lei municipal nº 39/70 de 07 de março de 1970, autorizada a funcionar e atender crianças de Educação Infantil de 04 e 05 anos a 4ª série pela resolução nº 3642/82.

Na década de 60 houve uma grande migração de gaúchos, catarinenses, mineiros e paulistas para esta localidade com o intuito de explorar a área e fixar residência, formando assim uma comunidade. Por ser uma localidade distante da sede, houve a necessidade da construção de uma sala de aula que funcionasse em regime Multisseriada (1ª a 4ª série) e atendesse os filhos dos moradores.

No princípio a escola não tinha um local para fazer o lanche e este era feito por uma vizinha voluntária.

Com o crescimento da comunidade aumentou o número de crianças e sentiu-se a necessidade de ampliação do espaço físico, construindo-se assim uma escola de alvenaria com duas salas, dois banheiros e uma cozinha, funcionando com turmas bisseriadas.

Com o passar do tempo às necessidades foram aumentando por receber alunos de toda a região onde existiam as escolas Multisseriada, estas foram fechadas e os alunos trazidos através de transporte escolar para esta escola, então foi ampliada sua área construída que passou para 672,11 m² construída com cinco salas de aula, uma sala de professores, uma biblioteca, secretaria, sala de direção, três banheiros: um para professores e dois banheiros masculino e feminino com quatro sanitários cada. No ano de 1993 este estabelecimento de Ensino foi cedido para a Secretaria do Estado do Paraná, onde se passou a trabalhar com dualidade municipal e estadual um em cada período.

Devido a esta situação de dualidade foi necessário novamente ampliações, foi construído em parceria com as APPF das duas escolas e a prefeitura municipal, uma sala de aula e novos banheiros. No ano de 2009 com verba do governo federal foi construído

um refeitório com 186,82 m², onde se contemplou espaço para lanche, cozinha, despensa, banheiro e área de serviço.

O nome da escola é uma homenagem a José Bonifácio de Andrada e Silva, Brasileiro de família abastada, nascido em 1763 na cidade de Santos, José Bonifácio estudou Ciências Naturais e Direito em Coimbra, adquirindo considerável reputação como professor universitário.

Após percorrer por dez anos várias regiões da Europa, retornou para Portugal e em 1800 recebeu o título de doutor em filosofia, destacando-se também como geólogo e metalurgista, quando fundou a primeira cátedra de metalurgia lusitana. Tornando-se intendente-geral das minas de Portugal, ganhou cargos de relevância, passando a chefiar a polícia do Porto, após a expulsão dos franceses que haviam invadido Portugal em 1807 durante a expansão napoleônica.

Presente em nossa história desde o início movimento de independência, José Bonifácio foi presidente da junta governativa de São Paulo (1821) e posteriormente assessor e ministro de D. Pedro, juntamente com seu irmão Martim Francisco. Tornou-se o principal organizador da Independência do Brasil com atuação destacada no processo constitucional. Seu liberalismo porém, limitava-se ao discurso ou a alguma literatura que produziu sobre a necessidade de abolição gradual da escravidão. Na prática foi um assumido defensor dos escravocratas.

A escola foi fundada em período ditatorial, e por esse personagem histórico ter ideias contrárias ao regime decidiu-se por esse nome para homenagear um símbolo de resistência do período.

Hoje a escola conta com seis salas de aula, quatro banheiros, biblioteca, refeitório, cozinha, sala de direção, secretaria, laboratório de informática e laboratório de física de uso exclusivo do Colégio Estadual do Campo Nova União, sala de professores e despensa para material de limpeza e outra despensa para depósito de alimentos.

A Escola do Campo hoje é extremamente importante para todos que moram na comunidade, pois devido à distância da sede do município a escola atende crianças de quatro a cinco anos na Educação Infantil e alunos de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Sabe-se que a escola do Campo atualmente é o espaço que a educação acontece de forma dinâmica que busca interagir com as condições sociais em que todo educando encontra-se inserido como sujeito ativo sendo valorizado no seu meio.

É importante lembrar que a Escola do Campo José Bonifácio conta com a Secretaria Municipal de Educação como mantenedora e também é na Secretaria que encontramos todo o aparato pedagógico e de apoio aos professores e aos educandos como também administrativo.

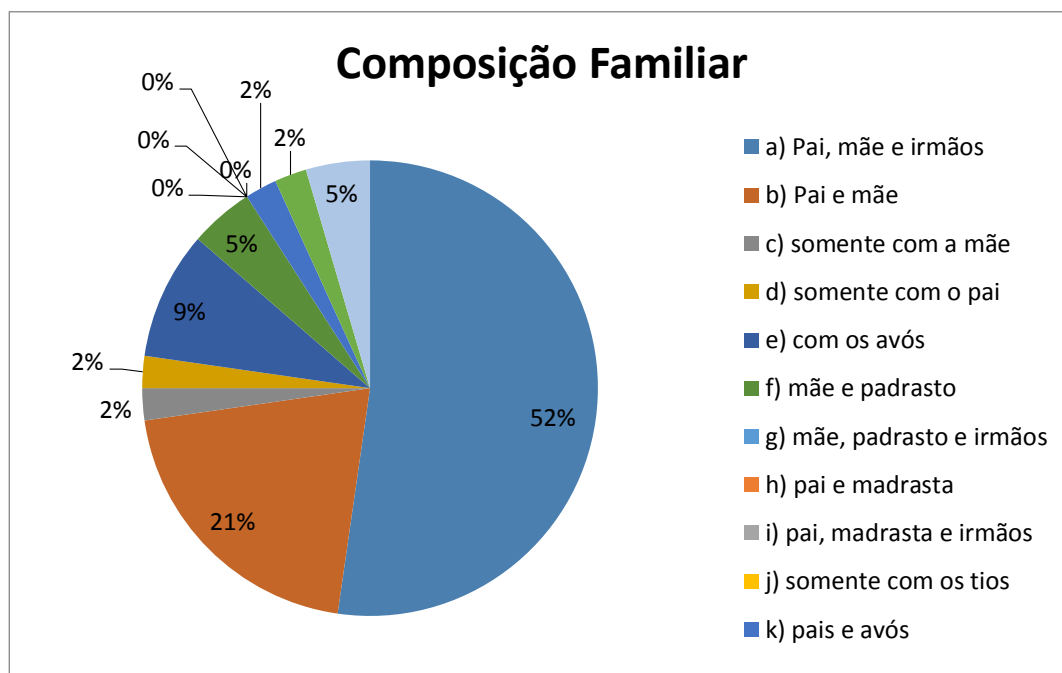
2.2 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Realizou-se uma pesquisa junto a comunidade escolar através de um questionário sócio, econômico e cultural com o objetivo de verificar o perfil das famílias dos alunos do estabelecimento de ensino. Foram encaminhados um total de 55 questionários, deste 48 retornaram. Os questionários respondidos pelas famílias encontram-se arquivados na secretaria da escola.

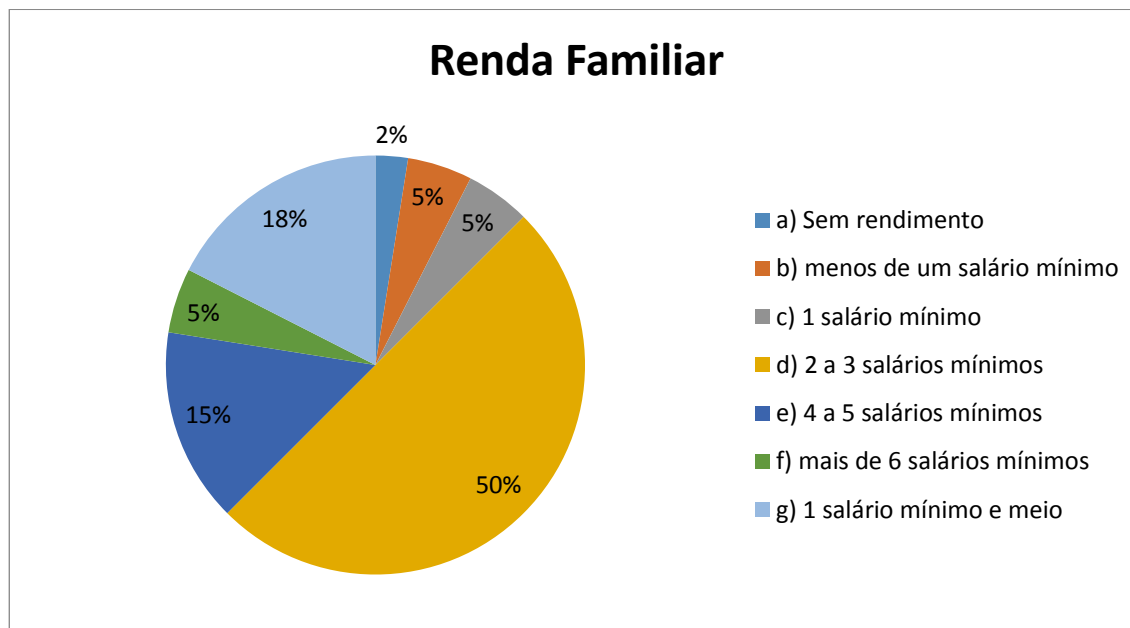
Aqui estão algumas questões relevantes que caracterizam a comunidade escolar.

O questionário com todas as questões encontra-se no Anexo 04.

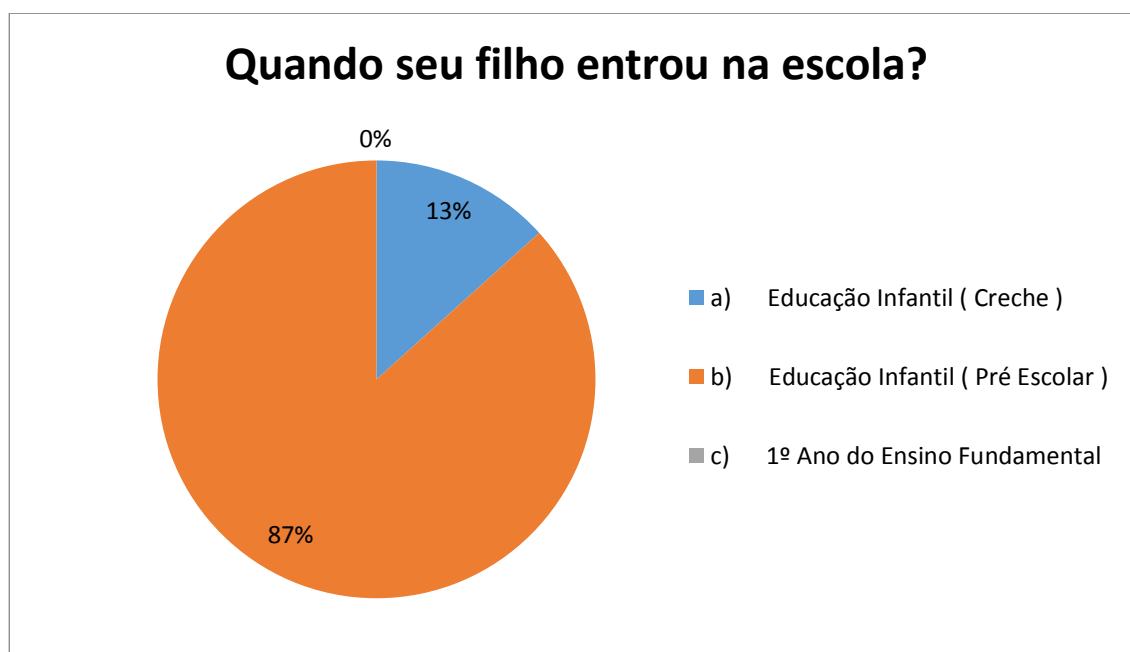
1- Qual seu parentesco ou ligação com o aluno?



2- Qual sua renda familiar?

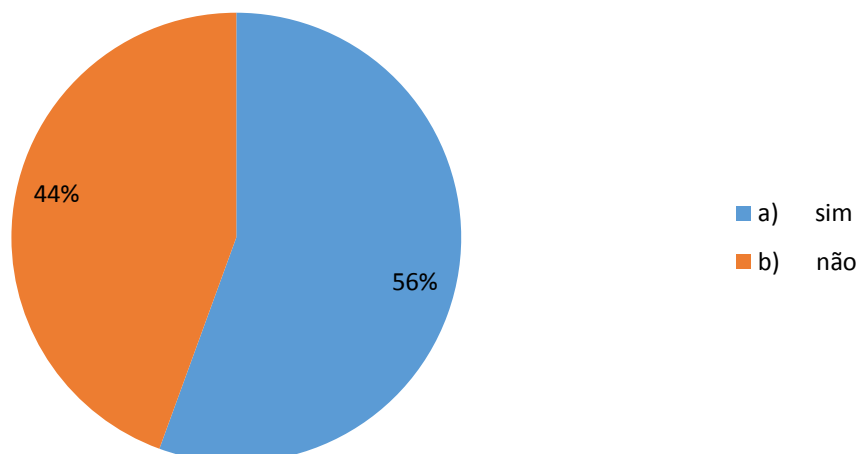


3- Em que período seu filho entrou na escola?



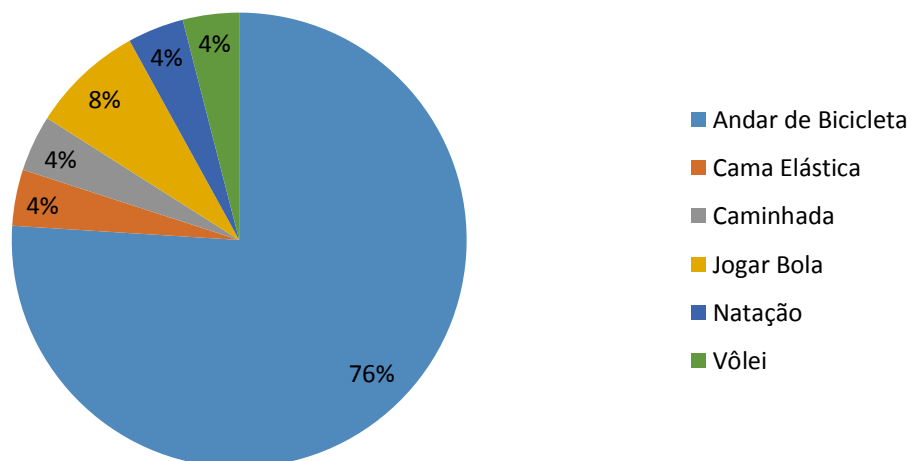
4- Seu filho pratica alguma atividade física?

Seu filho pratica alguma atividade física?



5- Qual atividade física?

Qual atividade física?



2.3 - AMBIENTES PEDAGÓGICOS DISPONÍVEIS

Área – construída – 958,93 m²
Área livre – 657,18 m²
Área total – 1716,11 m²
Sala de aula – 06
Secretaria – 01
Sala de leitura – 01
Refeitório com cozinha, área de serviço, despensa – 01
Banheiro – 03
Sala de professores – 01
Sala de direção – 01
Sala Paraná digital (Estado) – 01
Bebedouro – 03
Saguão - 01
Parquinho – 01
Quadra esportiva coberta – 01

Os espaços pedagógicos da escola são: Parquinho, cama elástica, quadra, Big Mundi, biblioteca. Cada espaço tem seus horários de uso, sendo intercalados pra cada turma os dias da semana.

O parquinho e o Big Mundi: São utilizados para desenvolver vínculos sociais com os alunos, além de trabalhar percepção de espaço e compartilhamento do mesmo, visando a compreensão e entendimento das regras dos mesmos.

Cama elástica: É uma fonte de entretenimento e exercício para as crianças, onde trabalha a coordenação motora ampla.

Quadra: É mais do que um espaço esportivo onde é realizado as aulas de Educação Física, pois proporciona é um instrumento pedagógico precioso para o desenvolvimento da cultura do movimento e linguagem corporal.

Biblioteca: A biblioteca da escola serve de apoio para momentos de pesquisas, tendo como objetivo apoiar, incrementar e fortalecer o projeto pedagógico, além de valorizar a leitura no cotidiano dos alunos e proporcionar condições para que o educador faça uso do espaço de forma coletiva e descontraída.

2.4 - ACERVO BIBLIOGRÁFICO

A leitura é um processo fundamental para qualquer ser humano. É através dela que se consegue aprimorar o conhecimento, o vocabulário, dinamizar o raciocínio, melhorar a interpretação, informar-se e atualizar-se

A Instituição escolar conta hoje com 3258 livros de literatura classificados por recomendação de idade e por coleção. Cada professora elabora sua metodologia para o trabalho pedagógico com esse instrumento. A Escola no início do ano letivo organiza um cronograma de troca de livro, onde uma vez por semana o educando pode ir a biblioteca juntamente com sua professora realizar o empréstimo do livro que pode ser lavado para casa e ser lido com a família durante a semana, podendo realizar a troca na semana seguinte.

2.5 - OBJETIVO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Preparar a pessoa para atuar na sociedade de forma consciente, crítica e justa, valorizando o ambiente em que vive e instrumentalizando para utilizar de maneira consciente os recursos ambientais e culturais.

Considerando tal reflexão, pode-se afirmar que o processo educacional da escola é amplo, exigindo uma construção na formação em sua totalidade a qual contribuirá para um agir pedagógico, como instrumento do processo educacional, que tem como prioridade o aprendizado científico do educando. Assegurando a flexibilidade de um processo que esteja voltada para a realidade do ser humano no tempo e espaço condizente a sua diversidade, como espaço de igualdade e justiça.

Os profissionais do ambiente escolar deverão estar comprometidos, focados e direcionando os seus esforços para envolver os alunos em experiências efetivas de promoção de aprendizagem, formação pessoal e social do educando.

2.6 - PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO

Os princípios que regem a educação estão detalhados na Lei nº 9.394/96. Seu conteúdo abrange desde a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola até a vinculação com o trabalho e as práticas sociais, passando por outros aspectos importantes, como igualdade de condições para o acesso e permanência na

escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação escolar; gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extraescolar; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; consideração com a diversidade étnico-racial; garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

2.7 - INSTÂNCIAS COLEGIADAS SUAS ATRIBUIÇÕES

A Gestão Democrática tem como princípio a participação, a transparência e a implementação de políticas educacionais comprometidas com a qualidade do ensino.

Contudo, não se pode pensar em Gestão Democrática sem a participação, presença e comprometimento da comunidade. Sendo assim, os instrumentos que possibilitam a efetivação da Gestão Democrática são as Instâncias Colegiadas. Para que estas participem das discussões e decisões da escola, é preciso que a equipe diretiva informe e divulgue as ideias e ações, com transparência, para a comunidade escolar.

As Instâncias Colegiadas - APPF, Conselho Escolar - são organizações compostas por representantes de todos os segmentos da comunidade com o objetivo de auxiliar o diretor na função de Gestor Escolar, nas decisões e encaminhamentos para solucionar os problemas do cotidiano da escola, mas tendo como objetivo principal a busca pela melhoria da qualidade no processo ensino e aprendizagem.

2.7.1 – CONSELHO ESCOLAR

Uma gestão democrática deve ser antecedida de processos participativos que envolvam comunidade educacional. Este trabalho busca ampliar os diferentes olhares sobre a ação pedagógico-administrativa, visando construir um ambiente onde o acesso ao conhecimento historicamente acumulado seja transmitido a todos, atendendo sem distinção e com qualidade que faça o sujeito refletir, agir, pesquisar, buscar respostas, formular perguntas e transformar em ação concreta o conhecimento adquirido.

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora sobre a organização e a realização do trabalho pedagógico e

administrativo do estabelecimento de ensino em conformidade com a legislação educacional vigente e orientações da Secretaria do Estado da Educação.

O Conselho Escolar é composto por representantes da comunidade escolar comprometidos com a educação pública, presentes na comunidade.

A Comunidade escolar é compreendida como o conjunto dos profissionais da educação atuantes no estabelecimento de ensino, alunos devidamente matriculados e frequentando regularmente, pais e/ou responsáveis pelos alunos.

O Conselho Escolar poderá eleger seu vice-presidente dentre os membros que compõem, desde que esses sejam maiores de 18 (dezoito) anos.

O Conselho Escolar tem como principal atribuição, aprovar e acompanhar a efetivação do projeto político pedagógico do estabelecimento de ensino.

Os representantes do Conselho Escolar são escolhidos entre seus pares mediante processo eletivo, de cada segmento escolar, garantindo-se a representatividade dos níveis e modalidades de ensino.

As eleições dos membros do Conselho Escolar, titulares e suplentes, realizar-se-ão em reunião de cada segmento convocada para este fim, para um mandato de 02 anos, podendo ser prorrogado por mais 02 anos. Está em vigência o Conselho Escolar neste período **de 20 de março de 2019 à 20 de março de 2021.**

Admitindo-se uma única reeleição consecutiva.

O Conselho Escolar, de acordo com o princípio da representatividade e da proporcionalidade, é constituído pelos seguintes conselheiros:

- I. Representante da equipe docente: **Luana Cristina Marchi dos Santos Muller.**
- II. Representante da equipe técnico-administrativa: **Maria Ivonete Silva dos Santos e Iracema Proença Mendes.**
- III. Representante dos pais ou responsáveis pelo aluno: **Angelica Porta Bernardi.**
- IV. Representante da comunidade: **José Sgobi e Valdenor Barreto dos Santos.+**
- V. Representante dos alunos: **Eduardo Bordignon.**
- VI. Secretaria: **Vanderleia Aparecida de Oliveira Nery.**
- VII. Direção: **Janete Secco Bedendo.**
- VIII. Presidente: **Marcia Piatti Bordignon.**

De acordo com o artigo 47 - São atribuições do Conselho Escolar:

- I - deliberar sobre o Regimento Escolar da respectiva Instituição de ensino;
- II- deliberar sobre o Projeto Político-pedagógico da Instituição;
- III - acompanhar e avaliar a execução do Projeto Político-pedagógico;
- IV - acompanhar o desempenho das atividades da direção e coordenação pedagógica da instituição;
- V - analisar a prestação de contas da equipe diretiva da instituição;
- VI - definir critérios para a utilização do prédio escolar para outras atividades, que não asde ensino, observando o princípio da integração escola/comunidade e os dispositivos legais emanados da mantenedora;
- VII - Mediar e decidir, nos limites da legislação, sobre eventuais impasses de natureza administrativa e/ou pedagógica, esgotadas as possibilidades de solução pela equipe escolar;
- VIII - zelar pela publicidade de seus atos e das ações da equipe diretiva da instituição;
- IX - desempenhar demais funções inerentes à sua atribuição.

Conselho Escolar é regido por estatuto próprio aprovado por seus integrantes.

No caso de um dos conselheiros infringir as normas estabelecidas neste regimento o secretário municipal de educação, no uso de suas atribuições após a apuração e comprovação das irregularidades poderá destituí-lo.

2.7.2 – ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS

A APPF (Associação de Pais, Professores e Funcionários) ou similar, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos Pais, Professores e Funcionários da instituição de ensino, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros, sendo constituída por prazo indeterminado. A APPF é regida por estatuto próprio, registrado em cartório e aprovado em Assembleia Geral.

A APPF de forma democrática participa das decisões em relação às promoções para o período letivo, bem como, é atuante na organização e execução dos eventos, também contribuindo e sugerindo nos planejamentos para a aplicação dos rendimentos obtidos e submetê-los a apreciação e aprovação do conselho fiscal integrante da própria Associação.

Segue abaixo seus membros eleitos em 20 de março de 2019 com mandato até 20 de março de 2021:

Presidente: **Sandra Regina Festner Franck.**

Vice Presidente: **Ana Luiza Felicetti Bordignon.**

Tesoureiro : **Alexssandro Santos Conceição.**

Vice tesoureiro: **Daniel Caríssimi.**

1º secretária: **Andréia Carmem Baggio Vendrusculo**

Vice secretária: **Janete Secco Bedendo.**

Conselho Fiscal: **Jeferson Bernardi, Cláudia Regina Bedendo, Mariza Ritter Dalri, Daniele Franchini de Lemos, Maria Ivonete da Silva de Souza, Leonice Fatima Pesente, Roni Nilson.**

Com as seguintes atribuições da APPF:

- I. Acompanhar o desenvolvimento da Proposta Pedagógica, sugerindo as alterações que julgar necessárias;
- II. Receber informações sobre a orientação pedagógica da escola e o ensino ministrado aos educandos;
- III. Auxiliar na organização e participar das atividades culturais, sociais, esportivas e cívicas da instituição;
- IV. Votar e ser votado nos termos do presente Estatuto;
- V. Estimular a criação e o desenvolvimento de atividades para pais, alunos, professores, funcionários e comunidade, de acordo com as possibilidades;
- VI. Definir juntamente com a direção, professores e funcionários, ouvido o Conselho Escolar, o destino dos recursos advindos de convênios ou promoções, mediante a elaboração de planos de aplicação, bem como reunir-se para prestação de contas desses recursos, com registro em ata;
- VII. Registrar em livro ata da APPF, com assinatura dos presentes às reuniões de Diretoria, Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- VIII. Registrar em livro próprio a prestação de contas de valores e inventário de bens (patrimônio) da associação, sempre que uma nova Diretoria e Conselho Fiscal tomarem posse, dando-se conhecimento à Direção do Estabelecimento de Ensino e ao Conselho Escolar;

- IX. Aplicar as receitas oriundas de qualquer contribuição voluntária ou doação, comunicando irregularidades, quando constatadas, à Diretoria da Associação e à Direção da Escola e ao Conselho Escolar;
- X. Realizar as prestações de contas, juntamente com a Direção da Escola e em seguida, torná-las públicas;
- XI. Zelar pelo nome da instituição e pelo bom relacionamento entre escola e comunidade escolar.
- XII. Promover a locação de serviços de terceiros para prestação de serviços temporários na forma prescrita no Código Civil ou na Consolidação das Leis de Trabalho, mediante prévia informação à SEMED.
- XIII. Apresentar, para aprovação em Assembléia Geral Extraordinária, atividades com ônus para os pais, alunos, professores, funcionários e demais membros da APPF;
- XIV. Celebrar convênios com o poder público para o desenvolvimento de atividades curriculares, implantação e implementação de projetos e programas na Escola, apresentando plano de aplicação dos recursos públicos eventualmente repassados e prestação de contas para o Tribunal de Contas nas normas da lei;
- XV. Manter atualizada, organizada e com arquivo correto toda a documentação referente à APPF, obedecendo a dispositivos legais e normas do Tribunal de Contas;

2.7.3 Conselho de Classe

O conselho de classe é um espaço de avaliação de professor/aluno e sobre o trabalho de busca conjunta de alternativas de ação que levem à consecução de objetivos: meios mais eficientes e eficazes para que os alunos e professores cresçam como pessoas interativas no seu meio.

O conselho de classe deve ser um momento de emersão e crescimento da consciência pessoal e de grupo que nos faz sujeitos do processo educativo. Não se trata apenas de verificar que notas/conceitos os alunos obtiveram, mas tentar ver o aluno como um todo, vendo além destes. No entanto, quando é realizado o conselho de classe, baseado nas orientações que a instituição recebe da SEMED, não devemos misturar a vida familiar do aluno, com conceitos e notas.

A Equipe Pedagógica da Escola Municipal do Campo José Bonifácio, tem um papel muito importante como elemento que ajuda o grupo a pensar o aluno como um todo e não reduzi-lo apenas a um produtor/reprodutor de conteúdos programáticos.

A cada dia que passa torna mais importante a percepção de totalidade de vida em que se insere o aluno para se poder ajudá-lo como estudante na escola. Há fatores culturais extras escolares que definem, muitas vezes, o modo de pensar, de agir e de interagir dos alunos.

Conhecer esses aspectos, perceber a inter-relação destes com a vida escolar do aluno e com a ação pedagógica do professor, pode ajudar a redimensionar o trabalho da escola.

Trata-se de ter uma visão de conjuntos sobre cada caso para se tomar atitudes que sejam adequadas para cada situação. Saber distinguir, discernir as atitudes mais adequadas para os casos mais complexos é tarefa que requer reflexão conjunta de todos os envolvidos no processo educativo, reunidos para tal fim.

O conselho de classe deve ser um instrumento de apoio, dentro do processo global de avaliação que a escola desenvolve.

O Conselho de Classe será constituído por: Pré-Conselho de Classe, Conselho de Classe;

I - No Pré-Conselho, com a participação de professores, direção e coordenação, com a finalidade de emitir parecer sobre assuntos referentes ao processo ensino-aprendizagem, respondendo a consultas feitas pelos mesmos. Serão analisados os aspectos quanto a:

- a) Registros feitos pelo professor da turma e professor das disciplinas de hora-atividade;
- b) Profissionais do CAMU (Centro de Atendimento Multidisciplinar)
- c) O trabalho desenvolvido pelo professor no processo de ensino, a aprendizagem de cada turma e do aluno individualmente, e realização dos encaminhamentos individuais;
- d) Instrumentos de avaliação utilizados pelo professor;
- e) Encaminhamentos para o próximo trimestre;
- f) Apropriação dos conteúdos;
- g) Utilização de recursos externos;
- h) Notas para os alunos matriculados nos 4^o e 5^o anos e desenvolvimento geral dos alunos matriculados nos 1^o, 2^o e 3^o, anos;
- i) Frequência, observando-se faltas nas aulas do Ensino Regular, Atendimento no Centro de Atendimento Multidisciplinar – CAMU.

j) Atuação com responsabilidade na decisão sobre a possibilidade de avanço do aluno para série/etapa subsequente ou retenção, após a apuração dos resultados finais, levando-se em consideração o desenvolvimento integral do aluno;

§ 2º No Conselho de Classe com a participação de direção, coordenação, professores, equipe pedagógica da SEMED e CAMU serão observados:

- a) reflexão análise e tomada de decisão quanto aos dados levantados no Pré – Conselho;
- b) elaboração coletiva de estratégias e propostas de ação, com vistas à superação das dificuldades apontadas, propondo medidas que viabilizem um melhor aproveitamento escolar, tendo em vista o respeito à cultura do educando, integração e relacionamento com os alunos na classe;
- c) discussão dos diagnósticos e proposições levantadas no pré- conselho, estabelecendo-se a comparação entre resultados anteriores e atuais, entre níveis de aprendizagem diferentes nas turmas e não entre alunos;
- d) auto avaliação dos Professores, Direção e Equipe Pedagógica da escola;
- e) definição dos compromissos quanto aos encaminhamentos de cada um dos envolvidos no processo ensino-aprendizagem;
- f) Estabelecer mecanismos de recuperação de estudos, concomitantes ao processo de aprendizagem, que atendam às reais necessidades dos alunos, em consonância com a Proposta Pedagógica Curricular da escola;

§ 3º Ao Conselho de Classe cabe ainda, verificar se os objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, avaliativos e relações estabelecidas na ação pedagógico-educativa, estão sendo cumpridos de maneira coerente com o Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino. Constitui-se em um espaço de reflexão pedagógica, onde todos os sujeitos do processo educativo, de forma coletiva, discutem alternativas e propõem ações educativas eficazes que possam vir a sanar necessidades/dificuldades apontadas no processo ensino e aprendizagem.

O Conselho de Classe reunir-se-á ordinariamente em cada trimestre, em datas agendadas de acordo com o Calendário Escolar.

As reuniões do Conselho de Classe serão lavradas em Livro Ata, pelo(a) secretário(a) da escola, como forma de registro das decisões tomadas. As fichas do Conselho de Classe encontram-se no Anexo 06.

2.8 - INDICADORES EDUCACIONAIS DE ACESSO, FLUXO, APRENDIZAGEM – DADOS DE 2018 ATÉ 2020

2.8.1 – INDICADORES EXTERNOS

Os indicadores educacionais atribuem valor estatístico à qualidade do ensino, atendo-se não somente ao desempenho dos alunos mas também ao contexto econômico e social em que as escolas estão inseridas. Eles são úteis principalmente para o monitoramento dos sistemas educacionais, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos.

Dessa forma, contribuem para a criação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade pela escola.

PROVA PARANÁ AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DE FLUÊNCIA - 2019



Secretaria Municipal de Educação de CEU AZUL
LOGIN: 4105300
SENHA: hbc374

Escola	Total de Estudantes Previstos	Total de Estudantes Participantes	Taxa de Participação (%)	Taxa de estudantes no Nível 1 (Pré-leitor)	Taxa de estudantes no Nível 2 (Iniciante)	Taxa de estudantes no Nível 3 (Fluente)	Taxa de estudantes que não conseguem ler o texto	Login	Senha
JOSE BONIFACIO E M C EI EF	7	7	100,0	14,3	85,7	0,0	0,0	41071611	eai761
LEONCIO CORREIA E M EF	43	45	104,7	8,9	57,8	26,7	15,6	41075757	dve381
OLAVO BILAC E M EI EF	13	13	100,0	7,7	46,2	38,5	0,0	41011490	gak989
SAO CRISTOVAO E M EI EF	38	38	100,0	5,3	42,1	36,8	2,6	41075820	yug716
TANCREDO NEVES E M EI EF	18	20	111,1	15,0	70,0	10,0	5,0	41080670	sam682

PROVA PARANÁ

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DE FLUÊNCIA - 2019

Município: CEU AZUL

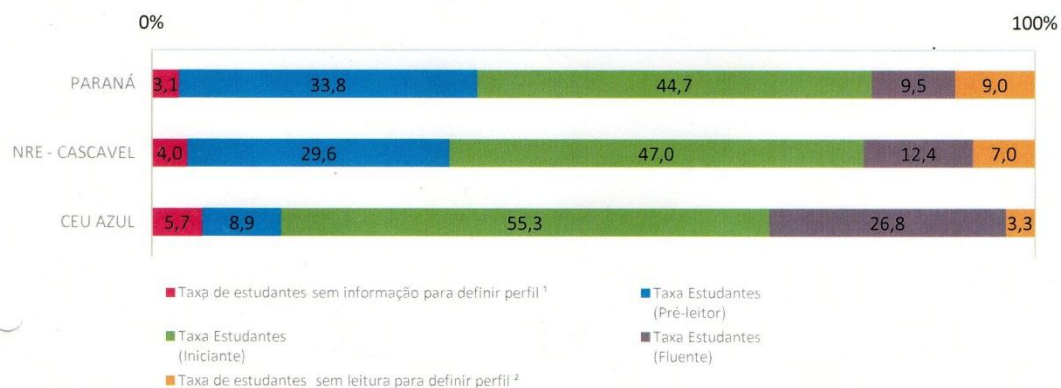
Código do Município (INEP): 4105300

NRE: CASCAVEL

Participação	Total de Estudantes		Taxa de Participação dos Estudantes (%)
	Previstos	Participantes	
PARANÁ *	111324	98149	88,1
NRE - CASCAVEL**	5409	4696	86,8
CEU AZUL	119	123	103,4

Resultados	Taxa de estudantes sem informação para definir perfil ¹		Taxa Estudantes		Taxa de estudantes sem leitura para definir perfil ²
	(Pré-leitor)	(Iniciante)	(Fluente)		
PARANÁ	3,1	33,8	44,7	9,5	9,0
NRE - CASCAVEL	4,0	29,6	47,0	12,4	7,0
CEU AZUL	5,7	8,9	55,3	26,8	3,3

Resultados de Fluência em Leitura



Nota Técnica:

* No total de estudantes previstos estão contabilizados apenas 51 alunos do município de Curitiba.

** Os dados apresentados sobre os NRE referem-se apenas às Escolas Municipais.

1 - "Taxa de estudantes sem informação para definir perfil" refere-se aos casos em que os áudios estão inaudíveis, corrompidos ou vazios.

2 - "Taxa de estudantes sem leitura para definir perfil" refere-se àqueles alunos que não atenderam aos critérios de leitura do texto e/ou não conseguiram ler os itens de palavras e/ou pseudopalavras.

Orientações para identificar os estudantes que não conseguem ler o texto:

- acessar a plataforma virtual do CAEd/UFJF;
- selecionar a turma;
- verificar o desempenho de cada estudante.

FONTE: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAEd/UFJF



ANRESC (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar), conhecida popularmente como Prova Brasil, é uma das avaliações integrantes do SAEB (Sistema Nacional da Avaliação Básica).

A avaliação é aplicada bianualmente a alunos matriculados em turmas de quinto e nono anos de escolas públicas, cujas as classes possuem mais de dez alunos matriculados.

Tal avaliação, criada no ano de 2005, avalia conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática.

A partir das junção dos dados coletados por meio da Prova Brasil e do Senso Escolar, no ano de 2007 foi criado o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básico).

Tal índice leva em conta, além dos resultados da Prova Brasil, os índices de reprovação e tem como objetivo oficial fornecer informações acerca da qualidade educacional brasileira. Tanto a prova Brasil como a Prova Paraná são considerados grandes desafios para todo gestor. Enfrentá-los exige que diretores e coordenadores pedagógicos adotem uma série de ações com base na análise dos resultados e assim possam preparar um plano para transformar isso em um trabalho efetivo na escola. Ao passar por essas etapas é que será possível obter mudanças reais no ensino aprendizagem. Para que se tenha um bom desempenho nestas avaliações se faz necessário trabalhar com os descritores de Língua portuguesa e de matemática. Manter atualizado os dado das turmas que realizam a prova com base no SENSO escolar do ano anterior, informar ao MEC os alunos inclusos, proporcionar um ambiente adequado para a realização das provas.

Vale lembrar que a prova Brasil não acontece neste estabelecimento escolar devido ao números de alunos não atingir o mínimo exigido para a ocorrência da prova no ano de 2019.

Já a prova Paraná que foi instituída no ano de 2019 acontece bimestralmente e este estabelecimento procura atender todos os requisitos necessário para um bom desenvolvimento desta avaliação. Conforme a plataforma de resultados da última avaliação realizada do ano de 2019 os alunos avaliados na turma do 5º ano apresentaram um bom desempenho com média superior a 70% em língua portuguesa e superior a 80% em Matemática resultados esse que encontram se na plataforma Prova Paraná.

2.8.2 – INDICADORES INTERNOS

Na prática pedagógica diagnosticar significa avaliar em que estágio de aprendizagem o educando se encontra e a partir de então dar prosseguimento ao trabalho, função essa fundamental para a aprendizagem. São nas práticas do professor ao iniciar o ano letivo com apoio e assessoramento da coordenadora pedagógica que garantem esse trabalho e o sucesso do educando.

Diagnosticar e então ensinar, pois nesse trabalho percebe-se o que o educando tem domínio e de onde o professor pode dar seguimento ao trabalho, não deixando de ensinar o que o aluno ainda não aprendeu.

2.9 - ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA

Este documento não tem a pretensão de ser algo como uma bula de remédio ou um conjunto de obrigações a serem executadas pelos professores gestores das escolas e pelos demais que atuam nesta rede de proteção. É um documento que tem por objetivo ser um instrumento importante para que todos tenhamos presente os imperativos legais e saibamos construir as soluções que se impõem em cada caso concreto, por tanto são realizadas algumas ações para diminuir a infrequência dos alunos e garantir os seus direitos ao ensino aprendizagem.

Caberá a equipe docente realizar o registro diário da frequência dos estudantes as aulas em instrumento ou sistema próprio. Em caso de ausência injustificada por 3 (três) dias consecutivos e/ou 7 (sete) faltas/dias alternados no período de 30 dias o docente deverá informar a equipe pedagógica da escola, utilizando o Protocolo de enfrentamento aos casos de infrequência da rede Municipal de Ensino de Céu Azul, conforme orientação da instrução normativa n.º 003/2019.

Em caso de ausência justificada por motivos particulares o responsável legal do educando deverá justificá-la perante registro em ata na unidade escolar, este deve estar ciente dos prejuízos pedagógicos que poderá acarretar a ausência do educando.

Tabela dos aprovados, reprovados e evadidos de 2019:

Turmas	Aprovados	Reprovados	Evadidos
1° ano	12	00	00
2° ano	07	00	00
3° ano	10	00	00
4° ano	07	00	00
5° ano	10	00	00
total	47	00	00

2.10 - MATERIAIS ESCOLARES

Este estabelecimento ao elaborar a lista de materiais escolares preza pela realidade social da comunidade, bem como com os objetivos da instituição de ensino.

A elaboração da lista de itens escolares é um momento muito importante para a escola, esse é o período de identificar o material pedagógico necessário para as atividades.

Tem-se o cuidado de evitar desentendimento com os pais, que muitas vezes ficam insatisfeitos com o excesso de itens. Bem como segue a Lei Federal de nº 12.886, que veta a cobrança de itens para a escola que sejam de uso coletivo, itens em excesso, produtos administrativos e de limpeza, remédios, produtos de marca específica e veta a indicação de local para compra desses materiais. As listas dos materiais escolares encontram-se no Anexo 07.

3.ELEMENTOS CONCEITUAIS

3.1 PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS, PSICOLÓGICOS, PEDAGÓGICOS E LEGAIS

Os pressupostos filosóficos dizem respeito à concepção de homem, de sociedade e à compreensão de educação; são eles que definem a direção dos demais fundamentos; os psicológicos explicitam uma concepção de desenvolvimento humano e de aprendizagem; os pedagógicos, por sua vez, dizem respeito ao método, às metodologias, aos conteúdos e às práticas escolares; por fim, os pressupostos legais referem-se às bases presentes na legislação educacional, que dão sustentação legal à operacionalização da proposta curricular.

3.1.1 - PRESSUPOSTOS FILOSÓFICOS

A educação se constitui em um dos principais bens da humanidade. Por ela, as gerações vão legando, umas às outras, as experiências, os conhecimentos e a cultura acumulada ao longo da história, permitindo tanto o acesso ao saber sistematizado, quanto a produção de bens necessários à satisfação das necessidades humanas. Contudo, por ser histórica, a educação não se faz sempre da mesma forma em todas as épocas e em todas as sociedades. Faz-se educação de acordo com as condições possíveis em cada momento do processo de desenvolvimento social, histórico, cultural e econômico, ou seja, isso pressupõe pensá-la e fazê-la em uma perspectiva político-pedagógica.

Para tanto, é preciso compreender que a educação escolar não é um trabalho que se executa meramente no interior de uma sala de aula, de uma escola, limitando-se à relação professor-aluno. O ato pedagógico não é neutro, mas carrega implicações sociais, haja vista que está marcado pela prática de todos os envolvidos no processo educativo e é mediado por relações sócio-históricas. Em função da importância desse bem, a educação escolar não pode ser tratada como algo comum, mas deve ser sustentada por uma linha de pensamento coesa e consistente e que dê conta de formar o ser humano em sua plenitude, integralidade, ou seja, uma formação omnilateral¹. Por isso, não basta que os professores tenham apenas clareza dos conteúdos a serem trabalhados, mas, principalmente, que saibam como abordá-los filosoficamente e pedagogicamente (método e metodologia) para que professores e alunos, em suas práticas sociais, saibam utilizá-los para a busca constante de sua autonomia.

Neste sentido, partimos do princípio de que não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência, ou seja, as ideias, as representações. A consciência dos homens está condicionada pelo desenvolvimento das forças produtivas, isto é, pelo processo de vida real. Assim, de acordo com os fundamentos do Materialismo Histórico Dialético, a presente Proposta Pedagógica Curricular parte de determinados princípios.

O primeiro é que são os homens que fazem a história diante de determinadas necessidades e condições materiais, quais sejam: sociais, políticas, econômicas e

¹ Segundo Frigotto (2012), "Omnilateral é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa 'todos os lados ou dimensões'". O autor ainda destaca que Educação omnilateral significa "a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico". Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos [...]" (FRIGOTTO, 2012, p. 265).

culturais. O segundo é que toda a base da sociedade está fundada no trabalho. O terceiro é que a realidade não é estática, pois se encontra em constante movimento. Esses três princípios marcam a vida do homem e estabelecem seus limites e suas possibilidades, ou seja, evidenciam como, em cada momento histórico, os homens se organizam para produzir a sua existência.

Assim sendo, a primeira premissa é a de que os homens, para fazer história, precisam estar vivos, e o primeiro ato histórico é o de produzirem a sua própria vida pelo trabalho. Ao produzirem a sua existência, produzem também os meios para realização desse trabalho. Como o homem não vive só, construiu relações sociais com outros, aprendendo, com isso, as primeiras normas de relacionamento e instituindo, paulatinamente, as ciências políticas. Juntos conheceram e modificaram a natureza, dominando-a e estabelecendo com ela uma relação profunda .

Se o pressuposto fundamental de toda a matéria viva, e em especial do ser humano, é estar vivo, ele precisa satisfazer algumas necessidades básicas, tais como comer, vestir, beber, morar, dentre outras coisas. Todavia, não consegue essas coisas da mesma forma que os outros seres vivos; o homem precisa trabalhar, e o faz sobre os meios de produção, isto é, sobre a terra, o capital, as fábricas, a matéria-prima, dentre outras formas. Ao fazê-lo, não o faz sempre da mesma forma, mas de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas materiais, de acordo com o grau de desenvolvimento cognitivo, da ciência e da habilidade técnica. Além disso, a produção dos bens necessários à sobrevivência não ocorre de forma individual, pois não consegue-se produzir sozinho e isolado todos os bens de que são necessários à vida, mas se faz socialmente.

De acordo com Marx (1963), os homens se definem pelo trabalho. Nessa perspectiva, a relação homem, natureza e trabalho levou-o a adquirir experiências e conhecimentos, enfrentando desafios, desenvolvendo as capacidades cognitivas, produzindo instrumentos cada vez mais sofisticados. À medida que interagem com o meio e com os outros homens, transformam-se e produzem-se como homem humanizado. Essa relação é dialética por caracterizar-se como um movimento constante entre forças contrárias de interação, entre as partes e o todo, o que impulsiona mudanças.

Segundo Oliveira, Almeida e Arnoni (2007), as leis da dialética são: I) passagem da quantidade à qualidade: ao mudarem, as coisas não fazem isso sempre no mesmo ritmo, o qual pode ser: lento, acelerado, saltos ou modificações radicais; II) interpenetração dos contrários: tudo tem a ver com tudo, pois os diversos aspectos da realidade se entrelaçam

em diferentes níveis e um depende do outro, as coisas não podem ser compreendidas isoladamente; III) negação da negação: está relacionada ao movimento, isto é, toda afirmação engendra a sua negação, que também não prevalece como tal, sendo que ambas serão superadas pela síntese, que, por sua vez, acaba sendo a negação da negação.

Para compreensão das leis da dialética, faz-se necessário compreender as três categorias. A primeira é o Movimento: na primeira lei, a ênfase é dada na mudança quantitativa ou qualitativa, sendo que qualquer mudança resulta do movimento. Na segunda, o movimento está tanto na negação mútua que se estabelece entre os termos da relação quanto na possibilidade de completar-se; por fim, o movimento está presente na negação da tese pela antítese e dessa pela síntese.

A segunda categoria é a Totalidade: na lógica dialética, o todo é mais que a soma das partes que o constituem, o todo e as partes não são fixos, estão em movimento. Eles se modificam de acordo com as relações que estabelecem entre si. Essas relações são de tensão porque expressam a relação mútua entre eles, que são opostos e, por isso, ao mesmo tempo em que se negam, se completam; ou seja, sem a visão do todo não se compreende as partes. No trabalho, por exemplo, 10 pessoas bem entrosadas produzem mais do que a soma das produções individuais de cada uma delas, isoladamente considerada (KONDER, 2005).

A terceira categoria é a Contradição: também está expressa nas leis da dialética, e a sua base é a negação mútua, isto é, a contradição só ocorre quando dois termos, opostos entre si, estabelecem relação. Essa pode ser entre opostos não antagônicos (Ex. homem-mulher, professor-aluno etc.) ou opostos antagônicos (Ex. Capital-Trabalho). Quando a contradição ocorre entre opostos não antagônicos, um explica o outro e ambos se completam; por outro lado, quando ocorre entre opostos antagônicos, é necessário que seja superada.

Na lógica dialética, o movimento, a contradição e a superação não podem ser entendidos de forma linear, mas somente em espiral dialético, uma vez que não tem fim nem começo, ou seja, é permanente. Esses princípios marcam a vida dos homens e estabelecem limites e possibilidades de superação. São distintos, mas não se dissociam; são interdependentes e intercomplementares.

Quando se fala que a realidade não é sempre a mesma, refere-se ao fato de que realidade e homens se constituem como processo, que é movimento. Nesse processo, os homens, ao trabalharem a natureza para viver, são produzidos pelo meio em que vivem e

trabalham. Na medida em que vão sendo produzidos, os homens vão se sensibilizando, conhecendo e adquirindo experiências que vão sendo acumuladas, reelaboradas e transmitidas reciprocamente, portanto, é impossível dissociar os homens do trabalho e da natureza cuja relação é condição existencial. É por meio do trabalho que o ser humano se humaniza, pois, na medida em que intervém no mundo para garantir sua sobrevivência, o homem cria sua própria vida e, conseqüentemente, sua história.

A categoria trabalho é compreendida aqui, como sendo a atividade consciente e planejada pela qual o ser humano, ao mesmo tempo em que extrai da natureza os bens capazes de satisfazer as suas necessidades, cria as bases de sua realidade sociocultural e produz-se a si mesmo, desenvolvendo as capacidades superiores que o diferenciam dos outros animais. Se os homens fazem a história diante de determinadas necessidades e condições sociais, pode-se afirmar que o processo histórico é constituído de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, não se fazendo de forma linear e homogênea. Ao contrário, realiza-se por meio da luta pela sobrevivência, permeado por interesses sociais, econômicos, culturais e políticos divergentes, contraditórios e/ou antagônicos.

Em decorrência de o conhecimento ser um produto histórico-social, um bem necessário e fundamental à produção da sobrevivência, seu processo de transmissão e de apropriação tem sido marcado por diferentes interesses sociais, sendo transformados em propriedade privada. Como consequência, a nem todos os homens está posta a possibilidade de aprender a argumentar com base em fatos, dados e conhecimentos, para formular e defender ideias, pontos de vista e tomadas de decisões que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético com relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. Essa situação impõe a necessidade de a educação escolar trabalhar com um nível de conhecimento científico, artístico, filosófico, de forma metódica e sistemática, que se institua como um instrumento a serviço da transformação intencional sobre o mundo.

Nessa sociedade marcada pela propriedade privada dos meios de produção, cabe a nós, na condição de professores, fazer da escolarização um instrumento de problematização, de socialização e de apropriação do conhecimento, contribuindo para a crítica² social e para o desenvolvimento de meios de transformação da realidade³. A

² Para Moraes (2009), "Ao contrário das receitas para o futuro, que nada mais fazem do que perenizar o presente, é a análise crítica do existente que pode revelar os possíveis futuros que ele encerra" (MORAES, 2009, p. 603).

partir da divisão da sociedade, as classes economicamente dominantes também se apresentam dominantes quanto à valorização do conhecimento voltado à produção utilitária e ao domínio ideológico. Por essa razão, escamoteiam as contradições e os antagonismos sociais e apresentam os seus interesses parciais e de classes, como expressão natural do interesse universal.

Apesar de atribuírem à escola a responsabilidade pela solução de praticamente todos os problemas sociais, e de fazerem dela a responsável pelo sucesso ou pelo fracasso social dos indivíduos, ela é mais determinada do que determinante social. A despeito de muitos problemas se fazerem sentir no interior da escola, ela não é absoluta, não é autônoma. Ela é “parte” da sociedade e não a própria sociedade; é um dos espaços educativos privilegiados que a compõe. Ela se constitui em um espaço de contradição e atua no âmbito da educação formal, tanto como agente para a transformação quanto para a conservação social. É fundamental que a escola não deixe de socializar os conhecimentos historicamente construídos/acumulados sobre o mundo físico, social, cultural, tecnológico e os conteúdos relevantes.

Para Saviani (2003), “A escola existe, pois, para propiciar a aquisição de instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (Ciência) [...]”. Assim, para o mesmo autor “trata-se de distinguir entre o essencial e o acidental, o principal e o secundário, o fundamental e o acessório”, ou seja, trabalhar o clássico, “aquilo que se firmou como fundamental, como essencial”. Ele acrescenta, ainda, que “clássico na escola é a transmissão-assimilação do saber sistematizado” (SAVIANI, 2003, p. 22-23), porque o domínio da cultura constitui instrumento indispensável à emancipação e humanização.

Em consonância com a concepção que fundamenta a presente Proposta Pedagógica Curricular, o objetivo da apropriação do conhecimento é contribuir para a emancipação do ser humano, uma vez que conhecer, nessa perspectiva, implica em saber como em cada momento histórico a sociedade está organizada para a produção e reprodução de nossa existência. Compreender essa lógica é compreender as disputas

3 “A opção está posta: escolhermos uma teoria que contribua para perenizar o presente e administrar o existente, como as várias versões da epistemologia da prática, particularmente na educação, ou uma teoria que proceda à análise crítica do existente, que informe a prática científica consciente de si mesma, pois é o processo histórico-crítico do conhecimento científico que nos ensina (como seres sociais) a capacidade emancipatória da teoria, que nos torna conscientes de nosso papel de educadores que não ignoram que a transmissão do conhecimento e da verdade dos acontecimentos é um instrumento de luta e tem a função de ser mediação na apreensão e generalização de conhecimentos sobre a realidade objetiva, sob a perspectiva do domínio sobre a realidade segundo as exigências humanas” (MORAES, 2009, p. 603-604).

entre os fundamentos que orientam currículos escolares e implica em conhecer a forma como está organizado o capitalismo em âmbito mundial.

Os organismos internacionais, por exemplo, “determinam” as regras para os países de capitalismo dependente, para que organizem os conhecimentos necessários para o bom funcionamento do mercado e da sociedade de consumo. No âmbito da educação, qual seria a instituição que deveria dizer quais conhecimentos devem ser trabalhados para elevação da condição humana? Quem deve fazer isso são os trabalhadores organizados, pois são eles que produzem tudo o que é necessário para a sociedade. Nesse contexto, cabe à classe trabalhadora, na qual se incluem os professores, criar instrumentos para se opor à ordem existente, lutando por uma educação que não se resume aos interesses da produção capitalista, mas que seja libertadora do homem, em caráter universal.

Ao contrário do que dizem alguns ideólogos, a educação escolar não se resume à prática, logo, é imprescindível alçar níveis de compreensão mais elaborados sobre a prática para dela extrair seus condicionantes, como condição sine qua non para a superação do costumeiro reducionismo que impera ao associar-se a prática à sua dimensão imediata e utilitária, conforme expresso por Vázquez (2011):

O homem comum e corrente se encontra em uma relação direta e imediata com as coisas – relação que não pode deixar de ser consciente -, mas nela a consciência não distingue ou separa a prática como seu objeto próprio, para que se apresente diante dela em estado teórico, isto é, como objeto do pensamento. A consciência comum pensa os atos práticos, mas não faz da práxis – como atividade social transformadora – seu objeto; não produz – nem pode produzir como veremos – uma teoria práxis. (VÁZQUEZ, 2011, p. 34).

O autor alerta que “O ponto de vista de consciência comum coincide, neste aspecto, com o da produção capitalista e com o dos economistas burgueses. Para a consciência comum, o prático é o produtivo, e produtivo, por sua vez, sob o prisma dessa produção capitalista, é o que produz um novo valor ou mais valia” (VÁZQUEZ, 2011, p. 35).

Ao enunciar os limites da consciência comum, associada à relação direta com as coisas imediatas, em um plano atóricico, o pesquisador evidencia que as significações dos atos de produção e consumo humanos carecem de sentidos e significados sociais e históricos, os quais são passíveis de serem compreendidos e captados da forma como

entendemos ser necessária tão somente quando permeados de significados. Segundo Vázquez (2011),

Esta significação só pode ser apreendida por uma consciência que capte o conteúdo da práxis em sua totalidade como práxis histórica e social, na qual se integrem e se perfilhem suas formas específicas (o trabalho, a arte, a política, a medicina, a educação, etc.), assim como suas manifestações particulares nas atividades dos indivíduos ou grupos humanos simultaneamente em seus diferentes produtos. Essa consciência é a que historicamente se foi elevando por meio de um longo processo que é a prova histórica do pensamento humano, como condicionado pela história inteira do homem como ser ativo e prático, a partir de uma consciência ingênua ou empírica da práxis até uma consciência filosófica que capta sua verdade – uma verdade que nunca é absoluta. (VÁZQUEZ, 2011, p. 38).

Não se pode perder de vista a insistência do autor em destacar que a imersão em atividades práticas que atendem à satisfação das necessidades cotidianas não é suficiente para a superação dos limites por elas impostos, incidindo em severas dificuldades em compreender o quanto a atividade prática necessita da teoria. Prossequindo em sua argumentação, o pesquisador referenda:

Esta consciência filosófica não é alcançada casualmente em virtude de um desenvolvimento imanente, interno do pensamento humano. Ela só é alcançada historicamente – isto é, uma fase histórica determinada – quando a própria práxis, isto é, a atividade prática material, chegou em seu desenvolvimento a um ponto em que o homem já não pode continuar atuando e transformando de forma criadora – isto é, revolucionariamente – o mundo – como realidade humana e social -, sem cobrar uma verdadeira consciência da práxis. Esta consciência é exigida pela própria história da práxis real ao chegar a certo estágio de desenvolvimento, mas apenas pode ser obtida, por sua vez, quando já amadurecemos ao longo da história das ideias, as premissas teóricas necessárias. (VÁZQUEZ, 2011, p. 38 - 39).

Isso significa que não pode-se descuidar dos pressupostos que embasam teoricamente a prática educacional. Portanto, adotando-se esses princípios, busca-se desmistificar as relações sócio-históricas, as ideologias⁴ e as representações de mundo

4 “[...] a ideologia das classes dominantes, mesmo quando se apresenta como um conhecimento objetivo, neutro, não-ideológico, científico, está comprometida com a mistificação da realidade, com a não objetividade do conhecimento, com o escamoteamento da verdade”. (DUARTE, 2006, p. 25-26).

presentes na realidade e no currículo escolar, de modo a relacionar ciência, técnica e política.

Na educação, segundo Moraes (2009), a teoria

[...] pode nos ajudar a desnudar a lógica do discurso que, ao mesmo tempo em que afirma a sua centralidade, elabora a pragmática construção de um novo vocabulário que ressignifica conceitos, categorias e termos, de modo a torná-los condizentes com os emergentes paradigmas que referenciam as pesquisas, reformas, planos e propostas para a educação brasileira e latino-americana. (MORAES, 2009, p. 587).

Sendo assim, quando destaca-se que a educação é a forma como a sociedade prepara o homem para viver nela mesma, não se quer dizer que ela deva se limitar a adaptar e a adequar os alunos à sociedade. Ao contrário, cabe à escola contribuir para desmistificar as contradições sociais de modo a superar a alienação e, quiçá, contribuir para superação da divisão da sociedade em classes e a emancipação humana.

3.1.2- PRESSUPOSTOS PSICOLÓGICOS

A educação formal se constitui de processos educativos sistematizados, sendo assim, exige clareza e conhecimentos acerca da formação e do desenvolvimento daqueles a quem se destina. Nesse sentido, o presente pressuposto se constitui como uma das abstrações teóricas que objetivam orientar o trabalho educativo, com vistas à formação humana por meio do ensino.

Mediante um conjunto de conceitos produzidos historicamente, a ciência psicológica, ao discutir o desenvolvimento, procura explicitar questões, tais como: Quem é o ser humano? Como ele se forma humano? Como as crianças aprendem? Qual a importância das práticas educativas no desenvolvimento humano? A inteligência e a personalidade humana nascem com as pessoas ou a inteligência e a personalidade humana são apropriadas ao longo da vida?

Embora se saiba que muitos estudos e discussões já tenham sido feitos sobre essas temáticas e que o desenvolvimento humano ocorre na base de condições biológicas e sociais, o que ainda permanece evidente, sobretudo no âmbito da educação escolar, são os limites impostos por determinados modelos teóricos que privilegiam ora

determinantes biológicos ora determinantes sociais, conforme assinalam Martins e Arce (2010).

Visando a uma superação desses limites, na busca de uma educação efetivamente humanizadora, a concepção de desenvolvimento a ser considerada no presente PPC, encontra-se fundamentada na escola de Vigotski, uma teoria psicológica histórico-cultural que possibilita uma visão dialética do desenvolvimento humano. Considerando que uma compreensão dialética realiza-se à luz de princípios orientadores da captação do real, entre os quais se destacam o princípio da totalidade, do movimento e da contradição, na ausência da qual não há movimento, conforme elucidado nos pressupostos filosóficos e reafirmado por Martins (2013), o estudo da psicologia do homem requer um entendimento para além das diferenças naturais e biologizantes, haja vista que o indivíduo é resultado de uma evolução complexa.

Na psicologia histórico-cultural, o homem é apresentado como um ser social, cujo desenvolvimento condiciona-se pela atividade que o vincula à natureza, um ser que a princípio não dispõe de propriedades que lhe assegurem, por si mesmas, as conquistas daquilo que o caracteriza como ser humano. Nas palavras de Leontiev (1978), “[...] tudo o que tem de humano nele provém da sua vida em sociedade, no seio da cultura criada pela humanidade. [...] só apropriando-se delas no decurso da sua vida, ele adquire propriedades e faculdades verdadeiramente humanas” (LEONTIEV, 1978, p. 261).

A correta interpretação dessas premissas implica em presumir que o tempo histórico é determinante na constituição do psiquismo, dessa forma, esse não pode ser reconhecido apenas como um espaço de duração, que possibilitaria a maturação das estruturas psíquicas do homem. Segundo Leontiev (1978), o tempo humano deve ser entendido como processo de desenvolvimento do homem e da sociedade, que se efetiva na atividade produtiva, criadora e transformadora, realizada e vivenciada por cada ser humano durante a sua existência.

Nessa compreensão, o desenvolvimento humano apresenta um caráter histórico, visto sintetizar o movimento do mundo, dos homens e das suas relações sociais, conforme discutido por Cantarelli (2014). Essa afirmação requer que se considere que o processo de constituição histórica do gênero humano, aliado ao desenvolvimento pessoal de cada indivíduo, se dá sob a base do trabalho, a atividade vital humana. Com fins de compreensão, nesta seção são retomados os pressupostos filosóficos para se discutir as características históricas/ontológicas de tal atividade, assim como os seus fundamentos centrais e as importantes transformações psíquicas que opera.

Lessa e Tonet (2008), alicerçados em Lukács (1966), explicam que a reprodução social humana difere da reprodução biológica, embora haja uma ineliminável conexão do ser social com sua base biológica. Sendo o homem um ser de natureza social, é premente a necessidade de se entender a prioridade da reprodução material da vida na processualidade social, visto que os homens para poderem existir, devem transformar constantemente a natureza, sem a qual a sua existência e a reprodução da sociedade seriam impossíveis.

Diferente dos animais, o homem age no sentido de produzir os meios de satisfação de suas necessidades mais básicas. É no decorrer das atividades realizadas e concretizadas na vida material e objetiva que o ser humano se apropria da natureza e a modifica, cria instrumentos e meios de produção, organiza-se em grupo, desenvolve a linguagem.

De acordo com Duarte (1996), nesse processo de suprir as suas necessidades mais básicas, o homem acaba por gerar necessidades de caráter superior, resultando, assim, na construção de objetos materiais e não materiais que vão se constituindo enquanto cultura humana. Esse movimento configura um salto ontológico, na medida em que, se antes, esse ser, por estar fundado biologicamente, agia imediatamente, sem a necessidade de uma consciência mediadora, o SER SOCIAL, ao intervir na natureza, necessita de atos mediadores conscientes para, em geral poder, funcionar, como indicam Cantarelli, Facci e Campos (2017). A transformação da natureza pelo homem implica que a sua ação e seu resultado sejam projetados na consciência antes de serem construídos na prática, e é justamente a capacidade de idear, antes de objetivar que estabelece a diferença do homem em relação à natureza, bem como a evolução humana, conforme evidencia Lessa e Tonet (2008).

Segundo os autores, a prévia-ideação é sempre uma resposta concreta, entre outras possibilidades, a uma necessidade concreta, significando que ela tem um fundamento material último. Ao projetar na consciência o resultado almejado, o indivíduo age objetivamente.

Desse modo, a atividade vital humana é considerada ação material consciente e objetiva, ou seja, é práxis. Martins (2001) salienta que a práxis manifesta-se tanto em sua atividade objetiva, pela qual o homem transforma a natureza, quanto na construção de sua própria subjetividade. Disso decorre a afirmação de que a gênese da categoria trabalho corresponde à gênese de uma nova esfera do ser, a gênese do psiquismo humano.

Dando continuidade à análise, ressalta-se dois aspectos fundamentais no processo de constituição da humanidade que surgem a partir do trabalho e que contribuem para o entendimento do desenvolvimento humano dentro dessa perspectiva teórica e as suas implicações educativas: a edificação das relações sociais e a constituição da linguagem.

De acordo com Duarte (1996), a atividade humana, desde o seu início, é realizada de forma coletiva. Isso significa que, além da produção de instrumentos, ocorre, também, a edificação de relações sociais em função das diferentes necessidades de organização dos indivíduos dentro das atividades necessárias à manutenção de suas vidas. Ao se realizar uma atividade que apresenta como uma de suas características, o fato de se dar de forma coletiva, emerge a necessidade de comunicação entre os indivíduos que a realizam, tendo em vista a execução bem sucedida de tal atividade e a consequente satisfação das necessidades que a incitaram. Sob o amparo da atividade especificamente humana, ocorre o desenvolvimento da linguagem.

O autor explicita que, como resultados dessa interação ativa do ser humano com a realidade, tanto a construção dos instrumentos quanto o desenvolvimento da comunicação e as relações sociais estabelecidas vão assumindo uma existência objetiva, independente (uma dimensão genérica). A esse processo dá-se o nome de “objetivação”, na qual a atividade humana engendra produtos materiais e imateriais, carregados de significados sociais referentes à própria atividade humana, produtos que serão apropriados e objetivados por outros indivíduos, possibilitando a constituição de suas faculdades especificamente humanas. Esses objetos tornam-se objetos culturais, ganhando uma função específica e fundamental dentro do desenvolvimento histórico e social da humanidade.

Com intuito de uma maior compreensão, retoma-se que os atos humanos (material/intelectual), por seus importantes resultados, são guardados e acumulados na “consciência comunitária” em uma forma de “hereditariedade social” dos saberes adquiridos, para serem transmitidos. Assim, como explicita Leontiev (1978), cada geração começa a sua vida em um mundo de objetos e de fenômenos criados pelas gerações precedentes. Ela apropria-se das riquezas desse mundo, participando no trabalho, na produção e nas diversas formas de atividade social, desenvolvendo as aptidões especificamente humanas cristalizadas e encarnadas nesse mundo.

Duarte (1996) demarca que as características do gênero humano não são transmitidas pela herança genética, porque não se acumulam no organismo humano. As características foram criadas e desenvolvidas ao longo do processo histórico, por meio do

processo de objetivação, gerado a partir da apropriação da natureza pelo homem. Como afirma Leontiev (1978), “O que a natureza lhe dá (ser humano) quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana” (LEONTIEV, 1978, p. 267).

Em seus escritos, Leontiev (1978) ressalta que, como unidade dialética, a objetivação da cultura humana se dá sempre com relação à apropriação, pelos indivíduos, de tais objetivações. Para entender esse processo, é importante destacar algumas características. A primeira delas é que, “Para se apropriar dos objetos ou dos fenômenos que são o produto do desenvolvimento histórico, é necessário desenvolver em relação a eles uma atividade que reproduza, pela sua forma, os traços essenciais da atividade encarnada, acumulada no objeto” (LEONTIEV, 1978, p. 268). É nessa relação ativa que as características dos objetos e dos fenômenos começam a fazer parte da individualidade humana. Outra característica a ser considerada no tocante ao processo de apropriação, é que esse nunca se dá de modo isolado, em uma simples aquisição individual, isolada e espontânea pelos indivíduos, das objetivações materiais e imateriais presentes na cultura humana. De acordo com Leontiev (1978), “Para que essas objetivações tornem-se suas próprias aptidões a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através de outros homens, isto é, num processo de comunicação com eles. Tal processo, portanto, deve ser considerado enquanto um processo educativo” (LEONTIEV, 1978, p. 272). Em outras palavras, o processo de apropriação é mediado e subjugado ao ensino, mediatizado por outros seres humanos conforme reafirma Martins (2016) em seus estudos.

Como terceira característica, destaca-se que o processo de apropriação pelos indivíduos das objetivações culturais humanas é responsável pelo desenvolvimento das funções psíquicas superiores. Ou seja, as funções psíquicas de caráter superior (especificamente humanas) se apresentam como resultado do processo de objetivação dos indivíduos por meio das apropriações vivenciadas a partir da mediação das relações sociais, da linguagem (signos)⁵ e da atividade especificamente humana. Resultam das transformações condicionadas pela atividade que sustenta a relação do indivíduo com seu entorno físico e social, assim como argumenta Martins (2016).

⁵ Vigotski assinala que o ato especificamente humano apresenta-se na qualidade de ato instrumental, uma vez que entre a resposta da pessoa e o estímulo do ambiente interpõe-se os signos. Considerados meios auxiliares para solução de tarefas psicológicas, exigem adaptação dos comportamentos a eles, promovendo, assim, uma transformação psíquica estrutural (MARTINS, 2016).

Sintetizando o processo de apropriação/objetivação, conceitualmente pode-se dizer que Vigotski (1984), ao afirmar pioneiramente a natureza social do psiquismo, propôs a indissolúvel unidade entre atividade individual externa e interna. Alicerçada no autor, Martins (2001) explicita que a atividade individual externa, ou social, desenvolve-se na base de processos coletivos ou intersíquicos, a partir dos quais deriva a atividade individual ou os processos intrapsíquicos. Assim sendo, o desenvolvimento é resultado de uma longa série de eventos nos quais, continuamente, os processos externos vão se firmando como processos internos e vice-versa.

A dinâmica do movimento no qual os processos intersíquicos transmutam-se em processos intrapsíquicos foi denominada por Vigotski (1984) de internalização. Essa, por sua vez, ocorre por meio da apropriação de signos, graças aos quais o homem pode criar modelos mentais (ideias) dos objetos da realidade, atuando com e a partir deles, no planejamento e na coordenação da própria atividade. Como a internalização não é um processo mecânico, apenas a aprendizagem possibilita a reconfiguração de um dado externo como interno.

De acordo com Martins (2010), sobre a base das internalizações estruturam-se as funções psicológicas tipicamente humanas (superiores), isto é, a percepção, a memória, a linguagem, o pensamento, a emoção/sentimento, o raciocínio, a imaginação. Todos esses processos se formam nos diversos tipos de atividades vividas pelo indivíduo, e pelas quais ele se apropria da vasta experiência social, convertendo os objetivos externos (objetivações) em dados constituintes de sua subjetividade (apropriação).

Leontiev (1978) assinala que o processo de desenvolvimento humano, no qual o homem produz e reproduz a cultura humana a partir de sua atividade, se dá de forma gradativa, durante todo o decorrer de sua vida, sendo que em cada período de desenvolvimento há a dominância de uma determinada atividade que representa o modo pelo qual o indivíduo se relaciona com o mundo, tendo em vista suprir suas necessidades. A essas atividades denominou de atividades principais ou dominantes.

Segundo Leontiev (2006), para que uma atividade seja considerada a principal em determinado período de desenvolvimento, ela precisa apresentar três atributos fundamentais:

- 1. Ela é a atividade em cuja forma surgem outros tipos de atividade e dentro da qual eles são diferenciados. [...]*
- 2. A atividade principal é aquela na qual processos psíquicos particulares tomam forma ou são reorganizados. Os processos infantis da imaginação ativa, por exemplo,*

são inicialmente moldados no brinquedo e os processos de pensamento abstrato, nos estudos.

3. *A atividade principal é a atividade da qual dependem, de forma íntima, as principais mudanças psicológicas na personalidade infantil, observadas em um certo período de desenvolvimento. (LEONTIEV, 2006, p. 64).*

É por meio dessas atividades consideradas principais/dominantes, portanto, que as crianças se relacionam com o mundo, produzindo e reproduzindo as condições necessárias à constituição de sua individualidade, acarretando, assim, em cada período de seu desenvolvimento singular, na criação de necessidades específicas em termos psíquicos (FACCI, 2006).

Para entender a periodização do desenvolvimento infantil e as atividades principais que guiam cada período, tem-se respaldo nos estudos de Facci (2006). A comunicação emocional se constitui pela relação emocional direta dos bebês com os adultos, sendo base para a formação de ações sensório-motoras de manipulação. Facci (2006) afirma que envolve a “assimilação de tarefas e motivos da atividade humana e normas de relacionamento que as pessoas estabelecem durante suas relações, como o choro, por exemplo” (FACCI, 2006, p. 13).

Na atividade objetal manipulatória - primeira infância -, a comunicação emocional dá lugar a uma colaboração prática por intermédio da linguagem, considerando que as aquisições do primeiro ano de vida da criança são fundamentais para a relação destas com o meio e com suas atividades: a marcha e a aquisição da linguagem. De acordo com a autora, “a atividade principal passa a ser a objetal-instrumental, na qual tem lugar a assimilação dos procedimentos elaborados socialmente [...] com os objetos e, para que ocorra essa assimilação, é necessário que os adultos mostrem essas ações às crianças” (FACCI, 2006, p. 14). As ações das crianças com os objetos e seus modos de uso têm uma implicação social, sendo os adultos responsáveis por transmitir a história e a função de cada objeto à criança. A relação com os objetos é fundamental para que se possa desenvolver o jogo protagonizado ou brincadeira de papéis sociais que constitui o próximo período do desenvolvimento.

No jogo de papéis sociais, as brincadeiras não são instintivas, o que determina o seu conteúdo é a percepção que a criança tem do mundo. Facci (2006), com base em Elkonin, afirma que o jogo permite que “a criança modele as relações entre as pessoas. O jogo é influenciado pelas atividades humanas e pelas relações entre as pessoas e o conteúdo fundamental é o homem” (FACCI, 2006, p.15). Nesse sentido, o jogo tem

grande influência no desenvolvimento psíquico da criança e na formação de sua personalidade.

A evolução do jogo prepara para um novo período, em que a atividade principal passa a ser o estudo. Para a autora supracitada, o ensino escolar deve “introduzir os educandos na atividade do estudo de forma que se aproprie dos conhecimentos científicos”. Sobre as bases do estudo surgem a “consciência e o pensamento teórico e se desenvolvem, entre outras funções, as capacidades de reflexão, análise e planificação mental” (FACCI, 2006, p. 16).

A comunicação íntima pessoal é uma atividade marcada pela posição que o jovem ocupa diante das questões que a realidade impõe. Ocorre nesse período um importante avanço no desenvolvimento intelectual, formando-se os conceitos, os quais possibilitam a formação da consciência social e do conhecimento da ciência, da arte, das diversas esferas da vida cultural e do pensamento abstrato.

A próxima etapa refere-se à atividade profissional/de estudo em que o jovem começa a ocupar um novo lugar na sociedade por meio da sua inserção no trabalho e no aprofundamento dos estudos. De acordo com Facci (2006), “na idade escolar avançada a atividade de estudo passa a ser utilizada como meio para a orientação e preparação profissional, ocorrendo o domínio dos meios de atividade de estudo autônomo, com uma atividade cognoscitiva e investigativa criadora” (FACCI, 2006, p.17).

Elkonin (2009) ressalta que cada momento do desenvolvimento consiste em dois períodos ligados entre si. Inicia-se com o período em que predomina a assimilação dos objetos, dos motivos e das normas da atividade. Essa etapa prepara para a passagem ao segundo período, em que ocorre a assimilação dos procedimentos de ação com o objeto e a formação de possibilidades técnicas e operacionais.

Os estudos de Facci (2006), fundamentados em Elkonin e Vigotski, contribuem para entender que o ser humano está em constante processo de desenvolvimento.

A atividade dominante, portanto, é, pelo mecanismo da apropriação, aquela cujo desenvolvimento condiciona as principais mudanças nos processos psíquicos da criança, possibilitando a superação das funções elementares na constituição das funções psíquicas superiores, bem como na sua personalidade em um dado período do seu desenvolvimento, conforme evidencia Cantarelli (2014), ao discutir a atividade e a formação da personalidade. Essas estão especificamente associadas a uma classe particular de impressões psíquicas: as emoções e os sentimentos, a seguir consideradas.

Com relação às emoções, Leontiev (1969) ressalta que:

[...] são as vivências afetivas mais simples relacionadas com a satisfação ou a insatisfação das necessidades orgânicas, como, por exemplo, a necessidade de comida [...]. Também se incluem dentro das emoções, as reações afetivas relacionadas com a sensação. Umhas cores, sons, odores e etc. são agradáveis, enquanto outras, pelo contrário, são desagradáveis. Esta reação afetiva é o tono emocional das sensações. Tais sensações têm grande importância na vida do homem, já que este correntemente reage ante os objetos e fenômenos em seu conjunto e não somente ante as qualidades isoladas deles. (LEONTIEV, 1969, p. 358).

Alicerçada em Leontiev, Cantarelli (2014) explicita que as emoções não são específicas dos seres humanos, e as de caráter mais simples são encontradas também nos animais. Todavia, as emoções humanas, incluindo as mais elementares, diferenciam-se fundamentalmente das emoções dos animais porque são as de um ser social. O homem satisfaz as suas necessidades, incluindo as mais elementares, de acordo com as exigências sociais. Isso significa que os estados emocionais do homem têm uma história de desenvolvimento, visto que, em decorrência da complexificação da atividade humana, essas foram se tornando cada vez mais especializadas, diferenciando-se e constituindo os sentimentos.

Os sentimentos, ao contrário das emoções, estão relacionados às necessidades que apareceram com o desenvolvimento histórico da humanidade, quais sejam, as necessidades morais, estéticas e intelectuais, e são denominados de sentimentos superiores. Para Leontiev (1969), “A aparição dos sentimentos depende das condições em que vive o homem e, sobretudo, das necessidades ligadas às relações entre as pessoas; a necessidade de ter relações sociais, de cumprir as exigências da sociedade, etc. Os sentimentos estão ligados inseparavelmente das necessidades culturais ou espirituais” (LEONTIEV, 1969 p. 359).

O pesquisador assinala que as necessidades estimulam a atividade e a dirigem, e só cumprem essa função se sua raiz estiver fincada na realidade, constituindo-se como necessidades objetivas, construídas no bojo das relações sociais e no contato com os objetos produzidos pela cultura. Para o autor, também os sentimentos humanos devem ser entendidos nessa perspectiva, questão importante que se insere na educação, principalmente quando se considera que trabalho educativo e seus desdobramentos são constituintes da subjetividade humana.

As assertivas anteriores nos impulsionam a considerar os conteúdos internos que são gestados na e pela atividade principal da criança e que lançam desafios sobre todas as suas funções psíquicas, visto que o desenvolvimento desses conteúdos encontra-se vinculado às atividades que lhe são proporcionadas e disponibilizadas pela educação.

Segundo Martins (2010), por essa via, a criança vai individualizando as habilidades psicointelectivas e afetivas condensadas nos produtos da cultura humana, sejam elas referentes ao manuseio de instrumentos, ao universo de significações ou às normas de comportamento próprias às funções sociais desempenhadas pelos indivíduos, conferindo unidade ao seu comportamento.

Ressalta-se que, embora os períodos de desenvolvimento tenham um lugar determinado no tempo, os seus limites dependem do seu conteúdo. Pode haver, dessa forma, diferentes períodos em uma mesma idade, visto que são as condições históricas (conteúdos) que determinam qual atividade se torna dominante para a criança em dado momento do seu desenvolvimento, conforme argumenta Cantarelli (2014). Nesse sentido, as situações de desenvolvimento não são sempre as mesmas para um dado indivíduo ou para diferentes indivíduos representantes de classes sociais desiguais, o que reafirma a importância de uma educação escolar de qualidade.

Tendo como unidade de análise a atividade humana, foram apresentados os princípios básicos orientadores do desenvolvimento numa perspectiva Histórico-Cultural. Salienta-se que Vigotski e seus colaboradores identificam o desenvolvimento do psiquismo humano com a formação das funções psíquicas superiores, apontando que nem toda atividade promove o desenvolvimento, assim como não são quaisquer ações e conteúdos que corroboram para a formação dos comportamentos complexos, ancorados nos processos funcionais superiores, questões essas ampliadas por Martins (2013). Nesse sentido, o desenvolvimento psíquico demanda ações educativas intencionalmente orientadas para esse fim, por meio de um ensino sistematicamente orientado à transmissão dos conceitos científicos.

Com intuito de uma melhor reflexão acerca das implicações pedagógicas decorrentes dessas afirmações, discute-se na sequência o papel da linguagem e do pensamento na formação de conceitos e o desenvolvimento qualitativo do psiquismo humano. A interação do sujeito com o social, inicialmente, é mediada pelo uso de instrumentos, e passa, gradativamente, a ser mediada pelo uso de signos. Essa transposição do concreto ao abstrato é um passo significativo no desenvolvimento humano porque possibilita ao sujeito a utilização do pensamento como estratégia/meio

para a apropriação do conhecimento e para a troca de experiências. A compreensão de que os objetos podem representar ou assumir outro significado e outro sentido é um momento importante para o processo de desenvolvimento humano. O pensamento, mediado pelo uso de signos, que são elementos que representam ou expressam objetos, eventos e situações, é fator fundamental para o desenvolvimento dos conceitos que se iniciam na infância e que se efetivam ao longo da vida.

Cabe ressaltar que a elaboração conceitual é constituída por um processo que vai da agregação de ideias desordenadas do pensamento até a sua elaboração conceitual, ou seja, a abstração. Em todo o processo de desenvolvimento de conceitos, a interação verbal com outras pessoas possibilita à criança exercitar o pensamento. Vigotski (1989) afirma que o desenvolvimento da linguagem assume importância na interação criança-criança, criança-adulto, aluno-professor. E com relação aos conceitos, o referido autor destaca que um conceito se forma “mediante uma operação intelectual em que todas as funções psíquicas participam de uma combinação específica. Essa operação é dirigida pelo uso das palavras como meio para centrar ativamente a atenção, abstrair determinados traços, sintetizá-los por meio de um signo” (VIGOTSKI, 1991, p. 79).

Linguagem e pensamento tornam-se os elos de um processo que promove o desenvolvimento das funções tipicamente humanas, que se revelam, em especial, na capacidade de memorizar, de abstrair, de raciocinar logicamente, de prestar atenção intencionalmente, de comparar e de diferenciar. Essas funções se apoiam cada vez mais na própria linguagem, desvinculando-se da referência aos objetos concretos imediatos. E, à medida que a criança vai tomando consciência das operações mentais que realiza, classificando-as como sendo lembrança ou imaginação, por exemplo, torna-se capaz de dominá-las.

Em outras palavras, a apropriação de um sistema linguístico reorganiza todos os processos mentais infantis. Nesse desenvolvimento, a linguagem opera na estrutura original, considerada elementar. A complexificação da estrutura se dá pela diferenciação e especialização dos seus elementos constitutivos (funções), determinando novas formas de correlação entre si, ou, nexos internos, na constituição de um “sistema psíquico consciente”.

Vigotski (2001) assinala que o significado da palavra, que em seu aspecto psicológico é uma generalização, constitui um ato de pensamento assim explicado:

[...] constitui um ato de pensamento, no estrito sentido do termo. Mas, ao mesmo tempo, o significado é parte integrante da palavra, pertence ao domínio da linguagem em igual medida que ao pensamento. Sem significado a palavra não o é, mas sim, um som vazio, deixando de pertencer ao domínio da linguagem. Em sua natureza, o significado pode ser considerado igualmente como um fenômeno da linguagem e do pensamento. Não cabe dizer do significado da palavra o que dizíamos antes com respeito aos seus elementos tomados em separado. O que é linguagem ou pensamento? É um e o outro ao mesmo tempo, porque se trata de uma unidade de pensamento linguístico [...]. (VIGOTSKI, 2001, p. 21).

Buscando compreender um pouco mais esses processos, reitera-se que a intervinculação entre pensamento e linguagem é atribuída à necessidade do intercâmbio com os indivíduos e à relação interpessoal, a qual interfere diretamente na formação do pensamento verbal. A relação entre a fala externa/verbalizada e o pensamento modifica-se ao longo do desenvolvimento da criança. Até por volta dos três anos, a fala acompanha frequentemente o comportamento infantil. A partir de então, gradativamente, dependendo das experiências e das mediações, as crianças já são capazes de antecipar o que irão fazer. Disso decorre que a fala passa a desempenhar funções que são características do pensamento complexo, a de planejar a ação e guiar as atividades humanas, bem como a reelaboração do conhecimento adquirido.

O pensamento, a oralidade, o brinquedo, os gestos, as brincadeiras, o faz de conta, o jogo e o desenho contribuem para a apropriação da linguagem escrita e das outras linguagens. Conseqüentemente, unem funções psíquicas em novas combinações que, ao se complexificarem, possibilitam a apropriação do sentido e do significado que cada objeto contém.

Como já assinalado, a significação imbrica pensamento e linguagem, mas também razão e afeto. Segundo Martins(2013),

Todo e qualquer sentimento carrega consigo um complexo sistema de ideias por meio dos quais possa se expressar. Portanto, tal como não há ideia sem pensamento não há, igualmente, ideia alheia à relação da pessoa com a realidade. Da mesma forma, não há relação com a realidade que possa ser independente das formas pelas quais ela afeta a pessoa. Assim, toda ideia, diga-se de passagem, conteúdo do pensamento, contém a atividade afetiva do indivíduo em face da realidade que representa. (MARTINS, 2013, p. 57).

Vigotski (1989) explica o desenvolvimento como um processo de internalização de modos culturais de pensar e de agir. Embora aponte diferenças entre aprendizagem e

desenvolvimento como dois processos distintos, os considera interdependentes desde o primeiro dia da vida da criança. A aprendizagem suscita e impulsiona o desenvolvimento, e esse realiza a mesma ação com relação àquela.

A investigação sobre o sentido da interação contribuiu para o entendimento da relação entre aprendizagem e desenvolvimento, que pode ser explicitado pelos conceitos de níveis de desenvolvimento: nível de desenvolvimento real (NDR), nível de desenvolvimento proximal (NDP), ou zona de desenvolvimento iminente (ZDI).

O nível de desenvolvimento real revela as funções que já se desenvolveram na criança e que possibilitam a resolução de problemas, individualmente. Refere-se àquilo que a criança, o jovem ou o adulto sabe. O nível de desenvolvimento proximal ou iminente é para Vigotski (1989, p. 97) “determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes”. Refere-se àquilo que a criança, jovem ou adulto sabe com a ajuda de alguém. Segundo o autor (1989, p.102), “os processos de desenvolvimento não coincidem com os processos de aprendizado. Ou melhor, o processo de desenvolvimento progride de forma mais lenta e atrás do processo de aprendizado; desta sequenciação resultam, então, as zonas de desenvolvimento proximal”, esse entendimento explicita a relevância da função pedagógica.

Para o autor,

[...] o aprendizado orientado para os níveis de desenvolvimento que já foram atingidos é ineficaz do ponto de vista do desenvolvimento global da criança. Ele não se dirige para um novo estágio do processo de desenvolvimento, mas, ao invés disso, vai a reboque desse processo. Assim, a noção de zona de desenvolvimento proximal capacita-nos a propor uma nova fórmula, a de que o “bom aprendizado” é somente aquele que se adianta ao desenvolvimento. (VIGOTSKI, 1989, p. 100).

É pelo trabalho educativo que o professor assume um papel decisivo e organizativo junto ao desenvolvimento infantil, e da qualidade dessa interferência dependerá a qualidade do desenvolvimento. Por essas razões, os processos de educação e ensino, promotores das complexas aprendizagens humanas, assumem enorme importância na psicologia histórico-cultural. Logo, Vigotski (2001) afirma que,

[...] a aprendizagem não é, em si mesma, desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de

processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem aprendizagem. Por isso, a aprendizagem é um momento intrinsecamente necessário e universal para que se desenvolvam na criança essas características humanas não naturais, mas formadas historicamente. (VIGOTSKI, 2001, p. 115).

Segundo Martins, Abrantes e Facci (2016), Vigotski, ao afirmar o papel dos signos na transformação qualitativa do psiquismo e que esses precisam ser transmitidos, apresentou o ensino como condição fundante do desenvolvimento. Contudo, é necessário um trabalho educativo comprometido com a promoção do máximo desenvolvimento do indivíduo e um sistema educativo que, de acordo com os autores,

[...] tenha possibilidades concretas de produzir uma pessoa de pensamentos, com autonomia intelectual para analisar a realidade valendo-se de instrumentos conceituais em suas formas mais elaboradas; uma pessoa de sentimentos, que se forme sensível ao conjunto dos seres humanos e que possua senso de justiça, revoltando-se contra arbitrariedades que se pratique contra qualquer membro do gênero humano. Que culmine na produção de uma pessoa da práxis, que compreenda as contradições sociais existentes no processo de produção e reprodução da sociedade, que se engaje na luta pela implementação de uma sociedade livre da dominação e opressão. (MARTINS; ABRANTES; FACCI, 2016, p. 3-4, grifos dos autores).

A partir da discussão acerca dos pressupostos psicológicos, espera-se que os professores possam se apropriar e discutir os processos de desenvolvimento e de aprendizagem e seus desdobramentos no trabalho educativo, de forma a superar concepções de senso comum presentes no cotidiano escolar, com vistas a uma educação verdadeiramente humanizadora.

3.1.3 PRESSUPOSTOS PEDAGÓGICOS

Ao se definir pressupostos pedagógicos, é necessário compreender a importância de, a priori, definir-se claramente o método que dará sustentação ao trabalho escolar. Método é o conjunto de determinados princípios que permitem, filosoficamente e cientificamente, apreender a realidade para atuar nela, objetivando a emancipação humana. Metodologia, por sua vez, é compreendida como um conjunto de meios (materiais e procedimentos) que possibilitam a operacionalização do processo. Assim, entende-se que o pressuposto pedagógico, que nesta PPC é sustentado pela Pedagogia Histórico-Crítica, é o que orienta a metodologia utilizada nos mais diferentes processos

pedagógicos e administrativos que organizam o trabalho escolar, tarefa essa que se espera ter sido cumprida ao enunciar os pressupostos filosóficos e psicológicos.

Para que os pressupostos pedagógicos sejam definidos, algumas questões devem ser feitas e respondidas, tais como: O que é educar? Qual o papel da escola e dos diferentes trabalhadores em educação? Tem-se clareza sobre qual método sustenta a compreensão sobre a realidade? Quais relações, no cotidiano da escola, contribuem para um processo educativo que objetive a formação omnilateral? Como formar a consciência crítica? Como organizar e trabalhar os conteúdos para atingir a esses objetivos? Quais conteúdos produzidos socialmente devem se tornar conteúdos escolares? Qual é o objeto central do ensino deste ou daquele conteúdo e quais objetivos serão priorizados? Como, por que e o que avaliar? Por que planejar? Quais as intencionalidades presentes nas ações educativas? Qual a formação necessária aos profissionais da educação? Como organizar o cotidiano escolar tendo em vista a consecução dos objetivos de um projeto educacional emancipatório? Como atuar no sentido de enfrentar a atual fragmentação das ações e programas que incidem no cotidiano do trabalho educativo escolar?

Para buscar indicativos para essas questões, tem-se como princípio que a educação é trabalho, é atividade mediadora no âmbito da prática social e que educar é contribuir para consolidar o processo de humanização do homem. Nessa perspectiva, humanizar-se é assimilar o coletivo social no individual, em seu caráter dialético de transformar-se, modificando a realidade. Como pontua Saviani (2012), “o trabalho educativo é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2012, p.13). É, portanto, ação mediada, que visa a imprimir o arcabouço cultural em cada indivíduo para que se constitua em si a humanidade coletiva, carregada dos sentidos e dos significados produzidos, de modo que seja possível sua inserção nos diferentes espaços sociais, culturais e científicos.

Assim, uma educação que tenha compromisso com a transformação precisa levar em conta a relação entre a teoria e a prática, por meio da transmissão e da assimilação dos elementos culturais e científicos que permitam fazer a crítica, bem como buscar possibilidades de transformação das atuais relações sociais que expropriam, da ampla maioria da população, as reais condições de acesso ao conhecimento científico e cultural produzido pela humanidade. Para tanto, é preciso recuperar a essencialidade do fazer pedagógico, a partir da compreensão do exposto por Saviani (2012), o qual enfatiza a função social da instituição escolar:

Ora, clássico na escola é a transmissão-assimilação do saber sistematizado. Este é o fim a atingir. É aí que cabe encontrar a fonte natural para elaborar os métodos e as formas de organização do conjunto das atividades da escola, isto é, do currículo. E aqui nós podemos recuperar o conceito abrangente de currículo: organização do conjunto das atividades nucleares distribuídas no espaço e no tempo escolares. Um currículo é, pois, uma escola funcionando, quer dizer, uma escola desempenhando a função que lhe é própria. (SAVIANI, 2012, p. 17).

Ao referir-se ao que é clássico, Saviani (2012), incisivamente, argumenta: “Clássico não se confunde com tradicional e também não se opõe, necessariamente, ao moderno e muito menos ao atual. O clássico é aquilo que se firmou como fundamental, como essencial. Pode, pois, constituir-se num critério útil para a seleção dos conteúdos do trabalho pedagógico” (SAVIANI, 2012, p.13).

É, portanto, objeto do trabalho escolar a socialização do conjunto de conhecimentos científicos, culturais, artísticos, ou seja, aqueles que se firmaram no tempo e que compõem o acervo da humanidade, de modo que sejam efetivamente apropriados em sua totalidade e por todos os alunos. Em razão dessa compreensão, depreendem-se outras significações, dentre elas a de que a educação, como prática social e como ação intencional mediada, exige um planejamento metódico, porque é pautado em um método claramente definido; é rigorosa e reflexiva, por seguir ações e/ou procedimentos que possibilitem a apropriação crítica do conjunto de conhecimentos, com vistas à ruptura com os padrões vigentes da mera reprodução utilitarista de competências. Nessa direção, há, portanto, que se consolidar uma organização da e na instituição escolar que se pautem nos princípios defendidos por Saviani (2012), de que:

[...] Para existir a escola não basta a existência do saber sistematizado. É necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação. Isso implica dosá-lo e sequenciá-lo de modo que a criança passe gradativamente do seu não domínio ao seu domínio. Ora, o saber dosado e sequenciado para efeitos de sua transmissão-assimilação no espaço escolar, ao longo de um tempo determinado, é o que convencionamos chamar de “saber escolar”. (SAVIANI, 2012, p. 17).

O ato de planejar, nesse contexto, se configura em uma ação política e técnica, visto que, como ação política, o professor procede a análise do conteúdo escolar e do processo educativo em uma perspectiva mais ampla, implicando tomada de decisões sobre para quê e como abordar os conteúdos de ensino. Na qualidade de ação técnica,

conhecendo o processo de desenvolvimento humano, compreende suas responsabilidades como mediador e promotor desse desenvolvimento por meio de ações pedagógicas devidamente planejadas, assumindo os compromissos de organizar o processo educativo, considerando a consecução dos objetivos e/ou a sua reorganização. Friza-se, nesse contexto, que essas duas dimensões (política e técnica) são indissociáveis.

O planejamento do processo educativo, em uma perspectiva crítica e transformadora, exige a reflexão sobre as relações de poder que se instituem no interior da escola, explicitando a sua origem, o seu caráter contraditório, identificando de que modo interferem tanto na organização interna quanto nas relações que permeiam o cotidiano da escola e comunidade, bem como as da escola com a mantenedora. Parte-se do princípio fundante que se construam práticas coletivas em um processo reflexivo de tomada de decisões, pautadas no domínio das informações necessárias e em tempo para que as decisões sejam, efetivamente, coletivas e voltadas para os interesses do coletivo. Isso permite que ações mais participativas sejam, gradativamente, construídas, consolidando-se na gestão escolar em uma perspectiva democrática que prime pela participação consciente de todos os envolvidos no processo educativo escolar, mesmo que demarcadas pelos limites impostos pela legislação e/ou normativas.

Nessa direção, entende-se o Projeto Político Pedagógico (PPP, deste ponto em diante) não apenas como um documento, mas como prática, como projeto em movimento, em permanente construção, execução e avaliação. Em um primeiro e mais importante sentido, o PPP se revela como prática reflexiva e coletiva de tomada de decisão, que necessita, concomitantemente, ser sistematizado e organizado para que se constitua também no registro das intencionalidades e das ações coletivas da comunidade escolar, servindo de sustentação a todos os outros planejamentos escolares. Nesse movimento de construção, congrega e explicita os fundamentos e os pressupostos que direcionam as práticas político-pedagógicas da comunidade escolar, indicando quais os princípios que direcionam e mantêm as práticas educativas.

No campo dos pressupostos pedagógicos, há que se deter com afinco na relação ensino e aprendizagem, considerando, sobretudo, o trabalho desenvolvido em sala de aula e nos demais espaços educativos como fundamentais para a socialização e a problematização do conhecimento científico, uma vez que, nas palavras de Saviani (2012), “é o fim a atingir que determina os métodos e processos de ensino-aprendizagem” (SAVIANI, 2012, p. 17). E, nesse caso, à instituição escolar compete, segundo o autor,

ensinar o conjunto de conhecimentos essenciais à inserção na cultura letrada, na cultura erudita o que exige, para tanto, a incorporação dos rudimentos da leitura e escrita, bem como das demais áreas do universo letrado e das ciências.

O currículo escolar, por sua vez, expressa uma organização por campo de experiências na Educação Infantil e por componente curricular no Ensino Fundamental – Anos Iniciais -, respeitando o objeto de estudo das diferentes áreas. Contudo, busca avançar na superação dos limites que, costumeiramente, se instalam no ato de planejar a ação docente quando pautado por uma visão linear ou fragmentada. É nessa direção que a afirmativa de que “são os fins a atingir que determinam os métodos e processos de ensino e aprendizagem” assume especial relevância, pois sem essa clareza, sem essa definição, quaisquer procedimentos e, possivelmente, quaisquer resultados serão aceitos como viáveis e justificados mediante as condições existentes, retirando da instituição escolar parte significativa de sua responsabilidade frente à transmissão-assimilação do saber sistematizado, que é o pressuposto fundamental para que a instituição escolar cumpra com a função social, de contribuir para emancipação humana.

Ao referir-se à organização do processo de ensino e de aprendizagem, é necessário retomar o exposto por Klein (2010):

[...] o conhecimento não está nas coisas e nem nasce espontaneamente na cabeça dos educandos. O conhecimento existe apenas nos homens e nas suas relações. E, portanto, na relação com outros homens, na medida em que incorpora a intrincada rede de relações que constituem uma dada forma humana de ser, que a criança se apropria do conhecimento. Este não é, evidentemente, passível de ser “ditado”, mas também não é algo que se descubra por um golpe incomum de genialidade. (KLEIN, 2010, p. 230).

Com base em Klein (2010), destaca-se que o conhecimento científico é resultante de pesquisa científica produzida nas relações dos homens com a natureza e dos homens entre si. Trata-se de um complexo processo de produção, o qual se encontra, via de regra, publicado na forma de síntese e, conforme interesse formativo da sociedade, essas sínteses são apresentadas em um rol de abstrações conceituais, as quais são denominadas como conteúdos escolares. Nesse caso, as sínteses conceituais contêm uma complexidade de relação entre elementos diversos que vão muito além das abstrações contidas na matriz curricular.

O conhecimento científico, sendo produzido nas relações dos homens com a natureza e dos homens entre si, constitui-se na sua dimensão histórica, demarcada pelo

tempo e pelas condições em que é produzido, sistematizado e socializado. Partindo desse entendimento, compreende-se que a reprodução de conceitos, de regras e de fórmulas não é suficiente para configurar a apreensão do conhecimento científico. Por isso, é necessário que a ação pedagógica, sob a responsabilidade da instituição escolar, esteja planejada de forma a superar as práticas pedagógicas pautadas em conceitos espontâneos, visando a alçar novas práticas nas instituições, uma vez que há que se tomar consciência do que é defendido reiteradamente por Martins (2016):

[...] há que se afirmar a escola como locus privilegiado para a transmissão daquilo que realmente promove o desenvolvimento, cientes de que o alcance dos conceitos científicos não restringe apenas aos conteúdos que veiculam em si mesmos, haja vista que esse tipo de ensino opera decisivamente na estrutura psíquica dos indivíduos. O que se apresenta no cerne da qualidade dos conteúdos de ensino outra coisa não é senão a formação da consciência, cujo fundamento, do ponto de vista psicológico, radica na formação dos processos funcionais superiores e, sobretudo, naquilo que conduz ao autocontrole da conduta. Pretender a formação de alunos “críticos”, “participativos”, “cidadãos”, etc; na ausência do ensino de conteúdos sólidos, desenvolventes, parece-nos um ideal falaz que precisa ser desvelado. (MARTINS, 2016, p. 26).

É, portanto, imprescindível que o trabalho pedagógico na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental tenha como pressuposto básico a definição dos conteúdos, a forma de trabalhá-los e a escolha dos materiais e dos recursos. O ato intencional de planejar ações de mediação pedagógica requer amplo conhecimento sobre o desenvolvimento humano e sobre o núcleo conceitual referente às áreas do conhecimento que pautam a prática pedagógica em sala de aula.

Essa organização extrapola o espaço privilegiado de transmissão e assimilação do conhecimento historicamente produzido e sistematizado pela humanidade, ou seja, a aula em si. Ela congrega as concepções sobre o trabalho, o homem, a educação, a sociedade, a escola, a ciência, a tecnologia, o conhecimento, o currículo, o saber, o ensino, a aprendizagem, dentre outras, as quais são definidoras da forma como se lê a realidade social, política e cultural, bem como a forma como se posiciona nessa mesma realidade. Há que se garantir, desse modo, a unidade político-pedagógica, a qual espera-se que esteja prevista no PPP institucional, como resultado de uma construção coletiva e participativa dos sujeitos que constituem a comunidade. Assim é que a organização do trabalho docente, de forma mais implícita, se volta à organização do plano de trabalho

docente e do plano de aula e à avaliação do ensino e da aprendizagem, o que exige escolhas metodológicas (procedimentos), as quais, por sua vez, revelam os pressupostos teóricos (método) que os sustentam.

Nessa linha de argumentação, recupera-se a síntese que Martins (2016) apresenta ao referir-se ao método marxiano de construção do conhecimento, o qual pressupõe a “captação empírica e sincrética da realidade como ponto de partida, as mediações abstratas do pensamento como possibilidades para superação dessa condição, tendo em vista a apreensão concreta da realidade como síntese das múltiplas determinações” (MARTINS, 2016, p. 27). Para tanto, há que se ter uma organização do trabalho escolar que supere práticas fragmentadas de ensino, visto que o aporte dos pressupostos da psicologia histórico-cultural exige que, ao considerar o desenvolvimento humano, tenha-se como fundamento que as “funções complexas não se desenvolvem na base de atividades que não as exijam e as possibilitem” (MARTINS, 2016, p. 19). Assim sendo, no tratamento do conteúdo, em um constante ir e vir, o professor deve precisar a definição conceitual; porém, sempre estabelecendo relação entre ela e outras definições que se apresentarem como necessárias e com o processo histórico-social. Isso implica expressar quais são os fundamentos referenciais do conteúdo, ao mesmo tempo em que busca superá-los, incorporando à discussão o seu significado histórico, social e político, ou seja, estabelecendo as relações entre o conteúdo escolar e a realidade. Contudo, não se trata da realidade imediatamente visível, mas da totalidade que, para ser compreendida e apreendida, assenta-se no planejamento de ações que “visam à conquista das capacidades intelectuais, das operações lógicas do raciocínio, dos sentimentos éticos e estéticos, enfim, de tudo o que garanta ao indivíduo a qualidade de ser humano” (MARTINS, 2013, p. 275).

Nesse aspecto, ao tratar do conteúdo escolar, o professor deve fazer um exercício racional sincrônico (tempo atual) e diacrônico (por meio dos tempos), captando as relações estabelecidas, o seu movimento e as suas contradições. Esse exercício é fundamental para a passagem do concreto-sensorial ao concreto pensado. O concreto sensorial é percebido pelo nosso cérebro por intermédio de uma relação direta de nossos sentidos com o mundo objetivo. Ele é nos apresentado de forma caótica e limitado às nossas apreensões de manifestações exteriores. O concreto, tal como Marx (1987) destaca, trata-se de um concreto idealizado, visto que o “concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida” (MARX, 1987, p. 16). Conforme o autor, o conhecimento concreto da realidade só é

possível se as partes abstraídas e isoladas forem rearticuladas, de modo a compreender a unidade do diverso, e a chegar ao concreto pensado, que é síntese de múltiplas determinações. Assim, as definições permanecem em constante reflexão e só se aproximam do real se forem apreendidas as múltiplas relações que compõem e dão base ao conhecimento.

O movimento entre concreto sensorial, abstração e concreto pensado está constantemente a se refazer, e é nesse movimento que se insere outra organização do ensino, conforme defendida por Saviani (2012). Como esforço, no sentido de garantir o entendimento de que prática social, problematização, instrumentalização, catarse e prática social são momentos apresentados pelo autor na contraposição às pedagogias existentes até então, e, portanto, como método, é imprescindível destacar a lógica dialética presente no movimento de transmissão-assimilação/apropriação do conhecimento científico. Nesse quesito, Martins(2016) reafirma:

Frise-se que os momentos explicitados por Saviani referem-se à organização lógica do ensino e só podem expressar-se no ato de ensinar como momentos distintos, mas interiores uns aos outros. Trata-se de compreender a prática social, quer do ponto de partida, quer do ponto de chegada, como substrato das abstrações do pensamento organizadas como problematização, instrumentalização e catarse, que se manifestam como atos de pensamento a serviço de uma apreensão mediata daquilo que é dado imediatamente à captação sensível. (MARTINS, 2016, p. 27).

Há que se compreender, conforme indicado pela autora, o percurso lógico da aprendizagem, na sua relação com o desenvolvimento humano para ser possível proceder as inferências necessárias à organização de um ensino que promova desenvolvimento. A autora destaca: “O percurso lógico da aprendizagem segue uma linha de desenvolvimento que caminha do concreto (sensorial, empírico) para o abstrato, do particular para o geral, do cotidiano para o não cotidiano, dos conhecimentos de senso comum para os conhecimentos mais elaborados e complexos. Esse percurso revela-se ‘de baixo para cima’” (MARTINS, 2016, p. 28).

A aprendizagem é um processo mediado por signos (culturais), inserido em contextos sociais carregados de significações, as quais precisam ser transpostas do inter para o intrasubjetivo e cuja qualidade de apropriação depende das condições em que elas ocorrem.

Martins (2016), ao confrontar a lógica da aprendizagem com a lógica do ensino, destaca que “[...] o percurso lógico do ensino carece ocorrer do abstrato para o concreto, do geral para o particular, da síntese como possibilidade para a superação da síncrese, do não cotidiano para o cotidiano, dos conceitos científicos a serem confrontados com os conceitos espontâneos. Logo, esse percurso revela-se “de cima para baixo” (MARTINS, 2016, p. 29). A pesquisadora ainda acrescenta: “Conseqüentemente, o ensino só pode sustentar-se como objetivação de apropriações já realizadas por quem ensina. Nesse sentido, o percurso lógico do ensino não pode reproduzir o percurso lógico da aprendizagem, pois se assim o for não gerará as contradições necessárias à transformação do sistema representado pela tríade conceitos científicos, conceitos espontâneos e seus objetos” (MARTINS, 2016, p. 29).

Nessa perspectiva, organizar o ensino implica, como tem se destacado nesta seção, um conjunto de saberes que extrapolam a mera definição dos encaminhamentos e recursos didático-pedagógicos, que se objetivam em uma simples organização de atividades que ocupem o tempo escolar. Além disso, torna-se possível inferir que não é possível ensinar aquilo que não se domina, aquilo que não se conhece. É pertinente, ainda, destacar, as palavras de Saviani (2012) quando se refere à função social da escola como instituição responsável pelo acesso ao saber sistematizado, momento em que também apresenta algumas das condições necessárias para o acesso a esse saber:

Ora, o saber sistematizado, a cultura erudita, é uma cultura letrada. Daí que a primeira exigência para o acesso a esse tipo de saber é aprender a ler e escrever. Além disso, é preciso também aprender a linguagem dos números, a linguagem da natureza, e a linguagem da sociedade. Está aí, o conteúdo fundamental da escola elementar: ler, escrever, contar, os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais (história e geografia). (SAVIANI, 2012, p.14).

Com base nas palavras supracitadas, entende-se que à escola compete, sobretudo, ensinar os rudimentos necessários à instrumentalização primeira, ou seja, ensinar a ler, a escrever, a contar, a socializar o domínio das ciências naturais e sociais, por meio das quais se permitem ampliar as possibilidades de inserção no mundo cultural por meio de domínios mais elevados sobre esses rudimentos. O acesso aos conceitos científicos depende de processos de alfabetização devidamente conduzidos e concluídos, bem como de processos de ensino devidamente orientados, de modo que se rompa com as exclusões tão frequentes, as quais ocorrem em decorrência do não domínio dos

conteúdos presentes na cultura letrada/erudita. Instrumentalizar os alunos é, sobretudo, promover um ensino que possibilite a apropriação dos conteúdos da ciência e da cultura em suas diferentes manifestações.

Na prática pedagógica que se efetiva na sala de aula, é correto afirmar que se estabelecem a atividade de ensino, como prática efetiva do professor, e a atividade de estudo, como prática do aluno. Moura, Sforzi e Lopes (2017) definem a atividade de estudo como “aquela atividade cujo produto são transformações no aluno” (MOURA; SFORZI; LOPES, 2017, p. 82). E, identificam seus componentes como sendo “as tarefas de estudo, as ações de estudo e as ações de controle e avaliação”. De modo que “A tarefa de estudo está associada à motivação do estudo, com a transformação do aluno em sujeito da atividade. Estar em atividade de estudo é que coloca o aluno em ações de estudo. É a realização conjunta do aluno com seus colegas e o professor que vai permitir a realização das ações de controle e avaliação dos resultados de sua atividade de estudo” (MOURA; SFORZI; LOPES, 2017, p. 82).

Tendo como objetivo promover a aprendizagem de conteúdos relevantes para uma formação emancipadora, a organização do ensino é essencialidade que requer definição clara dos procedimentos metodológicos, pois, segundo os autores explicitam:

Da avaliação do que realiza poderá resultar a necessidade de mudanças na sua forma de atuação, já que no processo de ensino irá perceber como agem os estudantes diante do conteúdo a ser aprendido. É a percepção, pela reflexão, sobre a qualidade da aprendizagem que irá desencadear ou não novas ações do professor para atingir seu objetivo. Desse modo, o controle intencional das ações e operações, como parte do seu plano, permitirá ao professor passar qualitativamente de um nível ao outro da organização da atividade de ensino, segundo as características do pensamento teórico. (MOURA; SFORZI; LOPES, 2017, p. 85).

Nessa direção, às ações de organização do ensino vão exigindo o acompanhamento dos resultados correspondentes no que tange à aprendizagem e à consequente tomada de decisão quanto à necessidade ou não de reorganização dos procedimentos adotados para o ensino dos conteúdos escolares.

Além do domínio conceitual referente ao conteúdo, objeto de ensino, ao professor compete investigar as ações desencadeadoras de aprendizagem, aquelas que produzem a real necessidade de novas elaborações ou novas sínteses resultantes, por exemplo, da necessidade de confrontar informações sobre um mesmo conteúdo ou de núcleos conceituais diferentes. Vale indicar que a prática pedagógica implica, ainda, conhecer os

materiais e recursos disponíveis, a fim de saber de que forma será possível conduzir as explicações, elaborações e/ou experimentações que se fizerem necessárias de modo a garantir a apropriação dos conteúdos essenciais que se constituem o objeto de estudo. A organização do ensino, também, é referendada por Libâneo (2016), o qual parte da defesa de um ensino que visa à formação do pensamento teórico e indica pressupostos para elaboração dos planos, os quais, por sua vez, articulam-se ao corpus teórico da ciência a ser ensinada, requerendo do professor, amplo domínio conceitual referente ao objeto de ensino, das ações mentais envolvidas e dos procedimentos e recursos necessários para desencadear as situações de ensino. O autor destaca, dentre outros pontos, a necessidade de

Análise do conteúdo visando à elaboração do núcleo conceitual (núcleo do conceito) da matéria (princípio geral básico, relações gerais básicas), que contém a generalização esperada para que o aluno a interiorize e a utilize para deduzir relações particulares da relação básica identificada. Para isso, busca-se a gênese de desenvolvimento do conteúdo, isto é, o processo histórico de sua constituição, recorrendo aos métodos e procedimentos de investigação próprios desta ciência. (LIBÂNEO, 2016, p. 377).

Em síntese, tem-se a indicação objetiva do percurso do ato de planejar o ensino e a aprendizagem como trabalho pedagógico em sala de aula que será viabilizado mediante ações intencionais, rigorosamente organizadas. Cabe destacar que o compromisso de indicar o percurso a ser realizado para garantir a apropriação dos conceitos científicos será cumprido em cada componente curricular, no campo dos encaminhamentos teórico-metodológicos. Nesse sentido, vale ressaltar os limites impostos pelo tempo histórico, o desafio da produção coletiva em que tem-se a opção por metodologias de ensino consideradas mais adequadas ao objeto de ensino do referido componente curricular, mantendo-se o respeito aos pressupostos teóricos já devidamente enunciados.

E, na lógica até aqui apresentada, não cabe enfatizar nenhuma concepção de avaliação que a trate de forma distinta ou separada de todo o percurso. Situada no campo das ações de controle e avaliação, nos e dos processos de ensino e aprendizagem, a avaliação contribui para que os fins a atingir se efetivem. Ela se reveste implícita no processo educativo com vários atributos: diagnóstica, investigativa, processual, reflexiva, formativa e qualitativa. Diagnóstica e investigativa porque é um processo de reflexão e investigação sistemática, com registros objetivos que permitem analisar e caracterizar o processo educativo, tanto com relação à apropriação do aluno quanto com relação às

ações articuladas para que essa apropriação aconteça. É formativa porque permite a realimentação do processo e, assim, o acompanhamento permanente.

Ademais, não basta apenas diagnosticar; é preciso encaminhar ações que permitam a adequação dos procedimentos utilizados para a consolidação dos objetivos e, conseqüentemente, para a apropriação dos conhecimentos. Há que se compreender que os registros são provisórios e que ela se tornará qualitativa e contínua se os dados registrados forem pautados no pressuposto de analisar a consolidação dos objetivos confrontados permanentemente, expressando a qualidade do processo, e não de um determinado momento desse.

Segundo Janssen (2004), “à razão de ser da avaliação está em acompanhar, interativa e regulativamente, se os objetivos pedagógicos estão sendo atingidos. Os processos avaliativos visam aproximar as formas de planejar, de ensinar, de aprender e também de avaliar através da coleta de maior número possível de informações que sejam relevantes para a melhoria da qualidade social do trabalho pedagógico” (JANSSEN, 2004, p. 58). Não se pode perder de vista que toda produção do aluno, inclusive o erro, é uma fonte de informação importante sobre o processo de ensino e de aprendizagem, servindo de ponto de reflexão para a retomada das ações de ensino que se apresentarem como necessárias a fim de garantir as aprendizagens objetivadas.

Considerando-se que é a partir de mediações significativas que se criam novas possibilidades de aprendizagem e de desenvolvimento, as quais, por sua vez, exigirão novas mediações, não se pode: a) deter-se em coletar informações sobre momentos específicos da aprendizagem dos alunos; e b) considerar momentos pontuais como a referência maior para análise de um percurso de aprendizagem e desenvolvimento, os quais se revelam sempre em processo. Nas escolas, segundo Rego (2001), costuma-se avaliar o aluno somente no nível de desenvolvimento real, ou seja, avalia-se aquilo que ele sabe no momento em que o instrumento avaliativo é aplicado, que se revela por meio do que ele é capaz de fazer, sem colaboração de outros, como sendo o representativo de seu desenvolvimento.

Nas reflexões sobre a avaliação, entendida como processo que serve para avaliar o ensino e a aprendizagem, defende-se que os resultados devem servir de suporte para reavaliar percursos de ensino e de aprendizagem, incluindo as diferentes situações que incidem na organização das salas de aula e dos demais espaços educativos da instituição escolar, abarcando inclusive as diferenças para que não se constituam em desigualdades. Há que se considerar a inclusão social e educacional, aspectos que exigem a

flexibilização curricular, quer seja com relação ao tempo, à forma, ao conteúdo, ao ensino e aos instrumentos e critérios de avaliação, sem que ocorra a banalização/esvaziamento do conteúdo/conhecimento.

Ao tratar das ações de avaliação, é importante refletir sobre os instrumentos que poderão ser utilizados na relação com o núcleo conceitual das áreas do conhecimento de modo que assegurem situações de análise, de interpretação, de síntese, de memorização de informações e de conceitos relevantes, de reflexão, de aplicação de conhecimentos, dentre outros aspectos. Os instrumentos, quando bem elaborados, podem contribuir para a necessária e coerente interpretação das informações contidas nas atividades avaliativas de modo que, professor e aluno, tomem consciência das suas trajetórias de ensino e de aprendizagem, na relação com o núcleo conceitual a ser apropriado pelos alunos como resultado das atividades desenvolvidas. Assim, criar estratégias próprias de aprendizagem, construindo ações mais autônomas, no sentido da emancipação intelectual e da construção da autocrítica, por parte de todos os envolvidos, passa a ser uma ação consequente/resultante do processo de avaliação.

A reflexão crítica sobre o ensino e a aprendizagem, realizadas por parte de todos os envolvidos no processo, aponta para o redimensionamento de práticas pedagógicas que legitimam a função social da instituição escolar como espaço privilegiado de socialização do conhecimento científico e, consequente, do desenvolvimento do pensamento teórico, por intermédio de atos intencionais de ensino e de aprendizagem, os quais legitimam a manutenção da instituição social escola.

É preciso ampliar o debate sobre aprovação, reprovação, ciclo e/ou contínuos de modo a superar seus limites operacionais e legais, uma vez que, a não retenção é uma ação pedagógica significativa, quando acompanhada de atos de ensino que priorizem à efetiva aprendizagem. O processo educativo, ao ser metodicamente planejado e avaliado, precisa garantir a consolidação de objetivos, contribuindo para que se estabeleçam relações que instiguem o espírito investigador e que ampliem a exigência com relação ao domínio do conhecimento historicamente acumulado.

Ao tratar da avaliação do processo educativo, não se pode desconsiderar as ações de autoavaliação, por intermédio da previsão da avaliação institucional, a partir da análise dos resultados alcançados nas diferentes práticas desenvolvidas, bem como a análise dos resultados alcançados nas avaliações realizadas pelo sistema educacional. Diferentemente de confrontar índices estatísticos, as ações de controle e autoavaliação aqui concebidas abarcam exercícios de autorreflexão mediatizados pelas concepções que

fundamentam essa PPC e rompem com práticas competitivas, visando a retornar ao que está concebido e proposto na relação direta com o que se tem alcançado, mediante as condições existentes, com vistas a reorganizar procedimentos sempre que necessário, bem como fortalecer as ações que alcançam bons resultados. A defesa é a de que cabe à escola cumprir seu papel, possibilitando o acesso ao conjunto de conhecimentos produzidos pela humanidade por meio do efetivo trabalho escolar, da investigação e da reflexão.

Defende-se, neste documento, o exposto nas diretrizes curriculares, bem como nos acordos internacionais firmados em prol dos interesses da humanidade, os quais apontam para a formação de sujeitos que apresentem domínios nas diferentes áreas do conhecimento, tenham desenvoltura linguística, de raciocínio e criatividade, para que possam resolver situações diferenciadas, para que valorizem a diversidade cultural, para que cuidem da saúde física e emocional; para que se preocupem com o meio ambiente e com o planeta, para que utilizem diferentes linguagens, incluindo a digital para se comunicar e se expressar, e, sobretudo, para que respeitem o diferente, o diverso, valorizem o humano em si e no outro, de modo a melhorar os espaços de convivência. Entende-se que, por ser viável a construção das relações sociais indicadas nos documentos legais e orientadores das práticas formativas, agregada à difusão desses princípios, faz-se necessária a transformação nas relações de produção material da existência humana. Contudo, não compete aguardar mudanças na base material, é necessário que a instituição atue no campo daquilo que lhe é próprio, ou seja, a socialização dos conhecimentos científicos e culturais produzidos pela humanidade.

Para que o trabalho educativo se efetive da maneira indicada nesses pressupostos, as políticas públicas municipais para formação dos profissionais da educação não podem ser compostas de eventos pontuais, nem podem ficar submetidas às mudanças de governo, ou ainda mais grave, submetidas às empresas, às fundações e às corporações que têm adentrado ao espaço escolar, as quais, oferecendo produtos e serviços por meio de parcerias, amarram programas de formação contínua, vinculados aos interesses corporativos, desvirtuando os princípios político-pedagógicos tão arduamente construídos na discussão coletiva dos projetos políticos pedagógicos. A formação precisa ser contínua, garantindo o aprofundamento teórico-metodológico, a unidade e a coerência aos pressupostos teóricos que sustentam as concepções de desenvolvimento humano, de aprendizagem, de ensino, de organização pedagógica, dentre outros.

Nesse sentido, o processo de formação inicial e contínua dos trabalhadores da educação, planejado em curto, médio e longo prazos, tendo em vista a necessidade de uma formação plena, fica vinculado à concepção que contemple a multidimensionalidade do conhecimento e que objetive a humanização do homem na perspectiva de sua emancipação. O Plano Nacional de Educação e o Plano Municipal de Educação, aliado ao plano de governo municipal, pautam o planejamento da formação contínua, contemplando a totalidade dos profissionais da educação, fator que requer estabelecimento de prioridades, e a exclusão de programas e projetos que atravessam os fins da instituição escolar, uma vez que a defesa desta PPC parte do entendimento maior de que “Clássico na escola é a transmissão-assimilação do saber sistematizado. Este é o fim a atingir” (SAVIANI, 2012, p. 17). O mapeamento de situações vivenciadas no cotidiano evidencia que há necessidade de empreender esforços no sentido de limpar o espaço escolar daquilo que é secundário, daquilo que não é essencial, que vem atravessando a prática de ensino e, conseqüentemente, a de aprendizagem, impactando nos resultados alcançados, em termos qualitativos.

A formação teórica do professor, quer seja na condição inicial ou contínua, parte dos mesmos princípios defendidos para o ensino, primando pelo rigor dos conceitos e pelo rigor metodológico, visando a alcançar níveis de compreensão cada vez mais complexos que auxiliem no domínio conceitual e nas relações necessárias que incidam em práticas pedagógicas mais consistentes que auxiliem na transposição da síntese à síntese, do abstrato ao concreto pensado, na superação dos saberes em nível de senso comum, alcançando os patamares da elaboração conceitual sustentado por um domínio consistente. Essa formação a que este documento se refere só ganhará caráter de continuidade se propiciar um processo de aprofundamento epistemológico, cuja previsão deve constar, inclusive, nos Planos Municipais de Educação como resultado da participação efetiva dos trabalhadores no planejamento dessa prática formativa e do seu conteúdo.

Assim, provisoriamente, finalizam-se as reflexões sobre os pressupostos pedagógicos, sendo esses articulados, na sequência, aos legais à medida que esses, também, possibilitam e limitam práticas político-pedagógicas. No campo da gestão da instituição escolar, locus no qual incidem os resultados das decisões políticas dos sistemas, compete, sobretudo, o esforço pela implementação de práticas efetivas de ensino que resultem em aprendizagem. Conhecer o conjunto jurídico que regulamenta e, por vezes, condiciona a ação pedagógica, especialmente para que não se permita que regulamentações específicas e transitórias assumam relevância ou significado que

extrapolem sua exiguidade ou pequenez, é sumamente importante. Dessa forma, mesmo que demarcados pelo aparato jurídico de um sistema legal, esta PPC ampara-se na consistência e coerência advindas dos princípios até aqui assumidos, para seguir na organização das propostas pedagógicas curriculares, as quais complementarão este documento curricular para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

3.1.4 PRESSUPOSTOS LEGAIS

Para compreender as implicações decorrentes da legislação educacional, é necessário situá-la no contexto das transformações econômicas, políticas, culturais e geográficas que caracterizam a reorganização do sistema capitalista mundial, intensificada ainda na segunda metade do século passado, e que tem sua defesa associada à indicação de avanços científicos e tecnológicos, à globalização da economia e abertura de novos mercados consumidores. As transformações no modo de organizar a produção econômica, defendidas como prioridades nos programas econômicos pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pelo Banco Mundial, influenciam e afetam diretamente a organização das políticas e programas no campo da educação. Esses organismos e os documentos que sustentam os acordos firmados encaram o desemprego, a fome, a pobreza e o aumento das desigualdades como problemas que decorrem dos aspectos culturais, cuja solução estaria na proposição de um projeto de educação voltado para a empregabilidade, concebendo a formação integral em uma perspectiva reducionista, ou seja, apenas articulada às necessidades do mercado de trabalho.

Nesse processo de mudanças, defende-se, no campo discursivo, a reforma do ensino, principalmente nos países em desenvolvimento, implicando mudanças nas políticas educacionais, alterações nos currículos, na gestão educacional, na avaliação dos sistemas e na formação dos profissionais da educação. O Brasil, influenciado por essas políticas internacionais, adotou novas estratégias, entre as quais se destaca a descentralização administrativa e a transferência de atribuições e responsabilidades, antes do Estado, para as instituições de ensino e para os profissionais da educação. No campo das práticas sociais e da implementação das políticas públicas, constata-se que o investimento insuficiente por parte do Estado na educação pública dificulta a efetivação de uma educação de qualidade com perspectiva de inclusão social, permanecendo e, até

mesmo, agravando os quadros de exclusão ao acesso aos bens culturais produzidos e acumulados pela humanidade.

E com essa clareza, parte-se do princípio de que a legislação educacional e as políticas públicas caracterizam-se pela provisoriedade, a qual é determinada pelas condições históricas nas quais são produzidas, mantendo, ao mesmo tempo, um caráter de permanência, ao estabelecer os direitos básicos de acesso à educação. Pode-se inferir que o aparato legal atua como mecanismo de regulação dos Sistemas de Ensino, bem como pressuposto de garantia do direito de acesso à Educação Básica. Assim, cabe ressaltar que o acervo legal que jurisdiciona a organização do trabalho administrativo e pedagógico nas instituições escolares está posto nos dispositivos advindos na forma de Lei, Decreto, Resolução, Parecer, Indicação e/ou Instrução que emanam orientações e princípios que precisam ser considerados no conjunto das práticas curriculares. E é nesse contexto que tais dispositivos serão considerados, observando-se seus limites e também suas implicações.

Vale ressaltar que as instituições se encontram jurisdicionadas à legislação nacional na forma das leis e decretos aprovados pelo Congresso Nacional e sancionados pela Presidência da República, sendo competência dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Educação emanar normativas específicas para assuntos educacionais a eles jurisdicionados. Os municípios que não têm seus Conselhos Municipais de Educação constituídos com poderes normativos seguem as normas emanadas do Conselho Estadual de Educação. O esforço que se empreende é o de garantir a atuação de modo articulado entre as esferas administrativas federal, estadual e municipal, a fim de alçar a organicidade e sistematicidade previstas em lei. Mediante tais considerações, é fundamental empreender esforços para que os desdobramentos jurídicos sejam tomados na integralidade, na organicidade e sistematicidade à luz dos demais pressupostos que organizam esta PPC, de modo a contribuir para o fortalecimento do sistema nacional de educação, tarefa essa que compete a todos, indistintamente.

No que tange à legislação nacional, no final da década de 1980, a Educação passou a ser garantida pela Constituição Federal de 1988 – CF/88, como direito público subjetivo, e foi apontada como “direito de todos e dever do Estado e da família” (Art. 205). Ademais, os princípios constitucionais são prerrogativas a serem cumpridas na Educação, em todos os níveis de ensino, primando por: equidade no acesso e na permanência, liberdade de ensinar e aprender, pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, gratuidade no ensino público em estabelecimentos oficiais, valorização dos profissionais

da educação, gestão democrática, garantia de padrão de qualidade (art. 206, I a VII). A Emenda Constitucional nº 59/2009 alterou o artigo 208 e determinou que é obrigação do Estado a oferta do ensino, estabelecendo que: “I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”. A Constituição Federal atribui aos municípios o dever de ofertar, organizar e garantir o acesso à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, e a Constituição do Estado do Paraná, aprovada em 05 de outubro de 1989, em seus artigos de 177 a 189, por sua vez, referenda o previsto na Constituição Federal de 1988 no campo dos direitos sociais no que tange à organização da educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, doravante) nº 9.394/96 normatiza, orienta os sistemas de ensino do país e reitera as disposições da Constituição Federal, definindo princípios, normas e critérios para a efetivação do acesso e da permanência da criança, do adolescente, do jovem e do adulto em todos os níveis e modalidades de ensino, vinculando a educação ao mundo do trabalho e à prática social. No Art. 11, estabelece-se que é responsabilidade dos municípios “organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados”, além de “oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o Ensino Fundamental [...]”. Ao estabelecer os níveis, etapas e modalidades de ensino, a LDBEN organiza a educação escolar em Educação Básica, formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; e em Educação Superior. Este documento curricular é direcionado para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A Educação Infantil tem “como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Ao ser definida como a primeira etapa da educação básica, a sua oferta é indicada para ser efetivada, conforme expresso no artigo 30 da LDBEN nº 9.394/96, em: “I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade”. Quanto ao Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano, por sua vez, o artigo 32 destaca os objetivos da formação mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno desenvolvimento da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural, e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento de vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 1996, art. 32).

No período de 2006 a 2018, as redes municipais conviveram com a problemática do corte etário que impactou na definição da matrícula no Ensino Fundamental ou permanência da criança na Educação Infantil, em função da idade, situação que foi amplamente discutida e caracterizada no contexto educacional. No período desta 4ª revisão curricular, a decisão do Supremo Tribunal foi deferida, após o julgamento conjunto, no dia 01/08/2018, pelo STF, da ADC6 nº 17 e da ADPF7 nº 292; em seguida, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação emitiu o Parecer CNE/CEB nº 2, de 13 de setembro de 2018, o qual fundamenta as Diretrizes Operacionais complementares para a matrícula inicial de crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, respectivamente, aos quatro e aos seis anos de idade, diretrizes essas aprovadas por meio da Resolução CNE/CEB nº 2, de 9 de outubro de 2018, fixando a data de corte etário vigente em todo o território nacional, para todas as redes e instituições de ensino, públicas e privadas. No Paraná, por sua vez, cabe observar ainda as orientações expressas no Parecer Normativo CEE/PR nº 02/2018 – CP do Conselho Estadual de Educação, aprovado em 28 de setembro de 2018, que reafirma o corte etário, prevendo orientações para o período de transição aos matriculados anteriormente a esta data.

No que diz respeito ao currículo, a LDBEN nº 9394/96 estabelece que a Educação Infantil e o Ensino Fundamental devem contemplar uma base nacional comum, composta pelo estudo da “Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política especialmente do Brasil, além de uma parte diversificada que contemple as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos” (Art. 26). A Lei diz respeito às peculiaridades da vida rural e de cada região, afirmando que os conteúdos curriculares, as metodologias de ensino e a organização escolar devem atender às condições e à natureza do trabalho na zona rural

6 ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade.

7 ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

(Art. 28). Ao extrair as orientações legais, é certa a indicação de que, além do já exposto, devem constar conhecimentos sobre o ensino da arte, em suas expressões regionais, abarcando as artes visuais, a dança, a música e o teatro como linguagens do componente curricular; a educação física, integrada à proposta pedagógica da instituição escolar; o ensino da história do Brasil, considerando as contribuições das diferentes culturas e etnias, sobretudo das matrizes indígena, africana e europeia; ademais, registra-se, ainda, a obrigatoriedade da exibição de filmes de produção nacional, como componente curricular obrigatório na Educação Básica, a qual não está definida em termos de etapa, com destaque para duas horas mensais, devendo integrar ação pedagógica devidamente planejada pela equipe responsável, considerando a adequação do material. Às instituições vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino cabe responder às exigências da Deliberação nº 07 de 10 de novembro de 2006, a qual institui a inclusão dos conteúdos de História do Paraná nos currículos da Educação Básica, podendo ser ofertada, conforme previsto na legislação de duas formas, como “disciplina de História do Paraná na parte diversificada do currículo, em mais de uma série ou distribuir os seus conteúdos em outros componentes curriculares, baseados em bibliografia especializada” (PARANÁ, 2006).

No que tange à organização curricular, a LDBEN nº 9.394/96 teve seus artigos complementados por outras legislações, as quais indicam ou acrescentam conteúdos que devem ser abordados de forma transversal. Dessa forma, serão nos PPPs, mais especificamente no campo das PPCs, que a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental evidenciarão cumprimento das exigências legais quanto à inserção de temáticas que dizem respeito a assuntos de interesse nacional, estadual, regional e/ou local, articulando-os ao conteúdo dos componentes curriculares sempre que possível, evitando a inserção de projetos de forma aleatória que produzam cortes/interrupções ou sobreposições.

Observa-se no contexto dos estudos destacados até aqui que a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, referenda o estabelecido na LDBEN nº 9.394/96 e em suas alterações, conforme exposto no artigo 8º:

§ 1º Os currículos devem incluir a abordagem, de forma transversal e integradora, de temas exigidos por legislação e normas específicas, e temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania, que afetam a vida humana em escala local, regional e global, observando-se a obrigatoriedade de temas tais como o processo de envelhecimento e o respeito e valorização do idoso; os direitos das crianças e

adolescentes; a educação para o trânsito; a educação ambiental; a educação alimentar e nutricional; a educação em direitos humanos; e a educação digital; bem como o tratamento adequado da temática da diversidade cultural, étnica, linguística e epistêmica na perspectiva do desenvolvimento de práticas ancoradas no interculturalismo e no respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngue da sociedade brasileira. (BRASIL, 2017, art. 8).

O que se constata é que alguns desses temas estão regulamentados por dispositivos legais específicos e outros apenas no que já está indicado no texto da Resolução supracitada, requerendo os mesmos cuidados ao abarcar as referidas temáticas, cumprindo-as no corpo do trabalho com os componentes curriculares. Nesse campo de exigências e referências legais, abre-se para a indicação mais específica de regulamentações com o intuito de direcionar a organização das disciplinas na sequência dessa proposta:

a) Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso – Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso; Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, e a Lei nº 13.466, de 12 de julho de 2017, que altera alguns de seus artigos. Vale ressaltar que nas instituições estão presentes formas de organização familiar em que a presença do idoso se faz, inclusive como provedor das condições de existência da criança que se encontra matriculada nos Centros de Educação Infantil e/ou escola;

b) Direitos da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), cujos artigos encontram-se alterados por inúmeras outras legislações, que tratam de conteúdos pertinentes aos assuntos das configurações familiares, interferências na guarda e/ou educação infantil de crianças, quando há progenitores privados de liberdade, dentre outros aspectos relevantes. Em nota⁸, são indicadas algumas das legislações que alteram/complementam

⁸ Lei nº 13.438, de 26 de abril de 2017, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a adoção pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Lei nº 13.436, de 12 de abril de 2017, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para garantir o direito a acompanhamento e orientação à mãe com relação à amamentação. Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017, dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Lei nº 13.715, de 24 de setembro de 2018, altera o

o ECA como forma de ressaltar a responsabilidade que se assume frente à implementação dos PPPs e respectivas PPCs considerando que as implicações decorrentes da legislação impactam na organização das famílias, seus direitos e seus deveres e, conseqüentemente, na proteção à infância e à adolescência em relação às quais à instituição escolar é parte constituinte. É imprescindível que o desdobramento jurídico, as alterações e as referidas implicações sejam amplamente conhecidas tanto no espaço da organização administrativa quanto na organização do trabalho pedagógico. Arranjos familiares ao serem efetivados, sobretudo por decisões judiciais, muitas vezes, alteram rotinas e intensificam conflitos nos contextos familiares, colocando as instituições de ensino e as equipes de apoio administrativo e pedagógico na condição de necessitar atuar de modo mais integrado às outras secretarias, inclusive, primando pela proteção aos direitos da infância e da adolescência. O artigo 26 da LDBEN nº 9.394/96 foi alterado em sua redação original, por força da Lei nº 13.010, de 2014, e passou a integrar em seu parágrafo 9º a inclusão nos temas transversais, de conteúdos relativos “à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente”, sendo necessário neste campo a conseqüente preparação dos profissionais da educação para atuar nesta área de

Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre hipóteses de perda do poder familiar pelo autor de determinados crimes contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente. Lei nº 13.306, de 4 de julho de 2016, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de fixar em cinco anos a idade máxima para o atendimento na educação infantil. Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. No que tange a alteração do previsto na LDBEN nº 9.394/96 temos a indicação da inclusão do que segue: “Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o caput deste artigo, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado.” (NR). Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, que dispõe sobre adoção; altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Neste caso a legislação ampara situações em que as crianças estejam em programas de acolhimento. A Lei nº 12.955, de 5 de fevereiro de 2014, acrescenta § 9º ao art. 47 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer prioridade de tramitação aos processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica. Lei nº 12.962, de 8 de abril de 2014, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para assegurar a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade. Além dessas, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil e que trata dos direitos e deveres na ordem civil e tem artigos alterados por legislações específicas, as quais poderão ser acessadas a partir dela.

prevenção e de intervenção, quando necessário, acionando as demais instituições vinculadas à rede de proteção à criança e ao adolescente;

c) Educação para o Trânsito, amparada na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que Institui o Código de Trânsito Brasileiro com ênfase nos artigos de 74 a 76;

d) Amparada na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. O Conselho Nacional de Educação, por sua vez, por intermédio do Parecer CNE/CP nº 14/2012, que fundamenta a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 do CNE/CP estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Nessa temática, é também fundamental considerar os acordos, as agendas⁹ e as conferências realizados de modo a atuar na direção de contribuir para a efetivação dos objetivos globais, os quais incidem em compromissos que se alinham à Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁰, assinada ainda em 1948, cujos princípios ainda são tarefas a serem cumpridas para grande parte da humanidade. Ainda no campo da Educação Ambiental, o Estado do Paraná aprovou a Lei nº 17.505, de 11 de janeiro de 2013, que institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental, e ressalta que deve ser promovida de maneira integrada, interdisciplinar e transversal no currículo escolar de modo permanente em todos os níveis e modalidades do ensino;

e) Educação Alimentar e Nutricional¹¹, amparada na Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018, inclui o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Nesse campo, há que se intensificar o trabalho preventivo e articulado à saúde pública quando do trato das restrições alimentares, da promoção de hábitos de alimentação saudável e da preservação da saúde e da vida humana;

9 Em setembro de 2015, líderes mundiais reuniram-se na sede da ONU, em Nova York, e decidiram um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual contém o conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/>

10 Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.htm>. A Declaração Universal dos Direitos Humanos pode ser considerada o principal documento de referência ao exercício da cidadania, criado pela ONU em 1948.

11 É importante relacionar a essa regulamentação o previsto na Lei nº 12.982, de 28 de maio de 2014, a qual altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar o provimento de alimentação escolar adequada aos alunos portadores de estado ou de condição de saúde específica, com base em recomendação médica. Assim, é fundamental conhecer o exposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, uma vez que ela regulamenta o atendimento da alimentação escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica, incidindo em campos de conteúdo que atravessam o currículo escolar e que são do interesse da comunidade compreender e fiscalizar para que seja viabilizado o efetivo controle social por meio dos conselhos gestores e do acompanhamento da população em geral.

f) Educação em Direitos Humanos fundamentada no Parecer CNE/CP nº 8/2012 e na Resolução nº 1, CNE/CP, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. O texto do Parecer é claro ao explicitar os princípios da Educação em Direitos Humanos, cuja finalidade encontra-se em “promover a educação para a mudança e a transformação social”, fundamentada nos princípios da dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do Estado, democracia na educação, transversalidade, vivência e globalidade, sustentabilidade socioambiental, pautada no desafio de promover processos formativos que auxiliem as pessoas a se reconhecerem como pessoas de direitos, em condições de exercê-los, de promovê-los e de respeitá-los enquanto direito do outro. A normativa, por sua vez, imprime a obrigatoriedade de formação inicial e continuada aos profissionais da educação para que a Educação em Direitos Humanos¹² quer seja pela transversalidade, como um conteúdo, ou de maneira mista, se constitua como conhecimento integrante do currículo e trabalho escolar;

g) Diversidade cultural, étnica, linguística e epistêmica na perspectiva do desenvolvimento de práticas ancoradas no interculturalismo e no respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngue da sociedade brasileira. Nesse campo, o arcabouço jurídico sustenta as práticas pedagógicas na instituição escolar por intermédio da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"; nos seus desdobramentos da luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil, além de instituir o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, por sua vez, inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", em especial nas disciplinas de Arte, Literatura e História. Cabe enfatizar que no âmbito do Conselho Nacional de Educação é emitido o Parecer CNE/CEB nº 3, de 10 de março de 2004 referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, regulamentadas pela Resolução

¹² É preciso também conhecer o disposto no Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, por meio do qual foi aprovado o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3, cujas diretrizes centram-se no combate às diversas formas de violência, de segregação e de discriminação, enfatizando as responsabilidades sociais frente à construção de práticas democráticas e de valorização à vida humana com dignidade.

CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Outra regulamentação foi por meio da Resolução CNE/CP nº 5, de 22 de junho de 2012, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, amparada no texto do Parecer do CNE/CEB nº 13, de 15 de junho de 2012.

Nesse quesito, há que se considerar, ainda, a Resolução CNE/CP nº 3, de 16 de maio de 2012, a qual estabelece Diretrizes para o atendimento de educação escolar de crianças, de adolescentes e de jovens em situação de itinerância, com fundamento no Parecer CNE/CP nº 14, de 07 de dezembro de 2011, o qual contempla, conforme exposto no texto da regulamentação, os ciganos, indígenas, povos nômades, trabalhadores itinerantes, acampados, circenses, artistas e/ou trabalhadores de parques de diversão, de teatro mambembe, dentre outros, com implicações na vida legal e pedagógica destes estudantes, incluindo as questões postas pela proximidade com a fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. Alguns municípios, com maior ênfase que os demais, deverão tratar desses aspectos em seus PPPs de forma específica.

O CNE estabelece, ainda, diretrizes à Educação Básica nas escolas do campo por meio da Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, amparada no Parecer CNE/CEB nº 36, de 4 de dezembro de 2001, em um esforço concentrado de respeito às especificidades das comunidades camponesas, de seus direitos sociais, sua organização social, atividades culturais, econômicas e prestação de serviços e por intermédio do Parecer CNE/CEB nº 23, de 12 de setembro de 2007 e da Resolução do CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008, instituiu diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

Está previsto, também, o estudo dos símbolos nacionais - a Bandeira Nacional, o Hino Nacional, as Armas Nacionais e o Selo Nacional - como tema transversal exigido pela Lei nº 12.472, de 1º de setembro de 2011.

A Lei nº 13.663, de 14 maio de 2018, alterou o art.12 da LDBEN nº 9.394/96 e incluiu “a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura da paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino” de modo a combater, “ especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas” (BRASIL, 2018).

Ao tratar das questões que transversalizam o currículo escolar, a Resolução CNE/CEB nº 04, de 13 de julho de 2010, reafirma que a base nacional comum e a parte diversificada do currículo “devem ser organicamente planejadas e geridas de tal modo que as tecnologias de informação e comunicação perpassem transversalmente a proposta

curricular, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, imprimindo direção aos projetos político-pedagógicos” (BRASIL, 2010). A Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, no artigo 8º, inciso VIII, § 1º, insiste na educação digital como tema transversal a ser trabalhado, sendo fundamental que ela seja utilizada a favor da aprendizagem. Para tanto, o professor deve saber utilizar as ferramentas digitais em benefício da aprendizagem, ensinando os alunos a utilizarem os recursos e as informações disponíveis no mundo digital, de modo responsável e colocando-as a serviço efetivo da aprendizagem. Nessa direção, compete conhecer a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, prevendo responsabilidades tais como as previstas no artigo “Art. 26. O cumprimento do dever constitucional do Estado na prestação da educação, em todos os níveis de ensino, inclui a capacitação, integrada a outras práticas educacionais, para o uso seguro, consciente e responsável da internet como ferramenta para o exercício da cidadania, a promoção da cultura e o desenvolvimento tecnológico.” Em decorrência, o Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017, instituiu o Programa de Inovação Educação Conectada com o objetivo de “conjugar esforços entre órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, escolas, setor empresarial e sociedade civil para assegurar as condições necessárias para a inserção da tecnologia como ferramenta pedagógica de uso cotidiano nas escolas públicas de educação básica.” (BRASIL, 2017). Nesse campo, o artigo 22 da Resolução CNE nº 02/2017 indica que o tema computação será tratado de forma específica pelo CNE.

A Resolução CNE/CEB nº 05, de 17 de dezembro de 2009, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e enfatiza responsabilidades frente ao combate ao racismo, às discriminações de gênero, sócio-econômicas, étnico-raciais e religiosas, bem como o compromisso com a construção de identidade, como direito fundamental da criança. O texto legal destaca a presença das creches em territórios não urbanos e a necessidade de respeito às identidades das comunidades indígenas e à sua cultura, com as devidas responsabilidades administrativas e pedagógicas de previsão de oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais das comunidades quando as especificidades assim exigirem. No que tange à organização da Educação Infantil, cabe, ainda, destacar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento estabelecidos pela já indicada Resolução CNE/CP nº 2/2017, quais sejam: os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, os quais estarão devidamente situados no campo da proposta pedagógica específica à

educação infantil, direitos esses reforçados pela Deliberação CEE/CP nº 03/18, aprovada em 22/11/18.

A Resolução CNE/CEB nº 07, de 14 de dezembro de 2010 que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 11, de 7, de setembro de 2010, indica a exigência, em seu artigo 16, de que no Ensino Fundamental sejam tratados dos temas saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, educação para o consumo, educação fiscal, bem como trabalho, ciência e tecnologia. No texto da Resolução nº 02/17 CNE/CP, o artigo 22 destaca que: “O CNE elaborará normas específicas sobre computação, orientação sexual e identidade de gênero”. É importante destacar também que o Ensino Fundamental abarca do 1º ao 9º ano e que as diferentes temáticas que devem ser trabalhadas precisam ser distribuídas ao longo dessa etapa da Educação Básica. No artigo 23, a referida resolução destaca que o “Ensino Religioso terá tratamento, como área do conhecimento ou como componente curricular da área de Ciências humanas, no Ensino Fundamental” (BRASIL, 2017). O CEE do Paraná, por meio da Deliberação nº 01/06, aprovada em 10/02/06, no art. 2 e respectivos incisos delibera que: Os conteúdos do ensino religioso oferecido nas escolas subordinam-se aos seguintes pressupostos: a) da concepção interdisciplinar do conhecimento, sendo a interdisciplinaridade um dos princípios de estruturação curricular e da avaliação; b) da necessária contextualização do conhecimento, que leve em consideração a relação essencial entre informação e realidade; c) da convivência solidária, do respeito às diferenças e do compromisso moral e ético; d) do reconhecimento de que o fenômeno religioso é um dado da cultura e da identidade de um grupo social, cujo conhecimento deve promover o sentido da tolerância e do convívio respeitoso com o diferente; e) de que o ensino religioso deve ser focado como área do conhecimento em articulação com os demais aspectos da cidadania. Art. 4º O ensino religioso é de oferta obrigatória por parte do estabelecimento, sendo facultativo ao aluno.

Essas são as orientações legais para organização curricular, inserindo os diversos elementos que precisam ser contemplados. Há, no entanto, que se retomar um dos pontos que incidem nessa organização: a base nacional comum e a parte diversificada. Essa organização reflete na distribuição da carga horária dos componentes curriculares no tempo escolar. A Resolução nº 04/10 CNE/CEB indica:

Art. 17. No Ensino Fundamental e no Ensino Médio, destinar-se-ão, pelo menos, 20% do total da carga horária anual ao conjunto de programas e projetos interdisciplinares eletivos criados pela escola, previsto no projeto pedagógico, de modo que os estudantes do

Ensino Fundamental e do Médio possam escolher aquele programa ou projeto com que se identifiquem e que lhes permitam melhor lidar com o conhecimento e a experiência.

§ 1º Tais programas e projetos devem ser desenvolvidos de modo dinâmico, criativo e flexível, em articulação com a comunidade em que a escola esteja inserida.

§ 2º A interdisciplinaridade e a contextualização devem assegurar a transversalidade do conhecimento de diferentes disciplinas e eixos temáticos, perpassando todo o currículo e propiciando a interlocução entre os saberes e os diferentes campos do conhecimento. (BRASIL, 2010, n.p.)

Ao organizar a distribuição dos conteúdos no tempo escolar, é necessário respeitar as exigências quanto aos direitos dos sujeitos que aprendem e dos que ensinam, as diretrizes, os conteúdos e as temáticas que transversalizam o ensino, bem como considerar o tempo, o espaço, as condições físicas, materiais e humanas que estão disponíveis para o exercício da docência, cujo fim é o ensino de modo que ocorra a aprendizagem efetiva. Ao compor a parte diversificada do currículo, o escopo do artigo 26 da LDBEN nº 9.394/96 é enfático ao destacar que ela deve atender às exigências das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos alunos. Assim, a coerência na organização legal, política e pedagógica das matrizes curriculares é ponto fundamental para que a proposta curricular construída coletivamente se efetive em sala de aula.

Vale ressaltar que dois campos expressivos da regulamentação que integram os aspectos legais não se encontram aqui situados; são eles: a educação especial e a educação de jovens e adultos. A educação especial, por se constituir um campo específico nesta PPC, terá seus pressupostos legais discutidos quando da sua enunciação. Dessa forma, compete redirecionar-se ao campo de discussão próprio para poder avançar nas reflexões que se fazem necessárias à educação inclusiva. Com relação à Educação de Jovens e Adultos, esta 4ª reorganização curricular não deu conta de abarcar essa produção curricular, ficando ao encargo dos municípios que a ofertam organizar suas propostas pedagógicas curriculares, respeitando os pressupostos filosóficos, psicológicos e pedagógicos, bem como os pressupostos legais emanados do sistema jurídico que decorre do sistema educacional ao qual se encontra vinculado.

À medida que se investiga o aparato jurídico que organiza os currículos escolares e seus desdobramentos, fica evidente que as competências estabelecidas no corpo da Base Nacional Comum Curricular, aprovadas por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, fundamentadas no texto do Parecer CNE/CP nº 15, de 15 de

dezembro de 2017, já se encontram contempladas nos diferentes dispositivos legais, anteriormente aprovados. Assim sendo, a instituição escolar que já cumpria com o previsto na legislação que normatiza e orienta as práticas educativas para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental necessita retomar as dez competências, que são estas:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2017, p. 9-10).

Ao realizar um exercício confrontativo, encontrar-se-ão todos os elementos elencados, ora nas diferentes Diretrizes Curriculares, ora nos desdobramentos dos componentes curriculares indicados no texto da LDBEN nº 9.394/96 e demais dispositivos legais que alteraram ou acresceram seus artigos, parágrafos ou incisos. Portanto, não há elemento novo colocado nas dez competências. Há trabalho por se fazer no sentido de garantir a organicidade e a sistematicidade que o sistema nacional de educação exige para que se constitua como sistema. O conhecimento das leis e normas é condição necessária para que os eventos pontuais deixem de adentrar os espaços escolares como novidade e acabem ocupando um espaço privilegiado, retirando da função social da escola um tempo precioso de fazer com que o conjunto de saberes socialmente produzidos se efetive como objeto de ensino (tarefa do professor) e consequente objeto de aprendizagem escolar (tarefa do aluno).

O cumprimento dos dispositivos legais é também condição para que a escola possa posicionar-se frente às propostas que recebe para executar tarefas alheias à sua função social direta e devolva às demais instituições as tarefas que elas desejam realizar ou aquilo que lhes é de competência própria para o cumprimento da responsabilidade social, entendida aqui como “uma conduta orientada pela lei, resultando numa opção estratégica da empresa, por motivos relacionados a um desempenho empresarial ótimo e com reflexos sociais, seja ainda em razão dos incentivos fiscais decorrentes desta atuação” (LEWIS, s.d., p. 6). Nesse sentido, um número significativo de ações deve ser desenvolvido pelas empresas e assumido em toda a sua extensão por elas próprias, sem atravessar o cotidiano dos trabalhos escolares, os quais carregam em si as dimensões legal, filosófica, psicológica e pedagógica que se constituem nos argumentos necessários à defesa do tempo e do espaço escolar, como locus privilegiado de acesso aos

conhecimentos essenciais que constituem o acervo histórico, científico e cultural da humanidade, aqueles que se firmaram no tempo como conhecimentos clássicos.

O campo dos pressupostos legais abarca, ainda, a dimensão dos planos, por meio dos quais diretrizes e metas são estabelecidas para um determinado período. Esta 4ª revisão curricular integra a primeira etapa da implementação do Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. O plano reforça as diretrizes previstas na Constituição Federal de 1988, na LDBEN nº 9.394/96 e amplia questões em áreas importantes tais como “o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;” bem como a “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental”, delimitando 20 metas que se desdobram, abrangendo os diferentes níveis, etapas e modalidades da educação nos aspectos políticos, pedagógicos e administrativos. O Paraná, por sua vez, aprovou seu Plano Estadual de Educação, por intermédio da Lei nº 18.492, de 24 de junho de 2015, assim como o município, por força legal, aprovou seu Plano Municipal de Educação. Nesse campo das políticas educacionais, é preciso conhecer, de forma específica, as metas e as respectivas estratégias estabelecidas nos planos Nacional, Estadual e Municipal que afetam direta ou indiretamente a organização do trabalho na secretaria municipal de educação e instituição escolar, de modo que o planejamento local some ao projeto da educação nacional e que os prazos e as metodologias estabelecidos tanto para cumprimento quanto para avaliação do cumprimento das metas e estratégias se efetivem ao longo do percurso com a participação efetiva da sociedade civil.

Quanto ao financiamento, o Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica – FUNDEB -, normatizado pela Lei nº 11.494/2006, destina recursos públicos para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, a Educação de Jovens e Adultos e o Ensino Médio. O acompanhamento efetivo da aplicação dos recursos financeiros aos fins a que se destinam torna-se responsabilidade da sociedade, principalmente por meio da atuação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACCS), no âmbito municipal, e da associação formada por representantes dos diferentes segmentos que integram a comunidade escolar, a qual assume, dentre outras funções, a de acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos de modo que se voltem para os fins sociais da instituição escolar.

Outro aspecto que merece atenção refere-se ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB -, que é formado por um conjunto de indicadores, entre os quais se destaca o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB -, o qual combina informações de fluxo e de desempenho do estudante. Esse indicador tem como objetivo verificar a qualidade da educação no país e redefinir políticas públicas. Os resultados do IDEB são divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e dispõe a nota que cada estado e município deverá atingir até 2020. As informações são coletadas por meio de instrumentos avaliativos aplicados diretamente aos estudantes, e, de dados junto às redes. Essas informações são analisadas e compõem pareceres que têm auxiliado na definição de políticas e programas que visam a enfrentar áreas críticas. Neste momento da 4ª revisão curricular, as informações são de que ocorrerão mudanças na organização do sistema de avaliação, incluindo-se inclusive a avaliação da Educação Infantil.

É certo que as informações produzidas pelos instrumentos de avaliação de larga escala têm como objetivo avaliar o sistema de modo a auxiliar na redefinição de políticas e programas sociais e educacionais que objetivam a melhoria da qualidade dos resultados alcançados. Assim, nenhuma comparação descontextualizada faz ou fará sentido; é preciso empreender esforços na direção de ações que conduzam aos resultados esperados e/ou objetivados nesta proposta. No período de discussão do Plano Municipal de Educação, bem como na reorganização do PPP, as informações fornecidas pela avaliação do sistema são necessárias como elementos que auxiliam no sentido de direcionar decisões. São informações importantes que não podem ser descartadas, mas confrontadas com todos os elementos que constituem o contexto local, interpretadas de modo que produzam encaminhamentos efetivamente político-pedagógicos.

Aos pressupostos legais cabe, ainda, destacar os elementos que articulam exigências quanto à formação inicial e contínua dos profissionais da educação, conforme previsto nos artigos 61 a 67 da LDBEN nº 9.394/96 e Lei nº 12.014, de 2009, Lei nº 13.415, de 2017, Lei nº 12.056, de 2009, Lei nº 12.796, de 2013, Lei nº 13.478, de 2017, Lei nº 11.301, de 2006, observando que compete a análise do Plano de Carreira, Cargos e Salários aprovado por lei municipal, bem como outras legislações que regulamentem as funções dos servidores públicos que desenvolvem funções administrativas e pedagógicas no campo da instituição escolar. Os trabalhadores necessitam receber formação político-pedagógica coerente com os pressupostos que subsidiam essa Proposta Curricular, considerando que atuam no espaço escolar educativo com função social específica.

Nessa relação, encontram-se articuladas a organização e a distribuição do tempo da hora-atividade dos professores e a forma como ela está regulamentada nos dispositivos legais do município.

Ao sinalizar para o fechamento desses pressupostos, ressalta-se o quão importante eles são na orientação permanente das práticas escolares, pois amparam e direcionam no sentido de que a instituição tem uma função social a cumprir, socializando os elementos da cultura tão necessários à emancipação humana. Ler, escrever, calcular, dominar os rudimentos das ciências naturais e sociais são elementos fundamentais para inserir cada um e cada uma no universo letrado da cultura produzida pela humanidade ao longo da sua história. A legislação pode amparar àqueles que, historicamente, estiverem à margem do acesso a uma escola de melhor qualidade. É por meio dela que hoje trilhamos essa busca dos fundamentos legais, de modo a evidenciar que a tarefa dessa instituição social, denominada escola, requer que outras políticas de formação e de valorização dos profissionais da educação, das condições físicas e materiais em que os trabalhos educativos são realizados, dentre outras condições essenciais, também sejam pautas da discussão social mais ampla, incluindo dos gestores públicos.

3.2- ESPECIFICIDADES OFERTADAS NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO - ESCOLA DO CAMPO

A educação tem se constituído como um instrumento relevante na sociedade brasileira e às vezes tem sido definida por concepções de educação que no processo histórico tem enviesado para caminhos de natureza cartesiana, pragmática, reprodutivista, crítica-reprodutivista, ou simplesmente crítica, libertadora, liberal, neoliberal, pós-moderna, enfim, uma educação que se desenvolveu acompanhando a trajetória histórica e trouxe avanços à sociedade brasileira principalmente na área da pesquisa, responsável pela inovação tecnológica também para a zona rural. No campo inovaram: no maquinário, no aumento da produção de grão, nos agrotóxicos, alteração dos genes das sementes para exportação em larga escala. Mas os que têm usufruído desses avanços são pequenos grupos de latifundiários, empresários, banqueiros e políticos nacionais e internacionais. Enquanto a outros é negado o acesso a terra para sobreviver e garantir o sustento de outros brasileiros.

Em relação à educação do campo, é pertinente ressaltar que a concepção de educação que vem sendo empregada pela cultura dominante e elitista, não tem favorecido satisfatoriamente para combater o analfabetismo, elevar a escolaridade dos

sujeitos, sua cultura e seu padrão de vida. Há ainda insatisfação, ocasionada pelo acesso tardio a escola que na maioria das vezes, nas regiões mais pobres do Brasil, são oferecidas sem condições de oportunizar saberes para a criança, o adolescente, os jovens e adultos devido à precariedade de investimentos dessa política pública. Isso representa, sem dúvida, uma das maiores dívidas históricas para com as populações do campo.

A concepção de uma educação a partir do campo e no campo foi formulada em um contexto de problematização de conceitos e ideias até então arraigados na sociedade brasileira, como tem sido o de educação rural. A concepção de Educação do Campo, em substituição à Educação Rural, entende campo e cidade enquanto duas partes de uma única sociedade, que dependem uma da outra e não podem ser tratadas de forma desigual.

A concepção de educação que historicamente pautou as iniciativas educacionais para o meio rural fundamenta-se, principalmente, na categorização urbano/rural, na qual o espaço rural é definido, de acordo com critérios do IBGE, pela sua localização geográfica e a baixa densidade populacional, por um projeto de desenvolvimento centrado nas atividades urbano-industriais, segundo o qual o campo tenderia ao desaparecimento, não sendo pertinente, portanto, o investimento em políticas estruturantes nesse espaço, pela concepção de rural enquanto espaço tipicamente de atividades agrícolas, priorizando o latifúndio.

Por sua vez, a Educação do Campo é compreendida, ao mesmo tempo, como conceito em movimento, enquanto unidade político-epistemológica, que se estrutura e ganha conteúdo no contexto histórico, que se forma e se firma no conjunto das lutas de movimentos sociais camponeses; que se manifesta e transforma nas relações sociais, reivindicando e abrindo espaço para a efetivação do direito à educação, dentro e fora do Estado.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo se diferencia da educação rural, pois é construída por e para os diferentes sujeitos, territórios, práticas sociais e identidades culturais que compõem a diversidade do campo. Ela se apresenta como uma garantia de ampliação das possibilidades de homens e mulheres camponeses criarem e recriarem as condições de existência no campo. Portanto, a educação é uma estratégia importante para a transformação da realidade dos homens e das mulheres do campo, em todas as suas dimensões.

O campo, compreendido a partir do conceito de territorialidade, é o lugar marcado pela diversidade econômica, cultural e étnico-racial. É espaço emancipatório quando associado à construção da democracia e de solidariedade de lutas pelo direito à terra, à educação, à saúde, à organização da produção e pela preservação da vida. Mais do que um perímetro não-urbano, o campo possibilita a relação dos seres humanos com sua própria produção, com os resultados de seu trabalho, com a natureza de onde tira o seu sustento. Se comprometida com a diversidade do trabalho e sua cultura, a educação terá também especificidades que precisam ser incorporadas nos projetos político-pedagógicos. Entendemos, no entanto, que o campo e a cidade são duas partes de um todo, que não podem se isolar, mas, antes de tudo, articulam-se, completam-se e se alimentam mutuamente.

A Educação do Campo, então, se afirma na defesa de um país soberano e independente, vinculado à construção de um projeto de desenvolvimento, no qual a educação é uma das dimensões necessárias para a transformação da sociedade, que se opõe ao modelo de educação rural vigente. Nesse sentido, busca-se desenvolver uma proposta de educação voltada para as necessidades das populações do campo e para a garantia de escolarização de qualidade, tornando-se o centro aglutinador e divulgador da cultura da comunidade e da humanidade.

Cada povo do campo tem sua forma de viver. Ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, seringueiros, agricultores familiares, indígenas se diferenciam entre si devido ao trabalho que realizam e à cultura gerada por suas formas de trabalho. Do mesmo modo se assemelham entre si, pois possuem as mesmas carências, as mesmas limitações econômicas, materiais, humanas e de acesso à cultura. A conquista do acesso universal a todo o conhecimento produzido pela humanidade e a garantia de uma formação que busque novas estratégias educativas e promova o desenvolvimento humano integral é um dos desafios da Educação do Campo.

A Escola do Campo está articulada nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica na Escola do Campo através da CNE/CEB nº. 01 de 03 de abril de 2002, que visam à adequação do projeto escolar do Campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para todas as esferas e modalidades de ensino. Todavia, a lentidão faz com que as políticas de direito não alcancem proporções significativas e se efetivem concretamente na escola do campo de toda sociedade brasileira.

3.3- CONCEPÇÃO DE SUJEITO

Na psicologia histórico-cultural, o homem é apresentado como um ser social, cujo desenvolvimento condiciona-se pela atividade que o vincula à natureza, um ser que a princípio não dispõe de propriedades que lhe assegurem, por si mesmas, as conquistas daquilo que o caracteriza como ser humano. Nas palavras de Leontiev (1978), “[...] tudo o que tem de humano nele provém da sua vida em sociedade, no seio da cultura criada pela humanidade. [...] só apropriando-se delas no decurso da sua vida, ele adquire propriedades e faculdades verdadeiramente humanas” (LEONTIEV, 1978, p. 261).

A correta interpretação dessas premissas implica em presumir que o tempo histórico é determinante na constituição do psiquismo, dessa forma, esse não pode ser reconhecido apenas como um *espaço de duração*, que possibilitaria a maturação das estruturas psíquicas do homem. Segundo Leontiev (1978), o tempo humano deve ser entendido como processo de desenvolvimento do homem e da sociedade, que se efetiva na atividade produtiva, criadora e transformadora, realizada e vivenciada por cada ser humano durante a sua existência.

Nessa compreensão, o desenvolvimento humano apresenta um caráter histórico, visto sintetizar o movimento do mundo, dos homens e das suas relações sociais, conforme discutido por Cantarelli (2014). Essa afirmação requer que se considere que o processo de constituição histórica do gênero humano, aliado ao desenvolvimento pessoal de cada indivíduo, se dá sob a base do trabalho, a atividade vital humana. Com fins de compreensão, nesta seção são retomados os pressupostos filosóficos para se discutir as características históricas/ontológicas de tal atividade, assim como os seus fundamentos centrais e as importantes transformações psíquicas que opera.

Lessa e Tonet (2008), alicerçados em Lukács (1966), explicam que a reprodução social humana difere da reprodução biológica, embora haja uma ineliminável conexão do ser social com sua base biológica. Sendo o homem um ser de natureza social, é premente a necessidade de se entender a prioridade da reprodução material da vida na processualidade social, visto que os homens para poderem existir, devem transformar constantemente a natureza, sem a qual a sua existência e a reprodução da sociedade seriam impossíveis.

Diferente dos animais, o homem age no sentido de produzir os meios de satisfação de suas necessidades mais básicas. É no decorrer das atividades realizadas e concretizadas na vida material e objetiva que o ser humano se apropria da natureza e a

modifica, cria instrumentos e meios de produção, organiza-se em grupo, desenvolve a linguagem.

De acordo com Duarte (1996), nesse processo de suprir as suas necessidades mais básicas, o homem acaba por gerar necessidades de caráter superior, resultando, assim, na construção de objetos materiais e não materiais que vão se constituindo enquanto cultura humana. Esse movimento configura um salto ontológico, na medida em que, se antes, esse ser, por estar fundado biologicamente, agia imediatamente, sem a necessidade de uma consciência mediadora, o SER SOCIAL, ao intervir na natureza, necessita de atos mediadores conscientes para, em geral poder, funcionar, como indicam Cantarelli, Facci e Campos (2017). A transformação da natureza pelo homem implica que a sua ação e seu resultado sejam projetados na consciência antes de serem construídos na prática, e é justamente a capacidade de idear, antes de objetivar que estabelece a diferença do homem em relação à natureza, bem como a evolução humana, conforme evidencia Lessa e Tonet (2008).

Segundo os autores, a prévia-ideação é sempre uma resposta concreta, entre outras possibilidades, a uma necessidade concreta, significando que ela tem um fundamento material último. Ao projetar na consciência o resultado almejado, o indivíduo age objetivamente.

Desse modo, a atividade vital humana é considerada ação material consciente e objetiva, ou seja, é práxis. Martins (2001) salienta que a práxis manifesta-se tanto em sua atividade objetiva, pela qual o homem transforma a natureza, quanto na construção de sua própria subjetividade. Disso decorre a afirmação de que a gênese da categoria trabalho corresponde à gênese de uma nova esfera do ser, a gênese do psiquismo humano.

Dando continuidade à análise, ressalta-se dois aspectos fundamentais no processo de constituição da humanidade que surgem a partir do trabalho e que contribuem para o entendimento do desenvolvimento humano dentro dessa perspectiva teórica e as suas implicações educativas: a edificação das relações sociais e a constituição da linguagem.

De acordo com Duarte (1996), a atividade humana, desde o seu início, é realizada de forma coletiva. Isso significa que, além da produção de instrumentos, ocorre, também, a edificação de relações sociais em função das diferentes necessidades de organização dos indivíduos dentro das atividades necessárias à manutenção de suas vidas. Ao se realizar uma atividade que apresenta como uma de suas características, o fato de se dar

de forma coletiva, emerge a necessidade de comunicação entre os indivíduos que a realizam, tendo em vista a execução bem sucedida de tal atividade e a conseqüente satisfação das necessidades que a incitaram. Sob o amparo da atividade especificamente humana, ocorre o desenvolvimento da linguagem.

O autor explicita que, como resultados dessa interação ativa do ser humano com a realidade, tanto a construção dos instrumentos quanto o desenvolvimento da comunicação e as relações sociais estabelecidas vão assumindo uma existência objetiva, independente (uma dimensão genérica). A esse processo dá-se o nome de “objetivação”, na qual a atividade humana engendra produtos materiais e imateriais, carregados de significados sociais referentes à própria atividade humana, produtos que serão apropriados e objetivados por outros indivíduos, possibilitando a constituição de suas faculdades especificamente humanas. Esses objetos tornam-se objetos culturais, ganhando uma função específica e fundamental dentro do desenvolvimento histórico e social da humanidade.

Com intuito de uma maior compreensão, retoma-se que os atos humanos (material/intelectual), por seus importantes resultados, são guardados e acumulados na “consciência comunitária” em uma forma de “hereditariedade social” dos saberes adquiridos, para serem transmitidos. Assim, como explicita Leontiev (1978), cada geração começa a sua vida em um mundo de objetos e de fenômenos criados pelas gerações precedentes. Ela apropria-se das riquezas desse mundo, participando no trabalho, na produção e nas diversas formas de atividade social, desenvolvendo as aptidões especificamente humanas cristalizadas e encarnadas nesse mundo.

Duarte (1996) demarca que as características do gênero humano não são transmitidas pela herança genética, porque não se acumulam no organismo humano. As características foram criadas e desenvolvidas ao longo do processo histórico, por meio do processo de objetivação, gerado a partir da apropriação da natureza pelo homem. Como afirma Leontiev (1978), “O que a natureza lhe dá (ser humano) quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana” (LEONTIEV, 1978, p. 267).

3.4- CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

Vimos que a sociedade sofre transformações assim como a educação, de forma que ao retomar a linha histórica, consegue-se identificar a trajetória da educação no cenário brasileiro e qual trajeto da educação rural vem se construindo nesse processo.

A partir de 1930, a concepção de educação do campo se configura em um conjunto de políticas com definições elaboradas para este atendimento. No histórico da legalidade educacional, um dos primeiros tratamentos de maior abrangência ocorreu na Constituição de 1934, quando os Pioneiros da Escola Nova que representaram uma nova relação de forças oriundas pelo conjunto de insatisfações de setores intelectuais, cafeicultores, classe média e até massas populares urbanas se instalaram na sociedade solicitando reformas educacionais.

Mas, evidentemente, as populações do campo têm procurado resistir a certas situações de dominação, através de lutas organizadas em movimentos sociais que, ao longo do século XX tem fortalecido os trabalhadores, provocando ações que obrigam os governos brasileiros a implementar alguns anseios dos trabalhadores do campo dentro do cenário das políticas públicas.

Os trabalhadores com terra, pequenos agricultores, também retomaram suas lutas, percebendo a necessidade de resistir na terra para sobreviver à política agrícola das últimas décadas. A agricultura familiar foi marginalizada pelo governo, na medida em que este priorizou a agricultura capitalista (patronal) baseada na monocultura para exportação (KOLLIN; 1999, p. 32).

Essa experiência de organização tem se efetivado através das práticas de formação política e educativa desenvolvida dentro dos movimentos, tornando esses sujeitos sociais, conscientes de seus direitos, oportunizando intervenções na realidade em dimensões diversificadas pela forma consciente de observar, interpretar, reinterpretar e agir frente à realidade cotidiana. No contexto da organização, os trabalhadores compreendem que a escola do campo se distancia, não somente por não conter nas abordagens curriculares conhecimentos propícios à realidade destes sujeitos sociais, como também, as políticas de direitos adquiridos pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes da Educação Nacional de 1996, não têm se materializado em práticas pedagógicas exercidas pelos os professores da educação do campo, nem por parte dos gestores municipais.

A nova LDB regulamenta o ensino escolar, amplia seu sentido de abrangência considerando que a educação está relacionada ao mundo do trabalho e à prática escolar. No capítulo II, artigo 28 trata sobre a legitimação da educação do campo que: permite a adaptação à educação básica às peculiaridades da zona rural e de cada região, tendo especificamente: conteúdos curriculares e metodologia apropriada às necessidades reais e interesses e condições climáticas; adequação à natureza do trabalho (DORNAS; 1997).

Assim, pode-se dizer que a educação, enquanto direito fundamental, foi ao longo dos anos, negligenciada às classes mais pobres da população brasileira. E em decorrência disso, realizaram-se lutas, organizadas em todo país, para que se efetivassem direitos constitucionais que garantisse uma educação que atendesse os excluídos. É óbvio que transformar anseios, historicamente negados em legislação, representa, sem sombra de dúvidas, um avanço, uma conquista relevante, mas, enquanto isso não se materializar em políticas de ações concretas desenvolvidas nos municípios de todo país, tais medidas não passarão de um amontoado de palavras "boas e bonitas", presente na Constituição de 1988 e na legislação da educação brasileira.

3.5- CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

Sendo assim, quando destaca-se que a educação é a forma como a sociedade prepara o homem para viver nela mesma, não se quer dizer que ela deva se limitar a adaptar e a adequar os alunos à sociedade. Ao contrário, cabe à escola contribuir para desmistificar as contradições sociais de modo a superar a alienação e, quiçá, contribuir para superação da divisão da sociedade em classes e a emancipação humana.

3.6- CONCEPÇÃO DE PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Em seus escritos, Leontiev (1978) ressalta que, como unidade dialética, a objetivação da cultura humana se dá sempre com relação à apropriação, pelos indivíduos, de tais objetivações. Para entender esse processo, é importante destacar algumas características. A primeira delas é que, "Para se apropriar dos objetos ou dos fenômenos que são o produto do desenvolvimento histórico, é necessário desenvolver em relação a eles uma atividade que reproduza, pela sua forma, os traços essenciais da atividade encarnada, acumulada no objeto" (LEONTIEV, 1978, p. 268). É nessa relação ativa que as características dos objetos e dos fenômenos começam a fazer parte da individualidade

humana. Outra característica a ser considerada no tocante ao processo de apropriação, é que esse nunca se dá de modo isolado, em uma simples aquisição individual, isolada e espontânea pelos indivíduos, das objetivações materiais e imateriais presentes na cultura humana. De acordo com Leontiev (1978), “Para que essas objetivações tornem-se suas próprias aptidões a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através de outros homens, isto é, num processo de comunicação com eles. Tal processo, portanto, deve ser considerado enquanto um processo educativo” (LEONTIEV, 1978, p. 272). Em outras palavras, o processo de apropriação é mediado e subjugado ao ensino, mediatizado por outros seres humanos conforme reafirma Martins (2016) em seus estudos.

Como terceira característica, destaca-se que o processo de apropriação pelos indivíduos das objetivações culturais humanas é responsável pelo desenvolvimento das funções psíquicas superiores. Ou seja, as funções psíquicas de caráter superior (especificamente humanas) se apresentam como resultado do processo de objetivação dos indivíduos por meio das apropriações vivenciadas a partir da mediação das relações sociais, da linguagem (signos)³⁴ e da atividade especificamente humana. Resultam das transformações condicionadas pela atividade que sustenta a relação do indivíduo com seu entorno físico e social, assim como argumenta Martins (2016).

Sintetizando o processo de apropriação/objetivação, conceitualmente pode-se dizer que Vigotski (1984), ao afirmar pioneiramente a natureza social do psiquismo, propôs a indissolúvel unidade entre atividade individual externa e interna. Alicerçada no autor, Martins (2001) explicita que a atividade individual externa, ou social, desenvolve-se na base de processos coletivos ou intersíquicos, a partir dos quais deriva a atividade individual ou os processos intrapsíquicos. Assim sendo, o desenvolvimento é resultado de uma longa série de eventos nos quais, continuamente, os processos externos vão se firmando como processos internos e vice-versa.

A dinâmica do movimento no qual os processos intersíquicos transmutam-se em processos intrapsíquicos foi denominada por Vigotski (1984) de internalização. Essa, por sua vez, ocorre por meio da apropriação de signos, graças aos quais o homem pode criar modelos mentais (ideias) dos objetos da realidade, atuando com e a partir deles, no planejamento e na coordenação da própria atividade. Como a internalização não é um processo mecânico, apenas a aprendizagem possibilita a reconfiguração de um dado externo como interno.

De acordo com Martins (2010), sobre a base das internalizações estruturam-se as funções psicológicas³⁵ tipicamente humanas (superiores), isto é, a percepção, a memória, a linguagem, o pensamento, a emoção/sentimento, o raciocínio, a imaginação. Todos esses processos se formam nos diversos tipos de atividades vividas pelo indivíduo, e pelas quais ele se apropria da vasta experiência social, convertendo os objetivos externos (objetivações) em dados constituintes de sua subjetividade (apropriação). Leontiev (1978) assinala que o processo de desenvolvimento humano, no qual o homem produz e reproduz a cultura humana a partir de sua atividade, se dá de forma gradativa, durante todo o decorrer de sua vida, sendo que em cada período de desenvolvimento há a dominância de uma determinada atividade que representa o modo pelo qual o indivíduo se relaciona com o mundo, tendo em vista suprir suas necessidades. A essas atividades denominou de atividades principais³⁶ ou dominantes. Segundo Leontiev (2006), para que uma atividade seja considerada a principal em determinado período de desenvolvimento, ela precisa apresentar três atributos fundamentais:

1. Ela é a atividade em cuja forma surgem outros tipos de atividade e dentro da qual eles são diferenciados. [...] 2. A atividade principal é aquela na qual processos psíquicos particulares tomam forma ou são reorganizados. Os processos infantis da imaginação ativa, por exemplo, são inicialmente moldados no brinquedo e os processos de pensamento abstrato, nos estudos. 3. A atividade principal é a atividade da qual dependem, de forma íntima, as principais mudanças psicológicas na personalidade infantil, observadas em um certo período de desenvolvimento. (LEONTIEV, 2006, p. 64).

É por meio dessas atividades consideradas principais/dominantes, portanto, que as crianças se relacionam com o mundo, produzindo e reproduzindo as condições necessárias à constituição de sua individualidade, acarretando, assim, em cada período de seu desenvolvimento singular, na criação de necessidades específicas em termos psíquicos (FACCI, 2006). Para entender a periodização do desenvolvimento infantil e as atividades principais que guiam cada período tem-se respaldo nos estudos de Facci (2006). A comunicação emocional se constitui pela relação emocional direta dos bebês com os adultos, sendo base para a formação de ações sensório-motoras de manipulação. Facci (2006) afirma que envolve a “assimilação de tarefas e motivos da atividade humana e normas de relacionamento que as pessoas estabelecem durante suas relações, como o choro, por exemplo” (FACCI, 2006, p. 13).

Na atividade objetal manipulatória - primeira infância -, a comunicação emocional dá lugar a uma colaboração prática por intermédio da linguagem, considerando que as aquisições do primeiro ano de vida da criança são fundamentais para a relação destas com o meio e com suas atividades: a marcha e a aquisição da linguagem. De acordo com a autora, “a atividade principal passa a ser a objetal-instrumental, na qual tem lugar a assimilação dos procedimentos elaborados socialmente [...] com os objetos e, para que ocorra essa assimilação, é necessário que os adultos mostrem essas ações às crianças” (FACCI, 2006, p. 14). As ações das crianças com os objetos e seus modos de uso têm uma implicação social, sendo os adultos responsáveis por transmitir a história e a função de cada objeto à criança. A relação com os objetos é fundamental para que se possa desenvolver o jogo protagonizado ou brincadeira de papéis sociais que constitui o próximo período do desenvolvimento.

No jogo de papéis sociais, as brincadeiras não são instintivas, o que determina o seu conteúdo é a percepção que a criança tem do mundo. Facci (2006), com base em Elkonin, afirma que o jogo permite que “a criança modele as relações entre as pessoas. O jogo é influenciado pelas atividades humanas e pelas relações entre as pessoas e o conteúdo fundamental é o homem” (FACCI, 2006, p.15). Nesse sentido, o jogo tem grande influência no desenvolvimento psíquico da criança e na formação de sua personalidade.

A evolução do jogo prepara para um novo período, em que a atividade principal passa a ser o estudo. Para a autora supracitada, o ensino escolar deve “introduzir os educandos na atividade do estudo de forma que se aproprie dos conhecimentos científicos”. Sobre as bases do estudo surgem a “consciência e o pensamento teórico e se desenvolvem, entre outras funções, as capacidades de reflexão, análise e planificação mental” (FACCI, 2006, p. 16)

A comunicação íntima pessoal é uma atividade marcada pela posição que o jovem ocupa diante das questões que a realidade impõe. Ocorre nesse período um importante avanço no desenvolvimento intelectual, formando-se os conceitos, os quais possibilitam a formação da consciência social e do conhecimento da ciência, da arte, das diversas esferas da vida cultural e do pensamento abstrato.

A próxima etapa refere-se à atividade profissional/de estudo em que o jovem começa a ocupar um novo lugar na sociedade por meio da sua inserção no trabalho e no aprofundamento dos estudos. De acordo com Facci (2006), “na idade escolar avançada a atividade de estudo passa a ser utilizada como meio para a orientação e preparação

profissional, ocorrendo o domínio dos meios de atividade de estudo autônomo, com uma atividade cognoscitiva e investigativa criadora” (FACCI, 2006, p.17).

Elkonin (2009) ressalta que cada momento do desenvolvimento consiste em dois períodos ligados entre si. Inicia-se com o período em que predomina a assimilação dos objetos, dos motivos e das normas da atividade. Essa etapa prepara para a passagem ao segundo período, em que ocorre a assimilação dos procedimentos de ação com o objeto e a formação de possibilidades técnicas e operacionais.

Os estudos de Facci (2006), fundamentados em Elkonin e Vigotski, contribuem para entender que o ser humano está em constante processo de desenvolvimento. A atividade dominante, portanto, é, pelo mecanismo da apropriação, aquela cujo desenvolvimento condiciona as principais mudanças nos processos psíquicos da criança, possibilitando a superação das funções elementares na constituição das funções psíquicas superiores, bem como na sua personalidade em um dado período do seu desenvolvimento, conforme evidencia Cantarelli (2014), ao discutir a atividade e a formação da personalidade. Essas estão especificamente associadas a uma classe particular de impressões psíquicas: as emoções e os sentimentos, a seguir consideradas. Com relação às emoções, Leontiev (1969) ressalta que:

[...] são as vivências afetivas mais simples relacionadas com a satisfação ou a insatisfação das necessidades orgânicas, como, por exemplo, a necessidade de comida [...]. Também se incluem dentro das emoções, as reações afetivas relacionadas com a sensação. Umas cores, sons, odores e etc. são agradáveis, enquanto outras, pelo contrário, são desagradáveis. Esta reação afetiva é o tono emocional das sensações. Tais sensações têm grande importância na vida do homem, já que este correntemente reage ante os objetos e fenômenos em seu conjunto e não somente ante as qualidades isoladas deles. (LEONTIEV, 1969, p. 358).

Alicerçada em Leontiev, Cantarelli (2014) explicita que as emoções não são específicas dos seres humanos, e as de caráter mais simples são encontradas também nos animais. Todavia, as emoções humanas, incluindo as mais elementares, diferenciam-se fundamentalmente das emoções dos animais porque são as de um ser social. O homem satisfaz as suas necessidades, incluindo as mais elementares, de acordo com as exigências sociais. Isso significa que os estados emocionais do homem têm uma história de desenvolvimento, visto que, em decorrência da complexificação da atividade humana, essas foram se tornando cada vez mais especializadas, diferenciando-se e constituindo os sentimentos.

Os sentimentos, ao contrário das emoções, estão relacionados às necessidades que apareceram com o desenvolvimento histórico da humanidade, quais sejam, as necessidades morais, estéticas e intelectuais, e são denominados de sentimentos superiores. Para Leontiev (1969), “A aparição dos sentimentos depende das condições em que vive o homem e, sobretudo, das necessidades ligadas às relações entre as pessoas; a necessidade de ter relações sociais, de cumprir as exigências da sociedade, etc. Os sentimentos estão ligados inseparavelmente das necessidades culturais ou espirituais” (LEONTIEV, 1969 p. 359).

O pesquisador assinala que as necessidades estimulam a atividade e a dirigem, e só cumprem essa função se sua raiz estiver fincada na realidade, constituindo-se como necessidades objetivas, construídas no bojo das relações sociais e no contato com os objetos produzidos pela cultura. Para o autor, também os sentimentos humanos devem ser entendidos nessa perspectiva, questão importante que se insere na educação, principalmente quando se considera que trabalho educativo e seus desdobramentos são constituintes da subjetividade humana.

As assertivas anteriores nos impulsionam a considerar os conteúdos internos que são gestados na e pela atividade principal da criança e que lançam desafios sobre todas as suas funções psíquicas, visto que o desenvolvimento desses conteúdos encontra-se vinculado às atividades que lhe são proporcionadas e disponibilizadas pela educação.

Segundo Martins (2010), por essa via, a criança vai individualizando as habilidades psicointelectivas e afetivas condensadas nos produtos da cultura humana, sejam elas referentes ao manuseio de instrumentos, ao universo de significações ou às normas de comportamento próprias às funções sociais desempenhadas pelos indivíduos, conferindo unidade ao seu comportamento.

Ressalta-se que, embora os períodos de desenvolvimento tenham um lugar determinado no tempo, os seus limites dependem do seu conteúdo. Pode haver, dessa forma, diferentes períodos em uma mesma idade, visto que são as condições históricas (conteúdos) que determinam qual atividade se torna dominante para a criança em dado momento do seu desenvolvimento, conforme argumenta Cantarelli (2014). Nesse sentido, as situações de desenvolvimento não são sempre as mesmas para um dado indivíduo ou para diferentes indivíduos representantes de classes sociais desiguais, o que reafirma a importância de uma educação escolar de qualidade.

Tendo como unidade de análise a atividade humana, foram apresentados os princípios básicos orientadores do desenvolvimento numa perspectiva Histórico-Cultural.

Salienta-se que Vigotski e seus colaboradores identificam o desenvolvimento do psiquismo humano com a formação das funções psíquicas superiores, apontando que nem toda atividade promove o desenvolvimento, assim como não são quaisquer ações e conteúdos que corroboram para a formação dos comportamentos complexos, ancorados nos processos funcionais superiores, questões essas ampliadas por Martins (2013). Nesse sentido, o desenvolvimento psíquico demanda ações educativas intencionalmente orientadas para esse fim, por meio de um ensino sistematicamente orientado à transmissão dos conceitos científicos.

Com intuito de uma melhor reflexão acerca das implicações pedagógicas decorrentes dessas afirmações, discute-se na sequência o papel da linguagem e do pensamento na formação de conceitos e o desenvolvimento qualitativo do psiquismo humano. A interação do sujeito com o social, inicialmente, é mediada pelo uso de instrumentos, e passa, gradativamente, a ser mediada pelo uso de signos. Essa transposição do concreto ao abstrato é um passo significativo no desenvolvimento humano porque possibilita ao sujeito a utilização do pensamento como estratégia/meio para a apropriação do conhecimento e para a troca de experiências. A compreensão de que os objetos podem representar ou assumir outro significado e outro sentido é um momento importante para o processo de desenvolvimento humano. O pensamento, mediado pelo uso de signos, que são elementos que representam ou expressam objetos, eventos e situações, é fator fundamental para o desenvolvimento dos conceitos que se iniciam na infância e que se efetivam ao longo da vida.

Cabe ressaltar que a elaboração conceitual é constituída por um processo que vai da agregação de ideias desordenadas do pensamento até a sua elaboração conceitual, ou seja, a abstração. Em todo o processo de desenvolvimento de conceitos, a interação verbal com outras pessoas possibilita à criança exercitar o pensamento. Vigotski (1989) afirma que o desenvolvimento da linguagem assume importância na interação criança-criança, criança-adulto, aluno-professor. E com relação aos conceitos, o referido autor destaca que um conceito se forma “mediante uma operação intelectual em que todas as funções psíquicas participam de uma combinação específica. Essa operação é dirigida pelo uso das palavras como meio para centrar ativamente a atenção, abstrair determinados traços, sintetizá-los por meio de um signo” (VIGOTSKI, 1991, p. 79).

Linguagem e pensamento tornam-se os elos de um processo que promove o desenvolvimento das funções tipicamente humanas, que se revelam, em especial, na capacidade de memorizar, de abstrair, de raciocinar logicamente, de prestar atenção

intencionalmente, de comparar e de diferenciar. Essas funções se apoiam cada vez mais na própria linguagem, desvinculando-se da referência aos objetos concretos imediatos. E, à medida que a criança vai tomando consciência das operações mentais que realiza, classificando-as como sendo lembrança ou imaginação, por exemplo, torna-se capaz de dominá-las.

Em outras palavras, a apropriação de um sistema linguístico reorganiza todos os processos mentais infantis. Nesse desenvolvimento, a linguagem opera na estrutura original, considerada elementar. A complexificação da estrutura se dá pela diferenciação e especialização dos seus elementos constitutivos (funções), determinando novas formas de correlação entre si, ou, nexos internos, na constituição de um “sistema psíquico consciente”.

Vigotski (2001) assinala que o significado da palavra, que em seu aspecto psicológico é uma generalização, constitui um ato de pensamento assim explicado:

[...] constitui um ato de pensamento, no estrito sentido do termo. Mas, ao mesmo tempo, o significado é parte integrante da palavra, pertence ao domínio da linguagem em igual medida que ao pensamento. Sem significado a palavra não o é, mas sim, um som vazio, deixando de pertencer ao domínio da linguagem. Em sua natureza, o significado pode ser considerado igualmente como um fenômeno da linguagem e do pensamento. Não cabe dizer do significado da palavra o que dizíamos antes com respeito aos seus elementos tomados em separado. O que é linguagem ou pensamento? É um e o outro ao mesmo tempo, porque se trata de uma unidade de pensamento linguístico [...]. (VIGOTSKI, 2001, p. 21).

Buscando compreender um pouco mais esses processos, reitera-se que a intervinculação entre pensamento e linguagem é atribuída à necessidade do intercâmbio com os indivíduos e à relação interpessoal, a qual interfere diretamente na formação do pensamento verbal. A relação entre a fala externa/verbalizada e o pensamento modifica-se ao longo do desenvolvimento da criança. Até por volta dos três anos, a fala acompanha frequentemente o comportamento infantil. A partir de então, gradativamente, dependendo das experiências e das mediações, as crianças já são capazes de antecipar o que irão fazer. Disso decorre que a fala passa a desempenhar funções que são características do pensamento complexo, a de planejar a ação e guiar as atividades humanas, bem como a reelaboração do conhecimento adquirido.

O pensamento, a oralidade, o brincar, os gestos, as brincadeiras, o faz de conta, o jogo e o desenho contribuem para a apropriação da linguagem escrita e das outras linguagens. Conseqüentemente, unem funções psíquicas em novas combinações que, ao se complexificarem, possibilitam a apropriação do sentido e do significado que cada objeto contém.

Como já assinalado, a significação imbrica pensamento e linguagem, mas também razão e afeto. Segundo Martins(2013),

Todo e qualquer sentimento carrega consigo um complexo sistema de ideias por meio dos quais possa se expressar. Portanto, tal como não há ideia sem pensamento não há, igualmente, ideia alheia à relação da pessoa com a realidade. Da mesma forma, não há relação com a realidade que possa ser independente das formas pelas quais ela afeta a pessoa. Assim, toda ideia, diga-se de passagem, conteúdo do pensamento, contém a atividade afetiva do indivíduo em face da realidade que representa. (MARTINS, 2013, p. 57).

Vigotski (1989) explica o desenvolvimento como um processo de internalização de modos culturais de pensar e de agir. Embora aponte diferenças entre aprendizagem e desenvolvimento como dois processos distintos, os considera interdependentes desde o primeiro dia da vida da criança. A aprendizagem suscita e impulsiona o desenvolvimento, e esse realiza a mesma ação com relação àquela.

A investigação sobre o sentido da interação contribuiu para o entendimento da relação entre aprendizagem e desenvolvimento, que pode ser explicitado pelos conceitos de níveis de desenvolvimento³⁹: nível de desenvolvimento real (NDR), nível de desenvolvimento proximal (NDP), ou zona de desenvolvimento iminente (ZDI).

O nível de desenvolvimento real revela as funções que já se desenvolveram na criança e que possibilitam a resolução de problemas, individualmente. Refere-se àquilo que a criança, o jovem ou o adulto sabe. O nível de desenvolvimento proximal ou iminente é para Vigotski (1989, p. 97) “determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes”. Refere-se àquilo que a criança, jovem ou adulto sabe com a ajuda de alguém. Segundo o autor (1989, p.102), “os processos de desenvolvimento não coincidem com os processos de aprendizado. Ou melhor, o processo de desenvolvimento progride de forma mais lenta e atrás do processo de aprendizado; desta sequenciação resultam, então, as zonas de desenvolvimento proximal”, esse entendimento explicita a relevância da função pedagógica.

Para o autor,

[...] o aprendizado orientado para os níveis de desenvolvimento que já foram atingidos é ineficaz do ponto de vista do desenvolvimento global da criança. Ele não se dirige para um novo estágio do processo de desenvolvimento, mas, ao invés disso, vai a reboque desse processo. Assim, a noção de zona de desenvolvimento proximal capacita-nos a propor uma nova fórmula, a de que o “bom aprendizado” é somente aquele que se adianta ao desenvolvimento. (VIGOTSKI, 1989, p. 100).

É pelo trabalho educativo que o professor assume um papel decisivo e organizativo junto ao desenvolvimento infantil, e da qualidade dessa interferência dependerá a qualidade do desenvolvimento. Por essas razões, os processos de educação e ensino, promotores das complexas aprendizagens humanas, assumem enorme importância na psicologia histórico-cultural. Logo, Vigotski (2001) afirma que,

[...] a aprendizagem não é, em si mesma, desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem aprendizagem. Por isso, a aprendizagem é um momento intrinsecamente necessário e universal para que se desenvolvam na criança essas características humanas não naturais, mas formadas historicamente. (VIGOTSKI, 2001, p. 115).

Segundo Martins, Abrantes e Facci (2016), Vigotski, ao afirmar o papel dos signos na transformação qualitativa do psiquismo e que esses precisam ser transmitidos, apresentou o ensino como condição fundante do desenvolvimento. Contudo, é necessário um trabalho educativo comprometido com a promoção do máximo desenvolvimento do indivíduo e um sistema educativo que, de acordo com os autores,

[...] tenha possibilidades concretas de produzir uma pessoa de pensamentos, com autonomia intelectual para analisar a realidade valendo-se de instrumentos conceituais em suas formas mais elaboradas; uma pessoa de sentimentos, que se forme sensível ao conjunto dos seres humanos e que possua senso de justiça, revoltando-se contra arbitrariedades que se pratique contra qualquer membro do gênero humano. Que culmine na produção de uma pessoa da práxis, que compreenda as contradições sociais existentes no processo de produção e reprodução da sociedade, que se engaje na luta pela implementação de uma sociedade livre da dominação e opressão. (MARTINS; ABRANTES; FACCI, 2016, p. 3-4, grifos dos autores).

Preparar a pessoa para atuar na sociedade de forma consciente, crítica e justa, valorizando o ambiente em que vive e instrumentalizando para utilizar de maneira consciente os recursos ambientais e culturais.

Considerando tal reflexão, pode-se afirmar que o processo educacional da escola é amplo, exigindo uma construção na formação em sua totalidade a qual contribuirá para um agir pedagógico, como instrumento do processo educacional, que tem como prioridade o aprendizado científico do educando. Assegurando a flexibilidade de um processo que esteja voltada para a realidade do ser humano no tempo e espaço condizente a sua diversidade, como espaço de igualdade e justiça.

Os profissionais do ambiente escolar deverão estar comprometidos, focados e direcionando os seus esforços para envolver os alunos em experiências efetivas de promoção de aprendizagem, formação pessoal e social do educando.

3.7- CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

No que se referem à avaliação, nos apropriamos do conceito de Luckesi (1995, p. 33) que define avaliação como “[...] um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão”. Sendo assim, de acordo com Zanardini (2011), avaliar seria posicionar-se frente ao objeto que é avaliado, visto que quando fazemos um juízo de valor encerramos uma afirmação qualitativa a respeito do que é avaliado tendo base critérios previamente estabelecidos. Avaliar, diferentemente de verificar, requer um posicionamento que não é indiferente a realidade encontrada, englobando, além do julgamento, a tomada de decisão (Luckesi, 1995; Zanardini, 2011).

Desta forma, acreditamos, assim como os autores destacados aqui, que ao avaliar algo nos cabe a reflexão acerca da ação a ser tomada diante dos resultados encontrados.

E, na lógica até aqui apresentada, não cabe enfatizar nenhuma concepção de avaliação que a trate de forma distinta ou separada de todo o percurso. Situada no campo das ações de controle e avaliação, nos e dos processos de ensino e aprendizagem, a avaliação contribui para que os fins a atingir se efetivem. Ela se reveste implícita no processo educativo com vários atributos: diagnóstica, investigativa, processual, reflexiva, formativa e qualitativa. Diagnóstica e investigativa porque é um processo de reflexão e investigação sistemática, com registros objetivos que permitem analisar e caracterizar o processo educativo, tanto com relação à apropriação do aluno quanto com relação às ações articuladas para que essa apropriação aconteça. É formativa porque permite a realimentação do processo e, assim, o acompanhamento permanente.

Ademais, não basta apenas diagnosticar; é preciso encaminhar ações que permitam a adequação dos procedimentos utilizados para a consolidação dos objetivos e, conseqüentemente, para a apropriação dos conhecimentos. Há que se compreender que os registros são provisórios e que ela se tornará qualitativa e contínua se os dados registrados forem pautados no pressuposto de analisar a consolidação dos objetivos confrontados permanentemente, expressando a qualidade do processo, e não de um determinado momento desse.

Segundo Janssen (2004), “à razão de ser da avaliação está em acompanhar, interativa e regulativamente, se os objetivos pedagógicos estão sendo atingidos. Os processos avaliativos visam aproximar as formas de planejar, de ensinar, de aprender e também de avaliar através da coleta de maior número possível de informações que sejam relevantes para a melhoria da qualidade social do trabalho pedagógico” (JANSSEN, 2004, p. 58). Não se pode perder de vista que toda produção do aluno, inclusive o erro, é uma fonte de informação importante sobre o processo de ensino e de aprendizagem, servindo de ponto de reflexão para a retomada das ações de ensino que se apresentarem como necessárias a fim de garantir as aprendizagens objetivadas.

Considerando-se que é a partir de mediações significativas que se criam novas possibilidades de aprendizagem e de desenvolvimento, as quais, por sua vez, exigirão novas mediações, não se pode: a) deter-se em coletar informações sobre momentos específicos da aprendizagem dos alunos; e b) considerar momentos pontuais como a referência maior para análise de um percurso de aprendizagem e desenvolvimento, os quais se revelam sempre em processo. Nas escolas, segundo Rego (2001), costuma-se avaliar o aluno somente no nível de desenvolvimento real, ou seja, avalia-se aquilo que ele sabe no momento em que o instrumento avaliativo é aplicado, que se revela por meio do que ele é capaz de fazer, sem colaboração de outros, como sendo o representativo de seu desenvolvimento.

Nas reflexões sobre a avaliação, entendida como processo que serve para avaliar o ensino e a aprendizagem, defende-se que os resultados devem servir de suporte para reavaliar percursos de ensino e de aprendizagem, incluindo as diferentes situações que incidem na organização das salas de aula e dos demais espaços educativos da instituição escolar, abarcando inclusive as diferenças para que não se constituam em desigualdades. Há que se considerar a inclusão social e educacional, aspectos que exigem a flexibilização curricular, quer seja com relação ao tempo, à forma, ao conteúdo, ao ensino e aos instrumentos e critérios de avaliação, sem que ocorra a banalização/esvaziamento do conteúdo/conhecimento.

Ao tratar das ações de avaliação, é importante refletir sobre os instrumentos que poderão ser utilizados na relação com o núcleo conceitual das áreas do conhecimento de modo que assegurem situações de análise, de interpretação, de síntese, de memorização de informações e de conceitos relevantes, de reflexão, de aplicação de conhecimentos, dentre outros aspectos. Os instrumentos, quando bem elaborados, podem contribuir para a necessária e coerente interpretação das informações contidas nas atividades avaliativas

de modo que, professor e aluno, tomem consciência das suas trajetórias de ensino e de aprendizagem, na relação com o núcleo conceitual a ser apropriado pelos alunos como resultado das atividades desenvolvidas. Assim, criar estratégias próprias de aprendizagem, construindo ações mais autônomas, no sentido da emancipação intelectual e da construção da autocrítica, por parte de todos os envolvidos, passa a ser uma ação consequente/resultante do processo de avaliação.

A reflexão crítica sobre o ensino e a aprendizagem, realizadas por parte de todos os envolvidos no processo, aponta para o redimensionamento de práticas pedagógicas que legitimam a função social da instituição escolar como espaço privilegiado de socialização do conhecimento científico e, consequente, do desenvolvimento do pensamento teórico, por intermédio de atos intencionais de ensino e de aprendizagem, os quais legitimam a manutenção da instituição social escola.

É preciso ampliar o debate sobre aprovação, reprovação, ciclo e/ou contínuos de modo a superar seus limites operacionais e legais, uma vez que, a não retenção é uma ação pedagógica significativa, quando acompanhada de atos de ensino que priorizem à efetiva aprendizagem. O processo educativo, ao ser metodicamente planejado e avaliado, precisa garantir a consolidação de objetivos, contribuindo para que se estabeleçam relações que instiguem o espírito investigador e que ampliem a exigência com relação ao domínio do conhecimento historicamente acumulado.

Ao tratar da avaliação do processo educativo, não se pode desconsiderar as ações de autoavaliação, por intermédio da previsão da avaliação institucional, a partir da análise dos resultados alcançados nas diferentes práticas desenvolvidas, bem como a análise dos resultados alcançados nas avaliações realizadas pelo sistema educacional. Diferentemente de confrontar índices estatísticos, as ações de controle e autoavaliação aqui concebidas abarcam exercícios de autorreflexão mediatizados pelas concepções que fundamentam essa PPC e rompem com práticas competitivas, visando a retornar ao que está concebido e proposto na relação direta com o que se tem alcançado, mediante as condições existentes, com vistas a reorganizar procedimentos sempre que necessário, bem como fortalecer as ações que alcançam bons resultados. A defesa é a de que cabe à escola cumprir seu papel, possibilitando o acesso ao conjunto de conhecimentos produzidos pela humanidade por meio do efetivo trabalho escolar, da investigação e da reflexão.

Defende-se, neste documento, o exposto nas diretrizes curriculares, bem como nos acordos internacionais firmados em prol dos interesses da humanidade, os quais apontam

para a formação de sujeitos que apresentem domínios nas diferentes áreas do conhecimento, tenham desenvoltura linguística, de raciocínio e criatividade, para que possam resolver situações diferenciadas, para que valorizem a diversidade cultural, para que cuidem da saúde física e emocional; para que se preocupem com o meio ambiente e com o planeta, para que utilizem diferentes linguagens, incluindo a digital para se comunicar e se expressar, e, sobretudo, para que respeitem o diferente, o diverso, valorizem o humano em si e no outro, de modo a melhorar os espaços de convivência. Entende-se que, por ser viável a construção das relações sociais indicadas nos documentos legais e orientadores das práticas formativas, agregada à difusão desses princípios, faz-se necessária a transformação nas relações de produção material da existência humana. Contudo, não compete aguardar mudanças na base material, é necessário que a instituição atue no campo daquilo que lhe é próprio, ou seja, a socialização dos conhecimentos científicos e culturais produzidos pela humanidade.

3.8 CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

A infância é uma construção social marcada por valores, representações em diferentes momentos históricos e nas políticas sociais. Ser criança e viver a infância são direitos conquistados e preservados na família, na escola e na comunidade. Com isso devemos ver as crianças como sujeitos sociais, onde a concepção do campo valoriza os conhecimentos práticos sociais, do trabalho no campo, enfatizando a construção da identidade e sociabilidade do desenvolvimento sustentável.

A Educação Infantil e o Ensino Fundamental são indissociáveis. É direito de a família ter garantida a qualidade de Educação Infantil, independente do fato de seus responsáveis participarem ou não do mercado de trabalho.

A constituição de 1988 que ressalta sobre a Educação Infantil garantido pela LDB 9394/96 ressalta esta expressão para creche e Pré Escolas, um avanço que coloca a Educação Infantil como o 1º passo da Educação Básica.

Destacando aspectos legais da Lei nº 11274 de 06 de fevereiro de 2006, que veio alterar os artigos nº 29, 30, 32 e 87 da LDB Lei nº 9394/96 e dispor sobre a duração de nove anos para o Ensino Fundamental a partir da qual o Ensino Fundamental obrigatório inicia-se aos 06 (seis) anos de idade.

A infância é um espaço separado da vida adulta e que está relacionada à qualidade de vida desse período de existência do ser humano.

Tornou-se, portanto fundamental refletir e problematizar o trabalho desenvolvido com as crianças, com uma proposta curricular fundamentada, no pedagógico, no filosófico e psicológico.

Para o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), criança é considerada a pessoa até os doze anos incompletos, enquanto entre os doze e dezoito anos, idade da maioridade civil, encontra-se a adolescência.

A visão Vygotskiana entende a adolescência, suas condições objetivas e os contextos específicos (necessidades sociais, econômicas, educacionais, sexuais, profissionais, etc) nos quais crianças e adolescentes vivem e se constituem enquanto sujeitos (internalizando significados identificados de acordo com o "pensamento" coletivo da sociedade), para que suas características sejam compreendidas como características que vão se constituindo no processo de desenvolvimento, que é contínuo e não seriado em etapas.

Assim, a visão histórico-cultural tenta acabar com o estigma de que todas as pessoas, em média dos 13 aos 18 anos, são adolescentes rebeldes, conturbados, estão em crise e isso é algo pronto e acabado.

O adolescente busca apenas ser ele mesmo, busca sua identidade enquanto sujeito histórico pertencente à sociedade e que se forma via cultura produzida por esta mesma sociedade.

3.9- CONCEPÇÃO DE CUIDAR E EDUCAR

Compactuando com as ideias de Krammer (2006) “Crianças são sujeitos sociais e históricos, marcadas, portanto, pelas condições das sociedades em que estão inseridas. A criança não se resume a ser alguém que não é, mas que se tornará (adulto, no dia em que deixar de ser crianças). Reconhecemos que é específico da infância: seu poder da imaginação, a fantasia, a criação, a brincadeira, entendida como experiência de cultura. Crianças são cidadãs, pessoas detentoras de direitos, que produzem cultura e nela são produzidas. Esse modo de ver as crianças favorece entendê-las e também ver o mundo a partir do seu ponto de vista. A infância, mais que estágio, é categoria histórica: existe história humana porque o homem tem infância. As crianças brincam, isso é que as caracteriza”. (KRAMER, 2006, p. 15).

Conforme os apontamentos de Ferreira (2009), torna-se evidente que o processo educativo é um componente essencial na formação da identidade da criança. Ferreira

(2009, p. 1) pontua que: “A criança é um sujeito, como todo ser humano, que está inserida em uma sociedade, deve ter assegurado uma infância enriquecedora no sentido de seu desenvolvimento, seja psicomotor, afetivo ou cognitivo. A principal instituição social para a criança é a família, portanto este grupo deve receber condições básicas para a formação das crianças. É também muito influenciada pelo meio social e cultural em que se situa. As crianças possuem suas características próprias e observam o mundo e o comportamento das pessoas que a cerca de uma maneira muito distinta. Aprendem através da acumulação de conhecimentos, da criação de hipóteses e de experiências vividas”.

3.10- CONCEPÇÃO CURRÍCULO

De acordo com Barretto (2006), são várias as definições que podemos encontrar a respeito do currículo, podendo caracterizá-lo como um grupo de experiências que o aluno se apropria na escola, ou ainda como disciplinas e conteúdos a serem ensinados aos alunos de maneira a alcançar determinados objetivos.

Em mais uma destas definições, o currículo escolar é um conjunto de conteúdos a serem ensinados e objetivos a serem alcançados. Desta forma este acaba sendo um norteador das normas para que o sucesso escolar seja alcançado (COUTINHO, 2012).

Por outro lado, Schneider (2013, p. 25), define o currículo como “[...] um campo de lutas, forças e tensões de grupos que tentam assegurar certos conhecimentos para que estes passem a ser considerados válidos nos textos e nas salas de aula”.

Para Apple (2011), o currículo é parte de uma seleção de conteúdos considerados conhecimentos legítimos. Esta seleção é feita por um grupo, fazendo parte de uma tradição seletiva. Sendo assim, este não é, em nenhum momento, simplesmente um grupo neutro de conhecimentos, relacionando-se assim a forma como se reproduz o domínio e a subordinação na sociedade.

Assim como Apple (2011), Barretto (2006), defende que pelo fato de haver grupos que buscam a hegemonia, no que se refere, não apenas, na definição de valores e objetivos, mas também na decisão do que devemos aprender, estabelecendo os conhecimentos que devem ser ensinados na escola, o currículo é um objeto de disputa ideológica. A autora complementa que além de estar ligada a disputa ideológica, o currículo tem relação com a nossa identidade, visto que:

No fundo das teorias de currículo está, pois uma questão de identidade, de subjetividade. No curso dessa corrida que é o currículo, acabamos por nos tornar o que

somos. O conhecimento que constitui o currículo está vitalmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos, na nossa identidade, na nossa subjetividade. Além de uma questão de conhecimento, o currículo é pois, também, uma questão de identidade (BARRETTO, 2006, p. 3).

Há no currículo relações de poder, sendo que este não é neutro e inocente no que se refere à transmissão do conhecimento social. O currículo também não é atemporal, tendo formas específicas de acordo com a organização social e educacional, ou seja, o currículo também tem história (MOREIRA e SILVA, 2011).

O currículo deve ser abordado a partir de uma perspectiva histórica, visto que este é “resultado de uma seleção de elementos da cultura” (BARRETTO, 2006, p.2). Sendo assim, a forma que o currículo terá e os conhecimentos que ele abordará está intimamente relacionada à concepção de currículo e as teorias que os autores defendem.

A Escola Municipal José Bonifácio, bem como as demais escolas vinculadas a Secretaria Municipal de Educação de Céu Azul, participa/ou dos estudos referentes a reforma da BNCC e das demais reformas pedagógicas, estando em constante estudo para articular os Componentes Curriculares com o CREP- Currículo da Rede Estadual Paranaense e assim construindo as PPC- Proposta Pedagógica Curricular que contemple a realidade local.

O Referencial Curricular do Paraná segue a estrutura da BNCC trazendo para a realidade paranaense discussões sobre os princípios e direitos basilares dos currículos no estado e suscitando a reflexão sobre a transição entre as etapas da Educação Infantil para o Ensino Fundamental e entre os anos iniciais e os anos finais deste, bem como sobre a avaliação como momento de aprendizagem. Em seguida, o documento traz as etapas Educação Infantil e Ensino Fundamental com as discussões pertinentes a cada uma e seus organizadores curriculares, os quais correspondem à estrutura dos conhecimentos que respaldam o trabalho pedagógico.

Na Educação Infantil são aprofundados os conceitos dos seus eixos - interações e brincadeiras - e dos campos de experiências, terminologia que busca se afastar da disciplinarização que, muitas vezes, antecipa a lógica do Ensino Fundamental. Essa etapa apresenta os princípios expressos nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (BRASIL, 2000) articulados aos seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento estabelecidos para essa etapa da BNCC. Em seguida, o organizador curricular é apresentado trazendo a inclusão de “saberes e conhecimentos” como elementos que, associados aos campos de experiências, marcam a intencionalidade das práticas docentes, e os objetivos estabelecidos pela BNCC e ampliações e/ou complementações.

No Ensino Fundamental são apresentados os organizadores curriculares que discorrem sobre os direitos de aprendizagem na introdução de cada componente curricular, seguidos de quadros com as unidades temáticas, os objetos de conhecimento e os objetivos de aprendizagem, por ano de escolaridade. Embora todos os componentes curriculares da BNCC sejam disciplinas, o termo é usado pelo MEC em função de que, além dos obrigatórios, as instituições e redes podem incluir em suas propostas pedagógicas componentes que tragam elementos de várias disciplinas ou tenham outras especificidades.

3.11- CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

É, portanto, objeto do trabalho escolar a socialização do conjunto de conhecimentos científicos, culturais, artísticos, ou seja, aqueles que se firmaram no tempo e que compõem o acervo da humanidade, de modo que sejam efetivamente apropriados em sua totalidade e por todos os alunos. Em razão dessa compreensão, depreendem-se outras significações, dentre elas a de que a educação, como prática social e como ação intencional mediada, exige um planejamento metódico, porque é pautado em um método claramente definido; é rigorosa e reflexiva, por seguir ações e/ou procedimentos que possibilitem a apropriação crítica do conjunto de conhecimentos, com vistas à ruptura com os padrões vigentes da mera reprodução utilitarista de competências. Nessa direção, há, portanto, que se consolidar uma organização da e na instituição escolar que se pautem nos princípios defendidos por Saviani (2012), de que:

[...] Para existir a escola não basta a existência do saber sistematizado. É necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação. Isso implica dosá-lo e sequenciá-lo de modo que a criança passe gradativamente do seu não domínio ao seu domínio. Ora, o saber dosado e sequenciado para efeitos de sua transmissão-assimilação no espaço escolar, ao longo de um tempo determinado, é o que convencionamos chamar de “saber escolar”. (SAVIANI, 2012, p. 17).

O ato de planejar, nesse contexto, se configura em uma ação política e técnica, visto que, como ação política, o professor procede a análise do conteúdo escolar e do processo educativo em uma perspectiva mais ampla, implicando tomada de decisões sobre para quê e como abordar os conteúdos de ensino. Na qualidade de ação técnica, conhecendo o processo de desenvolvimento humano, compreende suas responsabilidades como mediador e promotor desse desenvolvimento por meio de ações pedagógicas devidamente planejadas, assumindo os compromissos de organizar o

processo educativo, considerando a consecução dos objetivos e/ou a sua reorganização. Frisa-se, nesse contexto, que essas duas dimensões (política e técnica) são indissociáveis.

O planejamento do processo educativo, em uma perspectiva crítica e transformadora, exige a reflexão sobre as relações de poder que se instituem no interior da escola, explicitando a sua origem, o seu caráter contraditório, identificando de que modo interferem tanto na organização interna quanto nas relações que permeiam o cotidiano da escola e comunidade, bem como as da 65 escola com a mantenedora. Parte-se do princípio fundante que se construam práticas coletivas em um processo reflexivo de tomada de decisões, pautadas no domínio das informações necessárias e em tempo para que as decisões sejam, efetivamente, coletivas e voltadas para os interesses do coletivo. Isso permite que ações mais participativas sejam, gradativamente, construídas, consolidando-se na gestão escolar em uma perspectiva democrática que prime pela participação consciente de todos os envolvidos no processo educativo escolar, mesmo que demarcadas pelos limites impostos pela legislação e/ou normativas.

Nessa direção, entende-se o Projeto Político Pedagógico⁴¹ (PPP, deste ponto em diante) não apenas como um documento, mas como prática, como projeto em movimento, em permanente construção, execução e avaliação. Em um primeiro e mais importante sentido, o PPP se revela como prática reflexiva e coletiva de tomada de decisão, que necessita, concomitantemente, ser sistematizado e organizado para que se constitua também no registro das intencionalidades e das ações coletivas da comunidade escolar, servindo de sustentação a todos os outros planejamentos escolares. Nesse movimento de construção, congrega e explicita os fundamentos e os pressupostos que direcionam as práticas político-pedagógicas da comunidade escolar, indicando quais os princípios que direcionam e mantêm as práticas educativas.

3.12- CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL

A inclusão educacional constitui a prática mais recente no processo de universalização da educação. Ela se caracteriza em princípios que visam à aceitação das diferenças individuais, à valorização da contribuição de cada pessoa, à aprendizagem através da cooperação e à convivência dentro da diversidade humana.

Segundo Sanchez (2005) “a filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, sustentada em que as escolas, enquanto comunidades educativas devem

satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais (com independência de ter ou não deficiência). Trata-se de estabelecer os alicerces para que a escola possa educar com êxito a diversidade de seu alunado e colaborar com a erradicação da ampla desigualdade e injustiça social.”

Dessa forma, o papel da escola consiste em favorecer que cada um, de forma livre e autônoma reconheça nos demais a mesma esfera de direitos que exige para si. Esta concepção permite concluir que o conceito de inclusão engloba também aqueles que de certa forma são excluídos da sociedade e não somente alunos com deficiências.

Sendo assim, a educação inclusiva abrange também alunos acometidos de alguma doença ou impossibilidade, alunos oriundos de populações nômades e etnias, além dos alunos em situação de risco, entre outros.

A proposta da Educação Especial no Brasil se constituiu na segunda metade do século XX, no momento histórico marcado por lutas contra as práticas excludentes e discriminatórias, quando surgiram os movimentos organizados das pessoas com deficiências, “[...] reivindicando o fim das práticas e das concepções segregativas e a adoção de medidas favoráveis a sua inclusão nos diferentes espaços e atividades sociais” (CARVALHO, 2009, p. 10). Essas reivindicações fizeram parte de documentos internacionais e nacionais que preconizaram o fim do extermínio ou do abandono, da institucionalização e da integração, exigindo-se dos governantes o reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiências “[...] à igualdade de oportunidades e de participação na sociedade por meio da implementação de leis que apoiem seus direitos enquanto seres humanos” (CARVALHO, 2009, p. 10).

Desde então, a construção de propostas educacionais inclusivas, para atender de forma qualitativa aos educandos, público-alvo da Educação Especial, tem sido um desafio para os educadores brasileiros envolvidos direta e indiretamente nessa luta, pois considera-se que, apesar dos avanços já conquistados, tem-se muito o que produzir e sistematizar para a continuidade de uma proposta na perspectiva inclusiva. Foi nessa direção que o Grupo de Estudos em Educação Inclusiva da AMOP, desde o ano de 2012, estudou e discutiu os aspectos legais e pedagógicos da práxis educacional inclusiva na Região Oeste do Paraná. Em 2014, foram planejadas a construção e elaboração coletiva desta proposta curricular, com a participação dos representantes dos professores dos municípios da região, por meio de um grupo específico, durante encontros do Grupo de Estudos, por meio de consulta pública, e finalizada no Seminário do dia 23 de outubro do mesmo ano, planejado exclusivamente para esse fim.

Para esta Proposta Pedagógica Curricular (PPC), o Grupo de Estudos em Educação Inclusiva revisou o texto publicado em 2015, atualizou e acrescentou outros aspectos da área, para colaborar com os outros campos do conhecimento na organização de uma escola mais inclusiva, mediante às exigências de reorganização dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas.

Os pressupostos teóricos-metodológicos da Educação Especial Inclusiva buscam responder aos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica, sendo que na Educação Especial, especialmente, ainda há um longo percurso a ser trilhado rumo a essa compreensão nas práticas cotidianas, nos diversos espaços educativos, sobretudo, nas práticas educativas desenvolvidas nas instituições escolares.

De acordo com Brasil (2008), a Educação Especial Inclusiva perpassa por todos os níveis e modalidades, desde “a educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global”; no Ensino Fundamental, “para apoiar o desenvolvimento dos educandos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino, deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola, em outra escola da rede pública ou centro especializado que realize esse serviço educacional”; na Educação de Jovens e adultos, na Educação Profissional, Educação Superior em que “possibilitam a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para a inserção no mundo do trabalho e efetiva participação social”; e também na educação indígena, do campo e quilombola que “deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos” (BRASIL, 2008, p. 14).

4.ELEMENTOS OPERACIONAIS

4.1 - PREMISSAS DA ESCOLA

Este estabelecimento de ensino localizado no interior do município atende alunos de Educação infantil Pré I e Pré II até o 5º ano do Ensino Fundamental. São alunos provindos de diferentes realidades, filhos de funcionários de fazendas, de pequenos e médios agricultores, que dependem na sua grande maioria de transporte escolar devido a distância a qual residem da escola. Este estabelecimento de ensino tem o prédio compartilhado com o Colégio Estadual Do Campo Nova União que atende alunos no

período matutino e noturno. As regras e normas à serem seguidas com alunos, professores e funcionários são baseadas no Regimento Escolar, documento este, que é elaborado em conjunto com a comunidade escolar.

Os alunos matriculados nesta instituição de ensino tem aulas apenas no período vespertino, os quais são atendidos por professoras diferentes em diferentes disciplinas e também são assistidos pela diretora e coordenadora.

Um problema enfrentado pela escola é a rotatividade de estudantes devido a rotatividade de funcionários nas fazendas próximas, isso acarreta em constante mudança no número de alunos. Seguidamente também são recebidos alunos com necessidade de apoio pedagógico individual, o que impede a padronização de aprendizado entre os alunos da mesma turma, mesmo que o número de estudantes seja pequeno. Os alunos que dependem do transporte escolar, tem a permissão para entrar na escola a partir do momento que chegam à escola, já os demais alunos que residem nas proximidades da escola são orientados a chegar próximo ao horário do início da aula. Após a entrada dos alunos no ambiente escolar ele não poderá mais sair somente acompanhado de um responsável legal

Após o sinal que ocorre as 13h e 10min, os alunos são organizados em fila no saguão da escola para eventuais recados e informações pela coordenação ou direção da escola, em seguida seguem até a sala de aula acompanhados pela professora. Quando o aluno eventualmente chega atrasado, os pais devem acompanhá-los até a secretaria da escola para justificar o atraso, após a justificativa dos pais a criança é acompanhada até a sala de aula por um funcionário.

Em sala de aula cada professor regente constroem com sua turma, geralmente são realizados no início do ano letivo, onde professores e alunos de comum acordo se responsabilizam em respeitar e cumprir. O não cumprimento das regras e combinados, os alunos são encaminhados até a sala da direção/ou coordenação para uma conversa, se persistirem o descumprimento os pais recebem um comunicado já que estão cientes dos combinados, caso persista o descumprimento das regras os pais são convidados a virem até a escola através de comunicado anexado na agenda do aluno. Quando ocorre o chamamento dos pais até a escola por eventuais situações é feito uma reunião individual com professora regente e equipe gestora, com registro no livro ata.

Com professores e funcionários é feito um estudo das normas e regras do estabelecimento bem como a função de cada um dentro do Estabelecimento de Ensino, também são acordados alguns procedimentos que são registrados em ata com a assinatura de todos os presentes. O não cumprimento das ações são realizadas mais três orientações, lavrada ata e só após as orientações que serão encaminhadas para Secretaria de Educação para medidas cabíveis.

Caso os pais, necessitem retirar o filho da escola durante o período de aula deverão se dirigir até a secretaria para assinar um termo específico, sendo que o aluno não poderá sair da escola sem estar acompanhado do responsável. No ato da matrícula os responsáveis deverão informar a escola as pessoas autorizadas a retirar o filho da escola quando precisar.

Os pais quando necessitarem vir até a escola, deverão primeiramente se dirigir até a secretaria da escola, para serem encaminhados. Quando se faz necessário a conversação com os professores o pai deve se dirigir a escola no período em que o professor tiver em hora atividade.

No início do ano letivo os pais assinam uma autorização de uso de imagem e autorização de saídas da escola dentro do município com prévio aviso, quando ocorrem saídas para fora do município é enviado uma autorização específica.

Quando uma criança tem a necessidade de usar medicamento no horário de aula os pais devem trazer uma autorização juntamente com o receita médica para a direção da escola e entregar pessoalmente essa medicação, pois não é autorizado o transporte de medicamento pelo aluno. Por tanto é orientado aos responsáveis no início do ano letivo a organizar o horário da medicação para que não faça o uso no horário. Quando o aluno estiver de atestado médico os responsáveis deverão comunicar a escola e encaminhar o atestado o quanto antes. Assim quando a aluno apresenta três faltas consecutivas ou sete alternadas são realizados os protocolos de infrequência escolar.

O recreio interativo funciona da seguinte forma: após um período destinado ao lanche onde todos os alunos deverão sentar-se para lanchar o professor coordenador/diretor acompanha o educando com atividades lúdicas para o entretenimento dos mesmos. Durante esse período de intervalo não é permitido a entrada de nenhuma pessoa no estabelecimento escolar, sendo que neste momento o portão ficará fechado.

4.2 - ACOMPANHAMENTO/ORGANIZAÇÃO DA HORA ATIVIDADE

A LDB (Lei das Diretrizes e Base), juntamente com a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, estabeleceu o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica, no artigo 2º, define que na composição da jornada de trabalho deve-se observar o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos e 1/3 da jornada será dedicado à preparação de aulas e às demais atividades fora da sala.

Portanto quando tratarmos de carga horária é preciso observar:

- Para o aluno: a carga horária mínima anual deve totalizar 800 horas letivas, distribuídas no mínimo em 200 dias letivos.
- Para o professor: hora-aula mais hora-atividade igual à carga horária definida na legislação, determinada no concurso ou contrato de trabalho.

Independente da efetiva duração dessas “hora-aula” — ou “módulo-aula”, expressão utilizada pelo Conselho Nacional de Educação, a escola precisa ter cumprido ao final do ano, um mínimo de 800 horas letivas.

A hora atividade é o período reservado aos docentes para estudos, para planejamento dos trabalhos de ensino e aprendizagem, que atribui à planejar, preparar e avaliar os procedimentos no que se refere aos trabalhos pedagógicos.

Faz parte as reuniões, estudos, atendimento aos alunos, pais e articulações com toda a comunidade escolar, que envolva os procedimentos da escola.

Sendo assim o tempo regido por lei, as horas atividades serão distribuídas conforme a necessidade do estabelecimento, tendo em vista a qualidade educacional.

4.3- PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO ESTABELECIMENTO

A escola segue a proposta de formação continuada, ofertada pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Céu Azul (SEMED) que apresenta sua Política de Formação como espaço de reflexão da prática pedagógica. A formação continuada deve ser compreendida como oportunidade de aperfeiçoamento profissional capaz de promover a reflexão na prática e sobre a prática. Nesta perspectiva a SEMED tem ofertado historicamente práticas de formação no intuito de aperfeiçoar o trabalho dos seus servidores, levando em conta os princípios de gestão democrática e de resultados, cidadania e formação humana e qualidade social da educação.

A Formação Continuada é uma exigência da LDB 9394/96. Os professores necessitam conhecer as leis que regem seus direitos e deveres, para que, assim, possam cobrar mais das autoridades competentes, sejam elas entidades públicas ou privadas. Entretanto, é importante destacar os deveres docentes no trabalho pedagógico com crianças que deve superar a dicotomia entre cuidar e educar, permitindo pelo processo da organização do tempo e do espaço, possibilidades para o conhecimento, para a aprendizagem e desenvolvimento infantil. Em relação aos direitos recorreremos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394/96, no Artigo 13, que destaca:

Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996, p. 6).

Além do exposto, a formação continuada é compreendida também, como uma das formas de valorização do profissional, onde o Dirigente Municipal de Educação, oferece suporte pedagógico e administrativo para o aperfeiçoamento dos profissionais da Educação com vista na elevação do padrão de qualidade na Rede Municipal de Ensino . Acerca desse assunto a LDB esclarece:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho (BRASIL, 1996, p. 21).

Atualmente a Educação Brasileira passa por uma fase bem peculiar em que é patente o direcionamento das políticas públicas com foco na progressiva universalização do acesso com qualidade a todos os níveis e modalidades de Ensino.

Hoje, mais do que nunca se sabe que somente por meio da Educação é possível diminuir as desigualdades sociais, o que exige, portanto, que a Escola, com seus professores e demais funcionários, não seja mais vista apenas como um conjunto de partes desconexas, que atuam de forma isolada. Mas, muito pelo contrário, pois a Escola deve ser vivida como uma unidade complexa, um sistema dinâmico, um ambiente em constante interação com os agentes de mudanças locais, regionais, nacional e internacional, sempre usando e valorizando os valores e a cultura local.

A melhoria dos indicadores educacionais só é possível pelo desenvolvimento de ações focadas no alcance de metas estabelecidas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que, entre outras coisas, se relacionam à “Formação Continuada” dos profissionais do Ensino.

Ressalta-se também que a melhoria da qualidade de ensino perpassa por um bom sistema de gestão, sendo assim a gestão democrática e o controle social são aspectos que também necessitam ser foco de estudo e reflexão.

Sendo assim, por meio da Formação Continuada, os professores, e os gestores da instituição, tornam-se mais capacitados para ponderar sobre todos os aspectos pedagógicos e, para além deles, propor estratégias com a finalidade de sanar as dificuldades e instalar mudanças significativas em toda a comunidade escolar. Também são realizadas grupos de estudos na escola na hora atividade do professor para cada vez mais melhorar a aprendizagem dos alunos.

4.4 - ARTICULAÇÃO/COMUNICAÇÃO E ENGAJAMENTO DAS FAMÍLIAS E DIFERENTES ESFERAS DA COMUNIDADE PARA A INTEGRAÇÃO DA ESCOLA COM A SUA REGIÃO DE ENTORNO

A importância da Família e da comunidade na Escolar sempre foi um elo importantíssimo no desenvolvimento da aprendizagem de qualquer criança ou jovem adolescente. É preciso, portanto, que a família, seja ela que composição tiver, cumpra os seus deveres e que a Escola faça valer sua proposta pedagógica como meta, para que ambos possam atingir seus objetivos na formação das crianças. Sendo assim se estabelece regras que fortalecerão essa parceria permitindo que a aprendizagem dos filhos e alunos, tanto no lar quanto na escola.

Aos pais cabe todo o empenho de acompanhar a formação de seu filho desde o nascimento até a maioridade para que sua educação moral, de caráter e escolar sejam positivas, pois, a família é o fator que mais tem influência na educação.

Sendo assim neste estabelecimento são promovidas estratégias de planejamento de reuniões pedagógicas que são necessárias e importantes durante o ano letivo, para discutirem e acompanharem o andamento do processo de ensino e aprendizagem do educando, também é o momento em que a comunidade tem acesso as informações relevantes a escola, podendo assim conhecer e opinar quando se cabe.

Também se propõe a realização de palestras voltadas ao público com objetivo de se aprimorar conhecimentos (podendo ser teóricos ou práticos), conscientizar e informar a respeito de diversos aspectos referentes ao espaço e a realidade no qual a sociedade está inserida, desta forma criando vínculos família/escola. Geralmente, quem preside a uma palestra são profissionais qualificados que estão preparados para atender as reflexões ou as propostas da instituição.

4.5 - ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

A educação é como direito de todos, sendo esta um dever do estado e da família, com colaboração da sociedade, como objetivo visar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania. (art. 205 da Constituição Federal).

De acordo com a LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência):

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a

vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes;

XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;

XVII - oferta de profissionais de apoio escolar, estes quando se fizer necessário.

Visto que de acordo com Constituição Federal em seu art. 208 que é dever do estado com a educação será efetivado mediante garantias atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

De acordo com a LEI 13.146, de julho de 2018 § 3º - A oferta de educação especial, nos termos do **caput** deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei.” (lei esta alterada na LDB)

Visto que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades (Art. 59. LDB)

4.5.1 – PROFESSOR DE APOIO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - PAEE

De acordo com a Instrução nº 002/2019/SEMED/CÉU AZUL, define-se como Professor de Apoio Educacional Especializado o profissional com habilitação comprovada para atuar nas instituições de ensino da Educação Infantil e Ensino Fundamental – anos iniciais e na Educação de Jovens e Adultos, da Rede Pública de Ensino do Município de Céu Azul, estado do Paraná, para atender os estudantes com diagnóstico médico de Transtorno do Espectro Autista, com comprovada necessidade relacionada à sua condição de funcionalidade para a escolarização e não relacionada à condição de deficiência, sendo agente de mediação do aprendizado e escolarização.

A oferta do Professor de Apoio Educacional Especializado - PAEE será disponibilizado mediante estudo de caso será realizado pela equipe de profissionais do Centro de Atendimento Multidisciplinar - CAMU, do Município de Céu Azul – PR, professores da turma do estudante juntamente com coordenação e direção da instituição de ensino, para avaliar as intervenções pedagógicas e apoios já realizados voltados à aprendizagem e proporem novas estratégias de trabalho.

4.5.2 – PROFESSOR DE APOIO À COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA – PACA

O Professor de Apoio à Comunicação Alternativa, o profissional especializado que atua no contexto da sala de aula, nos estabelecimentos da Educação Infantil, Ensino Fundamental – anos iniciais e Educação de Jovens e Adultos, da Rede Pública de Ensino do Município de Céu Azul, Estado do Paraná, onde o apoio se fundamenta na mediação da comunicação entre o aluno, grupo social e o processo de ensino e aprendizagem, cujas formas de linguagem oral e escrita se diferenciam do convencionado. As Instruções Normativas Municipais do PEE e PACA estão em anexo.

4.6 - AVALIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS, EM ARTICULAÇÃO COM A PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR

A avaliação é entendida como um processo por meio do qual o professor recolhe e analisa as informações sobre o ensino e a aprendizagem, visando à intervenção pedagógica. Ela é um componente do processo educativo e, articulada ao planejamento, se constitui em um importante instrumento de análise do trabalho pedagógico nas instituições de ensino.

Considerados os pressupostos já enunciados nesta PPC, a avaliação na Educação Infantil demarca suas especificidades considerando o pressuposto legal de que os processos avaliativos não interferem na promoção da criança ao Ensino Fundamental, contudo, mediante isso, não se torna menos importante.

Na Educação Infantil no município de Céu Azul se dá por meio de relatório que é um instrumento de acompanhamento do desenvolvimento da criança, que permite uma análise reflexiva com relação ao processo de aprendizagem de cada uma. Segundo Hoffmann (2000), o relatório de avaliação é o registro que contém a história do o processo de construção de conhecimento e provoca o olhar reflexivo do professor sobre os desejos, interesses, conquistas, possibilidades e limites no desenvolvimento da criança, tornando-a partícipe. Nesse sentido, o relatório de acompanhamento possibilita a interação criança/professor na construção do conhecimento de forma contextualizada, tendo como ponto de reflexão os critérios previamente estabelecidos no planejamento.

Lembrando que no que se refere a avaliação do Ensino Fundamental, 1º a 3º ano é realizado também relatório descritivo trimestral e 4º e 5º ano com atribuições de notas.

A recuperação de estudos, como prevê a lei, é uma alternativa que se apresenta como via corretiva do plano de ensino previamente traçado. Assim como o objetivo de

todo profissional é obter sucesso, o do professor é a promoção do aluno a série seguinte. Qualquer resultado contrário evidencia falhas no processo de ensino e aprendizagem. Reconhecendo que as falhas existem e decorrem de diferentes fatores, estabelecem-se os estudos de recuperação durante o período letivo como um dos mecanismos pedagógicos legais. A recuperação, assim interpretada, se impõe como parte integrante do processo de aprendizagem, não podendo ser vista como um momento a parte, apenas mais uma concessão para alunos atrasados ou relapsos, ou como amparos para irresponsabilidade dos alunos. É comprometimento de todos os profissionais da educação com o sucesso do aluno, criando novas oportunidades para que ele possa completar ou retificar as aprendizagens não dominadas, aprendizagens essas que supõe novas estratégias como:

1. Pesquisa e leitura de textos informativos;
2. Trabalhos em grupos com aluno monitor;
3. Atividade extraclasse;
4. Aulas práticas;
5. Recuperação simultânea;
6. Estímulo ao questionamento durante as aulas;
7. Retomada de conteúdos e conceitos;
8. Metodologias diversificadas com trabalho de campo e visitas;
9. Estímulo à leitura, à interpretação e reflexão ;
10. Acompanhamento sistemático durante as aulas.

Após esgotar todas as oportunidades de recuperação por parte dos professores e todo o trabalho desenvolvido pela Equipe Pedagógica em relação aos alunos que apresentam baixo rendimento escolar, o aluno fica retido.

4.7 - AÇÕES PARA MELHORIA DA APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES A PARTIR DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS

O plano de ação é uma ferramenta essencial para planejar e colocar em prática o trabalho necessário considerando o diagnóstico obtido com base na análise dos resultados das avaliações externas e internas.

A meta principal é assegurar a melhoria das condições de ensino aprendizagem e não apenas aumentar a nota da escola nessas avaliações, por tanto são realizadas ações após a análise dos resultados obtidos como: Atendimento individualizado quando o resultado de um determinado aluno destoa totalmente do resultado de sua turma, ele

provavelmente precisa de um apoio particular que possa ajudá-lo a superar suas dificuldades.

Quando a maioria da turma obtiver dificuldade no mesmo indicador são realizadas atividades de recuperação com base nestes indicadores. Também são realizados projetos de leitura e interpretação de diversos gêneros textuais bem como cálculos matemáticos para assim sanar possíveis dificuldades e também preparar para as próximas avaliações.

4.8 - PROCESSOS DE AVALIAÇÃO, PROMOÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO.

A classificação no Ensino Fundamental e Médio é o procedimento que o estabelecimento de ensino adota para posicionar o aluno na etapa de estudos compatível com a idade, experiência e desenvolvimento adquirido por meios formais ou informais, podendo ser realizada:

I. Por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, o ano ou fase anterior, na própria escola;

II. Por transferência, para os alunos procedentes de outras escolas, do país ou do exterior, considerando a classificação da escola de origem;

III. Independentemente da escolarização anterior, mediante avaliação para posicionar o aluno no ano, ciclo, disciplina, bloco ou etapa compatível ao seu grau de desenvolvimento e experiência, adquiridos por meios formais ou informais.

A classificação tem caráter pedagógico centrado na aprendizagem, e exige as seguintes ações para resguardar os direitos dos alunos, das escolas e dos profissionais:

I. Organizar comissão formada por docentes, pedagogos e direção da escola para efetivar o processo;

II. Proceder à avaliação diagnóstica, documentada pelo professor ou equipe pedagógica;

III. Comunicar o aluno e/ou responsável a respeito do processo a ser iniciado, para obter o respectivo consentimento;

IV. Arquivar Atas, provas, trabalhos ou outros instrumentos utilizados;

V. Registrar os resultados no Histórico Escolar do aluno.

É vedada a classificação para ingresso no ano inicial do Ensino Fundamental.

A reclassificação é um processo pedagógico que se concretiza através da avaliação do aluno matriculado e com frequência no ano/bloco/disciplina (s) sob a

responsabilidade do estabelecimento de ensino que, considerando as normas curriculares, encaminha o aluno à etapa de estudos/carga horária da(s) disciplina(s) compatível com a experiência e desempenho escolar demonstrados, independentemente do que registre o seu Histórico Escolar.

O processo de reclassificação poderá ser aplicado como verificação da possibilidade de avanço em qualquer ano/bloco/carga horária da(s) disciplina(s) do nível da Educação Básica, quando devidamente demonstrado pelo aluno.

O estabelecimento de ensino, quando constatar possibilidade de avanço de aprendizagem, apresentado por aluno devidamente matriculado e com frequência no ano/bloco/disciplina (s), deverá notificar o NRE para que este proceda orientação e acompanhamento quanto aos preceitos legais, éticos e das normas que o fundamentam.

Os alunos, quando maior, ou seus responsáveis poderão solicitar aceleração de estudos através do processo de reclassificação, facultando à escola aprová-lo ou não.

A equipe pedagógica comunicará, com a devida antecedência, ao aluno e/ou seus responsáveis, os procedimentos próprios do processo a ser iniciado, a fim de obter o devido consentimento.

A equipe pedagógica do estabelecimento de ensino, assessorada pela equipe municipal de Educação e do Núcleo Regional de Educação, instituirá Comissão, conforme orientações emanadas da Secretaria de Estado da Educação, a fim de discutir as evidências e documentos que comprovem a necessidade da reclassificação.

Cabem à comissão elaborar relatório referente ao processo de reclassificação, anexando os documentos que registrem os procedimentos avaliativos realizados, para que sejam arquivados na pasta individual do aluno.

O aluno reclassificado deve ser acompanhado pela equipe pedagógica, durante dois anos, quanto aos seus resultados de aprendizagem.

O resultado do processo de reclassificação será registrado em Ata e integrará a Pasta Individual do aluno.

O resultado final do processo de reclassificação realizado pelo estabelecimento de ensino será registrado no Relatório Final, a ser encaminhado à Secretaria de Estado da Educação.

A reclassificação é vedada para a etapa inferior à anteriormente cursada.

4.9 - OFERTA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E/OU NÃO OBRIGATÓRIO

A instituição é acolhedora de estagiários das diferentes instituições que necessita dessa formação para conclusão de seus cursos.

O estagiário primeiramente apresenta sua carta de estágio, encaminhada pela instituição a qual representa, tem ciência do regimento, bem como o conhece para assim dar sequência em seu estágio.

O estagiário deve seguir o regimento, no que se refere a vestimenta adequada a um espaço escolar, deve cumprir o horário que lhe será atribuído, precisa tomar ciência por meio da direção da instituição que o representante do curso de formação do estagiário deve vir avaliar o período do estágio não remunerado.

Quanto a avaliação dos alunos, seja por nota ou parecer descritivo é de responsabilidade de sua instituição (faculdade, curso e afins). Seguir a Lei nº 11.788/2008. Busca garantir os princípios existentes por trás desta modalidade conceituada, no artigo 1º da lei. Como “ato educativo supervisionado desenvolvido no ambiente de trabalho” e assim vedar prática consideradas como exploração de trabalho. Afirma que poderão ser estagiários os estudantes que frequentam o ensino nas instituições de Educação Profissional, de Ensino Médio inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos de Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental. Quando se tratar de estágio não obrigatório a idade mínima é de 16 anos

A escola Municipal do Campo José Bonifácio recebe estagiários(as) cursistas de Ensino Superior e Ensino Médio, estágio obrigatório, dentro da área de Educação que necessitam de estágios supervisionados não remunerados (Magistério / Pedagogia ou similares), considerados obrigatórios para a conclusão de curso, que tenham seus direitos como estagiário(a) garantidos em Lei.

A instituição também recebe estagiários(as) de forma não obrigatória (remunerado) designados pela Prefeitura Municipal que foram aprovados em testes, seguindo Editais de Convocação e que os mesmos sejam estudantes e que se enquadrem nos requisitos exigidos pela Prefeitura Municipal, onde a mesma é responsável pela remuneração das (os) mesmas (os), conforme a necessidade e número de vagas. Esses estágios são considerados não obrigatórios para conclusão de curso.

4.10 - ATIVIDADES/ PROGRAMAS QUE AMPLIAM A JORNADA ESCOLAR E NÃO ESTÃO NA MATRIZ CURRICULAR

Para atender à necessidade que vai além da matriz curricular foi criado PROGRAMA: MAIS CULTURA NA ESCOLA, um trabalho realizado em contra turno que busca levar aos educandos atividades culturais diferenciadas, pois a escola sendo uma instituição cultural atende uma diversidade de culturas dentro do contexto educativo. Sabemos que a cultura é um componente ativo na vida do ser humano, e que não existe indivíduo no mundo que não possua uma cultura, pois cada um de nós somos criadores e propagadores de diversas culturas. Portanto, as relações entre escola e cultura não podem ser concebidas como entre dois polos independentes, mas sim como universos entrelaçados.

A cultura tem um importante papel no processo de aprendizagem, pois ela permite não só a socialização, mas discussão de diferentes saberes no ambiente escolar, através do conteúdo cultural podemos exemplificar vários temas, nas diferentes disciplinas do currículo escolar. Sabemos que é papel da escola socializar o conhecimento, mas também é dever desta atentar para as manifestações culturais como uma forma de ensinar e socializar os educandos.

Atendendo a legislação em que às escola tem o dever de ofertar em contraturno atividades culturais, neste estabelecimento de ensino acontece semanalmente aulas de Teatro e Musicalização, conforme o PROGRAMA MAIS CULTURA NA ESCOLA que segue em anexo.

4.11 - PROPOSTA DE PREVENÇÃO DA DISTORÇÃO IDADE/ANO-SÉRIE

De acordo a Instrução n.º 004/2019/SEMED/CÉU AZUL, são orientações as Instituições da Rede Municipal de Ensino do Município de Céu Azul, do Estado do Paraná, quanto ao acompanhamento dos estudantes que se encontram em distorção idade/série no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, assegurando o acesso, a permanência e o sucesso da aprendizagem destes estudantes no âmbito escolar, matriculados nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, pois considera-se estudantes em distorção idade/série aqueles que se encontram à mais de 2 anos de atraso escolar.

A escola mediante recebimento de alunos com distorção idade/série deverão verificar junto a sua documentação escolar índices de reprovação, informações essas que poderão ser verificadas junto a secretaria escolar da instituição, e além de se verificação de índices de reprovação é de suma importância averiguar se esse estudante apresenta

alguma dificuldade de aprendizagem já identificada, se já realizou alguma Avaliação Psicoeducacional ou acompanhamento médico.

Mediante estes casos os procedimentos a serem realizados mediante situações de distorção idade e série nas instituições de ensino serão:

I) Em relação a aprendizagem é de suma importância professores e coordenadores em conjunto verificar nível de aprendizagem desses alunos que se encontram em distorção idade/série para iniciar trabalho como subsídios superação das defasagens de aprendizagens;

II) Planejamento de atividades pedagógicas necessárias para subsidiar as necessidades específicas de cada aluno.

III) Acompanhamento e assessoramento pedagógico da coordenação pedagógica aos professores na elaboração de seus planos de aula para que esteja articulado de forma coerente com os documentos orientadores, desta forma, percebendo quais as metodologias de ensino/aprendizagem adotadas pelos professores terão maior êxito, assim como estratégias específicas de acordo com a defasagem apresentada para se trabalhar em sala de aula;

IV) Discutir em pré – conselhos e conselhos de classe professores e equipe gestora desenvolvimento deste estudante contemplando evoluções, defasagens e dificuldade o qual vem apresentando;

V) Reunião de pais nas instituições de ensino, com finalidade de repassar como está o desenvolvimento pedagógico de seus filhos e ciência/aceitação de necessários encaminhamentos para Avaliação Psicoeducacional ou encaminhamentos para atendimentos especializados;

VI) Encaminhamento para equipe técnico especializado da Secretária Municipal de Educação, em casos que se percebe uma dificuldade acentuada que venha a trazer maiores prejuízos na aprendizagem e em seu ciclo escolar, este encaminhamento é realizado pelo professor da sala de aula e coordenação pedagógica, mediante preenchimento do Protocolo de Investigação da Equipe Escolar;

VII) Mediante este encaminhamento a equipe técnica especializado da Secretaria Municipal de Educação, verificará a necessidade de este estudante realizar uma Avaliação Psicoeducacional no Contexto Escolar ou Atendimento Especializado, que se caracteriza por acompanhamento de profissionais da psicologia, Psicopedagogia e fonoaudiologia o qual a rede municipal de ensino oferece;

VIII) Este estudante o qual é realizado Avaliação Psicoeducacional no Contexto Escolar, após concluída, é realizado devolutiva aos familiares, assim como orientações de acordo com o resultado da avaliação e devolutiva para os professores e coordenação pedagógica da instituição de ensino ao qual o estudante se encontra matriculado, neste devolutiva é repassado o resultado da avaliação e realizado orientação aos profissionais envolvidos com o estudante de estratégias que contribuam para o desenvolvimento deste;

XI) Verificar mediante a Avaliação Psicoeducacional realizada a necessidade de encaminhar este estudante para acompanhamento em Sala de Recurso Multifuncional ou encaminhar para alguma especialidade médica;

X) Adaptação e flexibilização de conteúdo, atividades e atividades avaliativas quando se fizer necessário em sala de aula com registros em livro de chamada e diário do professor;

XI) O livro de chamada serve como valioso instrumento de registro, para a comprovação de conteúdos ministrados, avaliações, frequência e ocorrências dos alunos. É um dos instrumentos de acompanhamento e registro do desempenho dos alunos, devendo o professor deverá mantê-lo em ordem e atualizado, evitando emendas e rasuras, registrar diariamente a frequência dos alunos. O registro do desempenho do aluno dar-se-á através de notas e pareceres descritivos (quando necessários), que deverão estar pautados nos diários;

XII) Realizar a recuperação será oferecido de forma paralela e bimestral oferecendo, portanto, novas oportunidades de aprendizagem, sempre que diagnosticada insuficiência de apropriação de conhecimento e competências por parte do estudante.

4.12 - ATENDIMENTO DOMICILIAR

É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa, segundo a lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), em seu Art. 4º.

Conforme INSTRUÇÃO Nº 02/2019 – SUED/SEED que estabelece procedimentos para a implantação e funcionamento do Atendimento Pedagógico Domiciliar do Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar e Domiciliar – SAREH:

I. O Atendimento Pedagógico Domiciliar é um serviço ofertado pela Secretária de Educação, para as Instituições de Ensino da Rede Pública visando o atendimento educacional a estudantes matriculados na Educação Básica, em seus diferentes níveis e modalidades e que se encontram temporariamente impedidos de frequentar a instituição de ensino onde estejam regularmente matriculados.

II. Terão direito ao atendimento domiciliar os estudantes impossibilitados de frequentar a escola por 90 (noventa) dias ou mais, por estarem realizando tratamento de saúde e que, por orientação médica, sejam considerados aptos a receber o atendimento por professor em domicílio. Desta forma, darão continuidade em seu processo de escolarização e manterão o vínculo com seu ambiente escolar.

III. O atendimento pedagógico domiciliar será desenvolvido por professor do quadro próprio do magistério, da rede de ensino.

IV. O responsável pelo estudante deverá apresentar na instituição de ensino onde o estudante está matriculado, laudo médico que ateste a impossibilidade de frequentar regularmente as aulas, por período não inferior a 90 (noventa) dias e a liberação médica para receber o atendimento. A Instituição de Ensino, de posse do Atestado Médico, deverá dar ciência aos pais e/ou responsáveis sobre a oferta do Atendimento Domiciliar e solicitar a manifestação de interesse pelo atendimento ao estudante e deixar evidente à família como é organizado o atendimento e, após confirmação de interesse por parte da família, encaminhar de Ofício da Instituição de Ensino solicitando a abertura do atendimento. Caso não haja interesse, os pais e/ou responsáveis devem registrar manifestação contrária ao atendimento e, se assim for, o estudante será atendido por meio de atividades domiciliares como previsto na legislação. Sendo a presença obrigatória de responsável durante todo o período da aula; o cumprimento dos horários de trabalho do professor, previamente agendados.

Sendo que estes atendimentos domiciliares devem ser registrados em formulário próprio pelo professor que está atendendo este aluno, e que todos os relatórios e registros realizados referente ao aluno, deverão estar arquivados em pasta individual do aluno, junto a sua documentação na instituição de ensino ao qual se encontra sua matrícula efetivada.

Os alunos, cujo afastamento das aulas mediante atestado médico, seja em período inferior ao mencionado acima, estes terão direito a oferta de atividades domiciliares, em regime de colaboração entre a família e a escola de acordo com a Resolução nº 25, de 1º de abril de 2016, que dispõe sobre atendimento escolar domiciliar a alunos

impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique permanência prolongada em ambiente domiciliar, e dá providências correlatas.

4.13 - PROPOSTA DE PREVENÇÃO E COMBATE À EVASÃO ESCOLAR

Em casos de evasão escolar a escola busca o contato com a família orientando-a a respeito da importância do comparecimento do aluno na escola e ressaltando os prejuízos que o educando pode vir a ter em sua aprendizagem. Esta conversa é registrada em ATA e é assinada pelos responsáveis do aluno.

Além da conversa com a família é preenchido um Protocolo de Combate a Evasão Escolar que é anexado a pasta do educando.

Caso a escola, por algum motivo, não consiga entrar em contato com a família, ou ainda, caso o aluno após a conversa realizada com os responsáveis e ao preenchimento do protocolo continue a não comparecer, é acionado, por meio de ofício, o Conselho Tutelar, para que sejam tomadas as devidas providências. Seguir a Instrução Normativa Municipal n.º 03/2019.

4.14 - LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA

A Língua Estrangeira Moderna não está sendo ofertada neste estabelecimento de ensino, pois ficou a cargo de sua unidade mantenedora que optou por não ofertar essa disciplina aos alunos dos anos iniciais. Vale ressaltar que nas escolas não é obrigatório oferecer aulas de língua. No artigo da LDB (Art. 24, IV) que diz que o ensino de língua estrangeira pode ser organizado segundo o desempenho dos alunos - em vez de agrupá-los por séries, favorecendo a reprovação daqueles com menor aproveitamento.

4.15 - PROPOSTA DE TRANSIÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL PARA ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS) E ENTRE O ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)

Os aspectos que marcam as singularidades da produção em atenção à transição educação infantil/anos iniciais, Marcondes (2012) destaca que há particularidades na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, as quais requerem

conhecimentos e habilidades dos professores, dadas as especificidades do desenvolvimento e da aprendizagem das crianças.

Segundo Marcondes (2012) a transição da educação infantil para o ensino fundamental mostra-se como um “momento crítico”, em decorrência do movimento dos processos naturais e institucionais. Evidencia, pois, que o não cuidado gera rupturas. Nessa perspectiva, destaca que é preciso zelar pelo exercício de articulação da educação infantil como primeira etapa da educação básica para os anos iniciais do ensino fundamental, isso significa assumir que há influências múltiplas, as quais marcam as continuidades e ou descontinuidades presentes no desenvolvimento e aprendizagens humanas.

Esse processo em hora inicial é caracterizado pela autora como um momento crucial na vida das crianças. Diz ainda que a partir da proposta do ensino de nove anos, propondo a entrada das crianças no primeiro ano aos seis anos de idade, algumas adaptações se fazem necessárias, tais como: os horários, as exigências, a postura dos pais e dos professores, a mudança de espaço, de rotina, entre outras geram ansiedade e dúvidas. Motta (2011) diz também que na transição da educação infantil para o ensino fundamental ocorrem “rupturas drásticas”, dentre elas a inserção das crianças em um ambiente diferente, isso lhe causa estranheza. Normalmente essa mudança implica em permanecer em silêncio, o que é difícil para elas.

As autoras reiteram que a transição não requer que a Educação Infantil prepare as crianças para o ingresso no Ensino Fundamental, mas que este lhes seja receptivo no momento que as crianças nele ingressam”. (NOGUEIRA; VIEIRA, 2013, p. 268). Destacam ainda que há uma lacuna na formação dos professores e que as orientações oferecidas aos professores pelo MEC não satisfazem, por não deixar claro o que deve ser trabalhado no primeiro ano do ensino fundamental, como deve ser trabalhado e não referenciam conteúdos, conceitos, linguagens, entre outros problemas. Ao dar destaque a articulação entre a educação infantil e os anos iniciais Nogueira e Vieira (2013) também observam que há desarticulação entre a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental.

Em razão disso citam a necessidade de instituir práticas educativas que respeitem às necessidades das crianças tratando-as na perspectiva da continuidade, articulada às expectativas das crianças. Para Heck (2012), os principais mediadores no processo de transição da educação infantil para os anos iniciais são os professores, são planejamentos efetivos, elaborados em conjunto com as crianças e para as crianças, uma

proposta de educação integrada, na qual os professores da educação infantil olhem para os anos iniciais e os professores dos anos iniciais se voltem para a educação infantil, atentos a uma continuidade e complexidade ludicamente construídas.

Kramer (2011) ressalta que a Lei nº 11.274/2006 veio para melhorar as condições na educação básica, reestruturar o ensino fundamental e assegurando o ingresso com tempo de aprendizagem, garantindo uma continuidade na transição da educação infantil para os anos iniciais, atentando para a organização, os conteúdos, a avaliação e acompanhamento processual que constitui a referência o processo de aprendizagem. As mudanças ocorridas com a implantação da Lei “[...] provocam os responsáveis que atuam em secretarias de educação, diretores e famílias a repensar o funcionamento da educação e a qualidade do ensino” (KRAMER 2011, p. 73). A Lei nº 11.274/2006 objetivou garantir a todas as crianças, independente da classe social o direito de frequentar mais cedo a escola, assegurando a elas um tempo maior de convívio na escola, aumentando suas oportunidades de aprendizagem e ampliando o tempo de ensino obrigatório no Brasil.

Os pais e a família são a principal fonte de apoio com que a criança conta para a transição. No entanto, ressalta-se o papel fundamental da educação infantil. Cabe aos gestores públicos garantir a universalidade do acesso a esse nível de ensino, que contribui efetivamente para minimizar o *stress*, elevar o desempenho e promover o ajustamento da criança ao novo contexto. No 1º ano, a criança começa a ter uma rotina de alfabetização e a ser avaliada constantemente. As brincadeiras ainda devem ter seu espaço, mas o tempo será diminuído e à hora de estudar ganhará mais importância. Na mochila, a boneca ou o carrinho ainda poderão estar presentes, mas dividirão espaço com livros e cadernos. As responsabilidades, aos poucos, também irão crescer: haverá mais lição de casa, além de provas e notas. É natural que nesse momento os pais se sintam inseguros e tenham dúvidas sobre como seu filho irá lidar com essa situação.

À escola de ensino fundamental cabe programar medidas de acolhimento que favoreçam uma transição tranquila. A escola tem também a atribuição de estabelecer e manter um relacionamento cordial com a família, assim como informar os pais sobre meios de apoiar a criança no cumprimento das tarefas adaptativas da transição.

Para atender ao problema apresentado, a ausência ou não de um trabalho educativo que vise a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, ou seja, ausência ou não de um projeto pedagógico que assegure os direitos sociais e leve em conta as singularidades das ações infantis, tanto na escola infantil quanto no 1º ano

do Ensino Fundamental. O projeto será desenvolvido ao longo do ano letivo com alunos da educação infantil 04 e 05 anos e alunos do ensino fundamental do 1º ano. As atividades serão realizadas pela gestão e professores das escolas envolvidas, rodas de conversa e outras atividades.

A exigência em cada final de ciclo é outra. O 1º ano do Ensino Fundamental já começa a demandar outro ritmo dos estudantes, e o mesmo acontece de maneira significativa no 6º ano do Ensino Fundamental. São momentos em que é preciso orientação pedagógica adequada e apoio da família, além da dedicação dos alunos – salienta a coordenadora pedagógica Maria Waleska Cruz. Waleska explica que manter contato com os estudantes que estão um ano à frente, seja em meio a eventos escolares ou durante o intervalo das aulas, por exemplo, ajuda a fazer os mais novos entenderem que não é preciso temer a mudança.

Não só em nível docente, mas em nível discente é interessante falar sobre essa mudança. Crianças do 6º ano contam para os colegas do 5º ano como é a mudança de ter vários professores em vez de um, ou do 1º ano dizerem aos alunos da Educação Infantil que agora eles escrevem mais, mas que também cantam e brincam muito.

É importante relatar que apesar das mudanças serem um pouco assustadoras no início, cada nova fase da vida traz muitas novidades, aprendizados e amizades.

O trabalho realizado de transição é fundamental para o bem estar dos alunos em um novo ambiente. O Projeto de Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental encontra-se no Anexo 09. E o Projeto de Transição do 5º para o 6º ano encontra-se no Anexo 10.

4.16 - INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PARA ATENDIMENTO A ALUNOS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

O coordenador pedagógico é o principal responsável por oferecer apoio e incentivar o professor, propondo reflexões e estratégias de sala de aula. Mas, para garantir que os alunos aprendam, é preciso que a escola tenha um plano bem fundamentado de expectativas de aprendizagem, com atividades pensadas para cada faixa etária.

“Na fase inicial da aprendizagem da leitura e da escrita, a linguagem oral funciona como apoio, um elo intermediário. É impossível a leitura silenciosa, da mesma forma que é preciso dizer, simultaneamente, silabando, o que se está escrevendo: a fala orienta a escrita da mesma forma que a fala egocêntrica orienta as ações da criança pequena.” (CRUZ, 2013, p. 73).

Por meio do acompanhamento periódico, da produção de registros e de uma avaliação diagnóstica, o coordenador e o docente podem verificar quais crianças apresentam algum tipo de dificuldade e, juntos, planejar intervenções para superá-las.

Algumas intervenções a serem aplicadas são:

I. **Acompanhamento e Avaliação Diagnóstica:** Antes de tudo, a equipe deve ter clareza sobre as expectativas de aprendizagem para cada série. Para isso, são necessários instrumentos de registro e avaliação diagnóstica, que ajudam a entender quais são as dificuldades do aluno.

II. **Reuniões com os docentes:** no início do ano, uma reunião entre o professor anterior e aquele que irá assumir a turma, para compartilhar os dados das crianças.

III. **Grupos produtivos:** o coordenador pode trazer novas concepções para os docentes e propor que façam a divisão das turmas em grupos produtivos, para que as próprias crianças se ajudem e troquem ideias.

IV. **Professor auxiliar:** A dupla gestora poderá solicitar um professor auxiliar para ajudar o docente em sala de aula. O coordenador também pode ajudar o professor a organizar o trabalho e definir quem irá conduzir cada atividade em sala de aula.

V. **Conversa com as famílias:** A parceria da escola com a família é essencial para garantir que os alunos consigam aprender. O Diretor e o coordenador têm o dever de conversar com os pais para incentivá-los a dar apoio à criança, seja com afeto e incentivo, seja proporcionando um bom espaço para que ela estude e faça a lição de casa.

A intervenção pedagógica é feita através da análise do processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno verificando suas dificuldades em sala de aula no dia a dia. Tendo como objetivo possibilitar intervenções antecipadas para que o aluno não perca no processo de aprendizagem, sanando as dificuldades e assegurando-os uma educação de qualidade.

4.17 - DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS/ LEGISLAÇÕES OBRIGATÓRIAS NO CURRÍCULO.

Os desafios contemporâneos na educação infantil serão abordados pelos professores, junto aos alunos, podendo haver a participação dos pais através de projetos ou serão incluídos no conteúdo.

O campo de experiência O eu, o outro e o nós, irá abordar ao longo do ano os seguintes desafios: Cultura e História Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Direitos Humanos, Inclusão Social de Símbolos, Educação Alimentar, Combate a Violência, Direitos da Criança, Políticas Públicas para Mulheres, Estatuto do Idoso, Prevenção ao Uso de Drogas, Gênero e Diversidade Sexual, Sexualidade, Segurança e Saúde, Prevenção de Gravidez na Adolescência, Liberdade de Consciência e Crença e Exibição de Filmes Mensais Nacionais.

O Campo de Experiência Escuta, fala, pensamento e imaginação irá abordar os seguintes Desafios Contemporâneos: Cultura e História Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Inclusão Social de Símbolos, Exibição de Filmes Mensais Nacionais.

O Campo de Experiência Traços, sons, cores e formas irá desenvolver atividades para abordar os desafios: Cultura e História Afro-Brasileira, Africana E Indígena, Educação Ambiental, Educação Alimentar e Exibição De Filmes Mensais Nacionais.

O Campo de Experiência Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações irá trabalhar com: Cultura e História Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Educação para o Trânsito, Educação Ambiental, Educação Alimentar, Educação Fiscal/Educação Tributária e Exibição de Filmes Mensais Nacionais.

O Campo de Experiência Corpo gestos e Movimento, irá desenvolver atividades sobre: Educação para o Trânsito, Inclusão Social de Símbolos, Educação Alimentar, Exibição de Filmes de produção Nacional e Combate a Violência e Segurança e Saúde.

Na proposta pedagógica curricular estarão detalhados como será a abordagem junto aos alunos.

Ensino Fundamental.

No Ensino Fundamental os desafios contemporâneos, serão abordados juntos aos alunos através de projetos ou inclusos ao conteúdo ao longo do ano nos componentes curricular da seguinte maneira, sendo que sua abordagem junto aos alunos está detalhado na proposta pedagógica curricular de cada componente curricular.

	Desafios Contemporâneos	Componente Curricular
1	Cultura e História Afro-Brasileira,	Ensino Religioso, História, Arte,

	Africana e Indígena	Língua Portuguesa
2	Direitos Humanos	História, Língua Portuguesa, Ensino Religioso.
3	Educação Ambiental	Ciências, Geografia, Língua Portuguesa.
4	Educação para o Trânsito	Língua Portuguesa, Geografia, Matemática.
5	Inclusão Social: Símbolos	Língua Portuguesa
6	Educação Alimentar	Ciências, Língua Portuguesa ,Educação Física
7	Combate a Violência	Língua Portuguesa, História, Ensino Religioso, Educação Física
8	Políticas Públicas para as Mulheres	História, Ensino Religioso.
9	Direitos da Criança	História, Língua Portuguesa
10	Estatuto do Idoso	História, Ensino Religioso, Língua Portuguesa.
11	Prevenção ao Uso de Drogas	Ciências, Língua Portuguesa
12	Educação Fiscal /Educação Tributária	Matemática
13	Gênero e Diversidade Sexual	Ciências, Língua Portuguesa, Ensino Religioso, História
14	Exibição de Filmes Mensais Nacionais	Arte, Língua Portuguesa, História Geografia Ciências ,Educação Física, Matemática, Ensino Religioso
15	Segurança e Saúde	Ciências, Educação Física
16	Prevenção de Gravidez na Adolescência	Ciências, Ensino Religioso

4.17.1- DIREITOS DA CRIANÇA/ADOLESCÊNCIA/JOVEM

O Estatuto da criança e do adolescente (ECA) é um documento que reúne as leis específicas que asseguram os direitos e deveres de crianças e adolescentes aqui no Brasil. Ele nasce da luta de diversos movimentos sociais que defendem os direitos de crianças e adolescentes, já que antes do estatuto existia apenas o “Código de Menores” que tratava de punir as crianças e adolescentes consideradas infratores.

Desde 1990 com o ECA as crianças e os(as) adolescentes são reconhecidos como sujeitos de direitos e estabelece que a família, o Estado e a sociedade são responsáveis pela sua proteção, já que são pessoas que estão vivendo um período de intenso desenvolvimento físico, psicológico, moral e social. **O que o estatuto garante?**

"Crianças e adolescentes são sujeitos de Direitos" - Sujeitos de Direitos são pessoas que têm os seus direitos garantidos por lei.

"Seus direitos devem ser tratados com prioridade absoluta" - Isso quer dizer que os direitos das crianças e dos/ das adolescentes estão em primeiro lugar.

"Para tudo deve ser levada em conta a condição peculiar de crianças e adolescentes serem pessoas em desenvolvimento" - A criança e o adolescente têm os mesmos direitos que uma pessoa adulta e, além disso, têm alguns direitos especiais, por estarem em desenvolvimento físico, psicológico, moral e social. As crianças e os adolescentes não conhecem todos os seus direitos e por isso não têm condições de exigir, então é muito importante que todos conheçam o ECA para que se possa conseguir uma sociedade mais justa para todos.

A Constituição Brasileira no artigo 227, também assegura a proteção integral à criança e ao adolescente:

"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

Esses são alguns dos direitos que o estatuto garante, mas não podemos apenas pensar nos DIREITOS, temos que pensar e colocar em prática nossos COMPROMISSOS, pessoais e sociais com relação ao estatuto. Este compromisso social é uma forma de manifestar nosso respeito e solidariedade para com a comunidade que vivemos, Vamos pensar alguns desses compromissos sociais:

Direito de ter escola e educação

Nosso compromisso é frequentar as aulas, estudar, cuidar da escola etc.

Direito a saúde e prevenção

Nosso compromisso é cuidar da nossa saúde, buscar informações e orientação nas unidades de saúde, usar o preservativo em todas as relações e práticas sexuais etc.

Direito à Liberdade, respeito e dignidade

Nosso compromisso é respeitar as pessoas, agir com dignidade e ética, usufruir com responsabilidade e conquistar nossa liberdade etc.

4.17.2 - DIREITOS HUMANOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proposta em 10 de dezembro de 1948 pela Organização das Nações Unidas. Para entender a razão da sua existência, é preciso levar em conta o contexto histórico. Em 1948, o mundo acabava de sair de um de seus períodos de maior sofrimento e tristeza, a Segunda Guerra Mundial. A ONU foi criada logo após a guerra com o ideal de promover a paz e a dignidade humana, bem como a união entre os povos.

A Declaração, portanto, nasceu para evitar os terríveis acontecimentos que marcaram os anos da primeira metade do século 20. Ele é um “ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades”.

Igualdade e liberdade

Os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos são destinados a todos os seres humanos, sem qualquer tipo de distinção. Ela estabelece, por exemplo, que todos nascemos livres e iguais em dignidade e direitos, assim como temos todos o direito a um julgamento justo e imparcial para qualquer acusação criminal que viermos a receber.

Em seus 30 artigos, a Declaração estabelece direitos como o acesso à educação, saúde, o livre pensamento, e outros direitos básicos.

A humanidade ainda luta para colocar em prática todos esses direitos. Logo antes de seu primeiro artigo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos cobra de todos os órgãos da sociedade a “adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional” para assegurar o seu reconhecimento e a sua “observância universal e efetiva”.

Cabe a todos nós estar atentos para garantir que estes direitos estejam sendo cumpridos na nossa comunidade.

4.17.3 - RELAÇÕES ÉTNICO - RACIAIS, O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

Tendo em vista a Lei 10.639/003 que promove a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos de todas as escolas da educação básica e mais tarde sua revisão pela lei 11.645/008 no qual insere-se o elemento indígena, é possível identificar práticas pedagógicas que valorizem essas culturas, bem como identificar, junto

ao aluno, a importância da formação e desenvolvimento do país com base no conhecimento desses povos.

A Lei nº11.645/2008 inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e “Indígena”, sendo que se referem aos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em parceria com a disciplina de artes e história, fazendo-se relação com os conteúdos matemáticos propostos neste documento. Lei 10.639/003 e Lei nº 11.645/2008

4.17.4 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Este conteúdo deve ser um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Em conformidade da Lei 9.795/99, propõe-se promover a educação ambiental de forma contínua, permanente e integrada aos programas da disciplina de física. Serão realizados estudos, pesquisas e experimentações, desenvolvendo instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, difundindo-se conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental, possibilitando o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando a participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionados a problemática ambiental. Apoiar-se-á iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo. Lei 9.795/99 Art. 1º, Que está em anexo.

4.17.5 - ESTATUTO DO IDOSO

É possível abordar o tema em questão, trabalhando as instituições sociais bem como os asilos, onde diversas famílias optam por cuidados com os idosos. De acordo com a LEI nº 10.741/2003 Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Art. 4º Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.

4.17.6- PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS

Tendo em vista o disposto na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, DECRETA: Art. 3º A Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas do Ministério da Cidadania e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública articularão e coordenarão a implementação da Pnad, no âmbito de suas competências. “O uso de drogas na atualidade é uma preocupação mundial. Entre 2000 e 2015, houve um crescimento de 60% no número de mortes causadas diretamente pelo uso de drogas[1], sendo este dado o recorte de apenas uma das consequências do problema. Tal condição extrapola as questões individuais e se constitui como um grave problema de saúde pública, com reflexos nos diversos segmentos da sociedade. Os serviços de segurança pública, educação, saúde, sistema de justiça, assistência social, dentre outros, e os espaços familiares e sociais são repetidamente afetados, direta ou indiretamente, pelos reflexos e pelas consequências do uso das drogas.” (Lei nº 11.343). O assunto deve ser abordado tendo o cuidado para não colocar de forma preconceituosa o problema, visto que, na atual situação, muitos jovens vivem essa realidade do uso e abuso de drogas, sejam elas lícitas e ilícitas. É importante frisar os malefícios metabólicos que uso dessas substâncias causam no organismo.

4.17.7- EDUCAÇÃO FISCAL/ EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA

Com o intuito de informar e facilitar a compreensão do estudante para a função socioeconômica dos tributos e seu retorno para os benefícios da população e da sociedade, a educação fiscal e tributária dentro do ambiente escolar tem papel fundamental para um futuro sustentável. Orientando e educando os estudantes para acompanhar e compreender como se dá esse processo, é possível transformar cidadãos críticos que possam modificar a realidade social em que vivemos.

4.17.8 - GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

A sociedade atual já vem sofrendo diversos tipos de preconceito. É histórico a discriminação das questões de gênero e sexualidade vivenciadas em nosso país. Vale destacar que o gênero não é uma questão biológica, e sim uma questão mais subjetiva, cultural, que deve ser respeitada independentemente do espaço no qual o indivíduo se encontra. A escola é um local de transmissão de conhecimento científico, social e cultural, portanto deve abordar o tema com respeito, frisando a importância de se tratar com dignidade igualdade as pessoas da comunidade LGBT, uma vez que, independente de gênero, orientação sexual, todos são cidadãos. É importante ressaltar que o Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero foi aprovado em 26 de março de 2017 pela Comissão dos Direitos Humanos, e segue como projeto de lei no senado sob o nº 134 de 2018.

4.17.9 - COMBATE A VIOLÊNCIA

É bem verdade que a escola não pode ser omissa a esse problema, mas também não é certo que recaia sobre a mesma a responsabilidade de combatê-la em todos os âmbitos. Sabe-se que o ambiente escolar pode manifestar diversos tipos de violência. Cabe a cada instituição estabelecer estratégias pedagógicas de combate a mesma. Violência é uma atitude que causa danos a outra pessoa, ser vivo, animal ou mesmo objeto, que resulta na integridade física, psicológica, moral dos indivíduos sociais.

É importante citar que nesse ambiente (escola) se desenvolve o Bullying, assunto que deve ser abordado com os estudantes de forma a orientá-los para a não prática do mesmo, visto que o indivíduo que sofre esse tipo de violência pode apresentar diversos transtornos durante sua adolescência e vida adulta. A **LEI** Nº 13.663, DE 14 DE MAIO DE

2018. Altera o art. 12 da **Lei** nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de **combate** a todos os tipos de **violência** e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. O projeto encontra-se em anexo.

4.17.10 - EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

Para que todos possam transitar com tranquilidade e segurança nas vias urbanas, atualmente, o Brasil conta com uma Lei Federal, que regulamenta o trânsito de veículos e pedestres: o Código Nacional de Trânsito. Nele, podemos encontrar normas de circulação e conduta para que todos possam ir e vir com segurança e sem conflitos.

Os ensinamentos sobre educação no trânsito devem começar nas séries iniciais e aliar teoria e prática. As crianças devem ser orientadas a ter um comportamento adequado em relação à segurança necessária nas vias públicas, tanto na condição de pedestre quanto na de passageiro. Aqueles que usam bicicletas, skates, patins e patinetes devem aprender que existem faixas para ciclistas e outros lugares apropriados e seguros para a diversão, que excluem as vias públicas. Também não devem se esquecer de usar equipamentos de proteção e segurança. Educação no trânsito para formar adultos responsáveis.

O Código de Trânsito orienta a forma mais adequada do pedestre circular pelas ruas, utilizando, sempre que existirem, as calçadas, faixas de pedestres, passarelas, etc. Em determinadas áreas (como pontes), para que haja alguma proibição, é necessário que haja uma sinalização feita pelo órgão executivo de trânsito com circunscrição sobre a via.

Muitas vidas seriam poupadas se o causador de um acidente tivesse colocado em prática o que todos sabem: não beber antes de dirigir, revisar o veículo periodicamente, não ultrapassar em lugares proibidos e respeitar os limites de velocidade. Essas são ações geradoras de mais segurança e melhor qualidade de vida.

A educação no trânsito também está relacionada com o cultivo de hábitos saudáveis, atitudes preventivas, e com o exercício de ações mais humanas. Através da educação no trânsito dentro das escolas poderemos formar cidadãos mais conscientes e preparados para enfrentar a vida e o trânsito. A iniciativa tem por objetivo contribuir na construção de valores, como o respeito ao próximo para a proteção da vida, que é o

nosso bem maior. A educação no trânsito nas escolas auxiliar, ainda, na compreensão da criança em relação aos elementos e as situações vivenciadas no trânsito.

4.17.11 - INCLUSÃO SOCIAL/SÍMBOLOS

Muito debatida, a questão da inclusão social é de suma importância, principalmente no ambiente escolar, onde se encontra grande diversidade de pessoas com características específicas. São muitas as diferenças (classe, educação, raça, religião, idade, deficiência, gênero, entre outros que possibilitam e agravam a questão do preconceito. A LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, estabelece “*Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. No artigo segundo da lei referida lê-se : Art. 2º *Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas*. Para tanto, a escola possui medidas que auxiliam os alunos com as deficiências citadas, no processo de inclusão com diferentes meios e ações que visam o combate ao preconceito. É importante citar a disponibilidade professores PAEE e projetos que visam a inclusão social do estudante.

4.17.12 - EXIBIÇÃO DE FILMES NACIONAIS

No dia 26 de junho de 2014 entrou em vigor a lei 13.006 que acrescenta um parágrafo no artigo 26 da lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), estabelecendo a obrigatoriedade da exibição de, no mínimo, 2 horas mensais de filmes de produção nacional nas escolas de Educação Básica. O projeto original que deu origem à lei partiu do senador Cristovam Buarque e aponta como objetivo que a exibição dos filmes nacionais constitua se como componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola. Tão interessante quanto a lei são os relatórios que foram gerados durante o processo de criação da mesma e aconselho a lerem para saber como os deputados e senadores compreendem a relação entre audiovisual e educação (deixo aqui o link). Sem dúvida, os

conteúdos destes relatórios são tópicos de debates para uma outra postagem, pois ali estão argumentos e definições que interferem sobremaneira na condução de uma proposta mais coesa e consistente de um projeto amplo de Educação Audiovisual.

Ao ser sancionada, a lei criou a obrigação da exibição de 2 horas de filmes nacionais na Educação Básica integrada à proposta pedagógica da escola. Ponto. Esta é a lei... Ela é pontual, direta... E este caráter faz com que achemos e nos mexamos para resolver um problema que a lei trouxe. Que loucura! Não há uma proposta mais ampla que compreenda os filmes nacionais, ou melhor, assistir os filmes nacionais como sendo parte de um processo muito mais complexo e urgente de Educação Audiovisual.

A lei serve para levantar este debate e não para encerrá-lo. Como se dará a formação de docentes para trabalhar com o audiovisual integrado em uma proposta pedagógica? Como constituir currículos que compreenda o audiovisual como uma linguagem em diálogo com outras áreas do conhecimento? Como compreender o universo audiovisual que os e as estudantes já trazem para escola no seu processo contínuo de formação? Como articular escola, comunidade e audiovisual com as questões presentes na contemporaneidade? Como suprir a infraestrutura básica para uma exibição audiovisual na escola?

Estas são algumas questões que nos mostram o quão amplo este debate é e precisa ser. A exibição de filmes nas escolas não pode ser mais um evento que sirva para preencher horários ou como recurso punitivo. Há uma pluralidade pedagógica neste evento que precisa ser pensado, planejado e executado e que permite contribuir com a construção de uma alfabetização crítica dos meios que utilizam os recursos audiovisuais: cinema, televisão, internet, etc.

É possível levantarmos uma infinidade de atividades que podemos realizar com o audiovisual nas escolas. Isto é importante, mas não podemos ficar só nisso... As atividades são importantes desde que sejam pensadas e articuladas com uma proposta pedagógica mais ampla. É preciso caminhar: agindo e pensando... construindo e transformando...

Novas relações e linguagens desafiam os profissionais da educação a pensar na vocação multicultural da escola, no sentido de promover o diálogo entre as diferentes gerações e os diversos padrões culturais nela presentes.

Em sua análise, indicou três fatores que apontam um novo lugar para a escola: a cultura digital, que vem criando uma escola sem muros, na qual o estudante é produtor de conhecimento e a linguagem audiovisual assume importância; a existência de outros 1

Os textos destacados em itálico correspondem às falas da entrevista concedida por este secretário, em Brasília, em 14/08/2013. XVIII ENDIPE Didática e Prática de Ensino no contexto político contemporâneo: cenas da Educação Brasileira ISSN 2177-336X 7786 9 ambientes educativos fora da escola,

4.17.13 - EDUCAÇÃO ALIMENTAR

O Dia Nacional da Alimentação nas Escolas é comemorado em 21 de outubro. A data foi escolhida para ressaltar a importância das ações voltadas para a educação alimentar e nutricional dos estudantes de todas as etapas da educação básica. E é com esse objetivo que o Governo Federal investe no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que tem como objetivo garantir o consumo de alimentos saudáveis no ambiente escolar, de modo a criar bons hábitos nos estudantes para toda a vida.

O PNAE é o mais antigo programa do governo brasileiro na área de alimentação escolar e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), sendo considerado um dos maiores e mais abrangentes do mundo no que se refere ao atendimento universal aos escolares e de garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável. Esta política pública, gerenciada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia do Ministério da Educação (MEC), atende de forma complementar todos os alunos matriculados na educação básica das escolas públicas, federais, filantrópicas, comunitárias e confessionais do país, segundo os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da SAN.

O PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período em que permanecem na escola. São objetivos complementares do PNAE: • Envolver todos os entes federados (estados, Distrito Federal e municípios) na execução do Programa; • Estimular o exercício do controle social; • Dinamizar a economia local, contribuindo para geração de emprego e renda; • Respeitar os hábitos alimentares e vocação agrícola locais. Para a execução do PNAE, a **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009, institui como diretrizes da alimentação escolar: Alimentação Saudável e adequada orienta para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e

para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica. Educação Alimentar e Nutricional fomenta a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. Universalização atende a todos os alunos matriculados na rede pública de educação básica. Participação social favorece o acompanhamento e ao controle da execução por meio da participação da comunidade no controle social, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE). Desenvolvimento Sustentável Incentiva a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos. Direito à alimentação escolar garante a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social. Lei está em anexo.

4.17.14 - SEGURANÇA E SAÚDE

A **Lei Federal nº 12.645** de 16 de maio de 2012 instituiu 10 de Outubro como o Dia Nacional da Segurança e Saúde nas Escolas, ou seja, estabeleceu um dia a ser dedicado ao tratamento dessa temática no ambiente escolar. Tradicionalmente, as expressões segurança e saúde vêm sendo empregadas em conjunto para designar uma problemática associada ao mundo do trabalho, com pouca inserção na realidade escolar. Cada vez mais, no entanto, percebe-se que o desafio de promover a segurança e a saúde dos trabalhadores precisa ganhar novas dimensões e ser estendido a outros agentes, uma vez que as ações convencionais não estão conseguindo promover suficientemente a saúde e a segurança dos trabalhadores.

O Dia Nacional da Segurança e Saúde nas escolas foi instituído justamente para promover essa aproximação entre a escola e o mundo da segurança e saúde do trabalhador. Sabe-se o quanto é importante que a problemática da segurança e saúde do trabalhador não se restrinja ao mundo do trabalho, mas passe a ser incorporada o mais cedo possível no cotidiano dos nossos alunos, pois esperar que eles cheguem ao mundo do trabalho para, somente depois disso terem contato com a questão da segurança e

saúde no trabalho não é o melhor caminho, uma vez que pode não haver tempo para que isso aconteça, conforme demonstram as estatísticas.

Educar para a cidadania é uma das principais funções sociais da escola, e ter consciência disso implica em reconhecer quão ampla e complexa é sua tarefa. Em meio à diversidade de temas e situações educativas que devem compor o percurso de formação para – e pela cidadania –, as questões referentes ao mundo do trabalho certamente não podem ficar de fora, especialmente as que se relacionam à Saúde e à Segurança de quem trabalha, isto é, dos trabalhadores.

A Educação, assim como a saúde, a segurança e o trabalho são direitos constitucionais. A legislação educacional que faz ecoar em suas linhas a voz e o ideal de toda uma tradição de educadores brasileiros dá amparo a uma formação que prepare o educando para o exercício da cidadania e para o trabalho de modo pleno. O tipo de nação que queremos para nós é uma nação esclarecida, crítica e que respeite a vida e a dignidade de seus cidadãos os quais, por definição, se compõe também de trabalhadores, estejam eles já formados e/ou em processo de formação, o que faz destes cidadãos em potencial. Isso significa dizer que não basta falar em Segurança e Saúde dos Trabalhadores, é preciso praticá-la, incorporá-la à vida como um valor.

4.17.15 - LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E CRENÇA

Quando falamos em uma sociedade mais justa e igualitária, quando falamos em democracia, não temos como ignorar o livre exercício de crença de cada cidadão. **A liberdade religiosa** é garantida pela Constituição de 1988 e está descrita no artigo 5º, que possui 77 incisos sobre os direitos fundamentais garantidos aos cidadãos. Nesse texto falaremos sobre o **inciso VI**, que trata da **liberdade de consciência e de crença**. Esse direito é relevante a todos no país, tanto para aqueles que possuem uma religião e exercem sua crença, quanto para os que não têm religião.

O artigo 5º, em seu sexto inciso, afirma que:

“Inciso VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.”

Esse inciso garante que todos os brasileiros e estrangeiros que moram no Brasil são livres para escolher sua religião, praticar e professar sua crença e fé, seja num ambiente doméstico ou em um lugar público.

Isso significa que os governos não podem agir no sentido de **obrigar** as pessoas a adotarem uma ou outra religião ou de **proibir** os cidadãos de seguirem uma crença e participarem de cultos, por exemplo. Assim, os brasileiros e estrangeiros que se encontrem no território nacional, devem ter a liberdade de escolher se serão católicos, evangélicos, umbandistas, espíritas ou adeptos de qualquer outra religiosidade.

E é claro, também é um direito de todos optar por **não** seguir uma religião se assim desejarem. A Constituição de 1988, ao garantir a **liberdade de consciência**, além de prever a liberdade para as pessoas escolherem sua religião e exercerem a sua fé, garantiu também o direito de não ter religião ou de ter convicções filosóficas que não estejam vinculadas à alguma religião.

A **LEI Nº 13.796, DE 3 DE JANEIRO DE 2019**, publicada no Diário Oficial de 4 de janeiro, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. De acordo com a Lei nº 13.796, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional passa a vigorar com o acréscimo do artigo 7º-A, que fixa, em virtude de escusa de consciência, prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência a aulas realizadas em dia de guarda religiosa.

O novo artigo assegura ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades.

4.17.16 - PREVENÇÃO À GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Foi sancionada a Lei nº 13.798 de 03 de janeiro de 2019, que acrescenta ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) artigo instituindo a data de 1º de fevereiro para início da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Segundo a lei, nesse período, atividades de cunho preventivo e educativo deverão ser desenvolvidas conjuntamente pelo poder público e por organizações da sociedade civil.

Esta é uma medida importantíssima, uma vez que a gravidez na adolescência envolve muito mais do que problemas físicos, mas também problemas emocionais e sociais.

No Brasil, a taxa de gravidez na adolescência é ainda maior que a média mundial, de cada mil adolescentes de 15 a 19 anos, 62 tiveram um parto. Os partos de mães adolescentes correspondem a 16,4% dos partos que ocorrem no país, ou seja, de cada 6 crianças que nascem no Brasil, uma é filha de mãe adolescente. É importante observar que esses números mostram apenas as gestações que resultaram em partos de nascidos vivos. Além disso, um terço das adolescentes brasileiras voltam a engravidar dentro de 12 meses do último parto, o que é preocupante já que o tempo mínimo recomendado para uma nova gravidez é de 18 meses após o parto para garantir menores riscos à saúde da mulher e do recém-nascido. Para completar este panorama, a maior parte desses partos não foram planejados ou desejados

A gravidez pode ter consequências imediatas e duradouras para a saúde, a educação e o potencial de geração de renda de uma adolescente. A gestação na adolescência está associada a maiores riscos de partos prematuros, de recém-nascidos com baixo peso, de eclampsia, de transtornos mentais (como a depressão) e de morte devido a complicações decorrentes de abortos inseguros ou da gravidez e do parto. Esses riscos dependem da idade da adolescente (maior risco em adolescentes menores de 15 anos), do nível socioeconômico da adolescente (quando mais pobre e com menor rede de suporte, maior o risco), do acesso aos serviços de saúde e da condição de saúde da adolescente.

Apesar dos riscos à saúde causados por uma gestação na adolescência, os maiores riscos são os sociais e econômicos. Além disto, a gravidez precoce está associada a um maior risco de abandono escolar e perda de oportunidades de empregos, aumentando o risco de perpetuação do ciclo da pobreza.

4.17.17 - SEXUALIDADE

A finalidade do trabalho de Orientação Sexual é contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Esse tema vincula-se ao exercício da cidadania na medida em que propõe o desenvolvimento do respeito a si e ao outro e contribui para garantir direitos básicos a todos, como a saúde, a informação e o conhecimento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades.

Escola entende que a educação para a sexualidade deve estar presente no PPP, pois a inserção dessas temáticas nesse documento possibilita que as questões de corpos,

gêneros e sexualidades tornem-se institucionais, e sejam entendidas como temáticas que devem ser discutidas de forma permanente e sistemática, sendo responsabilidade de toda a comunidade escolar, constituindo-se como um componente curricular, e não atribuição de apenas um/a ou outro/a profissional da escola. Um trabalho contínuo e político permite que a escola faça o contraponto, reflita, discuta e desestabilize alguns modelos hegemônicos referentes às temáticas de corpos, gêneros e sexualidades, tais como: a masculinidade, a heterossexualidade, a criança inocente e assexuada, a família nuclear, entre tantos outros, presentes na sociedade. Deste modo, entendemos que essas questões não devem estar às margens do currículo escolar, nem trabalhadas de maneira pontual nas escolas, mas que elas sejam entendidas como temáticas que fazem parte da sociedade e, portanto, da escola e que estejam presentes em seus Projetos Políticos Pedagógicos, para que assim elas se constituam como temáticas que integram o currículo escolar.

4.17.18 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

A Escola Municipal José Bonifácio tem por meta seguir os planos nacional e estadual para as mulheres e assim desenvolver atividades que valorizam as mesmas e aqui tenha o princípio da igualdade entre homens e mulheres.

O reconhecimento dos direitos das mulheres é uma reivindicação que se faz presente, pelo menos desde a década de 1920. No entanto, embora seja uma reivindicação antiga, sua concretização jurídica é bem mais recente. Efetivamente, a legislação reservava à mulher um lugar de subalternidade, primeiro sob o poder do pai e depois, do marido. Apenas recentemente os direitos de cidadania se estenderam à mulher, embora o marco legal da igualdade não seja realidade em todos os países.

Ao se tratar de políticas para mulheres no estado do Paraná, é preciso ter em mente a necessidade de reforçar os direitos das mulheres e as conquistas já alcançadas, tendo em vista a fragilidade das garantias que foram constituídas numa história ainda recente. A condição histórica de inferioridade à qual a mulher foi submetida, dentro de uma sociedade patriarcal, provoca marcas profundas que não são facilmente superadas, ainda que as normativas afirmem os direitos humanos para todos(as), homens e mulheres, indistintamente. Dessa maneira, faz-se necessário observar garantias específicas que viabilizem às mulheres as mesmas oportunidades e promovam efetivamente a igualdade, não apenas em âmbito normativo, mas principalmente na vida

social. Dessa maneira, as mulheres obtiveram o status legal de igualdade perante os homens e entre si mesmas. Concomitante à implementação de normativas fundamentadas na igualdade, no entanto, começaram a ganhar expressão política grupos que evidenciavam a necessidade de garantias de direitos específicos, como os direitos da mulher, do(a) idoso(a), da criança e do(a) adolescente, dos(as) homossexuais – hoje compreendidos(as) na categoria mais ampla dos LGBT+, – dos(as) negros(as), indígenas, pessoas com deficiência, entre outros grupos vulneráveis. Observou-se que a igualdade normativa, somente, não é suficiente para gerar oportunidades iguais a grupos que vivem condições sociais diversas.

Hoje, o movimento tem maior amplitude, no sentido em que respeita e valoriza a absoluta diversidade de situações vivenciadas pelas mulheres, e “reconhece que algumas enfrentam barreiras especiais que dificultam sua participação em pé de igualdade na sociedade” A atuação dos movimentos feministas influenciou inquestionavelmente na revisão legislativa a respeito das mulheres ao redor do mundo. A mudança de paradigma tem como importante marcos as conferências mundiais sobre a mulher, realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) também já garantia legalmente o acesso de todas as pessoas às liberdades e aos direitos instituídos, independentemente do sexo, entre outros marcadores sociais de diferença. Em seu parágrafo 18, a Declaração traz que:

Os Direitos Humanos das mulheres e das crianças do sexo feminino constituem uma parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. A participação plena e igual das mulheres na vida política, civil, econômica, social e cultural, a nível nacional, regional e internacional, e a erradicação de todas as formas de discriminação com base no sexo constituem objetivos prioritários da comunidade internacional (ONU, 1993).

O Brasil, por influência das normativas internacionais e também por pressão dos movimentos sociais internos, organizou uma extensa legislação, principalmente a partir da nova Constituição de 1988, que visava à proteção e promoção dos direitos das mulheres e à igualdade de gênero.

No Paraná, a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social (Seds) coordena a Política da Mulher, com ações voltadas, principalmente, para a promoção social das mulheres e suas famílias, prevenção das situações de violência e pronto atendimento em casos de ameaça e violação de direitos. O trabalho é feito por meio da

Coordenação de Política para Mulheres com ações articuladas que envolvem as secretarias estaduais da Saúde, Educação, Justiça, Trabalho e Direitos Humanos, Segurança Pública e Administração Penitenciária, Agricultura e Abastecimento. Também atuam nesta Política o Sistema de Justiça: Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Judiciário.

Em 2013, o Paraná renovou a adesão ao Pacto nacional para Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres, que tem como objetivo prevenir e enfrentar todas as formas de violações de direitos. Desde então, o Governo do Paraná fortaleceu as políticas públicas para as mulheres, que resultaram na criação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e no Plano Estadual de Políticas para as Mulheres. A Lei que instituiu o Conselho foi sancionada em 2013 (Lei 17.504). Até então, o Conselho existia, mas regulamentado apenas por decreto.

No ano seguinte, em 2014, foi aprovado o Plano Estadual de Políticas Públicas para Mulheres, que nasceu da mobilização de milhares de mulheres que participaram das conferências municipais e estadual. Ali estão as metas, parcerias, prazos e indicações orçamentárias para direcionar o governo na formulação de políticas públicas para transformar a realidade das paranaenses em todas as áreas.

4.17.19 - HISTÓRIA DO PARANÁ

A história do Estado do Paraná remonta há cerca de 9000 anos. As provas materiais dessa história são encontradas em todo o território paranaense nos vários sítios arqueológicos já pesquisados como: os sambaquis no litoral e as pinturas rupestres, nos Campos Gerais. Nesses locais encontramos vestígios materiais importantes que revelam como viviam os habitantes desta terra antes da vinda dos primeiros europeus para a América. Particularmente, no Paraná, a ocupação europeia aconteceu por duas vias: uma espanhola e a outra portuguesa.

Desde o início do século XVI, exploradores europeus atravessaram de norte a sul e de leste a oeste, o território paranaense tendo sempre como ponto de partida foi o litoral atlântico. O primeiro europeu a percorrer toda a extensão deste território foi o bandeirante Aleixo Garcia. Em 1541 Dom Alvarez Nuñez Cabeza de Vaca, partindo da Ilha de Santa Catarina seguiu por terra em direção a oeste tomando posse simbólica deste território em nome da Espanha. Nesta fase a Coroa Espanhola cria cidades e algumas reduções para

assegurar o seu território determinado pelo Tratado de Tordesilhas - acordo bilateral entre os reinos ibéricos de Portugal e Espanha.

No ano de 1554 é criada a primeira povoação europeia em território paranaense, a vila de Ontiveros, às margens do rio Paraná, perto da foz do rio Ivaí. Dois anos depois, o povoamento se transfere para perto da foz do rio Piquiri, recebendo o nome de Ciudad Real del Guairá - hoje município de Terra Roxa -, que juntamente com Vila Rica do Espírito Santo - nas margens do rio Ivaí - formou a província de Vera ou do Guairá.

No início do século XVI os portugueses criaram duas capitânicas sobre o nosso litoral. A primeira, a Capitania de São Vicente, na região compreendida entre a Barra de Paranaguá e a de Bertioga. A segunda, a Capitania de Sant'Ana, desde a Barra de Paranaguá até onde fosse legítima pelo Tratado de Tordesilhas; mas, referências históricas, datadas de 1540, nos dão conta da existência de moradores na baía de Paranaguá vindos de Cananéia e São Vicente.

Em meados de 1600 intensifica-se a presença dos vicentinos (moradores da capitânia de São Vicente) em todo o litoral e nos Campos de Curitiba, em 1648 o povoado de Paranaguá é elevado a categoria de Vila com a denominação de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá.

Diogo de Unhate foi o primeiro português a requerer terras em solo paranaense; em 1614 obteve uma Sesmaria na região de Paranaguá, localizada entre os rios Ararapira e Superagüi. Na sequência, em 1617 Gabriel de Lara funda uma povoação na Ilha da Cotinga, que depois transferiu para a margem esquerda do rio Taquaré (hoje Itiberê).

Três foram as ondas povoadoras que em conjunturas diversas e com motivações distintas realizaram a ocupação e formaram as comunidades regionais que constituem o atual Estado do Paraná. Quais sejam:

A primeira se esboçou no século XVII, com a procura do ouro, e estruturou-se no século XVIII sobretudo no latifúndio campeiro dos Campos Gerais, com base na criação e no comércio do gado e, mais tarde, no século XIX, nas atividades extrativas e no comércio exportador da erva-mate e da madeira.

O Paraná foi a primeira região do Brasil a ingressar no sistema colonial mercantil. Os motivos para esta inserção foram a descoberta de ouro de aluvião no litoral na primeira metade do século XVII e a sua proximidade geográfica com o eixo São Vicente, Rio de Janeiro, Bahia.

A evidência do ouro foi manifestada por Gabriel de Lara em Paranaguá (1646) e Heliodoro Ébano Pereira nos campos de Curitiba (1651). Nesta época muitos moradores

abandonaram a lida com a terra para procurar ouro. Isso provocou uma situação de extrema pobreza em toda a região persistindo apenas a lavoura de subsistência. Como o ouro era pouco logo acabou.

O gênero de subsistência manteve um fraco comércio em Paranaguá. A produção e o comércio de farinha de mandioca possibilitou a importação de produtos básicos como o sal, ferragens e peças de algodão vindos da sede da Capitania. Ainda no século XVII iniciou-se no litoral outra atividade produtiva como o plantio de arroz e cana-de-açúcar; este último com a finalidade de produzir a aguardente e o açúcar.

Com a abertura do caminho do Viamão, em 1731, a criação e a invernagem de gado dá o início a principal atividade econômica paranaense do século XVIII, o tropeirismo.

Ao longo do caminho do Viamão, ou caminho das tropas organizaram-se pousos, invernadas e freguesias, como as de Sant'Ana do Iapó, de Santo Antônio da Lapa originando vilas e futuras cidades do Paraná Tradicional. Com base nessa atividade foram ocupados os Campos de Curitiba, os Campos Gerais, bem como, no século XIX, os Campos de Guarapuava e Palmas. O Tropeirismo irá se esgotar na década de 1870 pelo aparecimento das estradas de ferro as quais fizeram com que os animais de carga perdessem sua função econômica.

No início do século XIX a erva mate abriu o comércio de exportação para os mercados do Rio da Prata e do Chile. Transformou-se no esteio econômico paranaense até os anos de 1930 quando a concorrência argentina encerrará a predominância da erva-mate paranaense.

A partir das primeiras décadas do século XIX o quadro demográfico paranaense é substancialmente alterado pela introdução de contingentes de imigrantes europeus. Estes imigrantes vieram para o Paraná especialmente para trabalhar com a agricultura de abastecimento em colônias agrícolas nos arredores dos centros urbanos.

A segunda resulta da ocupação das grandes florestas dos vales do Paranapanema, Paraná, Ivaí e Iguaçu. Dois movimentos populacionais extraordinários ocorreram paralelamente, resultando na sua formação. O primeiro impulsionado pela lavoura do café que ocupou a região Norte e o segundo pela ocupação das regiões Sudoeste e Extremo Oeste.

Desde o final do século XVIII, mesmo sem expressão econômica, o café do litoral do Paraná se encontra nas listas de exportações pelo porto de Paranaguá. Em meados do século XIX já se produzia café para consumo, interno, nos aldeamentos indígenas de

São Pedro de Alcântara e de São Jerônimo, e na colônia militar de Jataí. Porém, o café de fato entrou no Paraná no final do século XIX pelas mãos de migrantes mineiros e paulistas. A ocupação acontece em três zonas sucessivas. A primeira no Norte Velho, desde a divisa Nordeste com São Paulo até Cornélio Procópio, colonizada entre 1860 e 1925. Em 1950 esta região estava praticamente ocupada; a Segunda no Norte Novo, desde Cornélio Procópio até Londrina, prolongando-se até o rio Ivaí, colonizada entre 1920 e 1950; e a terceira e última no Norte Novíssimo, entre os rios Ivaí e Piquiri, colonizada de 1940 até 1960. Esta última chegando às barrancas do rio Paraná, fronteira com o Estado do Mato Grosso.

A terceira e última a partir o final da década de 1930 inicia um processo novo de ocupação territorial no Paraná nas regiões Sudoeste e Extremo Oeste por parte migrantes vindos do Rio Grande do Sul e, principalmente de Santa Catarina que implantam o regime de pequenas propriedades e a policultura, predominantemente de cereais e oleaginosas. Também se dedicavam a criação de suínos. Deste modo nos anos de 1960, toda a região estava ocupada.

4.17.20 - HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

A colonização de nosso Município iniciou-se em 1952, com a Firma Colonizadora PINHO E TERRAS LTDA. Assumiram a gerência da firma, no perímetro urbano e suburbano, os Senhores:

Alfredo Paschoal Ruaro, Emílio Henrique Gomez e Reinaldo Antônio Biazus.

Os convites de Alfredo Paschoal Ruaro, alguns chefes de famílias provindos do Rio Grande do Sul, vieram para cá, com o objetivo de executarem serviços preliminares, os quais em 1953, trouxeram também as suas famílias.

Uma das primeiras preocupações dos imigrantes foi a construção da Igreja Católica, escolhendo como padroeiro São José Operário, cuja profissão era carpinteiro, como a maioria dos recém chegados.

Naquela época as paróquias eram subordinadas a Foz do Iguaçu, posteriormente, com a criação de novas paróquias, a capela de Céu Azul pertenceu primeiro a Medianeira, e depois a Matelândia até 1964, quando foi instalada a paróquia local, que teve como primeiro vigário Rafael Piveta.

Em outubro de 1964, numerosas famílias de origem alemã, procedentes de Piratuba, Santa Catarina, liderados pelo Senhor Arnaldo Thrun, também vieram instalar-se em Céu Azul. Cultuavam a religião Luterana e também colaboravam muito para o desenvolvimento de Céu Azul.

Logo após chegaram as famílias Bazzo, procedentes de Joaçaba, Santa Catarina e família Gomez, vindas de Erechim, Rio Grande do Sul.

Em 1960, ficou evidente uma corrente migratória do norte do Estado e do País, os quais estabeleceram-se na parte norte do Município, atualmente Município de Vera Cruz do Oeste.

Famílias pioneiras:

a) ALFREDO PASCHOAL RUARO:

Natural de São Marcos, Rio Grande do Sul, partiu de Farroupilha em 1.946, rumo ao Oeste do Paraná, tendo sob sua responsabilidade uma expedição formada por homens que com muita força de vontade iniciaram a colonização do oeste.

b) REINALDO ANTONIO BIAZUS:

Natural de Flores da Cunha, Rio Grande do Sul, chegou ao Oeste em 1.952, fixando-se em Céu Azul, trabalhando junto a Colonizadora Pinho e Terras LTDA, exercendo a função de diretor da área rural. Trabalhou na colonizadora durante 08 anos, após foi diretor da Empresa Oeste LTDA, seguindo depois para o trabalho com a extração de madeira, comércio e ferragens.

c) SERAPHINO FRANCISCO BERNARDI:

Chegou em Céu Azul em 1953, inicialmente dedicou-se à indústria de móveis, sendo o primeiro industrial, passou posteriormente a serraria e beneficiamento de madeira.

d) ÂNGELO ROMBALDI:

Nascido a 3 de maio de 1907 em Farroupilha, Rio Grande do Sul, chegou ao oeste no início da colonização, integrou-se à Colonizadora Pinho & Terras LTDA, como carpinteiro, Construiu parte das casas dos colonizadores e posteriormente foi proprietário do 1º Hotel de Céu Azul.

e) EMÍLIO HENRIQUE GOMEZ:

Nascido em 4 de abril de 1923, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, estudou até o grau médio em Erechim - RS. Fixou residência em Céu Azul, assumindo a função de gerente industrial da OLEOLAR S/A , que estava iniciando. Deixou a Empresa para

candidatar-se Prefeito do recém criado município de Céu Azul. Cumpriu seu mandato no período de 1968 a 1972, foi o primeiro Prefeito de Céu Azul.

f) ÂNGELO COLOMBO:

Nascido a 22 de janeiro de 1922, em Monte Negro - RS, próximo a cidade de Farroupilha. Casado com Odila Maino Colombo, teve quatro filhos: Ana, João, Vito e Laí. Chegou em Céu Azul em 06 de junho de 1953 com a sua família, juntamente com a família de Ângelo Rombaldi e Olvindo Sebben.

g) OLVINDO ANTONIO SEBBEN:

Nascido a 19 de setembro de 1909, em Farroupilha - RS. Casado com Anna Santa Sebben chegou a Céu Azul em 1953, junto com as famílias Colombo e Tomazzi, a convite de Alfredo Paschoal Ruaro, exercendo a função de carpinteiro na construção das primeiras moradias para seus familiares e futuros moradores.

Inicialmente havia facções que defendiam os nomes “Ivete” e “Ibiapó”. Mas os primeiros moradores que armaram o seu acampamento no morro, onde está localizada atualmente a Matriz, observaram o céu nitidamente limpo e visível, apresentando um azul celeste e, pelo lado do Parque um azul escuro, formando assim uma bela paisagem vespertina, resolveram então, denominar este lugar de Céu Azul, cujo nome permanece até hoje.

O Município de Céu Azul foi criado pela Lei Estadual nº 5.407, publicada em 08 de outubro de 1966, desmembrado do município de Matelândia: porém só foi instalado em 22 de dezembro de 1968, por força da Lei Estadual nº 5.882 de 4 de dezembro de 1968.

4.18 - COMPOSIÇÃO E FUNÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A escola deve ter uma ação conjunta com os educadores diante daqueles alunos que em algum período do processo de ensino apresentarem alguma forma de dificuldade de aprendizagem.

E referindo-se aos alunos com defasagem na aprendizagem escolar a Lei nº 9394/96 no seu inciso V do artigo 12, recomenda aos estabelecimentos de ensino “prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento”, e aos docentes “zelar pela aprendizagem dos alunos” (inciso III do artigo 13).

Esses dois parâmetros legais permitem ao estabelecimento de ensino a verificação e reconhecimento de que nem todos os alunos possuem a mesma condição

para a aprendizagem, onde a inferência de fatores como a carência física, psicológica, cognitiva, afetiva, muitas vezes decorrentes do meio sócio-econômico familiar impedem que estes tenham o mesmo desenvolvimento escolar num determinado tempo, do que a maioria de seus colegas.

Sendo assim, a recuperação constitui-se parte integrante dos processos de ensino e de aprendizagem cabendo a escola a garantir a todos os seus alunos oportunidades de aprendizagem, redirecionando metodologias diversificadas de modo que as dificuldades diagnosticadas sejam superadas.

Como parceiro neste processo, a escola conta com o Centro de atendimento Multidisciplinar – CAMU, onde objetivo do referido centro é desenvolver um trabalho voltado aos alunos que apresentam dificuldades ou comprometimento associado a aprendizagem, considerando sua totalidade; e que concomitante são realizados atendimentos à comunidade escolar em diversos aspectos que são inerentes às práticas dos profissionais que ali atuam.

As solicitações para atendimento são realizadas através de fichas de encaminhamentos para a intervenção profissional, sendo estas preenchidas pela instituição de ensino, onde posteriormente os técnicos procedem a avaliação dos casos e a inclusão e iniciação aos atendimentos necessários sendo psicológico, fonoaudiológico, psicopedagógico, nutricional e social, sendo estas atividades realizadas em período de contra turno escolar.

Com a integração de um trabalho colaborativo entre professor e técnicos, objetiva-se direcionar práticas enriquecedoras que fundamentem um trabalho voltado especificamente a necessidade educacional do aluno em questão, buscando resgatar sua defasagem escolar.

A equipe multidisciplinar é composta pelas técnicas na área da Psicologia, Psicopedagogia, Fonoaudiologia e Nutrição, as quais atendem no Centro de Atendimento Multidisciplinar – CAMU.

NOME	FUNÇÃO
Fernanda Rotta	Coordenadora - Educação Especial
Karla Baittinger	Fonoaudióloga
Jane Maria Bresolin	Psicóloga
Marcieli Cristina Ribeiro	Psicopedagoga

Professor de Apoio Educacional Especializado:

1. Participar da elaboração e realizar a mediação, e orientação do(s) aluno (s) sob sua responsabilidade, contribuindo com sugestões, bem como, intervir nos encaminhamentos e adaptações necessárias nos Cadernos de Atividades. Inclui-se ainda, a orientação quanto ao desenvolvimento das atividades propostas junto aos pais ou responsáveis legais dos alunos que estão sob o seu atendimento.
2. As atividades deverão ser disponibilizadas aos pais semanalmente, e acompanhadas pelo professor diariamente, que estará disponível para tirar dúvidas e auxiliar a família durante todo o seu horário de trabalho, por meio do canal de comunicação WhatsApp ou presencialmente na Unidade Educacional, mediante agendamento de horário;
3. Auxiliar as famílias na sugestão de encaminhamentos para as crianças e/ou estudantes inclusos, durante o desenvolvimento dos conteúdos no ensino remoto.
4. Diariamente os professores deverão passar comandos aos alunos, seja em forma de vídeo ou em forma de áudio, de maneira clara e acessível a todos.

Professor de Sala de Recursos Multifuncional:

1. Elaborar as atividades para composição do Caderno de Atividades, de acordo com o Planejamento Individual de cada criança/estudante, e considerando os componentes curriculares e a Proposta Pedagógica da Unidade Educacional;
2. As atividades deverão ser disponibilizadas aos pais semanalmente, e acompanhadas pelo professor diariamente, que estará disponível para tirar dúvidas e auxiliar a família durante todo o seu horário de trabalho, por meio do canal de comunicação WhatsApp ou presencialmente na Unidade Educacional, mediante agendamento de horário;
3. Manter contato com o Professor regente da turma do aluno sob sua orientação/atendimento;
4. Realizar as devidas adaptações, quando necessário, como por exemplo, para os casos de acessibilidade à comunicação e informação para estudantes com deficiência

visual, bem como outros recursos que atendam aqueles que apresentam comprometimentos nas áreas de comunicação e interação;

5. Auxiliar as famílias e os profissionais na adaptação dos materiais e na sugestão de encaminhamentos para as crianças e/ou estudantes inclusos, durante o desenvolvimento dos conteúdos no ensino remoto.

Professor de Educação de Jovens e Adultos – EJA

1. Identificação da realidade e das necessidades educacionais dos jovens, adultos e idosos (todos os alunos);
2. Elaborar as atividades, de acordo com a especificidade de cada aluno;
3. Manter a linguagem da instrução tão simples e clara quanto possível, repetindo as orientações frequentemente;
4. Explicar as tarefas/atividades de modo sequencial e passo a passo;
5. Quebrar as instruções em etapas individuais sempre que possível;
6. Fornecer definições para todos os termos e conceitos novos antes de ensinar a lição.
7. Incentivar o aluno a pedir informações que tenha esquecido, quando necessário;
8. Fornecer repetições e revisão de conceitos para garantir o aprendizado;
9. Disponibilizar as atividades aos alunos, semanalmente, e acompanhá-las diariamente, permanecendo disponível para tirar dúvidas e auxiliar a família durante todo o seu horário de trabalho, por meio do canal de comunicação WhatsApp;
10. Diariamente os professores deverão passar comandos aos alunos, seja em forma de vídeo ou em forma de áudio, de maneira clara e acessível a todos.

Equipe gestora da Unidade Educacional:

1. Divulgar o desenvolvimento das atividades pedagógicas remotas a toda a comunidade escolar;

2. Acompanhar e dar o suporte necessário para a realização das ações pedagógicas a serem desenvolvidas pelos Professores, e outros servidores que atuam na Unidade Educacional;
3. Articular estratégias com os Professores e outros servidores para garantir a comunicação com toda a comunidade escolar, fortalecendo as interações e os vínculos com as famílias das crianças;
4. Orientar que as famílias acompanhem as crianças e/ou estudantes em sua rotina de estudos, sugerindo rotinas a serem adotadas;
5. Apoiar e incentivar os profissionais da educação, na reorganização das ações pedagógicas e administrativas a serem desenvolvidas com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte das crianças e/ou estudantes e familiares;
6. Estimular e orientar o processo de ensino e aprendizagem realizado de forma remota, com ou sem o uso de recursos tecnológicos;
7. Instruir as crianças e/ou estudantes e as famílias sobre as ações de prevenção e higiene que todos devem adotar no combate ao Coronavírus;
8. Disponibilizar, no ambiente da Unidade Educacional, aos servidores que necessitarem dos recursos tecnológicos para o desenvolvimento das atividades, os equipamentos e recursos disponíveis na Unidade Educacional, mediante cronograma estabelecido pela direção, respeitando o distanciamento social e as normas de segurança vigentes;
9. Mapear as crianças e/ou estudantes sem acesso às tecnologias de informação e comunicação para viabilização de meio presencial de orientação e explicações quanto à realização das atividades pedagógicas remotas, aos pais ou responsáveis legais;
10. Garantir o acesso de todos os alunos/estudantes às atividades pedagógicas não presenciais;
11. Orientar, acompanhar e validar todas as atividades planejadas e executadas pelos Professores;

12. Organizar, com o professor da turma, um calendário dispoendo os dias de planejamento, desenvolvimento da ação pedagógica e retorno das aprendizagens das crianças e/ou estudantes e do acompanhamento das famílias;
13. Orientar os Professores a registrarem a participação e o envolvimento das famílias das crianças e/ou estudantes no Diário de Classe ou em formulário próprio.
14. Dar o suporte necessário para a realização das ações pedagógicas a serem desenvolvidas pela Unidade Educacional;
15. Organizar a distribuição e recebimento do material elaborado pela equipe de profissionais;
16. Orientar e acompanhar a elaboração, organização, revisão, e correção das atividades pedagógicas planejadas pelos profissionais;
17. Orientar os profissionais a registrarem a participação e o envolvimento das crianças/estudantes;
18. Propor momentos de hora-atividade coletiva ou individual;
19. Organizar arquivo físico e digital de todos os documentos comprobatórios da execução das atividades pedagógicas remotas e de reposição dos dias/horas letivas;
20. Monitorar através da entrega dos cadernos de atividades a presença do aluno, caso seja necessário fazer a busca ativa dos aluno que não buscarem as atividades.

Assessores Pedagógicos e Educacionais:

1. Coordenar a organização das ações pedagógicas a serem desenvolvidas pelas Unidades Educacionais;
2. Imprimir e distribuir os Cadernos de Atividades pedagógicas remotas às Unidades Educacionais;
3. Verificar o nível de familiaridade dos Profissionais da Educação com as novas tecnologias, disponibilizando meios e recursos para uso e oferta desse tipo de atividade, organizando, estudos e orientações necessários ao uso efetivo das tecnologias adotadas.

4. Efetivar o processo de avaliação da criança e/ou estudante, de acordo com os componentes curriculares contemplados na proposta pedagógica, objetivos de aprendizagem;

O processo de avaliação se dará de forma contínua e processual de cada criança/estudante, de acordo com o rendimento e evolução apresentado nas ações/atividades desenvolvidas (trabalhos escritos de pesquisas, pinturas com recursos diversos que o aluno disponha em casa, produção de desenhos, produção de texto, maquetes demonstrando o conteúdo abordado, cálculo oral, leitura avaliativa e perguntas orais através de WhatsApp, entre outros), com registro em ficha (formulário) de avaliação;

Será realizada ainda, uma avaliação diagnóstica de cada criança por meio da observação do desenvolvimento em relação aos objetivos de aprendizagem e habilidades que se procurou desenvolver com as atividades pedagógicas não presenciais, quando do retorno às atividades presenciais.

Ao retorno presencial, poderá ser realizada também, avaliação oral e/ou escrita, de forma individual, acerca de temas estudados previamente. A partir dos resultados observados deverão ser elaboradas estratégias de revisão dos conteúdos que não foram assimilados de forma satisfatória, de forma a garantir o padrão de qualidade e o direito de aprendizagem de todos os alunos/estudantes.

5.AVALIAÇÃO

5.1 - PLANO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, aborda em diferentes artigos a necessidade de a escola manter padrão de qualidade na oferta do processo de ensino e de aprendizagem.

Nesse sentido a escola para garantir o prescrito na lei e sua função social deve acompanhar a aprendizagem do aluno, por meio do processo de avaliação da aprendizagem e ainda, avaliar o desenvolvimento de seu processo administrativo e pedagógico.

O trabalho da escola consiste em garantir padrão de qualidade da aprendizagem por meio dos serviços prestados.

A avaliação institucional, que é um processo permanente, tem como principal função inventariar, harmonizar, tranquilizar, apoiar, orientar, reforçar e corrigir os aspectos avaliados. Ela é incorporada no ato do ensino e integrada na ação de formação, caracterizando-se como um importante instrumento de melhoria da qualidade do ensino na medida em que permite a identificação de problemas. O educador é informado sobre o desenvolvimento da aprendizagem e o educando sobre os seus sucessos e suas dificuldades.

Assim, a avaliação institucional possibilita a reestruturação do processo educacional e a introdução de mudanças na Instituição. Este procedimento colabora com a reestruturação das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão da Instituição, visando a melhorias em cada um desses pilares fundamentais.

A avaliação institucional acontecerá a cada ano, através de questões objetivas permitindo a participação coletiva da comunidade e dos profissionais que compõem a instituição. A avaliação procederá conforme a Lei Municipal, de forma presencial, com comissão formada e registrada, com entrega de resultados paralelo da avaliação. O questionário está no Anexo 12.

5.2- PLANO DE AÇÃO

Através do Plano de Ação são criadas estratégias para o funcionamento de todo estabelecimento escolar, desde ações realizadas com a elaboração conjunta: direção, coordenação, APPF(Associação de Pais Mestres e Funcionários) e Conselho Escolar. No Plano de Ação também consta as práticas pedagógicas efetuadas pelos professores, coordenadora pedagógica com o apoio pela SEMED(SECRETARIA Municipal de Educação) Este documento encontra-se no Anexo 13.

5.3 - AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A comunidade escolar participa das discussões e reestruturação do Projeto Político Pedagógico, observando os resultados positivos, analisando e buscando ações que visem às mudanças necessárias para o melhor andamento das condições gerais de ensino e aprendizagem.

O Projeto Político Pedagógico é a sistematização da escola, onde se encontra em constante aprimoramento e visa atender as necessidades dos alunos e comunidade

escolar. Estas mudanças são realizadas sempre que necessárias, com a contribuição de todas as instâncias envolvidas (APPF, Professores, Funcionários e Conselho Escolar).

6. BIBLIOGRAFIA

APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: Faz sentido a idéia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu (org) Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 2011, p. 71-106.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. Tendências recentes do currículo na escola básica. Difusão de Idéias. Fundação Carlos Chagas, 2006, p. 13.

COUTINHO, Magno Sales. Avaliação externa e currículo: possíveis impactos e implicações no processo de ensino aprendizagem. In: XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino – UNICAMP. Campinas, 2012.

PERRENOUD, Philippe. Sucesso na escola: só o currículo, nada mais que o currículo! Cadernos de Pesquisa. Nº 119, jul. 2003, p. 9-27.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Políticas de avaliação em larga escala e a construção de um currículo nacional para a educação básica. Eccos, São Paulo, n. 30, p. 17-33. jan./abr. 2013.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo, Cortez, 1995.

ZANARDINI, João Batista. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 29, n. 1, 97-125, jan./jun. 2011.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo, Cortez, 1995.

ZANARDINI, João Batista. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 29, n. 1, 97-125, jan./jun. 2011.

www.webartigos.com/ Bullyng na Escola: A Intervenção do Psicólogo Escolar.
FERREIRA, Tatiana Lima. (Publicado em 24/06/2009)

KRAMER, Sônia. A infância e sua singularidade. In: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento (Orgs). Ministério da Educação. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

CRUZ, M.L. R.M da. Ambiente virtual de aprendizagem para letramento de alunos com deficiência intelectual. 2013. 246p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/2088/como-ajudar-alunos-com-dificuldades-de-aprendizagem> (01/08/2019 as 21h15)

ARANTES, Aimoré et all. O Paraná de todas as cores. Curitiba: Base, 2001.

CARDOSO, Jaime. A. Atlas Histórico do Paraná. Curitiba: Ind. Gráfica Projeto, 1982.

FILIPAK, Francisco. Dicionário sociolinguístico paranaense. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

MOTA, Lúcio Tadeu. As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: EDUEM, 1994.

WACHOWICZ, Ruy C. História do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

amopeducao@certto.com.br

7. ANEXOS

ANEXO 01: PROJETO RECREIO DIRIGIDO

PROJETO RECREIO DIRIGIDO

A brincadeira e o jogo ajuda a criança na sua autoestima, na interação, no respeito às regras, além de ter a sua importância na área cognitiva, área socioafetiva e na área motora da criança. A palavra “**recreio**” segundo o dicionário significa, “Passatempo divertido, tempo concedido aos escolares para brincar, lugar onde esse tempo é passado, prazer, deleite, lugar ameno e agradável”. Nesse sentido, o recreio dirigido é uma forma de transformação, pois o aluno terá liberdade para brincar, além de acrescentar significados para o seu desenvolvimento despertando a criatividade, imaginação, raciocínio, cooperativismo e o respeito para com o outro.

JUSTIFICATIVA

A proposta do **Projeto Recreio Dirigido** que acontece todos os dias da semana na escola durante o momento do intervalo (recreio), que duram 15 minutos, é organizado e dirigido pelos professores, alunos e equipe diretiva, pedagógica que interagem com os alunos em atividades lúdicas.

Em um primeiro momento, os participantes do Projeto Recreio dirigido, realizam um levantamento prévio para verificar os jogos e as brincadeiras que gostariam de sugerir para a organização das atividades. As mesmas serão planejadas pela equipe pedagógica e professores envolvidos.

Para o bom desenvolvimento das atividades, os responsáveis organizam os materiais previamente de acordo com o cronograma semanal já estabelecido. Ao final do recreio os responsáveis deverão guardar com cuidado e atenção os objetos utilizados.

Na escola, existe a preocupação com os alunos para que o momento do recreio seja aproveitado com prazer, autonomia, respeito ao próximo e responsabilidade, diminuindo os conflitos e os pequenos acidentes. Diante do exposto, se faz necessário o **Projeto Recreio Dirigido** com atividades diversificadas direcionadas com jogos e brincadeiras no intervalo das aulas. **Eixo** Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida

OBJETIVO GERAL

- Oferecer momentos prazerosos aos alunos no horário do recreio que os envolvam em situações de convivência mútua e aprendizagem de forma lúdica, explorando jogos e brincadeiras em relação ao viver, à socialização, ao respeito ao espaço coletivo, ao outro e às regras de convívio.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Proporcionar aos alunos uma convivência saudável por meio de situações de aprendizagem dirigidas durante o recreio.
- Estimular o lado lúdico dos alunos por meio de jogos e brincadeiras.
- Oferecer dinâmicas que contribuam para tornar o espaço escolar mais prazeroso no momento do intervalo.
- Oportunizar brincadeiras saudáveis que desenvolvam valores humanos, como: solidariedade, respeito, cooperação e amizade.
- Exercitar nos alunos as habilidades de dialogar, ouvir e respeitar a opinião alheia e tomar decisões em conjunto.

CRONOGRAMA:

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
Professores de áreas específicas	Professores do 3º e 5º ano	Professores do Pré e 4º ano	Professores do 1º e 2º ano	Professores auxiliares
Atividade: Corda	Atividade: Massinha de modelar	Atividade: Xadrez	Atividade: Jogos e legos	Atividade: Acerte ao alvo
Local: Gramado	Local: No pátio	Local: Nas Mesas	Local: No Pátio	Local: No pátio

* As turmas se revezam nas atividades todos os dias.

RESULTADOS

A efetivação deste projeto na escola, tem contribuído na melhoria da disciplina dos alunos, na diminuição do número de acidentes, na vivência, na interação dos alunos dos diversos anos/séries em experiências diversificadas e na valorização da singularidade das atividades em grupo. A avaliação do Projeto do Recreio Dirigido será realizada de forma contínua para que possa ser retomado trimestralmente por meio de relatórios e sempre que se fizer necessário, dando assim, novos encaminhamentos, ampliando ou modificando alguns jogos e brincadeiras indicados pelos responsáveis pela organização.

ANEXO 02: MATRIZ CURRICULAR



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESCOLAR – DPGE
DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR

PARECER DE LEGALIDADE DA MATRIZ CURRICULAR

Parecer nº 184/2020

NRE de Cascavel

Assunto: Parecer de Legalidade da Matriz Curricular do Ensino Fundamental

A Escola Municipal José Bonifácio, situada no município de Céu Azul, apresenta Matriz Curricular do Ensino Fundamental, para o ano de Letivo de 2020.

O Núcleo Regional de Educação de Cascavel, emite o presente Parecer de Legalidade que resulta da análise referente aos aspectos legais da Matriz Curricular.


A presente Matriz Curricular atende aos dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN nº 9394/96 e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE e pelo Conselho de Educação do Paraná – CEE/PR.

É o parecer.

Cascavel, 04 de março de 2020.

Responsáveis pela análise: Adriana Aparecida Biancato
Sandra Mara Martins Ribeiro

CPF 960.302.599-20
CPF 569.325.109-87


Luciana Paulista da Silva
Chefe do Núcleo Regional da Educação de Cascavel
DECRETO Nº 1110/2019 D.O.E. 09/04/2019



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO JOSÉ BONIFÁCIO
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

MATRIZ CURRICULAR PARA INSTITUIÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL – ENSINO FUNDAMENTAL
ANOS INICIAIS

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ BONIFÁCIO EDUCAÇÃO INFANTIL - ENSINO FUNDAMENTAL					
NRE: 06 - Cascavel			MUNICÍPIO: 530 - Céu Azul		
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: 53 – Escola Municipal do Campo José Bonifácio – EI - EF					
ENDEREÇO: Nova União, 0, Céu Azul – PR; CEP 85840-000					
FONE: 45 3121 1060					
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Céu Azul					
CURSO (Nº DO CÓDIGO): Anos Iniciais do Ensino Fundamental (4035)					
TURNO: Tarde		C. H. TOTAL DO CURSO: 1.600h		DIAS LETIVOS ANUAIS: 200	
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2020			FORMA Simultânea		
ORGANIZAÇÃO: Anual					
COMPONENTES CURRICULARES (DISCIPLINAS)	1º	2º	3º	4º	5º
ARTE				1	1
CIÊNCIAS				2	2
EDUCAÇÃO FÍSICA				1	1
ENSINO RELIGIOSO				-	-
GEOGRAFIA				2	2
HISTÓRIA				2	2
LÍNGUA PORTUGUESA				6	6
MATEMÁTICA				6	6
Total de horas relógio semanais				20h	20h

Matriz Curricular de acordo com a LDB nº 9394/96

Céu Azul, 14 de fevereiro de 2020.

P/ Cleonides Wolf da Silva
Cleonides Wolf da Silva
Secretária Municipal de Educação
Dec. nº 4915/2017



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO JOSÉ BONIFÁCIO
NOVA UNIÃO – ZONA RURAL – CÉU AZUL – PARANÁ TELEFONE: (45) 3121 - 1060
CEP 85840000 EMAIL: escolajb2010@hotmail.com



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO JOSÉ BONIFÁCIO
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

MATRIZ CURRICULAR PARA INSTITUIÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EDUCAÇÃO INFANTIL

ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ BONIFÁCIO EDUCAÇÃO INFANTIL - ENSINO FUNDAMENTAL		
NRE: 06 - Cascavel		MUNICÍPIO: 530 – Céu Azul
INSTITUIÇÃO DE ENSINO: 53 – Escola Municipal do Campo José Bonifácio – EI - EF		
ENDEREÇO: Nova União, 0 Céu Azul – PR; CEP 85840-000		
FONE: 45 3121 - 1060		
ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Céu Azul		
CURSO (Nº DO CÓDIGO): Educação Infantil (2001)		
TURNO: Tarde	C. H. TOTAL DO CURSO: 1.600 h	DIAS LETIVOS ANUAIS: 200
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2020	FORMA Simultânea	
OFERTA: Infantil 4 e 5	ORGANIZAÇÃO: Anual	
CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	INFANTIL 4	INFANTIL 5
O eu, o outro e o nós	4H	4H
Corpo, gestos e movimentos	4H	4H
Traços, sons, cores e formas	4H	4H
Escuta, fala, pensamento e imaginação	4H	4H
Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.	4H	4H
Total de horas relógio semanais	20 horas relógio	20 horas relógio

Matriz Curricular de acordo com a LDB nº 9394/96

Céu Azul, 14 de fevereiro de 2020.

Cleonides Wolf da Silva
 Secretária Municipal de Educação
 Dec. nº 4915/2017



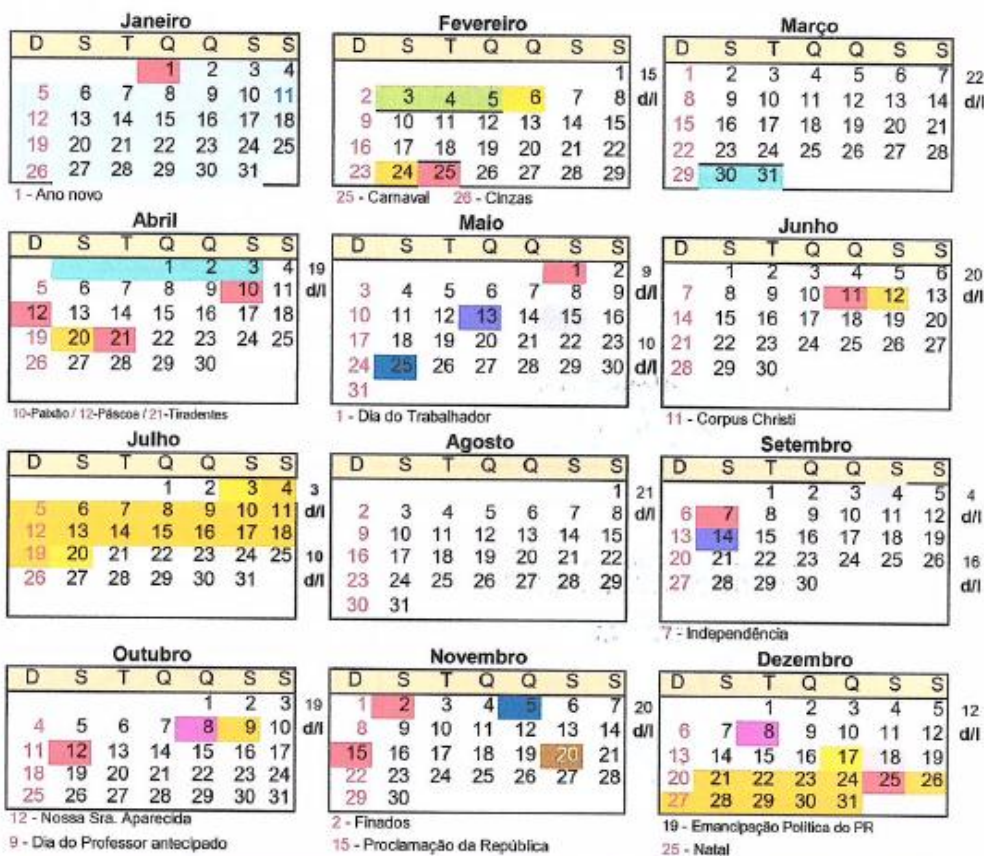
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO JOSÉ BONIFÁCIO
 NOVA UNIÃO – ZONA RURAL – CÉU AZUL – PARANÁ TELEFONE: (45) 3121 - 1060
 CEP 85840000 EMAIL: escolajb2010@hotmail.com

ANEXO 03: CALENDÁRIO ESCOLAR



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 3.592/2019 - GS/SEED
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO JOSÉ BONIFÁCIO

CALENDÁRIO ESCOLAR - 2020



- Início/Término das aulas
- Estudo e Planejamento
- Fechamento do trimestre
- Férias
- Recesso
- Feriados
- Feriado Municipal
- Brigada escolar
- Consciência Negra
- Semana Municipal de Conscientização dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista-TEA
- Fechamento do Ano Letivo e Conselho de Classe
- Conselho de classe com dispensa de aula

Férias/Recessos Discentes	
MÊS	DIAS
janeiro / férias	30
fev / férias	5
julho / recessos	16
dez / férias	10
outros recessos	6
Total	67

Férias/Recesso/Docentes	
MÊS	DIAS
janeiro / férias	30
fev / recessos	1
julho / recessos	16
dez / recessos	10
outros recessos	3
Total	60

Avaliação Trimestral	
1º Trimestre - 06/02 a 15/05 ->	65 dias letivos
2º Trimestre - 18/05 a 04/09 ->	68 dias letivos
3º Trimestre - 08/09 a 17/12 ->	67 dias letivos
Total =	200 dias letivos

Dias letivos 1º trim.	65
Dias letivos 2º trim.	68
Dias letivos 3º trim.	67
Total dias letivos:	200



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO JOSÉ BONIFÁCIO
ENSINO FUNDAMENTAL E EDU. INFANTIL CÉU AZUL

Calendário Escolar 2020

Escola Municipal do Campo
 José Bonifácio - E.I.E.F.
 e-mail: escolajb2010@hotmail.com
 Fone: (45) 3266-2133
 Localidade Nova União Céu Azul Paraná
 CEP 85.840-000

Carimbo do Estabelecimento

Elsângela *Sancho dos Santos*
 Diretora
 Portaria Nº 211/2018
 Esc. Mun. do Campo José Bonifácio

Carimbo e Assinatura Do Gestor

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
 NÚCLEO REGIONAL DA EDUCAÇÃO DE CASCAVEL
 SETOR DE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

ESTE CALENDÁRIO ESTÁ DE ACORDO
 COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

CASCAVEL, 12 12 19

Lucia Casagrande
 SYANTHIA LUCIA CASAGRANDE
 TÉCNICA NRE

Parecer do NRE- Cascavel

Avaliação Trimestral

1º Trimestre - 06/02 a 15/05 -> 65 dias letivos	
2º Trimestre - 18/05 a 04/09 -> 68 dias letivos	
3º Trimestre - 08/09 a 17/12 -> 67 dias letivos	
Total = 200 dias letivos	

Turnos de oferta: T

Horário matutino

Início :

Intervalo :

Término:

Horário vespertino

Início : 13h10

Intervalo : 15h10 as 15h25 recreio dirigido

Término: 17h10

Horário noturno

Início :

Intervalo :

Término:

Cumprir RESOLUÇÃO Nº 3.562/2019 - GS/SEED Art. 7º e 8º

Complementação de Carga horária

]

ANEXO 04: QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

1 - Seu parentesco/ligação com o (a) aluno (a)?
a) Pai
b) Mãe
c) Avô/avó
d) Tio/tia
e) Outro

2- Qual seu estado civil?
a) solteiro
b) casado
c) viúvo
d) separação (separação legal ou divórcio)
f) Outro

3 – Qual faixa etária do (a) responsável pelo(a) aluno(a)?		
PAI	MÃE	RESPONSÁVEL
a) Menos de 17 anos	a) Menos de 17 anos	a) Menos de 17 anos
b) 18 a 29 anos	b) 18 a 29 anos	b) 18 a 29 anos
c) 30 a 40 anos	c) 30 a 40 anos	c) 30 a 40 anos
d) 41 a 50 anos	d) 41 a 50 anos	d) 41 a 50 anos
e) 51 anos a mais	e) 51 anos a mais	e) 51 anos a mais

4 – Qual a escolaridade do(a) responsável pelo(a) aluno(a)?		
PAI	MÃE	RESPONSÁVEL
a) analfabeto	a) analfabeto	a) analfabeto
b) ensino fundamental incompleto	b) ensino fundamental incompleto	b) ensino fundamental incompleto
c) ensino fundamental completo	c) ensino fundamental completo	c) ensino fundamental completo
d) ensino médio incompleto	d) ensino médio incompleto	d) ensino médio incompleto
e) ensino médio completo	e) ensino médio completo	e) ensino médio completo
f) ensino superior incompleto	f) ensino superior incompleto	f) ensino superior incompleto
g) ensino superior completo	g) ensino superior completo	g) ensino superior completo
f) especialização	f) especialização	f) especialização

5 - Composição familiar (com quem mora o aluno(a))

a) Pai, mãe e irmãos
b) Pai e mãe
c) somente com a mãe
d) somente com o pai
e) com os avós
f) mãe e padrasto
g) mãe, padrasto e irmãos
h) pai e madrasta
i) pai, madrasta e irmãos
j) somente com os tios
k) pais e avós
l) um dos pais e avós
m) com outros. Quais?

6 - Quantas pessoas moram na residência?

a) 1 a 2
b) 3 a 5
c) 6 a 8
d) 9 a mais

7- Situação empregatícia do (a) aluno(a)?

a) trabalho fixo com CPTS assinada
b) trabalho fixo sem CPTS assinada
c) trabalho autônomo
d) trabalho temporário
e) aposentado/pensionista
f) outro
g) não trabalha

8- O aluno auxilia nas atividades da família?

a) atividades rurais. Quais?
b) serviços domésticos, quais?
c) não auxilia

9- Média da renda familiar?

a) Sem rendimento
b) menos de um salário mínimo
c) 1 salário mínimo
d) 2 a 3 salários mínimos
e) 4 a 5 salários mínimos
f) mais de 6 salários mínimos
g) 1 salário mínimo e meio

10 - A família é beneficiária do Programa Bolsa Família?

--

a) Sim, recebe benefício.
b) não recebe benefício
c) já recebeu e hoje não recebe mais

Questionário	Nº de questionários	%
11- Qual a religião predominante da família?		
a) Católica	32	71
b) evangélica Luterana/Protestante		
c) Evangélica	09	20
d) Outra	02	05
e) nenhuma	01	02

Questionário	Nº de questionários	%
12- Situação habitacional (moradia)?		
a) própria	24	53
b) moradia alugada	03	07
c) moradia financiada	01	02
d) moradia cedida	14	30
e) outros	02	05

Questionário	Nº de questionários	%
13 - Local da moradia?		
a) urbana	04	09
b) rural	41	92

Questionário	Nº de questionários	%
14- A moradia é?		
a) de alvenaria	26	57
b) madeira	05	11
c) mista	11	24
d) material reaproveitado		
e) outros	01	02

15 - A moradia possui:

15.1 - Iluminação elétrica?

a) sim

b) não

15.2 - Saneamento básico (esgoto)?

a) fossa

b) rede de esgoto

15.3 - Água?

a) tratada (SANEPAR)

b) poço ou nascente

15.4 - Telefone?

a) fixo

b) celular

quantos? (1)

quantos? (2)

quantos? (3)

quantos? (4)

quantos? (5)

c) nenhum tipo de telefone

15.5 - Destino do lixo da residência?

a) coleta pública com separação de lixo reciclável

b) coleta pública sem separação de lixo reciclável

c) enterrado

d) céu aberto

e) queimado

15.6- Tem banheiro em sua casa?

a) não

b) sim (1)

c) sim (2)

d) sim (3)

e) sim (4)

16 - No seu domicílio há:

16.1 – Geladeira

a) sim

b) não

16.2 – Freezer (parte integrante da geladeira)
a) sim
b) não
16.3 - Freezer (separado da geladeira)
a) sim
b) não
16.4 - Máquina de lavar roupa
a) sim
b) não
16.5 - Rádio
a) sim
b) não
16.6 – Televisão
a) sim
b) não
16.7 – Computador
a) sim
b) não
16.8 – Conexão com wi-fi
a) conexão dial – up (linha telefônica)
b) conexão banda larga
c) telefones celulares com tecnologias 3G-4G
d) outro
e) não tem acesso
16.9 – Carro ou moto
a) sim
b) não

17 – No período de férias, recessos escolares e feriados, com quem fica seu filho(a)?
a) familiares adultos
b) familiares (menores de idade)
c) terceiros (vizinhos, amigos ou outros) gratuitamente
d) terceiros (vizinhos, amigos ou outros) de forma remunerada
e) ficam sozinhos (as) em casa

18 – Você consegue compreender e auxiliar as tarefas escolares de seu filho(a)?

- a) sim
- b) não
- c) às vezes
- d) não auxilia

19- Como acontece o auxílio nas tarefas de casa?

- a) Você apenas exige que a criança faça as tarefas
- b) Você senta-se ao lado da criança e auxilia
- c) Quem auxilia a criança nas tarefas é outra pessoa
- d) ninguém auxilia

20 – Durante a semana quando a criança não está na aula, com quem ela fica?

- a) familiares adultos
- b) familiares (menores de idade)
- c) terceiros (vizinhos, amigos ou outros) gratuitamente.
- d) terceiros (vizinhos, amigos ou outros) de forma remunerada.
- e) ficam sozinhos (as) em casa

21-Que ano o aluno Estuda?

- a) Pré I
- b) Pré II
- c) 1º
- d) 2º
- e) 3º
- f) 4º
- g) 5º
- h) Berçário
- i) Maternal I
- j) Maternal II
- k) Maternal III
- l) Educação de Jovens e Adultos (EJA)

22- Com qual frequência vão à reunião de pais?

- a) sempre
- b) quase sempre
- c) as vezes
- d) nunca

23-Qual a profissão do pai?

- Advogado
- Agricultor
- Aposentado

Autônomo
Auxiliar de Produção
Auxiliar de Serviços Gerais
Gerente
Metalúrgico
Missionário
Motorista
Não Respondeu
Operador de máquina
Operador de Silo
Pedreiro
Serviços gerais
Agricultora
Auxiliar Administrativo
Auxiliar de Farmácia
Auxiliar de Produção
Auxiliar de Serviços Gerais
Avicultura
Balconista
Controladoria de Sistema Rodoviário
Doméstica
Dona de Casa
Estudante
Funcionária Pública
Professora
Suinocultora
Zeladora
Não Respondeu
Agricultor
Aposentado
Autônomo
Auxiliar de Produção
Auxiliar de Serviços Gerais
Dona de Casa
Estudante
Funcionário Público
Gerente
Pedreiro
Professora
Suinocultor

24- Você incentiva seu filho a estudar?

a) sim

b) não

c) as vezes

25- Com que frequência você lê?
25.1-Jornais

<input type="checkbox"/> sempre
<input type="checkbox"/> de vez em quando
<input type="checkbox"/> nunca
25.2-Livros
<input type="checkbox"/> sempre
<input type="checkbox"/> de vez em quando
<input type="checkbox"/> nunca
25.3-Revistas
<input type="checkbox"/> sempre
<input type="checkbox"/> de vez em quando
<input type="checkbox"/> nunca
25.4- Blog Noticias (Internet)
<input type="checkbox"/> sempre
<input type="checkbox"/> de vez em quando
<input type="checkbox"/> nunca

26- Em dia de aula seu filho gasta quanto tempo assistindo TV, navegando na Internet ou jogando jogos eletrônicos?
a) menos de 1 hora
b) entre 1 e 2 horas
c) entre 2 e 3 horas
d) mais de 3 horas
e) não usa aparelhos eletrônicos

27- Quando seu filho entrou na escola?
a) Educação Infantil (Creche)
b) Educação Infantil (Pré Escolar)
c) 1º Ano do Ensino Fundamental

28- Com que frequência seu filho consome em casa ?
28.1- Frutas
<input type="checkbox"/> diariamente
<input type="checkbox"/> 1 a 2 vezes na semana
<input type="checkbox"/> 3 a 4 vezes na semana
<input type="checkbox"/> nunca
28.2-Legumes e Verduras
<input type="checkbox"/> diariamente
<input type="checkbox"/> 1 a 2 vezes na semana
<input type="checkbox"/> 3 a 4 vezes na semana
<input type="checkbox"/> nunca
28.3-Refrigerante
<input type="checkbox"/> diariamente
<input type="checkbox"/> 1 a 2 vezes na semana
<input type="checkbox"/> 3 a 4 vezes na semana
<input type="checkbox"/> nunca

29- Seu filho pratica alguma atividade física?



a) Sim
b) Não
Qual?
Andar de Bicicleta
Cama Elástica
Caminhada
Jogar Bola
Natação
Vôlei

30- Quais alimentos a criança costuma consumir ao retornar da escola?
Leite
Bolacha
Frutas
Almoço (arroz, feijão, carne e salada)
Suco
Pão



ANEXO IV
FICHA DE RESULTADO PARA CONSELHO
DE CLASSE DAS TURMAS DA ESCOLA

(perfil das turmas- coordenação)

Bimestre: **Data:**

Turmas	Comportamento	Frequência	Participação Interesse Organização	Português	Matemática	História	Geografia	Ciencias	Educação Física	Arte	Ensino Religioso

Satisfatório



Mediano



Insatisfatório



Providências a serem tomadas para sanar as dificuldades encontradas:

ANEXO 06: LISTA DE MATERIAL ESCOLAR

Lista de material escolar para Educação Infantil- Pré I e Pré II

- 02 cadernos de desenho (grande)
- 01 caderno de linha para agenda.
- 02 lápis de escrever jumbo.
- 01 borracha
- 01 um apontador de lápis jumbo.
- 01 tesoura sem ponta.
- 01 pasta com Elástico.
- 01 cola grande 110 g.
- 01 estojo
- 100 folhas de sulfite colorida.
- 01 tinta guache de 250 ml
- 01 pincel nº 10
- 01 tapete
- 01 pote de massinha de modelar de 150 g
- 01 garrafa para água.

LISTA DE MATERIAL ESCOLAR 1º ANO

- 02 cadernos de desenho (grande);
- 01 caderno de desenho (pequeno);
- 03 cadernos de linha com 48 folhas e margens;
- 01 caderno de linha para agenda;
- 02 lápis de escrever;
- 01 apontador;
- 02 borrachas;
- 01 caixa de lápis de cor (grande);
- 01 tesoura sem ponta;
- 01 régua de 20 cm;
- 01 pasta com elástico;
- 01 cola grande 110g;

- 01 estojo;
- 100 folhas sulfites coloridas;
- 100 folhas sulfites brancas;
- 01 tinta guache de 250mL;
- 01 pincel nº 10;
- 01 pote de massinha de modelar de 150g;
- 01 garrafa para água.

LISTA DE MATERIAL ESCOLAR 2º ANO

- 01 cadernos de desenho (grande);
- 01 caderno de caligrafia;
- 04 cadernos de linha com 48 folhas e margens;
- 01 caderno de linha para agenda;
- 02 lápis de escrever;
- 01 apontador;
- 02 borrachas;
- 01 caixa de lápis de cor (grande);
- 01 tesoura sem ponta;
- 01 régua de 20 cm;
- 01 pasta com elástico;
- 01 cola grande 110g;
- 01 estojo;
- 100 folhas sulfites coloridas;
- 100 folhas sulfites brancas;
- 01 tinta guache de 250mL;
- 01 pincel nº 10;
- 01 pote de massinha de modelar de 150g;
- 01 garrafa para água

LISTA DE MATERIAL ESCOLAR 3º ANO

- 01 cadernos de desenho (grande);
- 01 caderno de caligrafia;

01 caderno de quadriculado;
04 cadernos de linha com 48 folhas (grande);
01 caderno de linha com 48 folhas (pequeno);
01 caderno de linha para agenda;
02 lápis de escrever;
01 apontador;
02 borrachas;
01 caixa de lápis de cor (grande);
01 tesoura sem ponta;
01 régua de 30 cm;
01 pasta com elástico;
01 cola grande 110g;
01 estojo;
100 folhas sulfites coloridas;
100 folhas sulfites brancas;
01 tinta guache de 250mL;
01 pincel nº 10;
01 pote de massinha de modelar de 150g;
01 garrafa para água.

LISTA DE MATERIAL ESCOLAR 4º ANO

01 cadernos de desenho (grande);
01 caderno de caligrafia;
01 caderno de quadriculado;
05 cadernos de linha com 48 folhas (grande);
01 caderno de linha com 48 folhas (pequeno);
01 caderno de linha para agenda;
02 lápis de escrever;
01 apontador;
02 borrachas;
01 caixa de lápis de cor (grande);
01 tesoura sem ponta;
01 régua de 30 cm;

- 01 pasta com elástico;
- 01 cola grande 110g;
- 01 estojo;
- 100 folhas sulfites coloridas;
- 01 tinta guache de 250mL;
- 01 pincel nº 10;
- 01 pote de massinha de modelar de 150g;
- 01 garrafa para água.

LISTA DE MATERIAL ESCOLAR 5º ANO

- 01 cadernos de desenho (grande);
- 01 caderno de caligrafia;
- 01 caderno de quadriculado;
- 05 cadernos de linha com 48 folhas (grande);
- 01 caderno de linha com 48 folhas (pequeno);
- 01 caderno de linha para agenda;
- 02 lápis de escrever;
- 01 apontador;
- 02 borrachas;
- 01 caixa de lápis de cor (grande);
- 01 tesoura sem ponta;
- 01 régua de 30 cm;
- 01 pasta com elástico;
- 01 cola grande 110g;
- 01 estojo;
- 100 folhas sulfites coloridas;
- 01 tinta guache de 250mL;
- 01 pincel nº 10;
- 01 pote de massinha de modelar de 150g;
- 01 garrafa para água.

ANEXO 07: PROGRAMA MAIS CULTURA NA ESCOLA

ANEXO I

PROGRAMA: MAIS CULTURA NA ESCOLA

Apresentação

Durante as últimas décadas vem se discutindo a incorporação da cultura no processo de ensino-aprendizagem.

Sabemos que a cultura é um componente ativo na vida do ser humano, e que não existe indivíduo no mundo que não possua uma cultura, pois cada um de nós somos criadores e propagadores de diversas culturas.

O reconhecimento da multiculturalidade da sociedade leva a constatação da diversidade de raízes culturais que fazem parte de um contexto educativo como uma sala de aula.

Quando se trata de cultura e educação, podemos dizer que são estes fenômenos intrinsecamente ligados, a cultura e a educação, juntas tornam-se elementos socializadores, capazes de modificar a forma de pensar dos educandos e dos educadores. Quando adotamos a cultura como uma aliada no processo de ensino-aprendizagem estamos permitindo que cada indivíduo que frequenta o ambiente escolar sinta-se participante do processo educacional, pois ele nota que seu modo de ser e vestir não é mais visto como "antiético" ou "imoral", mas sim uma forma de este se socializar com os demais colegas. Alguns autores defendem a ideia de que a educação não pode sobreviver sem a cultura e nem a cultura sem a educação. Candau (2003, pag.160) afirma que: "A escola é, sem dúvida, uma instituição cultural".

Portanto, as relações entre escola e cultura não podem ser concebidas como entre dois polos independentes, mas sim como universos entrelaçados, como uma teia tecida no cotidiano e com fios e nós profundamente articulados.

Nesse sentido, na legislação educacional, a oferta de atividades culturais pelas Unidades Educacionais, encontra amparo na legislação, sendo, o Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014, em sua Meta 2, Estratégia 2.8, que estabelece:

Estratégia 2.8: *Atividades culturais. Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.*

Também o Plano Estadual de Educação, Lei nº 18.492/2015, em sua Meta 2, Estratégia 2.13, apresenta:

Estratégia 2.13 *Apoiar e estimular o desenvolvimento de metodologias e práticas pedagógicas nas áreas das expressões artísticas, iniciação científica, ambiental, das tecnologias, mídias e comunicação para a permanente formação dos professores e estudantes.*

Esta garantia encontra-se asseverada ainda, na Lei Municipal 1.583/2015, Plano Municipal de Educação. Meta 2, Estratégia 2.8

Estratégia 2.8 *Incentivar a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de viabilizar atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.*

Conclui-se assim, que a cultura é o elemento essencial no processo de ensino-aprendizagem e que a escola deve incorporá-la em seu contexto e, portanto, esta deve ser inserida nos currículos escolares, nos projetos e outras atividades pedagógicas, para que haja a socialização do discente e docente e que as demais culturas também possam ter seu espaço no ambiente escolar.

Justificativa

A criação de instrumentos adequados ao reconhecimento e à preservação de Bens Culturais Imateriais perpassa as Instituições Educacionais. Cabe a elas, oportunizar o contato dos alunos com as mesmas, colaborando para que a criança tenha oportunidade de atuar efetivamente no mundo, opinando, criticando e sugerindo. Este contato com os bens culturais também permite ajudar o aluno a desenvolver alguns aspectos como a criatividade, a coordenação, a memorização, e o vocabulário, assim como, traz benefícios físicos, psicológicos, socioculturais, de integração, reconhecimento e valorização das características de cada criança, a qual irá se identificar com determinado gênero, instrumento, voz, entre outros.

Possibilita ainda, ligar a música e o movimento, utilizando a dança ou a expressão corporal como importante papel na formação do ser humano dentro do seu processo educativo, pois inspira e encoraja a criança a expressar-se, estimular a memória e a inteligência, sendo ainda uma boa opção para se promover um trabalho com temas atuais que repercutem no dia a dia da sociedade, tornando o aprendizado mais significativo e contribuindo para que as crianças possam desenvolver-se plenamente.

Quando a criança tem contato com livros, letras musicais, peças teatrais, entre outros, ela é convidada a entrar em um universo de liberdade, criatividade e movimento, podendo expressar-se de forma verbal e corporal. A criança perde a timidez, amplia os horizontes culturais e trabalha bem em grupo.

Por outro lado, o teatro pode ser usado também como uma ferramenta pedagógica. "Uma das grandes riquezas dessa atividade na escola é a possibilidade do aluno se colocar no lugar do outro e experimentar o mundo sem correr riscos", avalia Maria Lúcia Puppo, professora de licenciatura em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (USP). E são muitas as habilidades desenvolvidas com essa prática. O contato com a linguagem teatral ajuda crianças e adolescentes a perder continuamente a timidez, a desenvolver e priorizar a noção do trabalho em grupo, a ter desenvoltura em situações onde é exigido o improviso e a se interessar mais por textos e autores variados. O teatro é um exercício de cidadania e um meio de ampliar o repertório cultural de qualquer estudante.

Enfim, o que se busca, é desenvolver plenamente os educandos, em todas as suas habilidades e potencialidades, promovendo seu acesso ao mundo cultural, visando à apreciação e interesse pelo canto e teatro, oportunizando vivências e

experiências, por meio da fruição/criação/reflexão, ampliando seu repertório cultural e suas possibilidades expressivas.

Objetivo Geral:

Promover a ampliação do universo cultural dos alunos, por meio de atividades de teatro e canto nas Escolas, projetando novos talentos, contribuindo para a expressão de sentimentos, emoções, pensamentos, desenvolvendo a criatividade, melhorando a autoestima, a qualidade de vida e a aprendizagem, prevenindo a evasão escolar e a distorção idade-série, tornando o ambiente escolar mais acolhedor e estimulante, através do contato com atividades culturais.

Objetivos específicos:

- Interagir com comunidades escolares diversas, por meio de apresentações teatrais e de canto;
- Ampliar os conhecimentos dos educandos para que estes se desenvolvam como cidadãos plenamente reconhecidos e conscientes de seu papel na sociedade;
- Propiciar o desenvolvimento do pensamento artístico, a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação, que caracterizam um modo particular de dar sentido às experiências das pessoas;
- Promover a interação com os colegas na elaboração de cenas e na improvisação teatral;
- Trabalhar com diferentes linguagens teatrais com a criação ou adaptação de uma história, com artes plásticas, para construir os personagens, o cenário, a música e coreografias;
- Reconhecer a utilização dos elementos da linguagem dramática: espaço cênico, personagem e ação dramática;
- Desenvolver um maior domínio do corpo, tornando-o expressivo, melhorando o desempenho na verbalização;
- Explorar e identificar elementos da música como elemento de expressão e interação com o outro, ampliando o conhecimento de mundo;
- Perceber e expressar sensações e sentimentos através das músicas;
- Ampliar o repertório musical;
- Ampliar as possibilidades expressivas do próprio movimento utilizando gestos diversos e ritmos corporais;
- Desenvolver memória, concentração e atenção;
- Controlar gradualmente o próprio movimento, aperfeiçoando e ajustando suas habilidades motoras;
- Desenvolver relações sociais e afetivas;
- Brincar com a música, imitar, inventar e reproduzir sons;
- Diferenciar fontes sonoras diversas;
- Explorar as diferentes literaturas, despertando a criatividade e desenvolvimento das crianças;
- Incentivar o canto, para ampliar as possibilidades de comunicação vocal, auto conhecimento e autoestima;

- Envolver os estudantes em vivências que desenvolvam suas capacidades de ação reflexiva, crítica e transformadora, e competências vinculadas aos aspectos: conceitual (fatos, conceitos e princípios), procedimental (ligados ao fazer) e atitudinal (normas, valores e atitudes);
- Demonstrar e promover atividades culturais de caráter formativo e educacional sobre as diversas linguagens artísticas (música e teatro), para o pleno desenvolvimento humano, e valorizar os elementos culturais locais, regionais e nacionais;
- Oferecer atividades artísticas com a finalidade de promover e estimular a criatividade, produção artística, conhecimentos e práticas educativas no contexto cultural a fim de diminuir os índices de evasão e repetência escolar;
- Contribuir para a compreensão da arte como campo de conhecimento, bem como forma de expressão e comunicação, estimular a percepção e a manifestação da diversidade cultural como direito de todos.

Período de Realização:

No decorrer do ano letivo, sendo as atividades desenvolvidas em horários em contraturno escolar, incluindo todas as turmas do 1º ao 5º anos do Ensino Fundamental Anos Iniciais, sob orientação de profissional que realizará as oficinas, e supervisionado pela Secretaria Municipal de Educação e Equipes Pedagógicas das Unidades Educacionais.

Desenvolvimento:

Das inscrições:

As inscrições serão realizadas na secretaria da Unidade Educacional onde os alunos estiverem matriculados, com escolha/opção pela atividade de teatro e/ou canto e de acordo com a disponibilidade de vagas.

Cronograma de atividades:

Cronograma Oficina de Teatro				
MANHÃ				
Segunda - feira		Terça-feira	Quarta - feira	
7h40-8h40	E M. Leôncio Correia (teatro)		7h40-8h40	E M. São Cristóvão (teatro)
8h50-9h50	E M. São Cristóvão (teatro)	E M. José Bonifácio (teatro)	8h50-9h50	E M. Leôncio Correia (teatro)
9h55-10h55			9h55-10h55	E M. Olavo Bilac (teatro)
11h-12h	E M. Olavo Bilac (teatro)	E M. José Bonifácio (teatro)	11h-12h	

Cronograma Oficina de Teatro				
TARDE				
Segunda - feira		Terça-feira	Quarta - feira	
13h10 -14h10	E. M. São Cristóvão(teatro)		13h10 -14h10	E. M. São Cristóvão (teatro)
14h20- 15h15	E. M. Leôncio Correia (teatro)		14h20- 15h15	E. M. Leôncio Correia (teatro)
15h15- 16h10			15h15- 16h10	E. M. Tancredo Neves (teatro)
16h20- 17h20	E. M. Tancredo Neves (teatro)		16h20- 17h20	

Cronograma Oficina de Música				
MANHÃ				
Segunda - feira		Terça-feira	Quarta - feira	
7h40-8h40	E M. São Cristóvão (Música)	E M. José Bonifácio (Música)	7h40-8h40	E M. Leôncio Correia (Música)
8h50-9h50	E M. Leôncio Correia (Música)		8h50-9h50	E M. São Cristóvão (Música)
9h55-10h55	E M. Olavo Bilac (Música)	E M. José Bonifácio (Música)	9h55-10h55	
11h-12h			11h-12h	E M. Olavo Bilac (Música)

Cronograma Oficina de Música				
TARDE				
Segunda - feira		Terça-feira	Quarta - feira	
13h10 -14h10	E M. Leôncio Correia (Música)		13h10 -14h10	E M. Leôncio Correia (Música)
14h20- 15h15	E M. São Cristóvão (Música)		14h20- 15h15	E M. São Cristóvão (Música)
15h15- 16h10	E M. Tancredo Neves (Música)		15h15- 16h10	
16h20- 17h20			16h20- 17h20	E M. Tancredo Neves (Música)

Recursos Humanos Envolvidos

Alunos, profissionais contratados, equipe pedagógica e toda comunidade escolar.

Público Alvo

Alunos do 1º ao 5º anos do Ensino Fundamental.

Apoio

Comunidade escolar, equipe pedagógica das Unidades Educacionais, Secretaria Municipal Educação e Secretaria Municipal de Esportes, Cultura, Lazer e Recreação.

Avaliação

A avaliação será contínua, durante todo o período do ano letivo, e realizada pelos profissionais que desenvolvem o projeto, bem como, pela equipe gestora das Unidades Educacionais, com verificação das ações desenvolvidas, através de observação e registros das atividades, desenvolvimento dos alunos, sua participação e interesse nas atividades propostas, dificuldades e conquistas, melhoria no processo de ensino e aprendizagem e na interação no grupo de alunos.

Culminância

A culminância do Projeto se dará com a apresentação das atividades desenvolvidas à comunidade escolar, ao final do ano letivo.

Resultados

Com o desenvolvimento do projeto, espera-se atingir resultados efetivos na aprendizagem nos âmbitos estético, cognitivo, social e afetivo, a melhoria no desenvolvimento integral do educando, melhorando os índices de aprendizagem, **e a efetivação do ambiente escolar enquanto espaço de produção e circulação da diversidade cultural brasileira.**

Referências

CANDAU, Vera Maria Ferrão - Educação escola e Cultura(s): construindo caminhos. Revista Brasileira de Educação, 2003.

CANDAU, Vera Maria Ferrão - Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação. Educ. Soc., 79: 125-161, 2002.

CHIARELI, L.K.M A; BARRETO, S.J. A importância da musicalização na educação infantil e no ensino fundamental a música como meio de desenvolver a inteligência e a integração do ser.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il.

SACCOMANI, M.C. da S. **A Criatividade na Arte e Educação escolar: uma contribuição à pedagogia histórico-crítica à luz de Georg Lukács e Lev Vigotski.** Dissertação –Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2014.

ANEXO 08: PROJETO DE TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO JOSÉ BONIFÁCIO-EIEF.
NOVA UNIÃO- CÉU AZUL –PARANÁ. TELEFONE (45) 3121 1060
E-mail escolajb2010@hotmail.com

Proposta de transição entre Educação Infantil para Ensino Fundamental (anos iniciais)

Os aspectos que marcam as singularidades da produção em atenção à transição educação infantil/anos iniciais, Marcondes (2012) destaca que há particularidades na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, as quais requerem conhecimentos e habilidades dos professores, dadas as especificidades do desenvolvimento e da aprendizagem das crianças.

Segundo a autora a transição da educação infantil para o ensino fundamental mostra-se como um “momento crítico”, em decorrência do movimento dos processos naturais e institucionais. Evidencia, pois, que o não cuidado gera rupturas. Nessa perspectiva, destaca que é preciso zelar pelo exercício de articulação da educação infantil como primeira etapa da educação básica para os anos iniciais do ensino fundamental, isso significa assumir que há influências múltiplas, as quais marcam as continuidades e ou descontinuidades presentes no desenvolvimento e aprendizagens humanas.

Esse processo em hora inicial é caracterizado pela autora como um momento crucial na vida das crianças. Diz ainda que a partir da proposta do ensino de nove anos, propondo a entrada das crianças no primeiro ano aos seis anos de idade, algumas adaptações se fazem necessárias, tais como: os horários, as exigências, a postura dos pais e dos professores, a mudança de espaço, de rotina, entre outras geram ansiedade e dúvidas. Motta (2011) diz também que na transição da educação infantil para o ensino fundamental ocorrem “rupturas drásticas”, dentre elas a inserção das crianças em um ambiente diferente, isso lhe causa estranheza. Normalmente essa mudança implica em permanecer em silêncio, o que é difícil para elas.

AS AUTORAS REITERAM QUE A TRANSIÇÃO NÃO REQUER QUE A EDUCAÇÃO INFANTIL PREPARE AS CRIANÇAS PARA O INGRESSO NO ENSINO FUNDAMENTAL, MAS QUE ESTE LHES SEJA RECEPTIVO NO MOMENTO QUE AS CRIANÇAS NELE INGRESSAM”.

(NOGUEIRA; VIEIRA, 2013, p. 268). Destacam ainda que há uma lacuna na formação dos professores e que as orientações oferecidas aos professores pelo

MEC não satisfazem, por não deixar claro o que deve ser trabalhado no primeiro ano do ensino fundamental, como deve ser trabalhado e não referenciam conteúdos, conceitos, linguagens, entre outros problemas. Ao dar destaque a articulação entre a educação infantil e os anos iniciais Nogueira e Vieira (2013) também observam que há desarticulação entre a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental.

Em razão disso citam a necessidade de instituir práticas educativas que respeitem às necessidades das crianças tratando-as na perspectiva da continuidade, articulada às expectativas das crianças. Para Heck (2012), os principais mediadores no processo de transição da educação infantil para os anos iniciais são os professores, são planejamentos efetivos, elaborados em conjunto com as crianças e para as crianças, uma proposta de educação integrada, na qual os professores da educação infantil olhem para os anos iniciais e os professores dos anos iniciais se voltem para a educação infantil, atentos a uma continuidade e complexidade ludicamente construídas.

Kramer (2011) ressalta que a Lei nº 11.274/2006 veio para melhorar as condições na educação básica, reestruturar o ensino fundamental e assegurando o ingresso com tempo de aprendizagem, garantindo uma continuidade na transição da educação infantil para os anos iniciais, atentando para a organização, os conteúdos, a avaliação e acompanhamento processual que constitui a referência o processo de aprendizagem. As mudanças ocorridas com a implantação da Lei “[...] provocam os responsáveis que atuam em secretarias de educação, diretores e famílias a repensar o funcionamento da educação e a qualidade do ensino” (KRAMER 2011, p. 73). A Lei nº 11.274/2006 objetivou garantir a todas as crianças, independente da classe social o direito de frequentar mais cedo a escola, assegurando a elas um tempo maior de convívio na escola, aumentando suas oportunidades de aprendizagem e ampliando o tempo de ensino obrigatório no Brasil.

Os pais e a família são a principal fonte de apoio com que a criança conta para a transição. No entanto, ressalta-se o papel fundamental da educação infantil. Cabe aos gestores públicos garantir a universalidade do acesso a esse nível de ensino, que contribui efetivamente para minimizar o *stress*, elevar o desempenho e promover o ajustamento da criança ao novo contexto. No 1º ano, a criança começa a ter uma rotina de alfabetização e a ser avaliada constantemente. As brincadeiras ainda devem ter seu espaço, mas o tempo será diminuído e a hora de estudar ganhará mais importância. Na mochila, a boneca ou o carrinho ainda poderão estar presentes, mas dividirão espaço com livros e cadernos. As responsabilidades, aos poucos, também irão crescer: haverá mais lição de casa, além de provas e notas. É natural que nesse momento os pais se sintam inseguros e tenham dúvidas sobre como seu filho irá lidar com essa situação.

À escola de ensino fundamental cabe programar medidas de acolhimento que favoreçam uma transição tranquila. A escola tem também a atribuição de estabelecer e manter um relacionamento cordial com a família, assim como informar os pais sobre meios de apoiar a criança no cumprimento das tarefas adaptativas da transição.

Para atender essa necessidade, a ausência ou não de um trabalho educativo que vise a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, ou seja, ausência ou não de um projeto pedagógico que assegure os direitos sociais e leve em conta as singularidades das ações infantis, tanto na escola infantil quanto no 1º ano do Ensino Fundamental. O projeto será desenvolvido ao longo do ano letivo com alunos da educação infantil 4 e 5 anos e alunos do ensino fundamental do 1º ano. As atividades serão realizadas pela gestão e professores das escolas envolvidas, rodas de conversa e outras atividades apresentadas conforme cronograma.

Cronograma

ATIVIDADES	1º	2º	3º
	Trimestre	Trimestre	Trimestre
Organização de um documento com as principais informações das regras e combinados realizados, orientando o papel do adulto no acompanhamento do desenvolvimento da criança.	X		
Roda de conversa com as crianças sobre as mudanças que irão ocorrer no próximo ano.		X	
Visita aos novos espaços que as crianças frequentarão durante o ano, ressaltando de que maneiras esses locais serão utilizados para proporcionar a aprendizagem			X
Confecção de cartões e / ou lembrancinhas com os alunos do 1º ano para entregarem as crianças que também farão a transição para o fundamental.			X
Espaço aberto para os pais, considerando que, quando houver qualquer dúvida ou inquietação, eles podem procurar a coordenação ou o professor.			X

RECURSOS

Materiais pedagógicos, equipamentos de áudio, mídia, tecnológicos e humanos (toda a equipe escolar).

PÚBLICO-ALVO

Professores, alunos, direção, equipe pedagógica e pais.

RESULTADOS

Considerando que a proposta de articulação no processo da transição dos alunos de Educação Infantil para o 1º ano do Ensino Fundamental, visa garantir avanços na aprendizagem, na postura de estudante, nas relações interpessoais e no desenvolvimento pessoal, espera-se que esse projeto possa subsidiar os alunos ao novo segmento de ensino.

REFERÊNCIAS

ADOLESCENTES-PSICOLOGIA-PUBERDADE. Vídeo (04 min e 58 seg.) disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=x2ottdJv-Y>>. acesso: 03/06/2014.

AUSUBEL, D. P. A aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Moraes, 1982.

CAJADO, Octavio Mendes. Dinâmica da adolescência. 2 ed. Cultrix: São Paulo, 1968.

BRASIL. Diretrizes Curriculares da Educação Básica. 2008, p.22.

FAZENDA, Ivani C. A.(org). Didática e Interdisciplinaridade. 17 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. 3. ed. Ver. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SOUZA, M. C. B. R. de. A concepção de criança para o enfoque historicocultural. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista. Marília, 2007.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 6 ed. SP: Martins Fontes, 199

ANEXO 9: PROJETO DE TRANSIÇÃO DO 5º PARA O 6º ANO

PROJETO DE TRANSIÇÃO - 5º PARA 6º ANO

PROJETO SEXTO ANO, ESTOU CHEGANDO!

PARTICIPANTES:

COLÉGIO ESTADUAL MONTEIRO LOBATO EFEM

ESCOLA ESTADUAL BOA VISTA

COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO DE NOVA UNIÃO EFEM

ESCOLA MUNICIPAL SÃO CRISTÓVÃO

ESCOLA MUNICIPAL LEÔNCIO CORREIA

ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO NEVES

ESCOLA MUNICIPAL OLAVO BILAC

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO JOSÉ BONIFÁCIO

CÉU AZUL (PR)

2020

APRESENTAÇÃO

A educação assume a função de socialização e, em especial, de humanização do homem (PÉREZ GÓMEZ, 1998), assim, compreende-se que o grande desafio da escola é fazer com que sua função educativa assuma um caráter compensatório, conforme destacam Cardoso e Lara (2009). Para tanto, a escola precisa superar a condição de mera reprodutora de conhecimento e propiciar situações em sala de aula para que o aluno analise sua realidade e sinta necessidade de buscar novos conhecimentos. Através desta participação ativa e crítica se tornará um cidadão capaz de intervir e transformar sua realidade.

Quando se pensa em transformação de uma sociedade, logo se remete a educação, pois a partir dela são transmitidos modelos sociais de comportamento às crianças, forma-se a personalidade e também se difunde ideias políticas sobre a sociedade, os fundamentos, a organização e finalidades da mesma (CHARLOT, 1986). Sendo a escola uma instituição social e educativa, fica a cargo dela possibilitar meios para que as finalidades educativas que a sociedade espera sejam alcançadas. Como fazemos parte de diferentes meios sociais que têm concepções diferentes de vida, de trabalho, de relações humanas, entre outras, isso não significa que esses comportamentos sejam padronizados.

Se o processo de ensino deve ser fundamentado na escola, esta deve estar atenta para contribuir para a socialização do aluno recém-chegado. Do mesmo modo, defendemos que a sua aprendizagem está intimamente atrelada ao sentir-se parte da escola. Diante desse pressuposto, é que se faz necessário discutir sobre o espaço escolar e como este influencia no processo de desenvolvimento intelectual, cognitivo e na socialização da criança. Diante disso, a transição do 5º (quinto) para o 6º (sexto) ano, muitas vezes é marcada por alguns aspectos como a questão biológica e fisiológica (transição do ser "criança" para o início da adolescência), pois diferem uns dos outros quanto ao tempo cronológico, biológico; a ruptura da rotina do 5º (quinto) para o 6º (sexto) ano; a falta de preparação de professores do 5º (quinto) e do 6º (sexto) ano para agir com os conflitos que a transição traz; a pouca participação efetiva da família na escola e a falta de integração entre as escolas municipais e estaduais, pois ambas deveriam trabalhar juntas nessa transição para tornarem menos impactante a mudança de nível de ensino.

Com o ingresso na educação infantil, segundo a Lei 12.796/13 (BRASIL, 2013), a criança deverá receber atendimento educacional que lhes garanta o desenvolvimento integral até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Tudo isso deve acontecer num contexto em que cuidados e educação se realizem de modo prazeroso e lúdico. Na sequência da educação infantil, esta criança segue para o Ensino fundamental – Anos Iniciais. Nesse nível de ensino, a escola continua dando laços sociais, afetivos e condições de aprendizagem necessárias para que sintam segurança e confiança. Ao ingressar no 6º (sexto) ano do Ensino Fundamental, o aluno se depara com situações que não eram comuns nos anos iniciais, pois antes ele tinha, na maioria das vezes, poucas professoras que lhe chamava pelo nome e agora são várias professoras, cada uma em seu tempo de aula, as quais, muitas vezes, não conseguem guardar o nome de todos, devido à quantidade de turmas que atendem. Antes, enquanto todos não terminassem as atividades, não se passava para outra disciplina, agora ao final de 0:50' (cinquenta minutos), dá-se o sinal e todos têm que “mudar de matéria” ou de caderno. Cainelli (2011, p.128) retrata que: A transição do quinto para o sexto ano no Paraná é mediada por mudanças significativas para os alunos. O sentimento de terminalidade de uma etapa educacional é reforçado pelo modelo que impõe uma articulação Estado/município praticamente inexistente, tanto no âmbito administrativo como no pedagógico. [...] Ainda, Andrade (2011, p.16) em sua pesquisa Investigações sobre a Transição dos Alunos do Ensino Fundamental I para o Ensino Fundamental II aponta que “as diferenças entre as duas séries são percebidas nos objetivos, procedimentos, organização didática e também interação professor-aluno, entre outras”. Isso tudo faz com que o aluno se sinta livre, porém muitas vezes, faz com que se sinta perdido no ambiente escolar, não tem um professor cuidando de si o tempo todo, e, ao mesmo tempo, é mais um no meio de tantos. Essa nova realidade dificulta sua socialização no novo sistema de ensino, pois é algo que não aprendeu a lidar. No caso do aluno egresso do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, ele traz consigo uma vivência do ritmo próprio de outra escola.

JUSTIFICATIVA

A passagem do 5º para o 6º ano do Ensino Fundamental é sempre um momento de muita expectativa para pais e alunos. No próximo ano, eles terão

contato com uma quantidade maior de professores, livros e cadernos. Além disso, os jovens também estão passando por mudanças físicas, emocionais e intelectuais ligadas à entrada na adolescência.

Para que essa transição seja suave, as escolas municipais e estaduais desenvolvem com os alunos o projeto “Sexto Ano, estou chegando”, em um trabalho conjunto entre as coordenações do Ensino Fundamental Municipal e Estadual. O objetivo é proporcionar tranquilidade e segurança aos alunos e pais, especialmente, em relação a tempos, espaços, professores, materiais, novos agrupamentos e avaliação.

O projeto “Sexto Ano, estou chegando” tem início no primeiro trimestre e dura todo o ano letivo. Durante esse período, os alunos terão um contato gradativo com toda a rotina do próximo segmento, incluindo contato com os professores e alunos que estarão com eles no ano seguinte.

Os alunos do 5º ano do Ensino Fundamental farão visitas nas escolas estaduais do município, receberão visitas de alunos que estudam na Rede Estadual, ao longo do ano letivo, outras atividades também serão incluídas na rotina dos alunos para facilitar a transição e ajudá-los a criar a autonomia demandada pelo próximo segmento.

Assim, as Escolas Municipais e Estaduais proporcionam uma transição tranquila para nossos alunos e pais, que faz toda a diferença na adaptação dos alunos nesse momento de mudanças.

Objetivo Geral

Promover atividades de transição dos alunos do 5º para 6º ano e garantir avanços na aprendizagem, na postura de estudante, nas relações interpessoais e no desenvolvimento pessoal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Promover atividades de adaptação dos alunos do 5ºano para o 6ºano e possibilitar avanços na aprendizagem, na postura de estudante, nas relações interpessoais e no desenvolvimento pessoal.

Contribuir para que os alunos tenham uma transição suave em relação tempo, espaços, professores, materiais, novos agrupamentos e avaliação.

Possibilitar ao professor um maior conhecimento sobre o aluno e adequar as propostas de ensino às necessidades de aprendizagem da turma.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES COM ENFOQUE NA TRANSIÇÃO DO 5º ANO PARA O 6º ANO

PROJETO DE FORMAÇÃO: DESAFIOS NA TRANSIÇÃO DO 5º ANO PARA O 6º ANO

A formação de professores atuantes nas turmas de quinto ano e sexto ano no município de Céu Azul se dará em dois momentos.

Num primeiro momento no mês de março será realizado um encontro envolvendo professores atuantes nas duas séries em questão, bem como coordenadores pedagógicos municipais e pedagogos estaduais, além da Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação responsável pelas turmas de quinto anos do município.

Neste encontro será discutido o processo de transição das turmas de quinto ano, bem como será apresentando o presente projeto Municipal de Transição e as atividades que estão previstas com vista a uma transição assertiva entre essas duas séries.

Num segundo momento será realizado a Formação Continuada: **Desafios na Transição do 5º ano para o 6º ano**, envolvendo professores municipais e estaduais atuantes em turmas de quinto ano e sexto ano, coordenadores municipais, pedagogos estaduais e coordenadora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

A formação supracitada abordará os seguintes assuntos: Implicação Pedagógica da Transição do 5º ano para o 6º ano; A importância do professor e da família na transição. A carga horária total será de oito horas sendo está subdividida em quatro horas em grupos de estudos presenciais e quatro horas a serem realizadas em grupos de estudos na escola visando a elaboração de ações que

propiciem o trabalho pedagógico com o intuito de minimizar os impactos da fase de transição em questão.

A avaliação dessa formação Continuada se dará através de auto avaliação, bem como a observação dos resultados obtidos.

ATIVIDADES PRÁTICAS COM A COMUNIDADE ESCOLAR COM ENFOQUE NA TRANSIÇÃO DE 5º PARA 6º ANO

A transição de escolas pode ser facilitada e tornar-se mais tranquila e agradável se for precedida de atividades programadas para o efeito. Para tal serão realizadas as seguintes ações:

DATA	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	ENVOLVIDOS
03 de março de 2020	Encontro de professores do 5º e do 6ºano.	Assessora Pedagógica Semed e Pedagogas das Escolas Estaduais.	Professores do 5º e 6º ano, Coordenadores Pedagógicos Municipais e Pedagogos Estaduais.
Fevereiro e Março de 2020	Reunião com os pais dos alunos de quinto ano.	Coordenadoras e diretores de Escolas Municipais de Ensino Fundamental.	Equipe gestora das escolas /muniicpal de Ensino Fudnamental, professores atuantes no 5º ano e pais de alunos do 5º ano.
14 de abril de 2020	Formação: Desafios na Transição do 5º ano para o 6º ano.	Assessora Pedagógica Semed e Pedagogas das Escolas Estaduais	Professores do 5º ano, Professores do 6º ano Coordenadores Pedagógicos Municipais e Pedagogos Estaduais
Durante o segundo semestre	Encontro com alunos dos 5ºanos e 6ºanos para que tirem dúvidas.	Coordenadoras Municipais e Pedagogas das Escolas Estaduais	Alunos, Professores e Coordenadoras.
Outubro a	Visita dos alunos do 5º	Coordenadoras	Alunos, Professores e

novembro	ano as Escolas Estaduais	Municipais e Pedagogas das Escolas Estaduais	Coordenadoras.
Outubro a novembro	Visita dos professores do 6ºano, para os alunos do 5º ano, para explicar como funciona o processo escolar.	Coordenadoras Municipais e Pedagogas das Escolas Estaduais	Alunos, Professores e Coordenadoras e Pedagogas das Escolas Estaduais.
Outubro a novembro	Visita dos alunos do 5º ano nas Escolas Estaduais quando estas realizarem Feira de Ciências	Coordenadoras Municipais e Pedagogas das Escolas Estaduais	Alunos, Professores e Coordenadoras e Pedagogas das Escolas Estaduais.
Novembro	• Reunião com os pais para que compreendam as mudanças pelas quais os filhos passarão.	Diretoras e Coordenadoras Municipais	Diretoras, Coordenadoras, professores, pais

RECURSOS

Materiais pedagógicos, equipamentos de áudio, mídia, tecnológicos e humanos (toda a equipe escolar).

PÚBLICO-ALVO

Professores, alunos, direção, equipe pedagógica e pais.

RESULTADOS

Considerando que a proposta de articulação no processo da transição dos alunos do 5º para o 6º ano visa garantir avanços na aprendizagem, na postura de estudante,

nas relações interpessoais e no desenvolvimento pessoal, espera-se que esse projeto possa subsidiar os alunos ao novo segmento de ensino.

REFERÊNCIAS

ADOLESCENTES-PSICOLOGIA-PUBERDADE. Vídeo (04 min e 58 seg.) disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=x2ottdJv-Y>>. acesso: 03/06/2014.

AUSUBEL, D. P. A aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Moraes, 1982.

CAJADO, Octavio Mendes. Dinâmica da adolescência. 2 ed. Cultrix: São Paulo, 1968.

BRASIL. Diretrizes Curriculares da Educação Básica. 2008, p.22.

FAZENDA, Ivani C. A.(org). Didática e Interdisciplinaridade. 17 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. 3. ed. Ver. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vigotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. SP: Scipione, 2009.

SOUZA, M. C. B. R. de. A concepção de criança para o enfoque historicocultural. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista. Marília, 2007.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. 6 ed. SP: Martins Fontes, 1998.

CUNHA Andréia Cristina da; MARTINEZ Flavia Wegrzyn Magrinelli. TRANSIÇÃO DO 5º PARA O 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: a relação entre professores e os alunos. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_ped_uenp_andreiacristinadacunha.pdf

ANEXO 10: PROJETO BULLYING

**PROJETO PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NO
AMBIENTE ESCOLAR**

PARTICIPANTES:

ESCOLA MUNICIPAL SÃO CRISTÓVÃO

ESCOLA MUNICIPAL LEÔNCIO CORREIA

ESCOLA MUNICIPAL TANCREDO NEVES

ESCOLA MUNICIPAL OLAVO BILAC

ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO JOSÉ BONIFÁCIO

CÉU AZUL - PR

2020

APRESENTAÇÃO

A discussão sobre a temática do enfrentamento à Violência na Escola visa ampliar a compreensão e formar uma consciência crítica sobre a violência e, assim, transformar a escola num espaço onde o conhecimento toma o lugar da força.

A violência, no âmbito das Escolas Públicas, pode ser entendida como um processo complexo e desafiador que requer um tratamento adequado, cuidadoso e fundamentado teoricamente, por meio de conhecimentos científicos, desprovidos de preconceitos e discriminações. Apenas em 1990, fruto do desdobramento da Constituição Federal de 1988 (em especial de seu artigo 227), da Convenção Internacional de 1989, bem como da reivindicação de inúmeras entidades, movimentos e atores sociais, surge o Estatuto da Criança e do Adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, traz a doutrina jurídica da proteção integral. A criança deixa de ser vista como objeto de intervenção da família, da sociedade e do estado e passa a ser entendida como um sujeito de direito e em desenvolvimento. Daí a importância da educação.

Ainda dentro da perspectiva da violência no ambiente escolar, destaca-se o bullying, o qual é visto como um conjunto de atitudes que podem ser de violência física e/ou psicológica, de cunho intencional e repetitivo, exercido por um agressor contra uma ou mais vítimas que não conseguem se defender. Trata-se de um jogo psicológico e subjetivo de poder, não se constituindo apenas em um problema relacionado ao âmbito escolar. Sua extensão se tornou um problema de saúde pública, expandindo-se aos estudos de psicologia e da área médica.

Na maioria das vezes, suas ações são provocações proferidas de formas degradantes e ofensivas, ocorrendo de maneira intencional, envolvendo humilhação, agressão, palavrões, ameaças, isolamento, exclusão, chantagem, entre outras situações. Geralmente ocorrem por meio de “brincadeiras”, que servem como desculpa, porém na verdade, seu verdadeiro propósito é de intimidar o outro.

Diante dessa constatação, faz-se necessário o desenvolvimento de ações, com vistas ao enfrentamento da problemática.

JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento de ações efetivas de conscientização e combate ao bullying surge a partir da constatação dessa prática ambiente escolar.

Durante muito tempo evitou-se usar o termo “violência” escolar. Parecia pesado demais e as questões de violência estavam sempre relacionadas aos casos de indisciplina que se faziam presentes na escola. Nos últimos anos, mais especificamente ao final da década de 90, constata-se um grande aumento nos estudos envolvendo violência, principalmente a que ocorre dentro da escola, em

virtude da relevância com que o assunto se faz presente na sociedade. Segundo TIGRE (2002): Percebemos que a utilização do termo “violência” nos trabalhos mais recentes (CANDAU, 1999; NASCIMENTO, 1999; PERALVA, 1997; CARDIA, 1997; GUIMARÃES, 1996), passa a ser empregado sem nenhum receio em ser considerado pesado demais para os conflitos que a escola vem enfrentando. Parece que, atualmente, o conceito de indisciplina foi naturalmente incorporado ao de violência. Além desses termos, outros, mais modernos, mas que se referem a antigos problemas surgem para fazer parte desse conjunto: incivilidade e bullying.

É preciso mobilizar a escola para enxergar as situações de conflitos ocasionadas pela violência em suas várias formas; disso, resultará a vontade verdadeira de enfrentar esses conflitos para que se opere a mudança daquilo que não está fazendo bem para a comunidade escolar.

Com a sanção da Lei n.º 13.663/2018, que altera o art. [12](#) da Lei nº [9.394](#), de 20 de dezembro de 1996, tornou-se obrigatória a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.

Nesta perspectiva, é muito importante que se identifique se esse fenômeno vem ocorrendo no ambiente escolar. Os profissionais da Educação devem estar alertas a algumas questões, como o perfil comportamental da criança, se ela apresentava um rendimento satisfatório e passou a ter baixo rendimento escolar, justificativas para não comparecer às aulas, chegar mais tarde ou inventar que está doente e por fim, observar se ela não tem muitos amigos e como anda seu convívio social.

Ao constata-se situação de violência/bullying em sala de aula, o professor imediatamente deve intervir e tomar as medidas necessárias, realizando orientações e, se necessário, o encaminhamento a outras instâncias, de forma a fazer com que a escola seja concebida pelo aluno, como um ambiente seguro, favorável ao aprendizado e convívio social.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver ações de prevenção, discussão, e combate ao bullying no espaço escolar, proporcionando aos alunos um ambiente acolhedor, de respeito mútuo, valorizando e respeitando a individualidade de cada um, estimulando o desempenho escolar e diminuindo situações de evasão e reprovação escolar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Cumprir a Lei nº 13.185 de 06 de novembro de 2015;
2. Identificar precocemente casos de bullying;
3. Criar espaços no interior da escola para escuta e discussão sobre o tema;
4. Orientar os pais sobre a temática;
5. Estimular a empatia, respeito às diferenças, solidariedade, visando uma cultura de paz.
6. Esclarecer aos alunos o que é bullying e as consequências deste ato na vida dos outros.
7. Desestimular a prática do bullying no ambiente escolar;

8. Desenvolver o respeito mútuo em relação à aceitação do outro.
9. Conscientizar alunos e comunidade escolar quanto aos direitos humanos e à necessidade de prevenção e combate de todas as formas de violência;
10. Sensibilizar a família sobre a necessidade de sua colaboração para o enfrentamento dos conflitos decorrentes da indisciplina e da prática do bullying surgidos na escola;
11. Promover a potencialização da aceitação do outro em suas singularidades e a recusa da idealização excessiva de sujeitos;
12. Construir coletivamente as regras que equilibrarão a convivência no ambiente escolar;
13. Combater a prática do bullying no ambiente escolar;
14. Diagnosticar (equipe gestora) os focos e as causas de violência;
15. Criar espaços para discussão e reflexão sobre o tema, garantindo que a instituição seja um local onde todos desejam estar;
16. Implementar (os professores) estratégias pedagógicas para o trabalho com valores e a resolução de conflitos por meio do diálogo;
17. Participar (os alunos) ativamente de momentos reflexivos e atividades que envolvem o resgate de valores, exercitando a tolerância, a solidariedade e a cooperação;
18. Promover palestras sobre o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente;
19. Possibilitar o desenvolvimento sócio pessoal dos alunos através da amplificação de “habilidades sociais” que os possibilite lidar diante de novas situações sociais, como por exemplo: autocontrole e autorreflexão, empatia, assertividade, negociação, mediação e solução de conflitos;

METODOLOGIA

O presente trabalho será desenvolvido de forma interdisciplinar envolvendo os alunos de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, sendo trabalhadas diversas atividades, entre elas:

- Palestras
- Entrevistas
- Vídeos
- Dramatização
- Debates
- Trabalho expositivo
- Rodas de conversa

DISCIPLINAS ENVOLVIDAS E CONTEÚDOS A SEREM TRABALHADOS

Língua Portuguesa: interpretação e produção textual.

Matemática: gráficos e porcentagens a respeito da incidência de casos de bullying.

Geografia: país/local onde existe maior índice de Bullying e/ou de violência escolar .

História: a origem do termo Bullying questões históricas de violência na escola.

Ciências: deficiências/diferenças físicas, raciais, mental e social.

Artes: desenhos, dinâmicas, dramatização.

Educação Física: música, danças e jogos.

Ensino Religioso: preconceito entre as religiões, entre diferenças físicas, raciais entre outras.

RECURSOS

Internet, caixa amplificadora, TV escola, DVD, papel madeira, tesoura, cola, data show, microfone e câmera digital.

CRONOGRAMA

ATIVIDADES	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre
Interpretação e produção textual: desenhos, dinâmicas, dramatização.	X	X	X
Gráficos e porcentagem a respeito do assunto			X
País/local onde existe maior índice de Bullying e/ou violência. A origem do termo Bullying.		X	
Palestra sobre deficiência/diferença física, mental e social.			X
Palestra sobre violências, com alguma autoridade local.	X		
Palestra sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.	X		
Preconceito entre as religiões e raças. Música, danças e jogos.	X	X	X

AVALIAÇÃO

Serão realizadas através de registro, de acordo com a participação, interesse e desenvolvimento de cada aluno, de forma individual e coletivo, e com base na mudança de comportamento dos alunos.

REFERÊNCIAS

A TARDE. **Pesquisa revela 40% de agressão escolar na grande salvador.** Disponível em: . Acesso em: 21 abr. 2018.

BRASIL ESCOLA. **Bullying: um desafio às escolas do século xxi.** Disponível em: . Acesso em: 21 abr. 2018.

BORGES, Tahiana Andrade S. **Memórias do bullying**: A perspectiva de uma psicologia que foi vítima de violência escolar. 1 ed. São Paulo: Novo século, 2015. 190 p.

CIÊNCIA E CULTURA. **Bullying ainda é visto como brincadeira**. Disponível em: . Acesso em: 11 mai. 2018.

EFDEPORTES. **Bullying nas aulas de educação física e o papel do professor**. Disponível em: . Acesso em: 10 abr. 2018.

FABIANO, Dimas. **Projeto De Lei Nº 6504/2013**. Disponível em: . Acesso em: 26 mar. 2018.

INFOESCOLA. **Bullying na escola**. Disponível em: . Acesso em: 20 abr. 2018.

PACIEVITCH, Thais. INFOESCOLA. **Bullying na escola**. Disponível em: . Acesso em: 20 abr. 2018.

AQUINO, Julio Groppa. **Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas**. São Paulo: Moderna, 2003.

FERNÁNDEZ, Isabel. **Prevenção da violência e solução de conflitos**: o clima escolar como fator de qualidade. São Paulo: Madras, 2005.

LATERMAN, Ilana. **Violência e incivilidade na escola: nem vítimas nem culpados**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

LDB 9394/96.

FANTE, Cleo. **Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. Campina – SP: Verus, 2005.

GONÇALVES, Maria Augusta S. **Violência na escola, práticas educativas e formação do professor**. IN: Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 126, 635-658, set./dez. 2005.

ANEXO 11: QUESTIONÁRIO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Questionário de avaliação da Escola Municipal José Bonifácio

1) Como você avalia sua satisfação com os professores da escola?

- 1 insatisfeito
- 2 pouco satisfeito
- 3 indiferente
- 4 ligeiramente satisfeito
- 5 muito satisfeito

Sugestão: _____

2) Como você avalia sua satisfação com a direção da escola?

- 1 insatisfeito
- 2 pouco satisfeito
- 3 indiferente
- 4 ligeiramente satisfeito
- 5 muito satisfeito

Sugestão: _____

3) Como você avalia sua satisfação com a coordenação da escola?

- 1 insatisfeito
- 2 pouco satisfeito
- 3 indiferente
- 4 ligeiramente satisfeito
- 5 muito satisfeito

Sugestão: _____

4) Como você avalia sua satisfação em relação ao espaço físico da escola?

- 1 insatisfeito
- 2 pouco satisfeito
- 3 indiferente
- 4 ligeiramente satisfeito
- 5 muito satisfeito

Sugestão: _____

5) Como você avalia sua satisfação em relação as metodologias de ensino aplicadas durante o período letivo?

- 1 insatisfeito
- 2 pouco satisfeito
- 3 indiferente
- 4 ligeiramente satisfeito
- 5 muito satisfeito

Sugestão: _____

6) Como você avalia sua satisfação em relação a merenda escolar ofertada aos alunos?

- 1 insatisfeito
- 2 pouco satisfeito
- 3 indiferente
- 4 ligeiramente satisfeito
- 5 muito satisfeito

Sugestão: _____

7) Como você avalia sua satisfação com o transporte escolar?

- 1 insatisfeito
- 2 pouco satisfeito
- 3 indiferente
- 4 ligeiramente satisfeito
- 5 muito satisfeito

Sugestão: _____

ANEXO 12: PLANO DE AÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CÉU AZUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO DE AÇÃO

**ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO JOSÉ BONIFÁCIO
NOVA UNIÃO – CÉU AZUL**

MAIO /2020

DIRETORA
JANETE SECCO BEDENDO

COORDENADORA
VANDERLÉIA AP. DE OLIVEIRA NERY

PROFESSORES
Adrielli Tessaro Conceição
Andréia Carmem Baggio
Berenice de Fátima Maximowitz Gabiatti
Daniele Franchini de Lemos
Elete Eger da Costa
Luana Cristina Marchi dos Santos Muller
Nilvanda Batista Correia
Rosane Pedroso
Vanessa Ackermann Bez

FUNCIONÁRIOS
Merendeira: Solange Leite Pereira. (Vidalimp) Terceirizada
Auxiliar de Limpeza: Leonice Pereira. (Limpatec)
Terceirizada
Auxiliar de limpeza: Maria Ivonete Silva de
Souza. (Concursada)

PLANO DE AÇÃO 2020

OBJETIVO

Compreender os princípios desafiadores quanto aos indicadores da situação escolar e buscar juntamente com os profissionais da educação deste estabelecimento de ensino, possibilidades para melhorar o ambiente físico, material e educacional, dar ênfase às taxas de aprovação, reprovação, evasão escolar e desempenho nas diferentes avaliações realizadas incluindo PROVA PARANÁ E PROVA BRASIL.

BASES LEGAIS DA EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CÉU AZUL

- **Constituição Federal de 1988**

Instituída em outubro de 1988, a Lei Magna do Brasil, no capítulo 3, Seção I, trata especificamente da Educação. Dispõe também sobre as competências e responsabilidades dos entes federados.

- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN**

Instituída em 20 de dezembro de 1996, sob n.º 9394/96, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispendo sobre os princípios e fins da educação, o direito à educação e o dever de educar, bem como sobre a organização, estrutura e funcionamento em âmbito nacional.

- **Constituição do Estado do Paraná**

Instituída em 5 de Outubro de 1989, institui o ordenamento básico do Estado do Paraná, e no capítulo II, Seção I, trata especificamente da Educação.

- **Lei Orgânica Municipal**

Alterada pela Emenda à Lei Orgânica nº 002/2017, de 21 de dezembro de 2017, na Seção IV, da Educação, da Cultura e do Desporto, trata especificamente da Educação.

- **Lei 11.645/08**

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

- **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003.**

Estabelece a obrigatoriedade do ensino da História da África e História da Cultura Afro-brasileira e Indígena nas escolas, determinando a inclusão de temas em todos os níveis e modalidades de ensino.

- **Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014**

O Plano Nacional de Educação – PNE - é um instrumento da política educacional, aprovado pela Lei nº 13.005/2014. Estabelece diretrizes, objetivos e metas para todos os níveis e modalidades de ensino, como também para a formação e valorização do magistério e para o financiamento e a gestão da educação, por um período de dez anos.

- **Plano Estadual de Educação - Lei nº 18.492/2015**

O Plano Estadual de Educação – PEE – é uma ferramenta da política educacional, em nível estadual, elaborada a partir das diretrizes, objetivos e metas estabelecidas pelo PNE, respeitando-se as especificidades do Estado. Define as metas e estratégias necessárias para o atendimento às diferentes redes de ensino do estado do Paraná com o propósito de atender as demandas educacionais estaduais por uma educação de qualidade, garantindo entre outras ações, o acesso e permanência de estudantes na escola e a formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

- **Plano Municipal de Educação - Lei 1.583/2015**

O Plano Municipal de Educação – PME – Lei 1.583/2015, alterado pela Lei 1.879/2017 é instrumento da política educacional, em nível municipal, elaborado com base no PNE e PEE. Estabelece diretrizes, objetivos e metas para a educação no Município, refletindo as necessidades da população local, as especificidades da Rede Municipal de Ensino e a própria identidade sociodemográfica do Município, com vigência de dez anos.

- **Proposta Pedagógica Curricular-Ensino Fundamental (Anos Iniciais) Educação Infantil. Rede Pública Municipal – Região da AMOP**

O Currículo Básico para a Escola Pública Municipal contempla os fundamentos filosóficos, psicológicos e metodológicos, bem como a fundamentação, organização do conteúdo e concepção de avaliação de cada Componente curricular.

- **Currículo da Rede Estadual Paranaense-CREP.**

- **Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério do Município de Céu Azul – Lei nº 1947/2018, alterado pela Lei Municipal nº 2.004/2018**

O Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério do Município de Céu Azul – Lei nº 1947/2018, alterada pela Lei nº 2.004/2018, dispõe sobre o Plano de Carreira, cargos, salário e valorização do Magistério do Município de Céu Azul. Objetiva promover a valorização, o desenvolvimento na carreira e o aperfeiçoamento continuado dos profissionais da educação que atuam na rede municipal de ensino do Município de Céu Azul.

O presente Plano traça diretrizes políticas para a educação pública municipal de Céu Azul, para os anos de 2019 e 2020 e busca atender às necessidades da população, em consonância com a legislação que regulamenta a Educação.

As diretrizes que constituem esse documento têm como foco uma educação plural, cidadã e democrática, que visa interferir na dinâmica social e local, buscando superar eventuais desigualdades. São elas:

Equidade e qualidade do processo de ensino e de aprendizagem – visa a garantir a permanência do aluno na escola e o sucesso de sua formação escolar, de modo a contribuir para a inclusão social e o exercício da cidadania em situação de igualdade com crianças, jovens e adultos em condições sociais e econômicas favoráveis.

Democratização do acesso, mediante a qualificação, reordenação e expansão da rede física municipal – pressupõe um estudo da demanda potencial da Rede, fazendo uma avaliação concreta da situação, considerando as condições da adequação às atividades educativas, a utilização dos espaços disponíveis, as possibilidades de ampliação e o estado de conservação, com vistas ao reordenamento, qualificação e expansão da rede física.

Democratização e modernização da gestão garantindo o caráter participativo e cujo foco é a aprendizagem, fundamentado em princípios como: democracia, participação e autonomia, mobilizando alunos, professores, gestores, profissionais de apoio e comunidade num movimento coletivo de fortalecimento da gestão educacional.

Valorização e formação continuada dos trabalhadores e trabalhadoras em educação – trata da melhoria das condições do exercício profissional de docentes e não-docentes, mediante uma política que garanta: ingresso exclusivamente através de concurso público de provas e títulos; planos de carreira para o magistério público; formação continuada, entre outros.

Oferta Educacional

Nessa perspectiva, a ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO JOSÉ BONIFÁCIO, atende aos níveis e modalidades de ensino relacionados a seguir:

Educação Infantil

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, conforme especificado na LDBEN nº. 9394/96, sendo um processo educacional que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, até cinco anos de idade.

Pré-escolas – para crianças de 4 e 5 anos de idade, para em complementação à ação da família, proporcionar condições adequadas de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança e promover a ampliação de suas experiências e conhecimentos, estimulando o seu interesse pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade.

Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental está organizado a partir de classes regulares que em uma primeira etapa, atendem aos Ciclos de Aprendizagem, conforme Lei 11.274/06..

A organização e da Educação Infantil do Ensino Fundamental Fase I possui é a seguinte:

Ensino Fundamental de 9 anos (Resolução nº 3 CNE/CEB)		Organização da Rede Municipal de Ensino	
Educação Infantil (até 5 anos de idade)	4 e 5 anos	Pré-escola	
	1º ano	1º Ciclo (Alfabetização)	Havendo a possibilidade de retenção somente no 3º ano caso o aluno não tenha alcançado os conhecimentos exigidos para o Ciclo, ou Alfabetizado.
Anos iniciais	2º ano		
	3º ano		
Anos iniciais	4º ano	2º Ciclo	Havendo a possibilidade de retenção no 4º e no 5º ano, caso o aluno não tenha alcançado os conhecimentos exigidos para o Ciclo.
	5º ano		

A Escola Municipal do Campo José Bonifácio possui 06 turmas de Educação Infantil Pré I e II e Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, atendendo a 64 alunos, no turno Vespertino, (período da tarde)

Este estabelecimento de Ensino conta com recursos arrecadadas nas promoções organizadas pela APPF, pelos programas governamentais como PDDE, mas principalmente com recursos provindos da PREFEITURA MUNICIPAL DE CÉU AZUL, que é a unidade mantenedora deste estabelecimento de ensino.

Os recursos oriundos de promoções e verbas como o PDDE, são administrados pela APPF juntamente com a administração escolar e fiscalizadas pelos membros da APPF que fazem todo o acompanhamento quanto ao uso dos recursos fiscalizando sua utilização. Os recursos federais são aplicados conforme as decisões tomadas em reunião com a maioria dos membros da Associação de Pais, Professores e Funcionários. Registrado em ata em três momentos; decisão pelo que comprar, apresentação dos orçamentos e a terceira para comprovar a aquisição dos bens.

Quanto ao patrimônio existente neste estabelecimento de ensino ele é identificado com plaquetas da Prefeitura municipal quando provindo da mesma e também tem o registro dos bens adquiridos com recurso próprios.

Este estabelecimento de Ensino é partilhado com o Colégio Estadual Nova União e tudo o que o estabelecimento municipal possui é usado de forma partilhada.

INSTRUMENTOS E MECANISMOS DE APOIO À GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA

A gestão democrática na escola pública requer a participação coletiva de toda a comunidade escolar e local na aplicação dos recursos financeiros, na organização de pessoal, na manutenção de patrimônio, na construção e na execução de projetos educacionais, na elaboração e aplicação do Regimento Escolar e na construção e implementação do Projeto Político Pedagógico – PPP.

Para o desenvolvimento de uma gestão democrática na escola, faz-se necessária a utilização de mecanismos que possibilitem participação, compromisso e partilhamento de decisões, sendo pois, o Diretor e o Coordenador Pedagógico, elementos ativos em todas as proposições da Escola.

As representações escolares que estabelecem um diálogo permanente com a escola são:

Conselho Escolar – constituído com representações dos professores, alunos, pais de alunos, comunidade local, servidores da unidade escolar e diretor, contribuindo para a gestão democrática da Unidade Educacional.

O Conselho Escolar tem função deliberativa, fiscalizadora, mobilizadora, consultiva e avaliativa nas questões pedagógicas, administrativas, financeiras e disciplinares.

Foi instituído através da Lei Municipal nº 1.343/2013, de 19 de junho de 2013 e alterado pela Lei Municipal nº 1.495/2014, de 23 de outubro de 2014.

Associações de Pais, Professores e Funcionários - APPF – para desenvolvimento de uma gestão efetiva, é necessário que alunos, pais e professores sejam incentivados a se organizarem para o exercício da liderança participativa de forma responsável e consciente.

Conselho de Classe – é uma oportunidade de reunir os [professores](#) com o objetivo de refletir sobre a [aprendizagem](#) dos alunos e o processo de ensino. Seu objetivo é favorecer uma [avaliação](#) mais completa do estudante e do próprio trabalho [docente](#), proporcionando um espaço de reflexão sobre o trabalho que está sendo realizado e possibilitando a tomada de decisão para um novo fazer pedagógico, favorecendo mudanças para estratégias mais adequadas à aprendizagem de cada turma e/ou aluno. Conta com a participação de diretor, coordenador pedagógico, professores, de acordo com as diretrizes da escola.

Regimento Escolar – É um instrumento normativo que estabelece os aspectos administrativos, pedagógicos, disciplinares, a natureza e a finalidade da Instituição de Ensino e está normatizado na Deliberação nº 02/2018 - CP/CEE/PR e no Parecer Normativo nº 01/2019, do CP/CEE/PR.

É elaborado e aprovado pelo Conselho Escolar, sob a coordenação do Gestor escolar, devendo ser homologado pela Secretaria Municipal de Educação. Este instrumento deverá ser construído, de acordo com Parecer e orientações emanadas da Secretaria de Estado da Educação - Núcleo Regional de Educação de Cascavel, adequando-se às características e peculiaridades da unidade escolar.

Projeto Político Pedagógico – PPP – É o documento norteador da Instituição de Ensino, que esclarece sua organização, define objetivos para a aprendizagem dos alunos, e as ações que serão trabalhadas pela escola para atingi-las, amparados nos princípios definidos no Art. 12 da Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR.

A definição de uma escola como atuante na sociedade democrática, plural e justa deve trabalhar no sentido de formar cidadãos conscientes, capazes de compreender e criticar a realidade, atuando na procura da superação das desigualdades e do respeito ao ser humano. Quando a escola assume a responsabilidade de atuar na transformação e no desenvolvimento social, seus agentes devem empenhar-se na elaboração de uma proposta para a realização desse objetivo. Essa proposta ganha força na construção de um Projeto Político Pedagógico.

Cada unidade escolar (Centro de Educação Infantil ou Escola), organiza o seu Projeto Político Pedagógico tendo como princípio basilar o Materialismo Histórico Dialético; a Psicologia Histórico-Cultural e a Pedagogia Histórico-Crítica, pressupostos estes necessários à análise do contexto da comunidade na qual se encontra a instituição escolar, projetando suas intencionalidades e apresentando sua proposta de organização do trabalho administrativo e pedagógico, abarcando a totalidade das atividades que se fazem necessárias para que o ato pedagógico de ensinar e aprender se efetive. Nesse contexto, cada PPP terá explicitado em seus

elementos constituintes, além de toda a estrutura de apresentação, os elementos mais importantes indicados nos denominados: Elemento Situacional, Elemento Conceitual, Elemento Operacional.

De acordo com a Deliberação Nº 02/2018 – CEE/PR, o Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino deve conter ainda, no mínimo:

- I. o histórico e a organização da instituição;
- II. os princípios filosóficos e conceituais que o fundamentam;
- III. os componentes curriculares e os respectivos encaminhamentos metodológicos;
- IV. as atividades escolares em geral e as ações didático-pedagógicas a serem desenvolvidas durante os períodos letivos;
- V. a matriz curricular específica e a indicação da área ou fase de estudos, com a respectiva carga horária de cada curso;
- VI. os processos de avaliação, classificação, reclassificação e promoção.
- VII. o plano de acompanhamento dos programas de acesso, permanência e desempenho dos estudantes;
- VIII. a organização do ano letivo, atendendo ao disposto na legislação;
- IX. as condições físicas e materiais, existentes e previstas, da instituição de ensino;
- X. a inclusão da pessoa com deficiência e o modo como ocorre o atendimento educacional especializado;
- XI. a especificação de momentos de estudo, o planejamento e a avaliação para os profissionais da educação;
- XII. a forma de organização da hora-atividade dos profissionais docentes.
- XIII. a Metodologia de diagnóstico e avaliação da organização do trabalho pedagógico.
- XIV. o plano de desenvolvimento escolar.

Para a (re)elaboração do PPP, o Coordenador Pedagógico deverá, de forma participativa, vivenciar um gerenciamento fundamentado em princípios de cogestão com os organismos escolares e suas representações associativas, legitimando a tomada de decisões numa ação colegiada com os diferentes níveis de responsabilidades da equipe gestora da escola e da Rede Municipal de Ensino.

AÇÕES

AÇÃO	OBJETIVO	RESPONSÁVEL	ESTRATÉGIAS
01- Cumprimento das metas e estratégias do Plano Municipal de	Cumprir as determinações aprovadas no Plano Municipal de Educação	Direção Coordenação Professores	Conhecer o plano e colocar em prática as metas e estratégias que cabem a escola.

Educação.		Funcionários	
02- Alimentação Escolar	Prezar pela qualidade dos produtos e estar atento a qualidade e a data de validade. Propor hábitos saudáveis	Nutricionista. Direção Coordenação Merendeira Professores	Estar atento quanto a qualidade dos produtos recebidos na escola. Preparo adequado. Servir com temperatura branda e de forma organizada para que todos possam pegar o lanche. Armazenamento de produtos.
03- Garantia de acesso e permanência dos alunos com sucesso	Garantir a todos os alunos o direito ao acesso e a permanência na escola.	- Pais - Direção -Coordenação - Professores - Conselho Escolar	Conhecer a realidade do aluno. Acompanhar os alunos que apresentam dificuldades quanto a distância da escola observando o transporte. Acompanhar alunos com dificuldade de aprendizagem fazendo atividades diferenciadas. Fazer um acompanhamento diário observando seu desenvolvimento escolar.
04 - Documentação Escolar	Manter organizada e dentro das datas de validades a documentação do estabelecimento bem como dos programas que a escola recebe.	Direção Presidente da APPF Secretário escolar	- Verificar datas de vencimento de cada programa. - Manter em dia a documentação da APPF. - Responder as solicitações providas da secretaria de educação ou de outro órgão, que venha solicitar.
05 Gestão administrativa - Sistema PDDE Interativo	Administrar os valores recebidos de forma adequada. Administrar em parceria, buscando sempre o melhor maneira de resolver os problemas.	Direção Coordenação APPF. Conselho Escolar	- Organização de eventos, atividades em dias comemorativos - Realizar orçamentos. -Manter em ordem a documentação escolar. - Buscar melhoramentos para o ambiente tanto material quanto pedagógico. Acompanhar a movimentação das contas bancárias. Prestar conta do recurso PDDE.

06 - Gestão Pedagógica	Organizar planejamento da Proposta Política Pedagógica de ensino da escola, como definir os melhores métodos de ensino aprendizagem. Estabelecer metas educacionais e avaliar o desenvolvimento de professores e alunos. Criar um ambiente estimulante e que proporcione a aprendizagem. Integrar todas as informações e objetivos pedagógicos englobando-os nos planejamentos escolar anual. Engajar todos os envolvidos no processo educacional no cumprimento desses objetivos e metas Avaliar o trabalho exercido pelos profissionais e transformar suas demandas e dificuldades em plano de ação	Coordenação pedagógica. Professores. Direção	Realizar estudos e planejamentos para elaboração do PPP. Incentiva Participação de projetos educacionais. Organizar Atividades cívicas semanal -Cantar o Hino Nacional. -Realizar apresentações Culturais. -Atividades de fixação para casa (tarefa). -Atividades complementares em sala de aula para alunos com dificuldade. -Organizar Conselhos de Classe. -Acompanhar a hora atividade dos professores bem como auxiliá-los necessidades. -Acompanhar o desenvolvimento e a aprendizagem dos educandos, Realizar a diagnose das turmas. Propor recuperação de conteúdos. Mediar ações entre famílias e professores.
07 Projeto Bulling	Orientar quanto a necessidade de respeitar os colegas, professores e demais pessoas praticando a empatia.	Direção Coordenação Professores. Alunos.	Trabalhar com vídeos, músicas, textos que ajudem os alunos a pensarem em suas atitudes.
08-Programas Educacionais: a) Programa Saúde na Escola	Contribuir para a formação meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde,	Equipe Gestora	Aplicação de flúor semanalmente. Teste de equidade visual semestralmente. Verificar possíveis sinais de alteração auditiva.
b)Avaliação Educacional: Prova Brasil SAEB	Avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.		Acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem com atividades preparatórias. Aplicar simulados. Divulgar os resultados. Trabalhar com os resultados.
c)Programa JEPP: Jovens Empreendedores Primeiros Passos SEBRAE	Fomentar o empreendedorismo nas escolas.	Direção Coordenador Professor Alunos Pais.	Aulas com os cadernos de cada turma. Realização de atividades práticas referente ao tema. Realização da feira do empreendedor.
d) Prova Paraná 5º ano	Atingir um bom desempenho dos educandos nas avaliações	Direção Coordenação Professores Alunos	Realizar as avaliações conforme determinações.

e) Prova Paraná Fluência 2º ano	Atingir bom desempenho dos educandos nas avaliações.	Direção Coordenação Professores Alunos	Realizações as avaliações conforme determinações.
d) Concurso Literário e cultural	Fortalecer a cultura da cooperação, incentivando os alunos a refletirem, debaterem e produzirem desenhos e textos narrativos relacionados ao Cooperativismo.	Direção Coordenação Professores Alunos	- Estimular a participação de concurso de desenhos (alunos de 3º ano). - Estimular a participação de concurso de redação (alunos de 5º ano).
e) Concurso Literário Cultural	Estimular dentro do espaço educacional a pesquisa e a criatividade, na busca por ampliar a integração entre escola e sociedade.	Coordenador Professor Alunos	- Estimular a participação de concurso de desenhos (alunos de pré-escola, 1º, 2º e 3º ano). - Participar de concurso de redação (alunos de 4º e 5º anos).
f) Programa A União Faz a Vida-SICREDI	Incentivar a cooperação, o diálogo, o comportamento solidário, a formação de consciência coletiva e democrática	Assessoria Pedagógica Equipe escolar.	- Incentivar as atividades cooperativas, a comunicação, a afetividade e o diálogo no desenvolvimento das atividades educacionais; - Estimular o desenvolvimento de projetos onde as crianças e adolescentes deixam o papel passivo, de simples receptores de conhecimento, e passam a ser sujeitos ativos no processo de aprendizagem;
g) Projeto Cultura na escola	Desenvolver o gosto pelo teatro e pela Música	Direção. Coordenação	Incentivar a participação, executar e fiscalizar o projeto..
10) – Distorção Idade série	Identificar no início do ano letivo a questão distorção idade série,	Coordenação Professores.	Reforço paralelo. Atendimento Individual
11 - Processo de inclusão	Atender a todos os alunos de forma igualitária respeitando suas individualidades e suas necessidades especiais, buscando adequar os materiais e o espaço escolar conforme suas necessidades.	Equipe escolar.	Atendimento individualizado. Integração com colegas e demais professores. Adaptação de atividades e local conforme a necessidade apresentada pelo aluno.
12- Semana do Autista	Valorizar e integralizar os trabalhos realizados por autistas	Direção Coordenação Professores Alunos	Motivar as apresentações e trabalhos de valorização e respeito as diversidades.
13-Brigada escolar	Realizar o curso de brigadista. Incentivar ao trabalho voltado a segurança e bem estar de todos	Equipe escolar.	Realização do curso da Brigada Escolar. Realização do plano de abandono. Atentar para a segurança no ambiente escolar.
14-Desafios Contemporâneos. Política das mulheres.	Buscar junto aos alunos e pais a valorização do trabalho feminino e a importância da mulher na sociedade.	Direção Coordenação Professores Alunos	Através de músicas, trabalhos em sala, cartazes e apresentações ao público escolar.

ANEXO 13: ATA DE APROVAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR

1 **Ata 05/2020.** Aos quatorze, dias do mês de agosto de dois mil e vinte às quatorze
 2 horas, nas dependências da Escola Municipal do Campo José Bonifácio –
 3 Educação infantil e Ensino Fundamental, reuniram-se os membros do Conselho
 4 Escolar convocados pela direção desse estabelecimento de ensino, onde
 5 compareceram **Marcia Piatti Bordignon, Luana Cristina Marchi dos Santos**
 6 **Muller, Vanderleia Aparecida de Oliveira Nery e Angelica Porta Bernardi e**
 7 **Maria Ivonete Silva de Souza.** A diretora deste estabelecimento de ensino
 8 Senhora **Janete Secco Bedendo**, a presidente da APPF (Associação de Pais,
 9 Mestres e Funcionários) **Sandra Regina Festner Frank**, a vice-presidente **Ana**
 10 **Luiza Felicetti Bordignon** para a apresentação do PPP (Projeto Político
 11 Pedagógico) A diretora senhora Janete Secco Bedendo, apresentou aos
 12 participantes o PPP (Projeto Político Pedagógico) qual foi elaborado pela
 13 comunidade escolar e enviado por e-mail conforme cada um dos conselheiros
 14 recebeu, hoje apresentam as considerações finais. Após alguns esclarecimentos
 15 os conselheiros aprovam por unanimidade o PPP, sendo que na sequencia a
 16 presidente assinará o termo de legalidade do mesmo, o qual será anexado ao
 17 documento juntamente com esta ata. Nada mais a constar, eu Vanderleia
 18 Aparecida de Oliveira Nery, secretária deste conselho encerro a presente ata que
 19 será assinada por mim, pelos conselheiros, membros da APPF e pela direção
 20 deste estabelecimento de ensino.

21 Vanderleia Aparecida de Oliveira Nery Vanderleia Nery
 22 Janete Secco Bedendo Janete Secco Bedendo
 23 Marcia Piatti Bordignon Marcia Piatti
 24 Luana Cristina Marchi dos Santos Muller Luana Müller
 25 Angelica Porta Bernardi Angelica Porta Bernardi
 26 Maria Ivonete Silva dos Santos M^a Ivonete S. de S.
 27 Sandra Regina Festner Frank Sandra Regina Festner Frank
 28 Ana Luiza Felicetti Bordignon Ana Luiza Felicetti Bordignon

Ata nº 05/2020

Conselho escolar

Dia 14 de agosto de 2020

Pauta: Aprovação do PPP(Projeto Político Pedagógico)2020

ANEXO 14: DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE DO CONSELHO ESCOLAR



ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO JOSÉ BONIFÁCIO.
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL.

DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE Nº 001/ 2020 emitida pelo
Conselho Escolar da Escola Municipal do Campo José Bonifácio.

ASSUNTO: Declaração de Legalidade referente ao Projeto Político-Pedagógico

Escola Municipal Do Campo José Bonifácio apresenta o Projeto Político Pedagógico elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo seu Conselho Escolar.

O Conselho Escolar emite a presente Declaração que resulta da verificação da legalidade do Projeto Político Pedagógico da referida Instituição.

O presente Projeto Político Pedagógico atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, da Deliberação nº 02/2018-CP/CEE/PR, da Deliberação 03/2018-CP/CEE/PR que versa sobre o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, bem como do Parecer Normativo nº 01/2019 - CP/CEE/PR, Instrução Normativa Conjunta Nº 05 DEDUC/DPGE/SEED e RESOLUÇÃO Nº 3.592/2019 - GS/SEED.

É a Declaração.

Céu Azul, 14 de agosto de 2020

Márcia Piatti Bordignon

Presidente do Conselho Escolar

Conforme aprovado em Ata 004/2020 do dia 010 de agosto de 2020.

Rua Professor Daniel Muraro nº 1736 – Bairro São Cristóvão
Fone: 3266.1896 - e-mail: sao.cristovao@yahoo.com.br
Céu Azul - Paraná

ANEXO 15: DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE DA SEMED



Secretaria Municipal de Educação
Céu Azul - Paraná

DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE Nº 05/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CÉU AZUL

ASSUNTO: Declaração de Legalidade referente ao Projeto Político Pedagógico – 2020 da Escola Municipal do Campo José Bonifácio – EIEF.

A **Escola Municipal do Campo José Bonifácio – EIEF** apresenta o **Projeto Político Pedagógico – 2020** elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo seu Conselho Escolar.


A Secretaria Municipal de Educação de Céu Azul emite a presente Declaração que resulta da verificação da legalidade do **Projeto Político Pedagógico – 2020** da referida Instituição.

O presente **Projeto Político Pedagógico – 2020** atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, da Deliberação nº 02/2018-CP/CEE/PR, da Deliberação 03/2018-CP/CEE/PR, que versa sobre o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, bem como do Parecer Normativo nº 01/2019 – CP/CEE/PR.

É a Declaração.

Céu Azul, 20 de agosto de 2020.

Secretaria Municipal de Educação de Céu Azul


Cleonides Wolf da Silva
Secretária Municipal de Educação
Dec. nº 4915/2017

Av. Nilo Umberto Deitos, 1426- Fone: (45) 3221-1000 Ramal: 1004 - C.P. 155 - CEP 85840-000
Céu Azul- PR
E-mail: semedceu@gmail.com

ANEXO 16: PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR ANEXO

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

DOCUMENTOS ORIENTADORES

A proposta pedagógica da escola está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e tem como objetivo principal garantir a autonomia das instituições de ensino no que se refere à gestão de suas questões pedagógicas. Na prática, trata-se de um documento que define a linha orientadora de todas as ações da escola, desde sua estrutura curricular até suas práticas de gestão, a Base desse documento deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil.

A **Proposta Pedagógica Curricular -PPC** está baseada no documento orientador nacional Base Nacional Comum Curricular – BNCC, no Currículo da Rede Estadual Paranaense – CREP a Proposta Pedagógica Curricular – Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Rede Pública Municipal – Região da AMOP a DELIBERAÇÃO Nº 02/2018, que trata das Normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná e a INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que Retifica a Instrução Normativa Conjunta Nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED que dispõe sobre a Organização Escolar, Conselho Escolar, Projeto Político-Pedagógico, Proposta Pedagógica Curricular, Regimento Escolar e período letivo para as instituições de educação básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

Esta PPC se utiliza dos conteúdos essenciais para cada campo de experiência (coluna conteúdos), em cada etapa da educação infantil e, também, a distribuição temporal dos conteúdos em trimestres ao longo do ano letivo.

ESTRUTURA DO CÓDIGO: Como é possível observar no exemplo apresentado, cada objetivo de aprendizagem e desenvolvimento é identificado por um **código alfanumérico** cuja composição é explicada a seguir:

EI. 02. TS. 01

O primeiro par de letras indica a etapa de **Educação Infantil**

O primeiro par de letras indica a etapa de **Educação Infantil**

01 = Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)
02 = Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)
03 = Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)

O segundo par de letras indica o **campo de experiências**:

EO = O eu, o outro e o nós
CG = Corpo, gestos e movimentos
TS = Traços, sons, cores e formas
EF = Escuta, fala, pensamento e imaginação
ET = Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações

O último par de números indica a posição da habilidade na **numeração sequencial** do campo de experiências para cada grupo/faixa etária.

Cumprir destacar que a numeração sequencial dos códigos alfanuméricos não sugere ordem ou hierarquia entre os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

São os conteúdos e a forma como são trabalhados que traçam uma linha sequente e gradativa para que os estudantes adquiram conhecimento e repertório cultural, desenvolvam o pensamento científico, crítico e criativo, a comunicação, a cultura digital, a argumentação, compreendam as relações entre trabalho e projeto de vida e aprimorem o autoconhecimento, o autocuidado, a empatia e a cooperação, tornando-se cidadãos responsáveis e capazes de atuar na sociedade.

A BNCC da educação infantil, valoriza as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos, que faz-se necessário entender/compreender os Pressupostos Filosóficos, Psicológicos, Pedagógicos e Legais, bem como estudar cada componente curricular no que tange à Concepção, aos Objetivos, aos Pressupostos Teórico - metodológicos e à Avaliação.

Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada.

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula **educar e cuidar**, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação.

Nessa direção, e para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são essenciais. Além disso, a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

- I - educação como Direito inalienável de todos os cidadãos, sendo premissa para o exercício pleno dos direitos humanos;
- II - prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola, compreendendo a sociedade atual e seus processos de relação, além da valorização da experiência extraescolar;
- III - igualdade e equidade, no intuito de assegurar os direitos de acesso, inclusão, permanência com qualidade no processo de ensino e aprendizagem, bem como superar as desigualdades existentes no âmbito escolar;
- IV - compromisso com a formação integral, entendendo-a como fundamental para o desenvolvimento humano;
- V - valorização da diversidade, compreendendo o estudante em sua singularidade e pluralidade;
- VI - educação inclusiva que identifique as necessidades dos estudantes, para organizar os recursos de acessibilidade e realizar atividades pedagógicas específicas que promovam o acesso do estudante ao currículo;
- VII - transição entre as etapas da Educação Básica, respeitando as fases do desenvolvimento dos estudantes;
- VIII - ressignificação dos Tempos e Espaços da Escola, no intuito de reorganizar o trabalho educativo;
- IX - a avaliação com fundamento em uma perspectiva formativa.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

- **Conviver** com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

- **Brincar** cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- **Participar** ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- **Explorar** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- **Expressar**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- **Conhecer-se** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR – EDUCAÇÃO INFANTIL

APRESENTAÇÃO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS

IMPORTÂNCIA DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

Esse campo de experiência e de suma importância para o desenvolvimento da criança pois, refere-se aos saberes e aos conhecimentos de si mesmo (sua identidade e autonomia), ao conhecimento do mundo a sua volta, ao convívio social e ao contato com diversas culturas solidarizando-se com os outros. A construção da identidade e da autonomia é um aspecto importante no desenvolvimento infantil e encontra-se diretamente ligada à socialização, o que implica sentimentos de bem-estar e de segurança, os quais, segundo Souza e Borges (2002) “são pré-requisitos para o estabelecimento da socialização e da autonomia da criança pequena” (SOUZA; BORGES, 2002, p. 99).

JUSTIFICATIVA DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

Desse modo, à medida que o professor atua para a percepção do próprio corpo por parte da criança e incentiva a participação na organização dos espaços e das brincadeiras, fazendo escolhas e trocando pontos de vista, fazendo perguntas e levantando hipóteses, fazendo pesquisas e dando sugestões, bem como expressando sua opinião, estará contribuindo para o desenvolvimento de características iminentemente humanas.

É por meio dos primeiros cuidados que a criança percebe seu próprio corpo como separado do corpo do outro, vai aprendendo a organizar suas emoções e amplia seus conhecimentos sobre o mundo. Assim, assume relevância o trabalho com a respiração e a consciência sobre ela como um dos primeiros trabalhos constituidores da percepção do próprio corpo, sendo que o riso, o choro e a gargalhada podem servir de ponto de partida para a percepção dos movimentos que provocam no próprio corpo.

Na interação inicial, por meio das relações com pais, professores e outras pessoas do seu convívio social, a criança vai elaborando suas primeiras noções de identidade, as quais estão relacionadas à noção de pertencimento a um determinado grupo,

fator que contribui para as sensações de segurança e proteção, essenciais ao bem-estar e à tranquilidade. Por meio das interações e brincadeiras, a criança, além de imitar a vida, elabora conceitos que auxiliam nas situações de interação social. Esse processo acontece de modo gradativo e o professor deverá estar atento ao histórico de vida de seus alunos, levando em consideração os que frequentam a instituição escolar desde o início até os que foram matriculados posteriormente, em tempos distintos, observando aqueles que vêm de ambientes familiares e sociais em que há muitos estímulos e os que convivem em ambientes com menores possibilidades de interação. Esse reconhecimento possibilitará ao(a) professor(a) a organização de planos de trabalho que contemplem especificidades de modo a garantir que todas as crianças tenham seu direito de desenvolvimento garantido em todos os saberes e conhecimentos.

OBJETO DE ESTUDO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

Esse é um campo que dialoga com saberes de outros campos, pois, sobretudo no berçário, a comunicação visual, gestual, emocional e o diálogo promovido pelo(a) professor(a) são elementos constituintes dos saberes e conhecimentos dos campos de experiências Corpo, Gestos e Movimentos, bem como Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação. Assim, à medida que interage, que brinca, que vivencia, que participa de situações diversas mediadas pela interação dialógica com o(a) professor(a), o qual tem por responsabilidade interpretar e, portanto, significar e atribuir sentidos às diversas experiências, a criança-aluno vai sendo inserida em um universo de experiências sociais e culturais que lhe permite se apropriar, gradativamente, do universo simbólico que a rodeia, sendo a percepção o objeto de estudo principal a percepção do próprio corpo por parte da criança .

OBJETIVO GERAL

Promover o desenvolvimento das crianças em suas máximas possibilidades, por meio da apropriação das experiências das gerações anteriores para que sejam sujeitos históricos e sociais.

OBJETIVO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

Neste grupo, os objetivos educacionais estão focados em estimular e desenvolver os aspectos a seguir:

Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos, além de uma imagem positiva de si e confiança em sua capacidade para enfrentar dificuldades e desafios;

Compartilhar os objetos e os espaços com crianças da mesma faixa etária e adultos;

Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender;

Habituar-se a práticas de cuidado com o corpo, desenvolvendo noções de bem-estar;

Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras;

Valorizar a diversidade ao participar de situações de convívio com diferenças;

Resolver conflitos nas interações e brincadeiras, com a orientação de um adulto.

É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos.

O trabalho pedagógico a ser desenvolvido nesse campo tem a intencionalidade de promover a percepção do eu, do outro e do nós, nos diferentes espaços e grupos, pelos e nos quais a criança transita e/ou encontra-se inserida. De forma gradativa e intencional, é preciso conduzi-la para que se aproprie das diferentes formas de convivência, organização em cada um desses grupos e espaços, de modo que tome consciência de qual “lugar” ela ocupa, como criança, em cada um dos diferentes grupos, espaços e tempos, ampliando seu universo de saberes e conhecimentos. Esses conhecimentos se referem ao eu, ao eu e ao outro, ao outro como família, ao outro como escola, ao outro como outros (possíveis estranhos), ao outro como outros grupos de convivência, aprendendo a expressar suas necessidades, desejos, emoções e a comunicar-se, apropriando-se de regras de convivência de modo a construir, gradativamente, posturas mais autônomas, confiantes, empáticas, respeitadas a si e ao outro. Esse é um campo de experiências que exige a manipulação, a exploração, a movimentação, o uso de elementos da cultura de

diferentes grupos, de modo a contemplar a diversidade e contribuir para o enfrentamento de práticas de discriminação racial, de gênero ou mesmo em decorrência da condição social das crianças e suas famílias, requerendo que o(a) professor(a) relacione essas diferenças ao gênero humano.

QUADRO ORGANIZADOR DOS CONTEÚDOS DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS

Legenda: A/T – ano todo.

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS						
(EI0/01EO01) Perceber que suas ações têm efeitos nas outras crianças e nos adultos.						
SABERES E CONHECIMENTOS	❖ OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	Conteúdos Específicos	Bebês-0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças pequenas 24 e 3 anos	Trimestre
<ul style="list-style-type: none"> Família e pessoas do convívio social. Comunicação oral e corporal com o outro. 	❖ Perceber-se e se relacionar com outros indivíduos.	Acontecimentos do cotidiano familiar e do grupo social.	X			1º
	❖ Conhecer e reconhecer seus familiares e outras pessoas do convívio social.	Direitos e deveres (regras combinadas, controle de conduta).	X			1º
	❖ Perceber que pode se comunicar por meio de sorriso, choro, balbúcio e gestos.	Reconhecimento oral e visual do próprio nome.	X			1º
	❖ Responder a estímulos, manifestando reações.	História do nome	X			1º
	❖ Demonstrar sentimento de afeição/vínculo pelas pessoas com as quais interage.	Relação de parentesco (pai, mãe, irmãos, tios, avós).	X			1º
	❖ Vivenciar situações simples de dar e receber brinquedos, alimentos e outros objetos.	Identificar membros da família	X			1º
	❖ Brincar com outras crianças e adultos, imitando ou mostrando suas ações para estabelecer relações.	Socialização (compartilhar)	X			1º
	❖ Interagir com o outro ao receber aconchego nos momentos de choro e conflito.	Interação com o outro estabelecendo relações.	X			1º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
(EI0/01EO02) Perceber as possibilidades e os limites de seu corpo nas brincadeiras e interações das quais participa.							
<ul style="list-style-type: none"> ● O próprio corpo. ● Corpo: possibilidades e limites. 	❖ Explorar o próprio corpo na perspectiva de conhecê-lo, sentindo os seus movimentos, ouvindo seus barulhos.	Compreensão global do corpo explorando suas partes e funções em diferentes interações	X				2º
	❖ Conhecer as partes do corpo: mãos, pés, barriga, cabeça, boca e nariz, olho e orelha.	Sensações (cinco sentidos) e percepções Gestos: uso e funções dos gestos e movimentos	X				2º
	❖ Participar de experiências em que o(a) professor(a) realiza movimentos com seu corpo.	Sensações (cinco sentidos) e percepções.	X				3º
	❖ Observar pessoas ou objetos que se movem em sua linha de visão e gradativamente ao seu redor.	Gestos: uso e funções dos gestos e movimentos.	X				2º
	❖ Participar de brincadeiras propostas pelo adulto.	Relação com o próprio corpo, com o corpo do outro e do corpo com o espaço	X				2º
	❖ Esconder e achar objetos e pessoas.	Brincadeiras direcionadas e livres	X				3º
	❖ Realizar progressivamente ações de engatinhar, andar, levantar, sentar, carregar, rastejar.	Raciocínio lógico e percepção espacial.	X				3º
(EI0/01EO03) Interagir com crianças da mesma faixa etária e adultos ao explorar espaços, materiais, objetos e brinquedos.							
<ul style="list-style-type: none"> ● Profissionais e espaços da instituição. ● Características físicas, propriedades e utilidades dos 	❖ Participar de eventos culturais e coletivos.	Convivência nos diversos espaços coletivo e individual.	X				2º
	❖ Conhecer e relacionar-se com as crianças e profissionais da instituição.	Vivenciar situações que envolvam afeto, atenção e limites.	X				1º
	❖ Interagir com os(as) professores(as), funcionários(as) e outras crianças estabelecendo vínculos afetivos.		X				1º
	❖ Interagir com crianças de diferentes turmas, em situações coletivas e pequenos grupos.	Reconhecer a função social dos diferentes objetos usando-os de forma	X				3º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS						
objetos.		independente de acordo com sua necessidade				
● Manifestações culturais.	❖ Explorar materiais diversos, em situações de interação social.	Manusear e observar as características, propriedades e possibilidades dos objetos.	X			2°
● Possibilidades motoras, sensoriais expressivas.	❖ Experienciar coletivamente objetos que estimulam a percepção visual, tátil e sonora.	Manusear e observar as características, propriedades e possibilidades dos objetos.	X			2°
	❖ Comunicar-se com o outro imitando gestos, palavras curtas, ações e sons.	Hábitos culturais: lazer, alimentação, dança, brincadeiras, artesanato, crenças e ritmos.	X			2°
(EI0/01EO04) Comunicar necessidades, desejos e emoções, utilizando gestos, balbucios e palavras.						
● Comunicação verbal, expressão e sentimentos.	❖ Comunicar-se com seu professor(a) e colegas fazendo uso de diferentes formas de expressão, buscando contato e atenção durante as situações de interação.	Equilíbrio (dinâmico/estático).	X			1°
	❖ Comunicar desejos e necessidades, utilizando, gradativamente, gestos, balbucios e movimentos.	Relaxamento/descontração.	X			1°
	❖ Reagir com sorrisos ou balbucios em resposta a uma estimulação feita por outro sujeito.	Expressão corporal: facial, labial, ocular e gestual	X			1°
	❖ Interagir com adultos e sentir-se confiante nas situações de cuidados pessoais.	Respiração (inspiração/expiração).	X			
	❖ Interagir ao receber cuidados básicos, ouvindo, antecipadamente, as ações a serem realizadas.	Equilíbrio (dinâmico/estático)	X			1°
(EI0/01EO05) Reconhecer seu corpo e expressar suas sensações em momentos de alimentação, higiene, brincadeira e descanso.						
● Próprio corpo. ● Hábitos alimentares, de higiene e de descanso.	❖ Manifestar desconforto ao necessitar ser trocado, ao estar com fome ou com sono.	Partes do corpo	X			1°
	❖ Demonstrar satisfação ao participar de rotinas relacionadas à sua alimentação, sono, descanso e higiene.	funções/interdependência.	X			3°
	❖ Experimentar diferentes alimentos.	Sensações percepções.	X			3°
	❖ Expressar necessidades, emoções e sentimentos que vivencia.	Descanço (sono, relaxamento e lazer).	X			1°
	❖ Alimentar-se demonstrando aceitação pelos alimentos.	Alimentação: mastigação e uso de	X			1°

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
		utensílios.					
	❖ Interagir com o(a) professor(a) durante as práticas de higiene, explorando o próprio corpo.	Higiene bucal. Higiene corporal.	X				2º
	❖ Desenvolver, gradativamente, o hábito de repousar (dormir, relaxar) nos horários/momentos destinados a essa finalidade.	Descanço (sono, relaxamento e lazer).	X				1º
	❖ Iniciar o uso de copos e colheres, com auxílio do professor.	Alimentação: mastigação e uso de utensílios	X				2º
	❖ Exercitar o movimento de mastigação, a partir dos seis meses, consumindo alimentos amassados (estado pastoso).	mastigação e uso de utensílios.	X				2º
(EI0/01EO06) Interagir com outras crianças da mesma faixa etária e adultos, adaptando-se ao convívio social.							
<ul style="list-style-type: none"> ● Respeito à individualidade e à diversidade. ● Normas de convivência e combinados. 	❖ Participar de momentos de interação com crianças da mesma idade, de outras idades e adultos.	Núcleos familiares.	X				1º
	❖ Comunicar-se com o outro imitando gestos, palavras e ações.	Identities semelhanças e diferenças entre indivíduos.	X				3º
	❖ Perceber ações e expressões de seus colegas.	Características: costumes, alimentação, vestuário, brincadeiras.	X				3º
	❖ Experienciar momentos onde objetos e brinquedos são compartilhados.	Direitos e deveres.	X				1º
	❖ Vivenciar dinâmicas de troca de afeto com abraço, com gestos de carinho, segurar na mão e outras.	Afetividade nas convivências sociais.	X				1º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS

EI01EO01) Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos.

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
SABERES E CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos Específicos	Bebês-0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças pequenas 2 e 3 anos	Crianças 4 e 5 anos	Trimestre
<ul style="list-style-type: none"> Cuidados com a organização do ambiente. Respeito à individualidade e à diversidade. 	❖ Conhecer e relacionar-se com outros indivíduos e com profissionais da instituição.	Convivência nos diversos espaços (coletivo e individual).		X			1º
	❖ Receber visitas e visitar crianças de outras turmas para vivenciar experiências.	Socialização e interação		X			1º
	❖ Vivenciar situações de convívio social com crianças de diferentes idades.	Direitos e deveres.		X			2º
	❖ Vivenciar dinâmicas de troca de afeto percebendo a importância do abraço, fazer um carinho, entre outras.	Relacionamento em atividades da vida cotidiana: hábitos, atitudes, valores, comunicação e interação.		X			1º
	❖ Demonstrar sentimentos de afeição/vínculo pelas pessoas com as quais interage.	Respeito ao sentimento próprio e do outro.		X			2º
	❖ Demonstrar incômodo quando suas ações geram o choro de outra criança ou fazer carinho quando um colega da sala está triste.	Respeito ao sentimento próprio e do outro.		X			2º
	❖ Ajudar o(a) professor(a) em tarefas simples, como guardar brinquedos.	Cuidar de si mesmo e do ambiente nas atividades da vida cotidiana		X			2º
	❖ Imitar ações de outras crianças e dos(as) professores(as), interagindo.	Acontencimentos no cotidiano escolar.		X			2º
(EI01EO02) Demonstrar imagem positiva de si e confiança em sua capacidade para enfrentar dificuldades e desafios.							
<ul style="list-style-type: none"> Autoconhecimento. Estratégias para a resolução de situações-problema. 	❖ Perceber as possibilidades de seu corpo frente aos desafios (agachar, rolar, saltar, engatinhar).	Conhecimento do próprio corpo.		X			2º
	❖ Resolver situações de dificuldades e desafios (lançar um brinquedo, pegar algo que caiu, alcançar algo) à sua maneira.	Direitos e deveres (regras combinadas, controle de conduta).		X			2º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
(EI01EO03) Compartilhar os objetos e os espaços com crianças da mesma faixa etária e adultos.							
• Convívio e interação social.	❖ Explorar espaços e objetos de uso coletivo.	Atividades da vida cotidiana		X			2°
	❖ Vivenciar situações coletivas de brincadeiras com seus pares e professores (as).	Jogos de concentração.		X			1°
	❖ Brincar com brinquedos e objetos em pequenos grupos considerando suas funções sociais.	Compartilhar objetos/brinquedos através das brincadeiras.		X			2°
	❖ Explorar e compartilhar instrumentos e objetos de nossa cultura: óculos, chapéus, pentes, escovas, telefones, caixas, panelas, instrumentos musicais, livros, rádio, gravadores etc.	Compartilhar objetos/brinquedos através das brincadeiras.		X			2°
	❖ Brincar com crianças da mesma faixa etária e adultos, interagindo.	Compartilhar objetos/brinquedos através das brincadeiras.		X			1°
	❖ Manter interações que gradativamente tenham maior duração, intenção de continuidade e complexidade de relações nas suas brincadeiras e jogos de exploração.	Jogos de concentração.		X			AT
	❖ Explorar objetos da nossa cultura tecnológica interagindo com as demais crianças.	Interação por meio das novas tecnologias.		X			3°
	❖ Vivenciar atividades de organização (guardar brinquedos).	Organização do espaço.		X			2°
	❖ Participar de eventos culturais coletivos.	Visitas pedagógicas em lugares públicos.		X			2°
(EI01EO04) Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender.							
• Comunicação verbal e não verbal. • Sensações, emoções, percepções e sentimentos.	❖ Relacionar-se com o outro e percebê-lo nas diferentes situações sociais.	Argumentação por meio de gestos e falas.		X			3°
	❖ Expressar as sensações e percepções que tem de seu entorno por meio do choro, gestos, palavras e frases simples.	Sensações e percepções		X			3°
	❖ Expressar necessidades, emoções e sentimentos que vivencia, por meio de diferentes linguagens, sinalizando situações positivas e negativas que experimenta.	Exposição oral das ideias.		X			2°

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS

(EI01EO05) Perceber que as pessoas têm características físicas diferentes, respeitando essas diferenças.

• Identificação do próprio corpo e suas características.	❖ Conhecer as partes do corpo: mãos, pés, barriga, boca, nariz, joelho, unha, queixo, orelha, olhos, dentes, língua, cabelos, pernas e braços.	Noções das distintas partes do corpo.		X			2°
	❖ Observar as suas características físicas.	Noções das distintas partes do corpo.		X			2°
• Identificação do corpo do outro e suas características.	❖ Observar o outro e suas características físicas.	Compreensão global do corpo explorando suas partes e funções em diferentes interações.		X			1°
	❖ Observar semelhanças e diferenças entre as pessoas.	Compreensão global do corpo explorando suas partes e funções em diferentes interações.		X			2°
• Respeito à individualidade e à diversidade.	❖ Vivenciar situações diversas de convívio social com crianças de diferentes idades e adultos.	Respeito pelo próprio corpo e ao outro.		X			1°
	❖ Demonstrar afeto e respeito ao outro.	Respeito pelo próprio corpo e ao outro.		X			1°

(EI01EO06) Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras.

• Normas (combinados) de convívio social.	❖ Adaptar-se à rotina, conhecendo seus pares e o espaço de convivência.	Hábitos: higiene, alimentação e repouso.		X			1°
	❖ Vivenciar combinados de convívio social em momentos de alimentação, cuidado com a saúde e brincadeiras.	Hábitos: higiene, alimentação e repouso.		X			1°
	❖ Participar de situações coletivas que exijam compartilhar brinquedos, objetos e espaços.	Atividades da vida cotidiana.		X			2°
	❖ Expressar sentimentos ou emoções em situações de perda (chupeta, paninho e outros).	Demonstrar sentimentos e emoções nas situações cotidianas.		X			2°
	❖ Expressar sentimentos ou emoções em mudanças na rotina social (ausência da mãe/pai/avós, separação etc).	Demonstrar sentimentos e emoções nas situações cotidianas.		X			1°

(EI01EO07) Resolver conflitos nas interações e brincadeiras, com a orientação de um adulto.

• Reconhecimento	❖ Participar de interações e brincadeiras coletivas, fazendo tentativas de respeitar regras e combinados.	Regras e combinados.		X			1°
------------------	---	----------------------	--	---	--	--	----

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
o • Brincadeiras • Procedimentos dialógicos para a resolução de conflitos.	❖ Compartilhar objetos com a mediação do(a) professor(a).	Controle de condutas mediadas pelo professor.		X			1º
	❖ Reconhecer o(a) professor(a) como apoio para ajudar a resolver conflitos.	Controle de condutas mediadas pelo professor.		X			2º
	❖ Expressar sentimentos ou emoções em situações de conflito (perda, quebra de combinados, machucados e outros).	Demonstrar sentimentos e emoções nas situações de conflito.		X			2º
(EI01EO08) Estabelecer relações sociais em diferentes contextos, percebendo as interferências e as modificações que ocorrem entre os grupos.							
• Família. • Escola. • Manifestações culturais.	❖ Reconhecer seus familiares.	Membros da famílias e suas respectivas funções sociais.		X			1º
	❖ Explorar o espaço escolar, visualizando e interagindo com as pessoas que fazem parte deste (funcionários e outras crianças).	Convívio e interação no espaço escolar.		X			2º
	❖ Interagir em situações de comemorações ou celebrações típicas de sua cultura.	Hábitos culturais.		X			3º
	❖ Conhecer alguns dos profissionais que desempenham funções em cada ambiente da instituição para, gradativamente, estabelecer relações de confiança, de segurança e boa convivência.	Convivência nos diversos espaços do âmbito escolar.		X			2º
	❖ Aprender, paulatinamente, a conviver em espaços coletivos e individuais, respeitando as regras desses ambientes.	Convivência nos diversos espaços de circulação.		X			3º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
(EI02/03EO01) Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos.							
SABERES E CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos Específicos	Bebês-0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças pequenas 2 e 3 anos	Crianças 4 e 5 anos	Trimestre

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
<ul style="list-style-type: none"> ● Respeito à individualidade e à diversidade de todos. ● Valores para a vida em sociedade. ● Nome próprio e do outro. 	❖ Interagir por meio de diferentes linguagens com professores (as) e crianças, estabelecendo vínculos afetivos.	Interação por meio de linguagem oral e gestual			X		1°
	❖ Perceber as consequências de suas ações com o outro em situações de amizade e conflito.	Valores, direitos e deveres (regras, combinados, controle de conduta).			X		1°
	❖ Cooperar nas tarefas de organização do ambiente escolar.	Valores, direitos e deveres (regras, combinados, controle de conduta).			X		1°
	❖ Receber visitas e visitar crianças de outras turmas.	Convivência nos diversos espaços (coletivo e individual, visitar outras turmas e estabelecimentos de ensino).			X		1°
	❖ Conhecer e relacionar-se com profissionais e outros indivíduos da instituição.	Convívio e interação social (conhecer os ambientes e profissionais que neles atuam ex. Diretora, coordenadora, zeladora, cozinheira, etc.)			X		1°
	❖ Identificar quando suas ações podem gerar conflitos ou afinidades, com auxílio do(a) professor(a).	Convivência social			X		A/T
	❖ Participar de atividades que envolvam cooperação, respeito e solidariedade com o outro.	Cooperação, solidariedade e preservação (guardar materiais e brinquedos, preservar os materiais e o ambiente)			X		1°
	❖ Vivenciar experiências que envolvam o seu nome e das pessoas que fazem parte de seu círculo social, para ampliar o repertório social.	História do nome (na oralidade, cracha, gavetas, fotos, questionário da origem do nome, etc)			X		3°
	❖ Vivenciar experiências com outras turmas em espaços internos e externos.	Socialização (brincar no pátio, saguão, solário, apresentações culturais).			X		2°
	❖ Compartilhar brinquedos, objetos e alimentos.	Normas de convivência (dia do brinquedo, semana da alimentação, piquenique).			X		2°
	❖ Conhecer e reconhecer pessoas da família e de sua convivência.	Relações de parentesco (membros da família e pessoas próximas)			X		3°
	❖ Reconhecer, nomear e cuidar de seus pertences e dos colegas.	Autonomia			X		1°
❖ Vivenciar dinâmica de troca de afeto como, abraçar e fazer carinho para criar vínculos afetivos.	Afetividade			X		1°	
❖ Exercitar a espera de sua vez para brincar com determinado objeto.	Regras, respeitos, paciência e condutas sociais.			X		1°	
(EI02/03EO02) Demonstrar imagem positiva de si e confiança em sua capacidade para enfrentar dificuldades e desafios.							
	❖ Reconhecer sua imagem corporal no espelho e/ou por meio de	Imagem corporal.			X		1°

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
<ul style="list-style-type: none"> ● Próprio corpo e suas possibilidades motoras, sensoriais e expressivas. ● Estratégias para resolver situações-problema. ● Comunicação. 	fotografias.						
	❖ Brincar com seu corpo por meio de gestos e movimentos.	. Reprodução e criação do movimento (cantigas de roda, brinquedos cantados)			X		1°
	❖ Perceber características e possibilidades corporais na conquista de objetivos simples.	Percepção corporal			X		1°
	❖ Expressar suas emoções e sentimentos de modo que seus hábitos, ritmos e preferências individuais sejam vivenciadas no grupo, com mediação do(a) professor(a).	. Expressões faciais (triste, alegre, bravo)			X		2°
	❖ Realizar atividades que exijam autonomia como trazer ou levar objetos dentro da sala quando solicitada.	Cooperação			X		A/T
<ul style="list-style-type: none"> ● Confiança e imagem positiva de si. 	❖ Explorar progressivamente o próprio corpo na perspectiva de conhecê-lo percebendo suas possibilidades e limites.	Limites do corpo			X		A/T
	❖ Participar de momentos de escolha, manifestando interesse e curiosidades.	Interesse e curiosidade			X		A/T
	❖ Solicitar ajuda quando está em dificuldade e auxiliar o colega quando este necessita.	Ajuda mútua e coletividade			X		1°
	❖ Conhecer seu nome e suas características.	Inicial do nome (reconhecimento e associação por imagens)			X		2°
<ul style="list-style-type: none"> ● Autonomia. ● Respeito à individualidade e à diversidade. ● Valores e hábitos da vida em sociedade. 	❖ Realizar escolhas manifestando interesse e curiosidade.	-Interesse e curiosidade			X		1°
	❖ Enfrentar desafios em brincadeiras e jogos para desenvolver confiança em si próprio.	Normas de convivência social			X		2°
	❖ Cuidar de sua apresentação pessoal e de seus pertences.	Cuidado de si mesmo e de seus pertences.			X		1°
(EI02/03E03) Compartilhar os objetos e os espaços com crianças da mesma faixa etária e adultos.							
<ul style="list-style-type: none"> ● Convívio e interação social. 	❖ Compartilhar brinquedos em suas atividades de explorações.	Solidariedade			X		1°
	❖ Participar de situações de interações/convivências e brincadeiras agindo de forma solidária e colaborativa.	socialização			X		1°
	❖ Buscar colegas para iniciar uma brincadeira.	Iniciativa			X		1°
	❖ Participar progressivamente de brincadeiras coletivas compartilhando objetos em diversos espaços.	Brincadeiras de diferentes formas e em diferentes espaços.			X		2°
	❖ Manter interações que gradativamente tenham uma maior	interação			X		1°

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
	duração.						
	❖ Respeitar, gradativamente, as regras dos diferentes espaços da escola.	Regras de convivência			X		2°
• Normas de convivência.	❖ Manifestar curiosidade e autonomia ao explorar objetos e espaços.	Exploração do espaço			X		1°
	❖ Conhecer as regras dos espaços: banheiro, refeitório, sala de aula, conhecendo a função de cada um.	Regras do espaço interno			X		1°
	❖ Identificar seus pertences demonstrando cuidados com os mesmos e com os de seus colegas.	Reconhecimento e cuidado dos pertences individual e coletivo			X		2°
• Localização do corpo no espaço. • Organização do espaço escolar.	❖ Manter interações que gradativamente tenham uma maior duração, uma maior intenção de continuidade e uma maior complexidade de relações nas suas brincadeiras e jogos de exploração.	Relação de amizades			X		2°
	❖ Compartilhar objetos e espaços com crianças e adultos manifestando curiosidade e autonomia.	Interação social em diferentes espaços e situações.			X		3°
	❖ Compartilhar instrumentos e objetos de nossa cultura como: óculos, chapéus, pentes, escovas, telefones, caixas, panelas, instrumentos musicais, livros, rádios, gravadores, máquinas de calcular, vestimentas e outros, para conhecimento de suas funções sociais.	Hábitos culturais (cesto dos tesouros)			X		3°
	❖ Participar progressivamente de brincadeiras coletivas assumindo papéis e compartilhando objetos.	Brincadeiras coletivas			X		1°
(EI02/03E04) Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender.							
• Sensações, emoções e percepções. • Linguagem oral e corporal.	❖ Participar de situações de brincadeira comunicando-se com os colegas e compartilhando brinquedos, com mediação do (a) professor (a).	Brincadeiras dirigidas			X		1°
	❖ Usar expressões faciais para apoiar seus relatos de situações vividas ou sua opinião diante dos questionamentos sobre uma história escutada ou brincadeiras.	Roda de conversa			X		1°
	❖ Expressar suas ideias, sentimentos e emoções por meio da dança, da música ou da arte.	Expressão corporal			X		2°
	❖ Expressar sensações, sentimentos, desejos e ideias que vivencia e observa no outro por meio de diferentes linguagens.	Objetividade (usar a linguagem oral para conversar, expressar desejos, vontades e necessidades)			X		2°

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
<ul style="list-style-type: none"> ● Comunicação verbal e expressão de sentimentos. ● Imitação como forma de expressão. ● Vocabulário. 	❖ Participar de situações que envolvam relatos simples de acontecimentos.	Objetividade (usar a linguagem oral para conversar, expressar desejos, vontades e necessidades)			X		1°
	❖ Interagir com pessoas de diferentes idades, em situações do dia a dia.	Interação social			X		2°
	❖ Estabelecer relações de cooperação com os colegas por meio de diferentes brincadeiras.	Interação social			X		1°
	❖ Reconhecer na oralidade o próprio nome e dos colegas em diferentes situações.	História da criança: reconhecimento do próprio nome			X		2°
	❖ Expressar e nomear sensações, sentimentos, desejos e ideias que vivencia e observa no outro por meio de diferentes linguagens.	Senações e sentimentos em diferentes linguagens			X		A/T
	❖ Relatar acontecimentos que vivencia, que ouve e que vê.	organização da ação dramática apartir de fatos vividos e imaginados.			X		1°
	❖ Descrever situações ou fatos vividos utilizando palavras novas e frases cada vez mais complexas.	Ampliação do vocabulário			X		1°
	❖ Reconhecer na oralidade o próprio nome e dos colegas em diferentes situações.	História da criança: reconhecimento do próprio nome			X		2°
	❖ Transmitir recados a colegas e profissionais da instituição para desenvolver a oralidade e a organização de ideias.	Sequencia de ideias			X		1°
	❖ Estabelecer relações com os colegas por meio da brincadeira, imitação e outras situações.	Argumentação por meio de gestos e fala			X		2°
	❖ Demonstrar atitude de escuta e/ou atenção visual para compreender o outro.	Construção da consciencia fonológica			X		2°
	❖ Cooperar com os colegas e adultos.	Compreensão de si e do outro			X		1°
(EI02/03EO05) Perceber que as pessoas têm características físicas diferentes, respeitando essas diferenças.							
<ul style="list-style-type: none"> ● Próprio corpo e do outro. ● Características físicas. ● Afetividade nas 	❖ Perceber o próprio corpo e o do outro.	Conhecimento do próprio corpo: partes do corpo, funções, interdependência			X		1°
	❖ Relacionar-se com outras crianças vivenciando formas diferentes de agir.	Convivência nos diversos espaços coletivos e individuais			X		2°
	❖ Reconhecer a representação do próprio corpo e das demais crianças da turma por meio de registros gráficos e fotografias.	Percepção corporal: imagem corporal			X		1°
	❖ Identificar progressivamente suas características físicas, reconhecendo diferenças com as de seus colegas.	Percepção espacial: relação com o			X		2°

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
convivências sociais. ● Outras pessoas, tempos e culturas.		próprio corpo e com o corpo do outro					
	❖ Reconhecer a si mesma e ao outro como seres sociais com características próprias que convivem em grupos.	Respeito mútuo em convívio social			X		2°
	❖ Demonstrar afeto e respeito ao outro.	Afeição			X		1°
● Próprio corpo e do outro: Características físicas (semelhanças e diferenças). ● Respeito à individualidade e à diversidade. ● Esquema corporal.	❖ Perceber suas características físicas, observando-se no espelho.	Conhecimento do próprio corpo			X		2°
	❖ Observar e relatar sobre suas características, observando-se em fotografias e imagens.	Reconhecimento de si em fotos			X		1°
	❖ Reconhecer diferenças e semelhanças das pessoas quanto a: cabelos, pele, olhos, altura, peso e outros.	Reconhecimento do outro			X		1°
	❖ Identificar progressivamente suas características físicas, reconhecendo diferenças e semelhanças entre pares.	Auto-imagem			X		2°
	❖ Reconhecer e representar o próprio corpo e dos demais por meio de registros gráficos e da nomeação das partes.	Ideia de representação (gráficos, desenhos)			X		2°
	❖ Brincar de faz de conta assumindo diferentes papéis e imitando ações e comportamentos de seus colegas, expandindo suas formas de expressão e representação.	Ludicidade			X		2°
(EI02/03EO06) Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras.							
s de convívio social.	❖ Participar de brincadeiras que estimulem a relação entre o(a) professor(a)/criança e criança/criança.	Interação entre professor/aluno/colegas			X		2°
	❖ Seguir, de forma gradativa, regras de convívio em momentos de alimentação, cuidado com a saúde e brincadeiras.	Hábitos de convivência coletivo			X		1°
	❖ Conhecer ritos, festas ou celebrações típicas de diversas culturas.	Hábitos culturais			X		3°
	❖ Participar da construção de normas e combinados de convívio social, de organização e de utilização dos espaços da instituição.	Direitos e deveres			X		1°
	❖ Construir, vivenciar e respeitar normas e combinados de convívio social em brincadeiras e jogos e na organização e utilização de espaços da instituição.	Convívio social, normas e combinados			X		A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
	❖ Exercitar a capacidade de conviver em grupo.	Socialização			X		1
	❖ Realizar a escuta do outro.	Respeito			X		1°
	❖ Exercitar desculpar-se quando sua atitude desrespeitar o outro, percebendo que suas atitudes geram consequências ao outro.	Empatia/valores			X		A/T
	❖ Cooperar, compartilhar, dar e receber auxílio quando necessário.	Solidariedade			X		2°
(EI02/03E007) Resolver conflitos nas interações e brincadeiras, com a orientação de um adulto.							
<ul style="list-style-type: none"> ● Reconhecimento ● Procedimentos dialógicos para a resolução de conflitos. 	❖ Resolver os conflitos relacionais com ajuda do(a) professor(a) em situações de brincadeira.	Resolução de conflitos			X		1°
	❖ Reconhecer o(a) professor(a) como apoio para ajudar a resolver conflitos nas brincadeiras e interações com outras crianças.	Resolução de conflitos			X		1°
	❖ Aceitar ajuda e conseguir acalmar-se com o apoio do(a) professor(a) ao vivenciar um conflito relacional.	Resolução de conflitos			X		1°
	❖ Desenvolver ações, gradativamente, para resolver conflitos.	Consistência argumentativa			X		2°
	❖ Expressar suas emoções em situações de conflitos.	Exposição de sentimentos			X		1°
	❖ Perceber o diálogo como recurso para resolver conflitos.	Diálogo e objetividade			X		1°
	❖ Habituar-se à escuta do outro, respeitando suas escolhas e desejos, com mediação do(a) professor(a).	Tolerância			X		1°
	❖ Exercitar o controle de suas emoções em situações de conflitos.	Controle das emoções			X		1°
	❖ Usar o diálogo para resolver conflitos, reconhecendo as diferentes opiniões e aprendendo a respeitá-las.	Respeito a resolução de conflitos e opiniões.			X		A/T
	❖ Realizar a escuta do outro.	Escuta atenta			X		A/T
❖ Exercitar o desculpar-se quando sua atitude desrespeitar o outro, percebendo que suas atitudes geram consequências ao outro.	Empatia/valores			X		2°	
❖ Cooperar, compartilhar, dar e receber auxílio quando necessário.	Solidariedade			X		2°	
(EI02/03E008) Adaptar-se ao ambiente escolar, socializando-se com novos pares.							
● Adaptação	❖ Familiarizar-se com os diferentes espaços que compõem o ambiente escolar.	Interação			X		1°
	❖ Compartilhar materiais de uso coletivo com colegas,	Convivência			X		1°

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
socialização.	aprendendo a cuidá-los e a guardá-los.						
• Rotinas.	❖ Vivenciar experiências variadas de socialização e adaptação com colegas e professores no ambiente escolar, percebendo as rotinas diárias propostas.	Atividades do cotidiano escolar			X		1°
• Reconhecimento dos espaços do ambiente escolar.	❖ Reconhecer e interagir com seus colegas, profissionais e professores da instituição.	Interação			X		2°
	❖ Perceber que o ambiente escolar é formado por diferentes turmas, reconhecendo sua própria turma.	Espaço escolar			X		2°
(EI02/03EO09) Conhecer diferentes grupos familiares, seus costumes, fatos importantes sobre seu nascimento e desenvolvimento, a história dos seus familiares e de sua comunidade (tempo histórico, história, pertencimento).							
<ul style="list-style-type: none"> Diferentes pessoas, espaços, tempos e culturas. Grupo familiar. 	❖ Reconhecer pessoas que fazem parte de sua convivência diária.	Convívio familiar e social			X		1°
	❖ Identificar os membros que compõe sua família.	Relação de parentesco			X		2°
	❖ Conhecer as diferentes constituições familiares.	Membros da família e suas respectivas funções sociais			X		2°
	❖ Conhecer o cotidiano familiar.	Acontecimentos do cotidiano familiar e do grupo social			X		A/T
	❖ Identificar aspectos importantes de sua vida.	História da família			X		A/T
	❖ Conhecer a vida de outras crianças, identificando costumes, hábitos e tradições.	Hábitos culturais			X		A/T
	❖ Identificar as atividades de rotina de seus familiares.	Rotinas familiares			X		A/T
	❖ Conhecer a importância da sua moradia para a sua família.	Importância da moradia			X		A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
(EI04/05EO01) Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir.							
SABERES E CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos Específicos	Bebês-0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças as pequenas 2 e 3 anos	Crianças pequenas 4 e 5 anos	Trimestre

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
<ul style="list-style-type: none"> ● Identidade e autonomia: construção de sua identidade e construção da autonomia. ● Direitos e deveres: regras combinadas, controle de conduta. ● Respeito à individualidade e à diversidade. ● Grupos étnicos: identidade, semelhanças e diferenças entre indivíduos. ● Escuta e compreensão do outro. 	❖ Conhecer e conviver com outras pessoas, respeitando as diferenças.	Respeito ao próprio corpo e ao outro.				X	AT
	❖ Demonstrar respeito pelas ideias e gostos de seus colegas.	Cuidado de si mesmo e do ambiente				X	1º
	❖ Ouvir e compreender os sentimentos e necessidades de outras crianças.	Roda da conversa.				X	2º
	❖ Fazer uso de normas sociais nas diferentes situações.	Convivência em diversos espaços (coletivo e individual).				X	1º
	❖ Relacionar-se com outros indivíduos.	Brincadeiras				X	AT
	❖ Vivenciar situações de troca de afeto (abraço, fazer carinho).	Comunica e expressa ideias, sentimentos, desejos e necessidades, utilizando diferentes linguagens.				X	2º
<ul style="list-style-type: none"> ● Grupos étnicos: identidade, semelhanças e diferenças entre indivíduos. 	❖ Vivenciar as regras combinadas em situações de brincadeira.	Brincadeiras				X	2º
	❖ Participar de práticas coletivas, fazendo tentativas na resolução de conflitos.	Resolução de conflitos				X	2º
(EI04/05EO02) Agir de maneira independente, com confiança em suas capacidades, reconhecendo suas conquistas e limitações.							
<ul style="list-style-type: none"> ● Próprio corpo e suas possibilidades motoras, sensoriais e 	❖ Manifestar iniciativa na escolha de brincadeiras e atividades, na seleção de materiais e na busca de parcerias, considerando seu interesse.	Função social dos diferentes objetos				X	1º
	❖ Enfrentar desafios em brincadeiras e jogos para desenvolver confiança em si próprio.	Respeito Regras de convivência				X	AT

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
<ul style="list-style-type: none"> expressivas • Confiança e imagem positiva de si. • Estratégias para resolver situações problema. • Comunicação. • Autonomia. • Respeito à individualidade e à diversidade. 	❖ Reconhecer-se como um integrante do grupo ao qual pertence.	Auto conhecimento				X	1º
	❖ Expressar suas emoções e sentimentos de modo que seus hábitos, ritmos e preferências individuais sejam respeitadas no grupo em que convive.	Convivência em grupo				X	1º
	❖ Demonstrar autonomia ao participar de atividades diversas, dentro e fora da sala.	Recados Atender comandos do professor				X	2º
	❖ Realizar ações como ir ao banheiro, tomar água, frequentar espaços da instituição com crescente autonomia.	Hábitos de higiene				X	2º
	❖ Solicitar ajuda quando está em dificuldade e auxiliar o colega quando este necessita.	Expressar ideias				X	A/T
	❖ Ampliar, progressivamente, suas atividades com base nas orientações dos(as) professores(as).	Atender comandos				X	A/T
• Perseverar frente a desafios ou a novas atividades.	Persistência ao realizar algo				X	A/T	
• Autoconhecimento.	❖ Agir progressivamente de forma independente alimentando-se, vestindo-se e realizando atividades de higiene corporal.	Compreensão global do corpo explorando suas partes e funções em diferentes interações				X	A/T
• Valores e hábitos para a vida em sociedade.	❖ Realizar escolhas manifestando e argumentando sobre seus interesses e curiosidades.	autoconhecimento				X	A/T
	❖ Agir de forma independente alimentando-se, vestindo-se e realizando atividades de higiene corporal.	autonomia				X	A/T
(EI04/05EO03) Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação.							
<ul style="list-style-type: none"> • O espaço social como ambiente de interações. • Normas de convivência. • Organização do espaço 	❖ Participar de brincadeiras de faz de conta, compartilhando propósitos comuns, representando diferentes papéis e convidando outros colegas para participar.	Dramatização de acontecimentos do cotidiano familiar e do grupo social.				X	A/T
	❖ Levantar em consideração o ponto de vista de seus colegas.	Respeito ao outro.				X	A/T
	❖ Perceber a expressão de sentimentos e emoções de seus companheiros.	Sentimentos Emoções				X	A/T
	❖ Compartilhar objetos e espaços com crianças e professores(as), manifestando curiosidade e autonomia.	Orientação Espacial				X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
<ul style="list-style-type: none"> escolar. ● Regras. ● Identidade e autonomia. ● Escola e Família. 	❖ Realizar a guarda de seus pertences no local adequado.	Organização				X	A/T
	❖ Participar de conversas com professores(as) e crianças.	Roda da conversa.				X	A/T
	❖ Esperar a vez quando está realizando atividades em grupo.	Autocontrole.				X	A/T
	❖ Cuidar dos seus pertences, dos pertences de seus colegas e dos pertences do CMEI.	Direitos e deveres.				X	A/T
	❖ Participar de situações em que é instruída a levar objetos ou transmitir recados em outros locais da instituição.	Recados Atender comandos				X	2º
	❖ Relacionar-se com crianças da mesma idade e com outras em situações de interações e brincadeira, agindo de forma solidária e colaborativa.	Ação colaborativa				X	A/T
	❖ Desenvolver noção de identidade e convivência em um espaço compartilhado com outras pessoas.	Respeito				X	A/T
<ul style="list-style-type: none"> ● Manifestações culturais. ● Convívio e interação social. 	❖ Participar de jogos, conduzidos pelas crianças ou pelos professores(as), seguindo regras.	Brincadeiras livres e/ou dirigidas				X	A/T
	❖ Participar de brincadeiras coletivas, assumindo papéis e criando enredos com os colegas.	Jogos coletivos				X	A/T
(EI04/05E04) Comunicar suas ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversos.							
<ul style="list-style-type: none"> ● Sensações, emoções, percepções próprias e do outro. ● Autonomia, criticidade e cidadania. ● Linguagem oral e corporal. 	❖ Expressar e reconhecer diferentes emoções e sentimentos em si mesmo e nos outros.	Sensações e emoções				X	A/T
	❖ Relatar e expressar sensações, sentimentos, desejos e ideias.	Exposição de ideias				X	A/T
	❖ Relatar acontecimentos que vivencia, que ouve e que vê.	(relatos de experiências, fatos, ações, histórias, descrição).				X	A/T
	❖ Identificar emoções e/ou regulá-las conforme as ações que realizam.	Auto-controle Rodas de conversas				X	A/T
	❖ Interagir com pessoas de diferentes idades em situações do dia a dia.	diferentes grupos de convívio				X	A/T
	❖ Interagir com outras crianças, compartilhando ideias e experiências, enquanto trabalha na própria na tarefa.	Respeito as regras comuns.				X	A/T
	❖ Demonstrar compreensão de seus sentimentos e nomeá-los.	Emoções				X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
	❖ Participar de assembleias, rodas de conversas, eleições e outros processos de escolha dentro da instituição, em práticas pedagógicas.	linguagens corporal e gestual.				X	A/T
	❖ Oralizar reivindicações e desejos do grupo.	Rodas de conversas				X	A/T
• Comunicação verbal, expressão de sentimentos e ideias.	Expressar, reconhecer e nomear necessidades, emoções, sentimentos que vivencia e/ou que observa no outro.	Relato de fatos vividos, passeios, histórias infantis e etc.				X	A/T
• Direitos e deveres.	❖ Mostrar compreensão de sentimentos, sensibilizando-se com o sentimento do outro.	Convivência nos diversos espaços (coletivo e individual).				X	A/T
	❖ Transmitir recados a colegas e profissionais da instituição, desenvolvendo a oralidade e a organização de ideias.	Atender comandos (avisos, regras e combinados)				X	A/T
	❖ Oralizar e argumentar sobre reivindicações e desejos do grupo.	Oralidade e sentimentos				X	A/T
(EI04/05EO05) Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive.							
• Próprio corpo e do outro.	❖ Relatar sobre suas características, observadas em fotografias e imagens.	Compreensão global do corpo				X	1º
• Características físicas: semelhanças e diferenças.	❖ Perceber o próprio corpo e o do outro, reconhecendo as diferenças e semelhanças das pessoas quanto a: cabelos, pele, olhos, altura, peso e etc.	Diferenças e características do outro				X	2º
• Respeito à individualidade e à diversidade.	❖ Identificar e respeitar as diferenças reconhecidas entre as características femininas e masculinas.	Respeito ao próprio corpo e ao outro.				X	A/T
	❖ Reconhecer gradativamente suas habilidades, expressando-as e usando-as em suas brincadeiras e nas atividades individuais, de pequenos ou grandes grupos.	Direitos e deveres (regras combinadas, controle de conduta).				X	A/T
• Relatos como forma de expressão.	❖ Perceber suas características corporais, contribuindo para a construção de sua imagem corporal.	Auto-conhecimento				X	A/T
• Etapas do desenvolvimento.	❖ Reconhecer as mudanças ocorridas nas suas características desde o nascimento, percebendo as transformações e respeitando as diversas etapas do desenvolvimento.	Características e semelhanças (Imagens e fotos)				X	2º
	❖ Aceitar e valorizar suas características corporais, expressando-se de diferentes formas e construindo uma imagem positiva de	Características e semelhanças (Imagens, fotos e espelho)				X	2º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS							
to e transformações corporais.	si.						
	❖ Observar e respeitar as características das diversas fases do desenvolvimento humano.					X	
	❖ Valorizar suas próprias características e a de outras crianças enquanto pertencentes a diferentes culturas.	Filmes, fotografia, revistas, bonecos				X	2º
(EI04/05EO06) Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida.							
<ul style="list-style-type: none"> ● Normas e regras de convívio social. ● Regras de jogos e brincadeiras. ● Diferentes pessoas, espaços, tempos e culturas. ● Manifestações culturais de sua cidade e outros locais. ● Recursos tecnológicos e midiáticos. ● Família. 	❖ Participar de brincadeiras que estimulam a relação entre o adulto/criança e criança/criança.	Jogos e brincadeiras				X	A/T
	❖ Compreender e respeitar as diversas estruturas familiares.	Diferentes tipos de família, respeito as diversidades.				X	2º
	❖ Reconhecer pessoas que fazem parte de sua comunidade, conversando com elas sobre o que fazem.	Espaços de convivência (a família a comunidade e o bairro)				X	2º
	❖ Conhecer e se relacionar com crianças e pessoas de outros grupos sociais, seja por meio de situações presenciais ou por outros meios de comunicação.	Respeito aos diferentes convívios sociais				X	2º
	❖ Conhecer diferentes povos e suas culturas por meio de pesquisas, filmes, fotografias, entrevistas, relatos e outros.	Diferenças culturais, religiosas, étnicas raciais e sociais.				X	2º
	❖ Participar de diferentes eventos culturais para conhecer novos elementos como: danças, músicas, vestimentas, ornamentos e outros.	Encenações de movimentos a partir de músicas, imagens, textos, entre outros.				X	2º
	❖ Construir e respeitar normas e combinados de convívio social, de organização e de utilização de espaços da instituição e de outros ambientes.	Direitos e deveres				X	2º
	❖ Ouvir relatos de familiares e pessoas de mais idade sobre outras épocas históricas.	Respeito ao próximo				X	2º
	❖ Perceber-se como integrante de um determinado grupo familiar.	Respeito ao convívio familiar				X	2º
(EI04/05EO07) Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos.							
	❖ Expressar, reconhecer e nomear necessidades, emoções e sentimentos que vivencia e observa no outro.					X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: O EU, O OUTRO E O NÓS						
<ul style="list-style-type: none"> ● Reconhecimento e respeito às diferenças. ● Procedimentos ● Expressão de sentimentos que vivencia e reconhece no outro. 		Acontecimentos do cotidiano familiar e do grupo social.				
	❖ Utilizar estratégias pacíficas ao tentar resolver conflitos com outras crianças, buscando compreender a posição e o sentimento do outro.	Convivência nos diversos espaços (coletivo e individual).			X	A/T
	❖ Utilizar estratégias para resolver seus conflitos relacionais, considerando soluções que satisfaçam a ambas as partes.	Acontecimentos do cotidiano familiar e do grupo social.			X	A/T
	❖ Saber desculpar-se quando sua atitude desrespeitar o outro.	Respeito ao próximo, regras de convivência.			X	A/T
	❖ Realizar a escuta e respeitar a opinião do outro.	Respeito ao próprio corpo e ao outro.			X	A/T
	❖ Cooperar, compartilhar brinquedos e diversos materiais, recebendo auxílio quando necessário.	Direitos e deveres (regras combinadas, controle de conduta).			X	A/T
	❖ Usar do diálogo e estratégias simples para resolver conflitos, reconhecendo as diferentes opiniões e aprendendo a respeitá-las.	História da criança (fases do desenvolvimento).			X	1º

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Mais que transmitir conhecimentos teóricos, o grande desafio dos docentes que trabalham com o público infantil é criar abordagens que estimulem o desenvolvimento socioemocional da criança. Estes profissionais, ao longo do tempo, assumiram a função de não apenas ensinar, mas formar cidadãos para a vida.

Nesse sentido, algumas atividades práticas serão fundamentais para transmitir conceitos tão complexos a alunos em tão

tenra idade. De forma lúdica, os aspectos relacionados ao campo “o eu, o outro e nós” – autoconhecimento, coletividade, profundidade dos laços afetivos – podem ser inculcados de maneira natural. Para trabalhar as habilidades propostas incluem o aprendizado necessário para ter autonomia em pequenas tarefas, como se alimentar, lavar as mãos e vestir a própria roupa. A criança também precisa ser incentivada a verbalizar os seus sentimentos e resolver conflitos de maneira pacífica com o auxílio de um adulto.

O educador também deve estimular a troca de brinquedos entre os alunos, contar histórias cujas narrativas são diversas da realidade em que ela está inserida, além de promover atividades artísticas como desenhos, pinturas e colagens.

A metodologia da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide as crianças do ensino infantil em três categorias: crianças de 0 meses a 1 ano e 06 meses; de 01 ano e 07 meses a 03 anos e 11 meses; e crianças de 04 anos a 05 anos e 11 meses.

Para cada faixa etária, uma abordagem diferente é necessária e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento também mudam;

Perceber que suas ações têm efeitos nas outras crianças e nos adultos, as possibilidades e os limites de seu corpo nas brincadeiras e interações;

Interagir com crianças da mesma faixa etária e adultos;

Reconhecer as sensações de seu corpo em momentos de alimentação, higiene, brincadeira e descanso;

Construir formas de interação com outras crianças da mesma faixa etária e adultos, adaptando-se ao convívio social;

Demonstrar sentimentos de afeição pelas pessoas com as quais interage;

Desenvolver confiança em si, em seus pares e nos adultos em situações de interação.

Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos, além de uma imagem positiva de si e confiança em sua capacidade para enfrentar dificuldades e desafios;

Compartilhar os objetos e os espaços com crianças da mesma faixa etária e adultos;

Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender;

Habituar-se a práticas de cuidado com o corpo, desenvolvendo noções de bem-estar;

Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras;

Valorizar a diversidade ao participar de situações de convívio com diferenças;

Resolver conflitos nas interações e brincadeiras, com a orientação de um adulto:

Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir;

Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação;

Atuar de maneira independente, com confiança em suas capacidades, reconhecendo suas conquistas e limitações. Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação,

Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação;

Comunicar suas ideias e sentimentos com desenvoltura a pessoas e grupos diversos;

Adotar hábitos de autocuidado, valorizando atitudes relacionadas à higiene, alimentação, conforto e cuidados com a aparência;

Compreender a necessidade das regras no convívio social, nas brincadeiras e nos jogos com outras crianças;

Manifestar oposição a qualquer forma de discriminação;

Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos.

Neste contexto, recomenda-se a realização de atividades que incentivem o pertencimento ao grupo e a empatia pelas diferenças, fazendo entender que as relações se baseiam no respeito mútuo.

Para estes fins, podem-se realizar atividades que estimulem a interação com outras crianças e também com adultos, priorizando a autoconfiança e confiança no outro.

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

O Campo de Experiência o eu, o outro e o nós, tem a função de facilitar a compreensão do mundo ao redor em crianças naturalmente curiosas e dispostas a explorar o entorno social. Na medida em que são fornecidas informações sobre modos de vida diferentes ao que a criança está habituada, diminui-se a tendência ao estereótipo e preconceito, tornando a convivência mais empática e acolhedora. Tão logo a criança entenda essa dinâmica de vivência em sociedade, baseada no respeito e no autocuidado, sua autoestima melhora e características que serão importantes na vida adulta começam a se desenvolver.

O papel primordial dos professores das instituições de ensino deve ser guiá-los nos primeiros passos desse caminho, estimulando e orientando a boa convivência entre os colegas e os adultos que fazem parte do meio social do aluno, organizando estratégias diferenciadas, flexibilizando as atividades de acordo com a faixa etária trabalhada, ao observar as dificuldades encontradas pelos alunos na realização da atividade o professor deve apresentar outros recursos diferenciados para que o aluno tenha oportunidade de assimilar a aprendizagem. Também poderá ser necessário modificar as instruções das atividades, alterar o formato das aulas, explorar novos ambientes e usar estratégias de ensino diferenciadas. E para saber se todas essas estratégias estão funcionando é fundamental observar com regularidade o avanço do aluno e se as dificuldades persistem.

O olhar do professor deve ser acolhedor, acreditando na capacidade que cada indivíduo tem de superar seus limites.

Ao planejar sua aula, o professor deve levar em conta a singularidade de cada aluno pensar em; Quem é o seu aluno?

Do que ele gosta?

Do que ele não gosta?

O que é importante para ele?

Quais as habilidades que ele possui?

Quais as dificuldades que ele possui?

Qual o modelo de aprendizagem do seu aluno?

É importante dar significado. Alunos com deficiência intelectual irão prestar mais atenção em coisas que fazem sentido para eles.

Alunos com deficiência intelectual devem ter reforço positivo mais do que os outros alunos.

Fazer o aluno compreender o que você fala é primordial! Exemplos concretos são sempre a melhor opção. Quanto menor o

nível de abstração, melhor.

Seguem as dicas para se comunicar com alunos com deficiência intelectual:

1. Fale com as crianças usando palavras simples, mas não palavras infantis.
2. Faça pedidos claros e precisos.
3. Mantenha-se calmo e esteja pronto para reformular seu pedido de várias maneiras.
4. Use exemplos concretos com frequência, ou seja, diminua a abstração.
5. Para confirmar se uma criança entendeu sua mensagem, discretamente peça para que ela repita.

No brincar e jogar, diversos aspectos são estimulados, desenvolvidos ou aperfeiçoados: a criatividade; a memorização; a cooperação e a solidariedade; a concentração; a linguagem; a motivação; a aquisição de conceitos; a motricidade; a capacidade de discriminar, julgar, analisar, tomar decisões e aceitar críticas; a competitividade; a socialização; a confiança em si e em suas possibilidades; o respeito às regras e o controle emocional.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Os Desafios Contemporâneos buscam promover a análise, a reflexão, a difusão de ideias e o cruzamento de múltiplas perspectivas a respeito do contexto atual nos campos social, da cultura e da educação, além de propiciar a troca de experiências entre diversos agentes: formuladores de políticas públicas, empreendedores, grupos independentes, integrantes de movimentos sociais, coletivos artísticos, profissionais do campo de educação, cultura e museus, pesquisadores e intelectuais. No fazer artístico, o estudante tem possibilidades de desenvolver sua poética pessoal, esta ação investigativa o leva à reflexão, à análise crítica, a experimentações, a comparações, à imaginação, e a criar soluções (inclusive tecnológicas). Além disso, também instiga a curiosidade, a levantar hipóteses, o trabalho em equipe, o desenvolvimento do pensamento artístico, a criatividade, a percepção, dentre outros, possibilitando, assim, a resolução de problemas de ordem técnica e estética, bem como a humanização dos sentidos. Nesse sentido, as metodologias ativas objetivam alcançar e motivar o estudante, que colocado diante uma situação-problema, examina, reflete, contextualiza, pesquisa e ressignifica suas descobertas. Sendo um recurso didático de grande importância, as metodologias ativas podem favorecer, de forma significativa e eficaz, o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando ao aluno um papel protagonista na produção de seu conhecimento.

Com isso, o respeito a estas manifestações artísticas culturais e ao patrimônio cultural torna-se possível, pois, durante o conhecimento e a valorização destas, o respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas se evidencia, possibilitando a apropriação de conhecimentos artísticos e estéticos.

CULTURA E HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

De acordo com a Lei Nº. 10.639/03 que altera a LDB 9394/96, a Lei 11.645/08 e o parágrafo único art. 2º da Deliberação do Conselho Estadual de Educação do Paraná, o qual indica que: Ao tratar da história da África e da presença do negro (pretos e pardos) no Brasil, os professores precisam fazer abordagens positivas sempre na perspectiva de contribuir para que o aluno afro descendente se identifique e valorize a história de seu povo, a cultura de matriz africana, e as contribuições para o país e humanidade. Durante a educação infantil as crianças já começam a conhecer seu corpo, as diferenças e semelhanças entre os colegas do grupo, escolhem com quem brincar e se relacionar na escola, tem suas preferências por brinquedos, e, no entanto é fundamental que o educador trabalhe em sala de aula questões sobre diferença e em especial as relacionadas ao pertencimento racial, não só com as crianças, mas com as famílias e comunidade. (CEERT,2011).

Diante disso, Trinidad(2011), reforça que a Educação Infantil é o primeiro recinto institucionalizado a que a criança tem acesso, isso significa que ela passa a conviver em novos coletivos e, por isso, precisa ter oportunidade para aprender as regras para essa convivência pautada no respeito por si e pelo outro.

Logo, as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil ressalta :

Art. 7º Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

- I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;
- II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;
- III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
- IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;

V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

Assim sendo e de acordo com o Plano Nacional de Implementação da Lei nº 10.639/2003,

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico raciais para a história e cultura brasileiras. (Brasil. MEC, 2003).

No entanto, segundo Eliane Cavalleiro (2003), A Pré escola oferece uma quantidade muito ínfima de ações que levam a entender a aceitação positiva e valorizada das crianças negras no seu cotidiano, o que ameaça a convivência em pleno processo de socialização, ressalta que se torna difícil não perguntar por que o professor se omite em relação ao problema étnico. Silenciar essa realidade não apaga magicamente as diferenças. Permite, porém, que cada um construa a seu modo, um entendimento do outro que lhe é diferente.

Diante disso, o papel da professora na educação infantil é importantíssimo, cabe à realização de práticas pedagógicas que objetivem ampliar o universo sociocultural das crianças e introduzi-las em um contexto no qual o educar e o cuidar não omitam a diversidade.

Acrescido a isso, Eliane Cavalleiro (2003) nos diz que tal prática pode agir preventivamente no sentido de evitar que pensamentos preconceituosos e práticas discriminatórias sejam interiorizados e cristalizados pelas crianças, num período em que elas se encontram sensíveis às influências externas, cujas marcas podem determinar sérias consequências para a vida adulta.

Logo, desde muito cedo podemos aprender e conhecer diferentes realidades e compreender que a experiência social do mundo é muito maior do que a nossa experiência local, e que este mesmo mundo é constituído e formado por civilizações, histórias, grupos sociais e etnias ou raças diversas. É também bem cedo em sua formação que as crianças podem ser reeducadas a lidar com os preconceitos aprendidos no ambiente familiar e nas relações sociais mais amplas. Educar para a igualdade racial é tarefa urgente e imprescindível para a construção da sociedade de amanhã. (História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Infantil,2014)

DIREITOS HUMANOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proposta em 10 de dezembro de 1948 pela Organização das Nações Unidas. Para entender a razão da sua existência, é preciso levar em conta o contexto histórico.

Durante a educação infantil as crianças já começam a conhecer seu corpo, as diferenças e semelhanças entre os colegas do grupo, escolhem com quem brincar e se relacionar na escola, tem suas preferências por brinquedos, e, no entanto é fundamental que o educador trabalhe em sala de aula questões sobre diferença e em especial as relacionadas ao pertencimento racial, não só com as crianças, mas com as famílias e comunidade. (CEERT,2011).

Diante disso, Trinidad(2011), reforça que a Educação Infantil é o primeiro recinto institucionalizado a que a criança tem acesso, isso significa que ela passa a conviver em novos coletivos e, por isso, precisa ter oportunidade para aprender as regras para essa convivência pautada no respeito por si e pelo outro.

Logo, as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil ressalta :

Art. 7º Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

- I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;
- II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;
- III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
- IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;
- V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

Assim sendo e de acordo com o Plano Nacional de Implementação da Lei nº 10.639/2003,

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico raciais para a história e cultura brasileiras. (Brasil. MEC, 2003).

No entanto, segundo Eliane Cavalleiro (2003), A Pré escola oferece uma quantidade muito ínfima de ações que levam a entender a aceitação positiva e valorizada das crianças negras no seu cotidiano, o que ameaça a convivência em pleno processo de socialização, ressalta que se torna difícil não perguntar por que o professor se omite em relação ao problema étnico. Silenciar essa realidade não apaga magicamente as diferenças. Permite, porém, que cada um construa a seu modo, um entendimento do outro que lhe é diferente.

Diante disso, o papel da professora na educação infantil é importantíssimo, cabe à realização de práticas pedagógicas que objetivem ampliar o universo sociocultural das crianças e introduzi-las em um contexto no qual o educar e o cuidar não omitam a diversidade.

Acrescido a isso, Eliane Cavalleiro (2003) nos diz que tal prática pode agir preventivamente no sentido de evitar que pensamentos preconceituosos e práticas discriminatórias sejam interiorizados e cristalizados pelas crianças, num período em que elas se encontram sensíveis às influências externas, cujas marcas podem determinar sérias consequências para a vida adulta.

Logo, desde muito cedo podemos aprender e conhecer diferentes realidades e compreender que a experiência social do mundo é muito maior do que a nossa experiência local, e que este mesmo mundo é constituído e formado por civilizações, histórias, grupos sociais e etnias ou raças diversas. É também bem cedo em sua formação que as crianças podem ser reeducadas a lidar com os preconceitos aprendidos no ambiente familiar e nas relações sociais mais amplas. Educar para a igualdade racial é tarefa urgente e imprescindível para a construção da sociedade de amanhã. (História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Infantil,2014)

A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos civis, humanos e sociais garantidos na constituição e nas leis. A escola de Educação Infantil por ser um espaço social está aberta a diversidade e deve abordar de uma forma lúdica dando oportunidades para que as crianças possam lidar com as emoções reorganizando seus pensamentos através do faz de conta.

Reconhecer a sua própria identidade para que valorize a sua imagem e a do outro desenvolvendo valores básicos e

valorizando a diversidade racial.

- Reconhecer a sua identidade e ter uma imagem positiva de autoconfiança;
- Desenvolver diversas atividades metodológicas a partir da leitura do livro a bonequinha preta;
- Valorizar a diversidade;
- Combater o Bullying racial nos diversos espaços da escola;
- Desenvolver auto-estima sobre suas características físicas;
- Refletir sobre questões: amor, egoísmo e até a questão das nossas raças;
- Valorizar ações de cooperação, respeito e solidariedade;
- Respeitar as características de etnia;
- Usar os conhecimentos construídos na escola em situações do seu cotidiano;
- Participar de situações de comunicação oral;
- Apreciar atos de leitura como fonte de conhecimento;
- Demonstrar cooperação de situações de produção coletiva;
- Desenvolver a linguagem oral para expressar desejos, necessidades, sentimentos e opiniões;

INCLUSÃO SOCIAL: SÍMBOLOS

A inclusão social é um termo que vem sendo amplamente comentado nos últimos tempos, refere-se à possibilidade de dar a todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, os mesmos direitos e oportunidades.

Antes que as medidas de inclusão social sejam formuladas e aplicadas, é necessário observar quais são os grupos excluídos e o que deve ser melhorado para que possam estar plenamente inseridos na sociedade. A inclusão social nas escolas visa eliminar o preconceito e a discriminação, independente do tipo (étnica, de deficientes, de gênero, de orientação sexual, etc).

Esse tema é de extrema importância para a distinção de signos nos processos de alfabetização e o professor de Educação Infantil irá abordar nos objetivos de aprendizagem os símbolos mais utilizados.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR

O Dia Nacional da Alimentação nas Escolas é comemorado em 21 de outubro. A data foi escolhida para ressaltar a importância das ações voltadas para a educação alimentar e nutricional dos estudantes de todas as etapas da educação básica. E é com esse objetivo que o Governo Federal investe no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que tem como objetivo garantir o consumo de alimentos saudáveis no ambiente escolar, de modo a criar bons hábitos nos estudantes para toda a vida.

Respeitar os hábitos alimentares e vocação agrícolas locais. Para a execução do PNAE, a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, institui como diretrizes da alimentação escolar: Alimentação Saudável e adequada orienta para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.

A hora da alimentação faz parte da rotina de cuidados, assim como o sono, a troca e o banho. É um momento especial para formação de vínculos e construção da autonomia, requer atenção especial e personalizada.

Antes de adentrar na sistemática do funcionamento destes momentos de refeição, faz-se importante salientar alguns pressupostos das rotinas de cuidados personalizados: Nunca se trata uma criança como objeto, mas sim como alguém que sente, observa e, quando tem oportunidade, pode conhecer e compreender seus anseios e necessidades. Toda atividade de cuidado deve ser exercida com calma e delicadeza nos gestos, respeitando os ritmos de cada criança.

A rotina precisa ser estável, os procedimentos mantidos e previsíveis para que as crianças consigam antecipar e participar dos próprios cuidados.

O educador se dedica plenamente à criança enquanto está com ela: conversa, troca olhares afetuosos, antecipa seus gestos e explica o que faz. Apresenta-lhe os objetos enquanto os manuseia e também permite o manuseio pelas crianças. Não a distraí para executar o que precisa.

A observação é o instrumento para conhecer cada criança e apoiá-la no seu percurso de desenvolvimento e gradativa

autonomia.

Oferecer cuidados personalizados em ambientes coletivos exige estrutura e organização ancoradas no trabalho de equipe. Um trabalho que sustenta suas ações cotidianas tendo a criança como eixo estruturante delas, como protagonistas deste cenário. Envolve todas as pessoas da instituição, como direção, coordenação, pessoas da manutenção e limpeza, cozinheiras, assistentes e professores.

O planejamento da hora das refeições precisa ser acordado e compartilhado com todos. Deve prever ações básicas e seguir algumas orientações razoáveis para cada etapa do desenvolvimento das crianças de zero a três anos. Também precisa ser flexível o suficiente para lidar com o inesperado.

Para cada criança se estabelece uma dieta que muda de acordo com seu desenvolvimento pessoal (quando ingere somente líquidos; em seguida a introdução das papinhas e semissólidos; depois, pedaços ou a comida semelhante à dos adultos)

Define-se o horário da refeição principal e das intermediárias e a sequência na qual as crianças serão atendidas (que sempre será a mesma para que possa ser previsível por elas).

Segue-se um protocolo de alimentação individual que inicia no colo, depois na mesa individual diante do adulto, em seguida na mesa com mais um colega e posteriormente na mesa com mais três companheiros e em grupos um pouco maiores (as companhias são determinadas de acordo com as possibilidades de interações e autonomia das crianças, e elas devem permanecer as mesmas por algum tempo).

Sabe-se diante mão se o prato da criança virá montado, se será servido na hora ou se ela mesma colocará em seu prato as comidas servidas em travessas.

Usará o copo (sempre de vidro transparente para que visualize o seu interior), usará mamadeira ou comerá na tigelinha e no prato). *

Terá uma colher a sua disposição, usará outra colher enquanto o adulto intercala com a sua, comerá sozinho com seus próprios talheres, usará os talheres e a louça tal qual a dos adultos.

Ajudará na distribuição e arrumação da mesa de refeição, recolherá os pratos ao final.

Fará sua higiene pessoal antes e depois de comer com ajuda do adulto, ajuda parcial ou independentemente.

Num mesmo grupo é possível encontrar crianças em fases diferentes, o que determinará isto é a observação que os adultos realizam de suas iniciativas e habilidades. Nenhuma atitude é antecipada ou exigida das crianças antes que ela esteja preparada para ela. Toda mudança é informada e antecipada antes de ser aplicada. Cada criança é chamada pelo nome quando chega sua vez de comer, mesmo que ainda seja bem novinho.

A criança escolhe o que deseja comer dentre as opções oferecidas, come o quanto quer e pode repetir em porções pequenas para se sentir satisfeita. Ninguém insiste ou tenta convencê-la de ingerir mais uma colherada além daquela que necessita. Com estas atitudes a criança passa a reconhecer sua fome e saciedade, ao invés de submeter-se ao critério do outro.

Todos os utensílios ficam próximos, dispostos e acessíveis tanto para o adulto quanto para a criança que já se alimenta com autonomia. Assim evita-se muita espera e agitação durante a refeição. Quem finaliza é colocado no chão ou pode levantar da mesa, descansar, brincar e se mover em liberdade. O espaço para o descanso ou brincadeira fica previamente preparado e com um adulto disponível para observar estas crianças.

COMBATE A VIOLÊNCIA

Os objetivos listados da BNCC são gerais do assunto do projeto, mas em cada atividade muitos outros objetivos se apresentam. Você deve levar em consideração na hora do seu planejamentos quais “códigos” deseja acrescentar, pois há diferentes possibilidades em uma mesma atividade conforme o enfoque dado na sua concretização.

Levar as crianças a compreenderem que morder, bater usar de violência com o colega não é o melhor modo de agir.

Conversar com as crianças na roda, contar uma história sobre a temática mordidas. Sugiro o livro digital Mordida não, Napoleão. Após a história converse sobre por que morder não é legal, enfoque que machuca e que deixa todos tristes. As crianças podem contar situações em que foram mordidas por outras crianças ou animais e como elas se sentiram. Como são crianças pequenas vá fazendo perguntas que as ajudem a encontrarem a continuidade do relato.

Confeccione uma boca grande com material reciclado e mostre os dentes para as crianças. Fale para que serve a boca, comente sobre como nossos dentes servem para triturar os alimentos. Entregue toalhas para as crianças e deixe-as morderem as toalhas, mostre que fica as marcas dos dentes e reforce que no colega machuca. Deixe as crianças irem até a boca gigante e

brincar, quando elas fazem de conta que foram mordidas entre na fantasia e mostre sua preocupação e diga para a “boca” como aquele comportamento foi errado.

Entregue uma folha para as crianças com uma boca e deixe que cole pedacinhos de papel branco ou isopor para serem os seus dentinhos. Reforce para o quê a boca serve: beijar, comer comida, falar.

Proponha brincadeiras com bonecas ou bichinhos de pelúcia, no qual as crianças precisam cuidar desses por estarem machucados ou doentes. Deixe que colemaparapós e enrole faixas, façam de conta que colocam gelo. Use essa brincadeira para ensinar o cuidado. Incentive que as crianças beijem as bonecas e as consolem durante a brincadeira.

Traga imagens de crianças e pessoas felizes se abraçando ou com beijos nas bochechas. Mostre as imagens e pergunte se as crianças gostam de serem abraçadas e beijadas. Faça uma roda com as crianças e convide que uma por vez beije e abraçe seu coleguinha. Volte a conversar sobre como beijar é melhor do que morder.

Cole as imagens de carinho em um cartaz. Sempre que uma criança for iniciar o processo de morder, lembre-a do cartaz e a convença a abraçar o colega. Ou a ajude a conversar para resolver os conflitos com a outra criança. Na Educação Infantil as atividades sugeridas podem ser feitas com frequência para lembrar as crianças a não morderem, pois estarão aprendendo outro modo de se relacionarem.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

O reconhecimento dos direitos das mulheres é uma reivindicação que se faz presente, pelo menos desde a década de 1920. No entanto, embora seja uma reivindicação antiga, sua concretização jurídica é bem mais recente. Efetivamente, a legislação reservava à mulher um lugar de subalternidade, primeiro sob o poder do pai e depois, do marido. Apenas recentemente os direitos de cidadania se estenderam à mulher, embora o marco legal da igualdade não seja realidade em todos os países.

Ao se tratar de políticas para mulheres no estado do Paraná, é preciso ter em mente a necessidade de reforçar os direitos das mulheres e as conquistas já alcançadas, tendo em vista a fragilidade das garantias que foram constituídas numa história ainda recente. Nesse contexto o professor irá desenvolver atividades para valorização da mulher, presente em sua vida da criança.

DIREITOS DA CRIANÇA

Crianças e adolescentes são sujeitos de Direitos- Sujeitos de Direitos são pessoas que têm os seus direitos garantidos por lei.

Seus direitos devem ser tratados com prioridade absoluta - Isso quer dizer que os direitos das crianças e dos/ das adolescentes estão em primeiro lugar.

O Estatuto da criança e do adolescente (ECA) é um documento que reúne as leis específicas que asseguram os direitos e deveres de crianças e adolescentes aqui no Brasil. Ele nasce da luta de diversos movimentos sociais que defendem os direitos de crianças e adolescentes, já que antes do estatuto existia apenas o “Código de Menores” que tratava de punir as crianças e adolescentes consideradas infratores.

Desde 1990 com o ECA as crianças e os (as) adolescentes são reconhecidos como sujeitos de direitos e estabelece que a família, o Estado e a sociedade são responsáveis pela sua proteção, já que são pessoas que estão vivendo um período de intenso desenvolvimento físico, psicológico, moral e social.

Para tudo deve ser levada em conta a condição peculiar de crianças e adolescentes serem pessoas em desenvolvimento - A criança e o adolescente têm os mesmos direitos que uma pessoa adulta e, além disso, têm alguns direitos especiais, por estarem em desenvolvimento físico, psicológico, moral e social. As crianças e os adolescentes não conhecem todos os seus direitos e por isso não têm condições de exigir, então é muito importante que todos conheçam o ECA para que se possa conseguir uma sociedade mais justa para todos. Desenvolver atividades que mostrem para a criança os direitos e deveres, sempre de forma lúdica, apresentando situações usando material concreto.

ESTATUTO DO IDOSO

O Estatuto do Idoso é uma Lei Federal, de nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, isto é, uma Lei Orgânica do Estado Brasileiro destinada a regulamentar os direitos assegurados

Para esclarecimento amplo, o Estatuto do Idoso é o resultado final do trabalho de várias entidades voltadas para a defesa dos direitos dos idosos no Brasil, entre as quais sempre se destacou a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia e também de profissionais das áreas da saúde, direitos humanos e assistência social, além de parlamentares do Congresso Nacional. Com as crianças o professor deverá desenvolver atividade que mostrem respeito com o idoso.

PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS

O consumo de drogas cresce consideravelmente a cada dia, pois ela não escolhe religião ou nível social; está presente em todos os lugares e realidades desde muito tempo. Esse aumento pode ser atribuído a vários fatores, principalmente aos que se referem na forma em que é transmitida a informação sobre a droga e quem a recebe. A prevenção do uso indevido de drogas é fundamental para a sensibilização sobre os riscos e perigos causados por elas. As ações de prevenção ao uso de drogas nas escolas não deveriam ser isoladas ou tratadas fora do contexto de uma prática pedagógica.

O papel da escola é de formar cidadãos participativos e capazes de analisar o que é bom ou não para si, de fazer suas escolhas se o assunto lhe é questionado e de refletir se com isso afetará ou não a vida de outras pessoas, tal assunto não foge do contexto escolar. Trabalhar formas de prevenção nas escolas ao se tratar de assunto relacionado às drogas (licitas/ilícitas), de uma maneira que venha a contribuir com informações necessárias a serem passadas a nossos alunos, instituição e sociedade em si; é uma maneira de sensibilizá-los em um ambiente próprio.

GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

A sociedade brasileira tem um histórico de desigualdade social cujo padrão de desenvolvimento excludente é notório. Antes do século XX, as políticas de desenvolvimento social brasileiras, inclusive as referentes ao campo da educação, estavam direcionadas ao desenvolvimento das cidades, cuja matriz cultural era voltada às questões políticas e econômicas, gerando, portanto, a marginalização de grupos específicos que não se enquadravam nos padrões culturais da época. Dessa forma, as discriminações em relação à raça, à etnia, a gênero, à orientação sexual, entre outras tantas manifestações de ser e estar no mundo, tornam-se ferramentas de poder que colocam à margem e negam aos indivíduos o direito de cidadania.

Sabe-se que a escola, enquanto instituição responsável pela transmissão do patrimônio cultural da humanidade possui um papel relevante na socialização dos saberes e das práticas relacionadas à diversidade promovendo ações que façam com que não haja discriminação na escola, onde o princípio da equidade seja considerado.

EXIBIÇÃO DE FILMES MENSAIS NACIONAIS

A exibição de filmes nas escolas deve haver uma pluralidade pedagógica que precisa ser pensado, planejado e executado e que permite contribuir com a construção de uma alfabetização crítica dos meios que utilizam os recursos audiovisuais: cinema, televisão, internet, etc.

É possível levantarmos uma infinidade de atividades que podemos realizar com o audiovisual nas escolas. Isto é importante, mas não podemos ficar só nisso... As atividades são importantes desde que sejam pensadas e articuladas com uma proposta pedagógica mais ampla. É preciso caminhar: agindo e pensando... construindo e transformando...

Novas relações e linguagens desafiam os profissionais da educação a pensar na vocação multicultural da escola, no sentido de promover o diálogo entre as diferentes gerações e os diversos padrões culturais nela presentes.

Em sua análise, indicou três fatores que apontam um novo lugar para a escola: a cultura digital, que vem criando uma escola sem muros, na qual o estudante é produtor de conhecimento e a linguagem audiovisual assume importância; a existência de outros.

SEGURANÇA E SAÚDE

A Lei Federal nº 12.645 de 16 de maio de 2012 instituiu 10 de Outubro como o Dia Nacional da Segurança e Saúde nas Escolas, ou seja, estabeleceu um dia a ser dedicado ao tratamento dessa temática no ambiente escolar.

O Dia Nacional da Segurança e Saúde nas escolas foi instituído justamente para promover essa aproximação entre a escola e o mundo da segurança e saúde do trabalhador. Sabe-se o quanto é importante que a problemática da segurança e saúde do trabalhador não se restrinja ao mundo do trabalho, mas passe a ser incorporada o mais cedo possível no cotidiano dos nossos alunos, pois esperar que eles cheguem ao mundo do trabalho para, somente depois disso terem contato com a questão da segurança e saúde no trabalho não é o melhor caminho, uma vez que pode não haver tempo para que isso aconteça, conforme demonstram as estatísticas.

Educar para a cidadania é uma das principais funções sociais da escola, e ter consciência disso implica em reconhecer quão ampla e complexa é sua tarefa.

PREVENÇÃO DE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Esta é uma medida importantíssima, uma vez que a gravidez na adolescência envolve muito mais do que problemas físicos, mas também problemas emocionais e sociais.

Os partos de mães adolescentes correspondem a 16,4% dos partos que ocorrem no país, ou seja, de cada 6 crianças que nascem no Brasil, uma é filha de mãe adolescente. É importante observar que esses números mostram apenas as gestações que resultaram em partos de nascidos vivos.

A gravidez pode ter consequências imediatas e duradouras para a saúde, a educação e o potencial de geração de renda de uma adolescente. A gestação na adolescência está associada a maiores riscos de partos prematuros, de recém-nascidos com baixo peso, de eclampsia, de transtornos mentais (como a depressão) devido a complicações decorrentes de abortos inseguros ou da gravidez e do parto. Implicando diretamente na aprendizagem da criança.

Apesar dos riscos à saúde causados por uma gestação na adolescência, os maiores riscos são os sociais e econômicos. Além disto, a gravidez precoce está associada a um maior risco de abandono escolar e perda de oportunidades de empregos, aumentando o risco de perpetuação do ciclo da pobreza. Na educação infantil o trabalho será realizado com as mães, através de palestras, com psicólogas, assistente social, nutricionista, e direcionado essas mães aos órgãos competentes quando se fizerem necessário.

TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.

Para isso, as informações contidas em relatórios, portfólios ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada aluno do Ensino Fundamental. Conversas ou visitas e troca de materiais entre os professores das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental – Anos Iniciais também são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa nova etapa da vida

escolar. Além disso, para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico.

Nessa direção, a BNCC apresenta as sínteses das aprendizagens esperadas em cada campo de experiências, para que as crianças tenham condições favoráveis para ingressar no Ensino Fundamental. Essas sínteses devem ser compreendidas como elementos balizadores e indicadores de objetivos a ser explorados em todo o segmento da Educação Infantil, e que serão ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental, e não como condição ou pré-requisito para o acesso ao Ensino Fundamental. Para que a criança compreenda o processo de transição quanto ao Campo de Experiência o eu, o outro e o nós a criança deve ter assimilado os conceitos Respeitar e expressar sentimentos e emoções, atuando com progressiva autonomia emocional. Atuar em grupo e demonstrar interesse em construir novas relações, respeitando a diversidade e solidarizando-se com os outros.

AVALIAÇÃO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

A avaliação tem se tornado uma questão fundamental para a Educação Infantil, seja pela ótica da criança, como foco do processo avaliativo, ou pela análise das próprias instituições e das práticas educativas que realizam, em busca de melhoria na oferta e no atendimento às crianças e às suas famílias. Sendo assim, pode-se refletir essa questão sobre dois prismas: a avaliação “da” e “na” Educação Infantil. Compreendendo que nenhum sujeito se desenvolve da mesma forma que o outro, por mais próximos que sejam. As interações e as diferentes experiências vividas contribuem para que cada um se desenvolva de determinada forma. Isso justifica a proposta de uso de Parecer Descritivo de acompanhamento da aprendizagem, pois suas características garantem registros consistentes sobre a criança em sua integralidade. Assim: A questão principal referente aos estudos atuais sobre o desenvolvimento infantil é o respeito pelas diferentes formas de ser de cada criança, decorrentes de suas experiências próprias de mundo, ritmos de desenvolvimento, contextos sociais e culturais diferenciados. Processos avaliativos embasados na comparação, a partir de padrões considerados “normais”, perseguem a uniformidade de comportamento das crianças, negando a heterogeneidade normal dos indivíduos, concebendo-a como negativa e inesperada (HOFFMAN, 2012, p.103).

Reflexões como essa permitem pensar e elaborar o Parecer Descritivo de acompanhamento da aprendizagem da criança na Educação Infantil, objetivando documentar o processo de construção do conhecimento da criança, registrando a história individual das aprendizagens vivenciadas no contexto escolar, por meio de interações com os diversos saberes e conhecimentos

presentes nos campos de experiência, a fim de garantir um olhar reflexivo do professor sobre os avanços e conquistas de cada criança e a socialização de tal processo com as famílias e outros professores.

Vale ressaltar que o registro nesse instrumento deve ser em forma de texto, apresentando o resultado de uma coleta de dados realizada por meio de observações diárias e processuais, acompanhadas de anotações das peculiaridades, avanços, curiosidades, gostos e preferências de cada criança, e não o resultado grupal, homogêneo de um grupo de crianças ou da turma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; KRAMER, S. “**O rei está nu**”: Um Debate Sobre as Funções da Pré-Escola. In: Educação pré-escolar: desafios e alternativas. **Caderno cedes**, nº 9. São Paulo: Cortez, 1984.

BRASIL. Constituição Federal de 1988

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 05, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes **Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 (*) **Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular**, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

_____. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017. **Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica**

_____. **RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (*)**. **Fixa as Diretrizes Curriculares. Nacionais para a Educação Infantil**.

CAGLIARI, L. C. **O príncipe que virou sapo**: considerações a respeito da dificuldade de alfabetização das crianças na alfabetização. **Cadernos de Pesquisa**, 55. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nov. 1985, p. 50-62.

CANDURO, V. R. P. **Iniciação musical na idade pré-Escolar**. Porto Alegre: Sagra, 1989.

CHEROGLU, Simone; MAGALHÃES, Giselle Modé. **O primeiro ano de vida: vida uterina, transição pós-natal e atividade de comunicação emocional direta com o adulto**. Cap,4 in :Periodização Histórico Cultural do Desenvolvimento Psíquico- do nascimento à velhice. Martins Lígia Marcia; Abrantes, Angelo Antonio e Facci, Marilda Gonçalves Dias (Org). Autores Associados, 2016. -(Coleção educação contemporânea).

CUNHA. S. R. V. **Cor, som e movimento**: A expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. Caderno de educação no cotidiano da criança. Caderno de Educação Infantil. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança.** Porto alegre: Mediação, 2000.

KRAMER, Sonia. **A política do Pré-Escolar: arte e disfarce.** São Paulo: Cortez, 1995

KRAMER, S. **A infância e sua singularidade.** In: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a

inclusão da criança de seis anos de idade. [Org. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento]. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

KRAMER, Sônia. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e é fundamental.** In: Educação e Sociedade, v. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out, 2006.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **A infância e Educação Infantil.** Uma abordagem histórica, 1998, ed. Mediação

LAZARETTI, Lucinéia Maria; MELLO, Maria Aparecida. **Como ensinar na Educação Infantil?** Reflexões sobre a didática e o desenvolvimento da criança. In: PASQUALINI, Juliana Campregher; TEIXEIRA, Lucas André; AGUDO; Marcela de Moraes. (Org.) **Pedagogia Histórico-Crítica: legado e perspectivas.** Uberlândia, MG. Navegando, 2018.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo.** Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LOPES, Celi Espasandin; GRANDO, Regina Célia. **Resolução de problemas na educação matemática para a infância.** UNICAMP, Campinas. 2012. (matemática)

LORENZATO, Sérgio. **Educação infantil e percepção matemática.** 3ª Ed.rev. Campinas, SP. Autores Associados, 2011. (matemática)

LURIA, A. R. **O desenvolvimento da escrita na criança.** In: VIGOTSKY, L. S., LURIA, A. R. E LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo: Ícone,

2006, p. 143-189.

MARTINS, Ligia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, MarildaGonçalvesDias (org.) **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice.** Campinas: Autores Associados, 2016

MUKHINA, Valéria. **Psicologia da idade pré-escolar;** tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins fontes, 1996

MOURA, Manoel Oriosvaldo de. **Atividade Pedagógica na Teoria Histórico-Cultural.** (org.) Brasília: Liber livro, 2010

OLIVEIRA, Zilma.Ramos de. **Educação infantil.** Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

PARANÁ, Deliberação nº 03/18 de 23/11/18, do CEE/PR- Referencial **Curricular do Paraná.: princípios, direitos e orientações.**

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações.** Curitiba:SEED, 2018. Disponível em:

<http://www.diaadia.pr.gov.br>.

PIRES, C. C.; CURRI, E; CAMPOS, T. M. M. **Espaço & forma: a construção de noções geométricas pelas crianças das quatro séries iniciais do ensino Fundamental.** São

Paulo: PROEM LTDA, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações-11.** ed. rev.1ª reimpr. - Campinas, SP: Autores Associados, 2012. - (Coleção educação contemporânea)

SOUZA, R. C. de; BORGES, M. F. T. **A práxis na formação da Educação Infantil.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOUZA, G. de; VIEIRA, L. M. F. **Concepção de Infância.** In: Anais I Simpósio Paranaense de Educação Infantil. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Faxinal do Céu, 2006.

TULESKI, Silvana Calvo e EIDT, Nadia Mara. **A periodização do desenvolvimento psíquico- atividade dominante e a formação das funções psíquicas superiores.** Cap. 2

in :Periodização Histórico Cultural do Desenvolvimento Psíquico- do nascimento à velhice. Martins Lígia Marcia; Abrantes, Angelo Antonio e Facci, Marilda Gonçalves Dias (Org). Autores Associados, 2016. -(Coleção educação contemporânea).

VIGOTSKI, L. S. **A Formação social da mente.** 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1989.

YGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem.** 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1991

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR – EDUCAÇÃO INFANTIL

APRESENTAÇÃO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO

IMPORTÂNCIA DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

O campo de experiências relacionado aos saberes e aos conhecimentos do uso social da fala e da escrita, possibilitando expressar ideias, desejos e sentimentos por meio da fala, do desenho e das tentativas espontâneas de escritas, de modo a inserir a criança em diferentes experiências e vivências com diferentes suportes de gêneros do discurso. Nesse campo de experiências, encontram-se os saberes e os conhecimentos que visam a familiarizar a criança com os livros, ensinando-a a diferenciar a ilustração da escrita, bem como a perceber a direção da própria escrita, distinguindo letras e números de outros sinais gráficos utilizados na linguagem escrita. Envolve um universo de experiências que insere a criança na oralidade (escuta e fala) e, portanto, em processos de interação mediados de forma intencional, visando à construção de saberes essenciais à apropriação da linguagem escrita.

O Referencial Curricular do Paraná (2018) defende a convivência “com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar” (PARANÁ, 2018, p. 49), possibilitando às crianças, por meio de experiências, a diversidade de linguagens como forma de expressar suas ideias e sua cultura. O trabalho com as linguagens implica compreensão da leitura, como fundamento que permeia todas as linguagens, estando elas imbricadas, pois se revela na interpretação dos sentidos presentes nos gestos, nos gêneros do discurso, no suporte e nos portadores textuais, na plástica, na Literatura Infantil, no uso social da escrita e nos ícones. Assim sendo, ao se referendar cada uma das linguagens, parte-se do pressuposto de que não será possível trabalhá-las desvinculadas da ação intencional de ler, interpretar e confrontar sentidos.

JUSTIFICATIVA DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

A importância do tema do ponto de vista geral o processo de ensino e aprendizagem, é o professor que estabelece a relação entre a fala da criança e o conhecimento, por meio dos processos de mediação em que deve-se primar pela ampliação do vocabulário por parte da criança. Observa-se que, no esforço de resolver uma situação-problema, a criança balbucia ou sussurra

para organizar seu pensamento. Essa fala, oralmente manifestada, aos poucos vai sendo interiorizada, dando lugar à *fala interior*, pois, quando a criança fala em voz alta para si mesma, ela organiza o seu pensamento e planeja sua ação, produzindo estratégias de ação intencional. Essa fala está, segundo Vigotski (1991), “a serviço da orientação mental, da compreensão consciente, ajuda a superar dificuldades” (VIGOTSKI, 1991, p.115).

Na Educação Infantil, a leitura assume especial relevância na voz do professor. É um momento privilegiado para a construção de leitores das mais diferentes linguagens, instigando as crianças à curiosidade, à paixão pela leitura, superando a visão de que se leem apenas os registros escritos representados nas palavras e/ou nos textos. A entonação da voz na leitura diária realizada pelo professor, a escolha de gêneros discursivos apropriados a cada momento da vida da criança, bem como a leitura de livros de literatura sem legenda, discutindo as interpretações possíveis, são momentos privilegiados do trabalho com a leitura. Nesse contexto, situa-se o trabalho com a Literatura Infantil, na qualidade de bem cultural produzido pela humanidade. O desenvolvimento do senso crítico e estético bem como a integração da criança à sua cultura e ao conhecimento de outras culturas advêm de um trabalho pedagógico intencionalmente planejado. Destaca-se, nesse contexto, que a Literatura Infantil não é pretexto para a sistematização da escrita, para a reprodução de desenhos, para a realização de dramatizações, mas constitui-se em uma forma de imaginar e de criar, de ver e de interpretar o mundo, por meio da discussão e da reflexão, estabelecendo relações entre o mundo real e o literário.

A fala é uma forma de representação construída socialmente. É um aprendizado que permite ao homem comunicar-se e interagir, e ela vai se desenvolvendo desde o nascimento, uma vez que o choro já se constitui em um exercício. Engolir, espirrar, arrotar, tudo serve para que o bebê aprenda a emitir sons, passando a fazer ruídos com a garganta, como se fosse um arrulho. Imitar esses sons do bebê, mudando a entonação da voz, e esperar por uma “resposta” dele, mostrando-lhe, nesse processo, novos sons, é de fundamental importância para que ele perceba que está sendo ouvido, pois quando compreende, com o tempo, que os sons por ele emitidos podem chamar a atenção, procurará fazê-lo cada vez mais. Assim, entende-se que não há uma idade exata para a criança começar a falar, mas sabe-se que, quanto mais ela se comunica, mais desenvolve a sua linguagem.

O que é escuta, fala, pensamento e imaginação na educação infantil? Conforme mencionado, essas quatro habilidades compõem um dos campos de experiência propostos pela BNCC. Tendo em mente a educação enquanto formação humana, esse campo promove vivências diferenciadas nas salas de aula, em que os alunos têm a possibilidade de interagir de diversas formas, estimulando a cultura oral e construindo ativamente sua postura enquanto sujeito singular. Nesse sentido, o campo direciona o foco de atuação da educação infantil, ampliando as formas de comunicação da criança, bem como favorecendo o desenvolvimento e a consolidação da imaginação e do pensamento abstrato e crítico.

Com isso, por meio de diversas atividades que priorizam o lúdico, as crianças desenvolvem habilidades que potencializam sua compreensão de práticas cotidianas e seus diferentes significados, como a alfabetização, envolvendo a fala, a escrita e a leitura. Ainda, é importante ter em mente que ao longo da educação infantil, as crianças devem adquirir aprendizagens mínimas e básicas para garantir um bom desenvolvimento e uma transição satisfatória entre o ensino básico para o ensino fundamental. Justamente por isso, o documento apresenta alguns pontos importantes que devem ser priorizados nas atividades do campo da escuta, fala, pensamento e imaginação, para que a criança desenvolva as habilidades mínimas. São eles:

- dar espaço para o aluno expressar suas ideias, sentimentos e desejos diante das vivências experimentadas, podendo ser por meio da linguagem oral e escrita, assim como por desenhos, colagens, fotos, músicas e jogos simbólicos;
- permitir a escolha de livros e textos de diferentes gêneros para leitura própria ou de um terceiro (colega, professor ou família);
- estimular a identificação de palavras conhecidas e desconhecidas durante a leitura;
- incentivar oralmente o relato de fatos ou histórias, priorizando a sequência temporal e causal;
- despertar o interesse da criança por ouvir, compreender, criar, contar e recontar narrativas que fazem parte do seu contexto.

Em síntese, é fundamental que os adultos se comuniquem com os bebês: conversando, cantando, contando histórias, escutando e repetindo os sons produzidos pelas crianças, nomeando partes de seu corpo e objetos. Embora, em um primeiro momento, os bebês não compreendam a linguagem na mesma lógica dos adultos, vão percebendo os diferentes significados atribuídos aos sons e às palavras que produzem. Cagliari (1985) contribui para essa reflexão, afirmando que as crianças aprendem uma língua e não um amontoado de sons. O autor explicita que “aprender a falar é, sem dúvida, a tarefa mais complexa que o homem realiza na sua vida. É a manifestação mais elevada da racionalidade humana. As crianças de todos os lugares do mundo, de todas as culturas, de todas as classes sociais realizam isso de um e meio a três anos de idade. Isso é uma prova de inteligência” (CAGLIARI, 1985, p. 52). Fica claro que a comunicação entre as pessoas é a primeira função da fala e, portanto, deve estar presente na prática da Educação Infantil, pois a apropriação do conhecimento pressupõe a interação humana, por meio da qual ocorre troca de ideias, de valores e de opiniões.

OBJETO DE ESTUDO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

Na Educação Infantil, o professor deve ser o desafiador: interferir para que a criança expresse visões particulares e imaginativas com relação aos objetos de conhecimento, de forma cada vez mais elaborada e, sobretudo, para que compreenda o desenho como representação de alguma coisa ou ideia. O desenho é uma atividade que apresenta múltiplas possibilidades, isto é, uma atividade que expressa a criação, a representação, o registro de ideias e conhecimentos, a imaginação e estimula a criatividade. Para tanto, o professor pode fazer uso de diversos materiais, em momentos de registro individual e coletivo, além de utilizar diferentes suportes, disponibilizando lápis de cor, giz de cera, tinta, cola colorida, carvão, enfim, inúmeros recursos que irão possibilitar a expressão livre e/ou direcionada. O estímulo ao desenho coletivo e/ou individual como forma de registro das discussões, estudos e passeios é um recurso imprescindível à prática pedagógica na Educação Infantil.

O convívio com a linguagem escrita, em suas diferentes manifestações, deve ser compreendido como uma atividade real e significativa. Ao professor cabe garantir esse processo, organizando as atividades e fornecendo informações necessárias à compreensão da linguagem escrita, na qualidade de objeto cultural e, historicamente, construído. Os diversos sistemas de escrita, elaborados pela humanidade, possibilitaram ao homem o registro de suas experiências, que se constituem, além de auxiliar a memória, na possibilidade de divulgar informações e conhecimentos, de comunicar-se, de identificar locais, objetos e pessoas, de expressar sentimentos e emoções.

É de Vigotski (1991, p. 133) a observação de que “o ensino tem que ser organizado de forma que a leitura e a escrita se tornem necessárias às crianças”, de modo que assumam significado, bem como, se tornem relevantes para a vida. Quando a escrita é compreendida como produto da atividade cultural, deflagrada pela humanidade, como resultado da necessidade de interação, pode-se inferir que, quanto mais constantes e de qualidade forem os atos de leitura e escrita realizados pelas crianças e pelos que estão ao seu redor, mais elementos elas terão para refletir sobre a língua e dela fazer uso. A defesa é a de que o encaminhamento metodológico referente à escrita seja efetivado a partir da exploração das funções sociais e situações de uso real, o que implica várias oportunidades de diálogo para analisar a diversidade de gêneros discursivos em suas várias manifestações, decorrentes das diferentes situações de uso, tais como: a identificação, o registro histórico, o planejamento de ações, a comunicação, o lazer e as fontes de informação.

Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação dos bebês e crianças pequenas são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação.

OBJETIVO GERAL

Promover o desenvolvimento das crianças em suas máximas possibilidades, por meio da apropriação das experiências das gerações anteriores para que sejam sujeitos históricos e sociais.

OBJETIVO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

Promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suportes e portadores. Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer.

Nesse sentido, propomos buscar a coerência entre as experiências que devem ser proporcionadas às crianças na Educação Infantil no campo de experiências ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO, no que se refere às práticas de leitura, e a vivência dessa experiência leitora de literatura pelos professores da Educação Infantil. Esse processo é denominado de homologia de processos que consiste em experienciar através de todo o processo de formação, as atitudes, modelos didáticos, capacidades e modos de organização que se pretende que venham a ser desempenhados nas práticas pedagógicas com as crianças. Isso significa que devemos ter com a literatura a mesma relação que propomos que nossas crianças da educação Infantil, desde os bebês, tenham.

As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e

garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua.

Ao professor compete criar contextos de interação em que a criança sinta-se segura para falar e, ao mesmo tempo, aprenda a ouvir os colegas, a formular e responder a perguntas em momentos de interação, dirigidos intencionalmente pelo(a) professor(a). Tais momentos transformam-se em práticas pedagógicas fundamentais à oralidade (ouvir e falar), por meio dos quais também se desenvolve, de forma gradativa, a atenção voluntária, à medida que é necessário responder a comandos específicos ou interagir com o outro entremeio ao seu relato ou exposição. Ao interagir, perguntando ao outro durante a sua exposição, exige-se que a criança inicie seu aprendizado no sentido de manter a atenção na exposição realizada pelo outro. A cultura escrita, isto é, ações de leitura e de escrita, e objetos portadores de leitura, tais como livros, revistas, jornais, folhetos, histórias em quadrinhos devem estar presentes nas escolas infantis”

QUADRO ORGANIZADOR DOS CONTEÚDOS DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO

Legenda: AT – ano todo.

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
(EI0/01EF01) Reconhecer quando é chamado por seu nome e reconhecer os nomes de pessoas com quem convive.							
SABERES E CONHECIMENTOS	❖ OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos Específicos	Bebês-0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças pequenas 2 e 3 anos	Crianças pequenas 4 e 5 anos	Trimestre
<ul style="list-style-type: none"> Identificação nominal. 	❖ Reconhecer a si mesmo e aos colegas, no convívio e no contato direto.	Reconhecimento oral do nome.	X				1º
	❖ Participar de brincadeiras e cantigas típicas envolvendo os nomes das crianças da sua convivência.	Reconhecimento de pessoas do convívio social.	X				2º
	❖ Vivenciar experiência em que outras crianças ou professores(as) e funcionários(as) citam seu nome.	Pessoas do ambiente escolar (professores, colegas e funcionários).	X				2º
	❖ Reconhecer seu nome quando chamado.	Reconhecimento oral do nome.					
(EI0/01EF02) Demonstrar interesse ao ouvir a leitura de poemas e a apresentação de músicas.							
<ul style="list-style-type: none"> Sons da língua e sonoridade das palavras (consciência fonológica). Prática de leitura (pelo 	❖ Participar de situações de escuta de poemas e músicas.	Percepção auditiva	X				1º
	❖ Ouvir histórias e músicas típicas e regionais.	Práticas de leitura	X				3º
	❖ Participar de brincadeiras de linguagem que explorem a sonoridade das palavras.	Músicas infantis (cantigas, rimas e parlendas)	X				1º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
professor(a).							
(EIO/01EF03) Demonstrar interesse ao ouvir histórias lidas ou contadas, observando ilustrações e os movimentos de leitura do adulto-leitor (modo de segurar o portador e de virar as páginas).							
<ul style="list-style-type: none"> • Escuta, observação e respeito à fala do outro e textos literários. • Prática de leitura pelo professor leitor. 	❖ Ouvir a história e observar seus elementos.	Organização da ação dramática.	X				2º
	❖ Ampliar a capacidade de seleção de sons e direcionamento da escuta.	Histórias infantis.músicas, cantigas	X				1º
	❖ Perceber os diferentes sons.	Percepção auditiva (Brincadeiras contadas).	X				2º
	❖ Imitar comportamentos do(a) professor(a) ou de seus colegas ao explorar livros.	Imitação, dramatização	X				2º
	❖ Escutar histórias lidas, contadas com fantoches, representadas em encenações, escutadas em áudios e outras situações.	Histórias	X				1º
(EIO/01EF04) Reconhecer elementos das ilustrações de histórias, apontando-os, a pedido do adulto-leitor.							
<ul style="list-style-type: none"> • Personagens e cenários. • Elementos das histórias. • Vocabulário. 	❖ Observar e manusear livros com imagens, apontando fotografias, figuras ou objetos conhecidos em ilustrações.	Literatura infantil	X				3º
	❖ Interagir a estímulos do(a) professor(a), no decorrer das contações de histórias.	recursos audiovisuais Caracterização de personagens Livros brinquedo	X				2º
(EIO/01EF05) Imitar as variações de entonação e gestos realizados pelos adultos, ao ler histórias e ao cantar.							
<ul style="list-style-type: none"> • Escuta, fala e expressões da língua. • Entonação de voz. • Linguagem oral e gestual. 	❖ Reproduzir sons e gestos realizados pelo professor(a), durante leitura de histórias ou ao cantar músicas.	Narração de histórias, fatos vividos e imaginados	X				2º
	❖ Responder a estímulos sonoros realizados durante a contação de história ou ao cantar músicas desenvolvendo reações como assustar-se, entristecer-se, alegrar-se, dentre outros.	Leitura e interpretação da ação dramática (gestos, espaços, expressão/ação)	X				3º
	❖ Comunicar-se por meio da vocalização, gestos ou movimentos nas situações de leitura de histórias	Dramatização Interpretação	X				3º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
	e ao cantar músicas.	Músicas					
(EI0/01EF06) Comunicar-se com outras pessoas usando movimentos, gestos, balbucios, fala e outras formas de expressão.							
<ul style="list-style-type: none"> • A comunicação e as suas funções sociais. • Linguagem oral. • Gestos e movimentos. 	❖ Interagir com o professor(a) e colegas por meio de diferentes formas.	Uso e função dos gestos	X				2º
	❖ Responder a estímulos sorrindo ou parando de chorar.	Afetividade, atenção e limites	X				1º
	❖ Responder com gestos e outros movimentos com a intenção de comunicar-se.	Reprodução de movimentos	X				2º
	❖ Executar gestos simples quando solicitada.	Gestos e movimentos básicos	X				A/T
	❖ Imitar sons e gestos realizados por outras pessoas.	Imitação Reprodução de movimentos	X				1º
(EI0/01EF07) Conhecer e manipular materiais impressos e audiovisuais em diferentes portadores (livro, revista, gibi, jornal, cartaz, CD, tablet etc.).							
<ul style="list-style-type: none"> • Materiais gráficos. • Diferentes usos e funções da língua falada e escrita. 	❖ Manipular livros com imagens simples e outros.	Relação oralidade/escrita	X				2º
	❖ Explorar diferentes tipos de materiais impressos imitando ações e comportamentos típicos de um leitor, como virar a página, apontar as imagens, gestos ou vocalizar na intenção de ler em voz alta o que está escrito.	Leitura visual	X				2º
(EI0/01EF08) Participar de situações de escuta de textos em diferentes gêneros discursivos (poemas, fábulas, contos, receitas, quadrinhas, anúncios etc.).							
<ul style="list-style-type: none"> • Situações de escuta. 	❖ Participar de situações de escuta de diferentes gêneros discursivos como: poemas, quadrinhas, histórias, cantigas e outros.	Leitura visual	X				2º
	❖ Escutar poemas, histórias e canções brincando com tecidos e outros materiais.	Práticas de leitura	X				3º
(EI0/01EF09) Conhecer e manipular diferentes instrumentos e suportes de escrita.							
<ul style="list-style-type: none"> • Materiais e tecnologias para 	❖ Participar de situações significativas de leitura e escrita, tendo o(a) professor(a) como leitor e escriba.	Representação de idéias (desenho, colagem, modelagem, dobradura entre outros)	X				2º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO						
a produção da escrita.	❖ Manipular revistas, jornais, livros e outros materiais impressos.	Materiais impressos e tecnológicos	X			3º
	❖ Manusear suportes textuais de materiais diversos: plástico, tecido, borracha, papel, dentre outros.	Materiais impressos e tecnológicos	X			3º
	❖ Reconhecer os livros demonstrando preferência por algumas histórias ouvidas.	Materiais impressos e tecnológicos	X			3º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
(EI01EF01) Dialogar com crianças e adultos, expressando seus desejos, necessidades, sentimentos e opiniões.							
SABERES E CONHECIMENTOS	❖ OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos Específicos	Bebês-0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças pequenas 2 e 3 anos	Crianças e 4 e 5 anos	Trimestre
<ul style="list-style-type: none"> Palavras e expressões da língua em situações de uso social. Linguagem oral. 	❖ Expressar sentimentos e emoções por meio de diferentes linguagens, como a dança, o desenho, a música, a linguagem oral e gestos.	Expressão nas diferentes formas de linguagem		X			1º
	❖ Interagir com outras crianças, fazendo uso de diferentes linguagens tentando se fazer entender.	Articulação de sons e palavras.		X			2º
	❖ Reconhecer-se quando é chamado.	Percepção auditiva.		X			1º
	❖ Reconhecer na oralidade o próprio nome e o das pessoas com quem convive.	Percepção auditiva.		X			1º
	❖ Usar gestos e articulação de algumas palavras para se fazer entender.	Construção da consciência fonológica.		X			2º
	❖ Participar de brincadeiras que estimulem a relação dialógica entre o(a) professor(a)/criança e criança/criança.	Sequência de ideias.		X			2º
	❖ Utilizar palavras e expressões da língua para se	Palavras e expressões da língua e sua		X			1º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
	comunicar.	pronúncia.					
	❖ Ampliar o vocabulário utilizado para se expressar.	Ampliação do vocabulário.		X			2º
	❖ Escutar o outro.	Escuta e respeito pela fala do outro.		X			1º
(EI01EF02) Identificar e criar diferentes sons e reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos.							
<ul style="list-style-type: none"> • Linguagem oral. • Sonorização, rimas e aliterações. 	❖ Vivenciar brincadeiras com outras crianças e professores(as) acompanhando parlendas.	Brincadeiras de roda cantadas/parlendas.		X			2º
	❖ Participar de brincadeiras cantadas.	Brincadeiras de roda cantadas/parlendas		X			A/T
	❖ Escutar, imitar e participar de cantigas e músicas com diferentes sons e rimas.	Organização da ação dramática a partir de: -Fatos vividos, imaginados;		X			3º
	❖ Participar de brincadeiras de linguagem que exploram a sonoridade das palavras percebendo rimas e aliterações.	Consciência fonológica.		X			1º
	❖ Imitar diferentes sons da fala, de animais, barulhos, músicas e outros.	Ampliação do vocabulário.		X			1º
	❖ Participar de momentos de apreciação de textos poéticos.	Momentos de prática de leitura pelo educador		X			1º
(EI01EF03) Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações, e acompanhando, com orientação do adulto-leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita).							
<ul style="list-style-type: none"> • Escuta, observação e respeito à fala do outro e textos literários. • Sensibilidade estética em relação aos textos literários. (Gosto) • Aspectos gráficos da escrita. 	❖ Participar de momentos de contação: poesias e outros gêneros literários.	Contação de histórias infantis.		X			A/T
	❖ Escutar as leituras de histórias, poemas e músicas.	Momentos de prática de leitura pelo educador		X			A/T
	❖ Participar de momentos de leituras de textos em que o(a) professor(a) realiza a leitura apontada.	Contação de histórias infantis.		X			A/T
	❖ Ter contato com diferentes gêneros discursivos, observando ilustrações, identificando sua relação com o texto lido.	Diferentes gêneros discursivos: - Poema - Música - Parlendas - Trava-línguas - Adivinhas - Quadrinhas					3º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
<ul style="list-style-type: none"> Formação e ampliação de vocabulário. 		- Cartaz - Receita - Fábulas					
	❖ Ouvir o nome e identificar objetos, pessoas, fotografias, gravuras, palavras e outros elementos presentes nos textos.	Reconhecimento de ideias presentes em símbolos diversos (desenhos, gravuras, gestos, palavras, figuras de linguagem, entre outros).		X			2º
(EI01EF04) Formular e responder perguntas sobre fatos da história narrada, identificando cenários, personagens e principais acontecimentos.							
<ul style="list-style-type: none"> Linguagem oral em suas diversas funções e usos sociais. Fatos e personagens da história narrada. 	❖ Participar de variadas situações de comunicação, escutando as narrativas de histórias e acontecimentos.	Rodas de conversa, contação de histórias, ginástica historiada, etc.		X			1º
	❖ Reconhecer alguns personagens das histórias, cenários, associando alguns acontecimentos.	Reprodução das ideias de acordo com a história ouvida por meio da fala, gestos, apontamentos, entre outros.		X			2º
	❖ Responder perguntas referentes à história apontando para personagens e cenários.	Exposição oral das ideias com sequência e concordância nos relatos.		X			1º
	❖ Realizar tentativas de oralizar o nome de alguns personagens das histórias contadas.	Coerência na exposição de ideias.		X			2º
	❖ Identificar a história pela capa do livro.	Identificação de histórias		X			A/T
(EI01EF05) Relatar experiências e fatos acontecidos, histórias ouvidas, filmes ou peças teatrais assistidos etc.							
<ul style="list-style-type: none"> Expressividade pela linguagem oral e gestual. Palavras e expressões da língua e sua pronúncia. 	❖ Participar de variadas situações de comunicação.	Características gráficas.		X			3º
	❖ Expressar-se por meio de palavras transmitindo suas necessidades, desejos, sentimentos e percepção de mundo em relação às histórias ouvidas e recursos audiovisuais observados.	Relatos de experiências vividas.		X			2º
	❖ Emitir sons articulados e gestos observados nos recursos textuais e audiovisuais.	Articulação de sons e palavras.		X			1º
	❖ Expressar-se em conversas e brincadeiras, ampliando seu vocabulário.	Ampliação do vocabulário.		X			1º
(EI01EF06) Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos.							

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
• Reconto de histórias.	de	❖ Ouvir e nomear objetos, pessoas, personagens, fotografias e gravuras.	Relatos de experiências, fatos, ações, histórias, entre outros.		X		2º
		❖ Reconhecer histórias a partir de imagens.	Linguagem visual.		X		1º
• Relação entre imagem e narrativa.	entre e	❖ Oralizar histórias contadas, a seu modo, com apoio de imagens.	Criação e reconto de histórias.		X		2º
(EI01EF07) Manusear diferentes portadores textuais, demonstrando reconhecer seus usos sociais.							
• Usos e funções da escrita.		❖ Manipular revistas, livros, cartazes, e outros, ouvindo e conhecendo sobre seus usos sociais.	Funções sociais da leitura e escrita em atividades cotidianas. (Símbolos convencionais e diferentes).		X		3º
		❖ Participar de experiências que utilizem como recurso os portadores textuais como fonte de informação: revistas, jornais, livros, embalagens, rótulos.	Cultura escrita (Prática de leitura de diferentes gêneros textuais veiculados em diferentes suportes textuais).		X		2º
• Gêneros e suportes de textos.							
(EI01EF08) Manipular textos e participar de situações de escuta para ampliar seu contato com diferentes gêneros discursivos (parlendas, histórias de aventura, tirinhas, cartazes de sala, cardápios, notícias etc.).							
• Gêneros discursivos, seus autores, características e suportes.		❖ Participar de situações de escuta envolvendo diferentes gêneros discursivos.	Prestar atenção na fala do outro por meio da apreciação.		X		1º
		❖ Vivenciar experiências lúdicas em contato com diferentes textos.	Organização da ação dramática a partir de: - Fatos vividos - Imaginados - Contos de fadas - Brincadeiras - Histórias infantis, etc.		X		2º
		❖ Ter contato com diferentes suportes textuais, observando e manipulando: jornal, livro de receitas, revistas, embalagens, rótulos (latas, caixas), dentre outros.	Suportes da escrita.		X		2º
(EI01EF09) Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos.							
• Marcas gráficas.		❖ Presenciar situações significativas de leitura e escrita.	Ideia de representação: escrita pictográfica (escrita respresentada por desenhos), ideográfica (representa ideias por símbolos) e alfabética.		X		3º
• Sensibilização		❖ Ter contato visual com sua imagem (fotografia), juntamente com a escrita do nome.	Uso e função dos símbolos.		X		2º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
para a escrita.	❖ Produzir marcas gráficas com diferentes suportes de escrita, conhecendo suas funções.	Tentativas de registros (garatujas).		X			1º
	❖ Vivenciar registros em diferentes suportes: papel, papelão, plástico, piso, dentre outros.	Materiais variados para produção da escrita e seus diferentes usos.		X			2º
	❖ Manipular revistas, jornais, livros e outros materiais impressos.	Exploração dos diversos suportes da escrita		X			2º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
(EI02/03EF01) Dialogar com crianças e adultos, expressando seus desejos, necessidades, sentimentos e opiniões.							
SABERES E CONHECIMENTOS	❖ OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos Específicos	Bebês- 0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças pequenas 2 e 3 anos	Crianças 4 e 5 anos	Trimestre
<ul style="list-style-type: none"> • A língua portuguesa falada, em suas diversas funções e usos sociais. • Vocabulário. 	❖ Expressar suas ideias, sentimentos e emoções por meio de diferentes linguagens, como a dança, o desenho, a mímica, a música, e a linguagem oral.	Exposição de ideias por meio de diferentes linguagens			X		A/T
	❖ Interagir com outras crianças fazendo uso da linguagem oral e tentando se fazer entender.	Interação por meio da linguagem oral			X		A/T
	❖ Ampliar gradativamente o seu vocabulário.	Ampliação do vocabulário			X		A/T
	❖ Participar de variadas situações de comunicação.	Ampliação do vocabulário			X		A/T
	❖ Oralizar sobre suas atividades na instituição ou em vivências fora dela.	Ampliação do vocabulário			X		A/T
	❖ Iniciar diálogos estruturados e ter atenção ao escutar o outro, com auxílio do (a) professor (a).	-Diálogos			X		A/T
	❖ Interagir com outras pessoas por meio de situações mediadas pelo (a) professor (a).	-Interação social mediada			X		A/T
	❖ Responder a perguntas simples.	Objetividade			X		A/T
	❖ Participar de variadas situações de comunicação utilizando diversas linguagens.	Comunicação social			X		A/T
	❖ Oralizar sobre suas atividades na instituição.	Exposição oral das ideias			X		A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
	❖ Nomear objetos, pessoas, fotografias, gravuras.	Consciência fonológica			X		A/T
	❖ Interagir com outras pessoas por meio de situações comunicativas mediadas pelo(a) professor(a).	-Interação social mediada			X		A/T
	❖ Ampliar o vocabulário utilizado para se expressar.	Ampliação do vocabulário			X		A/T
	❖ Ampliar seu vocabulário por meio de músicas, narrativas, poemas, histórias, contos, parlendas, conversas e brincadeiras, para desenvolver sua capacidade de comunicação.	Ampliação do vocabulário			X		A/T
	❖ Compreender o uso social da linguagem oral e escrita como meio de comunicação e diálogo.	Uso social da linguagem			X		A/T
	❖ Falar e escutar atentamente, em situações do dia a dia, para interagir socialmente.	Relato de experiências			X		A/T
	❖ Utilizar expressões de cortesia: cumprimentar, agradecer, despedir-se e outros.	Valores/respeito			X		A/T
	❖ Combinar palavras para se expressar usando verbos e adjetivos.	Concordância nominal e verbal			X		A/T
(EI02/03EF02) Identificar e criar diferentes sons e reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos.							
<ul style="list-style-type: none"> ● Linguagem oral. ● Gêneros discursivos. ● Rimase aliterações. ● Sons da língua e sonoridade das palavras. ● Sons e ritmos. ● Manifestações culturais. ● Consciência fonológica. 	❖ Identificar sons da natureza e de objetos da cultura humana.	Sons naturais e artificiais			X		A/T
	❖ Explorar sons e ritmos, por meio de brinquedos e materiais recicláveis.	Propriedades dos objetos			X		A/T
	❖ Utilizar materiais estruturados e não estruturados para criar sons rítmicos ou não.	Materiais estruturados e não estruturados			X		A/T
	❖ Participar e interagir em situações que envolvam cantigas de roda e textos poéticos.	Reprodução e criação do movimento e da fala			X		A/T
	❖ Explorar a sonoridade das palavras reconhecendo rimas e aliterações, com mediação do(a) professor(a).	Articulação de sons e palavras			X		A/T
	❖ Participar de situações que desenvolvam a percepção das rimas durante a escuta de músicas.	Percepção auditiva			X		A/T
	❖ Ouvir poesias, parlendas, histórias e brincadeiras, produzindo diferentes entonações e ritmos.	Memória auditiva			X		A/T
	❖ Criar sons enquanto canta.	Musicalização			X		A/T
❖ Conhecer textos poéticos e cantigas de roda típicos da sua cultura.	Valores culturais			X		A/T	

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
	❖ Recitar poesias e parlendas criando diferentes entonações e ritmos.	Musicalização			X		A/T
	❖ Explorar a sonoridade das palavras reconhecendo sons, rimas, sílabas e aliterações.	Ampliação do vocabulário			X		A/T
	❖ Conhecer textos poéticos típicos da sua cultura.	Valores culturais			X		A/T
	❖ Declamar textos poéticos conhecidos nas brincadeiras.	Oralidade/declamação			X		3°
	❖ Ouvir poemas, parlendas, trava-línguas e outros gêneros do discurso.	Contação de histórias			X		A/T
(EI02/03EF03) Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações, e acompanhando, com orientação do adulto-leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita).							
<ul style="list-style-type: none"> ● Escrita e ilustração. ● Direção de leitura: de cima para baixo, da esquerda para a direita. ● Escuta, observação e respeito à fala do outro. ● Sensibilidade estética em relação aos textos literários. ● Aspectos gráficos da escrita. ● Vocabulário. ● Gêneros discursivos. 	❖ Ouvir, visualizar e apreciar histórias.	Suportes da escrita			X		3°
	❖ Manusear diferentes portadores textuais e ouvir sobre seus usos sociais.						
	❖ Observar as ilustrações dos livros buscando identificar sua relação com o texto lido.	Leitura intuitiva			X		A/T
	❖ Fazer uso de diferentes materiais e recursos gráficos para produzir suas ilustrações.	Desenhos livres			X		A/T
	❖ Apreciar e participar de momentos de contação de histórias com base em imagens.	Momentos de prática de leitura			X		A/T
	❖ Participar de momentos de leitura de textos em que o(a) professor(a) realiza a leitura apontada percebendo que palavras representam ideias.	Prática de leitura pelo educador			X		A/T
	❖ Identificar a história pela capa do livro.	Percepção visual			X		A/T
	❖ Perceber que imagens e palavras representam ideias e têm relação com o texto lido.	Memória visual			X		A/T
	❖ Reconhecer as ilustrações/ figuras de um livro.	Percepção visual			X		A/T
	❖ Diferenciar desenho de letra/escrita.	Prática de leitura pelo educador			X		A/T
	❖ Participar de jogos que relacionem imagem e palavras.	Prática de leitura pelo educador			X		A/T
❖ Perceber características da língua escrita: orientação e direção da escrita em situações de uso social, mediadas pelo(a) professor(a).	Prática de leitura pelo educador			X		A/T	

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
<ul style="list-style-type: none"> Portadores textuais, seus usos e funções. Linguagem escrita. Representação da escrita. 	❖ Ouvir e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos.	Prática de leitura pelo educador			X		A/T
	❖ Participar de momentos em que o(a) professor(a) realiza leitura apontada.	Prática de leitura pelo educador			X		A/T
	❖ Vivenciar situações de leitura e escrita tendo o(a) professor(a) como escriba de listas, bilhetes, recados, convites, cantigas, receitas e histórias, para compreender a função social das mesmas.	Função social da leitura e escrita			X		A/T
(EI02/03EF04) Formular e responder perguntas sobre fatos da história narrada, identificando cenários, personagens e principais acontecimentos.							
<ul style="list-style-type: none"> Língua Portuguesa falada, em suas diversas funções e usos sociais. Gêneros discursivos orais. Fatos da história narrada. Características gráficas: personagens e cenários. Vocabulário. 	❖ Reconhecer cenários de diferentes histórias.	Espaço cênico			X		A/T
	❖ Identificar os personagens principais das histórias, nomeando-os.	Personagens da história			X		A/T
	❖ Responder a questionamentos sobre as histórias narradas.	Consistência argumentativa			X		A/T
<ul style="list-style-type: none"> Interpretação e compreensão de textos. 	❖ Identificar características dos personagens das histórias, utilizando seus adereços em suas brincadeiras de faz de conta.	Caracterização de personagens			X		A/T
	❖ Identificar personagens e/ou cenários e descrever suas características.	Interpretação da ação dramática			X		A/T
	❖ Formular hipóteses e perguntas sobre fatos da história narrada, personagens e cenários.	Interpretação da ação dramática			X		A/T
	❖ Brincar de imitar personagens das histórias ouvidas.	Imitação/faz de contas			X		A/T
	❖ Oralizar sobre fatos e acontecimentos da história	Fatos vividos			X		A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
	ouvida.						
	❖ Ouvir e participar de narrativas compreendendo o significado de novas palavras, ampliando o seu vocabulário.	Enriquecimento do vocabulário			X		A/T
	❖ Ordenar partes do texto segundo a sequência da história apontado por ilustrações.	Sequência de ideias			X		A/T
(EI02/03EF05) Relatar experiências e fatos acontecidos, histórias ouvidas, filmes ou peças teatrais assistidos etc.							
<ul style="list-style-type: none"> ● Vivências culturais: histórias, filmes ou peças teatrais. ● Expressividade pela linguagem oral. ● A Língua Portuguesa falada, em suas diversas funções e usos sociais. ● Palavras e expressões da língua e sua pronúncia. ● Vocabulário. ● Relação entre imagem ou tema e narrativa. ● Organização da narrativa 	❖ Expressar-se verbalmente em conversas, narrações e brincadeiras, ampliando seu vocabulário.	Oralidade			X		A/T
	❖ Participar de conversas em grandes e pequenos grupos.	Exposição de ideias na coletividade			X		A/T
	❖ Responder perguntas sobre experiências e fatos do cotidiano.	Reprodução oral das ideias			X		A/T
	❖ Fazer tentativas de recontar histórias, identificando seus personagens e elementos.	Reprodução oral das ideias			X		A/T
	❖ Participar de relatos de acontecimentos vividos ou observados (histórias ouvidas, filmes e/ou peças teatrais, com auxílio do professor).	Sequência de ideias			X		A/T
	❖ Relatar suas experiências pessoais, escutando o relato dos colegas, com auxílio do professor.	-Recursos de comunicação			X		A/T
	❖ Recontar histórias ouvidas, filmes e/ou peças de teatro identificando seus personagens e elementos.	Contação de histórias			X		A/T
	❖ Conhecer o conteúdo de diferentes mensagens em diversos contextos.	Identificação de diferentes mensagens			X		A/T
	❖ Assistir a filmes ou peças teatrais e ouvir histórias compreendendo as mensagens principais.	Compreensão de fatos narrados			X		A/T
	❖ Relatar acontecimentos vividos.	Sequência de ideias, Objetividade			X		A/T
	❖ Pedir e atender a pedidos, dar e ouvir recados.	Comunicar e expressar ideias, transmitir recados			X		A/T
	❖ Aprimorar as competências comunicativas orais.	Articulação de sons e palavras			X		A/T
❖ Participar de situações de conversas em grandes e pequenos grupos ou duplas, relatando suas experiências pessoais, escutando o relato dos colegas.	Roda de conversa			X		A/T	

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
considerando tempo e espaço.							
(EI02/03EF06) Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos.							
<ul style="list-style-type: none"> • Criação e reconto de histórias. • A Língua Portuguesa falada, em suas diversas funções e usos sociais. • Relação entre imagem e narrativa. 	❖ Oralizar contextos e histórias contadas, a seu modo.	Práticas espontâneas de leitura por parte do aluno.			X		A/T
	❖ Recontar histórias ao brincar de faz de conta.	Reproduzir histórias, interpretação			X		A/T
	❖ Ouvir e nomear objetos, pessoas, personagens, fotografias e gravuras para ampliar o vocabulário.	Oralidade			X		A/T
	❖ Relacionar diferentes histórias conhecidas.	Histórias infantis			X		A/T
	❖ Reproduzir partes da história ouvida, com auxílio dos colegas e do(a) professor(a).	Leitura compartilhada			X		A/T
	❖ Simular leituras por meio de brincadeiras de faz de conta.	Leitura compartilhada			X		A/T
	❖ Contar ou criar histórias com ou sem o apoio de imagens, ou fotografias.	Contação de histórias			X		A/T
	❖ Narrar situações do dia a dia no sentido de manifestar experiências vividas e ouvidas.	Exposição de ideias			X		A/T
	❖ Participar de situações em que é convidado a contar ou criar histórias com ou sem o apoio de imagens, fotografias ou temas disparadores.	Narração de histórias			X		A/T
❖ Contar histórias criadas ou memorizadas ao professor (a).				X		A/T	
❖ Reproduzir partes da história ouvida mantendo a sequência dos fatos.	Histórias sequenciadas (Macaco Vanderlei, Casa Sonolenta, A Lagarta Comilona, O Grande Rabanete)			X		A/T	
(EI02/03EF07) Manusear diferentes portadores textuais, demonstrando reconhecer seus usos sociais.							
<ul style="list-style-type: none"> • Usos e funções da escrita. • Suportes de textos. 	❖ Conhecer diferentes portadores textuais.	Portadores textuais			X		2°
	❖ Manipular jornais, revistas, livros, cartazes e outros, ouvindo sobre seus usos sociais.	Manuseio de materiais impressos			X		3°
	❖ Participar de experiências que utilizem como recurso os portadores textuais como fonte de informação: revistas, jornais, livros, dentre outros.	Fonte de informação			X		3°

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
	❖ Folhear livros contando suas histórias para seus colegas, em situações de livre escolha.	Estímulos visuais			X		A/T
	❖ Participar de situações de contato da escrita do próprio nome em diferentes portadores (crachás, listas de chamada, aniversário, ajudante do dia).	História do nome			X		1°
	❖ Conhecer o uso social de diferentes suporte textuais.	Suporte de textos			X		A/T
	❖ Folhear livros contando suas histórias para seus colegas.	Historias no dia a dia			X		A/T
	❖ Identificar o próprio nome em diferentes suportes.	Reconhecimento do próprio nome			X		1°
	❖ Conhecer os meios de comunicação utilizados no cotidiano.	Meios de comunicação			X		2°
(EI02/03EF08) Manipular textos e participar de situações de escuta para ampliar seu contato com diferentes gêneros discursivos (parlendas, histórias de aventura, tirinhas, cartazes de sala, cardápios, notícias etc.).							
● Gêneros discursivos, seus autores, características e suportes.	❖ Apreciar e participar de momentos de contação de histórias realizados de diferentes maneiras.	Momentos de prática de leitura			X		A/T
	❖ Ouvir parlendas e brincar recitando-as.	Parlendas			X		2°
	❖ Ouvir histórias e outros gêneros do discurso: poemas, literatura popular, lendas, músicas etc., por prazer/apreciação.	Cultura escrita			X		3°
	❖ Participar de situações de escuta envolvendo diferentes gêneros do discurso, percebendo suas funções.	Escuta atenta			X		A/T
	❖ Vivenciar experiências lúdicas em contato com diferentes textos.	Ludicidade			X		A/T
	❖ Participar de situações de exploração de portadores de diferentes gêneros do discurso em brincadeiras ou atividades em pequenos grupos.	Coletividade			X		A/T
● Sensibilidade estética com relação aos	❖ Explorar suportes de diferentes gêneros do discurso, percebendo as diferenças entre eles.	Diferenças entre gêneros do discurso			X		3°
	❖ Ouvir e apreciar histórias e outros gêneros do discurso, como poemas, literatura popular, parlendas e músicas percebendo suas funções.	Apreciação de diferentes gêneros discursivos			X		3°
	❖ Identificar suportes e gêneros do discurso que sejam típicos de sua cultura.	Gêneros culturais			X		3°
	❖ Explorar o jornal como fonte de informação.	Fontes de informação			X		3°

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO								
textos.	❖ Ouvir histórias contadas por outras pessoas dentro da instituição: avós, irmãos, pais e outros.	Interação escola/família			X			2°
	❖ Ouvir histórias em outros espaços próximos à instituição: praças, bibliotecas, escolas e outros.	Contação de histórias em espaços externos			X			A/T
	❖ Escolher livros de literatura e "lê-los" à sua maneira.	Literatura Infantil			X			A/T
(EI02/03EF09) Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos.								
<ul style="list-style-type: none"> ● Sensibilização para a escrita. ● Instrumentos e tecnologias variadas para a produção da escrita: lápis, caneta, giz, computador e seus diferentes usos. ● Marcas gráficas de representação da escrita. 	❖ Reconhecer seus desenhos como uma forma de comunicação.	Registro de ideias: desenho			X			3°
	❖ Produzir marcas gráficas com diferentes materiais e instrumentos, em diferentes suportes de escrita.	Tentativas de registro			X			3°
	❖ Rabiscar, pintar, desenhar, modelar, colar à sua maneira, dando significado às suas ideias, aos pensamentos e às sensações.	Significados de ideias			X			3°
	❖ Presenciar situações significativas de leitura e escrita para compreender a sua função social.	Função social da leitura e da escrita			X			3°
	❖ Manipular revistas, jornais, livros e outros materiais impressos para conhecer diferentes suportes de leitura e escrita.	Suportes de leitura e escrita			X			3°
	❖ Interagir com livros e letras de materiais resistentes e adequados à faixa etária (Ex. Livros de banho, letras de madeira e outros).	Suportes de leitura e escrita			X			3°
<ul style="list-style-type: none"> ● Sensibilização para a escrita. ● Marcas gráficas: desenhos, letras, números. ● Sistema alfabético de representação da escrita e mecanismos de escrita. ● Escrita do nome. 	❖ Expressar-se utilizando diversos suportes, materiais, instrumentos e técnicas.	Técnicas de escrita			X			3°
	❖ Utilizar diversos suportes de escrita para desenhar e escrever espontaneamente: cartolina, sulfite, craft, livros, revistas e outros.	Materiais de apoio			X			3°
	❖ Conhecer a escrita do seu nome para identificá-lo em situações diversas, progressivamente.	Reconhecimento do nome			X			3°
	❖ Fazer uso de garatujas com a intenção de uma comunicação escrita.	Tentativas de registros (garatujas)			X			3°

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
• Suportes de escrita.							

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
(EI04/05EF01) Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotografias, desenhos e outras formas de expressão.							
SABERES E CONHECIMENTOS	❖ OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos Específicos	Bebês- 0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças bem pequenas 2 e 3 anos	Crianças pequenas 4 e 5 anos	Trimestre
<ul style="list-style-type: none"> • A Língua Portuguesa falada, suas diversas funções e usos sociais. • Palavras e expressões da língua. • Vocabulário. • Linguagem escrita, suas funções e usos sociais. • Registro gráfico como expressão de conhecimentos, ideias e sentimentos. 	❖ Comunicar-se, oralmente, com diferentes intenções, em diferentes contextos e com diferentes interlocutores, em situações mediadas ou não pelo(a) professor(a).	Relatos (experiências, fatos, ações, histórias, descrição).				X	A/T
	❖ Exercitar a escuta do outro com atenção, esperando sua vez de falar.	Direitos e deveres (combinados da turma).				X	A/T
	❖ Ampliar seu vocabulário aprimorando sua capacidade de comunicação, relatando fatos ouvidos e vividos.	linguagem oral expressão de desejos,				X	A/T
	❖ Usar da escrita espontânea e de desenhos para comunicar ideias e conhecimentos aos colegas e professores(as).	Registro de ideias/significados: desenho, linguagem plástica e tentativa de registro.				X	A/T
	❖ Elaborar hipóteses sobre a escrita para aproximar-se progressivamente do uso social e convencional da língua.	Usos e funções dos símbolos convencionais/desenhos, letras.				X	A/T
	❖ Participar de variadas situações de comunicação oral expressando suas ideias com progressiva clareza.	Contação de histórias, leitura de imagens.				X	A/T
	❖ Argumentar sobre suas ideias, em diferentes situações de comunicação, defendendo seu ponto de vista e ampliando sua capacidade comunicativa.	Exposição oral de ideias e opiniões, consequência, objetividade, argumentação.				X	A/T
	❖ Produzir narrativas orais e escritas (desenhos), em	Relato de experiências vividas e/ou				X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO								
<ul style="list-style-type: none"> ● Oralidade escuta. ● Linguagem oral. ● Relato: descrição do espaço, personagens e objetos. ● Sequência dos fatos. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ situações que apresentem função social significativa. 	<ul style="list-style-type: none"> contação de histórias infantis. 						
	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Apresentar relatos, orais de suas vivências com coerência aos fatos, a temporalidade e às situações de interlocução (perguntas que surgirem). 	<ul style="list-style-type: none"> Relato de experiências pessoais, histórias familiares e acontecimentos. 					X	A/T
	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Elaborar perguntas e respostas para explicitar suas dúvidas, compreensões e curiosidades. 	<ul style="list-style-type: none"> Expedição investigativa. 					X	A/T
	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Participar de produções de textos coletivos, tendo o professor como escriba. 	<ul style="list-style-type: none"> Diversos suportes da escrita (cartazes, livros, passeios e etc). 					X	A/T
(EI04/05EF02) Inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmos.								
<ul style="list-style-type: none"> ● Linguagem oral. ● Rimas e aliterações. ● Sons da língua e sonoridade das palavras. ● Ritmo. ● Cantigas de roda. ● Textos poéticos. ● Consciência fonológica. ● Manifestações culturais. ● Expressão gestual, dramática e corporal. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Participar de brincadeiras, cantigas de roda, textos poéticos e músicas que explorem a sonoridade das palavras (sons, rimas, sílabas e aliterações). 	<ul style="list-style-type: none"> Leitura compartilhada, brincadeiras ritmadas, recriar sons ouvidos. 					X	A/T
	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Interagir em situações orais discriminando os sons da língua e a sonoridade das palavras. 	<ul style="list-style-type: none"> Construção da consciência fonológica, 					X	A/T
	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Participar de situações de recitação de poesias e parlendas, respeitando ritmo e entonação. 	<ul style="list-style-type: none"> articulação de sons e palavras. 					X	A/T
	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Conhecer poemas, parlendas, trava-línguas e outros gêneros discursivos, explorando rimas, aliterações e ritmos. 	<ul style="list-style-type: none"> gêneros discursivos, 					X	2º
	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Conhecer cantigas e textos poéticos típicos de sua cultura. 	<ul style="list-style-type: none"> gêneros discursivos, 					X	2º
	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Reconhecer e criar rimas em atividades envolvendo a oralidade e imagens. 	<ul style="list-style-type: none"> articulação de sons e palavras. 					X	A/T
	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Recriar brincadeiras cantadas (trava-línguas, cantigas, quadrinhas), com auxílio do(a) professor(a) explorando rimas, aliterações e ritmos. 	<ul style="list-style-type: none"> articulação de sons e palavras. 					X	A/T
(EI04/05EF03) Escolher e folhear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando identificar palavras conhecidas.								
<ul style="list-style-type: none"> ● Direção de leitura: de cima para baixo, da esquerda para a 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Escolher e contar histórias, a sua maneira, para outras crianças. 	<ul style="list-style-type: none"> práticas de leitura 					X	A/T
	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Escolher livros de sua preferência, explorando suas ilustrações e imagens para imaginar as histórias. 	<ul style="list-style-type: none"> práticas de leitura 					X	A/T
	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Reconhecer as ilustrações/figuras de um livro 	<ul style="list-style-type: none"> Leitura imagética. 					X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
direita.	realizando inferências.						
● Patrimônio cultural e literário.	❖ Perceber as características da língua escrita: orientação e direção da escrita.	Organização e orientação espacial (leitura do apontada, história infantil, leitura do alfabeto, etc)				X	A/T
● Sensibilidade estética com relação aos textos literários.	❖ Associar imagens e palavras na representação de ideias, em diferentes suportes textuais.	Função social da escrita (placas e rótulos).				X	A/T
● Aspectos gráficos da escrita.	❖ Participar coletivamente da leitura e escrita de listas, bilhetes, recados, convites, cantigas, textos, receitas e outros, tendo o(a) professor(a) como leitor e escreva.	leitura e escrita de diversos gêneros discursivos.				X	A/T
● Vocabulário.	❖ Manusear diferentes portadores textuais, e ouvir sobre seus usos sociais.	Exploração de diversos portadores textuais				X	A/T
● Gêneros discursivos.	❖ Participar de situações de escrita, com a mediação do(a) professor(a).	Construção da escrita em diferentes contextos.				X	A/T
● Portadores textuais, seus usos e funções.	❖ Relacionar as ilustrações com a história e com palavras conhecidas.	Tentativa de escrita.				X	A/T
● Diferentes usos e funções da escrita.	❖ Ordenar ilustrações do gênero discursivo trabalhado, realizando tentativas de associação às palavras.	Sequência cronológica de imagens				X	2º
● Interpretação e compreensão de textos.	❖ Relacionar palavras ouvidas ou conhecidas tendo o(a) professor(a) como escreva.	Relação imagem/escrita.				X	A/T
● Sistema alfabético de representação da escrita e mecanismos de escrita.	❖ Diferenciar desenho de letra/escrita, relacionando-os à função social.	Relação oralidade e escrita.				X	A/T
	❖ Levantar hipóteses sobre gêneros discursivos veiculados em portadores conhecidos, recorrendo a estratégias de observação gráfica.	Reconhecimento de ideias presentes em símbolos.				X	2º
(EI04/05EF04) Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os personagens e estrutura da história.							

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
<ul style="list-style-type: none"> ● Dramatização. ● Criação de histórias. ● Interpretação e compreensão textual. ● Linguagem oral. ● Fatos da história narrada. ● Características gráficas: personagens e cenários. ● Vocabulário. ● Narrativa: organização e sequenciação de ideias. ● Elaboração de roteiros: Desenvolvimento da história, personagens e outros. ● Roteiro: personagens, trama e cenários. 	❖ Oralizar sobre fatos e acontecimentos da história ouvida.	Organização da ação dramática fatos vividos e/ou imaginados, contos de fada, literatura infantil, representação de papéis de pessoas do seu convívio e etc.					X A/T
	❖ Relatar fatos e ideias com começo, meio e fim.	Organização da ação dramática					X A/T
	❖ Criar narrativas sobre fatos do dia a dia, com auxílio do(a) professor(a) para serem expressas por meio de dramatizações.	fatos vividos e/ou imaginados, contos de fada, literatura infantil,					X A/T
	❖ Ajudar a compor personagens e cenários de modo coerente aos contextos da história.	representação de papéis de pessoas do seu convívio e etc.					X A/T
	❖ Responder a questionamentos sobre as histórias narradas.	contos de fada, literatura infantil,					X A/T
	❖ Identificar personagens, cenários, sequência cronológica, ação e intenção dos personagens.	contos de fada, literatura infantil,					X A/T
	❖ Desenvolver escuta atenta da leitura feita pelo(a) professor(a), em diversas ocasiões, sobretudo nas situações que envolvem diversidade textual, ampliando seu repertório linguístico.	literatura infantil,					X A/T
	❖ Participar da construção coletiva de roteiros de vídeos ou encenações.	ideia de representação do movimento (gestos, mímicas e expressões faciais).					X A/T
	❖ Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos.	Leitura e interpretação dramática					X A/T
❖ Reconhecer cenários de diferentes histórias e estabelecer relações entre os mesmos.	Organização e coerência na exposição de ideias.					X A/T	

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
(EI04/05EF05) Recontar histórias ouvidas para produção de reconto escrito, tendo o(a) professor(a) como escriba.							
<ul style="list-style-type: none"> ● Relato de fatos e situações com organização de ideias. ● Criação e reconto de histórias. ● Expressividade pela linguagem oral e gestual. ● Vocabulário. ● Relação entre imagem ou tema e narrativa. ● Organização da narrativa considerando tempo e espaço. ● Estratégias e procedimentos para leitura e produção de textos. ● Símbolos. 	❖ Recontar histórias ouvidas, com entonação e ritmo adequados aos fatos narrados, utilizando recursos.	Expressão verbal linguagem oral comunicação de forma intencional.				X	A/T
	❖ Participar da elaboração de histórias observando o registro pelo professor(a).	Prática de escuta na fala do outro, reproduzindo detalhes significativos.				X	A/T
	❖ Responder a questionamentos sobre os personagens, cenário, trama e sequência cronológica dos fatos, ação e intenção dos personagens.	Expressão verbal				X	A/T
	❖ Escutar relatos de outras crianças.	Prática de escuta na fala do outro, reproduzindo detalhes significativos.				X	A/T
	❖ Envolver-se em situações de pequenos grupos, contribuindo para a construção de encenações coletivas.	comunicação de forma intencional.				X	A/T
	❖ Compreender que a escrita representa a fala.	Ideia de representação (escrita pictográfica, ideográfica e alfabética).				X	2º
	❖ Produzir textos coletivos, tendo o(a) professor(a) como escriba.	Textos coletivos				X	2º
	❖ Escutar relatos de outras crianças e respeitar sua vez de escuta e questionamento.	Relação escuta e fala.				X	A/T
	❖ Participar da elaboração e reconto de histórias e textos.	Histórias infantis				X	A/T
	❖ Participar de momentos de criação de símbolos e palavras com o intuito de identificar lugares e situações e elementos das histórias ouvidas.	Uso e funções dos símbolos como placas, rótulos e etc.				X	3º
(EI04/05EF06) Produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa.							
	❖ Fazer uso de expressões da linguagem da narrativa.	Leitura espontânea de diferentes textos.				X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
<ul style="list-style-type: none"> ● Diferenciação entre desenhos, letras e números. ● Criação e reconto de histórias. ● A Língua Portuguesa falada, suas diversas funções e usos sociais. ● Linguagem oral. ● Vocabulário. ● Práticas de Leitura. ● Diferentes usos e funções da escrita. ● Sistema alfabético de representação da escrita e mecanismos de escrita. ● Aspectos gráficos da escrita. ● Relação entre imagem ou tema e narrativa. ● Identificação e nomeação de elementos. ● Produção escrita. 	❖ Diferenciar desenho, letra e número em suas produções espontâneas.	Leitura espontânea de diferentes textos.				X	A/T
	❖ Produzir escritas espontâneas, utilizando letras como marcas gráficas.	Função social da leitura e da escrita em atividades cotidianas nos diferentes usos em sociedade.				X	A/T
	❖ Ler, a seu modo, textos literários e seus próprios registros gráficos para outras crianças.	Leitura espontânea de diferentes textos.				X	A/T
	❖ Escutar nomes de objetos, pessoas, personagens, imagens ilustradas em fotografias e gravuras, bem como nomeá-los, ampliando seu vocabulário.	Leitura espontânea de diferentes textos, imagens, fotografias.				X	A/T
	❖ Oralizar contextos e histórias contadas, a seu modo.	Momentos de práticas de leitura e oralidade.				X	A/T
	❖ Criar histórias e representá-las graficamente (desenho) a partir de imagens ou temas sugeridos.	Leitura compartilhada educador/aluno e aluno/aluno.				X	A/T
	❖ Expressar hipóteses a respeito da escrita de letras e números, registrando símbolos para representar ideias.	Práticas espontâneas de leitura e oralidade por parte do aluno.				X	A/T
❖ Expressar e representar com desenhos e outros registros gráficos seus conhecimentos, sentimentos e apreensão da realidade.	Práticas espontâneas de leitura e oralidade por parte do aluno.				X	A/T	

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO									
<ul style="list-style-type: none"> Estratégias e procedimentos para leitura e produção de textos. Produção escritapor meio da representação gráfica, de ideias e sentimentos. 	❖ Criar histórias a partir de imagens ou temas sugeridos para desenvolver sua criatividade.	Registro de ideias/significados.					X	2º	
	❖ Levantar hipótese em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e/ou quantidades por meio da escrita espontânea e convencional.	Produção e reprodução de textos coletivos (educador- escriba).					X	A/T	
(EI04/05EF07) Levantar hipóteses sobre gêneros discursivos veiculados em portadores conhecidos, recorrendo a estratégias de observação gráfica e/ou de leitura.									
<ul style="list-style-type: none"> Usos e funções da escrita. Tipos, gêneros e suportes de textos que circulam em nossa sociedade com suas diferentes estruturas textuais. 	❖ Conhecer e compreender, progressivamente, a função social de diferentes suportes textuais, manuseando-os e explorando-os.	prática de leitura de diferentes gêneros discursivos veiculados em diferentes suportes textuais).					X	A/T	
	❖ Expressar suas hipóteses sobre “para que servem” os diferentes gêneros discursivos, tais como: receitas, placas, poesias, bilhetes, convites, bulas, cartazes e outros.	Cultura escrita (prática de leitura de diferentes gêneros discursivos veiculados em diferentes suportes textuais).					X	A/T	
	❖ Compreender a função social da escrita nos diferentes portadores de textos.	Função social da escrita com características da língua escrita.					X	A/T	
	❖ Compreender como se organiza a escrita em nossa cultura: de cima para baixo, da esquerda para a direita.	Orientação da escrita: direção e espaçamento.					X	3º	
<ul style="list-style-type: none"> Escuta e apreciação de gêneros discursivos. Sensibilidade estética em relação aos textos 	❖ Identificar símbolos que representam ideias, locais, objetos e momentos da rotina: a marca do biscoito preferido, placa do banheiro, cartaz de rotina, etc.	Escrita convencionada significativa					X	2º	
	❖ Observar o registro textual, tendo o(a) professor(a) como escriba.	Escrita convencionada significativa					X	A/T	
	❖ Acompanhar a leitura apontada do texto realizada pelo(a) professor(a).	Leitura óculo- visual.					X	2º	
	❖ Identificar as letras do alfabeto em diversas situações da rotina escolar.	Consciência fonológica.					X	A/T	

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
<ul style="list-style-type: none"> literários. ● Símbolos, aspectos gráficos da escrita. ● Sistema alfabético de representação da escrita e mecanismos de escrita. ● Estratégias e procedimentos para leitura e produção de textos. ● Direção da leitura e da escrita: de cima para baixo, da esquerda para a direita. ● Oralidade: exercício da escuta. 	❖ Realizar inferências na leitura do texto por meio do reconhecimento do conteúdo das gravuras, legendas, disposição gráfica e outros, com auxílio do(a) professor(a).	Interpretação lógica das informações implícitas no texto.				X	A/T
	❖ Atentar-se para a escuta da leitura de diferentes gêneros discursivos feita pelo(a) professor(a), em ocasiões variadas.	Exercício da escuta.				X	A/T
	❖ Ampliar seu repertório linguístico, observando a organização gráfica das palavras.	Exercício da oralidade aprimorando sua capacidade de comunicação				X	A/T
(EI04/05EF08) Selecionar livros e textos de gêneros conhecidos para a leitura de um adulto e/ou para sua própria leitura (partindo de seu repertório sobre esses textos, como a recuperação pela memória, pela leitura das ilustrações etc.).							
<ul style="list-style-type: none"> ● Escuta oralidade. ● Gêneros literários, seus autores, 	❖ Escutar histórias contadas por outras pessoas convidadas a visitar a instituição.	Função social da leitura e da escrita (em atividades cotidianas, símbolos convencionais em diferentes usos em sociedade).				X	A/T
	❖ Contar, a seu modo, histórias para outras crianças e adultos.	Contar e recontar				X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
<ul style="list-style-type: none"> características e suportes. ● Sensibilidade estética com relação aos textos literários. ● Imaginação. ● Narrativa: organização e sequenciação de ideias. ● Identificação dos elementos das histórias. ● Vocabulário. ● Práticas de leitura e de escuta. ● Consciência fonológica. 	❖ Ler, à sua maneira, diferentes gêneros discursivos.	(práticas de leitura de diferentes gêneros discursivos vinculados em diferentes suportes textuais).				X	A/T
	❖ Expressar suas opiniões sobre os diferentes textos lidos.	Leitura compartilhada. Hora da conversa				X	A/T
	❖ Escolher suportes textuais para observação e práticas de leitura à sua maneira.	Práticas espontâneas de leitura por parte do educando.				X	A/T
	❖ Criar histórias coletivas a partir da leitura de ilustrações e imagens, desenvolvendo a criatividade e a imaginação.	Leitura espontaneas				X	A/T
	❖ Relacionar imagens de personagens e cenários às histórias a que pertencem.	Leitura de imagens. Desenho livre. Consciência fonológica.				X	A/T
	❖ Narrar histórias ouvidas utilizando somente a memória como recurso.	Contaçon de história.				X	A/T
	❖ Apresentar uma história mostrando a capa do livro, o título e o nome do autor.	Leitura de imagens.				X	A/T
	❖ Identificar rimas em pequenos trechos de histórias contadas pelo(a) professor(a).	Rimas				X	A/T
	❖ Apreciar e participar de momentos de contaçon de histórias e de outros gêneros discursivos, apresentados de diferentes maneiras.	Contaçon de histórias				X	A/T
	❖ Realizar leitura imagética de diferentes gêneros discursivos.	Generos discursivos				X	A/T
❖ Escutar e apreciar histórias e outros gêneros discursivos (poemas, histórias, lendas, fábulas, parlendas, músicas, etc.).	poemas, histórias, lendas, fábulas, parlendas, músicas,				X	2º	

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO							
(EI04/05EF09) Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea.							
<ul style="list-style-type: none"> ● Identificação do próprio nome e de outras pessoas. ● Uso e função social da escrita. ● Marcas gráficas: desenhos, letras, números. ● Sistema alfabético de representação da escrita e mecanismos de escrita. ● Produção gráfica. ● Materiais e tecnologias variados para a produção da escrita: lápis, caneta, giz, computador e seus diferentes usos. ● Suportes de escrita. ● Escrita convencional e espontânea. 	❖ Vivenciar experiências que possibilitem perceber a presença da escrita em diferentes ambientes.						
	❖ Compreender a função social da escrita.	Função social da escrita				x	A/T
	❖ Utilizar, progressivamente, letras, números e desenhos em suas representações gráficas.						
	❖ Vivenciar situações de produção de textos coletivos, observando as convenções no uso da linguagem escrita, tendo o(a) professor(a) como escriba.						
	❖ Vivenciar jogos e brincadeiras que envolvam a escrita.	Jogos: memória, dominó, bingo, cartas, quebra-cabeça e etc.				X	A/T
	❖ Participar de jogos que relacionam imagens e palavras.						
	❖ Explorar a sonoridade das palavras, estabelecendo relações com sua representação e escrita.	Consciência fonológica				X	A/T
	❖ Utilizar suportes de escrita diversos para desenhar e escrever espontaneamente.	Tentativas de escrita com desenhos e/ou letras.				X	A/T
	❖ Registrar suas ideias utilizando desenhos, símbolos e palavras, escritas à sua maneira.	Tentativas de escrita com desenhos e/ou letras.				X	A/T
	❖ Ter contato com o alfabeto em diferentes situações.	Leitura intuitiva de textos, livros infantis, rótulos, cartazes e etc.				X	2º
❖ Verbalizar suas hipóteses sobre a escrita.	Consciência fonológica.				X	A/T	
❖ Realizar tentativas de escrita com recursos variados e	Tentativas de escrita com desenhos e/ou				X	A/T	

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO						
<ul style="list-style-type: none"> ● Consciência fonológica. ● Sensibilização para a escrita. ● Valor sonoro de letras, sílabas. 	em diferentes suportes, com auxílio do(a) professor(a).	letras.				
	❖ Identificar o próprio nome e dos colegas, reconhecendo-os em situações da rotina escolar.	Rotina escolar			X	3°
	❖ Registrar o nome próprio utilizando as letras do alfabeto de forma adequada.	Tentativas de escrita com desenhos e/ou letras.			X	A/T
	❖ Aceitar o desafio de confrontar suas escritas espontâneas.	Tentativas de escritas			X	A/T
	❖ Conhecer e verbalizar o próprio nome e de pessoas que fazem parte de seu círculo social.	Consciência fonológica			X	A/T
	❖ Participar de situações de escrita que envolvam palavras, levantando hipóteses.	Tentativas de escrita			X	A/T
	❖ Ler e escrever o próprio nome.					
	❖ Diferenciar letras de números e de outros símbolos escritos.	Consciência fonológica.			X	A/T
	❖ Produzir escritas espontânea de textos, tendo a memória como recurso.	Práticas espontâneas de leitura.			X	A/T
	❖ Reconhecer e identificar as letras do alfabeto, em contexto ao valor sonoro convencional, para relacionar grafema/fonema.	Registro de ideias/ significados.			X	A/T
❖ Relatar e estabelecer sequência lógica para produzir o texto escrito, tendo o(a) professor(a) como escriba.	Sequência lógica de imagens, com noção de temporalidade.			X	A/T	

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

O que se pode dizer é que o trabalho com a língua escrita com crianças não pode decididamente ser uma prática mecânica desprovida de sentido e centrada na decodificação. Para que o professor possa desempenhar essa importante função de iniciar a formação de leitores e produtores de textos é condição que ele seja leitor e autor de textos.

É por meio de atividades que priorizam a expressão de ideias, a argumentação, o relato temporal e o desenvolvimento de diferentes linguagens que a criança é imersa na cultura escrita e oral, estimulando e ampliando sua imaginação e formas de pensar e conhecer o mundo. Para que esse processo seja proveitoso, tanto para o aluno quanto para a escola, o ponto de partida das atividades deve ser o conhecimento prévio dos alunos e suas curiosidades sobre o mundo. Motivar as crianças a se manterem sempre ativas nas atividades, além de facilitar a sua compreensão de um novo conteúdo e de si mesmas, criando um propósito educativo.

Para o bom desenvolvimento do Campo de Experiência da escuta, da fala, do pensamento e da imaginação o professor deve oferecer aos alunos histórias orais e escritas, as histórias estão presentes na vida de todas as pessoas. Ao ler um livro, ao assistir a um filme ou desenvolver um cenário mental, todos nós entramos e criamos diferentes narrativas que apresentam algum significado pessoal. Incentivar as crianças a criarem suas próprias histórias, não só trabalha o desenvolvimento da sua imaginação, como também atua diretamente na criatividade, consolidação do pensamento abstrato e formação da linguagem.

E mais, para motivar os alunos a escreverem e contarem suas narrativas, o professor pode propor a construção de histórias voltadas aos seus contextos sociais ou algum ponto de interesse em comum da turma, como animais e desenhos animados. Incentivar o trabalho em grupo o trabalho em equipe desenvolve diversas habilidades sociais e cognitivas, diretamente atreladas à escuta, fala, pensamento e imaginação. As crianças, ao estabelecerem relações uma com as outras, desenvolvem a sua linguagem e afetividade, transitando em criações e fantasias que compõem o mundo infantil. Além disso, você pode utilizar momentos de trabalho em grupo para trabalhar temas pertinentes da infância, como a família e sua formação de vínculos.

Estimular o compartilhamento de experiências que possibilitam um espaço de criação e partilha, melhorando a expressividade dos alunos. Escutar e cantar músicas conhecidas as músicas, assim como a leitura, estão constantemente presentes na vida do ser humano. Então, por que não utilizá-las dentro da sala de aula para desenvolver as habilidades de compreensão, interpretação, leitura e fala? Uma excelente forma para tal é trabalhar músicas infantis já conhecidas, fazendo com que os alunos cantem junto e se sintam contemplados pela atividade, potencializando seu engajamento e aprendizagem. Brincar com imitações Esse jogo é muito divertido e cativante para as crianças mais novas, entre cinco e sete anos. Ao incentivar a imitação de bichos, pessoas e objetos conhecidos, você estimula o desenvolvimento da criatividade, assim como do pensamento e memória para se lembrar dos gestos, atitudes sons e comportamentos durante as representações. Ainda, é possível colocar o elemento da

adivinhação para engajar os alunos, potencializando a comunicação verbal e não verbal e melhorando a expressão corporal da criança. Trabalhar com os campos de experiência e, sobretudo, o da escuta, fala, pensamento e imaginação não precisa ser um desafio. Utilizando diferentes atividades lúdicas que compõem o aprendizado previsto pelo Projeto Político Pedagógico e contemplando as habilidades propostas pelo BNCC.

As interações afetivas e descontraídas, que se iniciam nas práticas pedagógicas com as crianças, garantem que ele passe a aguardar a hora de se comunicar com o professor, o que contribui para o desenvolvimento da comunicação e para o enriquecimento do vocabulário, tanto nas situações de ouvir quanto nas de falar. Segundo Montoya (1994), “a criança que não foi solicitada a falar e a relatar a respeito das suas experiências, a dizer e constatar aquilo que pensa, a reconstruir o vivido e o sonhado, não terá condições necessárias para reconstruir as ações ao nível da representação” (MONTROYA, 1994 apud CUNHA, 1999, p. 12). A linguagem oral se explicita na relação com o outro: falar – ouvir. Assim como no estímulo à fala, deve-se destinar tempo e atenção ao ouvir. As crianças precisam ser ensinadas a prestar atenção na fala do outro, na narração de histórias, nos relatos realizados. Muitas dificuldades de aprendizagem no Ensino Fundamental são diagnosticadas como resultantes da falta de atenção às orientações e/ou às explicações orais. Não obstante, se as crianças não forem orientadas a ouvir e instigadas a reproduzir detalhes de histórias ouvidas, por exemplo, dificilmente aprenderão a fazê-lo por conta própria; brincadeiras como “o telefone sem fio” podem auxiliar a alcançar objetivos nessa direção.

Vigotski (1989) afirma que “Ensina-se às crianças a desenhar letras e construir palavras com elas, mas não se ensina a linguagem escrita” (VIGOTSKI, 1989, p. 119), uma vez que se entende que o trabalho com a linguagem escrita não pode se reduzir ao trabalho com o código escrito. Esse é um processo que se inicia com os gestos, os brinquedos e os desenhos, por meio dos quais a criança vai elaborando as representações e atribuindo sentidos/significados, o que impacta a forma de lidar com os símbolos, cujos significados são construídos nas relações sociais e incorporados na/pela cultura. Ou seja, quando um cabo de vassoura passa a ser considerado “um cavalo”, ou um objeto enrolado em um pano passa a ser um “bebê”, a criança está atribuindo sentidos a esses objetos, sentidos esses que não estão postos no objeto em si, mas foram por ela constituídos/atribuídos. Esse exemplo demonstra que as brincadeiras, o faz de conta, os jogos de montar e os desenhos são fundamentais para a construção da ideia de representação. É, contudo, um processo complexo cujo desenvolvimento dependerá da qualidade das intervenções pedagógicas realizadas, uma vez que integra o campo da representação simbólica e da linguagem escrita.

Sendo a linguagem iconográfica a arte de representar, por meio de imagem/desenho, o conhecimento construído historicamente que dá forma plástica e significado às ideias, aos conhecimentos e aos valores, deve-se ter claro que o desenho da criança não evolui de forma natural, sendo necessária a intervenção do professor, ensinando a ver o implícito e o velado, atribuindo

significados aos seus traços, fazendo relação entre a representação da criança e a ideia que se quer representar. Segundo Luria (2006),

A criança deve agora diferenciar esse signo (rabisco ou marca posicionado) e fazê-lo expressar realmente um conteúdo específico. Sendo assim, a próxima fase é a de diferenciação dos signos primários pelas crianças, através, principalmente, de pictogramas, ou seja, desenhos e representações de idéias. Trata-se da transformação de signos-estímulos em signos-símbolos. - Linhas e rabiscos são substituídos por figuras e imagens, e estas dão lugar a signos. Nesta sequência de acontecimentos está todo o caminho do desenvolvimento da escrita, tanto na história da civilização como no desenvolvimento da criança. (LURIA, 2006, p. 161, grifos nossos).

Partindo-se, portanto, do pressuposto de que a apropriação da linguagem escrita depende fundamentalmente das interações da criança com textos escritos, os professores precisam traduzir essa convenção, desde seus aspectos mais simples, como a direção da escrita (da esquerda para a direita, e, no sistema braille, da direita para a esquerda), a disposição no papel (de cima para baixo) e a especificação dos símbolos utilizados (letras, sinais de pontuação etc.). Esse trabalho realizar-se-á por meio de intensa produção de textos coletivos, em que o professor atua como escriba, não se tratando de submeter a criança ao processo de reconhecimento das unidades menores da escrita, mas de contextualizar informações necessárias à sua compreensão em situações de uso real. Ou seja, pela mediação do professor, de quem recebe informações sobre o sistema convencional da escrita, a criança é inserida na produção de textos e assim vai se apropriando dos mecanismos da escrita culturalmente elaborada, em processos pedagógicos, intencionalmente conduzidos.

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

As práticas pedagógicas que compõem o documento Curricular de Referência para a Educação Infantil devem garantir experiências que “favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de experiência: gestual, verbal, plástica, dramática e musical”, conforme disposto nas DCNEI (2009), artigo 9º, inciso II (BRASIL, 2009). Para tanto, é necessário que o planejamento seja elaborado a partir de reflexões que os direitos de aprendizagem e

desenvolvimento possibilitam e devem contemplar práticas que propiciem a bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas “experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais, orais e escritos”, como disposto nas DCNEI (2009), artigo 9º, inciso II (BRASIL, 2009).

É imprescindível que o professor acolha as necessidades, os desejos e as manifestações das crianças, suas histórias de vida, a realidade de suas famílias e o contexto no qual estão inseridas, e as assumam como produtoras de cultura, como “aquelas que inventam o mundo, com uma história de cultura a serem compartilhadas”. Isso implica em planejar o cotidiano levando em conta o ponto de vista das crianças, seu jeito de conhecer e interagir com o mundo à sua volta, seus modos de se expressar por meio de diferentes linguagens, movimentos e produções” (KRAMER & BARBOSA, 2016, p. 50). Assim, na perspectiva da invenção e da expressão por meio das diferentes linguagens, é indispensável garantir tempo: o tempo para falar, ouvir, brincar, ler histórias, desenhar, dentro e fora das salas, comer, descansar, escutar as crianças abrindo espaço para suas manifestações, e também promover o contato com o conhecimento científico e cultural, com a arte e as culturas. Dessa forma, propiciar a imersão das crianças na cultura escrita.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Os Desafios Contemporâneos buscam promover a análise, a reflexão, a difusão de ideias e o cruzamento de múltiplas perspectivas a respeito do contexto atual nos campos social, da cultura e da educação, além de propiciar a troca de experiências entre diversos agentes: formuladores de políticas públicas, empreendedores, grupos independentes, integrantes de movimentos sociais, coletivos artísticos, profissionais do campo de educação, cultura e museus, pesquisadores e intelectuais. No fazer artístico, o estudante tem possibilidades de desenvolver sua poética pessoal, esta ação investigativa o leva à reflexão, à análise crítica, a experimentações, a comparações, à imaginação, e a criar soluções (inclusive tecnológicas). Além disso, também instiga a curiosidade, a levantar hipóteses, o trabalho em equipe, o desenvolvimento do pensamento artístico, a criatividade, a percepção, dentre outros, possibilitando, assim, a resolução de problemas de ordem técnica e estética, bem como a humanização dos sentidos. Nesse sentido, as metodologias ativas objetivam alcançar e motivar o estudante, que colocado diante uma situação-problema, examina, reflete, contextualiza, pesquisa e ressignifica suas descobertas. Sendo um recurso didático de grande importância, as metodologias ativas podem favorecer, de forma significativa e eficaz, o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando ao aluno um papel protagonista na produção de seu conhecimento.

Com isso, o respeito a estas manifestações artísticas culturais e ao patrimônio cultural torna-se possível, pois, durante o conhecimento e a valorização destas, o respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas se evidencia, possibilitando a apropriação de conhecimentos artísticos e estéticos.

CULTURA E HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

De acordo com a Lei Nº. 10.639/03 que altera a LDB 9394/96, a Lei 11.645/08 e o parágrafo único art. 2º da Deliberação do Conselho Estadual de Educação do Paraná, o qual indica que: Ao tratar da história da África e da presença do negro (pretos e pardos) no Brasil, os professores precisam fazer abordagens positivas sempre na perspectiva de contribuir para que o aluno afro descendente se identifique e valorize a história de seu povo, a cultura de matriz africana, e as contribuições para o país e humanidade. Durante a educação infantil as crianças já começam a conhecer seu corpo, as diferenças e semelhanças entre os colegas do grupo, escolhem com quem brincar e se relacionar na escola, tem suas preferências por brinquedos, e, no entanto é fundamental que o educador trabalhe em sala de aula questões sobre diferença e em especial as relacionadas ao pertencimento racial, não só com as crianças, mas com as famílias e comunidade. (CEERT,2011).

Diante disso, Trinidad(2011), reforça que a Educação Infantil é o primeiro recinto institucionalizado a que a criança tem acesso, isso significa que ela passa a conviver em novos coletivos e, por isso, precisa ter oportunidade para aprender as regras para essa convivência pautada no respeito por si e pelo outro.

Logo, as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil ressalta :

Art. 7º Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

- I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;
- II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;
- III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
- IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;

V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

Assim sendo e de acordo com o Plano Nacional de Implementação da Lei nº 10.639/2003,

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico raciais para a história e cultura brasileiras. (Brasil. MEC, 2003).

No entanto, segundo Eliane Cavalleiro (2003), A Pré escola oferece uma quantidade muito ínfima de ações que levam a entender a aceitação positiva e valorizada das crianças negras no seu cotidiano, o que ameaça a convivência em pleno processo de socialização, ressalta que se torna difícil não perguntar por que o professor se omite em relação ao problema étnico. Silenciar essa realidade não apaga magicamente as diferenças. Permite, porém, que cada um construa a seu modo, um entendimento do outro que lhe é diferente.

Diante disso, o papel da professora na educação infantil é importantíssimo, cabe à realização de práticas pedagógicas que objetivem ampliar o universo sociocultural das crianças e introduzi-las em um contexto no qual o educar e o cuidar não omitam a diversidade.

Acrescido a isso, Eliane Cavalleiro (2003) nos diz que tal prática pode agir preventivamente no sentido de evitar que pensamentos preconceituosos e práticas discriminatórias sejam interiorizados e cristalizados pelas crianças, num período em que elas se encontram sensíveis às influências externas, cujas marcas podem determinar sérias consequências para a vida adulta.

Logo, desde muito cedo podemos aprender e conhecer diferentes realidades e compreender que a experiência social do mundo é muito maior do que a nossa experiência local, e que este mesmo mundo é constituído e formado por civilizações, histórias, grupos sociais e etnias ou raças diversas. É também bem cedo em sua formação que as crianças podem ser reeducadas a lidar com os preconceitos aprendidos no ambiente familiar e nas relações sociais mais amplas. Educar para a igualdade racial é tarefa urgente e imprescindível para a construção da sociedade de amanhã. (História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Infantil,2014)

A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos civis, humanos e sociais garantidos na constituição e nas leis. A escola de Educação Infantil por ser um espaço social está aberta a diversidade e deve abordar de uma forma lúdica dando oportunidades para que as crianças possam lidar com as emoções reorganizando seus pensamentos através do faz de conta.

Reconhecer a sua própria identidade para que valorize a sua imagem e a do outro desenvolvendo valores básicos e valorizando a diversidade racial.

- Reconhecer a sua identidade e ter uma imagem positiva de autoconfiança;
- Desenvolver diversas atividades metodológicas a partir da leitura do livro a bonequinha preta;
- Valorizar a diversidade;
- Combater o Bulliyng racial nos diversos espaços da escola;
- Desenvolver auto-estima sobre suas características físicas;
- Refletir sobre questões: amor, egoísmo e até a questão das nossas raças;
- Valorizar ações de cooperação, respeito e solidariedade;
- Respeitar as características de etnia;
- Usar os conhecimentos construídos na escola em situações do seu cotidiano;
- Participar de situações de comunicação oral;
- Apreciar atos de leitura como fonte de conhecimento;
- Demonstrar cooperação de situações de produção coletiva;
- Desenvolver a linguagem oral para expressar desejos, necessidades, sentimentos e opiniões;

INCLUSÃO SOCIAL: SÍMBOLOS

A inclusão social é um termo que vem sendo amplamente comentado nos últimos tempos, refere-se à possibilidade de dar a todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, os mesmos direitos e oportunidades.

Antes que as medidas de inclusão social sejam formuladas e aplicadas, é necessário observar quais são os grupos excluídos e o que deve ser melhorado para que possam estar plenamente inseridos na sociedade. A inclusão social nas escolas visa eliminar o preconceito e a discriminação, independente do tipo (étnica, de deficientes, de gênero, de orientação sexual, etc). Esse tema é de extrema importância para a distinção de signos nos processos de alfabetização e o professor de Educação Infantil irá abordar nos objetivos de aprendizagem os símbolos mais utilizados.

EXIBIÇÃO DE FILMES MENSAIS NACIONAIS

A exibição de filmes nas escolas deve haver uma pluralidade pedagógica que precisa ser pensado, planejado e executado e que permite contribuir com a construção de uma alfabetização crítica dos meios que utilizam os recursos audiovisuais: cinema, televisão, internet, etc.

É possível levantarmos uma infinidade de atividades que podemos realizar com o audiovisual nas escolas. Isto é importante, mas não podemos ficar só nisso... As atividades são importantes desde que sejam pensadas e articuladas com uma proposta pedagógica mais ampla. É preciso caminhar: agindo e pensando... construindo e transformando...

Novas relações e linguagens desafiam os profissionais da educação a pensar na vocação multicultural da escola, no sentido de promover o diálogo entre as diferentes gerações e os diversos padrões culturais nela presentes.

Em sua análise, indicou três fatores que apontam um novo lugar para a escola: a cultura digital, que vem criando uma escola sem muros, na qual o estudante é produtor de conhecimento e a linguagem audiovisual assume importância; a existência de outros.

TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas

singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.

Para isso, as informações contidas em relatórios, portfólios ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada aluno do Ensino Fundamental. Conversas ou visitas e troca de materiais entre os professores das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental – Anos Iniciais também são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa nova etapa da vida escolar. Além disso, para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico.

Nessa direção, a BNCC apresenta as sínteses das aprendizagens esperadas em cada campo de experiências, para que as crianças tenham condições favoráveis para ingressar no Ensino Fundamental. Essas sínteses devem ser compreendidas como elementos balizadores e indicadores de objetivos a ser explorados em todo o segmento da Educação Infantil, e que serão ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental, e não como condição ou pré-requisito para o acesso ao Ensino Fundamental. Para que a criança compreenda o processo de transição quanto ao Campo de Experiência o eu, o outro e o nós a criança deve ter assimilado os conceitos Respeitar e expressar sentimentos e emoções, atuando com progressiva autonomia emocional. Atuar em grupo e demonstrar interesse em construir novas relações, respeitando a diversidade e solidarizando-se com os outros.

AVLIAÇÃO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

A avaliação deve ampliar o olhar do professor a respeito do contexto da aprendizagem e das atividades realizadas. O docente deve estar atento ao modo como foi executada a tarefa e o que norteou os procedimentos, a saber: o ambiente, os materiais, as escolhas, enfim, tudo que cerca o momento da realização da atividade. A avaliação poderá ser realizada em forma de observação, registro e atividades práticas. A aprendizagem precisa ser avaliada durante o processo de trabalho, de forma contínua, tendo como objetivo o desenvolvimento do aluno em todos os aspectos. É nesse momento que o professor pode perceber as

dificuldades e os acertos dos alunos. A avaliação da aprendizagem deve contemplar os momentos em que a criança: exercita os conceitos aprendidos tanto no contexto escolar como no extraescolar; tem oportunidade de interpretar a ação dos adultos; possibilidade de expressar os sentidos que atribuiu aos conceitos, modificando-os a partir das relações que estabeleceu.

Portanto, o olhar do professor sobre os aspectos que facilitam ou dificultam o desenvolvimento das crianças ajudará a organizar e reorganizar outras atividades, os materiais oferecidos, as formas de execução e os agrupamentos de crianças. Assim o professor terá como prever, já no planejamento, as ações que contribuirão para alcançar seus objetivos e facilitar o aprendizado do aluno. Segundo os Referenciais Curriculares, ao avaliar os alunos, analise as seguintes questões: De que forma os conhecimentos que o aluno já possui foram considerados? Qual o objetivo da atividade? Que desafio ela propõe ao aluno? Que providências foram tomadas previamente para que a atividade fosse realizada? Que instruções foram dadas para sua realização? Elas foram bem formuladas? Que conteúdos/temas estão sendo contemplados? O espaço foi previamente preparado? Como foi a participação dos alunos? Houve interação entre eles?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; KRAMER, S. “**O rei está nu**”: Um Debate Sobre as Funções da Pré-Escola. In: Educação pré-escolar: desafios e alternativas. **Caderno cedes**, nº 9. São Paulo: Cortez, 1984.

BRASIL. Constituição Federal de 1988

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 05, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes **Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 (*) **Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular**, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

_____. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017. **Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica**

_____. **RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (*)**. **Fixa as Diretrizes Curriculares. Nacionais para a Educação Infantil**.

CAGLIARI, L. C. **O príncipe que virou sapo**: considerações a respeito da dificuldade de alfabetização das crianças na alfabetização. **Cadernos de Pesquisa**, 55. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nov. 1985, p. 50-62.

CANDURO, V. R. P. **Iniciação musical na idade pré-Escolar**. Porto Alegre: Sagre, 1989.

CHEROGLU, Simone; MAGALHÃES, Giselle Modé. **O primeiro ano de vida: vida uterina, transição pós-natal e atividade de comunicação emocional direta com o adulto**.

Cap,4 in :Periodização Histórico Cultural do Desenvolvimento Psíquico- do nascimento à velhice. Martins Lígia Marcia; Abrantes, Angelo Antonio e Facci, Marilda Gonçalves Dias (Org). Autores Associados, 2016. -(Coleção educação contemporânea).

CUNHA. S. R. V. **Cor, som e movimento**: A expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. Caderno de educação no cotidiano da criança. Caderno de Educação Infantil. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação na pré-escola**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto alegre: Mediação, 2000.

KRAMER, Sonia. **A política do Pré-Escolar: arte e disfarce**. São Paulo: Cortez, 1995

KRAMER, S. **A infância e sua singularidade**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a

inclusão da criança de seis anos de idade. [Org. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento]. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

KRAMER, Sônia. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil**: Educação Infantil e/é fundamental. In: Educação e Sociedade, v. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out, 2006.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **A infância e Educação Infantil**. Uma abordagem histórica, 1998, ed. Mediação

LAZARETTI, Lucinéia Maria; MELLO, Maria Aparecida. **Como ensinar na Educação Infantil?** Reflexões sobre a didática e o desenvolvimento da criança. In: PASQUALINI, Juliana Campregher; TEIXEIRA, Lucas André; AGUDO; Marcela de Moraes. (Org.) Pedagogia Histórico-Crítica: legado e perspectivas. Uberlândia, MG. Navegando, 2018.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LOPES, Celi Espasandin; GRANDO, Regina Célia. **Resolução de problemas na educação matemática para a infância**. UNICAMP, Campinas. 2012.(matemática)

LORENZATO, Sérgio. **Educação infantil e percepção matemática**. 3ª Ed.rev. Campinas, SP. Autores Associados, 2011. (matemática)

LURIA, A. R. **O desenvolvimento da escrita na criança**. In: VIGOTSKY, L. S., LURIA, A. R.E LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone,

2006, p. 143-189.

MARTINS, Ligia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, MarildaGonçalvesDias (org.) **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**.Campinas: Autores Associados, 2016

MUKHINA, Valéria. **Psicologia da idade pré-escolar**; tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins fontes, 1996

MOURA, Manoel Oriosvaldo de. **Atividade Pedagógica na Teoria Histórico-Cultural**. (org.) Brasília: Liber livro, 2010

OLIVEIRA, Zilma.Ramos de. **Educação infantil**. Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

PARANÁ, Deliberação nº 03/18 de 23/11/18, do CEE/PR- Referencial **Curricular do Paraná.: princípios, direitos e orientações**.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações**. Curitiba:SEED, 2018. Disponível em:

<http://www.diaadia.pr.gov.br>.

PIRES, C. C.; CURRI, E; CAMPOS, T. M. M. **Espaço & forma: a construção de noções geométricas pelas crianças das quatro séries iniciais do ensino Fundamental**. São

Paulo: PROEM LTDA, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**-11. ed. rev.1ª reimpr. - Campinas, SP: Autores Associados, 2012. - (Coleção educação contemporânea)

SOUZA, R. C. de; BORGES, M. F. T. **A práxis na formação da Educação Infantil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOUZA, G. de; VIEIRA, L. M. F. **Concepção de Infância**. In: Anais I Simpósio Paranaense de Educação Infantil. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Faxinal do Céu, 2006.

TULESKI, Silvana Calvo e EIDT, Nadia Mara. **A periodização do desenvolvimento psíquico- atividade dominante e a formação das funções psíquicas superiores**. Cap. 2

in :Periodização Histórico Cultural do Desenvolvimento Psíquico- do nascimento à velhice. Martins Lígia Marcia; Abrantes, Angelo Antonio e Facci, Marilda Gonçalves Dias (Org). Autores Associados, 2016. -(Coleção educação contemporânea).

VIGOTSKI, L. S. **A Formação social da mente**. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1989.

YGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR – EDUCAÇÃO INFANTIL

APRESENTAÇÃO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES

IMPORTÂNCIA DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

O ponto de partida para trabalhar a compreensão dos espaços social e cultural é a realidade do aluno e do seu grupo familiar e social. Nessa perspectiva, a observação, o relato, as comparações e as vivências sensoriais são encaminhamentos que auxiliarão nessa compreensão, assim como a elaboração dos conceitos de próximo e distante, do eu e do outro, das relações que se estabelecem entre os integrantes dos diferentes grupos e dentro de um mesmo grupo, pois, ao reconhecer-se e perceber-se na relação com o outro e com o espaço, o conhecimento do ambiente físico, social e cultural, bem como das relações e transformações neles presentes, vão se formando, evidenciando a relação com os saberes e conhecimentos dos demais campos de experiências. Nesse contexto, referenda-se o compromisso da instituição com os conteúdos clássicos, aqueles que se firmaram no tempo, impondo à organização pedagógica extrair do currículo e do tempo escolar as comemorações específicas que diluem o tempo de ensino dos conteúdos essenciais.

Nessa direção, o foco na Educação Infantil manter-se-á nos fatos importantes relacionados à história de vida do (a) aluno (a), de seus familiares e da sua comunidade de modo a construir compreensões sobre diferentes pessoas, espaços, tempos e culturas, por meio de vivências, relatos, entrevistas, observação de registros fotográficos, rodas de conversa, dentre outros procedimentos metodológicos que auxiliem na construção da noção de tempo histórico, na percepção das mudanças e identificação de costumes, tradições e acontecimentos significativos. Nesse processo, os alunos são provocados a falar o que sabem, a apresentarem as dúvidas e sobre o que mais gostariam de saber e, a partir dessa ação, com a mediação do(a) professor(a), será possível problematizar e planejar em conjunto, onde e como encontrar respostas. Assim, a observação, a experimentação e a investigação terão por objetivo exercitar a expressão e o registro do conhecimento que foi construído por múltiplas linguagens e formas de representação, cabendo ao professor confrontar o que foi apresentado pelos alunos e o que é exigido em termos de ensino e de aprendizagem, quanto aos saberes e conhecimentos, bem como objetivos de aprendizagem que são de responsabilidade da instituição escolar.

JUSTIFICATIVA DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

Esse campo de experiências que se refere aos saberes e aos conhecimentos da ocupação de espaços, da natureza, da ciência, e da matemática, promovendo experiências, observações, exploração e investigação como meio de ampliação de conhecimentos sobre o ambiente físico, social e cultural, e sobre o modo como as pessoas se organizam para ocupar e transformar o espaço, de acordo com as relações que mantêm com a natureza, de modo coletivo e individual, e conforme as relações de poder instituídas na sociedade, expressas por meio da organização no mundo do trabalho.

As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstam também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.).

Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano.

É também este campo que sugere que os pequenos devem ter os primeiros contatos com os fenômenos socioculturais presentes no cotidiano das crianças. “Nesse campo as crianças serão inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões de fenômenos naturais e socioculturais, ou seja, os educadores devem promover experiências em que as crianças possam manipular, conhecer, observar, investigar e explorar os conhecimentos do mundo físico e sociocultural.

OBJETO DE ESTUDO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). - Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). - Se deparam com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade.

OBJETIVO GERAL

Promover o desenvolvimento das crianças em suas máximas possibilidades, por meio da apropriação das experiências das gerações anteriores para que sejam sujeitos históricos e sociais.

OBJETIVO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

Estabelecer relações de comparação entre os objetos, considerando as suas propriedades, abarcam-se os elementos da geometria, o que, na Educação Infantil, trata-se de sistematizar as experiências que as crianças realizam, inicialmente, de forma

espontânea com relação à exploração do espaço que as rodeia e dos objetos que têm a seu alcance, bem como de relacionar o corpo com os objetos à sua volta e com seus pares. Por meio dos

Além disso, a explorar espaços por meio dos órgãos sensoriais e dos movimentos e deslocamentos de engatinhar, de pegar, de rolar, de pular, de agarrar, de sentir, de perceber, de comparar grandezas, de perceber espaços abertos, fechados, fronteiras, vizinhanças, interior e exterior, se tornam essenciais à compreensão do espaço percebido/vivido. As noções básicas com relação à orientação no espaço devem ser trabalhadas a partir dos pontos de referência, situando as crianças em relação às outras crianças, em relação aos objetos do espaço e os objetos em relação a outros objetos. A exploração do espaço é um aspecto que compartilha a geometria com outras áreas, a descoberta de si mesma e a descoberta do ambiente.

Orientar e desenvolver individualmente rotinas e escalas estabelecidas, desvinculados de momentos e contextos gerais da sala de aula e dos conteúdos de aprendizagem, por vezes, esquecendo de estabelecer relações com a própria experiência realizada com os alimentos em sala de aula ou na horta da instituição? É preciso considerar que o ambiente e as relações que nele se estabelecem são pontos de partida para atos de ensino e que, quando devidamente planejados, desencadeiam aprendizagens importantes.

Convém, ainda, explorar as formas dos objetos que integram a sua cultura e a cultura dos seus pares, partindo dos sólidos geométricos, agrupando, observando critérios próprios ou fornecidos pelo professor, diferenciando-os (rolam, não rolam; porque não rolam, têm tampa, fundo, entre outros), observando características comuns ou não, ou semelhanças e diferenças, situações essas que poderão resultar em sínteses orais coletivas, sendo registradas com o auxílio do(a) professor(a) escreva, compondo, tabelas ou gráficos. O trabalho de planificação dos sólidos se faz pelo contorno das faces, montando e desmontando caixas, reconhecendo, percebendo, desenhando figuras planas, empilhando, contornando os sólidos, enfeitando, modificando, trabalhando com sombras, descrevendo oralmente formas, embalagens e espaços.

Outro aspecto importante a considerar diz respeito às informações, as quais circulam de forma intensa, exigindo que a sociedade encontre formas diferentes de organizá-las e de socializá-las. O tratamento da informação, nesse quesito, assume especial relevância no contexto social, pois, cada vez mais, elas são veiculadas por meio de gráficos e tabelas, relacionados às práticas sociais de coleta, de organização, de leitura e de interpretação e referentes às diversas áreas de interesse da sociedade. Na Educação Infantil, portanto, é o momento de iniciar o trabalho com as informações organizadas de forma quantitativa, desenvolvendo a curiosidade investigativa, atribuindo sentidos, construindo legendas e procedendo à sua leitura qualitativa. É o início da reflexão sobre as diferentes formas de organizar esses dados que constituem o cotidiano das crianças, preferencialmente por meio de gráficos pictóricos, os quais expressam as informações relativas ao tema da pesquisa como, por exemplo, a variação do

tempo durante um determinado mês, por intermédio de desenhos. Assim, existem vários assuntos que podem ser explorados: meninos e meninas da sala, idades, número de calçados, frutas preferidas, verduras ou legumes de que mais gostam, números de pessoas que moram na casa, números de irmãos, número de brinquedos, dentre tantas outras possibilidades de trabalho.

QUADRO ORGANIZADOR DOS CONTEÚDOS DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES

Legenda: A/T – ano todo.

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
(EI0/01ET01) Explorar e descobrir as propriedades de objetos e materiais (odor, cor, sabor, temperatura).							
SABERES E CONHECIMENTOS	❖ OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos Específicos	Bebês-0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças bem pequenas 2 e 3 anos	Crianças pequenas 4 e 5anos	Trimestre
<ul style="list-style-type: none"> Órgãos dos sentidos e sensações (Odores, sabores, texturas, temperaturas, cores etc.). Propriedades dos objetos. 	❖ Manipular objetos e brinquedos, de materiais diversos, explorando suas características físicas.	Sensações e percepções	X				2º
	❖ Explorar o espaço por meio do corpo e dos sentidos, a fim de perceber odores, cores, sabores, temperaturas e outras possibilidades presentes em seu ambiente.	Hábitos alimentares Hábitos de higiene	X				1º
	❖ Manusear objetos de diferentes formas e características, explorando suas propriedades, com auxílio do(a) professor(a).	Coodenação motora fina e ampla	X				1º
	❖ Sentir diferentes odores.	Sensações e percepções	X				1º
	❖ Experimentar diferentes sabores desenvolvendo o paladar.	Sensações e percepções	X				1º
	❖ Experimentar os alimentos de diferentes consistências: sólidos, pastosos e líquidos.	Sensações e percepções	X				A/T
	❖ Ter contato com diferentes objetos e materiais, explorando as diferentes texturas (áspero, liso, macio, duro, mole, dentre outros).	Sensações e percepções	X				A/T
	❖ Identificar diversos objetos por meio da visão.	Sensações e percepções	X				A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
	❖ Identificar alguns sons presentes em seu cotidiano (palmas, choro, música, sons do corpo).	Sensações e percepções	X				A/T
(EI0/01ET02) Explorar relações de causa e efeito (transbordar, tingir, misturar, mover e remover etc.) na interação com o mundo físico.							
<ul style="list-style-type: none"> ● Relação causa e efeito. ● Fenômenos físicos/químicos: mistura, transformação e produção. 	❖ Explorar diferentes materiais na tentativa de mover e remover objetos como: tirar e colocar em recipientes, colar e descolar objetos com velcro, dentre outras possibilidades.	Fenômenos da natureza (chuva, vento, calor e frio) Cores e formas	X				2º
	❖ Fazer tentativas de puxar ou arrastar brinquedos amarrados com barbantes.	Noções de direção e sentido	X				2º
	❖ Ter contato com diferentes misturas: terra com água, cola com corante, espuma com corante, dentre outras possibilidades, vivenciando a mistura e a reação.	Cores e formas	X				3º
	❖ Vivenciar situações de contato com fenômenos da natureza, exemplo: chuva, vento, calor e frio.	Fenômenos da natureza (chuva, vento, calor e frio)	X				2º
(EI0/01ET03) Explorar o ambiente pela ação e observação, manipulando, experimentando e fazendo descobertas.							
<ul style="list-style-type: none"> ● Exploração do ambiente. 	❖ Interagir em diferentes espaços que permitam a possibilidade de sentir os elementos naturais: água, sol, ar e solo.	Elementos que constituem o meio ambiente (água, solo, ar)	X				2º
	❖ Ter contato com os seres vivos do seu entorno possibilitando descobertas.	Animais e suas características	X				2º
	❖ Explorar o ambiente, interagindo com diferentes tipos de objetos, cores, formas e seres vivos (animais do seu entorno, vegetais da sua alimentação e seres humanos).	Habitat	X				3º
(EI0/01ET04) Manipular, experimentar, arrumar e explorar o espaço por meio de experiências de deslocamentos de si e dos objetos.							
<ul style="list-style-type: none"> ● Elementos do espaço. ● Experiência de deslocamento 	❖ Explorar elementos presentes no espaço conhecendo algumas características e possibilidades.	Estudo do espaço (exploração, localização e orientação espacial)	X				1º
	❖ Fazer tentativas de deslocar elementos em um espaço: puxando, empurrando, deslocando de um lado para outro, dentre	Relações nos diferentes ambientes	X				2º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
(equilíbrio, força e direção).	outros.						
	❖ Levar os objetos à boca ou jogá-los.	Noções de direção e sentido	X				2º
	❖ Usar o corpo para explorar o espaço, virando-se para diferentes lados.	Noções de direção e sentido	X				2º
	❖ Fazer tentativas de interação na organização de brinquedos e outros objetos nos seus respectivos espaços.	organização	X				AT
	❖ Vivenciar situações que envolvam a superação de conflitos, problemas ou desafios, por meio da mediação do professor(a).	Regras e combinados	X				AT
(EI0/01ET05) Manipular materiais diversos e variados para comparar as diferenças e semelhanças entre eles.							
<ul style="list-style-type: none"> • Diferenças e semelhanças entre os objetos. • Os objetos, suas características e propriedades. 	❖ Manipular objetos, brinquedos e materiais diversos explorando suas características físicas como textura, espessura, tamanho, forma desenvolvendo as sensações e percepções através do ato de: morder, chupar, produzir sons, apertar, lançar etc.	Noções de medidas	X				3º
	❖ Participar de situações em que o(a) professor(a) nomeia os atributos dos objetos destacando semelhanças e diferenças.		X				2º
	❖ Interessar-se por objetos com características variadas: leves, pesados, pequenos, grandes, finos, grossos, roliços, que possibilitem manuseio.	Classificação	X				2º
	❖ Perceber possibilidades de empilhamento, desempilhamento, encaixe, desencaixe, enfileiramento, enchimento, esvaziamento, ajuntamento e separação de objetos através da mediação do professor.	Noções de medidas e lógico matemático	X				A/T
(EI0/01ET06) Vivenciar diferentes ritmos, velocidades e fluxos nas interações e brincadeiras (em danças, balanços, escorregadores etc.).							

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES						
<ul style="list-style-type: none"> Ritmos, velocidades e fluxos. Noção Temporal. Sequência Temporal. 	❖ Vivenciar situações de rotina diária: alimentar-se, brincar, descansar, tomar banho, entre outros.	Percepção temporal	X			1°
	❖ Imitar com movimentos corporais as músicas cantadas e brincadeiras.	Jogos e brincadeiras	X			1°
	❖ Acompanhar com palmas as músicas cantadas pelo(a) professor(a) ou com recursos audiovisuais.	Dança e movimento	X			2°
	❖ Ouvir diferentes ritmos musicais, interagindo com o corpo.	música	X			2°

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
(EI01ET01) Explorar e descrever semelhanças e diferenças entre as características e propriedades dos objetos (textura, massa, tamanho).							
SABERES E CONHECIMENTOS	❖ OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos Específicos	Bebês-0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças pequenas 2 e 3 anos	Crianças 4 e 5 anos	Trimestre
<ul style="list-style-type: none"> Manipulação, exploração e organização de objetos. Características físicas, propriedades e utilidades dos objetos. 	❖ Manipular e explorar objetos e brinquedos de materiais diversos, explorando suas características físicas e possibilidades: morder, chupar, produzir sons, apertar, encher, esvaziar, empilhar, afundar, flutuar, soprar, montar, lançar, jogar etc.	Sensações e percepções a partir da utilização dos objetos		X			A/T
	❖ Observar semelhanças e diferenças entre objetos.	Noções básicas de comparação.		X			A/T
	❖ Manusear e explorar elementos do meio natural e objetos produzidos pelo homem, com a mediação do(a) professor(a).	Percepção da produção plástica e da natureza através da exploração.		X			A/T
	❖ Manipular elementos da natureza como: terra, lama, plantas, areia, água, dentre outros, por	Percepção da natureza por meio da exploração.		X			A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
<ul style="list-style-type: none"> • Textura, massa e tamanho dos objetos. 	meio da exploração de suas características e propriedades.						
	❖ Manipular, explorar e organizar, progressivamente, brinquedos e outros materiais, realizando classificações simples.	Noções básicas de classificação, seriação, conservação		X			A/T
	❖ Manipular objetos e materiais explorando suas propriedades como: temperatura, tamanho, massa e forma.	- Noções de grandezas e medidas de massa.		X			A/T
	❖ Observar os atributos dos objetos por meio da exploração: grande/pequeno, áspero/liso/macio, quente/frio, pesado/leve, dentre outras possibilidades.	Textura: áspero/liso/macio Comparações de massas: - pesado/leve; - Comparações de grandezas (tamanho): - grande/pequeno; - comprido/curto; - maior/menor; - Capacidade: - cheio/vazio - arbitrárias: copo, colher, xícara.		X			A/T
(EI01ET02) Observar, relatar e descrever incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento, chuva etc.).							
<ul style="list-style-type: none"> • Fenômenos naturais: luz solar, vento e chuva. • Elementos da natureza. 	❖ Participar de momentos em diferentes ambientes em que perceba a presença de elementos e fenômenos da natureza, ex.: luz solar, chuva, vento.	- Elementos do meio ambiente: -clima; -ar; -água;		X			A/T
	❖ Conhecer os elementos da natureza explorando os espaços externos da instituição.	Exploração da paisagem natural e cultural.		X			A/T
	❖ Observar a chuva, seu som e outras sensações características (cheiro e vibrações), bem como o fenômeno trovão.	Condições climáticas.		X			A/T
	❖ Identificar, com auxílio do(a) professor(a), objetos, seres vivos e eventos naturais no ambiente.	Identificação dos elementos naturais.		X			A/T
	❖ Experienciar diferentes temperaturas em eventos naturais e produzidos: calor/quente; gelado/frio; ameno/morno.	Noções de temperatura.		X			A/T
(EI01ET03) Compartilhar, com outras crianças, situações de cuidado de plantas e animais nos espaços da instituição e fora dela.							
	❖ Observar e conhecer animais e plantas percebendo a existência de diferentes tipos de	- Elementos da natureza.		X			A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
<ul style="list-style-type: none"> Plantas e seu habitat. Animais e seus modos de vida. 	seres vivos.						
	❖ Conhecer o modo de vida de insetos e animais presentes no dia a dia.	- Animais: - identificação (domésticos/selvagens); - características (locomoção, alimentação); - habitat; (aquáticos/terrestres/aéreos);		X			2º
	❖ Conhecer plantas, suas características físicas, habitat e acompanhar seu crescimento.	Plantas: - identificação; - características gerais;		X			2º
	❖ Experimentar em diferentes momentos o contato com elementos naturais em hortas e jardins.	Identificação: (comestível/não comestível);		X			2º
	❖ Conhecer situações de cuidados com as plantas.	Preservação e cuidado.		X			2º
	❖ Conhecer situações de cuidados com os animais.	Cuidado (higiene) - Proteção; - Preservação.		X			A/T
	❖ Participar de situações de cuidado com o meio ambiente: preservar as plantas e não maltratar animais.	- Preservação do meio ambiente.		X			A/T
(EI01ET04) Identificar relações espaciais (dentro e fora, em cima, embaixo, acima, abaixo, entre e do lado) e temporais (antes, durante e depois).							
<ul style="list-style-type: none"> Linguagem matemática. Comparação da posição dos elementos no espaço. Noções espaciais de orientação e direção (dentro de, fora de, perto de, longe de, embaixo de, em cima de, de um lado de, do outro, a 	❖ Explorar o ambiente da escola considerando a localização de seus elementos no espaço: dentro de, fora de, perto de, longe de, em cima de, ao lado de, na frente de, atrás de, no alto, embaixo de.	Orientação espacial. Exploração do espaço.		X			A/T
	❖ Participar de situações realizando comandos: dentro de, fora de, em cima de, embaixo de.	Noções espaciais. Percepção direcional.		X			A/T
	❖ Encontrar objetos ou brinquedos desejados nas situações de brincadeiras ou a partir de orientação do(a) professor(a) sobre a sua localização.	Percepção espacial na relação com os objetos.		X			A/T
	❖ Explorar o ambiente da escola considerando a localização de si e de elementos no espaço.	Noções de direção e sentido		X			A/T
	❖ Manipular, experimentar e explorar o espaço por meio de experiências de deslocamento de si e dos objetos.	Movimentos corporais em relação ao espaço físico.		X			A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
frente de, atrás de, dentre outros). • Noção temporal. • Posição do corpo no espaço.	❖ Posicionar o corpo no espaço participando de situações que envolvam circuitos onde possa subir, descer, ir para frente de e para trás de, abaixar-se e outros movimentos.	Direcionalidade/ lateralidade.		X			A/T
	❖ Explorar o espaço por meio do corpo e dos sentidos, a fim de perceber formas e limites presentes em seu ambiente.	Orientação espacial.		X			A/T
	❖ Perceber noções de tempo ao ouvir comandos como: agora, depois de, durante, como também em situações da rotina.	- Medidas de tempo.		X			A/T
	❖ Identificar os momentos da rotina, ou conversar sobre os acontecimentos do dia, utilizando expressões temporais como antes de, durante e depois de.	Duração e sucessão: organização da rotina.		X			A/T
(EI01ET05) Classificar objetos, considerando determinado atributo (tamanho, peso, cor, forma etc.).							
• Propriedades dos objetos. • Classificação dos objetos de acordo com atributos.	❖ Explorar as propriedades físicas e funções dos objetos.	Tamanho/ forma/ cor.					
	❖ Agrupar os objetos por tamanho, peso, forma, cor, dentre outras possibilidades.	- Classificação /seriação /inclusão/ sequenciação/ comparação e empilhamento a partir da: - forma; - cor; - quantidade; - tamanho;		X			A/T
	❖ Perceber os atributos dos objetos atentando-se à fala e demonstração do(a) professor(a): objetos leves e pesados, grandes e pequenos, de cores diferentes, dentre outros.	- Classificação /seriação /inclusão/ sequenciação/ comparação e empilhamento a partir da: - forma; - cor; - quantidade; - tamanho;		X			A/T
(EI01ET06) Utilizar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar).							
• Noções de tempo. • Transformações na natureza: dia e	❖ Participar de situações em que o(a) professor(a) relaciona noções de tempo a seus ritmos biológicos, para perceber a sequência temporal em sua rotina diária: alimentar-se, brincar, descansar, tomar banho.	Atividades do cotidiano (rotina).		X			A/T
	❖ Experimentar diferentes níveis de velocidades	Brincadeiras de diferentes ritmos e velocidades.		X			A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
noite. • Linguagem matemática.	em brincadeiras.						
	❖ Observar situações da rotina diária e experiências diversas relacionando as transformações e a passagem de tempo.	Sucessão e duração.		X			A/T
	❖ Compreender o agora e o depois nos diferentes momentos do cotidiano de seu grupo.	Conceitos básicos de tempo.		X			A/T
	❖ Observar o céu, astros, estrelas e seus movimentos (dia e noite), para que percebam a passagem do tempo.	Noções de astronomia: - movimentos da terra; - sol (fonte de luz e calor); - sistema solar; - luz/ sombra (claro/escuro)		X			3º
(EI01ET07) Contar oralmente objetos, pessoas, livros etc., em contextos diversos.							
• Contagem oral. • Sistema de numeração decimal. • Identificação e utilização dos números no contexto social. • Linguagem matemática.	❖ Participar de brincadeiras que envolvam sequência numérica.	Noções de quantidade. Números e operações.		X			2º
	❖ Ter contato com números e contagem em situações contextualizadas e significativas.	Relações entre quantidades. Função social dos números.		X			2º
(EI01ET08) Registrar com números a quantidade de crianças (meninas e meninos, presentes e ausentes) e a quantidade de objetos da mesma natureza (bonecas, bolas, livros etc.).							
• Números e quantidades. • Linguagem matemática. • Identificação e utilização dos números no contexto social. • Representação	❖ Observar contagens e registros de quantidades realizados pelo(a) professor(a).	Representação e leitura dos numerais.		X			2º
	❖ Participar de situações de agrupamento de elementos da mesma natureza em quantidades preestabelecidas.	Agrupamentos utilizando como critério as quantidades (um, nenhum, alguns, muitos e pouco). Comparação entre o que tem a mesma quantidade (quantos a mais e quantos a menos).		X			2º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES						
o de						
quantidades.						

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
(EI02/03ET01) Explorar e descrever semelhanças e diferenças entre as características e propriedades dos objetos (textura, massa, tamanho).							
(EI0/01ET01) Explorar e descobrir as propriedades de objetos e materiais (odor, cor, sabor, temperatura).							
SABERES E CONHECIMENTOS	❖ OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos Específicos	Bebês- 0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças bem pequenas 2 e 3 anos	Crianças pequenas 4 e 5 anos	Trimestre
● Manipulação e exploração.	❖ Manipular objetos e brinquedos de materiais diversos, explorando suas características físicas.	Características dos objetos			X		A/T
	❖ Observar e nomear alguns atributos dos objetos.	Funcionalidade dos objetos			X		A/T
	❖ Misturar diferentes materiais explorando suas características físicas.	Características físicas dos materiais			X		3°
● Características físicas, propriedades e utilidades dos objetos. ● Classificação dos objetos. ● Percepções.	❖ Identificar e manusear elementos do meio natural e objetos produzidos pelo homem.	Elementos do meio natural e objetos produzidos pelo homem			X		A/T
	❖ Organizar progressivamente brinquedos e outros materiais, comparando e descrevendo semelhanças e diferenças, realizando classificações simples.	Agrupamento			X		A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
<ul style="list-style-type: none"> ● Características físicas, utilidades, propriedades, semelhanças e diferenças entre os objetos. ● Organização, comparação, classificação, sequenciação e ordenação de diferentes objetos. ● Formas geométricas. ● Medidas padronizadas e não padronizadas (arbitrárias) de comprimento, massa, capacidade e tempo. 	❖ Explorar objetos pessoais e do meio em que vive, conhecendo suas características, propriedades e função social.	Propriedade dos objetos			X		A/T
	❖ Descrever objetos em situações de exploração apontando suas características, semelhanças e diferenças.	Exploração dos objetos			X		A/T
	❖ Observar objetos produzidos em diferentes épocas e por diferentes grupos sociais a fim de perceber as características dos mesmos.	Objetos culturais e sociais			X		A/T
	❖ Manipular objetos e brinquedos explorando as características, propriedades e possibilidades associativas (empilhar, rolar, transvasar, encaixar).	Usos e possibilidades dos objetos			X		A/T
	❖ Manipular, explorar, comparar, organizar, sequenciar, classificar e ordenar materiais.	Noções básicas de conceitos matemáticos			X		A/T
	❖ Participar de jogos de montar, empilhar e encaixar, realizando construções cada vez mais complexas e orientando-se por noções espaciais.	Noções espaciais			X		A/T
	❖ Realizar classificação em diferentes situações de acordo com critérios: capacidade, volume, cor, massa e comprimento.	Noções espaciais			X		A/T
	❖ Observar, no meio natural e social, as formas geométricas, percebendo diferenças e semelhanças entre os objetos no espaço.	Semelhanças e diferenças			X		A/T
	❖ Participar de situações que envolvam os sistemas de medida de comprimento, de massa e de capacidade, utilizando medidas padronizadas e não padronizadas (arbitrárias).	Sistemas de medidas			X		3º
	❖ Manusear as formas geométricas espaciais.	Sólidos geométricos			X		A/T
❖ Participar de situações e atividades que envolvam medidas de tempo (calendário e relógio).	Sólidos geométricos			X		A/T	
(EI02/03ET02) Observar, relatar e descrever incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento, chuva etc.).							
● Fenômenos	❖ Participar de discussões mediadas pelo(a)	Conversação			X		A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
naturais. ● Elementos da natureza.	professor(a) sobre os fenômenos naturais do cotidiano e suas alterações.						
	❖ Participar de práticas coletivas percebendo elementos e fenômenos da natureza (chuva, vento, luz solar, sombra, arco-íris, nuvens, relâmpago e trovão).	Percepção			X		A/T
● Tempo atmosférico. ● Água.	❖ Observar e reconhecer a chuva, seu som e outras sensações características (cheiro e vibrações), bem como do fenômeno trovão e suas características.	Clima (chuvoso)			X		2º
	❖ Conhecer a importância da água para os seres vivos.	Importancia da água			X		1º
	❖ Conhecer a necessidade de cuidados com o uso da água.	Preservação da água			X		1º
● Fenômenos físicos: movimento, inércia, flutuação, equilíbrio, força, magnetismo, atrito. ● Sistema Solar. ● Dia e noite. ● Luz e sombra. ● Instrumentos para observação e experimentação.	❖ Observar os fenômenos naturais por meio de diferentes recursos e/ou experiências.	Observação dos fenômenos naturais através de recursos			X		2º
	❖ Experimentar sensações físicas táteis sobre alguns fenômenos da natureza.	Percepção Tátil			X		A/T
	❖ Observar o céu em diferentes momentos do dia.	Noções de Astronomia			X		A/T
	❖ Perceber os elementos e características do dia e da noite, com presença e ausência de luz e sol/lua.	Claro e Escuro			X		A/T
	❖ Observar e relatar sobre: o vento, a chuva, a luz do sol e outros.	Características			X		A/T
	❖ Observar sobre fenômenos naturais e físicos (movimento, inércia, flutuação, equilíbrio, força, magnetismo, atrito).	Observação			X		A/T
	❖ Explorar o efeito da luz por meio da sua presença ou ausência (luz e sombra).	Efeito da luz			X		A/T
	❖ Ter noções sobre os quatro elementos: terra, fogo, ar e água, de várias formas.	Noções básicas/ elementos naturais			X		A/T
	❖ Conhecer fenômenos naturais típicos de sua região.	Condições climáticas			X		A/T
(EI02/03ET09) Conhecer animais e plantas percebendo a existência de diferentes tipos de seres vivos, seu habitat e suas características.							
(EI02/03ET03) Compartilhar, com outras crianças, situações de cuidado de plantas e animais nos espaços da instituição e fora dela.							
	❖ Observar e nomear algumas particularidades (cobertura do corpo, alimentação,	Características dos animais			X		2º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES						
<ul style="list-style-type: none"> ● Seres vivos: plantas e animais. ● Preservação do meio ambiente. ● Elementos da natureza. 	locomoção, habitat, dentre outros) dos animais.					
	❖ Participar de experiências coletivas nas quais a curiosidade sobre as plantas e os animais sejam instigadas.	Interação e curiosidade			X	A/T
	❖ Observar o habitat de plantas em hortas e jardins, observando algumas de suas características (tamanho, comestível e não comestível, cor, odor), com apoio do(a) professor(a).	Habitat das plantas			X	2º
	❖ Experimentar em diferentes momentos o contato com elementos naturais em hortas e jardins.	Expedição investigativa			X	2º
	❖ Observar animais no ecossistema evidenciando conhecimentos básicos sobre suas características físicas, locomoção, alimentação e habitat.	Diversidade			X	2º
	❖ Observar a alimentação dos animais e do ser humano, com auxílio do(a) professor(a).	Alimentação			X	2º
	❖ Perceber-se enquanto parte integrante do meio ambiente.	O ser humano enquanto integrante do meio ambiente			X	A/T
	❖ Perceber os elementos da natureza explorando os espaços externos e internos da instituição escolar.	Estudo do espaço			X	2º
	❖ Conhecer alimentos saudáveis: frutas, legumes, verduras e cereais.	Alimentação Saudável			X	2º
<ul style="list-style-type: none"> ● Plantas, suas características gerais, habitat, diversidade e prevenção de acidentes. ● Plantas comestíveis e não comestíveis. 	❖ Nomear algumas plantas do seu entorno, com auxílio do(o) professor(a).	Nome das plantas			X	2º
	❖ Ajudar a cultivar e acompanhar o crescimento de algumas plantas, com auxílio do(o) professor(a).	Germinação			X	2º
	❖ Conhecer o modo de vida de inseto (joaninha, abelha, besouro, mosquitos e outros) e animais presentes no dia a dia.	Animais de jardim			X	2º
	❖ Identificar, pela exploração e observação, características que diferenciam os seres vivos de outros elementos e materiais de seu meio.	Características dos seres vivos e não vivos			X	2º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES						
<ul style="list-style-type: none"> Animais: suas características (locomoção, habitat, proteção, alimentação) seu modo de vida. Alimentação dos seres vivos. 	❖ Participar de situações de cuidado com o meio ambiente (preservar as plantas, não maltratar animais).	Cuidado com o meio ambiente			X	2º
	❖ Exercitar a coleta e seleção do lixo produzido pela turma no ambiente da sala de aula e do espaço escolar como ação de cuidado com o meio ambiente.	Coleta seletiva do lixo			X	A/T
	❖ Identificar alguns alimentos comestíveis usados na sua alimentação.	Identificação alimentos			X	A/T
	❖ Conhecer algumas plantas que não servem como alimento do homem.	Alimentos tóxicos				
	❖ Conhecer plantas, do seu entorno, que podem causar perigo quando manipulada ou colocada na boca.	Propriedade das planta			X	3º
<ul style="list-style-type: none"> Plantas, suas características e habitat. Animais, suas características, seu habitat e seu modo de vida. Animais no ecossistema: cadeia alimentar. Alimentação saudável. Industrializados e naturais, restrições alimentares. Corpo humano: partes externas, órgãos dos sentidos e suas 	❖ Identificar as propriedades organolépticas (odor, sabor, cor e textura) das plantas.	Propriedade das planta			X	3º
	❖ Identificar algumas plantas e seu habitat.	Habitat das plantas			X	3º
	❖ Ter contato com plantas percebendo suas partes e funções.	Funcionalidades das plantas			X	2º
	❖ Responsabilizar-se pelo cultivo de plantas e por seu cuidado, com auxílio do professor. (terrário, horta, jardim, árvore frutífera).	Cultivação			X	2º
	❖ Identificar, com auxílio do(a) professor(a) algumas plantas que podem ser perigosas.	Cultivação			X	2º
	❖ Ter noções sobre cuidados para prevenir acidentes com plantas.	Plantas nocivas			X	2º
	❖ Ter noções sobre cuidados para prevenir acidentes com animais.	Cuidados			X	A/T
	❖ Identificar, com auxílio de material de apoio, alimentos naturais e industrializados.	Identificação			X	A/T
	❖ Conhecer possíveis situações de restrição alimentar entre os colegas de turma.	Doenças alérgicas alimentares			X	A/T
	❖ Conhecer doenças transmitidas por animais, insetos e formas de prevenção.	Palestra de prevenção			X	3º
❖ Conhecer algumas características físicas do ser humano: o corpo humano, partes externas, órgãos dos sentidos e suas funções.	características físicas			X	A/T	

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
<ul style="list-style-type: none"> funções. ● Diferentes meios para satisfazer necessidades de sobrevivência do ser humano: comunicação, locomoção, habitat. ● Coleta seletiva do lixo. ● Doenças transmitidas por animais e formas de prevenção. ● Prevenção de acidentes com plantas. 	❖ Conhecer tipos de moradias do ser humano.	Tipos de moradias do homem			X		A/T
	❖ Conhecer formas de locomoção do ser humano em espaços terrestres, aéreos e aquáticos.	Formas de locomoção humana: Terrestre, aérea e aquática			X		2º
	❖ Conhecer hábitos de higiene bucal e corporal diários, necessários à saúde do ser humano.	hábitos de higiene			X		A/T
	❖ Identificar tipos de vestuário adequados às mudanças climáticas.	Vestuário			X		3º
	❖ Identificar o homem/mulher/criança na condição de espécie animal.	Evolução da espécie			X		1º
	❖ Conhecer alimentos consumidos pelo homem: origem animal, vegetal e mineral.	origem dos alimentos			X		2º
	❖ Identificar meios de comunicação utilizados pelo ser humano.	meios de comunicação			X		A/T
	❖ Participar da construção de hortas, jardins, sementeiras, estufas e outros espaços para observação, experimentação e cuidado com as plantas.	Elementos que compõe o meio ambiente.			X		A/T
	❖ Conhecer o processo de decomposição/compostagem de objetos e vegetais, percebendo as transformações num determinado tempo, com auxílio do professor.	Processo de decomposição			X		2º
	❖ Participar de situações de cuidado com o meio ambiente: cuidado com plantas e com animais, separação de lixo, economia de água e outros.	Zelo pela natureza			X		A/T
(EI02/03ET04) Identificar relações espaciais (dentro e fora, em cima, embaixo, acima, abaixo, entre e do lado) e temporais (antes, durante e depois).							
<ul style="list-style-type: none"> ● Percepção do entorno. ● Espaço físico e objetos. ● Comparação dos ● Noções espaciais 	❖ Movimentar-se no espaço, sob comando do professor, com indicações de ação: descer, andar para frente, para trás, para o lado, evidenciando progressiva autonomia.						
	❖ Movimentar-se no espaço, sob comando do professor, com indicações de ação: rápido, devagar, mais rápido, mais lento, evidenciando progressiva autonomia.	Reprodução do movimento			X		A/T
	❖ Movimentar-se no espaço, sob comando do professor, com indicações de ação: dentro	Velocidade			X		A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
de orientação, de direção, de proximidade, lateralidade, de exterior e interior, de lugar e de distância. • Posição dos objetos. • Posição corporal. • Noção temporal.	de, fora de, em cima de, embaixo de, por baixo de, ao lado de, perto de, longe de, evidenciando progressiva autonomia.						
	❖ Conhecer os diferentes ambientes da escola por meio de explorações que promovam a identificação de relações espaciais.	Estudo do espaço			X		A/T
	❖ Encontrar objetos ou brinquedos em situações de brincadeiras orientadas ou a partir de comandos do(a) professor(a) sobre a sua localização.	Localização do objeto			X		A/T
• Linguagem matemática. • Noções espaciais de orientação, de direção, de proximidade, de lateralidade, de exterior e de interior, de lugar e de distância. • Noção temporal.	❖ Identificar os momentos da rotina utilizando expressões temporais como antes de, durante e depois de.	Percepção temporal de duração			X		A/T
	❖ Explorar o espaço por meio do corpo e dos sentidos, a fim de perceber elementos presentes em seu ambiente que limitam e orientam a circulação, com mediação do professor.	Exploração do corpo no espaço			X		A/T
	❖ Explorar o espaço por meio de experiências de deslocamento de si e dos objetos, considerando obstáculos, com progressiva autonomia.	Experiência de deslocamento			X		A/T
	❖ Posicionar o corpo no espaço a partir de orientações.	Compreensão temporal dos comandos			X		A/T
	❖ Participar de situações cotidianas, com progressiva compreensão, sobre noções de tempo em comandos como agora, depois de e durante.	Espaço interno e externo			X		A/T
	❖ Explorar o espaço escolar e do entorno, identificando a localização de seus elementos.	-Espaço interno e externo			X		A/T
	❖ Participar de situações diversas dentro e fora da sala que envolvam as noções topológicas.	Propriedades do espaço: representação cartográfica			X		A/T
	❖ Utilizar expressões temporais como antes, durante e depois, em situações de conversa ou relatos do cotidiano.	Tempo histórico			X		A/T
❖ Evidenciar progressiva compreensão e autonomia sobre a passagem do tempo por	Deslocamento no espaço			X		A/T	

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES						
	meio do entendimento de comandos como agora, depois e durante, em situações rotineiras ou do cotidiano.					
	❖ Deslocar-se no espaço/ambiente da escola considerando a localização de si e de elementos no espaço, obedecendo a comandos e com progressiva autonomia.	Deslocamento no espaço			X	A/T
(EI02/03ET05) Classificar objetos, considerando determinado atributo (tamanho, peso, cor, forma etc.).						
<ul style="list-style-type: none"> ● Propriedades e funções dos objetos. ● Semelhanças e diferenças entre elementos. ● Capacidade, comprimento, massa, forma e posição dos objetos. ● Medidas padronizadas e não padronizadas de comprimento, capacidade e massa. ● Medida de valor. ● Linguagem matemática. 	❖ Conhecer as características, propriedades e função social dos objetos pessoais e do meio em que vive.	Características			X	A/T
	❖ Comparar objetos seguindo critérios: de capacidade, comprimento, massa, cor, forma, textura, dentre outros, com progressiva autonomia.	comparação			X	A/T
	❖ Agrupar os objetos, seguindo critérios mediados pelo(a) professor(a): comprimento, capacidade, cor, massa, forma, posição, dentre outras possibilidades.	Agrupamento			X	A/T
	❖ Comparar, organizar e classificar os objetos seguindo alguns critérios estabelecidos, como cor, forma, massa, comprimento, volume, material, uso etc.	comparação			X	A/T
	❖ Separar objetos e materiais considerando os usos, a cor, a textura e/ou material utilizado, realizando agrupamentos respeitando os critérios indicados pelo(a) professor(a).	Classificação			X	A/T
	❖ Explorar os sólidos geométricos, observando a superfície plana (não rolam) e curva (que rolam), com auxílio do(a) professor(a).	Noções de geometria			X	A/T
	❖ Conhecer instrumentos de medida de massa padronizada e não padronizada.	Medidas de massa			X	A/T
	❖ Conhecer instrumentos de medida de comprimento padronizadas e não padronizadas.	Medidas de dimensões			X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
	❖ Conhecer instrumentos de medida de capacidade padronizada e não padronizadas.	Medidas de capacidade			X		A/T
	❖ Conhecer a medida de valor: cédulas e moedas.	Sistema monetário			X		3º
	❖ Explorar os atributos de diferentes objetos para selecioná-los e agrupá-los, seguindo um ou mais critérios.	Relação entre as quantidades			X		A/T
	❖ Estabelecer relações de capacidade: cheio/vazio, o que tem mais, o que tem menos, metade, pouco/muito.	Relações de capacidade			X		A/T
	❖ Estabelecer relações de comprimento: comprido/curto; alto/baixo; mesma altura, mesmo tamanho, grande/pequeno, maior/menor, largo/estrito, grosso/fino.	Relações de comprimento			X		A/T
	❖ Estabelecer relações de massa: leve/pesado; mais leve/mais pesado.	Relações de massa			X		2º
	❖ Utilizar as medidas arbitrárias em situações problemas (colher, xícara, concha, copo, garrafa etc.).	Medidas arbitrárias			X		3º
(EI02/03ET06) Utilizar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar).							
<ul style="list-style-type: none"> ● Noções de tempo. ● Transformações na natureza: dia e noite. ● Linguagem matemática. ● Sequência temporal. 	❖ Experimentar diferentes níveis de velocidade em brincadeiras e movimentos (lento, rápido).	Percepção temporal de velocidade			X		A/T
	❖ Perceber a importância do tempo para esperar o preparo de alimentos ou até a secagem de materiais para uso em sala (cola, tinta, por exemplo).	duração e sucessão			X		A/T
	❖ Observar o céu, astros, estrelas e seus movimentos (dia e noite), percebendo a passagem do tempo, com auxílio do professor.	duração e sucessão			X		2º
	❖ Participar de situações de organização e registro da rotina diária, utilizando os conceitos básicos de tempo.	-Rotina diária			X		A/T
	❖ Ter noções sobre o agora e o depois nos diferentes momentos do cotidiano de seu grupo construindo referências para apoiar	Noções de simultaneidade			X		2º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
	sua percepção do tempo.						
	❖ Explorar diferentes instrumentos de nossa cultura que usam número, grandezas e medidas de tempo, em contextos significativos, como: calendário, relógio e ampulheta.	Medida padrão			X		2º
	❖ Vivenciar situações em que o adulto relaciona noções de tempo a seus ritmos biológicos, para perceber a sequência temporal em sua rotina diária: alimentar-se, brincar, descansar, tomar banho e escovar os dentes.	Marcação do tempo			X		A/T
	❖ Ter noções de tempo: agora, depois de, antes de, amanhã, ontem, hoje, depressa, devagar, lento, rápido por meio de atividades que estimulem a percepção.	Marcação do tempo			X		A/T
<ul style="list-style-type: none"> Recursos culturais e tecnológicos de medida de tempo. Sequência temporal nas narrativas orais e registros gráficos. 	❖ Envolver-se na rotina da sala de aula observando a sequência dos fatos de modo a adquirir maior independência, autonomia e atuar de forma a prever as próximas ações.	Organização do tempo no espaço			X		A/T
	❖ Ter noções de tempo e relacionar a seus ritmos biológicos percebendo a sequência temporal em sua rotina diária.	tempo cronológico			X		A/T
	❖ Conhecer conceitos básicos de tempo em situações do dia a dia.	Conceitos de tempo			X		2º
(EI02/03ET07) Contar oralmente objetos, pessoas, livros etc., em contextos diversos.							
(EI02/03ET08) Registrar com números a quantidade de crianças (meninas e meninos, presentes e ausentes) e a quantidade de objetos da mesma natureza (bonecas, bolas, livros etc.).							
<ul style="list-style-type: none"> Contagem oral. Sistema de numeração decimal. Identificação e utilização 	❖ Perceber os números em diferentes objetos da nossa cultura e em contextos significativos.	Percepção numérica			X		2º
	❖ Perceber o uso da contagem por meio de diferentes atividades realizadas oralmente pela professora, estabelecendo noções de quantificação, realizando comparações.	Noções de quantificação			X		A/T
	❖ Explorar a possibilidade de agrupamento de elementos da mesma natureza em	Classificação			X		A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
<ul style="list-style-type: none"> dos números no contexto social. Sequência numérica. Números e quantidades. Linguagem matemática. Representação de quantidades. 	quantidades preestabelecidas.						
<ul style="list-style-type: none"> Relação objeto/quantidade de (ideia de correspondência). Agrupamento dos elementos. Correspondência biunívoca. Classificação. 	❖ Participar de brincadeiras que envolvam a recitação da sequência numérica por meio de cantigas, rimas, parlendas ou amarelinha.	Números na ludicidade			X		A/T
	❖ Manipular e explorar objetos, brinquedos em situações cotidianas estabelecendo correspondência biunívoca.	Ideia de correspondência			X		A/T
	❖ Usar a contagem em situações de manipulação de materiais, conduzidas pelo(a) professor(a).	Números e quantidades			X		2º
	❖ Realizar contagem oral durante brincadeiras, mesmo que de forma desordenada.	Contagem Oral			X		A/T
	❖ Manipular, explorar, organizar brinquedos e outros materiais em agrupamentos de até 5 elementos e ir aumentando gradativamente.	Agrupamentos de objetos diversos			X		3º
	❖ Participar de atividades que envolvam o registro de quantidades de forma não convencional em jogos, brincadeiras e situações do cotidiano.	Registro de quantidades			X		A/T
	❖ Participar de atividades oralmente, envolvendo a sequência numérica.	Sequência numérica na oralidade			X		3º
<ul style="list-style-type: none"> Relação 	❖ Contar objetos, brinquedos e alimentos e dividir entre os colegas.	Cantagem de diferentes objetos			X		3º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES						
<ul style="list-style-type: none"> número/quantidade. ● Comparação. ● Representação de quantidades de forma convencional ou não convencional. ● Agrupamento de quantidades. ● Comparação entre quantidades: menos, mais, igual. ● Registros gráficos. ● Noções básicas de divisão e multiplicação. 	❖ Comparar quantidades de brinquedos ou objetos, identificando se há mais, menos ou a quantidade é igual.	Comparação de objetos quantidades			X	3°
	❖ Manipular, explorar, organizar brinquedos e outros materiais em agrupamentos, realizando a contagem.	Contagem			X	3°
	❖ Explorar os números e seus usos sociais em situações do dia a dia (refere-se ao código, à quantidade, à medida, à ordenação).	Uso social dos números			X	3°
	❖ Observar os números no contexto social escolar.	numeral			X	A/T
	❖ Participar de situações que envolvam o registro de quantidades de forma convencional em jogos, brincadeiras e situações do cotidiano, por meio de desenhos e outros símbolos até 5.	Registro de quantidades			X	3°
	❖ Agrupar e/ou separar objetos em quantidades iguais, seguindo orientações do(a) professor(a).	Elementos da matemática			X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
(EI04/05ET01) Estabelecer relações de comparação entre objetos, observando suas propriedades.							
SABERES E CONHECIMENTOS	❖ OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos Específicos	Bebês- 0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças bem pequenas 2 e 3 anos	Crianças pequenas 4 e 5 anos	Trimestre
● Manipulação, exploração e	❖ Identificar objetos pessoais e do meio em que vive conhecendo suas características, propriedades e função social.	Classificação				X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES								
<p>organização de objetos.</p> <ul style="list-style-type: none"> Características físicas, propriedades e utilidades dos objetos. Coleções: agrupamento de objetos por semelhança. Organização, comparação, classificação, sequenciação e ordenação de diferentes objetos. Sólidos geométricos. Planificação. Formas geométricas planas. Propriedades associativas. Medidas padronizadas e não padronizadas de comprimento, massa, capacidade e tempo. 	❖ Manipular objetos e brinquedos explorando características e propriedades (empilhar, rolar, transvasar, encaixar).	Empilhamento: junção/separação, encaixe / desencaixe, abrir / fechar, empurrar, enfileirar objetos.					X	A/T
	❖ Conhecer as características das grandezas de objetos (grande/pequeno, comprido/curto etc.) ao falar sobre eles.	Comparação de grandezas.					X	A/T
	❖ Observar e identificar no meio natural e social as formas geométricas, percebendo diferenças e semelhanças.	Semelhanças e diferenças entre os objetos culturais e as formas encontradas na natureza.					X	A/T
	❖ Abrir, contar e contornar todas as faces de um sólido geométrico.	Manipulação de sólido geométrico.					X	3º
	❖ Comparar, classificar, ordenar, seriar e sequenciar os objetos seguindo alguns critérios, como cor, forma, textura, capacidade, massa, comprimento, função, dentre outros, mediados pelo professor.	Formas geométricas: quadrado, triângulo, retângulo, círculo: Formas da natureza, abstraídas do tridimensional/bidimensional.					X	3º
	❖ Conhecer e utilizar instrumentos de medida de massa, capacidade e comprimento.	Planificação dos sólidos geométricos					X	3º
	❖ Reconhecer e nomear as figuras geométricas planas: triângulo, círculo, quadrado, retângulo.	Objetos que rolam e que não rolam.					X	3º
	❖ Utilizar diferentes critérios para comparar objetos.	Medidas arbitrarias (pé, palmo, braço, entre outros).					X	3º
❖ Estabelecer relações entre os sólidos geométricos e os objetos presentes no seu ambiente.	Sólidos geométricos					X	3º	
❖ Comparar comprimento, massa e capacidade, estabelecendo relações.	Necessidade da medida padrão (metro, litro, kg).					X	3º	
(EI04/05ET02) Observar e descrever mudanças em diferentes materiais, resultantes de ações sobre eles, em experimentos envolvendo fenômenos naturais e artificiais.								

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
<ul style="list-style-type: none"> ● Relação espaço-temporal. ● Fenômenos da natureza e suas relações com a vida humana. ● Fenômenos físicos: movimento, inércia, flutuação, equilíbrio, força, magnetismo e atrito. ● Fenômenos naturais: luz solar, vento, chuva. ● Sistema Solar. ● Dia e noite. ● Luz /sombra. ● Elementos da natureza: terra, fogo, ar e água. ● Diferentes fontes de pesquisa. ● Fenômenos químicos: produção, mistura e transformação. 	❖ Observar e descrever algumas características e semelhanças frente aos fenômenos da natureza.	Ontem, hoje e amanhã enquanto tempo histórico. Exploração: características				X	2º
	❖ Identificar os elementos (fogo, ar, água e terra) enquanto produtores de fenômenos da natureza	Chuva, seca, temporal, granizo e geada.				X	2º
	❖ Conhecer a ação dos elementos da natureza na vida humana (chuva, seca, frio e calor).	Estações do ano. Clima quente, frio				X	2º
	❖ Identificar os elementos e características do dia e da noite.	Sol: fonte de luz e calor – vida.				X	2º
	❖ Acompanhar e conhecer, com auxílio do professor, os resultados alcançados a partir da mistura de diferentes produtos/materiais ou em receitas simples.	Movimentos da terra (dia- noite).				X	A/T
	❖ Estabelecer relações de causa e efeito dos fenômenos da natureza, levantando hipóteses com auxílio do(a) professor(a).	Outros corpos celestes (lua, estrelas). Construção gradativa do calendário.				X	A/T
	❖ Identificar algumas consequências dos fenômenos da natureza na vida das pessoas.	Mudanças climáticas;				X	A/T
	❖ Experienciar situações que comprovem a existência dos fenômenos físicos: movimento, inércia, flutuação, equilíbrio, força, magnetismo e atrito.	Aumento da temperatura global;				X	A/T
❖ Conhecer o efeito da luz por meio da sua presença ou ausência (luz e sombra).	Poluição; Preservação;				X	3º	
(EI04/05ET03) Identificar e selecionar fontes de informações, para responder a questões sobre a natureza, seus fenômenos e sua conservação.							
<ul style="list-style-type: none"> ● Elementos da paisagem: naturais e construídos pela 	❖ Conhecer os elementos que compõem a paisagem de diversos percursos e suas modificações.	Paisagem natural e cultural;				X	A/T
	❖ Participar de situações de cuidado com o meio ambiente.	Preservação e devastação do meio ambiente;				X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
humanidade.							
● Formas de organização da cidade: bairros, ruas, becos, avenidas.	❖ Praticar a separação de materiais para fins de reciclagem, conforme sua destinação.						
	❖ Participar de ações de preservação de plantas e de cuidados com animais, sob sua responsabilidade.	Relações de interdependência entre os elementos que constituem o meio ambiente.				X	A/T
● Coleta seletiva de lixo.	❖ Perceber que os seres vivos possuem um ciclo de vida, reconhecendo as diferentes fases.	Vegetais e suas características: habitat e partes das plantas				X	A/T
	❖ Ter contato com as partes das plantas e suas funções.	Partes das plantas e suas funções				X	2°
● Preservação do meio ambiente.	❖ Conhecer espécies e/ou raças de animais usadas como guias ou em situações para ajudar as pessoas.	Características (locomotão, proteção, alimentação, habitat, higiene e prevenção de acidentes).				X	A/T
● Elementos da natureza.	❖ Identificar, com auxílio do(a) professor(a), as principais doenças transmitidas por animais e formas de prevenção.	Doenças transmitidas por animais cuidadas como animais				X	3°
● Transformação da natureza.	❖ Exercitar hábitos diários de cuidado com a higiene do corpo.	Higiene com o corpo				X	1°
● Seres vivos: ciclos e fases da vida.	❖ Conhecer os diferentes meios de satisfazer as necessidades do ser humano: comunicar-se, mover-se, alimentar-se e repousar.	Alimentação saudável: - alimentos naturais/ orgânicos e industrializados; - Hábitos alimentares; - Necessidades nutricionais - Origem dos alimentos;				X	A/T
● Plantas, suas características e habitat.	❖ Identificar cuidados em situações de restrição alimentar.	Higiene dos alimentos; - conservação;				X	A/T
● Animais, suas características, seus modos de vida, alimentação e habitat.	❖ Conhecer a origem de alguns alimentos: animal, vegetal e mineral.	Origem dos alimentos				X	2°
	❖ Conhecer alimentos industrializados e naturais.	Indústrias alimentícias				X	2°
	❖ Reconhecer alimentos saudáveis.	Alimentação saudável				X	3°
● Animais no ecossistema: cadeia alimentar.	❖ Conhecer os meios utilizados pelo homem para comunicar-se com as outras pessoas.	Meios de comunicação e transformação ao longo do tempo.				X	A/T
	❖ Conhecer os diferentes tipos de transporte e seus usos pelo homem.	Meios de transporte;				X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
<ul style="list-style-type: none"> ● Uso dos animais em situações específicas: guia e em terapias. ● Doenças transmitidas por animais e formas de prevenção. ● O ser humano e suas características: o corpo humano; os órgãos dos sentidos e as sensações; higiene do corpo humano. ● Diferentes meios para satisfazer necessidades e sobrevivência do ser humano: comunicação, locomoção, alimentação e habitat. ● Alimentação saudável: origem dos alimentos, alimentos industrializados e naturais, restrições alimentares e higiene dos 		Espaços de circulação					
	❖ Conhecer e identificar as características e importância dos meios de transporte para circulação de pessoas e mercadorias.	Ação do homem na transformação dos espaços;				X	A/T
	❖ Conhecer os diferentes tipos de moradia que atendem as necessidades humanas.	Habitação;				X	A/T
	❖ Conhecer os estados físicos da água, com auxílio do(a) professor(a), realizando a observação dos fenômenos físicos em experiências realizadas no espaço escolar.	- Impotância da água para os seres vivos; Estados físicos;				X	A/T
	❖ Conhecer os cuidados básicos para ajudar na preservação da água.	Poluição e cuidados com a água;				X	1º
	❖ Conhecer os diferentes usos do solo pelo homem e demais seres vivos.	Solo: - Nomeação; - Identificação; - Poluição e contaminação; - Conservação e preservação;				X	2º
	❖ Identificar, com auxílio do(a) professor(a) algumas das principais causas da poluição do solo.	Solo: poluição do solo				X	2º
	❖ Conhecer cuidados básicos para ajudar na preservação do solo.	Solo: preservação do solo				X	2º
	❖ Conhecer a importância do ar para os seres vivos animais e vegetais.	Ar: importância do ar para os seres vivos				X	2º
	❖ Identificar, com auxílio do(a) professor(a), algumas das principais causas da poluição do ar.	Ar: poluição do ar - Clima; - Mudanças climáticas;				X	3º
	❖ Identificar cuidados básicos para ajudar na preservação da qualidade do ar.	- Aumento da temperatura global; - Poluição; - Preservação;				X	3º
	❖ Perceber as variações de temperatura do					X	2º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
alimentos.	ambiente: clima quente e frio.	Vegetais e suas características: - Habitat;					
● Saúde e qualidade de vida.	❖ Reconhecer plantas pelas suas principais características.	Partes das plantas; - Preservação; - Prevenção de acidentes;				X	2°
● Elementos da natureza: ar, água, fogo e solo.	❖ Identificar plantas considerando seu habitat.	Habitat das plantas				X	3°
	❖ Identificar frutas, verduras, legumes e cereais.	Alimentos naturais/ orgânicos e industrializados; - Origem dos alimentos;				X	3°
● Importância da água para os seres vivos.	❖ Exercitar a responsabilidade pelo cultivo e cuidado de plantas.	Cuidado com as plantas e Cultivo de plantas				X	3°
	❖ Associar algumas espécies animais ao local em que vivem (habitat).	(Habitat) local onde vivem os animais				X	3°
● Estados físicos da água.	❖ Vivenciar momentos de cuidado com animais que não oferecem riscos.	Vivência com animais				X	3°
● Poluição e cuidados com a água.	❖ Associar algumas espécies animais ao tipo de alimento que consomem.	Alimentos dos animais				X	3°
	❖ Conhecer e nominar oralmente os órgãos dos sentidos e as sensações.	Órgão do sentido				X	2°
● Importância do solo para os seres vivos.	❖ Utilizar percepções, compreendendo os fenômenos quente, morno, frio e gelado.	Sensações e percepções (cinco sentidos);				X	2°
	❖ Identificar, com auxílio do(a) professor(a), problemas ambientais nos lugares conhecidos.	Ação do homem na transformação dos espaços;				X	A/T
● Poluição e cuidados com o solo.	❖ Selecionar e reaproveitar o lixo produzido por si ou por sua turma, compreendendo a importância de preservar o meio ambiente.	Conservação e preservação do meio ambiente;				X	3°
● Importância do ar para os seres vivos.	❖ Conhecer as relações entre os seres humanos e a natureza, adquirindo conhecimentos sobre as formas de transformação e utilização dos recursos naturais.	Recursos naturais				X	3°
● Poluição e cuidados com o ar.	❖ Identificar os animais por suas características físicas.	Espécie; - Alimentação; - Locomoção; - Reprodução - Prevenção de acidente;				X	A/T
● Temperatura do							

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
ambiente. • Tempo atmosférico.	❖ Observar animais no ecossistema: modos de vida, cadeia alimentar e outras características.	Espécie; - Alimentação; - Locomoção; - Reprodução - Prevenção de acidente;					X A/T
	❖ Identificar as principais características do corpo humano: partes e funções.	Hábitos de higiene; - Prevenção de acidentes;					X A/T
	❖ Conhecer cuidados básicos com a sua saúde: uso de medicamentos e vacinas, prática de atividade física e prevenção de acidentes.	- Uso de medicamentos (vacinas, ervas medicinais); - Primeiros socorros;					X A/T
	❖ Desenvolver ações referentes aos cuidados com o uso consciente da água.	- Conservação e preservação; - Importância da água para os seres vivos; - Poluição e cuidados com a água;					X A/T
(EI04/05ET04) Registrar observações, manipulações e medidas, usando múltiplas linguagens (desenho, registro por números ou escrita espontânea), em diferentes suportes.							
• Percepção do entorno. • Linguagem matemática. • Comparação dos elementos no espaço. • Noções espaciais de orientação, de direção, de proximidade, de lateralidade, de exterior e interior, de lugar e de distância.	❖ Registro das observações, das manipulações e das medidas – múltiplas linguagens –, usando diferentes suportes.	Função social dos instrumentos de medidas;					X A/T
	❖ Perceber que os números fazem parte do cotidiano das pessoas.	Linguagem matemática;					X A/T
	❖ Estabelecer a relação de correspondência biunívoca (termo a termo) entre a quantidade de objetos de dois conjuntos.	Comparação entre o que tem a mesma quantidade, quantos a mais, quantos a menos.					X A/T
	❖ Explorar o espaço escolar e do entorno, fazendo registros de suas observações.	Espaço de convivência/ circulação (casa, escola, rua). - Noções de distância: - perto/ longe, próximo/distante, tamanho, altura, largura, espessura;					X A/T
	❖ Utilizar representações de espaços vivenciados para localizar objetos ou espaços/locais.	Representação de espaços					X A/T
❖ Participar de situações que envolvam a medição da altura de si e de outras crianças,	Medidas de comprimento: - Necessidades da medida padrão (metro);					X 2°	

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES						
<ul style="list-style-type: none"> ● Posição dos objetos. ● Posição corporal. ● Noção temporal. ● Organização de dados e informações em suas representações visuais. 	por meio de fitas métricas e outros recursos.					
	❖ Registrar suas constatações e/ou da turma resultantes das observações, manipulações e medidas.	Manipulação de objetos,mediads arbitrárias			X	2°
	❖ Utilizar ferramentas de medidas não padronizadas, como os pés, as mãos e pequenos objetos de uso cotidiano em suas brincadeiras, construções ou criações.	Medidas arbitrárias (pitadas, xícara, punhado, colher, conha, plamo, pé, braço);			X	A/T
	❖ Conhecer os estados físicos da água e registrar suas transformações em diferentes contextos.	Estado físico da água. Poluição e contaminação. Conservação e preservação. Consumo.Ciclo da água.			X	1°
<ul style="list-style-type: none"> ● Representação de quantidades. ● Medidas padronizadas e não padronizadas de comprimento, massa, capacidade e tempo. 	❖ Registrar suas constatações e/ou da turma em diferentes suportes, utilizando desenhos e/ou tentativas de escrita.	Função social dos números; Leitura de numerias e registro de quantidade(por desenhos);			X	A/T
	❖ Reconhecer pontos de referência de acordo com as noções de proximidade, interioridade e direcionalidade comunicando-se oralmente e representando com desenhos ou outras composições, a sua posição, a posição de pessoas e objetos no espaço.	Comparação entre o que tem a mesma quantidade, quantos a mais, quantos a menos.			X	A/T
	❖ Registrar suas constatações e/ou da turma em diferentes suportes, utilizando desenhos e tentativa de escrita do numeral.	- Exploração dos objetos que envolvam a criança a partir de um ponto de referência;			X	A/T
<ul style="list-style-type: none"> ● Fenômenos químicos: mistura de tintas para a produção de cores secundárias. 	❖ Registrar de forma espontânea e orientada pelo(a) professor(a) os experimentos com uso de medidas, padronizadas ou não, de massa, comprimento, capacidade e tempo.	Leve/pesado, mais leve, mais pesado (uso da balança); - Necessidades da medida padrão (metro); - Medida padrão (litro) como necessidade; - Medida padrão (hora) com necessidade;			X	A/T
<ul style="list-style-type: none"> ● Mudanças nos estados físicos da matéria. 	❖ Fazer registros espontâneos sobre as observações realizadas em momentos de manipulação de objetos e materiais, identificando as transformações.	- Construção de rotinas: sequenicas de atividades que são realizadas.			X	A/T
<ul style="list-style-type: none"> ● Correspondência biunívoca. 	❖ Observar as transformações produzidas nos alimentos em decorrência do preparo ou cozimento, fazendo registros espontâneos.	Necessidades nutricionais;			X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES						
	❖ Registrar suas observações e descobertas, fazendo-se entender, escolhendo linguagens e suportes mais eficientes a partir de sua intenção comunicativa, com auxílio do(a) professor(a).	Tratamento de informações (gráficos e tabelas)				X 3º
	❖ Participar da organização de dados e informações em representações visuais: registro das rotinas, alterações do clima, passagem do tempo em calendário.	Rotina como ponto de referência do tempo; - Construção gradativa do calendário				X A/T
(EI04/05ET05) Classificar objetos e figuras de acordo com suas semelhanças e diferenças.						
<ul style="list-style-type: none"> • Propriedades e funções dos objetos. • Semelhanças e diferenças entre elementos. • Classificação e agrupamento dos objetos de acordo com atributos. • Tamanho, peso, forma, textura e posição dos objetos. • Medidas padronizadas e não padronizadas de comprimento, massa, capacidade/volume e valor. 	❖ Agrupar objetos e/ou figuras a partir de observações, manuseios e comparações de suas propriedades: cor, textura, comprimento, volume, forma e massa, uso social, semelhanças e diferenças.	Principais funções sociais do número: contar, codificar, medir, ordenar.				X A/T
	❖ Organizar os objetos no espaço de acordo com suas características, observando direção e sentido, posição e grandeza.	Noções de grandezas: - Grande/pequeno, maior/menor, comprido/curto, alto/baixo, largo/estrito, grosso/fino, mesma altura, mesmo tamanho.				X A/T
	❖ Conhecer instrumentos de medida padronizada e não padronizada de comprimento, massa e capacidade.	Necessidade da medida padrão (metro)				X 1º/2º
	❖ Explorar unidades de medidas não convencionais (sacos com alimentos, saco de areia, garrafas com líquidos ou outros) para comparar elementos e estabelecer relações entre leve e pesado.	Necessidade da medida padrão (litro)				X 1º/2º
	❖ Utilizar unidades de medidas não convencionais (garrafas, xícaras, copos, colheres ou outros) para comparar elementos estabelecendo relações entre cheio e vazio.	- Necessidade da medida padrão (grama)				X 1º/2º
	❖ Explorar o espaço comparando objetos, formas e dimensões.	Semelhanças e diferenças entre os objetos culturais e as formas encontradas na natureza.				X A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
<ul style="list-style-type: none"> Linguagem matemática. Medida de valor: sistema monetário brasileiro. 	❖ Conhecer a medida de valor: cédulas e moedas, em simulações orientadas, percebendo seu uso social (trocas).	Função social do dinheiro (cédulas e moedas).				X	3º
	❖ Identificar e nomear os atributos dos objetos destacando semelhanças e diferenças.	Plano: bidimensional e tridimensional.				X	3º
	❖ Vivenciar situações que envolvam o uso de instrumentos padronizados de medida de comprimento, massa e capacidade, realizando comparações.	Necessidade da medida padrão (metro) Necessidade da medida padrão (litro) Necessidade da medida padrão (grama)				X	1º/2º
(EI04/05ET09) Utilizar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar, já, mais tarde, daqui a pouco, (acréscimo) velho/novo, dias da semana.							
<ul style="list-style-type: none"> Noções de tempo. Transformações na natureza: sequência temporal, dia e noite. Linguagem matemática. Recursos culturais e tecnológicos e medida de tempo. Sequência temporal nas narrativas orais e registros gráficos. 	❖ Perceber a importância da passagem do tempo para esperar o preparo de alimentos ou até a secagem de materiais para uso em sala (cola, tinta, por exemplo).	Duração e sucessão: marcação de pequenos intervalos de tempo;				X	AT
	❖ Observar o céu, astros, estrelas e seus movimentos (dia e noite), percebendo a passagem do tempo, com auxílio do(a) professor(a).	Dia e noite, ontem, hoje, manhã, tarde, semana, mês e ano.				X	A/T
	❖ Participar de situações de organização e registro da rotina diária utilizando os conceitos básicos de tempo.	Construção gradativa do calendário.				X	A/T
	❖ Compreender o agora e o depois nos diferentes momentos do cotidiano de seu grupo construindo referências para apoiar sua percepção do tempo.	Percepção do tempo				X	A/T
	❖ Explorar instrumentos de medidas de tempo em contextos significativos como: calendário, relógio analógico e digital.	Utilização do relógio como indicativo de tempo e necessidade padrão hora.				X	3º
	❖ Relacionar noções de tempo a seus ritmos biológicos para perceber a sequência temporal em sua rotina diária: alimentar-se, brincar, descansar, tomar banho, frequência à escola, rituais familiares e da comunidade, dentre outros.	Rotina como ponto de referência do tempo;				X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES						
	❖ Reconhecer, em atividades de sua rotina, os conceitos de agora e depois de, rápido e devagar, percebendo que a atividade desenvolvida por si e por seus colegas acontecem em um determinado tempo de duração.	Duração e sucessão: marcação de pequenos intervalos de tempo;				X A/T
	❖ Observar, em atividades da sua rotina, a construção da sequência temporal: manhã/tarde, dia/noite, reconhecendo a passagem de tempo.	Dia e noite; antes, depois, agora, já, mais tarde, daqui a pouco, logo depois de				X A/T
	❖ Conhecer as características e regularidades do calendário, relacionando-as com a rotina diária e favorecendo a construção de noções temporais.	Construção gradativa do calendário;				X A/T
	❖ Recontar eventos importantes em uma ordem sequencial.	Sequencia de ideias				X A/T
(EI04/05ET06) Relatar fatos importantes sobre seu nascimento e desenvolvimento, a história dos seus familiares e da sua comunidade (tempo histórico, história - pertencimento).						
<ul style="list-style-type: none"> ● Diferentes pessoas, espaços, tempos e culturas. ● Família. ● Fases do desenvolvimento humano. ● Os objetos, suas características, funções e transformações. ● Conceitos, formas e estruturas do 	❖ Conhecer os diferentes grupos familiares e as relações de convivência.	- Composição e características				X A/T
	❖ Identificar aspectos importantes de sua vida: local de nascimento (cidade, hospital/outros), data, medida (peso e altura).	História do nome;				X 1º/2
	❖ Conhecer fatos de seu desenvolvimento e escolha de seu próprio nome.	História do nome				X 1º/2
	❖ Identificar mudanças ocorridas com a passagem do tempo (crescimento), diferenciando eventos do passado e do presente.	Relação de parentesco (pai, mãe, irmãos, tios, avós).				X 1º/2
	❖ Conhecer as formas de vida de outras crianças ou adultos, identificando costumes, ritos, hábitos, tradições e acontecimentos significativos do passado e do presente.	Convivência nos diversos espaços (coletivo e individual).				X A/T
	❖ Conhecer celebrações e festas tradicionais da sua comunidade.	Hábitos culturais de diferentes grupos;				X A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES								
<p>mundo social e cultural.</p> <ul style="list-style-type: none"> Noções de tempo. Sequência temporal nas narrativas orais e registros gráficos. Conceitos básicos de tempo: agora, ontem, hoje, amanhã etc. Formas de organização da cidade: bairros, ruas, praças etc. História e significado do próprio nome e dos colegas. Vida, família, casa, moradia, bairro e escola. 	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer os papéis desempenhados pela família e pela escola. 	<p>Relações sociais em diferentes grupos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Família; Escola; Trabalho 					X	A/T
	<ul style="list-style-type: none"> Identificar aspectos da organização da família, da casa, da escola, do bairro ou outros. 	<p>Relações sociais em diferentes grupos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Família; Escola; Trabalho 						X
(EI04/05ET07) Relacionar números às suas respectivas quantidades e identificar o antes, o depois e o entre em uma sequência.								
<ul style="list-style-type: none"> Manipulação, exploração, comparação e agrupamento de objetos. Contagem oral. Sequenciação de objetos e fatos 	<ul style="list-style-type: none"> Identificar os números e seus usos sociais em situações do dia a dia (refere-se ao código, à quantidade, à medida, à ordenação). 	Classificação;					X	A/T
	<ul style="list-style-type: none"> Perceber quantidades nas situações rotineiras. 	Correspondência biunívoca;					X	A/T
	<ul style="list-style-type: none"> Utilizar a contagem oral nas diferentes situações do cotidiano, desenvolvendo o reconhecimento de quantidades. 	Seriação;					X	A/T
	<ul style="list-style-type: none"> Comparar quantidades identificando se há mais, menos ou se a quantidade é igual. 	Conservação;					X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
<ul style="list-style-type: none"> de acordo com critérios. ● Sistema de numeração decimal. ● Identificação e utilização dos números no contexto social. ● Lugar e regularidade do número natural na sequência numérica. ● Linguagem matemática. ● Noções básicas de quantidade: muito, pouco, mais, menos, bastante, nenhum. ● Noções básicas de divisão e multiplicação. ● Relação número/quantidade. ● Tratamento da informação. ● Representação de quantidades. ● Noções de cálculo e 	❖ Utilizar noções básicas de quantidade: muito/pouco, mais/menos, um/nenhum/muito.	Inclusão de classes;				X	A/T
	❖ Reconhecer posições de ordem linear como “estar entre dois”, direita/esquerda, frente/atrás.	Ordem linear				X	A/T
	❖ Identificar o que vem antes e depois em uma sequência.	Sequencia				X	A/T
	❖ Comparar quantidades por estimativa ou correspondência biunívoca entre a quantidade de objetos de dois conjuntos.	- Comparação;				X	A/T
	❖ Representar e comparar quantidades em contextos diversos (desenhos, objetos, brincadeiras, jogos e outros) de forma convencional ou não convencional, ampliando progressivamente a capacidade de estabelecer correspondência entre elas.	Principais funções sociais do número: contar, codificar, medir, ordenar.				X	A/T
	❖ Ler e nomear números, usando a linguagem matemática para construir relações.	Estabelecimento de relações entre numeral e quantidades				X	A/T
	❖ Realizar agrupamentos utilizando diferentes possibilidades de contagem.	Agrupamentos e contagem				X	A/T
	❖ Identificar a sequência numérica até 9, ampliando essa possibilidade.	Numeral e material concreto				X	A/T
	❖ Elaborar hipóteses para resolução de problemas que envolvam as ideias de adição e subtração com base em materiais concretos, jogos e brincadeiras, reconhecendo essas situações em seu cotidiano.	Resolução de problemas				X	A/T
	❖ Representar numericamente as quantidades identificadas em diferentes situações estabelecendo a relação entre número e quantidade.	Numero e quantidades				X	A/T
❖ Realizar agrupamentos de elementos da mesma natureza em quantidades iguais.	Ideia de tirar uma quantidade de outra (subtração);				X	A/T	
❖ Compreender situações que envolvam as ideias de divisão (ideia de repartir) com base em materiais concretos, ilustrações, jogos e brincadeiras para o reconhecimento dessas ações em seu cotidiano.	Ideia de comparação: “completar” e “chegar”;				X	A/T	

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
<ul style="list-style-type: none"> contagem como recurso para resolver problemas. • Comparação de quantidades utilizando contagem, notação numérica em registros convencionais e não convencionais. • Correspondência biunívoca. • Introdução do algarismo zero e seu traçado e a dezena. • Conservação e inclusão. 	❖ Agrupar objetos construindo e registrando a dezena.	Ideia de juntar quantidades iguais (multiplicar);				X	A/T
	❖ Realizar o cálculo mental através de situações simples de soma e subtração, em situações mediadas pelo (a) professor(a) e auxílio do material.	Ideia de repartir (divisão) igualmente;				X	A/T
	❖ Participar de rotinas e brincadeiras que envolvam a ideia de inclusão e conservação.	Ideia de repartir como medida;				X	A/T
(EI04/05ET08) Expressar medidas (peso/ massa, altura/comprimento etc.), construindo gráficos básicos.							
<ul style="list-style-type: none"> • Linguagem matemática. • Representação de quantidades. • Tratamento da informação. • Representação gráfica numérica. • Representação de quantidades 	❖ Representar quantidades por meio de desenhos e registros gráficos.	-Representação dos símbolos nas operações;				X	A/T
	❖ Participar de situações de resolução de problemas utilizando gráficos básicos.	Tratamento da informação: - Função social de tabelas e gráficos.				X	3º
	❖ Comparar quantidades identificando se há mais, menos ou a quantidade é igual.	Organização de dados(com desenhos e objetos) em tabelas.				X	3º
	❖ Ter contato com gráficos e tabela, organizando informações do contexto da sala de aula, com auxílio do(a) professor(a).	Gráficos e tabelas				X	3º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES							
de forma convencional ou não convencional. • Agrupamento de quantidades. • Comparação entre quantidades: menos, mais, igual. • Registros gráficos. • Leitura e construção de gráficos. • Organização de dados.	❖ Comparar quantidades em tabelas e gráfico, com auxílio do(a) professor(a).	Comparar graficos e tabelas com materiais concreto				X	3º
	❖ Ler gráficos coletivamente.	Gráficos				X	3º
	❖ Construir, coletivamente, gráficos básicos.	Esboço, leitura e interpretação de gráfico (com desenho ou objetos) de barras ou colunas, realizadas coletivamente.				X	3º

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Os ambientes da Educação Infantil precisam ser organizados para a faixa etária que atendem, de modo a proporcionar mobilidade e acessibilidade aos materiais que serão utilizados nas diferentes práticas pedagógicas, estando limpos, portanto higienizados, a fim de que possibilitem atos de ensino desde o uso do banheiro, da sala de aula, do refeitório, do parque, da horta, dos jardins e dos demais espaços de circulação e de acesso, tais como a entrada da instituição.

As criança que tem possibilidades de contato com brinquedos, jogos de montar, quebra-cabeça, jogo da memória, dentre outros, tem, ao brincar, um pensamento em ação, favorecendo o estabelecimento de relações cada vez mais complexas. Como não “sabe” contar, ela precisa, inicialmente, construir noções de “bastante, nada, muito, pouco, igual, mais, menos, maior, menor”, entre

outros significados que são construídos a partir das comparações que estabelece. Essas comparações também contribuem para a construção do conhecimento lógico-matemático. Por isso, quanto mais o professor e o meio oportunizarem ações e recursos que possibilitem investigar, observar, estabelecer relações, perceber semelhanças e diferenças, explorar, reconhecer, descrever e envolver-se, maiores serão as oportunidades de desenvolvimento. Segundo Lorenzato (2011), principalmente a partir dos quatro anos, as crianças gostam de,

Perguntar os “porquês” das coisas; dá preferência ao que conhece e não que ao que vê; inicialmente o centro continua sendo o próprio corpo, mas em seguida a criança consegue avançar, tomando como referência um objeto; apresentam dificuldades em considerar dois atributos simultaneamente; a percepção visual é mais forte que a correspondência um a um; os conceitos que envolvem tempo se apresentam como os mais difíceis para à criança; por meio de manipulação de materiais concretos, a criança já consegue adicionar e iniciar a contagem com significado. (LORENZATO, 2011, p. 5).

Ressalta-se que é por meio das experiências ou das situações do cotidiano da criança, nas experiências vividas no seu universo cultural e, sobretudo, naquelas proporcionadas pelos atos de ensino promovidos pelo (a) professor(a), que os processos mentais básicos para as aprendizagens da correspondência (ato de estabelecer a relação “um a um”); da comparação (ato de estabelecer diferenças e semelhanças) da classificação (o ato de separar por categorias de acordo com semelhanças ou diferenças); da sequenciação (ato de fazer suceder a cada elemento um outro sem considerar a ordem entre eles); da seriação (ato de ordenar uma sequência segundo um critério); da inclusão (ato de fazer abranger um conjunto por outro) e da conservação (ato de perceber que a quantidade não depende da arrumação, forma ou posição), vão corroborando para a construção do conceito de número. Assim, o trabalho com esses conceitos não se constitui momento estanque ou específico, mas se encontra presente em uma diversidade de atividades, podendo e devendo ser explorado em todos os campos de experiências e de forma simultânea.

Desde o nascimento, a criança está em contato permanente com formas, grandezas, números, medidas, contagens, os quais assumem significados na relação com as outras pessoas e com o meio. Nesse percurso, os conceitos vão sendo construídos, à medida que são exploradas as diferenças, as semelhanças, a forma, a cor, o tamanho, a temperatura, a consistência, a espessura, a textura, por meio de jogos, materiais manipulativos, brincadeiras; quanto maiores são as experiências, maiores serão as possibilidades de formação dos conceitos matemáticos. Uma vez que as noções lógico-matemáticas não se encontram no objeto, para se construir esse tipo de conhecimento, é necessário que o professor estabeleça relações com o material manipulativo de forma significativa, para que noções sejam interiorizadas. Para isso, é necessário, de acordo com Lopes e Grandó (2012),

Entender que fazer matemática é expor ideias próprias, escutar as dos outros, formular e comunicar procedimentos de resolução de problemas, formular questões, perguntar e problematizar, falar sobre experiências não realizadas ou que não deram certo, aceitar erros e analisá-los, buscar dados que faltam para resolver problemas, explorar o espaço em que ocupa, produzir imagens mentais, produzir e organizar dados, dentre outras coisas. Os conceitos matemáticos, bem como as suas diferentes formas de registro (linguagem matemática) não são definidos por fases, ou etapas de aquisição de linguagem matemática. Acrescenta-se a isso a ideia de que um trabalho intencional do professor no sentido de possibilitar a aprendizagem matemática da criança não pode ser isolado de outras áreas do conhecimento, bem como definida por etapas e fases. (LOPES; GRANDÓ, 2012, p. 5).

Ao tratar e refletir com a criança sobre os usos que são feitos dos números em nossa sociedade, a fim de compreender a sua função social é preciso situar as diferentes funções que esses desempenham, tais como contar, medir, ordenar e codificar, funções que estão presentes no cotidiano, como indicar data de nascimento, o número de calçado e da roupa, a altura, o peso, a ordem de uma criança na fila, o peso de determinados alimentos, a distância, a metragem etc. À medida que se desenvolve o trabalho com os números, constata-se que alguns podem ser utilizados em operações matemáticas e outros não. Por exemplo, não somamos os números das casas ou dos calçados, números do CPF ou do RG, nem de placas de diferentes carros.

As operações, por sua vez, estão intimamente vinculadas à construção do número nas medidas, na geometria e no tratamento das informações. Assim, quando trabalhadas de forma a possibilitar o desafio, desencadeiam na criança a necessidade de buscar uma solução com os recursos de que ela dispõe. Em todas as atividades desenvolvidas, a quantidade é contada, tirada, duplicada ou dividida entre os pares; inicialmente com o auxílio do professor e registrada por ele nas diferentes formas de registro que mais tarde também poderão ser utilizadas pela criança, dentre elas, o desenho, o gesto, a escrita ou fazendo uso de um vocabulário próprio. Aos 4/5 anos, a criança já conta, relaciona, enumera, faz correspondência, forma conjuntos iguais e inicia o registro independente de pequenas quantidades.

É preciso, ainda, ensinar que medir é, essencialmente, comparar grandezas, tomando uma delas como padrão. É recomendável que se trabalhe com as medidas arbitrárias, num primeiro momento, quando o(a) aluno(a) estará estabelecendo suas primeiras relações, a partir daí, passar à compreensão das medidas padrões, àquelas convencionadas pelos homens em determinada sociedade, como forma de unificar as relações comerciais. Compreender a medida implica, em nível mental, ter adquirido a noção de conservação da quantidade, apesar das mudanças que possa acrescentar em nível perceptivo. Dessa forma, a quantidade de um líquido não varia, apesar das diferentes formas que adquire, conforme o recipiente que o contém; o “peso” de uma clara de ovo é invariável ainda que, quando batida, adquira maior volume. É preciso distinguir, em uma transformação, aquilo que varia, nesse caso, a forma ou o volume, daquilo que fica invariável, ou seja, a sua quantidade.

O trabalho pedagógico com as medidas envolve todas as situações possíveis com a criança, a partir da observação, da exploração, da comparação e da classificação, trabalhando-se as medidas padrão e arbitrárias, em situações reais. As ações que a criança já pratica na vida cotidiana, ao brincar, experimentar e testar podem, com a mediação pedagógica, resultar em apropriação do conhecimento. Ao utilizar-se de algumas medidas arbitrárias, é possível mostrar por que elas não permitem a exatidão de informações, comparando-se com a medida padrão, com a qual não existe perda, considerado que elas permitem uma conversão

exata entre si. É importante também ensinar que algumas medidas arbitrárias ainda são usadas, por exemplo, as de receitas culinárias (tais como a “pitada”). Ressalta-se, no entanto, a importância de se fazer o uso de instrumentos como: balança, metro, litro, relógio, mostrando as mudanças ao longo do tempo. Da mesma forma, cabe trabalhar a função social do dinheiro na sociedade, a cédula e a moeda como sistema monetário contemporâneo.

De todas as medidas trabalhadas, a de tempo é a que não usa a base decimal, por isso, a sua compreensão deve vir precedida das noções de temporalidade, as quais devem ser organizadas pelo professor nas rotinas que constituem as atividades no ambiente da Educação Infantil, tais como: ordenar fatos em uma sequência temporal, explorar o significado de antes e depois, identificar situações que são vivenciadas de dia e de noite, trabalhar no calendário dia e mês, entre outros aspectos. Nesse período de desenvolvimento, a criança tem ainda dificuldade de compreender o que é passado e, ao não compreendê-lo, sua percepção do conceito de futuro também não ocorre. Essa situação decorre do fato de que, dentre as medidas, a de tempo é a mais complexa, haja vista que não é possível vê-lo, ouvi-lo, saboreá-lo, cheirá-lo ou tocá-lo.

. Desse modo, no momento da alimentação no refeitório, quando esse espaço existe, é necessário que ele esteja organizado para ser um refeitório e receber as crianças em um momento de aprendizagem sobre o ato de alimentar-se. É preciso perguntar-se: Quais conteúdos de ensino e de aprendizagem estão presentes nessa rotina? Quais deles passam despercebidos? Há uma ambientação (música, informações sobre os alimentos da semana, por exemplo) adequada? Sobre os profissionais do setor? Restrições alimentares? Hábitos de higiene e regras básicas?

Ainda é oportuno destacar que, ao explorar, construir, ler e interpretar esses gráficos há muitos conceitos que, de início, pela comparação e, mais tarde, pela exploração sistemática dos conteúdos, vão sendo formados. Um exemplo disso é o da construção, com os alunos, de um gráfico que trate dos meses em que há mais aniversariantes, as suas alturas, os seus gostos por frutas, por

verduras, por times de futebol, pelas origens etc. Nesse momento, muitas questões irão aparecer como: Qual o mês em que há mais crianças fazendo aniversário? Quantas a mais que...? Se..., que não veio hoje à escola, fizer aniversário no mês, igualará com qual mês? Quantas crianças fazem aniversário no 1º semestre e no 2º semestre? E muitas outras proposições poderão ser levantadas, com muitos conteúdos presentes, mesmo que o registro ainda seja de forma não convencional. O que se quer reforçar é que, ao trabalhar com a leitura e o tratamento das informações que circulam na sociedade, há um percurso a ser realizado para garantir a aprendizagem por parte dos(as) alunos(as). Ou seja, as informações, inicialmente, exploradas na oralidade, na sequência, registradas por meio de desenhos, incorporarão, gradativamente, outras formas de registro escrito, tendo como apoio o professor como escriba.

Há muitas situações que merecem atenção do professor no planejamento de suas ações na educação infantil, como: a organização dos espaços e do tempo, a igualdade nas relações e o respeito às diferenças, a relação e parceria com as famílias e o direito da criança à infância, entre outras.

A vivência de experiências que reflitam sobre as noções de transformação, uma vez que é necessário proporcionar às crianças momentos de exploração de espaços, objetos, materiais e fenômenos que estão a sua volta, observando, levantando hipóteses, argumentando e estabelecendo relações com seu cotidiano.

A criança percebe o mundo físico através da experimentação pelos sentidos (visão, olfato, audição, tato e paladar). Quando ela brinca com água ou terra, explora e experimenta o que pode fazer, compreendendo o mundo ao seu redor.

Diante das possibilidades das crianças, a nossa preocupação não deve se centrar no acúmulo de conhecimentos e na elaboração de conceitos, mas no desenvolvimento da capacidade de perguntar, levantar hipóteses, explorar, experimentar, buscar informações em fontes diversas, estabelecendo relações entre elas, elaborar ideias, argumentar.

Elas gostam de perguntar o que está acontecendo (Por quê? Como? Por que a chuva cai da nuvem? Por que o gelo derrete? Por que a terra está molhada? Não precisamos responder com uma definição científica, pois as crianças estão buscando informações para entender o que estão observando. Nesse contexto, é importante que o professor utilize um novo vocabulário (Ex.: derreter, evaporar etc.) para explicar o efeito e transformação na forma, velocidade, peso e volume dos objetos.

Brincando com objetos para produzir som, fazendo sombra, produzindo tinta com plantas e terra para criar cores, fazendo um bolo, as crianças entram em contato com as transformações do mundo físico. Lembrar que as diferentes experiências proporcionadas às crianças, ao mesmo tempo em que estimulam e respondem à curiosidade delas, possibilitam também a ampliação do seu olhar, a elaboração de novas conexões e o surgimento de mais questões, resultando em aprendizagem significativa.

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Acompanhar as aprendizagens das crianças, realizando a observação da trajetória de cada criança e de todo o grupo – suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens. - Por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos tanto pelos professores quanto pelas crianças (como relatórios, fotografias, desenhos e textos).

A contagem de objetos — tesouras, brinquedos, livros etc. e de pessoas é um dos procedimentos possíveis para aprenderem a adicionar ou subtrair quantidades e requer a presença de referenciais para a consulta dos números e sua ordem, como fita métrica, quadro numérico, livros com muitas paginas para ler, as atividades exploratórias para as crianças sempre proporcionam experiências muito prazerosas em qualquer fase da infância. A integração com brinquedos estruturados e não estruturados, elementos da natureza e objetos que fazem parte do contexto social e cultural das crianças, quando são integrados às experiências vivenciadas na escola, contribuem de forma positiva para o aprendizado. Importante realizar brincadeiras relacionadas ao tempo, espaço, quantidades, relações e transformações; quantificação de pessoas e objetos; resolução de problemas; relações, comparações e analogias (maior/mais largo, em qual cabe mais água, quais são os preferidos etc.); Ideias possíveis para explicar fenômenos cotidianos, etc.

Para garantir que as práticas pedagógicas potencializem os saberes que as crianças já trazem, é importante:

Explorar objetos de vários formatos e tamanhos, com intencionalidade, a partir de suas propriedades. Por exemplo: empilhar objetos do menor para o maior;

Resolver problemas cotidianos, como divisão de materiais, desenvolvendo noções de direção, quantidade, tempo;

Nomear partes do próprio corpo, comparar e entender as diferenças corporais entre meninos e meninas;

Observar fenômenos e elementos da natureza e reconhecer algumas características do clima: calor, chuva, claro-escuro, quente-frio.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Os Desafios Contemporâneos buscam promover a análise, a reflexão, a difusão de ideias e o cruzamento de múltiplas perspectivas a respeito do contexto atual nos campos social, da cultura e da educação, além de propiciar a troca de experiências entre diversos agentes: formuladores de políticas públicas, empreendedores, grupos independentes, integrantes de movimentos sociais, coletivos artísticos, profissionais do campo de educação, cultura e museus, pesquisadores e intelectuais. No fazer artístico, o estudante tem possibilidades de desenvolver sua poética pessoal, esta ação investigativa o leva à reflexão, à análise crítica, a experimentações, a comparações, à imaginação, e a criar soluções (inclusive tecnológicas). Além disso, também instiga a curiosidade, a levantar hipóteses, o trabalho em equipe, o desenvolvimento do pensamento artístico, a criatividade, a percepção, dentre outros, possibilitando, assim, a resolução de problemas de ordem técnica e estética, bem como a humanização dos sentidos. Nesse sentido, as metodologias ativas objetivam alcançar e motivar o estudante, que colocado diante uma situação-problema, examina, reflete, contextualiza, pesquisa e ressignifica suas descobertas. Sendo um recurso didático de grande importância, as metodologias ativas podem favorecer, de forma significativa e eficaz, o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando ao aluno um papel protagonista na produção de seu conhecimento.

Com isso, o respeito a estas manifestações artísticas culturais e ao patrimônio cultural torna-se possível, pois, durante o conhecimento e a valorização destas, o respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas se evidencia, possibilitando a apropriação de conhecimentos artísticos e estéticos.

CULTURA E HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

De acordo com a Lei Nº. 10.639/03 que altera a LDB 9394/96, a Lei 11.645/08 e o parágrafo único art. 2º da Deliberação do Conselho Estadual de Educação do Paraná, o qual indica que: Ao tratar da história da África e da presença do negro (pretos e pardos) no Brasil, os professores precisam fazer abordagens positivas sempre na perspectiva de contribuir para que o aluno afro descendente se identifique e valorize a história de seu povo, a cultura de matriz africana, e as contribuições para o país e humanidade. Durante a educação infantil as crianças já começam a conhecer seu corpo, as diferenças e semelhanças entre os colegas do grupo, escolhem com quem brincar e se relacionar na escola, tem suas preferências por brinquedos, e, no entanto é fundamental que o educador trabalhe em sala de aula questões sobre diferença e em especial as relacionadas ao pertencimento racial, não só com as crianças, mas com as famílias e comunidade. (CEERT,2011).

Diante disso, Trinidad(2011), reforça que a Educação Infantil é o primeiro recinto institucionalizado a que a criança tem acesso, isso significa que ela passa a conviver em novos coletivos e, por isso, precisa ter oportunidade para aprender as regras para essa convivência pautada no respeito por si e pelo outro.

Logo, as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil ressalta :

Art. 7º Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;

II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;

III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;

IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;

V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

Assim sendo e de acordo com o Plano Nacional de Implementação da Lei nº 10.639/2003,

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico raciais para a história e cultura brasileiras. (Brasil. MEC, 2003).

No entanto, segundo Eliane Cavalleiro (2003), A Pré escola oferece uma quantidade muito ínfima de ações que levam a entender a aceitação positiva e valorizada das crianças negras no seu cotidiano, o que ameaça a convivência em pleno processo de socialização, ressalta que se torna difícil não perguntar por que o professor se omite em relação ao problema étnico. Silenciar essa realidade não apaga magicamente as diferenças. Permite, porém, que cada um construa a seu modo, um entendimento do outro que lhe é diferente.

Diante disso, o papel da professora na educação infantil é importantíssimo, cabe à realização de práticas pedagógicas que objetivem ampliar o universo sociocultural das crianças e introduzi-las em um contexto no qual o educar e o cuidar não omitam a diversidade.

Acrescido a isso, Eliane Cavalleiro (2003) nos diz que tal prática pode agir preventivamente no sentido de evitar que pensamentos preconceituosos e práticas discriminatórias sejam interiorizados e cristalizados pelas crianças, num período em que elas se encontram sensíveis às influências externas, cujas marcas podem determinar sérias consequências para a vida adulta.

Logo, desde muito cedo podemos aprender e conhecer diferentes realidades e compreender que a experiência social do mundo é muito maior do que a nossa experiência local, e que este mesmo mundo é constituído e formado por civilizações, histórias, grupos sociais e etnias ou raças diversas. É também bem cedo em sua formação que as crianças podem ser reeducadas a lidar com os preconceitos aprendidos no ambiente familiar e nas relações sociais mais amplas. Educar para a igualdade racial é tarefa urgente e imprescindível para a construção da sociedade de amanhã. (História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Infantil,2014)

A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos civis, humanos e sociais garantidos na constituição e nas leis. A escola de Educação Infantil por ser um espaço social está aberta a diversidade e deve abordar de uma forma lúdica dando oportunidades para que as crianças possam lidar com as emoções reorganizando seus pensamentos através do faz de conta.

Reconhecer a sua própria identidade para que valorize a sua imagem e a do outro desenvolvendo valores básicos e valorizando a diversidade racial.

- Reconhecer a sua identidade e ter uma imagem positiva de autoconfiança;
- Desenvolver diversas atividades metodológicas a partir da leitura do livro a bonequinha preta;
- Valorizar a diversidade;
- Combater o Bullying racial nos diversos espaços da escola;
- Desenvolver auto-estima sobre suas características físicas;
- Refletir sobre questões: amor, egoísmo e até a questão das nossas raças;
- Valorizar ações de cooperação, respeito e solidariedade;
- Respeitar as características de etnia;
- Usar os conhecimentos construídos na escola em situações do seu cotidiano;

- Participar de situações de comunicação oral;
- Apreciar atos de leitura como fonte de conhecimento;
- Demonstrar cooperação de situações de produção coletiva;
- Desenvolver a linguagem oral para expressar desejos, necessidades, sentimentos e opiniões;

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Lei nº9795 de 27 de abril de 1999).

O trabalho com a Natureza tem muito para acrescentar na qualidade de vida e desenvolvimento das crianças, o próprio contato com ela, em pequenos gestos, ensina um modo mais inteiro e harmonioso de crescer, se conhecer e conviver. Os laços mais estreitos com a Natureza nos ensinam que fazemos parte dela, colaboram para construção e ampliação de nossa consciência pessoal, planetária e ecológica.

Não basta falar sobre as plantas, pintar árvores, escutar histórias e ver nos livros o que é necessário para preservar o meio ambiente. É preciso aprender com as mãos e o corpo inteiro, em contato com a água, o sol e a chuva, as folhas, bichos e a terra, colocando nosso aparato corporal completo para sentir, perceber e apreender os sentidos da Natureza.

Nos contextos atuais, a natureza está presente nas falas de educação ambiental de maneira abstrata e muitas vezes não é vivenciada. A atenção e a concentração, capacidades tão indispensáveis para a aprendizagem, podem ser cultivadas no entrosamento com a Natureza, assim como a curiosidade, a flexibilidade, a coragem para lançar-se ao desconhecido e a capacidade para encontrar soluções para problemas.

O autoconhecimento e a consciência de pertencer ao universo amplo de relações pode ser o resultado de um contato mais sensível e íntimo com pequenas reservas naturais que cultivamos no dia a dia.

Brincar em um espaço onde a natureza é protagonista, no qual o corpo é vivido nas delicadezas, nas durezas, nas asperezas, nas sutilezas dos toques, dos sons, dos cheiros, dos olhares, dos gostos, amplia os limites de descoberta pelas crianças, ou melhor, as deixa sem limites para experimentar. Os prazeres do corpo, olhar, observar e ficar quieto, são atos confundidos com passividade, preguiça e solidão.

Como as instituições de Educação Infantil podem trabalhar a relação crianças e natureza?

Para desenvolver esta proposta algumas dicas são fundamentais:

Procure dosar, ao longo do dia, momentos de atividades internas e outros de atividades ao ar livre com a crianças.

Cultive plantas em vasos e pequenos canteiros, caso não tenha espaço na escola para um gramado.

Deixe as crianças brincarem descalças, e em dias muito quentes até mesmo sem camiseta.

Não evite sair se está um dia mais frio. Não existe dia ruim para brincar do lado de fora, mas roupas adequadas para o clima. No frio coloque agasalho, mas saia com as crianças. É importante que percebam suas necessidades corporais, somente elas sabem se estão com frio ou calor e a quantidade de agasalhos que as aquece. Ajuda-as se conhecerem, comece com estes detalhes. Pergunte se estão com frio, se precisam se aquecer mais.

Organize um planejamento que considera as estações. Por exemplo, na primavera é bom observar os pássaros, deitar debaixo das árvores, cantar e brincar de roda na areia, perceber as plantas, observar o colorido das flores e desenhar os insetos que circulam. As chuvas de verão ensinam sobre o fluxo das águas, nutrem a curiosidade, acalmam e instigam ao mesmo tempo. Pense como aproximar as crianças destas percepções. Escute e imite o som dela batendo no telhado e na calha, encha bacias e reutilize a água para lavar o chão ou fazer uma tinta para o trabalho de artes. Se possível, arrisque um belo banho de chuva.

Plante com as crianças, faça uma horta suspensa, cultive ervas para o chá que será servido no lanche. Deixe o aroma destas ervas invadir as salas e corredores. Organize um rodizio para que cuidem das plantas, semeando, regando e tirando o mato. Faça disto um hábito.

Mesmo quando o espaço externo da escola é reduzido, podemos encontrar alternativas. Se não temos arvores e jardins, levamos os elementos naturais para dentro da sala como toquinhos de diferentes madeiras, conchas, pedras variadas, caixas de areia, folhas e flores desidratadas, sementes. Permitimos a livre exploração e criação com estes elementos.

O fogo também é um elemento da natureza muito instigante para as crianças. Fazer atividades culinárias as aproximam dele, fogueiras na festa junina, contar histórias à luz de velas e fazer pinturas com giz de cera derretido. Basta tomar as devidas

precauções para que tudo isto seja aproveitado em segurança. Uma vez assistidos pelos adultos, podem aprender que existem limites e que precisamos saber nos proteger dos perigos nesta relação com o fogo e em tantas outras que a vida nos apresenta.

Experimente oferecer elementos da natureza durante as brincadeiras. Diferentes tipos de sementes, folhas, gravetos, penas, pedras, conchas, são elementos simples e que podem nos surpreender nas mãos das crianças.

Pare e repare você, educador, no seu dia-a-dia, onde você encontra natureza. Dedique alguns segundos a mais na correria do cotidiano para observar as árvores do caminho, perceber plantas que nascem entre o cimento, fechar os olhos e sentir o vento no rosto. Permitir-se estar em contato com a natureza, fará a diferença quando fizer o mesmo com as crianças.

EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

Para que todos possam transitar com tranquilidade e segurança nas vias urbanas, atualmente, o Brasil conta com uma Lei Federal, que regulamenta o trânsito de veículos e pedestres: o Código Nacional de Trânsito. Nele, podemos encontrar normas de circulação e conduta para que todos possam ir e vir com segurança e sem conflitos.

O trânsito faz parte da vida de qualquer ser humano. É nas ações cotidianas que revelamos o nosso compromisso com a segurança no trânsito e o quanto podemos proteger todos ao nosso redor. Educar para o trânsito é primordial para a sociedade atual que vive um quadro brutal de variadas formas de agressões ao homem em seu cotidiano. A escola necessita acompanhar as mudanças sociais preparando o aluno para saber transitar no espaço público, além de refletir sobre a questão ética.

A educação nas escolas ajuda a formar cidadãos mais conscientes e preparados para enfrentar a vida e o trânsito.

Essa educação deve começar nas séries iniciais, aliando teoria e prática. Desta forma, o Instituto Dom Barreto, trabalha projetos pedagógicos voltados para a educação no trânsito, na etapa da Educação Infantil.

Os projetos voltados para o tema buscam contribuir na construção de valores, como o respeito ao próximo para a proteção da vida, que é o nosso bem maior, ajudando na compreensão da criança em relação aos elementos e as situações vivenciadas no trânsito.

Trabalhar o trânsito com crianças da Educação Infantil é importante, pois o aprendizado durante esta fase é mais fácil para ser assimilado. Isto faz com que os alunos cresçam com consciência de seus deveres e direitos no trânsito, bem como no desenvolvimento de valores como solidariedade, respeito e colaboração.

A abordagem diante das crianças é na questão da educação. As atividades elaborada são referentes as situações cotidianas. Foram elaborados questionamentos diante das posturas do pai e da mãe no trânsito.

A promoção e desenvolvimento das atividades do Dia do Trânsito são fundamentais para a compreensão dos alunos da educação infantil sobre as regras e deveres relacionados ao trânsito.

Por meio dos projetos, as crianças podem atuar como agentes educativos, dentro do ambiente familiar.

A escola é uma das principais responsáveis em promover, desde de muito cedo, o papel do cidadão em relação ao comportamento em sociedade, gerando a reflexão por meio de temas importantes e atuais.

A família, como base educacional e comportamental, deve auxiliar a escola durante esse processo de aprendizagem da criança para que isso gere um resultado significativo em relação ao que foi proposto.

As atividades do Dia do Trânsito são fundamentais também para o crescimento pessoal, pois mesmo que pequenos, os alunos já estão inseridos nas práticas de trânsito básicas, como atravessar a rua, usar cinto de segurança, andar de transporte público, dentre outras.

Com relação aos objetivos, o professor, ao desenvolver as atividades do Dia do Trânsito, permite ao aluno:

- Aprender sobre as regras de trânsito, tais como noções de sinalização, faixa de pedestre, cinto de segurança e etc;
- Entender como acontecem os acidentes de trânsito e de como os mesmos podem ser evitados;
- Conceber valores relacionados à vida em sociedade, comportamento no trânsito, respeito ao próximo e solidariedade;
- Perceber os perigos quando as regras relacionadas ao trânsito não são de fato obedecidas;
- Aprender mais sobre os meios de transporte, identificando a função e importância de cada um, seja ele aéreo, terrestre ou marítimo;
- Promover atividades interdisciplinares com o intuito de aplicar os conhecimentos adquiridos em outras áreas do conhecimento.

- Produção de um semáforo em sala de aula para que os alunos aprendam o significado e representação das cores;
- Apresentação das principais placas de trânsito, como pare, proibido estacionar, vire a direita/esquerda, faixa de pedestre, expondo o que cada uma simboliza;
- Discussão e debate com os alunos por meio de roda de conversa sobre os perigos da má conduta no trânsito;
- Encenação, fora da sala de aula, das principais práticas de trânsito, tendo os alunos como personagens ativos da situação;
- Elaboração de painéis e cartazes sobre as normas do trânsito, anexando-as por toda escola;
- Produção de textos por parte dos alunos sobre como é a ida e volta para escola, informações sobre o trajeto e etc;
- Exibição de vídeo educativos em sala para reforçar as ideias trabalhadas em sala, como as noções de sinalização e respeito no trânsito;
- Participação em atividades pedagógicas em conjunto com os pais ou responsáveis para que haja maior participação e interesse dos alunos;
- Brincadeiras dirigidas, como jogo da memória com os símbolos do trânsito, além de perguntas e repostas sobre as placas de sinalização e seus significados;
- Palestra com profissionais da área de trânsito, tais como motoristas de transporte coletivo, explicando seu papel em sociedade durante o exercício da sua função;

EDUCAÇÃO ALIMENTAR

O Dia Nacional da Alimentação nas Escolas é comemorado em 21 de outubro. A data foi escolhida para ressaltar a importância das ações voltadas para a educação alimentar e nutricional dos estudantes de todas as etapas da educação básica. E é com esse objetivo que o Governo Federal investe no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que tem como objetivo garantir o consumo de alimentos saudáveis no ambiente escolar, de modo a criar bons hábitos nos estudantes para toda a vida.

Respeitar os hábitos alimentares e vocação agrícolas locais. Para a execução do PNAE, a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, institui como diretrizes da alimentação escolar: Alimentação Saudável e adequada orienta para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.

A hora da alimentação faz parte da rotina de cuidados, assim como o sono, a troca e o banho. É um momento especial para formação de vínculos e construção da autonomia, requer atenção especial e personalizada.

Antes de adentrar na sistemática do funcionamento destes momentos de refeição, faz-se importante salientar alguns pressupostos das rotinas de cuidados personalizados: Nunca se trata uma criança como objeto, mas sim como alguém que sente, observa e, quando tem oportunidade, pode conhecer e compreender seus anseios e necessidades. Toda atividade de cuidado deve ser exercida com calma e delicadeza nos gestos, respeitando os ritmos de cada criança.

A rotina precisa ser estável, os procedimentos mantidos e previsíveis para que as crianças consigam antecipar e participar dos próprios cuidados.

O educador se dedica plenamente à criança enquanto está com ela: conversa, troca olhares afetuosos, antecipa seus gestos e explica o que faz. Apresenta-lhe os objetos enquanto os manuseia e também permite o manuseio pelas crianças. Não a distraí para executar o que precisa.

A observação é o instrumento para conhecer cada criança e apoiá-la no seu percurso de desenvolvimento e gradativa autonomia.

Oferecer cuidados personalizados em ambientes coletivos exige estrutura e organização ancoradas no trabalho de equipe. Um trabalho que sustenta suas ações cotidianas tendo a criança como eixo estruturante delas, como protagonistas deste cenário. Envolve todas as pessoas da instituição, como direção, coordenação, pessoas da manutenção e limpeza, cozinheiras, assistentes e professores.

O planejamento da hora das refeições precisa ser acordado e compartilhado com todos. Deve prever ações básicas e seguir algumas orientações razoáveis para cada etapa do desenvolvimento das crianças de zero a três anos. Também precisa ser flexível o suficiente para lidar com o inesperado.

Para cada criança se estabelece uma dieta que muda de acordo com seu desenvolvimento pessoal (quando ingere somente líquidos; em seguida a introdução das papinhas e semissólidos; depois, pedaços ou a comida semelhante à dos adultos)

Define-se o horário da refeição principal e das intermediárias e a sequência na qual as crianças serão atendidas (que sempre será a mesma para que possa ser previsível por elas).

Segue-se um protocolo de alimentação individual que inicia no colo, depois na mesa individual diante do adulto, em seguida na mesa com mais um colega e posteriormente na mesa com mais três companheiros e em grupos um pouco maiores (as companhias são determinadas de acordo com as possibilidades de interações e autonomia das crianças, e elas devem permanecer as mesmas por algum tempo).

Sabe-se diante mão se o prato da criança virá montado, se será servido na hora ou se ela mesma colocará em seu prato as comidas servidas em travessas.

Usará o copo (sempre de vidro transparente para que visualize o seu interior), usará mamadeira ou comerá na tigelinha e no prato). *

Terá uma colher a sua disposição, usará outra colher enquanto o adulto intercala com a sua, comerá sozinho com seus próprios talheres, usará os talheres e a louça tal qual a dos adultos.

Ajudará na distribuição e arrumação da mesa de refeição, recolherá os pratos ao final.

Fará sua higiene pessoal antes e depois de comer com ajuda do adulto, ajuda parcial ou independentemente.

Num mesmo grupo é possível encontrar crianças em fases diferentes, o que determinará isto é a observação que os adultos realizam de suas iniciativas e habilidades. Nenhuma atitude é antecipada ou exigida das crianças antes que ela esteja preparada para ela. Toda mudança é informada e antecipada antes de ser aplicada. Cada criança é chamada pelo nome quando chega sua vez de comer, mesmo que ainda seja bem novinho.

A criança escolhe o que deseja comer dentre as opções oferecidas, come o quanto quer e pode repetir em porções pequenas para se sentir satisfeita. Ninguém insiste ou tenta convencê-la de ingerir mais uma colherada além daquela que necessita. Com estas atitudes a criança passa a reconhecer sua fome e saciedade, ao invés de submeter-se ao critério do outro.

Todos os utensílios ficam próximos, dispostos e acessíveis tanto para o adulto quanto para a criança que já se alimenta com autonomia. Assim evita-se muita espera e agitação durante a refeição. Quem finaliza é colocado no chão ou pode levantar da mesa, descansar, brincar e se mover em liberdade. O espaço para o descanso ou brincadeira fica previamente preparado e com um adulto disponível para observar estas crianças.

EDUCAÇÃO FISCAL/EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA

Educação Fiscal é um conjunto de ações educativas que visa mobilizar o cidadão para a compreensão da função socioeconômica dos tributos e sua conversão em benefícios para a sociedade, bem como entender o papel do Estado e sua capacidade de financiar as atividades essenciais, o funcionamento da administração pública e o papel cooperativo do cidadão.

O objetivo da Educação Fiscal é formar cidadãos capazes de compreender a função social dos tributos; entender a importância de acompanhar a aplicação dos recursos públicos; estar motivado para o exercício da cidadania plena.

Nesse contexto, a escola tem um papel fundamental na garantia de um futuro sustentável para todos, pois, ao educar seus estudantes, tem a oportunidade de formar cidadãos críticos, dotados de condições que permitam entender os contextos históricos, sociais e econômicos; conscientes, responsáveis; com uma visão global; capazes de intervir e modificar a realidade social.

EXIBIÇÃO DE FILMES MENSAIS NACIONAIS

A exibição de filmes nas escolas deve haver uma pluralidade pedagógica que precisa ser pensado, planejado e executado e que permite contribuir com a construção de uma alfabetização crítica dos meios que utilizam os recursos audiovisuais: cinema, televisão, internet, etc.

É possível levantarmos uma infinidade de atividades que podemos realizar com o audiovisual nas escolas. Isto é importante, mas não podemos ficar só nisso... As atividades são importantes desde que sejam pensadas e articuladas com uma proposta pedagógica mais ampla. É preciso caminhar: agindo e pensando... construindo e transformando...

Novas relações e linguagens desafiam os profissionais da educação a pensar na vocação multicultural da escola, no sentido de promover o diálogo entre as diferentes gerações e os diversos padrões culturais nela presentes.

Em sua análise, indicou três fatores que apontam um novo lugar para a escola: a cultura digital, que vem criando uma escola sem muros, na qual o estudante é produtor de conhecimento e a linguagem audiovisual assume importância; a existência de outros.

AVALIAÇÃO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

A avaliação tem se tornado uma questão fundamental para a Educação Infantil, seja pela ótica da criança, como foco do processo avaliativo, ou pela análise das próprias instituições e das práticas educativas que realizam, em busca de melhoria na oferta e no atendimento às crianças e às suas famílias. Sendo assim, pode-se refletir essa questão sobre dois prismas: a avaliação “da” e “na” Educação Infantil. Compreendendo que nenhum sujeito se desenvolve da mesma forma que o outro, por mais próximos que sejam. As interações e as diferentes experiências vividas contribuem para que cada um se desenvolva de determinada forma. Isso justifica a proposta de uso de Parecer Descritivo de acompanhamento da aprendizagem, pois suas características garantem registros consistentes sobre a criança em sua integralidade. Assim: A questão principal referente aos estudos atuais sobre o desenvolvimento infantil é o respeito pelas diferentes formas de ser de cada criança, decorrentes de suas experiências próprias de mundo, ritmos de desenvolvimento, contextos sociais e culturais diferenciados. Processos avaliativos embasados na comparação, a partir de padrões considerados “normais”, perseguem a uniformidade de comportamento das crianças, negando a heterogeneidade normal dos indivíduos, concebendo-a como negativa e inesperada (HOFFMAN, 2012, p.103).

A avaliação neste Campo de Experiências deve ser realizada através da “escuta”, observando quais brinquedos, elementos da natureza e materiais de diferentes texturas e temperaturas que as crianças preferem explorar, manipular e experimentar. Quanto mais soubermos como as crianças interagem com o contexto sociocultural em que a criança está inserido, o que mais lhes provoca curiosidade, de que forma conseguem transformá-las e como se comportam diante dessas transformações e descobertas realizadas, é possível propor novas experiências que tenham significado e que os estimulem a realizar novas descobertas e construir novos saberes. Para promover práticas pedagógicas que induzam esses conhecimentos, habilidades e atitudes, é importante que o professor planeje situações em que:

- As crianças participem de atividades de exploração com diferentes materiais;
- Conversar com os pais para obter informações sobre os objetos do cotidiano das crianças;
- Organizar agrupamentos de crianças para explorarem diferentes objetos;

Estimular a exploração de quantidades em diferentes situações e o desenvolvimento de noções espaciais (longe, perto, em cima, embaixo, dentro, fora, para frente, para trás, para o lado, para cima, para baixo), temporais (quer dizer no tempo físico - dia e noite, estações do ano - e cronológico - ontem, hoje, amanhã) e de noções sobre unidades de medida e grandezas. Além disso, é de suma importância oferecer a oportunidade de observar e identificar as relações sociais assim como fenômenos naturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; KRAMER, S. “**O rei está nu**”: Um Debate Sobre as Funções da Pré-Escola. In: Educação pré-escolar: desafios e alternativas. **Caderno cedes**, nº 9. São Paulo: Cortez, 1984.

BRASIL. Constituição Federal de 1988

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 05, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes **Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 (*) **Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular**, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

_____. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017. **Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica**

_____. **RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (*)**. **Fixa as Diretrizes Curriculares. Nacionais para a Educação Infantil.**

CAGLIARI, L. C. **O príncipe que virou sapo**: considerações a respeito da dificuldade de alfabetização das crianças na alfabetização. **Cadernos de Pesquisa**, 55. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nov. 1985, p. 50-62.

CANDURO, V. R. P. **Iniciação musical na idade pré-Escolar**. Porto Alegre: Sagre, 1989.

CHEROGLU, Simone; MAGALHÃES, Giselle Modé. **O primeiro ano de vida: vida uterina, transição pós-natal e atividade de comunicação emocional direta com o adulto**.

Cap,4 in :Periodização Histórico Cultural do Desenvolvimento Psíquico- do nascimento à velhice. Martins Lígia Marcia; Abrantes, Angelo Antonio e Facci, Marilda Gonçalves Dias (Org). Autores Associados, 2016. -(Coleção educação contemporânea).

CUNHA. S. R. V. **Cor, som e movimento**: A expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. Caderno de educação no cotidiano da criança. Caderno de Educação Infantil. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança.** Porto alegre: Mediação, 2000.

KRAMER, Sonia. **A política do Pré-Escolar: arte e disfarce.** São Paulo: Cortez, 1995

KRAMER, S. **A infância e sua singularidade.** In: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a

inclusão da criança de seis anos de idade. [Org. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento]. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

KRAMER, Sônia. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e é fundamental.** In: Educação e Sociedade, v. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out, 2006.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **A infância e Educação Infantil.** Uma abordagem histórica, 1998, ed. Mediação

LAZARETTI, Lucinéia Maria; MELLO, Maria Aparecida. **Como ensinar na Educação Infantil?** Reflexões sobre a didática e o desenvolvimento da criança. In: PASQUALINI, Juliana Campregher; TEIXEIRA, Lucas André; AGUDO; Marcela de Moraes. (Org.) Pedagogia Histórico-Crítica: legado e perspectivas. Uberlândia, MG. Navegando, 2018.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo.** Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LOPES, Celi Espasandin; GRANDO, Regina Célia. **Resolução de problemas na educação matemática para a infância.** UNICAMP, Campinas. 2012. (matemática)

LORENZATO, Sérgio. **Educação infantil e percepção matemática.** 3ª Ed.rev. Campinas, SP. Autores Associados, 2011. (matemática)

LURIA, A. R. **O desenvolvimento da escrita na criança.** In: VIGOTSKY, L. S., LURIA, A. R.E LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone,

2006, p. 143-189.

MARTINS, Ligia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, MarildaGonçalvesDias (org.) **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice.** Campinas: Autores Associados, 2016

MUKHINA, Valéria. **Psicologia da idade pré-escolar;** tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins fontes, 1996

MOURA, Manoel Oriosvaldo de. **Atividade Pedagógica na Teoria Histórico-Cultural.** (org.) Brasília: Liber livro, 2010

OLIVEIRA, Zilma.Ramos de. **Educação infantil.** Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

PARANÁ, Deliberação nº 03/18 de 23/11/18, do CEE/PR- Referencial **Curricular do Paraná.: princípios, direitos e orientações.**

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações.** Curitiba:SEED, 2018. Disponível em:

<http://www.diaadia.pr.gov.br>.

PIRES, C. C.; CURRI, E; CAMPOS, T. M. M. **Espaço & forma: a construção de noções geométricas pelas crianças das quatro séries iniciais do ensino Fundamental.** São

Paulo: PROEM LTDA, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações-11.** ed. rev.1ª reimpr. - Campinas, SP: Autores Associados, 2012. - (Coleção educação contemporânea)

SOUZA, R. C. de; BORGES, M. F. T. **A práxis na formação da Educação Infantil.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOUZA, G. de; VIEIRA, L. M. F. **Concepção de Infância.** In: Anais I Simpósio Paranaense de Educação Infantil. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Faxinal do Céu, 2006.

TULESKI, Silvana Calvo e EIDT, Nadia Mara. **A periodização do desenvolvimento psíquico- atividade dominante e a formação das funções psíquicas superiores.** Cap. 2

in :Periodização Histórico Cultural do Desenvolvimento Psíquico- do nascimento à velhice. Martins Lígia Marcia; Abrantes, Angelo Antonio e Facci, Marilda Gonçalves Dias (Org). Autores Associados, 2016. -(Coleção educação contemporânea).

VIGOTSKI, L. S. **A Formação social da mente.** 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1989.

YGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem.** 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR – EDUCAÇÃO INFANTIL

APRESENTAÇÃO DO CAMPO DE EXPÊRIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS:

IMPORTÂNCIA DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

Trata-se de um campo de experiências que se refere aos saberes e aos conhecimentos do próprio corpo, dos seus movimentos e dos seus cuidados, uma vez que o corpo é para a criança um meio de expressão e comunicação que a auxilia na sua relação com o mundo.

À medida que se relaciona com o mundo por meio de seu corpo, por intermédio das mediações, gradativamente, a criança incorpora a consciência do modo como acontecem essas relações, realizando movimentos afins quando percebe alterações de acordo com as suas experiências e aprendizagens. Importância do campo de experiência.

O movimento, como fora visto e vivenciado, ajuda a criança a adquirir conhecimento do mundo que a rodeia através do seu corpo, de sua percepção e sensações. Por estar ligado a aspectos afetivo ou relacional, o contato da criança com o adulto, com o ambiente físico e com outras crianças, dá condições para que ela se desenvolva em seu ambiente. O corpo, portanto, é uma forma da criança expressar a sua individualidade, reconhecer-se a si mesma e perceber as coisas que a cerca. Nessa etapa de desenvolvimento, o trabalho com o lúdico pode ser direcionado num contexto de jogos motores, musicalização e arte, que aliado às atividades didático-pedagógicas, mostra-se um instrumento educativo imprescindível para a aprendizagem infantil.

As vivências corporais favorecem a aprendizagem, uma vez que por meio das quais pode-se experimentar sensações e explorar o movimento do corpo e do espaço adquirindo um saber concreto de maneira significativa para o educando. Cabe ao professor compreender e conhecer o agir da criança através de seus aspectos psicológicos, psicomotores, emocionais, cognitivos e sociais, para poder mediar e organizar atividades que abordem diferentes conhecimentos, através de estratégias que lhes permitam vivenciar situações de ensino-aprendizagem desafiadoras com a integração do corpo e da mente.

JUSTIFICATIVA DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

Deste modo a comunicação entre os corpos que se relacionam e o mundo, por sua vez, propicia o diálogo em que interpretações e respostas são expressas por meio do “se movimentar” desses corpos, constituindo novos significados. De acordo com o Referencial Curricular do Paraná, “diferentes linguagens são manifestadas por meio do corpo, onde a criança revela sua compreensão de mundo, sentimentos, necessidades” (PARANÁ, 2018, p. 49). É evidente, portanto, a importância da exploração de espaços para a prática de movimento, nos quais a criança estabelece diferentes sentidos/significados para suas ações. Esses espaços precisam possibilitar a exploração de movimentos de lançamento de preensão, de deslocamento, de atividades de orientação espacial por meio do percorrer trajetos, por exemplo, com a intencionalidade de promover a progressiva autonomia nos movimentos e a autoconfiança em relação ao movimentar-se pelos espaços, experienciando-os. Nesse campo, integram-se muitos conceitos essenciais às aprendizagens que se fortalecerão com as demais experiências advindas dos outros campos de saberes, dentre eles Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações e Traços, Sons, Cores e Formas, tendo o corpo como referência em diferentes espaços e contextos.

Para as crianças pequenas o movimento assume um papel importante, que significa muito mais do que movimentar partes do corpo ou deslocar-se no espaço, elas se comunicam e se expressam por meio de gestos e das mímicas faciais, e interagem utilizando fortemente o apoio do corpo. O Movimento na Educação Infantil faz parte do desenvolvimento físico, cognitivo e cultural da criança. Desde a vida intrauterina nós realizamos movimentos com o corpo, no qual vão se estruturando e exercendo grandes influências no nosso comportamento. É a partir do movimento que a criança amplia o uso significativo de gestos e posturas corporais, que expressa sentimentos e ações e assim podemos constatar que as atividades motoras fazem parte do cotidiano das crianças em qualquer estabelecimento que se dedique à tarefa educacional para infância.

O movimento, o brinquedo, os jogos tradicionais da cultura popular preenchem de alguma forma determinadas lacunas na rotina das salas de aula. Nas escolas de educação infantil, podemos encontrar as cantigas de rodas e as músicas infantis coreografadas em diversos momentos, até mesmo no parque livre ou dirigido, ou nos com jogos didáticos ou materiais lúdicos. Assim, compreendemos que ao falarmos sobre escola, em especial aquelas que atendem crianças na idade de creche e pré-escola, o movimento e a ludicidade são fatores que atuam conjuntamente na educação. Devemos ter um olhar diferenciado para essas questões, principalmente sobre as diversidades de práticas pedagógicas que caracterizam esse universo infantil e as funções atribuídas ao movimento.

O movimento depende basicamente da organização dos ambientes para as crianças se movimentarem e se expandirem, com as percepções que lhe dão o conhecimento do movimento do corpo e através deste, conhecimento do mundo que o rodeia. Os

exercícios psicomotores, através dos movimentos e dos gestos, não devem ser realizados de forma mecânica devem ser associados com as estruturas cognitivas e afetivas, tudo apoiado pela consciência.

A influência que a cultura tem sobre o desenvolvimento da motricidade infantil, não só pelos diferentes significados que cada grupo atribui a gestos expressões faciais, como também pelos diferentes movimentos aprendidos no manuseio de objetos específicos presentes na atividade cotidiana, como pás, lápis, bolas de gude, corda, estilingue etc. Os jogos, as brincadeiras, a dança e as práticas esportivas revelam por seu lado, a cultura corporal de cada grupo social, constituindo-se em atividades privilegiadas nas quais o movimento é aprendido e significado. A dimensão subjetiva do movimento deve ser contemplada e acolhida em todas as situações do dia a dia na instituição de educação infantil, possibilitando que as crianças utilizem gestos, posturas e ritmos, para se expressar e se comunicar. Além disso, é possível criar intencionalmente oportunidades para que as crianças se apropriem dos significados expressivos do movimento. As escolas de educação infantil devem assegurar e valorizar em seu cotidiano, jogos motores e brincadeiras que contemplem a progressiva coordenação dos movimentos e o equilíbrio das crianças. Os jogos motores de regras trazem também a oportunidade de aprendizagens sociais, pois ao jogar as crianças aprendem a competir, a colaborar umas com as outras, a combinar e a respeitar regras.

OBJETO DE ESTUDO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

Nesse campo de experiência a criança tem como perspectiva, a estimulação à autorreflexão e à emancipação, contribuindo na construção de conhecimentos sobre o mundo, apreendendo e criando, sempre por meio de experiências que evidenciem as relações com o seu corpo, com o corpo do outro e com o ambiente, promovendo condições para o exercício da autonomia na criação de novos movimentos. Com a experiência corporal, abrem-se possibilidades para fomentar o autoconhecimento, a autoafirmação e a curiosidade, pois, ao sentir o movimento, é possível modificá-lo e ressignificá-lo expressando-se e dialogando com o mundo. Por meio das brincadeiras, manipulação de jogos e brinquedos, uso de diferentes materiais e recursos pedagógicos, bem como interações que constituem o eixo central nesse campo de experiências, é que a criança incorpora a realidade, a percepção dos papéis e os códigos sociais que fazem parte do seu contexto social.

O movimento humano, contudo é mais que um simples deslocamento do corpo no espaço, constitui-se em uma linguagem que permite às crianças agirem sobre o meio físico e atuarem sobre o ambiente humano, mobilizando as pessoas por meio de seu teor expressivo. Portanto, as instituições de educação infantil devem favorecer um ambiente físico e social onde as crianças se sintam protegidas e acolhidas, ao mesmo tempo seguras para se arriscar, vencer desafios e vivenciar situações planejadas,

especialmente para trabalhar a motricidade e desenvolvendo como objetivo principal possibilitar futuramente um maior envolvimento de atividades relacionadas com o movimento, na perspectiva de desenvolver a multiplicidade de funções e manifestações através da motricidade além de refletir sobre as posturas implicadas nas atividades cotidianas.

As escolas de educação infantil reflitam sobre o espaço dado ao movimento em todos os momentos da rotina diária, incorporando diferentes significados que lhe são atribuídos.

Porém, para que as crianças adquiram novos conhecimentos e desenvolva habilidades de forma natural e agradável, é essencial saber de que forma a atividade é dirigida e vivenciada, e o porquê de sua realização, para justamente gerar um interesse em aprender garantindo-lhes o prazer. Partindo desses pressupostos, entendemos que o movimento é a linguagem das crianças pequenas que ainda não falam e continua sendo uma forma de se expressar daqueles que já se comunicam com palavras.

OBJETIVO GERAL

Promover o desenvolvimento das crianças em suas máximas possibilidades, por meio da apropriação das experiências das gerações anteriores para que sejam sujeitos históricos e sociais.

OBJETIVOS DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

O brincar torna-se importante no desenvolvimento da criança, de modo que as brincadeiras e jogos devem ser explorados intencionalmente desde os mais funcionais até os de regras, uma vez que “criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música” (BRASIL, 2017, p. 47) é um dos objetivos a ser alcançado nesse campo. Isso exige que o movimento do corpo ou de partes do corpo seja trabalhado nas várias linguagens da arte (dança, teatro e música). Entretanto, o(a) professor(a) precisa explorar recursos pedagógicos adequados a elas, ambientes que propiciem a movimentação e o uso do som, incluindo os diferentes ritmos, conforme expressos nos campos de experiências, contemplando a cultura local, regional e o atendimento aos dispositivos legais que indicam a necessidade de trabalhar com os conteúdos da história e cultura afro-brasileira, indígena e matrizes europeias. Outro cuidado ao explorar os saberes e conhecimentos vinculados ao Corpo, Gestos e Movimentos diz respeito às possíveis situações de inclusão que podem requerer, de forma mais específica, a atenção do(a) professor(a) com relação à flexibilização de encaminhamentos para o trabalho com os conteúdos desse campo.

O espaço da sala de aula, do berço, da mesa de refeições, os espaços livres e mais amplos disponíveis nas instituições de ensino, as cores, as formas, os objetos, os brinquedos, as brincadeiras, os materiais manipuláveis, as músicas de diferentes ritmos, os materiais que produzem sons, os brinquedos que possibilitam movimentos diversos, bem como a quadra de esportes, o parque infantil, o colchonete, todos esses elementos são recursos e materiais que precisam estar no campo da organização do trabalho pedagógico, inseridos de forma cuidadosa nas atividades que serão desenvolvidas.

É certo que os jogos, as brincadeiras e a linguagem cênica (dramatizar) lidam com o real e o imaginário, assumindo papel decisivo no desenvolvimento do pensamento, contudo, no momento histórico atual, as crianças têm apresentado dificuldades cada vez maiores para interagir por meio de brincadeiras e jogos nas praças e/ou outros espaços públicos de uso coletivo, em decorrência das jornadas de trabalho intensivas dos responsáveis legais e, mesmo, por medo da violência presente nos espaços urbanos. Outro ponto importante a considerar é o da recuperação de brincadeiras, brinquedos e jogos que não dependam do consumo excessivo de produtos industrializados, que incentivem relações interpessoais, que ultrapassem a competitividade e a supervalorização da força individual. O brincar, o jogar e o representar são vivências a serem exercitadas, fundamentalmente, pelo prazer que representam por serem formas de lazer que podem ser experienciadas em diversos espaços e que, na maioria das vezes, independem de recursos materiais mais complexos e exploram a criatividade. É importante lembrar que, “Por meio do jogo, as crianças conhecem a vida social dos adultos, compreendem melhor as funções sociais e as regras pelas quais regem suas relações” (MUKHINA, 1996, p.160). A dança, outra forma de expressão, também é uma forma de linguagem que promove a comunicação da pessoa consigo mesma, com os outros e com o meio. Desde pequena, a criança descobre as infinitas possibilidades de adequar o seu corpo a seus folguedos diários. A Educação Infantil poderá construir inúmeras possibilidades de expressão corporal, pautando-se na condução prazerosa, respeitando a condição física, por meio do movimento da dança, da consciência rítmica e da expressão de forma livre e/ou dirigida. Ressalta-se que a escolha das músicas e dos ritmos que serão ensinados precisa alçar o campo do ensino de novos saberes, possibilitando as crianças o contato e a aprendizagem de novas experiências que ampliem o seu universo cultural de modo que a instituição cumpra com o exposto nos pressupostos pedagógicos deste documento curricular.

QUADRO ORGANIZADOR DOS CONTEÚDOS DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS

Legenda: A/T – ano todo.

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS							
(EI0/01CG01) Movimentar as partes do corpo para exprimir corporalmente emoções, necessidades e desejos.							
SABERES E CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos Específicos	Bebês-0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças pequenas 2 e 3 anos	Crianças 4 e 5 anos	Trimestre
<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação corporal. • Estado de tensão, movimento, relaxamento corporal. 	❖ Expressar reações corporais de inquietação e satisfação por meio do choro, do sorriso e do balbucio.	Linguagem corporal e gestual em situações de comunicação.	X				A/T
	❖ Movimentar o corpo para alcançar objetos que estão próximos ou distantes.	Estimulo visual	X				A/T
	❖ Virar-se para visualizar ou alcançar objetos que lhe chamam a atenção.	Estimulo auditivo.	X				A/T
	❖ Participar de situações coletivas de canto e dança, manifestando-se corporalmente.	Estimulo motor	X				A/T
	❖ Reagir positivamente frente a estímulos sensoriais.	Esquema corporal:Freio inibitório e Controle cinestésico.	X				A/T
(EI0/01CG02) Experimentar as possibilidades corporais nas brincadeiras e interações em ambientes acolhedores e desafiantes.							
<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidades corporais. 	❖ Brincar com o próprio corpo realizando movimentos de engatinhar, de andar, de levantar-se, de sentar, de descer, de carregar, de rastejar, de subir, de rolar, de ficar em pé, de deitar, explorando diferentes espaços e aperfeiçoando progressivamente sua autonomia.	Condutas motoras de base.	X				A/T
	❖ Pegar objetos que estão próximos e explorá-los.	Postura corporal.	X				A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS						
● Movimento fundamentais.	❖ Realizar movimentos coordenados com as mãos.	Lateralidade/lateralização.	X			A/T
	❖ Vivenciar brincadeiras e/ou circuitos simples ou com obstáculos que permitam empurrar, balançar, escorregar, equilibrar se, arrastar, engatinhar, tentativas de levantar, de subir, de descer, passar por debaixo de, por cima de, rolar, procurar, pegar.	Percepção Direcional: direcionalidade.	X			A/T
	❖ Experienciar a manipulação de objetos com movimentos de apertar, de tocar, de balançar, de arremessar, de empurrar, de rolar, de transferir objetos de uma mão para outra, de colocar e de tirar de um recipiente para outro.	Postura corporal: equilíbrio estático/dinâmico.	X			A/T
	❖ Movimentar as diferentes partes do corpo fortalecendo o tônus muscular .	Organização e orientação espacial: Relação com o próprio corpo, com o outro e em relação do corpo no espaço.	X			3º
(EI0/01CG03) Imitar gestos e movimentos de outras crianças, adultos e animais.						
● Imitação como forma de expressão. ● Movimento.	❖ Produzir movimentos e gestos com intencionalidade de imitar.	Estruturação espaço-temporal: ritmo próprio, tempo adequado, movimento e espaço.	X			3º
	❖ Movimentar-se ao som de músicas que retratam características sonoras e gestuais dos animais.	Movimentos corporais em relação aos elementos que compoem o som.	X			2º
	❖ Movimentar-se livremente ou ao comando do(a) professor(a) imitando gestos de pessoas e animais.	Movimentos corporais em relação ao espaço físico.	X			2º
(EI0/01CG04) Participar do cuidado do seu corpo e da promoção do seu bem-estar.						
● Cuidados com o corpo. ● Práticas sociais relativas à saúde, à higiene e à alimentação.	❖ Participar dos cuidados com o seu corpo enquanto higienizada.	Respeito ao próprio corpo.	X			3º
	❖ Reconhecer o(a) professor(a) como auxiliador de suas ações.	Higiene corporal. Prevenção de acidentes.	X			3º
	❖ Demonstrar por meio de gestos e expressões quando está suja ou com fome.	Alimentação saudável. Descanso corporal.	X			1º
	❖ Reagir evidenciando o reconhecimento de momentos de higiene, alimentação e repouso.	Higiene corporal.	X			A/T
(EI0/01CG05) Utilizar os movimentos de preensão, encaixe e lançamento, ampliando suas possibilidades de manuseio de diferentes materiais e objetos.						

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS						
<ul style="list-style-type: none"> Movimentos de preensão, de encaixe e de lançamento. 	❖ Agarrar e segurar materiais estruturados e não estruturados de diferentes tamanhos, explorando-os.	Coordenação motora fina: óculo-manual.	X			3º
	❖ Explorar objetos diversos de borracha, de madeira, de metal, de plástico, de tecido, de papel etc., apertando, mordendo, tocando, balançando, produzindo sons, jogando, empurrando, puxando, rolando etc.	Condutas perceptivo-motoras: forma, espaço e tempo.	X			3º
	❖ Experimentar novos movimentos ao explorar objetos ou brinquedos.	Reprodução de movimentos: preensão. Reprodução de movimentos: encaixe. Reprodução de movimentos: lançamento.	X			3º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS							
(EI01CG01) Apropriar-se de gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si e nos jogos e brincadeiras.							
SABERES E CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos Específicos	Bebês-0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças pequenas 2 e 3 anos	Crianças 4 e 5 anos	Trimestre
<ul style="list-style-type: none"> Coordenação motora ampla: equilíbrio, destreza e postura corporal. Seu corpo, suas possibilidades motoras, sensoriais e expressivas. 	Expressar sentimentos referentes a confortos e desconfortos por meio de gestos e movimentos em jogos, brincadeiras e interações.	Jogos de corrida variada em linha reta, em círculo e sinuosa.		X			2º
	❖ Explorar progressivamente o próprio corpo na perspectiva de conhecê-lo, sentindo os seus movimentos.	Movimentos fundamentais.		X			A/T
	❖ Movimentar as partes do corpo para expressar emoções, necessidades e desejos.	Expressão corporal.		X			A/T
	Participar de brincadeiras envolvendo cantigas, rimas ou outras situações que envolvam movimentos corporais.	Cantigas de rodas.		X			A/T
	❖ Explorar objetos diversos de diferentes materiais para apertar, morder, tocar, balançar, produzir sons, arremessar, empurrar, puxar, rolar, encaixar, rosquear e	Percepção corporal.		X			3º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS							
<ul style="list-style-type: none"> Compreensão global do corpo: partes, funções e sentidos. 	outros.						
	❖ Realizar comandos em momentos de brincadeira e do dia a dia: levantar, sentar, abaixar, subir, descer, dançar, comer, beber etc.	Percepção corporal.		X			1º
	❖ Brincar nos diferentes espaços com obstáculos que permitem empurrar, balançar, escorregar, equilibrar-se, arrastar, engatinhar, levantar, subir, descer, passar por dentro, por baixo, rolar, perseguir, procurar, pegar etc., vivenciando limites e possibilidades corporais.	Condutas motoras de base.		X			1º
	❖ Vivenciar brincadeiras de esquema corporal.	Esquema corporal.		X			1º
	❖ Explorar a expressão corporal diante do espelho, utilizando as diferentes formas de linguagens.	Condutas neuromotoras: imagem corporal, consciência corporal, lateralidade e lateralização.		X			2º
	❖ Imitar gestos e movimentos de outras crianças, professores(as) e animais.	Seu corpo, suas possibilidades motoras, sensoriais e expressivas.		X			2º
	❖ Ouvir orientações sobre o cuidado com o corpo: sentar corretamente, levantar, deitar, alongar, rolar, movimentos de braços e pernas.	Relação com o próprio corpo, com o corpo do outro e do corpo com o espaço.		X			2º
	❖ Participar de situações de cuidado pessoal com auxílio.	Cuidado pessoal.		X			A/T
	❖ Participar de situações de brincadeira buscando compartilhar enredos e cenários, usando expressões faciais como forma de expressar suas ideias, sentimentos e emoções por meio da dança, da música ou da arte.	Jogos expressivos de linguagem corporal		X			1º
	❖ Participar de situações de brincadeiras que incentivem a comunicação.	Brincadeiras de diferentes formas e em diferentes espaços.		X			1º
	❖ Reconhecer sensações provocadas em situações de jogos e brincadeiras com auxílio do professor.	- Brincadeiras de diferentes formas e em diferentes espaços.		X			2º
	❖ Identificar diversos objetos por meio da visão.	Percepção visual.		X			2º
	❖ Manipular objetos, visando ao desenvolvimento da coordenação motora.	Percepção visual.		X			2º
	❖ Identificar sons presentes no cotidiano.	Percepção visual.		X			2º
	❖ Reconhecer texturas e formas por meio da exploração.	Percepção tátil.		X			2º
❖ Reconhecer diferentes temperaturas por meio da experimentação (fria, gelada, quente e morna).	Percepção corporal.		X			2º	
❖ Explorar o corpo por meio do toque.	Percepção corporal.		X			1º	

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS							
	❖ Experimentar diferentes sabores desenvolvendo o paladar: doce, salgado, azedo e amargo.	Percepção gustativa.		X			2º
	❖ Experimentar os alimentos de diferentes consistências: sólidos, pastosos e líquidos.	Percepção gustativa.		X			2º
	❖ Ter contato com diferentes objetos e materiais, explorando as temperaturas (quente, frio e morno).	Sensações; percepções tátil e visual: (quente/frio, seco/molhado).		X			2º
	❖ Sentir diferentes odores.	Percepção olfativa.		X			2º
	❖ Vivenciar variados movimentos que fortaleçam o tônus muscular.	Movimentos fundamentais		X			3º
	❖ Controlar, gradualmente, os movimentos do próprio corpo.	Controle do freio inibitório e controle cinestésico.		X			3º
	❖ Manusear objetos de diferentes formas e características, explorando suas propriedades, com auxílio do(a) professor(a).	Textura: estímulo tátil e visual.		X			2º
	❖ Ter contato com diferentes objetos e materiais, explorando as diferentes texturas (áspero, liso, macio, duro, mole, dentre outros).	Textura: estímulo tátil e visual.		X			2º
(EI01CG02) Deslocar seu corpo no espaço, orientando-se por noções como em frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora etc., ao se envolver em brincadeiras e atividades de diferentes naturezas.							
<ul style="list-style-type: none"> ● O corpo e o espaço. ● Orientação espacial. 	❖ Realizar movimentos variados.	Relação com o próprio corpo.		X			A/T
	❖ Participar de experiências, executando ações que envolvam noções de espaço.	Relação com o próprio no espaço.		X			A/T
	❖ Empurrar e puxar brinquedos enquanto anda ou engatinha.	Experiência de deslocamento		X			A/T
	❖ Realizar progressivamente ações como andar, levantar, sentar, carregar, rolar e outros.	Movimentos fundamentais.		X			A/T
	❖ Vivenciar diferentes direções e sentidos usando como referência seu corpo no espaço.	Exploração do ambiente.		X			A/T
(EI01CG03) Explorar formas de deslocamento no espaço (pular, saltar, dançar), combinando movimentos e seguindo orientações.							
<ul style="list-style-type: none"> ● Corpo e movimento. 	❖ Explorar o espaço ao seu redor, fazendo tentativas de movimentos como correr, lançar, pendurar-se, pular, rolar, engatinhar, dançar, esconder e achar objetos de forma independente ou de acordo com comandos dados em brincadeiras e jogos.	Noções espaciais.		X			A/T
	❖ Participar de situações de deslocamento e movimento do corpo fora e dentro da sala.	Orientação espacial.		X			A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS							
	❖ Percorrer circuitos feitos com cordas, elásticos, fitas adesivas, cubos, túneis, pneus e outros obstáculos para subir, descer, passar por baixo de, por cima de, dar voltas, entre outros.	Possibilidades corporais.		X			A/T
	❖ Vivenciar movimentos corporais seguindo compasso/ritmo da música.	Movimentos corporais em relação ao espaço, tempo e dinâmica.		X			A/T
	❖ Vivenciar jogos de imitação, durante brincadeiras, contação de histórias e outras possibilidades.	Imitação como forma de expressão		X			A/T
	❖ Realizar atividades corporais e vencer desafios motores.	Percursos e desafios motores.		X			A/T
(EI01CG04) Demonstrar progressiva independência no cuidado do seu corpo.							
<ul style="list-style-type: none"> ● Práticas sociais relativas à higiene. ● Materiais de uso pessoal. ● Hábitos alimentares, de higiene e de descanso. ● Cuidados com a saúde. 	❖ Participar de momentos como: limpar-se, lavar as mãos, vestir-se, alimentar-se e calçar, solicitando ajuda.	Práticas de higiene.		X			A/T
	❖ Experimentar diferentes alimentos.	Hábitos alimentares.		X			A/T
	❖ Identificar os cuidados básicos ouvindo, antecipadamente, as ações a serem realizadas.	Cuidados com o corpo.		X			A/T
	❖ Conhecer o material de uso pessoal.	Reconhecer os seus pertences.		X			A/T
	❖ Utilizar utensílios nos momentos de alimentação e higienização.	Hábitos alimentares: mastigação com uso de utensílios.		X			A/T
	❖ Sentar-se no assento sanitário por alguns minutos.	Higiene: controle dos esfíncteres		X			A/T
	❖ Observar sua imagem no espelho, acompanhando os cuidados de higiene (rosto limpo, cabelo penteado).	Autocuidado.		X			A/T
	❖ Conhecer alguns objetos, situações e atitudes que podem ser perigosas para si.	Prevenção de acidentes.		X			A/T
	❖ Alimentar-se à mesa nas diversas refeições, iniciando o controle da postura adequada para esse ambiente.	Normas de convívio social.		X			A/T
(EI01CG05) Desenvolver progressivamente as habilidades manuais, adquirindo controle para desenhar, pintar, rasgar, folhear, entre outros.							
<ul style="list-style-type: none"> ● Suportes, materiais e instrumentos para desenhar, pintar e 	❖ Conhecer e explorar instrumentos gráficos, seus usos ou suas funções.	Tentativas de registro.		X			3º
	❖ Pintar, desenhar, rabiscar, folhear com diferentes recursos e em diferentes suportes.	Coordenação motora fina.		X			A/T
	❖ Coordenar, progressivamente, o movimento das mãos para segurar instrumentos gráficos.	Habilidades manuais.		X			A/T
	❖ Manipular instrumentos gráficos (pincel grosso, pincel de	Coordenação óculo-manual.		X			A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS						
folhear.	rolinho, giz de cera, giz pastel etc.) para conseguir diferentes marcas gráficas.					
	❖ Participar de situações que envolvam o rasgar, o enrolar e o amassar.	Coordenação óculo-manual.		X		A/T
	❖ Virar páginas de um livro, revista, jornais etc.	Coordenação óculo-manual.		X		A/T
	❖ Conhecer brinquedos, livros ou jogos de sua cultura local.	Elementos visuais da cultura.		X		A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS							
(EI02/03CG01) Apropriar-se de gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si e nos jogos e brincadeiras.							
SABERES E CONHECIMENTOS	❖ OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos Específicos	Bebês- 0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças bem pequenas 2 e 3 anos	Crianças 4 e 5 anos	Trimestre
<ul style="list-style-type: none"> ● Coordenação motora ampla: equilíbrio, destreza e postura corporal. ● Manifestações culturais. ● Orientação espacial. ● Grupos Sociais 	❖ Participar de brincadeiras com cantigas, rimas, histórias, parlendas ou outras situações que envolvam movimentos corporais.	Brincadeiras de roda e cantigas			X		A/T
	❖ Acompanhar ritmos de diferentes músicas com movimentos corporais.	Dança/gêneros musicais (música popular, regional,etc)			X		2º
	❖ Executar movimentos e gestos a partir de estímulos visuais e auditivos.	Reprodução do movimento			X		3º
	❖ Conhecer os objetos, materiais, expressões culturais corporais, danças, músicas e brincadeiras típicas de sua região e de sua cultura e de outras.	Cultura típica da sua região e de outras			X		3º
	❖ Imitar movimentos fundamentais, com auxílio do professor.	Movimentos fundamentais			X		3º
	❖ Identificar objetos por meio da visão.	Percepção visual			X		3º
	❖ Manipular objetos, visando ao desenvolvimento da coordenação óculo-manual.	Coordenação óculo-manual			X		2º
	❖ Identificar, por meio de expressões e da linguagem, alguns sons presentes em seu cotidiano.	Fontes sonoras			X		2º

<p>(família).</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Esquema corporal. ● Materiais de higiene, procedimentos e cuidados consigo mesmo. ● Órgãos dos sentidos. 	❖ Reconhecer texturas, formatos e tamanhos por meio da exploração de objetos.	Percepção tátil			X		2º
	❖ Reconhecer diferentes temperaturas, por meio da experimentação.	Percepção tátil			X		2º
	❖ Explorar seu corpo e o corpo do outro, por meio do toque.	Percepção tátil			X		2º
	❖ Perceber diferentes sabores por meio da experimentação de diversos tipos de alimentos, com diferentes texturas.	Percepção gustativa			X		2º
	❖ Reconhecer alimentos com diferentes sabores.	Percepção Gustativa			X		2º
	❖ Desenvolver a percepção olfativa, sentindo diferentes odores.	Orgaos do sentido			X		2º
	❖ Explorar o próprio corpo na perspectiva de conhecê-lo, sentindo os seus movimentos, ouvindo seus barulhos, conhecendo suas funções.	Sons do próprio corpo			X		3º
	❖ Conhecer e apontar partes do seu corpo e mostrar a correspondência destas em seus colegas. (cabeça, dente, olho, boca, cabelo, unha, dedo, nariz, mão, pé, pescoço, umbigo, joelho, dentre outros).	Partes do corpo			X		1º
	❖ Vivenciar brincadeiras de esquema corporal, de exploração e expressão diante do espelho, utilizando as diferentes formas de linguagens e percebendo suas características.	Percepção corporal			X		3º
	❖ Observar e imitar gestos e movimentos típicos dos profissionais da escola e de sua comunidade próxima.	Reprodução do movimento			X		A/T
	❖ Expressar, por meio do corpo, de seus gestos e movimentos, confortos e desconfortos.	Cuidado de si mesmo			X		1º
	❖ Perceber o desconforto do colega e oferecer-lhe acolhimento.	Cuidado com o outro			X		1º
	❖ Participar de atividades que desenvolvam o chutar, pegar, manusear, mover e transportar objetos com diferentes características.	Movimentos fundamentais			X		2º
	❖ Brincar nos espaços externos e internos com obstáculos que permitem empurrar, rodopiar, balançar, escorregar, equilibrar-se, arrastar, engatinhar, levantar, subir, descer, passar por dentro de, por baixo de, saltar, rolar, procurar, pegar etc., vivenciando limites e possibilidades corporais.	Movimentos fundamentais			X		2º
❖ Identificar partes do seu corpo e mostrar a correspondência destas em seus colegas. (cabeça, dente, olho, boca, cabelo, unha, dedo, nariz, mão, pé, pescoço, umbigo, joelho, ombro, punho, cotovelo, calcanhar, perna, tornozelo, coxa, costa, nuca, testa, dentre outros).	Gêneros musicais/partes do corpo			X		3º	

	❖ Vivenciar, explorar e valorizar a escuta de diferentes estilos de música, dança e outras expressões da cultura corporal.	Gêneros musicais			X		A/T
	❖ Conhecer práticas de cuidado e a atenção no uso dos diferentes espaços da escola.	Cuidados do ambiente escolar			X		2º
	❖ Apropriar-se de movimentos para o cuidado de si: pentear-se, lavar as mãos, usar talheres e outros utensílios percebendo suas funções sociais.	Hábitos de higiene			X		A/T
	❖ Imitar movimentos estabelecendo relações entre as situações vividas e o enredo, cenários e personagens.	Imitação de situações vivenciadas			X		A/T
(EI02/03CG02) Deslocar seu corpo no espaço, orientando-se por noções como em frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora etc., ao se envolver em brincadeiras e atividades de diferentes naturezas.							
<ul style="list-style-type: none"> ● O corpo e o espaço. ● Noções espaciais: dentro de, fora de, perto de, longe, embaixo de, em cima de, de um lado, do outro, esquerda, direita, a frente de, atrás de etc. ● Orientação espacial. 	❖ Explorar o espaço ao seu redor fazendo movimentos como saltar, correr, se arrastar e outros.	Coordenação motora ampla			X		A/T
	❖ Localizar um brinquedo e buscá-lo.	Localização			X		A/T
	❖ Experimentar novas explorações a partir de diferentes perspectivas, olhando pela janela, em cima da mesa ou do escorregador do parque etc.	Percepção direcional			X		A/T
	❖ Percorrer trajeteto inventados espontaneamente ou propostos: circuitos desenhados no chão, feitos com corda, elásticos, tecidos, mobília e outros limitadores e obstáculos para subir, descer de, passar por baixo de, por cima de, por dentro de, por fora de, na frente de, atrás de, contornar e outros.	Circuito motor			X		A/T
	❖ Reconhecer o local onde se encontram seus pertences pessoais.				X		A/T
	❖ Observar e imitar seus colegas nas diferentes formas de exploração do espaço escolar e extraescolar.	Reprodução do movimento			X		A/T
	❖ Participar de situações que envolvam a execução de comandos: dentro de, fora, perto de, longe, em cima de, no alto, embaixo de, ao lado de, a frente de, atrás de, no alto.	Direcionalidade (ponto de referência)			X		A/T
	❖ Explorar o espaço ambiente da escola considerando a localização de seus elementos no espaço: na frente de, atrás de, separado e junto, entre, em cima de e embaixo de, dentro de, fora de e etc.	Direcionalidade (ponto de referência)			X		A/T
❖ Participar de situações em que o(a) professor(a) demonstra a localização de objetos: na frente de, atrás de, no alto, embaixo de, dentro de, fora etc.	Direcionalidade (ponto de referência)			X		A/T	

	❖ Participar de situações identificando a localização de objetos: à frente de, atrás de, no alto, embaixo de, dentro de, fora etc.	Direção			X		A/T
	❖ Chutar, pegar, mover e transportar objetos orientando-se por noções espaciais.	Orientação espacial			X		A/T
(EI02/03CG03) Explorar formas de deslocamento no espaço (pular, saltar, dançar), combinando movimentos e seguindo orientações.							
<ul style="list-style-type: none"> ● O corpo e seus movimentos. ● Esquema corporal. ● Dança. ● Imitação como forma de expressão. 	❖ Explorar o espaço ao seu redor fazendo movimentos como: correr, lançar, galopar, pendurar-se, pular, saltar, rolar, arremessar, engatinhar e dançar livremente ou de acordo com comandos dados, em brincadeiras e jogos.	Movimentos corporais em relação ao espaço físico			X		A/T
	❖ Explorar espaços maiores, com mais desafios, variando os movimentos e mostrando maior domínio sobre eles.	Percepção espacial			X		A/T
	❖ Deslocar-se de diferentes modos: andando de frente, de costas, correndo, agachando, rolando, saltando etc.	Equilíbrio e lateralidade			X		A/T
	❖ Descobrir diferentes possibilidades de exploração de um mesmo espaço e compartilhar com os colegas.	Localização espacial			X		A/T
	❖ Dançar, executando movimentos variados.	dança			X		A/T
	❖ Realizar atividades corporais e vencer desafios motores.	Desafios motores			X		A/T
	❖ Participar de situações de deslocamento e movimento do corpo fora e dentro da sala.	Deslocamento corporal			X		A/T
	❖ Deslocar-se em ambientes livres ou passando por obstáculos que permitam pular, engatinhar, correr, levantar, subir, descer, dentre outras possibilidades.	Relação com o próprio corpo, com o corpo do outro e do corpo no espaço			X		3º
	❖ Participar de jogos de imitação, durante brincadeiras, contação de histórias e outras possibilidades.	Movimento em relação a ação dramática			X		3º
	❖ Deslocar-se de acordo com ritmos musicais: rápido ou lento.	Percepção temporal (velocidade, sucessão, duração e ritmo)			X		3º
❖ Vivenciar jogos de imitação e mímica.	Caracterização de personagens e dramatização			X		3º	
❖ Vivenciar brincadeiras e jogos corporais como, roda, amarelinha e outros.	Jogos e brincadeiras			X		AT	
(EI02/03CG04) Demonstrar progressiva independência no cuidado do seu corpo.							
	❖ Cuidar progressivamente do próprio corpo, executando ações simples relacionadas a saúde e a higiene.	Cuidado de si mesmo			X		1º

<ul style="list-style-type: none"> ● Práticas sociais relativas à higiene. ● Materiais de uso pessoal. ● Hábitos alimentares, de higiene e de repouso. ● Cuidados com a saúde. 	❖ Vivenciar práticas que desenvolvam bons hábitos alimentares: consumo de frutas, legumes, saladas e outros.	Alimentação saudável			X		2º
	❖ Participar de momentos de cuidados de si como: limpar-se, lavar as mãos, vestir-se e alimentar-se, solicitando ajuda.	Práticas de cuidados pessoais			X		3º
	❖ Participar de práticas de higiene com crescente autonomia.	Ampliação da autonomia quanto a higiene pessoal			X		A/T
	❖ Identificar os cuidados básicos ouvindo as ações a serem realizadas.	Autonomia no uso de utensílios de alimentação e higiene			X		A/T
	❖ Usar utensílios apropriados nos momentos de alimentação e higienização.	Autonomia no uso de utensílios de alimentação e higiene			X		1º
	❖ Utilizar progressivamente o assento sanitário.	Desfralde e autonomia no uso do banheiro			X		A/T
	❖ Conhecer o material de uso pessoal.	Identificação			X		1º
	❖ Demonstrar, progressivamente, com gestos ou palavras as necessidades fisiológicas, solicitando auxílio do(a) professor(a).	Expressões das necessidades fisiológicas			X		1º
	❖ Conhecer e utilizar o material de uso pessoal.	Identificação de materiais pessoais			X		1º
	❖ Participar de momentos como: limpar-se, lavar as mãos, vestir-se com independência.	Cuidados com o corpo e bem estar			X		2º
	❖ Participar dos cuidados básicos ouvindo as ações a serem realizadas.	Palestras com profissionais da área da saúde			X		3º
	❖ Alimentar-se com crescente autonomia, manuseando os alimentos.	Independência			X		A/T
	❖ Perceber e oralizar as necessidades do próprio corpo: fome, frio, calor, sono, sede e outras necessidades fisiológicas.	Percepção das necessidades básicas			X		A/T
E102/03CG05) Desenvolver progressivamente as habilidades manuais, adquirindo controle para desenhar, pintar, rasgar, folhear, entre outros.							
<ul style="list-style-type: none"> ● Coordenação motora fina. ● Suportes, materiais e instrumentos para desenhar, 	❖ Conhecer a forma como segura instrumentos gráficos: pincel grosso, pincel de rolinho, giz de cera, giz pastel e outros para conseguir diferentes marcas gráficas.	Instrumentos gráficos			X		3º
	❖ Virar páginas de livros, revistas, jornais e etc. com crescente habilidade.	Reprodução do movimento: estímulos visuais			X		3º
	❖ Manusear diferentes riscadores em suportes e planos variados.	Tentativas de registros (garatujas)			X		3º
	❖ Explorar jogos de montar, empilhar e encaixar.	Movimento coordenado			X		2º
	❖ Modelar diferentes formas, de diferentes tamanhos com	Modelagem			X		A/T

pintar, folhear...	massinha, argila e outros.					
	❖ Explorar livros de materiais diversos: plástico, tecido, borracha e papel.	Percepção tátil			X	2º
	❖ Pintar, desenhar, rabiscar, folhear, rasgar, picotar utilizando diferentes recursos e suportes.	Registro de ideias/significados			X	3º
	❖ Participar de situações que envolvam o rasgar, o enrolar e o amassar.	Registro de ideias/significados na composição plástica			X	3º
	❖ Coordenar o movimento das mãos para segurar o giz de cera, lápis e pincel e fazer suas marcas gráficas.	Coordenação óculo-manual			X	A/T
	❖ Manusear diferentes riscadores naturais e industrializados em suportes e planos variados para perceber suas diferenças.	Percepção natural e artificial			X	A/T
	❖ Conhecer gradativamente o movimento para o uso da tesoura.	Percepção na natureza e produção plástica:linha			X	A/T
	❖ Mudar a página do livro ou explorar materiais de construção e brinquedos de encaixe de diferentes tamanhos e formatos.	Tamanhos e formas			X	A/T
	❖ Participar de jogos de montar, empilhar e encaixar.	Montagem, encaixe e empilhamento			X	A/T
	❖ Manipular e modelar materiais e elementos de diferentes formas: massinha, argila, papel alumínio e outros.	Reconhecer objetos de diferentes materiais			X	A/T
	❖ Executar habilidades manuais, utilizando recursos variados: linha, lã, canudinho, argolas e outros.	Percepção na natureza e produção plástica:linha.			X	A/T
	❖ Pintar, desenhar, rabiscar, folhear, rasgar, pulsionar, recortar aleatoriamente utilizando recursos e suportes.	Coordenação motora			X	A/T
❖ Participar de situações que envolvam o rasgar seguindo limites, o enrolar e o amassar, modelando objetos seguindo orientações do professor.	Coordenação motora fina			X	A/T	

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS

(EI04/05CG01) Criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras, dança, teatro, música.

(EI04/05CG03) Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música.

SABERES E CONHECIMENTOS	CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS	Conteúdos Específicos	Bebês-0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças médias 2 e 3 anos	Crianças grandes 4 e 5 anos	Trimestre

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS							
						anos	
● Manifestações culturais.	❖ Expressar interesses, sentimentos, sensações ou emoções por meio de brincadeiras, dança ou dramatizações.	Dança Teatro Brincadeiras				X	3º
● Seu corpo, suas possibilidades motoras, sensoriais e expressivas.	❖ Criar e recriar gestos e movimentos corporais.	Movimentos fundamentais Partes do corpo Esquema corporal				X	3º
● Esquema corporal.	❖ Cantar, gesticular e expressar emoções acompanhando músicas, cantigas e jogos de imitação.	Imagem corporal Expressão corporal				X	1º
● Movimento: gestos, expressões faciais e mímicas.	❖ Vivenciar brincadeiras de esquema, imagem e expressão corporal diante do espelho, utilizando as diferentes formas de linguagem.	Corpo e espaço Jogos de corrida variada				X	2º
● Imitação como forma de expressão.	❖ Vivenciar situações de deslocamento e movimento do corpo fora e dentro da sala.	Jogos em linha Jogos em círculo				X	3º
● Jogo de papéis e domínio da conduta.	❖ Explorar movimentos corporais ao dançar e brincar.	Jogos e brincadeiras				X	A/T
	❖ Dramatizar situações do dia a dia, músicas ou trechos de histórias.	Jogos de imitação Brincadeira cantada				X	1º
	❖ Vivenciar diferentes papéis em jogos e brincadeiras.	Jogos e brincadeiras				X	A/T
● Equilíbrio, destreza, postura e controle do corpo.	❖ Combinar movimentos com outras crianças criando novas possibilidades de expressão.	Estímulos visuais				X	3º
	❖ Conhecer brincadeiras e atividades artísticas típicas da cultura local.	Brincadeiras de nossa cultura				X	3º
● Orientação espacial.	❖ Participar de encenações e atividades que desenvolvam a expressão corporal a partir de jogos de imitação, corporais e dramáticos.	dramatizações				X	3º
	❖ Discriminar e nomear as percepções ao experimentar diferentes sensações.	Sentidos, percepções e sensações				X	3º
	❖ Deslocar-se em diferentes espaços e direções, de diferentes modos, de acordo com diferentes ritmos.	Localização e orientação espacial Noções de direcionalidade, lateralidade, proximidade e interioridade				X	3º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS							
	❖ Participar de brincadeiras envolvendo movimentos corporais, vivenciando limites e possibilidades.	Coordenação motora fina: óculo- manual e óculo- pedal				X	AT
	❖ Criar movimentos e expressões corporais a partir de brincadeiras, danças e jogos dramáticos.	Expressão facial: labial e ocular				X	2°
	❖ Deslocar-se em ambientes livres ou com obstáculos.	Relação com o próprio corpo Relação com o corpo do outro				X	2°
	❖ Deslocar-se de diferentes modos e ritmos, movimentando-se de forma condizente.	Relação do corpo no espaço					
	❖ Vivenciar brincadeiras e jogos corporais, conhecendo e respeitando as regras.	Velocidade Duração Ritmo					
(EI04/05CG02) Demonstrar controle e adequação do uso de seu corpo em brincadeiras e jogos, escuta e reconto de histórias, atividades artísticas, entre outras possibilidades.							
<ul style="list-style-type: none"> ● Corpo e o espaço. ● Controle e equilíbrio do corpo. ● Jogos expressivos de linguagem corporal. ● Localização e orientação espacial: dentro de, fora de, perto de, longe de, embaixo de, em cima de, de um lado, do outro, a esquerda de, a direita de, a frente de, atrás de etc. ● Noções de 	❖ Movimentar-se seguindo uma sequência e adequando-se ao compasso definido pela música, brincadeira ou regra.	Noção espacial Equilíbrio estático				X	2°
	❖ Percorrer trajetórias inventadas ou propostas demonstrando controle e adequação corporal.	Equilíbrio dinâmico Freio inibitório				X	2°
	❖ Deslocar-se usando movimentos corporais cada vez mais complexos.	Linguagem corporal Condutas motoras de base: quadrupedação				X	2°
	❖ Movimentar-se e deslocar-se com controle progressivo, equilíbrio, coordenação, resistência e força muscular.	galopar, arrastar-se, saltar, engatinhar, rolar, pular de um pé só,				X	A/T
	❖ Adequar seus movimentos corporais aos de seus colegas em situações de brincadeiras ou atividades coletivas.	Localização e orientação espacial: dentro de, fora de, perto de, longe de, embaixo, em cima, de um lado, do outro, esquerda, direita, frente e atrás, etc.				X	3°
	❖ Participar de atividades que desenvolvam noções de proximidade, interioridade e direcionalidade, posicionando o corpo no espaço.	Regras de convivência Estímulo auditivo				X	A/T
❖ Participar de conversas em pequenos grupos escutando seus	Gestos e movimentos				X	1°	

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS								
direcionalidade, lateralidade, proximidade e interioridade.	colegas e esperando a sua vez de falar.	Postura e controle do corpo						
	❖ Adequar seus movimentos em situações de brincadeiras com ritmo da música ou da dança.	Gestos e movimentos Postura e controle do corpo					X	1º
	❖ Participar de situações que envolvam comandos, evidenciando controle corporal e exercitando a escuta.	Estimulo auditivo					X	2º
(EI04/05CG04) Adotar hábitos de autocuidado relacionados à higiene, alimentação, conforto e aparência.								
<ul style="list-style-type: none"> Práticas sociais relativas à higiene. Autocuidado e autonomia. Materiais de uso pessoal. Hábitos alimentares, higiene e de repouso. Cuidados com a saúde. 	❖ Desenvolver hábitos de boas maneiras ao alimentar-se.	Hábitos alimentares					X	2º
	❖ Realizar ações de higiene: ir ao banheiro, lavar as mãos e escovar os dentes com autonomia.	Higiene corporal Higiene bucal					X	1º
	❖ Perceber, verbalizar e realizar ações de cuidado com o próprio corpo relacionadas ao conforto térmico, repouso e alimentação.	Higiene do meio que está inserido: casa, rua, escolas.					X	3º
	❖ Vivenciar práticas que desenvolvam bons hábitos alimentares: consumo de frutas, legumes, saladas e outros.	Alimentação saudável Higiene dos alimentos Descanso: sono, relaxamento e lazer					X	2º
	❖ Conhecer sua condição alimentar, identificando possíveis restrições.	Necessidades nutricionais					X	3º
❖ Conhecer, cuidar e utilizar de forma autônoma seu material de uso pessoal.	Cuidado com materiais					X	1º	
(EI04/05CG05) Coordenar suas habilidades manuais no atendimento adequado a seus interesses e necessidades em situações diversas.								
<ul style="list-style-type: none"> Habilidade manual. Suportes, materiais e instrumentos para desenhar, pintar e folhear. Representações gráficas e plásticas. 	❖ Usar a tesoura sem ponta para recortar.	Coordenação motora fina					X	A/T
	❖ Manipular objetos de diferentes tamanhos e pesos, coordenando os movimentos.	Percepção tátil					X	A/T
	❖ Utilizar diferentes materiais e instrumentos nas suas produções com progressiva desenvoltura.	Coordenação viso motora					X	A/T
	❖ Manusear diferentes riscadores em suportes e planos variados para perceber suas diferenças, registrando suas ideias.						X	A/T
	❖ Participar de jogos e brincadeiras de construção utilizando elementos estruturados ou não, com o intuito de montar,						X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS							
desenho, pintura, colagem, dobradura, escultura etc. • Representações bidimensionais e tridimensionais.	empilhar, encaixar e outros.						
	❖ Executar habilidades manuais utilizando recursos variados: rasgar, picotar, recortar, dobrar, colar.					X	A/T
	❖ Manusear livros, revistas, jornais e outros com autonomia.	Habilidades perceptivo motora envolvidas na resolução de diferentes tarefas				X	A/T
	❖ Modelar diferentes formas, de diferentes tamanhos com massa ou argila.	modelagens				X	A/T
	❖ Expressar-se por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura, escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais.					X	A/T

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física. Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão. Assim, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de

ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.).

Embora a Educação remeta, em grande parte, ao desenvolvimento de competências psicológicas e habilidades cognitivas dos indivíduos, o corpo, suas sensações e todo o aspecto físico não podem ficar de fora do processo educacional das crianças e bebês. O segundo Campo de Experiência da BNCC foi fundamentado justamente nessas necessidades. “O corpo, na Educação Infantil, ganha centralidade por meio das diferentes linguagens, como a dança, a música, o teatro, as brincadeiras”,.O campo coloca o foco na busca por descobertas sensoriais dos pequenos, com ênfase na interação da criança com o meio e com os outros. “Com gestos e movimentos, eles experimentam suas potencialidades e limites”.

O corpo é explorado pela criança desde seus primeiros meses de vida. Ele é o verdadeiro órgão da aprendizagem e a estrutura que serve de suporte para a aprendizagem. É o responsável pela captação das informações e pelo registro delas, pois todo o aprendizado passa por ele. As crianças fazem seu descobrimento do mundo e das pessoas por meio do contato físico e de suas ações. É muito importante encorajar as crianças a vivenciar, a sentir e a entender sua corporeidade em uma relação com o meio e com o mundo. Elas percebem os sentidos, captam, recebem os sons, sentem os cheiros e sabores por meio de seus corpos.

Muitas mães estimulam o desenvolvimento global da criança de forma natural enquanto conversam com seus filhos, na alimentação, no banho, na demonstração de carinho e afeto e, à medida que se desenvolvem, suas vivências vão se ampliando.

É de fundamental importância para a criança promover a construção da sua própria identidade e autoimagem, mediante o conhecimento do seu corpo, desenvolvendo assim capacidades motoras básicas como rolar, andar, correr, pular, dançar, rasgar, recortar, ter noção de cuidados com o seu corpo, adotando hábitos de higiene, familiarizando-se principalmente com sua imagem, descobrindo e reconhecendo as sensações que o seu corpo produz, seus movimentos, suas possibilidades e limites. Deve vivenciar diferenciadas sensações, percepções, emoções, para que possa descobrir suas possibilidades e assim ampliar suas linguagens: corporal, gestual e oral, expressando-se de diversas formas na sua relação com adultos e outras crianças, conversando, dramatizando, imitando, cantando, desenhando, jogando. Assim, a criança irá gradativamente incorporar essas vivências e tomar consciência de seu corpo.

A criança é um ser em desenvolvimento. Desde os primeiros anos de vida, vivencia afetividade, compreensão e constrói o conhecimento a partir de interações com outras pessoas e com o meio em que vive.

Uma criança que conhece a si mesma e ao seu corpo adquire domínio sobre seus movimentos e em sua relação com o mundo externo. Na Educação Infantil, devemos ter como prioridade a ajuda à criança para que esta possa ter uma percepção adequada de si mesma, compreendendo suas possibilidades e limitações reais e, ao mesmo tempo, auxiliá-la a se expressar corporalmente com maior liberdade, conquistando e aperfeiçoando novas competências motoras.

As atividades elaboradas através do Campo de Experiências o corpo e movimento levam as crianças a desenvolver:

- Habilidades motoras, que levem a criança a aprender a conhecer seu próprio corpo e a se movimentar expressivamente;
- Um saber corporal que inclua as dimensões do movimento, desde funções que indiquem afetividades e representações de movimentos;
- Trocas afetivas;
- A comunicação e a expressão das ideias;
- A exploração do mundo físico e o conhecimento do espaço;
- A apropriação da imagem corporal;
- As percepções rítmicas, estimulando reações novas, através de jogos corporais e danças;
- Habilidades motoras finas no desenho, na pintura, na modelagem, na escultura, no recorte, na colagem e nas atividades de escrita.

Os materiais que colaboram para as experiências motoras podem incluir:

- Túneis para as crianças percorrerem;
- Caixas de madeira;
- Materiais que rolem e onde as crianças possam entrar;

- Instrumentos musicais ou geradores de som (bandinhas de diversos objetos);
- Cordas e bastões;
- Bancos, sacos de diversos tamanhos, pneus, tijolos;
- Espelhos;
- Papéis de todos os tamanhos e formatos;
- Giz, lápis, canetas hidrográficas (de diversos tamanhos);
- Elásticos e outros.

Enfim, estimular atividades corporais para além da sala de aula auxiliaria os alunos a vencer melhor os desafios da leitura e da escrita.

Além disso, podemos destacar o fato de que as brincadeiras e os jogos são importantes no mundo da fantasia da criança, tornando possível transcender o mundo imediatamente disponível, diretamente perceptível. O mundo perceptível das pessoas é sempre um mundo significativo, isto é, é sempre um mundo interpretado por alguém e, portanto, singular e subjetivo, tal como a escrita.

A atitude da escola frente à espontaneidade do movimento de cada criança poderá influenciar fortemente o rumo do processo de aprendizagem da criança. A escola que trabalha para o desenvolvimento psicomotor da criança tende a contribuir para o bom aprendizado.

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

As crianças se movimentam desde o nascimento e, progressivamente, ampliam as possibilidades corporais para interação com o mundo. Por meio do movimento, aprendem sobre si mesmas, descobrem e relacionam-se com o outro e com os objetos, desenvolvem suas capacidades e habilidades. Sabemos a importância do corpo na formação das pessoas, nessa perspectiva é relevante para a educação dar espaço e uma real importância para o desenvolvimento da criança como um todo, valorizando não somente a razão, mas a percepção sinestésica do mundo, ou seja, o corpo e o movimento. As crianças se expressam, comunicam e interagem muito antes da aquisição da fala e essa capacidade, se dá com o corpo e pelo corpo. Segundo Moreira (1995, p. 85) A criança é movimento em tudo o que faz, pensa e sente. O seu corpo presente é ativo em todas as situações e em todos os momentos. Ele, o corpo, dialoga todo o tempo com todos que o cercam. Desde uma brincadeira como pega-pega, até as formações em roda ou em colunas. Posso notar que o corpo, por meio de movimentos, denota sentimentos e emoções.

Desse modo, a linguagem do movimento tem um papel muito importante no processo de ensino aprendizagem, pois possibilita a criação de corpos lúdicos, criativos e de autoria. Assim, o corpo é expressão da personalidade, da cultura, de um movimento histórico, em que todas as experiências passam pelo corpo das crianças, não apenas como algo que se movimenta, mas como algo completo em estrutura física, emocional e intelectual. A fim de que haja garantia de condições necessárias para a aprendizagem de todas as crianças, inclusive as com deficiência, o movimento deve permear todas as práticas pedagógicas, além disso a atitude do professor é essencial para que a criança construa a imagem positiva em relação ao próprio corpo e ao do outro, além do prazer ao se movimentar.

É importante que o professor reconheça os avanços motores das crianças, respeitando e valorizando suas diferentes características corporais e suas limitações, utilize diversos recursos materiais para promover situações lúdicas, desafiadoras e instigantes para a aprendizagem de diferentes aspectos relacionados ao brincar e ao movimento. Portanto, é de suma importância proporcionar à criança o conhecimento de sua movimentação corporal e, conseqüentemente, aprimorar a sua expressão e comunicação com o mundo. O movimento é, portanto, aspecto fundante para o desenvolvimento infantil pautado nas interações e brincadeiras que envolvam o corpo e que dialoguem com todos os campos de experiências e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento presentes na BNCC.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Os Desafios Contemporâneos buscam promover a análise, a reflexão, a difusão de ideias e o cruzamento de múltiplas perspectivas a respeito do contexto atual nos campos social, da cultura e da educação, além de propiciar a troca de experiências

entre diversos agentes: formuladores de políticas públicas, empreendedores, grupos independentes, integrantes de movimentos sociais, coletivos artísticos, profissionais do campo de educação, cultura e museus, pesquisadores e intelectuais. No fazer artístico, o estudante tem possibilidades de desenvolver sua poética pessoal, esta ação investigativa o leva à reflexão, à análise crítica, a experimentações, a comparações, à imaginação, e a criar soluções (inclusive tecnológicas). Além disso, também instiga a curiosidade, a levantar hipóteses, o trabalho em equipe, o desenvolvimento do pensamento artístico, a criatividade, a percepção, dentre outros, possibilitando, assim, a resolução de problemas de ordem técnica e estética, bem como a humanização dos sentidos. Nesse sentido, as metodologias ativas objetivam alcançar e motivar o estudante, que colocado diante uma situação-problema, examina, reflete, contextualiza, pesquisa e ressignifica suas descobertas. Sendo um recurso didático de grande importância, as metodologias ativas podem favorecer, de forma significativa e eficaz, o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando ao aluno um papel protagonista na produção de seu conhecimento.

Com isso, o respeito a estas manifestações artísticas culturais e ao patrimônio cultural torna-se possível, pois, durante o conhecimento e a valorização destas, o respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas se evidencia, possibilitando a apropriação de conhecimentos artísticos e estéticos.

EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

Para que todos possam transitar com tranquilidade e segurança nas vias urbanas, atualmente, o Brasil conta com uma Lei Federal, que regulamenta o trânsito de veículos e pedestres: o Código Nacional de Trânsito. Nele, podemos encontrar normas de circulação e conduta para que todos possam ir e vir com segurança e sem conflitos.

O trânsito faz parte da vida de qualquer ser humano. É nas ações cotidianas que revelamos o nosso compromisso com a segurança no trânsito e o quanto podemos proteger todos ao nosso redor. Educar para o trânsito é primordial para a sociedade atual que vive um quadro brutal de variadas formas de agressões ao homem em seu cotidiano. A escola necessita acompanhar as mudanças sociais preparando o aluno para saber transitar no espaço público, além de refletir sobre a questão ética.

A educação nas escolas ajuda a formar cidadãos mais conscientes e preparados para enfrentar a vida e o trânsito.

Essa educação deve começar nas séries iniciais, aliando teoria e prática. Desta forma, o Instituto Dom Barreto, trabalha projetos pedagógicos voltados para a educação no trânsito, na etapa da Educação Infantil.

Os projetos voltados para o tema buscam contribuir na construção de valores, como o respeito ao próximo para a proteção da vida, que é o nosso bem maior, ajudando na compreensão da criança em relação aos elementos e as situações vivenciadas no trânsito.

Trabalhar o trânsito com crianças da Educação Infantil é importante, pois o aprendizado durante esta fase é mais fácil para ser assimilado. Isto faz com que os alunos cresçam com consciência de seus deveres e direitos no trânsito, bem como no desenvolvimento de valores como solidariedade, respeito e colaboração.

A abordagem diante das crianças é na questão da educação. As atividades elaborada são referentes as situações cotidianas. Foram elaborados questionamentos diante das posturas do pai e da mãe no trânsito.

A promoção e desenvolvimento das atividades do Dia do Trânsito são fundamentais para a compreensão dos alunos da educação infantil sobre as regras e deveres relacionados ao trânsito.

Por meio dos projetos, as crianças podem atuar como agentes educativos, dentro do ambiente familiar.

A escola é uma das principais responsáveis em promover, desde de muito cedo, o papel do cidadão em relação ao comportamento em sociedade, gerando a reflexão por meio de temas importantes e atuais.

A família, como base educacional e comportamental, deve auxiliar a escola durante esse processo de aprendizagem da criança para que isso gere um resultado significativo em relação ao que foi proposto.

As atividades do Dia do Trânsito são fundamentais também para o crescimento pessoal, pois mesmo que pequenos, os alunos já estão inseridos nas práticas de trânsito básicas, como atravessar a rua, usar cinto de segurança, andar de transporte público, dentre outras.

Com relação aos objetivos, o professor, ao desenvolver as atividades do Dia do Trânsito, permite ao aluno:

- Aprender sobre as regras de trânsito, tais como noções de sinalização, faixa de pedestre, cinto de segurança e etc;
- Entender como acontecem os acidentes de trânsito e de como os mesmos podem ser evitados;
- Conceber valores relacionados à vida em sociedade, comportamento no trânsito, respeito ao próximo e solidariedade;
- Perceber os perigos quando as regras relacionadas ao trânsito não são de fato obedecidas;
- Aprender mais sobre os meios de transporte, identificando a função e importância de cada um, seja ele aéreo, terrestre ou marítimo;
- Promover atividades interdisciplinares com o intuito de aplicar os conhecimentos adquiridos em outras áreas do conhecimento.
- Produção de um semáforo em sala de aula para que os alunos aprendam o significado e representação das cores;
- Apresentação das principais placas de trânsito, como pare, proibido estacionar, vire a direita/esquerda, faixa de pedestre, expondo o que cada uma simboliza;
- Discussão e debate com os alunos por meio de roda de conversa sobre os perigos da má conduta no trânsito;
- Encenação, fora da sala de aula, das principais práticas de trânsito, tendo os alunos como personagens ativos da situação;
- Elaboração de painéis e cartazes sobre as normas do trânsito, anexando-as por toda escola;
- Produção de textos por parte dos alunos sobre como é a ida e volta para escola, informações sobre o trajeto e etc;
- Exibição de vídeo educativos em sala para reforçar as ideias trabalhadas em sala, como as noções de sinalização e respeito no trânsito;

- Participação em atividades pedagógicas em conjunto com os pais ou responsáveis para que haja maior participação e interesse dos alunos;
- Brincadeiras dirigidas, como jogo da memória com os símbolos do trânsito, além de perguntas e repostas sobre as placas de sinalização e seus significados;
- Palestra com profissionais da área de trânsito, tais como motoristas de transporte coletivo, explicando seu papel em sociedade durante o exercício da sua função;

INCLUSÃO SOCIAL: SÍMBOLOS

A inclusão social é um termo que vem sendo amplamente comentado nos últimos tempos, refere-se à possibilidade de dar a todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, os mesmos direitos e oportunidades.

Antes que as medidas de inclusão social sejam formuladas e aplicadas, é necessário observar quais são os grupos excluídos e o que deve ser melhorado para que possam estar plenamente inseridos na sociedade. A inclusão social nas escolas visa eliminar o preconceito e a discriminação, independente do tipo (étnica, de deficientes, de gênero, de orientação sexual, etc). Esse tema é de extrema importância para a distinção de signos nos processos de alfabetização e o professor de Educação Infantil irá abordar nos objetivos de aprendizagem os símbolos mais utilizados.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR

O Dia Nacional da Alimentação nas Escolas é comemorado em 21 de outubro. A data foi escolhida para ressaltar a importância das ações voltadas para a educação alimentar e nutricional dos estudantes de todas as etapas da educação básica. E é com esse objetivo que o Governo Federal investe no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que tem como objetivo garantir o consumo de alimentos saudáveis no ambiente escolar, de modo a criar bons hábitos nos estudantes para toda a vida.

Respeitar os hábitos alimentares e vocação agrícolas locais. Para a execução do PNAE, a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, institui como diretrizes da alimentação escolar: Alimentação Saudável e adequada orienta para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.

A hora da alimentação faz parte da rotina de cuidados, assim como o sono, a troca e o banho. É um momento especial para formação de vínculos e construção da autonomia, requer atenção especial e personalizada.

Antes de adentrar na sistemática do funcionamento destes momentos de refeição, faz-se importante salientar alguns pressupostos das rotinas de cuidados personalizados: Nunca se trata uma criança como objeto, mas sim como alguém que sente, observa e, quando tem oportunidade, pode conhecer e compreender seus anseios e necessidades. Toda atividade de cuidado deve ser exercida com calma e delicadeza nos gestos, respeitando os ritmos de cada criança.

A rotina precisa ser estável, os procedimentos mantidos e previsíveis para que as crianças consigam antecipar e participar dos próprios cuidados.

O educador se dedica plenamente à criança enquanto está com ela: conversa, troca olhares afetuosos, antecipa seus gestos e explica o que faz. Apresenta-lhe os objetos enquanto os manuseia e também permite o manuseio pelas crianças. Não a distraí para executar o que precisa.

A observação é o instrumento para conhecer cada criança e apoiá-la no seu percurso de desenvolvimento e gradativa autonomia.

Oferecer cuidados personalizados em ambientes coletivos exige estrutura e organização ancoradas no trabalho de equipe. Um trabalho que sustenta suas ações cotidianas tendo a criança como eixo estruturante delas, como protagonistas deste cenário. Envolve todas as pessoas da instituição, como direção, coordenação, pessoas da manutenção e limpeza, cozinheiras, assistentes e professores.

O planejamento da hora das refeições precisa ser acordado e compartilhado com todos. Deve prever ações básicas e seguir algumas orientações razoáveis para cada etapa do desenvolvimento das crianças de zero a três anos. Também precisa ser flexível o suficiente para lidar com o inesperado.

Para cada criança se estabelece uma dieta que muda de acordo com seu desenvolvimento pessoal (quando ingere somente líquidos; em seguida a introdução das papinhas e semissólidos; depois, pedaços ou a comida semelhante à dos adultos)

Define-se o horário da refeição principal e das intermediárias e a sequência na qual as crianças serão atendidas (que sempre será a mesma para que possa ser previsível por elas).

Segue-se um protocolo de alimentação individual que inicia no colo, depois na mesa individual diante do adulto, em seguida na mesa com mais um colega e posteriormente na mesa com mais três companheiros e em grupos um pouco maiores (as companhias são determinadas de acordo com as possibilidades de interações e autonomia das crianças, e elas devem permanecer as mesmas por algum tempo).

Sabe-se diante não se o prato da criança virá montado, se será servido na hora ou se ela mesma colocará em seu prato as comidas servidas em travessas.

Usará o copo (sempre de vidro transparente para que visualize o seu interior), usará mamadeira ou comerá na tigelinha e no prato). *

Terá uma colher a sua disposição, usará outra colher enquanto o adulto intercala com a sua, comerá sozinho com seus próprios talheres, usará os talheres e a louça tal qual a dos adultos.

Ajudará na distribuição e arrumação da mesa de refeição, recolherá os pratos ao final.

Fará sua higiene pessoal antes e depois de comer com ajuda do adulto, ajuda parcial ou independentemente.

Num mesmo grupo é possível encontrar crianças em fases diferentes, o que determinará isto é a observação que os adultos realizam de suas iniciativas e habilidades. Nenhuma atitude é antecipada ou exigida das crianças antes que ela esteja preparada

para ela. Toda mudança é informada e antecipada antes de ser aplicada. Cada criança é chamada pelo nome quando chega sua vez de comer, mesmo que ainda seja bem novinho.

A criança escolhe o que deseja comer dentre as opções oferecidas, come o quanto quer e pode repetir em porções pequenas para se sentir satisfeita. Ninguém insiste ou tenta convencê-la de ingerir mais uma colherada além daquela que necessita. Com estas atitudes a criança passa a reconhecer sua fome e saciedade, ao invés de submeter-se ao critério do outro.

Todos os utensílios ficam próximos, dispostos e acessíveis tanto para o adulto quanto para a criança que já se alimenta com autonomia. Assim evita-se muita espera e agitação durante a refeição. Quem finaliza é colocado no chão ou pode levantar da mesa, descansar, brincar e se mover em liberdade. O espaço para o descanso ou brincadeira fica previamente preparado e com um adulto disponível para observar estas crianças.

COMBATE A VIOLÊNCIA

Os objetivos listados da BNCC são gerais do assunto do projeto, mas em cada atividade muitos outros objetivos se apresentam. Você deve levar em consideração na hora do seu planejamentos quais “códigos” deseja acrescentar, pois há diferentes possibilidades em uma mesma atividade conforme o enfoque dado na sua concretização.

Levar as crianças a compreenderem que morder, bater usar de violência com o colega não é o melhor modo de agir.

Conversar com as crianças na roda, contar uma história sobre a temática mordidas. Sugiro o livro digital Mordida não, Napoleão. Após a história converse sobre por que morder não é legal, enfoque que machuca e que deixa todos tristes. As crianças podem contar situações em que foram mordidas por outras crianças ou animais e como elas se sentiram. Como são crianças pequenas vá fazendo perguntas que as ajudem a encontrarem a continuidade do relato.

Confeccione uma boca grande com material reciclado e mostre os dentes para as crianças. Fale para que serve a boca, comente sobre como nossos dentes servem para triturar os alimentos. Entregue toalhas para as crianças e deixe-as morderem as toalhas, mostre que fica as marcas dos dentes e reforce que no colega machuca. Deixe as crianças irem até a boca gigante e

brincar, quando elas fazem de conta que foram mordidas entre na fantasia e mostre sua preocupação e diga para a “boca” como aquele comportamento foi errado.

Entregue uma folha para as crianças com uma boca e deixe que cole pedacinhos de papel branco ou isopor para serem os seus dentinhos. Reforce para o quê a boca serve: beijar, comer comida, falar.

Proponha brincadeiras com bonecas ou bichinhos de pelúcia, no qual as crianças precisam cuidar desses por estarem machucados ou doentes. Deixe que colemaparapros e enrolem faixas, façam de conta que colocam gelo. Use essa brincadeira para ensinar o cuidado. Incentive que as crianças beijem as bonecas e as consolem durante a brincadeira.

Traga imagens de crianças e pessoas felizes se abraçando ou com beijos nas bochechas. Mostre as imagens e pergunte se as crianças gostam de serem abraçadas e beijadas. Faça uma roda com as crianças e convide que uma por vez beije e abrace seu coleguinha. Volte a conversar sobre como beijar é melhor do que morder.

Cole as imagens de carinho em um cartaz. Sempre que uma criança for iniciar o processo de morder, lembre-a do cartaz e a convença a abraçar o colega. Ou a ajude a conversar para resolver os conflitos com a outra criança. Na Educação Infantil as atividades sugeridas podem ser feitas com frequência para lembrar as crianças a não morderem, pois estarão aprendendo outro modo de se relacionarem.

EXIBIÇÃO DE FILMES MENSAIS NACIONAIS

A exibição de filmes nas escolas deve haver uma pluralidade pedagógica que precisa ser pensado, planejado e executado e que permite contribuir com a construção de uma alfabetização crítica dos meios que utilizam os recursos audiovisuais: cinema, televisão, internet, etc.

É possível levantarmos uma infinidade de atividades que podemos realizar com o audiovisual nas escolas. Isto é importante, mas não podemos ficar só nisso... As atividades são importantes desde que sejam pensadas e articuladas com uma proposta pedagógica mais ampla. É preciso caminhar: agindo e pensando... construindo e transformando...

Novas relações e linguagens desafiam os profissionais da educação a pensar na vocação multicultural da escola, no sentido de promover o diálogo entre as diferentes gerações e os diversos padrões culturais nela presentes.

Em sua análise, indicou três fatores que apontam um novo lugar para a escola: a cultura digital, que vem criando uma escola sem muros, na qual o estudante é produtor de conhecimento e a linguagem audiovisual assume importância; a existência de outros.

SEGURANÇA E SAÚDE

A Lei Federal nº 12.645 de 16 de maio de 2012 instituiu 10 de Outubro como o Dia Nacional da Segurança e Saúde nas Escolas, ou seja, estabeleceu um dia a ser dedicado ao tratamento dessa temática no ambiente escolar.

O Dia Nacional da Segurança e Saúde nas escolas foi instituído justamente para promover essa aproximação entre a escola e o mundo da segurança e saúde do trabalhador. Sabe-se o quanto é importante que a problemática da segurança e saúde do trabalhador não se restrinja ao mundo do trabalho, mas passe a ser incorporada o mais cedo possível no cotidiano dos nossos alunos, pois esperar que eles cheguem ao mundo do trabalho para, somente depois disso terem contato com a questão da segurança e saúde no trabalho não é o melhor caminho, uma vez que pode não haver tempo para que isso aconteça, conforme demonstram as estatísticas.

Educar para a cidadania é uma das principais funções sociais da escola, e ter consciência disso implica em reconhecer quão ampla e complexa é sua tarefa.

TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-

se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.

Para isso, as informações contidas nos pareceres descritivos devem evidenciar os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada aluno do Ensino Fundamental. Conversas ou visitas e troca de materiais entre os professores das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental – Anos Iniciais também são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa nova etapa da vida escolar. Além disso, para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico.

Nessa direção, a BNCC apresenta as sínteses das aprendizagens esperadas em cada campo de experiências, para que as crianças tenham condições favoráveis para ingressar no Ensino Fundamental. Essas sínteses devem ser compreendidas como elementos balizadores e indicadores de objetivos a ser explorados em todo o segmento da Educação Infantil, e que serão ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental, e não como condição ou pré-requisito para o acesso ao Ensino Fundamental. Para que a criança compreenda o processo de transição quanto ao Campo de Experiência corpo e movimento a criança deve ter assimilado os conceitos. Atuar em grupo e demonstrar interesse em construir novas relações, respeitando a diversidade e solidarizando-se com os outros. Agir com progressiva autonomia em relação ao próprio corpo e ao espaço que ocupa, apresentando independência e iniciativa. Conhecer, respeitar e cumprir regras de convívio social, manifestando respeito pelo outro ao lidar com conflitos. Reconhecer a importância de ações e situações do cotidiano que contribuem para o cuidado de sua saúde e a manutenção de ambientes saudáveis.

Apresentar autonomia nas práticas de higiene, alimentação, vestir-se e no cuidado com seu bem-estar, valorizando o próprio corpo. Utilizar o corpo intencionalmente (com criatividade, controle e adequação) como instrumento de interação com o outro e com o meio.

AVALIAÇÃO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

A avaliação é entendida como um processo por meio do qual o professor recolhe e analisa as informações sobre o ensino e a aprendizagem, visando à intervenção pedagógica. Ela é um componente do processo educativo e, articulada ao planejamento, se constitui em um importante instrumento de análise do trabalho pedagógico nas instituições de ensino. Considerados os pressupostos já enunciados nesta PPC, a avaliação na Educação Infantil demarca suas especificidades considerando o pressuposto legal de que os processos avaliativos não interferem na promoção da criança ao Ensino Fundamental, contudo, mediante isso, não se torna menos importante.

Para se ter condições de avaliação se uma criança está desenvolvendo sua motricidade de forma saudável e necessária, primeiro uma reflexão sobre o ambiente da instituição e o trabalho desenvolvido. A avaliação do movimento deve ser contínua levando em consideração os processos vividos pela criança, resultando do trabalho intencional do professor.

Devem ser documentados e sempre atualizando aspectos referentes a expressividade do movimento e sua dimensão instrumental da criança. É importante informar para as crianças à respeito de suas competências, sempre valorizando seu empenho e conquistas evitando a comparação com outras crianças. “Pensamento do movimento na educação infantil: ideias e práticas correntes” é de suma importância para todos educadores, pais e outras pessoas envolvidas diretamente no dia-a-dia das crianças. Muitas vezes não nos damos conta da importância que o movimento tem para as crianças no desenvolvimento de sua criatividade, autonomia entre outros. É principalmente nesta fase inicial que a criança precisa de liberdade de expressão para o desenvolvimento da psicomotricidade, adquirindo com isso a autonomia de seus movimentos. Através das experiências que a criança vai aperfeiçoando seus movimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; KRAMER, S. “**O rei está nu**”: Um Debate Sobre as Funções da Pré-Escola. In: Educação pré-escolar: desafios e alternativas. **Caderno cedes**, nº 9. São Paulo: Cortez, 1984.

BRASIL. Constituição Federal de 1988

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 05, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes **Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 (*) **Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular**, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

_____. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017. **Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica**

_____. **RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (*)**. **Fixa as Diretrizes Curriculares. Nacionais para a Educação Infantil**.

CAGLIARI, L. C. **O príncipe que virou sapo**: considerações a respeito da dificuldade de alfabetização das crianças na alfabetização. **Cadernos de Pesquisa**, 55. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nov. 1985, p. 50-62.

CANDURO, V. R. P. **Iniciação musical na idade pré-Escolar**. Porto Alegre: Sagre, 1989.

CHEROGLU, Simone; MAGALHÃES, Giselle Modé. **O primeiro ano de vida: vida uterina, transição pós-natal e atividade de comunicação emocional direta com o adulto**. Cap,4 in :Periodização Histórico Cultural do Desenvolvimento Psíquico- do nascimento à velhice. Martins Lígia Marcia; Abrantes, Angelo Antonio e Facci, Marilda Gonçalves Dias (Org). Autores Associados, 2016. -(Coleção educação contemporânea).

CUNHA. S. R. V. **Cor, som e movimento**: A expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. Caderno de educação no cotidiano da criança. Caderno de Educação Infantil. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação na pré-escola**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto alegre: Mediação, 2000.

KRAMER, Sonia. **A política do Pré-Escolar: arte e disfarce**. São Paulo: Cortez, 1995

KRAMER, S. **A infância e sua singularidade**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a

inclusão da criança de seis anos de idade. [Org. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento]. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

KRAMER, Sônia. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil**: Educação Infantil e/é fundamental. In: Educação e Sociedade, v. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out, 2006.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **A infância e Educação Infantil**. Uma abordagem histórica, 1998, ed. Mediação

LAZARETTI, Lucinéia Maria; MELLO, Maria Aparecida. **Como ensinar na Educação Infantil?** Reflexões sobre a didática e o desenvolvimento da criança. In: PASQUALINI, Juliana Campregher; TEIXEIRA, Lucas André; AGUDO; Marcela de Moraes. (Org.) Pedagogia Histórico-Crítica: legado e perspectivas. Uberlândia, MG. Navegando, 2018.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LOPES, Celi Espasandin; GRANDO, Regina Célia. **Resolução de problemas na educação matemática para a infância**. UNICAMP, Campinas. 2012.(matemática)

LORENZATO, Sérgio. **Educação infantil e percepção matemática**. 3ª Ed.rev. Campinas, SP. Autores Associados, 2011. (matemática)

LURIA, A. R. **O desenvolvimento da escrita na criança**. In: VIGOTSKY, L. S., LURIA, A. R.E LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone,

2006, p. 143-189.

MARTINS, Ligia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, MarildaGonçalvesDias (org.) **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**.Campinas: Autores Associados, 2016

MUKHINA, Valéria. **Psicologia da idade pré-escolar**; tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins fontes, 1996

MOURA, Manoel Oriosvaldo de. **Atividade Pedagógica na Teoria Histórico-Cultural**. (org.) Brasília: Liber livro, 2010

OLIVEIRA, Zilma.Ramos de. **Educação infantil**. Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

PARANÁ, Deliberação nº 03/18 de 23/11/18, do CEE/PR- Referencial **Curricular do Paraná.: princípios, direitos e orientações**.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações**. Curitiba:SEED, 2018. Disponível em:

<http://www.diaadia.pr.gov.br>.

PIRES, C. C.; CURRI, E; CAMPOS, T. M. M. **Espaço & forma: a construção de noções geométricas pelas crianças das quatro séries iniciais do ensino Fundamental**. São

Paulo: PROEM LTDA, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**-11. ed. rev.1ª reimpr. - Campinas, SP: Autores Associados, 2012. - (Coleção educação contemporânea)

SOUZA, R. C. de; BORGES, M. F. T. **A práxis na formação da Educação Infantil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOUZA, G. de; VIEIRA, L. M. F. **Concepção de Infância**. In: Anais I Simpósio Paranaense de Educação Infantil. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Faxinal do Céu, 2006.

TULESKI, Silvana Calvo e EIDT, Nadia Mara. **A periodização do desenvolvimento psíquico- atividade dominante e a formação das funções psíquicas superiores**. Cap. 2

in :Periodização Histórico Cultural do Desenvolvimento Psíquico- do nascimento à velhice. Martins Lígia Marcia; Abrantes, Angelo Antonio e Facci, Marilda Gonçalves Dias (Org). Autores Associados, 2016. -(Coleção educação contemporânea).

VIGOTSKI, L. S. **A Formação social da mente**. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1989.

YGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR – EDUCAÇÃO INFANTIL

APRESENTAÇÃO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS

IMPORTÂNCIA DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

Esse campo se refere ao saberes, aos conhecimentos e a expressão por meio das diferentes linguagens (visual, musical, cênica) das manifestações artísticas e culturais e de recursos tecnológicos, favorecendo o desenvolvimento do senso estético e crítico, da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal.

É importante que as instituições de Educação Infantil disponham de um espaço inicial e deflagrador para o desenvolvimento das diferentes linguagens expressivas, tendo em vista que as crianças pequenas iniciam o conhecimento sobre o mundo por meio dos cinco sentidos (visão, tato, olfato, audição, gustação), do movimento, da curiosidade com relação ao que está a sua volta. Assim, a humanização dos sentidos é um fator fundamental para o trabalho com as linguagens expressivas, sendo necessário iniciá-lo já no berçário, em situações nas quais os professores explorem a curiosidade dos bebês referente ao mundo físico à sua volta. É a partir desse período que eles iniciam o conhecimento de que existem diferentes texturas, formas, cores, linhas, consistências, volumes, tamanhos e pesos, conhecimento que vai se constituindo por intermédio da manipulação de diversos materiais, da exploração dos ambientes, do movimento e do contato orientado com recursos pedagógicos diversos.

Ademais, é importante considerar o ambiente visual do berçário, os objetos que serão manipulados e as situações de brincadeiras corporais. Recomenda-se, nesse sentido, a utilização de formas em cores vivas, com materiais diferentes, dentre eles plásticos, papéis com texturas diferenciadas, objetos revestidos e/ou pintados, livro-pano, livro de banho, entre outros. Os móveis artesanais e brinquedos também em cores contrastantes (verde, vermelho, amarelo, azul e outras) e objetos que produzam sons e/ou vibrações são outros atrativos para os bebês desenvolverem seus sentidos e curiosidades. Lembrando que é nos berçários que surgem os primeiros registros de mãos impregnadas de sopas, papas e sucos. Por isso, é interessante possibilitar que aconteça em alguns momentos, essa “lambança” alimentícia, pois é um momento de experimentação que gera satisfação, representa liberdade e não deixa de se constituir numa criação.

À medida que as crianças se desenvolvem e conquistam sua independência em termos de locomoção, uso da linguagem, entre outros aspectos, os professores poderão disponibilizar materiais e instrumentos mais específicos (pintura, modelagem,

colagem, fotografia, música, teatro, dança e audiovisuais, entre outros) que possibilitem a percepção da natureza e do ambiente cultural em que estão inseridas. De acordo com Cunha (1999), o professor não deve estabelecer limites para as superfícies em que a criança realiza seus registros. O alcance de sua atuação é o seu braço/mão, que deverá ser explorado de diversas maneiras. O perceber e o registrar as impressões sobre o mundo se dá num processo contínuo que vai se modificando na medida em que as crianças têm contato com as linguagens, com os materiais expressivos, com as intervenções dos adultos e de outras crianças. É na interação da criança com os objetos de conhecimento, quer seja pelo desenho, pintura, modelagem, entre outros, que o processo expressivo se constitui.

JUSTIFICATIVA DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

É necessário desenvolver a percepção sonora, pois, a criança se sente atraída por ela; mesmo sem dispor ainda de um código social específico de comunicação, utiliza-se do mais primário meio de expressão: os sons que emite para informar a mãe sobre as suas necessidades básicas. Por meio de seus movimentos corporais, tem-se um indicativo claro: ela percebe e identifica a fonte geradora de sons, sua localização, bem como as características intrínsecas deles. A qualidade e a expressividade do som são imediatamente percebidas pelo bebê ouvinte. Nesse sentido, segundo Canduro (1989), “É do consenso geral que desde o primeiro mês de vida extrauterina, o ser humano vai conhecendo o ambiente circundante, a princípio, pelos sons, depois pelas formas” (CANDURO, 1989, p. 15). A receptividade à música é um fenômeno corporal. Ao nascer, a criança entra em contato com o universo sonoro que a cerca: sons produzidos pelos seres vivos e pelos objetos. A sua relação com a música é imediata, seja por meio do acalanto da mãe e do canto de outras pessoas, seja por meio dos aparelhos sonoros de sua casa, tornando-se de compromisso da instituição escolar ampliar o universo de conhecimentos da criança-aluno sobre o som, os ritmos nas diferentes culturas, colocando-a em contato com instrumentos musicais convencionais e não convencionais, explorando as múltiplas possibilidades advindas desses recursos.

A música exerce grande influência sobre a criança; diante disso, os jogos ritmados, próprios dos primeiros anos, devem ser trabalhados e incentivados. O desafio é o de planejar atividades que envolvam músicas de diferentes povos, de diferentes épocas, de diferentes formas, de diferentes compositores, oportunizando o acesso a vários gêneros musicais. Educar musicalmente é promover atividades em que haja a percepção, a produção e a fruição dos sons, sejam eles musicais ou não para com eles interagir a fim de expressar-se e comunicar-se. Esses encaminhamentos servem como ponto de partida e são ideias a serem questionadas e enriquecidas pelas vivências em sala de aula, por meio do ouvir/perceber, analisar, reproduzir, utilizar, reelaborar. Na educação auditiva, a receptividade sensorial é expressa por meio de diversas formas, tais como: movimentos, gestos, linguagem, entre outras,

e evolui de forma muito significativa nos primeiros anos da criança. É pela percepção auditiva que se descobrem os interesses musicais, que se conhecem outros ritmos e que se desenvolve a capacidade expressiva, favorecendo a capacidade imaginativa e criativa. Assim, torna-se imprescindível o uso de materiais alternativos que possibilitam a produção de diferentes sons e/ou da banda rítmica, os quais devem ser explorados com as crianças para que observem à vontade e façam suas primeiras tentativas com todo o material sonoro de que se possa dispor. Para que a criança surda usufrua dessa mesma educação musical, faz-se necessário adequar o ambiente para que ela possa sentir as vibrações dos ritmos musicais.

OBJETO DE ESTUDO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

O Campo de Experiência “Traços, sons, cores e formas” implica na possibilidade das artes e suas expressões, em todos os momentos da vida de seus alunos para a Educação Infantil. “Nesse campo, o foco são o convívio e a interação das crianças com diferentes materiais, instrumentos e manifestações expressivas”. Elas são convidadas a conhecer e interagir com sons, cantos, cores, traços, luzes, cenários, imagens, gestos, movimentos, materiais e recursos tecnológicos. Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos. Essas experiências contribuem para que, desde muito pequenas, as crianças desenvolvam senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca.

OBJETIVOS DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

Na Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências artísticas.

É oportuno destacar que o contato sensível, o reconhecimento e a análise de formas visuais e sensoriais presentes na natureza e nas diferentes culturas antecedem a ação do registro. A partir deles, a observação e a experimentação em diversos meios de comunicação da imagem devem acontecer por meio da utilização de fotografia, cartaz, televisão, vídeo, histórias em quadrinhos, tela de computador, publicações, publicidades, desenho animado, obras de arte, entre outros. Na experiência com o fazer artístico, diferentes possibilidades se apresentam ao professor: pesquisa de materiais; a relação entre perceber, imaginar e concretizar; o fazer artístico com uso de massa de modelar, balões, jogos de montar, fantoches, argila, entre outros. É preciso, contudo, que o professor equilibre as suas ações em um encaminhamento metodológico capaz de articular conhecimento, ludicidade, aprendizagem e liberdade, com o ato de pensar acerca da arte e da produção de outros tempos e de seu tempo, exercitando seus modos de expressão, reflexão, comunicação e senso crítico.

QUADRO ORGANIZADOR DOS CONTEÚDOS DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS

Legenda: A/T – Ano todo.

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS							
(EI0/01TS01) Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente.							
SABERES E CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos Específicos	Bebês- 0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças bem pequenas 2 e 3 anos	Crianças pequenas 4 e 5 anos	Trimestre
Linguagem sonora. Percepção auditiva. Sons do corpo e dos objetos.	Explorar o próprio corpo, os sons que emite e outras possibilidades corporais.	Fontes sonoras, corporal (naturais e produzidos)	X				2º
	Experienciar sons com o corpo: bater palmas, bocejar, espirrar, bater os pés, chorar, gritar, rir, cochichar, roncar.	Elementos que compõem o som (altura, timbre, intensidade, duração, densidade)	X				3º
	Perceber os sons do meio ambiente e os sons de objetos.	Natureza (fenômeno da natureza)	X				2º
	Vivenciar histórias e brincadeiras cantadas.	Culturais (próprio de cada região e etnia) Artificiais (instrumentos musicais e objetos)	X				2º
(EI0/01TS02) Traçar marcas gráficas, em diferentes suportes, usando instrumentos riscantes e tintas.							
Linguagem gráfica. Elementos da linguagem visual: texturas e cores.	Manusear e explorar diferentes materiais e superfícies desenvolvendo as sensações.	Linguagem iconográfica (símbolos convencionais uso e funções)	X				3º
	Produzir marcas gráficas (mão e pé) em diferentes suportes, com auxílio do professor.	Leitura, releitura e apreciação de obras de arte. -Registro de idéias e significados (colagem, dobradura, modelagem, rasgadura e pintura).	X				3º

(EI0/01TS03) Explorar diferentes fontes sonoras e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.							
Linguagem musical e corporal. Ritmos. Músicas. Instrumentos musicais convencionais e não convencionais. Paisagem sonora: sons naturais, humanos, industriais ou tecnológicos.	Perceber o som de diferentes fontes sonoras presentes no dia a dia: buzinas, despertador, toque do telefone, sino, apito, dentre outros.	Dança/articulação som e movimento. Movimento (corpo inteiro, partes e articulações).	X				2º
	Conhecer e reconhecer sons de diferentes animais por meio de reprodução de áudios.	Tempo (rápido, moderado, lento). -Espaço (Direção e distância). -Coreografia (improvisada e dirigida).	X				2º
	Escutar músicas de diferentes estilos e em diferentes suportes.	Produção e fruição dos sons corporal e instrumental.	X				1º
	Experienciar ritmos diferentes produzindo gestos e sons.	Qualidades sonoras (melodia, gênero e ritmo).	X				3º
	Reproduzir movimentos, sons e palavras emitidos por outras crianças e adultos.	limitação	X				A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS							
(EI01TS01) Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música.							
SABERES E CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos Específicos	Bebês- 0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças bem pequenas 2 e 3 anos	Crianças pequenas 4 e 5 anos	Trimestre
	Produzir, ouvir e imitar sons com o corpo: bater palmas, bater os pés, roncar, tossir, espirrar, chorar, gritar, rir etc.	Sons produzidos por fontes: naturais e culturais.		X			A/T
	Explorar sons com materiais, manipulando objetos e alguns instrumentos musicais.	Elementos que compõem o som.		X			A/T
	Perceber sons do ambiente.	Fontes sonoras.					A/T
	Ouvir, imitar e produzir sons de alturas e durações variadas com o corpo, com alguns instrumentos musicais convencionais ou não e materiais diversos.	Parâmetros do som: altura, intensidade, duração e timbre.		X			A/T
	Explorar novos materiais, buscando diferentes sons para acompanhar canções que lhes são familiares.	Diferentes instrumentos musicais não convencionais.		X			A/T
	Conhecer e manipular instrumentos musicais, objetos ou canções que são típicos da cultura local e de diferentes culturas.	Diferentes instrumentos musicais convencionais culturais.		X			A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS							
	Explorar possibilidades vocais e instrumentais, como produzir sons agudos e graves, fortes e fracos, longos e curtos.	Elementos que compõem o som: - Altura (grave, médio e agudo); - Timbre (da natureza e produzido); - Intensidade (forte/fraco, suave); - Densidade (um som, muitos sons); - Duração (longo/curto, pausa);		X			A/T
	Reproduzir onomatopéias em músicas.			X			A/T
(EI01TS02) Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos tridimensionais.							
Elementos da linguagem visual: texturas, cores, superfícies, formas etc. Propriedades dos objetos.	Manusear argila e massa de modelar.	Modelagem.		X			A/T
	Manipular jogos de encaixe e de construção, explorando cores, formas e texturas.	Cores, formas e texturas.		X			A/T
	Manipular materiais de diferentes texturas: lisas, ásperas, macias e outras.	Objetos: suas características e propriedades.		X			A/T
	Manipular objetos com superfícies de diversas texturas (pedrinhas, sementes, algodão, argila, caixas, embalagens, tecidos, tintas, tampinhas, massa de modelar e outros) percebendo sua tridimensionalidade.	Plano: tridimensional.		X			3º
	Manipular objetos tridimensionais com materiais diversos: caixas, embalagens, tecidos, tintas, tampinhas, argila, massa de modelar e outros.	Plano: tridimensional.		X			3º
(EI01TS03) Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.							
Linguagem musical, corporal. Ritmos. Músicas. Instrumentos musicais convencionais e não convencionais. Diversidade musical de várias culturas, locais, regionais e globais.	Perceber sons da natureza: barulho de água, chuva, canto de pássaro, ruídos e sons dos animais, dentre outros.	Fontes sonoras: naturais.		X			1º
	Perceber o som de diferentes fontes sonoras presentes no dia a dia: buzinas, despertador, toque do telefone, sino, apito, dentre outros sons e estar atento ao silêncio.	Fontes sonoras: humanos, industriais e tecnológicas.		X			1º
	Perceber sons fortes e fracos produzidos pelo corpo, objetos, instrumentos musicais convencionais ou não.	Intensidade do som.		X			A/T
	Manipular e perceber os sons de instrumentos musicais diversos.	VARIEDADES DE SONS		X			A/T
	Ouvir, cantar, movimentar-se ao som de músicas, ritmos e estilos de diversas culturas.	Estímulos auditivos.		X			A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS							
	Participar de brincadeiras cantadas do nosso folclore.	Danças, cantigas de roda.					A/T
	Apreciar produções audiovisuais como musicais, brinquedos cantados, teatro de fantoches.	Linguagem musical, corporal e dramática.		X			A/T
	Escutar músicas de diversos estilos musicais.	Gêneros musicais (músicas infantis, popular, regional, clássica, entre outras).		X			A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS							
(EI02/03TS01) Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música.							
SABERES E CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos Específicos	Bebês- 0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças bem pequenas 2 e 3 anos	Crianças pequenas 4 e 5 anos	Trimestre
Percepção e produção sonora. Audição e percepção musical. Execução musical (imitação). Sons do corpo, dos objetos e da natureza. Melodia e ritmo. Diferentes instrumentos musicais.	Conhecer instrumentos musicais, objetos ou canções que são típicos da cultura local e regional.	Instrumentos da cultura			X		A/T
	Ouvir e conhecer produções artísticas de diferentes culturas.	Gêneros musicais			X		2º
	Conhecer e explorar diversos materiais e instrumentos musicais, compreendendo que os mesmos produzem sons.	Elementos que compoem o som: Timbre			X		3º
	Perceber as vibrações sonoras produzidas pelo corpo, pelos materiais e instrumentos musicais.	Fontes sonoras			X		3º
	Criar sons com diferentes materiais e instrumentos musicais.	Elementos que compõem o som: Altura			X		3º
	Ouvir sons, com diferentes alturas e durações, produzidos por instrumentos convencionais ou não e materiais para	Elementos que compõem o som: Duração			X		3º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS							
	acompanhar os diferentes ritmos.						
	Explorar possibilidades corporais, vocais e instrumentos para produzir sons fortes e fracos.	Elementos que compõem o som: Intensidade			X		3º
Parâmetro do Som. Fontes sonoras.	Perceber e criar sons com o próprio corpo e na manipulação de objetos.	Ritmos que o corpo produz			X		1º
	Ouvir e produzir sons com materiais, objetos e instrumentos musicais.	Criação do som			X		A/T
	Perceber e reconhecer os sons da natureza e elementos naturais que podem produzir sons.	Fontes naturais			X		2º
	Explorar os sons produzidos pelo corpo, por objetos, por elementos da natureza e instrumentos, percebendo os parâmetros do som: altura, intensidade, duração e timbre.	Elementos do som			X		2º
	Explorar possibilidades vocais a fim de perceber diferentes sons.	Fonte vocálica			X		2º
	Explorar novos materiais buscando diferentes sons para acompanhar canções que lhes são familiares.	Memória musical (ampliação do repertório musical)			X		A/T
	Imitar, inventar e reproduzir criações musicais.	Criações musicais			X		A/T
	Reconhecer sons dos objetos sonoros e de alguns instrumentos musicais.	Identificação dos sons			X		1º
(EI02/03TS02) Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos tridimensionais.							
Suportes, materiais, instrumentos e técnicas das Artes Visuais e seus usos. Elementos da linguagem visual: texturas, cores, superfícies, volumes, espaços, formas etc. Propriedade dos	Manipular diversos materiais das artes plásticas.	Linguagem plástica			X		A/T
	Explorar as formas dos objetos conhecendo seus atributos.	Propriedade dos objetos			X		A/T
	Conhecer objetos e materiais que são típicos da região, comunidade ou cultura local.	Hábitos culturais (local e regional)			X		2º
	Experimentar diversas possibilidades de representação visual bidimensionais e tridimensionais.	Composição plástica			X		A/T
	Manipular materiais de diferentes texturas: lisas, ásperas, macias e outras.	Percepção na produção plástica			X		1º
	Cuidar e apreciar a sua própria produção e a dos colegas.	Apreciação da produção plástica			X		1º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS							
objetos: formas e tridimensionalidade.	Manipular objetos tridimensionais produzidos com materiais diversos, explorando a textura, a forma e o volume.	Percepção na produção plástica			X		2º
	Manipular jogos de encaixe e de construção, explorando cores, formas e texturas.	Jogos pedagógicos			X		A/T
Produção de objetos tridimensionais. Obras de Arte: estratégias de apreciação estética.	Observar e manipular objetos identificando características variadas como: cor, textura, tamanho, forma, odor, utilidade, entre outros.	Apreciação de obras de arte			X		3º
	Experimentar possibilidades de representação visual tridimensional, utilizando materiais diversos: caixas, embalagens, tecidos, tampinhas, massa de modelar, argila e outros.	Releitura de obras de arte			X		3º
	Modelar a partir de seu próprio repertório, explorando diferentes elementos, como: forma, volume, textura etc.	Modelagem			X		A/T
	Experimentar e explorar superfícies de objetos tridimensionais com texturas diversas: pedrinhas, sementes, algodão, argila e outros.	Sensações e percepções			X		1º
	Explorar novos procedimentos de modelagem.	Modelagem com suportes (tesoura, moldes, etc.)			X		A/T
	Manipular jogos de encaixe e de construção, explorando cores, formas, texturas e volumes.	Exploração de cores, formas, textura e volumes			X		A/T
	Apreciar e oralizar sobre diferentes obras de arte tridimensionais.	Leitura e interpretação de obras de arte			X		3º
(EI02/03TS03) Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.							
Linguagem musical e corporal. Sons do corpo, dos objetos e da natureza. Ritmos. Músicas e danças. Instrumentos musicais convencionais e não convencionais. Recursos tecnológicos e midiáticos que produzem e reproduzem músicas. Diversidade musical de várias culturas, locais,	Explorar e identificar, com auxílio do professor, possibilidades sonoras de objetos de seu cotidiano ou de instrumentos musicais.	Possibilidades sonoras			X		2º
	Perceber o som de diferentes fontes sonoras presentes no dia a dia: buzinas, despertador, toque do telefone, sino, apito, dentre outros.	Fontes sonoras: artificial			X		1º
	Reproduzir sons ou canções conhecidas e usar em suas brincadeiras.	Reprodução sonora			X		2º
	Conhecer objetos, canções, instrumentos ou manifestações culturais que são típicas de sua cultura, região ou de outras culturas.	Manifestações culturais			X		A/T
	Participar de brincadeiras cantadas do nosso folclore.	Brincadeiras cantadas			X		A/T
	Escutar e perceber músicas de diversos estilos musicais, por meio da audição de CDs, DVDs, rádio, MP3,	Gêneros musicais a partir de recursos midiáticos diversos			X		A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS							
regionais e globais.	computador ou por meio de intérpretes da comunidade.						
	Explorar possibilidades vocais ao cantar.	Músicas infantis			X		A/T
Manifestações culturais. Audição e percepção de sons e músicas.	Perceber sons e estar atento ao silêncio.	Relaxamento			X		A/T
	Perceber sons da natureza: barulho de água/chuva, canto dos pássaros, ruídos e sons de animais, dentre outros .	Fontes sonoras: naturais			X		A/T
	Ouvir canções de diferentes culturas, buscando cantar e imitar gestos característicos.	Diversidade culturais			X		2º
	Explorar possibilidades musicais para perceber diferentes sons, melodias e ritmos.	Movimentos corporais em relação ao gênero musical			X		A/T
	Apreciar produções audiovisuais como musicais, brinquedos cantados, teatro de fantoches.	Produções audiovisuais			X		2º
Estilos musicais diversos. Parâmetros do som: altura, intensidade, duração e timbre. Gêneros musicais.	Ouvir a própria voz ou de pessoas conhecidas, em gravações.	Sonoridade própria			X		2º
	Explorar e reconhecer sons familiares.	Sons familiares			X		A/T
	Escutar e perceber sons do entorno e estar atento ao silêncio.	Sons familiares			X		A/T
	Manipular e perceber os sons de instrumentos sonoros diversos, identificando-os pela escuta.	Instrumentos sonoros			X		A/T
	Ouvir e explorar instrumentos musicais convencionais e não convencionais, buscando acompanhar ritmos variados.	Instrumentos convencionais e não convencionais			X		3º
	Perceber sons graves e agudos, curtos e longos produzidos pelo corpo, objetos e instrumentos musicais.	Elementos que compõem o som			X		2º
	Vivenciar jogos e brincadeiras que envolvam músicas produzidas por diferentes fontes sonoras.	Brincadeiras cantadas			X		A/T
	Ouvir e cantar músicas de diferentes ritmos e melodias e de diferentes culturas, identificando a fonte sonora.	Ritmos e melodias			X		A/T
	Conhecer diferentes estilos musicais.	Diversidade musical			X		2º
	Conhecer fontes sonoras antigas como: som de vitrola, fita cassete e outros.	Cultura e história da música			X		3º
	Apreciar apresentações musicais de outras crianças /ou de grupos musicais como orquestras, corais, bandas etc.	Apresentações artísticas			X		A/T
	Imitar e reproduzir sonoplastias.	Sonoplastia			X		3º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS							
(EIO4/05TS01) Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais e festas.							
(EIO4/05TS03) Reconhecer as qualidades do som (intensidade, duração, altura e timbre), utilizando-as em suas produções sonoras e ao ouvir músicas e sons.							
SABERES E CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO	Conteúdos Específicos	Bebês- 0 a 1 ano	Crianças bem pequenas 1 ano	Crianças bem pequenas 2 e 3 anos	Crianças pequenas 4 e 5 anos	Trimestre
Apreciação, percepção e produção sonora.	Escutar sons do entorno e estar atento ao silêncio.	Sons produzidos por fontes: naturais e culturais				X	A/T
Audição e percepção musical.	Cantar canções conhecidas, acompanhando o ritmo com gestos ou com instrumentos musicais.	Movimentos sonoros em relação aos elementos que compõem o som.				X	A/T
Percepção e memória musical.							
Sons do corpo, dos objetos, dos instrumentos e da natureza.	Explorar os sons produzidos pelo corpo, por objetos, por elementos da natureza e instrumentos musicais, percebendo os parâmetros do som (altura, intensidade, duração e timbre).	Movimentos corporais em relação ao espaço, tempo e dinâmica				X	A/T
Parâmetros do som: altura, intensidade, duração e timbre.		Perceber sons graves e agudos, curtos e longos produzidos pelo corpo, por objetos e instrumentos musicais.	Altura, (grave, médio, agudo)., timbre(da natureza e produzidos)., intensidade(forte, fraco, suave).,densidade(um som, muitos sons).,duração(longo, curto,pausa)				X
Melodia e ritmo.	Participar de brincadeiras cantadas produzindo sons com o corpo e outros materiais.	Brincadeiras de roda, dança e coreografia.				X	A/T
Instrumentos musicais convencionais e não convencionais.							
Música e dança.	Explorar possibilidades vocais a fim de produzir diferentes sons.	Elementos que compõem o som: Altura (grave, agudo). Duração (longo, curto). Timbre (elementos geradores do som). Intensidade (forte, suave/fraco). Densidade (um som, muitos sons).				X	A/T
Movimento: expressão corporal e dramática.							

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS							
Recursos tecnológicos e midiáticos que produzem e reproduzem músicas.	Criar sons a partir de histórias (sonoplastia) utilizando o corpo e materiais diversos.	Brinquedos cantados; - Brincadeiras de roda; - Representação de papéis de pessoas de seu convívio Contos de fadas; - Literatura infantil; musicais infantins , musicas folclóricas, musicas populares e classicas.				X	A/T
	Reconhecer canções que marcam eventos específicos de sua rotina ou de seu grupo.	Músicas populares, regionias , folclóricas, de raízes(samba, bossa nova , jazz,), clássica entre outros.				X	3º
	Conhecer, apreciar e valorizar a escuta de obras musicais de diversos gêneros, estilos, épocas e culturas, da produção musical brasileira e de outros povos e países.	Música popular, regional, folclórica, de raízes, clássica entre outras.				X	A/T
	Conhecer canções, brincadeiras e/ou instrumentos musicais que são típicos de sua cultura.	Música popular, regional, folclórica, de raízes, clássica entre outras.				X	A/T
	Dançar a partir de diversos ritmos.	Dança - articulação som e movimento: - Movimento: corpo inteiro, partes e articulações; - Tempo: rápido, moderado e lento; - Espaço: direção e distância; - Coreografia: improvisada e dirigida				X	A/T
	Apreciar produções audiovisuais como musicais, brinquedos cantados, teatros reconhecendo as qualidades sonoras.	Qualidades sonoras: melodia, gênero, ritmo				X	A/T

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS							
	Participar e apreciar apresentações musicais de outras crianças.	Sons produzidos por fontes: naturais e culturais.				X	A/T
	Perceber os sons da natureza e reproduzi-los.	Elementos que compõem o som: Timbre.				X	2º
	Identificar a própria voz e a de outras crianças em gravações.	sons de diferentes intensidades, durações, alturas e timbres.				X	2º
	Ouvir e produzir sons com instrumentos musicais.	Qualidades sonoras: melodia, gênero e ritmo				X	2º
	Escutar e cantar músicas de diferentes ritmos, melodias e culturas.	Elementos que compõem o som: Altura, Duração, Timbre, Intensidade e Densidade				X	2º
	Produzir sons com materiais alternativos, explorando variações de velocidade e intensidade em músicas diversas e em sons produzidos.	Duração e timbre				X	2º
	Reconhecer, em situações de escuta de música, características dos sons.	Altura (grave, médio, agudo) Intensidade (forte, suave e fraco)				X	2º
	Conhecer fontes sonoras antigas e atuais que produzem sons.	Música popular, regional, folclórica e raízes.				X	2º
	Explorar diversos movimentos corporais (danças, imitações, mímicas, gestos, expressões faciais e jogos teatrais), intensificando as capacidades expressivas.	Movimentos corporais em relação ao espaço, tempo e dinâmica				X	2º

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS						
(EI04/05TS02) Expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais.						
Expressão cultural. Suportes, materiais, instrumentos e técnicas das artes visuais e seus usos. Elementos da linguagem visual: texturas, cores, superfícies, volumes, espaços, formas etc. Elementos bidimensionais e tridimensionais. Estratégias de apreciação estética. Obras de arte, autores e contextos. Cores primárias e secundárias.	Conhecer as formas variadas dos objetos percebendo suas características.	Explorar diferentes objetos sentindo suas texturas e temperaturas.				X 2º
		Formas				
	Criar com jogos de encaixe e de construção, explorando cores, formas e texturas.	Cores				X A/T
	Experimentar possibilidades de representação visual bidimensional e tridimensional, utilizando materiais diversos.	Leitura não verbal, gestos, símbolos, imagens, expressão/ação, espaços, obra de arte, entre outros				X 3º
	Expressar ideias, sentimentos e experiências utilizando variedades de materiais e recursos artísticos.	Percepção na natureza: cor, forma, textura, volume, linha e luminosidade				X A/T
	Reconhecer as cores presentes na natureza e em objetos, nomeando-as, fazendo a correspondência entre cores e elementos.	Percepção na natureza: cor, forma, textura, volume, linha.				X A/T
	Experimentar as diversas possibilidades do processo de produção das cores secundárias.	Cores primarias e secundárias.				X 1º
	Criar desenhos, pinturas, colagens, modelagens utilizando os elementos da linguagem das artes visuais: ponto, linha, cor, forma, espaço e textura.	Bidimensional e tridimensional				X 2º
	Explorar os elementos das artes visuais (ponto, linha e plano) a fim de que sejam considerados em suas produções.	Extrategias de apreciação estetica				X 2º
	Conhecer a apreciar artesanato e obras de artes visuais de diferentes técnicas, movimentos, épocas, estilos e culturas.	Obra de arte : leitura e interpretação /releituras de obras de arte.				X 2º
Utilizar a investigação que realiza sobre o espaço, as imagens, as coisas ao seu redor para significar e incrementar sua produção artística.	Elementos da linguagem visual, textura, cores, superfícies, volumes, espaços, e formas				X 2º	
Conhecer e apreciar produções em artes visuais de sua cultura, de culturas regionais, nacionais e de outros povos	Apreciação de obras de arte e composições				X 3º	

CAMPO DE EXPERIÊNCIA: TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS							
	e países.	visuais.					
	Apreciar diferentes obras de arte, desenvolvendo a sensibilidade estética, o cuidado e o respeito pelo processo de produção e criação em diferentes culturas.	Apreciação de obras de arte e composições visuais.				X	3º

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Nos primeiros meses de vida de uma criança, o seu cérebro recebe uma verdadeira explosão de sinapses. Elas são as conexões entre os neurônios que garantem o desenvolvimento da criança. É por isso que essa é uma fase tão importante: para que as sinapses aconteçam, o bebê precisa ser estimulado e nada melhor do que a apresentação dos traços, sons, cores e formas.

Diferente da visão que ainda não está 100% desenvolvida quando o bebê nasce, a audição é perfeita já na fase de recém-nascido. O bebê escuta desde o ventre da mãe e, por isso, esse é um sentido que pode ser muito explorado. Uma dica é usar sons produzidos com o próprio corpo ou com objetos. Melodias são sempre bem-vindas e é importante estimular o bebê a acompanhar nem que seja só com balbucios.

A apresentação de materiais com cores e texturas diversas também é muito importante. Deixar a criança pegar no alimento e explorar brinquedos com formas também são estratégias simples, mas que ajudam na exploração desse campo. Na medida em que as crianças crescem é preciso introduzir os traços, sons, cores e formas de forma mais criativa nas atividades. Isso porque somente a apresentação de objetos ou de sons já não vai mais interessá-las. Nesse sentido, os educadores precisam pensar em brincadeiras, jogos e exercícios. Permitir a vivência desse campo de experiência ao mesmo tempo em que a criança interage e responde a comandos.

Estudar, conhecer bem sobre o desenvolvimento da criança e exercitar diariamente uma escuta atenta e um olhar sensível para acompanhar as crianças em suas interações, curiosidades e descobertas. A prática de estudos e o exercício ajudam a observar, escrever, refletir, planejar e agir com intencionalidade pedagógica. Planejar situações que incentivem a elaboração de imagens, símbolos, narrativas e conteúdos vindos das próprias crianças, Criar situações de exploração de sons, cheiros,

densidades, texturas e colorido de certos materiais, de gestos marcando traços em uma perspectiva de brincar com retas, curvas, espirais, construções, utilizando diferentes suportes e materialidades, são ponto central no cotidiano da Educação Infantil.

Dar a oportunidade para a criança viver experiências de forma criativa com a voz, instrumentos sonoros e materiais gráficos, de modelagem e construtividade, além de vivências com a literatura, dança e a dramatização. Explorar recursos tecnológicos, audiovisuais e multimídia presentes no cotidiano da escola e das comunidades em que as crianças realizam produções onde exploram sons, traços e imagens. Viver um cotidiano simples e verdadeiro na escola, com intencionalidades e sentidos. E lembrar de oportunizar a ação da criança. Ela está em primeiro lugar na escola, sempre.

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Vivemos num mundo onde a intervenção de sons e imagens permeiam nosso cotidiano e isso reflete na construção de um senso estético, que toca nossa sensibilidade e que deve ser estimulado na escola por meio da organização de ambientes favoráveis a criação e expressão das crianças. Considerando os elementos culturais, as regionalidades e especificidades locais, todas as instituições urbanas, escolas do campo, de assentamentos, indígenas, escolas em localidades ribeirinhas ou litorâneas, quilombolas, entre outras, devem oferecer as melhores maneiras de viver o cotidiano a partir daquela realidade, valorizando sua cultura e as manifestações locais.

Esse é um campo de experiências que estimula as experiências com a arte, a música, sons, instrumentos, fotografia, pintura, literatura, escultura, dança, teatro e demais linguagens da expressão humana, ampliando vivências estéticas e culturais de crianças e professores, desenvolvendo sua inventividade, criatividade, sensibilidade e expressão pessoal, afirmando sua identidade pessoal e coletiva. Um campo muito potente, onde os pequenos podem vivenciar experiências complementares com outros campos, se comunicam e se relacionam por meio de múltiplas linguagens.

Em resumo, as experiências que se entrelaçam no campo dos Traços, sons, cores e formas contribuem para que, desde muito pequenas, as crianças desenvolvam senso estético e crítico e se expressem livremente. Além de ter possibilidades de construir um profundo contato com suas raízes culturais, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca.

É importante dar significado. Alunos com deficiência intelectual irão prestar mais atenção em coisas que fazem sentido para eles.

Alunos com deficiência intelectual devem ter reforço positivo mais do que os outros alunos.

Com base nessas experiências, as crianças tem a oportunidade de se expressar por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos.

Experiências sensoriais, estéticas, criativas e sonoras. Faz de conta, bandejas sensoriais, experimentos. Contato, experiências e produções com elementos da natureza, fontes sonoras, audiovisuais, digitais, multimídias e todas as possibilidades de interação com as produções culturais e artísticas locais e mundiais. Vivenciar a potencialidade expressiva da infância por meio das múltiplas linguagens que abraçam esse campo.

Seguem as dicas para se comunicar com alunos com deficiência intelectual:

Fale com as crianças usando palavras simples, mas não palavras infantis.

Faça pedidos claros e precisos.

Mantenha-se calmo e esteja pronto para reformular seu pedido de várias maneiras.

Use exemplos concretos com frequência, ou seja, diminua a abstração.

Para confirmar se uma criança entendeu sua mensagem, discretamente peça para que ela repita.

No brincar e jogar, diversos aspectos são estimulados, desenvolvidos ou aperfeiçoados: a criatividade; a memorização; a cooperação e a solidariedade; a concentração; a linguagem; a motivação; a aquisição de conceitos; a motricidade; a capacidade de discriminar, julgar, analisar, tomar decisões e aceitar críticas; a competitividade; a socialização; a confiança em si e em suas possibilidades; o respeito às regras e o controle emocional.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Os Desafios Contemporâneos buscam promover a análise, a reflexão, a difusão de ideias e o cruzamento de múltiplas perspectivas a respeito do contexto atual nos campos social, da cultura e da educação, além de propiciar a troca de experiências entre diversos agentes: formuladores de políticas públicas, empreendedores, grupos independentes, integrantes de movimentos sociais, coletivos artísticos, profissionais do campo de educação, cultura e museus, pesquisadores e intelectuais. No fazer artístico,

o estudante tem possibilidades de desenvolver sua poética pessoal, esta ação investigativa o leva à reflexão, à análise crítica, a experimentações, a comparações, à imaginação, e a criar soluções (inclusive tecnológicas). Além disso, também instiga a curiosidade, a levantar hipóteses, o trabalho em equipe, o desenvolvimento do pensamento artístico, a criatividade, a percepção, dentre outros, possibilitando, assim, a resolução de problemas de ordem técnica e estética, bem como a humanização dos sentidos. Nesse sentido, as metodologias ativas objetivam alcançar e motivar o estudante, que colocado diante uma situação-problema, examina, reflete, contextualiza, pesquisa e ressignifica suas descobertas. Sendo um recurso didático de grande importância, as metodologias ativas podem favorecer, de forma significativa e eficaz, o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando ao aluno um papel protagonista na produção de seu conhecimento.

Com isso, o respeito a estas manifestações artísticas culturais e ao patrimônio cultural torna-se possível, pois, durante o conhecimento e a valorização destas, o respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas se evidencia, possibilitando a apropriação de conhecimentos artísticos e estéticos.

CULTURA E HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

De acordo com a Lei Nº. 10.639/03 que altera a LDB 9394/96, a Lei 11.645/08 e o parágrafo único art. 2º da Deliberação do Conselho Estadual de Educação do Paraná, o qual indica que: Ao tratar da história da África e da presença do negro (pretos e pardos) no Brasil, os professores precisam fazer abordagens positivas sempre na perspectiva de contribuir para que o aluno afro descendente se identifique e valorize a história de seu povo, a cultura de matriz africana, e as contribuições para o país e humanidade. Durante a educação infantil as crianças já começam a conhecer seu corpo, as diferenças e semelhanças entre os colegas do grupo, escolhem com quem brincar e se relacionar na escola, tem suas preferências por brinquedos, e, no entanto é fundamental que o educador trabalhe em sala de aula questões sobre diferença e em especial as relacionadas ao pertencimento racial, não só com as crianças, mas com as famílias e comunidade. (CEERT,2011).

Diante disso, Trinidad(2011), reforça que a Educação Infantil é o primeiro recinto institucionalizado a que a criança tem acesso, isso significa que ela passa a conviver em novos coletivos e, por isso, precisa ter oportunidade para aprender as regras para essa convivência pautada no respeito por si e pelo outro.

Logo, as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil ressalta :

Art. 7º Na observância destas Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;

II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;

III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;

IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;

V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

Assim sendo e de acordo com o Plano Nacional de Implementação da Lei nº 10.639/2003,

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico raciais para a história e cultura brasileiras. (Brasil. MEC, 2003).

No entanto, segundo Eliane Cavalleiro (2003), A Pré escola oferece uma quantidade muito ínfima de ações que levam a entender a aceitação positiva e valorizada das crianças negras no seu cotidiano, o que ameaça a convivência em pleno processo de socialização, ressalta que se torna difícil não perguntar por que o professor se omite em relação ao problema étnico. Silenciar essa realidade não apaga magicamente as diferenças. Permite, porém, que cada um construa a seu modo, um entendimento do outro que lhe é diferente.

Diante disso, o papel da professora na educação infantil é importantíssimo, cabe à realização de práticas pedagógicas que objetivem ampliar o universo sociocultural das crianças e introduzi-las em um contexto no qual o educar e o cuidar não omitam a diversidade.

Acrescido a isso, Eliane Cavalleiro (2003) nos diz que tal prática pode agir preventivamente no sentido de evitar que pensamentos preconceituosos e práticas discriminatórias sejam interiorizados e cristalizados pelas crianças, num período em que elas se encontram sensíveis às influências externas, cujas marcas podem determinar sérias consequências para a vida adulta.

Logo, desde muito cedo podemos aprender e conhecer diferentes realidades e compreender que a experiência social do mundo é muito maior do que a nossa experiência local, e que este mesmo mundo é constituído e formado por civilizações, histórias, grupos sociais e etnias ou raças diversas. É também bem cedo em sua formação que as crianças podem ser reeducadas a lidar com os preconceitos aprendidos no ambiente familiar e nas relações sociais mais amplas. Educar para a igualdade racial é tarefa urgente e imprescindível para a construção da sociedade de amanhã. (História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Infantil,2014)

A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos civis, humanos e sociais garantidos na constituição e nas leis. A escola de Educação Infantil por ser um espaço social está aberta a diversidade e deve abordar de uma forma lúdica dando oportunidades para que as crianças possam lidar com as emoções reorganizando seus pensamentos através do faz de conta.

Reconhecer a sua própria identidade para que valorize a sua imagem e a do outro desenvolvendo valores básicos e valorizando a diversidade racial.

Reconhecer a sua identidade e ter uma imagem positiva de autoconfiança;

Desenvolver diversas atividades metodológicas a partir da leitura do livro a bonequinha preta;

Valorizar a diversidade;

Combater o Bullying racial nos diversos espaços da escola;

Desenvolver auto-estima sobre suas características físicas;

Refletir sobre questões: amor, egoísmo e até a questão das nossas raças;

Valorizar ações de cooperação, respeito e solidariedade;

Respeitar as características de etnia;

Usar os conhecimentos construídos na escola em situações do seu cotidiano;

Participar de situações de comunicação oral;

Apreciar atos de leitura como fonte de conhecimento;

Demonstrar cooperação de situações de produção coletiva;

Desenvolver a linguagem oral para expressar desejos, necessidades, sentimentos e opiniões;

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Lei nº9795 de 27 de abril de 1999).

O trabalho com a Natureza tem muito para acrescentar na qualidade de vida e desenvolvimento das crianças, o próprio contato com ela, em pequenos gestos, ensina um modo mais inteiro e harmonioso de crescer, se conhecer e conviver. Os laços mais estreitos com a Natureza nos ensinam que fazemos parte dela, colaboram para construção e ampliação de nossa consciência pessoal, planetária e ecológica.

Não basta falar sobre as plantas, pintar árvores, escutar histórias e ver nos livros o que é necessário para preservar o meio ambiente. É preciso aprender com as mãos e o corpo inteiro, em contato com a água, o sol e a chuva, as folhas, bichos e a terra, colocando nosso aparato corporal completo para sentir, perceber e apreender os sentidos da Natureza.

Nos contextos atuais, a natureza está presente nas falas de educação ambiental de maneira abstrata e muitas vezes não é vivenciada. A atenção e a concentração, capacidades tão indispensáveis para a aprendizagem, podem ser cultivadas no entrosamento com a Natureza, assim como a curiosidade, a flexibilidade, a coragem para lançar-se ao desconhecido e a capacidade para encontrar soluções para problemas.

O autoconhecimento e a consciência de pertencer ao universo amplo de relações pode ser o resultado de um contato mais sensível e íntimo com pequenas reservas naturais que cultivamos no dia a dia.

Brincar em um espaço onde a natureza é protagonista, no qual o corpo é vivido nas delicadezas, nas durezas, nas asperezas, nas sutilezas dos toques, dos sons, dos cheiros, dos olhares, dos gostos, amplia os limites de descoberta pelas crianças,

ou melhor, as deixa sem limites para experimentar Os prazeres do corpo, olhar, observar e ficar quieto, são atos confundidos com passividade, preguiça e solidão.

Como as instituições de Educação Infantil podem trabalhar a relação crianças e natureza?

Para desenvolver esta proposta algumas dicas são fundamentais:

Procure dosar, ao longo do dia, momentos de atividades internas e outros de atividades ao ar livre com a crianças.

Cultive plantas em vasos e pequenos canteiros, caso não tenha espaço na escola para um gramado.

Deixe as crianças brincarem descalças, e em dias muito quentes até mesmo sem camiseta.

Não evite sair se está um dia mais frio. Não existe dia ruim para brincar do lado de fora, mas roupas adequadas para o clima. No frio coloque agasalho, mas saia com as crianças. É importante que percebam suas necessidades corporais, somente elas sabem se estão com frio ou calor e a quantidade de agasalhos que as aquece. Ajuda-as se conhecerem, comece com estes detalhes. Pergunte se estão com frio, se precisam se aquecer mais.

Organize um planejamento que considera as estações. Por exemplo, na primavera é bom observar os pássaros, deitar debaixo das árvores, cantar e brincar de roda na areia, perceber as plantas, observar o colorido das flores e desenhar os insetos que circulam. As chuvas de verão ensinam sobre o fluxo das águas, nutrem a curiosidade, acalmam e instigam ao mesmo tempo. Pense como aproximar as crianças destas percepções. Escute e imite o som dela batendo no telhado e na calha, encha bacias e reutilize a água para lavar o chão ou fazer uma tinta para o trabalho de artes. Se possível, arrisque um belo banho de chuva.

Plante com as crianças, faça uma horta suspensa, cultive ervas para o chá que será servido no lanche. Deixe o aroma destas ervas invadir as salas e corredores. Organize um rodizio para que cuidem das plantas, semeando, regando e tirando o mato. Faça disto um hábito.

Mesmo quando o espaço externo da escola é reduzido, podemos encontrar alternativas. Se não temos arvores e jardins, levamos os elementos naturais para dentro da sala como toquinhos de diferentes madeiras, conchas, pedras variadas, caixas de areia, folhas e flores desidratadas, sementes. Permitimos a livre exploração e criação com estes elementos.

O fogo também é um elemento da natureza muito instigante para as crianças. Fazer atividades culinárias as aproximam dele, fogueiras na festa junina, contar histórias à luz de velas e fazer pinturas com giz de cera derretido. Basta tomar as devidas precauções para que tudo isto seja aproveitado em segurança. Uma vez assistidos pelos adultos, podem aprender que existem limites e que precisamos saber nos proteger dos perigos nesta relação com o fogo e em tantas outras que a vida nos apresenta.

Experimente oferecer elementos da natureza durante as brincadeiras. Diferentes tipos de sementes, folhas, gravetos, penas, pedras, conchas, são elementos simples e que podem nos surpreender nas mãos das crianças.

Pare e repare você, educador, no seu dia-a-dia, onde você encontra natureza. Dedique alguns segundos a mais na correria do cotidiano para observar as árvores do caminho, perceber plantas que nascem entre o cimento, fechar os olhos e sentir o vento no rosto. Permitir-se estar em contato com a natureza, fará a diferença quando fizer o mesmo com as crianças.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR

O Dia Nacional da Alimentação nas Escolas é comemorado em 21 de outubro. A data foi escolhida para ressaltar a importância das ações voltadas para a educação alimentar e nutricional dos estudantes de todas as etapas da educação básica. E é com esse objetivo que o Governo Federal investe no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que tem como objetivo garantir o consumo de alimentos saudáveis no ambiente escolar, de modo a criar bons hábitos nos estudantes para toda a vida.

Respeitar os hábitos alimentares e vocação agrícolas locais. Para a execução do PNAE, a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, institui como diretrizes da alimentação escolar: Alimentação Saudável e adequada orienta para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.

A hora da alimentação faz parte da rotina de cuidados, assim como o sono, a troca e o banho. É um momento especial para formação de vínculos e construção da autonomia, requer atenção especial e personalizada.

Antes de adentrar na sistemática do funcionamento destes momentos de refeição, faz-se importante salientar alguns pressupostos das rotinas de cuidados personalizados: Nunca se trata uma criança como objeto, mas sim como alguém que sente,

observa e, quando tem oportunidade, pode conhecer e compreender seus anseios e necessidades. Toda atividade de cuidado deve ser exercida com calma e delicadeza nos gestos, respeitando os ritmos de cada criança.

A rotina precisa ser estável, os procedimentos mantidos e previsíveis para que as crianças consigam antecipar e participar dos próprios cuidados.

O educador se dedica plenamente à criança enquanto está com ela: conversa, troca olhares afetuosos, antecipa seus gestos e explica o que faz. Apresenta-lhe os objetos enquanto os manuseia e também permite o manuseio pelas crianças. Não a distraí para executar o que precisa.

A observação é o instrumento para conhecer cada criança e apoiá-la no seu percurso de desenvolvimento e gradativa autonomia.

Oferecer cuidados personalizados em ambientes coletivos exige estrutura e organização ancoradas no trabalho de equipe. Um trabalho que sustenta suas ações cotidianas tendo a criança como eixo estruturante delas, como protagonistas deste cenário. Envolve todas as pessoas da instituição, como direção, coordenação, pessoas da manutenção e limpeza, cozinheiras, assistentes e professores.

O planejamento da hora das refeições precisa ser acordado e compartilhado com todos. Deve prever ações básicas e seguir algumas orientações razoáveis para cada etapa do desenvolvimento das crianças de zero a três anos. Também precisa ser flexível o suficiente para lidar com o inesperado.

Para cada criança se estabelece uma dieta que muda de acordo com seu desenvolvimento pessoal (quando ingere somente líquidos; em seguida a introdução das papinhas e semissólidos; depois, pedaços ou a comida semelhante à dos adultos)

Define-se o horário da refeição principal e das intermediárias e a sequência na qual as crianças serão atendidas (que sempre será a mesma para que possa ser previsível por elas).

Segue-se um protocolo de alimentação individual que inicia no colo, depois na mesa individual diante do adulto, em seguida na mesa com mais um colega e posteriormente na mesa com mais três companheiros e em grupos um pouco maiores (as companhias são determinadas de acordo com as possibilidades de interações e autonomia das crianças, e elas devem permanecer as mesmas por algum tempo).

Sabe-se diante mão se o prato da criança virá montado, se será servido na hora ou se ela mesma colocará em seu prato as comidas servidas em travessas.

Usará o copo (sempre de vidro transparente para que visualize o seu interior), usará mamadeira ou comerá na tigelinha e no prato). *

Terá uma colher a sua disposição, usará outra colher enquanto o adulto intercala com a sua, comerá sozinho com seus próprios talheres, usará os talheres e a louça tal qual a dos adultos.

Ajudará na distribuição e arrumação da mesa de refeição, recolherá os pratos ao final.

Fará sua higiene pessoal antes e depois de comer com ajuda do adulto, ajuda parcial ou independentemente.

Num mesmo grupo é possível encontrar crianças em fases diferentes, o que determinará isto é a observação que os adultos realizam de suas iniciativas e habilidades. Nenhuma atitude é antecipada ou exigida das crianças antes que ela esteja preparada para ela. Toda mudança é informada e antecipada antes de ser aplicada. Cada criança é chamada pelo nome quando chega sua vez de comer, mesmo que ainda seja bem novinho.

A criança escolhe o que deseja comer dentre as opções oferecidas, come o quanto quer e pode repetir em porções pequenas para se sentir satisfeita. Ninguém insiste ou tenta convencê-la de ingerir mais uma colherada além daquela que necessita. Com estas atitudes a criança passa a reconhecer sua fome e saciedade, ao invés de submeter-se ao critério do outro.

Todos os utensílios ficam próximos, dispostos e acessíveis tanto para o adulto quanto para a criança que já se alimenta com autonomia. Assim evita-se muita espera e agitação durante a refeição. Quem finaliza é colocado no chão ou pode levantar da mesa, descansar, brincar e se mover em liberdade. O espaço para o descanso ou brincadeira fica previamente preparado e com um adulto disponível para observar estas crianças.

EXIBIÇÃO DE FILMES MENSAIS NACIONAIS

A exibição de filmes nas escolas deve haver uma pluralidade pedagógica que precisa ser pensado, planejado e executado e que permite contribuir com a construção de uma alfabetização crítica dos meios que utilizam os recursos audiovisuais: cinema, televisão, internet, etc.

É possível levantarmos uma infinidade de atividades que podemos realizar com o audiovisual nas escolas. Isto é importante, mas não podemos ficar só nisso... As atividades são importantes desde que sejam pensadas e articuladas com uma proposta pedagógica mais ampla. É preciso caminhar: agindo e pensando... construindo e transformando...

Novas relações e linguagens desafiam os profissionais da educação a pensar na vocação multicultural da escola, no sentido de promover o diálogo entre as diferentes gerações e os diversos padrões culturais nela presentes.

Em sua análise, indicou três fatores que apontam um novo lugar para a escola: a cultura digital, que vem criando uma escola sem muros, na qual o estudante é produtor de conhecimento e a linguagem audiovisual assume importância; a existência de outros.

TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.

Para isso, as informações contidas em relatórios, portfólios ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada aluno do Ensino Fundamental. Conversas ou visitas e troca de materiais entre os professores das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental – Anos Iniciais também são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa nova etapa da vida escolar. Além disso, para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico.

Nessa direção, a BNCC apresenta as sínteses das aprendizagens esperadas em cada campo de experiências, para que as crianças tenham condições favoráveis para ingressar no Ensino Fundamental. Essas sínteses devem ser compreendidas como elementos balizadores e indicadores de objetivos a ser explorados em todo o segmento da Educação Infantil, e que serão ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental, e não como condição ou pré-requisito para o acesso ao Ensino Fundamental. Para que a

criança compreenda o processo de transição quanto ao Campo de Experiência o eu, o outro e o nós a criança deve ter assimilado os conceitos Respeitar e expressar sentimentos e emoções, atuando com progressiva autonomia emocional. Atuar em grupo e demonstrar interesse em construir novas relações, respeitando a diversidade e solidarizando-se com os outros.

AVALIAÇÃO DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

A avaliação tem se tornado uma questão fundamental para a Educação Infantil, seja pela ótica da criança, como foco do processo avaliativo, ou pela análise das próprias instituições e das práticas educativas que realizam, em busca de melhoria na oferta e no atendimento às crianças e às suas famílias. Sendo assim, pode-se refletir essa questão sobre dois prismas: a avaliação “da” e “na” Educação Infantil. Compreendendo que nenhum sujeito se desenvolve da mesma forma que o outro, por mais próximos que sejam. As interações e as diferentes experiências vividas contribuem para que cada um se desenvolva de determinada forma. Isso justifica a proposta de uso de Parecer Descritivo de acompanhamento da aprendizagem, pois suas características garantem registros consistentes sobre a criança em sua integralidade. Assim: A questão principal referente aos estudos atuais sobre o desenvolvimento infantil é o respeito pelas diferentes formas de ser de cada criança, decorrentes de suas experiências próprias de mundo, ritmos de desenvolvimento, contextos sociais e culturais diferenciados. Processos avaliativos embasados na comparação, a partir de padrões considerados “normais”, perseguem a uniformidade de comportamento das crianças, negando a heterogeneidade normal dos indivíduos, concebendo-a como negativa e inesperada (HOFFMAN, 2012, p.103).

Reflexões como essa permitem pensar e elaborar o Parecer Descritivo de acompanhamento da aprendizagem da criança na Educação Infantil, objetivando documentar o processo de construção do conhecimento da criança, registrando a história individual das aprendizagens vivenciadas no contexto escolar, por meio de interações com os diversos saberes e conhecimentos presentes nos campos de experiência, a fim de garantir um olhar reflexivo do professor sobre os avanços e conquistas de cada criança e a socialização de tal processo com as famílias e outros professores.

Vale ressaltar que o registro nesse instrumento deve ser em forma de texto, apresentando o resultado de uma coleta de dados realizada por meio de observações diárias e processuais, acompanhadas de anotações das peculiaridades, avanços, curiosidades, gostos e preferências de cada criança, e não o resultado grupal, homogêneo de um grupo de crianças ou da turma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; KRAMER, S. "O rei está nu": Um Debate Sobre as Funções da Pré-Escola. In: Educação pré-escolar: desafios e alternativas. Caderno cedes, nº 9. São Paulo: Cortez, 1984.

BRASIL. Constituição Federal de 1988

_____Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 05, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 (*) Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

_____. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica

_____. RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (*). Fixa as Diretrizes Curriculares. Nacionais para a Educação Infantil.

CAGLIARI, L. C. O príncipe que virou sapo: considerações a respeito da dificuldade de alfabetização das crianças na alfabetização. Cadernos de Pesquisa, 55. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nov. 1985, p. 50-62.

CANDURO, V. R. P. Iniciação musical na idade pré-Escolar. Porto Alegre: Sagre, 1989.

CHEROGLU, Simone; MAGALHÃES, Giselle Modé. O primeiro ano de vida: vida uterina, transição pós-natal e atividade de comunicação emocional direta com o adulto.

Cap,4 in :Periodização Histórico Cultural do Desenvolvimento Psíquico- do nascimento à velhice. Martins Lígia Marcia; Abrantes, Angelo Antonio e Facci, Marilda Gonçalves Dias (Org). Autores Associados, 2016. -(Coleção educação contemporânea).

CUNHA, S. R. V. Cor, som e movimento: A expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. Caderno de educação no cotidiano da criança. Caderno de Educação Infantil. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

HOFFMANN, J. M. L. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto alegre: Mediação, 2000.

KRAMER, Sonia. A política do Pré-Escolar: arte e disfarce. São Paulo: Cortez, 1995

KRAMER, S. A infância e sua singularidade. In: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. [Org. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento]. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006.

KRAMER, Sônia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e é fundamental. In: Educação e Sociedade, v. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out, 2006.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. A infância e Educação Infantil. Uma abordagem histórica, 1998, ed. Mediação

- LAZARETTI, Lucinéia Maria; MELLO, Maria Aparecida. Como ensinar na Educação Infantil? Reflexões sobre a didática e o desenvolvimento da criança. In: PASQUALINI, Juliana Campregher; TEIXEIRA, Lucas André; AGUDO; Marcela de Moraes. (Org.) Pedagogia Histórico-Crítica: legado e perspectivas. Uberlândia, MG. Navegando, 2018.
- LEONTIEV, A. N. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- LOPES, Celi Espasandin; GRANDO, Regina Célia. Resolução de problemas na educação matemática para a infância. UNICAMP, Campinas. 2012. (matemática)
- LORENZATO, Sérgio. Educação infantil e percepção matemática. 3ª Ed.rev. Campinas, SP. Autores Associados, 2011. (matemática)
- LURIA, A. R. O desenvolvimento da escrita na criança. In: VIGOTSKY, L. S., LURIA, A. R. E LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2006, p. 143-189.
- MARTINS, Lígia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, Marilda Gonçalves Dias (org.) Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice. Campinas: Autores Associados, 2016
- MUKHINA, Valéria. Psicologia da idade pré-escolar; tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins fontes, 1996
- MOURA, Manoel Orosvaldo de. Atividade Pedagógica na Teoria Histórico-Cultural. (org.) Brasília: Liber livro, 2010
- OLIVEIRA, Zilma. Ramos de. Educação infantil. Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.
- PARANÁ, Deliberação nº 03/18 de 23/11/18, do CEE/PR- Referencial Curricular do Paraná.: princípios, direitos e orientações.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações. Curitiba: SEED, 2018. Disponível em:
<http://www.diaadia.pr.gov.br>.
- PIRES, C. C.; CURRI, E; CAMPOS, T. M. M. Espaço & forma: a construção de noções geométricas pelas crianças das quatro séries iniciais do ensino Fundamental. São Paulo: PROEM LTDA, 2001.
- SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações-11. ed. rev. 1ª reimpr. - Campinas, SP: Autores Associados, 2012. - (Coleção educação contemporânea)
- SOUZA, R. C. de; BORGES, M. F. T. A práxis na formação da Educação Infantil. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SOUZA, G. de; VIEIRA, L. M. F. Concepção de Infância. In: Anais I Simpósio Paranaense de Educação Infantil. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Faxinal do Céu, 2006.
- TULESKI, Silvana Calvo e EIDT, Nadia Mara. A periodização do desenvolvimento psíquico- atividade dominante e a formação das funções psíquicas superiores. Cap. 2
in :Periodização Histórico Cultural do Desenvolvimento Psíquico- do nascimento à velhice. Martins Lígia Marcia; Abrantes, Angelo Antonio e Facci, Marilda Gonçalves Dias



(Org). Autores Associados, 2016. -(Coleção educação contemporânea).

VIGOTSKI, L. S. A Formação social da mente. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1989.

YGOTSKY, L.S. Pensamento e linguagem. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

DOCUMENTOS ORIENTADORES

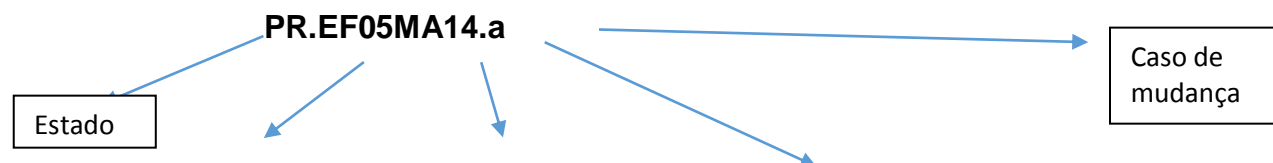
A proposta pedagógica da escola está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e tem como objetivo principal garantir a autonomia das instituições de ensino no que se refere à gestão de suas questões pedagógicas. Na prática, trata-se de um documento que define a linha orientadora de todas as ações da escola, desde sua estrutura curricular até suas práticas de gestão, a Base desse documento deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como

também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil.

A **Proposta Pedagógica Curricular -PPC** está baseada no documento orientador nacional Base Nacional Comum Curricular – BNCC, no Currículo da Rede Estadual Paranaense – CREP a Proposta Pedagógica Curricular – Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Rede Pública Municipal – Região da AMOP a DELIBERAÇÃO Nº 02/2018, que trata das Normas para a Organização Escolar, o Projeto Político-pedagógico, o Regimento Escolar e o Período Letivo das instituições de educação básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná e a INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, que Retifica a Instrução Normativa Conjunta Nº 04/2019 – DEDUC/DPGE/SEED que dispõe sobre a Organização Escolar, Conselho Escolar, Projeto Político-Pedagógico, Proposta Pedagógica Curricular, Regimento Escolar e período letivo para as instituições de educação básica que integram o Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

Esta PPC se utiliza dos conteúdos essenciais para cada componente curricular (coluna conteúdos), em cada ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais e, também, a distribuição temporal dos conteúdos em trimestres ao longo do ano letivo. Além disso, os livros do Plano Nacional do Livro Didático - PNLN estão organizados com os códigos da BNCC, portanto será fácil associar os conteúdos do livro com a organização dos objetivos.

ESTRUTURA DO CÓDIGO:



Ensino
Fundamen
tal

Componen
te
Curricular

Indica a
posição da
habilidade

Possíveis casos de mudanças

Sem modificação - **s** é a própria habilidade da BNCC

Contextualização - **c** o objetivo de aprendizagem inclui algum aspecto regional na descrição das habilidades

Aprofundamento - **a** o objetivo de aprendizagem contem orientações pedagógicas adicionais a habilidade

Desdobramento - **d** a habilidade foi desdobrada em mais de um conteúdo na PPC

Novo objetivo - **n** se trata de um objetivo não contemplado na BNCC

São os conteúdos e a forma como são trabalhados que traçam uma linha sequente e gradativa para que os estudantes adquiram conhecimento e repertório cultural, desenvolvam o pensamento científico, crítico e criativo, a comunicação, a cultura digital, a argumentação, compreendam as relações entre trabalho e projeto de vida e aprimorem o autoconhecimento, o autocuidado, a empatia e a cooperação, tornando-se cidadãos responsáveis e capazes de atuar na sociedade.

A BNCC do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos, que faz-se necessário entender/compreender os Pressupostos Filosóficos, Psicológicos,

Pedagógicos e Legais, bem como estudar cada componente curricular no que tange à Concepção, aos Objetivos, aos Pressupostos Teórico - metodológicos e à Avaliação.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

- I - educação como Direito inalienável de todos os cidadãos, sendo premissa para o exercício pleno dos direitos humanos;
- II - prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola, compreendendo a sociedade atual e seus processos de relação, além da valorização da experiência extraescolar;
- III - igualdade e equidade, no intuito de assegurar os direitos de acesso, inclusão, permanência com qualidade no processo de ensino e aprendizagem, bem como superar as desigualdades existentes no âmbito escolar;
- IV - compromisso com a formação integral, entendendo-a como fundamental para o desenvolvimento humano;
- V - valorização da diversidade, compreendendo o estudante em sua singularidade e pluralidade;
- VI - educação inclusiva que identifique as necessidades dos estudantes, para organizar os recursos de acessibilidade e realizar atividades pedagógicas específicas que promovam o acesso do estudante ao currículo;
- VII - transição entre as etapas da Educação Básica, respeitando as fases do desenvolvimento dos estudantes;
- VIII - ressignificação dos Tempos e Espaços da Escola, no intuito de reorganizar o trabalho educativo;
- IX - a avaliação com fundamento em uma perspectiva formativa.

COMPETÊNCIAS GERAIS

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR – ENSINO FUNDAMENTAL

APRESENTAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR: ARTE

O ensino da Arte no Brasil foi marcado por imposições e contradições e, assim como as demais disciplinas do currículo escolar, sofreu influências políticas, econômicas, sociais, históricas e culturais. Desse modo, a concepção de Arte e de ensino da Arte no país é fruto de um processo cuja origem data da colonização.

Gradualmente, o ensino de Arte passou por reformulações metodológicas até atingir, uma nova posição na estrutura educacional brasileira. Vale destacar, dentre os fatos ocorridos nos anos de 1990, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96, que garante a presença da Arte como área de conhecimento obrigatória no currículo escolar, como se lê no Capítulo II, Da Educação Básica, Art. 26: § 2º: “O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (BRASIL, 1996, n.p.). Esse fato resultou na elaboração de uma nova concepção de ensino de Arte, pela qual essa passa a ser compreendida como uma área do conhecimento humano, um campo de estudo específico com história e conteúdos próprios, sendo essencial para a formação do sujeito.

Esse caráter de produto especificamente humano da Arte é importante para compreendermos o homem como ser social, constituído historicamente. Nossas características biológicas dos sentidos estão constituídas ao nascer, herança do processo histórico da espécie humana; contudo, esses sentidos encontram-se em potencialidade, em estado de vir a ser, efetivamente, sentidos humanos em sua concretude. Ao agir sobre a natureza, o homem a modifica, e essa ação também o modifica, ou seja, o homem constrói o mundo em uma relação dialética. É nessa ação, que humaniza a natureza, que o homem processa a objetivação de sua subjetividade, cria e constrói objetos imprimindo-lhes a marca do humano. De acordo com Vázquez (1978), “O homem se eleva, se afirma, transformando a realidade, humanizando-a, e a arte com seus produtos satisfaz esta necessidade de humanização. Por isso, não há – nem pode haver – arte pela arte, mas arte por e para o homem. Dado que este é, por essência, um ser criador, cria produtos artísticos porque neles se sente mais afirmado, mais criador, isto é mais humano” (VÁZQUEZ, 1978, p. 48).

Dessa maneira, a Arte cumpre uma importante função no processo de humanização do próprio homem, pois possibilita um reconhecimento de si por meio de todos os sentidos, como homem concreto/real e histórico; possibilita apreender a realidade e

captar as características essenciais de seu tempo; possibilita experimentar situações inusitadas recriando sua própria existência, enfim; sua função humanizadora consiste, de acordo com Vázquez (1978), em ampliar e enriquecer, com suas criações, a realidade já humanizada pelo trabalho humano.

Ocorre que, para fruir a Arte, como dito anteriormente, os sentidos humanos e a sensibilidade estética precisam ser desenvolvidos; quanto mais acesso ao mundo da cultura – arte, filosofia e ciência –, quanto maior o domínio dos instrumentos teóricos para compreendê-lo, maior o aprimoramento dos sentidos humanos. O homem só poderá contemplar, julgar, comparar, transformar um objeto a partir do momento em que se libertar das necessidades vitais, biológicas e fisiológicas, se distanciando dele, pois “a contemplação – e a relação estética que tem nela seu ponto de partida – só é possível a partir de uma separação sujeito-objeto, em virtude do caráter especificamente humano da necessidade que ela satisfaz” (VÁZQUEZ, 1978, p. 84).

Como explicitado anteriormente, a sensibilidade estética é consequência de um processo que, no ensino da Arte, ocorre por meio da criação-produção e da fruição artísticas, sendo que esse modo de perceber sensível possibilitará aos alunos entenderem-se como construtores de uma cultura e como seres capazes de dar significação ao mundo, uma vez que, exercendo as suas potencialidades perceptivas, imaginativas e reflexivas, tornam-se mais ativos e críticos com relação ao meio em que vivem, pois a Arte une o pensamento a uma forma de expressão, um significado a um significante.

Nessa perspectiva, investimos em um ensino de Arte que assegure a concepção sistematizada por Peixoto (2003), de Arte como produto da criação humana, resultado do trabalho/ação do homem sobre a natureza; **exclusivamente social**, que manifesta posições estéticas, éticas, sociais e políticas de uma determinada época, portanto, nunca neutra.

A própria Arte é um fenômeno social, em razão de que o artista, apesar de sua existência individual – é um ser social; no ato da criação, o artista não está somente exteriorizando seus sentimentos, pois ele apreende também certos estados do sentir que perpassam as sociedades num determinado tempo e espaço histórico, portanto, a Arte é a expressão do particular e do coletivo. O

artista expressa uma visão de mundo que envolve não apenas um momento presente ou o passado, mas também as projeções do futuro. Com base nas percepções e interpretações possibilitadas pelo movimento da história humana, ele tenta captar os traços essenciais de seu tempo e desvendar novas realidades. Sua obra, por conseguinte, é sempre um elo entre o criador e outros membros da sociedade, por mais profunda que seja a marca nela deixada pela experiência do seu criador.

Os objetos artísticos criados pelo homem satisfazem a uma necessidade essencial, a estética. A arte contém significados humanos, que identificam o homem como seu criador, portanto, menos importa a classe social que o sujeito se encontra, e sim o acesso a Arte, que possibilita a qualquer ser humano a satisfação plena de suas necessidades sensíveis.

No entanto, no sistema capitalista que rege nossas relações, a Arte como “artigo de luxo”, o artista e sua produção estão envoltos em uma aura que os separa da grande maioria da sociedade; aquela “Arte”, restrita a poucos, institucionalizada em museus, galerias, teatros, salas de concertos, entre outros espaços, está distanciada da classe trabalhadora, pois se encaixa dentro da categoria de objetos e necessidades que não pertencem ao sistema de necessidades definidas para essa classe. Nesse sentido, a Arte foi dividida em erudita e popular, sendo que o termo popular foi compreendido como de menor valor (BENJAMIN, 1994). Ocorre que a produção artística, tão presente no cotidiano do homem, como a grafiteagem, o teatro, a dança de rua, as danças folclóricas, as músicas regionalistas, entre outras, está tão impregnada de sentido e de percepções de realidades que deve ser considerada manifestação artística autêntica e de valor, pois carrega em si as percepções dialéticas do homem em seu contexto histórico e nas suas relações sociais.

A divisão do trabalho e a expansão do capital criaram, por um lado, condições para o pleno desenvolvimento do sujeito, mas, por outro, determinam a alienação no que diz respeito aos produtos e aos meios de produção, de modo que o trabalhador, envolvido em satisfazer as necessidades definidas para sua sobrevivência e limitado por sua condição econômica, é privado de usufruir da Arte, restando-lhe os produtos mais baratos e acessíveis da indústria cultural. Vemos que a própria Arte é transformada em mercadoria pelo capitalismo; como afirma Salomé (2007), “e é essa arte que está disponível para a grande maioria da

população: uma arte que visa manipular consciências em prol de um ideário capitalista, no qual os homens consomem produtos artísticos desprovidos de uma real estética e tem no artista e na arte um mundo inacessível e distante” (SALOMÉ, 2007, p. 871).

Diante dessas considerações, o ensino da Arte na escola tem um papel primordial para a compreensão da realidade social, tem a função de contribuir para a formação estética dos alunos, para humanização dos sentidos e promover a socialização da Arte. É indispensável uma educação que considere a Arte como prática social, que não está cristalizada em espaços institucionalizados e, sim, presente nas relações sociais; uma Arte que questiona, resiste e mostra o movimento das relações nas quais está inserida.

Nessa perspectiva ainda, o ensino da Arte tem como finalidade oportunizar e fomentar a **apropriação/fruição** de obras produzidas pela humanidade que promovem a consciência e permitem o desenvolvimento da autoconsciência do aluno; oportunizar condições para que ele possa **criar/produzir**, resultando num trabalho criador onde conteúdo e forma são indissociáveis.

No ato da **fruição**¹³, a totalidade do sujeito/fruidor se confronta com a totalidade da obra; ele está “inteiro”, empenhado na leitura buscando toda sua experiência anterior para enriquecer e aprofundar a fruição estética. Nesse processo, o pensar e o sentir estão unidos na busca pelos significados/sentidos. Cada sujeito/fruidor, ao fruir uma obra, ativa uma rede de relações; procuramos comparar, relacionar, interrogar, dialogar, olhar para a Arte de vários ângulos, achar correspondências, enfim, algo que nos conecte a ela para tentar compreender sua realidade histórica-social. Por conseguinte, esse processo de fruição é ativo, é movimento diante da obra e as interpretações elaboradas a partir daí, são múltiplas e passíveis de revisão, sempre novas e diversas, porque são infinitas quanto ao seu número e ao seu processo. Não há interpretação definitiva e nem processo acabado. Cada vez que fruimos uma obra, o processo interpretativo é reiniciado, pois a interpretação é infinita uma vez que a obra é inesgotável.

¹³O termo fruição, do latim *fruere*, significa gozar, desfrutar. Em Arte, utilizamos o termo para indicar, de forma mais completa, o prazer estético, em que o sensível e o cognitivo interagem para melhor compreensão da obra.

No momento da **criação**, o sujeito opera com a matéria, moldando-a, transformando-a, recriando-a, revelando conteúdos sociais e psíquicos, individuais e coletivos. Materializa, seja por meio da pintura, da escultura, do desenho, da música, do teatro, do cinema, da dança, da performance ou de qualquer outro objeto criado, um sentir que é existencial e um posicionamento ético, estético e político. No processo de criação, de apropriação, de reprodução, de incorporação e de transformação, fundem-se e impulsionam a atividade criadora, produzem novas possibilidades de expressão e solução de problemas artísticos. Ao contrário do senso comum, é relevante destacar que qualquer criação surge a partir do já existente; a criação nunca parte do nada. De acordo com Saccomani (2014), “[...] reprodução e criação são processos dialéticos. [...] o processo de criação encerra em si um processo de conservação e reprodução daquilo que já fora apropriado e experienciado pelos indivíduos” (SACCOMANI, 2014, p. 61).

Ao se apropriar do conhecimento estético e do conhecimento da produção artística (objetos de estudo da disciplina Arte na escola), o aluno tem sua consciência de mundo ampliada e intensificada, superando a consciência espontânea, o senso comum.

Considerando a concepção de Arte já sintetizada anteriormente e os autores que fundamentam esta concepção, entendemos que a articulação entre a criação, a fruição e a reflexão deve permear todo o ensino de Arte que visa a humanizar os sentidos humanos, a aguçar a percepção e a suscitar a reflexão nos/dos alunos sobre a realidade.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O COMPONENTE CURRICULAR

O Referencial Curricular é um documento elaboração democraticamente, envolvendo toda comunidade escolar, das propostas pedagógicas curriculares das escolas, assim, as características e especificidades de cada escola deverão ser contempladas. Preocupou-se em não torná-lo um documento fechado, permitindo-se, dessa forma, que as especificidades e as

características local de cada escola sejam contempladas, assim como as diferentes modalidades de ensino (Educação Regular, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação à Distância), atendendo, assim, às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013).

Os conhecimentos, processos e técnicas produzidos e acumulados ao longo do tempo nas quatro linguagens: (artes visuais, dança, música e teatro) contribuem para a contextualização dos saberes e das práticas artísticas e possibilitam compreender as relações entre tempos e contextos sociais dos sujeitos na sua interação com a arte e a cultura.

Durante o fazer artístico, seis dimensões do conhecimento deverão se articular: criação, crítica, estesia, expressão, fruição e reflexão, de forma indissociável e simultânea, não obedecendo a uma ordem hierárquica. Tais dimensões perpassam os conhecimentos das Artes visuais, da Dança, da Música, do Teatro e as aprendizagens dos alunos em cada contexto social e cultural. Não se trata de eixos temáticos ou categorias, mas de linhas maleáveis que se interpenetram, constituindo a especificidade da construção do conhecimento em Arte na escola.

No Componente Curricular de Arte é possível desenvolver os conteúdos específicos através da metodologia das sequências didáticas, onde é possível abordar a Educação do Campo, a partir de reportagens e artigos de opinião que abordam aspectos importantes das conquistas e lutas pelo terra e produção. No componente curricular de Arte é possível verificar a relação dos conhecimentos científicos com a realidade dos sujeitos do campo, diagnosticando práticas e métodos que as fundamentam e assim propor métodos que contribuam para o desenvolvimento de práticas que possibilitam reflexões dos estudantes sobre a relação homem-natureza a partir dos próprios elementos cotidianos. Através da abordagem qualitativa buscou-se compreender os fundamentos que orientam o ensino dos conteúdos, assim o levantamento bibliográfico permitiu verificar as concepções de ensino aprendizagem desenvolvidos na educação do campo a fim de elaborar uma compreensão sobre os pressupostos teóricos que o embasam.

COMPETENCIAS ESPECIFICAS DO COMPONENTE CURRICULAR

Alicerçados na perspectiva teórica que orienta esta PPC, e nos fundamentos filosóficos para o ensino da Arte, “compreender como a necessidade estética se constrói, se manifesta e se transforma, a partir de suas relações com o trabalho, é a condição para definir os objetivos para o ensino da arte na escola” (TROJAN, 2002, p. 6). Portanto, o ensino da Arte tem como finalidade: propiciar a formação do pensamento artístico e da sensibilidade estética, que caracterizam um modo próprio de ordenar e de dar sentido à experiência humana, bem como, aprimorar as capacidades perceptivas, inventivas, imaginativas e criativas do estudante, visando o domínio do conhecimento artístico e estético, necessários para compreender a Arte como meio de humanização da realidade. Elencamos, na sequência, os objetivos para o ensino da Arte, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como, os objetivos específicos a serem atingidos, em cada linguagem artística.

- Proporcionar condições concretas de acesso à Arte, por meio da aquisição de instrumentos teóricos como o conhecimento da produção de diferentes culturas e matrizes estéticas, para além da Ocidental (considere-se a indígena, africana, oriental, latino-americana, entre outras), visando à compreensão e à interpretação dos significados das representações artísticas;
- Promover a humanização dos sentidos, proporcionando a ampliação da consciência de mundo e da sua realidade próxima, bem como o desenvolvimento da autoconsciência, com vistas à superação da alienação e do senso comum;
- Elevar o nível da sensibilidade estética e aprimorar os sentidos do aluno, por meio da criação/fruição/reflexão sobre/em Arte, para suplantar o embrutecimento a que os sentidos humanos foram submetidos na sociedade capitalista.

ARTES VISUAIS

- a) Oportunizar vivências e experiências artísticas, por meio da fruição/criação/compreensão em Artes Visuais, para ampliar seu repertório cultural e suas possibilidades expressivas;
- b) Apropriar-se do conjunto de conhecimentos – estéticos, artísticos – oriundos da Estética, da História da Arte e outras disciplinas científicas – produzidos historicamente pela humanidade, para acessar e compreender os códigos da produção em Artes Visuais;
- c) Compreender a produção artística como fenômeno cultural e seu papel na sociedade contribuindo para apreensão dos conceitos estéticos de diferentes origens, incluindo as manifestações artísticas de diferentes povos, estilos, épocas e tendências;
- d) Apropriar-se dos elementos formadores das Artes Visuais e das técnicas artísticas, por meio da criação/produção e apreciação de obras de Arte, estabelecendo relações significativas entre o conteúdo escolar e sua própria produção;
- e) Proporcionar a pesquisa/investigação em Arte, a partir do estudo do artesanato local, bem como da obra dos artistas locais e profissionais ligados a Arte, de modo a promover aproximações culturais, regionais, nacionais;
- f) Frequentar espaços culturais diversos – apresentações folclóricas, exposições de Arte, museus, entre outros espaços – geradores de vivências estéticas, reflexões, possibilitando a inserção do estudante no universo da Arte.

MÚSICA

- a) Oportunizar vivências e experiências estéticas, por meio da fruição/criação/produção em Música, para ampliar seu repertório cultural e suas possibilidades expressivas;
- b) Apropriar-se do conjunto de conhecimentos – estéticos, artísticos – oriundos da Estética, da História da Música e outras disciplinas científicas – produzidos historicamente pela humanidade, para acessar e compreender os códigos da produção musical;

- c) Compreender a Música como fenômeno cultural e seu papel na sociedade, contribuindo para apreensão dos conceitos estéticos de diferentes origens, incluindo a Música de diferentes povos, estilos, épocas e tendências;
- d) Apropriar-se dos elementos formadores da música e desenvolver habilidades musicais, por meio da criação, exploração de objetos sonoros e apreciação de obras musicais, estabelecendo relações significativas entre o conteúdo escolar e sua própria produção;
- e) Proporcionar a pesquisa/investigação em Música, a partir do estudo de músicos locais e profissionais ligados à música, de modo a promover aproximações culturais, regionais e nacionais;
- f) Frequentar atividades musicais diversas – apresentações folclóricas, shows, concertos, recitais, entre outras –, geradoras de vivências estéticas, reflexões, possibilitando a inserção do estudante no universo da Música.

DANÇA

- a) Oportunizar vivências e experiências corporais, por meio da fruição/criação/reflexão sobre Dança, para ampliar seu repertório cultural e suas possibilidades expressivas;
- b) Apropriar-se do conjunto de conhecimentos – estéticos, artísticos – oriundos da Estética, da História da Dança e outras disciplinas científicas – produzidos historicamente pela humanidade, para acessar e compreender os códigos da produção em Dança;
- c) Compreender a Dança como fenômeno cultural e seu papel na sociedade, contribuindo para apreensão dos conceitos estéticos de diferentes origens, incluindo as manifestações expressivas de diferentes povos, estilos, épocas e tendências;

d) Apropriar-se dos elementos formadores da Dança, dos fatores do movimento e de técnicas expressivas por meio da criação/produção e apreciação de espetáculos de Dança, de manifestações folclóricas, estabelecendo relações significativas entre o conteúdo escolar e sua própria produção;

e) Proporcionar a pesquisa/investigação em Dança, a partir do estudo de grupos de dança local e profissionais ligados à Dança, de companhias de dança brasileiras, de modo a promover aproximações culturais, regionais, nacionais;

f) Frequentar espaços/atividades culturais diversas – apresentações folclóricas, espetáculos de Dança, Teatro, manifestação de danças populares, entre outros espaços – geradores de vivências estéticas, reflexões, possibilitando a inserção do estudante no universo da Dança.

TEATRO

a) Oportunizar vivências e experiências cênicas, por meio da fruição/criação/reflexão sobre Teatro, para ampliar seu repertório cultural e suas possibilidades expressivas;

b) Apropriar-se do conjunto de conhecimentos – estéticos, artísticos – oriundos da Estética, da História do Teatro e outras disciplinas científicas – produzidos historicamente pela humanidade, para acessar e compreender os códigos da produção teatral;

c) Compreender o Teatro como fenômeno cultural e seu papel na sociedade, contribuindo para apreensão dos conceitos estéticos de diferentes origens, incluindo as manifestações cênicas expressivas de diferentes povos, estilos, épocas e tendências;

d) Apropriar-se dos elementos formadores do Teatro e de técnicas expressivas por meio da criação, improvisação, dramatização e apreciação de espetáculos/peças teatrais, estabelecendo relações significativas entre o conteúdo escolar e sua própria produção;

e) Proporcionar a pesquisa/investigação em Teatro, a partir do estudo de grupos de teatro local e profissionais ligados ao Teatro, de companhias brasileiras, de modo a promover aproximações culturais, regionais e nacionais;

f) Frequentar espaços/atividades culturais diversas – apresentações folclóricas, espetáculos de Teatro, manifestação de Teatro popular, entre outros – geradores de vivências estéticas, reflexões, possibilitando a inserção do estudante no universo do Teatro.

QUADRO ORGANIZADOR DOS CONTEÚDOS: ARTE

UNIDADE TEMÁTICA: ARTES VISUAIS			ANO					TRIMESTRE			
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
Contextos e práticas	PR.EF15AR01 Identificar e apreciar formas distintas das artes visuais tradicionais e contemporâneas, cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório imagético.	Contextos e práticas: identificação de formas distintas das artes visuais das tradicionais às contemporâneas.	X	X	X	X	X	X			
	PR.EF15AR02. d Conhecer, reconhecer e explorar os elementos da linguagem visual (ponto, linha, forma, cor, volume, superfície), presentes na natureza, nas obras de arte e imagens do cotidiano, para elaborar composições artísticas tanto no bidimensional, como no tridimensional.	Elementos da linguagem visual: identificação e distinção destes nas imagens diversas e na natureza.		X					X		
	PR.EF15AR01.c Pesquisar e conhecer a produção artística de artistas paranaenses para compreender a realidade histórica e cultural regional.	Conhecer obras de arte paranaense e seus produtores.			X				X		
	PR.EF15AR.n Conhecer e perceber os diferentes gêneros da arte como: retrato e autorretrato, paisagem, natureza morta, cenas da mitologia, cenas religiosas e cenas históricas e dos diferentes contextos históricos/artísticos comparando-os a partir das diferenças formais.	Gêneros da arte: conhecimento e percepção das diferenças entre eles.			X					X	
	PR.EF15AR01.s Identificar e apreciar formas distintas das artes visuais tradicionais e contemporâneas, cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório imagético. PR.EF15AR.n Conhecer trabalhos artísticos e seus produtores (as) de intervenções e de	Formas distintas das artes visuais das tradicionais às contemporâneas.				X		X	X		X

UNIDADE TEMÁTICA: ARTES VISUAIS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	instalações, compreendendo seu conceito, para aumentar seu repertório imagético e realizar estes trabalhos na escola.									
	PR.EF15AR08.s Experimentar e apreciar formas distintas de manifestações da dança, presentes em diferentes contextos, cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório corporal.	Instalação: compreender e identificar o conceito de instalação.					X		X	
	PR.EF15AR.n Compreender e analisar os diferentes gêneros da arte como: retrato e autorretrato, paisagem, natureza morta, cenas da mitologia, cenas religiosas e cenas históricas e dos diferentes contextos históricos/artísticos comparando-os a partir das diferenças formais.	Manifestações artísticas diversas em dança: festas e comemorações locais e/ou regionais.					X		X	
	PR.EF15AR.n Conhecer as diversas modalidades da dança: contemporâneas, de salão, danças urbanas, danças clássicas, danças étnicas, entre outras.	Gêneros da arte: cenas religiosas e/ou Cenas históricas.					X		X	
	PR.EF15AR13.d Assistir e analisar diferentes espetáculos musicais, presencialmente e/ou por meio de vídeos, ou outros aparelhos audiovisuais, para conhecer os diferentes gêneros musicais populares e eruditos.	Modalidades da dança: conhecer e distinguir algumas.					X		X	
Elementos da linguagem	PR.EF15AR02.s Explorar e reconhecer elementos constitutivos das artes visuais (ponto, linha, forma, cor, espaço, movimento etc.).	Elementos da linguagem visual: identificação dos elementos.	X		X				X	
	PR.EF15AR02.d Conhecer, reconhecer e explorar os elementos da linguagem visual (ponto, linha, forma, cor, volume, superfície), presentes na natureza, nas obras de arte e imagens do cotidiano, para elaborar composições artísticas tanto no bidimensional, como no tridimensional.	Elementos da linguagem visual: identificação e distinção destes nas imagens diversas e na natureza.	X		X				X	
	PR.EF15AR.n Realizar composições artísticas, tendo como referência, não como modelo, obras	Composições artísticas bidimensionais e tridimensionais		X	X				X	

UNIDADE TEMÁTICA: ARTES VISUAIS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	de arte ou objetos artísticos de alguns diferentes períodos (Pré-história à Contemporaneidade, sem a obrigatoriedade de ser linear) para compreender o conceito de bidimensional e tridimensional.	tendo como referências obras e objetos artísticos.								
	PR.EF15AR.n Relacionar obras de arte ou objetos artísticos de alguns diferentes períodos (Pré-história à Contemporaneidade, sem a obrigatoriedade de ser linear) a linguagens gráficas (cartaz, outdoor, propaganda, catálogo de museu, ilustrações e outros), para compreender as possibilidades do fazer artístico e integrar linguagens gráficas com pictóricas, dentre outras, em suas composições artísticas.			X					X	
	PR.EF15AR.n Fazer composições artísticas explorando materiais sustentáveis, como por exemplo: tintas com pigmentos de elementos da natureza (terra/solo, folhas, flores, frutos, raízes) e/ou papel reciclável para utilizá-los em trabalhos artísticos ou como suporte (superfície onde é realizado o trabalho), para perceber outras possibilidades de experimentações e criações a partir da natureza	Composições artísticas com elementos naturais e confecção de tintas naturais		X					X	
	PR.EF15AR.n Conhecer e realizar trabalhos artísticos de monocromia e policromia para saber distingui-las e realizar composições artísticas monocromáticas e policromáticas.	Monocromia e policromia.		X					X	
	PR.EF15AR.n Compreender o conceito de cores quentes e cores frias, realizando composições artísticas com elas experimentando esta relação.	Cores frias e cores quentes.			X				X	
	PR.EF15AR.n Conhecer o conceito de proporção e simetria para produzir composições artísticas, utilizando a proporção e simetria e reconhecê-los em imagens diversas.	Simetria: realização de composições artísticas.								

UNIDADE TEMÁTICA: ARTES VISUAIS			ANO					TRIMESTRE			
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
	PR.EF15AR.n Conhecer o conceito de proporção e simetria para produzir composições artísticas, utilizando a proporção e simetria e reconhecê-los em imagens diversas. PR.EF15AR07.s Reconhecer algumas categorias do sistema das artes visuais (museus, galerias, instituições, feiras, artistas, artesãos, curadores etc.), local ou regional, por meio de visitas e/ou registros fotográficos, cartazes, catálogos e/ou meios audiovisuais.	Proporção: composições artísticas.			X					X	
		Reconhecimento e registro de algumas Categorias do sistema das artes visuais.			X					X	
	PR.EF15AR.n Fazer composições artísticas explorando materiais sustentáveis, como por exemplo: tintas com pigmentos de elementos da natureza (terra/solo, folhas, flores, frutos, raízes) e/ou papel reciclável para utilizá-los em trabalhos artísticos ou como suporte (superfície onde é realizado o trabalho), para perceber outras possibilidades de experimentações e criações a partir da natureza	Composições artísticas com elementos naturais e confecção de tintas naturais.			X						X
	PR.EF15AR02.d Identificar, reconhecer e explorar os elementos da linguagem visual (ponto, linha, forma, cor, volume, superfície, presentes na natureza, nas obras de arte e imagens do cotidiano, para elaborar composições artísticas tanto no bidimensional, como no tridimensional.	Elementos da linguagem visual: identificação e distinção destes nas imagens diversas e na natureza.				X		X			
	PR.EF15AR.n.4.01 Conhecer e perceber os diferentes gêneros da arte como: retrato e autorretrato, paisagem, natureza morta, cenas da mitologia, cenas religiosas e cenas históricas e dos diferentes contextos históricos/artísticos comparando-os a partir das diferenças formais.	Mitologia: identificar e realizar composições artísticas do gênero Mitologia.				X		X			
	PR.EF15AR.c Pesquisar e conhecer a produção artística de artistas paranaenses para compreender a realidade histórica e cultural	Artistas paranaenses: conhecimento e pesquisa. Composições artísticas				X	X	X			

UNIDADE TEMÁTICA: ARTES VISUAIS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	regional. PR.EF15AR02.d Realizar composições artísticas, tendo como referência, não como modelo, obras de arte ou objetos artísticos de alguns diferentes períodos (Pré-história à Contemporaneidade, sem a obrigatoriedade de ser linear) para compreender o conceito de bidimensional e tridimensional. PR.EF15AR.n Produzir trabalhos práticos das diversas expressões artísticas ou modalidades: desenho, pintura, colagem, modelagem, gravura, fotografia, construções tridimensionais e outros, isoladamente ou articulados (juntos).	bidimensionais e tridimensionais tendo como referências obras e objetos artísticos Composições a partir de expressões artísticas diversas bidimensionais ou tridimensionais.								
	PR.EF15AR.n Relacionar obras de arte ou objetos artísticos de alguns diferentes períodos (Pré-história à Contemporaneidade, sem a obrigatoriedade de ser linear) a linguagens gráficas (cartaz, outdoor, propaganda, catálogo de museu, ilustrações e outros), para compreender as possibilidades do fazer artístico e integrar linguagens gráficas com pictóricas, dentre outras, em suas composições artísticas.	Leitura de imagem: relacionar imagens pictóricas e gráficas diversas de tempos, contextos e locais diferentes.				X	X		X	
	PR.EF15AR.n.5.03 Realizar composições artísticas, tendo como referência, não como modelo, obras de arte ou objetos artísticos de alguns diferentes períodos (Pré-história à Contemporaneidade, sem a obrigatoriedade de ser linear) para compreender o conceito de bidimensional e tridimensional.	Composições artísticas tendo como referências obras e objetos artísticos.					X	X		
	PR.EF15AR.n Conhecer o conceito de textura gráfica realizando trabalhos que utilizem a textura gráfica ou visual: estamparia e grafismos corporais.	Textura gráfica ou visual: estamparias e grafismos corporais.					X		X	
	PR.EF15AR02.s Explorar e reconhecer elementos constitutivos das artes visuais (ponto,	Elementos da linguagem visual (ponto, linha, forma, cor, espaço,					X			X

UNIDADE TEMÁTICA: ARTES VISUAIS			ANO					TRIMESTRE			
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
	linha, forma, cor, espaço, movimento etc.).	movimento etc.).									
Matrizes estéticas e culturais	(EF15AR03) Reconhecer e analisar a influência de distintas matrizes estéticas e culturais das artes visuais nas manifestações artísticas das culturas locais, regionais e nacionais.	Reconhecimento de distintas matrizes estéticas e culturais local, regional e nacional.	X						X		
	PR.EF15AR.n Conhecer as diversas expressões artísticas em artes visuais encontradas no seu dia-a-dia, para reconhecer a importância da arte como um meio de comunicação, de transformação social e de acesso à cultura, respeitando as diferenças e o diálogo de distintas culturas, etnias e línguas percebendo ser um importante exercício para a cidadania.		X						X		
	PR.EF15AR.n Conhecer o conceito de Land Art , identificando alguns de seus produtores (as) para apreciação, criação de repertório e de produção artística.	Land Art: composições artísticas pautado na fusão da natureza com a arte.		X						X	
	PR.EF15AR03.s Reconhecer e analisar a influência de distintas matrizes estéticas e culturais das artes visuais nas manifestações artísticas das culturas locais, regionais e nacionais.	Reconhecimento de distintas matrizes estéticas e culturais local, regional e nacional.				X			X		
	PR.EF15AR.n Conhecer as diversas expressões artísticas em artes visuais encontradas no seu dia-a-dia, para reconhecer a importância da arte como um meio de comunicação, de transformação social e de acesso à cultura, respeitando as diferenças e o diálogo de distintas culturas, etnias e línguas percebendo ser um importante exercício para a cidadania										

UNIDADE TEMÁTICA: ARTES VISUAIS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EF15AR.n Conhecer a arte brasileira e afrobrasileira em diferentes tempos, para valorizar, aumentar o repertório imagético e utilizá-las como suporte interpretativo.	Arte brasileira e Afrobrasileira.			X				X	
	PR.EF15AR03.s Reconhecer e analisar a influência de distintas matrizes estéticas e culturais das artes visuais nas manifestações artísticas das culturas locais, regionais e nacionais.	Matrizes estéticas e culturais: indígenas, africanas, afrobrasileiras e outras - reconhecer algumas manifestações artísticas e culturais local e regional.				X	X	X		
	PR.EF15AR.n Conhecer as diversas expressões artísticas em artes visuais encontradas no seu dia-adia, para reconhecer a importância da arte como um meio de comunicação, de transformação social e de acesso à cultura, respeitando as diferenças e o diálogo de distintas culturas, etnias e línguas percebendo ser um importante exercício para a cidadania.						X		X	
Materialidades	PR.EF15AR.n Realizar composições artísticas, tendo como referência, não como modelo, obras de arte ou objetos artísticos de alguns diferentes períodos (Pré-história à Contemporaneidade, sem a obrigatoriedade de ser linear) para compreender o conceito de bidimensional e tridimensional.	Composições artísticas bidimensionais e tridimensionais tendo como referências obras e objetos artísticos.	X	X					X	
	PR.EF15AR04.s Experimentar diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, quadrinhos, dobradura, escultura, modelagem, instalação, vídeo, fotografia etc.), fazendo uso sustentável de materiais, instrumentos, recursos e técnicas convencionais e não convencionais.	Composições artísticas visuais diversas fazendo uso sustentável de materiais, instrumentos, recursos e técnicas convencionais e não convencionais.	X	X	X			X		
	PR.EF15AR04.d Realizar trabalhos de diversas expressões artísticas: desenho, pintura, colagem, modelagem, gravura, fotografia,		X					X		

UNIDADE TEMÁTICA: ARTES VISUAIS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	construções tridimensionais e outros, conhecendo os diferentes materiais, instrumentos e técnicas, para que tenha maior domínio no seu fazer artístico desenvolvendo uma linguagem própria / poética pessoal na perspectiva da criação, experimentação, exercício e investigação de materiais artísticos e alternativos e na produção de trabalhos originais.									
	PR.EF15AR04.d Produzir trabalhos de diversas expressões artísticas, utilizando diferentes suportes (papel, tecido, muro, chão etc.) de cores, formas, tamanhos e texturas diferentes, propiciando segurança e variedade de possibilidades em suas criações.		X					X		
	PR.EF15AR.n Explorar diferentes tipos de tintas e materiais pictóricos (industrializados e artesanais), em diferentes suportes, para experimentar possibilidades diversas e perceber efeitos com relação ao material, tamanho do suporte, textura e cor, experimentando as diversas possibilidades de uso de materiais, para desenvolver a pesquisa, a capacidade de observação, a memória visual, a imaginação criadora.		X						X	
	PR.EF15AR.n Realizar composições artísticas, tendo como referência, não como modelo, obras de arte ou objetos artísticos de alguns diferentes períodos (Pré- história à Contemporaneidade, não tendo a necessidade de ser linear), para compreender o conceito de bidimensional e tridimensional.		X						X	
	PR.EF15AR.n Explorar as técnicas de desenho, pintura e colagem, utilizando diferentes tipos de materiais (grafite de diferentes gramaturas e	Técnicas de expressões artísticas.	X						X	

UNIDADE TEMÁTICA: ARTES VISUAIS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	densidades, carvão, giz de cera etc.), em diferentes suportes (papel, tecido, muro, chão etc.), de cores, formas, tamanho e texturas diferentes e compreender a diferença entre desenho de observação, desenho de memória e desenho de criação, para experimentar diversas possibilidades de uso de materiais e efeitos ao desenhar e desenvolver a observação, a memória e a imaginação.									
	PR.EF15AR.n Fazer composições artísticas explorando materiais sustentáveis, como por exemplo: tintas com pigmentos de elementos da natureza (terra/solo, folhas, flores, frutos, raízes) e/ou papel reciclável para utilizá-los em trabalhos artísticos ou como suporte (superfície onde é realizado o trabalho), para perceber outras possibilidades de experimentações e criações a partir da natureza.	Composições artísticas com elementos naturais e confecção de tintas naturais.	X						X	
	PR.EF15AR05.d Conhecer o corpo como totalidade formado por dimensões (física, intelectual, emocional, psicológica, ética, social), compreendendo que se relacionam, analisando suas características corporais em suas singularidades: diferenças e potencialidades para explorar as possibilidades expressivas que o corpo pode realizar de modo integral e suas diferentes partes.		X						X	
	PR.EF15AR.n Realizar trabalhos de monotipia (técnica de impressão), para realizar composições artísticas em suportes diversos, conhecendo e relacionando-os com produções artísticas em gravura.	Monotipia: técnica de impressão	X							X
	PR.EF15AR04.d Realizar trabalhos de diversas expressões artísticas: desenho, pintura, colagem, modelagem, gravura, fotografia,			X				X		

UNIDADE TEMÁTICA: ARTES VISUAIS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	construções tridimensionais e outros, conhecendo os diferentes materiais, instrumentos e técnicas, para que tenha maior domínio no seu fazer artístico desenvolvendo uma linguagem própria / poética pessoal na perspectiva da criação, experimentação, exercício e investigação de materiais artísticos e alternativos e na produção de trabalhos originais.									
	PR.EF15AR04.d Realizar trabalhos de diversas expressões artísticas: desenho, pintura, colagem, modelagem, gravura, fotografia, construções tridimensionais e outros, conhecendo os diferentes materiais, instrumentos e técnicas, para que tenha maior domínio no seu fazer artístico desenvolvendo uma linguagem própria / poética pessoal na perspectiva da criação, experimentação, exercício e investigação de materiais artísticos e alternativos e na produção de trabalhos originais.			X				X		
	PR.EF15AR04.d Produzir trabalhos de diversas expressões artísticas, utilizando diferentes suportes (papel, tecido, muro, chão etc.) de cores, formas, tamanhos e texturas diferentes, propiciando segurança e variedade de possibilidades em suas criações.			X				X		
	PR.EF15AR04.d Explorar diferentes tipos de tintas e materiais pictóricos (industrializados e artesanais), em diferentes suportes, para experimentar possibilidades diversas e perceber efeitos com relação ao material, tamanho do suporte, textura e cor, experimentando as diversas possibilidades de uso de materiais, para desenvolver a pesquisa, a capacidade de			X				X		

UNIDADE TEMÁTICA: ARTES VISUAIS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	observação, a memória visual, a imaginação criadora.									
	PR.EF15AR.n Realizar composições artísticas, tendo como referência, não como modelo, obras de arte ou objetos artísticos de alguns diferentes períodos (Pré- história à Contemporaneidade, não tendo a necessidade de ser linear), para compreender o conceito de bidimensional e tridimensional.			X				X		
	PR.EF15AR.n Identificar e representar o gênero da arte Natureza Morta nas produções artísticas locais, regionais, nacionais e internacionais para se expressar, conhecer e distinguir este gênero da arte.	Gênero da arte: Natureza morta.		X				X		
	PR.EF15AR.n Identificar e representar o gênero da arte paisagem: urbana, rural, litorânea, natural, construída de diferentes tempos e lugares – produções artísticas locais, regionais, nacionais e internacionais para se expressar, conhecer e distinguir este gênero da arte.	Gênero da arte: Paisagem.			X				X	
	PR.EF15AR.n Identificar conceitos de arte urbana ou street art, identificando alguns de seus produtores (as), para apreciação e criação de repertório.	Arte Urbana: realização de composições artísticas.			X				X	
	PR.EF15AR04.d Explorar diferentes tipos de tintas e materiais pictóricos (industrializados e artesanais), em diferentes suportes, para experienciar possibilidades diversas e perceber efeitos com relação ao material, tamanho do suporte, textura e cor, experimentando as diversas possibilidades de uso de materiais, para desenvolver a pesquisa, a capacidade de observação, a memória visual, a imaginação criadora.				X				X	
	PR.EF15AR.n Realizar composições artísticas,	Composições artísticas			X				X	

UNIDADE TEMÁTICA: ARTES VISUAIS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	tendo como referência, não como modelo, obras de arte ou objetos artísticos de alguns diferentes períodos (Pré- história à Contemporaneidade, não tendo a necessidade de ser linear), para compreender o conceito de bidimensional e tridimensional.	bidimensionais e tridimensionais tendo como referências obras e objetos artísticos.								
	PR.EF15AR04.s Experimentar diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, quadrinhos, dobradura, escultura, modelagem, instalação, vídeo, fotografia etc.), fazendo uso sustentável de materiais, instrumentos, recursos e técnicas convencionais e não convencionais.	Composições artísticas visuais diversas com o uso sustentável de materiais, instrumentos, recursos e técnicas convencionais e não convencionais.				X		X		
	PR.EF15AR04.d Realizar trabalhos de diversas expressões artísticas: desenho, pintura, colagem, modelagem, gravura, fotografia, construções tridimensionais e outros, conhecendo os diferentes materiais, instrumentos e técnicas, para que tenha maior domínio no seu fazer artístico desenvolvendo uma linguagem própria / poética pessoal na perspectiva da criação, experimentação, exercício e investigação de materiais artísticos e alternativos e na produção de trabalhos originais.									
	PR.EF15AR04.d Produzir trabalhos de diversas expressões artísticas, utilizando diferentes suportes (papel, tecido, muro, chão etc.) de cores, formas, tamanhos e texturas diferentes, propiciando segurança e variedade de possibilidades em suas criações.									
Processos de criação	(EF15AR05) Experimentar a criação em artes visuais de modo individual, coletivo e colaborativo, explorando diferentes espaços da escola e da comunidade.	Objetivo como essencialmente procedimental (metodologia).	X	X	X	X		X		

UNIDADE TEMÁTICA: ARTES VISUAIS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EF15AR05.d Compreender por meio do fazer artístico e da leitura da produção artística, que o processo de criação envolve ação investigativa, pesquisa, experimentação, levantamento de hipóteses, reflexão, acaso, sendo, tanto o produto artístico, como também o processo, significativos.		X					X		
	PR.EF15AR.n Incorporar o lúdico ao processo criativo, de modo que ao desenvolver as propostas artísticas, os conteúdos da linguagem da arte, sejam contemplados.		X					X		
	PR.EF15AR06.s Dialogar sobre a sua criação e as dos colegas, para alcançar sentidos plurais.		X						X	
	PR.EF15AR06.d Realizar apresentações das linguagens artísticas e exposições de artes visuais aos pais e a comunidade escolar, para realizar momentos de expressão, fruição e integração entre escola e comunidade.		X						X	
	(EF15AR06) Dialogar sobre a sua criação e as dos colegas, para alcançar sentidos plurais.		X						X	
	PR.EF15AR06.d Realizar apresentações das linguagens artísticas e exposições de artes visuais aos pais e a comunidade escolar, para realizar momentos de expressão, fruição e integração entre escola e comunidade.		X						X	
	PR.EF15AR.c Conhecer espaços de dança local e/ou regional, grupos de dança local e/ou regional, assistindo espetáculos, festas populares e manifestações culturais, presencialmente ou por meio de canais de comunicação, para ampliar o repertório de movimento corporal e conhecimento de manifestações culturais.		X						X	
	PR.EF15AR11.s Criar e improvisar movimentos dançados de modo individual, coletivo e	Criação e improviso de movimentos dançados individual, coletivo e	X						X	

UNIDADE TEMÁTICA: ARTES VISUAIS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	colaborativo, considerando os aspectos estruturais, dinâmicos e expressivos dos elementos constitutivos do movimento, com base nos códigos de dança.	colaborativo.								
	PR.EF15AR.n Explorar a dança com o uso de figurinos e objetos, adereços e acessórios, com e sem o acompanhamento musical, em improvisações em dança									
	PR.EF15AR.n Conhecer, compreender e realizar relações cromáticas – monocromia e policromia e seus significados em um contexto colorístico, para diferenciá-las nas obras de arte e imagens do cotidiano.	Monocromia e policromia.		X				X		
	PR.EF15AR06.s Dialogar sobre a sua criação e as dos colegas, para alcançar sentidos plurais.									
	PR.EF15AR.n Realizar pequenas sequências coreográficas a partir das vivências, exercícios de expressão corporal, movimentos do cotidiano, sequências e estruturas rítmicas, percebendo-as por meio de brincadeiras e jogos como: parlendas, cantigas de roda, trava-línguas, percussão corporal, balança caixão, escravos de Jó, cirandas etc., para expressar-se corporalmente, por meio da dança, vivenciando-as.	Sequências coreográficas: exercícios de expressão corporal, movimentos do cotidiano, sequências e estruturas rítmicas, por meio de brincadeiras e jogos.					X			X
	PR.EF15AR.n Explorar a dança com o uso de figurinos e objetos, adereços e acessórios, com e sem o acompanhamento musical, em improvisações em dança.						X			X
Sistemas da linguagem	PR.EF15AR04.s Reconhecer algumas categorias do sistema das artes visuais (museus, galerias, instituições, feiras, artistas, artesãos, curadores etc.), local ou regional, por meio de visitas e/ou registros fotográficos, cartazes, catálogos e/ou meios audiovisuais.	Reconhecimento e registro de algumas Categorias do sistema das artes visuais.	X							X
						X		X		
							X		X	

UNIDADE TEMÁTICA: ARTES VISUAIS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EF15AR09.d Conhecer o corpo como totalidade formado por dimensões (física, intelectual, emocional, psicológica, ética, social) compreendendo que se relacionam, analisando suas características corporais em suas singularidades: diferenças e potencialidades para explorar as possibilidades expressivas que o corpo pode realizar de modo integral e suas diferentes partes.						X		X	

UNIDADE TEMÁTICA: DANÇA			ANO					TRIMESTRE			
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
Contextos e práticas	PR.EF15AR08.s Experimentar e apreciar formas distintas de manifestações da dança, presentes em diferentes contextos, cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório corporal.	Manifestações artísticas diversas em dança: festas e comemorações locais e/ou regionais.	x					x			
				x						x	
					x						x
						x					x
	PR.EF15AR.c Conhecer espaços de dança local e/ou regional, grupos de dança local e/ou regional, assistindo espetáculos, festas populares e manifestações culturais, presencialmente ou por meio de canais de comunicação, para ampliar o repertório de movimento corporal e conhecimento de manifestações culturais.		x							x	
	PR.EF15AR.c Conhecer espaços de dança local e/ou regional, grupos de dança da cidade, assistir a espetáculos presencialmente ou por meio de canais de comunicação, para ampliar o repertório de movimento corporal manifestações culturais.					x				x	
PR.EF15AR08.d Pesquisar e conhecer gêneros de danças típicos ou mais populares em cada parte do país, a influência da cultura afro-brasileira e indígena na dança, para compreender a presença da diversidade cultural em nosso país.	Influência da cultura afro-brasileira e indígena na dança					x				x	
PR.EF15AR.n Reconhecer as festas populares e manifestações culturais do Brasil.	Festas populares brasileiras: conhecer e identificar algumas festas populares brasileiras										

UNIDADE TEMÁTICA: DANÇA			ANO					TRIMESTRE			
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
Elementos da linguagem	PR.EF15AR10.s Experimentar diferentes formas de orientação no espaço (deslocamentos, planos, direções, caminhos etc.) e ritmos de movimento (lento, moderado e rápido) na construção do movimento dançado.	Locomoção no espaço: diferentes formas de orientação no espaço e ritmos de movimento na construção do movimento dançado.	x	x	x	x	x	x			
	PR.EF15AR.n Conhecer as várias ações básicas corporais (arrastar, enrolar, engatinhar, arremessar, chutar, esticar, dobrar, torcer, correr, sacudir, saltar, entre outras) em situações cotidianas e brincadeiras, vivenciando-as.	Ações básicas corporais, movimentos e o caminhar dos animais, situações cotidianas e brincadeiras.	x	x					x		
					x					x	
						x			x		
	PR.EF15AR09.s Estabelecer relações entre as partes do corpo e destas com o todo corporal na construção do movimento dançado.	Corpo e movimento: relacionamento entre suas partes na construção de movimentos expressivos.	x	x		x					x
							x		x		
	PR.EF15AR09.d Conhecer o corpo como totalidade formado por dimensões (física, intelectual, emocional, psicológica, ética, social), compreendendo que se relacionam, analisando suas características corporais em suas singularidades: diferenças e potencialidades para explorar as possibilidades expressivas que o corpo pode realizar de modo integral e suas diferentes partes.			x					x		
PR.EF15AR10.s Experimentar diferentes formas de orientação no espaço (deslocamentos, planos, direções, caminhos etc.) e ritmos de movimento (lento, moderado e rápido) na construção do movimento dançado.	Locomoção no espaço: diferentes formas de orientação no espaço e ritmos de movimento.			x				x			
PR.EF15AR.n Conhecer e vivenciar danças brasileiras de matriz africana, afro-brasileiras e indígenas.	Matrizes estéticas culturais: conhecer e vivenciar características das danças Africanas, afrobrasileiras e indígenas.				x				x		
PR.EF15AR.n Conhecer as diversas modalidades da dança: contemporâneas, de salão, danças urbanas, danças clássicas, danças étnicas, entre outras.	Modalidades da dança: conhecer e distinguir danças contemporâneas, de salão, danças urbanas, danças clássicas, danças étnicas, entre				x				x		

UNIDADE TEMÁTICA: DANÇA			ANO					TRIMESTRE			
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
		outras.									
Processos de Criação	PR.EF15AR12.d Realizar exercícios reflexivos, a partir de rodas de conversa, sobre as diversas manifestações, em dança e suas origens, valorizando a identidade e a pluralidade cultural.		X						X		
	PR.EF15AR.n Realizar pequenas sequências coreográficas a partir das vivências, exercícios de expressão corporal, movimentos do cotidiano, sequências e estruturas rítmicas, percebendo-as por meio de brincadeiras e jogos como: parlendas, cantigas de roda, trava-línguas, percussão corporal, balança caixão, escravos de Jó, cirandas etc., para expressar-se corporalmente, por meio da dança, vivenciando-as.		X							X	
	PR.EF15AR12.s Discutir, com respeito e sem preconceito, as experiências pessoais e coletivas em dança vivenciadas na escola, como fonte para a construção de vocabulários e repertórios próprios.		X					X			
	PR.EF15AR12.d Realizar exercícios reflexivos, a partir de rodas de conversa, sobre as diversas manifestações, em dança e suas origens, valorizando a identidade e a pluralidade cultural.		X					X			
	PR.EF15AR11.s Criar e improvisar movimentos dançados de modo individual, coletivo e colaborativo, considerando os aspectos estruturais, dinâmicos e expressivos dos elementos constitutivos do movimento, com base nos códigos de dança.	Criação e improviso de movimentos dançados individual, coletivo e colaborativo.			X					X	
	PR.EF15AR.n Explorar a dança com o uso de figurinos e objetos, adereços e acessórios, com e sem o acompanhamento musical, em improvisações em dança.				X					X	

UNIDADE TEMÁTICA: DANÇA			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EF15AR.n Realizar pequenas seqüências coreográficas a partir das vivências, exercícios de expressão corporal, movimentos do cotidiano, seqüências e estruturas rítmicas, percebendo-as por meio de brincadeiras e jogos como: parlendas, cantigas de roda, trava-línguas, percussão corporal, balança caixão, escravos de Jó, cirandas etc., para expressar-se corporalmente, por meio da dança, vivenciando-as	Seqüências coreográficas a partir de vivências.		X					X	
	PR.EF15AR11.s Criar e improvisar movimentos dançados de modo individual, coletivo e colaborativo, considerando os aspectos estruturais, dinâmicos e expressivos dos elementos constitutivos do movimento, com base nos códigos de dança.	Criação e improviso de movimentos dançados – individual, coletivo e colaborativo.			X					X
	PR.EF15AR10.d Realizar pequenas seqüências coreográficas a partir das vivências, exercícios de expressão corporal, movimentos do cotidiano, seqüências e estruturas rítmicas, percebendo-as por meio de brincadeiras e jogos como: parlendas, cantigas de roda, trava-línguas, percussão corporal, balança caixão, escravos de Jó, cirandas etc., para expressar-se corporalmente, por meio da dança, vivenciando-as.	Seqüências coreográficas: exercícios de expressão corporal, movimentos do cotidiano, seqüências e estruturas rítmicas, por meio de brincadeiras e jogos.			X				X	
	PR.EF15AR.n Explorar a dança com o uso de figurinos e objetos, adereços e acessórios, com e sem o acompanhamento musical, em improvisações em dança.	Improvisação em dança : com o uso de figurinos e objetos, adereços e acessórios.			X			X		
	PR.EF15AR10.d Realizar pequenas seqüências coreográficas a partir das vivências, exercícios de expressão corporal, movimentos do cotidiano, seqüências e estruturas rítmicas, percebendo-as por meio de brincadeiras e jogos	Seqüências coreográficas: por meio de brincadeiras e jogos - parlendas, cantigas de roda, trava-línguas, percussão corporal, balança caixão, escravos de Jó, cirandas etc.				X			X	

UNIDADE TEMÁTICA: DANÇA			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	como: parlendas, cantigas de roda, trava-línguas, percussão corporal, balança caixão, escravos de Jó, cirandas etc., para expressar-se corporalmente, por meio da dança, vivenciando-as.									
	PR.EF15AR12.s Discutir, com respeito e sem preconceito, as experiências pessoais e coletivas em dança vivenciadas na escola, como fonte para a construção de vocabulários e repertórios próprios.					X			X	
	PR.EF15AR10.d Realizar pequenas sequências coreográficas a partir das vivências, exercícios de expressão corporal, movimentos do cotidiano, sequências e estruturas rítmicas, percebendo-as por meio de brincadeiras e jogos como: parlendas, cantigas de roda, trava-línguas, percussão corporal, balança caixão, escravos de Jó, cirandas etc., para expressar-se corporalmente, por meio da dança, vivenciando-as.	Criar pequenas sequências coreográficas a partir das vivências com jogos, brincadeiras, exercícios de expressão corporal, sequências rítmicas e movimentos do cotidiano.				X			X	
	PR.EF15AR.n Cantar músicas e executar jogos e brincadeiras cantadas, do repertório musical brasileiro, identificando gêneros musicais variados, percebendo a diversidade existente.	Cantar músicas e executar jogos e brincadeiras cantadas do repertório musical brasileiro.				X			X	
	PR.EF15AR11.s Criar e improvisar movimentos dançados de modo individual, coletivo e colaborativo, considerando os aspectos estruturais, dinâmicos e expressivos dos elementos constitutivos do movimento, com base nos códigos de dança.	Criação e improviso de movimentos dançados- individual, coletivo e colaborativo.				X				X
	PR.EF15AR09.s Explorar e perceber o espaço que o corpo ocupa individualmente e compartilhado por outros corpos: união das células coreográficas.	Coreografia: percepção espacial do corpo nas coreografias prontas ou criadas.				X				X
	PR.EF15AR12.d Discutir, com respeito e sem									

UNIDADE TEMÁTICA: DANÇA			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	preconceito, as experiências pessoais e coletivas em dança vivenciadas na escola, como fonte para a construção de vocabulários e repertórios próprios.									
	PR.EF15AR.n Compreender a dança como um momento de integração e convívio social presentes em diversos momentos da vida em sociedade.									
	PR.EF15AR.n Conhecer o processo coreográfico e criar coreografias.	Criação e realização de coreografias.								
	PR.EF15AR.n Diferenciar aspectos da dança direcionados ao contexto da escola, daquela que visa à formação artística, a primeira enquanto formação cultural e humana e a segunda tendo como prioridade a construção do corpo cênico.									

UNIDADE TEMÁTICA: MÚSICA			ANO					TRIMESTRE			
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
Contextos e práticas	PR.EF15AR13.s Identificar e apreciar criticamente diversas formas e gêneros de expressão musical, reconhecendo e analisando os usos e as funções.	Gêneros musicais brasileiro.	X	x	x					X	
	PR.EF15AR13.d Assistir e analisar diferentes espetáculos musicais, presencialmente e/ou por meio de vídeos, ou outros aparelhos audiovisuais, para conhecer os diferentes gêneros musicais populares e eruditos.					x	x	x			
	PR.EF15AR13.d Relacionar a produção musical com o contexto social em tempos e espaços e sua função social.		x	x	x					x	
Elementos da linguagem	PR.EF15AR14.s Perceber e explorar os elementos constitutivos da música (altura, intensidade, timbre, melodia, ritmo etc.), por meio de jogos, brincadeiras, canções e práticas diversas de composição/criação, execução e apreciação musical.	Parâmetros sonoros (altura, duração, timbre e intensidade).	x		x	x	x	x			
	PR.EF15AR.n Conhecer o conceito de paisagem sonora e fazer o registro gráfico alternativo (notação não tradicional) dos elementos do som em paisagens sonoras.	Paisagem sonora.			x						x
	PR.EF15AR.n Realizar brincadeiras musicais com diferentes ritmos que tenham estes acentos (binário/marcha; ternário/valsa, entre outros).	Ritmo: (binário/marcha; ternário/valsa, entre outros).				x		x			
	PR.EF15AR.n Compreender o que seja paisagem sonora e por meio da escuta registro e gravação, colher os sons do entorno da escola e, registrar a impressão gráfica dos sons ouvidos, construindo um mapa cartográfico.	Paisagem sonora.				x					x
							x		x		
Materialidades	PR.EF15AR15.s Explorar fontes sonoras diversas, como as existentes no próprio corpo (palmas, voz, percussão corporal), na natureza e em objetos cotidianos, reconhecendo os elementos constitutivos da música e as	Exploração de fontes sonoras. Reconhecimento dos elementos constitutivos da música e as características de instrumentos musicais variados	x	x			x	x			
					x				x		

UNIDADE TEMÁTICA: MÚSICA			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	características de instrumentos musicais variados.									
	PR.EF15AR.n Produzir instrumentos musicais com materiais alternativos, para conhecer o instrumento, explorar seus sons e perceber a possibilidade de criar instrumentos e sons diversos.	Pesquisa de sons e confecção de objetos sonoros.		x					x	
	PR.EF15AR15.d Cantar músicas e executar jogos e brincadeiras cantadas, do repertório musical brasileiro, identificando gêneros musicais variados, percebendo a diversidade existente.	Cantar músicas e executar jogos e brincadeiras cantadas do repertório musical brasileiro.			x			x		
	PR.EF15AR.n Analisar as produções realizadas em grupo e do repertório musical, vivenciado em atividades escolares, utilizando diferentes formas de registro.					x			x	
	PR.EF15AR.n.4.56 Identificar sons naturais e sons culturais.	Sons naturais e sons culturais: distinguir e refletir sobre os sons naturais				x				x
Notação e registro musical.	PR.EF15AR16.s Explorar diferentes formas de registro musical não convencional (representação gráfica de sons, partituras criativas etc.), bem como procedimentos e técnicas de registro em áudio e audiovisual, e reconhecer a notação musical convencional.	Registro musical não convencional: representação gráfica de sons, partituras criativas etc.	x	x	x	x	x			x
Processos de criação	PR.EF15AR17.s Experimentar improvisações, composições e sonorização de histórias, entre outros, utilizando vozes, sons corporais e/ou instrumentos musicais convencionais ou não convencionais, de modo individual, coletivo e colaborativo.	Improvisos de sonorização em histórias infantis entre outros de modo individual, coletivo e colaborativo.	x		x				x	
	PR.EF15AR12.d Realizar exercícios reflexivos, a partir de rodas de conversa, sobre as diversas manifestações, em dança e suas origens, valorizando a identidade e a pluralidade cultural.					x	x		x	

UNIDADE TEMÁTICA: MÚSICA			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EF15AR17.d Realizar improvisos individual e coletivamente, com objetos, figurinos, adereços e outros, apreciando a criação do(a) colega, colocando-se como espectador.	Jogos teatrais: Representação de acontecimentos durante o dia e de noite.					X		X	
	PR.EF15AR.n Experimentar possibilidades criativas de movimento e de voz na criação de um personagem teatral, discutindo estereótipos.	Encenações e criação de personagens sem estereótipos.					X		X	

UNIDADE TEMÁTICA: TEATRO			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Contextos e Práticas	PR.EF15AR18.s e apreciar formas distintas de manifestações do teatro presentes em diferentes contextos, aprendendo a ver e a ouvir histórias dramatizadas e cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e repertório ficcional.	Reconhecimento de formas distintas de manifestações do teatro.	X		X	X	X			X
	PR.EF15AR.n Conhecer sobre as características das músicas produzidas pela indústria cultural.	Indústria cultural das músicas.					X			X
Elementos da Linguagem	PR.EF15AR19.s Descobrir teatralidades na vida cotidiana, identificando elementos teatrais (variadas entonações de voz, diferentes fisicalidades, diversidade de personagens e narrativas etc.).	Jogos teatrais: cenas do cotidiano; entonação de voz; figurino (caracterização da personagem) diversidade de narrativas.	X		X	X	X			X
Processo de Criação	PR.EF15AR01.s Identificar e apreciar formas distintas das artes visuais tradicionais e contemporâneas, cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório imagético.	Contextos e práticas: identificação de formas distintas das artes visuais das tradicionais às contemporâneas.	X					X		

UNIDADE TEMÁTICA: TEATRO			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EF15AR20.s Experimentar o trabalho colaborativo, coletivo e autoral em improvisações teatrais e processos narrativos criativos em teatro, explorando desde a teatralidade dos gestos e das ações do cotidiano até elementos de diferentes matrizes estéticas e culturais.	Improvisação teatral: improvisações de cenas curtas do cotidiano que representem dia e noite	X							X
		Improvisação teatral: cenas curtas do cotidiano: Eu e o ambiente.					X			X
	PR.EF15AR22.s Experimentar possibilidades criativas de movimento e de voz na criação de um personagem teatral, discutindo estereótipos.	e movimento e de voz na criação de um personagem teatral, discutindo estereótipos. Encenações de movimento, voz e criação de um personagem.	X	X						X
	PR.EF15AR20.d Realizar improvisos individual e coletivamente, com objetos, figurinos, adereços e outros, apreciando a criação do(a) colega e colocando-se como espectador.	Jogos teatrais: improvisos individual e coletivamente, com objetos, figurinos, adereços e outros.	X							X
					X				X	
							X			X
	PR.EF15AR21.s Exercitar a imitação e o faz de conta, resignificando objetos e fatos e experimentando-se no lugar do outro, ao compor e encenar acontecimentos cênicos, por meio de músicas, imagens, textos ou outros pontos de partida, de forma intencional e reflexiva.	Jogos teatrais e encenações a partir de: músicas, imagens, textos, entre outros, ou todos integrados.	X							X
					X			X		
						X		X		
							X	X		
	PR.EF15AR20.d Realizar trabalhos cênicos, a partir de situações do seu cotidiano, para estabelecer relações entre os diferentes contextos.	Jogos teatrais: dar vida a imagens (obras de arte) que tenham como temática Alimentação.		X				X		
	PR.EF15AR20.s Experimentar o trabalho colaborativo, coletivo e autoral em improvisações teatrais e processos narrativos criativos em teatro, explorando desde a teatralidade dos gestos e das ações do cotidiano até elementos de diferentes matrizes estéticas e	Improvisação teatral: cenas curtas do cotidiano - Eu e o ambiente; rotina do meu dia com relação a minha higiene.		X						X
					X				X	

UNIDADE TEMÁTICA: TEATRO			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	culturais.									
	PR.EF15AR.n Participar de jogos teatrais por meio de improvisos, mímicas, imitação de pessoas, objetos, animais, cenas do cotidiano, pequenos textos, dentre outros.	jogos teatrais: improvisos, mímicas, imitação de pessoas, objetos, animais, cenas do cotidiano, pequenos textos dentre outros.		X						X
					X			X		
						X		X		
							X	X	X	
	PR.EF15AR.n Construir textos e roteiros teatrais individual e/ou coletivos, baseados em leituras diversas, para habituar-se às características dos textos teatrais.	Processos de criação: criação de roteiros teatrais a partir de leituras diversas.		X						X
							X		X	
	PR.EF15AR23.s Reconhecer e experimentar, em projetos temáticos, as relações processuais entre diversas linguagens artísticas.	Projetos temáticos: articulação de algumas linguagens - Povos indígenas.			X			X		
						X		X		
	PR.EF15AR18.s Reconhecer e apreciar formas distintas de manifestações do teatro presentes em diferentes contextos, aprendendo a ver e a ouvir histórias dramatizadas e cultivando a percepção, o imaginário, a capacidade de simbolizar e o repertório ficcional.	Reconhecimento de formas distintas de manifestações do teatro.			X				X	
	PR.EF15AR.n Entender a finalidade da máscara na representação teatral, confeccionando-as para utilizá-la nas apresentações cênicas.	Máscara: confecção e reflexão sobre o significado de algumas máscaras.			X					X

UNIDADE TEMÁTICA: TEATRO			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EF15AR22.s Experimentar possibilidades criativas de movimento e de voz na criação de um personagem teatral, discutindo estereótipos.	Criações de personagens teatrais.			X					X
	PR.EF15AR20.d Realizar trabalhos cênicos, a partir de situações do seu cotidiano, para estabelecer relações entre os diferentes contextos.	Jogos teatrais: Encenações a partir do cotidiano.					X			X
	PR.EF15AR.n Realizar práticas cênicas e fazer a relação com aspectos históricos do teatro.	História do Teatro: compreender a origem do teatro Grego fazendo relação com práticas cênicas.					X			X
	PR.EF15AR.n Experimentar e representar cenicamente as possibilidades dramáticas na literatura infantil como: poemas, fábulas, provérbios, parlendas, pequenos contos, dentre outros, por meio de teatro humano e/ou de bonecos (dedoche, marionetes, fantoches, etc.), para conhecer e vivenciar as diversas possibilidades de representação.	Jogos teatrais: a partir da literatura infantil, poemas, fábulas, provérbios, parlendas, pequenos contos, dentre outros, por meio do teatro humano, e/ou de bonecos (dedoche, marionetes, fantoches, vara, sombra etc.).					X			X

UNIDADE TEMÁTICA: ARTES INTEGRADAS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Processos de criação	PR.EF15AR23.s Reconhecer e experimentar, em projetos temáticos, as relações processuais entre diversas linguagens artísticas.	Projetos temáticos integrando algumas linguagens artísticas: Meus brinquedos e minhas Brincadeiras.	X					X		
	PR.EF15AR23.d Integrar as linguagens da Arte: artes visuais, música, teatro e a dança, articulando saberes referentes a produtos e			X				X		
			X					X		

UNIDADE TEMÁTICA: ARTES INTEGRADAS			ANO					TRIMESTRE			
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
	fenômenos artísticos e envolvendo as práticas de criar, ler, produzir, construir, exteriorizar e refletir sobre formas artísticas.										
	PR.EF15AR.n Conhecer as formas estéticas híbridas, tais como as artes circenses, o cinema e a performance, para perceber e vivenciar o campo vasto da arte.	Formas estéticas híbridas: identificação de algumas.			X			X			
						X			X		
	PR.EF15AR.n Experimentar e representar cenicamente as possibilidades dramáticas na: literatura infantil, poemas, fábulas, provérbios, parlendas, pequenos contos, dentre outros, por meio de teatro humano e/ou de bonecos (dedoche, marionetes, fantoches, vara, sombra etc.), para conhecer e vivenciar as diversas possibilidades de representação.	Teatro humano e de bonecos: representações por meio de gêneros textuais.					X		X		
Matrizes estéticas culturais	PR.EF15AR24.s Caracterizar e experimentar brinquedos, brincadeiras, jogos, danças, canções e histórias de diferentes matrizes estéticas e culturais brasileira.	Matrizes estéticas e culturais brasileiras: caracterização e experimento de brinquedos, brincadeiras, jogos, danças, canções e histórias.	X						X		
				X						X	
					X					X	
						X				X	
	PR.EF15AR03.s Reconhecer e analisar a influência de distintas matrizes estéticas e culturais das artes visuais nas manifestações artísticas das culturas locais, regionais e nacionais.	Reconhecimento de distintas matrizes estéticas e culturais local, regional e nacional.		X				X			
	PR.EF15AR.n Construir na sala de aula, de um espaço cultural (painel) com: fotos, reportagens, convites, catálogos, curiosidades, dentre outros,	Confecção de um espaço cultural local e/ou regional, sobre eventos culturais relacionados às linguagens	X						X		
				X					X		

UNIDADE TEMÁTICA: ARTES INTEGRADAS			ANO					TRIMESTRE			
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
Patrimônio Cultural	sobre eventos culturais, locais e/ou regionais, relacionados às artes visuais, dança, teatro e música, para que conheça e valorize sobre a vida cultural de seu município e/ou região.	da arte.			X					X	
					X			x			
						X		X			
	PR.EF15AR25.s Conhecer e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo-se suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas.	Patrimônio cultural material e imaterial: conhecimento e valorização de culturas diversas em diferentes épocas.	X								X
				X				X			
Artes e Tecnologia	PR.EF15AR26.s Explorar diferentes tecnologias e recursos digitais (multimeios, animações, jogos eletrônicos, gravações em áudio e vídeo, fotografia, softwares etc.) nos processos de criação artística.	Arte e tecnologia: diferentes tecnologias e recursos digitais nos processos de criação artística.	X	X	X	X	X			X	
				X							X
					X						X
						X					X

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

O trabalho educativo em Arte requer intencionalidade e suporte teórico para superar antigas concepções e práticas de caráter tradicionalista e espontaneísta, como o desenvolvimento da criatividade, a reprodução de modelos, a prática da livre expressão e a instrução por meio de técnicas, além de clareza quanto aos objetivos, aos conteúdos e aos procedimentos metodológicos. Ao refletirmos sobre as diferentes metodologias referentes ao ensino da Arte no âmbito escolar, percebemos que, até então, os encaminhamentos metodológicos foram reduzidos, por um lado, à aplicação de uma variedade de técnicas desvinculadas dos objetivos, e, por outro, à prática da releitura da obra de Arte (encaminhamento próprio da Metodologia Triangular), separando, assim, a Arte da prática social, dando-lhe um caráter de criação, desvinculado da realidade.

Com a finalidade de contribuir para a construção da sensibilidade estética do aluno e evitar reproduzir práticas equivocadas no ensino da Arte, optamos nesta proposta por não utilizar a Abordagem Triangular. Ademais, com a intenção de nos distanciarmos de concepções, ações e interpretações inadequadas sobre metodologia e práticas artísticas, é necessário pontuar como entendemos criatividade nesta proposta, problematizando-a a partir das teorias críticas. Favareto (2010) destaca a necessidade de rever a concepção de criatividade, pois, em grande parte das instituições escolares, ela foi consagrada como “meio para atingir um fim, ou como fim em si mesma”. De acordo com o autor, “a ênfase na criatividade é patente em todas as teorias pedagógicas modernas [...] criatividade implica originalidade e inventividade, duas categorias da modernidade artística” (FAVARETO, 2010, p. 234).

Originalidade e inventividade tornaram-se verdadeiros pressupostos do ensino da Arte, atrelados ao desenvolvimento da criatividade, que vieram substituir as práticas e as concepções tradicionais, as quais focavam no ensino de técnicas e reprodução de modelos, que “podavam a liberdade criativa do aluno” ou exaltavam o “talento individual”. Como oposição à pedagogia tradicional, “[...] a ideologia da criatividade é democrática, igualitária, é efeito de uma concepção da Arte aberta a todos, pois a criatividade seria um potencial universal. Assim sendo, destinada a todos, a arte poderia ser ensinada e a criatividade transformada em habilidade através de projetos e programas” (FAVARETO, 2010, p. 234). A criatividade, dessa maneira, está relacionada a algo totalmente novo e inédito, fruto de interações espontâneas com o meio ambiente. No entanto, Favareto (2010) contesta, “Este mito da criatividade, com a ênfase na invenção, é, portanto, problemático e vem sendo desconstruído [...]”(FAVARETO, 2010, p. 234).

Tendo em vista as considerações anteriores sobre metodologia, entendemos que a articulação entre “o que fazer e o como fazer” é imprescindível, uma vez que a Arte é uma área de conhecimento, e o ensino dessa área é um processo ao mesmo tempo teórico e prático, criador e transformador, que deve colocar o aluno em contato com o contexto circundante, com suas vivências, com o saber artístico acumulado e com as diferentes culturas. Isso implica pensar a escola como espaço de acesso às linguagens artísticas e de socialização da Arte. Portanto, a opção por um encaminhamento teórico-metodológico que considera o aluno como

um sujeito criador, reflexivo e transformador, visa à atualização das práticas pedagógicas já existentes, para a superação de conceitos enraizados e, conseqüentemente, para a promoção de mudanças nessa área do conhecimento.

O processo de educação estética inicia-se na Educação Infantil e tem seqüência por toda a vida do aluno, ultrapassando os muros escolares para acompanhá-lo por toda a sua trajetória. Na escola, o real sentido da atividade artística é a formação dos sentidos humanos a partir da **produção e da fruição da Arte**, regional, nacional e universal (seja corporal, visual, musical ou cênica). Educar esteticamente pressupõe uma metodologia que possibilite ao professor ensinar o aluno a ver, ouvir, criticar, criar, recriar e interpretar a realidade, a fim de ampliar suas possibilidades de apreciação, de expressão e de produção artística; pressupõe uma metodologia que crie condições de ensino e aprendizagem do conhecimento artístico-histórico acumulado, de forma que o aluno aproprie-se, gradativamente, de tal conhecimento.

Como o ensino da Arte necessita de um processo sistemático de aprender a ver, a investigar e a pensar de maneira crítica e estética, sugerimos uma metodologia que contemple a **Fruição**, a **Criação** e a **Compreensão sobre o contexto histórico-social de produção da Arte**, possibilitando o acesso e o contato com a produção cultural, de modo a criar condições para que os alunos se apropriem dos significados dessa produção.

Quanto à **Fruição**: a fruição/apreciação da Arte se dá por meio do contato e do entendimento das produções artísticas e culturais da humanidade, considerando as suas diferentes formas de expressão como a Música (local, regional e os diversos estilos musicais e seus contextos), as Artes Visuais (os diversos modos de compor ao longo da História da Arte, da produção primitiva à contemporânea), a Dança (suas origens e articulação com a sociedade) e o Teatro (a análise das diferentes formas de representação e dramatização desde sua origem).

Quanto à **Criação**: é indispensável oportunizar a criação artística, seja por meio do trabalho criador, realizado a partir de diversos materiais, técnicas e suportes, seja por meio da exploração e combinação de sons e de experiências com objetos,

instrumentos musicais, ou, ainda, por meio do movimento corporal, da improvisação, da criação de composições coreográficas, dramatização e encenações teatrais.

Quanto à **Compreensão** acerca do **contexto histórico-social da produção** artística, musical, cênica: pode ser realizada a partir de estudos teóricos, pesquisas, análise da produção artística local, regional, mundial, considerando os diferentes movimentos artísticos ocidentais, as diversas matrizes estéticas não ocidentais; a partir do conhecimento dos processos de criação, bem como, a partir do reconhecimento de seu próprio processo criador, das soluções artísticas encontradas para as diferentes proposições do professor.

Quanto ao encaminhamento metodológico descrito anteriormente, salientamos que o trabalho educativo em Arte deve contemplar esses momentos, mas não necessariamente nessa “sequência”, pois a **fruição, a criação e a compreensão sobre Arte** não se sobrepõe entre si, mas sim constituem-se uma totalidade. Salientamos também que todo o trabalho educativo deve partir da prática social, isto é, da realidade vivida e retornar à própria realidade, visando a sua transformação. Dessa maneira, a abordagem dos conteúdos de Arte também pode ser realizada considerando a problematização, a instrumentalização e a catarse.

Faz-se necessário retomar, neste momento, o processo de desenvolvimento humano. Esse resulta da apropriação da experiência socialmente acumulada e da interação dialética da criança com o meio sócio-cultural, uma vez que tem um caráter histórico, social e cultural (de acordo com Leontiev, Duarte e Vigotski), conforme já explicitado nos pressupostos psicológicos desta PPC. Sem nos estendermos nesse assunto, acentuamos que, para que a aprendizagem em Arte se efetive, é relevante que o professor encaminhe suas propostas artísticas tendo em vista o período de desenvolvimento infantil, pois, conforme Leontiev (1978), em cada período de desenvolvimento, há a predominância de uma determinada atividade que representa o modo pelo qual o indivíduo se relaciona com o mundo, denominada de “atividades principais ou dominantes”. As crianças se relacionam com o mundo por meio das atividades principais/dominantes, produzindo e reproduzindo as condições necessárias à constituição de sua individualidade. Elkonin (2012) categorizou essas atividades principais como: contato emocional direto; manipulação de objetos; jogo

de papéis; atividade de aprendizagem formal; contato pessoal íntimo; atividade vocacional ou orientada para uma carreira, sendo que nos Anos Iniciais o professor de Arte deve considerar especialmente como “atividades dominantes” o jogo de papéis e a atividade de estudo, principalmente para antever, prever propostas e lançar desafios que possibilitem a criança avançar no seu desenvolvimento intelectual.

É necessário reconhecer o papel do jogo, dos brinquedos e das brincadeiras no desenvolvimento e na construção do conhecimento infantil.

Sugere-se, também, a utilização dos mais diversificados gêneros de representação pictórica; de reprodução de pinturas, desenhos, escultura, fotografia, material publicitário e imagens virtuais, filmes, infográficos e outros, considerando a diversidade cultural. E para a produção artística, recomenda-se um encaminhamento que considere a articulação entre elementos visuais e compositivos nos seus trabalhos artísticos, bem como a exploração de instrumentos e meios que abordem desde a produção artesanal local, até a produção artística contemporânea, que mobilizem recursos tecnológicos como forma de registro e como meio para a criação artística. No que tange à História do Paraná, é possível abordar a obra de artistas paranaenses que expressaram em suas pinturas as paisagens, a identidade, a história e os símbolos do Paraná, valorizando a história e cultura de nosso Estado. Para além da História do Paraná, é possível abordar ainda a produção artística de origem africana e indígena, por meio do estudo da produção escultórica, das máscaras, da estamperia e da simbologia africanas e as suas influências na Arte brasileira, bem como a produção indígena por meio da cerâmica, da cestaria, da tecelagem, da pintura corporal das tribos indígenas, de seus usos e significados, oportunizando ao aluno o reconhecimento e o diálogo com a diversidade cultural, de modo a contemplar o que está previsto na Lei nº 11. 645, de 2008.

Ao abordar o ensino de **Música**, no contexto escolar, temos que considerar que ela está articulada aos valores de um determinado grupo social, sendo composta e interpretada segundo a sua cultura. É importante que a mediação dos conteúdos

musicais contemplem a percepção sonora e musical, a organização e o registro dos sons, no tempo e espaço, bem como a interpretação e a produção musical.

A educação musical não está necessariamente vinculada ao ensino de instrumentos; cabe ao professor incentivar a prática musical, o uso do corpo e enfatizar o desenvolvimento da percepção auditiva, além de adotar procedimentos para desenvolver práticas criativas, promovendo inclusive trabalhos interativos entre a Música e outras linguagens expressivas – Teatro, Dança, Artes Visuais.

Como exemplo de procedimento para o ensino da Música, citamos o jogo vocal. Nesse, o professor instiga os participantes/alunos a criar sonoridades vocais individualmente e em grupo e a produzir pequenas peças, a partir de poesias, movimentos, sons e ações. Para o estudo da paisagem sonora, por exemplo, o professor pode sair com os alunos de sala de aula e explorar outro espaço físico da escola, orientando os alunos para a percepção e a comparação dos diferentes sons que os cercam (incluindo os ruídos e silêncios) e características sonoras do ambiente. É possível, ainda, solicitar que as crianças criem diferentes paisagens sonoras. Outra sugestão é ouvir diferentes estilos musicais – música erudita/clássica, popular ou folclórica, da indústria cultural –, destacando-se os timbres, as alturas, a duração e a intensidade. Para ampliar o repertório cultural dos alunos, pode-se explorar diferentes ritmos, incluindo os africanos e indígenas, destacando a variedade de instrumentos, de composições e de finalidades de cada uma dessas produções estéticas.

Com relação ao ensino de **Dança**, para a maioria das crianças, e também para muitos professores, dança é sinônimo de “coreografia”, ou seja, de uma sequência de movimentos interligados pela música. Para além dessa definição “simplista”, a Dança na escola não se resume à montagem e à apresentação de uma coreografia, envolve a percepção das potencialidades corporais, a vivência com o corpo e o movimento, a brincadeira, a imaginação, a expressão, o auto-conhecimento, a auto-afirmação e o conhecimento sensível. Dessa forma, o trabalho com os conteúdos de Dança deve basear-se nas conexões entre dança, indivíduo e sociedade. Conforme indica Marques (2009),

Dentre as atividades relacionadas aos conteúdos específicos dessa linguagem artística, recomenda-se trabalhar com os elementos formais da Dança: o espaço, o tempo, o corpo, os ritmos, as ações corporais, os relacionamentos. O professor pode propor uma dança somente no chão; a realização de movimentos com as articulações, somente com o cotovelo, por exemplo; desenhar formas no espaço com os corpos; dançar uma dança lenta com uma música rápida.

Ao abordar os fatores de movimento – peso, tempo, espaço, fluxo –, o professor pode explorar, por exemplo, os níveis de espaço (alto, médio, baixo), indicando um percurso no chão, com uma fita, para que o aluno percorra-o explorando os níveis citados. O professor pode também educar o corpo do aluno para se tornar um instrumento expressivo, por meio de propostas que abordam as ações corporais. Por exemplo, uma sequência como: correr – sacudir – agachar – rodopiar – parar; ou arquear-se – levantar-se – fechar – abrir; ou ainda balançar – circular – espalhar – plainar; entre outras; atribuindo a esses estados expressivos, variando a velocidade, a energia muscular e o peso. Orientamos o professor para que, na elaboração de seu planejamento, realize uma leitura mais ampla dos conteúdos desta PPC (dos demais componentes), pois há possibilidade de desenvolver um trabalho interdisciplinar entre Arte e Educação Física, uma vez que ambas apresentam em comum os conteúdos de Dança. Para trabalhar a reflexão e compreensão sobre Dança, uma possibilidade é realizar leitura e discussão com os alunos de críticas de Dança que são publicadas em jornais e revistas especializadas; pesquisas orientadas sobre as companhias de dança brasileiras e locais, caracterizando seus espetáculos de acordo com o estilo: clássico, moderno, contemporâneo entre outros.

Para encaminhar a leitura dos alunos, após a fruição de um espetáculo de Dança, o professor pode utilizar textos-relatórios, produzidos pelos próprios alunos, sobre os inúmeros aspectos observados/percebidos. Lenira Rengel (s.d.) propõe “ler a dança com todos os sentidos” (RENGEL, s.d., p. 26); para tanto, a autora apresenta algumas sugestões de encaminhamento para apreciação de um espetáculo, em uma sequência, listados a seguir:

1.Tema: Qual é o tema da dança: uma poesia? Social? Político? Histórico? A gravidade agindo no corpo?

2. Espaço: O espaço agindo no corpo (danças em rampas, muros, aquários, trapézios entre outros espaços?)

3. Corpos dos dançarinos: Como se deu a postura? Alongada? Arredondada? Sinuosa? As pessoas que dançaram eram musculosas? Fortes? Gordas? Magras? Fora dos padrões convencionais de Dança? Deu para perceber o tipo de qualidade de treinamento do dançarino (alguns fazem musculação além de natação e balé, outros, só balé, outros ainda não têm vocabulário de balé no seu repertório de movimentos)? O corpo foi “multipartido” (mais mãos e cabeça, por exemplo, nos movimentos) ou havia a ideia do corpo todo e com ênfases em certas partes, por exemplo?

4. Os materiais de movimentos (os “passos de dança” utilizados): Houve pesquisa de linguagem (criação de movimentos não codificados)? Dá para reconhecer alguns códigos de dança? Havia, por exemplo, passos de danças tradicionais como o maracatu e balé clássico? Há o uso da improvisação? Simultaneidade de ações? Coabitação e mescla entre técnicas de dança? É possível identificar as infinitas nuances de emprego dos fatores de movimento? (de acordo com o “alfabeto” de Rudolf Laban). Os Fatores de movimento de Rudolf Laban são: fluência (paradas e continuidades do movimento, relações entre partes do corpo); espaço (focado e/ou multifocado, tridimensionalidade, bidimensionalidade e a impossibilidade do unidimensional, mas a sua busca); peso (leve e/ou firme, com seus contatos com o solo ou outros corpos, objetos, com suas minúsculas tensões, como um piscar de olhos, por exemplo); tempo (sustentado ou lento e súbito ou rápido, com diferentes durações de movimento e métricas?) Qual foi a organização cênica do corpo (ou seja, a relação do corpo com o espaço)?

5. Utilização do som: Ele teve um caráter independente, não obstante ter feito parte da dança? Havia música ao vivo? Que tipo? Como era o músico? Ele estava em cena? Fora de cena? Havia música ou som? Havia percussão corporal? A iluminação, jogos de luzes e sombras: quais símbolos elas carregam? E, por fim, conversem sobre a dança como profissão, coloquem-se de maneira reflexiva sobre o papel do profissional de dança e seu campo de abrangência.

Para ampliar as possibilidades de trabalho em Dança, o professor pode, a partir da fruição e análise de um espetáculo de Dança contemporânea em comparação com uma peça de balé, problematizar questões referentes aos padrões de beleza corporal que a mídia difunde, aos hábitos alimentares saudáveis, à obesidade, ao preconceito e ao *bullying*, indagando: Como é o corpo que dança? Existe um modelo de corpo para a dança? Todos podem dançar? Dança é coisa de menina? O que é “ter um corpo bonito”? O seu corpo tem marcas ou cicatrizes? Conte a história de suas marcas. Essas questões que devem ser problematizadas estão em consonância com as leis nº 13.666/2018 e nº 13.663/2018.

O **Teatro** é uma linguagem que amplia a visão de mundo, visto que a dramatização é inerente ao homem e ao seu processo de desenvolvimento. Na educação, o Teatro auxilia o relacionamento do homem com o mundo/sociedade e o integra como sujeito de intuição e razão, por meio das percepções, sensações, elaborações e racionalizações. Para o trabalho com os conteúdos dessa linguagem, o professor pode explorar jogos teatrais, a improvisação, a dramatização, a mímica. Quanto aos jogos teatrais, sugere-se o desenvolvimento dos jogos no formato palco e plateia, em que todos os jogadores/alunos vivenciam as duas posições, ou seja, ora são plateia ora são jogadores em cena.

Outra possibilidade pedagógica, conforme Reverbel (2007), é desenvolver atividades de expressão que exploram o relacionamento, a espontaneidade, a imaginação, a observação e as percepções dos alunos, por meio de exercícios que vão desde os jogos simples de uma criança imitando um personagem, uma profissão, um animal ou um objeto até o jogo coletivo, composto de ideias e sugestões de cada um. Soma-se a essas sugestões a fruição de espetáculos teatrais, preferencialmente, de forma presencial; a confecção de figurinos, máscaras, o trabalho com o teatro de bonecos, dedoches, entre outros gêneros de representação teatral. É necessário que o professor desenvolva um trabalho articulado com a realidade dos alunos, explorando outras dimensões dos conteúdos do Teatro para além dos aspectos formais, isto é, articulando o teatro com temas urgentes de nossa sociedade como, o direito a saúde, moradia, educação, contemplando, desse modo, a Resolução nº1, de 30 de maio de 2012.

Uma possível proposta artística, é explorar obras como “2ª Classe”, de 1933, de Tarsila do Amaral; ou “Retirantes”, de 1944, de Candido Portinari, e propor uma dramatização explorando os elementos do Teatro, relacionando-os ao contexto social atual.

Não podemos deixar de mencionar que o estudo planejado e sistemático da produção visual, cênica e musical – seja das manifestações artísticas populares e folclóricas, incluindo as danças e as músicas regionais e certas dramatizações, bem como a arquitetura, pintura, escultura – permite o conhecimento e valorização do patrimônio artístico-cultural, material e imaterial; nacional e mundial, aproximando tais produções de nossos alunos, que devido a um conjunto de determinantes geográficos (distância), culturais e econômicos, encontram-se impedidos de fruir e acessar tal patrimônio. Permite, ainda, compreender e problematizar as relações entre Arte, mercado, consumo, e os modos de produção e circulação da Arte na sociedade capitalista.

A Arte, como trabalho criador, aguça os sentidos, tem significados que não podem ser traduzidos por intermédio de nenhum outro tipo de linguagem. Ela capacita o homem a não ser um estranho em seu meio, é um importante instrumento para a identificação cultural, o reconhecimento de sua singularidade e da subjetividade do outro, ou seja, do individual e do coletivo, bem como para promover o respeito e valorização da diversidade, logo não pode ficar fora da escola. Diante disto, entende-se que um processo de ensino e de aprendizagem comprometido possibilita o acesso e cria condições – por meio da apropriação da produção artística e cultural produzida pela humanidade, ou seja, por meio dos conhecimentos estéticos e artísticos – para que todos os alunos conheçam, usufruam e compreendam a Arte e seu contexto histórico-social, com vistas à compreensão aprofundada de conceitos que habitualmente são interpretados de maneira superficial, bem como à formação e ao aprimoramento da sensibilidade estética, cumprindo, dessa forma, sua função social e humanizadora.

Destarte, os fundamentos filosóficos e os pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam o ensino da Arte nesta PPC condizem com as Competências Gerais da Educação Básica, definidas na **BNCC** (BRASIL, 2017), bem como com as competências específicas de Arte para o Ensino Fundamental, alinhavadas no **Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações** (PARANÁ, 2018).

DESAFIOS CONTEMPORANEOS

Os Desafios Contemporâneos buscam promover a análise, a reflexão, a difusão de ideias e o cruzamento de múltiplas perspectivas a respeito do contexto atual nos campos social, da cultura e da educação, além de propiciar a troca de experiências entre diversos agentes: formuladores de políticas públicas, empreendedores, grupos independentes, integrantes de movimentos sociais, coletivos artísticos, profissionais do campo de educação, cultura e museus, pesquisadores e intelectuais. No fazer artístico, o estudante tem possibilidades de desenvolver sua poética pessoal, esta ação investigativa o leva à reflexão, à análise crítica, a experimentações, a comparações, à imaginação, e a criar soluções (inclusive tecnológicas). Além disso, também instiga a curiosidade, a levantar hipóteses, o trabalho em equipe, o desenvolvimento do pensamento artístico, a criatividade, a percepção, dentre outros, possibilitando, assim, a resolução de problemas de ordem técnica e estética, bem como a humanização dos sentidos. Nesse sentido, as metodologias ativas objetivam alcançar e motivar o estudante, que colocado diante uma situação-problema, examina, reflete, contextualiza, pesquisa e ressignifica suas descobertas. Sendo um recurso didático de grande importância, as metodologias ativas podem favorecer, de forma significativa e eficaz, o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando ao aluno um papel protagonista na produção de seu conhecimento.

Com isso, o respeito a estas manifestações artísticas culturais e ao patrimônio cultural torna-se possível, pois, durante o conhecimento e a valorização destas, o respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas se evidencia, possibilitando a apropriação de conhecimentos artísticos e estéticos.

A arte apresenta relações com a cultura por meio das manifestações expressas de forma material – tais como pintura, escultura, desenhos, cinema, internet arte, dentre outros e imateriais (práticas culturais individuais e coletivas como: música, teatro,

dança etc.). De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, a perspectiva multicultural do Ensino da Arte propicia que o estudante reconheça a importância das produções culturais e valorize os diferentes indivíduos e grupos sociais.

CULTURA E HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

De acordo com a Lei Nº. 10.639/03 que altera a LDB 9394/96, a Lei 11.645/08 e o parágrafo único art. 2º da Deliberação do Conselho Estadual de Educação do Paraná, o qual indica que: Ao tratar da história da África e da presença do negro (pretos e pardos) no Brasil, os professores precisam fazer abordagens positivas sempre na perspectiva de contribuir para que o aluno afro descendente se identifique e valorize a história de seu povo, a cultura de matriz africana, e as contribuições para o país e humanidade.

Logo, desde muito cedo podemos aprender e conhecer diferentes realidades e compreender que a experiência social do mundo é muito maior do que a nossa experiência local, e que este mesmo mundo é constituído e formado por civilizações, histórias, grupos sociais e etnias ou raças diversas. É também bem cedo em sua formação que as crianças podem ser reeducadas a lidar com os preconceitos aprendidos no ambiente familiar e nas relações sociais mais amplas.

Em Arte podemos abordar o tema em todas as Unidade Temáticas, abordando o objeto de conhecimento das Matrizes Estéticas Culturais, no momento em que abordamos o objeto de estudo, cidadania e diversidade cultural. O professor fará abordagem envolvendo os diferentes objetos de estudo, trazendo para a vivência do aluno, o respeito a diferentes grupos sócias, etnias ou raças.

EXIBIÇÃO DE FILMES MENSAIS NACIONAIS

A exibição de filmes nas escolas deve haver uma pluralidade pedagógica que precisa ser pensado, planejado e executado e que permite contribuir com a construção de uma alfabetização crítica dos meios que utilizam os recursos audiovisuais: cinema, televisão, internet, etc.

É possível levantarmos uma infinidade de atividades que podemos realizar com o audiovisual nas escolas. Isto é importante, mas não podemos ficar só nisso... As atividades são importantes desde que sejam pensadas e articuladas com uma proposta pedagógica mais ampla. É preciso caminhar: agindo e pensando... construindo e transformando...

Novas relações e linguagens desafiam os profissionais da educação a pensar na vocação multicultural da escola, no sentido de promover o diálogo entre as diferentes gerações e os diversos padrões culturais nela presentes.

Em sua análise, indicou três fatores que apontam um novo lugar para a escola: a cultura digital, que vem criando uma escola sem muros, na qual o estudante é produtor de conhecimento e a linguagem audiovisual assume importância; a existência de outros. Com o desenvolvimento tecnológico cada vez mais acelerado, existe um aperfeiçoamento das mídias disponíveis em um nível nunca antes visto. Essas mudanças constantes alteram o comportamento de toda a sociedade contemporânea, em que se é possível ter acesso a todo tipo de informações de praticamente todos os lugares no mundo. Diante dessas influências, cabe às escolas, faculdades e todas as instituições educacionais estarem preparadas para receber esses alunos, frutos desta sociedade globalizada, e atualizada com os principais métodos de ensino.

Ao se falar em processo de aprendizagem, é necessário que este seja tratado como o resultado de um processo educativo, com a educação pensada nas pessoas a quem ela se destina. Deste modo, a linguagem, os espaços e os recursos utilizados no processo educativo devem ser adequados às pessoas que são o alvo desse processo de aprendizagem.

Entre as mídias disponíveis, vale ressaltar a importância do vídeo como ferramenta didática. Ferramenta esta que pode contribuir para o trabalho do docente de diversas formas, gerando aulas mais atrativas, favorecendo a construção do conhecimento em todas as Unidades Temáticas dependendo a abordagem do professor.

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Entendemos que a Escola deve se preocupar com a inclusão de todos os alunos, independente das condições físicas, sociais, econômicas e culturais que vivenciam ou das dificuldades pedagógicas que apresentam. Neste sentido esta proposta tem como desafio construir coletivamente condições para o atendimento desses alunos, propiciando a oferta de condições diferenciadas dentro do processo educativo que lhes proporcionem acolhimento e aprendizagem efetiva, flexibilização e adaptação curricular. Diante desta realidade, percebemos a necessidade de uma Adaptação ou flexibilização Curricular, para que cada aluno possa atingir um nível maior de aprendizagem, com uma abordagem centrada no processo de ensino aprendizagem, contendo fundamentação teórica e sugestões de atividades a serem desenvolvidas pelos professores do alunado caracterizado como público alvo da Educação Especial.

Tomando como ponto de partida, que a escola inclusiva deve propiciar um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidade e participação de todos os alunos independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter e que em contraponto o cotidiano docente, no que se refere à busca da melhor forma de fazer com que o aluno com deficiência ou necessidades educacionais especiais acesse o currículo de forma significativa, gera em muitos professores das diferentes áreas do conhecimento, a incerteza de como desenvolver o trabalho e como realizar a adaptação curricular, mediante as características específicas desse alunado.

- Estimular o desenvolvimento social e afetivo visando interação e a participação ativa no grupo social;

- Propor atividades que propiciem a assimilação da linguagem e o desenvolvimento da compreensão da comunicação verbal e não verbal;
 - Organizar momentos para a expressão verbal, quando possível, de forma compreensível, propiciando a interação com seu grupo social e a ampliação do vocabulário;
 - Propor atividades que favoreçam a independência, neste caso, as atividades devem ser possíveis de serem executadas facilmente pelo aluno, sem ajuda, quando possível, com apoio apenas da organização dos materiais;
 - Estimular o desenvolvimento cognitivo com o aprimoramento da capacidade de resolver problemas na busca de uma melhor qualidade de vida;
 - Estabelecer situações em que o estudante possa perceber e utilizar o próprio corpo, e adquirir controle postural;
 - Promover a socialização em competições esportivas;
 - Propiciar a aquisição de hábitos de vida autônoma e social de forma independente.
 - Organizar uma rotina estruturada diária previsível;
 - Executar tarefas curtas e com a utilização de materiais previamente selecionados para que o estudante consiga compreender totalmente a proposta;
 - Priorizar vínculos pessoais que favoreçam as ações pedagógicas de acordo com o currículo funcional;
 - Utilizar o inventário de habilidades. Aplicar instrumento de avaliação, diferenciados.
 - Observar os pré-requisitos necessários para a habilidade a ser adquirida.

A estruturação da apresentação em estratégias visa organizar o inventário das aquisições e capacidades de cada estudante. Nessa perspectiva alguns cuidados o educador deverá tomar para desenvolver as atividades propostas tais como: análise documental; identificação das particularidades; formação do perfil individual; diagnóstico, leitura de relatórios e demais informações a respeito do aluno, entrevista com os pais; pontuar das informações para que se possa conhecer melhor o aluno, observar as

dificuldades e as habilidades e se faz uso de medicamentos. Estabelecer rotinas em grupo e ajudar o aluno a incorporar regras de convívio social são atitudes de extrema importância para garantir o desenvolvimento na escola. Boa parte dessas crianças precisa de ajuda na aprendizagem da autorregulação.

“A Arte é fundamental no aprendizado das crianças, pois promove uma atitude participativa na construção dos sentidos artísticos: sensibilização, percepção, criação, imaginação”. A arte possibilita o desenvolvimento de atitudes essenciais para o indivíduo como o senso crítico, a sensibilidade, criatividade, amplia o repertório de imagens do estudante. Propiciar o desenvolvimento das habilidades cognitivas, da percepção e da imaginação por meio das artes plásticas, manipulando diferentes objetos e materiais, explorando suas características, propriedades e possibilidades de manuseio e entrando em contato com formas diversas de expressão artística.

Trabalhar de maneira integral todas as áreas do conhecimento, utilizando a música poesia; teatro e dança conforme o currículo funcional do aluno. Ampliar o universo expressivo das crianças, oportunizando o acesso às linguagens artísticas.

Mas como deve ser esse material didático adaptado? Não há uma fórmula exata. O material didático precisa ser atraente e adequado para os níveis da criança com o dificuldade. É importante que o material didático seja objetivo, os enunciados sejam menores e é necessário evitar longos textos que exijam uma interpretação complexa. Alguns outros exemplos:

- Ter menos exercícios por página, pois uma página lotada de informações pode distrair a criança e tirar o foco do objetivo da atividade ou aula;
- Ter mais atividades para ligar, recortar e colar, pintar, circular, marcar X etc;
- Ter temas de interesse da **criança em todas as atividades**. Ela precisa ser estimulada e ter vontade de fazer determinada atividade;
- Os conteúdos precisam ser simples e reduzidos. Por isso, o **material didático** deve focar no que realmente é importante para aluno e que possa ser aplicado no seu cotidiano;

– Evitar questões dúbias e com duplo sentido. As metáforas e figuras de linguagem devem ser excluídas, pois elas podem causar desconforto e desestimular a aprender;

– As imagens e desenhos são aliados nesses casos. O material didático deve ter bastantes recursos visuais.

Outros aspectos fundamentais para a inclusão escolar de crianças.

Além do **material didático adaptado**, as instituições de ensino devem oferecer recursos de apoio e adequar o nível de complexidade das atividades. Além disso, a equipe responsável pela **aprendizagem** do aluno precisa ficar atenta para respeitar o ritmo da aprendizagem da criança e mudar o tempo previsto das atividades para que cada aluno possa alcançar os objetivos propostos.

Também poderá ser necessário modificar as instruções das atividades, alterar o formato das aulas, explorar novos ambientes e usar estratégias de ensino diferenciadas. E para saber se todas essas estratégias estão funcionando é fundamental observar com regularidade o avanço do aluno e se as dificuldades persistem.

O olhar do professor deve ser acolhedor, acreditando na capacidade que cada indivíduo tem de superar seus limites.

Ou seja, antes de começar a planejar sua aula, entenda o seguinte:

Quem	é	o	seu	aluno?
Do	que	ele		gosta?
Do	que	ele	não	gosta?
O	que	é	importante	para ele?
Quais	as	habilidades	que	ele possui?
Quais	as	dificuldades	que	ele possui?

Qual o modelo de aprendizagem do seu aluno?

Outro ponto importante é dar significado. Alunos com deficiência intelectual irão prestar mais atenção em coisas que fazem sentido para eles.

Alunos com deficiência intelectual devem ter reforço positivo mais do que os outros alunos.

Fazer o aluno compreender o que você fala é primordial! Exemplos concretos são sempre a melhor opção. Quanto menor o nível de abstração, melhor.

QUANTO MENOR A ABSTRAÇÃO, MAIS FÁCIL A COMPREENSÃO



Seguem as dicas para se comunicar com alunos com deficiência intelectual:

1. Fale com as crianças usando palavras simples, mas não palavras infantis.
2. Faça pedidos claros e precisos.
3. Mantenha-se calmo e esteja pronto para reformular seu pedido de várias maneiras.
4. Use exemplos **concretos** com frequência, ou seja, diminua a abstração.
5. Para confirmar se uma criança entendeu sua mensagem, discretamente peça para que ela repita.

No brincar e jogar, diversos aspectos são estimulados, desenvolvidos ou aperfeiçoados: a criatividade; a memorização; a cooperação e a solidariedade; a concentração; a linguagem; a motivação; a aquisição de conceitos; a motricidade; a capacidade de discriminar, julgar, analisar, tomar decisões e aceitar críticas; a competitividade; a socialização; a confiança em si e em suas possibilidades; o respeito às regras e o controle emocional.

TRANSIÇÃO

As experiências com as linguagens artísticas na Educação Infantil promovem a aprendizagem e desenvolvimento, principalmente, por meio dos sentidos. São aprendizagens que devem ter sequência nos anos iniciais do Ensino Fundamental, considerando o esforço da não ruptura entre as etapas. Nessa continuidade do processo de transição de aprendizado da etapa anterior, no primeiro ano do Ensino Fundamental, aos estudantes também devem ser oportunizados as experimentações com tintas em suportes e materiais diversos, bem como o trabalho com a formação da identidade partindo de seu autoconhecimento, por meio de representações e fruições de si, de seus familiares, dos colegas e de seu entorno, fruindo e realizando composições de autorretratos, retratos e outros aspectos relacionados à sua vida. O mesmo ocorre na dança, o estudante percebe o seu corpo no espaço e suas possibilidades de movimentos, na música, onde ele retira sons do próprio corpo, e no teatro, aproximando-se do faz de conta e aprendendo a se colocar no lugar do outro.

Na transição dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental, considerando a amplitude da área de Arte, o principal objetivo é aprofundar o conhecimento já construído anteriormente, de forma sistematizada e contínua, para que nesse momento da vida escolar, o estudante não sinta uma cisão entre essas etapas. Ao final do processo do Ensino Fundamental, o estudante precisa ter acesso e conhecer os conceitos da Arte nas quatro linguagens: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, bem como as técnicas possíveis e os períodos e movimentos artísticos.

Neste documento, os Princípios, Direitos e Orientações, a proposta, para cada ano, é uma organização de conhecimentos de forma que o estudante tenha um percurso contínuo de aprendizagem. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, embora os conteúdos de Arte sejam os mesmos do 1º ao 9º ano, o que altera em cada ano, é o grau de complexidade e a diversidade em Arte: obras de arte, música, dança, teatro e seus produtores, ampliando, assim, o repertório imagético, sonoro, corporal, dentre outros.

Ao oportunizar ao estudante o contato com as manifestações artísticas diversas, de diferentes tempos e locais, possibilitamos uma experiência estética, que é um olhar subjetivo, carregado de significado diante de uma imagem, de um objeto, de uma cena, de uma música, de uma dança, de um filme ou da vida, dele mesmo e do outro. Segundo Duarte Jr. (2012):

A **transição** para a **escola** representa uma etapa essencial no percurso de uma criança. Esse tema propõe dar mais foco às competências e às habilidades que contribuem para a “preparação para a **escola**”, assim como entender o papel dos pais e as melhores práticas para favorecer uma **transição** adequada e o sucesso **escolar**.

AVALIAÇÃO

No ensino da Arte, a avaliação não pode restringir-se às subjetividades, aos afetos e às emoções, nem dos alunos e nem dos professores. O ato avaliativo requer clareza quanto ao **porque avaliar a arte, o que avaliar em arte e como avaliar a produção artística**. Não é possível realizar uma avaliação coerente em Arte sem considerar o conhecimento específico nessa área, tanto em seus aspectos experimentais (práticos) quanto conceituais (teóricos). O conhecimento tem papel decisivo na avaliação que se faz dos trabalhos de Arte.

O caráter objetivo da avaliação não pode ser desprezado, caso contrário, o ensino da Arte ficará ao capricho do gosto, das afinidades pessoais e dos interesses do avaliador. A avaliação em Arte, de acordo com Arslan e Iavelberg (2006) propõe “expressar conquistas e esforços dos alunos, as persistências, a dedicação à aprendizagem e a postura criadora” (ARSLAN; IAVELBERG, 2006, p. 84). A avaliação deve ser uma maneira de informar aos alunos e aos professores sobre o desenvolvimento da aprendizagem, para que possam ajustar seus processos. Nesse sentido, avaliar tem caráter formativo e informativo.

Nessa perspectiva, os critérios de avaliação deverão ter como norte os conteúdos e os objetivos de aprendizagem. Dessa maneira, no que se refere à produção artística dos alunos, o professor precisa avaliar o trabalho artístico em si, o uso dos materiais, o uso adequado das técnicas, a articulação dos elementos da linguagem, o diálogo com a história e com o contexto do trabalho. O professor é avaliador da produção de Arte, e não das individualidades – comportamento, disciplina, atitudes – dos alunos.

Ocorre que a avaliação em Arte tem sido uma prática na qual a participação, a organização, a criatividade, a comparação, os padrões-modelos de beleza têm sido utilizados, de modo equivocado, como critérios mais valorizados que o próprio conteúdo. Entretanto, como a Arte é uma área de conhecimento com conteúdos próprios e modos de avaliar também específicos, a utilização de instrumentos e critérios adequados contribui para que se criem situações de análise nas quais os alunos reconhecem seu próprio processo de criação e seus contextos específicos, transformando a avaliação em um momento de aprendizagem

Como já salientamos, a escolha de instrumentos avaliativos adequados deve ser fundamentada pela objetividade na constatação dos conteúdos trabalhados. Tomemos como exemplo o conteúdo Fontes Sonoras/Voz. Esse conteúdo deve ser capaz de propiciar ao aluno a percepção da voz como instrumento de comunicação, como um aparelho de nosso corpo que tem um modo de ação e cuidados específicos e, também, como um signo que carrega mensagens, ideologias, emoções. Para cada faceta desse conteúdo, e de acordo com o objetivo que foi trabalhado, devemos utilizar um instrumento de avaliação adequado. No exemplo desse conteúdo, o professor poderia apresentar uma composição musical somente com vozes – coral – para os alunos apreciarem, e depois da audição questionar os alunos sobre: De onde vem a voz? Por que devemos cuidar da nossa voz? Isso contribuiria para que se realizasse uma avaliação diagnóstica para verificar os conhecimentos prévios dos alunos. Após a abordagem dos conceitos referentes a fonte sonora, o professor poderia organizar grupos diferentes na mesma sala, e cada grupo apresentaria uma canção aos demais, de maneira que vivenciem papéis de público e de compositor. Na avaliação dessa prática, o professor pode usar como instrumento a roda de conversa, pontuando os conteúdos apreendidos e o relatório sobre a aprendizagem dos alunos. A autoavaliação também poderia ser utilizada como instrumento nesse caso.

No processo de ensino e aprendizagem em Arte, o ato avaliativo pode ser realizado em três momentos: primeiramente, para diagnosticar os conhecimentos prévios dos alunos sobre determinado conteúdo; durante a própria situação de aprendizagem, quando o professor identifica como o aluno interage com os conteúdos em estudo, e, por fim, a avaliação pode acontecer ao término de um conjunto de proposições artísticas. É importante que, no momento da avaliação, o professor procure articular processo de criação ao produto artístico finalizado pelo aluno para evitar, de um lado, a simples mensuração de um objeto ou, por outro, o espontaneísmo esvaziado de sentido.

Como exposto anteriormente, o trabalho avaliativo requer clareza quanto aos critérios e instrumentos específicos para cada uma das linguagens da Arte. Assim, a avaliação em Artes Visuais, Música, Dança e Teatro se dará mediante o acompanhamento e a verificação da assimilação dos conteúdos necessários para a aprendizagem do aluno. É necessário, ainda, que o professor

considere o grau de aprofundamento do conteúdo em cada ano e o nível de desenvolvimento intelectual em que o aluno se encontra para selecionar instrumentos de avaliação apropriados.

Diante da especificidade de cada uma dessas linguagens, elencamos alguns instrumentos avaliativos e pontuamos algumas questões que poderão orientar a avaliação em cada uma das linguagens.

AVALIAÇÃO EM ARTES VISUAIS:

Algumas questões para orientar o professor:

O aluno consegue simbolizar o seu sentir e o seu pensar por meio das diversas modalidades expressivas das Artes Visuais? Ele experimenta os códigos da linguagem visual? Como organiza o espaço considerando as formas bidimensionais e tridimensionais? Como utiliza e compõe com os materiais? Como representa o movimento, a profundidade, a perspectiva, a proporção e outros elementos formais essenciais à composição? Como realiza a leitura e análise das obras de Arte? Está consciente dos elementos formais (ponto, linha, forma, cor, volume e textura) em seus vários gêneros/temas (paisagem, retrato, natureza morta etc.)? Reconhece e identifica os gêneros artísticos? Compreende a obra e a relação com a sociedade, contexto histórico-cultural de sua produção? Compreende a Arte como forma de conhecimento?

Critérios:	Instrumentos:
<p>Produção em Arte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Adequação do trabalho artístico aos temas-conteúdos propostos. - Uso adequado de técnicas, suportes, materiais, meios tecnológicos conforme a proposta/conteúdo. 	<p>Produção em Arte – para avaliar o trabalho artístico dos alunos, o professor pode fazer uso dos instrumentos indicados nesta tabela.</p> <p>Trabalhos práticos/artísticos – individuais ou em grupo: Desenho, pintura, escultura, colagem, modelagem, painel, cartaz, gravura, trabalhos com técnica mista.</p> <p>Trabalhos práticos/artísticos com meios contemporâneos – individuais ou em grupo: instalação, performance, objeto, fotografia, vídeo-arte, intervenção ambiental.</p> <p>Portifólios – Individuais. Em Artes Visuais, o próprio portfólio configura-se como produção artística, assumindo formas, medidas,</p>

<p>- Articulação dos elementos formais das artes visuais, no espaço bi ou tridimensional, de acordo com os modo de compor.</p> <p>-Expressividade (trabalho inventivo, que não se reduz a cópia).</p> <p>- Qualidade estética.</p>	<p>materialidades variadas.</p> <p>Exposição de Arte – do conjunto de trabalhos artísticos dos alunos, na própria sala de aula ou em outro espaço escolar. A exposição dos trabalhos artísticos em si, constitui-se também um objeto de avaliação, a partir do momento em que os alunos aprenderem como organizarem uma exposição, como identificar as obras, planejar o espaço para os trabalhos, o tempo de duração, bem como a iluminação e a divulgação.</p>
<p>Fruição/Apreciação da Arte.</p> <p>- Verificar se o aluno expressa, oralmente e de forma organizada, suas ideias sobre arte.</p> <p>- Realiza leituras mais complexas sobre os objetos artísticos, articulando suas ideias aos conteúdos estudados.</p>	<p>Fruição/Apreciação da Arte – Para avaliar o “ver Arte”, o professor pode fazer uso dos instrumentos indicados nesta tabela.</p> <p>Leitura de obras: podem ser realizadas em Roda de Leitura, como conversas dirigidas sobre arte.</p> <p>Debates: podem ocorrer na sala de aula, quando o professor apresenta uma imagem ou obra de arte e propõe o diálogo ou quando vai a um espaço expositivo (seja Museu de Arte, Galeria ou outro espaço destinado a exposição).</p> <p>Para se converter em instrumento avaliativo, estes momentos precisam ser registrados minuciosamente pelo professor, por meio de uma “ficha” (ou outro meio de preferência do professor) contendo os aspectos essenciais dos conteúdos debatidos/estudados.</p>
<p>Compreensão sobre o contexto histórico-social da Arte.</p> <p>- Apropriação dos conhecimentos/conteúdos históricos acerca dos gêneros e movimentos artísticos e sua relação com o contexto de produção da obra.</p> <p>- Identifica e reconhece obras e suas características estilísticas nas provas, pesquisas realizadas.</p> <p>- Elabora o pensamento e argumenta com clareza, sobre os</p>	<p>Compreensão da arte -Para avaliar a compreensão sobre o contexto histórico-social da Arte, o professor pode fazer uso dos instrumentos indicados nesta tabela.</p> <p>Provas de Arte – individual ou em grupo, com consulta ou não.</p> <p>Salientamos que a “Prova” de Arte não deve substituir a vivência artística, com as técnicas e meios de produção, mas sim apresentar questões desafiadoras que motivem o aluno sobre o que foi estudado e pesquisado e que não o intimide.</p> <p>As questões devem ter clareza e ser elaboradas de acordo com o desenvolvimento intelectual do aluno.</p> <p>Devem, ainda, conter imagens de boa qualidade.</p> <p>Cartas para artistas ou instituições culturais.</p> <p>Relatórios de visita a exposições de Arte.</p>

processos de criação dos artistas, nos relatórios e produção textual.	Produção textual.
	Pesquisas orientadas.

AVALIAÇÃO EM MÚSICA

Algumas questões para orientar o professor:

O aluno registra e exercita o pensamento musical teórico/prático na produção de estruturas rítmicas e linhas melódicas? Os elementos formais da música (som, silêncio, duração, timbre, intensidade e altura) são considerados nas composições musicais? Aprecia uma produção musical, de modo consciente, e reconhece o valor pessoal e cultural da música? Que elementos analisam em uma audição de obra em vários gêneros? É consciente das semelhanças e diferenças nas interpretações de uma mesma obra/tema?

Critérios	Instrumentos
<p>Produção/Composição em Música</p> <p>- Verificar se o aluno adquiriu consciência e controle dos materiais sonoros, distingue timbres, explora altura, duração e intensidade.</p> <p>- Demonstra níveis de diferenciação entre os parâmetros do som e o manuseio técnico de seu instrumento ou voz.</p>	<p>Produção/Composição em Música - para avaliar a produção/composição musical dos alunos, o professor pode fazer uso dos instrumentos indicados nesta tabela.</p>
	Trabalhos práticos /artísticos – individuais ou em grupo: como desenho ou pintura relacionado aos conteúdos da música.
	Relatório realizado pelo professor sobre o processo compositivo.
	Filmagem do processo.
	Composição.
Improvisação.	

<p>- Expressividade, por meio do domínio do ritmo e dinâmica, na composição musical.</p>	<p>Trabalho de criação de instrumentos /objetos sonoros.</p>
<p>Fruição/Apreciação Musical -</p>	<p>Fruição/Apreciação Musical - Para avaliar a “escuta” sensível e consciente, o professor pode fazer uso dos instrumentos indicados nesta tabela.</p>
<p>-Verificar se o aluno expressa, oralmente e de forma organizada, suas ideias sobre Música.</p> <p>- Realiza audições mais complexas sobre as obras musicais, articulando suas ideias aos conteúdos estudados.</p>	<p>Rodas de conversa: podem ocorrer na sala de aula, quando o professor apresenta uma obra musical ou trechos de músicas de estilos diferentes e propõem o diálogo ou quando vai a um concerto Musical, ou apresentação de Orquestra. O professor avalia, por meio dos argumentos, se os alunos têm consciência sobre as relações existentes entre as formas expressivas, os contrastes e conexões entre os elementos da linguagem musical; se apresenta, oralmente, suas conclusões, destaca ideias relevantes e sintetiza sua experiência sonora.</p> <p>Esses momentos precisam ser registrados minuciosamente, em tempo, pelo professor, por meio de uma “ficha” (ou outro meio de preferência do professor) contendo os aspectos essenciais dos conteúdos debatidos/estudados.</p>
<p>Compreensão sobre o contexto histórico-social da Música.</p> <p>- Apropriação dos conhecimentos-conteúdos históricos acerca dos gêneros, estilos musicais e outras manifestações artísticas e culturais e sua relação com o contexto de produção.</p> <p>- Elabora o pensamento e argumenta com clareza, sobre os processos de criação em música, nos relatórios, produção textual.</p> <p>- Identifica e reconhece obras e suas características estilísticas nas provas e</p>	<p>Compreensão sobre o contexto histórico-social - Para avaliar a compreensão sobre o contexto histórico-social da produção musical, o professor pode fazer uso dos instrumentos indicados nesta tabela.</p> <p>Relatórios de concertos ou apresentações assistidas pelos alunos, nos quais o professor deve orientar a sua produção, pontuando questões a serem observadas.</p> <p>Prova de Música – individual ou em grupo, com consulta ou não. Salientamos que a “Prova” de Música deve ser mais “um meio” pelo qual o aluno possa revelar seus conhecimentos, e não substitui a vivência nessa linguagem. Deve apresentar questões desafiadoras que motivem o aluno sobre o que foi estudado e pesquisado e que não intimidem o mesmo.</p> <p>Produção textual.</p>

pesquisas realizadas.	Pesquisas orientadas.
-----------------------	-----------------------

AVALIAÇÃO EM DANÇA

Algumas questões para orientar o professor:

Expressa o pensamento cinestésico, simbolizando seu sentir/pensar por meio do movimento corporal? Opera com os códigos dessa linguagem? Improvisa movimentos? Planeja coreografias? Está consciente dos movimentos como algo significativo? Distingue diferentes gêneros de Dança? Os elementos formais (corpo, espaço, ritmos, relacionamentos, ações, sons) são aplicados e ampliados segundo desenvolvimento corporal dos alunos? Cria movimentos expressivos?

Critérios	Instrumentos
Produção em Dança	Produção em Dança – para avaliar a produção em Dança dos alunos, o professor pode fazer uso dos instrumentos indicados nesta tabela.
- Adequação do repertório de movimento aos temas-conteúdos propostos.	Repertório de Movimentos – por meio de fotos, filmagens ou relatório descritivo.
- Execução adequada de técnicas, improvisação ou coreografia conforme a proposta/conteúdo.	Desenhos das suas trajetórias no espaço.
- Articulação dos elementos formais da Dança, no espaço real, de acordo com os modos de compor das modalidades estudadas (ex: dança moderna, dança folclórica, dança circular etc.).	Figurinos e adereços.
- Expressividade do movimento (diz	Cenário.
	Programa para um espetáculo – os alunos criam um programa por meio da linguagem verbal, pesquisando e definindo o formato, o papel a ser utilizado e o gênero de linguagem (informativa, narrativa, poética), as imagens que poderão ser colocadas etc.

<p>respeito a não reprodução-repetição de modelos e superação de movimentos mecânicos.</p> <p>-Qualidade estética do movimento ou coreografia.</p>	
<p>Fruição/Apreciação da Dança –</p> <p>- Verificar se o aluno expressa, oralmente e de forma organizada, suas ideias sobre Dança.</p> <p>- Compreende a Dança de modo mais complexo, articulando suas ideias aos conteúdos estudados.</p>	<p>Fruição/Apreciação da Dança - para avaliar o “olhar” sensível e consciente do aluno, o professor pode fazer uso dos instrumentos indicados nesta tabela.</p> <p>Roda de Conversa sobre espetáculos (fruição de vídeos e filmes sobre dança) e registro por escrito – estimular os alunos a refletir e discutir as instâncias da dança: o intérprete/dançarino, o movimento, o espaço e o som. Esses momentos precisam ser registrados minuciosamente, em tempo, pelo professor, por meio de uma “ficha” (ou outro meio de preferência do professor) contendo os aspectos essenciais dos conteúdos debatidos/estudados.</p> <p>Apreciação do Espetáculo e Relatório Individual ou Grupo.</p> <p>Após a ida ao espetáculo, o professor propõe aos alunos questões que incentivem a reflexão e a análise daquilo que vivenciaram a partir das interações com a dança assistida. Sugere-se para o relatório as questões pontuadas por Lenira Rengel, descritas anteriormente, nos pressupostos teórico-metodológicos.</p>
<p>Compreensão sobre o contexto histórico-social da produção em Dança</p> <p>.</p> <p>- Apropriação dos conhecimentos-conteúdos históricos acerca das modalidades em Dança e das manifestações artísticas culturais e sua relação com o contexto de produção.</p> <p>- Elabora o pensamento e argumenta com clareza, sobre os processos de criação em Dança, nos relatórios e</p>	<p>Compreensão sobre o contexto histórico-social da produção - Para avaliar a compreensão sobre o contexto histórico-social da produção em Dança, o professor pode fazer uso dos instrumentos indicados nesta tabela:</p> <p>Provas – individual ou em grupo, com consulta ou não.</p> <p>Salientamos que a “Prova” em Dança deve ser mais “um meio” pelo qual o aluno possa revelar seus conhecimentos, e não substitui a vivência nesta linguagem, uma vez que a Dança não pode ser apreendida de modo abstrato. Deve apresentar questões desafiadoras que motivem o aluno sobre o que foi estudado e pesquisado e que não o intimide.</p> <p>As questões devem ter clareza e ser elaboradas de acordo com o grau de desenvolvimento intelectual do aluno.</p> <p>Cartas para Companhias de Dança ou instituições culturais.</p> <p>Relatórios de apreciação de espetáculos.</p> <p>Produção textual.</p>

produção textual. - Identifica e reconhece as características estilísticas/estéticas diversas da Dança, nas provas e pesquisas realizadas.	Pesquisas orientadas.
---	-----------------------

AVALIAÇÃO EM TEATRO

Algumas questões para orientar o professor:

Os elementos formais (personagem, espaço, ação e texto) são utilizados e compartilhados dentro do espaço cênico? Utiliza-se da linguagem cênica para expressar seu pensamento/sentimento? Improvisa? Planeja e executa composições teatrais? Como é a leitura e a linguagem teatral? Identifica releituras, recriações? Distingue os vários gêneros e temas dentro de uma composição teatral (fábula, lenda, contos, poesia, parlenda, histórias infantis, piada, comédia, tragédia, circo)?

Critérios	Instrumentos
Produção em Teatro – - Verificar o nível de comprometimento dos alunos/jogadores e a relação com os conteúdos abordados: a) Participação.	Produção em Teatro - para avaliar a produção/composição em Teatro dos alunos, o professor pode fazer uso dos instrumentos indicados nesta tabela: Registro escrito do processo de cada aluno – sugestão de relatório avaliativo para o professor: descrever/relatar o processo de cada aluno considerando a performance durante a atividade teatral, conforme critérios assinalados ao lado.
	Improvisação.

<p>b) Concentração.</p> <p>c) Observância e atendimento às regras do jogo/atividade.</p> <p>- Verificar, numa composição teatral, se planeja, executa, cria.</p> <p>- Expressividade (diz respeito a não reprodução-repetição de modelos e superação de gestos estereotipados e mecânicos).</p>	Registro fotográfico do processo de criação.
	Figurino, adereços e maquiagem.
	Cenografia.
	Trabalho artístico/criador: bonecos, máscaras, fantoches, dedoches entre outros.
	Composição Teatral (produção de peças pelos alunos) – avaliar as fases de planejamento, execução e avaliação.
	Autoavaliação: registro realizado pelo próprio aluno sobre seu processo. Orientar o aluno com algumas questões: Você encontrou alguma dificuldade em realizar este jogo/atividade? Em qual tarefa você acha que se saiu melhor? Porquê? Como você sentiu seu corpo nesta proposta? Foi uma experiência agradável, desagradável, diferente, esquisita? Porquê? Relacionar as questões com os conteúdos abordados nas atividades teatrais.
<p>Fruição/Apreciação do Teatro</p> <p>- Verificar se o aluno expressa, oralmente e de forma organizada, suas ideias e percepções sobre Teatro.</p> <p>- Compreende o Teatro de modo mais complexo, articulando suas ideias aos conteúdos estudados.</p>	<p>Fruição/Apreciação do Teatro – para avaliar o “olhar” sensível e consciente, dos alunos em relação ao Teatro, o professor pode fazer uso dos instrumentos indicados nesta tabela:</p> <p>Roda de Conversa sobre espetáculos e peças Teatrais (fruição de vídeos e filmes sobre Teatro) e registro por escrito – estimular os alunos a refletir e discutir sobre os elementos formadores do Teatro. Esses momentos precisam ser registrados minuciosamente, em tempo, pelo professor, por meio de uma “ficha” (ou outro meio de preferência do professor) contendo os aspectos essenciais dos conteúdos debatidos/estudados.</p> <p>Apreciação do Espetáculo/Peça Teatral e Relatório Individual ou Grupo.</p> <p>Após a ida ao Teatro, o professor propõe aos alunos questões que incentivem a reflexão e análise daquilo que vivenciaram a partir das interações com a peça assistida.</p> <p>O registro das observações dos alunos será por meio de textos-relatórios sobre inúmeros aspectos percebidos.</p> <p>Sugere-se que o professor oriente quanto ao:</p> <p>Tema: Qual é o tema da peça/espetáculo/dramatização/representação ou improvisação teatral?</p> <p>Cenografia: como o espaço está organizado? Quais os elementos/objetos que compõem a cenografia? Como esses elementos caracterizam o espaço? Quais as impressões que a cenografia causam na plateia?</p> <p>Sonoplastia: Como é o som ou conjunto de sons que auxiliam as cenas? Quais emoções provocam na plateia? A sonoplastia</p>

	<p>contribuiu na construção de imagens e sensações? As músicas e sons utilizados estão ligados ao que acontece na cena?</p> <p>Iluminação: A iluminação dá ênfase a certos aspectos do cenário? Enfatiza as expressões do ator ou atores? Como caracteriza o espaço/espetáculo? É difusa, dirigida a um foco, elemento ou personagem?</p> <p>Personagens: quantos são? Como se expressam? Como estão maquiados? A maquiagem ressalta aspectos importantes para a compreensão do personagem? Como é o figurino? O figurino nos transporta a alguma época determinada? Acentua o perfil psicológico do personagem?</p>
<p>Compreensão sobre o contexto histórico-social da produção em Teatro.</p> <p>- Apropriação dos conhecimentos contidos históricos acerca dos gêneros teatrais e das manifestações artísticas culturais e sua relação com o contexto de produção.</p> <p>- Elabora o pensamento e argumenta com clareza, sobre os processos de criação em Teatro, nos relatórios e produção textual.</p> <p>- Identifica e reconhece as características estilísticas/estéticas diversas do Teatro, nas provas e pesquisas realizadas.</p>	<p>Compreensão sobre o contexto histórico-social da produção em Teatro - Para avaliar a compreensão sobre o contexto histórico-social da produção em Teatro, o professor pode fazer uso dos instrumentos indicados nesta tabela:</p> <p>Provas – individual ou em grupo, com consulta ou não.</p> <p>Salientamos que a “Prova” em Teatro deve ser mais “um meio” pelo qual o aluno possa revelar seus conhecimentos, e não substitui a vivência nessa linguagem, uma vez que o Teatro não pode ser apreendido de modo abstrato. Deve apresentar questões desafiadoras que motivem o aluno sobre o que foi estudado e pesquisado e que não o intimide.</p> <p>As questões devem ter clareza e ser elaboradas de acordo com o desenvolvimento intelectual do aluno.</p> <p>Cartas para Companhias de Teatro ou instituições culturais.</p> <p>Relatórios de apreciação de espetáculos (de forma presencial ou via transmissão).</p> <p>Produção textual.</p> <p>Pesquisas orientadas.</p>

A finalidade maior da avaliação deve ser a promoção do aluno e não o fracasso escolar; dessa forma, o professor deve evitar rotular alunos que não atingiram “a nota” esperada, realizando uma intervenção pedagógica adequada à superação de suas dificuldades, seja por meio de recursos, instrumentos pedagógicos diferenciados ou outras mediações.

REFERENCIAS

www.diaadiaeducacao.pr.gov.br- Acesso em 26/10/2020
basenacionalcomum.mec.gov.br – Acesso em 27/10/2020
portal.mec.gov.br – Acesso em 30/10/2020

ARSLAN, L. M. e IAVELBERG, R. **Ensino de Arte**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

BARBOSA, A. M. T.B. **A imagem no ensino da Arte: anos 1980 e novos tempos**. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BIASOLI, C.L.A. **A Formação do Educador de Arte**. Campinas: Papirus, 1999.

BRASIL, **LEI Nº 5692/71**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L5692.htm.

Acesso em 08/10/2018.

BRASIL, **LEI Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm.

Acesso em: 05/10/2018.

BRASIL, **LEI Nº 12.287, de 13 de julho de 2010**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no tocante ao ensino da arte. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12287.htm. Acesso em: 10/10/2018.

BRASIL, **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm. Acesso em: 19/10/2018.

BRASIL, **LEI Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 20/10/2018.

BRASIL, **LEI Nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 20/10/2018.

BRASIL, **LEI Nº 11.769, de 18 de agosto de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a

- obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11769.htm. Acesso em: 05/10/2008.
- BRASIL, **LEI Nº 13.278, de 2 de maio de 2016**. Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da Arte. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13278.htm. Acesso em: 05/03/2008.
- BRASIL, **LEI Nº 13. 663, de 14 de maio de 2018**. Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura da paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13663.htm. Acesso em: 10/01/2019.
- BRASIL, **LEI Nº 13. 666, de 16 de maio de 2018**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13666.htm. Acesso em: 10/01/2019.
- COSTA, C. T. da. **A Arte no Brasil 1950-2000: Movimentos e Meios**. São Paulo: Alameda, 2004.
- DIAS, M. C .M.; **Metáfora e pensamento**: considerações sobre a importância do jogo na aquisição do conhecimento e implicações para a educação p´re escolar.p. 45-56. In Hishimoto, T. M.(org). Jogo, Brinquedo e Educação. 8 ed .São Paulo: Cortez, 2005.
- DUARTE JR. J.F. **Fundamentos Estéticos da Educação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados; Uberlândia -MG: Universidade de Uberlândia, 1981.
- DUARTE, N. (et al). **O Marxismo e a questão dos conteúdos escolares**. IX Seminário Nacional de estudos e pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Universidade Federal da Paraíba-Joao Pessoa. 31/07 a 03/08/2012. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/163392389/Newton-Duarte-et-al-O-marxismo-e-a-questao-dos-conteudos-escolares>. Acesso em: 15/12/2018.
- DUARTE, R. **A Estética e a discussão sobre indústria cultural no Brasil**. Revista IDEAIS-Unicamp. V.3, n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649364/15919>. Acesso em: 08. 01.2019.
- FAVARETTO, C. F. **Arte Contemporânea e Educação**, Revista IBEROAMERICANA de EDUCACIÓN. N.º 53 (2010), pp. 225-235 (ISSN: 1022-6508). Aceito: 16/03/10. Disponível em: <https://rieoei.org/historico/documentos/rie53a10.pdf>. Acesso em: 15/10/2018.
- FONERRADA, M. T. de O. **Educação musical: propostas criativas**. Fundamentos da educação musical. Disponível em: www.amusicaescola.com.br/pdf/Marisa_Foterrada.pdf. Acesso em 22/10/2018.
- FINCK, R. **O Fazer criativo em Música: Um estudo sobre o processo de construção do conhecimento a partir da criação musical**. Dissertação – Programa de Pós-

- graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.
- KISHIMOTO, T.M. (org). **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e Educação**. 8 ed. São Paulo : Cortez, 2005.
- LABAN, R. **Domínio do Movimento**. 5 ed. São Paulo: Summus, 1978.
- LUCKESI ,C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 20ª ed., São Paulo: Cortez, 2008.
- MARQUES, I. **Corpo e Dança na Educação Infantil**. 2009. Disponível em: <http://arteirinhos.blogspot.com.br/2009/09/corpo>. Acesso em: 22/20/2018.
- MARQUES, I. e BRAZIL, F. **Arte se avalia?** Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Arte-se-avalia-/12/9975>. Acesso em:
- MARQUES, I. **Notas sobre o corpo e o ensino de dança**. Caderno pedagógico, Lajeado, v. 8, n. 1, p. 31-36, 2011. Disponível em:
<http://www.univates.br/revistas/index.php/cadped/article/viewFile/827/816>. Acesso em: 15/03/2018.
- OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações**. Curitiba:SEED, 2018. Disponível em:
<http://www.diaadia.pr.gov.br>.
- PAREYSON, L. **Os problemas da Estética**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- PEIXOTO, M.I.H. **Arte e grande público: a distância a ser extinta**. Campinas: Autores Associados, 2003.
- PEIXOTO, M.I.H. **Fundamentos Filosóficos para o Ensino da Arte**. In: IV ANPED-SUL. Florianópolis, Nov – 2002.
- PEIXOTO, M.I.H. e SCHLICHTA, C. A. B. D. **Arte, Humanização e o Ensino da Arte**. XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. PUC_PR. Curitiba, 23 a 26 de set, 2013.
- RENGEL, L. **Ler a Dança com todos os sentidos**. Disponível em:
- REVERBEL, O. G. **Jogos Teatrais na escola – Atividades Globais de Expressão**. 7 impressão. Ed. Scipione: São Paulo, 2007.
- SACCOMANI, M. C. da S. **A Criatividade na Arte e Educação escolar: uma contribuição à pedagogia histórico-crítica à luz de Georg Lukács e Lev Vigotski**. Dissertação –
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2014.
- SALOMÉ, J. S. **Arte e Educação: A Mercadorização dos Sentidos na Educação Escolar**. 16º Encontro Nacional da associação Nacional de Pesquisadores de Artes Plásticas-ANPAP – 24 a 28 de set, 2007. Florianópolis.
- SCHAFER, M. **Educação Sonora – 100 exercícios de escuta e criação de sons**. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 2011.
- SCHLICHTA, C. A. B. D. **Ensino da Arte: Uma Metodologia para a Humanização dos sentidos**. In: IV ANPED – SUL. Florianópolis, Nov – 2002.

SCHLICHTA, C. A. B. D. **Arte, Educação e Formação dos sentidos Humanos**. V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo. 11 a 14 de abr, 2011 – UFSC - Florianópolis, SC-

SILVA, W. L. **Música na educação Básica: desafios e possibilidades na formação de professores não especializados**. REVISTA ELETRÔNICA PRÓ -DOCÊNCIA. UEL.

Edição Nº. 2, Vol. 1, jul-dez. 2012. DISPONÍVEL EM: <http://www.uel.br/revistas/prodocenciafope>. Acesso em: 09/11/2018.

TROJAN, R.M. **A Finalidade do Ensino da Arte: o trabalho como fundamento da necessidade estética**. In: IV ANPED-SUL. Florianópolis, Nov – 2002.

VÁZQUEZ, A. S. **As Idéias Estéticas de Marx**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

33 Bienal de São Paulo: afinidades afetivas: convite à atenção [Fundação Bienal de São Paulo [et al.]; curadoria Gabriel Perez-Barreiro]. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2018.

<http://culturaecurriculo.fde.sp.gov.br/administracao/anexos/documentos/4200906301403531er%20a%20danca%20com%20todos%20os%20sentidos.pdf>. Acesso em: 26/10/2018.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR – ENSINO FUNDAMENTAL

APRESENTAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR DE CIÊNCIAS

As Ciências devem ser entendidas no contexto das relações sociais em que nascem e, por serem históricas, assim como a própria educação, não se fazem sempre da mesma forma, ou seja, elas se fazem de acordo com as condições materiais de cada momento do processo de desenvolvimento social, ambiental, cultural e econômico.

Chassot (2003) destaca que é interessante pontuar a complexidade dessa área de conhecimento pela sua própria constituição. As Ciências da Natureza fazem parte de um conjunto no qual se pode encontrar cada uma das ciências da natureza

que conhecemos, como a Química, a Biologia, a Física, a Geologia e a Astronomia, além das interações e intersecções entre elas. Assim, enunciar as Ciências da Natureza como o produto da existência humana constitui-se em um pressuposto com o qual se pode entender melhor a possibilidade alcançada pelo homem de produzir conhecimento em diferentes momentos históricos, o que lhe tem garantido a transformação da natureza com a finalidade de suprir as suas necessidades e interesses, condicionadas pelas relações sociais, econômicas e políticas desde aquelas que têm possibilitado a sua sobrevivência até aquelas que ficam no campo das vaidades.

Captar esse movimento sistemático da produção do conhecimento do homem, ao longo de sua existência, requer lançar mão de um método que não caia simplesmente no reducionismo cronológico, que demarca as produções, os feitos de maior destaque e seus protagonistas em um determinado espaço de tempo, o que tem sido muito utilizado no ensino de Ciências Naturais ao longo da história. Esse modelo educativo tende a isolar a Ciência, revestindo-a de uma pseudoneutralidade, à medida que coloca o homem como mero produtor casual ou mesmo vocacional de saberes.

Para exemplificar o que chamamos de reducionismo cronológico no ensino de Ciências da Natureza, basta nos reportarmos à história do ensino dessa área do saber nas práticas educacionais no Brasil. Pesquisadores como Krasilchik (1987), Fracalanza (1986) e Carvalho e Gil Pérez (1993) destacam que o modelo educativo adotado para o ensino de Ciências da Natureza tem sido marcado pelo seu caráter livresco, memorístico e desconectado da vivência dos alunos. Esse modelo, que estimula à passividade dos alunos, tende a priorizar muito mais a história dos inventos, de seus inventores, com suas respectivas datas, esquecendo que esses saberes são produzidos na própria história dos homens, portanto, um fenômeno humano que tem dimensão técnica, emocional, cognitivo-cultural, bem como ação do meio (social, política e ambiental) no qual são materializados e se idealizam.

A configuração do ensino que prima pela memorização e pela sua posterior repetição é evidenciada pela forma como o conteúdo da disciplina é trabalhado. Pesquisadores como Romaneli (2002), Ribeiro (2001), Ronan (1987) e Foresti (1983) afirmam que esse trabalho, desde os primórdios da educação, tinha sua base metodológica fundamentada na concepção jesuítica, até

meados dos anos 50 do século XX, marcado pelo que ficou conhecido, nas teorias educacionais, como modelo tradicional, que primava exclusivamente pela verbalização do professor, o qual cobrava a pura e simples memorização dos conteúdos e a repetição dos trabalhos executados durante suas exposições.

No Brasil, entre 1963 e 1965, foram criados seis Centros de Ciência pelo Ministério da Educação e Cultura, com o objetivo de possibilitar a produção de materiais para o ensino, pois se acreditava que a qualidade do material didático seria suficiente para o processo de ensino e aprendizagem. Junto às mudanças curriculares, ocorreu a intensificação dos cursos de atualização e treinamento de professores; porém, o sistema educacional resistia às mudanças, devido à exigência do conhecimento memorístico para o vestibular.

Conforme Bianchi (2012), com o aumento da industrialização, proporcionado pelo avanço da técnica e da tecnologia, o período de 1970-1980, foi conhecido como a década da crise energética e a percepção do homem para os problemas ambientais. No Brasil, ficou evidente que os problemas sociais determinaram um novo objetivo para o ensino de Ciências Naturais: a necessidade de discutir as implicações socioambientais. Como afirma Krasilchik (1987), “O que agora se visava era incorporar o racionalismo subjacente ao processo científico, à análise de valores e o reconhecimento de que a ciência não é neutra” (KRASILCHIK, 1987, p. 17). Juntamente nessa perspectiva continuou o apoio ao ensino de Ciências Naturais, marcado pela criação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN), que dinamizou um conjunto de ações para a reestruturação dos currículos em projetos patrocinados pelo governo vigente.

Para tanto, é importante, nesse contexto, que o ensino Ciências da Natureza assuma o compromisso com o desenvolvimento da alfabetização científica, entendida como “um processo que deve articular: domínio de vocabulário, simbolismos, fatos, conceitos, princípios e procedimentos da ciência; as características próprias do “fazer ciência”; as relações entre ciência, tecnologia, sociedade e ambiente e suas repercussões para entender a complexidade do mundo possibilitando, assim, às pessoas, atuar, avaliar e até

transformar a realidade” (BRASIL, 2015, p. 9). Assim, a alfabetização científica deve ser entendida como parte inseparável do ensino de Ciências da Natureza, independente do ano escolar, de modo que o aluno possa ser capaz de ler e compreender o mundo.

Neste documento curricular, a concepção do ensino de Ciências é apresentada na perspectiva de que seu ensino se constitua no estudo das relações estabelecidas entre o homem e a natureza, ao longo da história, ou seja, na percepção, na ação do homem com relação à natureza e na tentativa do homem em entender e explicar os fenômenos naturais.

Corroborando com essa afirmação, Santos (2005) argumenta que, “quando se parte da visão dialética e da ideia de que tudo está relacionado, a visão de conjunto é importante. [...] o conhecimento é totalizante e a atividade humana, em geral, é um processo de totalização, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada” (SANTOS, 2005, p. 30). Dessa maneira, a Ciência, o seu conhecimento e o seu desenvolvimento devem ser entendidos como um processo contínuo, desenvolvidos e aprimorados na história da humanidade.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O COMPONENTE CURRICULAR

O Referencial Curricular é um documento elaboração democraticamente, envolvendo toda comunidade escolar, das propostas pedagógicas curriculares das escolas, assim, as características e especificidades de cada escola deverão ser contempladas. Preocupou-se em não torná-lo um documento fechado, permitindo-se, dessa forma, que as especificidades e as características local de cada escola sejam contempladas, assim como as diferentes modalidades de ensino (Educação Regular, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar

Quilombola, Educação à Distância), atendendo, assim, às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013).

No Componente Curricular de Ciências é possível desenvolver os conteúdos específicos através da metodologia das sequências didáticas, onde é possível abordar a Educação do Campo, a partir de reportagens e artigos de opinião que abordam aspectos importantes das conquistas e lutas pelo terra e produção. No componente curricular de ciências é possível verificar a relação dos conhecimentos científicos com a realidade dos sujeitos do campo, diagnosticando práticas e métodos que as fundamentam e assim propor métodos que contribuam para o desenvolvimento de práticas que possibilitam reflexões dos estudantes sobre a relação homem-natureza a partir dos próprios elementos cotidianos. Através da abordagem qualitativa buscou-se compreender os fundamentos que orientam o ensino dos conteúdos, assim o levantamento bibliográfico permitiu verificar as concepções de ensino aprendizagem desenvolvidos na educação do campo a fim de elaborar uma compreensão sobre os pressupostos teóricos que o embasam.

COMPETENCIAS ESPECIFICAS DO COMPONENTE CURRICULAR.

Além de contribuir para o desenvolvimento das competências gerais que são de responsabilidade da Educação Básica e que estão estabelecidas por força do aparato legal, o componente curricular atuará no sentido de contribuir para o desenvolvimento das competências específicas de Ciências da Natureza, conforme estabelecido nos dispositivos legais, as quais seguem:

1. Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano, e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico.

2. Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de modo a sentir segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
3. Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), como também as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas, buscar respostas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das Ciências da Natureza.
4. Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho.
5. Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.
6. Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza de forma crítica, significativa, reflexiva e ética.
7. Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias.

8. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários. (BRASIL. 2017, p. 322).

QUADRO ORGANIZADOR DOS CONTEÚDOS: CIÊNCIAS

UNIDADE TEMÁTICA: VIDA E EVOLUÇÃO			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Corpo humano	PR.EF01CI02.a Localizar, nomear e representar graficamente (por meio de desenhos) partes do corpo humano e explicar suas funções, percebendo as mudanças que aconteceram desde seu nascimento	Partes do corpo e suas funções.	X					X		
		Mudanças que aconteceram em si mesmo desde o nascimento.	X					X		
	PR.EF01CI02.d Identificar e valorizar hábitos de cuidados com o próprio corpo em situações do cotidiano, fazendo-se respeitar e respeitando o outro.	Cuidados com o próprio corpo.	X					X		
	PR.EF01CI02.d Relacionar as partes do corpo humano com os sentidos, reconhecendo o que podemos perceber por meio deles.	Órgãos dos sentidos, localizações, estímulos e funções.	X					X		
Hábitos alimentares e de higiene	PR.EF01CI03.s Discutir as razões pelas quais os hábitos de higiene do corpo (lavar as mãos antes de comer, escovar os dentes, limpar os olhos, o nariz e as orelhas etc.) são necessários para a manutenção da saúde.	Hábitos de higiene pessoal e saúde.	X					X		
	PR.EF01CI.n Reconhecer a importância dos alimentos para a saúde do corpo, compreendendo que uma alimentação saudável depende de uma dieta equilibrada em termos de	Hábitos alimentares saudáveis.	X					X		

UNIDADE TEMÁTICA: VIDA E EVOLUÇÃO			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	variedade, qualidade e quantidade de nutrientes.									
Respeito à diversidade	PR.EF01CI04.s Comparar características físicas entre os colegas, reconhecendo a diversidade e a importância da valorização, do acolhimento e do respeito às diferenças.	Semelhanças e diferenças do corpo humano.	X					X		
		Respeito às diferenças.	X					X		
Seres vivos no ambiente	PR.EF01CI.n Identificar a presença de seres vivos na escola e outros espaços, conhecer suas principais características, relacionando-as a capacidade de sobreviverem em certos ambientes.	Seres vivos, suas características e a relação com o ambiente onde vivem.	X						X	
Seres vivos no ambiente	PR.EF01CI01.d Compreender a influência do ser humano como agente transformador do meio para atender suas necessidades, reconhecendo atitudes de cuidados para conservação do ambiente.	Ser humano como agente transformador do meio.	X							X
Cuidados com o corpo humano	PR.EF02CI.n Reconhecer a importância de hábitos saudáveis de higiene, (lavar as mãos, escovar os dentes, tomar banho, entre outros) para prevenir doenças e proporcionar bem-estar físico.	Hábitos de higiene como prevenção de doenças, promoção do bem-estar e da saúde.		X				X		
	PR.EF02CI.n Compreender a importância das vacinas para a prevenção de doenças.	Vacinação como prevenção de doenças.		X				X		
	PR.EF02CI.n Reconhecer que seu corpo lhe pertence e só pode ser tocado por outra pessoa por seu consentimento ou por razões de saúde e higiene.	Cuidados e respeito com o corpo humano.		X				X		
Seres vivos no ambiente (Animais / Plantas)	PR.EF02CI04.s Descrever características de plantas e animais (tamanho, forma, cor, fase da vida, local onde se desenvolvem etc.) que fazem parte de seu cotidiano e relacioná-las ao ambiente em que eles vivem.	Características de plantas e animais e relação com o ambiente onde vivem.		X					X	
	PR.EF02CI04.d Identificar os seres vivos aquáticos e terrestres, reconhecendo suas características no ambiente onde vive.	Seres vivos aquáticos e terrestres e relação com o ambiente.		X					X	

UNIDADE TEMÁTICA: VIDA E EVOLUÇÃO			ANO					TRIMESTRE			
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
	PR.EF02CI04.d Compreender que os seres vivos têm um ciclo de vida, reconhecendo os cuidados básicos com as plantas e animais por meio de seu cultivo e criação.	Ciclo de vida dos seres vivos.		X					X		
		Respeito e cuidados básicos com plantas e animais.		X					X		
	PR.EF02CI04.d Conhecer e valorizar a diversidade das plantas e animais como fator importante para o equilíbrio do ambiente, considerando sua relação com os elementos naturais abióticos (água, solo, ar etc.).	Diversidade de plantas e animais como fator importante para equilíbrio do ambiente.		X						X	
		Relação de interdependência entre os seres vivos e os elementos abióticos (água, solo, ar etc.).		X						X	
	PR.EF02CI05.s Investigar a importância da água e da luz para a manutenção da vida de plantas em geral.	Investigar a importância da água e da luz para a manutenção da vida de plantas em geral.		X						X	
	PR.EF02CI06.s Identificar as principais partes de uma planta (raiz, caule, folhas, flores e frutos) e a função desempenhada por cada uma delas, e analisar as relações entre as plantas, o ambiente e os demais seres vivos.	Partes das plantas (raiz, caule, folhas, flores e frutos) e suas funções.		X						X	
Relações entre as plantas, o ambiente e demais seres vivos.			X						X		
Características e desenvolvimento dos animais	PR.EF03CI04.s Identificar características sobre o modo de vida (o que comem, como se reproduzem, como se deslocam etc.) dos animais mais comuns no ambiente próximo.	Modos de vida dos animais (o que comem, como se reproduzem, como se deslocam etc.).			X				X		
	PR.EF03CI05.s Descrever e comunicar as alterações que ocorrem desde o nascimento em animais de diferentes meios terrestres ou aquáticos, inclusive o homem.	Fases de desenvolvimento dos animais.			X				X		
	PR.EF03CI06.s Comparar alguns animais e organizar grupos com base em características externas comuns (presença de penas, pelos, escamas, bico, garras, antenas, patas etc.).	Características externas dos animais (presença de penas, pelos, escamas, bico, garras, antenas, patas etc.).			X				X		
	PR.EF03CI06.d Conhecer e identificar semelhanças e diferenças entre os animais e organizar grupos classificando-os em vertebrados e invertebrados.	Semelhanças e diferenças entre os animais.			X				X		
		Animais vertebrados (peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos) – características, relação com o homem			X				X		

UNIDADE TEMÁTICA: VIDA E EVOLUÇÃO			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
		e com o meio.								
		Animais invertebrados: diversidade, características, relação com o homem e com o meio.			X			X		
	PR.EF03CI04.c Conhecer a diversidade de ambientes e de seres vivos da região em que vive.	Diversidade de ambientes e de seres vivos da região em que vive.			X			X		
	PR.EF03CI04.c Compreender e valorizar a biodiversidade como fator importante para o equilíbrio do ambiente, estabelecendo relações com os ecossistemas locais.	Biodiversidade como fator importante para o equilíbrio do ambiente.			X			X		
Biodiversidade	PR.EF03CI.n Identificar ambientes transformados pela ação humana e nomear ações de degradação (desmatamento, queimadas, poluição, extinção de espécies, desperdício de água e de outros recursos naturais), conhecendo suas consequências.	Ações de degradação do ambiente e suas consequências.			X				X	
	PR.EF04CI07.a Verificar a participação de microrganismos na produção de alimentos, combustíveis, medicamentos, entre outros, percebendo as relações entre ciência, tecnologia e sociedade.	Papel dos microrganismos na produção de alimentos (iogurte, queijos, pães), combustíveis (etanol), medicamentos (antibióticos), entre outros.				X			X	
	PR.EF04CI08.s Propor, a partir do conhecimento das formas de transmissão de alguns microrganismos (vírus, bactérias e protozoários), atitudes e medidas adequadas para prevenção de doenças a eles associadas.	Formas de transmissão de doenças causadas por microrganismos, diferenciando os agentes causadores: vírus, fungos, bactérias e protozoários.				X			X	
		Atitudes e medidas adequadas para prevenção de doenças, tais como: hábitos de higiene, saneamento básico, vacinação, entre outros.				X			X	
Célula – unidade básica dos seres vivos	PR.EF04CI.n Reconhecer a célula como unidade básica dos seres vivos, identificando diferentes representações (desenhos,	Célula como constituinte básico dos seres vivos.				X			X	X

UNIDADE TEMÁTICA: VIDA E EVOLUÇÃO			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	esquemas, maquetes e outras)									
Cadeias alimentares	PR.EF04CI04.s Analisar e construir cadeias alimentares, reconhecendo a posição ocupada pelos seres vivos nessas cadeias e o papel do Sol como fonte primária de energia na produção de alimentos.	Interações entre os seres vivos nas cadeias alimentares.				X				X
		Sol como fonte primária de energia na produção de alimentos.				X				X
	PR.EF04CI04.d Diferenciar seres autótrofos e heterótrofos, compreendendo o papel dos produtores, consumidores e decompositores na cadeia alimentar.	O papel dos produtores, consumidores e decompositores na cadeia alimentar				X				X
	PR.EF04CI05.s Descrever e destacar semelhanças e diferenças entre o ciclo da matéria e o fluxo de energia entre os componentes vivos e não vivos de um ecossistema.	Ciclo da matéria e o fluxo de energia nos ecossistemas.				X				
Sistemas do corpo humano Integração entre os sistemas digestório, respiratório e circulatório.	PR.EF05CI.n Reconhecer os níveis de organização do corpo humano (célula, tecido, órgão e sistema), identificando as funções dos principais órgãos que caracterizam os sistemas digestório, respiratório e circulatório.	Níveis de organização do corpo humano: célula, tecido, órgão e sistema.					X	X		
		Sistemas digestório, respiratório e circulatório: principais órgãos e funções.					X	X		
		Integração entre os sistemas digestório, respiratório e circulatório.					X	X		
	PR.EF05CI.n Entender o corpo humano como um todo integrado, organizado e constituído por um conjunto de sistemas (digestório, respiratório, circulatório, muscular, ósseo, nervoso, reprodutor e outros) com funções específicas que se relacionam entre si.	Corpo humano como um todo integrado.					X	X		
Nutrição do organismo	PR.EF05CI06.s Selecionar argumentos que justifiquem por que os sistemas digestório e respiratório são considerados corresponsáveis pelo processo de nutrição do organismo, com base na identificação das funções desses	Nutrição do organismo: relação entre os sistemas que realizam esta função.					X	X		

UNIDADE TEMÁTICA: VIDA E EVOLUÇÃO			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	sistemas.									
Hábitos alimentares	PR.EF05CI07.s Organizar um cardápio equilibrado com base nas características dos grupos alimentares (nutrientes e calorias) e nas necessidades individuais (atividades realizadas, idade, sexo etc.) para a manutenção da saúde do organismo, relacionando a importância da educação alimentar e nutricional.	Alimentação: grupos alimentares – necessidades nutricionais - hábitos alimentares saudáveis. Importância da alimentação para promoção e manutenção da saúde. Distúrbios nutricionais: obesidade, subnutrição etc. Saúde física e mental: atividade física, repouso e lazer.					X	X		
	PR.EF05CI09.s.5.06 Discutir a ocorrência de distúrbios nutricionais (como obesidade, subnutrição etc.) entre crianças e jovens a partir da análise de seus hábitos (tipos e quantidade de alimento ingerido, prática de atividade física etc.).						X	X		

UNIDADE TEMÁTICA: TERRA E UNIVERSO			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Escala de tempo	PR.EF01CI05.s Identificar e nomear diferentes escalas de tempo: os períodos diários (manhã, tarde, noite) e a sucessão de dias, semanas, meses e anos.	Escalas do tempo: períodos diários.	X					X		
		Escalas do tempo: dias, semanas, meses e anos.	X					X		
	PR.EF01CI06.s Selecionar exemplos de como a sucessão de dias e noites orienta o ritmo de atividades diárias de seres humanos e de outros seres vivos.	Atividades diurnas e noturnas de seres humanos.	X					X		
Sol como o astro que ilumina a Terra	PR.EF01CI.n Reconhecer o Sol como fonte natural de luz, relacionando sua importância para os seres vivos.	Sol como fonte natural de luz.	X						X	
		Importância do Sol para os seres vivos.	X						X	
	PR.EF01CI.n Observar e identificar os elementos presentes no céu durante o dia e	Diferenças entre o dia e a noite.	X						X	

UNIDADE TEMÁTICA: TERRA E UNIVERSO			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	durante a noite.									
Ambientes da Terra: aquáticos e terrestres	PR.EF02CI.n Identificar as características (formato, presença de água, solo etc.) do planeta Terra, percebendo que é formado por diferentes ambientes aquáticos e terrestres.	Características do planeta Terra: formato, presença de água, solo etc.		X					X	
		Ambientes aquáticos e terrestres.		X					X	
Movimento aparente do Sol no céu	PR.EF02CI07.s Descrever as posições do Sol em diversos horários do dia e associá-las ao tamanho da sombra projetada.	Sol como fonte natural de luz.								
		Importância do Sol para os seres vivos.		X					X	
O Sol como fonte de luz e calor	PR.EF02CI08.d Reconhecer que o Sol é fonte de luz e calor para o planeta Terra e interfere nos processos que tem relação aos elementos da natureza (ar, água, solo e seres vivos). PR.EF02CI08.s Comparar o efeito da radiação solar (aquecimento e reflexão) em diferentes tipos de superfície (água, areia, solo, superfícies escura, clara e metálica etc.).	O Sol como fonte de luz e calor.		X					X	
		Importância do Sol para os seres vivos.		X					X	
		Efeitos da radiação solar em diferentes superfícies.		X					X	
Características da Terra	PR.EF03CI07.s Identificar características da Terra (como seu formato esférico, a presença de água, solo etc.), com base na observação, manipulação e comparação de diferentes formas de representação do planeta (mapas, globos, fotografias etc.).	Identificar características da Terra (como seu formato esférico, a presença de água, solo etc.), com base na observação, manipulação e comparação de diferentes formas de representação do planeta (mapas, globos, fotografias etc.).			X				X	
Observação do céu	PR.EF03CI08.s Observar, identificar e registrar os períodos diários (dia e/ou noite) em que o Sol, demais estrelas, Lua e planetas estão visíveis no céu.	Observação de astros (Sol, demais estrelas, Lua e planetas) visíveis no céu durante o dia e durante a noite.			X				X	
Usos do solo	PR.EF03CI09.s Comparar diferentes amostras de solo do entorno da escola com base em características como cor, textura, cheiro, tamanho das partículas, permeabilidade etc. PR.EF03CI10.s Características do solo. Identificar os diferentes usos do solo (plantação	Características do solo.			X				X	
		Usos do solo. Relação do solo com as diversas atividades humanas.			X				X	

UNIDADE TEMÁTICA: TERRA E UNIVERSO			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	e extração de materiais, dentre outras possibilidades), reconhecendo a importância do solo para a agricultura e para a vida.	Impactos da ação humana sobre o solo: impermeabilidade, desmatamento, erosão, poluição, entre outros.			X				X	
		Medidas de controle dos impactos da ação humana no solo: manutenção das matas ciliares, separação dos resíduos, aterros sanitários, entre outros.			X				X	
Pontos cardeais	PR.EF04CI09.s Identificar os pontos cardeais, com base no registro de diferentes posições relativas do Sol e da sombra de uma vara (gnômon).	Indicações dos pontos cardeais resultantes da observação das sombras de uma vara (gnômon) com aquelas obtidas por meio de uma bússola.				X		X		
	PR.EF04CI10.s Comparar as indicações dos pontos cardeais resultantes da observação das sombras de uma vara (gnômon) com aquelas obtidas por meio de uma bússola.					X		X		
Calendários, fenômenos cíclicos e cultura	PR.EF04CI11.s Associar os movimentos cíclicos da Lua e da Terra a períodos de tempo regulares e ao uso desse conhecimento para a construção de calendários em diferentes culturas.	Movimentos da Lua e da Terra. Estações do ano. Calendários em diferentes culturas.				X		X		
Sistema Solar e seus planetas	PR.EF04CI.n Reconhecer os planetas do Sistema Solar, identificando suas características e comparando-as com o planeta Terra.	Características dos planetas do Sistema Solar.				X		X		
	PR.EF04CI.n Identificar os componentes do Sistema Solar: estrelas, planetas, cometas, astros luminosos e iluminados, entre outros.	Sistema Solar e seus componentes.				X		X		
Solo: características e sua composição	PR.EF04CI.n Reconhecer o processo de formação do solo, suas características e composição, compreendendo sua importância para o ambiente.	Solo: processo de formação, composição, características e relação com os seres vivos.				X				X
Constelações e mapas celestes	PR.EF05CI10.s Identificar algumas constelações no céu, com o apoio de recursos (como mapas celestes e aplicativos digitais,	Principais constelações e os períodos do ano que são visíveis no céu.					X		X	

UNIDADE TEMÁTICA: TERRA E UNIVERSO			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	entre outros), e os períodos do ano em que elas são visíveis no início da noite.									
Movimento de rotação da Terra	PR.EF05CI11.d Reconhecer os movimentos da Terra, rotação e translação, e associá-los aos períodos diários e as estações do ano.	Movimentos da Terra: Rotação e Translação.					X		X	
	PR.EF05CI11.s.5.15) Associar o movimento diário do Sol e das demais estrelas no céu ao movimento de rotação da Terra.						X		X	
Periodicidade das fases da Lua	PR.EF05CI12.s Concluir sobre a periodicidade das fases da Lua, com base na observação e no registro das formas aparentes da Lua no céu ao longo de, pelo menos, dois meses	Lua. Fases da Lua					X		X	
Instrumentos óticos	PR.EF05CI13.s Projetar e construir dispositivos para observação à distância (luneta, periscópio etc.), para observação ampliada de objetos (lupas, microscópios) ou para registro de imagens (máquinas fotográficas) e discutir usos sociais desses dispositivos, associando-os aos tipos de informações que coletam.	Instrumentos óticos para observação e registro de objetos e imagens. Uso social dos instrumentos óticos.					X		X	

UNIDADE TEMÁTICA: MATÉRIA E ENERGIA			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Características dos materiais	PR.EF01CI01.d Reconhecer os materiais (madeira, ferro, vidro, papel, plástico, entre outros) que compõem os objetos de uso cotidiano.	Materiais de que são feitos os objetos de uso cotidiano: papel, vidro, madeira, metal, plástico, entre outros.	X							X

UNIDADE TEMÁTICA: MATÉRIA E ENERGIA			ANO					TRIMESTRE			
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
	PR.EF01CI01.s Comparar características de diferentes materiais presentes em objetos de uso cotidiano, discutindo sua origem, os modos como são descartados e como podem ser usados de forma mais consciente.	Características dos materiais presentes em objetos de uso cotidiano.	X							X	
	PR.EF01CI01.d Investigar, por meio dos órgãos dos sentidos, as características dos materiais (cor, odor, textura, forma, entre outros) utilizados no cotidiano.	Estratégias de reutilização, reciclagem e descarte adequado dos materiais.	X								X
Noções de sustentabilidade	PR.EF01CI01.d Identificar ações que contribuam para a conservação do ambiente, percebendo a importância da separação dos resíduos sólidos, coleta seletiva e redução da geração de resíduos.	Ações responsáveis em relação à conservação do ambiente: separação dos resíduos sólidos, coleta seletiva, redução da geração de resíduos, entre outros.	X							X	
	PR.EF01CI01.d Conhecer práticas que contribuam para minimizar os problemas ambientais locais (por exemplo: compostagem, reciclagem do vidro, do papel, do metal e do plástico, aproveitamento da água da chuva, entre outros).		X							X	
Prevenção de acidentes domésticos	PR.EF02CI03.a Discutir os cuidados necessários à prevenção de acidentes domésticos (objetos cortantes e inflamáveis, eletricidade, produtos de limpeza, medicamentos etc.), reconhecendo atitudes de segurança em relação às situações de risco.	Cuidados necessários à prevenção de acidentes domésticos.		X				X			
Propriedades e usos dos materiais	PR.EF02CI01.s Identificar de que materiais (metais, madeira, vidro etc.) são feitos os objetos que fazem parte da vida cotidiana, como esses objetos são utilizados e com quais materiais eram produzidos no passado.	Materiais que compõem os objetos da vida cotidiana.		X						X	
		Características dos objetos em diferentes tempos e espaços.		X						X	
	PR.EF02CI02.s Propor o uso de diferentes materiais para a construção de objetos de uso cotidiano, tendo em vista algumas propriedades desses materiais (flexibilidade, dureza,	Noções das propriedades específicas dos materiais: flexibilidade, dureza, transparência etc.		X							X
		Uso dos materiais de acordo com		X							X

UNIDADE TEMÁTICA: MATÉRIA E ENERGIA			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	transparência etc.).	suas propriedades.								
	PR.EF02CI02.d Compreender a importância de evitar o desperdício de materiais na produção de objetos de uso cotidiano.	Uso consciente dos materiais.		X						X
Produção de som	PR.EF03CI01.a Produzir diferentes sons a partir da vibração de variados objetos e identificar variáveis (forma do objeto, tamanho, material do que é feito etc.) que influem nesse fenômeno.	Produção do som em diferentes objetos.			X					X
		Som natural e som produzido pelo ser humano.			X					X
		Percepção do som pelo ser humano.			X					X
Efeitos da luz nos materiais	PR.EF03CI02.s Experimentar e relatar o que ocorre com a passagem da luz através de objetos transparentes (copos, janelas de vidro, lentes, prismas, água etc.), no contato com superfícies polidas (espelhos) e na intersecção com objetos opacos (paredes, pratos, pessoas e outros objetos de uso cotidiano).	Interação da luz com espelhos, objetos transparentes, translúcidos e opacos.			X					X
Luz: fonte natural e artificial	PR.EF03CI.n Investigar sobre as fontes de luz, identificando as de origem natural e artificial.	Fontes de luz natural e artificial			X					X
Saúde auditiva e visual	PR.EF03CI03.s Discutir hábitos necessários para a manutenção da saúde auditiva e visual considerando as condições do ambiente em termos de som e luz.	Hábitos saudáveis relacionados à prevenção e manutenção da saúde auditiva e visual, individual e coletiva.			X					X
		Poluição sonora e Poluição visual Benefícios e perigos da exposição solar.			X					X
Água: características, estados físicos e distribuição no planeta	PR.EF04CI.n Conhecer os estados físicos da água, identificando-os em situações do cotidiano. PR.EF04CI.n Investigar sobre a distribuição de água no planeta, relacionando a sua importância para a vida na Terra PR.EF04CI.n Identificar as principais fontes de poluição da água e reconhecer procedimentos de preservação deste recurso na natureza.	Água: características, estados físicos e distribuição no planeta.				X		X		
		Importância da água para sociedade. Uso consciente e reuso da água.				X		X		
		Fontes de poluição da água.				X		X		
		Preservação dos recursos hídricos.				X		X		

UNIDADE TEMÁTICA: MATÉRIA E ENERGIA			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Misturas	PR.EF04CI01.a Identificar misturas na vida diária, com base em suas propriedades físicas observáveis (por exemplo: solubilidade de seus componentes), reconhecendo sua composição.	Introdução a misturas homogêneas e heterogêneas.				X			X	
		Separação de misturas.				X			X	
Transformações reversíveis e não reversíveis	PR.EF04CI02.s Testar e relatar transformações nos materiais do dia a dia quando expostos a diferentes condições (aquecimento, resfriamento, luz e umidade). PR.EF04CI03.s Concluir que algumas mudanças causadas por aquecimento ou resfriamento são reversíveis (como as mudanças de estado físico da água) e outras não (como o cozimento do ovo, a queima do papel etc.).	Transformações dos materiais quando expostos a diferentes condições.				X			X	
		Transformações reversíveis e não reversíveis dos materiais no cotidiano.				X			X	
Tecnologias	PR.EF05CI.n Identificar tecnologias que são utilizadas para facilitar as atividades do cotidiano (comer, estudar, conversar, brincar, deslocar-se e outras) relacionando-as com o desenvolvimento científico.	Tecnologias criadas pelo ser humano para facilitar atividades do cotidiano.					X	X		
Ciclo hidrológico	PR.EF05CI02.s Aplicar os conhecimentos sobre as mudanças de estado físico da água para explicar o ciclo hidrológico e analisar suas implicações na agricultura, no clima, na geração de energia elétrica, no provimento de água potável e no equilíbrio dos ecossistemas regionais (ou locais). PR.EF05CI03.s Selecionar argumentos que justifiquem a importância da cobertura vegetal para a manutenção do ciclo da água, a conservação dos solos, dos cursos de água e da qualidade do ar atmosférico.	Ciclo hidrológico.					X		X	
		Importância da cobertura vegetal para preservação e conservação dos ambientes.					X		X	
Fontes de Energia	PR.EF05CI04.s Identificar os principais usos da água e de outros materiais nas atividades cotidianas para discutir e propor formas sustentáveis de utilização desses recursos.	Principais usos da água nas atividades cotidianas. Consumo consciente e sustentável dos recursos (hídricos, energéticos e demais					X		X	

UNIDADE TEMÁTICA: MATÉRIA E ENERGIA			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
		elementos da biosfera).								
	PR.EF05CI.n Investigar sobre as diferentes fontes de produção de energia, argumentando sobre os possíveis impactos no ambiente.	Fontes de energia (renováveis e não renováveis) e seus impactos no ambiente					X		X	
	PR.EF05CI.n Reconhecer as vantagens e desvantagens no uso das tecnologias na produção de energia, percebendo a necessidade de minimizar os prejuízos que podem causar (por exemplo: poluição), como também seus benefícios para o planeta (por exemplo: energias renováveis).						X		X	
Propriedades físicas dos materiais	PR.EF05CI01.s Explorar fenômenos da vida cotidiana que evidenciem propriedades físicas dos materiais – como densidade, condutibilidade térmica e elétrica, respostas a forças magnéticas, solubilidade, respostas a forças mecânicas (dureza, elasticidade etc.), entre outras.	Propriedades físicas dos materiais: densidade, solubilidade, condutibilidade térmica e elétrica, características magnéticas e mecânicas dos materiais de uso cotidiano.					X			X
	PR.EF05CI01.d Analisar que, na escolha dos materiais, além das suas propriedades também são consideradas as facilidades e o impacto ambiental na obtenção, na decomposição, no custo e no domínio de tecnologias para transformá-los.	Uso dos materiais de acordo com suas propriedades físicas.					X			
Consumo consciente: noções de sustentabilidade	PR.EF05CI05.d Reconhecer ações que possibilitem atender às necessidades atuais da sociedade, sem comprometer o futuro das próximas gerações (por exemplo: consumo consciente, redução do desperdício, preservação do patrimônio natural e cultural da cidade onde vive, destinação adequada dos resíduos, entre outros).	Noções de sustentabilidade.					X			X
Reciclagem	PR.EF05CI05.s Construir propostas coletivas	Tecnologias e alternativas para o					X			X

UNIDADE TEMÁTICA: MATÉRIA E ENERGIA			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	para um consumo mais consciente e criar soluções tecnológicas para o descarte adequado e a reutilização ou reciclagem de materiais consumidos na escola e/ou na vida cotidiana.	descarte de resíduos sólidos.								
		Redução, reutilização e reciclagem dos materiais.					X			X

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

De acordo com Brasil (2017), o ensino de Ciências do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental estrutura-se a partir de três unidades temáticas: Matéria e Energia, Vida e Evolução e Terra e Universo, que contemplam especificamente:

Matéria e Energia: “[...] estudo de materiais e suas transformações, fontes e tipos de energia utilizados na vida em geral, na perspectiva de construir conhecimento sobre a natureza da matéria e os diferentes usos da energia” (BRASIL, 2017, p. 325). Essa temática trabalha mais diretamente com os conceitos da Física, da Química, da Geologia e a Astronomia, sendo importante para iniciar o processo de diferenciação e a relação entre matéria e energia, como a fotossíntese, processo que se utiliza de energia (luz do Sol) para sintetizar carboidrato (glicose) que é matéria;

Vida e Evolução: “[...] estudo de questões relacionadas aos seres vivos (incluindo os seres humanos), suas características e necessidades, e a vida como fenômeno natural e social, os elementos essenciais à sua manutenção e à compreensão dos processos evolutivos que geram a diversidade de formas de vida no planeta.[...] características dos ecossistemas, interações dos seres vivos com outros seres vivos e com os fatores não vivos do ambiente. [...] a importância da preservação da biodiversidade e como ela se distribui nos principais ecossistemas brasileiros” (BRASIL, 2017, p. 326). Nessa unidade temática, enfatizam-se os conceitos da Biologia, entendendo dois pontos: a relação direta entre o meio abiótico e o biótico, ou seja, compreender que as

condições de luz, calor, umidade, tipos de solo, entre outros, são determinantes para os tipos de seres vivos em um determinado ambiente e entender que todos os seres vivos são importantes na natureza, até mesmo um mosquito ou uma barata, pois fazem parte de uma teia alimentar. Esses pontos contribuem para a Educação Ambiental de forma científica proporcionando assim a compreensão do que é sustentabilidade;

Terra e Universo: “[...] a compreensão das características da Terra, do Sol, da Lua e de outros corpos celestes – suas dimensões, composição, localizações, movimentos e forças que atuam entre eles [...] experiências de observação do céu, do planeta Terra, particularmente das zonas habitadas pelo ser humano e demais seres vivos, bem como de observação dos principais fenômenos Celestes. [...] a construção dos conhecimentos sobre a Terra e o céu se deu de diferentes formas em distintas culturas ao longo da história da humanidade” (BRASIL, 2017, p. 328). Os conceitos trabalhados com maior ênfase são da Astronomia e da Física. A compreensão da amplitude do Universo e das características abióticas exclusivas do Planeta Terra dadas pela localização do mesmo, nesse sistema, são os pontos importantes que devem ser compreendidos.

Por mais que a divisão desse componente curricular esteja organizada em unidades temáticas e facilite o estudo e a compreensão dos conhecimentos, não se deve esquecer de relacioná-las, uma vez que não há como compreender sobre o Universo sem refletir sobre o Sol, ou estudar sobre o Sol e não relacioná-lo com a energia, e mesmo estudar sobre energia e não relacionar a importância dessa para os seres vivos. Cabe ressaltar que, para atingir o objetivo proposto no ensino de Ciências, tem-se a necessidade de, segundo Oliveira, Almeida e Arnoni (2007), assumir o conhecimento científico como ponto de partida, uma vez que ele é o objeto, meio e o fim do trabalho do professor.

A Ciência, por não ser neutra, não pode ser pensada em termos de ensino como uma prática que valoriza somente as teorias que a sustentam, dissociadas das práticas sociais que as criam. Logo, por ser a educação uma atividade intencional, teoria e prática são indissociáveis no contexto de qualquer área do saber. Ou seja, a Ciência deve ser trabalhada na perspectiva apontada por Vázquez (1977), com a sua potencialidade de contribuir para a transformação do mundo, uma vez que tem como objeto de

trabalho do professor o conhecimento científico, fruto da Ciência produzida historicamente pelo homem. Assim, torna-se importante salientar que deve ser de domínio do mesmo, a lógica própria do conhecimento científico, que tem no método científico o ponto que o diferencia do saber cotidiano.

Defende-se aqui a concepção dialética da mediação, conforme Almeida, Oliveira e Arnoni (2007), que consideram os conceitos no seu encadeamento e nas suas relações mútuas e ações recíprocas, sendo função do professor provocar conflito cognitivo no aluno. Nesse contexto, o professor parte do conhecimento que o aluno já tem, ou seja, conhecimento imediato para, por meio da organização metodológica do conteúdo, promover a elaboração de sínteses, ou seja, partir do imediato (conhecimento aparentemente fragmentado, desarticulado) ao mediato (conhecimento articulado, com múltiplas relações), em outras palavras, da síntese precária ou provisória à síntese das múltiplas determinações, enquanto resultante da apropriação do conhecimento científico, núcleo do trabalho escolar.

Para a prática educativa, Almeida, Oliveira e Arnoni (2007) apresentam as etapas que organizam o ensino e a aprendizagem: o **planejamento**, o **desenvolvimento** e a **avaliação** que constituem a aula. No **planejamento, primeira etapa**, estão inclusas a **seleção dos fundamentos teóricos** (tanto científicos, quanto filosóficos), **a organização metodológica** por meio da Metodologia da Mediação Dialética e a **elaboração do plano de aula**. Na segunda etapa, tem-se o **desenvolvimento da aula**, que é integrada pela **operacionalização da** Metodologia da Mediação Dialética (resgatando, problematizando, sistematizando e produzindo). Na terceira etapa tem-se a **avaliação**, com a responsabilidade de **análise dos processos desenvolvidos**, tanto no que tange ao ensino, quanto à aprendizagem.

Ao propor a Metodologia da Mediação Dialética (MMD), destaca-se que os elementos que integram a organização metodológica dos diferentes momentos são: Resgatando/Registrando, Problematizando, Sistematizando e Produzindo, interligados e interdependentes:

É o momento inicial do trabalho com o aluno, sendo necessário indagar o que ele sabe em relação ao que será ensinado. E serão esses saberes o ponto de partida para o processo de ensino. Para registrar os conhecimentos, vários recursos podem ser utilizados, dentre eles a dramatização, o desenho, os recortes, a colagem, a música, a poesia, a atividade prática com explicações/inferências, a produção de texto, a discussão, dentre outras formas de registro, adequadas às possibilidades da turma, contemplando registros coletivos e/ou individuais. A partir desses registros, o professor delimita o conhecimento prévio do aluno sobre o conteúdo e faz a comparação com o conhecimento científico que ele objetiva trabalhar. Na sequência, elabora-se a problematização, que determinará a tensão entre os conhecimentos e tem-se, então, o momento da confrontação das representações iniciais do aluno (conhecimento imediato) com o saber científico (conhecimento mediato).

A forma de organização dependerá sempre das condições de acesso ao material para pesquisa, assim, é fundamental que o professor planeje com antecedência de modo a ter disponível material para pesquisa necessários à realização da atividade proposta. Diferentes propostas de organização e de reorganização devem seguir critérios indicados pelo professor, bem como adotar cuidados com os devidos registros, a partir dos quais será possível verificar quais intervenções serão necessárias para avançar nos questionamentos sobre o conteúdo, de modo a provocar os alunos na busca dos conhecimentos teóricos;

A problematização se efetiva quando o professor prepara situações que abordem o conteúdo de ensino, contrapondo-os com o conhecimento inicial do aluno, de modo que esse perceba que seus registros, no primeiro momento, são incompletos e precisam de complementos. A partir dos registros iniciais, faz-se necessária a comparação entre as anotações de um e outro aluno, entre o que um sabe e o outro sabe. O professor poderá propor o diálogo entre as equipes, quando da realização de trabalhos em grupos distintos, incentivando-os a compararem os resultados obtidos e a emitirem a sua opinião sobre os estudos realizados, suas inferências sobre os conteúdos, suas conclusões parciais. É importante aqui que o diálogo entre os alunos e entre professor e alunos provoque a contraposição sobre o conteúdo abordado.

O professor deve estar atento a fim de que ocorra o ponto de tensão entre o saber inicial do aluno (imediatos) e o saber científico (mediato). É responsabilidade do professor o domínio conceitual de modo a tratar o conteúdo em sua natureza histórica e cultural. É essencial utilizar esses momentos para que o aluno entenda como se efetiva a sistematização do conhecimento científico, ou seja, de forma individual e coletiva em um processo histórico de acertos e erros.

O terceiro momento é o da sistematização. É importante que o professor faça a mediação com rigor científico da linguagem a ser utilizada. É fundamental que os alunos, organizados, pesquisem em materiais como em livro de Ciências e em sites para, na sequência, confrontar o resultado da pesquisa realizada com as inferências realizadas nos momentos anteriores, quer seja, individualmente, em pequenos grupos e no coletivo; ou ainda, inicialmente e, após a realização dos primeiros debates/discussões, e, finalmente, após a realização das pesquisas.

Mediante um novo diálogo, frente ao conhecimento cotidiano e o conhecimento científico resultante do que foi pesquisado, com uso da nomenclatura científica, é que será levantada a necessidade ou não de reorganização dos saberes e conhecimentos, dos conceitos utilizados, agora com base em dados científicos. Trata-se de um momento fundamental para retomar e discutir as questões com a turma, trabalhando os conceitos científicos e a terminologia adequada, oportunizando a compreensão dos conceitos e não apenas a mera memorização;

É o momento em que o aluno elabora a síntese cognitiva, em que a sua produção revelará se ocorreu a superação do imediato no mediato, por intermédio do domínio dos conceitos científicos, utilizando-os nas produções de textos escritos e orais, nas análises e sínteses que tece sobre os diferentes conteúdos em estudo/debate, evidenciando a apropriação do conhecimento teórico. A partir da síntese em que se tem como objetivo a apropriação dos conceitos, faz-se necessária a proposição de atividades que exercitem a fixação dos conhecimentos em estudo, momentos esses fundamentais no processo de ensino e de aprendizagem dos conteúdos escolares.

Destacou-se, brevemente, os momentos fundamentais da Metodologia da Mediação Dialética no que tange à operacionalização da aula, aos seus desdobramentos e suas implicações teórico-metodológicas. Ressalta-se, ainda, que no ensino de Ciências, além de atividades práticas, deve-se trabalhar com diversos tipos de textos, não somente os do livro didático. Um poema, um conto, uma fábula (que pode estar sendo usado em Língua Portuguesa, no trabalho com os gêneros discursivos), um artigo científico (para essa faixa etária, os artigos da revista *Ciência Hoje para Criança* são adequados), uma entrevista com moradores do bairro, uma notícia de jornal, uma foto de uma situação do bairro, podem ser utilizados no conteúdo de Ciências em estudo. O uso de vídeos curtos como documentários, filmes e desenhos (como “Sid, o Cientista”) também são recursos muito importantes e práticos, mas não podemos esquecer que todos os encaminhamentos desses recursos devem sempre colaborar para um único fim: favorecer o processo de aprendizagem do aluno.

O trabalho com o conteúdo deve sempre partir de sua totalidade, ou seja, se for trabalhar um dos sistemas do corpo humano, é importante destacar o corpo, as suas características como corpo, para só então fazer o recorte do sistema que se quer abordar, não esquecendo que depois desse estudo realizado sobre o sistema deve-se inserir novamente esse sistema no todo, ou seja, no corpo, mas agora com outra compreensão.

Entender cada sistema é uma parte fundamental do percurso de estudos em direção à compreensão dos conceitos científicos. É preciso que o aluno conheça e reconheça as características, as partes, as funções, relacione-as como sistema, compreenda-os no corpo, sobretudo, situe esse corpo no tempo e espaço histórico e social, cujas marcas de saúde e doenças, inclusive, também são demarcadas pelas condições de acesso ou não aos bens produzidos socialmente pela e na sociedade. Em diferentes culturas e em diferentes contextos econômicos e sociais, o corpo é marcado e demarcado de forma semelhante e, também, distinta. A identificação dos fatores determinantes dessas marcas é também tarefa essencial em Ciências, à medida que problematiza as questões decorrentes do uso excessivo de agrotóxicos na alimentação, hábitos alimentares, condições de trabalho

inadequadas, dificuldades de acesso às condições de prevenção às doenças, ações essas que auxiliam no cuidado com o corpo, com a saúde/equilíbrio do corpo em sua totalidade.

As questões de saneamento básico, por sua vez, partem dos elementos conhecidos pelos alunos (sua casa, escola, bairro, município) e contribuem para questionar a realidade local no sentido de identificar fatores que existem no entorno que auxiliam ou afetam o saneamento. Ao trabalhar sobre o lixo, pesquisar como a comunidade local o trata, quais os significados que esse tem para a comunidade; ele é um resíduo a ser descartado ou uma fonte de renda; há ação pública para a coleta seletiva, entre outros. Ao professor cabe promover situações desencadeadoras da problematização e sistematização, visando a aprofundar saberes por meio dos conceitos científicos que precisam ser ensinados referentes ao conjunto de conhecimentos que estão em estudo, pois quando se trabalha dessa forma, a compreensão de conceitos científicos é significativo para o aluno, e o conhecimento imediato é (re)significado. Nesse contexto, o livro didático assume seu sentido mais como um recurso a serviço da organização da aula e não como principal elemento direcionador dela.

O ensino de Ciências também deve incluir, de maneira transversal e integradora, a abordagem de temas “contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania, que afetam a vida humana em escala local, regional e global” (BRASIL, 2017). Dentre esses temas, os que devem ser mais diretamente abordados são: o processo de envelhecimento e o respeito e valorização do idoso, pontuando em ciências naturais as fases de desenvolvimento dos seres vivos, em especial do homem e as especificidades de cada fase de desenvolvimento. Considerando que o cuidado com a saúde é preocupação desde o período intrauterino, estendendo-se ao longo da vida, quanto antes formarem-se hábitos saudáveis e preocupação com a qualidade de vida, mais preparados estaremos para o enfrentamento das questões que dizem respeito ao processo de envelhecimento.

Outro tema é a educação ambiental, que foi instituída a partir da Política Nacional de Educação Ambiental pela Lei nº 9.795/99. A Educação ambiental formal se fundamenta em Brasil (2012), com a resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. No Paraná, em 2013, com a aprovação da Lei nº

17505, de 11 de janeiro de 2013, instituiu-se a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental. Esses documentos ressaltam o dever de ser promovida a educação ambiental de maneira integrada, interdisciplinar e transversal no currículo escolar. É importante salientar que a educação ambiental deve ser trabalhada com o objetivo de promover hábitos sustentáveis, ou seja, não só as questões ligadas diretamente ao ecossistema, mas também à interação desses com as questões econômicas e sociais, sendo responsabilidade de todos. Para tanto, podem ser utilizados os documentos universais da Educação Ambiental como: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Carta da Terra e Tratado de Educação Ambiental.

A educação alimentar e nutricional, Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018, é outro tema que deve ser abordado tendo o incentivo ao desenvolvimento de hábitos alimentares que promovam a saúde e o bem estar, abrangendo desde o entendimento básico do funcionamento do nosso organismo até a escolha de alimentos saudáveis, promovendo uma reflexão sobre questões importantes dentro dessa temática como a obesidade e desnutrição infantil, bem como estudos aprofundados sobre as consequências do uso/abuso de agrotóxicos na produção de alimentos.

Com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente e à prevenção à violência, é preciso que, ao tratar das questões referentes à sexualidade, também abarque-se o cumprimento da referida obrigatoriedade de cuidar e educar, ajudando a cumprir esse preceito legal por meio do tratamento do conteúdo curricular.

A dinâmica do processo educativo dependerá, em muito, do professor, principalmente pela estruturação do planejamento de suas aulas e das metodologias, recursos, encaminhamentos de ensino utilizados, buscando relacionar os conteúdos científicos apresentados nas unidades temáticas à experiência de vida dos alunos, alcançando a apropriação dos conceitos científicos, objeto de trabalho da instituição escolar.

DESAFIOS CONTEMPORANEOS

Os Desafios Contemporâneos buscam promover a análise, a reflexão, a difusão de ideias e o cruzamento de múltiplas perspectivas a respeito do contexto atual nos campos social, da cultura e da educação, além de propiciar a troca de experiências entre diversos agentes: formuladores de políticas públicas, empreendedores, grupos independentes, integrantes de movimentos sociais, coletivos artísticos, profissionais do campo de educação, cultura e museus, pesquisadores e intelectuais. Nesse sentido, as metodologias ativas objetivam alcançar e motivar o estudante, que colocado diante uma situação-problema, examina, reflete, contextualiza, pesquisa e ressignifica suas descobertas. Sendo um recurso didático de grande importância, as metodologias ativas podem favorecer, de forma significativa e eficaz, o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando ao aluno um papel protagonista na produção de seu conhecimento.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Lei nº9795 de 27 de abril de 1999).

O trabalho com a Natureza tem muito para acrescentar na qualidade de vida e desenvolvimento das crianças, o próprio contato com ela, em pequenos gestos, ensina um modo mais inteiro e harmonioso de crescer, se conhecer e conviver. Os laços mais estreitos com a Natureza nos ensinam que fazemos parte dela, colaboram para construção e ampliação de nossa consciência pessoal, planetária e ecológica.

Nos contextos atuais, a natureza está presente nas falas de educação ambiental de maneira abstrata e muitas vezes não é vivenciada. A atenção e a concentração, capacidades tão indispensáveis para a aprendizagem, podem ser cultivadas no entrosamento com a Natureza, assim como a curiosidade, a flexibilidade, a coragem para lançar-se ao desconhecido e a capacidade para encontrar soluções para problemas. Os professores de Ciências podem abordar o tema Educação Ambiental, em todas as unidades temáticas, porém está mais explícita no currículo na unidade temática Vida e Evolução onde podem trabalhar de forma prática, disponibilizando para o alunos aulas em que possam sair do abstrato para o concreto visto que esse tem maior compreensão para a criança.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR

O Dia Nacional da Alimentação nas Escolas é comemorado em 21 de outubro. A data foi escolhida para ressaltar a importância das ações voltadas para a educação alimentar e nutricional dos estudantes de todas as etapas da educação básica. E é com esse objetivo que o Governo Federal investe no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que tem como objetivo garantir o consumo de alimentos saudáveis no ambiente escolar, de modo a criar bons hábitos nos estudantes para toda a vida.

Respeitar os hábitos alimentares e vocação agrícolas locais. Para a execução do PNAE, a **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009, institui como diretrizes da alimentação escolar: Alimentação Saudável e adequada orienta para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica. O professores de Ciências abordam esse tema na Unidade temática Vida e Evolução: Hábitos alimentares e cuidados com o corpo humano.

PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS

O consumo de drogas cresce consideravelmente a cada dia, pois ela não escolhe religião ou nível social; está presente em todos os lugares e realidades desde muito tempo. Esse aumento pode ser atribuído a vários fatores, principalmente aos que se referem na forma em que é transmitida a informação sobre a droga e quem a recebe. A prevenção do uso indevido de drogas é fundamental para a sensibilização sobre os riscos e perigos causados por elas. As ações de prevenção ao uso de drogas nas escolas não deveriam ser isoladas ou tratadas fora do contexto de uma prática pedagógica.

O papel da escola é de formar cidadãos participativos e capazes de analisar o que é bom ou não para si, de fazer suas escolhas se o assunto lhe é questionado e de refletir se com isso afetará ou não a vida de outras pessoas, tal assunto não foge do contexto escolar. Trabalhar formas de prevenção nas escolas ao se tratar de assunto relacionado às drogas (licitas/ilícitas), de uma maneira que venha a contribuir com informações necessárias a serem passadas a nossos alunos, instituição e sociedade em si; é uma maneira de sensibilizá-los em um ambiente próprio. O professor desenvolverá atividade de prevenção ao uso de drogas na Unidade Temática Matéria e Energia onde aborda substâncias presentes na natureza e substâncias produzidas pelo homem.

GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

A sociedade brasileira tem um histórico de desigualdade social cujo padrão de desenvolvimento excludente é notório. Antes do século XX, as políticas de desenvolvimento social brasileiras, inclusive as referentes ao campo da educação, estavam direcionadas ao desenvolvimento das cidades, cuja matriz cultural era voltada às questões políticas e econômicas, gerando, portanto, a marginalização de grupos específicos que não se enquadravam nos padrões culturais da época. Dessa forma, as

discriminações em relação à raça, à etnia, a gênero, à orientação sexual, entre outras tantas manifestações de ser e estar no mundo, tornam-se ferramentas de poder que colocam à margem e negam aos indivíduos o direito de cidadania.

Sabe-se que a escola, enquanto instituição responsável pela transmissão do patrimônio cultural da humanidade possui um papel relevante na socialização dos saberes e das práticas relacionadas à diversidade promovendo ações que façam com que não haja discriminação na escola, onde o princípio da equidade seja considerado. Esse assunto deve ser abordado na Unidade Temática Vida e Evolução.

EXIBIÇÃO DE FILMES MENSAIS NACIONAIS

A exibição de filmes nas escolas deve haver uma pluralidade pedagógica que precisa ser pensado, planejado e executado e que permite contribuir com a construção de uma alfabetização crítica dos meios que utilizam os recursos audiovisuais: cinema, televisão, internet, etc.

É possível levantarmos uma infinidade de atividades que podemos realizar com o audiovisual nas escolas. Isto é importante, mas não podemos ficar só nisso... As atividades são importantes desde que sejam pensadas e articuladas com uma proposta pedagógica mais ampla. É preciso caminhar: agindo e pensando... construindo e transformando...

Novas relações e linguagens desafiam os profissionais da educação a pensar na vocação multicultural da escola, no sentido de promover o diálogo entre as diferentes gerações e os diversos padrões culturais nela presentes.

Em sua análise, indicou três fatores que apontam um novo lugar para a escola: a cultura digital, que vem criando uma escola sem muros, na qual o estudante é produtor de conhecimento e a linguagem audiovisual assume importância; a existência de

outros. Com o desenvolvimento tecnológico cada vez mais acelerado, existe um aperfeiçoamento das mídias disponíveis em um nível nunca antes visto. Essas mudanças constantes alteram o comportamento de toda a sociedade contemporânea, em que se é possível ter acesso a todo tipo de informações de praticamente todos os lugares no mundo. Diante dessas influências, cabe às escolas, faculdades e todas as instituições educacionais estarem preparadas para receber esses alunos, frutos desta sociedade globalizada, e atualizada com os principais métodos de ensino.

Ao se falar em processo de aprendizagem, é necessário que este seja tratado como o resultado de um processo educativo, com a educação pensada nas pessoas a quem ela se destina. Deste modo, a linguagem, os espaços e os recursos utilizados no processo educativo devem ser adequados às pessoas que são o alvo desse processo de aprendizagem.

Entre as mídias disponíveis, vale ressaltar a importância do vídeo como ferramenta didática. Ferramenta esta que pode contribuir para o trabalho do docente de diversas formas, gerando aulas mais atrativas, favorecendo a construção do conhecimento em todas as Unidades Temáticas dependendo a abordagem do professor.

SEGURANÇA E SAÚDE

A Lei Federal nº 12.645 de 16 de maio de 2012 instituiu 10 de Outubro como o Dia Nacional da Segurança e Saúde nas Escolas, ou seja, estabeleceu um dia a ser dedicado ao tratamento dessa temática no ambiente escolar.

O Dia Nacional da Segurança e Saúde nas escolas foi instituído justamente para promover essa aproximação entre a escola e o mundo da segurança e saúde do trabalhador. Sabe-se o quanto é importante que a problemática da segurança e saúde do trabalhador não se restrinja ao mundo do trabalho, mas passe a ser incorporada o mais cedo possível no cotidiano dos nossos alunos, pois esperar que eles cheguem ao mundo do trabalho para, somente depois disso terem contato com a questão da

segurança e saúde no trabalho não é o melhor caminho, uma vez que pode não haver tempo para que isso aconteça, conforme demonstram as estatísticas.

Educar para a cidadania é uma das principais funções sociais da escola, e ter consciência disso implica em reconhecer quão ampla e complexa é sua tarefa. O professor desenvolverá atividade de Saúde e Segurança Unidade Temática Matéria e Energia onde aborda substâncias presentes na natureza e substâncias produzidas pelo homem.

PREVENÇÃO DE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Esta é uma medida importantíssima, uma vez que a gravidez na adolescência envolve muito mais do que problemas físicos, mas também problemas emocionais e sociais.

Os partos de mães adolescentes correspondem a 16,4% dos partos que ocorrem no país, ou seja, de cada 6 crianças que nascem no Brasil, uma é filha de mãe adolescente. É importante observar que esses números mostram apenas as gestações que resultaram em partos de nascidos vivos.

A gravidez pode ter consequências imediatas e duradouras para a saúde, a educação e o potencial de geração de renda de uma adolescente. A gestação na adolescência está associada a maiores riscos de partos prematuros, de recém-nascidos com baixo peso, de eclampsia, de transtornos mentais (como a depressão) devido a complicações decorrentes de abortos inseguros ou da gravidez e do parto. Implicandodiretamente na aprendizagem da criança.

Apesar dos riscos à saúde causados por uma gestação na adolescência, os maiores riscos são os sociais e econômicos. Além disto, a gravidez precoce está associada a um maior risco de abandono escolar e perda de oportunidades de empregos, aumentando o risco de perpetuação do ciclo da pobreza. Na disciplina de Ciências poderá ser realizado palestras, com as mães,

com psicólogas, assistente social, nutricionista , e também na Unidade Temática Vida e Evolução quando abordar o objeto de estudo Corpo Humano.

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Os alunos que demonstram dificuldades em aprender os conteúdos do ano, conseqüentemente demonstram problemas em acompanhar o currículo regular. Para potencializar o processo de ensino e garantir a igualdade de oportunidades, é estabelecido pela LDB e nas diretrizes curriculares para a educação especial na educação básica, que os alunos de inclusão têm direito a um currículo adequado as suas necessidades, cabendo à escola e ao professor apoiar-se no currículo regular e construir um currículo adaptado, reconhecendo que cada aluno tem sua forma e seu ritmo próprio de aprender.

Entendemos que a Escola deve se preocupar com a inclusão de todos os alunos, independente das condições físicas, sociais, econômicas e culturais que vivenciam ou das dificuldades pedagógicas que apresentam. Neste sentido esta proposta tem como desafio construir coletivamente condições para o atendimento desses alunos, propiciando a oferta de condições diferenciadas dentro do processo educativo que lhes proporcionem acolhimento e aprendizagem efetiva, flexibilização e adaptação curricular. Diante desta realidade, percebemos a necessidade de uma Adaptação ou flexibilização Curricular, para que cada aluno possa atingir um nível maior de aprendizagem.

Adaptações Curriculares são, antes de tudo, um procedimento de ajuste paulatino da resposta educativa, que poderá desembocar, ou não, conforme o caso, num programa individual”. Neste sentido entende-se que qualquer modificação, por menor que seja, é considerada uma adaptação curricular, pois pode perceber que uma adaptação curricular pode ter vários níveis de amplitude para favorecer as necessidades educativas dos alunos.

Entende-se que o conhecimento sistematizado pela educação escolar deve oportunizar aos alunos idênticas possibilidades e direitos, ainda que apresentem diferenças sociais, culturais e pessoais, efetivando-se a igualdade de oportunidades, sobretudo em condições semelhantes.

Repassar informações sobre o assunto de forma clara, para que os alunos tenham uma boa compreensão do assunto. Procedimento: Os textos devem ser breves, com um vocabulário bem acessível a todos; Pode-se fazer a leitura em voz alta, ou pedir para que cada aluno leia um pequeno trecho.

Ensinar ciências para alunos de inclusão na escola regular é uma tarefa muito desafiadora para a maioria dos professores, as adaptações feitas por professores de ciências, com intuito de encontrar alternativas para facilitar a aprendizagem de seus alunos. Cabe salientar que as adaptações devem ser feitas nos conteúdos, materiais e nas estratégias de aprendizagem, buscando focar o trabalho nas potencialidades dos alunos. Vivências de situações cotidianas para entender a preservação do meio ambiente, e promover ações de ordem educativas sociais e recreativa partindo de abordagens específicas compatíveis com a clientela atendida.

Uma das premissas da Educação Inclusiva aponta que o aluno com deficiência deve vivenciar sua escolaridade juntamente com seus pares. Assim, a adaptação curricular torna-se um aspecto importante no processo de inclusão, ressaltando que a decisão de adaptar o currículo tem de ser tomada em conjunto, com participação dos professores, equipe diretiva e psicopedagogos. Quando as adaptações curriculares são bem construídas, os alunos potencializam as possibilidades de participar de forma contextualizada dos temas e conteúdos com os demais alunos da turma, sentindo-se realmente parte dela, tornando assim a aprendizagem mais significativa e inclusiva. Infere-se que currículos adaptados, possam promover aos alunos conexões com suas experiências, com o que vivenciam em seu dia-a-dia, resignificando o conhecimentos científicos, contribuindo para o processo de aprendizagem tanto de alunos regulares, quanto alunos de inclusão.

Mas como deve ser esse material didático adaptado? Não há uma fórmula exata. O material didático precisa ser atraente e adequado para os níveis da criança com o dificuldade. É importante que o material didático seja objetivo, os enunciados sejam menores e é necessário evitar longos textos que exijam uma interpretação complexa. Alguns outros exemplos:

- Ter menos exercícios por página, pois uma página lotada de informações pode distrair a criança e tirar o foco do objetivo da atividade ou aula;
- Ter mais atividades para ligar, recortar e colar, pintar, circular, marcar X etc;
- Ter temas de interesse da **criança em todas as atividades**. Ela precisa ser estimulada e ter vontade de fazer determinada atividade;
- Os conteúdos precisam ser simples e reduzidos. Por isso, o **material didático** deve focar no que realmente é importante para aluno e que possa ser aplicado no seu cotidiano;
- Evitar questões dúbias e com duplo sentido. As metáforas e figuras de linguagem devem ser excluídas, pois elas podem causar desconforto e desestimular a aprender;
- As imagens e desenhos são aliados nesses casos. O material didático deve ter bastantes recursos visuais.

Outros aspectos fundamentais para a inclusão escolar de crianças.

Além do **material didático adaptado**, as instituições de ensino devem oferecer recursos de apoio e adequar o nível de complexidade das atividades. Além disso, a equipe responsável pela **aprendizagem** do aluno precisa ficar atenta para respeitar o ritmo da aprendizagem da criança e mudar o tempo previsto das atividades para que cada aluno possa alcançar os objetivos propostos.

Também poderá ser necessário modificar as instruções das atividades, alterar o formato das aulas, explorar novos ambientes e usar estratégias de ensino diferenciadas. E para saber se todas essas estratégias estão funcionando é fundamental observar com regularidade o avanço do aluno e se as dificuldades persistem.

O olhar do professor deve ser acolhedor, acreditando na capacidade que cada indivíduo tem de superar seus limites.

Ou seja, antes de começar a planejar sua aula, entenda o seguinte:

Quem é o seu aluno?
 Do que ele gosta?
 Do que ele não gosta?
 O que é importante para ele?
 Quais as habilidades que ele possui?
 Quais as dificuldades que ele possui?

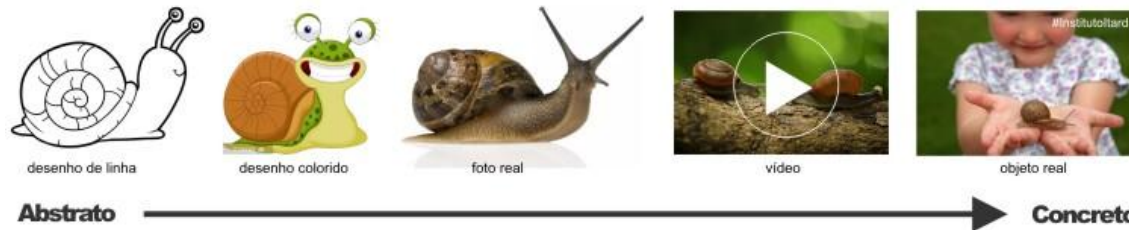
Qual o modelo de aprendizagem do seu aluno?

Outro ponto importante é dar significado. Alunos com deficiência intelectual irão prestar mais atenção em coisas que fazem sentido para eles.

Alunos com deficiência intelectual devem ter reforço positivo mais do que os outros alunos.

Fazer o aluno compreender o que você fala é primordial! Exemplos concretos são sempre a melhor opção. Quanto menor o nível de abstração, melhor.

QUANTO MENOR A ABSTRAÇÃO, MAIS FÁCIL A COMPREENSÃO



Seguem as dicas para se comunicar com alunos com deficiência intelectual:

6. Fale com as crianças usando palavras simples, mas não palavras infantis.
7. Faça pedidos claros e precisos.
8. Mantenha-se calmo e esteja pronto para reformular seu pedido de várias maneiras.
9. Use exemplos **concretos** com frequência, ou seja, diminua a abstração.
10. Para confirmar se uma criança entendeu sua mensagem, discretamente peça para que ela repita.

No brincar e jogar, diversos aspectos são estimulados, desenvolvidos ou aperfeiçoados: a criatividade; a memorização; a cooperação e a solidariedade; a concentração; a linguagem; a motivação; a aquisição de conceitos; a motricidade; a capacidade de discriminar, julgar, analisar, tomar decisões e aceitar críticas; a competitividade; a socialização; a confiança em si e em suas possibilidades; o respeito às regras e o controle emocional.

TRANSIÇÃO

A **transição** para a **escola** representa uma etapa essencial no percurso de uma criança. Esse tema propõe dar mais foco às competências e às habilidades que contribuem para a “preparação para a **escola**”, assim como entender o papel dos pais e as melhores práticas para favorecer uma **transição** adequada e o sucesso **escolar**.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, considerando os aspectos relacionados à transição com a Educação Infantil, além da valorização das situações lúdicas de aprendizagem, não se pode deixar de prever a necessária articulação com as experiências vivenciadas na etapa anterior, tanto em termos de uma progressiva sistematização dessas experiências quanto considerando o desenvolvimento dos alunos “pelas novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos.” (BRASIL, 2017, p. 56).

A medida que os alunos avançam para os Anos Finais do Ensino Fundamental, os estudantes são desafiados a, além do desenvolvimento do conhecimento em maior complexidade, ser capazes de lidar com a organização desses conhecimentos numa maior especialização própria das várias disciplinas do currículo. Por isso, o trabalho deve ser no sentido de fortalecer a autonomia dos estudantes de tal maneira que possam acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação, visando também o multiletramento. Nesse sentido, é inegável que a cultura digital tem promovido mudanças sociais significativas nas sociedades contemporâneas e os estudantes estão inseridos nessa cultura, não somente como consumidores.

AValiação

É fundamental que a avaliação em Ciências identifique a capacidade do aluno em conhecer e estabelecer relações entre a estrutura e o funcionamento dos diferentes ecossistemas, de seus componentes e da interação e relação de interdependência que mantém entre si. Assim, o processo avaliativo deve ser compreendido na totalidade do ato educativo, como uma ação que, a partir da definição de instrumentos e critérios, identifique aspectos que reflitam a capacidade e a habilidade do aluno em poder entender o mundo, usando também os conhecimentos das Ciências, ou seja, ser alfabetizado cientificamente. É preciso identificar se o aluno é capaz de analisar, julgar e emitir um parecer, demonstrando a compreensão de que o homem é parte integrante da natureza e que exerce sobre ela uma ação transformadora, ao mesmo tempo em que é transformado por ela. E, ainda, que para a sobrevivência da espécie humana, o homem precisa preservar os recursos inerentes à manutenção de todas as comunidades de vida no Planeta Terra, respeitando a Terra e a vida em toda a sua diversidade, expressando o entendimento de que as relações homem-natureza e homem-homem são integrantes dessa interdependência por conta dos estruturantes políticos, econômicos e culturais, que se revelam nas relações entre Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Como instrumento de avaliação, há inúmeros recursos que podem e devem ser utilizados, desde as avaliações com questões abertas e fechadas com níveis de dificuldades diferenciados, produção de um gênero discursivo como carta, relatório, folder, poesia, história em quadrinhos, organização de quadros e tabelas e suas interpretações de modo a ser possível evidenciar que o aluno aprendeu os conceitos trabalhados. A apresentação de um trabalho em uma exposição, a intervenção na comunidade como uma campanha para o descarte correto de lixo eletrônico também podem ser instrumentos de avaliação da aprendizagem, desde que esse instrumento possibilite ao professor observar a aprendizagem do conceito científico ensinado.

O relatório de atividades práticas e as questões que dizem respeito às aulas práticas desenvolvidas em sala de aula, laboratórios e/ou espaços de visitas utilizados para esse fim, devem dar conta de elementos considerados relevantes: a) a manutenção da atenção durante as explicações, para fins de executar o cumprimento conforme as orientações; b) as habilidades manuais que envolvem o manuseio dos materiais e instrumentos utilizados, bem como a aplicação de medidas de segurança; c) a observação nos elementos significativos da experiência enquanto executa-a; d) registro organizado durante o processo de realização da atividade prática; e) sistematização do conceito científico em estudo, frente as observações/comparações, a partir do experimento; e f) elaboração do relatório científico, o qual pode ser escrito de forma coletiva, envolvendo toda a turma, em pequenos grupos ou individualmente. Para avaliar essas práticas e o próprio relatório, o professor poderá organizar uma ficha, listando os critérios que serão considerados, estando ciente de que, antes de serem utilizados como critérios de avaliação, precisam ser explicados aos alunos, de modo que fique claro o que se espera deles, nos diferentes momentos.

O fundamental é que constem as discussões e reflexões sobre o que foi vivenciado; os conceitos científicos aprendidos, fotos, desenhos, dúvidas, dentre outros. Os relatórios sistematizados com o auxílio dos registros realizados durante a mesma, podem seguir o modelo científico tradicional, apresentando: Título, Fundamentação Teórica, Objetivo, Material, Método, Resultado, Discussão dos Dados e Referências, sem perder a referência de quais conceitos teóricos encontram-se envolvidos no processo de ensino e aprendizagem que estão submetidos a avaliação no referido momento.

REFERENCIAS

www.diaadiaeducacao.pr.gov.br- Acesso em 26/10/2020
basenacionalcomum.mec.gov.br – Acesso em 27/10/2020
portal.mec.gov.br – Acesso em 30/10/2020

ALMEIDA, J.L.V., OLIVEIRA, E. M., ARNONI, M.E.B. **Mediação dialética na educação escolar**: teoria e prática. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

BIANCHI, Vaniria Lysyk Teixeira. **A motivação de professores para o uso do laboratório de ciências no ensino de biologia**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação para

as Ciências e a Matemática) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Maringá, Paraná.

BRASIL, Romanatto, M. C.; Viveiro, A. A. *apud ou in* **PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA**, CADERNO 8. p 07-17. MEC. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**: versão final. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília, 2017. Disponível em:

<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 18 de setembro. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**.: versão final. Brasília, 2012. Disponível em: <

<http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/323-secretarias>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2019.

_____. Lei 17.505 - 11 de Janeiro de 2013. **Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências**.

CARVALHO, A. M. P. & GIL PÉREZ, D. **Formação de educadores de ciência**: tendências e inovações. São Paulo: Cortez, 1993.

CHASSOT, A. **A ciência através dos tempos**. São Paulo: Moderna, 1994.

CHASSOT, Attico, **Catalisando transformações na educação**. Ijuí: Editora Unijuí, p.5, 1993. Acesso em 09 out. 2018

CHASSOT, Attico. **Alfabetização científica: uma possibilidade para a inclusão social**. In: Revista Brasileira de Educação/ Jan/Fev/Mar/Abr. p 4. 2003. Acesso em 09 out. 2018

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. **Metodologia do ensino de ciências**. São Paulo: Cortez, 2000.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de ciências**: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FORESTI, M. C. P. P. **Reflexões em torno de currículo**: a formação do educador de ciências. In: D'ANTOLA, A. (org.). Supervisão e currículo: rumo a uma visão humanística. São Paulo: Pioneira, 1983.

FRACALANZA, H. et al. **O Ensino de Ciências no 1º grau**. São Paulo: Atual. 1986.

GRANGER, Gilles-Gaston. **A ciência e as ciências**. São Paulo: Editora da UNESP. p 113. 1994.

KRASILCHIK, M. **O professor e o currículo de ciências no 1º grau**. São Paulo: Atual, 1987.

PARANÁ, Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018. **Inclui o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar**.

PINTO, Á. V. **Ciência e existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil**. 27. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

RONAN, C. A. **A história ilustrada da ciência**. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.

SANTOS, C. S. **Ensino de Ciências: abordagem histórico-crítica**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

VÁZQUEZ, A. S., **Filosofia da praxis**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR – ENSINO FUNDAMENTAL

APRESENTAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A Educação Física, antes de se tornar uma ciência sistematizada, já era produto da cultura humana, componente do cotidiano do homem primitivo que, diante das dificuldades e obstáculos naturais, realizava atividades físicas, tornando-as essenciais para a sua sobrevivência. A maioria das atividades do homem primitivo envolvia o movimento e o desenvolvimento de habilidades e qualidades físicas que possibilitassem a ele criar as condições necessárias para a sua subsistência e até mesmo a sobrevivência em meio à realidade a que estava exposto. Seu corpo era sempre exigido, mas, mesmo assim, agia muito mais por instinto do que por autoconsciência dessas necessidades, pois só começou a desenvolver a consciência de cuidar do físico como um instrumento que estabelecia a sua relação com a construção do meio e também como patrimônio proveniente dessa relação, o que segundo Vigotsky (2007), se deu em oportunidade do desenvolvimento da superação das funções biológicas para as funções superiores, por meio do processo de transformação que o homem realiza na natureza e nele mesmo, sendo artífice de si próprio.

Necessitamos de uma visão de totalidade para interpretar o ser humano objetivamente e subjetivamente em seu contexto social. A Educação Física tem como **objeto de estudo e de ensino a Cultura Corporal**, o que pressupõe a necessidade de entendê-la no âmbito do espaço/tempo da vida na sociedade de classes. Diante disso, cabe à Educação Física a elaboração e uma organização curricular que permita a socialização do conhecimento necessário à formação omnilateral, conforme já explicitado nos Pressupostos Filosóficos.

Com isso, apreendemos que a Educação Física é um produto da cultura humana, resultante da sua relação com o eu, com o outro e com o mundo que decorre na produção material do homem que se constitui em um elemento essencial da vida.

Segundo Gutierrez (1985), as práticas de atividades físicas ocorrem desde as civilizações antigas, sendo essas práticas diferentes, de acordo com a sociedade em que estão inseridas e de acordo com o objetivo que com ela se pretende. No antigo Oriente, por exemplo, a prática de exercícios com sentido moral e preparatório para a vida tornou a humanidade mais civilizada. Na

Índia, o ensino e a religião, juntamente com a prática de atividades físicas, estabeleciam um modelo ideal de educação. Na China, a educação do corpo visava a aprimorar as qualidades físicas e motoras dos guerreiros.

Concebemos, portanto, a Educação Física como uma área que tem um conhecimento historicamente acumulado, sendo elemento fundamental para a emancipação do homem, bem como determinante para a transformação do movimento, o qual é capaz de suscitar no indivíduo uma nova visão da **Cultura Corporal**, ou seja, da apropriação desse corpo como ser totalitário, compreendido e integrado em um contexto cooperativo, reflexivo e em condições de atuar crítica e reflexivamente no mundo. As práticas corporais exprimem, dentro do período histórico, a realidade concreta daquela sociedade, trazendo consigo uma ressignificação de nossa existência.

Como seres históricos, estamos constantemente nos construindo dentro de uma concreticidade estabelecida pelas relações sociais. Os modos de vida são decorrentes das condições materiais de existência, o que, em última instância, determina o que pensamos, o que somos, no que acreditamos e até o que sentimos, existindo ou não uma relação entre esses e o que expressamos por meio de gestos, de atitudes, de posturas ou de movimentos. O elemento chave da intervenção pedagógica é compreender e interpretar essas expressões e as relações sociais. Nesse sentido, é necessário, de acordo com Lorenzini (1998), trabalhar o conhecimento da área com sentido/significado, contextualizado, relacionado ao cotidiano, ao significativo, ao relevante, com consistência pedagógica, política e social, na perspectiva de superação da ordem vigente, por meio da qual o ser humano possa conscientizar-se de que pertence a uma classe e passe a agir em função da transformação da sociedade e para a formação do homem omnilateral.

A Educação Física é um componente curricular que está contido na área das linguagens. Segundo Neira (2018),

Vale lembrar que uma brincadeira, dança, luta, esporte ou ginástica é um texto da cultura produzido pela linguagem corporal, passível, portanto de inúmeras leituras, elaborações e reelaborações. Sendo a Educação Física um componente da área das Linguagens, é de se esperar também, a proposição de situações didáticas que promovam a leitura dos códigos presentes nas práticas corporais e a análise dos significados e circulação. (NEIRA, 2018, p. 63).

Nessa direção, o presente documento visa levar em consideração a visão nítida e ampliada da Educação Física, em que ela seja percebida como fruto de uma relação dialética entre o papel que exerce de produtora de práticas sociais e como um produto dessas, num constante movimento de elaborações e reelaborações, de sentidos e de significados na vida do aluno. O documento, **Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações** (PARANÁ, 2018) referencia da seguinte forma a discussão sobre a importância, os avanços e as contribuições da Educação Física na escola:

Entende-se que é de fundamental importância termos clareza da função social da Educação Física na escola, para definirmos a nossa prática pedagógica em consonância com os propósitos da mesma. Assim, pode-se dizer que tal função social consiste em contribuir significativamente no processo de formação humana integral dos sujeitos construtores da sua própria história e da cultura, críticos e criativos, capazes de identificar e reconhecer seu próprio corpo e os dos demais, seus limites e possibilidades. [...] Diante da diversidade de objetos de Ensino/Estudo propostos e defendidos para a Educação Física escolar, a Cultura Corporal insere a área em um projeto educativo significativo, visando a garantir aos estudantes o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade e culturalmente desenvolvidos pelos diversos povos, assim como o acesso à reflexão crítica a respeito das inúmeras manifestações ou práticas corporais que podem e devem ser desenvolvidas no ambiente escolar, na busca de contribuir com um ideal mais amplo de formação de um ser humano crítico e reflexivo, reconhecendo-se como sujeito, que é produto, mas também agente histórico, político, social e cultural. (PARANÁ, 2008, p. 49 apud PARANÁ, 2018, p. 338-339).

Tendo como princípio os pressupostos desta PPC e no diálogo com as orientações do Referencial Curricular do Paraná (2018), compreendemos e objetivamos para esse componente, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental uma clara preocupação com a abordagem que enfatiza para a área, o trabalho com as práticas corporais como fenômeno cultural dinâmico, diversificado,

pluridimensional, singular e contraditório, permitindo ao aluno a possível apropriação e utilização da **Cultura Corporal** que lhe possibilite a participação consciente, confiante e autoral na sociedade em que vive. Essa perspectiva objetivada pela Educação Física constitui-se como uma ação pedagógica capaz de estimular a reflexão e o acesso a diferentes concepções e representações do homem, da sociedade e do mundo, por meio do entendimento das manifestações e dos conhecimentos historicamente produzidos pelo homem, o que ocorre por meio de um processo dialético com os fundamentos e as teorias abordadas na escola por outras áreas.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O COMPONENTE CURRICULAR

O Referencial Curricular é um documento elaboração democraticamente, envolvendo toda comunidade escolar, das propostas pedagógicas curriculares das escolas, assim, as características e especificidades de cada escola deverão ser contempladas. Preocupou-se em não torná-lo um documento fechado, permitindo-se, dessa forma, que as especificidades e as características local de cada escola sejam contempladas, assim como as diferentes modalidades de ensino (Educação Regular, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação à Distância), atendendo, assim, às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013).

No Componente Curricular de Educação Física é possível desenvolver os conteúdos específicos através da metodologia das sequências didáticas envolvendo gêneros do discurso, onde é possível abordar a Educação do Campo, a partir de reportagens e artigos de opinião que abordam aspectos importantes das conquistas e lutas pelo terra e produção. No componente curricular de Educação Física é possível verificar a relação dos conhecimentos científicos com a realidade dos sujeitos do campo, diagnosticando práticas e métodos que as fundamentam e assim propor métodos que contribuam para o desenvolvimento de

práticas que possibilitam reflexões dos estudantes sobre a relação homem-natureza a partir dos próprios elementos cotidianos. Através da abordagem qualitativa buscou-se compreender os fundamentos que orientam o ensino dos conteúdos, assim o levantamento bibliográfico permitiu verificar as concepções de ensino aprendizagem desenvolvidos na educação do campo a fim de elaborar uma compreensão sobre os pressupostos teóricos que o embasam.

Inúmeros são os aspectos que influenciam a práxis pedagógica dos/as professores/as de Educação Física nas escolas do campo. Dentre eles, as condições e a valorização do trabalho, o comprometimento demonstrado no exercício da profissão e a conscientização a respeito da importância da formação continuada (BRASIL, 2014; PARANÁ, 2015). Além disso, a atitude reflexiva dos/as professores/as, as reuniões pedagógicas das escolas e as horas necessárias ao planejamento de qualidade das aulas também devem ser momentos propícios para a revisão de conceitos, métodos e práticas pedagógicas. Outro aspecto importante é em relação à pesquisa e, conseqüentemente, ao papel de educador pesquisador que, ao refletir sobre sua própria prática, vislumbra mudanças qualitativas de atitudes por meio do aumento crescente do nível de consciência e de conhecimentos a respeito de uma determinada questão e/ou conteúdo inerente à práxis pedagógica.

COMPETENCIAS ESPECIFICAS DO COMPONENTE CURRICULAR

Oportunizar aos alunos o acesso à **Cultura Corporal** (brincadeiras e jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura) presente na realidade em que se está inserido e em outras realidades, para que eles possam vivenciá-las em um processo de pesquisa que compreende desde a prática às possíveis ressignificações e reconstruções, tornando-a instrumento de transformação social.

Por meio da articulação entre as **unidades temáticas** e os respectivos **objetos de conhecimento e objetivos de aprendizagem**, a Educação Física deverá garantir aos estudantes **direitos de aprendizagem** específicos durante todo o Ensino Fundamental. São eles:

1. Compreender as origens das manifestações da Cultura Corporal e seus vínculos com a organização da vida coletiva e individual, levando em consideração as constantes transformações sociais.
2. Planejar e empregar estratégias para resolver desafios e aumentar as possibilidades de aprendizagem das manifestações da Cultura Corporal, além de se envolver no processo de ampliação do acervo cultural de forma crítica.
3. Refletir, criticamente, a respeito das relações entre a vivência das manifestações da Cultura Corporal e os processos de formação humana integral.
4. Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando criticamente os modelos disseminados pelas mídias, e discutir posturas consumistas e preconceituosas.
5. Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às manifestações da Cultura Corporal e aos seus participantes.
6. Interpretar e recriar os valores, os sentidos e os significados atribuídos às diferentes manifestações da Cultura Corporal, bem como aos sujeitos que delas participam.
7. Reconhecer as manifestações da Cultura Corporal como elementos constitutivos da identidade histórica e cultural dos povos e grupos, respeitando e acolhendo as diferenças.
8. Usufruir das manifestações da Cultura Corporal de forma autônoma para potencializar o envolvimento em tempos/espacos de Lazer, garantido como direito social, ampliando as redes de sociabilidade e a promoção da saúde individual e coletiva.
9. Reconhecer o acesso às manifestações da Cultura Corporal como direito dos cidadãos, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário.

10. Experimentar, desfrutar, apreciar, vivenciar e (re)criar diferentes Brincadeiras, Jogos, Danças, Ginásticas, Esportes, Lutas, Práticas corporais de aventura e outras manifestações da Cultura Corporal, valorizando o trabalho coletivo, o protagonismo e a inclusão social.

É importante salientar que a organização das **unidades temáticas** se baseia na compreensão de que o lúdico pode ser enfatizado em todas as manifestações da Cultura Corporal, ainda que essa não seja a única finalidade da Educação Física na escola. Ao experienciar Brincadeiras, Jogos, Esportes, Ginásticas, Danças, Lutas, Práticas corporais de aventura dentre outras manifestações, para além da ludicidade, os estudantes se apropriam das lógicas intrínsecas a essas manifestações (regras, códigos, rituais, sistemáticas de funcionamento, organização, táticas etc.), assim como estabelecem relações entre si e com a sociedade por meio das representações e dos significados que lhes são atribuídos.

Por essa razão, a delimitação dos **objetivos de aprendizagem** privilegia oito dimensões de conhecimento inter-relacionadas:

QUADRO ORGANIZADOR DOS CONTEÚDOS: EDUCAÇÃO FÍSICA

UNIDADE TEMÁTICA: ESPORTES			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Jogos esportivos de precisão	PR.EF12EF05) Experimentar e fruir prezando pelo trabalho coletivo e pelo protagonismo, a prática de jogos esportivos de precisão, por meio de atividades e jogos diversificados, adequados à realidade escolar e que evidenciem a modalidade esportiva ensinada, identificando os elementos comuns a esses jogos esportivos e refletindo sobre os aspectos culturais e sociais que envolvem a prática das referidas modalidades, enfatizando a	Jogos que evidenciem conhecimentos e práticas ligadas aos esportes de precisão como: Bocha, Golfe, Golfe 7,	x					x		

UNIDADE TEMÁTICA: ESPORTES			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	manifestação do lúdico.	Tiro com arco, Tiro esportivo, entre outros.								
	PR.EF12EF06) Apresentar e discutir a importância da observação das normas e das regras dos jogos esportivos de precisão para assegurar a integridade própria e as dos demais participantes, valorizando a ética, a cooperação, o respeito e acolhimento às diferenças, a competição saudável e o espírito esportivo.			X				X		
Jogos esportivos de marca	PR.EF12EF06) Apresentar e discutir a importância da observação das normas e das regras dos jogos esportivos de precisão para assegurar a integridade própria e as dos demais participantes, valorizando a ética, a cooperação, o respeito e acolhimento às diferenças, a competição saudável e o espírito esportivo.				X				X	
Jogos esportivos de rede-parede	PR.EF35EF05) Experimentar e fruir diversos tipos de jogos esportivos de invasão, identificando seus elementos comuns e criando estratégias individuais e coletivas básicas para sua execução, prezando pelo trabalho coletivo, pelo respeito e pelo protagonismo, por meio de atividades e jogos diversos que se relacionam com os saberes ensinados.	Jogos que evidenciem o conhecimento e a prática dos esportes como: Futebol, Futsal, Basquetebol, Handebol, Tapembol, Corfebol, Tchoukball, Futebol americano, Rugby, Rugby sevens, Hóquei sobre a grama, Polo aquático, Frisbee, Netball, entre outros.				X		X		
Jogos esportivos de invasão	PR.EF35EF06) Diferenciar os conceitos de jogo e esporte, identificando as características que os constituem na contemporaneidade, suas manifestações (social, profissional, cultural e comunitária/lazer) e as diferentes possibilidades de fruição dentro e fora da escola.						X	X		

UNIDADE TEMÁTICA: BRINCADEIRAS E JOGOS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Brincadeiras e jogos da cultura	PR.EF12EF01) Experimentar, fruir,		X	X					X	

UNIDADE TEMÁTICA: BRINCADEIRAS E JOGOS			ANO					TRIMESTRE			
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
popular presentes no contexto comunitário local e regional	compreender e recriar diferentes brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário local e regional, reconhecendo e respeitando as diferenças individuais de desempenho dos colegas, valorizando o trabalho coletivo e enfatizando a manifestação do lúdico.	Amarelinha, Elástico, 5 Marias, Caiu no poço, Mãe pega, Stop, Bulica, Bets, Peteca, Fito, Raiola, Relha, Corrida de sacos, Pau ensebado, Paulada ao cântaro, Jogo do pião, Jogo dos paus, Queimada, Caçador, Policia e ladrão dentre outros.									
	PR.EF12EF02) Explicar, por meio de múltiplas linguagens (corporal, visual, oral e escrita), as brincadeiras e os jogos populares, do contexto comunitário local e regional, reconhecendo e valorizando a importância desses jogos e brincadeiras para suas culturas de origem.		X	X						X	
	PR.EF12EF03) Planejar e utilizar estratégias para resolver desafios de brincadeiras e jogos populares do contexto comunitário local e regional.		X	X						X	
	PR.EF12EF04) Colaborar na proposição e na produção de alternativas para a prática, em outros momentos e espaços, de brincadeiras, jogos e demais práticas tematizadas na escola, produzindo textos (orais, escritos, audiovisuais) para divulgá-las na escola e na comunidade.		X	X						X	
	Experimentar e compreender as diversas manifestações corporais presentes nas brincadeiras e jogos da cultura popular, enfatizando a percepção e consciência corporal, categorias do movimento, fatores psicomotores, necessários para o seu desenvolvimento.			X						X	
Brincadeiras e jogos populares e tradicionais de matrizes Indígena e Africana	PR.EF35EF01) Experimentar e fruir brincadeiras e jogos populares e tradicionais de matrizes Indígena e Africana, e recriá-los, valorizando a importância desse patrimônio histórico cultural.	Matriz Indígena: Adugo/Jogo da onça, Tydimure/Tihimore, Corrida com Tora, Contra os marimbondos, Pirarucu foge da rede/Pirarucu fugitivo,			X			X			

UNIDADE TEMÁTICA: BRINCADEIRAS E JOGOS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EF35.EF02) Planejar e utilizar estratégias para possibilitar a interação, a socialização e a participação segura de todos os estudantes em brincadeiras e jogos populares e tradicionais de matrizes Indígena e Africana.	Ronkrã/Rõkrã/Rokrá, Peikrã/KopüKopü/Jogo de peteca, Jogo de bolita, Jogo Buso dentre outros. Matriz Africana: Shisima, Terra e mar, Pegue o bastão, Jogo da velha, Labirinto, Mbube Mbube (Imbube), entre outros.			X			X		
	PR.EF35EF03) Descrever, por meio de múltiplas linguagens (corporal, oral, escrita, audiovisual), as brincadeiras e os jogos populares e tradicionais de matrizes Indígena e Africana, explicando suas características e a importância desse patrimônio histórico cultural na preservação das diferentes culturas				X			X		
	PR.EF35EF04) Recriar, individual e coletivamente, e experimentar, na escola e fora dela, brincadeiras e jogos populares e tradicionais de matrizes Indígena e Africana, e demais práticas tematizadas na escola, adequando-as aos espaços públicos disponíveis.				X			X		
Brincadeiras e jogos populares e tradicionais do Brasil	PR.EF35EF01) Experimentar e fruir brincadeiras e jogos populares e tradicionais do Brasil, e recriá-los, valorizando a importância desse patrimônio histórico cultural.	Bilboque, Esconde esconde, Gato mia, Pega Pega, Pé na lata, loiô, Pipa, Amarelinha, Elástico, Bola queimada, entre outras.				X	X		X	
	PR.EF35EF02) Planejar e utilizar estratégias para possibilitar a participação segura de todos os estudantes em brincadeiras e jogos populares e tradicionais do Brasil.					X	X		X	
	PR.EF35EF03) Descrever, por meio de múltiplas linguagens (corporal, oral, escrita, audiovisual), as brincadeiras e os jogos populares e tradicionais do Brasil, explicando suas características e a importância desse patrimônio histórico cultural na preservação das diferentes culturas.						X	X		X

UNIDADE TEMÁTICA: BRINCADEIRAS E JOGOS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EF35EF04) Recriar, individual e coletivamente, e experimentar, na escola e fora dela, brincadeiras e jogos populares e tradicionais do Brasil, e demais práticas tematizadas na escola, adequando-as aos espaços públicos disponíveis.					X	X		X	

UNIDADE TEMÁTICA: GINÁSTICA			ANO					TRIMESTRE			
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
Ginástica geral e o reconhecimento do corpo	PR.EF12EF07) Experimentar, fruir e identificar diferentes elementos básicos da ginástica (equilíbrios, saltos, giros, rotações, acrobacias, com e sem materiais), da ginástica geral e do movimento humano, de forma individual e em pequenos grupos, adotando procedimentos de segurança.	Jogos gímnicos, Movimentos gímnicos (balancinha, vela, rolamentos, paradas, estrela, rodante, ponte) dentre outras; Significado de corpo humano, esquema corporal, segmentos maiores e menores, órgãos do corpo, percepção sensorial, percepção motora, entre outras.	X	X						X	
	PR.EF12EF08) Planejar e utilizar estratégias para a execução de diferentes elementos básicos da ginástica, da ginástica geral e do movimento humano.		X	X						X	
	PR.EF12EF09) Participar da ginástica geral, identificando e vivenciando as potencialidades e os limites do corpo, e respeitando as diferenças individuais e de desempenho corporal.		X	X							X
	PR.EF12EF10) Descrever, por meio de múltiplas linguagens (corporal, oral, escrita e audiovisual), as características dos elementos básicos da ginástica, da ginástica geral e do movimento humano, identificando a presença desses elementos em distintas práticas corporais, bem como em ações e tarefas do cotidiano,		X	X							X

UNIDADE TEMÁTICA: GINÁSTICA			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	questionando padrões estéticos e prevenindo práticas de bullying.									
	PR.EF01EF.n) Experimentar e explorar sensações corporais diversas e compreender como o corpo movimenta-se, comunica-se, relaciona-se e expressa-se por meio dos sentidos.		X	X						X
	PR.EF01EF.n) Identificar, usar e apropriar-se da percepção dos lados do corpo e a predominância lateral, permitindo um conhecimento de si mesmo em relação ao outro.									
	PR.EF02EF.n) Compreender as possibilidades do movimento corporal, refletindo sobre a ação, a percepção e consciência corporal dos movimentos executados.			X						X
Ginástica geral	PR.EF35EF07) Experimentar, fruir de forma coletiva, combinações de diferentes elementos da ginástica geral (equilíbrios, saltos, giros, rotações, pontes, estrelas, acrobacias, com e sem materiais), compreendendo e propondo coreografias com diferentes temas do cotidiano.	Jogos gímnicos, Movimentos gímnicos (balançinha, vela, rolamentos, paradas, estrela, rodante, ponte) dentre outras; Significado de corpo humano, esquema corporal, segmentos maiores e menores, órgãos do corpo, percepção sensorial, percepção motora, entre outras.			X	X	X			X
	PR.EF35EF08) Planejar e utilizar estratégias para resolver desafios na execução de elementos básicos de apresentações coletivas de ginástica geral, reconhecendo e respeitando as potencialidades e os limites do corpo, adotando assim, procedimentos de segurança.				X	X	X			X
	PR.EF03EF.n.3) Conhecer e compreender o próprio corpo, as habilidades, estruturas e coordenação motoras, orientação e estruturação espaço temporal, esquema e percepção corporal.					X	X	X		

UNIDADE TEMÁTICA: DANÇAS			ANO					TRIMESTRE			
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
Brincadeiras cantadas e cantigas de roda	PR.EF12EF11) Experimentar e fruir diferentes brincadeiras cantadas, cantigas de roda, brincadeiras rítmicas e expressivas, e recriá-las, respeitando as diferenças individuais e de desempenho corporal, valorizando os aspectos motores, culturais e sociais de cada uma delas.	Gato e rato, Adoletá, Capelinha de melão, Caranguejo, Atirei o pau no gato, Ciranda cirandinha, Escravos de Jó, Lenço atrás, Dança da cadeira, entre outras.	X							X	
	PR.EF12EF12) Identificar os elementos constitutivos (ritmo, espaço, gestos) das brincadeiras cantadas, cantigas de roda, brincadeiras rítmicas e expressivas, valorizando e respeitando as manifestações de diferentes culturas.		X							X	
Danças do contexto comunitário local e regional	PR.EF12EF11) Experimentar e fruir diferentes danças do contexto comunitário local e regional (brincadeiras cantadas, rodas cantadas, brincadeiras rítmicas e expressivas) e recriá-las, respeitando as diferenças individuais e de desempenho corporal.			X							X
	PR.EF12EF12) Identificar e se apropriar dos elementos constitutivos (ritmo, espaço, gestos, entre outros elementos) das danças do contexto comunitário local e regional, valorizando e respeitando as manifestações de diferentes culturas.			X							X
	PR.EF35EF09) Experimentar, (re)criar e fruir atividades rítmicas e expressivas, danças populares e tradicionais do Brasil, valorizando e respeitando os diferentes sentidos e significados dessas danças em suas culturas de origem.					X				X	
						X					X
	PR.EF35EF10) Comparar e identificar os elementos constitutivos comuns e diferentes (ritmo, espaço, gestos) em danças populares e tradicionais do Brasil.				X				X		

UNIDADE TEMÁTICA: DANÇAS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Danças do Brasil	PR.EF35EF11) Formular e utilizar estratégias para a execução de elementos constitutivos das danças populares e tradicionais do Brasil.	Forró, Frevo, Arrocha, Samba, Samba de Gafieira, Soltinho, Pagode, Lambada, Xote, Xaxado, entre outras.			X				X	
	PR.EF35EF12) Compreender o movimento rítmico como forma de expressão corporal e de representação social, e ainda, identificar situações de injustiça e preconceito geradas e/ou presentes no contexto das danças e demais práticas corporais, desenvolvendo uma consciência crítica e reflexiva sobre seus significados e discutir alternativas para superá-las, valorizando as diversas manifestações culturais.				X				X	
Danças de matrizes Indígena e Africana	PR.EF35EF10) Comparar e identificar os elementos constitutivos comuns e diferentes (ritmo, espaço, gestos) nas danças de matrizes Indígena e Africana.	Matriz Africana: Ahouach, Guedra, Schikatt, Gnawa, Quizomba, Semba, entre outras.				X				X
	PR.EF35EF11) Formular e utilizar estratégias para a execução de elementos constitutivos das danças de matrizes Indígena e Africana.				X					X
Danças de Mundo	PR.EF35EF09) Experimentar, (re)criar e fruir atividades rítmicas e expressivas, danças populares e tradicionais do mundo, valorizando e respeitando os diferentes sentidos e significados dessas danças em suas culturas de origem.	Valsas, Tango, Bolero, Cha-ChaCha, Zook, Swing, Fox-Trot, Rumba, Mambo, entre outras.					X		X	
	PR.EF35EF10) Comparar e identificar os elementos constitutivos comuns e diferentes (ritmo, espaço, gestos) em danças populares e tradicionais do mundo.					X		X		
	PR.EF35EF11) Formular e utilizar estratégias para a execução de elementos constitutivos das danças populares e tradicionais do mundo.					X		X		
	PR.EF35EF12) Compreender o movimento rítmico como forma de expressão corporal e de					X		X		

UNIDADE TEMÁTICA: DANÇAS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	representação social, e ainda identificar situações de injustiça e preconceito geradas e/ou presentes no contexto das danças e demais práticas corporais, desenvolvendo uma consciência crítica e reflexiva sobre seus significados e discutindo alternativas para superá-las, valorizando as diversas manifestações culturais.									

UNIDADE TEMÁTICA: DANÇAS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Jogos de luta	PR.EF03EF.n.3) Experimentar e fruir diferentes jogos de luta, conhecendo e respeitando a si e aos outros, evidenciando a manifestação do lúdico.	Luta de dedos, "Rinha de Galo", Jogos de desequilíbrio (Agachado, de joelhos, em pé, em um pé só), Lutas de toque (Toque nas costas, nos ombros etc.), entre outras.			X			X		
	PR.EF03EF.n.3) Identificar os riscos durante a realização dos jogos de luta, valorizando a própria segurança e integridade física, bem como as dos demais, reconhecendo e respeitando a pluralidade de ideias e a diversidade cultural humana.				X			X		
	PR.EF03EF.n.3) Planejar e utilizar estratégias para a execução de diferentes elementos dos jogos de luta.					X			X	
Lutas do contexto comunitário local e regional	PR.EF35EF13) Experimentar, fruir e recriar diferentes lutas e seus elementos presentes no contexto comunitário local e regional, reconhecendo seu contexto histórico, social e cultural.	Capoeira, Karatê, Judô, Jiu Jitsu, entre outras.				X		X		

UNIDADE TEMÁTICA: DANÇAS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EF35EF14)Planejar e utilizar estratégias básicas das lutas do contexto comunitário local e regional propostas como conteúdo específico, respeitando as individualidades e a segurança dos colegas.					X		X		
	PR.EF35EF15.a.4.05)Identificar e valorizar as características das lutas do contexto comunitário local e regional, reconhecendo as diferenças entre brigas, lutas e artes marciais, e entre lutas e as demais práticas corporais.					X		X		
Lutas de matrizes Indígena e Africana	PR.EF35EF13)Experimentar, fruir e recriar diferentes lutas de matrizes Indígena e Africana, reconhecendo seu contexto histórico, social e cultural.	Matriz Indígena: Aipenkuit, Hukahuka, Idjassú, Luta marajoara, Maculelê, entre outras. Matriz Africana: Laamb, Dambe, Ngolo, Musangwe, entre outras.					X	X		
	PR.EF35EF14)Planejar e utilizar estratégias básicas das lutas de matrizes Indígena e Africana propostas como conteúdo específico, respeitando as individualidades e a segurança dos colegas					X	X			
	PR.EF35EF15)Identificar e valorizar as características das lutas de matrizes Indígena e Africana, reconhecendo as diferenças entre brigas, lutas e artes marciais, e entre lutas e as demais práticas corporais.					X	X			

UNIDADE TEMÁTICA: PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA.			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Jogos de aventura	PR.EF03EF.n)Experimentar e fruir diferentes jogos de aventura, baseados em práticas corporais de aventura urbanas e da natureza, valorizando a própria segurança e integridade				X	X	X			X

UNIDADE TEMÁTICA: PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA.			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	física, bem como as dos demais, reconhecendo e respeitando a pluralidade de ideias e a diversidade cultural humana, evidenciando a manifestação do lúdico.	Escalada horizontal, Arborismo de obstáculo, Corridas de aventura, Circuitos de obstáculos, Passeio de skate, Caminho da escalada, Escalada lateral, Jogos de equilíbrio (em linhas, bancos, pequena plataformas etc.), entre outros.								
	PR.EF03EF.n) Identificar e compreender os riscos durante a realização dos jogos de aventura e planejar estratégias para sua superação, reconhecendo os protocolos básicos de segurança das práticas corporais propostas como conteúdo específico.				X	X	X			X
	PR.EF03EF.n) Identificar o meio em que as práticas ocorrem: terra, água ou ar e quais os equipamentos necessários para minimizar os riscos, respeitando os próprios limites e os dos demais.				X	X	X			X
	PR.EF03EF.n) Experimentar e fruir os jogos de aventura, respeitando o patrimônio público, privado e o meio ambiente, utilizando alternativas para a prática segura e consciente, em diversos tempos/espacos.				X	X	X			X

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Partindo do princípio de que a educação não é neutra, mas impregnada de intenções, de sentidos/significados, podemos dizer que, por meio da mediação do profissional da educação, o aluno passa de uma experiência social, inicialmente confusa e fragmentada, para uma visão organizada e sistematizada.

A Educação Física, que tem como objeto de estudo e ensino e a **Cultura Corporal** articuladas com as relações sociais e historicamente engendradas, é um dos meios para conquistar a consciência de classe e construir a identidade social do ser humano. Dessa forma, dependendo das experiências vividas, produz instrumentos para interferir na construção da sua existência.

Segundo Soares et al.(1992), a expressão corporal é uma linguagem, um conhecimento universal, patrimônio da humanidade. Assim, pode-se afirmar que o professor de Educação Física estará conduzindo o processo de ensino e aprendizagem de tal forma que o corpo, como meio possível de aprendizagem, por meio da realização da ação motora, possa apreender os conteúdos propostos na disciplina dentro de uma visão de totalidade, relacionando a realidade sociocultural dos alunos à sua práxis escolar, resultando em conhecimentos que suscitem estratégias e iniciativas para uma prática social ativa e crítica, contribuindo para o desenvolvimento do aluno em todos os aspectos.

Apontando para essa perspectiva, Darido e Souza (2007) afirmam:

Um ponto de destaque nessa nova significação atribuída à educação física é que a área ultrapassa a ideia de estar voltada apenas para o ensino do gesto motor correto. Muito mais que isso, cabe ao professor de educação física problematizar, interpretar, relacionar, analisar com seus alunos as amplas manifestações da cultura corporal, de tal forma que estes compreendam os sentidos e significados impregnados nas práticas corporais. Ainda nesta perspectiva, a Educação Física Escolar destaca-se por entender o homem como um ser em movimento. Observa-se também, reflexões de vários estudiosos que procuram compreender a problemática da corporeidade inserida na totalidade da existência humana. Nessas reflexões, buscam-se os fundamentos para pensar a Educação Física Escolar como fenômeno educativo e cultural. (DARIDO; SOUZA, 2007, p. 14).

Segundo Oliveira (1997), a Cultura Corporal será enfocada como prática social produzida pelo trabalho para atender a determinadas necessidades sociais. As práticas corporais serão vivenciadas no fazer corporal, bem como na necessidade de se refletir sobre esse fazer.

Para atender a essa concepção, os conteúdos estão organizados em Unidades Temáticas que contemplam o conhecimento de Educação Física. Segundo Darido (2001), propõe-se que, ao serem trabalhados os Objetos de Conhecimentos, considere-se a relevância social e o tempo histórico em que está inserido, fazendo com que o aluno confronte o conhecimento do senso comum com o científico e os diferentes saberes elaborados, ampliando os conhecimentos por ele apreendidos, propiciando a leitura da realidade.

Segundo o Referencial Curricular do Paraná,

É importante salientar que a organização das unidades temáticas se baseia na compreensão de que o lúdico pode ser enfatizado em todas as manifestações da Cultura Corporal, ainda que essa não seja a única finalidade na Educação Física na escola. Ao experienciar Brincadeiras, Jogos, Esportes, Ginásticas, Danças, Lutas, Práticas corporais de aventura dentre outras manifestações, para além da ludicidade, os estudantes se apropriam das lógicas intrínsecas a essas manifestações (regras, códigos, rituais, sistemáticas de funcionamento, organização, táticas, etc.), assim como estabelecem relações entre si e com a sociedade por meio das representações e dos significados que lhes são atribuídos. (PARANÁ, 2018, p. 343-344).

Para que esse entendimento se traduza na prática da disciplina, de modo a contemplar os pressupostos psicológicos dessa PPC, a abordagem das Unidades Temáticas deve atentar para a relevância das escolhas do que e de como conduzir o trabalho, possibilitando, assim, a apreensão das representações, da sua historicidade e das suas implicações. No que tange a essa questão, Neira (2018) destaca a possibilidade de ‘justiça curricular’¹⁴ decorrente da ‘seleção cuidadosa’ dos temas:

¹⁴ O termo ‘justiça curricular’, segundo Neira (2018), vem designar um conjunto de ideias e ações que contrapõem o privilégio dado aos conhecimentos e aos conteúdos inerentes às identidades dos grupos hegemônicos em detrimento às identidades de outros grupos sociais que ficam à margem, como reprodução da própria sociedade de classes em que as escolas encontram-se inseridas. Assim, a justiça curricular, por meio da seleção cuidadosa dos temas a serem abordados, busca articular o rompimento com o dualismo entre as noções (equivocadas) de cultura superior e de cultura inferior, bem como os valores que norteiam essas duas percepções e que por muito tempo sustentou posturas discriminatórias na escola e na sociedade. Um dos elementos favoráveis a viabilização da ‘justiça curricular’ foi a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), mediante a alteração proposta pela Lei Federal nº 10.639/2003, que orienta e determina a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica, corroborando para o exercício de promoção da cidadania plena para todos, valorizando a cultura negra brasileira e africana, as expressões culturais indígenas, a diversidade de escolas, como as das populações quilombolas etc. Dessa forma, os professores de Educação Física, em especial nesta PPC, oportunizado

Uma seleção cuidadosa de brincadeira, dança, luta, esporte ou ginástica que será abordada legítima diversos saberes culturais e, em função disso, os alunos e alunas podem entender a heterogeneidade social mediante a democratização das políticas de identidade, isto é, do direito às diferenças (Torres Santomé, 1998). O que não quer dizer preencher o currículo com práticas corporais pertencentes aos grupos minoritários, muito menos como costuma acontecer em algumas escolas, conferir-lhes um tratamento episódico: danças sertanejas nas festas juninas, capoeira e jogo na Semana da Consciência Negra, etc. A definição do tema com base na justiça curricular desestabiliza o viés colonialista na descrição do outro. Uma Educação Física culturalmente orientada destaca não só os conhecimentos e práticas sociais dos grupos dominados, como também suas histórias de luta, ademais, valoriza a diversidade da população e proporciona o ambiente necessário para que as narrativas sejam efetuadas a partir da própria cultura, de forma a relatar as condições enfrentadas e partilhar formas de resistência e superação. (NEIRA, 2018, p. 49).

Os **Objetos de Conhecimento** e os **Objetivos de Aprendizagem** são tematizados em seis **Unidades**, como forma de sistematizar os conhecimentos a serem trabalhados no Ensino Fundamental. Esse trabalho não deve ser estanque, mas deve considerar determinada flexibilidade em sua organização, já que o próprio Referencial considera a possibilidade de inserção de novas Unidades Temáticas, Objetos de Conhecimento e Objetivos de Aprendizagem de acordo com os anseios e conforme for necessário para atender às realidades distintas em que estão inseridas as diferentes escolas, respeitando as especificidades das

pela reorganização teórico-metodológica em 'Unidades Temáticas', poderá atuar nessa direção a fim de minimizar as injustiças e as desigualdades étnico-raciais nos espaços escolares onde atuam, mediando o conhecimento e a cultura acumulada historicamente, por meio da prática educativa consciente e crítica.

que ofertam outras modalidades (Educação do Campo, Educação Especial, Educação Escolar Indígena, Educação de Jovens e Adultos, Educação Escolar Quilombola, Educação Profissional e Educação à Distância).

Nessa direção, com o intuito de garantir os Direitos de Aprendizagem, orienta-se adotar a simultaneidade no processo educativo, ou seja, os Objetos de Conhecimento devem ser trabalhados de maneira mais aprofundada ao longo dos anos, sem a visão de pré-requisitos a fim de contemplar os Objetivos de Aprendizagem propostos pela educação formal/institucionalizada. Assim, para a elaboração deste documento, considerou-se as práticas corporais organizando-as nas seguintes Unidades Temáticas: brincadeiras e jogos, ginásticas, danças, esporte, lutas e práticas corporais de aventura, que aqui constam descritas na sequência dos Conteúdos Permanentes, devido à relevância e à constância desses em todos os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Conteúdos Permanentes

Os Conteúdos Permanentes aparecem em todos os anos, e, devido à sua importância, recebem destaque. Portanto, serão trabalhados constantemente e em paralelo às unidades temáticas já apresentadas. São eles: percepção, categorias de movimento, alongamento e descontração, os quais estão descritos na sequência.

Percepção

Segundo Gallahue (2008), percepção significa consciência ou interpretação de informação. Refere-se ao processo de organizar e sintetizar a informação que reunimos por meio dos vários órgãos dos sentidos. Esse processo leva os alunos a aprender, por meio dos sentidos, sobre os aspectos corporais, espaciais e temporais do seu mundo em expansão. Divide-se em: **Percepção Corporal** - imagem corporal e esquema corporal; **Percepção Espacial** - quanto espaço o corpo ocupa e a relação histórico-social do corpo com objetos externos; **Percepção Temporal** - noção espaço-tempo; **Percepção Direcional** – com relação a objetos que estão no espaço externo; lateralidade e direcionalidade: à frente/atrás, direita/esquerda, em cima/embaixo, perto/longe, pequeno/grande, dentro/fora.

Os elementos que dizem respeito à aprendizagem pela via dos sentidos, reunidos nas diferentes percepções e em seus desdobramentos corroborativos para a construção do conhecimento, encontram as condições para a sua efetivação na prática educativa contemplados na gama de objetivos propostos em cada uma das seis Unidades Temáticas dessa PPC.

As Categorias de Movimento

As categorias de movimento denominadas por Gallahue (2008) como equilíbrio, manipulação e locomoção são conteúdos que fundamentam o desenvolvimento do aluno e, portanto, serão contempladas em todos os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. O autor conceitua as categorias do movimento em 'Equilíbrio ou estabilidade', que é a habilidade de manter o equilíbrio com relação à força da gravidade. Essa é a forma mais básica do movimento humano e embasa as categorias de locomoção e manipulação. 'Locomoção' é a mudança, a alteração do corpo no espaço. 'Manipulação', por sua vez, refere-se à ação direta a um objeto com o uso das mãos ou dos pés, movimento que abrange a manipulação motora grossa (movimentos de dar força aos objetos ou receber força dos objetos, como arremessar, chutar, agarrar, rebater) e a manipulação motora fina (atividades de segurar objetos que enfatizam o controle motor, a precisão e a exatidão do movimento como cortar, escrever, empunhar). O professor deve preocupar-se primeiramente com a aquisição de habilidades motoras grossas e, em menor intensidade, com as habilidades manipulativas finas.

CATEGORIAS DE MOVIMENTO		
Movimentos Fundamentais EQUILÍBRIO	Movimentos Fundamentais LOCOMOÇÃO	Movimentos Fundamentais MANIPULAÇÃO
Inclinar	Caminhar	Arremessar
Alongar	Correr	Interceptar
Girar/virar	Pular	Chutar
Balançar	Saltar	Capturar
Rolamento Corporal	Saltitar	Golpear
Apoios invertidos	Deslizar	Quicar uma bola
Iniciar e finalizar	Guiar	Rolar uma bola

Parar	Escalar	Chutar em suspensão
Esquivar		
Equilibrar		

As Categorias de Movimento são, em essência, instrumentos pertinentes e participativos para o desenvolvimento integral do aluno, e caracterizam-se por serem habilidades fundamentais e necessárias, que devem ser trabalhadas ao longo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Considerando que o desenvolvimento dos seres humanos não acontece de forma natural e/ou espontânea, como fora explicitado por intermédio da teoria histórico-crítica e descrito por Saccomani e Marsiglia (2016) como “[...] um desenvolvimento histórico-cultural e, portanto, é resultado da produção (ou não) na subjetividade de cada indivíduo [...]” (SACCOMANI, MARSIGLIA, 2016, p. 343), ou seja, que cada indivíduo, desde a sua infância, apreende, por meio da apropriação da cultura, o que deriva considerar que cabe à escola, como já defendido por Saviani (2000), possibilitar esse processo como um todo, o que ocorre por meio da apropriação do conhecimento científico.

Nesse entendimento, destacam-se as possibilidades que a Educação Física, considerando os elementos inerentes ao trabalho com a Cultura Corporal, pode colocar-se a serviço dessa formulação conceitual e prática junto aos alunos, os quais, apropriando-se desses conhecimentos, participarão do processo de construção da história da sociedade e da sua própria história como sujeitos ativos em sua trajetória.

Assim, o trabalho a ser desenvolvido com as Categorias de Movimento permite aos alunos a unidade entre as funções sensoriais e motoras. Além disso, com o domínio dessas habilidades e conhecimentos, eles passam também a formular múltiplas percepções de si mesmos, do outro, da sociedade e do mundo, em um movimento dialético que corrobora para a superação das imposições de limitações e das próprias contradições que decorrem destas.

Alongamento e Descontração

O objetivo da atividade de alongamento, conforme pontua Dantas (1995), é conservar ou recuperar a harmonização do corpo, reduzindo tensões, aprimorando a coordenação motora, mantendo a amplitude de movimento, prevenindo lesões musculares, trabalhando as articulações e, por consequência, aumentando a flexibilidade. Essa atividade prepara o corpo para o exercício físico que será realizado. Apesar de não ter função biológica em crianças menores de oito anos, isto é, não traz resultados expressivos, é importante realizar vários exercícios de alongamento, os quais terão como função a consciência corporal, o conhecimento do corpo.

A descontração é a qualidade física compreendida como um fenômeno neuromuscular, resultante de uma redução de tensão na musculatura esquelética. Essa atividade capacita o aluno a recuperar-se de esforços físicos realizados, fazendo o organismo retornar rapidamente ao repouso. É importante utilizá-la ao final das aulas. Pode ser a respiração concentrada, um alongamento, música, entre outros. Além disso, é o momento de conversar sobre as atividades realizadas durante a aula.

Nessa direção, as Unidades Temáticas se organizam de tal forma que permitem ao professor o diálogo constante com os Conteúdos Permanentes, como explicitado a seguir.

Brincadeiras e Jogos

A Unidade Temática Brincadeiras e Jogos explora aquelas atividades voluntárias exercidas dentro de determinados limites de tempo e de espaço, caracterizadas pela criação e alteração de regras, bem como pela apreciação do ato de brincar em si. Essas práticas não têm um conjunto estável de regras e, portanto, ainda que possam ser reconhecidos jogos similares em diferentes épocas e partes do mundo, esses são recriados, constantemente, pelos diversos grupos culturais.

A cultura dos jogos deve ser transmitida e valorizada tanto na escola quanto na sociedade na qual o aluno está inserido. Sabe-se da importância dessa vivência para a construção de significados e para a apreensão deles por meio das manifestações corporais.

Segundo as Diretrizes Curriculares da Educação Básica (DCEs) do Estado do Paraná,

[...] os jogos se integram aos currículos escolares deixando de ser simples passatempo inconsequente, e sim um lugar de destaque. As atividades em forma de jogo são as que mais podem facilitar e contribuir para o desenvolvimento metodológico de ensino-aprendizagem da criança, em virtude da riqueza de oportunidades que o lúdico oferece. Estimulam a criatividade, a crítica, e a socialização, sendo, assim, uma atividade importante e significativa pelo seu conteúdo pedagógico-social. (PARANÁ, 2008, p. 33).

Nessa perspectiva, o conhecimento teórico, o valor social, cultural e pedagógico das brincadeiras e jogos têm grande importância na vida do aluno. No componente curricular de Educação Física, essa unidade é considerada fundamental no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem como um todo, assim, “Almeja-se organizar, e estruturar a ação pedagógica de Educação Física, de maneira que o jogo seja entendido, apreendido, refletido e reconstruído como um conhecimento que se constitui um acervo cultural, ao qual o aluno deve ter acesso na escola” (SOARES et al., 1992 apud PARANÁ, 2008, p. 66).

Nessa direção, brincar e jogar são consideradas atividades que possibilitam um estreitamento no diálogo entre a percepção de mundo contida no aluno à linguagem cultural e elaborada, próprias do ambiente escolar, que auxiliam na formulação do pensamento e na consciência de mundo. É interessante, nesse aspecto, referenciar o jogar e o brincar da seguinte forma: “Quando a criança joga, ela opera com o significado das suas ações, o que a faz desenvolver sua vontade e ao mesmo tempo tornar-se consciente das suas escolhas e decisões. Por isso, o jogo apresenta-se como elemento básico para a mudança das necessidades e da consciência” (SOARES et al., 1992, p. 66).

A brincadeira é uma das formas que leva o professor de Educação Física a possibilitar e a dar o enfoque a algo que coloca o aluno como protagonista no mundo. O desenvolvimento cognitivo, psicológico e social da criança perpassa por várias etapas, e essas são desenvolvidas no decorrer dos primeiros anos de sua vida, os quais transcorrem quando a criança já encontra-se inserida na escola. E é nesse local e espaço de tempo que as brincadeiras tomam forma, em que as vontades, resultantes em parte das necessidades e das ações práticas, são sustentáculo para o processo de aprendizagem. Segundo Elkonin (1969 *apud* LAZARETTI 2016, p.130), nesse período, “A ampliação dos domínios da realidade permite que a criança assuma ações cada vez mais autônomas e sua percepção a respeito da realidade que a rodeia torna-se mais aprimorada”.

Seguindo esse pressuposto, Lazaretti (2016) afirma que a brincadeira, desde a ação e a manipulação com os objetos, marcada pelas ações elementares às atividades lúdicas que reproduzem os diferentes papéis sociais, propicia à criança explorá-la como a representação do adulto em sociedade, o que, em última instância, a auxilia no entendimento das diversas funções que esse exerce, tal como a do trabalho, momento no qual os objetos que ela utiliza para as suas brincadeiras, apesar de pertencerem ao mundo da infância, adquirem um novo significado social, como menciona a autora:

[...] ocorre a conversão de menina em mamãe, da boneca em filha, e os atos de dar banho, dar de comer e preparar a comida transforma-se em responsabilidades da criança. Isso revela a tendência de a criança querer participar da vida e das atividades dos adultos, *quer aprender* na relação com eles e com o mundo dos objetos humanos, procurando compreender essas relações em sintonia com o tudo o que se descortina à sua volta. (LAZARETTI, 2016, p. 132).

Em consonância com essa concepção, Sawitzki (1998) afirma que, por meio da dinâmica dos jogos, é possível ao professor de Educação Física incentivar uma reflexão em torno da organização do trabalho e da vida social, por exemplo, mostrando aos alunos a importância do estabelecimento de regras para a convivência em grupo. Pode-se afirmar que as brincadeiras e os jogos propiciam formas para a criança criar estratégias cognitivas em seu processo de desenvolvimento e do conhecimento do real. Nesse trabalho, podemos afirmar que o processo de ensino e de aprendizagem a partir dessa unidade permitirá, supostamente, a construção de um referencial sobre a organização social, suas imposições, bem como a importância e a dimensão da atuação individual para o todo.

Ginásticas

A ginástica confunde-se com a própria história da Educação Física, pois a sua prática remonta à história da Grécia Antiga, onde os homens exercitavam-se com o objetivo de atingir um elevado condicionamento físico, para garantir a preservação da espécie, a destreza dos movimentos e do intelecto, assim como o sucesso de uma guerra.

Nesse sentido, é possível compreender as ginásticas como sendo uma Unidade Temática de importância ímpar, que contribui na formação para a liberdade; essa por sua vez, consciente aos limites que o respeito por si e pelo outro exige na vivência coletiva. Já na perspectiva de Brochado (2005), a ginástica é uma forma particular de exercitação por meio da qual, com ou sem o uso de aparelhos, abre-se a possibilidade de atividades e de experiências corporais dos alunos, cujo agir (aprendizagem de movimentos) resulta da própria história dos homens, possibilitando a aquisição do domínio corporal, da flexibilidade, da força, da velocidade, da resistência, da habilidade motora, do equilíbrio, entre outros.

Danças

A dança acompanha o homem praticamente desde os primórdios da humanidade. Os povos antigos dançavam pelas mais diversas motivações, estando ela presente nos principais acontecimentos das sociedades antigas. Para Oliveira (1983),

Uma das atividades físicas mais significativas para o homem antigo foi a dança. Utilizada como forma de exibir suas qualidades físicas e de expressar os seus sentimentos, era praticada por todos os povos [...] A dança primitiva podia ter características eminentemente lúdicas como também um caráter ritualístico, onde havia demonstrações de alegria pela caça e pesca feliz ou a dramatização de qualquer evento que merecesse destaque como os nascimentos ou funerais. (OLIVEIRA 1983, p. 14).

Assim, a dança é uma linguagem social que engloba as manifestações da Cultura Corporal, representando e simbolizando a história social dos homens, tendo como característica comum a intenção explícita de expressão e de comunicação por meio de gestos (que permitem exteriorizar sentimentos e emoções) e a presença de ritmos e estímulos sonoros, possibilitando a construção de conhecimentos sobre brincadeiras cantadas, cantigas de roda e manifestações da Cultura Corporal. Esses conteúdos devem ser adequados, considerando o contexto no qual a escola está inserida.

Segundo Soares et al. (1992), a dança como arte deve encontrar os seus fundamentos na própria vida, o que significa afirmar que a dança pode se concretizar como unidade temática, no processo de ensino e aprendizagem, como a expressão da vida dos alunos, ou seja, deles e da realidade em que estão inseridos, permitindo-os, à medida que se expressam, perceberem o corpo em sua totalidade. Outro elemento importante nessa unidade é considerar que os ritmos e os movimentos divulgados na mídia são reproduzidos e, conseqüentemente, invadem o contexto escolar, necessitando da mediação do professor para reflexão e o aproveitamento desse conhecimento. Devido à tecnologia, à presença dos meios de comunicação e ao fato do mercado da música estar mais voltados para o lado comercial, é necessário instrumentalizar os alunos para que façam uma leitura crítica da realidade midiática. Para essa questão, Santos Júnior (2007) oferece o seguinte aporte:

[...] o professor deve discutir e dialogar rotineiramente com os educandos, vinculando a utilização de vídeos, documentários, revistas, jornais e entre outras que possibilitem o diálogo com os fundamentos teóricos de uma Educação Física concebida como apropriação e transformação da cultura corporal de movimento, tratando de assuntos polêmicos e atuais que facilitem o desenvolvimento de conteúdos conceituais e atitudinais. No caso da televisão, a imagem proporciona um impacto aos educandos e a partir dessa primeira emoção pode-se

mediar uma interpretação mais crítica e racional. Em síntese, a tarefa teórica e prática da Educação Física deve ser a do esclarecimento, visando desvelar pela crítica e pela razão o conjunto de objetivos e interesses que configuram a mensagem midiática [...]. [...] Cabendo a Educação Física com pleno conhecimento sobre a cultura corporal de movimento promover a retomada de uma formação cultural esportiva autônoma em relação a indústria midiática, concorrendo para ação do receptor-sujeito capaz de automatizar e reconstruir seu próprio significado. (SANTOS JÚNIOR, 2007, p. 1).

Esportes

Os Esportes compõem, juntamente com outras unidades temáticas, um leque de possibilidades aos professores no que se refere à diversidade de situações a serem trabalhadas. Cada modalidade apresenta a sua singularidade, mas todas têm um alcance possível e pertinente para a formulação de entendimentos da sociedade na qual os alunos estão inseridos. Nessa perspectiva, Reverdito e Scaglia (2009) destacam que,

[...] o esporte surge como um construtor de valores (personalidade, espírito coletivo, aceitar as regras, resolver problemas, analisar situações, etc.) e comportamentos, que, por meio de sua constante sistêmica de autorregulagem, permite aos indivíduos constatarem a resolução e a construção de problemas em um ambiente de intensidade e fascinação, levando-os a diferentes níveis de experiências e vivências. (REVERDITO; SCAGLIA, 2009, p. 46).

Agregando à discussão, Soares et al. (1992) argumentam:

O esporte, como prática social que institucionaliza temas lúdicos da cultura corporal, se projeta numa dimensão complexa de fenômeno que envolve códigos, sentidos e significados da sociedade que o cria e o pratica. Por isso, deve ser analisado nos seus variados aspectos, para determinar a forma em que deve ser abordado pedagogicamente no sentido de *esporte “da” escola e não o esporte “na” escola*. [...] Na escola, é preciso resgatar os valores que privilegiam o coletivo sobre o individual, defendem o compromisso da solidariedade e respeito humano, a compreensão de que jogo se faz “a dois”, e de que é diferente jogar “com” o companheiro e jogar “contra” o adversário. (SOARES et al., 1992, p. 70-71, grifos nossos).

Com base nessas palavras, destacamos a importância da percepção por parte dos sujeitos da práxis educativa de que os esportes na escola são de caráter educativo e não de treinamento para a competição. Ademais, instrumentalizá-los como prática social que corrobora para a formação de valores e para a consciência do papel que cada um ocupa e pode ocupar nas tramas das relações sociais faz toda a diferença entre a vivência concreta deles e a mera esportivação. Segundo Sawitzki (1998), “[...] a prática do esporte na escola deve oportunizar aos alunos o desenvolvimento do espírito crítico a partir da análise de sua estrutura, evolução histórica e equipamentos exigidos para a sua realização. [...] Por isso é importante que a criança compreenda os esportes criticamente e sistematize os conhecimentos acerca deles[...]” (SAWITZKI, 1998, p. 65).

Lutas

Como parte da Cultura Corporal, as lutas representam um meio eficaz de educação e um conjunto de conteúdos altamente importante para a Educação Física escolar, pois, qualquer que seja a modalidade de luta, exige-se respeito às regras, à hierarquia e à disciplina, bem como o respeito à sua origem e aos significados culturais, sem que receba um tratamento exclusivamente técnico. Outro elemento importante a ser considerado é a valorização das lutas como Unidade Temática, com o intuito de corroborar para a preservação da saúde física e mental de seus praticantes, já que essa é também um dos elementos importantes a serem tratadas no componente curricular. De acordo com Souza Júnior e Santos, “As lutas assim como os demais conteúdos da Educação Física, devem ser abordados na escola de forma reflexiva, direcionada a propósitos mais abrangentes do que somente desenvolver capacidades e potencialidades físicas” (SOUZA JÚNIOR; SANTOS apud OLIVEIRA; FILHO, 2013, p. 1).

Práticas Corporais de Aventura

A inclusão das Práticas Corporais de Aventura como uma das temáticas desta PPC vem ao encontro do que está elencado na BNCC como um dos conteúdos a serem trabalhados nos Anos Finais do Ensino Fundamental, assim como contempla o que está previsto no Referencial Curricular do Paraná (PARANÁ, 2018), que indica a inserção a partir do terceiro ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais - uma novidade, se comparado aos conteúdos tradicionais da Educação Física.

De acordo com Inácio et al. (2016), essa manifestação da Cultura Corporal tem as suas primeiras discussões acadêmicas no Brasil da década de 1990, e, desde então, sob o uso de variações em sua nomenclatura (Esportes de Risco, Esportes Extremos, Atividades de Aventura na Natureza, entre outros), vem sendo cogitada como uma proposição a ser trabalhada na escola, na perspectiva de contribuir para a percepção e a preservação do meio ambiente, dos espaços públicos, da necessidade de se calcular

riscos, no cuidado com a integridade física de si e do outro, por se tratar de formas de experimentação corporal, em ambientes tidos como desafiadores para o aluno.

A temática tem por finalidade instrumentalizar novas possibilidades e conteúdos para as aulas de Educação Física, propondo e incentivando a criatividade, a inovação e o interesse dos sujeitos da práxis educativa, já que por meio dessas, novos elementos auxiliam para a socialização, a concentração, o senso e o poder de decisão, ao passo que os alunos estarão, por vezes, a se deparar com situações novas, em diversos espaços, dentro e fora do ambiente escolar. Além dessa gama de possibilidades, as atividades dessa temática contribuem para o desenvolvimento de qualidades físicas como: a força, a resistência, a flexibilidade e o equilíbrio que são trabalhados de forma bem específicas.

Pode-se afirmar que algumas características dos esportes a serem trabalhados nessa temática são: ultrapassar barreiras, vencer limites e desafios (já que a única regra nessas atividades é a obediência às normas necessárias de segurança de cada modalidade) que estimulam também a satisfação, o interesse e a motivação do aluno para as práticas corporais.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Os Desafios Contemporâneos buscam promover a análise, a reflexão, a difusão de ideias e o cruzamento de múltiplas perspectivas a respeito do contexto atual nos campos social, da cultura e da educação, além de propiciar a troca de experiências entre diversos agentes: formuladores de políticas públicas, empreendedores, grupos independentes, integrantes de movimentos sociais, coletivos artísticos, profissionais do campo de educação, cultura e museus, pesquisadores e intelectuais. Nesse sentido, as metodologias ativas objetivam alcançar e motivar o estudante, que colocado diante uma situação-problema, examina, reflete, contextualiza, pesquisa e ressignifica suas descobertas. Sendo um recurso didático de grande importância, as metodologias ativas

podem favorecer, de forma significativa e eficaz, o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando ao aluno um papel protagonista na produção de seu conhecimento.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR

O Dia Nacional da Alimentação nas Escolas é comemorado em 21 de outubro. A data foi escolhida para ressaltar a importância das ações voltadas para a educação alimentar e nutricional dos estudantes de todas as etapas da educação básica. E é com esse objetivo que o Governo Federal investe no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que tem como objetivo garantir o consumo de alimentos saudáveis no ambiente escolar, de modo a criar bons hábitos nos estudantes para toda a vida.

Respeitar os hábitos alimentares e vocação agrícolas locais. Para a execução do PNAE, a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, institui como diretrizes da alimentação escolar: Alimentação Saudável e adequada orienta para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica. O professores de Educação Física abordam esse tema na Unidade temática Ginástica : que a tratar no objeto de conhecimento Ginástica geral e o reconhecimento do corpo, ele aborde a importância de uma alimentação saudável.

COMBATE A VIOLÊNCIA

A problemática da violência, seja aquela em que a criança/jovem é vítima ou protagonista vem causando grande preocupação no meio escolar. Em geral, violência é conceituada como um ato de brutalidade, física e/ou psíquica contra alguém e

caracteriza relações interpessoais descritas como de opressão, intimidação, medo e terror. Nas escolas, a violência está aumentando não somente do ponto de vista quantitativo como também do qualitativo. Como a violência afeta diretamente a parte do cérebro onde processamos nossas emoções devemos abordar esse tema utilizando a unidade temática Esportes, em que tratamos dos jogos esportivos de precisão, que ao o professor explorar com a criança trabalho coletivo na pratica de jogos ele possa abordar o tema.

O professor de Educação Física a fim de impedir que isso aconteça deverá diálogar com os alunos. Além disso esse trabalho, deve envolver toda a comunidade escolar, em qualquer atividade coletiva, só é possível alcançar os objetivos se todos apresentarem habilidades diferentes que, unidas, formarão uma equipe.

Mas é preciso que o professor construa essa ideia nos alunos. "Sem a menor dúvida, o aluno que é escolhido por último na divisão de times e não chuta bem, possui outras habilidades que são até mais importantes que a simples marcação do gol. Como os alunos são iludidos pela nobreza do artilheiro, induzida pelas mídias, cabe ao professor desconstruir essas percepções destituídas de valor e inserir conceitos de cooperação e equipe".

EXIBIÇÃO DE FILMES MENSAIS NACIONAIS

A exibição de filmes nas escolas deve haver uma pluralidade pedagógica que precisa ser pensado, planejado e executado e que permite contribuir com a construção de uma alfabetização crítica dos meios que utilizam os recursos audiovisuais: cinema, televisão, internet, etc.

É possível levantarmos uma infinidade de atividades que podemos realizar com o audiovisual nas escolas. Isto é importante, mas não podemos ficar só nisso... As atividades são importantes desde que sejam pensadas e articuladas com uma proposta pedagógica mais ampla. É preciso caminhar: agindo e pensando... construindo e transformando...

Novas relações e linguagens desafiam os profissionais da educação a pensar na vocação multicultural da escola, no sentido de promover o diálogo entre as diferentes gerações e os diversos padrões culturais nela presentes.

Em sua análise, indicou três fatores que apontam um novo lugar para a escola: a cultura digital, que vem criando uma escola sem muros, na qual o estudante é produtor de conhecimento e a linguagem audiovisual assume importância; a existência de outros. Com o desenvolvimento tecnológico cada vez mais acelerado, existe um aperfeiçoamento das mídias disponíveis em um nível nunca antes visto. Essas mudanças constantes alteram o comportamento de toda a sociedade contemporânea, em que se é possível ter acesso a todo tipo de informações de praticamente todos os lugares no mundo. Diante dessas influências, cabe às escolas, faculdades e todas as instituições educacionais estarem preparadas para receber esses alunos, frutos desta sociedade globalizada, e atualizada com os principais métodos de ensino.

Ao se falar em processo de aprendizagem, é necessário que este seja tratado como o resultado de um processo educativo, com a educação pensada nas pessoas a quem ela se destina. Deste modo, a linguagem, os espaços e os recursos utilizados no processo educativo devem ser adequados às pessoas que são o alvo desse processo de aprendizagem.

Entre as mídias disponíveis, vale ressaltar a importância do vídeo como ferramenta didática. Ferramenta esta que pode contribuir para o trabalho do docente de diversas formas, gerando aulas mais atrativas, favorecendo a construção do conhecimento em todas as Unidades Temáticas dependendo a abordagem do professor.

SEGURANÇA E SAÚDE

A Lei Federal nº 12.645 de 16 de maio de 2012 instituiu 10 de Outubro como o Dia Nacional da Segurança e Saúde nas Escolas, ou seja, estabeleceu um dia a ser dedicado ao tratamento dessa temática no ambiente escolar.

O Dia Nacional da Segurança e Saúde nas escolas foi instituído justamente para promover essa aproximação entre a escola e o mundo da segurança e saúde do trabalhador. Sabe-se o quanto é importante que a problemática da segurança e saúde do trabalhador não se restrinja ao mundo do trabalho, mas passe a ser incorporada o mais cedo possível no cotidiano dos nossos alunos, pois esperar que eles cheguem ao mundo do trabalho para, somente depois disso terem contato com a questão da segurança e saúde no trabalho não é o melhor caminho, uma vez que pode não haver tempo para que isso aconteça, conforme demonstram as estatísticas.

Educar para a cidadania é uma das principais funções sociais da escola, e ter consciência disso implica em reconhecer quão ampla e complexa é sua tarefa. O professor desenvolverá atividade de Saúde e Segurança Unidade Temática: Jogos e brincadeiras onde aborda estratégias para possibilitar a participação segura de todos os estudantes.

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Para potencializar o processo de ensino e garantir a igualdade de oportunidades, que é estabelecido pela LDB e nas diretrizes curriculares para a educação especial na educação básica, que os alunos de inclusão têm direito a um currículo adequado as suas necessidades, cabendo à escola e ao professor apoiar-se no currículo regular e construir um currículo adaptado, reconhecendo que cada aluno tem sua forma e seu ritmo próprio de aprender.

A Educação Física atende o desenvolvimento integral dos estudantes, a fim de dar suporte à aquisição de um repertório de competências e de habilidades psicomotoras básicas. Baseiam-se em atividades com o corpo, cujo movimento e ludicidade são compreendidos como aspectos indissociáveis da aprendizagem. O Programa de Educação Física Especial é sistematizado em fases e ciclos que correspondem ao desenvolvimento neuropsicomotor dos estudantes. Para a correta adequação às fases e ciclos, a fim de atender às necessidades educacionais dos estudantes, faz-se necessária a realização de avaliação física de cunho pedagógico por parte dos professores de educação física.

A Educação Física a ser trabalhada visa o desenvolvimento global do aluno, tomando consciência do seu corpo situando-o no tempo e espaço, para que ele coordene seus movimentos com desenvoltura e tenha uma boa imagem corporal.

- Desenvolvimento da coordenação neuromuscular ampla e de habilidades motoras simples;
- Desenvolver e estimular a coordenação motora fina e adaptação do corpo a situações posturais diferenciadas;
- Desenvolvimento da coordenação dinâmica;
- Desenvolvimento da lateralidade e controle da tonicidade muscular;
- Desenvolvimento da noção de espaço, ritmo e acurácia de movimentos; • Desenvolvimento da velocidade de reação;
- Desenvolvimento da coordenação óculo-manual e do equilíbrio;
- Desenvolver a propriocepção de movimentos com os membros superiores e inferiores;
- Desenvolver e estimular a confiança e a segurança ao deslocar-se no meio líquido;
- Trabalhar a imersão;
- Estimular batidas de pernas, chutes na água, movimentos de flexão e extensão de membros inferiores;
- Estimular a flutuação com o auxílio do professor;
- Estimular a atenção, a concentração e a calma.

A educação física inclusiva possibilita que todos os estudantes tenham acesso ao currículo da disciplina. Ela proporciona a valorização da diversidade, estimula o desenvolvimento de habilidades e valoriza as competências individuais.

A disciplina tem um grande potencial para ser trabalhada de forma integrada com conteúdos de outros componentes curriculares e criar um ambiente colaborativo nas escolas, onde é vista que tem ação teórico-prático de crítica, no sentido de desenvolver um corpo de conhecimento científico.

Psicomotricidade é a ciência que estuda o ser humano através de seu corpo e o movimento (aspectos anatômicos, neurofisiológico e locomotor). Mello (1996) diz que é “uma ciência que tem por objetivo o estudo do homem, através do seu corpo em movimento, nas relações com seu mundo interno e externo”.

Mas como deve ser esse material didático adaptado? Não há uma fórmula exata. O material didático precisa ser atraente e adequado para os níveis da criança com o dificuldade. É importante que o material didático seja objetivo, os enunciados sejam menores e é necessário evitar longos textos que exijam uma interpretação complexa. Alguns outros exemplos:

- Ter menos exercícios por página, pois uma página lotada de informações pode distrair a criança e tirar o foco do objetivo da atividade ou aula;
- Ter mais atividades para ligar, recortar e colar, pintar, circular, marcar X etc;
- Ter temas de interesse da **criança em todas as atividades**. Ela precisa ser estimulada e ter vontade de fazer determinada atividade;
- Os conteúdos precisam ser simples e reduzidos. Por isso, o **material didático** deve focar no que realmente é importante para aluno e que possa ser aplicado no seu cotidiano;
- Evitar questões dúbias e com duplo sentido. As metáforas e figuras de linguagem devem ser excluídas, pois elas podem causar desconforto e desestimular a aprender;
- As imagens e desenhos são aliados nesses casos. O material didático deve ter bastantes recursos visuais.

Outros aspectos fundamentais para a inclusão escolar de crianças.

Além do **material didático adaptado**, as instituições de ensino devem oferecer recursos de apoio e adequar o nível de complexidade das atividades. Além disso, a equipe responsável pela **aprendizagem** do aluno precisa ficar atenta para respeitar o ritmo da aprendizagem da criança e mudar o tempo previsto das atividades para que cada aluno possa alcançar os objetivos propostos.

Também poderá ser necessário modificar as instruções das atividades, alterar o formato das aulas, explorar novos ambientes e usar estratégias de ensino diferenciadas. E para saber se todas essas estratégias estão funcionando é fundamental observar com regularidade o avanço do aluno e se as dificuldades persistem.

O olhar do professor deve ser acolhedor, acreditando na capacidade que cada indivíduo tem de superar seus limites.

Ou seja, antes de começar a planejar sua aula, entenda o seguinte:

Quem é o seu aluno?

Do que ele gosta?

Do que ele não gosta?

O que é importante para ele?

Quais as habilidades que ele possui?

Quais as dificuldades que ele possui?

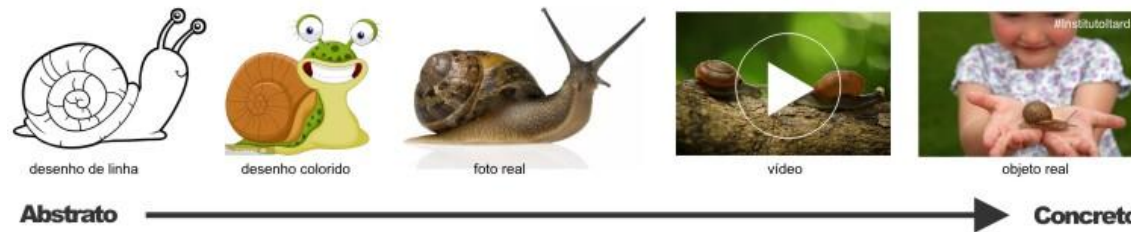
Qual o modelo de aprendizagem do seu aluno?

Outro ponto importante é dar significado. Alunos com deficiência intelectual irão prestar mais atenção em coisas que fazem sentido para eles.

Alunos com deficiência intelectual devem ter reforço positivo mais do que os outros alunos.

Fazer o aluno compreender o que você fala é primordial! Exemplos concretos são sempre a melhor opção. Quanto menor o nível de abstração, melhor.

QUANTO MENOR A ABSTRAÇÃO, MAIS FÁCIL A COMPREENSÃO



Seguem as dicas para se comunicar com alunos com deficiência intelectual:

11. Fale com as crianças usando palavras simples, mas não palavras infantis.
12. Faça pedidos claros e precisos.
13. Mantenha-se calmo e esteja pronto para reformular seu pedido de várias maneiras.
14. Use exemplos **concretos** com frequência, ou seja, diminua a abstração.
15. Para confirmar se uma criança entendeu sua mensagem, discretamente peça para que ela repita.

No brincar e jogar, diversos aspectos são estimulados, desenvolvidos ou aperfeiçoados: a criatividade; a memorização; a cooperação e a solidariedade; a concentração; a linguagem; a motivação; a aquisição de conceitos; a motricidade; a capacidade de discriminar, julgar, analisar, tomar decisões e aceitar críticas; a competitividade; a socialização; a confiança em si e em suas possibilidades; o respeito às regras e o controle emocional.

TRANSIÇÃO

A Educação Física em contexto escolar constitui-se como fundamental no desenvolvimento de estratégias de promoção à socialização entre os indivíduos, ela contempla múltiplos conhecimentos referentes ao corpo e ao movimento, tendo a vantagem de

promover atividades que, pelo seu carácter lúdico contribuem para o desenvolvimento psicomotor e assim, promovem: uma gestão de sentimentos, a comunicação, através das interações sociais em que a criança vai construindo a sua linguagem. Deste modo, as interações onde haja movimento são ótimas estratégias para as crianças se expressarem e comunicarem, porque com o movimento do corpo, a criança troca experiências com o meio que lhe permite conhecer-se a si, aos outros e ao mundo que a rodeia.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, considerando os aspectos relacionados à transição com a Educação Infantil, além da valorização das situações lúdicas de aprendizagem, não se pode deixar de prever a necessária articulação com as experiências vivenciadas na etapa anterior, tanto em termos de uma progressiva sistematização dessas experiências quanto considerando o desenvolvimento dos alunos “pelas novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos.” (BRASIL, 2017,p. 56).

A medida que os alunos avançam para os Anos Finais do Ensino Fundamental, os estudantes são desafiados a, além do desenvolvimento do conhecimento em maior complexidade, ser capazes de lidar com a organização desses conhecimentos numa maior especialização própria das várias disciplinas do currículo. Por isso, o trabalho deve ser no sentido de fortalecer a autonomia dos estudantes de tal maneira que possam acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação, visando também o multiletramento. Nesse sentido, é inegável que a cultura digital tem promovido mudanças sociais significativas nas sociedades contemporâneas e os estudantes estão inseridos nessa cultura, não somente como consumidores.

AVALIAÇÃO

O ato de avaliar deve ser compreendido não apenas como uma ação burocrática de atribuir valor (se for o caso) ao aluno ou ainda, classificá-lo, mas é fundamental identificar ou diagnosticar o nível de conhecimento dos alunos, para efetivar a ação docente e proporcionar a aprendizagem dos conteúdos pertinentes à Educação Física.

O Referencial Curricular do Paraná (PARANÁ, 2018) apresenta uma concepção de avaliação:

[...] o ato de avaliar, em seu contexto escolar, se dá de maneira diagnóstica, na qual a situação de aprendizagem é analisada, tendo em vista a definição de encaminhamentos voltados para a apropriação do conhecimento; de forma contínua, pois acontece a todo o momento do processo de ensino do professor e da aprendizagem do estudante; e de maneira formativa, contribuindo para a sua formação como sujeito crítico, situado como um ser histórico, cultural e social, enfatizando a importância do processo. (PARANÁ, 2018, p. 27).

Partindo da concepção acerca de como deve ocorrer o processo avaliativo presente no documento supracitado, e com base nos princípios contemplados nos Pressupostos Pedagógicos deste documento, que também devem estar presentes no PPP do estabelecimento de ensino, a avaliação em Educação Física deve ser entendida como um processo contínuo e sistemático do aluno e do professor, caracterizando o que atualmente é entendido e tratado por “Avaliação Formativa”, como indica Villas Boas (2006):

[...] a avaliação na concepção formativa consiste no ato de avaliar tanto a trajetória de construção das aprendizagens e dos conhecimentos dos educandos, como também o trabalho do professor, por permitir analisar “[...], de maneira frequente e interativa, o progresso dos alunos, [...]” e “[...] para identificar o que eles aprenderam e o que ainda não aprenderam, para que venham a aprender e para que reorganizem o trabalho pedagógico”. (VILLAS BOAS, 2006, p. 4-5 apud SALOMÃO; NASCIMENTO, 2015, p. 18).

Essa concepção de avaliação é permanente e se faz presente no processo educativo: no planejamento, na execução e na sua reflexão, como forma de reorientar a prática docente e ampliar a aprendizagem dos alunos. Ainda nessa direção, encontramos em Soares et al. (1992) que “[...] o sentido da avaliação no processo ensino-aprendizagem em Educação Física é o de fazer com que ela sirva de referência para análise da aproximação ou distanciamento do eixo curricular que norteia o projeto pedagógico da escola” (SOARES et al., 1992, p. 103), contribuindo para a discussão no que tange a importância de considerar a avaliação como processual e como elemento fundamental na reflexão e no possível redirecionamento das práticas educativas que devem estar em consonância ao projeto educativo, em sua proposição expressada pelos objetos de conhecimento, objetivos de aprendizagem e unidades temáticas.

Dessa forma, para avaliar em Educação Física, é preciso ter claro os objetos do conhecimento e os objetivos de aprendizagem das unidades temáticas, considerando os diversos níveis de complexidade, respeitando a individualidade dos alunos, por meio da utilização de variados instrumentos avaliativos, como a utilização de instrumentos de coleta de dados elaborados em reciprocidade com as Unidades Temáticas, orientados pela clareza do que avaliar e para que avaliar. Para os momentos avaliativos no desenvolvimento da aula, é pertinente a criação de estratégias avaliativas que conduzam formular considerações (do individual

ao coletivo) acerca das aprendizagens das Categorias de Movimento, em uma constante observação da apropriação das habilidades motoras básicas e especializadas, articuladas ao grau de apreensão cognitiva e social que envolve o processo como um todo.

Nessa direção, os instrumentos avaliativos devem estar estruturados e adequados e em sintonia com os objetos do conhecimento, de modo a garantir e efetivar o registro da avaliação realizada, tanto pelo professor como pelo aluno. Esses dados devem compor um acervo que permita a compreensão da realidade que foi avaliada, tendo a função de ampliar a observação feita pelo professor, constatando e configurando uma descrição que demonstra a aprendizagem. Também, ao avaliar, o professor considerará as diferenças dos alunos a partir do contexto social no qual estão inseridos, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento omnilateral do indivíduo, ciente de que ao final os alunos precisam dominar os objetos da aprendizagem que constituem o núcleo conceitual do componente curricular. Para tanto, a reflexão sobre o conjunto das ações docentes é de extrema importância, pois permite a reorganização de sua prática ao longo do ano letivo, de acordo com os resultados obtidos.

Serão ofertados ao longo do processo de ensino e aprendizagem na disciplina do componente curricular Educação Física, no Ensino Fundamental, Anos Iniciais, os elementos teóricos e práticos para que o aluno possa entrar em contato com o que propõe as seis Unidades Temáticas, subsidiando condições para a apreensão dos objetos de conhecimento e dos objetivos de aprendizagem, de tal forma que, em meio ao processo, o professor possa identificar essa apropriação, como sugerido no quadro abaixo:

UNIDADES TEMÁTICAS	INDICADORES DE APRENDIZAGEM
BRINCADEIRAS E JOGOS	Reconhecimento das regras dos jogos, identificando os espaços e aplicando os movimentos específicos, por meio da vivência de brincadeiras e de jogos de tal forma que o aluno demonstre a apropriação das semelhanças e das diferenças existentes nos jogos da cultura brasileira, indígena, africana e do mundo.

GINÁSTICA	Conhecimento da classificação das ginásticas através da experimentação dos elementos básicos e por meio das vivências, demonstrando o domínio das “categorias de movimento” (equilíbrio, locomoção e manipulação), bem como a manipulação e a combinação de movimentos com os aparelhos da ginástica, reconhecendo os limites do próprio corpo e do outro e aplicação das capacidades físicas nos movimentos.
DANÇAS	Vivência das danças (local, regional, do Brasil e do mundo), ampliando as experiências corporais, bem como a compreensão e a experimentação das danças de matrizes Indígena e Africana, explorando ritmos, passos e espaços na e com a execução das formações corporais com: elementos, planos, níveis e ritmos musicais.
ESPORTES	Diferenciação entre jogo e esporte, bem como a transformação do jogo em esporte, classificando as diferentes modalidades esportivas. Refletir sobre as diferentes características que determinam os jogos esportivos de precisão, de marca, de campo e taco, de rede/parede e de invasão, reconhecendo os elementos comuns entre eles.
LUTAS	Conhecimento sobre a origem milenar das lutas reconhecendo-as como prática da cultura corporal de movimento, diferenciando lutas de brigas. Experimentar movimentos de várias lutas vivenciando situações de equilíbrio e desequilíbrio percebendo as dificuldades inerentes a essas situações, respeitando as características físicas dos oponentes e reconhecendo a luta como acessível a ambos os gêneros.
PRÁTICAS CORPORAIS DE AVENTURA	Reconhecimento das diferentes Práticas Corporais de Aventura, identificando o meio onde elas ocorrem e os riscos envolvidos, demonstrando e respeitando os limites e a segurança de si e do outro, assim como o respeito pelo meio ambiente e ao patrimônio público.

REFERENCIAS

www.diaadiaeducacao.pr.gov.br- Acesso em 26/10/2020
 basenacionalcomum.mec.gov.br – Acesso em 27/10/2020
 poetal.mec.gov.br – Acesso em 30/10/2020

ABIB, Pedro Rodolfo Junges. Entre duas concepções pedagógicas de educação física escolar: uma síntese como proposta. **Lecturas: Educación Física y Deports**. Revista digital. Buenos Aires, ano 3, Nº 11, 1998. Disponível: <www.efdeports.com>. Acesso em: 22/10/2018.

BRACHT, Valter. Educação Física: em busca da autonomia pedagógica. **Revista de Educação Física/UEM**, Maringá, v. 1, nº 1, 1989.

BROCHADO, F. A. & BROCHADO, M. M. V. **Fundamentos da Ginástica Artística e de trampolins**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2005.

- CALDART, Roseli. **Dicionário da Educação do Campo**. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- SOARES, C. L. et al.. **Metodologia do ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.
- DANTAS, Estélio H.M. **A Prática da Preparação Física**. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Shape, 1995.
- DARIDO, Cristina Suraya. Os conteúdos da Educação Física escolar: Influências, tendências, dificuldades e possibilidades. **Perspectivas em educação física escolar**, Niterói, v. 2, n. 1 (suplemento), 2001.
- DARIDO, Cristina Suraya. SOUZA Jr, Osmar. **Para ensinar educação física: Possibilidades de Intervenção na escola**. Campinas SP: Papyrus, 2007.
- GALLAHUE, D.L. **Educação Física Desenvolvimentista para todas as crianças**. 4. ed. São Paulo: Phorte, 2008.
- GALLAHUE, D.L. & OZMUN, J. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. São Paulo: Phorte Editora, 2003.
- GUEDES, D.P. & GUEDES, J.E.R.P. Associação entre variáveis do aspecto morfológico e desempenho motor em crianças e adolescentes. **Revista Paulista de Educação Física**, v.2, n.10, 1996.
- GUTIERREZ, W. **História da Educação Física**. S/e. Porto Alegre: Ed. Ipa, 1985.
- INÁCIO, Humberto Luís de Deus; CAUPER, Dayse Alisson Camara; SILVA, Luzia Antônia de Paula; MORAIS, Gleison Gomes de. **Práticas Corporais de Aventura na Escola: possibilidades e desafios – reflexões para além da Base Nacional Comum Curricular**. Motrivivência Revista de Educação Física, Esporte e Lazer, v.28, n.48, Setembro, 2016. Disponível: www.periodicos.ufsc.br. Acesso em: 25/2/2019.
- LAZARETTI, L. M. Idade pré-escolar (3-6 anos) e a educação infantil: a brincadeira de papéis sociais e o ensino sistematizado. In: MARTINS, L.M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (Org.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. Campinas SP: Autores Associados, 2016, p. 129-148.
- LORENZINI, Ana Rita. Programas de Educação Física nas escolas do Recife. **Lectura: Educación Física y Deports**. Revista digital. Buenos Aires, ano 3, No.10, 1998. Disponível: <www.efdeports.com>. Acesso em: 19/6/2006.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MARINHO, Inezil Penna. **História geral da educação física**. São Paulo: Cia Brasil Editora, 1980.
- MARSIGLIA, A. C. G., SACCOMANI, M. C. Contribuições da periodização históricocultural do desenvolvimento para o trabalho pedagógico histórico-crítico. In: MARTINS, L.M., ABRANTES, A. A., FACCI, M. G. D. (Org.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. Campinas SP: Autores Associados, 2016, p. 343-368.

MARTINS, Lígia Márcia. ABRANTES, Angelo Antonio. FACCI, Marilda Gonçalves Dias. (Org). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à**

velhice. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

MEDINA, João Paulo Subirá. **A educação física cuida do corpo... e “mente”.** 9. ed., Campinas, São Paulo: Papirus, 1990.

NEIRA, Marcos Garcia. **Educação Física Cultural: inspiração e prática pedagógica.** Jundiaí SP: Paco, 2018.

OLIVEIRA, Amauri A. B. de. Metodologias emergentes no ensino da Educação Física. **Revista de Educação Física/UEM**, Maringá, Brasil, v.1, no.8, 1997.

OLIVEIRA, Saulo Bonfim. FILHO, Adilson Domingos dos Reis. Ensino de lutas na escola: elemento pedagógico ou estímulo à violência? **Lecturas: Educación Física y Deports.**

Revista digital. Buenos Aires, ano 18, Nº 180, 2013. Disponível: <www.efdeports.com>. Acesso em: 25/11/2018.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **O que é Educação Física?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Educação Física para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio.** Curitiba:

SEED, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular Do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações.** Paraná, 2018.

REVERDITO, Riller Silva & SCAGLIA, Alcides José. **Pedagogia do Esporte: jogos coletivos de invasão.** São Paulo: Phorte, 2009.

SALOMÃO, Thaís & NASCIMENTO, Mari Clair Moro. A Avaliação da Aprendizagem na Perspectiva Formativa e na Classificatória. Disponível:

<www.uel.br/eventos/semanaeducacao>. Acesso em: 22/10/2018.

SANTOS JÚNIOR, Nei Jorge. Educação Física Escolar e mídia: contribuições e problematizações na formação do receptor-sujeito. **Lecturas: Educación Física y Deports.**

Revista digital. Buenos Aires, ano 12, Nº 112, 2007. Disponível: <www.efdeports.com>. Acesso em: 28/12/2018.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SAWITZKI, Rosalvo Luis. **Educação Física nas séries iniciais: um espaço educativo.** Ijuí: Ed.UNIJUÍ, 1998.

TREVISAN, Rita. **Educação Física: Confira as seis unidades temáticas.** Revista Nova Escola Digital de 28/10/2018. Disponível: <www.novaescola.org.br>. Acesso em:

26/2/2019.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.**7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR – ENSINO FUNDAMENTAL

APRESENTAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR DE ENSINO RELIGIOSO

Entender as distintas formas de manifestação dos fenômenos religiosos é, antes de tudo, entender as diferenças como uma maneira de perceber e reafirmar as identidades religiosas. Essa percepção, no entanto, não deve ser encarada como esteio para comparações valorativas e, em decorrência disso, para estigmas, estereótipos ou mesmo confrontos religiosos, mas como uma relação dialógica que possibilita distinguir o “eu” do “outro” e perceber como os valores, as convicções e os referenciais simbólicos de cada grupo humano constroem identidades que se relacionam com alteridades, isto é, com as diferenças.

Assim entendido, falar de religião é, sobretudo, falar da distinção entre o eu e o outro e das relações dialógicas daí resultantes, ou seja, do nós em diálogo e da construção de sentidos pessoais de vida a partir de valores e de princípios éticos, visando à promoção da cidadania. Na mesma medida, estudar religião é, em essência, aprofundar-se no conhecimento religioso de forma científica, isto é, estudar os fenômenos religiosos em suas múltiplas manifestações sem juízos de valor do grupo do eu sobre o grupo do outro.

É mister ressaltar, nesse ponto, que tal abordagem nem sempre foi garantida nos espaços escolares, o que se deve, fundamentalmente, ao modo pelo qual as alteridades foram historicamente tratadas: em cada novo espaço de ocupação, o conquistador branco, em nome da civilização e da conversão dos “bárbaros”, impunha a sua prática espiritual e ritualística negando e condenando ritos e acontecimentos religiosos diferentes do seu. Não são necessárias aqui imersões históricas no Oriente ou na África, em que a diversidade religiosa sempre foi historicamente abundante, para corroborar esse argumento; basta um olhar analítico sobre o processo de formação histórica, social e cultural do próprio Brasil, pois os povos indígenas que aqui habitavam já tinham sua vivência marcada por manifestações do fenômeno religioso, no entanto, o processo de colonização iniciado em 1500 pelos povos advindos da Europa, mais especificamente pelos portugueses, não se limitou à exploração das terras, da mão de obra e dos recursos naturais, mas também foi fortemente marcado pela imposição cultural, linguística e religiosa.

No que tange à religião, evidenciou-se a difusão do cristianismo, mais especificamente do catolicismo, como única manifestação religiosa aceitável por parte dos portugueses com relação aos indígenas brasileiros. Esse silenciamento das culturas autóctones, embora notadamente eficaz, se analisado sob viés da dizimação de muitos povos, não liquidou as práticas religiosas indígenas, tampouco as manifestações religiosas de matriz africana, inseridas no contexto cultural brasileiro pelo processo de escravização dos povos africanos, cujas manifestações religiosas, bem como as de imigrantes de todos os demais continentes, também sobreviveram e se reconstituíram nesse novo espaço sociocultural. Entretanto, a influência do catolicismo na organização do Estado Nacional Brasileiro foi muito evidente e profícua.

Uma das ações mais eficientes dos portugueses para difundir o cristianismo e dominar os povos indígenas que aqui habitavam foi a vinda dos padres jesuítas, trazidos para ensinar a língua e também os preceitos religiosos pautados no cristianismo, com vistas a desenvolver amplamente o catolicismo, ainda que isso custasse a opressão e a escravização, como esclarece Severino (1986), ao evidenciar que a evangelização foi um investimento da Igreja e do Estado e que “a cosmovisão católica serviu

de ideologia adequada para a promoção e a defesa dos interesses da classe dominante ao mesmo tempo que fundamentava a legitimação, junto às classes dominadas, dessa situação econômico-social” (SEVERINO, 1986, p. 70).

A definição do catolicismo como religião oficial do Brasil Império, de acordo com Hoornaert (1983), foi decisiva para delimitar um caráter obrigatório para o Ensino Religioso e, em decorrência, para tornar as aulas uma catequese da igreja católica. Essa prática começou a ser questionada com a mudança do sistema de governo do Império para a República, processo claramente inspirado em moldes positivistas que desvincilhou Igreja e Estado sob o argumento da laicidade do Estado. No entanto, ainda que a lógica do Estado laico estivesse presente já na primeira Constituição Republicana de 1891, que estabeleceu, à época, no parágrafo 6º do artigo 72, que o ensino a ser ministrado nos estabelecimentos públicos deveria ser leigo, a prática catequética persistiu, ainda, por longos anos.

Após a constituição do Estado Novo, em 1937, efetivou-se a reforma “Francisco Campos”, que retirou o caráter de obrigatoriedade do Ensino Religioso e passou a defini-lo como disciplina de matrícula facultativa a ser ministrada de acordo com os princípios de confissão religiosa de cada aluno, conforme manifestação dos pais e responsáveis. Em outros termos, evidenciou-se, pela primeira vez, a ideia de não cobrar a frequência dos alunos nessa disciplina.

Essa mesma perspectiva foi sustentada no texto constitucional de 1946, que deu maior ênfase à liberdade religiosa do cidadão, mantendo o Ensino Religioso como disciplina de oferta facultativa. A partir da década de 1960, contudo, após o golpe de Estado que culminou na Constituição de 1967, o Ensino Religioso passou a ser entendido como disciplina de oferta obrigatória para a Escola, que deveria conceder ao aluno, no ato da matrícula, o direito de frequentar, ou não, as aulas sob o argumento da atenção com as liberdades religiosas. Vale lembrar que nesse período o conceito de liberdade passa a ser regulado pela ótica da segurança nacional, acerca da qual a Lei nº 5692/71 delimitou o caráter aconfessional da disciplina de Ensino Religioso. Esse caráter partia do princípio de que o planejamento não deveria se centrar em nenhuma religião específica, mas, como definiram mais tarde os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs - na “antropologia religiosa” (BRASIL, 1997, p. 11). Todavia, na prática, como ressaltou

Hornaert (1983), prevalecia um ensino pautado em uma visão interconfessional, ou seja, que envolvia a reunião de um certo conjunto de religiões com o poder decisório sobre o conteúdo a ser ministrado. Isso explicava o fato de que os docentes “continuavam a ser voluntários e ligados às denominações religiosas” (PARANÁ, 2008, p. 40). Ou seja, conforme as Diretrizes Curriculares do Paraná para o Ensino Religioso (PARANÁ, 2008), na prática, não havia “uma postura de respeito às liberdades religiosas, pois aquele que não pertencia à religião hegemônica, frequentando ou não as aulas de Ensino Religioso, não tinham o privilégio de ter sua religião contemplada na educação pública” (PARANÁ, 2008, p. 39).

Essa ideia foi ampliada significativamente pelas Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs - (BRASIL, 2008), cujo teor foi assegurado pela BNCC (BRASIL, 2017) e, em decorrência, reafirmada pelo Referencial Curricular do Paraná (PARANÁ, 2018), para o qual o ensino religioso deve garantir a percepção das alteridades e a construção das identidades por meio de uma práxis que valorize as diferentes práticas espirituais e ritualísticas em todos os seus elementos e que proporcione o conhecimento, a valorização e o respeito às distintas experiências e manifestações religiosas (PARANÁ, 2018).

No que toca nomeadamente ao Estado do Paraná, é mister ressaltar que a proposta do Ensino Religioso veio sendo redefinida paralelamente às Deliberações nº 03/02 e nº 07/02, nas quais essa área do conhecimento deixa de ser específica da esfera pública e passa a abranger todas as instituições públicas e privadas. Corroborando essa determinação, a Deliberação nº 01/06, de 10 de fevereiro de 2006, aprovou novas normas para o Ensino Religioso, no Sistema Estadual de Ensino, definindo os seguintes eixos como pressupostos de organização:

- Conceber o conhecimento de forma interdisciplinar como princípio de estruturação curricular e de avaliação;
- Contextualizar o conhecimento, considerando a relação essencial entre informação e realidade;
- Promover a convivência solidária, o respeito às diferenças e o compromisso moral e ético;
- Reconhecer que o fenômeno religioso compõe a identidade de um grupo social e deve ser respeitado;

- Entender que o Ensino Religioso deve ser focado como área do conhecimento, garantindo uma leitura pedagógica.

Nessa mesma diretiva, o Currículo de Ensino Religioso elaborado em 2008 na região Oeste do Paraná (AMOP, 2008) reafirmou a ideia de que esse componente curricular deve tomar a pesquisa e o diálogo como eixos estruturantes, adequando-se à perspectiva do conhecimento religioso como objeto de ensino, desprendendo-se, em definitivo, de qualquer visão proselitista. Tal abordagem favoreceu a compreensão de que essa área do saber engloba uma série de temas transversais que são referendados pelo Referencial Curricular do Paraná e assegurados nesta PPC. Dentre os temas transversais relacionados a esse componente curricular, cumpre destacar a educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 01/2012), a educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008; Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004), bem como o processo de envelhecimento, de respeito e de valorização do idoso (Leis nº 8.842/1994 e nº 10.741/2003), além das áreas de saúde, sexualidade, vida familiar e social e diversidade cultural, asseguradas pela Resolução CNE/CP nº 02/17 dentre outras legislações específicas.

Nos termos do Referencial Curricular do Paraná, esses temas supracitados devem ser tratados de forma transversal e integradora, e constituem uma gama de conhecimentos que podem ser facilmente incorporados à discussão do conhecimento religioso na perspectiva das ciências humanas e sociais. Isso implica compreender que esse componente curricular não deve se pautar em convicções individuais, mas estar atrelado aos conhecimentos científicos, filosóficos, culturais e artísticos produzidos pela humanidade, pois as construções existentes sobre o universo religioso fazem parte da produção cultural universal presente em nossa realidade. Depreende-se disso que a escola não tem a função de ensinar uma doutrina ou os preceitos de uma religião, mas de trabalhar a religião do ponto de vista histórico-cultural e, portanto, científico.

Ademais, o trabalho com o conhecimento religioso não deve ser tratado como um aglomerado de conteúdos que visem à evangelização ou à doutrinação, tampouco, deve se associar à imposição de dogmas, de rituais ou de orações, mas sim de

conhecer as diferentes consciências religiosas e as diferentes crenças, contribuindo para que cada aluno construa seus sentidos pessoais acerca dos valores humanos e religiosos. Tal encaminhamento permite atender ao que preconiza a Lei nº 9.475/97, que dá nova redação ao art. 33 da LDBEN nº 9.394/96, de que a prática pedagógica não nega em momento algum a fé nas tradições religiosas, mas visa ao pluralismo e à diversidade cultural presentes em nossa sociedade.

Outro aspecto fundamental desse componente curricular é o entendimento de que as sociedades são permeadas por diferentes concepções religiosas, as quais são elementos da cultura, logo, construídas historicamente e, em suas especificidades, têm princípios e práticas comuns que as norteiam. Tal aspecto nem sempre se apresenta como elemento de coesão no interior das sociedades, pelo contrário, as alteridades têm sido alvo de tensões e conflitos com fortes implicações nas práticas escolares.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O COMPONENTE CURRICULAR

O Referencial Curricular é um documento elaboração democraticamente, envolvendo toda comunidade escolar, das propostas pedagógicas curriculares das escolas, assim, as características e especificidades de cada escola deverão ser contempladas. Preocupou-se em não torná-lo um documento fechado, permitindo-se, dessa forma, que as especificidades e as características local de cada escola sejam contempladas, assim como as diferentes modalidades de ensino (Educação Regular, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação à Distância), atendendo, assim, às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013).

No Componente Curricular de Ensino Religioso é possível desenvolver os conteúdos específicos através da metodologia das seqüências didáticas envolvendo, onde é possível abordar a Educação do Campo, a partir de reportagens e artigos de opinião que abordam aspectos importantes das conquistas e lutas pelo terra e produção. No componente curricular de Ensino Religioso o professor pode aproveitar os fatos vividos em sala de aula, os conflitos acerca das identidades e alteridades e as dúvidas dos alunos acerca das questões que perpassem o conhecimento religioso, buscando refletir acerca das distintas experiências pessoais relacionadas a ele. Em seguida, deve-se listar as causas desses fatos, refletindo formas de compreender as relações neles imbricadas e, por fim, as consequências, estimulando o grupo a perceber as especificidades de cada fato (religião) em discussão, para que desenvolvam o senso crítico.

Por essa razão, o trabalho com Ensino Religioso deve visar à formação de pessoas que valorizem e respeitem as diferentes concepções religiosas por meio de uma leitura dialógica da realidade, compreendendo que em todas as manifestações religiosas há elementos comuns, como o senso de justiça, de fraternidade e de solidariedade. Sob essa ótica, a prática pedagógica deve considerar os seguintes princípios: A educação do **campo** é uma proposta abrangente que visa à formação do homem do **campo** e também a valorização no que diz respeito ao espaço, tempo, que mobilize as atividades campesinas abrangentes a toda a família, bem como as estratégias para o desenvolvimento sustentável.

COMPETENCIAS ESPECÍFICOS DO COMPONENTE CURRICULAR

Compreender a religião como um conjunto de formulações e comportamentos humanos e como uma forma de conceber a realidade como simultaneamente objetiva e transcendente, capaz de promover o diálogo e de permitir a interação do “eu” e do “outro” em diversos setores da comunidade.

- Possibilitar a compreensão das relações entre o eu, o outro e o nós em diferentes espaços de convivência;
- Situar as diferentes manifestações que exprimem o fenômeno religioso no interior do processo histórico da humanidade compreendendo que existem elementos agregadores em comum;
 - Ensinar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção, impedindo abordagens pedagógicas proselitistas;
 - Abordar os conhecimentos religiosos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida, desenvolvendo competências e habilidades que contribuam para o diálogo, exercitando o respeito à liberdade de concepções e ao pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal;
 - Contribuir para que os alunos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania, aprendendo a valorizar e respeitar o ser humano e a liberdade de crença;
 - Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz;
 - Identificar costumes, crenças e formas diversas de viver em variados ambientes de convivência.

QUADRO ORGANIZADOR DOS CONTEÚDOS: ENSINO RELIGIOSO

UNIDADE TEMÁTICA: IDENTIDADES E ALTERIDADES (CONTEMPLANDO AS QUATRO MATRIZES: INDÍGENA, OCIDENTAL, AFRICANA E ORIENTAL).			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º

UNIDADE TEMÁTICA: IDENTIDADES E ALTERIDADES (CONTEMPLANDO AS QUATRO MATRIZES: INDÍGENA, OCIDENTAL, AFRICANA E ORIENTAL).			ANO					TRIMESTRE			
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
O eu, o outro e o nós	(EF01ER01) Identificar e acolher as semelhanças e diferenças entre o eu, o outro e o nós.	O sentido de organização social e pertencimento nos espaços de vivência (a família, a escola, o bairro e a cidade).	X					X			
	(EF01ER02) Reconhecer que o seu nome e o das demais pessoas os identificam e os diferenciam.		X					X			
Imanência e Transcendência	(EF01ER03) Reconhecer e respeitar as características físicas (dimensão concreta) e subjetivas (dimensão simbólica) de cada um.		X						X		
	(EF01ER04) Valorizar a diversidade de formas de vida. (Natureza, seres humanos e animais)		X						X		
O eu, a família e o ambiente de convivência.	(EF02ER01) Reconhecer os diferentes espaços de convivência.			X					X		
	(EF02ER02) Identificar costumes, crenças e formas diversas de viver em variados ambientes de convivência			X					X		
	(PR.EF02ER) Compreender as diferentes regras de convivência nos espaços: familiar e comunitário (privado e público).			X					X		
Sentimentos, lembranças, memórias e saberes.	(EF01ER05) Identificar e acolher sentimentos, lembranças, memórias e saberes de cada um.	Textos sagrados orais e escritos sobre mitos de criação (contemplando as quatro matrizes: Indígena,	X					X			

UNIDADE TEMÁTICA: IDENTIDADES E ALTERIDADES (CONTEMPLANDO AS QUATRO MATRIZES: INDÍGENA, OCIDENTAL, AFRICANA E ORIENTAL).			ANO					TRIMESTRE			
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
		Ocidental, Africana e Oriental).									
Lugares Sagrados	PR.EF01ER) Conhecer lugares sagrados naturais e/ou construídos da comunidade ou de espaços de vivência e referência.	Lugares sagrados e não sagrados na comunidade e nos espaços de vivência.	X					X			
	PR.EF02ER) Identificar a diversidade de lugares sagrados naturais e/ou construídos da comunidade ou de espaços de vivência e referência.			X					X		
	PR.EF02ER) Desenvolver atitudes de respeito aos diferentes lugares sagrados.			X						X	
	PR.EF04ER) Conhecer (e identificar) alguns lugares sagrados e sua importância para as tradições/organizações religiosas do mundo.		Os diferentes lugares sagrados, suas características e especificidades (contemplando as quatro matrizes: Indígena, Ocidental, Africana e Oriental).				X		X		
Espaços e territórios religiosos	(EF03ER01) Identificar e respeitar os diferentes espaços e territórios religiosos de diferentes tradições no Brasil.	Os diferentes lugares sagrados brasileiros (contemplando as quatro matrizes: Indígena, Africana, Ocidental e Oriental).			X			X			
	(EF03ER02) Caracterizar os espaços e territórios religiosos como locais de realização das práticas celebrativas.				X			X			
Organizações Religiosas	PR.EF01ER) Conhecer as diversas organizações	As diferentes organizações religiosas,	X						X		

UNIDADE TEMÁTICA: IDENTIDADES E ALTERIDADES (CONTEMPLANDO AS QUATRO MATRIZES: INDÍGENA, OCIDENTAL, AFRICANA E ORIENTAL).			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	religiosas da comunidade ou de espaços de vivência a partir da sua realidade.	suas características e especificidades (contemplando as quatro matrizes: Indígena, Ocidental, Africana e Oriental).		X					X	
	PR.EF02ER) Conhecer as diversas organizações religiosas da comunidade ou de espaços de vivência e referência.									
	PR.EF03ER) Reconhecer as diferentes formas de organização das religiões presentes no Brasil.	As organizações religiosas brasileiras.			X			X		
	PR.EF03ER) Reconhecer a estrutura hierárquica das religiões presentes a partir do contexto em que vive.				X			X		
	PR.EF04ER) Reconhecer o papel exercido por homens e mulheres na estrutura hierárquica das organizações religiosas.	O papel de homens e mulheres na hierarquia religiosa.				X		X		
	PR.EF05ER) Reconhecer que as religiões do mundo possuem diferentes formas de organização.	As diferentes organizações religiosas, suas características e especificidades (contemplando as quatro matrizes: Indígena, Ocidental, Africana e Oriental).					X	X		
	PR.EF05ER) Reconhecer a estrutura hierárquica das religiões presentes no mundo.						X	X		
	PR.EF05ER) Identificar a existência do sagrado feminino na diversidade religiosa.						X	X		

UNIDADE TEMÁTICA: IDENTIDADES E ALTERIDADES (CONTEMPLANDO AS QUATRO MATRIZES: INDÍGENA, OCIDENTAL, AFRICANA E ORIENTAL).			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Símbolos Religiosos	PR.EF01ER)Conhecer a simbologia religiosa e os símbolos religiosos naturais e/ou construídos.	Símbolos religiosos naturais e construídos	X						X	
	(EF02ER05) Identificar, distinguir e respeitar símbolos religiosos de distintas manifestações, tradições e instituições religiosas			X				X		
Memórias e símbolos	(EF02ER04) Identificar os símbolos presentes nos variados espaços de convivência.			X					X	
Festas Religiosas	PR.EF01ER)Conhecer diferentes festas populares religiosas no contexto onde vive.	As diferentes festas religiosas do contexto onde se vive.	X							X
	PR.EF02ER)Reconhecer as festas religiosas a partir do contexto onde vive.			X					X	
	PR.EF03ER)Reconhecer diferentes tipos de festas religiosas do Brasil.				X				X	
	PR.EF05ER)Conhecer a função e a importância das festas religiosas e populares do mundo e sua relação com a temporalidade sagrada. (Mundo)						X	X		
Práticas Celebrativas	(EF03ER03) Identificar e respeitar práticas celebrativas (cerimônias, orações, festividades, peregrinações, entre outras) de diferentes organizações religiosas.				X				X	
	(EF03ER04) Caracterizar as práticas				X				X	

UNIDADE TEMÁTICA: IDENTIDADES E ALTERIDADES (CONTEMPLANDO AS QUATRO MATRIZES: INDÍGENA, OCIDENTAL, AFRICANA E ORIENTAL).			ANO					TRIMESTRE			
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
	celebrativas como parte integrante do conjunto das manifestações religiosas de diferentes culturas e sociedades.										
Ritos e Rituais	PR.EF01ER) Conhecer a existência de diferentes ritos e rituais de iniciação.	Diferentes ritos de iniciação e suas características ritualísticas (contemplando as quatro matrizes: Indígena, Ocidental, Africana e Oriental).	X							X	
	PR.EF02ER) Conhecer a importância de diferentes ritos e rituais de passagem nas organizações religiosas.										
	PR.EF03ER) Conhecer as diferenças dos ritos e rituais celebrativos e de purificação.			X							X
	(EF04ER01) Identificar ritos presentes no cotidiano pessoal, familiar, escolar e comunitário.					X				X	
	(EF04ER02) Identificar ritos e conhecer suas funções em diferentes manifestações e organizações religiosas (adivinhatórios, de cura, entre outros).					X				X	
	(EF04ER03) Caracterizar ritos de iniciação e de passagem em diversos grupos religiosos (nascimento, morte e casamento, entre outros).						X			X	
	(EF04ER04) Identificar as diversas formas de expressão da espiritualidade (orações, cultos,						X			X	

UNIDADE TEMÁTICA: IDENTIDADES E ALTERIDADES (CONTEMPLANDO AS QUATRO MATRIZES: INDÍGENA, OCIDENTAL, AFRICANA E ORIENTAL).			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	gestos, cantos, dança, meditação) nas diferentes organizações religiosas									
Linguagens Sagradas	PR.EF01ER) Conhecer alguns mitos orais e escritos.	Textos sagrados orais e escritos sobre mitos de criação (contemplando as quatro matrizes: Indígena, Ocidental, Africana e Oriental).	X							X
	PR.EF02ER) Identificar mitos de criação em textos sagrados orais e escritos nas diferentes culturas e organizações religiosas.			X						X
	PR.EF03ER) Reconhecer diferentes tipos de mitos e textos sagrados orais e escritos.					X				
Alimentos Sagrados	(EF02ER06) Exemplificar alimentos considerados sagrados por diferentes culturas, tradições e expressões religiosas.	Os alimentos sagrados e seu simbolismo dentro das organizações religiosas.		X				X		
	(EF02ER07) Identificar significados atribuídos a alimentos em diferentes manifestações e organizações religiosas.			X				X		
Indumentários Religiosos	(EF03ER05) Reconhecer as indumentárias (roupas, acessórios, símbolos, pinturas	Vestimentas e indumentárias			X					X

UNIDADE TEMÁTICA: IDENTIDADES E ALTERIDADES (CONTEMPLANDO AS QUATRO MATRIZES: INDÍGENA, OCIDENTAL, AFRICANA E ORIENTAL).			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	corporais) utilizadas em diferentes manifestações e organizações religiosas. (EF03ER06) Caracterizar as indumentárias como elementos integrantes das identidades religiosas.	religiosas (contemplando as quatro matrizes: Indígena, Ocidental, Africana e Oriental).			X					X
Representações religiosas na arte	(EF04ER05) Identificar representações religiosas em diferentes expressões artísticas (pinturas, arquitetura, esculturas, ícones, símbolos, imagens), reconhecendo-as como parte da identidade de diferentes culturas e organizações religiosas.	A importância da arte e seu simbolismo dentro das organizações religiosas.				X				X

UNIDADE TEMÁTICA: CRENÇAS RELIGIOSAS E FILOSOFIAS DE VIDA (CONTEMPLANDO AS QUATRO MATRIZES: INDÍGENA, OCIDENTAL, AFRICANA E ORIENTAL).			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Ideia(s) de divindade(s)	(EF04ER06) Identificar nomes, significados e representações de divindades nos contextos familiar e comunitário.	Diferentes formas de expressões e manifestações religiosas na comunidade e espaços de vivência.				X				X
	(EF04ER07) Reconhecer e respeitar as ideias de divindades de diferentes manifestações e organizações religiosas.					X			X	
Narrativas Religiosas	(EF05ER01) Identificar e respeitar						X		X	

UNIDADE TEMÁTICA: CRENÇAS RELIGIOSAS E FILOSOFIAS DE VIDA (CONTEMPLANDO AS QUATRO MATRIZES: INDÍGENA, OCIDENTAL, AFRICANA E ORIENTAL).			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	acontecimentos sagrados de diferentes culturas e organizações religiosas como recurso para preservar a memória.									
Mitos nas organizações religiosas.	(EF05ER02) Identificar mitos de criação em diferentes culturas e organizações religiosas.						X		X	
	(EF05ER03) Reconhecer funções e mensagens religiosas contidas nos mitos de criação (concepções de mundo, natureza, ser humano, divindades, vida e morte).						X		X	
Ancestralidade e tradição oral.	(EF05ER04) Reconhecer a importância da tradição oral para preservar memórias e acontecimentos religiosos.						X			X
	(EF05ER05) Identificar elementos da tradição oral nas culturas e religiosidades indígenas, afro-brasileiras, ciganas, entre outras.						X			X
	(EF05ER06) Identificar o papel dos sábios e anciãos na comunicação e preservação da tradição oral.						X			X

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Na perspectiva metodológica em foco, toda produção humana se enquadra na materialidade de sua existência, isto é, cultura, linguagem, fé e religião decorrem das condições pelas quais os homens organizam a produção material da vida, influenciando ou determinando as formas pelas quais as comunidades se estruturam na busca de unidade e de identidade social. Assim, a socialização de experiências permite tanto a interação humana quanto a busca pelo sentido das coisas como forma de explicação da vida social, e essa busca, por seu turno, incorpora as experiências como forma de interpretar o vivido, o que dá acesso à orientação existencial e à realidade em si.

Para auxiliar o aluno a entender esse processo, é preciso mediar uma interpretação acerca das experiências religiosas como uma forma de experiência humana, a qual, somada a outras já vividas, permite a interação, a associação de grupos humanos em torno de ideias e práticas comuns. Não se trata de uma tarefa fácil, em especial, porque o contexto escolar é tipicamente marcado pela existência de alunos oriundos de famílias cujas experiências socializadas e tornadas práticas de fé ou de filosofias de vida são distintas. No entanto, é esse mesmo pressuposto que fundamenta o Ensino Religioso e não compete à escola questionar a doutrina, a fé ou, em essência, a experiência religiosa de cada aluno, mas de refletir sobre o aspecto comum que liga todas essas diferentes experiências, ou seja, o fato de auxiliarem seus seguidores a encontrar uma explicação e um significado para o mundo e para a vida e, a partir daí, definirem formas de organização comunitária em busca de unidade e identidade social.

Nesse sentido, a metodologia do Ensino Religioso para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental busca vincular ensino/aprendizagem/realidade em uma perspectiva histórica, oferecendo-lhes condições de estudar as diferentes experiências religiosas e filosofias de vida pelo que têm em comum, isto é, como explicam a vida, o nascimento, a morte, o sagrado e o profano (aspectos da identidade) e também como organizam seus rituais, delimitam seus símbolos, suas festividades e seus líderes religiosos.

Tal compromisso impõe responsabilidades às equipes pedagógicas, em especial, no que se refere ao esclarecimento legal aos pais ou aos responsáveis pelo aluno quanto ao conteúdo dessa disciplina. Esse esclarecimento deve visar, em essência, à desconstrução de possíveis preconceitos existentes no tocante à pluralidade religiosa e ao desligamento definitivo da associação dessa área do saber à perspectiva proselitista que historicamente a acompanhou e a fundamentou durante anos, conforme destacado no resgate histórico apresentado na concepção da disciplina.

É seguro afirmar, desse modo, que a escola não adentra o campo da fé, mas do conhecimento religioso como objeto de estudo, o qual é produzido no âmbito das ciências humanas e sociais. Isto é, não cabe à escola catequizar, mas estudar como as ciências investigam e analisam as diferentes manifestações dos fenômenos religiosos em cada cultura e em cada sociedade e como essa vivência delimita as formas de organização comunitária e de organização material da vida.

Para dar conta desse cabedal científico, é preciso que a prática docente transite entre a antropologia, a história, a sociologia e a psicologia, fazendo as devidas intersecções com as demais áreas do conhecimento para dar conta de trabalhar o eu (identidade), o outro (alteridade) e a sua relação com o sagrado na perspectiva do respeito e do conhecimento religioso. Tal abordagem exigirá do professor o uso consciente e comprometido de recursos didáticos variados, inclusive, das mídias digitais, bem como uma seleção de atividades que levem os alunos a refletirem acerca das relações sociais e do respeito às alteridades.

Evidentemente que tal encaminhamento metodológico deve levar em consideração o desenvolvimento de cada criança, razão pela qual, inicialmente, deve-se abordar a temática a partir do contexto comunitário da criança e, à medida que avança, acrescentar novos elementos, ampliando as fronteiras de análise. Dito de outro modo deve-se, primeiramente intensificar aspectos relativos à formação da identidade pessoal e à organização familiar, buscando estabelecer vínculos entre essas características físicas (dimensão concreta, imanência) e subjetivas (dimensão simbólica, transcendência) de cada ser, bem como, reconhecer as diferentes formas pelas quais as pessoas manifestam sentimentos, ideias, memórias, gostos e crenças em diferentes espaços.

Busca-se, nesse primeiro momento, construir pontes para facilitar o entendimento de que as vivências e ações de cada pessoa podem ser relacionadas a costumes, crenças e formas diversas de viver em variados ambientes de convivência, ou seja, ao fato de que existem diferentes regras de convivência nos espaços familiar e comunitário, bem como, diferentes formas de organização, constituição ou núcleos familiares presentes na sala aula. Uma vez construída essa ponte, o professor poderá, então, abrir caminhos no sentido de mostrar como as formas de se organizar e de viver podem estar relacionadas às orientações de uma religião ou de uma filosofia de vida, elaborando atividades que permitam à criança identificar os símbolos presentes nos variados espaços de convivência comunitária que identificam ou remetem a diferentes espaços de convivência e que, por sua vez, remetem à diversidade de lugares sagrados naturais e/ou construídos na comunidade ou de espaços de vivência e referência da criança.

Esse percurso pode ser facilmente notado na forma pela qual os conteúdos estão dispostos, passando de uma abordagem mais generalista, que é, em essência, a orientação da prática pedagógica para o 1º ano, para uma abordagem que introduz de forma gradativa aspectos relativos aos ritos e aos rituais das diferentes religiões, aos diversos lugares sagrados e festividades religiosas de cada uma das quatro matrizes: Indígena, Ocidental, Africana e Oriental. O que se considera aqui é, antes de tudo, a necessidade de permitir à criança uma compreensão gradativa do fenômeno religioso como algo que modifica a vida do sujeito, daí a importância de começar pela construção da identidade pessoal, pela compreensão das diferentes organizações familiares e dos diferentes espaços de convivência para, então, iniciar os estudos das especificidades de cada manifestação religiosa.

Essa estratégia de ensino considera que aquilo que deve ser ensinado está delimitado a uma **Unidade Temática** como uma grande área dentro da qual serão dispostos os **objetos de conhecimento**, isto é, os conteúdos fundamentais de cada ano, e os **objetivos de aprendizagem** definidos para cada objeto do conhecimento. Nesse arranjo, observa-se que a Unidade Temática *Identidades e alteridades (Contemplando as quatro matrizes: Indígena, Ocidental, Africana e Oriental)*, por exemplo, se mantém ao longo dos três primeiros anos do Ensino Fundamental, agregando novos elementos em cada um deles, mas, no quarto e no quinto anos, passa a compor o quadro de conhecimentos necessários para que se compreenda as distintas manifestações religiosas,

igualmente contemplando as quatro matrizes acima especificadas, com elementos e objetos de conhecimento novos acrescentados de modo gradativamente mais complexo. É o caso da Unidade Temática *Crenças religiosas e filosofias de vida*, que está situada no quarto e no quinto anos do Ensino Fundamental justamente porque requer dos alunos a compreensão dos distintos fenômenos religiosos como instituições sociais que orientam as formas de organização comunitária e de organização material da vida de modo a contribuir para a compreensão da construção da identidade e das alteridades, ou seja, das relações entre o eu, o outro e o nós em diferentes espaços.

Nessa proposta metodológica, o professor pode aproveitar os fatos vividos em sala de aula, os conflitos acerca das identidades e alteridades e as dúvidas dos alunos acerca das questões que perpassem o conhecimento religioso, buscando refletir acerca das distintas experiências pessoais relacionadas a ele. Em seguida, deve-se listar as causas desses fatos, refletindo formas de compreender as relações neles imbricadas e, por fim, as consequências, estimulando o grupo a perceber as especificidades de cada fato (religião) em discussão, para que desenvolvam o senso crítico.

Em outras palavras, isso se configura como uma análise da realidade, a qual pressupõe entender os elementos que formam a identidade pessoal e, posteriormente, religiosa, verificar como as manifestações religiosas propiciam o bem estar social, como explicam o nascimento, a morte, a vida como um todo, como definem o que é sagrado, como celebram e como isso tudo influencia na organização material da vida. Nesse ponto, o professor deve levar o aluno a refletir acerca dos valores de cada religião e de como cada uma delas visa ao bem estar de seu grupo, ou seja, como cada uma intervém no mundo com vistas a contribuir para que os homens possam conviver dignamente e de forma harmônica com a natureza.

Para garantir a efetivação dos pressupostos teórico-metodológicos no contexto da sala de aula, deve-se atentar para o fato de que os encaminhamentos adotados pelo professor para se referir às distintas experiências de manifestações religiosas deve primar pela proposição de debates, leituras, análises, pesquisas, sempre com vistas à promoção do respeito e da dignidade

humana. Por essa razão é que o Ensino Religioso se inicia com a construção das identidades e alteridades para, só então, enveredar pelo estudo dos referenciais simbólicos que conformam cada identidade religiosa e cada filosofia de vida.

Nesse processo, é importante considerar a realidade como ponto de partida para a escolha dos elementos e dos aspectos a serem analisados, ou seja, perceber as situações que marcam a comunidade. Nesse contexto, a ação educativa deve ser marcada pelo respeito ao diferente e pelo fortalecimento dos vínculos de amizade e de valorização da vida, inclusive no que toca aos temas que devem ser trabalhados de forma transversal e integradora, conforme legislação especificada anteriormente.

Observa-se, por fim, que essa perspectiva metodológica favorece o diálogo com as outras áreas do conhecimento, sem, contudo, perder sua especificidade. É o que se depreende das discussões acerca do eu e do outro e de sua relação com os conteúdos relativos às Ciências da Natureza e às relações históricas e sociais trabalhadas nas Ciências Humanas. Essa ressalva tem a função essencial de levar os alunos a perceberem que os seres humanos são resultado dos valores sociais e culturais que os diferentes contextos produzem.

DESAFIOS CONTEMPORANEOS

Os **Desafios Contemporâneos** buscam promover a análise, a reflexão, a difusão de ideias e o cruzamento de múltiplas perspectivas a respeito do contexto atual nos campos social, da cultura e da educação, além de propiciar a troca de experiências entre diversos agentes: formuladores de políticas públicas, empreendedores, grupos independentes, integrantes de movimentos sociais, coletivos artísticos, profissionais do campo de educação, cultura e museus, pesquisadores e intelectuais. Nesse sentido, as metodologias ativas objetivam alcançar e motivar o estudante, que colocado diante uma situação-problema, examina, reflete,

contextualiza, pesquisa e ressignifica suas descobertas. Sendo um recurso didático de grande importância, as metodologias ativas podem favorecer, de forma significativa e eficaz, o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando ao aluno um papel protagonista na produção de seu conhecimento.

CULTURA E HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

De acordo com a Lei Nº. 10.639/03 que altera a LDB 9394/96, a Lei 11.645/08 e o parágrafo único art. 2º da Deliberação do Conselho Estadual de Educação do Paraná, o qual indica que: Ao tratar da história da África e da presença do negro (pretos e pardos) no Brasil, os professores precisam fazer abordagens positivas sempre na perspectiva de contribuir para que o aluno afro descendente se identifique e valorize a história de seu povo, a cultura de matriz africana, e as contribuições para o país e humanidade.

Logo, desde muito cedo podemos aprender e conhecer diferentes realidades e compreender que a experiência social do mundo é muito maior do que a nossa experiência local, e que este mesmo mundo é constituído e formado por civilizações, histórias, grupos sociais e etnias ou raças diversas. É também bem cedo em sua formação que as crianças podem ser reeducadas a lidar com os preconceitos aprendidos no ambiente familiar e nas relações sociais mais amplas.

Em Ensino Religioso podemos abordar o tema na Unidade Temática Identidades e Alteridades e Crenças Religiosas e Filosofias de Vida (Contemplando as Quatro Matrizes: Indígena, Ocidental, Africana e Oriental). No momento em que abordamos o objeto de estudo, O eu o outro e nós. O professor fará abordagem envolvendo os diferentes objetos de estudo, trazendo para a vivência do aluno, o respeito a diferentes grupos sócias, etnias ou raças.

DIREITOS HUMANOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proposta em 10 de dezembro de 1948 pela Organização das Nações Unidas. Para entender a razão da sua existência, é preciso levar em conta o contexto histórico.

Os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos são destinados a todos os seres humanos, sem qualquer tipo de distinção. Ela estabelece, por exemplo, que todos nascemos livres e iguais em dignidade e direitos, assim como temos todos os direito a um julgamento justo e imparcial para qualquer acusação criminal que viermos a receber.

A humanidade ainda luta para colocar em prática todos esses direitos. Logo antes de seu primeiro artigo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos cobra de todos os órgãos da sociedade a “adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional” para assegurar o seu reconhecimento e a sua “observância universal e efetiva”.

Para abordarmos o assunto em Ensino Religioso sobre Direitos Humanos observaremos que dessa forma essa articulação entre igualdade e diferença é uma necessidade e a educação tem um papel importante e relevante a cumprir. Para abordarmos o tema Direitos Humanos os professores de Ensino Religioso que debaterão na tema na Unidade Temática; Identidades e Alteridades (Contemplando as Quatro Matrizes: Indígena, Ocidental, Africana e Oriental)., As pessoas que compõem os grupos sociais e Povos e Culturas onde o objeto de estudo é Imanência e transcendência.

COMBATE A VIOLÊNCIA

A problemática da violência, seja aquela em que a criança/jovem é vítima ou protagonista vem causando grande preocupação no meio escolar. Em geral, violência é conceituada como um ato de brutalidade, física e/ou psíquica contra alguém e caracteriza relações interpessoais descritas como de opressão, intimidação, medo e terror. Nas escolas, a violência está aumentando não somente do ponto de vista quantitativo como também do qualitativo. Como a violência afeta diretamente a parte do cérebro onde processamos nossas emoções devemos abordar esse tema utilizando na Unidade Temática; Identidades e Alteridades (Contemplando as Quatro Matrizes: Indígena, Ocidental, Africana e Oriental). Essa assunto sendo muito importante será desenvolvido projetos para aplicar com todas as turmas em diferentes momentos do ano.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

O reconhecimento dos direitos das mulheres é uma reivindicação que se faz presente, pelo menos desde a década de 1920. No entanto, embora seja uma reivindicação antiga, sua concretização jurídica é bem mais recente. Efetivamente, a legislação reservava à mulher um lugar de subalternidade, primeiro sob o poder do pai e depois, do marido. Apenas recentemente os direitos de cidadania se estenderam à mulher, embora o marco legal da igualdade não seja realidade em todos os países.

Ao se tratar de políticas para mulheres no estado do Paraná, é preciso ter em mente a necessidade de reforçar os direitos das mulheres e as conquistas já alcançadas, tendo em vista a fragilidade das garantias que foram constituídas numa história ainda recente. Nesse contexto o professor irá desenvolver atividades para valorização da mulher, presente em sua vida ao abordar a Unidade Temática Identidades e Alteridades (Contemplando as Quatro Matrizes: Indígena, Ocidental, Africana e Oriental).

ESTATUTO DO IDOSO

O Estatuto do Idoso é uma Lei Federal, de nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, isto é, uma Lei Orgânica do Estado Brasileiro destinada a regulamentar os direitos assegurados aos idosos.

Para esclarecimento amplo, o Estatuto do Idoso é o resultado final do trabalho de várias entidades voltadas para a defesa dos direitos dos idosos no Brasil, entre as quais sempre se destacou a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia e também de profissionais das áreas da saúde, direitos humanos e assistência social, além de parlamentares do Congresso Nacional. Com as crianças o professor deverá desenvolver atividade que mostrem respeito com o idoso, ao abordar a Unidade Temática Identidades e Alteridades (Contemplando as Quatro Matrizes: Indígena, Ocidental, Africana e Oriental).

GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

A sociedade brasileira tem um histórico de desigualdade social cujo padrão de desenvolvimento excludente é notório. Antes do século XX, as políticas de desenvolvimento social brasileiras, inclusive as referentes ao campo da educação, estavam direcionadas ao desenvolvimento das cidades, cuja matriz cultural era voltada às questões políticas e econômicas, gerando, portanto, a marginalização de grupos específicos que não se enquadravam nos padrões culturais da época. Dessa forma, as discriminações em relação à raça, à etnia, a gênero, à orientação sexual, entre outras tantas manifestações de ser e estar no mundo, tornam-se ferramentas de poder que colocam à margem e negam aos indivíduos o direito de cidadania.

Sabe-se que a escola, enquanto instituição responsável pela transmissão do patrimônio cultural da humanidade possui um papel relevante na socialização dos saberes e das práticas relacionadas à diversidade promovendo ações que façam com que não haja discriminação na escola, onde o princípio da equidade seja considerado. Esse assunto deve ser abordado na Unidade Temática Identidades e Alteridades (Contemplando as Quatro Matrizes: Indígena, Ocidental, Africana e Oriental). E sempre que o professor perceber a necessidade.

EXIBIÇÃO DE FILMES MENSAIS NACIONAIS

A exibição de filmes nas escolas deve haver uma pluralidade pedagógica que precisa ser pensado, planejado e executado e que permite contribuir com a construção de uma alfabetização crítica dos meios que utilizam os recursos audiovisuais: cinema, televisão, internet, etc.

É possível levantarmos uma infinidade de atividades que podemos realizar com o audiovisual nas escolas. Isto é importante, mas não podemos ficar só nisso... As atividades são importantes desde que sejam pensadas e articuladas com uma proposta pedagógica mais ampla. É preciso caminhar: agindo e pensando... construindo e transformando...

Novas relações e linguagens desafiam os profissionais da educação a pensar na vocação multicultural da escola, no sentido de promover o diálogo entre as diferentes gerações e os diversos padrões culturais nela presentes.

Em sua análise, indicou três fatores que apontam um novo lugar para a escola: a cultura digital, que vem criando uma escola sem muros, na qual o estudante é produtor de conhecimento e a linguagem audiovisual assume importância; a existência de outros. Com o desenvolvimento tecnológico cada vez mais acelerado, existe um aperfeiçoamento das mídias disponíveis em um nível nunca antes visto. Essas mudanças constantes alteram o comportamento de toda a sociedade contemporânea, em que se é

possível ter acesso a todo tipo de informações de praticamente todos os lugares no mundo. Diante dessas influências, cabe às escolas, faculdades e todas as instituições educacionais estarem preparadas para receber esses alunos, frutos desta sociedade globalizada, e atualizada com os principais métodos de ensino.

Ao se falar em processo de aprendizagem, é necessário que este seja tratado como o resultado de um processo educativo, com a educação pensada nas pessoas a quem ela se destina. Deste modo, a linguagem, os espaços e os recursos utilizados no processo educativo devem ser adequados às pessoas que são o alvo desse processo de aprendizagem.

Entre as mídias disponíveis, vale ressaltar a importância do vídeo como ferramenta didática. Ferramenta esta que pode contribuir para o trabalho do docente de diversas formas, gerando aulas mais atrativas, favorecendo a construção do conhecimento em todas as Unidades Temáticas dependendo a abordagem do professor.

PREVENÇÃO DE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Esta é uma medida importantíssima, uma vez que a gravidez na adolescência envolve muito mais do que problemas físicos, mas também problemas emocionais e sociais.

Os partos de mães adolescentes correspondem a 16,4% dos partos que ocorrem no país, ou seja, de cada 6 crianças que nascem no Brasil, uma é filha de mãe adolescente. É importante observar que esses números mostram apenas as gestações que resultaram em partos de nascidos vivos.

A gravidez pode ter consequências imediatas e duradouras para a saúde, a educação e o potencial de geração de renda de uma adolescente. A gestação na adolescência está associada a maiores riscos de partos prematuros, de recém-nascidos

com baixo peso, de eclampsia, de transtornos mentais (como a depressão) devido a complicações decorrentes de abortos inseguros ou da gravidez e do parto. Implicando diretamente na aprendizagem da criança.

Apesar dos riscos à saúde causados por uma gestação na adolescência, os maiores riscos são os sociais e econômicos. Além disto, a gravidez precoce está associada a um maior risco de abandono escolar e perda de oportunidades de empregos, aumentando o risco de perpetuação do ciclo da pobreza. Na disciplina de Ensino Religioso poderá ser realizado palestras, com as mães, com psicólogas, assistente social, nutricionista.

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Diante das dificuldades enfrentadas pelos professores do ensino comum em desenvolver estratégias de ensino e aprendizagem que vão de encontro às especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e percebendo também a dificuldade destes em ter acesso ao conhecimento de forma significativa, apesar de suas limitações que lhe são inerentes, surge o questionamento: Frente a tais desafios, o objetivo deste trabalho foi levantar junto aos professores, como está acontecendo o processo de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, no componente de Ensino Religioso, bem como discutir sobre as adaptações curriculares necessárias para atender a diversidade presente na escola, construindo, elaborando e indicando ações que promovam estratégias de adaptações curriculares de acordo com a especificidade e o nível de conhecimento de cada aluno, destacando ações que facilitem a compreensão e a ação da prática docente a fim de colaborar para a efetivação de uma verdadeira escola inclusiva, acolhedora e promotora de conhecimento e aprendizagem.

O Ensino Religioso que seria assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa no Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. O primeiro desafio do Ensino Religioso nas instituições escolares está diretamente ligado à sua estruturação como componente curricular, aceitando que a sociedade brasileira é uma sociedade secularizada e que as futuras gerações surgirão num contexto pós-secular. É importante dar significado. Alunos com deficiência intelectual irão prestar mais atenção em coisas que fazem sentido para eles.

Alunos com deficiência intelectual devem ter reforço positivo mais do que os outros alunos.

Fazer o aluno compreender o que você fala é primordial! Exemplos concretos são sempre a melhor opção. Quanto menor o nível de abstração, melhor.

TRANSIÇÃO

A **transição** para a **escola** representa uma etapa essencial no percurso de uma criança. Esse tema propõe dar mais foco às competências e às habilidades que contribuem para a “preparação para a **escola**”, assim como entender o papel dos pais e as melhores práticas para favorecer uma **transição** adequada e o sucesso **escolar**.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, considerando os aspectos relacionados à transição com a Educação Infantil, além da valorização das situações lúdicas de aprendizagem, não se pode deixar de prever a necessária articulação com as experiências vivenciadas na etapa anterior, tanto em termos de uma progressiva sistematização dessas experiências quanto considerando o desenvolvimento dos alunos “pelas novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos.” (BRASIL, 2017,p. 56).

A medida que os alunos avançam para os Anos Finais do Ensino Fundamental, os estudantes são desafiados a, além do desenvolvimento do conhecimento em maior complexidade, ser capazes de lidar com a organização desses conhecimentos numa maior especialização própria das várias disciplinas do currículo. Por isso, o trabalho deve ser no sentido de fortalecer a autonomia dos estudantes de tal maneira que possam acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação, visando também o multiletramento. Nesse sentido, é inegável que a cultura digital tem promovido mudanças sociais significativas nas sociedades contemporâneas e os estudantes estão inseridos nessa cultura, não somente como consumidores.

AVALIAÇÃO

Ao considerar a premissa elementar de que uma das características centrais do Ensino Religioso é a não obrigatoriedade de frequência por parte do aluno, a escola, muitas vezes, se encontra circundada por uma série de indagações relativas à validade e à viabilidade de uma avaliação escolar desse componente curricular. Tais inquietações têm sua razão quando analisadas sob a ótica das dificuldades de trabalho por parte dos professores, entretanto, o que se defende nessa área do saber é, sobretudo, o fato de que trabalhar com Ensino Religioso na escola é possibilitar aos alunos uma formação humana e uma formação para a cidadania, o que pressupõe, de imediato, uma mudança de atitude e não a mensuração de conteúdos internalizados.

A avaliação em Ensino Religioso requer que se desconstrua os preconceitos referentes à pluralidade religiosa, como assinalado nos pressupostos metodológicos, bem como a desvinculação dessa área do conhecimento de um caráter proselitista de ensino, pois o primeiro elemento que deve figurar na avaliação em Ensino Religioso é a não confessionalidade dos componentes curriculares. Isso é fundamental para que as crianças compreendam as relações entre o eu e o outro quando mediadas pelas manifestações distintas do fenômeno religioso e de que maneira assimilam esses conhecimentos como valores que lhes serão úteis para a vida em sociedade. Esse sentido de avaliação encontra sustentação nas palavras de Hoffmann (2007), ao afirmar que a

“avaliação é movimento, é ação e reflexão” (HOFFMANN, 2007, p. 52), características centrais da formação humana em Ensino Religioso.

Assim entendido, o caráter educativo do Ensino Religioso objetiva a compreensão de que o sagrado pode ser vivenciado de forma diferente em cada distinta manifestação religiosa e que essas manifestações atuam distintamente nos modos de organização da vida social e cultural o que, por seu turno, evocará conhecimento, respeito e valorização. De outro modo, a práxis deve visar a mudanças de atitude frente à diversidade religiosa para que se compreenda as formas de ver e entender o sagrado e a própria vida.

Dessa forma, a avaliação desse componente curricular deve encontrar nas práticas cotidianas dos alunos seu ponto central de análise e pressupor um processo avaliativo que possibilite a investigação sobre o que vem sendo compreendido, a fim de intervir nas circunstâncias em que a mudança de atitude se apresentar como necessária. De outro modo, é necessário ter clareza que esse componente curricular não incide em nota, mas, por se tratar de área do saber ensinada na escola, deve ser devidamente avaliada pelo professor. A avaliação deve se pautar num instrumento que mesmo não tendo a finalidade de classificação do aluno, possibilite ao professor acompanhar a compreensão de conteúdos como respeito, valorização, bem como, os referentes ao conhecimento religioso presente em seu contexto; ou seja, de determinados conteúdos que estejam relacionados à religião, religiosidade, espiritualidade e a diferentes filosofias de vida.

REFERENCIAS

www.diaadiaeducacao.pr.gov.br- Acesso em 26/10/2020

basenacionalcomum.mec.gov.br – Acesso em 27/10/2020

portal.mec.gov.br – Acesso em 30/10/2020

AMOP, Associação dos Municípios do Oeste do Paraná. Departamento de Educação. **Currículo básico para a escola pública municipal: Educação Infantil e Ensino**

Fundamental. Cascavel: AMOP, 2008.

BERKENBROCK, Volney J. A atitude Franciscana no Diálogo Inter-religioso. In: MOREIRA, Alberto da Silva (Org.). **Herança Franciscana**. Petrópolis, Vozes, 1996. Disponível em: <http://maniadehistoria.wordpress.com/aprimeira-constituicaoartamagna-do-brasil-1824/>. Acesso em 22 de junho de 2014.

BRASIL, **Constituição Política do Império do Brasil**, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm.

_____, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm

_____, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 16 de julho de 1934. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm

_____, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 10 de novembro de 1937. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm

_____, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 18 de setembro de 1946. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1967. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm

_____, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

_____, Lei 5692/71. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências**. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

_____, Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, 1996

_____. Ministério de Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso**. 3. ed. Brasília: MEC, 1998.

_____. Ministério de Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso**. Brasília: MEC, 2008.

_____. Ministério de Educação e Cultura. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que **estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”** e dá outras providências. Diário Oficial República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003.

_____, Ministério da Educação. Lei nº 11.645, de 2008. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que **estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”** incluindo a temática indígena. **Diário Oficial República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 9 jan. 2003.

_____. Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o estatuto do Idoso e da outras providências**. Brasília, 2003.

_____, Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer 03/2004. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura Afro-brasileira e Africana** Brasília, 2004.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Parecer 8/2012. **Diretrizes nacionais para a Educação em Direitos humanos**. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 01 de 30 de maio de 2012. **Estabelece Diretrizes nacionais para a Educação em Direitos humanos**. Brasília, 2012.

CASTRO, Zília Osório de. O regalismo em Portugal. In.: **Revista Cultura. História e Filosofia**, vol. VI, 1987, pp. 357-411.

CEE/CLN. **Deliberação nº 03/02 de 09 de Agosto de 2002**. Ensino Religioso nas Redes Públicas do Estado do Paraná.

CEE/CLN. **Deliberação nº 01/06 de 10 de Fevereiro de 2006**. Normas para o Ensino Religioso no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

CNE/CEB. **Resolução CEB nº 02 de 07 de Abril de 1998**. Institui as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação**. Mito e Desafio. Porto Alegre. Editora Mediação. 2007.

HOORNAERT, E. “A evangelização do Brasil durante a primeira época colonial”. In: HOORNAERT, E. et al. (orgs.). **História da Igreja no Brasil**. Tomo II/1. Petrópolis: Vozes; Paulinas, 1983, p. 39.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1999.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Ensino Religioso**. Curitiba, 2008.

_____. **Referencial Curricular do Paraná**, Curitiba, 2018.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, Ideologia e Contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR – ENSINO FUNDAMENTAL

APRESENTAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR DE GEOGRAFIA

Ressaltamos que, para compreender o espaço geográfico, é importante instigar o estudante à compreensão da construção de um pensar geográfico, tendo em vista que uma das funções da Geografia escolar se refere ao desenvolvimento do raciocínio geográfico e o despertar para uma consciência espacial. A Geografia, como as demais ciências, passou por grandes mudanças, especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial, quando foi questionada a finalidade da produção geográfica, uma vez que não satisfazia mais às necessidades da época. O intenso debate que a ciência viveu, desde então, chegou ao nível do ensino, a partir da década de 1980, por meio de propostas curriculares renovadas e, entre elas, a do Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná. O desafio de organizar uma proposta curricular não é tarefa fácil. Por isso, dentro de uma perspectiva do movimento histórico da ocupação, da exploração e da produção do espaço pelo homem, consideramos importante partir do pressuposto de como surgiu a Geografia, a quem serviu e por que permanece nas escolas e toma vulto nesse início do século XXI.

Assim, se antes a Geografia inexistia como serviço à humanidade como um todo, hoje ela está a serviço da emancipação do homem, mas se trabalhada em uma perspectiva de ciência da sociedade. Nesse sentido, desde os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a Geografia é um espaço privilegiado para discutir questões existentes na sociedade, na qual a relação/interação homem e natureza forma um todo integrado, em constante transformação, de cujo processo a criança também faz parte. E nessa busca pela ampliação do conhecimento da criança sobre o mundo, faz-se necessário entender historicamente essa relação/interação homem e natureza, pois, em seu percurso histórico sobre o Planeta, o homem, levado pela necessidade e pelo desenvolvimento das forças produtivas (materialidade posta), foi obrigado a mudar as formas pelas quais produzia a vida material.

Assim, os paradigmas anteriormente citados – neopositivismo e materialismo histórico – sinalizam algumas diferenças na produção do conhecimento geográfico a partir de uma nova compreensão de realidade na qual o homem está imerso. Se o primeiro paradigma aponta a realidade como algo estático e nela o homem é compreendido separado da natureza, o segundo orienta para o movimento em espiral, para a possibilidade de mudança, para o homem como elemento integrante da natureza, com a qual tem uma relação de pertencimento e pela qual, mediante suas ações, é responsável, e, como afirma Cavalcanti (1998) “a consciência da geografia do mundo, deve ser construída no decurso da formação humana, incluindo aí a formação escolar” (CAVALCANTI, 1998, p. 24).

Se entendermos que “O homem é produto do meio, que em sendo produzido, passa a produzir o meio que o produz e em que se produz”, conforme expresso nos Pressupostos Filosóficos deste documento, é preciso saber que meio produz, como produz esse meio e para quem o produz. Essa afirmação aplica-se à Geografia quando essa é entendida como uma ciência da sociedade, e é analisada e interpretada, teoricamente, à luz dos fundamentos filosóficos do materialismo histórico. Nesse sentido, implica conceber o espaço como produção humana, e entender essa produção como processo ou processos. Assim, o objeto da Geografia não pode ser definido como espaço - o espaço da superfície terrestre, por exemplo -, mas a produção dos diferentes espaços sobre a superfície terrestre, o uso e a apropriação dessa produção pela sociedade. Trata-se, então, de compreender esse espaço produzido e em produção como uma categoria social real, um espaço marcado e demarcado por práticas sociais precisas, o que significa que a categoria trabalho humano é categoria principal/central.

Entretanto, não podemos perder de vista que o espaço físico - a superfície terrestre - é preexistente ao trabalho humano. Nesse sentido, **o espaço é condição e meio de produção**. Não podemos esquecer, também, que a natureza tem uma dinâmica interna própria, cujas leis independem da vontade do homem. Portanto, se é o uso social que confere conteúdo às formas espaciais via trabalho humano, o espaço, em si, é o “depositário universal da História”. A superfície terrestre é a **realidade natural, condição e meio** pelo qual os homens produzem seus espaços sociais, satisfazendo as suas necessidades de vida; por isso, também é

produto. É preciso repensar e refletir sobre a produção do conhecimento geográfico e de seu ensino, bem como sobre a concepção de homem nele contida, para entender concretamente a realidade de uma cidadania planetária. Nessa perspectiva, metodologicamente, os professores precisam promover a alfabetização geográfica, que consiste em criar condições para que a criança leia e interprete o espaço geográfico, para que possa compreender os espaços que estão sendo produzidos, a que servem e a quem são destinados.

Com relação ao objeto da Geografia, Santos (2001) considera o espaço primeiramente como um “conjunto de fixos e fluxos”. Os elementos fixos são naturais (relevo, hidrografia, solos etc.) e construídos (estradas, pontes, construções, barragens etc.), e os fluxos são os movimentos que são condicionados pelas ações humanas (informações, ideias, valores etc.). Há uma interação entre os fixos e os fluxos construindo e reconstruindo o espaço; os fixos que produzem fluxos e esses que levam à reprodução de fixos e vice-versa. Portanto, a partir dos fixos (**objetos**) e dos fluxos (**ações**), tomados como partes indissociáveis que formam o espaço, é possível reconhecer, segundo Santos (2006), as categorias externas ao espaço: **objetos e ações, totalidade e totalização, técnica, temporalidade, símbolos e ideologias**, e as categorias analíticas internas como: **a paisagem, configuração territorial, divisão territorial do trabalho, rugosidades, formas-conteúdo**, como processos básicos. Ademais, o espaço pode ser explicado por recortes espaciais como: **região, lugar, redes e escala**. Esses aspectos são detalhados a seguir.

Totalidade refere-se ao conjunto de todas as coisas e de todos os homens em sua realidade, isto é, em suas relações e em seu movimento. A totalidade está em constante movimento, desfaz-se, refaz e renova-se como produto de um movimento real, em que a **totalização** seria o resultado da totalidade, saindo do velho para o novo. A totalidade sendo o resultado e a totalização o processo, que compreenderia o passado, o presente, o futuro.

A **técnica** é a principal forma de relação entre o homem e a natureza. São conjuntos de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria e recria o espaço. A técnica deve ser entendida na relação com os modos de produção e nas relações de poder presentes em cada período histórico.

A **temporalidade**, por sua vez, pressupõe movimento. Sendo uma grandeza invisível, sua percepção se dá por meio dos eventos naturais e culturais, usados como referência no estudo do espaço.

Ideologia e símbolos devem ser vistos a partir da realidade concreta, estão na estrutura do mundo e também nas coisas, são um fator constitutivo da história. A ideologia produz símbolos, criados para fazer parte da vida real, e que frequentemente tomam a forma de objetos. Desse modo, há objetos que já nascem como ideologia e como realidade ao mesmo tempo.

A **paisagem** é a forma como os homens organizaram um determinado espaço. Seja ela natural ou humanizada, está repleta de conteúdos. Nela estão materializados eventos físicos, relações de trabalho e produção do passado e do presente. As **paisagens** podem ser lidas/analizadas diretamente, até onde a vista alcança, ou por meio de gravuras, imagens ou textos descritivos.

Desse modo, paisagem é o conjunto de forma que, em determinado momento, revelam as relações entre o homem e a natureza em um determinado lugar. Assim, a paisagem é resultado do processo de construção do espaço; é a unidade visível do lugar.

A **configuração territorial** é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou em dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. Santos (1996) destaca que “A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima” (SANTOS, 1996, p. 51). Essa configuração territorial é construída historicamente. O **território**, por sua vez, está estreitamente relacionado às esferas do poder político e econômico: o poder político estabelece fronteiras entre países (limites internacionais), bem como as subdivisões estaduais e municipais, enquanto que o poder econômico estabelece áreas de atuação relativas à produção de bens e serviços e que, em consequência da globalização, está subordinado aos interesses de grupos econômicos internacionais, os quais, por meio de suas redes, definem territórios. A configuração territorial envolve interesses e disputas pelo espaço da cidade ou campo, implantado pela necessidade das pessoas e outras formas de partilhamento do espaço.

A divisão territorial do trabalho se realiza e se materializa nos lugares, criando hierarquias, conforme a capacidade de produção e especialização diferenciando-os no modo de produzir das pessoas, empresas, governos e instituições, assim, conforme destaca Santos (2008[1978]), “A cada movimento social, possibilitado pelo processo da divisão do trabalho, uma nova geografia se estabelece, seja pela criação de novas formas de atender a novas funções, seja pela alteração funcional das formas já existentes. Daí a estreita relação entre a divisão social do trabalho, responsável pelos movimentos da sociedade, e a sua repartição espacial” (SANTOS, 2008[1978], p. 62).

As rugosidades são as marcas do passado, tanto da natureza quanto do trabalho humano que se evidenciam nas **formas-conteúdo**.

Região refere-se a uma área ou a um espaço que foi dividido obedecendo a um critério específico. Trata-se de uma elaboração racional humana para melhor compreender uma determinada área ou um aspecto dela. Assim, as regiões podem ser criadas para realizar estudos sobre as características gerais de um território (as regiões brasileiras, por exemplo) ou para entender determinados aspectos do espaço (as regiões geoeconômicas do Brasil para entender a economia brasileira). Para tanto, Ribeiro e Gonçalves (2001) afirmam: “A região teria, com isso, em termos gerais, a sua configuração determinada pelos processos e relações sociais de produção, perpetuados ao longo da história, assumindo assim estas partes características do movimento geral das formas de produção e reprodução da sociedade, ou seja, da totalidade social reproduzida espacialmente” (RIBEIRO; GONÇALVES, 2001, p. 91).

Lugar é o espaço das vivências, do cotidiano, onde o homem inscreve os seus significados de vida. O lugar tem uma identidade própria e com ele se estabelecem vínculos afetivos, identitários e de pertencimento. Trata-se de uma análise que pode ser feita em diferentes escalas, local, regional, nacional e global. O lugar não se explica por si mesmo, porque contém relações culturais, econômicas, políticas, sociais e ideológicas que promovem as mudanças e permitem as permanências.

Rede diz respeito a toda infra-estrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território que se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação.

Escalas estão relacionadas com a origem dos eventos que podem ser locais, regionais, estaduais, nacionais ou mundiais, pois, conforme afirma Santos (2006),

“Se considerarmos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo. Mas o evento pode ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social, isto é, num país, numa região, ou num lugar, considerados esse país, essa região, esse lugar como um conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo”. (SANTOS, 2006, p. 144).

A escala, portanto, precisa ser entendida no tempo e no espaço, considerando tanto os elementos naturais quanto os eventos históricos, conjugados na relação homem, trabalho e produção.

É preciso pensar o espaço de modo que ofereça condições essenciais para a melhoria da qualidade do ambiente e da vida, ou seja, um espaço sustentável, que esteja associado ao desenvolvimento econômico das atividades humanas e que concilie as questões sociais e ambientais, garantindo a continuidade da vida. Ademais, deve-se observar para que a sustentabilidade atenda às necessidades do hoje, sem comprometer as necessidades das gerações futuras nos aspectos econômicos, políticos, sociais,

tecnológicos e internacionais, entendendo-se como sujeito histórico e agente de transformações, o que implica criar uma **situação de pertencimento**, isto é, criar atividades e ações que façam com que o aluno se sinta parte de um determinado espaço (que pode ser o espaço da sala de aula). É importante, nesse sentido, fazer com que ele veja na sala de aula o **seu** espaço, o seu lugar, um espaço em que organiza móveis, flores, mesas e até mesmo a organização de espaços ocupados pelos colegas, nos quais ele pode interferir e mudar, interagindo com colegas e professores. Essa dimensão deve ser **gradativamente** ampliada para os outros espaços que são objeto de estudo como a escola, a comunidade, a cidade, o município. Contudo, deve-se iniciar pelo espaço próximo, ao qual, pelas vivências oportunizadas, o aluno sente-se **pertencido**. Essa **situação de pertencimento** ao lugar pode alcançar muitas e variadas dimensões, passando pelo pertencimento de classe até chegar à dimensão planetária. O conhecimento geográfico nesse nível pode oportunizar novas formas de pensar e interagir. Entretanto, a interação mediada pelo professor é um processo que **somente** se concretiza quando conhecimento/reflexão e ação caminham juntos; por isso, o espaço vivenciado é importante. De acordo com Kozel e Filizola (1996), “Primeiro a criança toma contato com o espaço de ação, que é o espaço vivido, experimentado. A partir desse espaço próximo e concreto, vai construindo a noção de espaço percebido e concebido, mais abstratos, que não são vivenciados diretamente” (KOZEL; FILIZOLA, 1996, p. 26), ou seja, as **noções topográficas, projetivas e euclidianas**.

Ao integrar as categorias analíticas externas e internas, bem como os recortes espaciais do estudo do espaço, contribui-se para o desvendamento da realidade pelo aluno, assegurando um caráter mais geográfico, pois esses conceitos são estruturantes do ensino da Geografia como o são também os de natureza, trabalho e sociedade, os quais devem ser construídos associados a situações da realidade e das vivências humanas (conteúdos), de forma gradativa e processual. Cada um desses conceitos tem forma, função, estrutura e processos específicos, isto é, **estão historicamente situados no tempo e no espaço** – têm a sua própria História – e estão sempre inseridos em uma totalidade maior.

Salientamos, outrossim, que a integração entre as disciplinas ocorre por meio do método, na medida que buscarmos a totalidade – a qual não significa conhecer todos os fatos, mas compreender as relações entre eles e o homem, o que se dá na articulação entre as partes e dessas com o todo.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O COMPONENTE CURRICULAR

O Referencial Curricular é um documento elaboração democraticamente, envolvendo toda comunidade escolar, das propostas pedagógicas curriculares das escolas, assim, as características e especificidades de cada escola deverão ser contempladas. Preocupou-se em não torná-lo um documento fechado, permitindo-se, dessa forma, que as especificidades e as características local de cada escola sejam contempladas, assim como as diferentes modalidades de ensino (Educação Regular, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação à Distância), atendendo, assim, às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013).

No Componente Curricular de Geografia é possível desenvolver os conteúdos específicos através da metodologia das sequências didáticas, onde é possível abordar a Educação do Campo, a partir de reportagens e artigos de opinião que abordam aspectos importantes das conquistas e lutas pelo terra e produção. No componente curricular de Geografia é possível verificar a relação dos conhecimentos científicos com a realidade dos sujeitos do campo, diagnosticando práticas e métodos que as fundamentam e assim propor métodos que contribuam para o desenvolvimento de práticas que possibilitam reflexões dos estudantes sobre a relação homem-natureza a partir dos próprios elementos cotidianos, os objetos de conhecimento que apresentam como foco principal a importância de se conhecer os espaços de vivência, a ludicidade – estabelecendo e

desenvolvendo as relações espaciais (topológicas, projetivas e euclidianas) bem como a necessidade de aulas de campo para a compreensão dos espaços.

Através da abordagem qualitativa buscou-se compreender os fundamentos que orientam o ensino dos conteúdos, assim o levantamento bibliográfico permitiu verificar as concepções de ensino aprendizagem desenvolvidos na educação do campo a fim de elaborar uma compreensão sobre os pressupostos teóricos que o embasam, Por fim, na unidade temática que envolve a Natureza, ambientes e qualidade de vida, objetiva-se a unidade da Geografia, articulando Geografia física e Geografia humana, com destaque para a discussão dos processos físico-naturais e suas relações com os aspectos humanos. Reforçamos que o estudo da Geografia é relacionado à construção de uma educação humana e integral, auxiliando os estudantes na definição de seus caminhos em busca de uma sociedade mais igualitária, justa e solidária, a partir da possibilidade de realizar (re) leituras de mundo, compreendendo seus espaços e as contradições socioespaciais, especialmente, entendendo sua importância enquanto sujeitos na construção dos arranjos espaciais e no desenvolvimento de uma práxis espacial.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DO CAMPO DE EXPERIÊNCIA

Entender a produção dos espaços como processos sociais mediados pelo trabalho humano, por isso, ser capaz de posicionar-se frente às desigualdades sociais por meio da leitura dos espaços produzidos e reconhecer-se como agente das transformações desses espaços, buscando novas formas de interagir com o meio e com o outro, para garantir a emancipação humana e a sustentabilidade planetária, os estudantes deverão desenvolver a capacidade de aprender por meio do pleno domínio da leitura, da escrita, do cálculo, da compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das tecnologias, das artes, dos valores em que se fundamenta a sociedade e resolver problemas, tornando-se, assim, autônomos e protagonistas de sua aprendizagem.

Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.

Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.

Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.

Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.

Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio-técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.

Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza.

Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

QUADRO ORGANIZADOR DOS CONTEÚDOS: GEOGRAFIA

UNIDADE TEMÁTICA: O SUJEITO E O SEU LUGAR NO MUNDO	ANO	TRIMESTRE
--	-----	-----------

Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Situações de convívio em diferentes lugares.	PR.EF01GE04.a Discutir e elaborar, coletivamente, regras de convívio em diferentes espaços (sala de aula, escola etc.), reconhecendo a importância das práticas e atitudes cooperativas e responsáveis com o meio em que vive.	Regras de convívio e sua importância em diferentes espaços;	X					X		
O modo de vida das crianças em diferentes lugares.	PR.EF01GE01.a Descrever características observadas de seus lugares de vivência (moradia, escola etc.) e identificar semelhanças e diferenças entre esses lugares, dando enfoque aos atributos e funções dos diferentes locais.	Espaços de moradia e vivência; Ambiente rural e urbano (campo e cidade); Cômodos dos espaços de vivência e moradia e suas utilidades.	X						X	
	PR.EF01GE02.a Identificar semelhanças e diferenças entre jogos e brincadeiras de diferentes épocas e lugares, utilizando-se de pesquisas no ambiente familiar, na comunidade e no desenvolvimento dos jogos e brincadeiras.	Jogos e Brincadeiras de diferentes épocas e lugares.	X							X
Situações de convívio em diferentes lugares.	PR.EF01GE03.a Identificar e relatar semelhanças e diferenças de usos do espaço público (praças, parques, complexos esportivos) para o lazer e diferentes manifestações sociais, artísticas, culturais e desportivas.	Espaço público de uso coletivo e seus diferentes usos. Regras de convivência no trânsito.	X							X
Convivência e interações entre pessoas na comunidade.	PR.EF02GE01.a Descrever a história das migrações no bairro ou comunidade em que vive, reconhecendo os grupos migratórios que contribuíram para essa organização.	O bairro: formação migratória e organização dentro do município.		X					X	
	PR.EF02GE02.s Comparar costumes e tradições de diferentes populações inseridas no bairro ou comunidade em que vive, reconhecendo a importância do respeito às diferenças.	Costumes, tradições e diversidade da população do bairro.		X						X
Riscos e cuidados nos meios de transporte e de comunicação.	PR.EF02GE03.a Comparar diferentes meios de transporte e de comunicação, indicando o seu papel na conexão entre lugares, reconhecendo como esses meios interferem nesses processos, e discutir os riscos para a vida e para o ambiente e seu uso responsável.	Meios de Comunicação; Meios de Transporte; Uso responsável dos meios de comunicação e transporte; Regras de trânsito.		X						X

UNIDADE TEMÁTICA: O SUJEITO E O SEU LUGAR NO MUNDO			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
A cidade e o campo: aproximações e diferenças.	PR.EF03GE01.a Identificar e comparar aspectos culturais dos grupos sociais de seus lugares de vivência, seja na cidade, seja no campo.	Município: limites, diversidade social e cultural no campo e na cidade; O trânsito no município.			X			X		
	PR.EF03GE02.a Identificar, em seus lugares de vivência, marcas de contribuição cultural e econômica de grupos de diferentes origens, reconhecendo a importância que os diferentes grupos têm para a formação sócio-cultural econômica da região.	Contribuição cultural dos diferentes grupos sociais nos lugares de vivência (BairroMunicípio-Região).			X			X		
	PR.EF03GE03.a Reconhecer os diferentes modos de vida (hábitos alimentares, moradias, aspectos culturais, tradições e costumes) de povos e comunidades tradicionais em distintos lugares.	Povos e comunidades tradicionais que vivem no Brasil e seus modos de vida.			X			X		
Território e diversidade cultural.	PR.EF04GE01.s Selecionar, em seus lugares de vivência e em suas histórias familiares e/ou da comunidade, elementos de distintas culturas (indígenas, afro-brasileiras, de outras regiões do país, latino-americanas, europeias, asiáticas etc.), valorizando o que é próprio em cada uma delas e sua contribuição para a formação da cultura local, regional e brasileira.	Características de diferentes culturas, suas influências e contribuição na formação da cultura local, regional e brasileira. (indígenas, afrobrasileiras, de outras regiões do país, latino-americanas, europeias, asiáticas etc.);				X		X		
Processos migratórios no Brasil e no Paraná.	PR.EF04GE02.c Descrever processos migratórios e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira, levantando as origens dos principais grupos da formação populacional do Brasil, relacionados aos fluxos migratórios, dando ênfase à formação do Paraná.	Fluxos migratórios e a formação populacional e cultural do Brasil, dando ênfase à formação do Paraná.				X		X		
Instâncias do poder público e canais de participação social.	(PR.EF04GE03.s Distinguir funções e papéis dos órgãos do poder público municipal e canais de participação social na gestão do Município, incluindo a Câmara de Vereadores e Conselhos Municipais.	Poder executivo, legislativo e judiciário; Órgãos do poder público municipal; Canais de participação social no município; Trânsito seguro, direito e dever de todos.				X				X

UNIDADE TEMÁTICA: O SUJEITO E O SEU LUGAR NO MUNDO			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Dinâmica populacional	PR.EF05GE01.s Descrever e analisar dinâmicas populacionais na Unidade da Federação em que vive, estabelecendo relações entre migrações e condições de infraestrutura.	Urbanização e crescimento populacional do Paraná. Dinâmicas populacionais paranaenses no contexto do Brasil e da América do Sul.					X	X		
A divisão política administrativa do Brasil.	PR.EF05GE.n Identificar as unidades político administrativas da Federação Brasileira (Estados), para compreender a formação das cinco regiões da Federação.	Unidades Político administrativas da Federação Brasileira (Estados); Regiões do Brasil: (população, clima, vegetação, relevo e hidrografia); O Brasil no mundo;					X	X		
Diferenças étnico raciais e étnico culturais e desigualdades sociais.	PR.EF05GE02.a Identificar diferenças étnico-raciais e étnico-culturais e desigualdades sociais entre grupos em diferentes territórios, observando as condições de saúde, educação, produção e acesso a bens e serviços, entre as diferentes comunidades.	Diferenças étnico raciais, étnico culturais e as desigualdades sociais.					X	X		

UNIDADE TEMÁTICA: FORMAS DE REPRESENTAÇÃO E PENSAMENTO ESPACIAL

ANO

TRIMESTRE

Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Pontos de referência	PR.EF01GE08.a Criar mapas mentais e desenhos com base em itinerários, contos literários, histórias inventadas, jogos e brincadeiras.	Mapas mentais e diferentes formas de representação espacial.	X					X		
	PR.EF01GE09.a Elaborar e utilizar mapas simples, desenhos e trajetos para localizar elementos do local de vivência, considerando referenciais espaciais (frente e atrás, esquerda e direita, em cima e embaixo, dentro e fora) e tendo o corpo como referência.	Mapas simples; Trajeto; Referenciais de lateralidade, localização em sala de aula, orientação e distância.	X					X		
Localização, orientação e representação espacial.	PR.EF02GE08.a Identificar e elaborar diferentes formas de representação (desenhos, mapas mentais, maquetes) para representar componentes da paisagem (elementos naturais e culturais) dos lugares de vivência.	Formas de representação espacial dos espaços de vivência (desenhos, mapas mentais, maquetes); Elementos naturais e culturais da paisagem dos lugares de vivência.		X				X		
	PR.EF02GE09.a Identificar objetos e lugares de vivência (escola e moradia) em imagens aéreas e mapas (visão vertical) e fotografias (visão oblíqua), comparando as diferentes visões e representações de um mesmo objeto.	Projeção horizontal, vertical e oblíqua na observação e representação de um lugar de vivência ou objeto.		X				X		
	PR.EF02GE10.s Aplicar princípios de localização e posição de objetos (referenciais espaciais, como frente e atrás, esquerda e direita, em cima e embaixo, dentro e fora) por meio de representações espaciais da sala de aula e da escola.	Percepção espacial: pontos de referência, localização, organização e representação espacial.		X				X		
	PR.EF02GE.n Localizar a escola, bem como saber seu endereço, pontos de referência próximos, a fim de o estudante conhecer o espaço onde está localizado.	Compreensão da localização de sua escola, seu endereço e pontos de referência.		X				X		
Representações cartográficas.	PR.EF03GE07.a Reconhecer e elaborar legendas com símbolos de diversos tipos de representações em diferentes escalas cartográficas, compreendendo a importância dos símbolos para a leitura cartográfica.	Leitura cartográfica (legendas, símbolos e noção de escala).			X			X	X	X
	PR.EF03GE06.a Identificar e interpretar imagens bidimensionais e tridimensionais em	Formas de representação cartográfica: imagens bidimensionais			X				X	

UNIDADE TEMÁTICA: FORMAS DE REPRESENTAÇÃO E PENSAMENTO ESPACIAL			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	diferentes tipos de representação cartográfica, destacando a passagem da realidade concreta do espaço em que se vive, para a representação sob a forma de mapas e outros recursos cartográficos, tais como: maquetes, croquis, plantas, fotografias aéreas, entre outros.	e tridimensionais do município; Pontos Cardeais.								
Elementos constitutivos dos mapas.	PR.EF04GE10.a Comparar tipos variados de mapas, dentre eles: econômicos, políticos, demográfico, históricos e físicos, bem como os elementos que compõem o mapa, identificando suas características, elaboradores, finalidades, diferenças e semelhanças.	Elementos de um mapa; Tipos de mapas; Leitura e análise de mapas temáticos.				X		X	X	X
Sistema de orientação	PR.EF04GE09.s Utilizar as direções cardeais na localização de componentes físicos e humanos nas paisagens rurais e urbanas.	Pontos cardeais e colaterais; Orientação espacial: localização de elementos vizinhos ao município e ao estado e compreensão destes locais inseridos no país e no mundo.				X		X		
Mapas e imagens de satélite.	PR.EF05GE08.a Analisar transformações de paisagens nas cidades, comparando sequência de fotografias, fotografias aéreas e imagens de satélite de épocas diferentes, destacando semelhanças e diferenças em relação a ritmos das mudanças.	Observação das transformações das paisagens urbanas a partir de sequência de fotografias, fotografias aéreas e imagens de satélite de épocas diferentes; Coordenadas Geográficas, (linhas imaginárias: paralelos, meridianos, trópicos, linha do equador); Continentes e suas principais características; Os oceanos.					X		X	
Representação das cidades e do espaço urbano.	PR.EF05GE09.a Estabelecer conexões e hierarquias entre diferentes cidades, utilizando mapas temáticos e representações gráficas, como mapas, croquis, plantas, imagens de satélites, fotografias aéreas, desenvolvendo noções e conceitos básicos de cartografia, para a identificação de dados naturais e socioeconômicos.	Conexões hierárquicas entre as cidades; Conceitos básicos de cartografia, aplicação e uso de mapas temáticos e representações gráficas, como mapas, croquis, plantas, imagens de satélites, fotografias aéreas.					X		X	

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO DO TRABALHO			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Diferentes tipos de trabalho existentes no seu dia a dia.	PR.EF01GE06.s Descrever e comparar diferentes tipos de moradia ou objetos de uso cotidiano (brinquedos, roupas, mobiliários), considerando técnicas e materiais utilizados em sua produção.	Diferentes formas de moradias e os tipos de materiais utilizados para sua construção; Materiais utilizados para produção de mobiliários, brinquedos e objetos de uso cotidiano.	X						X	
Diferentes tipos de moradia e objetos construídos pelo homem.	PR.EF01GE07.a Descrever atividades de trabalho relacionadas com o dia a dia da sua comunidade e seu grupo familiar, compreendendo a importância do trabalho para o homem e a sociedade.	O trabalho e as profissões.	X							X
	PR.EF01GE.n Observar e identificar o papel do trabalho na organização do espaço escolar, relatando as atividades de trabalho existentes na escola (limpeza, segurança, ensino, gestão).	O trabalho na escola.	X							X
Tipos de trabalho em lugares e tempos diferentes.	(PR.EF02GE06.a Relacionar o dia e a noite a diferentes tipos de atividades sociais (horário escolar, comercial, sono etc.), identificando as atividades cotidianas, realizadas em cada um desses períodos.	Atividades cotidianas do dia e da noite.		X					X	
Tipos de trabalho em lugares e tempos diferentes.	PR.EF02GE07.a Descrever as atividades extrativas (minerais, agropecuárias e industriais), de diferentes lugares, identificando as origens de produtos do cotidiano e os impactos ambientais oriundos dessas produções e extrações.	Atividades extrativas que dão origem a produtos do nosso cotidiano; Problemas ambientais causados pela produção industrial e extração.		X						X
Matéria-prima e indústria.	PR.EF03GE05.a Identificar alimentos, minerais e outros produtos cultivados e extraídos da natureza, comparando as atividades de trabalho em diferentes lugares (campo e cidade), a fim de reconhecer a importância dessas atividades para a indústria.	Produtos cultivados e extraídos da natureza; Matéria-prima e indústria; Relação campo e cidade no trabalho e na indústria.			X				X	
Trabalho no campo e na cidade.	PR.EF04GE07.a Comparar as características do trabalho no campo e na cidade, considerando	O trabalho no campo e na cidade.				X			X	

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO DO TRABALHO			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	as diferenças, semelhanças e interdependência entre eles.									
Produção, circulação e consumo.	PR.EF04GE08.a Descrever e discutir o processo de produção (transformação de matérias-primas), circulação e consumo de diferentes produtos, reconhecendo os passos para essa transformação (o papel das fábricas, indústrias, a produção em geral).	Produção, circulação e consumo de produtos.				X			X	
Trabalho e inovação tecnológica.	PR.EF05GE05.a Identificar e comparar as mudanças dos tipos de trabalho e desenvolvimento tecnológico na agropecuária, na indústria, no comércio e nos serviços, fazendo uma relação entre o antes e o depois do desenvolvimento das tecnologias e a sua importância nos diferentes setores da economia.	Transformações e desenvolvimento tecnológico no trabalho.					X		X	
	PR.EF05GE06.a Identificar e comparar transformações dos meios de transporte e de comunicação, assim como o papel das redes de transportes e comunicação para a integração entre cidades e o campo com vários lugares do mundo.	Inovações tecnológicas nos meios de transporte e comunicação; Redes de transportes e comunicação;					X		X	
	PR.EF05GE07.c Identificar os diferentes tipos de energia utilizados na produção industrial, agrícola e extrativa e no cotidiano das populações, dando ênfase ao contexto do Paraná.	Fontes de energia na produção industrial, agrícola e extrativa do Paraná.					X			X

.

UNIDADE TEMÁTICA: CONEXÕES E ESCALAS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Ciclos naturais	PR.EF01GE05.a Observar e descrever ritmos naturais (dia e noite, variação de temperatura e	Relação entre os ritmos da natureza e os ambientes de vivência (estações	X					X		

UNIDADE TEMÁTICA: CONEXÕES E ESCALAS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	umidade etc.) em diferentes escalas espaciais e temporais, comparando a sua realidade com outras, por meio da observação e compreensão da paisagem nos distintos espaços de vivência (escola, bairro, casa entre outros).	do ano, dia e noite, temperatura e umidade).								
Experiências da comunidade no tempo e no espaço.	PR.EF02GE04.a Reconhecer semelhanças e diferenças nos hábitos, nas relações com a natureza e no modo de viver de pessoas em diferentes lugares, comparando as particularidades, tendo em vista a relação sociedade-natureza.	Mudanças das paisagens de um mesmo lugar em diferentes tempos (bairro – cidade).		X					X	
Mudanças e permanências	PR.EF02GE05.a Analisar mudanças e permanências, comparando imagens de um mesmo lugar em diferentes tempos, identificando os fatores que contribuíram para essas mudanças.	Atividades cotidianas do dia e da noite.		X					X	
Paisagens naturais e antrópicas em transformação.	PR.EF03GE04.a Explicar como os processos naturais e históricos atuam na produção e na mudança das paisagens naturais e antrópicas nos seus lugares de vivência, comparando-os a outros lugares, observando os componentes que atuam nos processos de modificação das paisagens.	Paisagem Natural e Antrópica (modificada); Componentes que atuam nos processos de modificação das paisagens.			X				X	
	PR.EF03GE.n Perceber as transformações ocorridas no seu espaço de vivência, a partir das atividades socioeconômicas, observando suas repercussões no ambiente, no modo de vida das pessoas e na forma das construções presentes no espaço.	Mudanças e transformações das Paisagens dos lugares de vivência, a partir das atividades socioeconômicas.			X				X	
Unidades político administrativas do Brasil.	PR.EF04GE05.s Distinguir unidades político-administrativas oficiais nacionais (Distrito, Município, Unidade da Federação e grande região), suas fronteiras e sua hierarquia, localizando seus lugares de vivência.	Organização hierárquica das Unidades Político-administrativas oficiais nacionais e suas fronteiras, (Distrito, Município, Unidade da Federação e grande região);				X		X		
Territórios étnico culturais	PR.EF04GE06.c Identificar e descrever	Territórios étnicoculturais no Paraná e				X			X	

UNIDADE TEMÁTICA: CONEXÕES E ESCALAS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	territórios étnico-culturais existentes no Paraná e Brasil, tais como terras indígenas, faxinalenses, caiçaras, povos das ilhas paranaenses e de comunidades remanescentes de quilombos, reconhecendo a legitimidade da demarcação desses territórios, compreendendo os processos geográficos, históricos e culturais destas formações.	no Brasil (terras indígenas, faxinalenses, caiçaras, povos das ilhas paranaenses e de comunidades remanescentes de quilombos).								
Relação campo e cidade.	PR.EF04GE04.a Reconhecer especificidades e analisar a interdependência do campo e da cidade, considerando fluxos econômicos, de informações, de ideias e de pessoas, identificando as características da produção e fluxos de matérias- primas e produtos.	Interdependência entre o campo e a cidade (considerando fluxos econômicos, de informações, de ideias e de pessoas); Matéria-prima e produtos;				X			X	
Território, redes e urbanização.	PR.EF05GE03.a Identificar as formas e funções das cidades e analisar as mudanças sociais, econômicas e ambientais provocadas pelo seu crescimento, a partir de atividades realizadas por essas formações urbanas, como as políticas administrativas, turísticas, portuárias, industriais, etc	Funções urbanas das cidades; Expansão urbana					X		X	
	PR.EF05GE04.a Reconhecer as características da cidade e analisar as interações entre a cidade e o campo e entre cidades na rede urbana, compreendendo a interdependência que existe entre diferentes cidades (próximas ou distantes) e a distribuição da oferta de bens e serviços.	Redes urbanas: seu papel entre as cidades e nas interações urbanas entre campo e cidade.					X		X	

UNIDADE TEMÁTICA: NATUREZA, AMBIENTES E QUALIDADE DE VIDA			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º

UNIDADE TEMÁTICA: NATUREZA, AMBIENTES E QUALIDADE DE VIDA			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Condições de vida nos lugares de vivência.	PR.EF01GE10.a Descrever características de seus lugares de vivência relacionadas aos ritmos da natureza (chuva, vento, calor etc.), e as mudanças que estes acarretam no estilo de vida das pessoas e na paisagem.	Comportamento das pessoas e lugares diante das manifestações naturais; Relação climamoraadia-brincadeiras.	X						X	
	PR.EF01GE11.s Associar mudanças de vestuário e hábitos alimentares em sua comunidade ao longo do ano, decorrentes da variação de temperatura e umidade no ambiente.	Hábitos alimentares e de vestuário da comunidade ao longo do ano.	X						X	
Os usos dos recursos naturais: solo e água no campo e na cidade.	(PR.EF02GE11.a Reconhecer a importância do solo e da água para a vida, identificando seus diferentes usos (plantação e extração de materiais, entre outras possibilidades) e os impactos desses usos no cotidiano da cidade e do campo e as ações de conservação e preservação desses recursos no espaço vivenciado pela criança.	Relação cotidiana do homem em seus espaços de vivência com a natureza; Responsabilidade social para preservação e conservação dos recursos naturais.		X						X
Qualidade ambiental dos lugares de vivência.	PR.EF02GE.n Observar a qualidade dos ambientes nos espaços de vivência, avaliando o estado em que se encontram as ruas e calçadas, estado de conservação, manutenção e limpeza na escola e seus arredores, entre outros, apontando possíveis soluções para os problemas identificados	Condições dos espaços de vivência.		X						X
Produção, circulação e consumo.	PR.EF03GE08.s Relacionar a produção de lixo doméstico ou da escola aos problemas causados pelo consumo excessivo e construir propostas para o consumo consciente, considerando a ampliação de hábitos de redução, reuso e reciclagem/descarte de materiais consumidos em casa, na escola e/ou no entorno.	Produção e consumo; Produção de lixo; Redução, reciclagem e reuso para lixos e resíduos.			X					X
Impactos das atividades humanas.	PR.EF03GE09.s Investigar os usos dos recursos naturais, com destaque para os usos	Uso dos recursos naturais nas atividades cotidianas; Problemas			X					X

UNIDADE TEMÁTICA: NATUREZA, AMBIENTES E QUALIDADE DE VIDA			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	da água em atividades cotidianas (alimentação, higiene, cultivo de plantas etc.), e discutir os problemas ambientais provocados por esses usos.	ambientais causados pelo uso dos recursos naturais.								
Elementos constitutivos dos mapas.	PR.EF04GE10.a Comparar tipos variados de mapas, dentre eles: econômicos, políticos, demográfico, históricos e físicos, bem como os elementos que compõem o mapa, identificando suas características, elaboradores, finalidades, diferenças e semelhanças.	Elementos de um mapa; Tipos de mapas; Leitura e análise de mapas temáticos.				X		X	X	X
Sistema de orientação	PR.EF04GE09.s Utilizar as direções cardeais na localização de componentes físicos e humanos nas paisagens rurais e urbanas.	Pontos cardeais e colaterais; Orientação espacial: localização de elementos vizinhos ao município e ao estado e compreensão destes locais inseridos no país e no mundo.				X		X		
Conservação e degradação da natureza.	PR.EF04GE11.a Identificar as características das paisagens naturais e antrópicas (clima, relevo, cobertura vegetal, rios etc.) no ambiente em que vive, bem como a ação humana na conservação ou degradação dessas áreas.	Características da paisagem do Paraná e do Brasil: relevo, vegetação, clima e hidrografia, etc; Transformações da paisagem do município, Paraná e Brasil, causadas pela ação do homem.					X			X
	PR.EF04GE.n Estabelecer relações de semelhanças e diferenças entre as paisagens do município e do Paraná com as paisagens de outros lugares.	Principais paisagens do mundo; Semelhanças e diferenças entre as paisagens do município e Paraná com as paisagens de outros lugares.					X			X

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Considerando a escolha do materialismo histórico dialético como caminho para atingir os objetivos propostos, as metodologias deverão nortear o trabalho com o conhecimento geográfico. Se o objetivo maior é formar um cidadão crítico, capaz de posicionar-se frente às desigualdades sociais por meio da leitura dos espaços geográficos produzidos, tanto o espaço concreto

como o abstrato revelam-se igualmente como espaços vividos e são conteúdos pertinentes e significativos nas dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais da contemporaneidade explicitadas na concepção adotada nesta PPC.

Sentimos, ainda, na Geografia, como nas demais disciplinas, a herança do ensino positivista das definições, em que o conceito científico é o produto pronto e acabado a ser passado ao aluno de forma fragmentada, cabendo a ele a tarefa de articular os sistemas e compreender o todo. Também são partes dessa herança desconsiderar o conhecimento do aluno, o erro de não incorporar a contradição e de não considerar o processo da produção do conhecimento científico.

Assim sendo, nos fundamentos do materialismo histórico dialético têm-se por princípio a necessidade da mediação como categoria central da abordagem didática, pois é por meio da mediação que se estabelece entre professor e aluno que se imprime a perspectiva dialética ao conhecimento, que tem como foco o movimento e as relações que se processam na passagem do conhecimento empírico para o saber a ser ensinado, conforme pontuam Almeida, Oliveira e Arnoni (2007).

Nessa metodologia, o ensino e a aprendizagem são relações distintas; o ensino é a relação que o professor estabelece com o conhecimento (mediato), e a aprendizagem refere-se a relação que o aluno estabelece com o conhecimento (imediato). O professor, dominando o conhecimento científico, faz o processo descendente, puxando o aluno para que esse ascenda ao conhecimento científico ou saber cientificamente elaborado (mediato). Então, procurarmos a inversão de raciocínio de “só há ensino quando ocorre a aprendizagem” para “a aprendizagem decorre do ensino”. Nessa compreensão, o professor medeia com seus alunos e garante as condições para que os alunos medeiem com ele.

Já temos claro que, em uma aula, a ação de ensinar não constitui a mera transmissão ou declamação do conceito científico da Ciência de referência, no caso a Geografia, e nem a sua simplificação. Para Arnoni et al. (2004), “O ensinar deve estar comprometido com o aprender e, para isso, torna-se necessário realizar a transformação do conceito científico da área de

referência, em conteúdo de ensino desta, para que ele se torne ensinável (ensino-professor), compreensível (aprendizagem-aluno) e preservador do conhecimento científico, um bem cultural” (ARNONI et al., 2004, p. 341).

Portanto, a **mediação dialética** é método, uma metodologia e uma lógica. Requer a superação do **imediato** (o saber do cotidiano) pelo **mediato** (o saber cientificamente elaborado). A mediação é o resultado de uma relação de dois elementos opostos (conhecimento ordenado e conhecimento empírico). A MMD está centralizada na problematização de situações pedagógicas organizadas de forma a:

- a) Gerar contradições entre o ponto de partida (saber imediato) e o ponto de chegada desses processos (saber mediato);
- b) Promover a superação do saber imediato no mediato;
- c) Possibilitar a elaboração de sínteses pelos alunos (aprendizagem);
- d) Essa síntese elaborada pelo aluno no ponto de chegada representa o saber aprendido, mais articulado e menos imediato que o do ponto de partida.

A aprendizagem passa por três níveis: **imediato – abstração – concreto pensado ou mediato**. O saber **imediato** – o ponto de partida – refere-se às representações que o aluno traz sobre o conceito científico a ser ensinado. O conhecimento dele, mesmo que precário, não pode ser desconsiderado pelo educador. O saber **mediato** é o saber científico que se pretende ensinar para lhe potencializar a elaboração de novas sínteses. O aluno compreende o processo de produção do conhecimento e o seu significado teórico e prático, sendo capaz de estabelecer relações a partir do entendimento de sua realidade, materializando-a em pensamento por meio de diversas linguagens (verbal, escrita, estética etc.). Assim, adquire autonomia na problematização e na busca de solução dos problemas. O ponto de chegada torna-se imediatamente em um novo ponto de partida para novas aprendizagens.

DESAFIOS CONTEMPORANEOS

Os Desafios Contemporâneos buscam promover a análise, a reflexão, a difusão de ideias e o cruzamento de múltiplas perspectivas a respeito do contexto atual nos campos social, da cultura e da educação, além de propiciar a troca de experiências entre diversos agentes: formuladores de políticas públicas, empreendedores, grupos independentes, integrantes de movimentos sociais, coletivos artísticos, profissionais do campo de educação, cultura e museus, pesquisadores e intelectuais. Nesse sentido, as metodologias ativas objetivam alcançar e motivar o estudante, que colocado diante uma situação-problema, examina, reflete, contextualiza, pesquisa e ressignifica suas descobertas. Sendo um recurso didático de grande importância, as metodologias ativas podem favorecer, de forma significativa e eficaz, o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando ao aluno um papel protagonista na produção de seu conhecimento.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Lei nº9795 de 27 de abril de 1999).

O trabalho com a Natureza tem muito para acrescentar na qualidade de vida e desenvolvimento das crianças, o próprio contato com ela, em pequenos gestos, ensina um modo mais inteiro e harmonioso de crescer, se conhecer e conviver. Os laços mais estreitos com a Natureza nos ensinam que fazemos parte dela, colaboram para construção e ampliação de nossa consciência pessoal, planetária e ecológica.

Nos contextos atuais, a natureza está presente nas falas de educação ambiental de maneira abstrata e muitas vezes não é vivenciada. A atenção e a concentração, capacidades tão indispensáveis para a aprendizagem, podem ser cultivadas no entrosamento com a Natureza, assim como a curiosidade, a flexibilidade, a coragem para lançar-se ao desconhecido e a capacidade para encontrar soluções para problemas. Os professores de Geografia podem abordar o tema Educação Ambiental, em todas as unidades temáticas principalmente na unidade natureza, ambientes e qualidade de vida, sempre onde podem trabalhar de forma prática, disponibilizando para o alunos aulas em que possam sair do abstrato para o concreto visto que esse tem maior compreensão para a criança.

EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

Para que todos possam transitar com tranquilidade e segurança nas vias urbanas, atualmente, o Brasil conta com uma Lei Federal, que regulamenta o trânsito de veículos e pedestres: o Código Nacional de Trânsito. Nele, podemos encontrar normas de circulação e conduta para que todos possam ir e vir com segurança e sem conflitos.

O trânsito faz parte da vida de qualquer ser humano. É nas ações cotidianas que revelamos o nosso compromisso com a segurança no trânsito e o quanto podemos proteger todos ao nosso redor. Educar para o trânsito é primordial para a sociedade atual que vive um quadro brutal de variadas formas de agressões ao homem em seu cotidiano. A escola necessita acompanhar as mudanças sociais preparando o aluno para saber transitar no espaço público, além de refletir sobre a questão ética.

A educação nas escolas ajuda a formar cidadãos mais conscientes e preparados para enfrentar a vida e o trânsito. Em geografia podem ser abordados do transito envolvendo todas as unidades temáticas.

EXIBIÇÃO DE FILMES MENSAIS NACIONAIS

A exibição de filmes nas escolas deve haver uma pluralidade pedagógica que precisa ser pensado, planejado e executado e que permite contribuir com a construção de uma alfabetização crítica dos meios que utilizam os recursos audiovisuais: cinema, televisão, internet, etc.

É possível levantarmos uma infinidade de atividades que podemos realizar com o audiovisual nas escolas. Isto é importante, mas não podemos ficar só nisso... As atividades são importantes desde que sejam pensadas e articuladas com uma proposta pedagógica mais ampla. É preciso caminhar: agindo e pensando... construindo e transformando...

Novas relações e linguagens desafiam os profissionais da educação a pensar na vocação multicultural da escola, no sentido de promover o diálogo entre as diferentes gerações e os diversos padrões culturais nela presentes.

Em sua análise, indicou três fatores que apontam um novo lugar para a escola: a cultura digital, que vem criando uma escola sem muros, na qual o estudante é produtor de conhecimento e a linguagem audiovisual assume importância; a existência de outros. Com o desenvolvimento tecnológico cada vez mais acelerado, existe um aperfeiçoamento das mídias disponíveis em um nível nunca antes visto. Essas mudanças constantes alteram o comportamento de toda a sociedade contemporânea, em que se é possível ter acesso a todo tipo de informações de praticamente todos os lugares no mundo. Diante dessas influências, cabe às escolas, faculdades e todas as instituições educacionais estarem preparadas para receber esses alunos, frutos desta sociedade globalizada, e atualizada com os principais métodos de ensino.

Ao se falar em processo de aprendizagem, é necessário que este seja tratado como o resultado de um processo educativo, com a educação pensada nas pessoas a quem ela se destina. Deste modo, a linguagem, os espaços e os recursos utilizados no processo educativo devem ser adequados às pessoas que são o alvo desse processo de aprendizagem.

Entre as mídias disponíveis, vale ressaltar a importância do vídeo como ferramenta didática. Ferramenta esta que pode contribuir para o trabalho do docente de diversas formas, gerando aulas mais atrativas, favorecendo a construção do conhecimento em todas as Unidades Temáticas dependendo a abordagem do professor.

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Entendemos que a Escola deve se preocupar com a inclusão de todos os alunos, independente das condições físicas, sociais, econômicas e culturais que vivenciam ou das dificuldades pedagógicas que apresentam. Neste sentido esta proposta tem como desafio construir coletivamente condições para o atendimento desses alunos, propiciando a oferta de condições diferenciadas dentro do processo educativo que lhes proporcionem acolhimento e aprendizagem efetiva, flexibilização e adaptação curricular. Diante desta realidade, percebemos a necessidade de uma Adaptação ou flexibilização Curricular, para que cada aluno possa atingir um nível maior de aprendizagem.

Cada vez mais, estes discentes encontram-se nas salas de aulas e é importante que o docente esteja preparado para garantir um trabalho adaptado a alunos com estas problemáticas. Em qualquer ciclo do Ensino Básico, a disciplina e o programa de História deve assumir um papel importante na sua adaptação para alunos com necessidades educativas especiais. Com o intuito de poder ensinar História, de forma mais lúdica, de forma a chegar a alunos com dificuldades no seu processo de ensino-aprendizagem. Nas escolas e mais concretamente, em cada grupo disciplinar é importante ter consciência, que nas salas de aula, alunos com dificuldades educativas especiais podem surgir, e o professor tem de ter sensibilidade para atender a estes casos. Deste modo, o docente tem de estar preparado, para na sua prática letiva, haver Flexibilização Curricular.

O docente deve também possuir competências que lhe permita criar adaptações metodológicas, curriculares, didáticas ou físicas entre o aluno e a atividade a desenvolver, mas principalmente deve possuir formação que lhe permita identificar as problemáticas associadas a estes alunos.

Estimular o desenvolvimento dos processos mentais:

- Atenção, percepção, memória, raciocínio, imaginação, criatividade, linguagem, entre outros.
- Fortalecer a autonomia dos alunos para decidir, opinar, escolher e tomar iniciativas, a partir de suas necessidades e motivações.
- Promover a saída de uma posição passiva e automatizada diante da aprendizagem para o acesso e apropriação ativa do próprio saber.
- Engajar do aluno em um processo particular de descoberta e o desenvolvimento de relacionamento recíproco entre a sua resposta e o desafio apresentado pelo professor.
- Priorizar o desenvolvimento dos processos mentais dos alunos, oportunizando atividades que permitam a descoberta, inventividade e criatividade.
- Exercitar sua atividade cognitiva, de modo que consiga o mesmo, ou uma aproximação do mesmo.

Existe um conjunto de vantagens da inclusão: “permite desenvolver atitudes positivas perante a diversidade, e estas atitudes desenvolvem-se quando os educadores facilitam a interação, a comunicação, o desenvolvimento de amizade entre grupos de pares; facilita a aquisição de ganhos ao nível do desenvolvimento académico e social, através de constantes interações com os seus pares, possibilitando melhores competências académicas, sociais e de comunicação; prepara para a vida na comunidade e preparam para a vida do dia-a-dia.

A escola deve exigir mais aos alunos, “incentivando-os no gosto pela aquisição de conhecimentos, pela construção e desenvolvimento de projetos pessoais, pela participação ativa na dinâmica cultural escolar ou comunitária, numa interação que possibilite a partilha de experiências e saberes, o que poderá constituir-se como um bom ponto de partida para contrariar a desmotivação e o desinteresse por aquilo que se passa na escola.”

Em suma, é importante salientar que a concepção construtivista coloca, assim, o aluno no centro do processo de ensino – aprendizagem, não querendo, desvalorizar o papel do professor, neste processo. Bem pelo contrário, a sua função é imprescindível, orientando e motivando o aluno na sua progressão, analisando, interpretando e certificando a correção dos factos. O professor deixa de ser um transmissor de conhecimento e passa a ser um mediador ou facilitador do processo, utilizando diferentes tipos de estratégias para guiar o aluno em função das suas necessidades. Deste modo, a importância do papel ativo do professor, na construção do seu conhecimento e a forma como este organiza o ensino, que respeite a participação do aluno na aprendizagem, assumirá um papel relevante na transmissão de conhecimentos.

Deste modo, através do envolvimento em diversas atividades que proporcionam a melhor forma dos alunos alcançarem maior sucesso de acordo com as suas dificuldades, o ensino diferenciado melhora a aprendizagem de todos os alunos.

Com o intuito de dotar os alunos de um melhor pensamento histórico, é necessário proporcionar-lhes não apenas habilidades e estratégias que lhes permitam exercer um pensamento crítico e autónomo, mas também teorias ou modelos conceptuais que lhes permitam interpretar esse tipo de situações, de forma mais próxima do conhecimento especializado da área.

No que concerne à leção da disciplina de História o aluno, deve existir a adoção de práticas de diferenciação pedagógica inclusiva, porque, atualmente, um dos objetivos fundamentais da educação, é “promover a partilha de saberes e vivências para melhor favorecer o desenvolvimento de princípios e valores, nomeadamente, o respeito e valorização da diversidade

dos indivíduos e dos grupos procurando-se que, deste modo, se desenvolvam as competências concebidas como saberes em uso, necessárias à qualidade da vida pessoal e social de todos os cidadãos, a promover gradualmente ao longo da educação básica”.

No ensino da História os professores devem ter em conta o que os alunos são capazes de fazer e devem conhecer a turma o suficiente para ajudar os mesmos da forma mais adequada de acordo com as suas capacidades. É importante que se conduza o aluno a entender o passado, através da análise de documentos, as fontes. Outras metodologias a aplicar no ensino da História, com aluno com dificuldade, é a utilização de jogos, realização de pesquisas, dramatizações ou simulações, potenciando uma espécie de envolvimento afetivo dos alunos com os factos históricos, desenvolvendo igualmente a criatividade e imaginação. Realização de ciclo de palestras acerca dos temas atuais para os professores e troca de experiência entre os colegas na coordenação coletiva. A oferta de pequenos vídeos aos alunos também é uma boa opção.

Mas como deve ser esse material didático adaptado? Não há uma fórmula exata. O material didático precisa ser atraente e adequado para os níveis da criança com o dificuldade. É importante que o material didático seja objetivo, os enunciados sejam menores e é necessário evitar longos textos que exijam uma interpretação complexa. Alguns outros exemplos:

- Ter menos exercícios por página, pois uma página lotada de informações pode distrair a criança e tirar o foco do objetivo da atividade ou aula;
- Ter mais atividades para ligar, recortar e colar, pintar, circular, marcar X etc;
- Ter temas de interesse da **criança em todas as atividades**. Ela precisa ser estimulada e ter vontade de fazer determinada atividade;
- Os conteúdos precisam ser simples e reduzidos. Por isso, o **material didático** deve focar no que realmente é importante para aluno e que possa ser aplicado no seu cotidiano;
- Evitar questões dúbias e com duplo sentido. As metáforas e figuras de linguagem devem ser excluídas, pois elas podem causar desconforto e desestimular a aprender;

– As imagens e desenhos são aliados nesses casos. O material didático deve ter bastantes recursos visuais.

Outros aspectos fundamentais para a inclusão escolar de crianças.

Além do **material didático adaptado**, as instituições de ensino devem oferecer recursos de apoio e adequar o nível de complexidade das atividades. Além disso, a equipe responsável pela **aprendizagem** do aluno precisa ficar atenta para respeitar o ritmo da aprendizagem da criança e mudar o tempo previsto das atividades para que cada aluno possa alcançar os objetivos propostos.

Também poderá ser necessário modificar as instruções das atividades, alterar o formato das aulas, explorar novos ambientes e usar estratégias de ensino diferenciadas. E para saber se todas essas estratégias estão funcionando é fundamental observar com regularidade o avanço do aluno e se as dificuldades persistem.

O olhar do professor deve ser acolhedor, acreditando na capacidade que cada indivíduo tem de superar seus limites.

Ou seja, antes de começar a planejar sua aula, entenda o seguinte:

Quem	é	o	seu	aluno?
Do	que	ele	gosta?	
Do	que	ele	não	gosta?
O	que	é	importante	para ele?
Quais	as	habilidades	que	ele possui?
Quais	as	dificuldades	que	ele possui?

Qual o modelo de aprendizagem do seu aluno?

Outro ponto importante é dar significado. Alunos com deficiência intelectual irão prestar mais atenção em coisas que fazem sentido para eles.

Alunos com deficiência intelectual devem ter reforço positivo mais do que os outros alunos.

Fazer o aluno compreender o que você fala é primordial! Exemplos concretos são sempre a melhor opção. Quanto menor o nível de abstração, melhor.

Seguem as dicas para se comunicar com alunos com deficiência intelectual:

16. Fale com as crianças usando palavras simples, mas não palavras infantis.
17. Faça pedidos claros e precisos.
18. Mantenha-se calmo e esteja pronto para reformular seu pedido de várias maneiras.
19. Use exemplos **concretos** com frequência, ou seja, diminua a abstração.
20. Para confirmar se uma criança entendeu sua mensagem, discretamente peça para que ela repita.

No brincar e jogar, diversos aspectos são estimulados, desenvolvidos ou aperfeiçoados: a criatividade; a memorização; a cooperação e a solidariedade; a concentração; a linguagem; a motivação; a aquisição de conceitos; a motricidade; a capacidade de discriminar, julgar, analisar, tomar decisões e aceitar críticas; a competitividade; a socialização; a confiança em si e em suas possibilidades; o respeito às regras e o controle emocional.

TRANSIÇÃO

Entre os aspectos marcantes que necessitam de especial atenção na etapa do Ensino Fundamental está a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental e dos anos iniciais para os anos finais. O processo de transição pauta-se em um acolhimento afetivo que garanta segurança e pertencimento a nova organização escolar (diversidade de horários e tempo escolar, encaminhamentos metodológicos, número de professores, entre outras), tarefa a ser desenvolvida por toda a equipe, tanto da instituição de origem como da instituição de destino, promovendo assim, um diálogo entre diferentes mantenedoras (municipal, estadual ou privada). As experiências com as linguagens artísticas na Educação Infantil promovem a aprendizagem e

desenvolvimento, principalmente, por meio dos sentidos. São aprendizagens que devem ter sequência nos anos iniciais do Ensino Fundamental, considerando o esforço da não ruptura entre as etapas. Nessa continuidade do processo de transição de aprendizado da etapa anterior, no primeiro ano do Ensino Fundamental, aos estudantes também devem ser oportunizados as experimentações.

Na transição dos anos iniciais para os anos finais do Ensino Fundamental, considerando a amplitude da área de Geografia, o principal objetivo é aprofundar o conhecimento já construído anteriormente, de forma sistematizada e contínua, para que nesse momento da vida escolar, o estudante não sinta uma cisão entre essas etapas. Ao final do processo do Ensino Fundamental, o estudante precisa ter acesso e conhecer os conceitos, Geografia não é apenas ministrar um conjunto de temas e conteúdos, mas é, antes de tudo, ensinar um modo específico de pensar, de perceber a realidade. Trata-se de ensinar um modo de pensar geográfico, um olhar geográfico, um raciocínio geográfico. Assim, o pensamento espacial é uma ferramenta para pensar geograficamente, sendo o mesmo um processo cognitivo necessário para compreender os fenômenos sociais e naturais existentes na sociedade.

Neste documento, os Princípios, Direitos e Orientações, a proposta, para cada ano, é uma organização de conhecimentos de forma que o estudante tenha um percurso contínuo de aprendizagem. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, embora os conteúdos de Arte sejam os mesmos do 1º ao 9º ano, o que altera em cada ano, é o grau de complexidade e a diversidade em Arte: obras de arte, música, dança, teatro e seus produtores, ampliando, assim, o repertório imagético, sonoro, corporal, dentre outros.

Ao oportunizar ao estudante o contato com as manifestações artísticas diversas, de diferentes tempos e locais, possibilitamos uma experiência estética, que é um olhar subjetivo, carregado de significado diante de uma imagem, de um objeto, de uma cena, de uma música, de uma dança, de um filme ou da vida, dele mesmo e do outro. Segundo Duarte Jr. (2012):

A **transição** para a **escola** representa uma etapa essencial no percurso de uma criança. Esse tema propõe dar mais foco às competências e às habilidades que contribuem para a “preparação para a **escola**”, assim como entender o papel dos pais e as melhores práticas para favorecer uma **transição** adequada e o sucesso **escolar**. Outro aspecto importante a ser observado na

transição é a continuidade do trabalho pedagógico, pois a criança e/ou adolescente precisa compreender que os conhecimentos adquiridos em etapas anteriores são a base para os novos conhecimentos. Esse processo de continuidade promove o interesse do estudante e sinaliza um ponto de partida para o trabalho do professor.

AVALIAÇÃO

O ensino da Geografia, nesta PPC, orienta-se para a análise crítica e para a compreensão dos processos de produção do espaço, das diferentes formas de organização social que se estabelecem pelo processo de trabalho e pela lógica que estrutura a sociedade, considerando que cada conteúdo apresenta conceitos básicos a serem desenvolvidos. A avaliação deve superar seu caráter autoritário, amarrado quase exclusivamente à classificação, para estar de acordo com os objetivos pretendidos, a qual se dá por meio de um processo de intervenção contínua, diagnóstica e processual, de modo que ofereça ao aluno várias possibilidades de demonstrar seu aprendizado. Assim, a partir da seleção criteriosa de conteúdos/conceitos, o professor deve definir os critérios a serem utilizados para avaliar o conhecimento adquirido pelos alunos no processo de ensino e de aprendizagem. Dessa forma, entende-se a avaliação como um processo educacional que promove a aprendizagem e que se constitui num processo formador, a qual deve estimular o raciocínio, acionar a reflexão e a criatividade, provocar julgamentos e promover linhas de pensamentos das quais, professor e aluno, gradativamente, possam compor, resolver, criar alternativas e inserir-se crítica e ativamente na realidade estudada.

A definição dos instrumentos avaliativos, bem como os critérios de avaliação, tem especificidades a serem levadas em conta: para avaliar, é fundamental o acompanhamento passo a passo de cada uma das etapas. Já a partir dos registros do RESGATANDO, fazemos avaliação do conhecimento imediato do aluno. No SISTEMATIZANDO, acompanhamos, por meio da

mediação, a construção dos conceitos propostos que levam ao conhecimento mediato. No PRODUZINDO, temos a expressão do saber do aluno em sua produção textual e outras linguagens.

Diferentes mecanismos facilitam essa avaliação: a comparação do que o aluno produziu no percurso inicial e final. O texto, como intenção comunicativa, expressa o saber do aluno sobre o conteúdo ensinado? Como precisamos qualificar a produção, o texto individual constitui-se em um instrumento avaliativo fundamental e deverá ser utilizado para avaliar se o aluno conseguiu superar o senso comum ou o saber imediato e chegar ao conhecimento mediato. De posse desses dados, é possível identificar o que interferiu na prática educativa para replanejá-la.

Enfim, a avaliação precisa contemplar o entendimento que os alunos tiveram sobre os conceitos básicos que eles deveriam se apropriar no término dessas atividades. Vale lembrar que é a mudança (ou não) do olhar do professor que reflete a qualidade do trabalho do educador. Assim, avaliar o aluno significa, obrigatoriamente, a autoavaliação do professor. É necessário, portanto, que ao elaborar o seu instrumento avaliativo, o professor tenha clareza do que pretende alcançar para que possa avaliar.

Para finalizar, destacamos a necessidade de criar situações que permitam a troca de pontos de vista entre os alunos e os professores. **Sim** ou **não** e **certo** ou **errado** devem ceder lugar a questionamentos relativamente simples, mas que conduzam a criança a uma explicação de seu raciocínio, a uma apresentação de seus argumentos e os erros são tratados como oportunidades de aprender a argumentar. “Por que você pensa assim” ou “como você chegou a esse resultado” são perguntas que podem ser motivadoras para a aprendizagem e até mesmo para a autocompreensão, auxiliando na formação de princípios e servindo para a retomada das explicações dos conceitos em estudo.

REFERENCIAS

www.diaadiaeducacao.pr.gov.br- Acesso em 26/10/2020
basenacionalcomum.mec.gov.br – Acesso em 27/10/2020
poetal.mec.gov.br – Acesso em 30/10/2020

ALMEIDA; OLIVEIRA e ARNONI. **Mediação dialética na educação escolar**: Teoria e prática. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

ARNONI, M. E. B. **Trabalho educativo e mediação dialética**: fundamento teórico-filosófico e sua implicação metodológica para a prática. In: **Seminário Internacional de Educação** - Teorias e políticas. 2003, UNINOVE, São Paulo, SP. CD-ROM - ISBN: 85-89852-03-2.

CARLOS, A. F. A. **A geografia Brasileira hoje**: algumas reflexões. **Mudanças globais**. São Paulo: AGB, v.1, n. 18, 2002.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 16. Ed. Campinas, SP: Papirus, 1998.

FILIZOLA, Roberto. **Didática da geografia**: proposições metodológicas e conteúdos entrelaçados com a avaliação. Curitiba: Base Editorial, 2009.

KOZEL, S.; FILIZOLA, R. **Didática da geografia** – Memória da Terra: O espaço vivido. São Paulo: FTD, 1996.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 2003.

MOREIRA, R. **O que é geografia**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PERREIRA, Diamantino. **Paisagens, lugares e espaços**: a Geografia no ensino básico. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, n. 79, p.9-21, 2003.

RIBEIRO, Julio César, GONÇALVES, Marcelino de Andrade. **Região**: uma busca conceitual pelo viés da contextualização histórico espacial da sociedade. Terra Livre, São Paulo,

nº. 17, 2º. Semestre/2001.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. [1978] 2008. **“A divisão social do trabalho como uma nova pista para o estudo da organização espacial e da urbanização nos países**



subdesenvolvidos". Em Da totalidade ao lugar, 55-75. São Paulo: Edusp, 2008.

Ensino fundamental de nove anos: **orientações pedagógicas para os anos iniciais** / autores: Angela Mari Gusso ... [et al.] / organizadores: Arleandra Cristina Talin do Amaral,

Roseli Correia de Barros Casagrande, Viviane Chulek. -Curitiba, PR :Secretaria de Estado da Educação 2010. 176 p. ; 30 cm.

<https://sites.google.com/view/sbgdicionariodefilosofia/idealismo>> último acesso em 16 de janeiro de 2019, as 22h00min.

<http://www.alunosonline.com.br/filosofia/existencialismo.html>> acesso em 16/01/2019, às 22h00

<http://www.significados.com.br/paradigma>> acesso em 17/01/2019 às 9h30

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR – ENSINO FUNDAMENTAL

APRESENTAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR DE HISTÓRIA

A história como disciplina escolar surgiu na França, no século XIX, juntamente com a constituição das nações modernas e os movimentos de laicização da sociedade, com o objetivo de mostrar a genealogia da nação, do estado de mudança daquilo que é subvertido ou transformado em relação ao que permanece estável (NADAI, 1993). Buscava-se também destacar o caráter nacionalista de forma a contribuir para a sedimentação do poder estabelecido. No entanto, quando o conhecimento promove reflexões, também pode levar a contestação, por isso, a necessidade de, em diferentes momentos, o ensino de história ser “vigilado” pela classe que detém o poder.

No Brasil, podemos dizer que a constituição da história como disciplina escolar ocorreu de forma semelhante, na medida em que a sua implantação no século XIX, após a Independência do Brasil e a estruturação do Colégio Pedro II, baseou-se no modelo francês. Assim, a história inicialmente estudada no país foi a história da Europa Ocidental e a história do Brasil era apenas um apêndice dessa, consistindo em um repositório de biografias de homens ilustres, de datas e de batalhas. Ao mesmo tempo, procurava-se criar uma ideia de nação a partir da colaboração de europeus, africanos e nativos, mas não se explicitava a dominação social interna e a sujeição do país à metrópole.

Nesse momento, há o fortalecimento da crítica contra a história factual, heroica, mecanicista, linear e etapista, propondo, em vez disso, uma História na qual o homem fosse o protagonista. Segundo Fonseca (1994), a crítica a essa concepção tradicional de

história fundamenta-se na teoria marxista de história, pelo fato de que os homens, as suas ideias, as suas representações e valores serem condicionados pelo modo de produção de sua vida material e por um determinado desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, os homens fazem história não de acordo com sua vontade, mas conforme as suas condições materiais.

Não se descarta totalmente, dessa forma, as datas; o que há é um enfoque diferente com relação a elas, ressaltando o papel da ação coletiva, a compreensão dos objetivos desses movimentos, as relações entre os fatos e a atualidade, fazendo, portanto, reflexões acerca delas e não apenas as comemorando, o que permite um maior entendimento das contradições da constituição histórica do capitalismo. Procura-se, portanto, dar voz aos excluídos, introduzindo no centro das reflexões as ações e os sujeitos que até então eram excluídos da história ensinada, por meio do enfrentamento dessa problemática. Segundo Silva (1994), “Aquilo que a história oficial pós-1964 e particularmente pós-69 procurava silenciar era toda e qualquer concepção socialmente crítica de história, especialmente, como a marxista [...] é ilusão sempre nutrida pelos vencedores ou dominadores aquela de pensar que conseguirão apropriar-se por inteiro da memória dos vencidos ou silenciá-la totalmente [...]” (SILVA apud FONSECA, 1994, p. 115).

Articulado a esse processo “ganha” força a teoria materialista, que busca compreender as relações sociais em sua totalidade contraditória. Para se ensinar história, nesse modo de compreensão, é preciso ter conhecimento dessa disciplina, ou melhor, compreendê-la como sendo materialmente construída pelo trabalho do conjunto da humanidade. Caso isso não aconteça, a história ensinada estará fadada a ser apresentada de maneira fragmentada, não estabelecendo relações com o vivido e o passado historicamente construído, recebendo unicamente um valor quantitativo, sem fornecer aos alunos elementos que possam auxiliá-los na compreensão da realidade.

Essa perspectiva se contrapõe à História que oculta as diferenças e as contradições sociais, isso significa, que a História não assume uma postura de neutralidade, mas traz à tona agentes sociais, fatos e aspectos que permitirão desmontar essa história

a serviço da dominação que conta a história do seu jeito, selecionando aquilo que deve ser dito e quais fatos e agentes sociais devem ser lembrados e quais devem ser ocultados da memória social.

Assim, ao se estudar a transformação de uma sociedade, é fundamental procurar resgatar as ações das diferentes classes sociais que atuaram nela, pois, quando uma sociedade é pensada em sua totalidade, é possível explicar porque seu processo permitiu que uma possibilidade fosse concretizada e não outra, destruindo a ideia de determinismo.

A partir da década de 1990, passou a ter forte influência no ensino de história a chamada Nova História, com a introdução de novos temas como: cotidiano, família, sexualidade, gênero, memória, mentalidade, dentre outros. Isso fez, inclusive, com que a perspectiva materialista histórica e dialética perdesse espaço ou até mesmo deixasse de aparecer em currículos e livros didáticos. De acordo com Mathias (2011), “a despeito dessa nova roupagem do ensino de história que o contexto em voga na década de 1990 e alvorecer da seguinte refletia a implementação, no Brasil, das ideias neoliberais” (MATHIAS, 2011, p. 47).

Com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), apresentados à sociedade em 1997, buscava-se introduzir nos currículos de história narrativas de um cotidiano despolitizado, desvinculado da consciência histórica e fragmentado, dispensando atenção demasiada à história imediata e ao tempo presente, em que tudo é história. No entanto, Fonseca (2003) nos chama atenção para o fato de que “[...] a ideia de que se deve aceitar tudo, estudar tudo, valorizar tudo, sugerindo o velho chavão ‘tudo é história’, ou mesmo uma volta do presentismo em nome do respeito, da valorização dos interesses e da vivência dos alunos, pode conduzir à diluição do objeto da disciplina. Em decorrência há uma restrição do acesso ao conhecimento histórico” (FONSECA, 2003, p. 35).

Em 1996, com a aprovação da LDBEN, Lei nº 9.394/1996, a História, a exemplo da Geografia, torna-se novamente uma disciplina autônoma. No ano de 2003, a LDBEN foi alterada por meio da Lei nº 10.639/2003, a qual estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Em 2004, foram homologadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e, em 2008, a Lei nº 11.645/2008 modificou a Lei nº 10.639/2003, acrescentando a

obrigatoriedade do ensino de história e da cultura dos povos indígenas do Brasil, passando o Art. 26-A a ter a seguinte redação:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

Em 2017, com a aprovação da BNCC (BRASIL, 2017) e do Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações (PARANÁ, 2018), destaca-se o acesso aos direitos de aprendizagem, almejando a formação ética dos indivíduos, auxiliando na construção do sentido de responsabilidade para coletividades, na valorização dos direitos humanos, no respeito ao ambiente e à própria coletividade, no fortalecimento de valores sociais, como a solidariedade, a participação e o protagonismo voltados ao bem comum, e na preocupação com as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, retomando em muitos aspectos a proposta contida nos PCNs e se aproximando da chamada Nova História, claramente em uma perspectiva pós-moderna,

em que se abandona a análise do todo e se estuda a realidade de forma fragmentada.

Diante desse breve histórico do ensino de História no Brasil, percebemos que a história construída por uma sociedade acerca dela mesma e de seus pares guarda forte relação com a história ensinada em sala de aula, além de expressar os vínculos com os anseios de quem detém o poder de controlar a história ensinada, principalmente por meio da definição do que compõe ou não o currículo escolar.

Desse modo, ao discutirmos a concepção da disciplina de História, é necessário esclarecermos o que entendemos por história. Antes, porém, é preciso dizer que uma coisa é a história propriamente dita, outra é a compreensão que temos dela, e outra, ainda, é a disciplina de História. São três dimensões diferentes, mas inter-relacionadas: a primeira diz respeito ao concreto, às relações sociais travadas nas lutas pela sobrevivência, e as outras duas ao plano das ideias e à compreensão de como a história é entendida, assimilada, registrada e transmitida, possibilitando intervenções.

Quando se estuda a história, em geral, aprende-se que ela começa com a criação da escrita, que teria acontecido por volta de quatro a seis mil anos a. C., e que é feita pelos grandes homens e heróis. Entretanto, isso não corresponde à realidade. A História está diretamente relacionada ao ser humano, às mudanças, às transformações; tem a ver com as dimensões de passado, presente e futuro, portanto, com o tempo e com o espaço.

A partir disso surgem alguns questionamentos: antes do aparecimento do ser humano, não ocorreram transformações e mudanças também na natureza? Isso não significa que também podemos falar de uma “história da natureza”? De fato, antes do ser humano, a natureza passou por um longo processo de transformação, decorrente da ação e interação dos elementos e das forças internas que a constituem, mas só impropriamente podemos denominar isso de “história da natureza”. Partindo-se do pressuposto de que história implica mudanças e transformações, pode-se até falar de história da natureza. Todavia, dissemos que isso só pode ser feito de maneira imprópria uma vez que **a História diz respeito às ações do ser humano no meio, vivenciadas por grupos e**

classes sociais em diferentes momentos históricos, pois, com o passar do tempo, o ser humano foi gradativamente obtendo domínio sobre as técnicas que possibilitaram a interferência na natureza, como a fabricação de utensílios para a caça, a pesca, a coleta e a manufatura de materiais. Essas técnicas ainda que simples já demonstravam uma certa independência do ser humano com relação à natureza, no momento em que o homem desenvolve a agricultura e a domesticação dos animais, consegue diminuir ainda mais sua dependência com relação à natureza, deixando de ser nômade e fixando moradias. Dessa maneira, as relações ser humano x natureza mudam, uma vez que homem e natureza não são mais uma coisa só, mas inicia-se uma relação de domínio da natureza pelo homem por meio do trabalho e as mudanças nessa relação vão ocorrendo de acordo com as necessidades humanas, o que só pôde acontecer a partir do momento em que ele foi produzido pela natureza, ou seja, que o homem se tornou homem.

Entendemos que a História, portanto, tem a ver fundamentalmente com o ser humano e com o trabalho. O ser humano diferencia-se dos demais seres vivos pelo fato de ter desenvolvido sua capacidade ideativa e reflexiva, pela capacidade de agir intencionalmente sobre o mundo e de poder antecipar mentalmente os resultados de sua produção. Diferente dos demais seres vivos, o ser humano sobrevive por meio do trabalho. E, ao trabalhar, os homens não apenas produzem bens materiais, mas também desenvolvem seu cérebro, produzem representações, ideias e conhecimentos que possibilitam a produção de instrumentos e a adaptação do mundo para si mesmo, garantindo a sobrevivência.

O trabalho, desse modo, tornou-se a condição essencial para o ser humano, pois não é possível compreendê-lo sem o trabalho, nem esse sem aquele, ambos se pressupõem. Da mesma forma, não dá para entender a sociedade se considerarmos a categoria trabalho em uma dimensão abstrata e a-histórica. Pode-se dizer que, assim como para sobreviver o ser humano precisa satisfazer uma série de necessidades vitais, a produção dos bens necessários para isso não é fruto do trabalho individual; os bens são produzidos socialmente. Além disso, os homens não produzem sempre da mesma forma e as mesmas coisas para satisfazer a sua sobrevivência, ou seja, ao produzi-las, o ser humano estabelece relações com a natureza e com os demais homens, isto é, não são quaisquer tipos de relações ou relações indeterminadas, mas são relações necessárias e independentes de sua vontade,

relações que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais.

Para compreender isso, precisamos nos remeter à forma de organização social, isto é, como os homens se organizam para produzir os bens de que necessitam para sobreviver. E como a sociedade está fundada na propriedade privada dos meios de produção, ela se constitui em uma sociedade de classes. Em decorrência disso, temos os conflitos e os antagonismos sociais, pois a história é a história das lutas de classes, ou seja, a organização da produção e as relações sociais carregam a marca dessa sociedade. E, como os homens, dado o grau de desenvolvimento das forças produtivas atingido em cada momento, organizam-se e produzem de um determinado modo, a história também aparece como expressão das condições e das relações de cada momento.

A dimensão temporal da História diz respeito às mudanças, às transformações. Ao contrário disso, teríamos a perpetuidade e a eternidade. O fato de que as coisas não foram e não serão sempre da mesma forma como as encontramos hoje, remete-nos à noção de passado, de presente, de futuro e de tempo. Contudo, apesar dessa aparente linearidade, a História não se resume a um encadeamento de datas, um agregado de fatos, uma cronologia. De acordo com Siman (2005), embora o tempo histórico utilize-se de medidas temporais para estimar as durações dos fenômenos, identificar seus marcos históricos no *continuum* do tempo se diferencia desse, pois essas medidas trazidas pelos números são apenas índices, pontos de luz, pontas do iceberg, portanto, mais que decorar datas, o aluno precisa estabelecer um diálogo entre passado e presente, ou seja, precisa se deslocar temporalmente para compreender o como e o porquê.

Mais do que isso, a História, revela-se como resultado da relação dos homens entre si e desses com a natureza, em determinadas condições, em cada época, em diferentes sociedades. Por um lado, significa dizer que, sem o ser humano, não existe história, e, por outro, que, se o ser humano produz sua vida socialmente, de diferentes maneiras, de acordo com as condições de cada época, a história também não é feita somente pelos “heróis”, pelos “grandes homens”, ela é feita coletivamente e assume características específicas de acordo com o estágio de desenvolvimento atingido em cada momento, com as relações que se estabelecem, com a intensidade dos conflitos e em decorrência do grau de acirramento dos antagonismos entre as classes.

As diferentes formas de organização social e a ocorrência dos fatos são resultados do acúmulo quantitativo e qualitativo das ações dos seres humanos, mediados pela natureza, os quais, por sua vez, permitem a existência de uma cronologia, uma sequência de fatos. Não obstante, o que faz com que, dia após dia, as coisas mudem? Que ocorram fatos novos? Que a realidade a nossa volta seja diferente? E que, seja possível se falar de história?

Algumas correntes historiográficas, partindo de pressupostos positivistas e idealistas, como ressaltamos anteriormente, adotam uma série de teorias em suas análises e interpretações da realidade e do mundo; confundem, porém, objetividade com neutralidade e, na maioria das vezes, resumem a historiografia a meras descrições e interpretações factuais, ressaltando “heróis” como se a história fosse feita por alguns indivíduos e como se a história seguisse uma sequência evolutiva e progressiva. Como não consideram a categoria trabalho como elemento central na análise, com toda a abrangência e com todas as consequências que isso implica, também não compreendem que, muitas vezes, acabam perpetuando as relações existentes e reproduzindo os interesses da classe dominante. As ideias gerais e dominantes de uma determinada época, em geral, são expressões dos interesses da classe dominante da época. Em função disso, visam à reprodução de sua condição de classe.

Como vimos, os seres humanos têm necessidades que precisam ser satisfeitas para poder garantir sua sobrevivência. Para isso, precisam transformar o meio. Nessa perspectiva, à medida que, por meio do trabalho, vão estabelecendo relações necessárias com a natureza e com os seres humanos independentes de sua vontade, correspondentes ao modo de produção e ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas, vão alterando o meio ou produzindo bens materiais e espirituais, satisfazendo determinadas necessidades e fazendo história. Como as forças produtivas mudam a cada momento em função da necessidade de dar novas respostas aos também sempre novos desafios, a história também muda, exprimindo o acúmulo quantitativo e qualitativo do desenvolvimento, das relações, dos antagonismos e das lutas. Contudo, como são os seres humanos que fazem a história, e a fazem de maneira diferente em cada momento e em cada sociedade, a sua forma de compreensão mudará concomitantemente.

Comumente, divide-se a história em grandes períodos demarcados por fatos e datas: Idade Antiga, Idade Média, Idade

Moderna e Idade Contemporânea, ancorados sobretudo em visão eurocêntrica. Isso, porém, exige uma reflexão mais cuidadosa, pois, se por um lado permite e facilita a localização em função de alguns traços e elementos comuns em cada período, por outro, pode-se cometer o equívoco de pensar que ela caminha linear e progressivamente. Contudo, se tomarmos como referência essa periodização, pode-se afirmar que em cada um desses grandes momentos históricos, os homens se organizaram para produzir de uma determinada forma sua vida social, marcados por determinadas relações e por um determinado modo de produção predominante.

Dentro dessa perspectiva, o processo mais longo da história da humanidade foi marcado pelas chamadas comunidades primitivas, nas quais não havia classes sociais, nem exploração, nem dominação e, muito menos, a propriedade privada. Tudo era de todos e a divisão do trabalho era elementar e por gênero. Entretanto, com a produção do excedente e a apropriação desse por poucos, tem-se a constituição da propriedade privada e a constituição da sociedade de classes sociais. A partir de então, a relação entre os seres humanos sempre foi a de luta entre as classes, quer seja entre senhores e escravos, senhores e servos ou entre capitalistas e proletários que, como vimos, desde a Antiguidade até os nossos dias, a história tem sido a história da luta de classes. Os fatos, a história e o conhecimento são marcados por essas condições reais.

Para tanto, a opção pelo materialismo histórico dialético como instrumento para compreender, explicar e **contribuir para a transformação da realidade possibilita a história como uma disciplina escolar**: estimular a pesquisa, a reflexão, a busca e a catalogação de fontes primárias, tomando por base a categoria trabalho, as relações e os antagonismos entre as classes; analisar e compreender, criticamente, como ocorreu o processo de ação e de transformação do ser humano e do meio, materializados em determinadas formas específicas, em decorrência do acúmulo de conhecimentos, das experiências humanas, das relações sociais, das condições sócio históricas e do estágio de desenvolvimento das forças produtivas em cada época; possibilitar o acesso aos conhecimentos significativos historicamente acumulados; desmistificar as ideologias e contribuir para que professores e alunos possam se compreender como agentes do processo histórico, capazes de agir e transformar a natureza, o mundo, as relações nas

quais estão inseridos e a história.

Portanto, o trabalho com os conteúdos de história, na perspectiva aqui defendida, tendo em vista as relações que os homens estabelecem com a natureza e com outros homens, de acordo com as condições materiais de existência, possibilita aos alunos se compreenderem como sujeitos históricos que podem e devem lutar por melhores condições de vida, fazer uso racional dos recursos naturais, desenvolver relações de cooperação, objetivando a construção de uma sociedade mais justa.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O COMPONENTE CURRICULAR

O Referencial Curricular é um documento elaboração democraticamente, envolvendo toda comunidade escolar, das propostas pedagógicas curriculares das escolas, assim, as características e especificidades de cada escola deverão ser contempladas. Preocupou-se em não torná-lo um documento fechado, permitindo-se, dessa forma, que as especificidades e as características local de cada escola sejam contempladas, assim como as diferentes modalidades de ensino (Educação Regular, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação à Distância), atendendo, assim, às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013).

No Componente Curricular de História é possível desenvolver os conteúdos específicos através da metodologia das sequências didáticas, onde é possível abordar a Educação do Campo, a partir de reportagens e artigos de opinião que abordam aspectos importantes das conquistas e lutas pelo terra e produção. No componente curricular de Arte é possível verificar a relação dos conhecimentos científicos, quanto à **análise**, esta propõe a problematização da narrativa histórica. Nesse processo, um

importante objetivo da História no Ensino Fundamental é o desenvolvimento da autonomia e do reconhecimento de que os indivíduos agem em conformidade com a época e o lugar em que vivem, favorecendo a preservação e/ou transformação de hábitos e condutas. A percepção da existência de uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico e a formação para a cidadania sempre abordando a realidade dos sujeitos do campo, diagnosticando práticas e métodos que as fundamentam e assim propor métodos que contribuam para o desenvolvimento de práticas que possibilitam reflexões dos estudantes sobre a relação homem-natureza a partir dos próprios elementos cotidianos. Através da abordagem qualitativa buscou-se compreender os fundamentos que orientam o ensino dos conteúdos, assim o levantamento bibliográfico permitiu verificar as concepções de ensino aprendizagem desenvolvidos na educação do campo a fim de elaborar uma compreensão sobre os pressupostos teóricos que o embasam, porém, encaminhamentos da didática da história estabelecem o processo de ensino e aprendizagem com vistas ao desenvolvimento da consciência histórica voltada à vida prática dos estudantes em processo de escolarização.

COMPETENCIAS ESPECIFICAS DO COMPONENTE CURRICULAR

Compreender que a realidade e a sociedade não se desenvolvem linearmente; que as relações sociais de produção não são harmônicas e homogêneas, mas que são permeadas por contradições e lutas entre as classes, de acordo com as condições materiais de existência nos diferentes momentos históricos em que estão inseridos.

- Compreender o significado e a abrangência da categoria trabalho, como elemento central no processo de produção do ser humano na organização do espaço, na produção do conhecimento, no estabelecimento das relações sociais e na organização da sociedade;

- Questionar, levantar hipóteses, argumentar e interpretar documentos e contextos históricos, recorrendo a diferentes fontes e linguagens existentes;
- Analisar, refletir e compreender a sociedade situada no espaço e no tempo, estabelecendo relações entre passado e presente;
- Compreender acontecimentos históricos, relações sociais e de poder, como se processam os movimentos da história: transformação/permanência, semelhanças/diferenças e a importância de conhecer o passado para analisar essas questões;
- Articular o ensino com a pesquisa, desde o início do processo educativo, despertando a inquietude, a curiosidade e o questionamento perante as coisas, os fatos e a sociedade, buscando agir no sentido da transformação social;
- Compreender e utilizar as tecnologias digitais de informação e de comunicação de forma crítica e ética.

QUADRO ORGANIZADOR DOS CONTEÚDOS: HISTÓRI A

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO PESSOAL: MEU LUGAR NO MUNDO.			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
As fases da vida e a ideia de temporalidade (passado, presente, futuro).	PR. EF01HI01.s Identificar aspectos do seu crescimento por meio do registro das lembranças particulares ou de lembranças dos membros de sua família e/ou de sua comunidade.	Identidade: história de vida, história do nome, características pessoais e familiares.	X					X		
	PR.EF01HI01.d Identificar características pessoais, familiares e elementos da própria história de vida por meio de relatos, fotos, objetos e outros registros, socializando com os demais integrantes do grupo		X					X		
	PR.EF01HI01.d Conhecer e relatar a história de vida e do próprio nome.		X					X		
A escola e a diversidade do grupo social envolvido.	PR.EF01HI04.s Identificar as diferenças entre os variados ambientes em que vive (doméstico, escolar e da comunidade) reconhecendo as		X							X

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO PESSOAL: MEU LUGAR NO MUNDO.			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	especificidades dos hábitos e das regras que os regem, diferenciando o público do privado.	Sociabilidades no ambiente doméstico, escolar e comunitário.								
	PR.EF01HI04.s Compreender, exemplificar e desenvolver atitudes de colaboração no contexto familiar e escolar de forma ética e respeitosa.		X							X
	PR.EF01HI04.d Conhecer, comparar e entender diferentes formas de trabalho na escola e em outros grupos culturais e sociais.	A escola e a diversidade de grupos envolvidos: relações de trabalho e cooperação.	X							X
	PR.EF01HI04.d Elaborar regras e normas de convívio no ambiente escolar.		X							X
As diferentes formas de organização da família e da comunidade: os vínculos pessoais e as relações de amizade.	PR.EF01HI02.s Identificar a relação entre as suas histórias e as histórias de sua família e de sua comunidade.	Narrativas familiares e comunitárias.	X					X		
	PR.EF01HI02.d Identificar problemas em sua realidade, pesquisar e conversar sobre possíveis soluções.		X					X		
	PR.EF02HI04.s Conhecer elementos da própria história de vida.			X				X		
	PR.EF02HI04.d Identificar o nome e sobrenome como elementos da sua identidade.			X				X		
	PR.EF01HI03.s Descrever e distinguir os seus papéis e responsabilidades relacionados à família, à escola e à comunidade.	Ações individuais e coletivas no ambiente familiar, escolar e comunitário.	X					X		
	PR.EF01HI03.d Identificar tarefas individuais e coletivas no ambiente familiar.		X					X		
	PR.EF01HI03.a Conhecer e comparar famílias em diferentes temporalidades, espaços, culturas e relações de trabalho, identificando semelhanças e diferenças, mudanças e permanências.	Famílias em diferentes temporalidades, espaços e culturas.	X					X		
	PR.EF01HI04.s Identificar as diferenças entre os variados ambientes em que vive (doméstico, escolar e da comunidade) reconhecendo as especificidades dos hábitos e das regras que os			X					X	

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO PESSOAL: MEU LUGAR NO MUNDO.			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	regem, diferenciando o público do privado.									
	PR.EF01HI04.s Compreender, exemplificar e desenvolver atitudes de colaboração no contexto familiar e escolar de forma ética e respeitosa.			X				X		
	PR.EF01HI04.s Identificar as diferenças entre os variados ambientes em que vive (doméstico, escolar e da comunidade) reconhecendo as especificidades dos hábitos e das regras que os regem, diferenciando o público do privado.	Sociabilidades no ambiente doméstico, escolar e comunitário.		X				X		
	PR.EF01HI04.s Compreender, exemplificar e desenvolver atitudes de colaboração no contexto familiar e escolar de forma ética e respeitosa.			X				X		

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO PESSOAL: EU, MEU GRUPO SOCIAL E MEU TEMPO.			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
A vida em casa, a vida na escola e formas de representação social e espacial: os jogos e brincadeiras como forma de interação social e espacial.	PR.EF01HI05.s Identificar semelhanças e diferenças entre brinquedos, jogos e brincadeiras atuais e de outras épocas e lugares.	Contexto histórico e cultural do brincar	X						X	
	PR.EF01HI05.a Conhecer e comparar brincadeiras e brinquedos de outras épocas, povos e culturas, identificando mudanças e permanências frente às novas tecnologias.		X						X	
A vida em família: diferentes configurações e vínculos.	PR.EF01HI06.s Conhecer as histórias da família e da escola e identificar o papel desempenhado por diferentes sujeitos em diferentes espaços.	Histórico familiar e relações de convívio.	X							X
	PR.EF01HI06.d Reconhecer a importância		X							X

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO PESSOAL: EU, MEU GRUPO SOCIAL E MEU TEMPO.			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	dossujeitos que compõem a família, identificando relações afetivas e de parentesco no convívio familiar.	Políticas Públicas para Mulheres								
	PR.EF01HI07.s Identificar mudanças e permanências nas formas de organização familiar, respeitando as diferenças.		X							X
A escola, sua representação espacial, sua história e seu papel na comunidade.	PR.EF01HI08.s Reconhecer o significado das comemorações e festas escolares, diferenciando-as das datas festivas comemoradas no âmbito familiar e/ou da comunidade.	Festas e comemorações na escola, na família e na comunidade.	X							X
	PR.EF01HI08.d Identificar a importância das famílias no cotidiano da comunidade escolar.	Direitos Humanos	X							X
	PR.EF01HI08.d Conhecer o contexto cultural e/ou regional das festas e comemorações.		X							X
A vida em casa, a vida na escola e formas de representação social e espacial: os jogos e brincadeiras como forma de interação social e espacial.	PR.EF02HI04.d Conhecer a história da escola identificando mudanças e permanências no espaço escolar e a importância dos profissionais que trabalham e/ou trabalharam nele.	Contexto histórico e cultural de atividades realizadas pela criança e sua comunidade. Direitos Humanos .		X					X	
	PR. EF02HI05.s Selecionar objetos e documentos pessoais e de grupos próximos ao seu convívio e compreender sua função, seu uso e seu significado.			X					X	
	PR. EF02HI05.d Respeitar as diferenças existentes nos grupos de convívio.	Diversidade cultural e cidadania no meio social.		X					X	
	PR. EF02HI05.d Conhecer etnias e culturas que caracterizam nossa sociedade.			X					X	

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO PESSOAL: AS FORMAS DE REGISTRAR AS EXPERIÊNCIAS DA COMUNIDADE.			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO PESSOAL: AS FORMAS DE REGISTRAR AS EXPERIÊNCIAS DA COMUNIDADE.			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
A noção do “Eu” e do “Outro”: comunidade, convivências e interações entre pessoas.	PR.EF02HI01.s Reconhecer espaços de sociabilidade e identificar os motivos que aproximam e separam as pessoas em diferentes grupos sociais ou de parentesco.	Espaços de sociabilidade. Políticas Públicas para Mulheres		X				X		
	PR.EF02HI02.a Identificar e descrever práticas e papéis sociais que as pessoas exercem em diferentes comunidades e/ou instituições (família, escola, igreja, entre outras).			X				X		
	PR.EF02HI02.d Participar na construção de regras cotidianas, considerando diferentes grupos e espaços de convívio.	Relações sociais em diferentes grupos e comunidades.		X				X		
	PR.EF02HI03.s Selecionar situações cotidianas que remetam à percepção de mudança, pertencimento e memória.			X				X		
	PR.EF02HI03.d Identificar-se enquanto sujeito histórico e agente de transformação.	Participação social		X				X		
O tempo como medida	PR.EF02HI06.s Identificar e organizar, temporalmente, fatos da vida cotidiana, usando noções relacionadas ao tempo (antes, durante, ao mesmo tempo e depois).	Tempo cronológico		X					X	
	PR.EF02HI07.s Identificar e utilizar diferentes marcadores do tempo presentes na comunidade, como relógio e calendário.			X					X	
	PR.EF02HI07.d Interpretar o calendário e linhas do tempo para situar-se no tempo cronológico.			X					X	
	PR.EF02HI07.d Comparar brinquedos e brincadeiras regionais e em sociedades e temporalidades distintas apontando semelhanças e diferenças com a comunidade.	Tempo Histórico		X					X	
	PR.EF02HI07.d Estabelecer comparações entre passado e presente.			X					X	
	PR.EF02HI07.d Perceber a passagem do tempo e a evolução de objetos e tecnologias por meio de imagens e narrativas;			X					X	

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO PESSOAL: AS FORMAS DE REGISTRAR AS EXPERIÊNCIAS DA COMUNIDADE.			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EF02HI07.d Identificar mudanças e permanências nas pessoas, nos objetos e lugares ao longo do tempo.			X					X	
As fontes: relatos orais, objetos, imagens (pinturas, fotografias, vídeos), músicas, escrita, tecnologias digitais de informação e comunicação e inscrições nas paredes, ruas e espaços sociais.	PR.EF02HI08.s Compilar histórias do estudante, da família, da escola e/ou da comunidade registradas em diferentes fontes.	Fontes históricas		X						X
	PR.EF02HI09.s Identificar objetos e documentos pessoais que remetam à própria experiência no âmbito da família e/ou da comunidade, discutindo as razões pelas quais alguns objetos são preservados e outros são descartados.			X						X
	PR.EF02HI09.d Comparar fontes orais, escritas e/ou visuais, de natureza material e/ou imaterial, que retratem diferentes comunidades, formas de trabalhar, produzir, brincar e festejar			X						X
	PR.EF02HI09.d Reconhecer a importância da conservação dos bens e espaços públicos e privados.			X						X

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO PESSOAL: O TRABALHO E A SUSTENTABILIDADE NA COMUNIDADE.			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
A sobrevivência e a relação com a natureza.	PR.EF02HI10.s Identificar diferentes formas de trabalho e lazer existentes na comunidade em que vive, seus significados, suas especificidades e importância.	Trabalho, lazer e as relações sociais na comunidade.		X						X
	PR.EF02HI10.d Conhecer os direitos da criança relacionados ao trabalho e ao lazer na infância.			X						X
	PR.EF02HI10.d Comparar meios de transporte, de produção e de comunicação no passado e no			X						

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO PESSOAL: O TRABALHO E A SUSTENTABILIDADE NA COMUNIDADE.			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	presente.									
	PR.EF02HI11.s Identificar impactos no ambiente causados pelas diferentes formas de trabalho existentes na comunidade em que vive.	Formação histórica e populacional da cidade.		X						X

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO PESSOAL: AS PESSOAS E OS GRUPOS QUE COMPÕEM A CIDADE E O MUNICÍPIO			ANO					TRIMESTRE			
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
O "Eu", o "Outro" e os diferentes grupos sociais e étnicos que compõem a cidade e os municípios: os desafios sociais, culturais e ambientais do lugar onde vive.	PR.EF03HI01.s Identificar os grupos populacionais que formam o município e a região, as relações estabelecidas entre eles e os eventos que marcam a formação da cidade, como fenômenos migratórios (vida rural/vida urbana), desmatamentos, estabelecimento de grandes empresas, etc.	Formação histórica e populacional da cidade. Direitos Humanos			X			X			
	PR.EF03HI01.d Reconhecer-se como sujeito histórico na construção da história de sua comunidade.				X			X			
	PR.EF03HI01.d Conhecer grupos populacionais que ocupavam a região onde o município se formou, identificando os povos indígenas como os primeiros donos da terra.					X			X		
	PR.EF03HI01.d Conhecer, comparar e respeitar as comunidades indígenas do passado e do presente, as formas de trabalho desenvolvidas, seus costumes e relações sociais.					X			X		
	PR.EF03HI01.d Identificar e utilizar marcadores temporais e noções de anterioridade e posterioridade, ordenação, sucessão e						X			X	

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO PESSOAL: AS PESSOAS E OS GRUPOS QUE COMPÕEM A CIDADE E O MUNICÍPIO			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	simultaneidade.	Acontecimentos e marcadores temporais no estudo da cidade.								
	PR.EF03HI02.d Conhecer a história do município,									
	PR.EF03HI02.s Selecionar, por meio da consulta de fontes de diferentes naturezas, e registrar acontecimentos ocorridos ao longo do tempo na cidade ou região em que vive. As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município O “Eu”, o “Outro” e os diferentes grupos sociais e étnicos que compõem a cidade e os municípios: os desafios sociais, culturais e ambientais do lugar onde vive.				X			X		
	PR.EF03HI02.d Conhecer a história do município, identificando as transformações que ocorreram nos últimos tempos.	Narrativas históricas sobre a cidade.			X			X		
	PR.EF03HI03.s Identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos relacionados a condições sociais e à presença de de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes.				X			X		
	PR.EF03HI03.d Conhecer e/ou elaborar narrativas orais, escritas e/ou visuais sobre aspectos do município (população, economia, emancipação política, manifestações sociais e culturais, urbanização, educação, lazer e saúde, entre outros).				X			X		
Os patrimônios históricos e culturais da cidade e/ou do município em que vive.	PR.EF03HI04.s Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados.				X				X	
	PR.EF03HI04.d Entender o conceito de patrimônio relacionando à ideia de pertencimento, valorização e preservação da				X				X	

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO PESSOAL: AS PESSOAS E OS GRUPOS QUE COMPÕEM A CIDADE E O MUNICÍPIO			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	memória do município.	Memória e patrimônio histórico e cultural da cidade.								
	PR.EF03HI04.d Conhecer, explorar e sistematizar pontos do município e/ou lugares de memória, coletando dados e cuidando dos mesmos.				X				X	
	PR.EF03HI05.s Identificar os marcos históricos do lugar em que vive e compreender seus significados.				X				X	
	PR.EF03HI05.d Conhecer o significado e a origem de festas e/ou comemorações e sua relação com a preservação da memória.				X				X	
	PR.EF03HI06.s Identificar os registros de memória na cidade (nomes de ruas, monumentos, edifícios etc.), discutindo os critérios que explicam a escolha desses nomes.				X				X	
	PR.EF03HI06.d Conhecer os símbolos municipais relacionando-os à história do município.				X				X	
As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município. A produção dos marcos da memória: formação cultural da população.	PR.EF03HI07.s Identificar semelhanças e diferenças existentes entre comunidades de sua cidade ou região, e descrever o papel dos diferentes grupos sociais que as formam.	População e diversidade cultural local. Políticas Públicas para Mulheres			X				X	
	PR.EF03HI07.d Conhecer os diferentes grupos que constituíram a população, a cultura e o espaço local.				X				X	
A produção dos marcos da memória: a cidade e o campo, aproximações e diferenças.	PR.EF03HI08.s Identificar modos de vida na cidade e no campo no presente, comparando-os com os do passado.	Modo de vida no campo e na cidade em diferentes temporalidades.			X				X	
	PR.EF03HI08.d Compreender que a história é construída coletivamente num processo contínuo de mudanças e permanências, semelhanças e diferenças.				X			X		
	PR.EF03HI08.d Pesquisar acontecimentos da própria história e da história do município que					X			X	

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO PESSOAL: AS PESSOAS E OS GRUPOS QUE COMPÕEM A CIDADE E O MUNICÍPIO			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	ocorreram na mesma época.									
	PR.EF03HI08.d Desenvolver noções de anterioridade, ordenação, sucessão e posterioridade ao estudar acontecimentos históricos relacionados ao município.				X				X	
	PR.EF03HI08.d Identificar as narrativas pessoais e dos grupos como formas de reconstruir as memórias e a história local.	Memórias e narrativas de pessoas do campo e da cidade.			X				X	
	PR.EF03HI08.d Relacionar as histórias que as famílias contam com as manifestações folclóricas e tradições.				X				X	
	PR.EF03HI08.d Narrar histórias contadas pelas famílias ou grupos estudados.				X				X	
	PR.EF03HI08.d Identificar e comparar diferentes fontes históricas como elementos da memória de um grupo.				X				X	
	PR.EF03HI08.d Identificar e experienciar brincadeiras e brinquedos do seu tempo e de outras temporalidades.				X				X	

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO PESSOAL: A NOÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E PRIVADO.			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
A cidade, seus espaços públicos e privados e suas áreas de conservação ambiental	PR.EF03HI09.s Mapear os espaços públicos no lugar em que vive (ruas, praças, escolas, hospitais, prédios da Prefeitura e da Câmara de Vereadores etc.) e identificar suas funções.	A cidade: espaços públicos e privados.			X					X
	PR.EF03HI09.d Comparar espaços de sociabilidade no bairro e/ou município no passado e no presente (ruas, templos religiosos, praças, parques, casas, entre outros).				X					X

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO PESSOAL: A NOÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E PRIVADO.			ANO					TRIMESTRE			
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
	PR.EF03HI09.d Compreender a importância das áreas de conservação para a população em tempos diferentes.				X					X	
	PR.EF03HI10.a doméstico, os espaços públicos e as áreas de conservação ambiental, compreendendo a importância dessa distinção e o respeito às normas de convívio nos mesmos.				X					X	
A cidade, seus espaços públicos e privados e suas áreas de conservação ambiental.	PR.EF03HI11.s Identificar diferenças entre formas de trabalho realizadas na cidade e no campo, considerando também o uso da tecnologia nesses diferentes contextos.	A cidade e suas atividades: trabalho, cultura e lazer.			X					X	
	PR.EF03HI12.s Comparar as relações de trabalho e lazer do presente com as de outros tempos e espaços, analisando mudanças e permanências.				X					X	
	PR.EF03HI12.d Conhecer profissões, lutas e conquistas no mundo do trabalho.					X					X
	PR.EF03HI12.d Identificar e comparar os deveres e direitos da criança no presente e no passado. Conhecer e valorizar os espaços de lazer do município.					X					X
	PR.EF03HI12.d Identificar e comparar os deveres e direitos da criança no presente e no passado.					X					X
	PR.EF03HI12.d Conhecer e valorizar os espaços de lazer do município.					X					X
	PR.EF03HI12.d Conhecer os poderes que caracterizam a organização administrativa do município.					X					X

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO PESSOAL: TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS NAS TRAJETÓRIAS DOS GRUPOS HUMANOS.	ANO	TRIMESTRE
--	-----	-----------

Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	ANO					TRIMESTRE		
			1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
A ação das pessoas, grupos sociais e comunidades no tempo e no espaço: nomadismo, agricultura, escrita, navegações, indústria, entre outras.	PR.EF04HI01.s Reconhecer a história como resultado da ação do ser humano no tempo e no espaço, com base na identificação de mudanças e permanências ao longo do tempo.	A humanidade na História.				X		X		
	PR.EF04HI01.d Identificar-se como sujeito histórico.					X		X		
	PR.EF04HI02.s Identificar mudanças e permanências ao longo do tempo, discutindo os sentidos dos grandes marcos da história da humanidade (nomadismo, desenvolvimento da agricultura e do pastoreio, criação da indústria etc.).					X		x		
	PR.EF04HI02.d Associar as necessidades humanas ao processo de sedentarização e ao surgimento das primeiras comunidades/sociedades.					X		X		
O passado e o presente: a noção de permanência e as lentas transformações sociais e culturais.	PR.EF04HI03.s Identificar as transformações ocorridas na cidade e no campo ao longo do tempo e discutir suas interferências nos modos de vida de seus habitantes, tomando como ponto de partida o presente.	Modo de vida no campo e na cidade em diferentes temporalidades.				X			X	

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO PESSOAL: AS QUESTÕES HISTÓRICAS RELATIVAS ÀS MIGRAÇÕES			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
O surgimento da espécie humana no continente africano e sua expansão pelo mundo.	PR.EF04HI09.s Identificar as motivações dos processos migratórios em diferentes tempos e espaços e avaliar o papel desempenhado pela migração nas regiões de destino.	Processos migratórios e os primeiros grupos humanos.				X		X		
Os processos migratórios para a formação do Brasil: os grupos	PR.EF04HI10.a Analisar diferentes fluxos populacionais e suas contribuições para a					X				X

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO PESSOAL: AS QUESTÕES HISTÓRICAS RELATIVAS ÀS MIGRAÇÕES			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
indígenas, a presença portuguesa e a diáspora forçada dos africanos.	formação da sociedade brasileira, reconhecendo a diversidade étnica e cultural que formou a população paranaense.	Formação da sociedade brasileira/paranaense.								
	PR.EF04HI10.c Compreender como se deu a chegada dos portugueses e africanos às terras brasileiras e à localidade paranaense associando à exploração das terras e recursos.					X				X
	PR.EF04HI10.d Compreender as razões da luta pela posse da terra em diferentes contextos espaciais e temporais.						X			
Processos migratórios do final do século XIX e início do século XX no Brasil	PR.EF04HI11.s Analisar, na sociedade em que vive a existência ou não de mudanças associadas à migração (interna e internacional).	Impacto dos movimentos migratórios na sociedade brasileira.				X				X
As dinâmicas internas de migração no Brasil a partir dos anos 1960	PR.EF04HI11.c Pesquisar e conhecer aspectos atuais da sociedade paranaense (população, trabalho, economia, educação, cultura, entre outros).	Impacto dos movimentos migratórios internos no Estado do Paraná.				X				X
	PR.EF04HI11.c Conhecer as principais festas e manifestações artísticas e culturais do Paraná.					X				X

.

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO PESSOAL: CIRCULAÇÃO DE PESSOAS, PRODUTOS E CULTURAS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
A circulação de pessoas e as transformações no meio natural.	PR.EF04HI04.s Identificar as relações entre os indivíduos e a natureza e discutir o significado do nomadismo e da fixação das primeiras comunidades humanas.	Povos indígenas. Direitos Humanos				X		X		
	PR.EF04HI04.d Reconhecer os povos indígenas como primeiros habitantes das terras brasileiras.					X		X		
	PR.EF04HI04.c Reconhecer Kaingang, Guarani					X		X		

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO PESSOAL: CIRCULAÇÃO DE PESSOAS, PRODUTOS E CULTURAS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	e Xetá como povos indígenas paranaenses, comparando a realidade dos mesmos no presente e no passado.									
A circulação de pessoas e as transformações no meio natural	PR.EF04HI05.a Relacionar os processos de ocupação do campo a intervenções na natureza, avaliando os resultados dessas intervenções para a população e o meio ambiente.	Modo de vida no campo e na cidade em diferentes temporalidades.				X			X	
	PR.EF04HI05.d Compreender as razões da luta pela posse da terra em diferentes contextos espaciais e temporais.					X			X	
A invenção do comércio e a circulação de produtos.	PR.EF04HI06.s Identificar as transformações ocorridas nos processos de deslocamento das pessoas e mercadorias, analisando as formas de adaptação ou marginalização.	O trabalho e a exploração da mão de obra escrava. Políticas Públicas para Mulheres				X			X	
	PR.EF04HI06.c Pesquisar sobre a utilização do trabalho escravo no estado do Paraná e a resistência dos escravizados.					X			X	
As rotas terrestres, fluviais e marítimas e seus impactos para a formação de cidades e as transformações do meio natural.	PR.EF04HI07.d Identificar as transformações ocorridas nos meios de transporte e discutir seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.	Caminhos, transportes e atividades econômicas na formação do Estado do Paraná.				X			X	
	PR.EF04HI07.c Identificar a extração da madeira, a mineração, o tropeirismo e a exploração da erva-mate entre as primeiras atividades econômicas exploradas no Paraná, além do impacto das mesmas para o meio ambiente e para o surgimento das cidades.					X			X	
	PR.EF04HI07.c Relacionar os símbolos oficiais do Paraná à história do Estado.					X			X	
O mundo da tecnologia: a integração de pessoas e as exclusões sociais e culturais.	PR.EF04HI08.s Identificar as transformações ocorridas nos meios de comunicação (cultura oral, imprensa, rádio, televisão, cinema, internet e demais tecnologias digitais de informação e comunicação) e discutir seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.	Comunicação e sociedade.				X			X	

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO PESSOAL: POVOS E CULTURAS: MEU LUGAR NO MUNDO E MEU GRUPO SOCIAL			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
O que forma um povo: do nomadismo aos primeiros povos sedentarizados.	PR.EF05HI01.s Identificar os processos de formação das culturas e dos povos, relacionando-os com o espaço geográfico ocupado.	Nomadismo e sedentarismo na formação das primeiras sociedades.					X	X		
	PR.EF05HI01.d Diferenciar os processos de nomadismo e sedentarismo.						X	X		
	PR.EF05HI01.d Entender a migração como deslocamento populacional pelo espaço geográfico, identificando a importância da mobilidade e da fixação para a sobrevivência do ser humano.						X	X		
	PR.EF05HI01.d Reconhecer os povos indígenas como primeiros habitantes do território brasileiro e as relações de trabalho que se estabeleceram com chegada dos portugueses.	Relações de trabalho e cultura no processo de formação da população brasileira.					X	X		
	PR.EF05HI01.c Conhecer o processo de colonização das terras brasileiras, especialmente do território paranaense.						X	X		
	PR.EF05HI01.c Conhecer e valorizar a cultura dos povos indígenas, africanos e europeus que formaram a população brasileira e do Estado do Paraná.						X	X		
	PR.EF05HI02.s Identificar os mecanismos de organização do poder político com vistas à compreensão da ideia de Estado e/ou de outras formas de ordenação social.	Formação, organização e estrutura do Estado.					X	X		
	PR.EF05HI02.d Relacionar a disputa por terras						X	X		

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO PESSOAL: POVOS E CULTURAS: MEU LUGAR NO MUNDO E MEU GRUPO SOCIAL			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
As formas de organização social e política: a noção de Estado.	férteis à garantia de sobrevivência e poder de um grupo sobre outro, originando o governo de um território.									
	PR.EF05HI02.d Discutir e compreender a necessidade de regras e leis para vivermos em sociedade.									
	PR.EF05HI02.d Entender como se deu a chegada dos portugueses ao Brasil e a organização do sistema de governo durante o período colonial brasileiro.	Organização política e econômica no Brasil Colônia.					X	X		
	PR. 1º EF05HI02.d Conhecer as primeiras formas de exploração econômica no território brasileiro: extração do pau-brasil, cana-de-açúcar, mineração e mão-de-obra escravizada.						X	X		
	PR.EF05HI02.c Analisar a história do Brasil em diferentes períodos, destacando relações de poder, cultura e trabalho a partir de fontes históricas e da articulação entre o contexto local e/ou regional.						X	X		
O papel das religiões e da cultura para a formação dos povos antigos	PR.EF05HI03.a Analisar o papel das culturas e das religiões na composição identitária dos povos antigos, respeitando as diferenças.	Diversidade cultural dos povos antigos.					X	X		
	PR.EF05HI03.d Compreender que existem pessoas que não participam de manifestações religiosas.						X	X		
	PR.EF05HI03.c Conhecer festas populares no Paraná e/ou no Brasil e contextos de origem.	Diversidade cultural no Paraná.					X	X		
	PR.EF05HI03.c Conhecer povos e comunidades tradicionais do Paraná e suas relações de trabalho.						X	X		
	PR.EF05HI04.s Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos.	Cidadania e diversidade: respeito às diferenças, manifestações e direitos sociais.					X		X	
	PR.EF05HI04.d Pesquisar e conhecer a importância de revoltas coloniais como						X		X	

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO PESSOAL: POVOS E CULTURAS: MEU LUGAR NO MUNDO E MEU GRUPO SOCIAL			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Cidadania, diversidade cultural e respeito às diferenças sociais, culturais e históricas.	Inconfidência Mineira e Conjuração Baiana no processo de independência do Brasil e de libertação da população escravizada.	Direitos Humanos								
	PR.EF05HI04.d Conhecer direitos sociais conquistados pela luta de muitos cidadãos brasileiros e que fazem parte do nosso cotidiano.						X		X	
	PR.EF05HI04.d Conhecer os símbolos nacionais relacionando-os à história do país.						X		X	
	PR.EF05HI05.s Associar o conceito de cidadania à conquista de direitos dos povos, das sociedades e diferentes grupos, compreendendo como conquista histórica.						X		X	
	PR.EF05HI05.c Reconhecer grupos de imigrantes e migrantes que formam a população da cidade, do estado e/ou do país e suas contribuições.	Cidadania e diversidade no Paraná: manifestações e direitos sociais. Políticas Públicas para Mulheres					X		X	
	PR.EF05HI05.c Conhecer, respeitar e valorizar as diferenças étnicas, regionais, ambientais e culturais que caracterizam o território paranaense relacionando-as aos movimentos migratórios.						X		X	
	PR.EF05HI05.c Conhecer elementos que caracterizam conflitos, como por exemplo, a Guerra do Contestado, Guerra de Porecatu e Levante dos Posseiros de 1957, relacionando-os a movimentos de luta pela posse da terra.						X		X	
PR.EF05HI05.c Conhecer e valorizar espaços e formas de resistência da população negra paranaense, por meio das comunidades de remanescentes quilombolas, clubes negros e manifestações culturais.						X		X		

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO PESSOAL: REGISTROS DA HISTÓRIA: LINGUAGENS E CULTURAS.			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
As tradições orais e a valorização da memória.	PR.EF05HI06.s Comparar o uso de diferentes linguagens e tecnologias no processo de comunicação e avaliar os significados sociais, políticos e culturais atribuídos a elas.	Comunicação e registros de memória.					X			X
As tradições orais e a valorização da memória.	PR.EF05HI07.s Identificar os processos de produção, hierarquização e difusão dos marcos de memória e discutir a presença e/ou a ausência de diferentes grupos que compõem a sociedade na nomeação desses marcos de memória.	Comunicação e registros de memória.					X			X
	PR.EF05HI07.d Reconhecer a influência dos meios de comunicação nos marcos comemorativos da sociedade.					X			X	
	PR.EF05HI08.s Identificar formas de marcação da passagem do tempo em distintas sociedades, incluindo os povos indígenas originários e os povos africanos.	Marcação da passagem do tempo em distintas sociedades (calendários e outras formas de marcar o tempo).					X			X
	PR.EF05HI08.d Reconhecer os profissionais que trabalham na escola e papéis que desempenham.					X			X	
	PR.EF05HI08.d Conhecer e respeitar o patrimônio e a diversidade cultural, entendendo-os como direito dos povos e sociedades.					X			X	
	PR.EF05HI09.s Comparar pontos de vista sobre temas que impactam a vida cotidiana no tempo presente, por meio do acesso a diferentes fontes, incluindo orais.					X			X	
Os patrimônios materiais e	PR.EF05HI10.a Inventariar os patrimônios materiais e imateriais da humanidade, do Brasil e do Paraná, analisando mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do	Patrimônios históricos e culturais -					X			X

UNIDADE TEMÁTICA: MUNDO PESSOAL: REGISTROS DA HISTÓRIA: LINGUAGENS E CULTURAS.			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
imateriais da humanidade.	tempo, desenvolvendo ações de valorização e respeito.	materiais e imateriais.								
	PR.EF05HI10.d Compreender o significado de tombamento histórico.						X			X

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Tomando por princípio o fato de que é preciso estar vivo para fazer história e de que quem a faz é o próprio homem, em determinadas condições, o conhecimento das ações, das relações e das condições vivenciadas em diferentes sociedades e épocas são essenciais, tanto para conhecer as relações e a realidade social atual quanto para a luta pela transformação da sociedade.

Conforme foi exposto na concepção de História, não podemos confundir a dimensão da história propriamente dita, vivida, realizada e com a da história registrada e transmitida academicamente, pois, como a sociedade não se constitui de forma monolítica e homogênea, mas sim por meio de classes, e como as ideias dominantes são expressões dos interesses e das ideias dos dominantes de cada época, tomar seus interesses particulares e de classes como se fossem expressões do interesse da maioria e a história dessa, no mínimo, provoca sério equívoco e sérias consequências. Por isso, não devemos tomá-la como sendo a expressão da realidade e da história concretizada ao longo do tempo.

Uma das condições necessárias para isso é o conhecimento da História. Por conseguinte, o ponto de partida pode ser as ações, os fatos, as representações imediatas e a realidade aparente. Isso, porém, em princípio, não permite compreender a História porque as ideologias escamoteiam, encobrem, velam e distorcem a realidade, contribuindo para a sua reprodução e perpetuação. Inicialmente, os fatos aparecem como reais, mas, ao mesmo tempo, são obscuros, caóticos e, portanto, abstratos. Então, é preciso transformar as aparências em algo compreendido, em um concreto pensado, por meio da ciência. No nível do conhecimento,

partindo dos objetos reais existentes, é preciso investigar seus determinantes, isto é, faz-se necessário compreender quais os elementos, as relações e as condições que tornaram ou tornam possível essa determinada forma de ver os fatos e/ou a realidade. A partir disso, faz-se o caminho de volta, chegando novamente aos objetos aparentes que são, de fato, o ponto de partida da análise. Entretanto, ao se retornar a eles, não mais os encontraremos como meros objetos, caóticos e abstratos, mas sim, como concreto pensado porque compreendidos em suas múltiplas e ricas determinações.

Para o método que fundamenta a concepção de História, só é possível a compreensão do individual a partir do global, do particular a partir do universal. De acordo com Klein (2010), para ocorrer um ensino na perspectiva de totalidade, é necessário que o professor domine os fundamentos explicativos de cada área, bem como os fundamentos da própria prática pedagógica, para desenvolver um trabalho com vistas a superação da lógica formal e da abordagem fragmentada, etapista de tratamento do conteúdo.

Da mesma forma, Kofler (2010) evidencia a incapacidade de superar a aparência dos processos sociais por meio da superficialidade no tratamento das disciplinas, tendo como base a lógica formal. Para ele, a categoria central do método dialético é a totalidade.

Ao que se refere à História, portanto, implica desenvolver o ensino a partir de seus fundamentos e compreender de que forma esses se relacionam e se articulam com os conteúdos específicos da área. É por meio da categoria da totalidade que se compreende as múltiplas determinações do fenômeno a ser analisado, possibilitando, assim, a compreensão da realidade.

Por conseguinte, para uma apropriação do conhecimento científico, relacionado à prática social em uma perspectiva totalizante, é necessário ter como base do ensino os fundamentos gerais e os fundamentos de cada área do conhecimento, para que, a partir desses, o aluno apreenda a essência do objeto/fenômeno, realize generalizações e, posteriormente, desenvolva a autonomia de estudo.

Segundo Schmidt (1999), um pressuposto basilar para o ensino de história é a “aquisição, construção e utilização dos conceitos históricos pelos alunos” (SCHMIDT, 1999, p. 147). Logo, é fundamental que o ensino possibilite o uso de um conjunto de instrumentos ou conceitos históricos que contribuam para que a realidade se torne inteligível.

Não se trata, contudo, de uma mera apropriação desses conceitos, pois, como afirma Schmidt (1999), “Aprender conceitos não significa acumular definições ou conhecimentos formais, mas construir uma grade que auxilie o aluno na sua interpretação e explicação da realidade social” (SCHMIDT, 1999, p. 149). Ainda conforme a autora, a aprendizagem dos conceitos/categorias contribui no processo de identificação do fenômeno e o estabelecimento de sentido, relacionando-o às experiências, às noções e aos conhecimentos que o aluno já tem.

Dessa forma, o conhecimento deixa de ser entendido como pronto e acabado, e a educação deixa de ser compreendida como pura transmissão de dados, de datas, de fatos e de informações cristalizadas, o que pressupõe que professores e alunos se compreendam como integrantes de uma mesma realidade, ainda que em condições diferentes. Além disso, pressupõe a necessidade da pesquisa para reconstruir, no plano do pensamento, a realidade histórica, cuja apropriação é condição necessária para a ação e transformação.

Para se romper com a visão fragmentada da realidade e aproximá-la das representações ideais, das teorias, expressando, assim, a construção de um novo ser humano, superando a alienação, na busca da humanização da sociedade, é importante sempre ter presente que os conteúdos, os objetivos, a metodologia, a avaliação, bem como os pressupostos que compõem uma unidade, não podem ser pensados e considerados de forma isolada. O mesmo ocorre com relação ao conteúdo e à forma, os quais não devem ser pensados como algo separado, pois ambos se pressupõem.

Nesse sentido, por um lado, procuramos articular os conteúdos aos encaminhamentos metodológicos, à avaliação, aos objetivos e aos pressupostos que os embasam e, por outro, procuramos demonstrar que se trata de uma proposta pedagógica na

qual, tanto os conteúdos quanto os demais elementos do processo de ensino e de aprendizagem, assim como a forma, devem expressar essa articulação.

Na exposição dos conteúdos, mantivemos a forma de apresentação constante no Referencial Curricular do Paraná (PARANÁ, 2018), ou seja, na forma de tabela com Unidade Temática, Objetos do Conhecimento e Objetivos de Aprendizagem. Assim, o primeiro ano tem a sua unidade em torno do aluno, seu contexto familiar e outras instituições sociais da qual participa; o segundo, está voltado para o contexto de convívio do aluno, tanto o 1º quanto o 2º ano têm por objetivo o reconhecimento do “Eu”, do “Outro” e do “Nós”; o terceiro ano trata da história do aluno na relação com o grupo de convívio local, município e região; o quarto ano se ocupa das relações sociais mais amplas, a região Oeste, o estado do Paraná, articuladas às questões nacionais; por fim, o quinto ano “retoma” às questões regionais e estaduais e aborda a inserção do povo brasileiro no contexto mundial e às civilizações mundiais.

Entendemos ser possível por meio dessa forma de apresentação contribuir para que os conteúdos sejam apresentados/trabalhados estabelecendo relações entre os mesmos e não meramente em uma sequência rígida. Ainda, permite-nos compreender que a VIDA é o principal, o centro, ou seja, é preciso estar vivo para fazer história e é, portanto, por meio do trabalho que produzimos nossa existência; ao produzi-la sob determinadas condições materiais de existência, estabelecemos relações sociais e de poder, ou seja, fazemos história.

Todos os conteúdos ao longo dos cinco anos devem ser compreendidos sempre articulados e tendo presente **a vida, o trabalho, a sociedade e a história**, ainda que em grau de aprofundamento e de complexidade maior, de acordo com o nível de desenvolvimento que cada aluno vai adquirindo. Os conteúdos devem possibilitar a compreensão de como os homens vivem; como produzem e se reproduzem; como, por meio do trabalho, estabelecem relações com a natureza e com os demais homens; como transformam e são transformados nas relações sociais de produção; e como, por meio do trabalho e dessas relações transformam o meio e a si mesmos, estabelecem relações sociais, políticas e econômicas, organizam e reorganizam o espaço e estabelecem

limites, fronteiras e lutam pela sobrevivência.

É importante ajudar os alunos a compreenderem que a vida, o trabalho, as relações sociais e a história vão ocorrendo e sendo marcados pelas relações concretas que os homens estabelecem para garantir a sua sobrevivência, em uma determinada época e em uma determinada sociedade, mediada pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas e que, em função disso, as relações não são harmônicas, ao contrário, são marcadas por lutas e conflitos.

Conforme vai se avançando de um ano para outro, sempre é importante retomar as discussões e o que foi trabalhado no ano anterior, de tal forma que o aluno perceba a unidade e a sequência dos conteúdos e, ao final do quinto ano, consiga fazer a leitura de mundo como um agente de ação e transformação de si e do mundo.

Ressaltamos, ainda, que o ensino, a linguagem, a pesquisa, os conteúdos e a forma de trabalho devem promover o desenvolvimento dos alunos, articulando-se ao momento histórico e às suas exigências sociais, aos locais de origem dos agentes do processo educativo (perspectiva da educação do campo e educação indígena) e das suas condições de aprendizagem.

Nesse sentido, propomos a seguir algumas possibilidades de trabalhos que podem ser explorados/desenvolvidos com os conteúdos de história.

Centro de memória/casa da cultura/museu: propõem-se, após o trabalho com os conteúdos, visitas direcionadas a centros de memória, casas de cultura e museus como possibilidade de apresentar os vínculos do presente em sua relação com o passado pela temporalidade. É possível ainda articular os conhecimentos a partir de fontes históricas, tais como: fontes documentais, imagéticas, orais entre outras, visando a resgatar a história, pois, na perspectiva teórica que adotamos, o ponto de partida para o conhecimento da realidade são as relações que os homens estabelecem com a natureza e com outros homens, analisadas de acordo com as condições materiais de existência e, para compreendermos as contradições sociais no presente, precisamos nos deslocar temporalmente ao passado.

Calendário e Linha do Tempo: de acordo com Elias (1998) e Oliveira (2010), é preciso compreender o calendário como um sistema de controle, um objeto social, portanto, construído historicamente. Isso vai muito além de saber sobre dias, meses e anos, pois podemos compreender como o homem foi elaborando esse conhecimento – ciência. Assim, a linha do tempo está para o conhecimento histórico como os algarismos e o alfabeto estão para a Matemática e a Língua Portuguesa, respectivamente. No trabalho com a linha do tempo, o foco é entender como podemos investigar o passado. Para isso, é essencial **identificar fontes (memórias, fotos, filmes, objetos, documentos), selecionar, interpretar, comparar, estabelecer relações, bem como eleger as mais importantes.** Afinal, para além da descrição factual e linear, a História busca explicar tanto as uniformidades e as regularidades das formações sociais quanto as rupturas e as diferenças que se constituem no embate das ações humanas. Os registros ou as evidências da luta dos agentes históricos são o ponto de partida para entendermos os processos históricos.

Desse modo, saber quem foi Pedro Álvares Cabral, Zumbi dos Palmares, o que aconteceu em 07 de setembro de 1822 ou o que comemoramos em 21 de abril não nos exige nos deslocarmos para o passado, pois esses acontecimentos nos são apresentados no presente. O objetivo em sala não se limita a saber essas informações, mas compreendê-las historicamente, deslocando-se temporalmente, como e por que isso aconteceu e como chegou até nós – conhecimento histórico. Por que algumas coisas permanecem? Por que outras se transformam? Por que algumas coisas se transformam mais lentamente e outras mais rapidamente?

Fontes e Documentos históricos: o documento é essencial para a produção do conhecimento histórico, ele é produto de uma necessidade humana e como tal cumpre uma função social que não se diferencia, como valor, dos demais objetos que o homem produz para sua sobrevivência.

O significado do documento é construído em confronto com a realidade social que lhe dá origem e em conexão com outros documentos; isso permite ampliar o seu sentido e possibilita analisar seu conteúdo; o não isolamento do documento é a garantia de sua legitimidade e existência enquanto material empírico. O documento é objeto na condição de material empírico, e, portanto,

representação de um dado real; ou seja, é resultado do trabalho humano. Assim, como argumenta Borges (2003), “As fontes ou documentação não são um espelho fiel da realidade, mas é sempre a representação de parte ou momentos particulares do objeto [estudo] em questão. Uma fonte representa muitas vezes, um testemunho, a fala de um agente, de um sujeito histórico; devem ser sempre analisadas como tal” (BORGES, 2003, p. 61).

É importante ressaltar que toda produção humana pode ser utilizada em sala de aula como fonte de investigação para o ensino de História. Quanto maior a diversidade de fontes propostas, maior a possibilidade de o aluno aprender a analisá-las. O trabalho pode ser realizado com fontes primárias, entendidas como “testemunhas do passado que se caracterizam por ser de primeira mão ou contemporâneas dos fatos históricos a que se referem” (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 96), ou secundárias, entendidas como “registros que contêm informações sobre os conteúdos históricos resultantes de uma ou mais elaborações realizadas por diferentes pessoas. Essas fontes nos chegam por pessoas que realizam reconstruções do passado, cujas referências são diferentes testemunhos ou relatos” (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 97).

O principal objetivo do trabalho com fontes é levar o aluno a fazer inferências válidas (perguntas pertinentes) ao passado e que possam ter na fonte um início de resposta. O aluno precisa ir além da observação ou da leitura de determinada fonte, estabelecendo um diálogo temporal baseado nas categorias articuladoras. Dois alertas se fazem necessários quanto ao trabalho com fontes: primeiro, relaciona-se ao trabalho com elementos da cultura material, pois é comum em sala de aula focar mais o objeto do que as relações humanas na mediação com esse; segundo, relaciona-se com a produção do conhecimento a partir do processo de investigação do historiador, que é sempre datado, intencional e de acordo com as condições materiais de cada época.

Análise de imagens: Para Gonçalves (201?, n.p.) “O ensino de história com o uso da imagem deve ser feito de forma significativa, o aluno deve ser levado a questionar de forma consciente as possíveis intencionalidades do registro, pois nenhum documento possui

História Regional e Local

O ensino de história regional visa a trabalhar com uma História que não reproduza o processo de colonização do estado, município e/ou região de forma linear, sem contradições, sem conflitos, com um ensino que busca impor a versão dos acontecimentos dos vencedores, e que ainda hoje, na maioria dos municípios, está intrinsecamente ligada à versão do “pioneirismo” da Companhia Colonizadora e de seus “heróis”. Isso ocorre porque a grande maioria das publicações visa a descrever a história de municípios na versão oficial da História (Versão do Pioneiro), reforçando as imagens e os discursos produzidos pelas empresas colonizadoras (ou pelo Estado), contribuindo, dessa forma, para a preservação de determinados estereótipos sobre a formação econômica, social e política do Oeste do Paraná.

Segundo Tomazi (1997), a construção do discurso “pioneiro” está perfeitamente esboçado e delineado. Ao se apropriarem das imagens míticas do “pioneiro” como “fundador” e “desbravador”, tentam transformar o passado de pequenos atos¹⁵ em fatos históricos dotados de significados históricos e capazes de lhes conferirem uma identidade e um lugar na história. Desse modo, o primeiro grupo a conquistar ou a desbravar certa região, geralmente, está vinculado ao princípio da legitimidade. Assim,

¹⁵ O historiador Ângelo Piori (1999) nos alerta para o risco de se trabalhar com a história local. Primeiro: O risco de trabalhar a história tradicional – positivista – a primeira casa, o primeiro agricultor, a primeira escola, o primeiro prefeito, o primeiro padre e assim por diante, numa sucessão de eventos, heróis, tratados, leis etc. A falta de materiais didáticos produzidos para esse fim, dando-se ênfase às “histórias” produzidas oficialmente, geralmente livros e cartilhas elaboradas por historiadores ou escritores ligados à prefeitura ou a algum órgão da sociedade local.

quais são os elementos que legitimam diversos personagens como “pioneiros” ou em “heróis” do processo da (re)ocupação da região em estudo e *o que é silenciado para que se mantenha este discurso?*

Isso prova que, na maioria dos estudos sobre o processo de colonização, há a predominância do discurso oficial dos “donos” do poder local. Estudos que não apresentam e nem procuram problematizar os conflitos entre as Companhias Colonizadoras, Colonos, Posseiros e Grileiros e por não apresentarem essas questões, deparamo-nos com uma realidade pouco animadora ligada à pequena produção disponível sobre a temática, e ainda, a historiografia do oeste ignora, na maior parte das produções, as memórias silenciadas.

A História Regional e local precisam superar a abordagem “oficial” da história, cujo saber possibilite romper com os limites hegemônicos. No entanto, Dosse (2003) alerta para o risco de apenas se inverter a história, deixando-se de lado, mais uma vez, as relações sociais, ou seja, as relações estabelecidas entre as classes sociais, haja vista que

Todos abandonaram os tempos extraordinários em troca da memória do cotidiano das pessoas comuns. Uma topografia estética nova instala-se, conforme se fale de uma aldeia, das mulheres, dos imigrantes, dos marginais... Sobre este campo de investigação novo, a etnologia interna alimenta-se da crise da noção de progresso e desabrocha em um “presente imóvel”. Passamos insensivelmente da grande biografia dos heróis da história, de Luís XI a Napoleão, sem esquecer Carlos V, para as biografias dos heróis obscuros do cotidiano. (DOSSE, 2003, p. 24).

A heroização do povo pode ser consoladora, mas não ajuda a compreender a realidade e transformá-la. Ao contrário, pode ser tão mitificadora quanto à história tradicional, que enaltecia os “grandes homens” das camadas dirigentes.

Afinal, o ensino de História, mesmo que em âmbito local¹⁶ ou regional, deve dar conta das contradições que movem à sociedade, compreendendo a dialética dos mesmos sem sobrepor um interesse em detrimento de outro, deixando de lado interpretações fantasiosas. No entanto, não é suficiente estudar o regional ou local por si mesmos, pois o estudo desses deve possibilitar ao aluno entender, mesmo que de forma incipiente, como funciona a sociedade. Isso exige a necessidade de estabelecer relações com contextos maiores, estadual, nacional e até mesmo mundial.

O estudo da história regional ou local, integrante de uma totalidade, favorece/incentiva visitas a museus, a acervos, a entrevistas, a observar figuras que representam a realidade de um determinado momento, rompendo com a ideia de que a história de uma sociedade seja simplesmente uma ordenação cronológica de fatos e datas. É necessário, desse modo, investigar como os homens no decorrer da história produziam e se relacionavam, questionando e problematizando para que o aluno possa compreender que a história da região ou local onde vive não se explica por si só, pois está relacionada ao contexto social, político e econômico. Nessa perspectiva, “Nestes recortes precisamos ter alguns cuidados, pois esta questão de trabalharmos com a parte é um fenômeno do mundo em que vivemos, onde tudo é partido, repartido, separado. Como a nossa vida o mundo não é de partes, mas é um todo que funciona no conjunto; ao fazer os recortes, estamos evitando a compreensão do todo, isolamos as partes e depois vamos juntá-las” (CALLAI, 1988, p. 33).

¹⁶ Por exemplo, “o município constitui-se em microcosmo do nacional e mesmo do planetário. A par de acontecimentos de cunho eminentemente local (particular), manifestam-se outros tantos de natureza mais geral (universal). As relações de ordem econômica, política e social que se manifestam no município expressam um ordenamento mais geral. É o universal que se revela no concreto [...] Estudar o município é importante e necessário para o aluno, na medida em que ele está desenvolvendo o processo de conhecimento e de crítica da realidade em que está vivendo. Ali estão o espaço e o tempo delimitados, permitindo que se faça a análise de todos os aspectos da complexidade do lugar” (CALLAI, 1988, p. 9-11).

Nesse sentido, ao trabalhar a história local e/ou regional é fundamental analisar: o que estava acontecendo no Brasil e no mundo nesse momento? Quais políticas nacionais interferiram na história da região e/ou do município onde vivemos? Como o estabelecimento de uma faixa de fronteira influenciou na exploração da região Oeste do Paraná, por exemplo? Portanto, fica evidente que a história local e regional estão articuladas a história de contextos mais amplos.

Diante das orientações apresentadas nesses pressupostos, que pretendem dar relevância às metodologias a serem trabalhadas, cabe-nos identificar quais as melhores maneiras de se trabalhar os conteúdos do componente curricular de história. Este documento incumbe-se de auxiliar na elaboração e desenvolvimento de aulas, ressaltando que esse trabalho deve-se voltar para a maneira como o aluno irá compreender a história. Para Cruz (2003), “Estudar História e Geografia na Educação Infantil e no Ensino Fundamental resulta em uma grande contribuição social. O ensino de História e da Geografia pode dar ao aluno subsídios para que ele compreenda, de forma mais ampla, a realidade na qual está inserido e nela interfira de maneira consciente e propositiva” (CRUZ, 2003, p. 2). Dessa forma, a “escolha” de quais documentos e linguagens serão utilizados deve ser rigorosa, cuidadosa e é de grande importância, de forma que o professor, apoiado na perspectiva teórica adotada, proporcione aos alunos uma aprendizagem significativa, em que se possa aprender a problematizar a história de maneira crítica e reflexiva.

Outra questão extremamente importante diz respeito ao trabalho e à articulação com os temas transversais, dentre os quais podemos citar: o trabalho com os Símbolos do estado do Paraná, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Direitos Humanos, pois dada a relevância destes temas os mesmos serão contemplados nas unidades temáticas, objetos do conhecimento e objetivos de aprendizagem.

DESAFIOS CONTEMPORANEOS

Os Desafios Contemporâneos buscam promover a análise, a reflexão, a difusão de ideias e o cruzamento de múltiplas perspectivas a respeito do contexto atual nos campos social, da cultura e da educação, além de propiciar a troca de experiências entre diversos agentes: formuladores de políticas públicas, empreendedores, grupos independentes, integrantes de movimentos sociais, coletivos artísticos, profissionais do campo de educação, cultura e museus, pesquisadores e intelectuais. Nesse sentido, as metodologias ativas objetivam alcançar e motivar o estudante, que colocado diante uma situação-problema, examina, reflete, contextualiza, pesquisa e ressignifica suas descobertas. Sendo um recurso didático de grande importância, as metodologias ativas podem favorecer, de forma significativa e eficaz, o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando ao aluno um papel protagonista na produção de seu conhecimento.

CULTURA E HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

De acordo com a Lei Nº. 10.639/03 que altera a LDB 9394/96, a Lei 11.645/08 e o parágrafo único art. 2º da Deliberação do Conselho Estadual de Educação do Paraná, o qual indica que: Ao tratar da história da África e da presença do negro (pretos e pardos) no Brasil, os professores precisam fazer abordagens positivas sempre na perspectiva de contribuir para que o aluno afro descendente se identifique e valorize a história de seu povo, a cultura de matriz africana, e as contribuições para o país e humanidade.

Logo, desde muito cedo podemos aprender e conhecer diferentes realidades e compreender que a experiência social do mundo é muito maior do que a nossa experiência local, e que este mesmo mundo é constituído e formado por civilizações, histórias, grupos sociais e etnias ou raças diversas. É também bem cedo em sua formação que as crianças podem ser reeducadas a lidar com os preconceitos aprendidos no ambiente familiar e nas relações sociais mais amplas.

Em História podemos abordar o tema na Unidade Temática Mundo Pessoal no momento em que abordamos o objeto de estudo, cidadania e diversidade cultural. O professor fará abordagem envolvendo os diferentes objetos de estudo, trazendo para a vivência do aluno, o respeito a diferentes grupos sócias, etnias ou raças.

DIREITOS HUMANOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi proposta em 10 de dezembro de 1948 pela Organização das Nações Unidas. Para entender a razão da sua existência, é preciso levar em conta o contexto histórico.

Os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos são destinados a todos os seres humanos, sem qualquer tipo de distinção. Ela estabelece, por exemplo, que todos nascemos livres e iguais em dignidade e direitos, assim como temos todos os direito a um julgamento justo e imparcial para qualquer acusação criminal que viermos a receber.

A humanidade ainda luta para colocar em prática todos esses direitos. Logo antes de seu primeiro artigo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos cobra de todos os órgãos da sociedade a “adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional” para assegurar o seu reconhecimento e a sua “observância universal e efetiva”.

Se abordarmos o papel da História nos Direitos Humanos observaremos que dessa forma essa articulação entre igualdade e diferença é uma necessidade e a educação tem um papel importante e relevante a cumprir. Para abordarmos o tema Direitos Humanos os professores de História que debaterão na tema na Unidade Temática; Mundo Pessoal, As pessoas que compõem os grupos sociais e Povos e Culturas onde o objeto de estudo é cidadania e diversidade.

COMBATE A VIOLÊNCIA

A problemática da violência, seja aquela em que a criança/jovem é vítima ou protagonista vem causando grande preocupação no meio escolar. Em geral, violência é conceituada como um ato de brutalidade, física e/ou psíquica contra alguém e caracteriza relações interpessoais descritas como de opressão, intimidação, medo e terror. Nas escolas, a violência está aumentando não somente do ponto de vista quantitativo como também do qualitativo. Como a violência afeta diretamente a parte do cérebro onde processamos nossas emoções devemos abordar esse tema em todas as unidades temáticas desenvolvendo projetos ao longo do ano.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

O reconhecimento dos direitos das mulheres é uma reivindicação que se faz presente, pelo menos desde a década de 1920. No entanto, embora seja uma reivindicação antiga, sua concretização jurídica é bem mais recente. Efetivamente, a legislação reservava à mulher um lugar de subalternidade, primeiro sob o poder do pai e depois, do marido. Apenas recentemente os direitos de cidadania se estenderam à mulher, embora o marco legal da igualdade não seja realidade em todos os países.

Ao se tratar de políticas para mulheres no estado do Paraná, é preciso ter em mente a necessidade de reforçar os direitos das mulheres e as conquistas já alcançadas, tendo em vista a fragilidade das garantias que foram constituídas numa história ainda recente. Nesse contexto o professor irá desenvolver atividades para valorização da mulher, presente em sua vida ao abordar a Unidade Temática as pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município abordando esse como conteúdo atendendo aos objetivos de aprendizagem.

DIREITOS DA CRIANÇA

Crianças e adolescentes são sujeitos de Direitos- Sujeitos de Direitos são pessoas que têm os seus direitos garantidos por lei.

Seus direitos devem ser tratados com prioridade absoluta - Isso quer dizer que os direitos das crianças e dos/ das adolescentes estão em primeiro lugar.

O Estatuto da criança e do adolescente (ECA) é um documento que reúne as leis específicas que asseguram os direitos e deveres de crianças e adolescentes aqui no Brasil.

Para tudo deve ser levada em conta a condição peculiar de crianças e adolescentes serem pessoas em desenvolvimento - A criança e o adolescente têm os mesmos direitos que uma pessoa adulta e, além disso, têm alguns direitos especiais, por estarem em desenvolvimento físico, psicológico, moral e social. Desenvolver atividades que mostrem para a criança os direitos e deveres, sempre de forma lúdica, apresentando situações usando material concreto. Dentro da unidade temática: mundo pessoal: eu, meu grupo social e meu tempo.

ESTATUTO DO IDOSO

O Estatuto do Idoso é uma Lei Federal, de nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, isto é, uma Lei Orgânica do Estado Brasileiro destinada a regulamentar os direitos assegurados

Para esclarecimento amplo, o Estatuto do Idoso é o resultado final do trabalho de várias entidades voltadas para a defesa dos direitos dos idosos no Brasil, entre as quais sempre se destacou a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia e também

de profissionais das áreas da saúde, direitos humanos e assistência social, além de parlamentares do Congresso Nacional. Com as crianças o professor deverá desenvolver atividade que mostrem respeito com o idoso, ao abordar a unidade temática: mundo pessoal: eu, meu grupo social e meu tempo onde é possível retratar a importância dos idosos e sua valorização.

GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

A sociedade brasileira tem um histórico de desigualdade social cujo padrão de desenvolvimento excludente é notório. Antes do século XX, as políticas de desenvolvimento social brasileiras, inclusive as referentes ao campo da educação, estavam direcionadas ao desenvolvimento das cidades, cuja matriz cultural era voltada às questões políticas e econômicas, gerando, portanto, a marginalização de grupos específicos que não se enquadravam nos padrões culturais da época. Dessa forma, as discriminações em relação à raça, à etnia, a gênero, à orientação sexual, entre outras tantas manifestações de ser e estar no mundo, tornam-se ferramentas de poder que colocam à margem e negam aos indivíduos o direito de cidadania.

Sabe-se que a escola, enquanto instituição responsável pela transmissão do patrimônio cultural da humanidade possui um papel relevante na socialização dos saberes e das práticas relacionadas à diversidade promovendo ações que façam com que não haja discriminação na escola, onde o princípio da equidade seja considerado. Esse assunto deve ser abordado dentro da unidade temática: mundo pessoal: eu, meu grupo social e meu tempo.

EXIBIÇÃO DE FILMES MENSAIS NACIONAIS

A exibição de filmes nas escolas deve haver uma pluralidade pedagógica que precisa ser pensado, planejado e executado e que permite contribuir com a construção de uma alfabetização crítica dos meios que utilizam os recursos audiovisuais: cinema, televisão, internet, etc.

É possível levantarmos uma infinidade de atividades que podemos realizar com o audiovisual nas escolas. Isto é importante, mas não podemos ficar só nisso... As atividades são importantes desde que sejam pensadas e articuladas com uma proposta pedagógica mais ampla. É preciso caminhar: agindo e pensando... construindo e transformando...

Novas relações e linguagens desafiam os profissionais da educação a pensar na vocação multicultural da escola, no sentido de promover o diálogo entre as diferentes gerações e os diversos padrões culturais nela presentes.

Em sua análise, indicou três fatores que apontam um novo lugar para a escola: a cultura digital, que vem criando uma escola sem muros, na qual o estudante é produtor de conhecimento e a linguagem audiovisual assume importância; a existência de outros. Com o desenvolvimento tecnológico cada vez mais acelerado, existe um aperfeiçoamento das mídias disponíveis em um nível nunca antes visto. Essas mudanças constantes alteram o comportamento de toda a sociedade contemporânea, em que se é possível ter acesso a todo tipo de informações de praticamente todos os lugares no mundo. Diante dessas influências, cabe às escolas, faculdades e todas as instituições educacionais estarem preparadas para receber esses alunos, frutos desta sociedade globalizada, e atualizada com os principais métodos de ensino.

Ao se falar em processo de aprendizagem, é necessário que este seja tratado como o resultado de um processo educativo, com a educação pensada nas pessoas a quem ela se destina. Deste modo, a linguagem, os espaços e os recursos utilizados no processo educativo devem ser adequados às pessoas que são o alvo desse processo de aprendizagem.

Entre as mídias disponíveis, vale ressaltar a importância do vídeo como ferramenta didática. Ferramenta esta que pode contribuir para o trabalho do docente de diversas formas, gerando aulas mais atrativas, favorecendo a construção do conhecimento em todas as Unidades Temáticas dependendo a abordagem do professor.

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Entendemos que a Escola deve se preocupar com a inclusão de todos os alunos, independente das condições físicas, sociais, econômicas e culturais que vivenciam ou das dificuldades pedagógicas que apresentam. Neste sentido esta proposta tem como desafio construir coletivamente condições para o atendimento desses alunos, propiciando a oferta de condições diferenciadas dentro do processo educativo que lhes proporcionem acolhimento e aprendizagem efetiva, flexibilização e adaptação curricular. Diante desta realidade, percebemos a necessidade de uma Adaptação ou flexibilização Curricular, para que cada aluno possa atingir um nível maior de aprendizagem.

Cada vez mais, estes discentes encontram-se nas salas de aulas e é importante que o docente esteja preparado para garantir um trabalho adaptado a alunos com estas problemáticas. Em qualquer ciclo do Ensino Básico, a disciplina e o programa de História deve assumir um papel importante na sua adaptação para alunos com necessidades educativas especiais. Com o intuito de poder ensinar História, de forma mais lúdica, de forma a chegar a alunos com dificuldades no seu processo de ensino-aprendizagem. Nas escolas e mais concretamente, em cada grupo disciplinar é importante ter consciência, que nas salas de aula, alunos com dificuldades educativas especiais podem surgir, e o professor tem de ter sensibilidade para atender a estes casos. Deste modo, o docente tem de estar preparado, para na sua prática letiva, haver Flexibilização Curricular.

O docente deve também possuir competências que lhe permita criar adaptações metodológicas, curriculares, didáticas ou físicas entre o aluno e a atividade a desenvolver, mas principalmente deve possuir formação que lhe permita identificar as problemáticas associadas a estes alunos.

Estimular o desenvolvimento dos processos mentais:

- Atenção, percepção, memória, raciocínio, imaginação, criatividade, linguagem, entre outros.
- Fortalecer a autonomia dos alunos para decidir, opinar, escolher e tomar iniciativas, a partir de suas necessidades e motivações.

- Promover a saída de uma posição passiva e automatizada diante da aprendizagem para o acesso e apropriação ativa do próprio saber.
- Engajar do aluno em um processo particular de descoberta e o desenvolvimento de relacionamento recíproco entre a sua resposta e o desafio apresentado pelo professor.
- Priorizar o desenvolvimento dos processos mentais dos alunos, oportunizando atividades que permitam a descoberta, inventividade e criatividade.
- Exercitar sua atividade cognitiva, de modo que consiga o mesmo, ou uma aproximação do mesmo.

Existe um conjunto de vantagens da inclusão: “permite desenvolver atitudes positivas perante a diversidade, e estas atitudes desenvolvem-se quando os educadores facilitam a interação, a comunicação, o desenvolvimento de amizade entre grupos de pares; facilita a aquisição de ganhos ao nível do desenvolvimento académico e social, através de constantes interações com os seus pares, possibilitando melhores competências académicas, sociais e de comunicação; prepara para a vida na comunidade e preparam para a vida do dia-a-dia.

A escola deve exigir mais aos alunos, “incentivando-os no gosto pela aquisição de conhecimentos, pela construção e desenvolvimento de projetos pessoais, pela participação ativa na dinâmica cultural escolar ou comunitária, numa interação que possibilite a partilha de experiências e saberes, o que poderá constituir-se como um bom ponto de partida para contrariar a desmotivação e o desinteresse por aquilo que se passa na escola.”

Em suma, é importante salientar que a concepção construtivista coloca, assim, o aluno no centro do processo de ensino – aprendizagem, não querendo, desvalorizar o papel do professor, neste processo. Bem pelo contrário, a sua função é imprescindível, orientando e motivando o aluno na sua progressão, analisando, interpretando e certificando a correção dos factos. O professor deixa de ser um transmissor de conhecimento e passa a ser um mediador ou facilitador do processo, utilizando diferentes tipos de

estratégias para guiar o aluno em função das suas necessidades. Deste modo, a importância do papel ativo do professor, na construção do seu conhecimento e a forma como este organiza o ensino, que respeite a participação do aluno na aprendizagem, assumirá um papel relevante na transmissão de conhecimentos.

Deste modo, através do envolvimento em diversas atividades que proporcionam a melhor forma dos alunos alcançarem maior sucesso de acordo com as suas dificuldades, o ensino diferenciado melhora a aprendizagem de todos os alunos.

Com o intuito de dotar os alunos de um melhor pensamento histórico, é necessário proporcionar-lhes não apenas habilidades e estratégias que lhes permitam exercer um pensamento crítico e autónomo, mas também teorias ou modelos conceptuais que lhes permitam interpretar esse tipo de situações, de forma mais próxima do conhecimento especializado da área.

No que concerne à lecionação da disciplina de História o aluno, deve existir a adoção de práticas de diferenciação pedagógica inclusiva, porque, atualmente, um dos objetivos fundamentais da educação, é “promover a partilha de saberes e vivências para melhor favorecer o desenvolvimento de princípios e valores, nomeadamente, o respeito e valorização da diversidade dos indivíduos e dos grupos procurando-se que, deste modo, se desenvolvam as competências concebidas como saberes em uso, necessárias à qualidade da vida pessoal e social de todos os cidadãos, a promover gradualmente ao longo da educação básica”.

No ensino da História os professores devem ter em conta o que os alunos são capazes de fazer e devem conhecer a turma o suficiente para ajudar os mesmos da forma mais adequada de acordo com as suas capacidades. É importante que se conduza o aluno a entender o passado, através da análise de documentos, as fontes. Outras metodologias a aplicar no ensino da História, com aluno com dificuldade, é a utilização de jogos, realização de pesquisas, dramatizações ou simulações, potenciando uma espécie de envolvimento afetivo dos alunos com os factos históricos, desenvolvendo igualmente a criatividade e imaginação. Realização de ciclo de palestras acerca dos temas atuais para os professores e troca de experiência entre os colegas na coordenação coletiva. A oferta de pequenos vídeos aos alunos também é uma boa opção.

Mas como deve ser esse material didático adaptado? Não há uma fórmula exata. O material didático precisa ser atraente e adequado para os níveis da criança com a dificuldade. É importante que o material didático seja objetivo, os enunciados sejam menores e é necessário evitar longos textos que exijam uma interpretação complexa. Alguns outros exemplos:

- Ter menos exercícios por página, pois uma página lotada de informações pode distrair a criança e tirar o foco do objetivo da atividade ou aula;
- Ter mais atividades para ligar, recortar e colar, pintar, circular, marcar X etc;
- Ter temas de interesse da **criança em todas as atividades**. Ela precisa ser estimulada e ter vontade de fazer determinada atividade;
- Os conteúdos precisam ser simples e reduzidos. Por isso, o **material didático** deve focar no que realmente é importante para aluno e que possa ser aplicado no seu cotidiano;
- Evitar questões dúbias e com duplo sentido. As metáforas e figuras de linguagem devem ser excluídas, pois elas podem causar desconforto e desestimular a aprender;
- As imagens e desenhos são aliados nesses casos. O material didático deve ter bastantes recursos visuais.

Outros aspectos fundamentais para a inclusão escolar de crianças.

Além do **material didático adaptado**, as instituições de ensino devem oferecer recursos de apoio e adequar o nível de complexidade das atividades. Além disso, a equipe responsável pela **aprendizagem** do aluno precisa ficar atenta para respeitar o ritmo da aprendizagem da criança e mudar o tempo previsto das atividades para que cada aluno possa alcançar os objetivos propostos.

Também poderá ser necessário modificar as instruções das atividades, alterar o formato das aulas, explorar novos ambientes e usar estratégias de ensino diferenciadas. E para saber se todas essas estratégias estão funcionando é fundamental observar com regularidade o avanço do aluno e se as dificuldades persistem.

O olhar do professor deve ser acolhedor, acreditando na capacidade que cada indivíduo tem de superar seus limites.

Ou seja, antes de começar a planejar sua aula, entenda o seguinte:

Quem é o seu aluno?
Do que ele gosta?
Do que ele não gosta?
O que é importante para ele?
Quais as habilidades que ele possui?
Quais as dificuldades que ele possui?

Qual o modelo de aprendizagem do seu aluno?

Outro ponto importante é dar significado. Alunos com deficiência intelectual irão prestar mais atenção em coisas que fazem sentido para eles.

Alunos com deficiência intelectual devem ter reforço positivo mais do que os outros alunos.

Fazer o aluno compreender o que você fala é primordial! Exemplos concretos são sempre a melhor opção. Quanto menor o nível de abstração, melhor.

Seguem as dicas para se comunicar com alunos com deficiência intelectual:

21. Fale com as crianças usando palavras simples, mas não palavras infantis.
22. Faça pedidos claros e precisos.
23. Mantenha-se calmo e esteja pronto para reformular seu pedido de várias maneiras.
24. Use exemplos **concretos** com frequência, ou seja, diminua a abstração.
25. Para confirmar se uma criança entendeu sua mensagem, discretamente peça para que ela repita.

No brincar e jogar, diversos aspectos são estimulados, desenvolvidos ou aperfeiçoados: a criatividade; a memorização; a cooperação e a solidariedade; a concentração; a linguagem; a motivação; a aquisição de conceitos; a motricidade; a capacidade de discriminar, julgar, analisar, tomar decisões e aceitar críticas; a competitividade; a socialização; a confiança em si e em suas possibilidades; o respeito às regras e o controle emocional.

TRANSIÇÃO

Desse modo, evidenciam-se as características próprias da História enquanto componente curricular escolar. Conforme o apresentado identifica-se em sua trajetória, métodos de memorização para alguns pressupostos pautados na pedagogia e na psicologia da educação, porém, encaminhamentos atuais da didática da história estabelecem o processo de ensino e aprendizagem com vistas ao desenvolvimento da consciência histórica voltada à vida prática dos estudantes em processo de escolarização.

Nesse processo de mudanças, o Ensino Fundamental enquanto a maior etapa da Educação Básica organizou-se de oito para nove anos, tendo a Educação Infantil como etapa anterior e o Ensino Médio como etapa posterior. Assim, consideraram-se as particularidades e aprendizagens próprias das etapas e faixas etárias atendidas, bem como dos momentos de transição entre as mesmas.

Quanto ao momento de transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, o texto da BNCC (BRASIL, 2017) destaca a importância da ludicidade e da articulação com as experiências e apropriações ocorridas durante a Educação Infantil, além da sistematização progressiva das complexidades, com vistas a garantir a integração e a sequência dos processos de ensino e aprendizagem, bem como possíveis mediações durante a inserção das crianças no Ensino Fundamental, de maneira que nesse processo de transição, ocorra a formação de uma consciência histórica desde os Anos Iniciais.

No contexto das etapas que contemplam a infância, é preciso valorizar os saberes da criança e dos jovens e adolescentes, promovendo acolhidas e adaptações a partir de sua inserção nos diferentes espaços (local, regional e mundial), além de tomar conhecimento sobre os processos e vivências ocorridos na etapa anterior. Isso contribuirá na compreensão de sua realidade social. Com esse propósito, a comunicação e a troca de experiências e materiais pedagógicos entre professores(as) da Educação Infantil e de Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais, são essenciais, uma vez que oportunizam a articulação do trabalho pedagógico com significado, ampliando e aprofundando gradativamente os objetivos explorados no decorrer da etapa de ensino que antecede.

A sistematização progressiva das experiências vivenciadas, integrando diferentes áreas do conhecimento e diferentes linguagens, possibilita aos estudantes novas leituras, relações e conhecimentos que se tornam significantes num contexto diverso, dentro e fora da escola, podendo ocorrer integrações com ações constantes relacionadas a transição do 5.º para o 6.º ano com formações colaborativas entre os professores(as) das redes públicas municipais e estadual.

Sobre o processo de transição das crianças para os Anos Finais do Ensino Fundamental, entende-se que o ensino de História deve priorizar o desenvolvimento da consciência histórica nos estudantes, oportunizando o entendimento dos contextos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos em suas formas temporais, analisadas, problematizadas, compreendidas e explicadas pela multiperspectividade no uso das fontes, de modo que utilize esse conhecimento em sua vida prática.

AVALIAÇÃO

Avaliar em História caracteriza-se pela busca de metodologias significativas para o processo de compreensão do mundo do trabalho e de suas implicações nas formas de organização e do exercício do poder. Nesse sentido, é necessário avaliar a capacidade de entendimento dos alunos a respeito das questões discutidas, a sua capacidade de pesquisa e da busca de elementos argumentativos, a capacidade de organização e de trabalho em grupo, o respeito e a compreensão dos fatores que

imprimem aos seres humanos as condições adversas à vida e a possibilidade de proposição e de articulação de ações que promovam as transformações sociais com e nos vários grupos a que pertençam.

A avaliação na disciplina de História poderá seguir os seguintes critérios:

ELEMENTOS HISTÓRICOS	INDICADORES DE COMPREENSÃO PELOS ALUNOS
CRONOLOGIA.	Estabelece sequência de datas e períodos, determina sequência de objetos e de imagens e relaciona acontecimentos com uma cronologia. Identifica e compreende limites históricos, como antes de Cristo e depois de Cristo, geração, década e século.
FONTES/ DOCUMENTOS.	São capazes de compreender tipos de documentos que o historiador utiliza. Distinguem fontes primárias de secundárias. São conscientes da necessidade de serem críticos na análise de documentos.
LINGUAGEM E CONCEITOS HISTÓRICOS.	Compreendem o significado de determinadas palavras num contexto histórico. Apropriam-se de conteúdos e conceitos históricos. Empregam conceitos históricos para analisarem diferentes relações sociais e contextos.
SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS.	Estabelecem "comparações" entre elementos do passado e presente, identificando as mudanças, permanências e as relações que permeiam a organização social em diferentes contextos históricos, compreendendo as diferenças étnico-racial, religiosa, cultural e econômica como resultado das mesmas. Compreendem a História como experiência social de sujeitos que são construídos e constroem o processo histórico.
CONTINUIDADE, MUDANÇA, RUPTURA.	Entendem que a História é tanto um estudo da continuidade como da mudança e da simultaneidade. Compreendem que um acontecimento histórico pode responder a uma multiplicidade de causas de médio e longo prazo.

Fonte: Adaptado de Schmidt e Cainelli (2004, p. 149-150 apud PLUCKAROSE, 1996 apud PARANÁ, 2008, p. p. 80).

A sugestão desses critérios de avaliação em História visam a mostrar as possibilidades de substituir as práticas avaliativas baseadas na memorização de conteúdo. O desafio é o da apreensão das ideias históricas em relação ao tema abordado, desenvolvendo a capacidade de síntese e a produção de uma narrativa histórica que possibilite ao aluno a expressão, evidenciando domínio dos conceitos históricos.

Nesse sentido, a avaliação deve ser constante e atingir todos os elementos envolvidos: o conteúdo, a metodologia, os objetivos, o instrumento de avaliação, as condições em que os sujeitos se encontram, os limites e as possibilidades da escola, dos alunos, dos professores, do conhecimento, com vistas a analisar e verificar até que ponto a educação escolar, por meio de sua ação e reflexão, contribui para a emancipação humana.

No pensar histórico, o movimento, a mudança, as contradições, as incertezas, as indagações são elementos essenciais do processo de constituição do conhecimento, sendo, portanto, elementos a serem observados no processo de avaliação.

REFERENCIAS

www.diaadiaeducacao.pr.gov.br- Acesso em 26/10/2020

basenacionalcomum.mec.gov.br – Acesso em 27/10/2020

poetal.mec.gov.br – Acesso em 30/10/2020

BACHELAR, Gaston. **As imagens são matérias dinâmicas derivadas da nossa participação ativa no mundo.** In: LITZ, Valesca Giordano. O uso da imagem no ensino de história.

Universidade Federal do Paraná. PDE, 2008; Curitiba, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB no 9.394/1996. 20 dezembro de 1996.

_____ **Lei 10.639/03 de 05/01/2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

_____ **Lei nº 11.645,** de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

_____ **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, DF,

Outubro de 2004.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, SEB, 2017.

CALLAI, Helena Copetti e ZARTH, Paulo Afonso. **O estudo do município e o ensino de história e geografia**. Ijuí: UNIJUÍ Ed., 1988. (Coleção ensino de 1º grau; 22).

CARROSI, Simone da Silva Negri. Augusto Comte: um clássico presente no ensino de história. In: NETO, José Miguel Arias (Org.). **Dez anos de pesquisas em ensino de história**. Londrina: Atrito Art, 2005.

CRUZ, G. T. D. **Fundamentos teóricos das ciências humanas: história**. Curitiba: IESDE, 2003.

DOSSE, François. **A História em migalhas: dos Annales à Nova História**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Editado por Michael Schröter; tradução, Vera Ribeiro; revisão técnica, Andréa Daher. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. 2 ed. – Campinas, SP: Papyrus, 1994. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

FONSECA, S.. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. 7ª ed., São Paulo, Papyrus, 2003.

GONÇALVES, Emanuelle dos Santos. **A importância do uso de imagens no ensino de história**. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/a->

[importancia-do-uso-de-imagens-no-ensino-de-historia/59219](https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/a-importancia-do-uso-de-imagens-no-ensino-de-historia/59219). Acesso em 26-11-2018.

HOBBSAWN, Eric J. **Sobre história**. Tradução Cid Knipel Moreira. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 18ª edição, São Paulo: Edições Loyola, 2009.

IASI, Mauro Luis. Nada deve parecer impossível de mudar. In: BEER, Max. **História do socialismo e das lutas sociais**. – 1. ed. -- São Paulo: Expressão Popular, 2006.

KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 2 ed. - São Paulo: Contexto, 2004.

KLEIN, Lúcia Regina. Fundamentos para uma proposta pedagógica. In: <http://www.pedagogia.seed.pr.gov.br>, 2010. Acesso em: 12/09/2014.

KOFLER, Leo. **História e dialética: estudos sobre a metodologia da dialética marxista/** Tradução de José Paulo Netto. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. **O ensino de História no Brasil: contextualização e abordagem historiográfica**. História Unisinos, Janeiro/Abril 2011.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. In: **Revista brasileira de história**. SP, v. 13, n. 25/26, p. 143-162; set. 92 / ago. 93.

OLIVEIRA, Sandra Regina. **Educação histórica e a sala de aula: o processo de aprendizagem em alunos das séries iniciais no Ensino Fundamental**. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2006. (Tese de doutorado).

_____. OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. Os tempos que a história tem.... In: **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da educação, Secretaria da Educação Básica, 2010.

PRIORI, Ângelo. Desvendando as redes da memória local: ensino de história e vida cotidiana. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CANELLI, Marlene Rosa (orgs.). III encontro: **perspectivas do ensino de história** – Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Diretrizes curriculares da Educação Básica: História**. Curitiba: Paraná, 2008.

_____. **Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações**. Curitiba: Paraná, 2018.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Construindo conceitos no ensino de história**: "a captura lógica" da realidade social. Hist. Ensino, Londrina, v. 5, p. 147-163, out. 1999

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. – 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009

SIMAN, Lana Mara de Castro. **Representações e memórias sociais compartilhadas**: desafios para os processos de ensino e aprendizagem da história. Cad. CEDES., Campinas, v. 25, n. 67, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622005000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 Jun 2006.

SODRÉ, W. N. **Síntese de história da cultura brasileira**. 20a ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003.

SÔNIGO, Márcio Jesus Ferreira. **A fotografia como fonte histórica**. Historiæ; Rio Grande, 2010.

TOMAZI, N. D. **“Norte do Paraná”: História e Fantasmagorias**. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR – ENSINO FUNDAMENTAL

APRESENTAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA

O ensino do sistema da escrita, bem como o ensino de língua, está relacionado aos modos como o homem compreende a si mesmo, a linguagem, o universo em que se situa, e disso decorrem as diferentes concepções de linguagem, de língua, de ensino e de alfabetização que foram produzidas ao longo da história. Entre essas concepções, destacamos aqui três delas que exerceram (e ainda exercem) influências no ensino: **1º, a concepção de linguagem como expressão do pensamento; 2º, a concepção de linguagem como instrumento de comunicação; e 3º, a concepção interacionista e dialógica da linguagem.** Vejamos alguns aspectos que caracterizam cada uma delas.

A primeira foi a concepção de linguagem como expressão de pensamento, a qual se sustentou na tradição gramatical grega, orientada pelo idealismo inatista e pela Gestalt; compreendia-se a linguagem como dom individual, já que, sob essa compreensão, o indivíduo aprendia por maturação, e se expressava pelos “insights” ou “saltos”, “clics”, ou descobertas repentinas. Defendia-se a ideia de que a linguagem é produzida no interior da mente de indivíduos racionais. O ensino de língua, nessa concepção, pautava-se na gramática normativa ou prescritiva e, em geral, distanciava-se de atividades de leitura e de produção de textos socialmente significativos. Na alfabetização, prevaleceram os métodos sintéticos, que partiam da aprendizagem de letras (primeiro as vogais, depois as consoantes), sílabas (das famílias silábicas simples às complexas), palavras, frases e textos (ou pseudotextos), que deveriam ser memorizados sem que tivessem significado para a criança.

A segunda concepção é a de linguagem compreendida como instrumento de comunicação, na qual a língua é vista como um “código (conjunto de signos que se combinam segundo regras) capaz de transmitir ao receptor uma certa mensagem” (GERALDI, 1985, p. 43), e estruturado por critérios fonéticos, morfológicos e sintáticos. Nesse caso, considerava-se a linguagem do ponto de vista do locutor, como se ele estivesse sozinho, sem relação com os outros. Em termos de ensino, passou-se a realizar descrição gramatical de fragmentos textuais, recortados principalmente do registro escrito. Priorizavam-se atividades que veiculavam modelos de estrutura gramatical. Na alfabetização, essa concepção de linguagem apresentou implicações que podem ser identificadas na aplicação prática dos métodos analíticos, que partiam de unidades maiores (historietas – criadas com a finalidade de alfabetizar, frases e palavras) para unidades menores da escrita (famílias silábicas e letras). Posteriormente, na alfabetização, ocorreu a junção dos métodos sintéticos e analíticos, dando origem aos chamados métodos mistos ou ecléticos.

A partir de meados do século XX, as pesquisas em psicologia da aprendizagem, influenciadas pelos estudos de Piaget, modificaram a maneira de compreender a apropriação da escrita pela criança. Estamos nos referindo aos trabalhos de Emília Ferreiro e Ana Teberoski, que discutem as práticas pedagógicas, nas quais o educador não ensina, nem transmite ideias ou conhecimentos, mas facilita encontros e descobertas. Para isso, usa técnicas que ajudam a desenvolver a subjetividade e a criatividade do aluno, dando-se maior valor à originalidade do que ao conteúdo, resultando em uma prática pedagógica pautada em níveis (pré-silábico, silábico e alfabético). Nessa perspectiva, aguarda-se o momento da construção do conhecimento pela criança. A linguagem permanece como objeto de estudo por ela própria, desvinculada do seu contexto de produção. Em termos de implicações políticas, pode-se dizer que as práticas pedagógicas orientadas pelo viés construtivista apresentam pouca preocupação com o desenvolvimento da criança como ser social. Propõe-se a trabalhar a partir dos textos dos alunos, com ênfase no sistema gráfico, em detrimento do sentido.

A terceira concepção defende a linguagem como interação. Nessa perspectiva, os homens interagem socialmente mediados pela linguagem, ou seja, ela organiza suas relações sociodiscursivas. Essa concepção incorpora conceitos de língua, linguagem e

dialogismo apresentados pelos estudos de Bakhtin (2003[1979]) e, por isso, é denominada de concepção interacionista e dialógica da linguagem, a qual orienta as compreensões de ensino de língua e de alfabetização, nesta Proposta Pedagógica Curricular.

Para Bakhtin/Volochinov (2004[1929]), a linguagem é um trabalho coletivo que resulta de um momento histórico, político e cultural, construído em meio às relações de poder. Ela é mais do que um código ou uma estrutura gramatical, uma vez que (re) produz as relações entre o homem e o mundo, pois “A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004[1929], p. 123).

Bakhtin/Volochinov (1995[1929]) entendem que a língua é mais que um signo constituído por um significante e um significado. Ela é ideológica, social e interacional, pois nasce em meio à sociedade, a partir das necessidades de interação entre os sujeitos que são reais. As escolhas linguísticas que fazemos em um processo de interação são determinadas pelo querer dizer do locutor e pelas possibilidades que ele tem para dizer o que deseja. As possibilidades são fruto das condições sociais, políticas e culturais que permitem que dado enunciado – tomado aqui em uma perspectiva bakhtiniana, como qualquer unidade real de comunicação verbal – passe a existir em meio ao processo de interação entre os sujeitos, pois segundo os autores, “Toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação a outro”. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1995[1979], p. 113). Desse modo, a língua não tem apenas uma natureza linguística, mas também social, uma vez que o seu uso depende do contexto histórico e dos sujeitos que se utilizam do discurso. Conforme a sociedade se transforma, a língua, em seu constante movimento interacional, se adapta para atender às novas necessidades que emergem.

Assim, esta PPC, ao incorporar essa concepção, assume os gêneros discursivos como um instrumento para o trabalho com a linguagem e a metodologia de sequência didática como uma das possibilidades de trabalho efetivo com alguns dos gêneros propostos. Com essa concepção de linguagem e com o procedimento da sequência didática, busca-se assegurar, por meio de

práticas de oralidade, de leitura, de análise linguística e de produção textual, situações de interação verbal que representem a verdadeira realidade da língua para os alunos.

A alfabetização, nessa concepção, é compreendida na perspectiva do letramento. Isso significa que ela deve partir das práticas sociais de uso da linguagem nos diferentes campos da atividade humana. Essas práticas se materializam por meio dos mais diversos gêneros do discurso que circulam na sociedade. Isso significa que não basta ao sujeito apropriar-se do código; é preciso que ele seja capaz de interagir socialmente por meio desse código: lendo e produzindo textos de gêneros diversos, compreendendo a sua função social. Logo, o gênero discursivo é o ponto de partida no processo de alfabetização. É por meio dele que se deve abordar, posteriormente, as unidades menores da língua - fonemas, letras, sílabas, palavras -, que devem ser trabalhadas durante todo o processo de aquisição da leitura e da escrita, pois sem o trabalho minucioso com as unidades menores, não há apropriação do sistema da escrita.

Os gêneros do discurso, por sua vez, se revelam em textos veiculadores de discursos. Bakhtin (2003[1979]) lembra que a riqueza e a diversidade dos gêneros são imensas, não só porque as possibilidades de atividade humana são inesgotáveis, mas porque em cada campo – jornalístico, artístico literário, da vida do cotidiano, científico, acadêmico, político, religioso – existe um “[...] repertório de gêneros que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo” (BAKHTIN, 2003[1979], p. 262). No estudo dos gêneros, é importante considerar sua natureza (de onde vem), sua historicidade, suas mudanças, pois, à medida que cada campo se desenvolve, alguns gêneros desaparecem, outros surgem, diferenciam-se, complexificam-se, ganham novos sentidos. Os gêneros se revelam nos textos e cumprem diferentes funções sociais: informar, fazer rir, relatar, emocionar, convencer etc., e são reconhecidos como reportagens, editoriais, artigos de opinião, bilhete, carta familiar, conversa espontânea, lista de compras, telefonema, carta eletrônica, bate-papo, parlenda, quadrinha, poema, dentre tantos outros. Diante dessa diversidade, o que determina a seleção de um gênero discursivo é o querer-dizer, o projeto discursivo, do locutor. Esse, tendo em vista a esfera de circulação de seu discurso, o conteúdo que pretende veicular e seu(s) interlocutor(es),

seleciona um gênero (oral, escrito ou multimodal) para organizar seu texto-enunciado, de modo que cumpra a necessidade daquele momento de interação.

Os gêneros, conforme apresenta Bakhtin (2003[1979]), são caracterizados pelo conteúdo temático, pela estrutura composicional e pelo estilo. “Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolavelmente ligados ao todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação (BAKHTIN, 2003[1979], p. 261-262.

a) O conteúdo temático: é o conteúdo sócio-ideológico expresso por determinado gênero discursivo, dizível por meio de um gênero em específico e não de outro. Todo gênero serve à interação, seja para informar, persuadir, manifestar-se sobre dado conteúdo social. Assim, o tema veiculado por um texto é um conteúdo ideológico produzido. Por isso, há dizeres que se inscrevem em uma notícia e outros que só podem ser dizíveis em um artigo de opinião. Por isso, defende-se, conforme Bakhtin (2003[1979]), que o tema e o gênero expressam uma situação histórica concreta e situada. Segundo Medviédev (2012[1928]), todo gênero se relaciona com a vida, com seu contexto de produção, por meio do conteúdo temático. O contexto de produção não é apenas o momento mais imediato que propicia a interação, mas contempla também um contexto mais amplo que envolve o momento histórico, político e ideológico que permite que aquele conteúdo seja veiculado. É importante lembrar, segundo Medviédev (2012[1928]), que o tema não pode ser confundido com assunto. Esse é o conjunto dos significados verbais de um texto-enunciado. O tema é o enunciado inteiro e, para que seja compreendido, é preciso considerar esse enunciado como um ato sócio-histórico determinado, inseparável, portanto, da situação de produção e dos elementos linguísticos que o organizam.

b) A estrutura composicional: refere-se à composição típica de cada gênero, “à disposição, à orquestração e ao acabamento do enunciado, levando em consideração os participantes da interação” (COSTA-HÜBES, 2014, p. 18). Embora esteja de alguma forma, relacionada à estrutura formal do gênero, não podemos aprisioná-la em formas estruturais rígidas, haja vista que todo gênero se organiza dentro de uma dimensão fluida e dinâmica, tendo em vista o próprio estilo que o autor pode lhe conferir,

dentro dos limites instáveis do contexto. Essa estrutura resulta de fatores como a tradição, pois os gêneros nos são dados pelas gerações anteriores que deles se utilizaram e da necessidade que temos naquele momento. Bakhtin (2003[1979]) nomina o formato e as especificidades de cada gênero como construção composicional, pois todo gênero possui um formato específico. Ainda com relação à estrutura de cada gênero, há que se observar os aspectos tipológicos, uma vez que cada gênero apresenta determinadas características linguísticas discursivas que se inserem em sua dimensão textual. Por suas características estruturais essas tipologias são classificadas como: **narrativa, expositiva, argumentativa, descritiva e injuntiva.**

I) Narrativa: utilizada para atender aos domínios sociais de comunicação da cultura literária ficcional, apresenta como capacidade de linguagem predominante narrar ações através da criação de intrigas. Ex.: contos, fábulas, lendas, histórias infantis, quadrinhas, parlendas, cantigas, entre outros. Essa tipologia encontra-se também nos gêneros que apresentam experiências vividas, situadas no tempo e no espaço. Ex.: relatos de experiência vivida, relatórios, notícias, reportagens, biografias, cartas familiares, bilhetes, entre outros;

II) Argumentativa: utilizada em gêneros que têm como propósito a discussão de problemas sociais controversos. Esses gêneros apresentam em suas características linguísticas a argumentatividade a respeito de determinado tema, a contra argumentatividade, a negociação de ideias, a modalização e a tomada de posição. Os gêneros que se inscrevem nessa tipologia visam à defesa de um ponto de vista por meio de uma tese, defendida pelo seu autor. Ex.: cartas de reclamação ou de solicitação, artigos de opinião, textos publicitários, anúncios, charges, resenhas críticas, entre outros;

III) Expositiva/Explicativa: utilizada para atender aos domínios sociais de comunicação na transmissão e construção de saberes. Apresentam como capacidade de linguagem a exposição de diferentes formas de saberes com o propósito de apresentarem informações comprovadas. Ex.: texto de divulgação científica, seminários, mapas, gráficos, placas, aulas expositivas, entre outros;

IV) Descritiva: utilizada para atender aos domínios sociais de comunicação no sentido de instruir, apresentam, como capacidade de linguagem dominante, a regulação mútua de comportamentos. Essa tipologia, geralmente, está a serviço das outras

tipologias e tem como característica principal mostrar os detalhes apresentados, presentes em determinado gênero. Geralmente essa tipologia vem associada à Injuntiva, que tem como pressuposto levar o outro a uma ação. Ex.: manuais de instrução, receitas culinárias, regulamentos, regras de jogo, bulas de medicamentos, faturas, leis, contratos entre outros;

V) Injuntiva: utilizada para atender às necessidades de levar o outro a uma ação. Geralmente, essa tipologia apresenta-se nos gêneros junto à descritiva e à argumentativa. São exemplos de gêneros que apresentam essa tipologia: manuais de instrução, receitas culinárias, regulamentos, regras de jogo, anúncios e campanhas publicitárias.

c) O estilo, como lembra Bakhtin (2003[1979]), corresponde aos elementos da língua que auxiliam na produção de um ou outro gênero discursivo. Está relacionado às escolhas do locutor com relação às formas da língua – o vocabulário, a variedade de uso, as formas gramaticais, a organização sintática dos enunciados –, as quais darão 'acabamento' ao texto-enunciado e ao gênero. Não obstante, atualmente, tendo em vista os gêneros multimodais, compreende-se que o estilo está relacionado também às escolhas não verbais que organizam o texto-enunciado, tais como cores, figuras, movimentos, som, tamanho de letras etc. O estilo apresenta os traços da posição enunciativa do locutor e do gênero, pois, para Bakhtin (2003[1979]), cada texto-enunciado é único, particular e reflete a individualidade do autor construída sócio historicamente. O autor, sujeito coletivo e historicamente formado, ao elaborar seu texto-enunciado, ainda que inconscientemente, deixa traços de sua autoria nele, o que se caracteriza como um estilo individual, embora produzido em suas relações que são sempre sociais. Além de revelar marcas da individualidade do falante, há o estilo próprio do gênero.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O COMPONENTE CURRICULAR

O Referencial Curricular do Paraná é um documento orientador para a (re) elaboração democrática, envolvendo toda comunidade escolar, das propostas pedagógicas curriculares das escolas, assim, as características e especificidades de cada escola deverão ser contempladas. Preocupou-se em não torná-lo um documento fechado, permitindo-se, dessa forma, que as

especificidades e as características local e regional de cada escola e do Estado do Paraná sejam contempladas, assim como as diferentes modalidades de ensino (Educação Regular, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação à Distância), atendendo, assim, às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013).

No Componente Curricular de Língua Portuguesa os conteúdos específicos desenvolvem-se através da metodologia das sequências didáticas envolvendo gêneros do discurso, onde é possível abordar a Educação do Campo, a partir de reportagens e artigos de opinião que abordam aspectos importantes das conquistas e lutas pela terra e produção.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DO COMPONENTE CURRICULAR

É preciso observar os Direitos de Aprendizagem de Língua Portuguesa apresentados na BNCC, com os quais se tem a defesa dos fundamentos principais do por que o ensino de Língua Portuguesa deve ser direcionado:

1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.
2. Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social.
3. Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo.
4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.

5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor (es) e ao gênero do discurso/gênero textual.
6. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais.
7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias.
8. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.).
9. Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura.
10. Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais.

QUADRO ORGANIZADOR DOS CONTEÚDOS: LÍNGUA PORTUGUESA

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO					ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	e	Protocolos de leitura	PR.EF01LP01.a Reconhecer que textos são lidos e escritos da esquerda para a direita e de cima para baixo da página, sendo essa uma regra específica do nosso sistema linguístico, a fim de organizar e unificar a escrita.	Disposição gráfica (aspectos estruturantes).	X					X	X	X
Escrita (compartilhada e autônoma)		Correspondência fonema-grafema	PR.EF01LP02.a Escrever, espontaneamente ou por ditado, com a mediação do professor, palavras e frases de forma alfabética – usando letras/grafemas que representem fonemas, para que se efetive a compreensão dessa relação.	Relação grafema e fonema.	X					X	X	X
Escrita (compartilhada e autônoma)		Construção do sistema alfabético/ Convenções da escrita	PR.EF01LP03.a Observar escritas convencionais, comparando-as às suas produções escritas, de forma a perceber semelhanças e diferenças, com a intervenção do professor.	Convenções da escrita; Função do símbolo.	X					X		
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)		Conhecimento do alfabeto do português do Brasil	PR.EF01LP04.a Distinguir as letras de outros sinais gráficos, a fim de compreender o alfabeto e perceber sua funcionalidade na escrita.	Distinção entre as letras e notações gráficas (acento, til, cedilha, hífen dentre outros).	X					X	X	
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)		Construção do sistema alfabético	PR.EF01LP05.a Reconhecer o sistema de escrita alfabética como representação dos sons da fala.	Princípio alfabético: relações biunívocas, cruzadas e arbitrárias.	X					X	X	
Análise		Construção do sistema alfabético	PR.EF01LP06.a Segmentar	Segmentação das	X					X	X	X

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO					ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
linguística/semiótica (Alfabetização)	e da ortografia		oralmente palavras em sílabas.									
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)	Construção do sistema alfabético e da ortografia	PR.EF01LP07.a Identificar fonemas e sua representação por letras.	Relação grafema x fonema.	X					X	X	X	
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)	Construção do sistema alfabético e da ortografia	PR.EF01LP08.a Relacionar elementos sonoros (sílabas, fonemas, partes de palavras) com sua representação escrita.	Categorização gráfica e funcional.	X					X	X	X	
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)	Construção do sistema alfabético e da ortografia	PR.EF01LP09.a PR.EF01LP13.a Comparar palavras, identificando semelhanças e diferenças entre sons de sílabas iniciais.	Unidades fonológicas (consciência fonológica).	X					X	X	X	
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)	Conhecimento do alfabeto do português do Brasil	PR.EF01LP10.a Nomear as letras do alfabeto e recitá-lo na ordem das letras.	Reconhecimento do alfabeto português do Brasil.	X					X			
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)	Conhecimento das diversas grafias do alfabeto/ Acentuação	PR.EF01LP11.a Conhecer, diferenciar e relacionar letras em formato imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas.	Categorização gráfica.	X					X	X	X	
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)	Segmentação de palavras/Classificação de palavras por número de sílabas	PR.EF01LP12.a Reconhecer a separação das palavras, na escrita, por espaços em branco.	Segmentação entre as palavras; Segmentação das palavras em sílabas.	X					X	X	X	
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)	Pontuação	PR.EF01LP14.a Identificar outros sinais no texto além das letras, como pontos finais, de interrogação e exclamação e	Pontuação.	X					X	X	X	

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO						ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
			seus efeitos na entonação.										
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)		Sinonímia e antonímia/Morfologia/Pontuação	PR.EF01LP15.a Agrupar palavras pelo critério de aproximação de significado (sinonímia) e separar palavras pelo critério de oposição de significado (antonímia).	Sinonímia e antonímia.	X					X	X	X	
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Decodificação/Fluência de leitura	PR.EF12LP01.a Ler palavras novas com precisão na decodificação, no caso de palavras de uso frequente, ler globalmente, por memorização.	Decodificação e compreensão de palavras.	X	X				X	X	X	
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Formação de leitor	PR.EF12LP02.a Buscar, selecionar e ler, com a mediação do professor (leitura compartilhada), textos que circulam em meios impressos ou digitais, de acordo com as necessidades e interesses.	Produção de sentidos a partir do texto lido; Reconhecimento da finalidade do texto.	X	X				X	X	X	
Escrita (compartilhada autônoma)	e	Construção do sistema alfabético/ Estabelecimento de relações anafóricas na referência e construção da coesão	PR.EF12LP03.a Copiar textos breves, mantendo suas características e voltando para o texto sempre que tiver dúvidas sobre sua distribuição gráfica, espaçamento entre as palavras, escrita das palavras e pontuação.	Registro de palavras e textos copiados (alinhamento, segmentação e pontuação).	X	X				X	X	X	
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Reconstrução das condições de produção e recepção de textos	PR.EF15LP01.a Identificar a função social de textos que circulam em campos da vida social dos quais participa cotidianamente (a casa, a rua, a	Gêneros discursivos: função social, contexto de produção e de circulação.	X	X	X	X	X	X	X	X	

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO					ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
			comunidade, a escola) e nas mídias impressa, de massa e digital, reconhecendo para que foram produzidos, onde circulam, quem os produziu e a quem se destinam.									
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Estratégia de leitura	PR.EF15LP02.a Estabelecer expectativas em relação ao texto que vai ler (pressuposições antecipadoras dos sentidos, da forma e da função social do texto), apoiando-se em seus conhecimentos prévios sobre as condições de produção e recepção desse texto, o gênero, o suporte e o universo temático, bem como sobre saliências textuais, recursos gráficos, imagens, dados da própria obra (índice, prefácio etc.), confirmando antecipações e inferências realizadas antes e durante a leitura de textos, checando a adequação das hipóteses realizadas.	Antecipação, inferências e verificações na leitura (antes, durante e depois da ler).	X	X	X	X	X	X	X	X
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Estratégia de leitura	PR.EF15LP03.a Localizar informações explícitas em gêneros discursivos, como requisito básico para a compreensão leitora.	Localização de informações explícitas em diferentes textos.	X	X	X	X	X	X	X	X

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO					ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	e	Estratégia de leitura	PR.15LP04.a Identificar o efeito de sentido produzido pelo uso de recursos expressivos gráfico-visuais em textos multissemióticos.	Efeitos de sentido produzidos pelos recursos expressivos gráfico-visuais em textos multissemióticos (linguagem verbal e não-verbal).	X	X	X	X	X	X	X	X
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)		Planejamento de texto	PR.EF15LP05.a Planejar, com a ajuda do professor, o texto que será produzido, considerando a situação comunicativa, os interlocutores (quem escreve/para quem escreve); a finalidade ou o propósito (escrever para quê); a circulação (onde o texto vai circular); o suporte (qual é o portador do texto); a linguagem, organização e forma do texto e seu tema, pesquisando em meios impressos ou digitais, sempre que for preciso, informações necessárias à produção do texto, organizando em tópicos os dados e as fontes pesquisadas, a fim de adequar gradativamente suas produções à estrutura do gênero e à esfera na qual irá circular.	Planejamento da produção de textos.	X	X	X	X	X	X	X	X

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO					ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	DE	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)		Revisão de textos	PR.EF15LP06.a Analisar e reestruturar, coletiva e individualmente, o texto produzido, com a mediação do professor e a colaboração dos colegas, para corrigi-lo e aprimorá-lo, fazendo cortes, acréscimos (ampliando ideias), reformulações, correções de ortografia e pontuação, verificando se o texto está de acordo com o tema proposto.	Revisão e reescrita de textos, observando: necessidades de correções, aprimoramentos, sequência lógica e ampliação das ideias.	X	X	X	X	X	X	X	X
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)		Edição de textos	PR.EF15LP07.a Editar a versão final do texto, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, ilustrando, quando for o caso, em suporte adequado, manual ou digital.	Reescrita de texto observando: disposição gráfica (aspectos estruturantes dos gêneros discursivos).	X	X	X	X	X	X	X	X
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)		Utilização de tecnologia digital	PR.EF15LP08.a Utilizar software, inclusive programas de edição de texto, para editar e publicar os textos produzidos, explorando os recursos multissemióticos disponíveis.	Edição e publicação de textos em suportes digitais.	X	X	X	X	X		X	X
Oralidade		Oralidade pública/Intercâmbio conversacional em sala de aula	PR.EF15LP09.a Expressar-se em situações de intercâmbio oral com clareza, preocupando-se em ser compreendido pelo interlocutor e usando a palavra com tom de voz audível, boa	Exposição oral de ideias: clareza, tom de voz audível, boa articulação (pronúncia) e ritmo adequado.	X	X	X	X	X	X	X	X

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO					ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	DE	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
			articulação e ritmo adequado.									
Oralidade		Escuta atenta	PR.EF15LP10.a Escutar, com atenção, falas de professores e colegas, formulando perguntas pertinentes ao tema e solicitando esclarecimentos sempre que necessário.	Escuta, compreensão e análise da fala do outro.	X	X	X	X	X	X	X	X
Oralidade		Características da conversação espontânea	PR.EF15LP11.a Reconhecer características da conversação espontânea presencial, respeitando os turnos de fala, selecionando e utilizando, durante a conversação, formas de tratamento adequadas, de acordo com a situação e a posição do interlocutor.	Características da conversação espontânea presencial: turnos de fala, uso de formas de tratamento adequadas.	X	X	X	X	X	X	X	X
Oralidade		Aspectos não linguísticos (paralinguísticos) no ato da fala	PR.EF15LP12.a Atribuir significado a aspectos não linguísticos (paralinguísticos) observados na fala, como direção do olhar, riso, gestos, movimentos da cabeça (de concordância ou discordância), expressão corporal, tom de voz.	Elementos paralinguísticos empregados no ato de fala.	X	X	X	X	X	X	X	X
Oralidade		Relato oral/Registro formal e informal	PR.EF15LP13.a Identificar finalidades da interação oral em diferentes contextos comunicativos (solicitar informações, apresentar opiniões, informar, relatar experiências etc.).	Linguagem formal e informal em diferentes contextos comunicativos.	X	X	X	X	X	X	X	X

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO					ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Escrita (compartilhada autônoma)	e	Construção do sistema alfabético/ Convenções da escrita	PR.EF02LP01.a Utilizar, ao produzir o texto, grafia correta de palavras conhecidas ou com estruturas silábicas já dominadas, letras maiúsculas em início de frases e em substantivos próprios, segmentação entre as palavras, ponto final, ponto de interrogação e ponto de exclamação.	Convenções da escrita: ortografia; substantivos próprios; letras maiúsculas e minúsculas; ponto final, ponto de interrogação e ponto de exclamação.		X				X	X	X
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)		Construção do sistema alfabético e da ortografia	PR.EF02LP02.a Segmentar palavras em sílabas e remover e substituir sílabas iniciais, mediais ou finais para criar novas palavras.	Ortografia; Consciência fonológica: unidades fonológicas ou segmentos sonoros.		X				X	X	X
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)		Construção do sistema alfabético e da ortografia	PR.EF02LP03.a Ler e escrever palavras com correspondências regulares diretas entre letras e fonemas (f, v, t, d, p, b) e correspondências regulares contextuais (c e q; e e o, em posição átona em final de palavra).	Relação grafema e fonema; Relações biunívocas, cruzadas e arbitrárias.		X				X	X	X
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)		Construção do sistema alfabético e da ortografia	PR.EF02LP04.a Ler e escrever corretamente palavras com sílabas CV, V, CVC, CCV, identificando que existem vogais em todas as sílabas, de modo que, gradativamente, apresente domínio das sílabas canônicas e não canônicas.	Convenções da língua; Sílabas canônicas e complexas.		X				X	X	

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO					ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	DE	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)		Construção do sistema alfabético e da ortografia	PR.EF02LP05.a Ler e escrever corretamente palavras com marcas de nasalidade (til, m, n), a fim de compreender, gradativamente, o uso de cada nasalizador.	Sons nasais.		X				X	X	X
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)		Conhecimento do alfabeto do português do Brasil	PR.EF02LP06.a.2.22 Perceber o princípio acrofônico que opera nos nomes das letras do alfabeto.	Relação grafema: princípio acrofônico.		X				X	X	
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)		Conhecimento das diversas grafias do alfabeto/ Acentuação	PR.EF02LP07.a Escrever palavras, frases, textos curtos nas formas imprensa e cursiva, mantendo a acentuação das palavras, para que apresente domínio da categorização gráfica.	Categorização gráfica: traçado correto das letras.		X				X	X	X
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)		Segmentação de palavras/Classificação de palavras por número de sílabas	PR.EF02LP08.a Segmentar corretamente as palavras ao escrever frases e textos, a fim de superar a hiposegmentação ou a hipersegmentação de palavras, percebendo a nomenclatura para o número de sílabas.	Classificação de palavras por número de sílabas.		X					X	X
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)		Pontuação	PR.EF02LP09.a Usar adequadamente ponto final, ponto de interrogação e ponto de exclamação. Além de outros sinais de pontuação, a fim de compreender, gradativamente, o efeito de sentido que eles conferem as frases e ao texto,	Pontuação.		X				X	X	X

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO					ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	DE	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
			bem como faça tentativas de uso em suas produções.									
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)		Sinonímia e antonímia Morfologia Pontuação	PR.EF02LP10.a Identificar sinônimos de palavras de texto lido, determinando a diferença de sentido entre eles, e formar antônimos de palavras encontradas em texto lido pelo acréscimo do prefixo de negação in-/im-.	Sinonímia; Antonímia; Prefixo in / im.		X					X	X
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)		Morfologia	PR.EF02LP11.a Formar o aumentativo e o diminutivo de palavras com os sufixos -ão e -inho/-zinho, a fim de perceber os efeitos de sentidos provocados pelos seus usos nos enunciados.	Grau do substantivo.		X					X	X
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Construção do sistema alfabético e da ortografia	PR.EF03LP01.a Ler e escrever palavras com correspondências regulares contextuais entre grafemas e fonemas – c/qu; g/gu; r/rr; s/ss; o (e não u) e e (e não i) em sílaba átona em final de palavra – e com marcas de nasalidade (til, m, n), a fim de demonstrar progressivo domínio da construção do sistema alfabético.	Relações biunívocas, cruzadas e arbitrárias; Ortografia.			X			X	X	X
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Construção do sistema alfabético e da ortografia	PR.EF03LP02.a Ler e escrever corretamente palavras com sílabas CV, V, CVC, CCV, VC,	Relação grafema x fonema: sílabas canônicas e não			X			X	X	X

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO					ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
		VV, CVV, identificando que existem vogais em todas as sílabas.	canônicas.									
Análise linguística/semiótica (Ortografização)	Construção do sistema alfabético e da ortografia	PR.EF03LP03.a Ler e escrever corretamente palavras com os dígrafos lh, nh, ch, a fim de apropriar-se das convenções da escrita.	Ortografização: dígrafos.			X			X	X		
Análise linguística/semiótica (Ortografização)	Conhecimento das diversas grafias do alfabeto/ Acentuação	PR.EF03LP04.a Usar acento gráfico (agudo ou circunflexo) em monossílabos tônicos terminados em a, e, o e em palavras oxítonas terminadas em a, e, o, seguidas ou não de s, para que gradativamente empregue de forma correta a acentuação gráfica e as regras ortográficas.	Acentuação: monossílabos tônicos; Palavras oxítonas.			X			X	X		
Análise linguística/semiótica (Ortografização)	Segmentação de palavras/Classificação de palavras por número de sílabas	PR.EF03LP05.a Identificar o número de sílabas de palavras, classificando-as em monossílabas, dissílabas, trissílabas e polissílabas.	Classificação das palavras em: monossílabas, dissílabas, trissílabas e polissílabas.			X			X	X		
Análise linguística/semiótica (Ortografização)	Construção do sistema alfabético	PR.EF03LP06.a Identificar a sílaba tônica em palavras, classificando-as em oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas, para que esse conhecimento contribua com a apropriação da acentuação gráfica.	Classificação das palavras quanto à posição da sílaba tônica; Acentuação.			X				X	X	
Análise	Pontuação	PR.EF03LP07.a Identificar a	Pontuação e a			X			X	X	X	

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO					ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
linguística/semiótica (Ortografização)		função na leitura e usar na escrita ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação e, em diálogos (discurso direto), dois-pontos e travessão, a fim de perceber os efeitos de sentido provocados pelo uso da pontuação.	produção de sentidos.									
Análise linguística/semiótica (Ortografização)	Morfologia	PR.EF03LP08.a Identificar e diferenciar, em textos, substantivos e verbos e suas funções na oração: agente, ação, objeto da ação, para que, de forma progressiva, aplique esse conhecimento gramatical em suas produções.	Substantivos comuns e próprios; Concordância verbal e nominal; Regência verbal e nominal.			X			X	X	X	
Análise linguística/semiótica (Ortografização)	Morfossintaxe	PR.EF03LP09.a Identificar, em textos, adjetivos e sua função de atribuição de propriedades aos substantivos, a fim de, gradativamente, fazer uso deles em suas produções, com o intuito de caracterizar o substantivo.	Adjetivos.			X				X	X	
Análise linguística/semiótica (Ortografização)	Morfologia	PR.EF03LP10.a Reconhecer prefixos e sufixos produtivos na formação de palavras derivadas de substantivos, de adjetivos e de verbos, utilizando-os para compreender palavras e para formar novas palavras, a fim de identificar que algumas palavras	Prefixação e sufixação para a formação de novas palavras derivadas de: substantivos, adjetivos e verbos.			X				X	X	

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO					ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
			são derivadas de outras e assim inferir o significado delas.									
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Decodificação/Fluência de leitura	PR.EF35LP01.a Ler e compreender, silenciosamente e, em seguida, em voz alta, com autonomia e fluência, textos curtos com nível de textualidade adequado, de modo a aperfeiçoar a proficiência leitora.	Leitura e compreensão de textos; Ritmo, fluência e entonação na leitura.			X	X	X	X	X	X
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Formação de leitor	PR.EF35LP02.a Selecionar livros da biblioteca e/ou do cantinho de leitura da sala de aula e/ou disponíveis em meios digitais para leitura individual, justificando a escolha e compartilhando com os colegas sua opinião, após a leitura, de modo que consiga estabelecer critérios para escolha de um livro e para seleção do gênero, a partir da mediação do professor.	Seleção de livros e textos para leitura; Apresentação da opinião a respeito do livro ou texto lido.			X	X	X	X	X	X
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Compreensão	PR.EF35LP03.a Identificar a ideia central do texto, demonstrando compreensão global, a fim de desenvolver a capacidade de realizar inferências, de localização e de seleção de informações relevantes.	Apreensão do sentido global do texto.			X	X	X	X	X	X
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Estratégia de leitura	PR.EF35LP04.a Inferir informações implícitas nos textos	Inferência de informações implícitas.			X	X	X	X	X	X

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO						ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	DE	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
autônoma)			lidos, para que gradativamente atribua significados que o extrapolem.										
Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	e	Estratégia de leitura	PR.EF35LP05.a Inferir o sentido de palavras ou expressões desconhecidas em textos, com base no contexto da frase ou do texto.	Inferência do sentido de uma palavra ou expressão em textos.			X	X	X	X	X	X	
Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	e	Estratégia de leitura	PR.35LP06.a Recuperar relações entre partes de um texto, identificando substituições lexicais (de substantivos por sinônimos) ou pronominais (uso de pronomes anafóricos – pessoais, possessivos, demonstrativos) que contribuem para a continuidade do texto, a fim de gradativamente utilizar e reconhecer os elementos coesivos.	Identificação de elementos coesivos entre partes de um texto.			X	X	X	X	X	X	
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)		Construção do sistema alfabético/ Convenções da escrita	PR.EF35LP07.a Utilizar, ao produzir um texto, conhecimentos linguísticos e gramaticais, tais como ortografia, regras básicas de concordância nominal e verbal, pontuação (ponto final, ponto de exclamação, ponto de interrogação, vírgulas em enumerações) e pontuação do discurso direto, quando for o caso, com gradativo domínio das	Produção de texto: ortografia, concordância verbal, nominal e pontuação.			X	X	X	X	X	X	

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO					ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
		convenções da escrita.										
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)	Construção do sistema alfabético/ Estabelecimento de relações anafóricas na referência e construção da coesão	PR.EF35LP08.a Utilizar, ao produzir um texto, recursos de referência (por substituição lexical ou por pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos), vocabulário apropriado ao gênero, recursos de coesão pronominal (pronomes anafóricos) e articuladores de relações de sentido (tempo, causa, oposição, conclusão, comparação), com nível suficiente de informatividade, a fim de manter a coerência em suas produções textuais, evitando redundâncias.	Coesão e coerência.			X	X	X	X	X	X	
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)	Planejamento de texto/Progressão temática e paragrafação	PR.EF35LP09.a Organizar o texto em unidades de sentido, dividindo-o em parágrafos segundo as normas gráficas e de acordo com as características do gênero textual, para que progressivamente utilize a estrutura composicional adequada ao gênero.	Organização textual: progressão temática e paragrafação.			X	X	X	X	X	X	
Oralidade	Forma de composição de gêneros orais	PR.EF35LP10.a Identificar gêneros do discurso oral, utilizados em diferentes situações	Identificação e interpretação de gêneros próprios do			X	X	X	X	X	X	

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO					ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
		e contextos comunicativos, e suas características linguístico-expressivas e composicionais (conversa espontânea, conversa telefônica, entrevistas pessoais, entrevistas no rádio ou na TV, debate, noticiário de rádio e TV, narração de jogos esportivos no rádio e TV, aula, debate etc.). A fim de adequar o discurso de acordo com o interlocutor e a com a situação comunicativa.	discurso oral.									
Oralidade	Variação linguística	PR.EF35LP11.a Ouvir gravações, canções, textos falados em diferentes variedades linguísticas, identificando características regionais, urbanas e rurais da fala e respeitando as diversas variedades linguísticas como características do uso da língua por diferentes grupos regionais ou diferentes culturas locais, rejeitando preconceitos linguísticos, a fim de promover convívio respeitoso com a diversidade linguística.	Reconhecimento das diferentes variedades linguísticas.			X	X	X	X	X	X	
Análise linguística/semiótica	Construção do sistema alfabético e da ortografia	PR.EF35LP12.a Recorrer ao dicionário para esclarecer dúvida	Uso do dicionário.			X	X	X	X	X	X	

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO					ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
(Ortografização)		sobre a escrita de palavras, especialmente no caso de palavras com relações irregulares fonema-grafema, de modo a compreender a forma de organização dos vocábulos no dicionário.										
Análise linguística/semiótica (Ortografização)	Construção do sistema alfabético e da ortografia	PR.EF35LP13.a Memorizar a grafia de palavras de uso frequente nas quais as relações fonema-grafema são irregulares e com h inicial que não representa fonema, a fim de, gradativamente, apropriar-se do sistema alfabético e das convenções ortográficas, de acordo com a norma-padrão.	Ortografia: emprego da letra H.			X	X	X	X			
Análise linguística/semiótica (Ortografização)	Morfologia	PR.EF35LP14.a Identificar em textos e usar na produção textual pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos, como recurso coesivo anafórico, e progressivamente ampliar seu uso nas produções, a fim de evitar repetição de palavras na produção.	Identificação e uso nas produções textuais do recurso coesivo anafórico.			X	X	X		X	X	
Análise linguística/semiótica (Ortografização)	Construção do sistema alfabético e da ortografia	PR.EF04LP01.a Grafar palavras utilizando regras de correspondência fonema-grafema regulares diretas e contextuais, fazendo uso do	Relações biunívocas, cruzadas e arbitrárias.				X		X	X		

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO					ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	DE	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
			dicionário quando necessário, a fim de ampliar gradativamente o seu conhecimento ortográfico.									
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Construção do sistema alfabético e da ortografia	PR.EF04LP02.a Ler e escrever, corretamente, palavras com sílabas VV e CVV em casos nos quais a combinação VV (ditongo) é reduzida na língua oral (ai, ei, ou), a fim de que sua aplicação nas produções escritas seja correta.	Encontros vocálicos.				X		X	X	
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Conhecimento do alfabeto do português do Brasil Ordem alfabética Polissemia	PR.EF04LP03.a Localizar palavras no dicionário para esclarecer significados, reconhecendo o significado mais plausível para o contexto que deu origem à consulta.	Localização de palavras no dicionário (escolher o melhor significado).				X		X	X	X
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Conhecimento das diversas grafias do alfabeto/ Acentuação	PR.EF04LP04.a Usar acento gráfico (agudo ou circunflexo) em paroxítonas terminadas em -i(s), -l, -r, -ão(s), a fim de apropriar-se gradativamente das regras de acentuação e aprimorar a sua linguagem escrita.	Acentuação em palavras paroxítonas.				X		X	X	
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Pontuação	PR.EF04LP05.a Identificar a função na leitura e usar, adequadamente, na escrita ponto final, de interrogação, de exclamação, dois-pontos e travessão em diálogos (discurso direto), vírgula em enumerações	Pontuação.				X		X	X	X

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO						ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	DE	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
			e em separação de vocativo e de aposto, com o objetivo de aperfeiçoar progressivamente a compreensão e o uso da pontuação em suas produções.										
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Morfologia/Morfossintaxe	PR.EF04LP06.a Identificar em textos e usar na produção textual a concordância entre substantivo ou pronome pessoal e verbo (concordância verbal), para que em suas produções faça as devidas concordâncias verbais e nominais.	Concordância verbal e nominal.				X		X	X	X	
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Morfossintaxe	PR.EF04LP07.a Identificar em textos e usar na produção textual a concordância entre artigo, substantivo e adjetivo (concordância no grupo nominal), a fim de que progressivamente produza com maior adequação da concordância nominal.	Concordância entre artigo, substantivo e adjetivo.				X			X	X	
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Morfologia	PR.EF04LP08.a Reconhecer e grafar, corretamente, palavras derivadas com os sufixos -agem, -oso, -eza, -izar/-isar (regulares morfológicas).	Emprego dos sufixos agem, -oso, -eza, -izar/-isar na formação de palavras.				X			X	X	
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Construção do sistema alfabético e da ortografia	PR.EF05LP01.a Grafar palavras utilizando regras de correspondência fonema-grafema regulares, contextuais e morfológicas e palavras de uso	Relação grafema x fonema: relações arbitrárias.					X	X	X		

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO					ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
		frequente com correspondências irregulares, a fim de, progressivamente, adquirir o domínio da ortografia padrão.										
Análise linguística/semiótica (Ortografização)	Conhecimento do alfabeto do português do Brasil/Ordem alfabética/Polissemia	PR.EF05LP02.a Identificar o caráter polissêmico das palavras (uma mesma palavra com diferentes significados, de acordo com o contexto de uso), comparando o significado de determinados termos utilizados nas áreas científicas com esses mesmos termos utilizados na linguagem usual, de modo a perceber a importância do contexto para inferir o sentido de uma palavra ou expressão.	Polissemia.					X		X	X	
Análise linguística/semiótica (Ortografização)	Conhecimento das diversas grafias do alfabeto/ Acentuação	PR.EF05LP03.a Acentuar corretamente palavras oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas, a fim de apresentar progressivo domínio das regras de acentuação e usá-las corretamente em suas produções.	Acentuação: palavras oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas.					X	X	X	X	
Análise linguística/semiótica (Ortografização)	Pontuação	PR.EF05LP04.a Diferenciar, na leitura de textos, vírgula, ponto e vírgula, dois-pontos e reconhecer, na leitura de textos, o efeito de sentido que decorre do uso de reticências, aspas,	Identificação e diferenciação em textos dos sinais de pontuação: vírgula, ponto e vírgula, dois pontos e uso de					X	X	X	X	

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO					ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	DE	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
			parênteses, de modo a aperfeiçoar, progressivamente, a compreensão e o uso da pontuação em suas produções, incorporando conhecimentos básicos sobre a língua, como ortografia e pontuação.	reticências, aspas, parênteses.								
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Morfologia	PR.EF05LP05.a Identificar a expressão de presente, passado e futuro em tempos verbais do modo indicativo, a fim de adquirir, progressivo domínio no emprego dos tempos e modos verbais, observados nos textos.	Identificação de tempos verbais do modo indicativo.					X	X	X	X
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Morfologia	PR.EF05LP06.a Flexionar, adequadamente, na escrita e na oralidade, os verbos em concordância com pronomes pessoais/nomes sujeitos da oração, para que em suas produções faça as devidas concordâncias verbais e nominais.	Concordância verbal e nominal.					X	X	X	X
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Morfologia	PR.EF05LP07.a Identificar, em textos, o uso de conjunções e a relação que estabelecem entre partes do texto: adição, oposição, tempo, causa, condição, finalidade, a fim de que compreenda as relações entre os enunciados.	Identificação em textos: conjunções e a relação que estabelecem entre partes do texto.					X		X	X

TODOS OS CAMPOS DE ATUAÇÃO					ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Morfologia	PR.EF05LP08.a Diferenciar palavras primitivas, derivadas e compostas, e derivadas por adição de prefixo e de sufixo, de modo a ampliar, gradativamente, seu conhecimento lexical.	Substantivos primitivos e substantivos derivados.					X	X	X	

CAMPO DA VIDA COTIDIANA					ANO					TRIMESTRE				
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS DO CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	DE	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Compreensão em leitura		PR.EF01LP16.a Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, quadras, quadrinhas, parlendas, trava-línguas, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto e relacionando sua forma de organização à sua finalidade.		Rima; Aliteração; Leitura e compreensão de quadras, quadrinhas, parlendas e trava-línguas.	X					X	X	

CAMPO DA VIDA COTIDIANA						ANO					TRIMESTRE			
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS APRENDIZAGEM	DE	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Escrita (compartilhada autônoma)	e	Escrita autônoma compartilhada	e	PR.EF01LP17.a Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, listas, agendas, calendários, avisos, convites, receitas, instruções de montagem e legendas para álbuns, fotos ou ilustrações (digitais ou impressos), dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/ finalidade do texto, a fim de, gradativamente, apropriar-se dos elementos constitutivos desses gêneros.	e	Planejamento e produção de textos de diferentes gêneros da esfera cotidiana.	X					X	X	X
Escrita (compartilhada autônoma)	e	Escrita autônoma compartilhada	e	PR.EF01LP18.a Registrar, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, cantigas, quadras, quadrinhas, parlendas, trava-línguas, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.	e	Registro escrito de cantigas, quadras, quadrinhas, parlendas, trava-línguas, com apropriação da forma de organização desses textos.	X					X	X	
Oralidade		Produção de texto oral		PR.EF01LP19.a Recitar parlendas, quadras, quadrinhas, trava-línguas, com entonação adequada e		Ritmo, fluência e entonação (domínio constante e progressivo) em recitação de	X					X	X	

CAMPO DA VIDA COTIDIANA						ANO					TRIMESTRE			
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS APRENDIZAGEM	DE	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
				observando as rimas.		parlendas, quadras, quadrinhas, trava-línguas.								
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)		Forma de composição do texto		PR.EF01LP20.a Identificar e reproduzir, em listas, agendas, calendários, regras, avisos, convites, receitas, instruções de montagem e legendas para álbuns, fotos ou ilustrações (digitais ou impressos), a formatação e diagramação específica de cada um desses gêneros.		Identificação e reprodução do formato/estrutura de gêneros discursivos do campo da vida cotidiana.	X					X	X	X
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Compreensão em leitura		PR.EF12LP04.a Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor ou já com certa autonomia, listas, agendas, calendários, avisos, convites, receitas, instruções de montagem (digitais ou impressos), dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto e relacionando sua forma de organização à sua finalidade.		Leitura e compreensão de textos do campo da vida cotidiana.	X	X				X	X	X
Escrita (compartilhada)	e	Escrita compartilhada		PR.EF12LP05.a Planejar e produzir, em colaboração com		Planejamento, produção e reescrita de textos do	X	X				X	X	X

CAMPO DA VIDA COTIDIANA						ANO					TRIMESTRE				
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS APRENDIZAGEM	DE	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
autônoma)				os colegas e com a ajuda do professor, (re)contagens de histórias, poemas e outros textos versificados (letras de canção, quadrinhas, cordel), poemas visuais, tiras e histórias em quadrinhos, dentre outros gêneros do campo artístico-literário, considerando a situação comunicativa e a finalidade do texto, a fim de, progressivamente, apropriar-se dos elementos constitutivos desses gêneros.		campo artístico-literário.									
Oralidade		Produção de texto oral		PR.EF12LP06.a Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, recados, avisos, convites, receitas, instruções de montagem, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, que possam ser repassados oralmente por meio de ferramentas digitais, em áudio ou vídeo, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto, a fim de ampliar a capacidade de produção dos gêneros orais.		Planejamento e produção de textos orais da vida cotidiana.	X	X				X	X	X	
Análise		Forma de composição do texto		PR.EF12LP07.a Identificar e		Rimas, aliteração, e	X	X				X	X		

CAMPO DA VIDA COTIDIANA						ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	DE	OBJETOS DE CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
linguística/semiótica (Alfabetização)				(re)produzir, em cantiga, quadras, quadrinhas, parlendas, trava-línguas e canções, rimas, aliteraões, assonâncias, o ritmo de fala relacionado ao ritmo e à melodia das músicas e seus efeitos de sentido, de modo a reconhecer, progressivamente, o estilo do gênero.	assonância, prosódia da fala e melodia das músicas.								
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Leitura de imagens em narrativas visuais		PR.EF15LP14.a Construir o sentido de histórias em quadrinhos e tirinhas, relacionando imagens e palavras e interpretando recursos gráficos (tipos de balões, de letras, onomatopeias), para que gradativamente aproprie-se da linguagem utilizada nesses gêneros.	Leitura e compreensão de textos com signos verbais e não-verbais.	X	X	X	X	X	X	X	X
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Compreensão em leitura		PR.EF02LP12.a Ler e compreender com certa autonomia cantigas, letras de canção, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto e relacionando sua forma de organização à sua finalidade,	Identificação do tema/assunto do texto.		X				X	X	X

CAMPO DA VIDA COTIDIANA						ANO					TRIMESTRE			
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS APRENDIZAGEM	DE	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
				de modo a compreender com certa autonomia o conteúdo presente nesses gêneros discursivos.										
Escrita (compartilhada autônoma)	e	Escrita autônoma compartilhada	e	PR.EF02LP13.a Planejar e produzir bilhetes e cartas, em meio impresso e/ou digital, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto, a fim de demonstrar progressivo conhecimento na produção desses gêneros.		Produção de bilhetes e cartas atendendo a esfera de circulação.		X				X	X	
Escrita (compartilhada autônoma)	e	Escrita autônoma compartilhada	e	PR.EF02LP14.a Planejar e produzir pequenos relatos de observação de processos, de fatos, de experiências pessoais, mantendo as características do gênero, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto, de modo a demonstrar gradativa autonomia na produção desses gêneros.		Produção de relatos atendendo ao: suporte físico de circulação, interlocutor e a situação comunicativa.		X					X	X
Oralidade		Produção de texto oral		PR.EF02LP15.a Cantar cantigas e canções, obedecendo ao ritmo e à melodia, a fim de perceber a sonoridade presente nesses textos, criando		Textos orais		X				X		

CAMPO DA VIDA COTIDIANA						ANO					TRIMESTRE			
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS APRENDIZAGEM	DE	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
				novas estruturas sonoras e fazendo uso de rimas.										
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)		Forma de composição do texto		PR.EF02LP16.a Identificar e reproduzir, em bilhetes, recados, avisos, cartas, e-mails, receitas (modo de fazer), relatos (digitais ou impressos), a formatação e diagramação específica de cada um desses gêneros, de modo a apreender gradativamente a estrutura, a composição e o estilo de cada um desses gêneros.		Produção de textos do campo da vida cotidiana: estrutura textual (composição e estilo do gênero).		X				X	X	X
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)		Forma de composição do texto		PR.EF02LP17.a Identificar e reproduzir, em relatos de experiências pessoais, a sequência dos fatos, utilizando expressões que marquem a passagem do tempo (“antes”, “depois”, “ontem”, “hoje”, “amanhã”, “outro dia”, “antigamente”, “há muito tempo” etc.), e o nível de informatividade necessário.		Coesão sequencial.		X					X	X
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Compreensão em leitura		PR.EF03LP11.a Ler e compreender, com autonomia, textos injuntivos instrucionais (receitas, instruções de montagem etc.), com a estrutura própria desses textos (verbos imperativos, indicação		Leitura e compreensão de gêneros pertencentes à tipologia injuntiva.			X			X	X	

CAMPO DA VIDA COTIDIANA						ANO					TRIMESTRE			
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS APRENDIZAGEM	DE	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
				de passos a ser seguidos) e mesclando palavras, imagens e recursos gráfico- visuais, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto, a fim de apresentar independência na leitura e na compreensão dos textos injuntivos.										
Leitura/escuta (compartilhada e autônoma)	e	Compreensão em leitura		PR.EF03LP12.a Ler e compreender, com autonomia, cartas pessoais e diários, com expressão de sentimentos e opiniões, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções do gênero carta e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.		Leitura e compreensão de cartas e diários.			X			X	X	
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)		Escrita colaborativa		PR.EF03LP13.a Planejar e produzir cartas pessoais e diários, com expressão de sentimentos e opiniões, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções dos gêneros carta e diário e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto, a fim de adequar o discurso às especificidades do gênero.		Planejamento e produção de cartas pessoais e diários.			X			X	X	

CAMPO DA VIDA COTIDIANA						ANO					TRIMESTRE			
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS APRENDIZAGEM	DE	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Escrita (compartilhada autônoma)	e	Escrita colaborativa		PR.EF03LP14.a Planejar e produzir textos injuntivos instrucionais, com a estrutura própria desses textos (verbos imperativos, indicação de passos a ser seguidos) e mesclando palavras, imagens e recursos gráfico-visuais, considerando a situação comunicativa e o tema/ assunto do texto, a fim de planejar e produzir com autonomia textos instrucionais.		Produção de textos pertencentes à tipologia injuntiva: verbos imperativos, indicação do passo a passo.			X			X	X	
Oralidade		Produção de texto oral		PR.EF03LP15.a Assistir, em vídeo digital, a programa de culinária infantil e, a partir dele, planejar e produzir receitas em áudio ou vídeo, de modo a apresentar sequência e clareza na exposição de ideias.		Produção oral de receitas.			X			X	X	
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Forma de composição do texto		PR.EF03LP16.a Identificar e reproduzir, em textos injuntivos instrucionais (receitas, instruções de montagem, digitais ou impressos), a formatação própria desses textos (verbos imperativos, indicação de passos a ser seguidos) e a diagramação específica dos textos desses gêneros (lista de ingredientes		Estrutura composicional de textos injuntivos e instrucionais.			X			X	X	

CAMPO DA VIDA COTIDIANA						ANO					TRIMESTRE			
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS APRENDIZAGEM	DE	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
				ou materiais e instruções de execução – "modo de fazer"), de modo a compreender, gradativamente, as especificidades desses gêneros e fazer uso deles em situações cotidianas.										
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Forma de composição do texto		PR.EF03LP17.a Identificar e reproduzir, em gêneros epistolares e diários, a formatação própria desses textos (relatos de acontecimentos, expressão de vivências, emoções, opiniões ou críticas) e a diagramação específica dos textos desses gêneros (data, saudação, corpo do texto, despedida, assinatura).		Estrutura composicional de gêneros epistolares.			X			X	X	
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Compreensão em leitura		PR.EF04LP09.a Ler e compreender, com autonomia, boletos, faturas e carnês, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções do gênero (campos, itens elencados, medidas de consumo, código de barras) e considerando a situação comunicativa e a finalidade do texto, para que identifique os		Leitura e compreensão de gêneros pertencentes ao campo da vida cotidiana, tais como: boletos, faturas e carnês.				X			X	X

CAMPO DA VIDA COTIDIANA						ANO					TRIMESTRE			
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS APRENDIZAGEM	DE	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
				elementos principais que compõem esses gêneros.										
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Compreensão em leitura		PR.EF04LP10.a Ler e compreender, com autonomia, cartas pessoais de reclamação, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções do gênero carta e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.		Identificação do tema/assunto/finalidade de textos em gêneros da vida cotidiana: cartas pessoais de reclamação.				X		X	X	
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)		Escrita colaborativa		PR.EF04LP11.a Planejar e produzir, com autonomia, cartas pessoais de reclamação, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções do gênero carta e com a estrutura própria desses textos (problema, opinião, argumentos), considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.		Produção de gêneros pertencentes ao campo da vida cotidiana.				X		X	X	X
Oralidade		Produção de texto oral		PR.EF04LP12.a Assistir, em vídeo digital, a programa infantil com instruções de montagem, de jogos e brincadeiras e, a partir dele, planejar e produzir tutoriais em áudio ou vídeo.		Planejamento e produção de tutoriais em áudio ou vídeo.				X			X	X

CAMPO DA VIDA COTIDIANA						ANO					TRIMESTRE			
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS APRENDIZAGEM	DE	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Forma de composição do texto		PR.EF04LP13.a Identificar e reproduzir, em textos injuntivos instrucionais (instruções de jogos digitais ou impressos), a formatação própria desses textos (verbos imperativos, indicação de passos a ser seguidos) e formato específico dos textos orais ou escritos desses gêneros (lista/apresentação de materiais e instruções/passos de jogo).		Produção de textos injuntivos adequando-os à estrutura e ao estilo do gênero.				X		X	X	
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Compreensão em leitura		PR.EF05LP09.a Ler e compreender, com autonomia, textos instrucional de regras de jogo, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções do gênero e considerando a situação comunicativa e a finalidade do texto.		Leitura e compreensão da finalidade de textos instrucionais presentes no campo da vida cotidiana.					X	X	X	X
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Compreensão em leitura		PR.EF05LP10.a Ler e compreender, com autonomia, anedotas, piadas e cartuns, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções do gênero e considerando a situação comunicativa e a finalidade do texto.		Identificação da ironia e do humor em gêneros do campo da vida cotidiana.					X	X	X	

CAMPO DA VIDA COTIDIANA						ANO					TRIMESTRE			
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS APRENDIZAGEM	DE	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)				PR.EF05LP11.a Registrar, com autonomia, anedotas, piadas e cartuns, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções do gênero e considerando a situação comunicativa e a finalidade do texto.		Produção escrita					X	X	X	
Escrita (compartilhada e autônoma)	e			PR.EF05LP12.a Planejar e produzir, com autonomia, textos instrucionais de regras de jogo, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções do gênero e considerando a situação comunicativa e a finalidade do texto.		Planejamento e produção de textos injuntivos/instrucionais.					X	X	X	
Oralidade				PR.EF05LP13.a Assistir, em vídeo digital, a postagem de vlog infantil de críticas de brinquedos e livros de literatura infantil e, a partir dele, planejar e produzir resenhas digitais em áudio ou vídeo.		Planejamento e produção de textos injuntivos/instrucionais.					X	X	X	
Análise linguística/semiótica (Ortografização)				PR.EF05LP14.a Identificar e reproduzir, em textos de resenha crítica de brinquedos ou livros de literatura infantil, a formatação própria desses textos (apresentação e avaliação do produto).		Planejamento e produção oral de resenha.					X			X

CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA					ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Escrita (compartilhada autônoma)	e	Produção de textos	PR.EF01LP22.a Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, diagramas, entrevistas, curiosidades, dentre outros gêneros do campo investigativo, digitais ou impressos, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto, de forma a apropriar-se dos gêneros discursivos e sua relação com os meios em que são veiculados.	Planejamento e produção de texto escrito.	X					X	X	X
Oralidade		Planejamento de texto oral Exposição oral	PR.EF01LP23.a Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, entrevistas, curiosidades, dentre outros gêneros do campo investigativo, que possam ser repassados oralmente por meio de ferramentas digitais, em áudio ou vídeo, considerando a	Planejamento e produção de texto oral.	X					X	X	X

CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA					ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	DE	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
			situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.									
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)		Forma de composição dos textos/Adequação do texto às normas de escrita	PR.EF01LP24.a Identificar e reproduzir, em enunciados de tarefas escolares, diagramas, entrevistas, curiosidades, digitais ou impressos, a formatação e diagramação específica de cada um desses gêneros, inclusive em suas versões orais, a fim de apropriar-se gradativamente da estrutura desses gêneros.	Construção composicional de gêneros discursivos próprios do cotidiano escolar.	X					X	X	X
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Compreensão em leitura	PR.EF12LP.17.a Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, enunciados de tarefas escolares, diagramas, curiosidades, pequenos relatos de experimentos, entrevistas, verbetes de enciclopédia infantil, entre outros gêneros do campo investigativo, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.	Leitura e compreensão de textos de diferentes gêneros do campo investigativo.	X	X				X	X	X
Leitura/escuta		Imagens analíticas em textos	PR.EF02LP20.a Reconhecer a	Interpretação de		X				X	X	X

CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA						ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
(compartilhada autônoma)	e		função de textos utilizados para apresentar informações coletadas em atividades de pesquisa (enquetes, pequenas entrevistas, registros de experimentações).	imagens									
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Pesquisa	PR.EF02LP21.a Explorar, com a mediação do professor, textos informativos de diferentes ambientes digitais de pesquisa, conhecendo suas possibilidades.	Textos informativos		X				X	X	X	
Escrita (compartilhada autônoma)	e	Produção de textos	PR.EF02LP22.s Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, pequenos relatos de experimentos, entrevistas, verbetes de enciclopédia infantil, dentre outros gêneros do campo investigativo, digitais ou impressos, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.	Planejamento e produção de texto escrito.		X				X	X	X	
Escrita (compartilhada autônoma)	e	Escrita autônoma	PR.EF02LP23.a Planejar e produzir, com certa autonomia, pequenos registros de observação de resultados de pesquisa, coerentes com um tema investigado, a fim de	Produção escrita		X				X	X	X	

CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA					ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
			manter a adequação ao tema e produzir com gradativa autonomia.									
Oralidade		Planejamento de texto oral Exposição oral	PR.EF02LP24.a Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, relatos de experimentos, registros de observação, entrevistas, dentre outros gêneros do campo investigativo, que possam ser repassados oralmente por meio de ferramentas digitais, em áudio ou vídeo, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/ finalidade do texto.	Produção de textos orais, atendendo a finalidade de comunicação.		X				X	X	X
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)		Forma de composição dos textos/Adequação do texto às normas de escrita	PR.EF02LP25.a Identificar e reproduzir, em relatos de experimentos, entrevistas, verbetes de enciclopédia infantil, digitais ou impressos, a formatação e diagramação específica de cada um desses gêneros, inclusive em suas versões orais.	Adequação do texto às normas de escrita; Composição e estilo de cada gênero.		X				X	X	X
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Compreensão em leitura	PR.EF03LP24.a Ler/ouvir e compreender, com autonomia, relatos de observações e de pesquisas em fontes de informações, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto, a fim de perceber semelhanças	Compreensão de relatos de pesquisas.			X				X	X

CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA					ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	DE	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
			e diferenças entre os temas abordados pelos diferentes gêneros.									
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)		Produção de textos	PR.EF03LP25.a Planejar e produzir textos para apresentar resultados de observações e de pesquisas em fontes de informações, incluindo, quando pertinente, imagens, diagramas e gráficos ou tabelas simples, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.	Planejamento e produção de textos que expressem o resultado de pesquisas realizadas.			X				X	X
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Forma de composição dos textos Adequação do texto às normas de escrita	PR.EF03LP26.a Identificar e reproduzir, em relatórios de observação e pesquisa, a formatação e diagramação específica desses gêneros (passos ou listas de itens, tabelas, ilustrações, gráficos, resumo dos resultados), inclusive em suas versões orais.	Reprodução de tabelas, ilustrações, gráficos, resumo dos resultados de pesquisas, obedecendo a forma de composição de cada gênero.			X			X	X	X
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Pesquisa	PR.EF35LP17.a Buscar e selecionar, com o apoio do professor, informações de interesse sobre fenômenos sociais e naturais, em textos que circulam em meios impressos ou digitais,	Síntese reflexiva de leituras.			X	X	X	X	X	X

CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA					ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	DE	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
			a fim de compor, em parceria com o professor e com os colegas, sínteses reflexivas, além de desenvolver a competência crítica e leitora.									
Oralidade		Escuta de textos orais	PR.EF35LP18.a Escutar, com atenção, apresentações de trabalhos realizadas por colegas, formulando perguntas pertinentes ao tema e solicitando esclarecimentos sempre que necessário.	Escuta atenta de textos orais.			X	X	X	X	X	X
Oralidade		Compreensão de textos orais	PR.EF35LP19.a Recuperar as ideias principais em situações formais de escuta de exposições, apresentações e palestras, de modo a reconhecer as intenções presentes nos discursos.	Análise e reconhecimento das intenções no discurso do outro.			X	X	X		X	X
Oralidade		Planejamento de texto oral Exposição oral	PR.EF35LP20.a Expor trabalhos ou pesquisas escolares, em sala de aula, com apoio de recursos multissemióticos (imagens, diagrama, tabelas etc.), orientando-se por roteiro escrito, planejando o tempo de fala e adequando a linguagem à situação comunicativa, sob a mediação do professor.	Exposição de trabalhos ou pesquisas escolares; Argumentação.			X	X	X	X	X	X

CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA						ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Compreensão em leitura	PR.EF04LP19.a Ler e compreender textos expositivos de divulgação científica para crianças, considerando a situação comunicativa e o tema/ assunto do texto, de modo a compreender as características desses gêneros.	Leitura e compreensão de textos de divulgação científica.				X			X	X	
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Imagens analíticas em textos	PR.EF04LP20.a Reconhecer a função de gráficos, diagramas e tabelas em textos, como forma de apresentação de dados e informações, a fim de interpretar os dados apresentados nesse gênero.	Leitura de gráficos, tabelas e diagramas.				X		X	X	X	
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)		Produção de textos	PR.EF04LP21.a Planejar e produzir textos sobre temas de interesse, com base em resultados de observações e pesquisas em fontes de informações impressas ou eletrônicas, incluindo, quando pertinente, imagens e gráficos ou tabelas simples, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto, a fim de planejar e produzir textos mantendo os princípios da situacionalidade e da intencionalidade.	Planejamento e produção de textos a partir de pesquisas.				X			X	X	

CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA					ANO					TRIMESTRE		
					1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	DE	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS								
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)		Escrita autônoma	PR.EF04LP22.a Planejar e produzir, com certa autonomia, verbetes de enciclopédia infantil, digitais ou impressos, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.	Planejamento e produção de verbetes de enciclopédia infantil.				X			X	X
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Forma de composição dos textos Coesão e articuladores	PR.EF04LP23.a Identificar e reproduzir, em verbetes de enciclopédia infantil, digitais ou impressos, a formatação e diagramação específica desse gênero (título do verbete, definição, detalhamento, curiosidades), considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.	Identificação e reprodução da formatação e diagramação de verbetes de enciclopédia infantil.				X			X	X
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Forma de composição dos textos Adequação do texto às normas de escrita	PR.EF04LP24.a Identificar e reproduzir, em seu formato, tabelas, diagramas e gráficos em relatórios de observação e pesquisa, como forma de apresentação de dados e informações.	Identificação e reprodução de tabelas, diagramas e gráficos.				X		X	X	X
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Forma de composição dos textos Adequação do texto às normas de escrita	PR.EF04LP24.a Identificar e reproduzir, em seu formato, tabelas, diagramas e gráficos em relatórios de observação e pesquisa, como forma de	Identificação e reprodução de tabelas, diagramas e gráficos.				X		X	X	X

CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA					ANO					TRIMESTRE		
					1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	DE	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS								
			apresentação de dados e informações.									
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)		Escrita autônoma	PR.EF04LP25.a Planejar e produzir, com a mediação do professor, verbetes de dicionário, digitais ou impressos, de forma a considerar a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.	Planejamento e produção de verbetes de dicionários digital ou impresso.				X				X
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Compreensão em leitura	PR.EF05LP22.a Ler e compreender verbetes de dicionário, identificando a estrutura, as informações gramaticais (significado de abreviaturas) e as informações semânticas, a fim de adquirir autonomia na utilização do dicionário.	Leitura e compreensão de verbetes de dicionário.					X	X		
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Imagens analíticas em textos	PR.EF05LP23.a Comparar informações apresentadas em gráficos ou tabelas.	Comparação de informações apresentadas em gráficos e em tabelas.					X	X	X	X
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)		Produção de textos	PR.EF05LP24.a Planejar e produzir texto sobre tema de interesse, organizando resultados de pesquisa em fontes de informação impressas	Planejamento e produção de textos que expressem o resultado de observações e pesquisas.					X		X	X

CAMPO DAS PRÁTICAS DE ESTUDO E PESQUISA					ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	DE	OBJETOS DO CONHECIMENTO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
			ou digitais, incluindo imagens e gráficos ou tabelas, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.									
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Forma de composição dos textos Adequação do texto às normas de escrita	PR.EF05LP26.a Utilizar, ao produzir o texto, conhecimentos linguísticos e gramaticais: regras sintáticas de concordância nominal e verbal, convenções de escrita de citações, pontuação (ponto final, dois-pontos, vírgulas em enumerações) e regras ortográficas, a fim de adequar, progressivamente, suas produções às normas da escrita padrão.	Produção textual: concordância verbal, nominal e pontuação.					X		X	X
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Forma de composição dos textos Coesão e articuladores	PE.EF05LP27.a Utilizar, ao produzir o texto, recursos de coesão pronominal (pronomes anafóricos) e articuladores de relações de sentido (tempo, causa, oposição, conclusão, comparação), com nível adequado de informatividade, de modo a aperfeiçoar, gradativamente, a qualidade da escrita.	Produção de texto: recursos coesivos e articuladores de sentidos.					X	X	X	

CAMPO DA VIDA PÚBLICA					ANO					TRIMESTRE			
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Escrita (compartilhada autônoma)	e	Escrita compartilhada		PR.EF01LP21.a Escrever, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, listas de regras e regulamentos que organizam a vida na comunidade escolar, dentre outros gêneros do campo da atuação cidadã, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto, de forma a apropriar-se desses gêneros discursivos.	Produção de texto do campo da atuação cidadã (lista de regras e regulamentos).	X					X		
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Compreensão em leitura		PR.EF12LP08.a Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, fotolegendas em notícias, manchetes e lides em notícias, álbum de fotos digital noticioso e notícias curtas para público infantil, dentre outros gêneros do campo jornalístico, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto, de forma a possibilitar o contato com esses diferentes textos e os recursos inerentes a eles.	Leitura e compreensão de gêneros discursivos do campo jornalístico.	X	X						X
Leitura/escuta (compartilhada)	e	Compreensão em leitura		PR.EF12LP09.a Ler e compreender, em colaboração	Leitura e compreensão do tema, da finalidade e	X	X					X	X

CAMPO DA VIDA PÚBLICA						ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
autônoma)				com os colegas e com a ajuda do professor, slogans, anúncios publicitários e textos de campanhas de conscientização destinados ao público infantil, dentre outros gêneros do campo publicitário, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.	dos interlocutores em texto do campo publicitário.								
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Compreensão em leitura		PR.EF12LP10.a Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, cartazes, avisos, folhetos, regras e regulamentos que organizam a vida na comunidade escolar, dentre outros gêneros do campo da atuação cidadã, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto, de forma a possibilitar o contato com esses diferentes gêneros discursivos e os recursos inerentes a eles.	Leitura e compreensão do tema, da finalidade e dos interlocutores em textos do campo da atuação cidadã.	X	X				X		
Escrita (compartilhada autônoma)	e	Escrita compartilhada		PR.EF12LP11.a Escrever, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, fotolegendas em notícias, manchetes e lides em notícias, álbum de fotos digital noticioso	Produção de textos de diferentes gêneros do campo jornalístico.	X	X					X	X

CAMPO DA VIDA PÚBLICA						ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
				e notícias curtas para público infantil, digitais ou impressos, dentre outros gêneros do campo jornalístico, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto, de forma a desenvolver a prática da escrita desses diferentes gêneros discursivos.									
Escrita (compartilhada autônoma)	e	Escrita compartilhada		PR.EF12LP12.a Escrever, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, slogans, anúncios publicitários e textos de campanhas de conscientização destinados ao público infantil, dentre outros gêneros do campo publicitário, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto, de forma a desenvolver a prática da escrita desses diferentes gêneros.	Produção de textos de diferentes gêneros do campo publicitário.	X	X						X
Oralidade		Produção de texto oral		PR.EF12LP13.a Planejar, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, slogans e peça de campanha de conscientização destinada ao público infantil que possam ser repassados oralmente por	Estrutura e organização de textos transmitidos oralmente.	X	X				X	X	X

CAMPO DA VIDA PÚBLICA						ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	DE	OBJETOS DE CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
				meio de ferramentas digitais, em áudio ou vídeo, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto, a fim de ampliar o repertório de produção de texto oral.									
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)		Forma de composição do texto		PR.EF12LP14.a Identificar e reproduzir, em fotolegendas de notícias, álbum de fotos digital noticioso, cartas de leitor (revista infantil), digitais ou impressos, a formatação e diagramação específica de cada um desses gêneros, inclusive em suas versões orais, a fim de permitir o contato com as diferentes formas de composição do texto.	Estrutura e composição de gêneros da esfera jornalística.	X	X					X	X
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)		Forma de composição do texto		PR.EF12LP15.a Identificar a forma de composição de slogans publicitários em parceria com os colegas e com a mediação do professor, para que progressivamente apropriasse da forma de composição/estrutura desses gêneros destinados ao público infantil.	Estrutura e composição dos gêneros slogans publicitários.	X	X						X
Análise		Forma de composição do texto		PR.EF12LP16.a Identificar e	Estrutura e composição	X	X						X

CAMPO DA VIDA PÚBLICA					ANO					TRIMESTRE			
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	DE	OBJETOS DE CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
linguística/semiótica (Alfabetização)				reproduzir, em anúncios publicitários e textos de campanhas de conscientização destinados ao público infantil (orais e escritos, digitais ou impressos), a formatação e diagramação específica de cada um desses gêneros, inclusive o uso de imagens, destinados ao público infantil.	dos gêneros anúncios publicitários e campanhas de conscientização.								
Escrita (compartilhada autônoma)	e	Escrita compartilhada		PR.EF02LP18.a Planejar e produzir cartazes e folhetos para divulgar eventos da escola ou da comunidade, utilizando linguagem persuasiva e elementos textuais e visuais (tamanho da letra, leiaute, imagens) adequados ao gênero, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.	Planejamento e produção de textos de diferentes gêneros da esfera cotidiana.		X				X	X	X
Oralidade		Produção de texto oral		PR.EF02LP19.a Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, notícias curtas para público infantil, para compor jornal falado que possa ser repassado oralmente ou em meio digital, em áudio ou vídeo, dentre outros gêneros do campo jornalístico,	Clareza e objetividade na exposição das ideias.		X				X	X	X

CAMPO DA VIDA PÚBLICA						ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
				considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto, para que produza textos para serem oralizados.									
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Compreensão em leitura		PR.EF03LP18.a Ler e compreender, com autonomia, cartas dirigidas a veículos da mídia impressa ou digital (cartas de leitor e de reclamação a jornais, revistas) e notícias, dentre outros gêneros do campo jornalístico, de acordo com as convenções do gênero carta e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto, a fim de apropriar-se, com a mediação do professor e a parceria dos colegas, das especificidades de composição, estrutura e estilo desses gêneros .	Leitura e compreensão de cartas pertencentes ao campo jornalístico.			X				X	X
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Compreensão em leitura		PR.EF03LP19.a Identificar e discutir o propósito do uso de recursos de persuasão (cores, imagens, escolha de palavras, jogo de palavras, tamanho de letras) em textos publicitários e de propaganda, como elementos de convencimento.	Compreensão de textos que integram a linguagem verbal e não-verbal.			X				X	X
Produção de textos (escrita compartilhada e		Escrita colaborativa		PR.EF03LP20.a Produzir cartas dirigidas a veículos da mídia	Intencionalidade, aceitabilidade,			X				X	X

CAMPO DA VIDA PÚBLICA						ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
autônoma)				impressa ou digital (cartas do leitor ou de reclamação a jornais ou revistas), dentre outros gêneros do campo político-cidadão, com opiniões e críticas, de acordo com as convenções do gênero carta e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto, a fim de desenvolver a capacidade de argumentação, mantendo as especificidades desses gêneros e posicionando-se frente aos problemas vivenciados em seu entorno social.	informatividade e situacionalidade em gêneros da esfera político-cidadã.								
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)		Escrita colaborativa		PR.EF03LP21.a Produzir anúncios publicitários, textos de campanhas de conscientização destinados ao público infantil, observando os recursos de persuasão utilizados nos textos publicitários e de propaganda (cores, imagens, slogan, escolha de palavras, jogo de palavras, tamanho e tipo de letras, diagramação).	Produção de textos de campanhas de conscientização e/ou anúncios publicitários.			X				X	X
Oralidade		Planejamento e produção de texto		PR.EF03LP22.a Planejar e produzir, em colaboração com os colegas, telejornal para público infantil com algumas	Produção oral de textos pertencentes ao campo da vida pública.			X				X	X

CAMPO DA VIDA PÚBLICA					ANO					TRIMESTRE			
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
				notícias e textos de campanhas que possam ser repassados oralmente ou em meio digital, em áudio ou vídeo, considerando a situação comunicativa, a organização específica da fala nesses gêneros e o tema/assunto/finalidade dos textos.									
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Forma de composição dos textos		PR.EF03LP23.a Analisar o uso de adjetivos em cartas dirigidas a veículos da mídia impressa ou digital (cartas do leitor ou de reclamação a jornais ou revistas), digitais ou impressas, de modo a compreender o uso dos adjetivos presentes nos textos da esfera jornalística e gradativamente empregá-los em suas produções.	Análise do uso dos adjetivos em gêneros da esfera jornalística.			X				X	X
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)		Escrita colaborativa		PR.EF35LP15.a Opinar e defender ponto de vista sobre tema polêmico relacionado a situações vivenciadas na escola e/ou na comunidade, utilizando registro formal e estrutura adequada à argumentação, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.	Consistência argumentativa.			X	X	X		X	X
Análise		Forma de composição dos textos		PR.EF35LP16.a Identificar e	Identificação,			X	X	X		X	X

CAMPO DA VIDA PÚBLICA						ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS DE LINGUAGEM	DE	OBJETOS DE CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
linguística/semiótica (Ortografização)				reproduzir, em notícias, manchetes, lides e corpo de notícias simples para público infantil e cartas de reclamação (revista infantil), digitais ou impressos, a formatação e diagramação específica de cada um desses gêneros, inclusive em suas versões orais.	reprodução da formatação e da diagramação presente em notícias, manchetes, lides e corpo de notícias simples para público infantil e cartas de reclamação.								
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Compreensão em leitura		PR.EF04LP14.a Identificar, em notícias, fatos, participantes, local e momento/tempo da ocorrência do fato noticiado.	Produção de sentido articulando texto e contexto de produção em notícias.				X		X	X	
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Compreensão em leitura		PR.EF04LP15.a Distinguir fatos de opiniões/sugestões em textos (informativos, jornalísticos, publicitários etc.).	Distinção entre fato e opinião.				X		X	X	
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)		Escrita colaborativa		PR.EF04LP16.a Produzir notícias sobre fatos ocorridos no universo escolar, digitais ou impressas, para o jornal da escola, noticiando os fatos e seus atores e comentando decorrências, de acordo com as convenções do gênero notícia e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto, de modo a adequar a sua produção ao formato	Produção de notícia adequando o texto ao formato e as especificidades requeridas pelo gênero.				X		X	X	

CAMPO DA VIDA PÚBLICA						ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
				requerido pelo gênero.									
Oralidade		Planejamento e produção de texto		PR.EF04LP17.a Produzir jornais radiofônicos ou televisivos e entrevistas veiculadas em rádio, TV e na internet, orientando-se por roteiro ou texto e demonstrando conhecimento dos gêneros jornal falado/televisivo e entrevista.	Planejamento e apresentação de jornais radiofônicos ou televisivos e entrevistas veiculadas em rádio, TV e na internet.				X		X	X	
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Forma de composição dos textos		PR.EF04LP18.a Analisar o padrão entonacional e a expressão facial e corporal de âncoras de jornais radiofônicos ou televisivos e de entrevistadores/entrevistados.	Análise da entonação, da expressão facial e corporal de apresentadores de jornais radiofônicos ou televisivos.				X		X	X	
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Compreensão em leitura		PR.EF05LP15.a Ler/assistir e compreender, com autonomia, notícias, reportagens, vídeos em vlogs argumentativos, dentre outros gêneros do campo político-cidadão, de acordo com as convenções dos gêneros e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto, a fim de compreender as ideias principais presentes nesses gêneros.	Leitura e compreensão das ideias principais presentes em gêneros do campo político-cidadão.					X	X	X	

CAMPO DA VIDA PÚBLICA						ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Compreensão em leitura		PR.EF05LP16.a Comparar informações sobre um mesmo fato veiculadas em diferentes mídias e concluir sobre qual é mais confiável e por quê, de modo a desenvolver a criticidade em sua leitura.	Leitura crítica de fatos publicados em mídias distintas.					X	X	X	
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)		Escrita colaborativa		PR.EF05LP17.a Produzir roteiro para edição de uma reportagem digital sobre temas de interesse da turma, a partir de buscas de informações, imagens, áudios e vídeos na internet, de acordo com as convenções do gênero e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto, a fim de organizar as ideias principais coletadas para posterior produção textual.	Produção de roteiro para edição de reportagem digital.					X			X
Oralidade		Planejamento e produção de texto		PR.EF05LP18.a Roteirizar, produzir e editar vídeo para vlogs argumentativos sobre produtos de mídia para público infantil (filmes, desenhos animados, HQs, games etc.), com base em conhecimentos sobre os mesmos, de acordo com as convenções do gênero e considerando a situação comunicativa e o tema/	Roteiros e edição de vídeos: identificação e compreensão.					X		X	X

CAMPO DA VIDA PÚBLICA					ANO					TRIMESTRE			
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
				assunto/finalidade do texto, de modo que amplie seu vocabulário e adeque sua produção ao contexto social.									
Oralidade		Produção de texto		PR.EF05LP19.a Argumentar oralmente sobre acontecimentos de interesse social, com base em conhecimentos sobre fatos divulgados em TV, rádio, mídia impressa e digital, respeitando pontos de vista diferentes, a fim de desenvolver a consistência argumentativa, ampliando conhecimentos científicos, políticos, culturais, sociais e econômicos.	Argumentação oral sobre acontecimentos de interesse social.					X	X	X	X
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Forma de composição dos textos		PR.EF05LP20.a Analisar a validade e força de argumentos em argumentações sobre produtos de mídia para público infantil (filmes, desenhos animados, HQs, games etc.), com base em conhecimentos sobre os mesmos, de modo a reconhecer as formas de composição e as intenções presentes no discurso.	Análise e reconhecimento das intenções presentes no discurso.					X		X	X
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Forma de composição dos textos		PR.EF05LP21.a Analisar o padrão entonacional, a expressão facial e corporal e as	Análise dos recursos paralinguísticos de textos do campo da vida					X			X

CAMPO DA VIDA PÚBLICA						ANO					TRIMESTRE		
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
				escolhas de variedade e registro linguísticos de vloggers de vlogs opinativos ou argumentativos, opinativos ou argumentativos, afim de empregar a linguagem adequada ao objetivo da comunicação.	pública.								

CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO						ANO					TRIMESTRE			
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	DE	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Escrita (compartilhada autônoma)	e	Escrita autônoma compartilhada	e	PR.EF01LP25.a Produzir, tendo o professor como escriba, recontagens de histórias lidas pelo professor, histórias imaginadas ou baseadas em livros de imagens, observando a forma de composição de textos narrativos (personagens, enredo, tempo e espaço), a fim de apropriar-se gradativamente da produção escrita de narrativas.		Produção coletiva de textos de tipologia narrativa.	X						X	X
Análise linguística/semiótica		Formas de composição de narrativas	de	PR.EF01LP26.a Identificar elementos de uma narrativa		Identificação dos elementos da narrativa.	X					X	X	X

CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO						ANO					TRIMESTRE			
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS APRENDIZAGEM	DE	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
(Alfabetização)				lida ou escutada, incluindo personagens, enredo, tempo e espaço, de modo a compreender a relação entre esses elementos.										
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Apreciação estética/Estilo		PR.EF12LP18.a Apreciar poemas e outros textos versificados, observando rimas, sonoridades, jogos de palavras, reconhecendo seu pertencimento ao mundo imaginário e sua dimensão de encantamento, jogo e fruição, a fim de identificar as características próprias destes gêneros.		Apreciação estética de poemas e textos versificados.	X	X					X	X
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)		Formas de composição de textos poéticos		PR.EF12LP19.a. Reconhecer, em textos versificados, rimas, sonoridades, jogos de palavras, palavras, expressões, comparações, relacionando-as com sensações e associações.		Identificação e reconhecimento de rimas, sonoridades, jogos de palavras, expressões, comparações.	X	X				X	X	X
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Formação do leitor literário		PREF15LP15.a Reconhecer que os textos literários fazem parte do mundo do imaginário e apresentam uma dimensão lúdica, de encantamento, valorizando-os, em sua diversidade cultural, como patrimônio artístico da		Reconhecimento de textos literários, em sua diversidade cultural, como patrimônio artístico da humanidade.	X	X	X	X	X	X	X	X

CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO						ANO					TRIMESTRE			
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS APRENDIZAGEM	DE	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
				humanidade, de modo a contribuir para sua formação como leitor literário, bem como permitir o contato com diferentes culturas.										
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Leitura colaborativa e autônoma		PREF15LP16.a Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor e, mais tarde, de maneira autônoma, textos narrativos de maior porte como contos (populares, de fadas, acumulativos, de assombração etc.) e crônicas, de modo a ampliar e diversificar sua capacidade leitora, cognitiva e a análise textual.		Leitura e compreensão de textos pertencentes à tipologia narrativa, adequados para o ano escolar.	X	X	X	X	X	X	X	X
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Apreciação estética/Estilo		PREF15LP17.a Apreciar poemas visuais e concretos, observando efeitos de sentido criados pelo formato do texto na página, distribuição e diagramação das letras, pelas ilustrações e por outros efeitos visuais, a fim de compreender, gradativamente, as formas de representação desses textos.		Estilo; Formas de representação de textos poéticos visuais e concretos.	X	X	X	X	X		X	X
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Formação do leitor literário/Leitura multissemiótica		PREF15LP18.a Relacionar texto com ilustrações e outros recursos gráficos, para que compreenda de forma gradativa		Leitura de textos multissemióticos.	X	X	X	X	X	X	X	X

CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO						ANO					TRIMESTRE			
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS APRENDIZAGEM	DE	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
				a relação existente entre os textos imagéticos e os textos escritos.										
Oralidade		Contagem de histórias		PREF15LP19.a Recontar oralmente, com e sem apoio de imagem, textos literários lidos pelo professor.		Contação de história.	X	X	X	X	X	X	X	X
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Formação do leitor literário		PR.EF02LP26.a Ler e compreender, com certa autonomia, textos literários, de gêneros variados, desenvolvendo o gosto pela leitura.		Leitura e compreensão		X				X	X	X
Escrita (compartilhada autônoma)	e	Escrita autônoma compartilhada	e	PR.EF02LP27.a Reescrever textos narrativos literários lidos pelo professor e pelo próprio aluno, de modo a promover progressivo domínio da escrita.		Concordância verbal e nominal.								
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)		Formas de composição de narrativas		PR.EF02LP28.a Reconhecer o conflito gerador de uma narrativa ficcional e sua resolução, além de palavras, expressões e frases que caracterizam personagens e ambientes, relacionando com o tempo e a sequência de fatos ocorridos, de modo a demonstrar progressivo domínio dos elementos que compõem a narrativa.		Elementos da narrativa: situação inicial, conflito, desenvolvimento, clímax e desfecho.		X				X	X	X

CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO						ANO					TRIMESTRE			
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS APRENDIZAGEM	DE	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Análise linguística/semiótica (Alfabetização)		Formas de composição de textos poéticos visuais		PR.EF02LP29.a Observar, em poemas visuais, o formato do texto na página, as ilustrações e outros efeitos visuais, para que gradativamente possa apropriar-se da composição dos textos poéticos.		Disposição gráfica (aspectos estruturantes em textos poéticos).		X					X	X
Oralidade		Performances orais		PR.EF03LP27.a Recitar cordel e cantar repentes e emboladas, observando as rimas e obedecendo ao ritmo e à melodia e as tradições culturais e regionais.		Rima, ritmo e melodia.			X			X	X	X
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Formação do leitor literário		PR.EF35LP21.a Ler e compreender, de forma autônoma, textos literários de diferentes gêneros e extensões, inclusive aqueles sem ilustrações, estabelecendo preferências por gêneros, temas, autores, para desenvolver o gosto literário.		Leitura e compreensão de textos do campo artístico-literário.			X	X	X	X	X	X
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Formação do leitor literário/ Leitura multissemiótica		PR.EF35LP22.a Perceber diálogos em textos narrativos, observando o efeito de sentido de verbos de enunciação e, se for o caso, o uso de variedades linguísticas no discurso direto, a fim de reconhecer a estrutura do discurso direto.		Texto narrativo: compreensão da estrutura do discurso direto.			X	X	X	X	X	X
Leitura/escuta		Apreciação estética/Estilo		PR.EF35LP23.a Apreciar poemas		Apreciação estética de			X	X	X	X	X	X

CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO						ANO					TRIMESTRE			
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS APRENDIZAGEM	DE	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
(compartilhada autônoma)	e			e outros textos versificados, observando rimas, aliterações e diferentes modos de divisão dos versos, estrofes e refrãos e seu efeito de sentido, a fim de identificar as características desses gêneros discursivos.		textos versificados.								
Leitura/escuta (compartilhada autônoma)	e	Textos dramáticos		PR.EF35LP24.a Identificar funções do texto dramático (escrito para ser encenado) e sua organização por meio de diálogos entre personagens e marcadores das falas das personagens e de cena para que aprecie e compreenda leituras e apresentações de textos dramáticos.		Identificação da função do texto dramático.			X	X	X			X
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)		Escrita compartilhada	e	PR.EF35LP25.a Criar narrativas ficcionais, com certa autonomia, utilizando detalhes descritivos, sequências de eventos e imagens apropriadas para sustentar o sentido do texto, e marcadores de tempo, espaço e de fala de personagens, a fim de compreender os elementos característicos da narrativa.		Marcadores temporais e espaciais - advérbios de tempo e lugar.			X	X	X	X	X	X
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)		Escrita compartilhada	e	PR.EF35LP26.a Ler e compreender, com certa autonomia, narrativas ficcionais		Uso do discurso direto e indireto em narrativas ficcionais.			X	X	X	X	X	X

CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO						ANO					TRIMESTRE			
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS APRENDIZAGEM	DE	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
				que apresentem cenários e personagens, observando os elementos da estrutura narrativa: enredo, tempo, espaço, personagens, narrador e a construção do discurso indireto e discurso direto.										
Produção de textos (escrita compartilhada e autônoma)		Escrita autônoma		PR.EF35LP27.a Ler e compreender, com certa autonomia, textos em versos, explorando rimas, sons e jogos de palavras, imagens poéticas (sentidos figurados) e recursos visuais e sonoros.		Leitura e compreensão de textos em versos.			X	X	X		X	X
Oralidade		Declamação		PR.EF35LP28.a Declamar poemas, com entonação, postura e interpretação adequadas, para cada situação de declamação, bem como o recurso gestual.		Declamação de poemas: postura, articulação correta das palavras.			X	X	X	X	X	X
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Formas de composição de narrativas		PR.EF35LP29.a Identificar, em narrativas, cenário, personagem central, conflito gerador, resolução e o ponto de vista com base no qual histórias são narradas, diferenciando narrativas em primeira e terceira pessoas.		Identificação em texto narrativo: cenário, personagem central, conflito gerador, resolução e o ponto de vista com base no qual histórias são narradas, diferenciando narrativas em primeira e terceira pessoas.			X	X	X		X	X

CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO						ANO					TRIMESTRE			
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS APRENDIZAGEM	DE	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Discurso direto e indireto		PR.EF35LP30.a Diferenciar discurso indireto e discurso direto, determinando o efeito de sentido de verbos de enunciação e explicando o uso de variedades linguísticas no discurso direto, quando for o caso, a fim de empregar, progressivamente, o discurso direto e indireto.		Discurso direto e indireto.			X	X	X	X	X	X
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Forma de composição de textos poéticos		PR.EF35LP31.a Identificar, em textos versificados, efeitos de sentido decorrentes do uso de recursos rítmicos e sonoros e de metáforas, a fim de aplicar, progressivamente, esses recursos na leitura e na escrita de textos versificados.		Emprego de recursos rítmicos e sonoros e metáforas em textos poéticos.			X	X	X		X	X
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Forma de composição de textos poéticos visuais		PR.EF04LP26.a Observar, em poemas concretos, o formato, a distribuição e a diagramação das letras do texto na página, para que progressivamente compreenda sua composição e a reproduza.		Observação da forma de composição de poemas concretos.				X				X
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Forma de composição de textos dramáticos		PR.EF04LP27.a Identificar, em textos dramáticos, marcadores das falas das personagens e de cena, de modo a considerar a sua forma de composição e representação.		Identificação da forma de composição de textos dramáticos.				X				X

CAMPO ARTÍSTICO-LITERÁRIO						ANO					TRIMESTRE			
PRÁTICAS LINGUAGEM	DE	OBJETOS CONHECIMENTO	DO	OBJETIVOS APRENDIZAGEM	DE	CONTEÚDOS	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Oralidade		Performances orais		PR.EF05LP25.a Representar, com expressividade, cenas de textos dramáticos (peças teatrais), reproduzindo as falas das personagens, de acordo com as rubricas de interpretação e movimento indicadas pelo autor, de modo a manter a essência do texto a ser representado.		Textos dramáticos: expressão oral e corporal.					X	X	X	X
Análise linguística/semiótica (Ortografização)		Forma de composição de textos poéticos visuais		PR.EF05LP28.a Observar, em ciberpoemas e minicontos infantis em mídia digital, os recursos multissemióticos presentes nesses textos digitais, de modo a perceber a forma de composição de cada gênero.		Composição do texto poético					X	X	X	X

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Os pressupostos teóricos defendidos por meio da Concepção Interacionista e Dialógica da linguagem podem ser assegurados por meio do trabalho com os gêneros do discurso que constituem as práticas sociais de uso da língua. O trabalho com diferentes gêneros possibilita a compreensão da função social que a língua desempenha na sociedade nos diferentes campos/esferas de

atividade humana. Para essa consolidação, uma metodologia possível é a da SD. Trata-se de pensar e de planejar os conteúdos, de maneira sistemática, por meio da elaboração de um conjunto de atividades organizadas em torno de um gênero (oral ou escrito).

O trabalho com a sequência didática pode se consolidar por meio dos seguintes encaminhamentos:

I. APRESENTAÇÃO DO EVENTO DE LETRAMENTO: o ponto de partida do trabalho com as práticas de linguagens - oralidade, leitura/escuta, análise linguística/semiótica e produção de textos - são os campos de atividade humana e, relacionadas a eles, os eventos e práticas de letramento, bem como os gêneros discursivos que são elementos propulsores do ensino e da aprendizagem. Tomando como ponto de partida um evento de letramento, é possível desenvolver o trabalho com a SD, ocasião em que o professor (a) estimulará os alunos a perceber a necessidade de interação, por exemplo, com a comunidade. Trata-se de apresentar aos alunos uma situação de interação (o evento de letramento) que será realizado, atendendo a uma demanda social.

II. SELEÇÃO DO GÊNERO: para a compreensão dos eventos de letramento, é necessário conhecer as práticas de letramento subjacentes a eles, ou seja, só se compreende o modo pelo qual um gênero discursivo é utilizado em um determinado evento se conhecer o valor desse gênero discursivo no contexto que está sendo utilizado e quais são as experiências historicizadas em função dos usos daquele gênero naquele campo de atuação. Assim, a situação de comunicação indicará a necessidade de produção de um determinado gênero, que requer que os produtores de textos se assumam como locutores e, assim, tenham o que dizer, razão para dizer, como dizer e interlocutores para quem dizer. Enfim, a escrita envolve um objetivo com a linguagem, uma vez que é um ato de enunciação. Logo, selecionar o gênero adequado à prática de letramento, que atenda as necessidades do evento letramento, é muito importante para consolidar uma situação de interação.

III. RECONHECIMENTO DO GÊNERO: para utilizar-se do gênero selecionado, é preciso, antes de tudo, reconhecê-lo quanto ao seu meio de circulação, ao seu conteúdo temático, ao seu estilo, à sua forma de composição, à sua organização discursiva, aos seus 188 aspectos tipológicos e à sua estrutura linguística. Para isso, inicialmente, é importante buscar, na sociedade, textos já publicados, que representem o gênero selecionado para estudo. Por meio da leitura desses “exemplares” do gênero, o aluno poderá reconhecer, gradativamente, sua forma “mais ou menos estável” de organização. Além disso, o professor poderá encaminhar

atividades que explorem esse gênero. Dentre os “exemplares” de textos do gênero que está sendo trabalhado, o professor seleciona um para discutir as seguintes reflexões (ou atividades):

- a) Contextualização sócio-histórica do texto-enunciado (quem o produziu, quando, por que, para quem etc.);
- b) Compreensão do conteúdo temático por meio de atividades de leitura que envolvam a decodificação, a compreensão, a interpretação para se alcançar a retenção do conteúdo. Para isso, o professor fará, juntamente com os alunos, a análise do conteúdo veiculado pelo texto, elaborando questões orais e/ou escritas que impliquem no reconhecimento do código, na compreensão do conteúdo global do texto e na localização de informações pontuais, assim como no estabelecimento de relações entre o texto e o contexto mais imediato e mais amplo (social, histórico, ideológico) de produção daquele texto;
- c) Análise de sua organização discursiva, de seu conteúdo temático e de sua estrutura composicional (que campo/esfera de atividade humana representa, quais as marcas representativas desse campo/esfera de atividade, que tipologias são predominantes: narrativa, descritiva, argumentativa, expositiva, injuntiva? Nesse caso, o gênero representa que tipologia?);
- d) Análise do estilo linguístico e semiótico do texto por meio de atividades de análise linguística contextualizadas, que permitam uma reflexão sobre a língua, em sua funcionalidade, sobre os diferentes usos da linguagem, que só ocorre por meio dos gêneros discursivos. O ensino da gramática, na perspectiva da análise linguística, deve garantir ao aluno o conhecimento necessário para que ele possa utilizá-la em momentos concretos de interlocução, a partir dos mais diversos gêneros discursivos.

IV. PRODUÇÃO ORAL OU ESCRITA: nessa etapa da SD, entende-se que o aluno já tem condições de produzir um texto do gênero, conforme situação de interação (o evento de letramento) proposto. Nesse momento, o professor retoma a situação de interação estabelecida, o gênero selecionado, interlocutores e lugar de circulação. Após esse diálogo, o aluno passa a primeira produção que se constituirá como um rascunho do gênero pretendido.

V. REVISÃO E REESCRITA DO TEXTO: após essa primeira versão do texto do aluno, o professor fará as primeiras intervenções: individuais ou coletivas, conforme os problemas detectados nessa produção. Após essa intervenção do professor, se ele julgar

necessário, poderá elaborar um bloco de atividades com o(s) conteúdo(s) não dominados pelo aluno, com a finalidade de auxiliar os alunos a superarem as dificuldades apresentadas.

VI. CIRCULAÇÃO DO GÊNERO: uma vez que o texto tenha sido revisado, reescrito e, eventualmente, reestruturado e sanados os seus problemas, esse deve cumprir a sua função social, ou seja, deve-se propiciar a circulação do gênero, tendo em vista o(s) interlocutor (es) definido(s) inicialmente. Considerando que o ensino de língua deve priorizar a oralidade, a leitura/escuta, a análise linguística/semiótica, a produção e a reescrita de textos, de acordo com o gênero selecionado, e, tendo em vista que esse expressa situações reais de interação, acredita-se que o encaminhamento metodológico aqui proposto tem grandes possibilidades de contribuir significativamente para a formação de um sujeito que possa participar de práticas sociais de uso da língua, utilizando-se dos gêneros discursivos que melhor responderem às suas necessidades sociais.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Os Desafios Contemporâneos buscam promover a análise, a reflexão, a difusão de ideias e o cruzamento de múltiplas perspectivas a respeito do contexto atual nos campos social, cultural e da educacional, além de propiciar a troca de experiências entre diversos agentes: formuladores de políticas públicas, empreendedores, grupos independentes, integrantes de movimentos sociais, coletivos artísticos, profissionais do campo de educação, cultura e museus, pesquisadores e intelectuais. Nesse sentido, as metodologias ativas objetivam alcançar e motivar o estudante, que colocado diante de uma situação-problema pode examinar, refletir, contextualizar, pesquisar e ressignificar suas descobertas. Sendo um recurso didático de grande importância, as metodologias ativas podem favorecer, de forma significativa e eficaz, o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando ao aluno um papel de protagonista na produção de seu conhecimento. A seguir estão elencados alguns desafios contemporâneos, dos quais podem ser desenvolvidos o conteúdos do componente curricular de Língua Portuguesa.

CULTURA E HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

De acordo com a Lei Nº. 10.639/03 que altera a LDB 9394/96, a Lei 11.645/08 e o parágrafo único art. 2º da Deliberação do Conselho Estadual de Educação do Paraná, o qual indica que: Ao tratar da história da África e da presença do negro (pretos e pardos) no Brasil, os professores precisam fazer abordagens positivas sempre na perspectiva de contribuir para que o aluno afro descendente se identifique e valorize a história de seu povo, a cultura de matriz africana, e as contribuições para o país e humanidade. Durante a educação infantil as crianças já começam a conhecer seu corpo, as diferenças e semelhanças entre os colegas do grupo, escolhem com quem brincar e se relacionar na escola, tem suas preferências por brinquedos, e, no entanto é fundamental que o educador trabalhe em sala de aula questões sobre diferença e em especial as relacionadas ao pertencimento racial, não só com as crianças, mas com as famílias e comunidade. (CEERT- Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, 2011).

Neste componente curricular é possível abordar o desafio contemporâneo, por meio dos gêneros do discurso, tais como: lendas, regras de jogo, parlendas. A diversidade de gêneros é imensa, no estudo do gênero escolhido é possível considerar sua natureza, ou seja, de onde vem o gênero, além de sua historicidade. Os gêneros se revelam nos textos e cumprem diferentes funções sociais: informar, fazer rir, relatar, emocionar, convencer, etc... Através do trabalho com as sequências didáticas, onde os conteúdos de língua portuguesa serão desenvolvidos ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

DIREITOS HUMANOS

No dia 10 de dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) – na ocasião composta por 58 Estados-membros, entre eles o Brasil – instituiu a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O documento define os direitos básicos do ser humano. Para entender a razão da sua existência, é preciso levar em conta o contexto histórico que se vive ao longo do tempo.

Em seu artigo 5º, a Constituição federal destaca a educação como um direito de todo cidadão brasileiro, independentemente de seu pertencimento racial: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Nessa, estão corroborados, em seu artigo 6º, princípios de igualdade e de padrão de qualidade: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino, gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; gestão democrática do ensino público na forma da lei; garantia de padrão de qualidade.”

Logo, desde muito cedo podemos aprender e conhecer diferentes realidades e compreender que a experiência social do mundo é muito maior do que a nossa experiência local, e que este mesmo mundo é constituído e formado por civilizações, histórias, grupos sociais e etnias ou raças diversas. É também bem cedo em sua formação que as crianças podem ser reeducadas a lidar com os preconceitos aprendidos no ambiente familiar e nas relações sociais mais amplas.

A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos civis, humanos e sociais garantidos na constituição e nas leis. A escola de Educação Infantil por ser um espaço social está aberta a diversidade e deve abordar de uma forma lúdica dando oportunidades para que as crianças possam lidar com as emoções reorganizando seus pensamentos através do faz de conta.

No componente curricular é possível abordar o desafio contemporâneo através dos gêneros do discurso, tais como: tirinha, lista de regras de convivência, discussões e debates. . A diversidade de gêneros é imensa, no estudo do gênero escolhido é possível considerar sua natureza, ou seja, de onde vem o gênero, além de sua historicidade. Os gêneros se revelam nos textos e

cumprem diferentes funções sociais: informar, fazer rir, relatar, emocionar, convencer, etc... Através do trabalho com as sequências didáticas, onde os conteúdos de língua portuguesa serão desenvolvidos ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à saúde e qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Lei n.º 9795 de 27 de abril de 1999).

O trabalho com a natureza tem muito para acrescentar na qualidade de vida e desenvolvimento das crianças, o próprio contato com ela, em pequenos gestos, ensina um modo mais inteiro e harmonioso de crescer, se conhecer e conviver. Os laços mais estreitos com a Natureza nos ensinam que fazemos parte dela, colaboram para construção e ampliação de nossa consciência pessoal, planetária e ecológica.

Não basta falar sobre as plantas, pintar árvores, escutar histórias e ver nos livros o que é necessário para preservar o meio ambiente. É preciso aprender com as mãos e o corpo inteiro, em contato com a água, o sol e a chuva, as folhas, bichos e a terra, colocando nosso aparato corporal completo para sentir, perceber e apreender os sentidos da Natureza.

Nos contextos atuais, a natureza está presente nas falas de educação ambiental de maneira abstrata e muitas vezes não é vivenciada. A atenção e a concentração, capacidades tão indispensáveis para a aprendizagem, podem ser cultivadas no entrosamento com a Natureza, assim como a curiosidade, a flexibilidade, a coragem para lançar-se ao desconhecido e a capacidade para encontrar soluções para problemas.

No componente curricular de Língua Portuguesa, é possível desenvolver atividades em Educação Ambiental, a partir dos gêneros do discurso: projeto de ações de intervenção, apresentações orais, folheto e panfleto. Gêneros estes que colaboram com a

percepção dos diversos ambientes e podem promover ações de melhorias dos espaços vividos. Ações como plantio de sementes com os alunos, organizando um rodízio para que cuidem das plantas, semeando e regando. Projetos são muito significativos para os alunos, com eles podem abordar os diferentes conteúdos no componente curricular, como a produção de textos para compor um folheto ou panfleto de conscientização ambiental.

EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

Para que todos possam transitar com tranquilidade e segurança nas vias urbanas, atualmente, o Brasil conta com uma Lei Federal, que regulamenta o trânsito de veículos e pedestres: o Código Nacional de Trânsito. Nele, podemos encontrar normas de circulação e conduta para que todos possam ir e vir com segurança e sem conflitos.

O trânsito faz parte da vida de qualquer ser humano. É nas ações cotidianas que revelamos o nosso compromisso com a segurança no trânsito e o quanto podemos proteger todos ao nosso redor. Educar para o trânsito é primordial para a sociedade atual que vive um quadro brutal de variadas formas de agressões ao homem em seu cotidiano. A escola necessita acompanhar as mudanças sociais preparando o aluno para saber transitar no espaço público, além de refletir sobre a questão ética. A educação nas escolas ajuda a formar cidadãos mais conscientes e preparados para enfrentar a vida e o trânsito.

No componente curricular de Língua Portuguesa, é possível desenvolver atividades em Educação para o trânsito, a partir dos gêneros do discurso: panfleto, placas de sinalização, folder. No Ensino Fundamental, anos iniciais, o trabalho com as placas de sinalização colabora bastante no processo de alfabetização, quando que os alunos estão no processo de codificação e decodificação, e as ilustrações das placas auxiliam no significados dos signos. A medida que os alunos avançam é possível desenvolver atividades em educação para o trânsito através do trabalho com folders e panfletos educativos, com leitura, interpretação de textos lidos e confecção de material educativo.

Os projetos voltados para o tema buscam contribuir na construção de valores, como o respeito ao próximo para a proteção da vida, que é o nosso bem maior, ajudando na compreensão da criança em relação aos elementos e as situações vivenciadas no trânsito.

A escola é uma das principais responsáveis em promover, desde muito cedo, o papel do cidadão em relação ao comportamento em sociedade, gerando a reflexão por meio de temas importantes e atuais.

As atividades do Dia do Trânsito são fundamentais também para o crescimento pessoal, pois mesmo que pequenos, os alunos já estão inseridos nas práticas de trânsito básicas, como atravessar a rua, usar cinto de segurança, andar de transporte público, dentre outras.

Com relação aos objetivos, o professor, ao desenvolver as atividades do Dia do Trânsito, permite ao aluno:

- Aprender sobre as regras de trânsito, tais como noções de sinalização, faixa de pedestre, cinto de segurança e etc;
- Entender como acontecem os acidentes de trânsito e de como os mesmos podem ser evitados;
- Conceber valores relacionados à vida em sociedade, comportamento no trânsito, respeito ao próximo e solidariedade;
- Perceber os perigos quando as regras relacionadas ao trânsito não são de fato obedecidas;
- Aprender mais sobre os meios de transporte, identificando a função e importância de cada um, seja ele aéreo, terrestre ou marítimo;
- Promover atividades interdisciplinares com o intuito de aplicar os conhecimentos adquiridos em outras áreas do conhecimento.
- Produção de um semáforo em sala de aula para que os alunos aprendam o significado e representação das cores;
- Apresentação das principais placas de trânsito, como pare, proibido estacionar, vire a direita/esquerda, faixa de pedestre, expondo o que cada uma simboliza;
- Discussão e debate com os alunos por meio de roda de conversa sobre os perigos da má conduta no trânsito;
- Encenação, fora da sala de aula, das principais práticas de trânsito, tendo os alunos como personagens ativos da situação;
- Elaboração de painéis e cartazes sobre as normas do trânsito, anexando-as por toda escola;

- Produção de textos por parte dos alunos sobre como é a ida e volta para escola, informações sobre o trajeto e etc;
- Exibição de vídeo educativos em sala para reforçar as ideias trabalhadas em sala, como as noções de sinalização e respeito no trânsito;
- Participação em atividades pedagógicas em conjunto com os pais ou responsáveis para que haja maior participação e interesse dos alunos;
- Brincadeiras dirigidas, como jogo da memória com os símbolos do trânsito, além de perguntas e repostas sobre as placas de sinalização e seus significados;
- Palestra com profissionais da área de trânsito, tais como motoristas de transporte coletivo, explicando seu papel em sociedade durante o exercício da sua função.

INCLUSÃO SOCIAL: SÍMBOLOS

A inclusão social é um termo que vem sendo amplamente comentado nos últimos tempos, refere-se à possibilidade de dar a todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, os mesmos direitos e oportunidades.

Antes que as medidas de inclusão social sejam formuladas e aplicadas, é necessário observar quais são os grupos excluídos e o que deve ser melhorado para que possam estar plenamente inseridos na sociedade. A inclusão social nas escolas visa eliminar o preconceito e a discriminação, independente do tipo (étnica, de deficientes, de gênero, de orientação sexual, etc...).

No componente curricular de Língua Portuguesa, é possível desenvolver atividades de inclusão social, a partir dos gêneros do discurso: regras, placas de identificação. No período de alfabetização é possível desenvolver atividades sobre a inclusão social dos símbolos, no próprio ambiente escolar existem diversos símbolos e cabe ao professor desenvolver estratégias para a visualização e

sua significação. A medida que os alunos avançam o trabalho com os símbolos podem ser mais aprofundados, auxiliando na compreensão da função social dos gêneros.

EDUCAÇÃO ALIMENTAR

O Dia Nacional da Alimentação nas escolas é comemorado em 21 de outubro. A data foi escolhida para ressaltar a importância das ações voltadas para a educação alimentar e nutricional dos estudantes de todas as etapas da educação básica. E é com esse objetivo que o Governo Federal investe no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que tem como objetivo garantir o consumo de alimentos saudáveis no ambiente escolar, de modo a criar bons hábitos nos estudantes para toda a vida. Para a execução do PNAE, a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, institui como diretrizes da alimentação escolar: Alimentação Saudável e adequada orienta para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.

No componente curricular de Língua Portuguesa, é possível desenvolver atividades de Educação Alimentar, a partir dos gêneros do discurso: receita culinária, logotipo, logomarca. Na fase de Alfabetização o trabalho com logotipo e logomarca auxilia no processo de aprendizagem da cultura escrita, pois nestes gêneros é possível desenvolver atividades de reconhecimento das letras, símbolos, números e cores e ao desenvolver a sequência didática com esses gêneros é possível abordar a temática sobre a educação alimentar, podem-se classificar os alimentos em saudáveis e não saudáveis, na oralidade abordar a importância de uma alimentação saudável. A medida que os alunos forem avançando de ano, é possível desenvolver sequências didáticas com o gênero receita culinária.

COMBATE A VIOLÊNCIA

Nos últimos anos muito se tem falado de violência, até porque esta passou a fazer parte do nosso cotidiano, o que explica o interesse em discuti-la. Esta motivação é comprovada em pesquisa realizada recentemente pelos meios de comunicação, sobre os problemas que mais inquietam a população. A violência, entre outros, foi destacada por pessoas de diferentes camadas sociais, como um dos principais problemas, principalmente aquela que atinge a vida e a integridade física dos indivíduos.

A violência pode se manifestar de várias formas, com diferentes graus de gravidade. Geralmente, com episódios repetitivos e que na maior parte das vezes, costuma ficar encobertos pelo Silêncio. Não se devem fechar os olhos para o papel social da escola, para a sua influência na vida do homem e na construção do meio social, pois a mesma deve estar contextualizada com a realidade. O papel da escola é aprimorar os conhecimentos e as regras que o aluno traz organizá-las e sistematizá-las de forma que o aluno perceba a necessidade e o sentido das mesmas.

A escola construiu com seus pares o Projeto Bullying, de prevenção e enfrentamento da violência no ambiente escolar, em cumprimento da Lei nº 13.185 de 06 de novembro de 2015. Com o objetivo desenvolver ações de prevenção, discussão, e combate ao bullying no espaço escolar, proporcionando aos alunos um ambiente acolhedor, de respeito mútuo, valorizando e respeitando a individualidade de cada um, estimulando o desempenho escolar e diminuindo situações de evasão e reprovação escolar.

No componente curricular de Língua Portuguesa, é possível desenvolver atividades de combate a violência, a partir dos gêneros do discurso: cartazes, campanhas comunitárias, notícias, regras e regulamento. Para os alunos que estão no início do processo de alfabetização é possível desenvolver a oralidade a partir de textos ou livros de literatura infantil que abordem a temática da violência, fazer a leitura, realizar roda de conversa, é possível confeccionar cartazes de conscientização. À medida que os alunos

avançam nos anos, é possível abordar o tema com mais aprofundamento, realizar análise de campanhas comunitárias, leitura e interpretação de regras e regulamentos, os objetivos de se elencar as regras para que todos possam conviver em harmonia.

DIREITOS DA CRIANÇA

Crianças e adolescentes são sujeitos de Direitos, são pessoas que têm os seus direitos garantidos por lei. Seus direitos devem ser tratados com prioridade absoluta. Isso quer dizer que os direitos das crianças e dos/ das adolescentes estão em primeiro lugar.

O Estatuto da criança e do adolescente (ECA) é um documento que reúne as leis específicas que asseguram os direitos e deveres de crianças e adolescentes aqui no Brasil. Ele nasce da luta de diversos movimentos sociais que defendem os direitos de crianças e adolescentes, já que antes do estatuto existia apenas o “Código de Menores” que tratava de punir as crianças e adolescentes consideradas infratores.

Desde 1990 com o ECA, as crianças e os (as) adolescentes são reconhecidos como sujeitos de direitos e estabelece que a família, o Estado e a sociedade são responsáveis pela sua proteção, já que são pessoas que estão vivendo um período de intenso desenvolvimento físico, psicológico, moral e social.

Para tudo deve ser levada em conta a condição peculiar de crianças e adolescentes serem pessoas em desenvolvimento. A criança e o adolescente têm os mesmos direitos que uma pessoa adulta e, além disso, têm alguns direitos especiais, por estarem em desenvolvimento físico, psicológico, moral e social. As crianças e os adolescentes não conhecem todos os seus direitos e por isso não têm condições de exigir, então é muito importante que todos conheçam o ECA para que se possa conseguir uma sociedade mais justa para todos.

A escola deve proporcionar atividades que mostrem para a criança os direitos e deveres, sempre de forma lúdica, apresentando situações usando material concreto. No componente curricular de Língua Portuguesa, é possível desenvolver atividades acerca do conhecimento do direitos da criança e adolescente, a partir dos gêneros do discurso: Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, listas, regras que regulamentam e organizam a vida na comunidade escolar. Para as crianças na fase inicial de alfabetização é possível uma caminhada pelo ambiente escolar para observação dos espaços de uso público e as pessoas que estão situadas neles, depois uma roda de conversa em sala de aula para que as crianças percebam que são necessárias regras de convívio pra todos tenham seus direitos preservados, é possível realizar a ilustração dessas regras. Para os alunos que vão avançando nos anos escolares é possível conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente na sua totalidade, através de leitura e discussão, é possível também a confecção de cartazes orientativos a cerca dos direitos e também dos deveres enquanto crianças e adolescentes.

ESTATUTO DO IDOSO

O Estatuto do Idoso é uma Lei Federal, de n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003, isto é, uma Lei Orgânica do Estado Brasileiro destinada a regulamentar os direitos assegurados. Para esclarecimento amplo, o Estatuto do Idoso é o resultado final do trabalho de várias entidades voltadas para a defesa dos direitos dos idosos no Brasil, entre as quais sempre se destacou a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia e também de profissionais das áreas da saúde, direitos humanos e assistência social, além de parlamentares do Congresso Nacional.

No componente curricular de Língua Portuguesa, é possível desenvolver atividades acerca do conhecimento do Estatuto do Idoso, a partir dos gêneros do discurso: cantigas, contos acumulativos, história infantil, textos de campanha de conscientização. Para os alunos na fase de alfabetização onde as atividades lúdicas estão mais presentes é possível desenvolver sequências

didáticas com cantigas, contos acumulativos e histórias infantis que abordem o tema idoso, assim poder promover diálogos com as crianças acerca das vivências entre as crianças e os idosos. Já com os alunos que avançam nos anos é possível o estudo do conteúdo do Estatuto do Idoso, posteriormente analisar textos de campanha de conscientização para que possa circular no ambiente escolar e na comunidade.

PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS

O consumo de drogas cresce consideravelmente a cada dia, pois não escolhe religião ou nível social; está presente em todos os lugares e realidades desde muito tempo. Esse aumento pode ser atribuído a vários fatores, principalmente aos que se referem na forma em que é transmitida a informação sobre a droga e quem a recebe. A prevenção do uso indevido de drogas é fundamental para a sensibilização sobre os riscos e perigos causados por elas. As ações de prevenção ao uso de drogas nas escolas não deveriam ser isoladas ou tratadas fora do contexto de uma prática pedagógica.

O papel da escola é de formar cidadãos participativos e capazes de analisar o que é bom ou não para si, de fazer suas escolhas se o assunto lhe é questionado e de refletir se com isso afetará ou não a vida de outras pessoas, tal assunto não foge do contexto escolar. Trabalhar formas de prevenção nas escolas ao se tratar de assunto relacionado às drogas (lícitas/ilícitas), de uma maneira que venha a contribuir com informações necessárias a serem passadas aos nossos alunos, instituição e sociedade em si; é uma maneira de sensibilizá-los em um ambiente próprio.

No componente curricular de Língua Portuguesa, é possível desenvolver atividades sobre a prevenção ao uso de drogas, a partir dos gêneros do discurso: relatos de experiências pessoais, texto de campanhas de conscientização, vídeo de curta metragem (vídeo minuto). Para as crianças da fase de alfabetização desenvolver uma sequência didática com o desafio é bem peculiar, devido a complexidade do tema, a abordagem precisa ser mais superficial, através de leitura de histórias que podem trazer um personagem

fictício envolvido nesse mundo e então dialogar com a turma. Para os alunos que avançam nos anos posteriores é possível desenvolver sequências didáticas através de relatos de experiências pessoais, textos de campanhas de conscientização e vídeos de curta metragem, dialogando sobre o tema e fazendo perceber as consequências dos uso de drogas.

GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

A sociedade brasileira tem um histórico de desigualdade social cujo padrão de desenvolvimento excludente é notório. Antes do século XX, as políticas de desenvolvimento social brasileiras, inclusive as referentes ao campo da educação, estavam direcionadas ao desenvolvimento das cidades, cuja matriz cultural era voltada às questões políticas e econômicas, gerando, portanto, a marginalização de grupos específicos que não se enquadravam nos padrões culturais da época. Dessa forma, as discriminações em relação à raça, à etnia, a gênero, à orientação sexual, entre outras tantas manifestações de ser e estar no mundo, tornam-se ferramentas de poder que colocam à margem e negam aos indivíduos o direito de cidadania.

Sabe-se que a escola, enquanto instituição responsável pela transmissão do patrimônio cultural da humanidade possui um papel relevante na socialização dos saberes e das práticas relacionadas à diversidade promovendo ações que façam com que não haja discriminação na escola, onde o princípio da equidade seja considerado.

EXIBIÇÃO DE FILMES MENSAS NACIONAIS

A exibição de filmes nas escolas deve haver uma pluralidade pedagógica que precisa ser pensado, planejado e executado e que permite contribuir com a construção de uma alfabetização crítica dos meios que utilizam os recursos audiovisuais: cinema, televisão, internet, etc.

É possível levantarmos uma infinidade de atividades que podemos realizar com o audiovisual nas escolas. Isto é importante, mas não podemos ficar só nisso... As atividades são importantes desde que sejam pensadas e articuladas com uma proposta pedagógica mais ampla. É preciso caminhar: agindo e pensando... construindo e transformando...

Novas relações e linguagens desafiam os profissionais da educação a pensar na vocação multicultural da escola, no sentido de promover o diálogo entre as diferentes gerações e os diversos padrões culturais nela presentes.

Em sua análise, indicou três fatores que apontam um novo lugar para a escola: a cultura digital, que vem criando uma escola sem muros, na qual o estudante é produtor de conhecimento e a linguagem audiovisual assume importância; a existência de outros.

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

O papel primordial dos professores das instituições de ensino deve ser guiar os alunos nos primeiros passos do caminho da aprendizagem, estimulando e orientando a boa convivência entre os colegas e os adultos que fazem parte do meio social do aluno, organizando estratégias diferenciadas, flexibilizando as atividades de acordo com a faixa etária trabalhada. Ao observar as dificuldades encontradas pelos alunos na realização da atividade o professor deve apresentar outros recursos diferenciados para que o aluno tenha oportunidade de assimilar a aprendizagem. Também poderá ser necessário modificar as instruções das atividades, alterar o formato das aulas, explorar novos ambientes e usar estratégias de ensino diferenciadas. E para saber se todas essas estratégias estão funcionando é fundamental observar com regularidade o avanço do aluno e se as dificuldades persistem. O olhar do professor deve ser acolhedor, acreditando na capacidade que cada indivíduo tem de superar seus limites. Ao planejar uma

aula, o professor deve levar em conta a singularidade de cada aluno e investigar ao certo: Quem é o seu aluno? Do que ele gosta? Do que ele não gosta? O que é importante para ele? Quais as dificuldades que ele possui? Qual o modelo de aprendizagem do seu aluno?

É importante dar significado. Alunos com deficiência intelectual irão prestar mais atenção em coisas que fazem sentido para eles. Alunos com deficiência intelectual devem ter reforço positivo mais do que os outros alunos. São dicas para se comunicar com alunos com deficiência intelectual:

1. Falar com as crianças usando palavras simples, mas não palavras infantis;
2. Fazer pedidos claros e precisos;
3. Manter-se calmo e estar pronto para reformular seu pedido de várias maneiras;
4. Usar exemplos concretos com frequência, ou seja, diminuir a abstração;
5. Pedir para que a criança repita, para confirmar se ela entendeu sua mensagem.

Em Língua Portuguesa o processo de alfabetização deve ser compreendido na perspectiva do letramento, nesse momento inicial de apropriação do código é necessária muita atenção ao se levar em conta as diferentes experiências que os alunos já trazem de suas vivências familiares. E principalmente no processo de alfabetização é imprescindível se levar em conta como cada aluno aprende e compreende o processo de aquisição da leitura e da escrita. É primordial que o professor alfabetizador use de diferentes estratégias nesse processo. Desenvolver diversas situações de oralidade, que possam possibilitar aos alunos a percepção da consciência fonológica, trabalhar com cantigas, parlendas, trava-línguas, materiais manipuláveis que tenham a cultura escrita, como os rótulos, folders, diferentes embalagens, materiais estes já familiares para os alunos nessa fase de alfabetização. É muito importante utilizar com os alunos que apresentarem dificuldades de entendimento do processo de alfabetização os mais variáveis materiais manipuláveis, como: alfabeto móvel, jogos de encaixe com imagens e letras do alfabeto, quadros individuais para tentativas de escrita, quadro de ferro para utilização de alfabeto imantado, jogos de memória com alfabeto, jogos de dominó para relação imagem e letras do alfabeto, construção de baterias de palavras, caça-palavras, cruzadinhas, ditado relâmpago.

À medida que os alunos avançam na aquisição inicial do processo de leitura e escrita, outras etapas de conhecimento do componente curricular vão se apresentando. Nas etapas de Ortografização, morfologia e sintaxe, os alunos que apresentavam dificuldades no processo de alfabetização tendem a apresentarem maiores dificuldades nesses processos. É imprescindível levar em conta as dificuldades ou até defasagens que esses alunos vão apresentar ao longo do Ensino Fundamental – Anos iniciais, os professores do componente curricular não poderão desconsiderar o nível de aprendizagem de leitura e escrita que o aluno estiver. É necessário ao longo do 3º, 4º e 5º anos, os professores realizarem uma diagnose com o aluno para verificar o nível de aprendizagem que possui e então se preciso for, traçar estratégias de alfabetização paralela aos conteúdos do componente curricular para o ano em questão. As estratégias necessitam ser pontuais, com uso de material concreto e manipulável, atividades objetivas, caça-palavras, cruzadinhas abordando as convenções da escrita, apresentação de textos curtos, com uma ou duas ideias, dar condições para que o aluno escreva e assim verificando a evolução dos níveis de escrita.

TRANSIÇÃO

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, considerando os aspectos relacionados à transição com a Educação Infantil, além da valorização das situações lúdicas de aprendizagem, não se pode deixar de prever a necessária articulação com as experiências vivenciadas na etapa anterior, tanto em termos de uma progressiva sistematização dessas experiências quanto considerando o desenvolvimento dos alunos “pelas novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos.” (BRASIL, 2017,p. 56).

A medida que os alunos avançam para os Anos Finais do Ensino Fundamental, os estudantes são desafiados a, além do desenvolvimento do conhecimento em maior complexidade, ser capazes de lidar com a organização desses conhecimentos numa maior especialização própria das várias disciplinas do currículo. Por isso, o trabalho deve ser no sentido de fortalecer a autonomia

dos estudantes de tal maneira que possam acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação, visando também o multiletramento. Nesse sentido, é inegável que a cultura digital tem promovido mudanças sociais significativas nas sociedades contemporâneas e os estudantes estão inseridos nessa cultura, não somente como consumidores.

AVALIAÇÃO

A proposta pedagógica para o ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa deve se constituir, desse modo, de situações de mediações planejadas, para possibilitar a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos, a fim de que seja possível verificar se o que é proposto e aplicado como prática de ensino está contribuindo para a formação humana. Nesse sentido, é preciso que tanto o ensino quanto a aprendizagem da Língua Portuguesa sejam avaliados. São os dados gerados e analisados que precisam ser considerados como princípios básicos para uma possível alteração ou manutenção das propostas de ensino, pois “a avaliação é um instrumento na prática educacional, que tem por função verificar se os procedimentos para aquisição de determinado conhecimento estão alcançando seus objetivos” (SILVA; MENEGASSI, 2010, p. 270). Nessa perspectiva, avaliar é também uma situação de aprendizagem implicada no processo de ensino e, um dos meios utilizados para conhecer o nível de desenvolvimento real do aluno.

Em se tratando da Língua Portuguesa, é preciso que, a partir do ensino oportunizado pelo professor, o aluno seja capaz de utilizar-se dos diversos gêneros discursivos, mais ou menos formais que couberem em cada situação interativa, pois, se isso ocorrer, é porque houve ensino e aprendizagem. cabe ao professor considerar a avaliação como parte integrante do trabalho docente, e que deve ter como objetivo principal analisar se os objetivos de aprendizagem foram atingidos e se o aluno está se apropriando dos conhecimentos necessários para utilizar-se da linguagem em contextos diversificados e exigentes do mundo letrado em que está inserido, quer seja em situações de oralidade, de leitura/escuta ou produção (escrita e multissemiótica) e análise linguística/semiótica. A fim de verificar a apropriação ou não dos conteúdos e objetivos previstos, propomos o uso das tabelas diagnósticas das práticas de linguagem oralidade, leitura/escuta (compartilhada e autônoma, análise linguística/semiótica

(alfabetização e ortografização) e produção de texto (escrita compartilhada e autônoma) apresentado nos pressupostos teóricos metodológicos desse documento.

A produção textual deve ser avaliada desde o primeiro ano, Essa produção deverá revelar uma compreensão mais avançada da estrutura da língua e, principalmente, da organização da escrita nos anos subsequentes à alfabetização. É na produção do aluno que se poderá visualizar se houve a apropriação dos conhecimentos trabalhados durante os processos de mediação pedagógica. Assim, toda produção de textos pode servir para avaliar, porque na produção individual e coletiva, o aluno demonstra a compreensão que já adquiriu da organização da língua e quais aspectos de sua organização que ainda não compreende. É importante observar se o aluno consegue utilizar-se da variante linguística adequada em uma dada situação de interlocução, se é capaz de adequar o seu texto aos interlocutores, ao contexto e ao conteúdo temático daquela dada situação, considerando que todo gênero possui três aspectos essenciais para que cumpram a sua função social: conteúdo temático, estrutura e estilo. Esses aspectos podem ser melhor visualizados nas tabelas diagnósticas apresentadas na prática de linguagem: produção de textos (escrita compartilhada e autônoma). A avaliação, no entanto, não deve ser tomada como um fim em si mesmo, mas deve estar articulada ao encaminhamento metodológico considerando as “práticas de reflexão que permitam aos estudantes ampliarem suas capacidades de uso da língua/linguagens (em leitura e em produção) em práticas situadas de linguagem” (BRASIL, 2017, p. 69), de acordo com o que está posto na BNCC.

É imprescindível que o professor elabore instrumentos apropriados para realizar avaliações, alguns cuidados na elaboração dos enunciados, evitando a ambiguidade, a utilização de termos não trabalhados, a ênfase em questões que privilegiam a memória mecânica. Isso significa que a avaliação deve contemplar os conteúdos previstos no planejamento do professor, de modo que os gêneros discursivos trabalhados sejam também os avaliados, igualmente deve ocorrer com todos os conteúdos propostos.

O que se avalia é o processo de ensino e de aprendizagem; em outras palavras, o trabalho docente também é objeto da avaliação de forma concomitante. Primeiro, é preciso que o professor tenha clareza sobre o que é observação e como se registra. O docente precisa avaliar se o mecanismo de observar contribui, de fato, para que identifique as aprendizagens do aluno no sentido de

possibilitar-lhe informações consistentes sobre a proporção em que o conteúdo foi apropriado pelo aluno, em que tempo e por quais alunos, assim como o que se revela por meio da observação como não aprendizagem em qual nível e em quais circunstâncias. Essas são questões que sempre devem estar presentes no ato da observação para fins de constatação do que, realmente, foi apreendido pelo aluno, de modo a se apropriar do conteúdo proposto, pois sabemos que a memória docente não é confiável para avaliar a partir da observação, sem um roteiro que permita por parte do professor o registro das situações em que ocorre ou não a aprendizagem dos alunos.

Segundo, é preciso definir o que se compreende por participação e quais critérios são utilizados para avaliar a participação dos alunos. Se participar significa expressar-se oralmente ou estar atento às explicações, por exemplo, se utilizamos os mesmos critérios para avaliar a participação de todas as crianças indistintamente ou se, dependendo das circunstâncias, atribuímos maior valor à participação de alguns alunos e não de outros.

Terceiro, é preciso ter claro que frequência não é sinônimo de aprendizagem, e que ela é computada para fins de aprovação e/ou reprovação por força da lei, que foi elaborada em um contexto em que se torna necessário determinar um mínimo de frequência à escola. Todavia, nem todos que frequentam regularmente à escola aprendem e, por outro lado, nem sempre os faltosos não dominam o que a escola ensina.

Defende-se, no contexto deste documento, uma avaliação que assuma as características fundamentais de ser diagnóstica e investigativa, isto é, aquela que tem por finalidade nortear a prática docente, para que o aluno se aproprie dos conhecimentos trabalhados durante todo o processo. Entender isso, nas palavras de Bozza (2000), significa compreender a necessidade de a avaliação ser permanente, ou seja, de estar presente em todas as instâncias do trabalho com a Língua Portuguesa; ser contínua, não ocorrendo interrupções de um bimestre para outro; e ser cumulativa, no sentido de possibilitar a incorporação de novos registros que acompanhem, de forma dinâmica, os conteúdos já consolidados e os que vão sendo apropriados a partir de novas estratégias pedagógicas. Dessa forma, a avaliação cumpre sua função de ser formativa e qualitativa, à medida que os instrumentos utilizados, os critérios, as análises sobre os resultados obtidos e as ações desencadeadas encontram-se a serviço do pedagógico, justificando-

se em função do processo de ensino e de aprendizagem, articulando-se aos objetivos estabelecidos, considerando os percursos realizados, e servindo para desencadear ações de intervenção pedagógica.

É preciso que o professor tenha claro o que é fundamental em Língua Portuguesa. É possível apreender o sentido sem o domínio da estrutura da língua, ou dominar a estrutura da língua sem apreender o sentido? Essa questão pode auxiliar na definição de que o fundamental em Língua Portuguesa é a apreensão do sentido, que pode ser prejudicada pela falta de domínio de elementos que organizam a linguagem. Em turmas de alfabetização ou anos subsequentes, considerando o encaminhamento metodológico proposto nesta PPC, o professor não pode perder de vista que o ponto de partida do trabalho com a linguagem e o ponto de chegada é o domínio do gênero discursivo. Isso equivale dizer que o objetivo maior do ensino é mediar o processo de aprendizagem dos alunos na compreensão do gênero discursivo, como o efetivo trabalho com a língua portuguesa na escola, pois é por meio dos gêneros que o aluno constrói as suas interações sociais. Compreender os gêneros discursivos como ponto de partida e de chegada requer a compreensão do aluno quanto ao conteúdo temático expresso, a estrutura composicional dos gêneros orais, escritos e multissemióticos e os elementos estruturais da língua que envolvem o conhecimento gramatical – aqui apresentado como análise linguística/semiótica, visto que os gêneros não têm todos a mesma estrutura e ao conteúdo veiculado pelo gênero, o que está relacionado à intenção, objetivos, contexto de produção, interlocutores relacionados ao gênero produzido, conforme especificado na metodologia da SD.

REFERÊNCIAS

www.diaadiaeducacao.pr.gov.br- Acesso em 26/10/2020

basenacionalcomum.mec.gov.br – Acesso em 27/10/2020

amop.org.br- Acesso em 27/10/2020

poetal.mec.gov.br – Acesso em 30/10/2020

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail.(1929). O discurso em Dostoiévski. In: _____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução: Paulo Bezerra. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 207-211.

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1992.

BAUMGÄRTNER, Carmem Teresinha. Orientações curriculares e o ensino da oralidade na escola. In: COSTA-HÜBES, Terezinha da

Conceição (orgs.). **Práticas sociais de linguagem**: reflexões sobre a oralidade e escrita no ensino. Campinas: Mercado de Letras, 2015. p. 43-76.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC, 2017.

BUSSE, Sanimar. Variação linguística e ensino: os desafios do ensino de língua portuguesa. In: COSTA-HÜBES, Terezinha da Conceição (orgs.). **Práticas sociais de linguagem**: reflexões sobre a oralidade e escrita no ensino. Campinas: Mercado de Letras, 2015. p. 25-42.

CABRAL, L. S. Processos psicolinguísticos de leitura e a criança. **Letras de Hoje**, v. 19, nº 1, pp. 7-20, 1986.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 2008.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o ba-bé-bi-bó-bu**. São Paulo: Scipione, 1998.

CERUTTI-RIZZATTI, Mary Elizabeth; DAGA, Aline Cassol; DIAS, SabathaCatoia. Intersubjetividade e intrassubjetividade no ato de ler: a formação de leitores na educação básica. **Calidoscópico** v. 12 n. 2, p. 226-238, mai/ago 2014.

CÓCCO, Maria Fernandes; HAILER, Marco Antônio. **Alfabetização e socioconstrutivismo**. São Paulo: FTD, 1996.

COSTA-HÜBES. Terezinha da Conceição. **O processo de formação continuada dos professores do Oeste do Paraná**. Um resgate histórico-reflexivo da formação em língua portuguesa. (Tese de Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Londrina, 2008.

COSTA-HÜBES. Terezinha da Conceição. Os Gêneros discursivos como instrumentos para o ensino de Língua Portuguesa: perscrutando o método sociológico Bakhtiniano como ancoragem para um encaminhamento didático-pedagógico. In: NASCIMENTO, Elvira Lopes; ROJO, Roxane Helena Rodrigues. (orgs). **Gêneros de texto/discurso e os desafios da contemporaneidade**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.p. 13-34.

COSTA-HÜBES. Terezinha da Conceição. **Reflexões sobre os encaminhamentos de produção textual: enunciados em diálogo com outros enunciados**. Anais do X Encontro do CELSUL – Círculo de Estudos Linguísticos do Sul UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná Cascavel-PR | 24 a 26 de outubro de 2012 | ISBN 9788575901144.

DELL' ISOLA, Regina Lúcia Péret. A interação sujeito-linguagem em leitura. In: MAGALHÃES, I. (orgs.) **As múltiplas faces da linguagem**. Brasília: UnB, 1996. p. 69-75.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização: Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita – elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). In: _____. **Gêneros orais e escritos na escola**. [Tradução e organização: Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro]. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

FERNANDES, Eliane Marquez da Fonseca. A mediação pedagógica e a formação do professor. In: _____. (Org.). **Leitura: Ações de Mediação Pedagógica**. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2015. p. 17-33.

FIORIN, José Luiz. Da necessidade de distinção entre texto e discurso. In: BRAIT, Beth, SOUZA-e-SILVA. **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 51 ed. São Pulo: Cortez, 2011.

- FULGÊNCIO, Lúcia; LIBERATO, Yara. **A leitura na escola**. São Paulo: Contexto, 2012.
- GARCIA BARROS, Mônica. As Habilidades de Leitura: Muito Além de Uma Simples Decodificação.
- GERALDI, João Wanderley. Da redação à produção de texto. In: CHIAPPINI, Ligia. **Aprender e ensinar com textos de alunos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- GERALDI, João Wanderley. **Linguagem e ensino**: exercício de militância e divulgação. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.
- GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula. Leitura e Produção**. 3.ed. Cascavel: Assoeste, 1985 / 2003.
- JANSSEN, Felipe; HOFFMAN, Jussara; ESTEBAN, Maria Tereza (orgs.). **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas**: em diferentes áreas do currículo. Porto Alegre: Mediação, 2003, p. 19-31.
- KLEIMAN, Angela. Letramento e suas implicações para o ensino da língua materna. In: **Signo**. Santa Cruz do Sul, v. 32, n. 53, p. 1-25, dez, ano 2007. Acesso em 13/11/2018.
- KLEIMAN, Angela. **Oficina de leitura, teoria e prática**. São Paulo: Pontes, 2008.
- KLEIMAN, Angela. Os estudos de letramento e a formação do professor de língua materna. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, v. 8, n. 3, p. 487-517, set./dez. 2008.
- Klein, Rejane. **Linguagem e alfabetização**. Rejane Klein. Guarapuava, Pr. Ed. da Unicentro, 2011.
- KOCH, Ingdore V.; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.
- LEONTIEV, A **O desenvolvimento do psiquismo humano**. Lisboa: Livros Horizontes, 1986.
- LEAL, Telma. Intencionalidades da avaliação na língua portuguesa. In: SILVA, Janssen F;HOFFMAN, Jussara & ESTEBAN, Maria Tereza (orgs.) **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas**: em diferentes áreas do currículo. Porto Alegre: Mediação, 2003 pp. 19-31).
- LEMLE, Miriam. **Guia Teórico do Alfabetizador**. 15. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. In. DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.).**Gêneros textuais & Ensino**. 2.ed. Rio de Janeiro : Lucerna, 2003.
- MEDVIÉDEV, P. N. [1928] **O método formal nos estudos literários**: Introdução crítica a uma poética sociológica. Tradutoras: Sheila Camargo Grillo e EkaterinaVólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2012.
- MELO, Cristina Teixeira V. de; CAVALCANTE, Marianne C. B.. Superando os obstáculos de avaliar a oralidade. In: MARCURSCHI, Beth; SUASSUNA, Livia (Orgs). **Avaliação em língua portuguesa**: contribuições para a prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica , 2007. p. 75-93.
- MENEGASSI, R. J.O leitor e o processo da leitura. In: GRECO, E. A.; GUIMARÃES, T. B. (Orgs.). **Leitura**: compreensão e interpretação de textos em Língua Portuguesa. Maringá, PR: EDUEM, 2010.
- MENEGASSI, R. J.; FUZA, A. F. Procedimentos de escrita na sala de aula do ensino fundamental. **Signótica**. Revista do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística/Faculdades de Letras. Universidade Federal de Goiás. Goiás, vol. 20, 469-493, jul./dez. 2008, disponível em:
http://www.escrita.uem.br/adm/arquivos/artigos/publicacoes/producao_textual_e_ensino/Angela_1.pdf
- MENEGASSI, Renilson José. Compreensão e interpretação no processo de leitura: noções básicas ao professor. **Revista UNIMAR**, v.17, n. 1, pp. 85-94, 1995.
- MENEGASSI, Renilson José; CALCIOLARI, Angela Cristina. A leitura no vestibular: a primazia da compreensão legitimada na prova de Língua Portuguesa. **Acta Scientiarum**, v. 24, n. 1, pp. 81-90, 2002.
- MENEGOLO & MENEGOLO. O significado da reescrita de textos na escola: a (re)construção do sujeito- autor. **Ciência & Cognição**. v.4, : p. 73-79, 2005.
- PARANÁ. **Referencial Curricular do estado do Paraná**: princípios, procedimentos e orientações. 2018
- PERFEITO, Alba Maria. Concepções de linguagem, teorias subjacentes e ensino de língua portuguesa. IN: **Concepções de linguagem e ensino de língua portuguesa (Formação de professores EAD 18)**. v.1. ed1. Maringá: EDUEM, 2005. p 27-79

PITOLI, Viviani Aparecida. Revisão e reescrita no processo de produção textual do gênero discursivo diário de ficção disponível em: ROJO, Roxane. **Gêneros do discurso e gêneros textuais**: Questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L.; BONINI Adair, MOTTA-ROTH, Désirée (orgs.). **Gêneros: teoria, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, 2007.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: ParábolaEditorial, 2009.

RUARO, Dirceu Antonio. **A reescrita e a reestruturação de textos**. 1997, disponível em: <http://e-vesta.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7631/5637>

SIGNORINI, Inês (org.) **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001.

SILVA, Ana Maria; MENEGASSI, Renilson José. A influência da Prova Brasil na formação do leitor no ensino fundamental. In: **Anais do Cielli**: Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 9, 10 e 11 de junho de 2010.

SIMIONI, Claudete Aparecida. **A sequência didática como proposta de trabalho com os gêneros discursivos**: relato descritivo-crítico de uma experiência. CASCAVEL/PR:UNIOESTE, Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Letras, área de concentração Linguagem e Sociedade, 2012 (Dissertação de Mestrado).

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. São Paulo: Autêntica 1999.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1997.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

VENDRÚSCOLO, Baltazar. **Educação em crise na sociedade**: A perspectiva da alfabetização. Cascavel: Assoeste, 2000.

VIEIRA, M. S. P. **Letramento digital**: o uso de tecnologias da informação e comunicação em escolas públicas mineiras. 2013.

Vigotski, Lev Semenovich, Alexander Romanovich Luria, Alex N. Leontiev. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. Tradução de: Maria da Pena Villalobos. -11ª edição – São Paulo: ícone, 2010.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**. Tradução José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VIGOTSKI, Lev. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

VIGOTSKI, Lev. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VIGOTSKI, Lev. S. *et.al.* **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone/Edusp, 1988.

VIGOTSKI, Lev. S. **Pensamento e linguagem**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unespar-campomourao_port_artigo_viviani_aparecida_pitoli.pdf

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR – ENSINO FUNDAMENTAL

APRESENTAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR DE MATEMÁTICA

A Matemática é uma das cinco áreas do conhecimento que compõem a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e, como as demais, expressa sua intenção na formação integral dos estudantes do Ensino Fundamental – anos iniciais e finais. Os diferentes campos que compõem a Matemática reúnem um conjunto de ideias fundamentais e importantes para o

desenvolvimento do pensamento matemático dos estudantes, devendo, nas salas de aula, se converter em objetos de conhecimento.

O conhecimento matemático é necessário para todos os estudantes da Educação Básica, seja pela grande aplicação na sociedade contemporânea, seja pelas suas potencialidades na formação de cidadãos críticos, cientes de suas responsabilidades sociais (BRASIL, 2017). Neste aspecto, é importante que, ao adquirir conhecimentos matemáticos, o estudante possa modificar-se e contribuir na transformação da realidade social, cultural, econômica e política de seu tempo, de forma ética e consciente. Assim, a Matemática assume, também, uma função social.

O conhecimento matemático é necessário para todos os alunos da Educação Básica, seja por sua grande aplicação na sociedade contemporânea, seja pelas suas potencialidades na formação de cidadãos críticos, cientes de suas responsabilidades sociais.

A Matemática não se restringe apenas à quantificação de fenômenos determinísticos – contagem, medição de objetos, grandezas e das técnicas de cálculo com os números e com as grandezas, pois também estuda a incerteza proveniente de fenômenos de caráter aleatório. A Matemática cria sistemas abstratos, que organizam e inter-relacionam fenômenos do espaço, do movimento, das formas e dos números, associados ou não a fenômenos do mundo físico. Esses sistemas contêm ideias e objetos que são fundamentais para a compreensão de fenômenos, a construção de representações significativas e argumentações consistentes nos mais variados contextos.

Apesar de a Matemática ser, por excelência, uma ciência hipotético- -dedutiva, porque suas demonstrações se apoiam sobre um sistema de axiomas e postulados, é de fundamental importância também considerar o papel heurístico das experimentações na aprendizagem da Matemática.

No Ensino Fundamental, essa área, por meio da articulação de seus diversos campos – Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade –, precisa garantir que os alunos relacionem observações empíricas do mundo real a

representações (tabelas, figuras e esquemas) e associem essas representações a uma atividade matemática (conceitos e propriedades), fazendo induções e conjecturas. Assim, espera-se que eles desenvolvam a capacidade de identificar oportunidades de utilização da matemática para resolver problemas, aplicando conceitos, procedimentos e resultados para obter soluções e interpretá-las segundo os contextos das situações. A dedução de algumas propriedades e a verificação de conjecturas, a partir de outras, podem ser estimuladas, sobretudo ao final do Ensino Fundamental.

O Ensino Fundamental deve ter compromisso com o desenvolvimento do letramento matemático, definido como as competências e habilidades de raciocinar, representar, comunicar e argumentar matematicamente, de modo a favorecer o estabelecimento de conjecturas, a formulação e a resolução de problemas em uma variedade de contextos, utilizando conceitos, procedimentos, fatos e ferramentas matemáticas. É também o letramento matemático que assegura aos alunos reconhecer que os conhecimentos matemáticos são fundamentais para a compreensão e a atuação no mundo e perceber o caráter de jogo intelectual da matemática, como aspecto que favorece o desenvolvimento do raciocínio lógico e crítico, estimula a investigação e pode ser prazeroso (fruição). O desenvolvimento dessas habilidades está intrinsecamente relacionado a algumas formas de organização da aprendizagem matemática, com base na análise de situações da vida cotidiana, de outras áreas do conhecimento e da própria Matemática. Os processos matemáticos de resolução de problemas, de investigação, de desenvolvimento de projetos e da modelagem podem ser citados como formas privilegiadas da atividade matemática, motivo pelo qual são, ao mesmo tempo, objeto e estratégia para a aprendizagem ao longo de todo o Ensino Fundamental. Esses processos de aprendizagem são potencialmente ricos para o desenvolvimento de competências fundamentais para o letramento matemático (raciocínio, representação, comunicação e argumentação) e para o desenvolvimento do pensamento computacional.

Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica, a área de Matemática e, por consequência, o componente curricular de Matemática devem garantir aos alunos o desenvolvimento de competências específicas.

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, deve-se retomar as vivências cotidianas das crianças com números, formas e espaço, e também as experiências desenvolvidas na Educação Infantil, para iniciar uma sistematização dessas noções. Nessa fase, as habilidades matemáticas que os alunos devem desenvolver não podem ficar restritas à aprendizagem dos algoritmos das chamadas “quatro operações”, apesar de sua importância. No que diz respeito ao cálculo, é necessário acrescentar, à realização dos algoritmos das operações, a habilidade de efetuar cálculos mentalmente, fazer estimativas, usar calculadora e, ainda, para decidir quando é apropriado usar um ou outro procedimento de cálculo.

Portanto, a BNCC orienta-se pelo pressuposto de que a aprendizagem em Matemática está intrinsecamente relacionada à compreensão, ou seja, à apreensão de significados dos objetos matemáticos, sem deixar de lado suas aplicações. Os significados desses objetos resultam das conexões que os alunos estabelecem entre eles e os demais componentes, entre eles e seu cotidiano e entre os diferentes temas matemáticos. Desse modo, recursos didáticos como malhas quadriculadas, ábacos, jogos, livros, vídeos, calculadoras, planilhas eletrônicas e *softwares* de geometria dinâmica têm um papel essencial para a compreensão e utilização das noções matemáticas. Entretanto, esses materiais precisam estar integrados a situações que levem à reflexão e à sistematização, para que se inicie um processo de formalização.

Em todas as unidades temáticas, a delimitação dos objetos de conhecimento e das habilidades considera que as noções matemáticas são retomadas, ampliadas e aprofundadas ano a ano. No entanto, é fundamental considerar que a leitura dessas habilidades não seja feita de maneira fragmentada. A compreensão do papel que determinada habilidade representa no conjunto das aprendizagens demanda a compreensão de como ela se conecta com habilidades dos anos

anteriores, o que leva à identificação das aprendizagens já consolidadas, e em que medida o trabalho para o desenvolvimento da habilidade em questão serve de base para as aprendizagens posteriores.

Na Matemática escolar, o processo de aprender uma noção em um contexto, abstrair e depois aplicá-la em outro contexto envolve capacidades essenciais, como formular, empregar, interpretar e avaliar – criar, enfim –, e não somente a resolução de enunciados típicos que são, muitas vezes, meros exercícios e apenas simulam alguma aprendizagem.

Os conteúdos apresentados na BNCC são organizados visando as muitas possibilidades de aparelhamento do conhecimento escolar em unidades temáticas, e cada unidade temática contempla um leque (maior ou menor) de objetos de conhecimento.

As cinco unidades temáticas Números, Álgebra, Geometria, Grandezas e Medidas e Probabilidade e Estatística, se correlacionam e orientam a formulação de habilidades a serem desenvolvidas durante os anos que compõem os anos iniciais do ensino fundamental. No que se refere à Matemática, cada uma dessas unidades pode receber ênfase distinta, conforme o ano de escolarização, definindo os conteúdos, conceitos e processos.

Em Matemática, procurou-se minimizar a fragmentação dos conhecimentos e a ruptura na transição do Ensino Fundamental – anos iniciais e finais, sendo proposto para cada ano, um conjunto progressivo de conhecimentos matemáticos historicamente construídos, de forma a que o estudante tenha um percurso contínuo de aprendizagem e possa, ao final do Ensino Fundamental, ter seu direito de aprendizagem garantido.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA O COMPONENTE CURRICULAR

A falta de atenção dada à educação do campo é evidente, uma vez que possuímos poucos livros didáticos para os alunos, além de professores não preparados para atuar nessas escolas do campo.

Ser professor de matemática no contexto da educação do campo envolve a questão curricular: que conhecimento valorizar nas aulas de matemática e com quais propósitos? Silva (2010), afirma que “[...] a pergunta ‘o quê?’ nunca está separada de uma outra importante pergunta: ‘o que eles devem ser?’ ou, melhor, ‘o que eles ou elas devem se tornar?’. Afinal, um currículo busca precisamente modificar as pessoas que vão ‘seguir’ aquele currículo” (p. 15).

Nesse sentido, as escolas têm papel importante quando se trata de organização intelectual e de difusão do conhecimento. Os currículos dessas escolas contêm os saberes considerados (por um grupo social, por uma comunidade, por um professor) necessários aos seus estudantes.

Destaca-se que a relevância das temáticas voltadas à Educação do Campo possibilitam aos estudantes a compreensão e melhor entendimento do contexto social. Dessa maneira, essa prática vem a favorecer a construção e o fortalecimento da identidade individual e coletiva, fazendo com que os estudantes percebam suas relações com o meio e seus sujeitos, além de outros grupos e realidades. Aproximar os estudantes desses elementos implica em levá-los a pensar os espaços e sujeitos que os cercam, de modo que, a partir de suas possibilidades, professores(as) oportunizem saídas escolares objetivando estudos de campo, visitas técnicas pedagógicas, e o contato com as narrativas e vivências de outros indivíduos e/ou grupos. Importante mencionar que, no desenvolvimento dos conhecimentos matemáticos historicamente construídos, as legislações obrigatórias nacionais e estaduais que tratam de temas contemporâneos devem ser contempladas, tendo como princípio o respeito e valorização das diferenças. Tais questões podem ser abordados no ensino da Matemática de forma contextual e articulada. Nessa perspectiva, os diferentes contextos, as múltiplas relações interdisciplinares, manifestadas, muitas vezes, em problematizações, permitem trazer aspectos, considerações, reflexões que tratam de uma determinada legislação e sua relevância na formação integral do estudante, reforçando, também, o papel social da Matemática.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS

Em articulação com as Competências Gerais para a Educação Básica, listamos a seguir as competências específicas para a área de Matemática a serem desenvolvidas pelos alunos durante o Ensino Fundamental:

1. Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho.
2. Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo.
3. Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções.
4. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes.
5. Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados.
6. Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens

(gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados).

7. Desenvolver e/ou discutir projetos que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.

8. Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos e na busca de soluções para problemas, de modo a identificar aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

QUADRO ORGANIZADOR DOS CONTEÚDOS: MATEMÁTICA

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
O conceito de número Sistema de numeração	PR.EFO1MA01.s Reconhecer e utilizar da função social dos números naturais como indicadores de quantidade, de ordem, de medida e de código de identificação em diferentes situações cotidianas.	Sistema de Numeração Decimal: Números Naturais						X		
		O conceito de número e a sua função social.	X					X		

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE			
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
Números naturais	PR.EFO1MA01.d Representar ideias e quantidades por meio de símbolos (letras, algarismos, desenhos e outras formas de registro) em diferentes contextos.	Símbolos e seus significados: imagens, figuras, desenhos, letras e números.									
	PR.EFO1MA01.d Identificar e diferenciar números de letras e outros símbolos que estão presentes nos diferentes gêneros textuais e em diferentes contextos.										
	PR.EFO1MA01.d Expressar hipóteses a respeito da escrita de um determinado número utilizando-se de algarismos.		X								
	PR.EFO1MA01.n Conhecer a história do número, a sua origem e importância.	História do número: noções.	X								
		Agrupamentos na base 2 e na base 3.									
	(PR.EFO1MA02.s Contar de maneira exata ou aproximada, utilizando diferentes estratégias como o pareamento e outros agrupamentos utilizando recursos (manipuláveis e digitais) e apoio em imagens como suporte para resolver problemas.	Contagem exata e aproximada: relações entre números naturais e quantidade (em torno de 30 elementos).									
	PR.EFO1MA02.n Perceber que a contagem verbal segue critérios diferentes: do zero até o nove, cada algarismo se refere a uma palavra; a partir do dez, há novos nomes para uma combinação em que se utilizam os mesmos algarismos.		X								
PR.EFO1MA02.n Traçar corretamente os algarismos de 0 a 9 para registrar qualquer número por meio das possibilidades de combinação entre eles.	Traçado dos algarismos de 0 a 9.	X									

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EFO1MA02.n Escrever números, utilizando-se de algarismos, em ordem ascendente e descendente.	Números naturais: relação de ordem.						X		
		Números Naturais: composição e decomposição (1 a 20).	X							
		Números naturais: antecessor e sucessor (em torno de 20).								
	PR.EFO1MA02.d Contar os elementos de um conjunto (em torno de 30) estabelecendo a relação entre a quantidade e o número natural que o representa.	Número Natural: relação entre quantidade e número.	X					X		
	PR.EFO1MA02.n Realizar agrupamentos e trocas nas diferentes bases (base 2, 3, 5 e 10) utilizando recursos didáticos (manipuláveis digitais) e registros pessoais para compreender as regularidades que compõe o sistema de numeração decimal.	Sistema de Numeração Decimal: Números Naturais.	X						X	
		Agrupamentos: base 5 e base 10.	X						X	
	PR.EFO1MA02.n Reconhecer agrupamentos tais como: dezena, meia dezena em diferentes contextos.	Agrupamentos: dezena e meia dezena.	X						X	
	PR.EFO1MA02.n Compreender o valor posicional dos algarismos em um número, estabelecendo as relações entre as ordens da unidade e da dezena.	Números Naturais: representação, leitura e escrita por extenso (em torno de 50).	X						X	
		Valor posicional de	X							X

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
		Números Naturais: unidades e dezenas.								
	PR.EFO1MA03.s Estimar e comparar quantidades de objetos de dois conjuntos (em torno de 30 elementos), por estimativa e/ou por correspondência (um a um, dois a dois) para indicar “tem mais”, “tem menos” ou “tem a mesma quantidade”.	Números naturais: Estimativa e comparação de quantidades de objetos de dois conjuntos (em torno de 30 elementos).	X						X	
	PR.EFO1MA03.d Utilizar quantificadores tais como “um, nenhum, alguns, todos, o que tem mais, o que tem menos, o que tem a mesma quantidade” para resolver problemas.	Comparação utilizando os quantificadores: um, nenhum, alguns, todos, o que tem mais, o que tem menos, o que tem a mesma quantidade.								
	PR.EFO1MA03.d Estabelecer a relação de correspondência (um a um, dois a dois) entre a quantidade de objetos de dois conjuntos (formados por até 30 elementos).	Números Naturais: relação de correspondência um a um e um para muitos.								
	PR.EF01MA04.s Contar a quantidade de objetos de coleções até 100 unidades e apresentar o resultado por meio de registros verbais e simbólicos, em situações de seu interesse, como jogos, brincadeiras, materiais da sala de aula, entre outros.	Contagem exata de objetos com registros verbais e simbólicos	X						X	
		Sistema de Numeração Decimal: Números Naturais.	X							X

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EF01MA04.d Contar até 100 unidades utilizando agrupamentos de 10 em 10 como estratégia e outros.	Agrupamentos: dezenas.	X						X	
		Agrupamentos: base 10.	X							X
	PR.EF01MA02.n Reconhecer agrupamentos tais como: dúzia e, meia dúzia em diferentes contextos.	Agrupamentos: dúzia e meia dúzia.	X						X	
	PR.EF01MA04.d Ordenar números, progressivamente, até 100 unidades.	Números Naturais: ordem ascendente e descendente.								
	PR.EF01MA04.n Representar números de até duas ordens utilizando recurso didático manipulável ³⁴ e digitais.	Números Naturais: leitura e escrita.								
	PR.EF01MA04.d Ler e realizar hipóteses de escrita alfabética dos números naturais até 100.		X						X	
	PR.EF01MA04.d Ordenar números, progressivamente, até 100 unidades.	Números Naturais: ordenação.	X							X
	PR.EF01MA04.d Representar números de até duas ordens utilizando recurso didático manipulável e digitais.	Números Naturais: representação, leitura e escrita por extenso até 100.	X							X
	PR.EF01MA05.d Utilizar o zero para indicar ordem vazia e ausência de quantidade.	Números Naturais: representação, leitura e escrita por extenso (em torno de 50).	X						X	
PR.EF01MA05.d Identificar o antecessor e sucessor dos números	Números Naturais:	X						X		

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	naturais até duas ordens em situações contextualizadas	antecessor e sucessor.								
	PR.EF01MA05.d Diferenciar e utilizar os conceitos de número par e ímpar no contexto de jogos, brincadeiras e resolução de problemas.	Números Naturais: pares e ímpares.	X						X	
	PR.EF01MA05.s Comparar números naturais de até duas ordens em situações cotidianas, com e sem suporte da reta numérica.	Comparação de números naturais.	X						X	
	PR.EF01MA05.n Localizar números naturais, na reta numérica, em diferentes contextos de modo a perceber regularidades na sequência numérica.	Números Naturais: localização e representações na reta numérica.	X						X	
	PR.EF01MA05.n Utilizar a reta numérica como suporte para desenvolver procedimentos de cálculo durante o processo de resolução de problemas, envolvendo adição e subtração.	Números naturais: adição e subtração na reta numérica.	X						X	
	(PR.EF01MA05.s.1.78 Comparar números naturais de até duas ordens em situações cotidianas, com e sem suporte da reta numérica.	Comparação de números naturais (até duas ordens).	X							X
	PR.EF01MA05.d Identificar o antecessor e sucessor dos números naturais até duas ordens em situações contextualizadas.	Números Naturais: antecessor e sucessor.	X							X
	PR.EFO1MA06.a Construir fatos básicos da adição e utilizá-los em procedimentos de cálculo para resolver problemas no contexto de jogos e brincadeiras, com apoio de recursos (manipuláveis e digitais) e registros pictóricos.	Números naturais: adição.								
	PR.EFO1MA06.d Construir estratégias pessoais de cálculo, com									

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	registro (algarismos ou desenhos) para resolver problemas envolvendo adição e subtração.		X					X		
	PR.EFO1MA06.a Construir fatos básicos da adição e utilizá-los em procedimentos de cálculo para resolver problemas no contexto de jogos e brincadeiras, com apoio de recursos (manipuláveis e digitais) e registros pictóricos.	Estratégias pessoais de cálculo: adição e subtração.								
	PR.EFO1MA06.d Construir estratégias pessoais de cálculo, com registro (algarismos ou desenhos) para resolver problemas envolvendo adição e subtração.		X							X
	PR.EF01MA07.n Utilizar a composição e a decomposição de números (de até duas ordens), de diferentes formas, como estratégia de cálculo durante a resolução de problemas.	Números Naturais: Composição e decomposição de números (até duas ordens).	X						X	
	PR.EF01MA07.s Compor e decompor número de até duas ordens, por meio de diferentes adições, com o suporte de material manipulável, contribuindo para a compreensão de características do sistema de numeração decimal e o desenvolvimento de estratégias de cálculo.	Números Naturais: composição e decomposição na base 10.	X						X	
	PR.EF01MA08.a Resolver e elaborar problemas de adição e de subtração, com números de até dois algarismos, envolvendo as ideias de comparação (quanto a mais, quanto a menos, qual a diferença, quanto falta para) com o suporte de imagens, material manipulável e/ou digital, utilizando estratégias e formas de registro pessoais.	Problemas de adição e subtração: ideias de comparação.	X						X	

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EF01MA08.n Resolver e elaborar problemas que envolvem as ideias de divisão (distribuição e medida) e multiplicação (ideia de adição de parcelas iguais) utilizando recursos manipuláveis, digitais e registros pictóricos como apoio.	Divisão no conjunto dos números naturais: ideia de distribuir e de medir.	X						X	
		Problemas envolvendo noções de multiplicação e divisão.	X						X	
		Multiplicação no conjunto dos números naturais: ideia de adição de parcelas iguais.	X						X	
	PR.EF01MA08.n Utilizar noções de metade e dobro para resolver e elaborar problemas com suporte de imagens e material manipulável.	Noções de dobro e metade.	X						X	
Números Ordinais	PR.EF01MA02.n Reconhecer, registrar e utilizar os números ordinais no contexto das práticas sociais (1.º ao 10.º).	Números ordinais (1º ao 10º).	X						X	
Sistema de numeração decimal Números naturais	PR.EF02MA01.n Comparar e ordenar números naturais (até a ordem de centenas) pela compreensão de características do sistema de numeração decimal (valor posicional e função do zero).	Comparação e ordenação de números naturais.								
	PR.EF02MA01.n Comparar e ordenar números (até a ordem de centenas) para identificar: maior, menor e igualdade em diferentes contextos.			X				X		
	PR.EF02MA01.n Compreender o número natural no contexto de leitura de diferentes gêneros textuais que circulam em sociedade,	A função social do número.		X				X		

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	em especial nos rótulos de produtos e panfletos de propaganda.									
	PR.EF02MA01.n Contar os elementos de um conjunto estabelecendo a relação entre a quantidade e o número natural que o representa, escrever esse número utilizando algarismos e por extenso.	Números Naturais: relação entre quantidade e número.		X				X		
	PR.EF02MA01.n Ler, escrever por extenso e representar os números, utilizando algarismos e recursos manipuláveis e/ou digitais, até a ordem de centenas.	Representação, leitura e escrita de números naturais por extenso.		X				X		
	PR.EF02MA01.n Reconhecer o antecessor e o sucessor de um número natural (até a ordem de centenas) em diferentes situações.	Números naturais: Antecessor e sucessor de um número.		X				X		
	PR.EF02MA01.n Reconhecer o valor posicional dos algarismos em um número, estabelecendo as relações entre as ordens: 10 unidades = 1 dezena, 10 dezenas = 1 centena utilizando recursos manipuláveis e digitais.	Sistema de Numeração Decimal: valor posicional e função do zero.		X				X		
		Composição e decomposição de números naturais.								
	PR.EF02MA01.n Realizar agrupamentos e trocas nas diferentes bases (base 2, 3, 5 e 10) utilizando recursos didáticos (manipuláveis digitais) e registros pessoais para compreender as regularidades que compõe o sistema de numeração decimal.	Agrupamentos: base 2, base 3, base 5 [...] base 10.		X				X		
	PR.EF02MA01.n Comparar e ordenar números naturais (até a ordem de centenas) pela compreensão de características do	Sistema de Numeração Decimal: valor posicional								

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	sistema de numeração decimal (valor posicional e função do zero).	e função do zero.		X					X	
		Comparação e ordenação de números naturais.								
	PR.EF02MA01.n Reconhecer o valor posicional dos algarismos em um número, estabelecendo as relações entre as ordens: 10 unidades = 1 dezena, 10 dezenas = 1 centena utilizando recursos manipuláveis e digitais.	Valor posicional de Números Naturais: unidades e dezenas.		X					X	
	PR.EF02MA01.n Realizar agrupamentos e trocas nas diferentes bases (base 2, 3, 5 e 10) utilizando recursos didáticos (manipuláveis digitais) e registros pessoais para compreender as regularidades que compõe o sistema de numeração decimal.	Agrupamentos: base 10.		X					X	
	PR.EF02MA01.n Compreender e utilizar os conceitos de número par e ímpar no contexto de jogos, brincadeiras e resolução de problemas.	Números naturais: pares e ímpares.		X					X	
	PR.EF02MA01.n Reconhecer o valor posicional dos algarismos em um número, estabelecendo as relações entre as ordens: 10 unidades = 1 dezena, 10 dezenas = 1 centena, utilizando recursos manipuláveis e digitais.	Sistema de Numeração Decimal: valor posicional e função do zero.		X					X	
	PR.EF02MA01.n Reconhecer e utilizar o conceito de quantidade que representa dúzia e meia dúzia no contexto das práticas sociais.	Agrupamento: Dúzia e meia dúzia.		X					X	
	PR.EF02MA02.n Fazer estimativas por meio de estratégias diversas (pareamento, agrupamento, cálculo mental, correspondência biunívoca) a respeito da quantidade de objetos de	Estratégias de contagem: estimativa (pareamento, agrupamento, cálculo								

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	coleções e registrar o resultado da contagem desses objetos (até 1000 unidades).	mental e correspondência biunívoca).		X				X		
		Contagem exata e aproximada: relações entre números naturais e quantidade.								
	PR.EF02MA03.n Comparar quantidades de objetos de dois conjuntos, por estimativa e/ou por correspondência (um a um, dois a dois, entre outros), para indicar “tem mais”, “tem menos” ou “tem a mesma quantidade”, indicando, quando for o caso, quantos a mais e quantos a menos.	Comparação de quantidades de objetos de dois conjuntos: tem mais, tem menos, tem a mesma quantidade, quanto a mais e quanto a menos.		X				X		
	PR.EF02MA04.n Representar números de até três ordens utilizando recursos manipuláveis e digitais.	Representação, leitura e escrita de números naturais por extenso.		X					X	
	PR.EF02MA04.n Contar (de forma ascendente e descendente ³⁶) no contexto das práticas sociais e escrever os números na ordem definida.	Número Natural: ordem ascendente e descendente.		X					X	
	PR.EF02MA04.a Compor e decompor números naturais de até três ordens, com suporte de material manipulável, por meio de diferentes adições para reconhecer o seu valor posicional.	Composição e decomposição de números naturais.								
	PR.EF02MA04.n Resolver e elaborar problemas utilizando diferentes estratégias de cálculo, dentre elas a composição e a decomposição de números (de até três ordens) por meio de									

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	adições. PR.EF02MA04.n.2.36 Resolver e elaborar problemas utilizando diferentes estratégias de cálculo, dentre elas a composição e a decomposição de números (de até três ordens) por meio de adições.			X					X	
	PR.EF02MA05.a Construir fatos básicos da adição e subtração e utilizá-los no cálculo mental ou escrito em diferentes contextos com o apoio de recursos manipuláveis e pictóricos.	Números Naturais: fatos básicos de Adição e subtração.		X				X		
	PR.EF02MA05.d Resolver operações de adição com apoio de recursos manipuláveis e/ou digitais, registros pictóricos e algorítmicos (com e sem agrupamento na dezena).	Algoritmos para resolver operações de adição.		X				X		
	PR.EF02MA05.a Construir fatos básicos da adição e subtração e utilizá-los no cálculo mental ou escrito em diferentes contextos com o apoio de recursos manipuláveis e pictóricos.	Números Naturais: fatos básicos de Adição e subtração.		X					X	
		Estratégias pessoais de cálculo.								
	PR.EF02MA05.d Resolver operações de adição com apoio de recursos manipuláveis e/ou digitais, registros pictóricos e algorítmicos (com e sem agrupamento na dezena).	Algoritmos para resolver operações de adição e de subtração.		X					X	
	PR.EF02MA05.d Resolver operações de subtração com apoio de recursos manipuláveis e/ou digitais, registros pictóricos e algorítmicos (com e sem desagrupamento na dezena).									
	PR.EF02MA05.a Construir fatos básicos da adição e subtração e utilizá-los no cálculo mental ou escrito em diferentes contextos com	Números Naturais: fatos básicos de Adição e		X					X	

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	o apoio de recursos manipuláveis e pictóricos.	subtração.								
	PR.EF02MA05.d Resolver operações de adição com apoio de recursos manipuláveis e/ou digitais, registros pictóricos e algorítmicos (com e sem agrupamento na dezena).	Algoritmos para resolver operações de adição e subtração.								
	PR.EF02MA05.d Resolver operações de subtração com apoio de recursos manipuláveis e/ou digitais, registros pictóricos e algorítmicos (com e sem desagrupamento na dezena).			X					X	
	PR.EF02MA05.n Utilizar a reta numérica como suporte para desenvolver procedimentos de cálculo durante o processo de resolução de problemas, envolvendo adição e subtração.	Reta Numérica: representações e operações de adição e de subtração.		X					X	
	PR.EF02MA06.a Resolver e elaborar problemas de adição e de subtração, envolvendo números de até três ordens, com os significados de juntar, acrescentar, separar, retirar, com o suporte de imagens, material manipulável e/ou digital, utilizando estratégias pessoais ou convencionais.	Problemas de adição e de subtração: significados de juntar, acrescentar, separar e retirar.		X				X	X	X
	PR.EF02MA06.n Resolver e elaborar problemas de adição e de subtração, com números de até três ordens, envolvendo as ideias de comparação (quanto a mais, quanto a menos, qual a diferença, quanto falta para) com o suporte de imagens, material manipulável e/ou digital, utilizando estratégias e formas de registro pessoais ou convencionais.	Problemas de subtração envolvendo a ideia de comparação: quanto a mais, quanto a menos, qual a diferença, quanto falta para.		X				X	X	X
	PR.EF02MA07.d Construir estratégias pessoais de cálculo, com registro, para resolver problemas envolvendo adição e subtração.	Estratégias pessoais de cálculo.		X				X	X	

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EF02MA07.a Resolver e elaborar problemas de multiplicação (por 2, 3, 4 e 5) com a ideia de adição de parcelas iguais por meio de estratégias e formas de registro pessoais, utilizando ou não suporte de imagens, material manipulável e digital.	Problemas de multiplicação: ideia de adição de parcelas iguais.		X					X	X
	PR.EF02MA07.n Resolver e elaborar problemas de divisão (por 2, 3, 4 e 5) que envolvem as ideias de distribuição e medida, utilizando estratégias e formas de registros pessoais, recursos manipuláveis, digitais e registros pictóricos como apoio.	Problemas de divisão: ideia de distribuir e medir.		X					X	X
	PR.EF02MA08.a Resolver e elaborar problemas envolvendo dobro, metade, triplo e terça parte, com o suporte de imagens ou material manipulável, utilizando estratégias pessoais em diferentes contextos, em especial: jogos e brincadeiras.	Problemas envolvendo significados de dobro/metade e triplo/terça parte.		X						X
	PR.EF02MA09.s Identificar e construir sequências de números naturais em ordem crescente ou decrescente a partir de um número qualquer, utilizando uma regularidade estabelecida.	Sequências de Números Naturais: ordem crescente e decrescente.		X					X	
Números ordinais	PR.EF02MA01.n Reconhecer, registrar e utilizar os números ordinais no contexto das práticas sociais (1º ao 30º).	Números ordinais.		X					X	
Sistema de numeração decimal	PR.EF03MA01.s Ler, escrever e comparar números naturais de até a ordem de unidade de milhar, estabelecendo relações entre os registros numéricos e em língua materna.	Sistema de Numeração Decimal: Números Naturais.			X			X		
Números naturais		Números Naturais: representação, leitura e escrita por extenso.			X					X

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EF03MA01.d Representar números naturais até a quarta ordem utilizando algarismos e recursos manipuláveis ou digitais.	Números Naturais: representação, leitura e escrita por extenso.			X			X		X
	PR.EF03MA01.n Compreender o número natural no contexto de diferentes gêneros textuais que circulam na sociedade e conhecer aspectos da sua história.	A função social dos números e aspectos históricos.			X			X		X
	PR.EF03MA01.d Compreender o valor posicional dos algarismos em um número, estabelecendo as relações entre as ordens: 10 unidades = 1 dezena; 10 dezenas = 1 centena; 10 centenas = 1 unidade de milhar.	Agrupamentos: unidade, dezena, centena e unidade de milhar (valor posicional).			X			X		X
	PR.EF03MA01.d Identificar o antecessor e sucessor dos números naturais até quatro ordens em diferentes contextos.	Números Naturais: antecessor e sucessor.			X			X		X
	PR.EF03MA01.d Organizar agrupamentos para facilitar a contagem e a comparação entre coleções que envolvem quantidades até as unidades de milhar.	Agrupamentos como estratégia de contagem de coleções.			X			X		
		Agrupamentos como estratégia de contagem e comparação de quantidades.			X					X
	PR.EF03MA02.s Identificar características do sistema de numeração decimal, utilizando a composição e a decomposição de número natural de até quatro ordens.	Números Naturais: composição e decomposição.			X			X		X
	PR.EF03MA02.d Compor e decompor números naturais utilizando				X			X		X

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	diferentes estratégias e recursos didáticos.									
	PR.EF03MA02.d Escrever números naturais em ordem crescente e decrescente até a quarta ordem.	Números Naturais: ordem crescente e decrescente.			X			X		X
	PR.EF03MA02.n Compreender e utilizar os conceitos de número par e ímpar no contexto de jogos, brincadeiras e resolução de problemas.	Números Naturais: pares e ímpares.			X			X		
	PR.EF03MA03.s Construir e utilizar fatos básicos da adição e da multiplicação para o cálculo mental ou escrito.	Estratégias de Cálculo Mental: Multiplicação.			X			X		
	PR.EF03MA03.d Construir estratégias pessoais de cálculo, com registro, para resolver problemas envolvendo a multiplicação.	Estratégias de Cálculo Mental: Multiplicação.			X				X	
	PR.EF03MA03.d Resolver operações de multiplicação, de um fator por números naturais, até a 3. ^a ordem sem agrupamento na dezena e reagrupamento na centena.	Algoritmos para resolver multiplicações.			X				X	
	PR.EF03MA04.s Estabelecer a relação entre números naturais e pontos da reta numérica para utilizá-la na ordenação dos números naturais e também na construção de fatos da adição e da subtração, relacionando-os com deslocamentos para a direita ou para a esquerda.	Números Naturais: localização na reta numérica e operações (adição, subtração e multiplicação).			X				X	
	PR.EF03MA04.d Estabelecer a relação entre números naturais e pontos da reta numérica para utilizá-la na ordenação dos números naturais.				X				X	
	PR.EF03MA04.d Utilizar a reta numérica como suporte para desenvolver procedimentos de cálculo durante o processo de				X				X	

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	resolução de problemas, envolvendo adição, subtração e multiplicação, deslocando-se para a direita ou para a esquerda.									
	PR.EF03MA05.s Utilizar diferentes procedimentos de cálculo mental e escrito para resolver problemas significativos envolvendo adição e subtração com números naturais.	Estratégias de Cálculo Mental: adição e subtração.			X			X		
	PR.EF03MA05.d Construir estratégias pessoais de cálculo, com registro, para resolver problemas envolvendo adição e subtração.									
	PR.EF03MA05.d Resolver operações de adição utilizando a compensação como estratégia de cálculo (Exemplo: $58 + 13 = 60 + 13 - 2$) com apoio de recursos manipuláveis e registros pictóricos em diferentes contextos.	Estratégias de cálculo: compensação.			X			X		
	PR.EF03MA05.d Resolver operações de adição (com e sem agrupamentos e reagrupamentos) e de subtração (com e sem desagrupamento) com apoio de recursos manipuláveis ou digitais e registros pictóricos envolvendo números naturais até a ordem de unidade de milhar.	Algoritmos para resolver adições e subtrações.			X			X		
	PR.EF03MA06.a Resolver e elaborar problemas de adição e subtração com os significados de juntar, acrescentar, separar, retirar, comparar (quanto a mais, quanto a menos, qual a diferença) e completar quantidades (quanto falta para), utilizando diferentes estratégias de cálculo exato ou aproximado, incluindo cálculo mental, com o suporte de imagens, material manipulável e/ou digital.	Problemas de adição e de subtração: significados de juntar, acrescentar, separar, comparar (quanto a mais, quanto a menos, qual a diferença) e completar quantidades.			X			X		X
	PR.EF03MA07.a Resolver e elaborar problemas de multiplicação (por 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10) com os significados de adição de	Problemas de multiplicação: significado			X			X		

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	parcelas iguais e elementos apresentados em disposição retangular, utilizando diferentes estratégias de cálculo e registros e representações por meio de recursos manipuláveis ou digitais.	de adição de parcelas iguais e configuração retangular.								
	PR.EF03MA07.a Resolver e elaborar problemas de multiplicação (por 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10) com os significados de adição de parcelas iguais e elementos apresentados em disposição retangular, utilizando diferentes estratégias de cálculo e registros e representações por meio de recursos manipuláveis ou digitais.	Números Naturais: adição e multiplicação.			X				X	
		Problemas de multiplicação: significado de adição de parcelas iguais e disposição retangular.			X				X	X
	PR.EF03MA08.a Resolver e elaborar problemas de divisão de um número natural por outro (até 10), com resto zero e com resto diferente de zero, com os significados de repartição equitativa e de medida, por meio de estratégias e registros pessoais utilizando recursos manipuláveis e/ou digitais.	Problemas de divisão (exata e não exata) no conjunto dos números naturais: significados de repartição equitativa e medida.			X			X	X	X
		Estratégias de Cálculo Mental: divisão.			X			X		
	PR.EF03MA09.s Associar o quociente de uma divisão com resto zero de um número natural por 2, 3, 4, 5 e 10 às ideias de metade, terça, quarta, quinta e décima partes.	Noções de fração: metade, terça, quarta, quinta e décima parte.			X				X	
	PR.EF03MA09.d Resolver e elaborar problemas envolvendo noções de metade, terça parte, quarta parte, quinta parte e décima parte (no todo contínuo e no todo discreto) utilizando diferentes	Problemas envolvendo frações: metade, terça parte, quarta parte, quinta parte e décima parte (no			X				X	

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	registros e recursos manipuláveis como apoio.	todo contínuo e no todo discreto).								
	PR.EF03MA09.d Representar, por meio de uma fração, as noções de metade, terça parte, quarta parte, quinta parte e décima parte.	Representação de fração: metade, um terço, um quarto, um quinto e um décimo.			X				X	
	PR.EF03MA09.d Ler e escrever por extenso, os números racionais, representados por meio de uma fração com denominadores iguais a 2, 3, 4, 5 e 10.	Leitura e escrita por extenso das frações: metade, um terço, um quarto, um quinto e um décimo.			X				X	
	PR.EF03MA09.d Estabelecer relações entre as partes e o todo, em uma fração, no contexto de resolução de problemas utilizando apoio em imagens e material manipulável.	Noções de fração: relações parte/todo.			X				X	
Sistema de numeração decimal Números naturais	PR.EF04MA01.s.4.01 Ler, escrever e ordenar números naturais até a ordem de dezenas de milhar.	Sistema de numeração decimal.				X		X		
	PR.EF04MA01.d Ler textos que contenham informações numéricas, até a ordem das dezenas de milhar, para compreender aspectos da realidade social, cultural e econômica.	Números Naturais: representação, leitura e escrita por extenso.				X		X		
	PR.EF04MA01.d Conhecer outros sistemas de numeração, em especial o Romano em seu contexto de uso social.	Sistema de numeração Romano.				X		X		
	PR.EF04MA01.d Representar números naturais, até a ordem das dezenas de milhar, por extenso, utilizando algarismos e recursos	Agrupamentos e reagrupamentos: dezena,				X		X		

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	manipuláveis ou digitais.	centena, unidade de milhar e dezena de milhar.								
	PR.EF04MA01.d Compreender os agrupamentos de 10 em 10 como característica do Sistema de numeração decimal (10 unidades = 1 dezena, 10 dezenas = 1 centena, 10 centenas = 1 unidade de milhar e 10 unidades de milhar = 1 dezena de milhar).					X		X		
	PR.EF04MA02.a Mostrar, por decomposição e composição, que todo número natural pode ser escrito por meio de adições e multiplicações por potências de dez (Exemplo: 12 345= (1 x 10 000) + (2 x 1 000) + (3 x 100) + (4 x 10) + 5 x 1), para compreender o sistema de numeração decimal e desenvolver estratégias de cálculo.					X			X	
	PR.EF04MA02.d Compor e decompor números naturais (até a 5ª ordem) utilizando diferentes estratégias de cálculo, mostrando compreensão das possibilidades de agrupamento e reagrupamento de quantidades (por exemplo: 1 234 = 123 dezenas e 4 unidades).	Números naturais: composição e decomposição por meio de adições e multiplicações por potências de dez.				X			X	
	PR.EF04MA05.d Construir estratégias pessoais de cálculo, com registro, para resolver problemas envolvendo adição, subtração, multiplicação e divisão.					X			X	
	PR.EF04MA03.s Resolver e elaborar problemas com números naturais envolvendo adição e subtração, utilizando estratégias diversas, como cálculo, cálculo mental e algoritmos, além de fazer estimativas do resultado.	Problemas de adição e de subtração no conjunto dos números naturais.				X			X	
	PR.EF04MA03.n Resolver e elaborar diferentes tipos de problemas (com números naturais) no contexto de jogos e brincadeiras,	Problemas envolvendo duas ou mais operações				X		X		

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	envolvendo uma ou mais operações, imagens/gráficos e desafios lógicos, a fim de desenvolver raciocínio dedutivo, princípios lógico-matemáticos e criação de estratégias.	no conjunto dos números naturais.								
	PR.EF04MA03.d Resolver operações de adição (com e sem agrupamento e reagrupamento) e subtração (com e sem desagrupamento) envolvendo números naturais e expressos na forma decimal.	Algoritmos para adição e subtração no conjunto dos números naturais.				X		X		
		Estratégias de cálculo: mental, algoritmos e estimativas.				X		X		
	PR.EF04MA03.s Utilizar as relações entre adição e subtração, bem como entre multiplicação e divisão, para ampliar as estratégias e a verificação de cálculos que realiza.	Estratégias para verificação de cálculos: operações inversas.				X		X		
	PR.EF04MA03.s Resolver e elaborar problemas com números naturais envolvendo adição e subtração, utilizando estratégias diversas, como cálculo, cálculo mental e algoritmos, além de fazer estimativas do resultado.	Problemas de adição e de subtração no conjunto dos números naturais e racionais.				X			X	
		Problemas envolvendo duas ou mais operações no conjunto dos números naturais e racionais.				X			X	
	PREF04MA03.s Resolver operações de adição (com e sem agrupamento e reagrupamento) e subtração (com e sem desagrupamento) envolvendo números naturais e expressos na forma decimal.	Algoritmos para adição e subtração no conjunto dos números naturais e racionais.				X			X	

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
		Estratégias de cálculo: mental, algoritmos e estimativas.				X			X	
	PR.EF04MA03.n Resolver e elaborar diferentes tipos de problemas (com números naturais) no contexto de jogos e brincadeiras, envolvendo uma ou mais operações, imagens/gráficos e desafios lógicos, a fim de desenvolver raciocínio dedutivo, princípios lógico-matemáticos e criação de estratégias.	Problemas de lógica.				X			X	
	PR.EF04MA05.s Utilizar as propriedades das operações para desenvolver estratégias de cálculo.	Propriedades das operações.				X			X	
	PR.EF04MA05.d Utilizar as propriedades da adição (comutativa, associativa, elemento neutro e fechamento) e da multiplicação (comutativa, associativa, distributiva e elemento neutro) para ampliar as possibilidades de estratégias de cálculo.	Propriedades da adição: comutativa, associativa, elemento neutro e fechamento.				X			X	
	PR.EF04MA05.d Compreender que ao mudarmos as parcelas de lugar na adição (propriedade comutativa) o resultado não se altera (Exemplo: $3 + 4 = 4 + 3 = 7$).					X			X	
	PR.EF04MA05.d Compreender que ao somarmos três ou mais parcelas de maneiras diferentes (propriedade associativa), o resultado não se altera (Exemplo: $(2 + 4) + 5 = 2 + (4 + 5) = 11$).					X			X	
	PR.EF04MA05.d Reconhecer que, na adição, qualquer número adicionado a zero (elemento neutro) tem como resultado o próprio número (Exemplo: $3 + 0 = 3$).					X			X	

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EF04MA05.d Saber que o resultado da soma de um ou mais números naturais (fechamento) será sempre um número natural (Exemplo: $2 + 5 = 7$, dois é um número natural e cinco também, logo o resultado da operação será um número natural).					X			X	
	PR.EF04MA05.d Compreender que ao mudarmos os fatores de lugar na multiplicação, o resultado não se altera (propriedade comutativa).	Propriedades da multiplicação: comutativa, associativa, distributiva e elemento neutro.				X			X	
	PR.EF04MA05.d Entender que ao multiplicarmos três ou mais fatores de maneiras diferentes (propriedade associativa), o produto não se altera.					X			X	
	PR.EF04MA05.d Conhecer a propriedade distributiva da multiplicação em relação à adição para resolver problemas.					X			X	
	PR.EF04MA05.d Reconhecer que, na multiplicação, qualquer número multiplicado por um (elemento neutro) tem como produto, o próprio número (Exemplo: $3 \times 1 = 3$).					X			X	
	PR.EF04MA06.s Resolver e elaborar problemas envolvendo diferentes significados da multiplicação (adição de parcelas iguais, organização retangular e proporcionalidade), utilizando estratégias diversas, como cálculo por estimativa, cálculo mental e algoritmos.	Problemas de multiplicação: significados de adição de parcelas iguais, organização retangular e proporcionalidade.				X		X		
	PR.EF04MA06.d Resolver operações de multiplicação por dois fatores, envolvendo os números naturais, utilizando diferentes estratégias e registros.	Operação de multiplicação por um e por dois fatores no conjunto dos números				X		X		

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
		naturais.								
	PR.EF04MA11.s Identificar regularidades em sequências numéricas compostas por múltiplos de um número natural.	Números naturais: Sequências numéricas formadas por múltiplos.				X		X		
	PR.EF04MA06.s Resolver e elaborar problemas envolvendo diferentes significados da multiplicação (adição de parcelas iguais, organização retangular e proporcionalidade), utilizando estratégias diversas, como cálculo por estimativa, cálculo mental e algoritmos.	Problemas de multiplicação: significados de adição de parcelas iguais, organização retangular e proporcionalidade.				X			X	X
	PR.EF04MA06.d Resolver operações de multiplicação por dois fatores, envolvendo os números naturais, utilizando diferentes estratégias e registros.	Operação de multiplicação por um e por dois fatores no conjunto dos números naturais.				X			X	X
	PR.EF04MA07.s Resolver e elaborar problemas de divisão cujo divisor tenha no máximo dois algarismos, envolvendo os significados de repartição equitativa e de medida, utilizando estratégias diversas, como cálculo por estimativa, cálculo mental e algoritmos.	Problemas de divisão: significados de repartição equitativa (distribuir igualmente) e de medida.				X		X		X
	PR.EF04MA07.d Resolver operações de divisão (máximo de dois números no divisor) por meio de estratégias diversas, tais como a decomposição das escritas numéricas para a realização do cálculo mental exato e aproximado e de técnicas convencionais utilizando recursos manipuláveis e registros pictóricos como apoio, caso	Operações de divisão (máximo dois números no divisor): estratégias pessoais e algoritmos.				X		X		X

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	necessário.									
	PR.EF04MA08.s Resolver, com o suporte de imagem e/ou material manipulável, problemas simples de contagem, como a determinação do número de agrupamentos possíveis ao se combinar cada elemento de uma coleção com todos os elementos de outra, utilizando estratégias e formas de registro pessoais.	Problemas de contagem: raciocínio combinatório.				X			X	X
	PR.EF04MA09.s Reconhecer as frações unitárias mais usuais ($1/2$, $1/3$, $1/4$, $1/5$, $1/10$, $1/100$ e $1/100$) como unidades de medida menores do que uma unidade, utilizando a reta numérica como recurso.	Números racionais na forma fracionária: $1/2$, $1/3$, $1/4$, $1/5$, $1/10$, $1/100$ e $1/100$.				X			X	
	PR.EF04MA09.d Estabelecer relações entre as partes e o todo para compreender os números racionais na forma fracionária.					X			X	
	PR.EF04MA09.d Identificar numerador e denominador das frações estabelecendo as relações entre as partes e todo.					X			X	
	PR.EF04MA09.d Ler e escrever, por extenso, o nome das frações mais usuais.	Representação, leitura e escrita por extenso de frações mais usuais.				X			X	
	PR.EF04MA09.n Resolver problemas envolvendo noções de metade, terça parte, quarta parte, quinta parte, décima parte e centésima parte do todo contínuo e do todo discreto, utilizando recursos manipuláveis e registros pictóricos, como apoio.	Problemas envolvendo frações mais usuais: todo contínuo e todo discreto.				X			X	
	PR.EF04MA09.n Reconhecer que uma mesma quantidade pode ser representada de diferentes maneiras (frações equivalentes).	Equivalência de frações: $1/2$ e $2/4$, $1/3$ e $2/6$, $1/5$,				X			X	

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
		2/10 e 1/10 e 10/100.								
	PR.EF04MA09.d Comparar frações unitárias mais usuais no contexto de resolução de problemas.	Comparação de frações unitárias mais usuais.				X			X	
	PR.EF04MA09.n Utilizar o conhecimento das frações mais usuais para ler e compreender diferentes textos em que elas aparecem (receitas, rótulos de produtos e outros).	Textos em que aparecem frações: receitas, por exemplo.				X			X	
	PR.EF04MA10.s Reconhecer que as regras do sistema de numeração decimal podem ser estendidas para a representação decimal de um número racional e relacionar décimos e centésimos com a representação do sistema monetário brasileiro.	Relações entre números racionais: forma fracionária e decimal.				X			X	
	PR.EF04MA10.s Reconhecer que as regras do sistema de numeração decimal podem ser estendidas para os números racionais, na representação decimal.					X			X	
	PR.EF04MA10.s Relacionar décimos e centésimos com a representação do sistema monetário brasileiro.	Relações entre décimos e centésimos com o sistema monetário brasileiro.				X			X	
	PR.EF04MA10.s Ler e escrever, por extenso, o valor expresso no sistema monetário brasileiro.	Sistema monetário Brasileiro: representações, leitura e escrita por extenso dos valores das moedas e cédulas.				X			X	
	PR.EF04MA10.s Representar valores relacionados ao sistema monetário brasileiro utilizando símbolos convencionais.					X			X	

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EF04MA10.s Estabelecer relações e fazer trocas envolvendo as cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro em diferentes contextos.	Relações entre as cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro: trocas e destrocas.				X			X	
	PR.EF04MA10.s Resolver e elaborar problemas envolvendo o sistema monetário brasileiro. Conhecer outros sistemas de medida de valor conforme a cultura local.	Problemas envolvendo o sistema monetário brasileiro.				X			X	
		Textos que circulam no comércio: propaganda e anúncio.				X			X	
		Medida de valor utilizada em outros países: dólar, por exemplo. História da moeda brasileira.				X			X	
	PR.EF05MA01.s Ler, escrever e ordenar números naturais até a ordem das centenas de milhar com compreensão das principais características do sistema de numeração decimal.	Sistema de numeração decimal.					X	X		
		Números naturais: comparação e ordenação.					X	X		
		Agrupamentos e reagrupamentos: dezena, centena, unidade de milhar, dezena de milhar					X	X		

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
		e centena de milhar.								
	PR.EF05MA01.d Ler, escrever (utilizando algarismos e por extenso) e ordenar números naturais até a ordem das centenas de milhar com compreensão das principais características do sistema de numeração decimal.	Números Naturais: representação, leitura e escrita por extenso.					X	X		
	PR.EF05MA01.n Ler números que estão presentes nos diferentes gêneros textuais e em diferentes contextos, até a ordem das centenas de milhar, para compreender aspectos da realidade social, política, cultural e econômica.						X	X		
	PR.EF05MA02.n Ler, escrever e ordenar números racionais na forma decimal com compreensão das principais características do sistema de numeração decimal, utilizando, como recursos, a composição e decomposição e a reta numérica.	Números racionais na forma decimal: leitura, escrita e ordenação.					X	X		
	PR.EF05MA02.d Ler, escrever (em algarismos e por extenso) e ordenar números racionais na forma decimal com compreensão das principais características do sistema de numeração decimal, utilizando, como recursos, a composição e decomposição e a reta numérica.	Números racionais: composição e decomposição.					X	X		
	PR.EF05MA02.d Compreender o valor posicional dos números racionais expressos na forma decimal.	Números racionais: valor posicional (décimo, centésimo e milésimo).					X	X		
	PR.EF05MA02.d Reconhecer que os números racionais admitem diferentes representações na forma fracionária.	Números racionais: relações entre frações e					X	X		

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EF05MA02.d Estabelecer relações entre os números racionais na forma fracionária e decimal.	números decimais.					X	X		
	PR.EF05MA02.d Compreender que os agrupamentos e reagrupamentos presentes na composição do Sistema de numeração decimal estende-se para os números racionais (Por exemplo: 1 inteiro = 10 décimos; 1 décimo = 10 centésimos; 1 centésimo = 10 milésimos).	Números racionais da representação decimal: agrupamentos e reagrupamentos.					X	X		
	PR.EF05MA02.d.5.10 Observar que os números naturais podem também ser expressos na forma fracionária.						X	X		
	PR.EF05MA03.a Identificar e representar frações (menores e maiores que a unidade), associando-as ao resultado de uma divisão ou à ideia de parte de um todo (contínuo e discreto), utilizando diferentes recursos, inclusive a reta numérica.	Números racionais: frações (todo contínuo e todo discreto).					X	X		
		Frações: relações parte/todo.					X		X	
	PR.EF05MA03.d Reconhecer e representar na forma fracionária e na forma mista, números fracionários maiores que uma unidade.	Representações de fração na forma mista.					X	X		
	PR.EF05MA03.d Identificar situações em que as frações são utilizadas.	A função social das frações e dos números decimais.					X	X		
	PR.EF05MA03.s Reconhecer frações com denominador 100 como	Frações decimais: 1/10,					X		X	

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	uma forma de representar porcentagem, e número decimal.	1/100 e 1/1000								
		Problemas envolvendo equivalência de frações.					X		X	
		Estratégias de cálculo: mental e pessoal.					X		X	
	PR.EF05MA04.a Identificar frações equivalentes utilizando estratégias e recursos diversos.	Frações equivalentes.					X	X		
	PR.EF05MA04.d Escrever frações equivalentes a partir de uma fração indicada.						X	X		
	PR.EF05MA04.d Resolver e elaborar problemas envolvendo o conceito de equivalência.	Problemas envolvendo equivalência de frações. Frações decimais: 1/10, 1/100 e 1/1000.					X	X		
	PR.EF05MA04.d Comparar duas ou mais frações, em diferentes contextos, a fim de identificar qual delas representa a maior, a menor quantidade e se há equivalência entre elas.	Números racionais: localização, ordenação e representação na reta numérica.					X	X		
	PR.EF05MA05.s Comparar e ordenar números racionais positivos (representações fracionária e decimal), relacionando-os a pontos na reta numérica.	Comparação e ordenação de números naturais e racionais.					X	X		
	PR.EF05MA06.s Associar as representações 10%, 25%, 50%, 75% e 100% respectivamente à décima parte, quarta parte, metade, três quartos e um inteiro, para calcular porcentagens,	Porcentagem: 10%, 25%, 50%, 75% e 100%					X		X	

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros.									
	PR.EF05MA06.d Utilizar malhas quadriculadas e outros recursos didáticos para representar 10%, 25%, 50%, 75% e 100%.									
	PR.EF05MA06.n Compreender as representações, na forma de porcentagem, presentes em textos que circulam em sociedade.	Textos que apresentam informações expressas em porcentagem.					X		X	
	PR.EF05MA06.d Resolver e elaborar problemas envolvendo cálculo de porcentagem (10%, 25%, 50%, 75% e 100%) em contextos de educação financeira e outros.	Resolver problemas envolvendo porcentagem (10%, 25%, 50%, 75% e 100%).					X		X	
	PR.EF05MA06.n Relacionar as representações fracionárias e decimais com porcentagem (Exemplo: 50%= 50/100 = 0,50)	Relações entre porcentagem, números decimais e frações.					X		X	
	PR.EF05MA07.s Resolver e elaborar problemas de adição e subtração com números naturais e com números racionais, cuja representação decimal seja finita, utilizando estratégias diversas, como cálculo por estimativa, cálculo mental e algoritmos.	Problemas de adição e de subtração: números naturais e racionais.					X	X		
	PR.EF05MA07.d Construir estratégias pessoais de cálculo, com registro, para resolver problemas envolvendo adição e subtração.	Estratégias de cálculo: mental, estimativa e algoritmos.					X	X	X	
	PR.EF05MA07.n Resolver e elaborar diferentes tipos de problemas (com números naturais) no contexto de jogos e brincadeiras, envolvendo uma ou mais operações, imagens/gráficos e desafios	Problemas envolvendo mais do que uma operação: adição,					X	X		

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	lógicos, a fim de desenvolver raciocínio dedutivo, princípios lógico-matemáticos e criação de estratégias.	subtração, multiplicação e divisão.								
		Problemas de caráter investigativo, quebra-cabeças e desafios lógicos.					X		X	
	PR.EF05MA07.n Elaborar e resolver problemas envolvendo mais do que uma operação (números naturais e racionais), incluindo multiplicação e divisão.	Problemas envolvendo mais do que uma operação: adição, subtração, multiplicação e divisão.					X	X	X	
	PR.EF05MA07.d Resolver operações de adição (com e sem agrupamento) e de subtração (com e sem reagrupamento) utilizando algoritmos e outras estratégias de modo contextualizado.	Operações de adição e de subtração no conjunto dos números naturais e racionais: algoritmos e estratégias pessoais.					X	X		
	PR.EF05MA07.d Resolver operações de adição e de subtração envolvendo racionais expressos na forma decimal (décimos, centésimos e milésimos) em diferentes contextos.						X	X	X	
	PR.EF05MA08.s Resolver e elaborar problemas de multiplicação e divisão com números naturais e com números racionais cuja representação decimal é finita (com multiplicador natural e divisor natural e diferente de zero), utilizando estratégias diversas, como	Problemas de multiplicação e divisão com números naturais e com números racionais.					X	X		

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	cálculo por estimativa, cálculo mental e algoritmos.	Operações de Multiplicação e divisão no conjunto dos números naturais e racionais: algoritmos e estratégias pessoais.					X		X	
	PR.EF05MA08.n Construir estratégias pessoais de cálculo, com registro, para resolver problemas envolvendo multiplicação (por um ou mais fatores) e divisão com um ou mais algarismos no divisor.	Operações de Multiplicação e divisão no conjunto dos números naturais e racionais: algoritmos e estratégias pessoais.					X	X	X	
	PR.EF05MA08.d Conhecer diferentes algoritmos para realizar operações de divisão (processo por subtrações sucessivas, por estimativa e processo longo) para que possa escolher o método que julgar mais favorável.						X	X	X	
	PR.EF05MA08.d Resolver operação de multiplicação (envolvendo um número racional por um multiplicador natural) e divisão (envolvendo um número racional com divisor natural e diferente de zero) de modo contextualizado.						X	X	X	
	PR.EF05MA08.n Resolver problemas de caráter investigativo (envolvendo multiplicações e divisões), criando estratégias diferenciadas e registros das respostas e processos desenvolvidos.		Problemas de caráter investigativo, quebra-cabeças e desafios lógicos.					X	X	
		Problemas envolvendo mais do que uma operação: adição, subtração, multiplicação e					X		X	

UNIDADE TEMÁTICA: NÚMEROS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
		divisão.								
	PR.EF05MA09.s Resolver e elaborar problemas simples de contagem envolvendo o princípio multiplicativo, como a determinação do número de agrupamentos possíveis ao se combinar cada elemento de uma coleção com todos os elementos de outra coleção, por meio de diagramas de árvore ou por tabelas.	Problemas de contagem: raciocínio combinatório. Princípio multiplicativo.					X		X	

UNIDADE TEMÁTICA: ÁLGEBRA			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Regularidades, padrões e sequências recursivas formadas por figuras, objetos e números naturais.	PR.EFO1MA09.s Organizar e ordenar objetos familiares ou representações por figuras, por meio de atributos, tais como cor, forma e medida.	Classificação, ordenação e inclusão de objetos, em um dado conjunto, de acordo com atributos.	X					X		
	PR.EFO1MA09.d Observar e comparar atributos de objetos e figuras (cor, forma, tamanho e outros) para organizar, ordenar e/ou classificá-los de acordo com critérios estabelecidos.		X					X		
	PR.EF02MA09.s Identificar e construir sequências de números naturais em ordem crescente ou decrescente a partir de um número qualquer, utilizando uma regularidade estabelecida.	Sequências de Números Naturais: ordem crescente e decrescente.		X						X
Sequências figurais	PR.EFO1MA10.s Descrever, após o reconhecimento e a explicitação de um padrão (ou regularidade), os elementos ausentes em sequências recursivas de números naturais, objetos	Padrões e regularidades em sequências recursivas formadas por figuras,	X					X		

UNIDADE TEMÁTICA: ÁLGEBRA			ANO					TRIMESTRE			
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
numéricas.	ou figuras.	objetos e números naturais.									
	PR.EFO1MA10.d Reconhecer os primeiros termos de uma sequência recursiva, sejam eles formados por números naturais, figuras ou objetos e explicitar o padrão, isto é, esclarecer a regularidade observada, para indicar ou descrever os elementos ausentes.										
	PR.EF02MA10.s Identificar e descrever um padrão (ou regularidade) de sequências repetitivas e de sequências recursivas, por meio de palavras, símbolos ou desenhos.	Sequências repetitivas e recursivas: números naturais, figuras e símbolos.		X						X	
	PR.EF03MA10.s Identificar regularidades em sequências ordenadas de números naturais, resultantes da realização de adições ou subtrações sucessivas, por um mesmo número, descrever uma regra de formação da sequência e determinar elementos faltantes ou seguintes.	Determinação de elementos faltantes em sequências.				X			X		
		Números Naturais: ordem crescente e decrescente.				X				X	
		Sequências de números naturais.				X				X	
Descrição das regras observadas.					X				X		
PR.EF05MA10.s Concluir, por meio de investigações, que a relação de igualdade existente entre dois membros permanece ao adicionar, subtrair, multiplicar ou dividir cada um desses membros por um mesmo número, para construir a noção de equivalência.	Propriedades da igualdade Noção de equivalência.					X				X	

UNIDADE TEMÁTICA: ÁLGEBRA			ANO					TRIMESTRE			
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
Sequências figurais e numéricas.	PR.EF02MA11.s Descrever os elementos ausentes em sequências repetitivas e em sequências recursivas de números naturais, objetos ou figuras.	Elementos ausentes em sequências repetitivas e recursivas.		X	X				X		
	PR.EF03MA11.s Compreender a ideia de igualdade para escrever diferentes sentenças de adições ou de subtrações de dois números naturais que resultem na mesma soma ou diferença.	Números Naturais: noções de igualdade em sentenças de adições e de subtrações.			X					X	
	PR.EF03MA11.d Resolver e elaborar problemas envolvendo as situações aditivas que apresentem um elemento desconhecido (Como por exemplo: Eu tinha uma coleção de 30 carrinhos. Fui contar a minha coleção e percebi que havia somente 12. Quantos carrinhos eu perdi?).	Problemas envolvendo situações aditivas (Elemento desconhecido).			X						X
	PR.EF04MA11.s Identificar regularidades em sequências numéricas compostas por múltiplos de um número natural.	Números naturais: Sequências numéricas formadas por múltiplos.				X		X			
	PR.EF05MA11.s Resolver e elaborar problemas cuja conversão em sentença matemática seja uma igualdade com uma operação em que um dos termos seja desconhecido.	Noção de equivalência: expressões numéricas envolvendo incógnita.					X				X
Números naturais: Sequências numéricas.	PR.EF04MA12.s Reconhecer, por meio de investigações, que há grupos de números naturais para os quais as divisões por um determinado número resultam em restos iguais, identificando regularidades.	Divisão de números naturais: regularidades.				X		X			
Proporcionalidade Relações entre	PR.EF05MA12.s Resolver problemas que envolvam variação de proporcionalidade direta entre duas grandezas, para associar a quantidade de um produto ao valor a pagar, alterar as quantidades	Proporcionalidade direta entre duas grandezas.					X	X			

UNIDADE TEMÁTICA: ÁLGEBRA			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
adição e subtração e entre multiplicação e divisão	de ingredientes de receitas, ampliar ou reduzir escala em mapas, entre outros.									
	PR.EF04MA13.s Reconhecer, por meio de investigações, utilizando a calculadora quando necessário, as relações inversas entre as operações de adição e de subtração e de multiplicação e de divisão, para aplicá-las na resolução de problemas.	Relações inversas entre as operações: adição e subtração, multiplicação e divisão.				X		X		
	PR.EF05MA13.s Resolver problemas envolvendo a partilha de uma quantidade em duas partes desiguais, tais como dividir uma quantidade em duas partes, de modo que uma seja o dobro da outra, com compreensão da ideia de razão entre as partes e delas com o todo.	Problemas envolvendo proporcionalidade: ideia de razão.					X			
Propriedades da igualdade	PR.EF04MA14.s Reconhecer e mostrar, por meio de exemplos, que a relação de igualdade existente entre dois termos permanece quando se adiciona ou se subtrai um mesmo número a cada um desses termos.	Relações de igualdade entre dois termos.				X		X		
Propriedades da igualdade	PR.EF04MA15.s Determinar o número desconhecido que torna verdadeira uma igualdade que envolve as operações fundamentais com números naturais.	Propriedades da igualdade: expressões numéricas envolvendo uma incógnita.				X				X

UNIDADE TEMÁTICA: GEOMETRIA			ANO					TRIMESTRE			
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
Localização no espaço	PR.EFO1MA11.s Descrever a localização de pessoas e de objetos no espaço em relação à sua própria posição, utilizando termos como à direita, à esquerda, em frente, atrás.	Localização espacial: direita, esquerda, em frente e atrás.	X					X			
	PR.EF01MA11.d Localizar-se no espaço utilizando as noções de embaixo e em cima, dentro e fora, frente e atrás, direita e esquerda utilizando plantas baixas simples e iniciar o uso de recursos digitais.	Representações do espaço: Plantas baixas simples e percursos.	X							X	
	PR.EF01MA11.d Representar o espaço, incluindo percursos e trajetos, por meio de registros pessoais, identificando pontos de referência a fim de localizar – se em ambientes variados e/ou desconhecidos.		X							X	
	PR.EF02MA12.n Identificar e registrar, em linguagem verbal ou não verbal, a localização e os deslocamentos de pessoas e de objetos no espaço, considerando mais de um ponto de referência, e indicar as mudanças de direção e de sentido.	Localização Espacial: pontos de referência.		X					X		
	PR.EF02MA12.n Identificar pontos de referência para situar-se e deslocar-se no espaço.			X					X		
	PR.EF03MA12.s Descrever e representar, por meio de esboços de trajetos ou utilizando croquis e maquetes, a movimentação de pessoas ou de objetos no espaço, incluindo mudanças de direção e sentido, com base em diferentes pontos de referência.	Localização no espaço: mudanças de direção (horizontal e vertical) e sentido (direita, esquerda, para frente, para trás, de cima para baixo, de baixo para cima e vice-versa).			X					X	

UNIDADE TEMÁTICA: GEOMETRIA			ANO					TRIMESTRE			
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
		Pontos de referência.			X				X		
		Trajeto, croquis e maquetes: descrição e representação.			X				X		
	PR.EF02MA12.n Descrever e comunicar a localização de objetos no espaço utilizando noções de direita, esquerda, entre, em cima e embaixo.	Descrição de percursos.		X				X			
Geometria Espacial e plana	PR.EF01MA13.s Reconhecer e relacionar figuras geométricas espaciais (cones, cilindros, esferas, pirâmides e blocos retangulares) a objetos familiares do mundo físico.	Geometria Espacial: cones, cilindros, esferas, pirâmides e blocos retangulares.	X					X			
	PR.EF01MA13.n.1.41 Identificar as faces, os vértices e as arestas em poliedros.	Geometria espacial: faces, vértices e arestas.	X					X			
	PR.EF01MA13.n Identificar características das figuras geométricas espaciais observando semelhanças e diferenças (cones, cilindros, esferas, pirâmides e blocos retangulares) e classificá-las em dois grupos: formas arredondadas e formas não arredondadas.	Características e classificação das figuras geométricas espaciais. Noções de vértice, aresta e face.	X					X			
	PR.EF02MA13.s Esboçar roteiros a ser seguidos ou plantas de ambientes familiares, assinalando entradas, saídas e alguns pontos de referência.	Elaboração de roteiros e plantas baixas.			X						X
	PR.EF02MA13.d Representar o espaço por meio de registros pessoais (desenhos e maquetes) indicando pontos de referência.	Representação de percursos.			X						X
	PR.EF03MA13.s Associar figuras geométricas espaciais	Figuras geométricas espaciais			X				X		

UNIDADE TEMÁTICA: GEOMETRIA			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	(cubo, bloco retangular, pirâmide, cone, cilindro e esfera) a objetos do mundo físico e nomear essas figuras.	(cubo, bloco retangular, pirâmide, cone, cilindro e esfera).								
	PR.EF03MA13.d Identificar semelhanças e diferenças entre cubos e quadrados, paralelepípedos e retângulos, pirâmides e triângulos, esferas e círculos pela observação de seus atributos.	Bidimensionalidade e tridimensionalidade.			X			X		
	PR.EF03MA13.d Resolver problemas de caráter investigativo, quebra-cabeças e desafios envolvendo geometria espacial.	Problemas, quebra-cabeças e desafios envolvendo geometria espacial e plana.			X			X		
	PR.EF03MA13.n Visualizar e representar os objetos (bidimensional e tridimensional) em diferentes posições (vista superior, frontal e lateral).	Posições: vista superior, frontal e lateral.			X				X	
	PR.EF01MA14.n Identificar e nomear figuras planas (círculo, quadrado, retângulo e triângulo) em desenhos apresentados em diferentes disposições ou em contornos de faces de sólidos geométricos.	Características e classificação das figuras geométricas planas.	X						X	
	PR.EF01MA14.n Reconhecer objetos representados no plano a partir da vista superior, frontal e lateral.	Representações de objetos: vistas superior, frontal e lateral.	X						X	
	PR.EF01MA14.d Identificar atributos (cor, forma e medida) em representações de formas geométricas a fim de classifica-las e nomeá-las em diferentes situações.	Classificação e relações de inclusão de objetos em um dado conjunto de acordo com atributos.	X						X	

UNIDADE TEMÁTICA: GEOMETRIA			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EF01MA14.d Reconhecer as figuras triangulares, retangulares, quadradas e circulares presentes em diferentes contextos, relacionando-as com objetos familiares do cotidiano.	Reconhecimento de figuras planas: círculo, quadrado, retângulo e triângulo.	X						X	
	PR.EF02MA14.s Reconhecer, nomear e comparar figuras geométricas espaciais (cubo, bloco retangular, pirâmide, cone, cilindro e esfera), relacionando-as com objetos do mundo físico (natureza e construções humanas).	Geometria Espacial: características e classificação das figuras (cubo, bloco retangular, pirâmide, cone, cilindro e esfera).		X					X	
	PR.EF02MA14.d Identificar as características das figuras geométricas espaciais observando semelhanças e diferenças (cones, cilindros, esferas, pirâmides e blocos retangulares) e classificá-las em dois grupos: formas arredondadas (não-poliedros ou corpos redondos) e formas não-arredondadas (poliedros).			X					X	
	PR.EF03MA14.s Descrever características de algumas figuras geométricas espaciais (prismas retos, pirâmides, cilindros, cones), relacionando-as com suas planificações.	Descrição de características das figuras espaciais: prismas retos, pirâmides, cilindros e cones.			X				X	
	PR.EF03MA14.d Classificar e comparar figuras geométricas espaciais de acordo com as suas características (formas arredondadas e não arredondadas, número de lados do polígono da base e etc.).	Classificação e comparação de figuras geométricas espaciais.			X				X	
		Planificações: prismas retos, pirâmides, cilindros e cones.			X				X	
	PR.EF03MA14.d Identificar o número de faces, vértices e	Vértice, aresta e face de			X				X	

UNIDADE TEMÁTICA: GEOMETRIA			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	arestas de uma figura geométrica espacial.	figuras geométricas espaciais.								
	PR.EF05MA14.s Utilizar e compreender diferentes representações para a localização de objetos no plano, como mapas, células em planilhas eletrônicas e coordenadas geográficas, a fim de desenvolver as primeiras noções de coordenadas cartesianas.	Localização de objetos no plano: mapas, croquis, plantas baixas e maquetes.					X		X	
	PR.EF05MA14.d Localizar objetos (pontos ou imagens) a partir da indicação das coordenadas geográficas representadas em malhas quadriculadas.						X		X	
	PR.EF05MA14.n Resolver e elaborar problemas que envolvem o deslocamento de pessoas/objetos no espaço.						X		X	
	PR.EF05MA14.d Ler mapas e croquis para localizar-se no espaço e criar representações deste (plantas baixas e maquetes).						X		X	
	PR.EF02MA15.s Reconhecer, comparar e nomear figuras planas (círculo, quadrado, retângulo e triângulo), por meio de características comuns, em desenhos apresentados em diferentes disposições ou em sólidos geométricos.	Geometria Plana: características e classificação das figuras (círculo, quadrado, retângulo e triângulo).		X					X	
	PR.EF02MA15.d Identificar a figura geométrica plana a partir da forma da face de uma figura geométrica espacial, por meio do seu contorno.			X					X	
	PR.EF03MA15.s Classificar e comparar figuras planas (triângulo, quadrado, retângulo, trapézio e paralelogramo) em	Lados e vértices de figuras geométricas planas.			X				X	

UNIDADE TEMÁTICA: GEOMETRIA			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	relação a seus lados (quantidade, posições relativas e comprimento) e vértices.	Classificação de figuras geométricas planas: triângulo, quadrado, retângulo, trapézio e paralelogramo.			X				X	
	PR.EF05MA15.s Interpretar, descrever e representar a localização ou movimentação de objetos no plano cartesiano (1.º quadrante), utilizando coordenadas cartesianas, indicando mudanças de direção e de sentido e giros.	Localização no espaço: mudanças de direção (horizontal e vertical) e sentido (direita, esquerda, para frente, para trás, de cima para baixo, de baixo para cima e vice-versa).					X		X	
		Movimentação de objetos no plano cartesiano (1º quadrante).					X		X	
	PR.EF05MA15.n Resolver e elaborar problemas envolvendo a localização e a movimentação de objetos/pessoas no plano cartesiano (1º quadrante). Problemas que envolvem localização e movimentação de objetos e/ou pessoas no plano cartesiano (1º quadrante).	Problemas que envolvem localização e movimentação de objetos e/ou pessoas no plano cartesiano (1º quadrante).					X		X	
	PR.EF05MA15.n Visualizar e representar os objetos (bidimensional e tridimensional) em diferentes posições (vista superior, frontal e lateral).	Posições: vista superior, frontal e lateral.					X		X	
		Bidimensionalidade e tridimensionalidade.					X		X	
	PR.EF03MA16.s Reconhecer figuras congruentes, usando sobreposição e desenhos em malhas quadriculadas ou	Figuras geométricas planas:			X					X

UNIDADE TEMÁTICA: GEOMETRIA			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	triangulares, incluindo o uso de tecnologias digitais.	Congruência.								
	PR.EF03MA16.d Identificar semelhanças e diferenças entre figuras planas.				X					X
	PR.EF04MA16.s Descrever deslocamentos e localização de pessoas e de objetos no espaço, por meio de malhas quadriculadas e representações como desenhos, mapas, planta baixa e croquis, empregando termos como direita e esquerda, mudanças de direção e sentido, intersecção, transversais, paralelas e perpendiculares.	Localização no espaço: mudanças de direção (horizontal e vertical) e sentido (direita, esquerda, para frente, para trás, de cima para baixo, de baixo para cima e vice-versa).				X		X		
	PR.EF04MA16.d Identificar representações de retas nos objetos do mundo físico, nas construções arquitetônicas, nas artes, nos mapas e outros.	Representação e descrição de deslocamentos no espaço: desenhos, mapas, planta baixa, croquis.				X		X		
	PR.EF04MA16.d Conhecer e representar retas paralelas, perpendiculares e transversais utilizando instrumentos de desenho ou recursos digitais.	Conceitos de intersecção, transversal, paralelas e perpendiculares.				X		X		
	PR.EF05MA16.a Associar figuras espaciais a suas planificações (prismas, pirâmides, cilindros e cones) e analisar, nomear e comparar seus atributos utilizando recursos manipuláveis e digitais para visualização e análise.	Figuras geométricas espaciais: prismas, pirâmides, cilindros e cones - classificação e planificações.					X	X		
	PR.EF04MA17.d Identificar as características que diferenciam os poliedros (prismas, pirâmides) e corpos redondos.	Figuras geométricas espaciais: prismas e pirâmides – classificação.				X		X	X	

UNIDADE TEMÁTICA: GEOMETRIA			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EF04MA17.d Classificar figuras geométricas espaciais de acordo com as seguintes categorias: prismas, pirâmides e corpos redondos.	Figuras geométricas espaciais: corpos redondos - classificação.				X		X	X	
	PR.EF04MA17.n Associar prismas e pirâmides a suas planificações e analisar, nomear e comparar seus atributos, estabelecendo relações entre as representações planas e espaciais.	Figuras geométricas espaciais: prismas e pirâmides - classificação e planificações.				X			X	
	PR.EF05MA17.s Reconhecer, nomear e comparar polígonos, considerando lados, vértices e ângulos, e desenhá-los, utilizando material de desenho ou tecnologias digitais.	Geometria plana: Ângulos.					X		X	
	PR.EF05MA17.n Classificar os polígonos de acordo com seus atributos: regulares e irregulares; quadriláteros, triângulos e outros.	Classificação de polígonos: quadriláteros e triângulos, regulares e irregulares.					X		X	
		Comparação de polígonos considerando os lados, vértices e ângulos.					X		X	
Geometria plana Noções de ângulos: retos e não retos Simetria de reflexão	PR.EF04MA18.s Reconhecer ângulos retos e não retos em figuras poligonais com o uso de dobraduras, esquadros ou softwares de geometria.	Geometria plana: Ângulos retos e não retos.				X			X	
	PR.EF04MA18.d Identificar a presença e representações de ângulos nos objetos do mundo físico.	Medida de ângulo: o grau como unidade de medida.				X			X	
	PR.EF04MA18.d Identificar “o grau” como unidade de medida de ângulo e o transferidor como instrumento utilizado.					X			X	

UNIDADE TEMÁTICA: GEOMETRIA			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EF05MA18.s Reconhecer a congruência dos ângulos e a proporcionalidade entre os lados correspondentes de figuras poligonais em situações de ampliação e de redução em malhas quadriculadas e usando tecnologias digitais.	Congruência de ângulos.					X			X
	PR.EF05MA18.d Ampliar e reduzir polígonos, proporcionalmente, utilizando malhas quadriculadas e tecnologias digitais.	Proporcionalidade: ampliação e redução de figuras planas.					X			X
	PR.EF05MA18.d Reconhecer que, ao ampliar ou reduzir um polígono, proporcionalmente, o ângulo se mantém congruente.						X			X
	PR.EF05MA18.d Reconhecer que, ao ampliar ou reduzir um polígono, a medida de todos os lados devem aumentar ou diminuir na mesma proporção.						X			X
	PR.EF04MA19.s Reconhecer simetria de reflexão em figuras e em pares de figuras geométricas planas e utilizá-la na construção de figuras congruentes, com o uso de malhas quadriculadas e de softwares de geometria.	Geometria plana: simetria de reflexão.					X			X
	PR.EF04MA19.d Identificar a simetria nos objetos do mundo físico e outras representações.						X			X

UNIDADE TEMÁTICA: GRANDEZAS E MEDIDAS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º

UNIDADE TEMÁTICA: GRANDEZAS E MEDIDAS			ANO					TRIMESTRE			
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
Medidas de comprimento Medidas de massa Medidas de capacidade	PR.EFO1MA15.s Comparar comprimentos, capacidades ou massas, utilizando termos como mais alto, mais baixo, mais comprido, mais curto, mais grosso, mais fino, mais largo, mais pesado, mais leve, cabe mais, cabe menos, entre outros, para ordenar objetos de uso cotidiano.	Conceito de medida.	X					X			
		Medidas de comprimento não-padronizadas: mais alto, mais baixo, mais comprido, mais curto, mais grosso, mais fino, mais largo.	X					X			
	PR.EF01MA15.s Comparar comprimentos, capacidades ou massas, utilizando termos como mais alto, mais baixo, mais comprido, mais curto, mais grosso, mais fino, mais largo, mais pesado, mais leve, cabe mais, cabe menos, entre outros, para ordenar objetos de uso cotidiano.	Medidas de comprimento, massa e capacidade não-padronizadas: mais alto, mais baixo, mais comprido, mais curto, mais grosso, mais fino, mais largo, mais pesado, mais leve, cabe mais, cabe menos e outros.	X							X	
		PR.EF01MA15.n Resolver e elaborar problemas utilizando instrumentos de medida não padronizados (palmo, passo, pé, polegada e outros).	Problemas envolvendo medidas não-padronizadas.	X							X
	PR.EF01MA15.n Reconhecer os instrumentos de medida padronizado mais usuais e a sua função social (régua, fita métrica, trena, balança e outros).	Instrumentos de medida e sua função social: aspectos históricos.	X								X
			PR.EF01MA15.n Reconhecer objetos que se compra por metro, quilograma, litro, por unidade e por dúzia.	X							
Medidas de tempo	PR.EFO1MA16.a Relatar em linguagem verbal ou não verbal sequência de acontecimentos relativos a um dia, utilizando, quando possível, os horários dos eventos e termos que marcam o tempo: antes, durante e depois,		X					X			

UNIDADE TEMÁTICA: GRANDEZAS E MEDIDAS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	ontem, hoje e amanhã.	Medidas de tempo: antes, durante e depois, ontem, hoje e amanhã.								
	PR.EFO1MA16.d Utilizar expressões relativas ao tempo cronológico (ontem, hoje, amanhã etc.) com compreensão.		X					X		
Medidas de comprimento, massa e capacidade.	PR.EF02MA16.s Estimar, medir e comparar comprimentos de lados de salas (incluindo contorno) e de polígonos, utilizando unidades de medida não padronizadas e padronizadas (metro, centímetro e milímetro) e instrumentos adequados.	Conceito de Medidas.		X					X	
		Medidas de comprimento, massa e capacidade: unidades de medidas mais usuais (metro, centímetro, milímetro, grama e quilograma, litro e mililitro).		X					X	
	PR.EF02MA16.n Conhecer aspectos históricos relacionados às medidas de comprimento, os instrumentos de medida mais usuais (metro, régua, fita métrica, trena e metro articulado) e a sua função social.	Histórias das medidas e função social.		X					X	
	PR.EF02MA16.d Estabelecer relações entre as unidades mais usuais de medida como: metro, centímetro e milímetro.	Medidas de comprimento: metro, centímetro e milímetro.		X					X	
	PR.EF02MA16.d Utilizar instrumentos adequados para medir e comparar diferentes comprimentos.			X				X		
	PR.EF02MA16.n Resolver e elaborar problemas utilizando medidas não padronizadas e padronizadas de comprimento (metro e centímetro).		Problemas envolvendo medidas padronizadas e não-padronizadas.		X				X	
Medidas de	PR.EF01MA17.s Reconhecer e relacionar períodos do	Medida de tempo: escrita e	X					X		

UNIDADE TEMÁTICA: GRANDEZAS E MEDIDAS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
tempo	dia, dias da semana e meses do ano, utilizando calendário, quando necessário.	localização de datas em calendário.								
	PR.EF01MA17.n Estabelecer noções de duração e sequência temporal (períodos do dia, dias, semanas, meses do ano, ano etc.).	Sequência de acontecimentos.	X						X	
	PR.EF01MA17.d Perceber a necessidade de relacionar uma sequência de acontecimentos relativos a um dia com o tempo cronológico.		X						X	
	PR.EF01MA17.n Reconhecer instrumentos que auxiliam na determinação de medidas do tempo cronológico (relógio, calendário).	Instrumentos de medida de tempo: calendário (dias, semanas, meses e ano).	X						X	
	PR.EF01MA17.s Produzir a escrita de uma data, apresentando o dia, o mês e o ano, e indicar o dia da semana de uma data, consultando calendários.		X						X	
Medidas (padronizadas e não padronizadas)	PR.EF02MA17.n Estimar, medir e comparar capacidade e massa, utilizando estratégias e registros pessoais e unidades de medida não padronizadas ou padronizadas (litro, mililitro, grama e quilograma).	Relações entre unidades de medida mais usuais (metro, centímetro, milímetro, grama e quilograma, litro e mililitro).		X					X	
Medidas de comprimento, massa e capacidade.	PR.EF02MA17.n Compreender as unidades de medidas no contexto dos gêneros textuais que circulam em sociedade, em especial nos rótulos dos produtos e panfletos de propaganda.			X					X	
Medidas de	PR.EF02MA17.d Identificar produtos que podem ser			X					X	

UNIDADE TEMÁTICA: GRANDEZAS E MEDIDAS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
tempo: unidades de medida de tempo, suas relações e o uso do calendário	comprados por litro e quilograma.									
	PR.EF02MA17.n Reconhecer instrumentos de medição da temperatura em seu contexto social de uso.	Função social do termômetro.		X					X	
	PR.EF03MA17.s Reconhecer que o resultado de uma medida depende da unidade de medida utilizada.	Medida padronizada e não-padronizada: comprimento, massa e capacidade.			X				X	
	PR.EF03MA17.d Compreender o conceito de grandezas, medidas e unidade de medida.				X				X	
	PR.EF03MA17.d Estimar grandezas utilizando unidades de medidas convencionais.	Estimativa, medições e comparação de comprimentos, massas e capacidades.			X				X	
	PR.EF03MA17.d Perceber a necessidade de utilizar unidades padronizadas e não padronizadas para realizar medições em diferentes situações do cotidiano.				X				X	
	PR.EF03MA17.d Reconhecer e estabelecer relações entre as unidades usuais de medida como metro, centímetro, grama, quilograma, litro, mililitro, identificando em quais momentos elas são utilizadas.	Relações entre metro e centímetro, quilograma e grama, litro e mililitro.			X				X	
PR.EF03MA18.s Escolher a unidade de medida e o instrumento mais apropriado para medições de comprimento, tempo e capacidade.	Função social de instrumentos utilizados para medir comprimento, massa e capacidade.			X				X		
Medidas de Tempo	PR.EF02MA18.s Indicar a duração de intervalos de tempo entre duas datas, como dias da semana e meses do ano, utilizando calendário, para planejamentos e organização de agenda.	Medidas de tempo: intervalos de tempo entre duas datas.		X				X	X	

UNIDADE TEMÁTICA: GRANDEZAS E MEDIDAS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EF02MA18.n Conhecer aspectos históricos relacionados às medidas de tempo.	Medidas de tempo: aspectos históricos.		X				X		
	PR.EF02MA18.d Reconhecer os dias da semana e os meses do ano para registrar datas, indicando o dia, mês e ano em diferentes situações, na forma abreviada e escrita por extenso.	Medidas de tempo: calendário (dia, mês e ano).		X				X	X	
	PR.EF02MA18.d Utilizar o calendário para registrar e localizar datas relacionadas às diferentes situações vivenciadas e que fazem parte da cultura local/regional.	Escrita de datas por extenso e abreviações.		X				X	X	
	PR.EF02MA19.s Medir a duração de um intervalo de tempo por meio de relógio digital e registrar o horário do início e do fim do intervalo.	Medições de intervalos de tempo.		X				X	X	
	PR.EF02MA19.n Conhecer diferentes tipos de relógio (digital e analógico) e ler horas em relógios digitais e analógicos (hora exata).	Medidas de tempo: relógio digital e analógico (hora exata).		X				X	X	
	PR.EF02MA19.d Relacionar os acontecimentos diários aos registros de tempo (hora).	Planejamento e organização de agendas.		X				X	X	
Medidas (padronizadas e não padronizadas) de comprimento, massa e	PR.EF03MA19.s Estimar, medir e comparar comprimentos, utilizando unidades de medida não padronizadas e padronizadas mais usuais (metro, centímetro e milímetro) e diversos instrumentos de medida.	Medidas de comprimento: estimativa e comparação.			X				X	
	PR.EF03MA19.d Registrar o resultado de medições após a utilização de instrumentos de medida padronizado e não	Registros de medições.			X				X	

UNIDADE TEMÁTICA: GRANDEZAS E MEDIDAS			ANO					TRIMESTRE			
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	
capacidade.	padronizado.										
	PR.EF03MA19.d Resolver e elaborar problemas envolvendo medidas de comprimento.	Problemas envolvendo medidas de comprimento, massa e capacidade.			X				X		
	PR.EF03MA19.n Compreender textos de diferentes gêneros em que há informações relacionadas às medidas de comprimento.				X				X		
	PR.EF05MA19.s Resolver e elaborar problemas envolvendo medidas das grandezas comprimento, área, massa, tempo, temperatura e capacidade, recorrendo a transformações entre as unidades mais usuais em contextos socioculturais.	Problemas envolvendo as unidades de medidas mais usuais.					X	X			
		Porcentagem no contexto de medidas.					x		x		
	PR.EF05MA19.n Compreender as medidas de comprimento e massa nos diferentes textos que circulam em sociedade.	Relações entre medidas e números racionais representados na forma de número decimal e fração.					X	X			
	PR.EF05MA19.n Compreender as medidas de comprimento, área, massa, tempo, temperatura, valor e capacidade nos diferentes textos que circulam em sociedade.						X	X			
	PR.EF05MA19.d Utilizar o metro e o centímetro quadrado, como unidades de medida padronizada para resolver problemas que envolvem medida de área.	Medidas de comprimento, massa, e capacidade: transformações de unidades de medidas no contexto de problemas.					X	X			
PR.EF05MA19.s Estabelecer relações entre medidas,	Problemas envolvendo medidas					X		X			

UNIDADE TEMÁTICA: GRANDEZAS E MEDIDAS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	números racionais (expressos na forma decimal e fracionária) e porcentagem.	de tempo: década, século, milênio.								
		Medidas de tempo: conversões entre horas, minutos e segundos no contexto de problemas.					X			
		Leitura e registro de horas em relógios digitais e analógicos (cálculos envolvendo intervalos de tempo).					X		X	
Medida de Temperatura	PR.EF05MA19.s Resolver e elaborar problemas envolvendo medidas das grandezas comprimento, área, massa, tempo, temperatura e capacidade, recorrendo a transformações entre as unidades mais usuais em contextos socioculturais.	Resolver problemas envolvendo medidas de temperatura.					X		X	
		Leitura, medição e registros de temperatura: máxima e mínima diárias.					X		X	
		Representações em gráficos de colunas: variação de temperaturas.					X		X	
Sistema monetário brasileiro	PR.EF01MA19.s Reconhecer e relacionar valores de moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro e outros de acordo com a cultura local para resolver situações simples do cotidiano do estudante.	Medida de valor: Sistema Monetário Brasileiro.	X						X	X
		Identificação de cédulas e moedas.	X						X	
		Problemas envolvendo cédulas e moedas do Sistema Monetário	X							

UNIDADE TEMÁTICA: GRANDEZAS E MEDIDAS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EF01MA19.n Resolver e elaborar problemas envolvendo o sistema monetário brasileiro.	Brasileiro.	X							X
	PR.EF05MA19.n Resolver e elaborar problemas que envolvam situações de compra e venda e formas de pagamento (cédulas e moedas, cartão de crédito e cheque), utilizando termos como troco, desconto, acréscimo, pagamento a prazo e à vista, lucro e prejuízo, enfatizando o consumo ético, consciente e responsável.	Medidas de valor: trocas entre cédulas e moedas no contexto de problemas.					X			X
		Problemas envolvendo medidas de valor: Sistema monetário brasileiro.					X			X
		Formas de pagamento: cédulas e moedas, cartão de crédito e cheque.					X			X
		Relações e significados de: troco, desconto, acréscimo, pagamento a prazo e à vista, lucro e prejuízo.					X			
	PR.EF05MA19.n Comparar, analisar e avaliar valores monetários em situações de compra e venda (vantagens e desvantagens).	Comparação, análise e avaliação de valores monetários: Consumo ético, consciente e responsável					X			X
Medidas de comprimento Medidas de Tempo		PR.EF04MA20.n Medir e estimar comprimentos (incluindo perímetros), massas e capacidades, utilizando unidades de medida padronizadas mais usuais, valorizando e respeitando a cultura local.	Medidas de comprimento, medições e registro do resultado das medições.				X			X
			Relações entre medidas de comprimento com os números racionais na forma fracionária e				X			X

UNIDADE TEMÁTICA: GRANDEZAS E MEDIDAS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
		decimal.								
	PR.EF04MA20.d Ler e registrar (de formas diversas) o resultado de medições de comprimento (incluindo perímetros), massa e capacidade considerando suas relações com os números racionais.	Medidas de comprimento: perímetro.				X			X	
	PR.EF04MA20.d Resolver e elaborar problemas, envolvendo medida comprimento (incluindo perímetro), massa e capacidade, utilizando diferentes estratégias: estimativa, cálculo mental, algoritmos e outras.	Problemas envolvendo medidas de comprimento e perímetro.				X			X	
	PR.EF04MA20.d Reconhecer e utilizar as unidades mais usuais de medida como: metro/centímetro/milímetro, quilograma/grama e litro/mililitro.					X			X	
	PR.EF04MA20.n Ler e compreender textos que envolvem informações relacionadas às medidas de comprimento, massa e capacidade.	Textos que apresentam medidas de comprimento.				X			X	
	PR.EF04MA20.d Fazer conversões entre as unidades de medida de comprimento, massa e capacidade mais usuais: metro/centímetro/milímetro, quilograma/grama e litro/mililitro em situações diversas.	Relações e conversões de unidade de medida de comprimento: metro/centímetro/milímetro.				X			X	
	PR.EF04MA20.d Resolver e elaborar problemas, envolvendo medida comprimento (incluindo perímetro), massa e capacidade, utilizando diferentes estratégias: estimativa, cálculo mental, algoritmos e outras.	Problemas envolvendo medidas de massa e capacidade.				X			X	
		Estratégias de cálculo: estimativa, cálculo mental, algoritmos e				X			X	

UNIDADE TEMÁTICA: GRANDEZAS E MEDIDAS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
		outras.								
	PR.EF04MA20.d Reconhecer e utilizar as unidades mais usuais de medida como: metro/centímetro/milímetro, quilograma/grama e litro/mililitro.	Relações entre: quilograma/grama e litro/mililitro.				X			X	
	PR.EF04MA20.n Ler e compreender textos que envolvem informações relacionadas às medidas de comprimento, massa e capacidade.	Textos que apresentam medidas de massa e capacidade.				X			X	
	PR.EF04MA20.d Fazer conversões entre as unidades de medida de comprimento, massa e capacidade mais usuais: metro/centímetro/milímetro, quilograma/grama e litro/mililitro em situações diversas.	Conversões de unidades de medida de massa e capacidade.				X			X	
	PR.EF04MA20.n Relacionar frações e números decimais no contexto das medidas de comprimento, massa e capacidade.	Relações entre medidas de massa e capacidade com os números racionais na forma fracionária e decimal.				X			X	
	PR.EF05MA19.s Resolver e elaborar problemas envolvendo medidas das grandezas comprimento, área, massa, tempo, temperatura e capacidade, recorrendo a transformações entre as unidades mais usuais em contextos socioculturais.	Unidade de medidas de área: metro e centímetro quadrado.					X			X
	PR.EF05MA19.d Utilizar o metro e o centímetro quadrado, como unidades de medida padronizada para resolver problemas que envolvem medida de área.						X			

UNIDADE TEMÁTICA: GRANDEZAS E MEDIDAS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Medida de área	PR.EF05MA20.s Concluir, por meio de investigações, que figuras de perímetros iguais podem ter áreas diferentes e que, também, figuras que têm a mesma área podem ter perímetros diferentes.	Perímetro de polígonos.					X			X
	PR.EF05MA20.d Calcular a área e o perímetro de polígonos com e sem o auxílio de malhas quadriculadas.	Relações entre medidas de área e perímetro.					X			X
Medidas de área	PR.EF03MA21.s Comparar, visualmente ou por superposição, áreas de faces de objetos, de figuras planas ou de desenhos.	Comparação de áreas de faces de objetos, figuras planas e desenhos.			X					X
	PR.EF03MA21.d Identificar e comparar a área de figuras planas utilizando, como apoio, malhas quadriculadas.	Comparação de áreas de figuras planas: malha quadriculada.			X					X
Medidas de temperatura	PR.EF04MA21.s Medir, comparar e estimar área de figuras planas desenhadas em malha quadriculada, pela contagem dos quadradinhos ou de metades de quadradinho, reconhecendo que duas figuras com formatos diferentes podem ter a mesma medida de área.	Medida de superfície: área de figuras planas (malhas quadriculadas).				X				X
	PR.EF04MA21.d Diferenciar medida de comprimento e medida de superfície.									
Medidas de volume	PR.EF04MA21.d Estabelecer relações entre área e perímetro para reconhecer que duas ou mais figuras distintas em sua forma podem ter a mesma medida de área, no entanto, podem ter perímetros diferentes.	Relações entre medidas de área e perímetro.				X				X
	PR.EF04MA21.d Resolver e elaborar problemas envolvendo medidas de área utilizando diferentes	Problemas envolvendo				X				X

UNIDADE TEMÁTICA: GRANDEZAS E MEDIDAS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	estratégias e recursos manipuláveis, malha quadriculada e recursos digitais.	comparação de áreas.								
	PR.EF05MA21.s Reconhecer volume como grandeza associada a sólidos geométricos e medir volumes por meio de empilhamento de cubos, utilizando, preferencialmente, objetos concretos (manipuláveis).	Medidas de volume: centímetro cúbico e metro cúbico (empilhamento de cubos).					X			X
	PR.EF05MA21.n Compreender as medidas de volume nos diferentes textos que circulam em sociedade.									
	PR.EF05MA21.d Conhecer centímetro e metro cúbico por meio da ideia de empilhamento de cubos no contexto de resolução de problemas.									
Medidas de tempo	PR.EF03MA22.s Ler e registrar medidas e intervalos de tempo, utilizando relógios (analógico e digital) para informar os horários de início e término de realização de uma atividade e sua duração.	Medidas de tempo: leitura e registro de horas.			X			X		
		Relógio analógico e digital: relações entre horas, minutos e segundos.			X			X		
		Intervalos de tempo: início e término de acontecimentos.			X			X		
		Medidas de tempo: relações entre dias, semanas e meses do ano.			X			X		
	PR.EF04MA22.s Ler e registrar medidas e intervalos de tempo em horas, minutos e segundos em situações	Medidas de tempo: relações entre horas, minutos e segundos.				X		X		

UNIDADE TEMÁTICA: GRANDEZAS E MEDIDAS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	relacionadas ao seu cotidiano, como informar os horários de início e término de realização de uma tarefa e sua duração.	Leitura e registro de horas em relógios digitais e analógicos.				X		X		
	PR.EF04MA22.d Estabelecer relações entre as medidas de tempo e as frações (½ de 1 hora, ¼ de 1 hora etc.).	Relações entre medidas de tempo e frações (1/2 de 1 hora, 1/4 de 1 hora, 1/12 de 1 hora).				X			X	
	PR.EF04MA22.n Resolver e elaborar problemas envolvendo medidas de tempo estabelecendo relações entre horas/minutos e minutos/segundos.	Problemas envolvendo medidas de tempo.				X		X		
	PR.EF04MA22.n Conhecer maneiras e possibilidades de agrupamento envolvendo medidas de tempo, tais como bimestre, trimestre, semestre, década, século e milênio em diferentes contextos.	Agrupamentos: bimestre, trimestre, semestre, década, século e milênio.				X		X		
	PR.EF04MA22.d Converter horas em minutos, minutos em segundos e horas em segundos no processo de resolução de problemas.	Conversão de horas em minutos, minutos em segundos e horas em segundos.				X		X		
	PR.EF03MA23.s Ler horas em relógios digitais e em relógios analógicos e reconhecer a relação entre hora e minutos e entre minuto e segundos.	Medidas de tempo: relações entre horas e minutos.			X				X	
	PR.EF03MA23.d Registrar as horas a partir da leitura realizada em relógios digitais e analógicos.				X				X	
	PR.EF03MA23.d Compreender o modo como o tempo é organizado: 7 dias compõem 1 semana, 4 semanas compõem 1 mês, 2 meses compõem o bimestre, 3 meses				X				X	

UNIDADE TEMÁTICA: GRANDEZAS E MEDIDAS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	compõem o trimestre, 6 meses compõem o semestre e 12 meses compõem o ano.	Agrupamentos: bimestre, trimestre e semestre.								
Medidas de temperatura	PR.EF04MA23.s Reconhecer temperatura como grandeza e o grau Celsius como unidade de medida a ela associada e utilizá-lo em comparações de temperaturas em diferentes regiões do Brasil ou no exterior ou, ainda, em discussões que envolvam problemas relacionados ao aquecimento global.	Medida de temperatura: comparação em diferentes regiões do Brasil.				X				X
	PR.EF04MA23.d Identificar o termômetro como instrumento de medida padronizado para medir temperatura, ler e registrar medições de temperatura no contexto de resolução de problemas.					X			X	
	PR.EF04MA23.n Compreender textos em que aparecem medidas de temperatura (previsões de tempo), resolver e elaborar problemas relacionados a essas informações.	Resolver problemas envolvendo medidas de temperatura.				X				X
		Textos que aparecem medidas de temperatura: previsões de tempo.				X				X
	PR.EF04MA24.n Registrar as temperaturas máxima e mínima diárias, em locais do seu cotidiano, e elaborar gráficos de colunas com as variações diárias da	Leitura, medição e registros de temperatura: máxima e mínima diária.				X				X

UNIDADE TEMÁTICA: GRANDEZAS E MEDIDAS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	temperatura, utilizando, inclusive, planilhas eletrônicas.	Representações em gráficos de colunas: variação de temperaturas.				X				X
Sistema Monetário Brasileiro.	PR.EF03MA24.s Resolver e elaborar problemas que envolvam a comparação e a equivalência de valores monetários do sistema brasileiro em situações de compra e troca.	Medidas de valor: Sistema Monetário Brasileiro.			X					X
		Problemas envolvendo o Sistema Monetário Brasileiro.			X					X
	PR.EF03MA24.n Conhecer aspectos históricos relacionados ao sistema monetário brasileiro.	História do dinheiro no Brasil.			X					X
	PR.EF03MA24.n Compreender os diferentes contextos em que o dinheiro é utilizado por meio da leitura de textos que circulam no comércio, situações de compra e venda, pesquisas de campo, trocas de experiências entre os pares e outras situações.	Os textos que circulam no comércio: leitura de rótulos, panfletos, folhetos de propaganda e outros.			X					X
	PR.EF03MA24.d Reconhecer e estabelecer relações de troca entre as cédulas e moedas que circulam no Brasil, resolvendo e elaborando problemas que envolvem o sistema monetário brasileiro.	Cédulas e Moedas do sistema monetário brasileiro: relações de troca.			X					X
	PR.EF03MA24.n Conhecer e utilizar palavras relacionadas ao contexto de comércio: a prazo, à vista, descontos e acréscimos, troco, prestações, crédito, dívida, lucro, prejuízo, cheque, cartão de crédito, boletos bancários e etc.).	Problemas envolvendo os significados de vendas a prazo e à vista, descontos e acréscimos, troco, prestações, crédito, dívida, lucro, prejuízo, cheque, cartão de crédito e boletos bancários.			X					X

UNIDADE TEMÁTICA: GRANDEZAS E MEDIDAS			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EF04MA25.a Resolver e elaborar problemas que envolvam situações de compra e venda e formas de pagamento (cédulas e moedas, cartão de crédito e cheque), utilizando termos como troco, desconto, acréscimo, pagamento a prazo e à vista, lucro e prejuízo, enfatizando o consumo ético, consciente e responsável.	Problemas envolvendo medidas de valor: Sistema monetário brasileiro.				X			X	
		Medidas de valor: trocas entre cédulas e moedas no contexto de problemas.				X			X	
		Medidas de valor: trocas entre cédulas e moedas no contexto de problemas.				X			X	
	PR.EF04MA25.d Comparar, analisar e avaliar valores monetários em situações de compra e venda (vantagens e desvantagens).	Formas de pagamento: cédulas e moedas, cartão de crédito e cheque.				X			X	
Sistema Monetário Brasileiro.	PR.EF04MA25.d Comparar, analisar e avaliar valores monetários em situações de compra e venda (vantagens e desvantagens).	Relações e significados de: troco, desconto, acréscimo, pagamento a prazo e à vista, lucro e prejuízo.				X			X	
		Comparação, análise e avaliação de valores monetários: Consumo ético, consciente e responsável.				X			X	

UNIDADE TEMÁTICA: TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º

UNIDADE TEMÁTICA: TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
Noção de acaso Leitura de tabelas e de gráficos de colunas simples	PR.EF01MA20.s Classificar eventos envolvendo o acaso, tais como “acontecerá com certeza”, “talvez aconteça” e “é impossível acontecer”, em situações do cotidiano.	Probabilidade: Classificação de eventos (acaso).	X						X	
	PR.EFO1MA21.a Ler e compreender dados expressos em listas, tabelas e em gráficos de colunas simples e outros tipos de imagens.	Listas, tabelas, gráficos de colunas e imagens: leitura e elaboração.	X					X		
	PR.EF02MA21.d Classificar resultados de eventos cotidianos aleatórios como “pouco prováveis”, “muito prováveis”, “improváveis” e “impossíveis”.	Probabilidade: classificação de eventos aleatórios.		X					X	
Pesquisa, organização, tratamento de dados e informações	PR.EFO1MA22.s Realizar pesquisa, envolvendo até duas variáveis categóricas de seu interesse em universo de até 30 elementos, e organizar dados por meio de representações pessoais.	Problemas envolvendo dados provenientes de pesquisa. Pesquisa, organização, tratamento de dados e informações.	X					X	X	X
	PR.EFO1MA22.d Elaborar formas pessoais de registro para comunicar informações coletadas em uma determinada pesquisa.		X					X		
	PR.EFO1MA22.d Representar as informações pesquisadas em gráficos de colunas e/ou barras, utilizando malhas quadriculadas.		X					X		
Dados e Tabelas e gráficos	PR.EF02MA22.s Comparar informações de pesquisas apresentadas por meio de tabelas de dupla entrada e em gráficos de colunas simples ou barras, para melhor compreender aspectos da realidade próxima.	Listas, tabelas de dupla entrada e		X				X		

UNIDADE TEMÁTICA: TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EF02MA22.n Compreender informações apresentadas em listas, tabelas, gráficos e outros tipos de imagens e produzir textos para expressar as ideias que elaborou a partir da leitura.	gráficos de colunas simples ou barras.		X				X		
Noções básicas de eventos aleatórios Dados Tabelas Gráficos	PR.EF05MA22.s Apresentar todos os possíveis resultados de um experimento aleatório, estimando se esses resultados são igualmente prováveis ou não.	Noções básicas de eventos aleatórios.					X	X		
Dados e informação Tabelas e gráficos	PR.EF02MA23.s Realizar pesquisa em universo de até 30 elementos, escolhendo até três variáveis categóricas de seu interesse, organizando os dados coletados em listas, tabelas e gráficos de colunas simples com apoio de malhas quadriculadas.	Pesquisa, organização, tratamento de dados e informações.		X					X	
	PR.EF02MA23.n Ler e compreender legendas em diferentes situações.	Legendas.		X					X	
Noções básicas de eventos aleatórios. Noções de probabilidade Dados Tabelas Gráficos	PR.EF05MA23.s Determinar a probabilidade de ocorrência de um resultado em eventos aleatórios, quando todos os resultados possíveis têm a mesma chance de ocorrer (equiprováveis).	Noções de probabilidade.					X		X	
	PR.EF05MA24.s Interpretar dados estatísticos apresentados em textos, tabelas e gráficos (colunas ou linhas), referentes a outras áreas do conhecimento ou a outros contextos, como saúde e trânsito, e produzir textos	Tratamento de informações: textos, dados, tabelas, gráficos (colunas agrupadas, barras,						X	X	X

UNIDADE TEMÁTICA: TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	com o objetivo de sintetizar conclusões.	setores, pictóricos e linhas).								
	PR.EF05MA24.d Compreender informações e dados expressos em tabelas de dupla entrada, gráficos de colunas agrupados, gráficos pictóricos, de setores e de linha.	Produção de textos como síntese de interpretações.					X	X	X	X
Noções de acaso Espaço amostral Eventos aleatórios	PR.EF03MA25.s Identificar, em eventos familiares aleatórios, todos os resultados possíveis, estimando os que têm maiores ou menores chances de ocorrência.	Noções de acaso.			X					X
					X			X		
		Espaço amostral.			X					X
						X			X	
Dados Tabelas Gráficos	PR.EF03MA26.s Resolver problemas cujos dados estão apresentados em tabelas de dupla entrada, gráficos de barras ou de colunas.	Problemas envolvendo tabelas de dupla entrada e gráficos de barras ou colunas.			X			X		
					X			X		
	PR.EF03MA27.s Ler, interpretar e comparar dados apresentados em tabelas de dupla entrada, gráficos de barras ou de colunas, envolvendo resultados de pesquisas significativas, utilizando termos como maior e	Leitura, interpretação e comparação de dados apresentados em tabelas e gráficos.			X				X	

UNIDADE TEMÁTICA: TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	menor frequência, apropriando-se desse tipo de linguagem para compreender aspectos da realidade sociocultural significativos.	Noções de frequência.			X				X	
	PR.EF04MA27.s Analisar dados apresentados em tabelas simples ou de dupla entrada e em gráficos de colunas ou pictóricos, com base em informações das diferentes áreas do conhecimento, e produzir texto com a síntese de sua análise.	Leitura, interpretação e comparação de dados apresentados em tabelas simples e de dupla entrada e gráficos de colunas e pictóricos.				X		X		
		Produção de textos síntese após análise de gráficos e tabelas.				X		X		
	PR.EF03MA28.n Produzir textos para expressar as ideias que elaborou a partir da leitura de tabelas de dupla entrada, gráficos de barras ou de colunas.	Produção de textos que expressam ideias elaboradas a partir da leitura de gráficos e tabelas.			X					
	PR.EF03MA28.s Realizar pesquisa envolvendo variáveis categóricas em um universo de até 50 elementos, organizar os dados coletados utilizando listas, tabelas simples ou de dupla entrada e representá-los em gráficos de colunas simples, com e sem uso de tecnologias digitais.	Pesquisa, organização, tratamento de dados e informações.			X				X	
	PR.EF04MA28.n Realizar pesquisa envolvendo variáveis categóricas e numéricas e organizar dados coletados por meio de tabelas e gráficos de colunas simples ou agrupadas, com e sem uso de tecnologias digitais.	Pesquisa, organização, tratamento de dados e informações.				X			X	X

UNIDADE TEMÁTICA: TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO			ANO					TRIMESTRE		
Objeto(s) do Conhecimento	Objetivos de Aprendizagem	Conteúdo(s)	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º
	PR.EF04MA28.d Analisar as informações coletadas para concluir e comunicar, oralmente e por escrito, o resultado das suas pesquisas.					X			X	X
	PR.EF04MA28.d Resolver problemas envolvendo dados estatísticos e informações das diferentes áreas do conhecimento para compreender aspectos da realidade social, cultural, política e econômica.	Problemas envolvendo dados e informações.				X			X	X
	PR.EF04MA28.d Conhecer diferentes tipos de gráficos e tabelas					X			X	X

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Em Matemática, recomenda-se o uso de gêneros discursivos que oportunizem explorar os objetos do conhecimento matemático, como bulas, tabelas, panfletos, folders, quadrinhos, leis, receitas, reportagens de revistas, notícias de diferentes jornais, poemas, símbolos, músicas, relatos orais, faturas de luz e de água, mapas, gráficos, entre outros, pois, ao fazê-lo, enfatiza-se, além dos aspectos quantitativos, também os qualitativos, na perspectiva de contribuir para análise da realidade. É importante que se faça uma escolha intencional desses gêneros para que contenham questões significativas da realidade social, e que as atividades planejadas permitam a interpretação, a análise, o levantamento de hipóteses, as inferências e o trabalho com os objetos do conhecimento.

É certo que o domínio dos conhecimentos matemáticos contribui para realizar, com êxito, diferentes atividades, como planejar uma ação, pagar uma conta, localizar-se e organizar o espaço vivido e percebido, ler e interpretar tabelas e gráficos, dentre outras. Isso é fundamental, pois

“[...] é direito de todo o cidadão saber matemática, ferramenta essencial para que possa atuar de forma crítica na sociedade” (BRASIL, 2008, p. 350). A Matemática torna-se instrumento para organizar o pensamento e interpretar o mundo.

De acordo com Sforzi (2008),

“A matemática tem papel formativo – ajuda a estruturar o pensamento e o raciocínio lógico” (SFORZI, 2008, p. 504). Todavia, para que essas ações se concretizem no ensino da Matemática, é necessário que o professor desempenhe o papel de mediador, função que precisa ser compreendida para além da presença física do professor, conforme destacado por Sforzi (2008):

Ao se reconhecer que a mediação não se restringe à presença corpórea do professor junto ao estudante, que não se trata de ajuda aleatória ou de relações democráticas em sala de aula, e que o fundamental dessa relação entre pessoas é a ação sobre e com objetos específicos - os elementos mediadores, o foco da atenção volta-se para o conteúdo a ser ensinado e o modo de torná-lo próprio ao aluno. Isso implica reconhecer que a mediação docente começa muito antes da aula propriamente dita. Seu início ocorre já na organização da atividade de ensino, quando se planejam situações de comunicação prática e verbal entre professor e estudantes, entre estudantes e estudantes em torno das ações com o objeto da aprendizagem. (SFORZI, 2008, p. 504).

Para a sua efetivação, os objetos do conhecimento, ou seja, os conteúdos essenciais necessitam de

encaminhamentos metodológicos adequados. Dessa forma, na abordagem dos conteúdos da matemática, indica-se como encaminhamento metodológico a Resolução de Problemas, apoiada no uso de materiais manipuláveis, em brincadeiras e jogos, nas tecnologias digitais, dentre outros.

Ao trabalhar com a Resolução de Problemas, possibilita-se que aconteça a verbalização e a mediação entre professor/aluno, aluno/aluno; a interpretação; a leitura, que é mais do que decodificação e tem como consequência a argumentação clara, objetiva e coerente; a valorização das diferentes estratégias no desenrolar da solução com o uso de algoritmos, diagramas, desenhos, tabelas, tentativas ou hipóteses; e a inter-relação com as outras áreas do conhecimento.

A Resolução de Problemas como uma metodologia não se restringe apenas a uma situação escrita apresentada aos alunos. Ela pode ser uma situação real, uma brincadeira, pode estar presente em um jogo, na exploração de um material e não necessariamente exige do aluno um cálculo ou uma operação matemática para resolver. Ou seja, a Resolução de Problemas é toda a situação que exige do aluno pensar, encontrar estratégias de resolução, despertando para o trabalho com novos conhecimentos matemáticos, perpassando outras áreas do conhecimento. Assim, devem ser valorizados e incentivados os diferentes algoritmos utilizados para resolver as problematizações propostas, bem como respeitados os diferentes momentos de aprendizagem dos alunos e as suas dificuldades nesse percurso.

Os materiais manipuláveis permitem, por sua vez, que as situações problema sejam resolvidas de diferentes maneiras, compreendendo o processo de resolução dos cálculos até chegar à solução. Entretanto, a simples manipulação não leva, obrigatoriamente, à compreensão dos conceitos matemáticos, ou seja, não é somente manipulando os objetos que o aluno consegue relacionar os elementos que compõem os conceitos formais da Matemática. Machado (1999) chama-nos a atenção para as imbricadas relações abstrato-concreto e os costumeiros entendimentos que perpassam as significações docentes:

Em seu uso mais frequente, ele se refere a algo material manipulável, visível ou palpável. Quando, por exemplo, recomenda-se a utilização de material concreto nas aulas

de Matemática, é quase sempre este o sentido atribuído ao termo concreto. Sem dúvida, a dimensão material é um importante componente da noção de concreto, embora não esgote o seu sentido. Há uma dimensão do concreto igualmente importante, apesar de bem menos ressaltada: trata-se de seu conteúdo de significações. (MACHADO, 1999, p. 46-47).

Ao referir-se aos materiais manipuláveis, não se pode incorrer no erro de reducionismos teóricos, cabendo a tarefa de reservar-lhes a dimensão que lhes é própria, de auxiliares na condição de recursos que contribuem na organização dos procedimentos teórico-metodológicos. Nessa direção, cabe identificá-los como recipientes, palitos, produtos, brinquedos, cédulas monetárias, geoplano, régua numérica, dados, material dourado, ábaco, barra de frações, escala cuisenaire, trenas, balanças, relógios, sólidos geométricos, embalagens, blocos lógicos, calculadora etc.. Fiorentini e Miorim (1990) argumentam que,

[...] antes de optar por um material ou jogo, devemos refletir sobre a nossa proposta político-pedagógica; sobre o papel histórico da escola, sobre o tipo de sociedade que queremos, sobre o tipo de aluno que queremos formar, sobre qual matemática acreditamos ser importante para esse aluno. O professor não pode subjugar sua metodologia de ensino a algum tipo de material porque ele é atraente ou lúdico. Nenhum material é válido por si só. Os materiais e seu emprego sempre devem, estar em segundo plano. A simples introdução de jogos ou atividades no ensino da matemática não garante uma melhor aprendizagem desta disciplina. (FIORENTINI; MIORIM, 1990, p. 9).

Reafirma-se que o professor necessita do conhecimento teórico acerca do objeto do conhecimento a ser ensinado e

do material manipulável que utilizará em sala de aula, favorecendo a compreensão do conceito por parte do aluno.

Contribuindo nessa mesma linha, Moura (2010) destaca:

As abstrações se alcançam por meio do desenvolvimento do objeto e permitem expressar a essência do objeto concreto. Já o concreto é o resultado mental da associação das abstrações e nele o objeto se apresenta em unidade com o todo. Assim, não se entende um conceito como uma abstração; ele é na verdade o concreto gerado com base na associação de abstrações. (MOURA 2010, p. 86-87).

Além disso, os jogos possibilitam o planejamento de ações, a elaboração de estratégias de resolução e a busca de soluções, a construção de uma atitude positiva perante os erros, bem como contribuem para o desenvolvimento do raciocínio.

De acordo com Vigotski (1988), os jogos contribuem para que o aluno, gradativamente, estabeleça relações mais complexas entre o campo do significado e o campo da percepção, entre o pensamento e as situações reais. Isso significa que os jogos contribuem para a (re)organização do pensamento, mas nem todos contribuem igualmente para isso. Moura (2010) destaca que “[...] O que devemos considerar é a possibilidade do jogo colocar a criança diante de uma situação - problema semelhante à vivenciada pelo homem ao lidar com conceitos matemáticos” (MOURA, 2010, p. 105). Portanto, é preciso selecioná-los e utilizá-los criteriosamente e com intencionalidade. Utilizando-se dos jogos, o aluno vai se aproximando dos significados matemáticos antes mesmo de se familiarizar com a linguagem matemática formal. O jogo com propósito pedagógico pode ser um importante aliado ao ensino, já que preserva o caráter de problema.

Os jogos possibilitam, ainda, ao aluno estabelecer relações quantitativas e espaciais, planejar e estruturar suas ações durante o jogo, confrontar diferentes formas de pensar, contribuindo, constantemente, para a criação de novas zonas de desenvolvimento iminente e, conseqüentemente, para a consolidação de um novo nível de desenvolvimento real. Para

Fiorentini e Miorim (1990),

Ao aluno deve ser dado o direito de aprender. Não um 'aprender' mecânico, repetitivo, de fazer sem saber o que faz e por que faz. Muito menos um 'aprender' que se esvazia em brincadeiras. Mas um aprender significativo do qual o aluno participe raciocinando, compreendendo, reelaborando o saber historicamente produzido e superando, assim, sua visão ingênua, fragmentada e parcial da realidade. O material ou o jogo pode ser fundamental para que isto ocorra. (FIORENTINI; MIORIN, 1990, p. 9).

As tecnologias digitais, por sua vez, são recursos que precisam estar aliadas ao trabalho com os conteúdos científicos, em situações que possibilitem ao aluno pesquisar, estabelecer relações entre os conteúdos escolares e a realidade, desenvolver o raciocínio, compreender e ampliar conceitos, atribuindo significado à aprendizagem e à sistematização dos conteúdos. Alguns recursos físicos, como o televisor, o vídeo, o computador e os programas, a calculadora, a internet, os aplicativos, o software, devido ao avanço tecnológico, não podem ser ignorados; porém, seu uso têm sido limitado pelas condições nas quais a escola está inserida. É certo que esses recursos contribuem para a instrumentalização do aluno na realização de várias atividades de sua vida, no entanto, não substituirão o processo mental que o aluno deve realizar, sendo esse o foco do trabalho escolar com as tecnologias digitais.

Os conteúdos estão organizados em unidades temáticas: Números e Álgebra, Geometria(s), Grandezas e Medidas e Tratamento da Informação, sendo que para cada unidade aborda-se, mesmo que de forma breve, algumas orientações teórico-metodológicas para o trabalho com os objetos do conhecimento matemático.

NÚMEROS E ÁLGEBRA

Os números estão presentes em situações cotidianas, representam medidas (calendário, relógio, altura, peso, receitas, temperatura), códigos (CPF, RG, CEP, código de barras, números de telefone, cartões bancários), ordem (posição em uma corrida, andares de um prédio, posições na fila – primeiro, último) e são quantificadores (número de alunos na sala, pontos obtidos em um jogo).

Para Lorenzato (2008), a correspondência biunívoca (corresponder elementos um a um), a comparação, a classificação, a sequenciação, a seriação (ordenar uma sequência, por exemplo, do maior para o menor), a inclusão de classes e a conservação (perceber que a quantidade continua a mesma, apesar da alteração na forma) são processos mentais básicos fundamentais para a aprendizagem matemática, especialmente no que se refere à contagem e à apropriação do número. Para Kamii (2003), na construção do conceito de número, é importante reforçar a necessidade de o aluno colocar os objetos em uma ordem, ou seja, separar aquilo que já contou daquilo que ainda falta contar, bem como colocar os objetos em uma relação de inclusão hierárquica, pois somente assim poderá quantificar os objetos de um determinado conjunto. É importante explorar possibilidades de compor uma quantidade, bem como diferentes formas de registrá-la por meio de desenhos, de gestos e de signos formais.

Ao trabalhar com números e operações, destaca-se como as diferentes civilizações antigas faziam a contagem, ressaltando que as transformações desse processo ocorreram em função das necessidades humanas. Isso pode ser compreendido ao explorar a história dos números, entre eles, os romanos, os egípcios e os indo arábicos e, ainda, a numeração nas diferentes bases, lembrando que hoje o sistema binário (base 2) é usado na computação.

O trabalho dos números com a álgebra tem como finalidade o desenvolvimento do pensamento algébrico, isto é, a

percepção de regularidades, de generalização de padrões e a propriedade de igualdade, e é fator fundamental no ensino da matemática. Essa relação fica evidente no trabalho com as sequências, em situações de completar ou construir, seguindo uma lei de formação, inicialmente com sequências de figuras e objetos familiares, sendo que no decorrer da escolarização deve ser aprofundado por meio de sequências numéricas, seguido pelas regularidades das operações de adição/subtração e multiplicação/divisão, bem como da investigação e da resolução de situações-problema.

As ideias e as relações entre as operações devem ser exploradas por meio de situações-problema, e os procedimentos de cálculo ou de resolução devem ser socializados e discutidos. Ao explorar as operações, é necessário ajudar o aluno na construção de diferentes algoritmos, priorizando formas de organização (resolução de uma situação) dos próprios alunos para, posteriormente, inserir o algoritmo padrão ou convencional em cada operação. O cálculo mental, a estimativa e o cálculo aproximado são estratégias que favorecem e enriquecem a compreensão das operações e a relação entre as quantidades. O processo de construção e compreensão da tabuada, por sua vez, contribui para a assimilação e compreensão de outros conhecimentos.

Os números racionais devem ser explorados na sua representação fracionária e na representação decimal; porém, a ênfase deve ser dada à representação decimal, sendo a mais utilizada. Ao explorar os números fracionários, é importante utilizar contextos que apresentem as ideias que perpassam a representação fracionária: a ideia de parte de um inteiro, parte de um conjunto, medida de comparação entre duas grandezas, quociente de divisão de um número inteiro por outro, representação na reta numérica.

O trabalho com os números racionais deve se dar de modo articulado entre a representação fracionária, a representação decimal, a porcentagem em contextos de medidas, para que possa ter significado para os alunos. Quanto às operações com números racionais, a ênfase deve ser na representação decimal, no caso da representação fracionária, explorando situações em que apareçam frações homogêneas, ou em situações de frações heterogêneas explorar por meio

das classes de equivalência.

Ainda na unidade temática números, destaca-se a Matemática Financeira, que deverá oferecer orientações e informações que favoreçam a atuação consciente do cidadão. Ela não é apenas o trabalho mecânico com cálculo de porcentagens, mas instiga uma mudança de atitudes com relação às compras, às vendas, ao planejamento de sua mesada, aos empréstimos bancários realizados por seus pais, bem como aos rendimentos das aplicações financeiras, à análise dos impostos/tributos pagos pelos cidadãos e ao retorno desses como políticas públicas garantidas aos cidadãos pelos tributos pagos, entre outros aspectos.

GEOMETRIA(S)

Os objetos do conhecimento que compõem a unidade temática da geometria possibilitam o desenvolvimento da noção de espaço e as suas representações, pois a percepção na geometria, assim como as propriedades das formas/figuras planas (bidimensionais/duas dimensões) e dos sólidos geométricos (tridimensionais/ três dimensões), em diferentes contextos, possibilitam a articulação com os outros eixos da Matemática e as demais áreas do conhecimento, sobretudo, a Geografia, Arte e Educação Física.

A percepção espacial é a exploração, a locomoção e a organização do espaço em que vivemos. Tal percepção se dá de forma gradativa e a exploração inicia com a percepção de si mesmo e do espaço ao seu redor. Para Gonçalves, Gomes e Vidigal (2012), “As crianças nascem e vivem em um mundo de formas, o próprio corpo da criança pode ser entendido como seu primeiro espaço. E a percepção dele e do que o rodeia forma um contexto social repleto de informações de natureza geométrica, que na maioria, são geradas e percebidas pela criança desde cedo, quando ela se move na exploração do espaço ao seu redor” (GONÇALVES; GOMES; VIDIGAL, 2012, p. 23).

Para o desenvolvimento de conceitos geométricos, o aluno deve ter como ponto de referência seu corpo, sendo de grande importância para o reconhecimento de um determinado espaço e a partir dele localizar-se utilizando noções espaciais, como profundidade (em cima de, embaixo de), lateralidade (direita e esquerda) e anterioridade (a frente de e atrás de). Ao realizar atividades de deslocamento à direita ou à esquerda, mudando a direção do trajeto, estamos explorando a ideia inicial de ângulo como giro (rotação), tendo como referência o movimento do próprio corpo. Conforme pontua Teixeira (2013), “O conceito de ângulo está associado a ideias distintas, como inclinação, rotação, região, abertura, orientação, direção, entre outras. A compreensão do conceito de ângulo é um processo, por isso, é necessário possibilitar ao aluno, o mais cedo possível, a realização de diferentes atividades durante sua trajetória escolar” (TEIXEIRA, 2013, p. 9). Ressalta-se a importância do trabalho sistemático da topologia por ocupar-se também das propriedades das formas geométricas, podendo-se citar: interior, exterior, vizinhança, fronteira, conceitos que serão utilizados também na Geografia, na Arte e na Educação Física.

O ato de observar pode ser trabalhado por meio da observação da natureza, de seu espaço no bairro e de suas formas, como as cascas e os troncos das árvores, a forma dos cascos e o corpo dos animais, a forma das flores, os favos de mel das abelhas, as cascas de frutas, o contorno do Sol, da Lua e os frutos do pinheiro, analisando e comparando com as produções humanas, tais como: diferentes construções de casas, colunas de prédios, salas de aula, ruas e pontes. Nesse sentido, Luna (2009,) afirma que “a partir da observação, experimentação, exploração e investigação do espaço, as crianças desenvolvem a capacidade de perceber, visualizar, reconhecer formas, representá-las por meio de desenhos, identificar propriedades e, continuando nessa direção podem construir suas definições e abstraí-las” (LUNA, 2009, p. 74). Contudo, a observação precisa ser dirigida pelo ato de ensino do professor, aos objetivos de aprendizagem a serem alcançados, pois há um conteúdo a ser aprendido como resultado desse percurso.

O estudo da Geometria possibilita que as pessoas “exercitem competências geométricas cada vez mais elaboradas

de localização, de reconhecimento de deslocamentos, de representação de objetos do mundo físico, de classificação de figuras geométricas e de sistematização do conhecimento nesse campo da matemática” (LIMA; CARVALHO, 2010, p. 135).

O valor estético e cultural das formas geométricas, presentes nas pinturas, nos passos ordenados de uma dança, na tatuagem, na moda, nas esculturas, no paisagismo, nas construções, nas cestarias (artesanato indígena), no artesanato (crochê, macramê, bordados) etc., permitem observar a simetria e os padrões geométricos que se apresentam e trabalhá-los a partir do uso do quadriculado. É imprescindível a exploração de materiais manipuláveis, tais como: formas de sólidos geométricos, malhas, geoplano, tangrans, poliminós, caleidoscópios, mosaicos, tecelagens, dobraduras, quebra-cabeças, espelhos, histórias infantis, brincadeiras e o uso de aplicativos online e off-line, e, a possibilidade de construção de maquetes, culminando em representações planas, por meio de desenhos, croquis, mapas e planta baixa. É necessário que o aluno desenvolva ações com objetos no espaço, não restringindo, o ensino do espaço e das formas, a atividades estáticas e não manipuláveis.

A utilização desses e outros recursos viabilizam a exploração, a percepção e classificação dos sólidos geométricos e das figuras planas, estabelecendo relações, possibilitando manipular, analisar, comparar, discriminar, posicionar, perceber propriedades que os caracterizam, classificando-os por semelhanças e diferenças. Referente à Geometria Plana, é necessário que os alunos reproduzam moldes, utilizem malhas (pontilhada/quadriculada), régua (transferidor e esquadro), compasso e dobraduras. Ao usar malhas quadriculadas, é possível reproduzir, por exemplo, os padrões geométricos utilizados pelas tribos indígenas presentes na região, em seus trabalhos de trançados e cestarias.

Quanto aos objetos de conhecimento em Geometria Espacial, os alunos podem reproduzir modelos de sólidos geométricos utilizando-se de papel, de palitos, de canudos, de embalagens, dentre outros materiais. Também, espera-se que: descrevam, identificando características e elementos desses sólidos geométricos, considerando a forma, o número de faces, as arestas e vértices; produzam e interpretem representações de sólidos geométricos considerando diferentes posições (vista

superior, frontal, lateral); e, nas planificações, percebam a composição de um objeto tridimensional nos espaços ocupados pelo homem tornando possível uma visão de totalidade. Isso deve ser feito de tal forma que possibilite comparar os objetos para perceber as relações quantitativas e qualitativas, a partir de critérios estabelecidos pelo próprio aluno e, gradativamente, por meio de critérios estabelecidos pelo professor. Faz-se necessário ainda o registro das relações percebidas pelo aluno, no manuseio dos sólidos geométricos por meio da massa de modelar e, posteriormente, por desenhos. Ao analisar, por exemplo, rótulos e embalagens, além de perceber a sua forma, a data de validade, a composição, a massa, e outros dados, o aluno deve contrapor e argumentar sobre o produto, o seu uso, em que condições foi produzido, o trabalho humano que o produziu, o preço, o acesso e às alterações desse.

GRANDEZAS E MEDIDAS

Na história da humanidade, sempre foram utilizadas medidas não padronizadas; somente com o advento das grandes navegações e a expansão do comércio é que foram padronizadas para satisfazer as novas necessidades. O trabalho a ser desenvolvido nesse campo deve permitir ao aluno identificar o percurso histórico da ciência, promovendo aprendizagens que permitam identificar a grandeza envolvida, selecionar a unidade e o instrumento de medida a ser utilizado, de modo a comparar a unidade de medida selecionada com a grandeza a ser considerada, entendendo que medir significa comparar grandezas de mesma espécie (TOLEDO, 1997). Para tanto, deve-se trabalhar, na Educação Infantil e nos Anos Iniciais, as medidas não padronizadas e, gradativamente, introduzir as medidas padronizadas. Medir tecido na loja, a temperatura de uma criança, pesar os legumes no supermercado, medir sua pressão arterial, quanto recebe pelas horas extras trabalhadas e quanto pagam de juros na prestação atrasada, quantos megabytes têm a sua internet são ações que fazem parte do cotidiano das pessoas. As unidades de medidas são utilizadas para auxiliar os processos de medição, em que é determinado um valor numérico para um objeto, para uma quantidade ou um evento. Elas são números comparativos que podem ser avaliadas por

critérios como as dimensões, o tamanho, o volume, a escala e até mesmo a sua magnitude. Cada uma dessas unidades de medida passou por alterações ao longo da história, com a criação de novos sistemas e formas de medição. Nos dias atuais, todas as medidas são padronizadas pelo Sistema Internacional de Unidades (SI), como tempo, massa, superfície, volume, capacidade, comprimento, valor e outras.

Ao trabalhar medidas de valor, não se deve apenas treinar o aluno para ser um consumidor consciente, saber fazer e conferir o troco, observar e comparar preços, mas ensiná-lo a analisar as relações de exploração presentes no processo de compra e de venda dos produtos, o seu custo, o preço inicial e final, a lógica do mercado de consumo, entre outros fatores. Os alunos têm, em sua maioria, familiaridade ou contato com o dinheiro. “Essa grandeza relaciona os números e medidas, incentiva a contagem, o cálculo mental e o trabalho com a estimativa. O uso de cédulas e moedas, verdadeiras ou imitações, constitui-se em um material didático-pedagógico” (BRASIL, 2008, p. 10).

No Sistema Monetário brasileiro, a criança tem contato com o uso da vírgula, cuja função é separar o número inteiro da sua parte decimal. Ela é uma convenção, um símbolo, e toda simbologia tem um importante papel na produção do conhecimento, bem como para sua comunicação. Cabe ao professor oportunizar ao aluno entender o significado desse símbolo. Estudar os números racionais relacionando-os com as medidas permite que os alunos articulem os conteúdos nas suas representações decimais e fracionárias. Por exemplo, preciso de quatro moedas de R\$ 0,25 para formar um real (o inteiro); assim, cada moeda representa um quarto (fração) de um real, ou ainda 25% de um real. É essencial a leitura e a compreensão de diferentes registros de uma mesma quantidade, como: meio quilo \cong 0,5 kg \cong 1/2kg \cong 500 gramas \cong 50% de um quilo. A articulação dos números inteiros e dos números racionais com as medidas se faz necessária para a compreensão dos conteúdos presentes nessas duas unidades temáticas.

O homem da antiguidade utilizou-se do próprio corpo para estabelecer padrões de medidas de comprimento. Para medir, utilizou o tamanho do pé, da polegada, o comprimento da ponta do dedo da mão ao nariz, a abertura da mão como a

distância entre os dedos polegar e minguinho, entre outros. Como as pessoas eram de tamanhos diferentes, foi necessário padronizar e unificar. O metro, por sua vez, só foi criado na época da Revolução Francesa (1789), e representou a primeira tentativa de se implantar um padrão universal de medida de comprimento. Ele foi universalizado como uma fração de um meridiano terrestre, isto é, escolheu-se o próprio Planeta Terra como referência para o padrão de medida de comprimento. No caso do Brasil, “[...] o sistema métrico foi adotado em 1938” (BRASIL, 2008, p. 47).

No tocante à medida de comprimento, é necessário trabalhar com os instrumentos de medidas padronizadas ou não, como barbante, régua e fita métrica entre outros, verificando, por exemplo, a altura dos alunos, a largura e o comprimento da sala de aula, do caderno, o tamanho de seu pé, de seu palmo, dentre outros elementos. Alguns padrões de medidas utilizados na Antiguidade são empregados até hoje em alguns países e em diferentes situações; por exemplo: o pé corresponde a 30,48 cm, a polegada corresponde a 2,54 cm e a jarda corresponde a 91,44 cm.

Quanto ao trabalho com as medidas de tempo, utilizamos os instrumentos de medida para perceber que tempo, espaço e trabalho humano estão intimamente relacionados. Ao trabalhar o calendário, com a noção de dia, de semana, de mês e de ano, deve-se fazê-lo estabelecendo relações com o tempo de trabalho realizado pelos pais, as condições para fazê-lo e o valor da remuneração que recebem ao venderem a sua força de trabalho, bem como a rotina do aluno, o que faz durante o período claro e escuro do dia, antes do almoço, depois do almoço etc. É oportuno destacar também outras relações de tempo como bimestre, semestre, quinquênio, década, século, milênio. Nessa direção, há possibilidade de construção da ampulheta e do relógio do Sol, além da exploração de outros instrumentos de medidas de tempo, como o relógio analógico e digital, lembrando que, ao fazê-lo, dialoga-se com outras áreas do conhecimento, inclusive, com a História, bem como com outros povos, como os indígenas. Ao tratar do tempo, é importante considerar que

O tempo é considerado uma convenção social, pois, cada sociedade, de acordo com suas necessidades, define o que é o tempo. O conceito de tempo está ligado, portanto, as necessidades de dar nome as mudanças que marcam as

transformações na natureza e das ações das diversas organizações humanas. Alguns exemplos de marcação de tempo estão vinculados à vida dos seres (nascimento, crescimento e mortes); outra forma de marcação se vincula aos movimentos do planeta Terra em torno de seu próprio eixo e do Sol [...]. (AMOP, 2015, p. 25).

Atualmente, temos instrumentos modernos para medir o tempo com maior precisão, tais como o cronômetro, utilizado nas competições de natação, nas corridas de carros e cavalos. Em algumas situações, é usado também o intervalo de tempo mínimo, como décimos, milésimos de segundos. Contudo, o instrumento mais utilizado é o relógio, sendo que, com o avanço da tecnologia, o relógio digital é o mais usado.

As primeiras medidas de capacidade também eram medidas não padronizadas, baseadas em alguns objetos como conchas, cascas de ovos e outros. Com o passar do tempo, foi necessário criar um padrão de medida cuja unidade é o litro, seus múltiplos e submúltiplos.

Para compreender como ocorre a conservação dos líquidos e sólidos, nas medidas de volume e de capacidade, é importante que o professor utilize recipientes de tamanhos e formas diferentes, mas com a mesma quantidade de produtos, para que possa trabalhar a noção de conservação também com os líquidos.

Destaca-se a relação entre medidas de volume e de capacidade pela equivalência: 1 metro cúbico (m^3) = 1000 litros (L) = 1000 decímetros cúbicos (dm^3), que poderá ser demonstrada com materiais manipuláveis. O volume é o espaço ocupado por um sólido que pode ser medido. Para desenvolver o trabalho com esses conteúdos, pode-se utilizar diversos gêneros discursivos: a fatura de água, a bula de remédio, as receitas culinárias, e ainda construir, com madeira, o “esqueleto” do metro cúbico. O expoente ³ do cm^3 nos diz que essa é uma unidade de medida com três dimensões, portanto, não é uma unidade de medida linear, seu significado é de três dimensões (comprimento, largura e altura).

As medidas de superfície fazem parte de nosso dia a dia e respondem a perguntas do cotidiano como: Qual a área da

sala de aula? Qual a área da sua casa? Quantos metros quadrados de azulejos são necessários para revestir as paredes da cozinha? Qual a área de uma quadra de futebol? Superfície é uma grandeza com duas dimensões (comprimento e largura), já área é a medida dessa grandeza, isto é, um número e tem como unidade fundamental o metro quadrado.

No trabalho com as medidas de superfície, deve-se utilizar medidas arbitrárias como malhas quadriculadas e folhas de diferentes tamanhos. É possível ainda construir e explorar com os alunos o metro quadrado (m^2), construindo essa área com jornal, TNT, ou plástico, bem como o decímetro quadrado e o centímetro quadrado, que são seus submúltiplos - unidades 100 vezes menores, respectivamente.

Destaca-se também as medidas agrárias, as quais que são utilizadas para medir superfícies de plantações, de pastos, de sítios e/ou de fazendas, e a principal unidade dessas medidas é o are (a). Essa medida tem um múltiplo, o hectare (ha), e um submúltiplo, o centiare (ca). Em nossa região, utiliza-se muito o alqueire, que corresponde a 24. 200 metros quadrados, sendo que esse varia de tamanho de acordo com a região do país. A unidade de referência oficial é o hectare, que equivale a 10. 000 metros quadrados.

Nas medidas de massa, a unidade padrão para determinar a massa de um corpo é o grama. O quilograma é uma unidade de referência; já a tonelada e a arroba são unidades de massa utilizadas no setor agropecuário. Assim, comparar objetos ou embalagens é oportuno para discutir as relações de leve e pesado, peso bruto e peso líquido. Diferentes instrumentos podem ser utilizados para medir a massa de um corpo, como as balanças de dois pratos, de ponteiro, as digitais ou eletrônica, dentre outras.

É preciso trabalhar com os alunos algumas transformações dos múltiplos e submúltiplos nas medidas, destacando as unidades de medidas mais usuais, fazendo conversões simples, como horas para minutos, metros para centímetros, quilo para gramas, entre outros.

A abordagem das medidas, como de comprimento, de área, de volume, de tempo e de valor, realiza-se juntamente com números decimais e frações, ampliando a leitura e o significado dos números e das operações, e a compreensão dos conceitos relativos aos cálculos das demais medidas.

Com o desenvolvimento de instrumentos tecnológicos, surgiu a necessidade de novas unidades de medida e constam também no Sistema Internacional de Unidades. As principais unidades utilizadas são: bit, byte, kilobyte, megabyte, gigabyte, terabyte, petabyte, exabyte, zettabyte e yottabyte. Embora a informática esteja presente em nosso dia a dia, muitos termos e unidades usadas podem ainda ser difíceis de entender.

Existem outras unidades de medidas chamadas não decimais, como medidas de temperatura e medidas de ângulos. A de temperatura é em graus Celsius, e a medida do ângulo é o grau.

Temos a medida de caloria, relativo ao valor energético dos alimentos, entre outros. Quando usamos caloria para nos referirmos ao valor energético dos alimentos, na verdade queremos dizer a quantidade de energia necessária para elevar a temperatura de 1 quilograma (equivalente a 1 litro) de água de 14,5 graus Celsius para 15,5 graus Celsius.

TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Os objetos de conhecimento do eixo Tratamento da Informação possibilitam inserir a criança no universo da investigação estatística para compreender, interpretar, assim como superar situações do mundo que as cerca. O mundo é dinâmico e as informações vão e vêm rapidamente. Os dados numéricos ou qualitativos são coletados e organizados por meio de representações gráficas e representações tabulares expressos por índices, porcentagens, médias entre outros. E diante disso, conhecer ferramentas utilizadas para trabalhar o tratamento da informação em sala de aula torna-se fundamental para a formação de cidadãos críticos. Segundo Lopes (1999),

Fica para o ensino da Matemática o compromisso de não só ensinar o domínio dos números, mas também a

organização de dados e leitura de gráficos e tabelas. Sob esta visão, incluir a Estatística apenas como um tópico a mais a ser estudado, em uma ou outra série do Ensino Fundamental, enfatizando apenas a parte da Estatística Descritiva, seus cálculos e fórmulas não levarão o estudante ao desenvolvimento do pensamento estatístico e do pensamento probabilístico que envolve desde uma estratégia de resolução de problemas, até uma análise de resultados obtidos. Parece-nos essencial à formação de nossos alunos o desenvolvimento de atividades estatísticas que partam sempre de uma problematização, pois assim como os conceitos matemáticos, os estatísticos também devem estar inseridos em situações vinculadas ao cotidiano deles. Assim sendo, esse estudo os auxiliará na realização de seus trabalhos futuros em diferentes ramos da atividade humana e contribuirá para sua cultura, a geral. (LOPES, 1999, p. 168).

Os objetos de conhecimento propostos em Tratamento da Informação são: Combinatória, Probabilidade e Estatística. A Combinatória é um conteúdo que trabalha com o pensamento hipotético-dedutivo, base para o conhecimento científico, por intermédio do qual os alunos precisarão se desvencilhar do imediato, real e concreto e pensar no que é possível. Para isso, é preciso levantar hipóteses, pensar em estratégias para solução, manipular variáveis, enumerar possibilidades, desenvolvendo, assim, o raciocínio lógico matemático. Alguns teóricos discutem e advertem sobre a necessidade do ensino e da aprendizagem combinatória desde os Anos Iniciais, pois esse conteúdo possibilita a aquisição de novas habilidades, como defendem Borba et al. (2014):

[...] o desenvolvimento proporcionado pelo estudo da Combinatória não se limita a conhecimentos matemáticos, mas também a outras áreas, pois, na resolução de problemas combinatórios, os estudantes são estimulados a pensarem de modo hipotético, a levantarem possibilidades e a julgarem a adequação das possibilidades levantadas, a partir de uma grande variedade de situações. (BORBA et al., 2014, p. 116).

Para a efetivação desse trabalho, é necessário o uso de materiais manipulativos, de situações com contextos próximos das vivências das crianças, como: Quantos sanduíches diferentes são possíveis de montar usando-se dois tipos de pães (francês e de forma) e três recheios: queijo, presunto e frango? O estímulo às diversas estratégias de resolução, tais como desenhos, listagens ou árvores de possibilidades e o trabalho com Resolução de Problemas, é caminho para o trabalho com o raciocínio combinatório, desde os Anos Iniciais em salas de aula.

A Probabilidade possibilita fazer previsões sobre as chances de um acontecimento qualquer ocorrer ou não, analisar um experimento aleatório, examinando os resultados obtidos; busca, pesquisa, cria e elabora modelos que possam medir a incerteza/acaso, uma vez que em nosso cotidiano situações de natureza aleatória sempre estão presentes, jogos como dados, bingo, cara ou coroa, entre outros, são experimentos nos quais não é possível determinar com certeza o resultado que será obtido, ou seja, são aleatórios, também denominados não determinísticos.

A Estatística, por sua vez, é a ciência que envolve a realização de investigações a partir de uma variável, coletando, representando (organizando), interpretando e fazendo inferências sobre os dados e, a partir daí colocar novas questões e reiniciar o ciclo investigativo de coletar e analisar dados.

A Estatística deve ser considerada como uma ferramenta de análise para as outras áreas de conhecimento. Assim, o trabalho com Educação Estatística nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental deve proporcionar ao aluno a interpretação dos dados, ler criticamente as informações organizadas em tabelas e gráficos apresentadas em diversos contextos, além de requerer a compreensão dos símbolos e/ou termos utilizados, como também os conceitos envolvidos, apresentando uma atitude questionadora diante das informações, usando os dados para dar suporte a argumentos, avaliando a relevância dos mesmos e compreendendo a importância de tomar decisão a partir de processos de coleta, organização e análise de dados. De acordo com Lopes (2003),

No mundo das informações, no qual estamos inseridos, torna-se cada vez mais precoce o acesso do cidadão a questões sociais e econômicas em que tabelas e gráficos sintetizam levantamentos; índices são comparados e analisados para defender ideias. Dessa forma, faz-se necessário que a escola proporcione ao estudante, desde o Ensino Fundamental, a formação de conceitos que o auxiliem no exercício de sua cidadania. Entendemos que cidadania também seja a capacidade de atuação reflexiva, ponderada e crítica de um indivíduo em seu grupo social. (LOPES, 2003, p. 13).

Os gráficos apresentam de forma rápida uma visão geral dos dados e, geralmente, de mais fácil compreensão e leitura. É fundamental que os alunos sejam estimulados a analisar as representações gráficas, apoiando-se sobre fatores que o determinam e não sobre a sua aparência.

Existem diferentes tipos de representações gráficas que podem ser trabalhados desde a Educação Infantil, dentre os quais citamos alguns: o pictograma, o gráfico de colunas, o gráfico de setor e, ainda, os infográficos. A partir de vários temas, como diversidade racial (negros, índios, quilombolas, ribeirinhos, ciganos), questões ambientais (água, clima, lixo, os cuidados com o nosso planeta), sociais (moradia, uso indevido de drogas) e saúde pública (incidência de doenças, prevenção de doenças, vacinação, dentre outros). Por meio da leitura e da interpretação de gráficos, podemos trazer para discussão muitos temas importantes.

Dentre os gráficos, o pictograma é mais indicado para o trabalho com crianças bem pequenas, seja por sua simplicidade, seja pelo apelo visual que oferece. Nesses gráficos, utilizamos figuras para representar os dados, e um ponto importante que deve ser considerado é o tamanho e o espaçamento entre os ícones.

Um gráfico bastante utilizado é o de colunas ou barras. É imprescindível que as crianças sejam incentivadas a interpretar as informações que ali estão representadas. Lembrando que gráficos e tabelas são recursos para auxiliar os alunos a construírem a noção de números de forma contextualizada e como ponto de partida de diferentes situações problemas na unidade temática dos números e da álgebra, mas também servem para problematizar temas transversais de relevância na comunidade local e regional. Outro gráfico é o de setor, o qual permite a comparação das partes em relação ao

todo, pois cada parte ou setor é uma fração do todo.

Os alunos necessitam aprender a representar dados em tabelas e precisam aprender a construir tabelas como uma forma de organizar os dados, bem como para a interpretação dos gráficos os alunos precisam compreender a função da legenda, do título, da fonte dos dados, entre outras informações.

É fundamental que a escola proponha um trabalho sistematizado com representações gráficas, considerando os diferentes tipos de gráficos, as unidades de medidas e as suas subunidades, para que, de fato, possam analisar às estratégias utilizadas pela mídia para mascarar, omitir, manipular, minimizar as informações, que são de interesse social.

As informações e/ou dados podem estar organizados em tabelas. Nesse sentido, o termo tabela é utilizado para nomear várias coisas, tais como: uma lista de compras, uma lista de dados, um extrato de conta bancária, uma nota fiscal. Essas informações têm uma característica em comum na sua forma de apresentação, ou seja, encontram-se dentro de um quadro. Uma tabela é uma organização numérica composta por linhas e colunas, cujas intersecções são denominadas de células, nas quais se encontram dados que podem ser números, desenhos, palavras, frases, entre outros. Em uma tabela, nas linhas apresenta-se uma variável e nas colunas outra(s) variável(is) relacionada(s).

O trabalho com gráficos e tabelas deve fazer parte da rotina escolar, uma vez que permite ao aluno compreender o mundo a partir de ferramentas matemáticas, indo além do campo perceptível, lendo, implicitamente as informações contidas em tabelas ou gráficos e interpretando-os com o rigor científico do conhecimento matemático.

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Os Desafios Contemporâneos buscam promover a análise, a reflexão, a difusão de ideias e o cruzamento de múltiplas perspectivas a respeito do contexto atual nos campos social, da cultura e da educação, além de propiciar a troca de

experiências entre diversos agentes: formuladores de políticas públicas, empreendedores, grupos independentes, integrantes de movimentos sociais, coletivos artísticos, profissionais do campo de educação, cultura e museus, pesquisadores e intelectuais. Nesse sentido, as metodologias ativas objetivam alcançar e motivar o estudante, que colocado diante uma situação-problema, examina, reflete, contextualiza, pesquisa e ressignifica suas descobertas. Sendo um recurso didático de grande importância, as metodologias ativas podem favorecer, de forma significativa e eficaz, o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando ao aluno um papel protagonista na produção de seu conhecimento. No componente curricular de Matemática trabalharemos com os seguintes desafios contemporâneos:

EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

Para que todos possam transitar com tranquilidade e segurança nas vias urbanas, atualmente, o Brasil conta com uma Lei Federal, que regulamenta o trânsito de veículos e pedestres: o Código Nacional de Trânsito. Nele, podemos encontrar normas de circulação e conduta para que todos possam ir e vir com segurança e sem conflitos.

O trânsito faz parte da vida de qualquer ser humano. É nas ações cotidianas que revelamos o nosso compromisso com a segurança no trânsito e o quanto podemos proteger todos ao nosso redor. Educar para o trânsito é primordial para a sociedade atual que vive um quadro brutal de variadas formas de agressões ao homem em seu cotidiano. A escola necessita acompanhar as mudanças sociais preparando o aluno para saber transitar no espaço público, além de refletir sobre a questão ética.

A educação nas escolas ajuda a formar cidadãos mais conscientes e preparados para enfrentar a vida e o trânsito. Em Matemática podem ser abordados em geometria plana e espacial, no conteúdo características e classificação das figuras geométricas planas, identificadas nas placas de sinalização.

EDUCAÇÃO FISCAL/EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA

Educação Fiscal é um conjunto de ações educativas que visa mobilizar o cidadão para a compreensão da função socioeconômica dos tributos e sua conversão em benefícios para a sociedade, bem como entender o papel do Estado e sua capacidade de financiar as atividades essenciais, o funcionamento da administração pública e o papel cooperativo do cidadão.

O objetivo da Educação Fiscal é formar cidadãos capazes de compreender a função social dos tributos; entender a importância de acompanhar a aplicação dos recursos públicos; estar motivado para o exercício da cidadania plena.

Nesse contexto, a escola tem um papel fundamental na garantia de um futuro sustentável para todos, pois, ao educar seus estudantes, tem a oportunidade de formar cidadãos críticos, dotados de condições que permitam entender os contextos históricos, sociais e econômicos; conscientes, responsáveis; com uma visão global; capazes de intervir e modificar a realidade social. Os professores de Matemática podem abordar o tema Educação fiscal e tributária em nas unidades temáticas de números e álgebra, grandezas e medidas e tratamento da informação, porém está mais explícita no currículo na unidade temática grandeza e medidas pois ao trabalhar medidas de valor, não se deve apenas treinar o aluno para ser um consumidor consciente, saber fazer e conferir o troco, observar e comparar preços, mas ensiná-lo a analisar as relações de exploração presentes no processo de compra e de venda dos produtos, o seu custo, o preço inicial e final, a lógica do mercado de consumo, entre outros fatores. Os alunos têm, em sua maioria, familiaridade ou contato com o dinheiro. “Essa grandeza relaciona os números e medidas, incentiva a contagem, o cálculo mental e o trabalho com a estimativa. O uso de cédulas e moedas, verdadeiras ou imitações, constitui-se em um material didático-pedagógico” (BRASIL, 2008, p. 10).

EXIBIÇÃO DE FILMES MENSAIS NACIONAIS

A exibição de filmes nas escolas deve haver uma pluralidade pedagógica que precisa ser pensado, planejado e executado e que permita contribuir com a construção de uma alfabetização crítica dos meios que utilizam os recursos audiovisuais: cinema, televisão, internet, etc.

É possível levantarmos uma infinidade de atividades que podemos realizar com o audiovisual nas escolas. Isto é importante, mas não podemos ficar só nisso... As atividades são importantes desde que sejam pensadas e articuladas com uma proposta pedagógica mais ampla. É preciso caminhar: agindo e pensando... construindo e transformando...

Novas relações e linguagens desafiam os profissionais da educação a pensar na vocação multicultural da escola, no sentido de promover o diálogo entre as diferentes gerações e os diversos padrões culturais nela presentes.

Em sua análise, indicou três fatores que apontam um novo lugar para a escola: a cultura digital, que vem criando uma escola sem muros, na qual o estudante é produtor de conhecimento e a linguagem audiovisual assume importância; a existência de outros. Com o desenvolvimento tecnológico cada vez mais acelerado, existe um aperfeiçoamento das mídias disponíveis em um nível nunca antes visto. Essas mudanças constantes alteram o comportamento de toda a sociedade contemporânea, em que se é possível ter acesso a todo tipo de informações de praticamente todos os lugares no mundo. Diante dessas influências, cabe às escolas, faculdades e todas as instituições educacionais estarem preparadas para receber esses alunos, frutos desta sociedade globalizada, e atualizada com os principais métodos de ensino.

Ao se falar em processo de aprendizagem, é necessário que este seja tratado como o resultado de um processo educativo, com a educação pensada nas pessoas a quem ela se destina. Deste modo, a linguagem, os espaços e os recursos utilizados no processo educativo devem ser adequados às pessoas que são o alvo desse processo de aprendizagem.

Entre as mídias disponíveis, vale ressaltar a importância do vídeo como ferramenta didática. Ferramenta esta que

pode contribuir para o trabalho do docente de diversas formas, gerando aulas mais atrativas, favorecendo a construção do conhecimento em todas as Unidades Temáticas dependendo a abordagem do professor.

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Entendemos que a Escola deve se preocupar com a inclusão de todos os alunos, independente das condições físicas, sociais, econômicas e culturais que vivenciam ou das dificuldades pedagógicas que apresentam. Neste sentido esta proposta tem como desafio construir coletivamente condições para o atendimento desses alunos, propiciando a oferta de condições diferenciadas dentro do processo educativo que lhes proporcionem acolhimento e aprendizagem efetiva, flexibilização e adaptação curricular. Diante desta realidade, percebemos a necessidade de uma Adaptação ou flexibilização Curricular, para que cada aluno possa atingir um nível maior de aprendizagem.

Cada vez mais, estes discentes encontram-se nas salas de aulas e é importante que o docente esteja preparado para garantir um trabalho adaptado a alunos com estas problemáticas. Em qualquer ciclo do Ensino Básico, o Componente Curricular de Matemática deve assumir um papel importante na sua adaptação para alunos com necessidades educativas especiais. Com o intuito de poder ensinar Matemática, de forma mais lúdica, de forma a chegar a alunos com dificuldades no seu processo de ensino-aprendizagem o professor precisa conhecer seus alunos para que a aprendizagem ocorra. Nas escolas e mais concretamente, em cada grupo disciplinar é importante ter consciência, que nas salas de aula, alunos com dificuldades educativas especiais podem surgir, e o professor tem de ter sensibilidade para atender a estes casos. Deste modo, o docente tem de estar preparado, para na sua prática letiva, realizar a Flexibilização Curricular.

O docente deve também possuir competências que lhe permita criar adaptações metodológicas, curriculares, didáticas ou físicas entre o aluno e a atividade a desenvolver, mas principalmente deve possuir formação que lhe permita identificar as problemáticas associadas a estes alunos.

É necessário estimular o desenvolvimento dos processos mentais:

- Atenção, percepção, memória, raciocínio, imaginação, criatividade, linguagem, entre outros.
- Fortalecer a autonomia dos alunos para decidir, opinar, escolher e tomar iniciativas, a partir de suas necessidades e motivações.
- Promover a saída de uma posição passiva e automatizada diante da aprendizagem para o acesso e apropriação ativa do próprio saber.
- Engajar do aluno em um processo particular de descoberta e o desenvolvimento de relacionamento recíproco entre a sua resposta e o desafio apresentado pelo professor.
- Priorizar o desenvolvimento dos processos mentais dos alunos, oportunizando atividades que permitam a descoberta, inventividade e criatividade.
- Exercitar sua atividade cognitiva, de modo que consiga o mesmo, ou uma aproximação do mesmo.

Existe um conjunto de vantagens da inclusão: “permite desenvolver atitudes positivas perante a diversidade, e estas atitudes desenvolvem-se quando os educadores facilitam a interação, a comunicação, o desenvolvimento de amizade entre grupos de pares; facilita a aquisição de ganhos ao nível do desenvolvimento acadêmico e social, através de constantes interações com os seus pares, possibilitando melhores competências académicas, sociais e de comunicação; prepara para a vida na comunidade e preparam para a vida do dia-a-dia.

A escola deve exigir mais aos alunos, “incentivando-os no gosto pela aquisição de conhecimentos, pela construção e desenvolvimento de projetos pessoais, pela participação ativa na dinâmica cultural escolar ou comunitária, numa interação que possibilite a partilha de experiências e saberes, o que poderá constituir-se como um bom ponto de partida para contrariar a desmotivação e o desinteresse por aquilo que se passa na escola.”

Em suma, é importante salientar que a concepção construtivista coloca, assim, o aluno no centro do processo de

ensino – aprendizagem, não querendo, desvalorizar o papel do professor, neste processo. Bem pelo contrário, a sua função é imprescindível, orientando e motivando o aluno na sua progressão, analisando, interpretando e certificando a correção dos factos. O professor deixa de ser um transmissor de conhecimento e passa a ser um mediador ou facilitador do processo, utilizando diferentes tipos de estratégias para guiar o aluno em função das suas necessidades. Deste modo, a importância do papel ativo do professor, na construção do seu conhecimento e a forma como este organiza o ensino, que respeite a participação do aluno na aprendizagem, assumirá um papel relevante na transmissão de conhecimentos.

Deste modo, através do envolvimento em diversas atividades que proporcionam a melhor forma dos alunos alcançarem maior sucesso de acordo com as suas dificuldades, o ensino diferenciado melhora a aprendizagem de todos os alunos.

Com o intuito de dotar os alunos de um melhor pensamento histórico, é necessário proporcionar-lhes não apenas habilidades e estratégias que lhes permitam exercer um pensamento crítico e autónomo, mas também teorias ou modelos conceptuais que lhes permitam interpretar esse tipo de situações, de forma mais próxima do conhecimento especializado da área.

No que concerne a Matemática deve existir a adoção de práticas de diferenciação pedagógica inclusiva, porque, atualmente, um dos objetivos fundamentais da educação, é “promover a partilha de saberes e vivências para melhor favorecer o desenvolvimento de princípios e valores, nomeadamente, o respeito e valorização da diversidade dos indivíduos e dos grupos procurando-se que, deste modo, se desenvolvam as competências concebidas como saberes em uso, necessárias à qualidade da vida pessoal e social de todos os cidadãos, a promover gradualmente ao longo da educação básica”.

No ensino da Matemática os professores devem levar em conta o que os alunos são capazes de fazer e devem conhecer a turma o suficiente para ajudar os mesmos da forma mais adequada de acordo com as suas capacidades. É importante que se conduza o aluno a entender os conceitos básicos da construção do número, operações e resolução de

situações problemas. Outras metodologias a aplicar no ensino da Matemática, com aluno com dificuldade, é a utilização de jogos e brincadeiras, realização de pesquisas, dramatizações ou simulações, potenciando uma espécie de envolvimento afetivo dos alunos com os conteúdos a serem trabalhados, desenvolvendo igualmente a criatividade e imaginação. A oferta de pequenos vídeos aos alunos também é uma boa opção.

TRANSIÇÃO

Entre os aspectos marcantes que necessitam de especial atenção na etapa do Ensino Fundamental está a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental e dos anos iniciais para os anos finais. O processo de transição pauta-se em um acolhimento afetivo que garanta segurança e pertencimento a nova organização escolar (diversidade de horários e tempo escolar, encaminhamentos metodológicos, número de professores, entre outras), tarefa a ser desenvolvida por toda a equipe, tanto da instituição de origem como da instituição de destino, promovendo assim, um diálogo entre diferentes mantenedoras (municipal, estadual ou privada).

Outro aspecto importante a ser observado na transição é a continuidade do trabalho pedagógico, pois a criança e/ou adolescente precisa compreender que os conhecimentos adquiridos em etapas anteriores são a base para os novos conhecimentos. Esse processo de continuidade promove o interesse do estudante e sinaliza um ponto de partida para o trabalho do professor. Considerando tais aspectos do processo de ensino aprendizagem no Ensino Fundamental, a BNCC, apresenta os direitos de aprendizagem comuns a todos os estudantes, como forma de buscar garantir a equidade no processo de escolarização e permitindo melhores condições para o desenvolvimento de capacidades estéticas, sensíveis, criativas, artísticas, culturais e outras, para o ser humano compreender e agir no mundo.

AVALIAÇÃO

Ao avaliar, necessita-se definir os objetivos da avaliação, que podem ser aplicados a partir das práticas pedagógicas, sendo que esses objetivos devem definir os critérios de avaliação a serem utilizados. Normalmente, encontram-se discrepâncias entre o que se estabelece como objetivo e o que se avalia. Os objetivos devem expressar exigências significativas de análise, de observação e de síntese para minimizar as exigências de mera memorização e reprodução, e devem se referir a "conteúdos relevantes".

Valorizar os caminhos percorridos pelos alunos na resolução de problemas com os algoritmos, a sua argumentação, os seus raciocínios, a sua oralidade, o seu crescimento contínuo, as suas tentativas de resolução, é importante, no trabalho específico da matemática. Faz-se necessário olhar o erro como indicativo de processo não concluído, que expressa aquilo que o aluno não realiza sozinho e que, com auxílio do professor ou de outra criança, poderá realizar. Nesse sentido, Pinto (2009) destaca que:

[...] é possível inferir implicações didáticas, como, por exemplo, constatar que os erros decorrem de concepções adquiridas anteriormente, e reconhecer que o próprio processo de ensino pode ser um elemento gerador de erros. Nessa perspectiva, o erro pode contribuir positivamente para o processo de ensino-aprendizagem, desde que se modifique a atitude de condenação do aluno como o único culpado pelo erro, e que se faça um tratamento preventivo dos erros. Quando um aluno comete um erro, ele expressa o caráter incompleto de seu conhecimento. Esta é, na verdade, uma oportunidade de o professor ajudá-lo a adquirir o conhecimento que lhe falta, ou levá-lo a reconhecer por que errou. (PINTO, 2000, p. 54).

Ao resolver situações que envolvam domínio de diferentes conhecimentos matemáticos, o aluno nem sempre fará uso da mesma forma de resolução utilizada pelo professor para chegar ao resultado; porém, apesar disso, o professor deve analisar a validade do caminho percorrido e valorizá-lo, criando, a partir disso, novas mediações para realizar uma

intervenção pedagógica que contribua para avançar na apropriação dos conhecimentos matemáticos.

Os registros sobre a investigação avaliativa que fazemos devem ser feitos metodicamente e referir-se a informações relevantes para possibilitar uma análise qualitativa do processo educativo. O cômputo de quem fez a tarefa sem analisar o como foi feita; a correção do resultado final das questões, sem nos preocuparmos com a construção ou sem olharmos o erro como tentativa ou construção provisória, são procedimentos que precisam ser repensados na prática docente.

Para acompanhar o processo de aprendizagem, indica-se a organização de uma pasta com suas produções, uma espécie de *portfólio*, o que possibilita analisar o avanço na apropriação de conceitos matemáticos, e essa pasta seria o resultado da produção de todo período em que o aluno esteve na escola.

Ao utilizar um instrumento para avaliar, devemos ter alguns cuidados: que os instrumentos sejam variados, provas escritas, trabalhos orais e escritos, observação sistemática, trabalho em grupo, dentre outros, e que denotem a expressão pessoal; as questões propostas tenham objetividade; que estejam de acordo com os objetivos estabelecidos e que esses sejam significativos; que exijam raciocínio lógico, aplicação de conhecimentos, originalidade, organização de ideias e, principalmente, contribuam para a formação de um ser pensante.

A análise dos resultados deve servir de parâmetro para redimensionar a prática do aluno, do professor e da escola. Esse redimensionamento não pode significar a repetição de estratégias, mas novas mediações com uso de diferentes instrumentos.

Com relação à avaliação dos alunos com necessidades especiais, é importante que sejam analisadas as condições e as possibilidades de cada um, e que essa seja feita oferecendo-se a eles as condições para que possam expressar toda a sua aprendizagem.

REFERÊNCIAS

www.diaadiaeducacao.pr.gov.br- Acesso em 26/10/2020

basenacionalcomum.mec.gov.br – Acesso em 27/10/2020

poetal.mec.gov.br – Acesso em 30/10/2020

AMARAL, E. H. S & SILVA, A. P. Sistema de numeração decimal. In: CASCAVEL. **Matemática, Educação Infantil e Ensino Fundamental**: anos iniciais. Cascavel: ASSOESTE,

2013. Caderno Pedagógico 1.

AMOP. Departamento de Educação. **Matemática, educação infantil e ensino fundamental: anos iniciais/** Coordenação: H. M. G. Ripplinger; M. L. Teixeira:Assessora

Pedagógica T. S. Bassoi. - Cascavel: ASSOESTE,2013.

ANTUNES, M. A.; MOURA, M. D. **A produção científica em educação matemática**. 2006.Disponível em <<http://www.marcelo.mat.br/seminario.htm> >Acesso em 01 de maio de

2006.

ARRAIS, L.F.L. *et all*- **Ensinando Matemática aos bebês**: encantos,descobertas e exploração das relações entre grandezas (art). In: cadernos de pesquisas(CP), São Luis, V.

24, N. especial. Set/Dez, 2017.

BORBA, R.E.S.R. et all. **A formação de professores de anos iniciais do ensino fundamental para o ensino da combinatória**. RPEM, Campo Mourão, PR, v.3, n.4, jan.-jun.

2014.

BORIN, J. **Jogos e resolução de problemas, uma estratégia para as aulas de Matemática**. sexta edição, São Paulo, IME-USP, 1997.

BOYER, C. B. **História da matemática**. 2 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica Pró-Letramento : **Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino**

Fundamental : matemática. – ed. rev. e ampliada. Incluindo SAEB/Prova Brasil matriz de referência/ Secretaria de Educação Básica –, 2008. p.308

BRASIL, DO., Lei 19.890 de 18 de abril de 1931. Disposições sobre a Organização de ensino secundário. - , 1931, p. 6945.

CARDOSO, V. C. **Materiais didáticos para as quatro operações**. São Paulo: IME-USP, 2005.

CARAÇA, B. de J. **Conceitos fundamentais da matemática**. 4 ed. Lisboa: Portugal: Gradiva, 2002.

D'AMBROSIO, U. **Educação matemática – da teoria à prática**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. Um enfoque transdisciplinar à Educação e à História da Matemática. In: BICUDO, M. A. V.; BORBA, M. de C. (orgs). **Educação Matemática: Pesquisa em Movimento**. São Paulo: Cortez, 2004.

DANYLUK, O. S. **Alfabetização matemática: as primeiras manifestações da escrita infantil**. 5. ed. –Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2015.

ESTEBAN, M. T. (org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. São Paulo: DP&A Editora, 1999.

FIorentini, D. **Alguns modos de ver e conceber o ensino da matemática** no Brasil. Revista Zetetiké, Ano 3, Unicamp, FE, 1995.

FIorentini, D. e MIORIM, M. A. **Uma reflexão sobre o uso de materiais concretos e jogos no Ensino da Matemática**. UNICAMP, **Boletim SBEM-SP**. Ano 4 - nº 7, JUN-

AGO/1990.

GONÇALVES, F. A. *et all*. **Materiais manipulativos para o ensino de figuras planas**. São Paulo: Edições Mathema, 2012

IMENES, L. M.; LELLIS, M.. **Os números na história da civilização**. São Paulo: Scipione, 1999.

- KAMII, C. **A criança e o número**: implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação junto as escolares de 4 a 6 anos. Campinas- SP: Papirus, 2003.
- LIMA, P. F.; CARVALHO, PITOMBEIRA J. B. **Matemática**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.
- LOPES, C.A. E. **O conhecimento profissional dos professores e suas relações com a Estatística e a Probabilidade na educação infantil**. Tese de doutorado. Campinas, UNICAMP, 2003.
- LOPES, A. C. **Conhecimento escolar**: ciência e cotidiano. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.
- LORENZATO, S. **Educação Infantil e percepção Matemática**. 2ª ed. Renovada e ampliada. Campinas, SP. Autores Associados, 2008.
- LUNA, A. V. de A., **O processo de ensino e aprendizagem da geometria**: uma experiência com o estudo de área e perímetro. In: **Reflexões sobre o ensino de Matemática nos anos de escolarização**. GUIMARÃES, G., BORBA, R. (org.). Recife: SBEM, 2009.
- Machado, N. J. **Epistemologia e Didática**: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. São Paulo, Cortez, 1999.
- MARTINS, L. G. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. São Paulo: Autores associados, 2015.
- MIORIM, M. Â. **Introdução à história da educação matemática**. São Paulo: Atual, 1998.
- MOURA, O. (org.). **A Atividade pedagógica na teoria histórico-cultural**. 2. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.
- _____. **Educação escolar e pesquisa na teoria histórico-cultural**. São Paulo, edições Loyola, 2017.
- ONUICHIC, L. de la R.; ALLEVATO, N. S. G. **Novas reflexões sobre o ensino-aprendizagem de Matemática através da Resolução de Problemas**. In: BICUDO, M. A. V.; BORBA, M. de C. (org.). Educação matemática: **Pesquisa em Movimento**. São Paulo: Cortez, 2004.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo básico para a escola pública do Estado do Paraná**. Curitiba: SEED, 1990.
- PINTO, N. B. **O erro como estratégia didática**. Estudo do erro no ensino da matemática elementar. 2ª edição, Campinas, SP: Editora Papirus, 2000.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 3ª edição. São Paulo, Editora Cortez, 1992.
- SFORNI, M. S. de F. **Aprendizagem e desenvolvimento**: o papel da mediação. In: CAPELLINI, V.L.F., MANZONI, R.M (org.). Políticas públicas, práticas pedagógicas e ensino aprendizagem: diferentes olhares sobre o processo educacional. Bauru –SP: Cultura Acadêmica, 2008. p.497-506.
- TEIXEIRA, M. L. dos S. **Ângulos, primeiras conversas**. In: Matemática, Educação Infantil e Ensino Fundamental: Anos iniciais. Cascavel: ASSOESTE, 2013. Caderno pedagógico 1. p. 9-17
- TOLEDO, M.; TOLEDO, M. **Didática da Matemática**: como dois e dois: a construção da Matemática. São Paulo: FTD, 1997.
- VIGOTSKI, L. S. **Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- VIGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.



Secretaria Municipal de Educação
Céu Azul - Paraná



DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE Nº 05/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CÉU AZUL

ASSUNTO: Declaração de Legalidade referente ao Projeto Político Pedagógico – 2020 da Escola Municipal do Campo José Bonifácio – EIEF.

A **Escola Municipal do Campo José Bonifácio – EIEF** apresenta o **Projeto Político Pedagógico – 2020** elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo seu Conselho Escolar.

A Secretaria Municipal de Educação de Céu Azul emite a presente Declaração que resulta da verificação da legalidade do **Projeto Político Pedagógico – 2020** da referida Instituição.

O presente **Projeto Político Pedagógico – 2020** atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, da Deliberação nº 02/2018-CP/CEE/PR, da Deliberação 03/2018-CP/CEE/PR, que versa sobre o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, bem como do Parecer Normativo nº 01/2019 – CP/CEE/PR.

É a Declaração.

Céu Azul, 20 de agosto de 2020.

Secretaria Municipal de Educação de Céu Azul

ms.p
Cleonides Wolf da Silva
Secretária Municipal de Educação
Dec. nº 4915/2017

Av. Nilo Umberto Deitos, 1426- Fone: (45) 3221-1000 Ramal: 1004 - C.P. 155 - CEP 85840-000
Céu Azul- PR
E-mail: semedceu@gmail.com

1 **Ata 05/2020.** Aos quatorze, dias do mês de agosto de dois mil e vinte às quatorze
 2 horas, nas dependências da Escola Municipal do Campo José Bonifácio –
 3 Educação infantil e Ensino Fundamental, reuniram-se os membros do Conselho
 4 Escolar convocados pela direção desse estabelecimento de ensino, onde
 5 compareceram **Marcia Piatti Bordignon, Luana Cristina Marchi dos Santos**
 6 **Muller, Vanderleia Aparecida de Oliveira Nery e Angelica Porta Bernardi e**
 7 **Maria Ivonete Silva de Souza.** A diretora deste estabelecimento de ensino
 8 Senhora **Janete Secco Bedendo**, a presidente da APPF (Associação de Pais,
 9 Mestres e Funcionários) **Sandra Regina Festner Frank**, a vice-presidente **Ana**
 10 **Luiza Felicetti Bordignon** para a apresentação do PPP (Projeto Político
 11 Pedagógico) A diretora senhora Janete Secco Bedendo, apresentou aos
 12 participantes o PPP (Projeto Político Pedagógico) qual foi elaborado pela
 13 comunidade escolar e enviado por e-mail conforme cada um dos conselheiros
 14 recebeu, hoje apresentam as considerações finais. Após alguns esclarecimentos
 15 os conselheiros aprovam por unanimidade o PPP, sendo que na sequencia a
 16 presidente assinará o termo de legalidade do mesmo, o qual será anexado ao
 17 documento juntamente com esta ata. Nada mais a constar, eu Vanderleia
 18 Aparecida de Oliveira Nery, secretária deste conselho encerro a presente ata que
 19 será assinada por mim, pelos conselheiros, membros da APPF e pela direção
 20 deste estabelecimento de ensino.

21 Vanderleia Aparecida de Oliveira Nery Vanderleia Nery
 22 Janete Secco Bedendo Janete Secco Bedendo
 23 Marcia Piatti Bordignon Marcia Piatti
 24 Luana Cristina Marchi dos Santos Muller Luana Müller
 25 Angelica Porta Bernardi Angelica Porta Bernardi
 26 Maria Ivonete Silva dos Santos M^a Ivonete S. de S.
 27 Sandra Regina Festner Frank Sandra Regina Festner Frank
 28 Ana Luiza Felicetti Bordignon Ana Luiza Felicetti Bordignon

Ata nº 05/2020
 Conselho escolar
 Dia 14 de agosto de 2020
 Pauta: Aprovação do PPP(Projeto Político Pedagógico)2020

PARECER Nº 203 /2021 – NRE Cascavel

ASSUNTO: Parecer de Legalidade do Projeto Político-Pedagógico

A **Escola Municipal Campo José Bonifácio – Céu Azul/ Pr** apresenta o Projeto Político- Pedagógico elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo seu Conselho Escolar.

O Núcleo Regional de Educação de Cascavel emite o presente Parecer, que resulta da verificação do Projeto Político-Pedagógico, da Ata nº 05/2020 – Aprovação do PPP pelo Conselho Escolar e da Declaração de Legalidade nº 05/20, emitida pela Secretaria Municipal de Educação de Céu Azul, mantenedora da referida Instituição de Ensino, situada no município de Céu Azul.


O presente Projeto Político-Pedagógico atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, da Deliberação nº 02/2018-CP/CEE/PR, da Deliberação 03/2018-CP/CEE/PR, que versa sobre o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, a Instrução Normativa Conjunta nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, bem como do Parecer Normativo nº 01/2019 – CP/CEE/PR.

É o Parecer.

Cascavel, 20 de maio de 2021

Núcleo Regional de Educação de Cascavel.




Luciana Paulista da Silva
Chefe do Núcleo Regional da Educação de Cascavel
Decreto nº 1110/2019 D.O.E. 09/04/2019



Secretaria Municipal de Educação

Céu Azul - Paraná



ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 05/2021 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CÉU AZUL

A Secretaria Municipal de Educação de Céu Azul, mantenedora da **Escola Municipal do Campo José Bonifácio - EIEF**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelas Deliberações nº 02 e 03/2018 CP/CEE/PR e pelo Parecer de Legalidade nº 203/2021 – NRE Cascavel.

HOMOLOGA

Art. 1º - O **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal do Campo José Bonifácio – EIEF**, do Município de Céu Azul com a oferta de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 2º - O **Projeto Político Pedagógico** homologado por este Ato de Homologação entra em vigor a partir do início do ano de 2021.

Céu Azul, 25 de maio de 2021.

Secretaria Municipal de Educação de Céu Azul

Veralice Franceschini

Secretária Municipal de Educação

Dec. nº 6.153/2021

Rua Professor Daniel Muraro, 1050 – Centro – Fone: (45) 3121-1089 - CEP 85840-000
Céu Azul - PR
E-mail: semedceu@gmail.com